JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Prefeitura Municipal de Alto Araguaia 4
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 5
Prefeitura Municipal de Alto Garças 5
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 5
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 11
Prefeitura Municipal de Apiacás 11
Prefeitura Municipal de Araguaiana 13
Prefeitura Municipal de Araputanga 16
Prefeitura Municipal de Arenápolis 16
Prefeitura Municipal de Aripuanã 16
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 18
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 19
Prefeitura Municipal de Brasnorte 19
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 21
Prefeitura Municipal de Campo Verde 23
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 41
Prefeitura Municipal de Canarana 47
Prefeitura Municipal de Carlinda 47
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 47
Prefeitura Municipal de Cláudia 48
Prefeitura Municipal de Cocalinho 73
Prefeitura Municipal de Colniza 97
Prefeitura Municipal de Colíder 97
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 98
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 100
Prefeitura Municipal de Cuiabá 107
Prefeitura Municipal de Cáceres 108
Prefeitura Municipal de Denise 112
Prefeitura Municipal de Diamantino 113
Prefeitura Municipal de Figueirópolis d´Oeste 114
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 114
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 114
Prefeitura Municipal de Guiratinga 131
Prefeitura Municipal de Indiavaí 133
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 139
Prefeitura Municipal de Itanhangá 139
Prefeitura Municipal de Itaúba 143
Prefeitura Municipal de Jaciara 162
Prefeitura Municipal de Jangada 162
Prefeitura Municipal de Jauru 165
Prefeitura Municipal de Juara 165
Prefeitura Municipal de Juruena 165
Prefeitura Municipal de Juína 166
Prefeitura Municipal de Marcelândia 169
Prefeitura Municipal de Matupá 172
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 172
Prefeitura Municipal de Nobres 172
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 174
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 177
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 181
Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte 182
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 183

Prefeitura Municipal de Nova Maringá 183
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 184
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 193
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 193
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 194
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 194
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 195
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 196
Prefeitura Municipal de Paranatinga 197
Prefeitura Municipal de Paranaíta 213
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 215
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 259
Prefeitura Municipal de Poconé 260
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 260
Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda 261
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 262
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 262
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 262
Prefeitura Municipal de Querência 263
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 268
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 269
Prefeitura Municipal de Rio Branco 269
Prefeitura Municipal de Rondolândia 290
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 291
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 291
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 291
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 293
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 293
Prefeitura Municipal de Sapezal 294
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 311
Prefeitura Municipal de Sinop 312
Prefeitura Municipal de Sorriso 315
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 321
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 322
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 322
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 327
Prefeitura Municipal de Tabaporã 331
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 344
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 371
Prefeitura Municipal de União do Sul 372
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 373
Prefeitura Municipal de Vila Rica 374
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 374
Prefeitura Municipal de Água Boa 395

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2015/2016

Presidente de Honra: Ondanir Bortolini

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Roberto Ângelo de Farias - Prefeito de Barra do Garças

Segundo Vice-Presidente: Walmir Guse - Prefeito de Conquista D´Oeste

Terceiro Vice-Presidente: Solange Souza Kreidloro - Prefeita de Nova Bandeirantes

Quarto Vice-Presidente: Valter Mioto Ferreira - Prefeito de Matupá

Quinto Vice-Presidente: José Helio Ribeiro - Prefeito de Novo Mundo

Secretário Geral: Hugo Garcia Sobrinho –Prefeito de Santa Rita do Trivelato

Primeiro Secretário: Ednilson Luiz Faitta - Prefeito de Aripuanã

Segundo Secretário: Valteir Quirino dos Santos - Prefeito de Indiavaí

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito de Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Pedro Tercy Barbosa - Prefeito de Denise

Segundo Tesoureiro: João Braga Neto - Prefeito de Nova Maringá

CONSELHO FISCAL

1. Jamar da Silva Lima - Prefeito de Nova Brasilândia
2. Francisco Endler (Chico) - Prefeito de Nova Guarita
3. Cristovão Masson - Prefeito de Nova Olímpia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Odoni Coelho Mesquita - Prefeito de Torixoréu
2. José Mauro Figueiredo - Prefeito de Arenápolis
3. Dirceu Martins Comiran - Prefeito de Campos de Júlio

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA

N O T I F I C A Ç Ã O E X T R A J U D I C I A L II

Notificante: MUNICÍPIO DE ALTO ARAGUAIA

CNPJ/MF nº 03.579.836/0001-80

Av. Carlos Hugueney, nº 572 – Centro, Alto Araguaia – MT.

CEP:78.780-000

Notificada: CASA ALTA CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ/MF nº 77.578.881-87

Rua Fernando Simas nº 1.222,Merces, Curitiba - PR

Responsável legal: Wilson Wieck

Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 328/2013

Objeto: Construção de Escola do Programa Proinfância.

Documento de origem: Edital de Regime Diferenciado de Contratações Públicas para Registro de Preços nº 09/2013b

Considerando o Ofício nº CA-2015-702, datado de 08 de junho de 2015, encaminhado por esta empresa à Prefeitura Municipal de Alto Araguaia, no qual informa *"que o processo de retomada da obra está sendo planejado pela Contratada e que a data de reinicio dos serviços será oficialmente comunicada ao Município Contratante até o final do presente mês de junho/2015."*

Considerando ainda que no referido ofício, por intermédio de seu representante legal esta empresa manifesta que *"na referida oportunidade serão apresentados os documentos solicitados na Notificação Extrajudicial datada de 06/05/2015, bem como prestadas todas as garantias necessárias ao avanço dos serviços para a conclusão do objeto contratual."*

Vimos NOTIFICAR, esta conceituada empresa de que, em atendimento ao disposto no Ofício nº CA-2015-702, onde assume compromisso de retomada da obra, bem como em atender às demais exigências previstas em contrato, **CONCEDER** impreterivelmente, até **30/06/2015 (terça-feira),** o prazo para que esta empresa cumpra com os termos propostos, dando-lhe ciência de que, não o fazendo no prazo e modo estipulados, resultará na instauração de Processo Administrativo para devida apuração do inadimplemento de obrigações contratais.

É o que temos a notificar.

Alto Araguaia – MT, 16 de junho de 2015.

Jerônimo Samita Maia Neto Prefeito Municipal	André Paniago Leitão Fiscal do Contrato

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
EDITAL N° 01/2015 - HOMOLOGA AS CANDIDATURAS À ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS DE ALTO ARAGUAIA, BIÊNIO 2015/2017

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DE ELEIÇÃO, nomeado pela Resolução n° 04/2015 do CMAS, de 03 de junho de 2015, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna pública a homologação das candidaturas à eleição de recomposição de membros representantes da sociedade civil para a função de Titular e Suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social de Alto Araguaia - CMAS no biênio 2015/2017, em conformidade com o disposto a seguir:

1. CANDIDATURAS HOMOLOGADAS

1.1. SEGMENTO REPRESENTANTES DE USUÁRIOS ATENDIDOS PELOS PROGRAMAS, PROJETOS, SERVIÇOS E BENEFÍCIOS DO SUAS;

CNPJ/CPF:	CANDIDATO:	CANDIDATURA:
15.043.517/0001-91	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alto Araguaia (APAE)	HOMOLOGADA
03.947.983/0001-66	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alto Araguaia	HOMOLOGADA
21.313.808/0001-07	DCE – Mente Consciente	HOMOLOGADA

1.2. SEGMENTO REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DOS TRABALHADORES DO SETOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL;

CNPJ/CPF:	CANDIDATO:	CANDIDATURA:
694.428.271-20	Juçania dos Santos Bastos	HOMOLOGADA
961.881.201-44	Rozenilda Ana Borges de Carvalho	HOMOLOGADA
020.667.351-59	Leiliane Alves Pereira de Oliveira	HOMOLOGADA
038.547.111-40	Marciane Veríssimo	HOMOLOGADA
006.698.681-83	Silmair Barbosa da Silva	HOMOLOGADA
736.188.921-00	Bruna Cristina Monteiro dos Santos	HOMOLOGADA
020.550.941-06	Laíla Demelas de Carvalho	HOMOLOGADA

1.3. SEGMENTO REPRESENTANTES DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL;

CNPJ/CPF:	CANDIDATO:	CANDIDATURA:
06.168.794/0001-83	Igreja Presbiteriana Renovada de Alto Araguaia	HOMOLOGADA
00.662.292/0001-28	Rotary Club de Santa Rita do Araguaia e Alto Araguaia/MT	HOMOLOGADA
03.579.372/0001-02	Associação Atlética Banco do Brasil	HOMOLOGADA

2. DA ELEIÇÃO

2.1. A votação ocorrerá em 19 de junho de 2015, nos seguintes horários e local:

Horário: 14h.

Local: Auditório do Sistema Nacional de Emprego (Sine).

Alto Araguaia, 16 de junho de 2015.

CÉLIO RODRIGUES

Presidente da Comissão de Organização da Eleição

EDITAL COMPLEMENTAR 003/2015 DEFINE LOCAL DE REALIZAÇÃO DO EXAME DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Alto Araguaia/MT, no uso de sua competência, e em consonância com Edital 001/2015 informa aos candidatos que o exame de conhecimento específico será realizado no prédio da UAB – Universidade Aberta do Brasil, situado à Rua Rio Branco, nº 391, Centro, no dia 19/07/2015, das 08:30 às 11:30 horas (Horário de Brasília).

Alto Araguaia (MT), 18 de junho de 2015.

Maximilian José B. Gonsalez

Presidente do CMDCA de Alto Araguaia/MT

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
OBRA - CONTRATO 123

Segundo termo aditivo ao contrato: 123/2014

Contratada: PPO Pavimentações e Obras

Objeto: Construção do prédio sede da Prefeitura Municipal de Alto Araguaia na Av. Carlos Hugueney, nº 572, Centro, Alto Araguaia - MT;

Valor (acréscimo): Fica o presente acrescido o valor de R$ 380.248,51 (trezentos e oitenta mil duzentos e quarenta e oito reais e cinquenta e um centavos) referente ao acréscimo de alguns serviços não contemplados no projeto inicial, devidamente demonstrado em planilha e projeto anexo conforme nos faculta o Art. 65 § 1º da Lei 8.666/93.

Do valor (supressão): Fica anulado o valor de R$ 166.562,74 (cento e sessenta e seis mil quinhentos e sessenta e dois reais e setenta e quatro centavos) referente a serviços suprimidos do projeto inicial, devidamente de-

monstrado em planilha e projeto anexo, conforme nos faculta o Art. 65 § 1º da Lei 8.666/93.

Data: 18/06/2015

Alto Araguaia 18/06/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 072/2015

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material a ser utilizado na construção de grades da piscina do mini estádio no bairro Aeroporto - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

Entrega dos Envelopes: Até as **09:00** horas (Brasília), do dia 01/07/2015.

Edital Completo: Afixado no endereço acima ou pelo e-mail lici.alto-aia@gmail.com.

Abertura do envelope Nº 01: Às **09:00** horas, do dia **01 de Julho de 2015**, no endereço acima.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Alto Araguaia - MT, 18 de Junho de 2015.

Renata Fermino de Oliveira

Pregoeira

SEC. OBRAS/ENGENHARIA
NOTIFICAÇÃO/PPO PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Notificação: 107/OBRAS/ENG/2015

Em 18 de Junho de 2015.

À

PPO PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Representante: Leonardo de Souza Pepiliasco

Rua das Orquídeas, nº. 111 Bosque da Saúde

Cuiabá-MT

Assunto: Notificação.

Prezado Senhor:

Dirigimo-nos a Vossa Senhoria **notificar** para providenciar o termino da obra de 1- Implantação do Sistema de Abastecimento de Água, contrato 192/2013-1, com finalidade de fornecer água aos moradores do Jardim Novo Araguaia, com urgência.

Atenciosamente,

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE REABERTURA DE SESSÃO

CONCORRÊNCIA Nº 001/2015

O MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA – Estado de Mato Grosso torna público a todos os interessados, que fará realizar a REABERTURA da Licitação, no dia 22 de Junho de 2015, às 09:00 horas (horário de Brasília), na sede da prefeitura, regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações e pelas condições estabelecidas no Edital da CONCORRENCIA n° 001/2015, para a seleção da melhor proposta pelo menor preço global, objetivando a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA, MATO GROSSO, CONFORME TC/PAC 0408/14 – FUNASA",** convocando as empresas credenciadas no certame, que teve seu início no dia 14/05/2015 conforme consta em Ata de Abertura**.** Mais Informações, no fone: (66) 3539-1113 no horário de 12:00 ás 17:00 horas.

Alto Boa Vista – MT, 17 de Junho de 2015.

EDGAR FREDERICO DA SILVA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL N° 01/ 2015

AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situado na Rua Dom Aquino 346, centro, em Alto Garças, Estado do Mato Grosso, através do **PREFEITO CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR**, em cumprimento aos artigos 34, 35 e 36 da Lei complementar n° 141/2012, de 13 de janeiro de 2012, FAZ SABER a quem interessar possa sobre a Prestação de Contas das Ações e Serviços da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao 1° Quadrimestre de 2015, que se encontra à disposição para a apreciação dos cidadãos e instituições da sociedade, os quais poderão questionar-lhes a legitimidade, durante o presente exercício, em

AUDIÊNCIA PÚBLICA

que será realizada no dia 24 de junho de 2015, às 13 horas, no AUDITÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL.

Alto Garças – MT,16 de junho de 2015.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SMPG/LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2015

PREGÃO Nº 010/2015

VALIDADE: 12 (Doze) MESES

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, através do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Adair José Alves Moreira, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade n.º 0928786-8, SSP/MT, e inscrito no CPF sob o n.º 604.418.441-20, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 010/2015** publicado no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS (AMM), JORNAL DE CIRCULAÇÃO REGIONAL, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **SUPERMERCADO TEODORO**, **,** localizado na RUA: Cedro Rosa, S/N, Bairro: Novo Diamantino, Diamantino – MT, inscrito no CNPJ: 07.854.126/0001-72,

nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto N° 3.931 de 19 de setembro de 2001, Decreto Municipal Nº004/2009 e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Parágrafo Primeiro - A presente Licitação tem por objeto o Registro de Preços paraa **Futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar, para atender as necessidades das Escolas Municipais, conforme especificações constantes no anexo I.**

Parágrafo Segundo - Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para aquisição conforme abaixo especificados:

VALORES REGISTRADOS

ITEM	PRODUTO	UND	MARCA	QTDE	VALOR UNT	VALOR TOTAL
01	ABACAXI HAVAÍ OU PEROLA	UN	In Natura	500	5,48	2.740,00
02	ABOBORA PAULISTA	KG	In Natura	600	2,90	1.740,00
03	ABOBRINHA MENINA OU BRASILEIRA	KG	In Natura	600	3,90	2.340,00
04	ALFACE CRESPA	MAÇO	In Natura	1.000	3,00	3.000,00
05	ALHO	KG	In Natura	150	16,99	2.548,50
06	BANANA DA TERRA	KG	In Natura	500	4,98	2.490,00
07	BANANA MACA	KG	In Natura	2.000	5,89	11.780,00
08	BANANA NANICA	KG	In Natura	2.000	2,90	5.800,00
09	BATATA INGLESA	KG	In Natura	1.500	4,48	6.720,00
10	BETERRABA	KG	In Natura	1.500	3,48	5,220,00
11	CEBOLA DE CABECA	KG	In Natura	500	5,99	2.995,00
12	CEBOLINHA	MAÇO	In Natura	500	3,00	1.500,00
13	CENOURA	KG	In Natura	1.500	3,99	5.985,00
14	CHUCHU	KG	In Natura	200	3,99	798,00
15	IOGURTE INTEGRAL DE COCO	LITRO	Lacbinho	3.000	2,98	8.940,00
16	IOGURTE INTEGRAL DE MORANGO		Lacbinho	3.000	2,98	8.940,00
17	LARANJA	KG	In Natura	2.500	1,98	4.950,00
18	LEITE PASTEURIZADO UHT INTEGRAL	LITRO	Vencedor	8.000	2,90	23.200,00
19	LIMAO	KG	In Natura	50	3,99	199,50
20	MACA - NACIONAL	KG	In Natura	2.500	5,98	14.950,00
21	MAMÃO FORMOSA	KG	In Natura	1.500	2,95	4.425,00
22	MANDIOCA	KG	In Natura	500	3,89	1.945,00
23	MELANCIA	KG	In Natura	3000	1,99	5.970,00
24	OVO DE GALINHA TIPO A	DÚZIA	Ziane	500	5,29	2,645,00
25	PEPINO	KG	In Natura	300	3,48	1.044,00
26	PIMENTÃO VERDE	KG	In Natura	400	6,99	2.796,00
27	POLPA DE FRUTA CONGELADA MARACUJÁ	UNIDADE	Brasfruti	2.000	2,48	4.960,00
28	POLPA DE FRUTA CONGELADA DIVERSAS	UNIDADE	Brasfruti	2.000	2,19	4.380,00
29	REPOLHO BRANCO	KG	In Natura	500	3,48	1.740,00
30	TOMATE	KG		1.500	5,99	8.985,00
31	VAGEM	KG		150	8,49	1.273,50

LOTE II

GENÊROS NÃO PERECÍVEIS

ITEM	PRODUTO	UND	MARCA	QTDE	VALOR UNT (R$)	VALOR TOTAL
01	ACHOCOLATADO EM PO 1KG	PACOTE	Muki	1.300	6,63	8.619,00
02	ACUCAR – PCT 2KG	PACOTE	Doce Dia	1.000	3,29	3.290,00
03	AMIDO DE MILHO – CX. 1 KG	KG	Yoki	150	3,90	585,00
04	ARROZ LONGO TIPO 1 C/ 5KG	PCT	Amélia	3.500	10,49	36.715,00
05	AVEIA EM FLOCOS 500G	PCT	Vitão	150	4,52	678,00
06	BISCOITO AGUA E SAL – PCT 400G	PACOTE	Dallas	3.000	4,29	12.870,00
07	BISCOITO MAISENA – PCT 400G	PACOTE	Dallas	3.000	4,29	12.870,00
08	BISCOITO ROSQUINHA – PCT 800G	PACOTE	Mabel	1.500	9,98	14.970,00
09	CANELA EM CASCA	PCT	Dolence	50	0,89	44,50
10	CANELA EM PO C/ 10 GR	PACOTE	Dolence	50	0,89	44,50
11	COCO RALADO – PCT 100G	PACOTE	Sococo	300	3,89	1.167,00
12	COLORAL – PCT 1KG	PACOTE	Dolence	150	5,98	897,00
13	COMINHO	PACOTE	Dolence	100	0,89	89,00
14	CRAVO	PACOTE	Dolence	50	0,89	44,50
15	EXTRATO DE TOMATE – LATA 840G	LATA	Elefante	800	6,98	5.584,00
16	FARINHA DE MANDIOCA	KG	Massom	600	5,29	3.174,00
17	FARINHA DE MILHO	KG	Zaeli	100	4,99	499,00
18	FARINHA DE TRIGO C/1 KG	PCT	Alvalade	2000	3,49	6.980,00
19	FEIJAO CARIOQUINHA TIPO 1 PCT 1 KG	KG	Kumbuca	1.500	5,39	8.085,00
20	FERMENTO BIOLOGICO SECO – PCT 10G	UNIDADE	Saffti	50	0,98	49,00
21	FERMENTO EM PO – LATA 250G	UNI.	Royal	150	5,78	867,00
22	FUBA DE MILHO PCT 1 KG	KG	Massom	200	2,98	596,00
23	MACARRAO ESPAGUETE COM OVOS	KG	GALO	1.000	6,56	6.560,00
24	MACARRAO PARAFUSO COM OVOS	KG	GALO	1.000	6,56	6.560,00
25	MANGERICÃO DESIDRATADO	PACOTE	Kitano	100	1,20	120,00

26	MARGARINA VEG. COM NO MINIMO 65% DE LIPIDEOS LIVRE DE GORDURA TRANS.	KG	Delícia	800	9,72	7.776,00
27	MILHO PARA CANJICA BRANCA PCT 500 GR	KG	Yoki	600	2,89	1.734,00
28	MILHO PARA PIPOCA	KG	Massom	300	2,79	837,00
29	OLEO DE SOJA LATA 900ML	LATA	Concordia	1.500	3,29	4.935,00
30	ORÉGANO DESIDRATADO	PACOTE	Dolence	100	0,89	89,00
31	PROTEINA TEXTURIZADA DE SOJA FINA	PCT 500G	Vitão	250	5,99	1.497,50
32	POLVILHO DOCE	KG	Massom	300	6,29	1.887,00
33	QUEIJO RALADO	UNI	Vigor	50	3,41	170,50
34	SARDINHA	UNIDADE	Gomes da Costa	1.000	4,19	4.190,00
35	TEMPERO ALHO, CEBOLA E SAL.	KG	Tio Jonas	150	6,90	1.035,00
36	TEMPERO BAIANO	PACOTE	Dolence	100	2,99	299,00
37	TRIGO PARA QUIBE	KG	Yoki	50	3,69	184,50
38	VINAGRE (VIDRO – 750ML)	UNI	Castelo	200	3,65	730,00
39	SUCO DE FRUTA CONCENTRADO – 500ML (MARACUJÁ)	GARRAFA	Dafruta	500	6,89	3.445,00
40	SUCO DE FRUTA CONCENTRADO – 500ML (CAJÚ)	GARRAFA	Dafruta	800	5,89	4.712,00
41	SAL REFINADO C/1KG	KG	Lebre	400	1,78	712,00

LOTE III

CARNES

ITEM	PRODUTO	UND	MARCA	QTDE	VALOR UNT	VALOR TOTAL
01	CARNE BOVINA DE 2ª PEDACO SEM OSSO – MAX 10% DE GORDURA.	KG	Friboi	1.500	15,80	23.700,00
02	CARNE BOVINA MOIDA 2 X – MAX 10% DE GORDURA	KG	Friboi	1.500	14,99	22.485,00
03	CARNE SUINA	KG	Excelência	1.000	10,98	10.980,00
04	CHARQUE	KG	Friboi	300	15,50	4.650,00
05	FIGADO DE BOI	KG	Friboi	200	9,90	1.980,00
06	FRANGO (COXA/SOBRECOXA)	KG	Frango Bom	2.500	8,68	21.700,00
07	FRANGO (PEITO)	KG	Frango Bom	2.500	9,15	22.875,00
08	LINGÜIÇA TOSCANA	KG	Excelência	1.000	12,90	12.900,00
09	MOELA DE FRANGO	KG	Frango Bom	500	8,76	4.380,00
10	SALSICHA	KG	Seara	1.000	9,59	9.590,00

LOTE IV

PÃES

ITEM	PRODUTO	UND	MARCA	QTDE	VALOR UNT	VALOR TOTAL
01	PÃO FRANCES	UNI. 50g	Teodoro	10.000	9,98	99.800,00
02	PÃO CARECA (CACHORRO QUENTE) GRANDE	UNI	Teodoro	10.000	1,40	14.000,00
03	PÃO CARECA (CACHORRO QUENTE) PEQUENO	UNI	Teodoro	10.000	0,90	9.000,00
04	PÃO BISNAGUINHA	PACOTE 300G	Teodoro	2.000	1,20	2.400,00

Valor total da proposta: **R$ 583.631,00** (Quinhentos e Oitenta e Três Mil Seiscentos e Trinta e Um Reais)

Parágrafo Terceiro – Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Parágrafo Único – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria de Administração, através do Almoxarifado Central – Setor de Compras - no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Os preços registrados, a especificações dos produtos, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados no Quadro Comparativo de Preços, em ordem de classificação no processo licitatório de Pregão Presencial nº. 010/2015 - SRP.

CLÁUSULA QUINTA - Do(s) LOCAL (Is) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

Os materiais/produtos deverão ser entregues exclusivamente na Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, ou conforme determinado pela mesma, através de autorização por escrito.

Parágrafo Primeiro - Os materiais/produtos contratados deverão ser entregues na sede do Município, nos dias e horários estipulados na **Ordem de Fornecimento/empenho/Requisição.**

Parágrafo Segundo - O prazo de entrega será imediato, contados a partir da expedição da Ordem de Fornecimento/empenho/Requisição expedida pelo Setor de Compras do Almoxarifado da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - As aquisições dos produtos registradas neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Execução Orçamentária, com Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras, contendo o nº. da ATA, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

Parágrafo Segundo - A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Setor de Compras no prazo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

Parágrafo Terceiro - Se fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Nota de Empenho, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado no Edital e no Anexo I-A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do Fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos produtos objeto desta ATA não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3 (três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

XII - emitir relatório mensal dos materiais entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos produtos entregues.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I. todo e qualquer dano que causar ao Órgão ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Setor de Compras;

II. todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III. toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Prefeitura Municipal de Alto Paraguai por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas pela mesma ao Órgão/Entidade, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

Parágrafo Primeiro - a CONTRATADA autoriza a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

Parágrafo Segundo – a ausência ou omissão da fiscalização do Setor de Compras não eximirá CONTRATADA das responsabilidades previstas nesta ATA.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai obriga-se a:

I. indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II. permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III. notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade e encontrada no fornecimento dos produtos;

IV. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

Parágrafo único: caberá ao Setor de Compras promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados do mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA — DO PAGAMENTO.

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA preferencialmente em, até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota Fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante de que o fornecimento foi realizado a contento.

Parágrafo Primeiro — Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo — Para cada Nota de Empenho, a Contratada deverá emitir **nota fiscal/fatura distinta.**

Parágrafo Terceiro — Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta 'ON-LINE" da situação do Fornecedor junto ao INSS e FGTS, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa.

Parágrafo Quarto — Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Setor de Compras, sendo lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quinto — Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo primeiro — Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo — Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo Único.

Parágrafo Terceiro – Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o ITEM, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

Parágrafo Quarto — Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras desta Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas;

Parágrafo Primeiro — Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Segundo — No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Terceiro — A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

Parágrafo Quarto — Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

Parágrafo Quinto — Caso o SETOR DE COMPRAS não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I. todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II. as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução da entrega dos materiais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública por período não superior a 2 (dois) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

Parágrafo primeiro - A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA sujeitar-se á multa moratória simples, de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o total do fornecimento não executado, por dia corrido de atraso, até o 20° (vigésimo) dia, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso na entrega do produto por mais de 20 (vinte) dias poderá a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, a partir do 5º (quinto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Quarto - 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

Parágrafo Quinto - A multa será descontada do valor da garantia contratual, da fatura, cobrada diretamente CONTRATADA ou ainda judicialmente.

Parágrafo Sexto - A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses Fatos resultem prejuízos à Prefeitura Municipal de Alto Paraguai;

b) se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de Fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou deixar de cumprir suas obrigações Fiscais ou parafiscais;

c) se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo Sétimo - As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

Parágrafo Oitavo - A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e no eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e será objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotações orçamentárias previstas em:

DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS:

Cód. Reduzido	Órgão/Unid. Orçam.	Projeto/Atividade	Elemento Despesa
0934	06 002 12 306 0029	2238	339030 000000

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo, aditivo presente ata de Registro de Preços, conforme previsto da Lei 8.666/93

II. integram esta Ata, o Edital do **Pregão Presencial nº 010/2015** e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por ITEM.

III. é vedado caucionar ou utilizar a ATA decorrente do presente registro para qualquer operação Financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de Diamantino - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam apresente ATA em 03 (Três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando duas via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Alto Paraguai- MT, 08 de Junho de 2015.

Adair José Alves Moreira	Supermercado Teodoro Contratado

Contratante	

Testemunhas:

ROBSON RODRIGUES DOS SANTOS

THYERRY LYNCOHN DE ALMEIDA AMORIM

SMPLAG/RH
PORTARIA 166/2015

PORTARIA 166/2015

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT., **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA,** no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor**, SAMUEL SALGADO,** portador do RGN° 93966236 SSP/MT e do CPF N° 070.215.409-14**,** Engenheiro Civil, para exercer a função pública de FISCAL DE EXECUÇÃO DA OBRA DA TOMADA DE PREÇO 06/2015, Contrato 100/2015 do Convênio 803782/2014, Ministério das Cidades Pavimentação Asfaltica Superficial de Águas Pluviais Rua Castelo Branco.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e revogada as disposições em contrário.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai–MT, 18 de junho de 2015.

SMPLAG/RH
PORTARIA 165/2015

PORTARIA 165/2015

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

Considerando a necessidade de organizar, estruturar e estabelecer as Normas sobre o regime Jurídico estabelecido pelas Leis Municipais 11 de 19/11/1990, 264 de 02/08/2010, 265 de 02/08/2010 e 247 de 01/03/2010, que Dispõem sobre o Estatuto e dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos do Município de Alto Paraguai – MT.

RESOLVE:

Art. 1º - Reenquadrar, a servidora municipal ANGELITA BETHANIA DE LIMA, Matricula 1245, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **253 B-1** PARA NIVEL **253 B-2**;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se;

Registra-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT 18 de Junho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE ADITIVOS DO MÊS DE JUNHO/2015.

1º Termo Aditivo do Contrato **nº 010/2014,** Tomada de Preços nº 01/2014, Parte: *CONSTRUTORA BH LTDA - ME*; O objeto do termo aditivo é prorrogação de prazo. Vigência: **03/09/2014 à 10/03/2015.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE ADITIVOS DO MÊS DE JUNHO/2015.

3º Termo Aditivo do Contrato **nº 010/2014,** Tomada de Preços nº 01/2014, Parte: *CONSTRUTORA BH LTDA - ME*; O objeto do termo aditivo é supressão de valor. Sendo de **R$ 169,19.**

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 004/2015

O Prefeito Municipal, Senhor Maurício Joel de Sá, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta com dispensa de licitação, fulcrada no § IV, do art. 24 da Lei 8.666/93, num total de R$ 32.937,00 (trinta e dois mil novecentos e trinta e sete reais), tendo como objeto a Prestação de Serviço de Reforma de Ponte de Madeira. Resolve RATIFICAR o presente processo a favor da empresa HANDRES LIZARDO NUNES ME e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto do art. 24 do supracitado diploma legal. Alto Taquari – MT, 18 de junho de 2015. **Maurício Joel de Sá. Prefeito Municipal.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA Nº. 246/2015

SÚMULA*: "DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE PROGRESSÃO E CLASSE DE PROMOÇÃO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".*

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Elevar Nível de Progressão e Classe de Promoção da Servidora Pública Municipal Sra. JANE MARIA DA SILVA, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo Educacional, passando para Nível/Classe D-04, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Apiacás-MT., 18 de Junho de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal -

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA Nº. 238/2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE PROGRESSÃO Á SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1°- Elevar Nível de Progressão da Servidora Público Municipal Sra. FABIANA PATRICIA LEOCADIO SOARES PESSOA, ocupante do Cargo

de Enfermeira, passando para Nível/Classe B-03, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Apiacás-MT; 18 de Junho de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal -

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA Nº. 237/2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE PROGRESSÃO Á SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1°- Elevar Nível de Progressão da Servidora Pública Municipal Sra. MARIA DO SOCORRO ALVES MENDONÇA, ocupante do Cargo de Serviços Gerais, passando para Nível/Classe B-05, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Apiacás-MT., 18 de Junho de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal -

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA Nº. 236/2015

SÚMULA*: "DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE PROGRESSÃO Á SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".*

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Elevar Nível de Progressão da Servidora Público Municipal Sra. FRANCISCA LUCAS DA SILVA, ocupante do Cargo de Serviços Gerais, passando para Nível/Classe A-05, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Apiacás-MT., 18 de Junho de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal -

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA Nº. 240/2015

SÚMULA*: "DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE PROGRESSÃO Á SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".*

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Elevar Nível de Progressão do Servidor Público Municipal Sr. LUIZ MARTINS, ocupante do Cargo de Vigia, passando para Nível/Classe A-04, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Apiacás-MT; 18 de Junho de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal -

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA Nº. 241/2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE PROGRESSÃO Á SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1°- Elevar Nível de Progressão do Servidor Público Municipal Sr. MARCOLINO E QUINTANA PROCÓPIO, ocupante do Cargo de Vigia, passando para Nível/Classe A-04, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Apiacás-MT; 18 de Junho de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal -

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA Nº. 242/2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE PROGRESSÃO Á SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1°- Elevar Nível de Progressão da Servidora Pública Municipal Sra. MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA, ocupante do Cargo de Apoio Administrativo Educacional, passando para Nível/Classe C-04, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Apiacás-MT; 18 de Junho de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal -

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA Nº. 243/2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE PROGRESSÃO Á SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1°- Elevar Nível de Progressão da Servidora Pública Municipal Sra. MARLENE PEREIRA CARDOSO, ocupante do Cargo de Apoio Administrativo Educacional, passando para Nível/Classe A-04, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Apiacás-MT; 18 de Junho de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal -

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA Nº. 244/2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE PROGRESSÃO Á SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1°- Elevar Nível de Progressão do Servidor Público Municipal Sr. NEMIAS RODRIGUES DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Serviços Gerais, passando para Nível/Classe A-03, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Apiacás-MT; 18 de Junho de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal -

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA Nº. 245/2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE PROGRESSÃO Á SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1°- Elevar Nível de Progressão do Servidor Público Municipal Sr. SANDOVAL SILVA SANTOS, ocupante do Cargo de Serviços Gerais, passando para Nível/Classe B-05, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Apiacás-MT; 18 de Junho de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal -

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA Nº. 239/2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE PROGRESSÃO Á SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1°- Elevar Nível de Progressão da Servidora Público Municipal Sra. GISELE TEIXEIRA DA SILVA, ocupante do Cargo de Serviços Gerais, passando para Nível/Classe A-05, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Apiacás-MT; 18 de Junho de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal -

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA Nº. 247/2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE PROGRESSÃO E CLASSE DE PROMOÇÃO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1°- Elevar Nível de Progressão e Classe de Promoção da Servidora Pública Municipal Sra. SIRLENE DA SILVA OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Serviços Gerais, passando para Nível/Classe C-03, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Apiacás-MT., 18 de Junho de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal -

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA Nº. 235/2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE PROGRESSÃO Á SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1°- Elevar Nível de Progressão do Servidor Público Municipal Sr. ENIO TYRONE RIBEIRO, ocupante do Cargo de Auxiliar de Enfermagem, passando para Nível/Classe A-04, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Apiacás-MT., 18 de Junho de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal -

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANO
PORTARIA Nº 54/2015 DE 18 DE JUNHO DE 2015

NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL

O Senhor **JOSÉ MARRA NERY,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Artigo 1º -

Fica instituída a Comissão Municipal para a realização da VI Conferência Municipal de Assistência Social, como abaixo segue:

Comissão Governamental:

THAIZ AUGUSTA NERY

MARIA CECERA ALBUQUERQUE DAMIÃO FERREIRA

Comissão não Governamental:

LIDIA ARRAIS DE OLIVEIRA SILVA

ANITA CORREA BRAGA

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor a data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito aos 18 dias do mês de Junho de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANO
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO ARAGUAIANA 01 DE JUNHO 2015

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: ALIANE PEREIRA AQUINO

CARGO: PROFESSOR DE HISTÓRIA

N° CTR: 02/2015

DATA EMISSÃO: 01/06/2015

DATA VENCIMENTO: 31/12/2015

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 905,06

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS
TERMO CESSÃO REGINA RIBEIRO CARDOSO

Termo de Cessão e Uso

001/2015

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Araguaiana e

REGINA RIBEIRO CARDOSO

O Município de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Presidente Vargas, n° 643 devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 03.239.035/0001-76 doravante denominada **CEDENTE**, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal Sr.**JOSE MARRA NERY**, brasileiro, casado, professor residente e domiciliado à, nesta cidade de Araguaiana – MT, portador da Cédula de Identidade n.º 8441720 SSP GO e inscrito no CPF n.º 202.448.191-49 e **REGINA RIBEIRO CARDOSO**, brasileira, solteira, do lar, residente e domiciliada à Rua Irmã Carmelita P. Vilela, nesta cidade de Araguaiana – MT, portadora da Cédula de Identidade RG. Nº **2013353-7 SSP MT** e inscrita no CPF sob o nº **045.459.601-46**, doravante denominada **CESSIONÁRIA**, celebram este **TERMO DE CESSÃO DE USO,** em caráter gratuito, mediante a condição de que o imóvel objeto deste Termo não será utilizado fora dos fins aqui fixados.

DO OBJETO DO CONTRATO

Cláusula Primeira – O presente instrumento tem como objeto formalizar a posse direta ao CESSIONÁRIO, de um IMÓVEL localizado à Av. Vereador Iran Nardes do Espírito Santo**, Quadra 01, Lote nº 12, Bairro Jardim Paraíso,** permanecendo o domínio e a propriedade do bem com o cedente.

DA ENTREGA E ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Segunda – O CEDENTE entrega neste ato o imóvel descrito na Cláusula Primeira**,** livre e desembaraçado de quaisquer ônus judiciais e extrajudiciais, mediante a assinatura, pelas partes, do presente Termo.

Parágrafo único – **O CESSIONÁRIO** administrará, usará e fruirá o bem ora cedido, no período de duração do presente Termo.

DA VIGÊNCIA

Cláusula Terceira – O presente Termo terá vigência de 24(vinte e quatro) meses, a partir da assinatura, conforme **Leis Municipais** nºs **539/2011** de 11/03/2011 e **671/15** de 13 de maio de 2015

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula Quarta - I - São obrigações do **Cessionário:**

1. Utilizar o imóvel exclusivamente para a finalidade a que se propõe, não podendo ceder o uso do bem em causa, mediante venda, aluguel, subcontrato, arrendamento ou qualquer outra forma de transação, durante a vigência deste Contrato;

2. Construir imóvel residencial ou comercial de no mínimo 24,00 m2 (*vinte e quatro metros quadrados*) de construção de alvenaria no imóvel ora cedido, sob pena de revogação automática do presente termo ao final do prazo, sem direito a retenção de possíveis benfeitorias.

a) Entende-se por construção referida no item anterior a obra coberta com telhas de barro, cimento, cimento amianto ou similar e que se encontre em condições de ocupar ou habitar.

3. Devolver o bem recebido em cessão de uso, ao final do contrato, nas mesmas condições de uso e conservação, ressalvados os desgastes decorrentes do uso natural, caso o mesmo opte por não fazer a construção no imóvel dentro do prazo estipulado.

4. Findo o prazo estipulado para construção no imóvel, o cessionário poderá mediante requerimento com antecedência de 10 dias, solicitar a prorrogação do prazo pelo período máximo de 03 (três) meses para término da construção.

a) O requerimento de prorrogação somente poderá ser solicitado caso o cessionário já tenha iniciado a obra no imóvel cedido, e será concedido apenas uma vez.

b) Benfeitorias como cercas, alambrados, muros, alicerces ou plantios diversos não serão considerados requisitos para deferir requerimento de prorrogação de prazo e deverão ser retirados ao fim do prazo do presente termo sob pena de serem revertidos ao município.

5. As construções inacabadas ou incompletas no final do prazo estipulado da cessão ou da prorrogação, integrarão o patrimônio do Município, retornando juntamente com o imóvel, não cabendo qualquer indenização ao cessionário pela construção inacabada.

II – São obrigações da **Cedente:**

1. Expedir, mediante requerimento, o TÍTULO DEFINITIVO DE PROPRIEDADE em nome do CESSIONÁRIO tão logo o mesmo tenha cumprido com o estipulado no presente Termo de cessão de Uso.

DAS TAXAS, IMPOSTOS E OUTROS ENCARGOS

Cláusula Quinta – O CESSIONÁRIO pagará as taxas relativas à água, energia elétrica, impostos e outras taxas que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, correndo às suas expensas as despesas decorrentes de limpeza e conservação do imóvel, enquanto estiver no uso e gozo do mesmo.

DOS CASOS OMISSOS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Cláusula Sexta – Os casos omissos ou excepcionais, não previstos neste instrumento, deverão ser submetidos, com brevidade e por escrito, à apreciação das partes e serão resolvidos de acordo com as Leis Municipais nº 111-A de 20/09/1991, Lei Complementar nº 001/2001 de 12/12/2001 (Código Tributário Municipal), 539/2011 de 11/03/2011, 671/15 de 13 de maio de 2015 e demais normas regulamentares.

DA PUBLICAÇÃO

Cláusula Sétima – O presente Contrato deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios, correndo tal iniciativa por conta do CEDENTE, conforme disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei 8.666/93.

DO FORO

Cláusula Oitava – Fica eleito o foro da Comarca de Barra do Garças - MT, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que derivem deste Contrato e que não puderem ser decididas pela via administrativa.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente Termo de Cessão de Uso, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas a tudo presentes, para todos os efeitos legais.

Araguaiana, 16 de junho de 2015.

_____

Jose Marra Nery

Prefeito Municipal

Cedente

_____

Cessionário

Testemunhas:

Nome: Dorismá Lopes de Souza RG nº 650.850-SSP/MT CPF nº 772.565.491-72	Nome: Lidiana Elias Cesar Santos RG nº 1598474-5- SSP/MT CPF nº 021.337.601-64

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS
TERMO DE CESSÃO FERNANDA NARDES DA SILVA

Termo de Cessão e Uso

002/2015

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Araguaiana e

FERNANDA NARDES DA SILVA

O Município de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Presidente Vargas, n° 643 devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 03.239.035/0001-76 doravante denominada **CEDENTE**, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal Sr.**JOSE MARRA NERY**, brasileiro, casado, professor residente e domiciliado à, nesta cidade de Araguaiana – MT, portador da Cédula de Identidade n.º 8441720 SSP GO e inscrito no CPF n.º 202.448.191-49 e **FERNANDA NARDES DA SILVA**, brasileira, solteira, bióloga, residente e domiciliada à Rua Porto Alegre, nesta cidade de Araguaiana – MT, portadora da Cédula de Identidade RG. Nº **1642976-1 SJ MT** e inscrita no CPF sob o nº **025.102.911-57**, doravante denominada **CESSIONÁRIA**, celebram este **TERMO DE CESSÃO DE USO,** em caráter gratuito, mediante a condição de que o imóvel objeto deste Termo não será utilizado fora dos fins aqui fixados.

DO OBJETO DO CONTRATO

Cláusula Primeira – O presente instrumento tem como objeto formalizar a posse direta ao CESSIONÁRIO, de um IMÓVEL localizado à Av. Vereador Iran Nardes do Espírito Santo**, Quadra 01, Lote nº 14, Bairro Jardim Paraíso,** permanecendo o domínio e a propriedade do bem com o cedente.

DA ENTREGA E ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Segunda – O CEDENTE entrega neste ato o imóvel descrito na Cláusula Primeira**,** livre e desembaraçado de quaisquer ônus judiciais e extrajudiciais, mediante a assinatura, pelas partes, do presente Termo.

Parágrafo único – **O CESSIONÁRIO** administrará, usará e fruirá o bem ora cedido, no período de duração do presente Termo.

DA VIGÊNCIA

Cláusula Terceira – O presente Termo terá vigência de 24(vinte e quatro) meses, a partir da assinatura, conforme **Leis Municipais** nºs **539/2011** de 11/03/2011 e **671/15** de 13 de maio de 2015

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula Quarta - I - São obrigações do **Cessionário:**

1. Utilizar o imóvel exclusivamente para a finalidade a que se propõe, não podendo ceder o uso do bem em causa, mediante venda, aluguel, subcontrato, arrendamento ou qualquer outra forma de transação, durante a vigência deste Contrato;

2. Construir imóvel residencial ou comercial de no mínimo 24,00 m2 (*vinte e quatro metros quadrados*) de construção de alvenaria no imóvel ora cedido, sob pena de revogação automática do presente termo ao final do prazo, sem direito a retenção de possíveis benfeitorias.

a) Entende-se por construção referida no item anterior a obra coberta com telhas de barro, cimento, cimento amianto ou similar e que se encontre em condições de ocupar ou habitar.

3. Devolver o bem recebido em cessão de uso, ao final do contrato, nas mesmas condições de uso e conservação, ressalvados os desgastes decorrentes do uso natural, caso o mesmo opte por não fazer a construção no imóvel dentro do prazo estipulado.

4. Findo o prazo estipulado para construção no imóvel, o cessionário poderá mediante requerimento com antecedência de 10 dias, solicitar a prorrogação do prazo pelo período máximo de 03 (três) meses para término da construção.

a) O requerimento de prorrogação somente poderá ser solicitado caso o cessionário já tenha iniciado a obra no imóvel cedido, e será concedido apenas uma vez.

b) Benfeitorias como cercas, alambrados, muros, alicerces ou plantios diversos não serão considerados requisitos para deferir requerimento de prorrogação de prazo e deverão ser retirados ao fim do prazo do presente termo sob pena de serem revertidos ao município.

5. As construções inacabadas ou incompletas no final do prazo estipulado da cessão ou da prorrogação, integrarão o patrimônio do Município, retornando juntamente com o imóvel, não cabendo qualquer indenização ao cessionário pela construção inacabada.

II – São obrigações da **Cedente:**

1. Expedir, mediante requerimento, o TÍTULO DEFINITIVO DE PROPRIEDADE em nome do CESSIONÁRIO tão logo o mesmo tenha cumprido com o estipulado no presente Termo de cessão de Uso.

DAS TAXAS, IMPOSTOS E OUTROS ENCARGOS

Cláusula Quinta – O CESSIONÁRIO pagará as taxas relativas à água, energia elétrica, impostos e outras taxas que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, correndo às suas expensas as despesas decorrentes de limpeza e conservação do imóvel, enquanto estiver no uso e gozo do mesmo.

DOS CASOS OMISSOS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Cláusula Sexta – Os casos omissos ou excepcionais, não previstos neste instrumento, deverão ser submetidos, com brevidade e por escrito, à apreciação das partes e serão resolvidos de acordo com as Leis Municipais nº 111-A de 20/09/1991, Lei Complementar nº 001/2001 de 12/12/2001 (Código Tributário Municipal), 539/2011 de 11/03/2011, 671/15 de 13 de maio de 2015 e demais normas regulamentares.

DA PUBLICAÇÃO

Cláusula Sétima – O presente Contrato deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios, correndo tal iniciativa por conta do CEDENTE, conforme disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei 8.666/93.

DO FORO

Cláusula Oitava – Fica eleito o foro da Comarca de Barra do Garças - MT, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que derivem deste Contrato e que não puderem ser decididas pela via administrativa.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente Termo de Cessão de Uso, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas a tudo presentes, para todos os efeitos legais.

Araguaiana, 17 de junho de 2015.

_____

Jose Marra Nery

Prefeito Municipal

Cedente

_____

Cessionário

Testemunhas:

Nome: Dorismá Lopes de Souza	Nome: Lidiana Elias Cesar Santos
RG nº 650.850-SSP/MT CPF nº 772.565.491-72	RG nº 1598474-5- SSP/MT CPF nº 021.337.601-64

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO Nº 010/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO Nº 010/2015

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através do Pregoeiro, torna público, a que possa interessar, que o julgamento do certame supracitado realizado em 18/06/2015 cujo objeto é Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços em análise, físico, químico e microbiológico em amostra de água, resulto vencedora do certame a empresa CONTROL ANÁLISES DE ÁGUA E EFLUENTES LTDA que apresentou o valor unitário de R$ 48,00 (Quarenta e Oito Reais) perfazendo o valor Global de R$ 13.824,00 (Treze Mil Oitocentos e Vinte e Quatro Reais). Informa aos interessados do resultado que os autos do certame ficam desde já disponíveis para exame de quaisquer interessados. Araputanga MT, 18 de Junho de 2015. REGINALDO LUIZ SCHIAVINATO -Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

A Câmara Municipal de Arenápolis-MT, no uso de suas funções institucionais, torna público, na forma do artigo **61 § único da Lei 8.666/93,** aos interessados e cidadãos em geral objetivando a perfeita eficácia dos atos, a formalização do seguinte contrato, cuja minuta segue abaixo:

<table>
<tr><td>CONTRATO.....:</td><td>Nº. 01/2015</td></tr>
<tr><td>CONTRATADO.....:</td><td>MORADA DA SERRA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - ME</td></tr>
<tr><td>OBJETO.....:</td><td>O presente Contrato tem por objeto à contratação de empresa para fornecimento de combustíveis (Alcool Comum e Gasolina Comum) direto na bomba para abastecimento dos veículos (Sentra Nissan 2.0 e a Motocicleta CG 150C da Câmara Municipal de Arenápolis-MT, com recursos próprios. Conforme descrito na Relação abaixo:
ITEM 01 – ALCOOL COMUM
<table>
<tr><th>DISCRIMINAÇÃO</th><th>LTS</th><th>QTDADE</th><th>VALOR UNIT.</th><th>VALOR TOTAL</th></tr>
<tr><td>ALCOOL COMUM</td><td>LITRO</td><td>1.500</td><td>2,19</td><td>3.285,00</td></tr>
</table>
TOTAL DO ITEM 01: R$ 3.285,00
ITEM 02 – GASOLINA COMUM
<table>
<tr><th>DISCRIMINAÇÃO</th><th>LTS</th><th>QTDADE</th><th>VALOR UNIT.</th><th>VALOR TOTAL</th></tr>
<tr><td>GASOLINA COMUM</td><td>LITRO</td><td>2.000</td><td>3,49</td><td>6.980,00</td></tr>
</table>
TOTAL DO ITEM 02: R$ 6.980,00</td></tr>
<tr><td>VALOR GLOBAL.:</td><td>R$ 10.265,00 (dez mil, duzentos e sessenta e cinco reais)</td></tr>
<tr><td>DOTAÇÃO.....:</td><td>ÓRGÃO: 01 - Câmara Municipal de ArenápolisUNIDADE: 001 - Câmara MunicipalPROGRAMA: 0001 - Gestão LegislativaPROJETO/ATIVIDADE: 2001 - Manutenção de Veículos da Câmara MunicipalFONTE: 33.90.30 – Material de Consumo</td></tr>
<tr><td>BASE LEGAL.....:</td><td>Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores.</td></tr>
<tr><td>ASSINATURA.....:</td><td>01 de Junho/2015.</td></tr>
<tr><td>VIGÊNCIA.....:</td><td>De 01/06/2015 à 31/06/2015</td></tr>
</table>

SECRETARIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS-MT, EM 01 DE JUNHO DE 2.015.

IRISVALTER ALVES MORAN SECRETÁRIO GERAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 2634/2015.

SÚMULA:

"CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N°. 001/2015, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº. 96/2014.

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

ARTIGO 1º Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público Municipal, realizado no dia 29 de março de 2015, para tomar posse no seu devido cargo no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir de **18/06/2015**, na sede da Prefeitura Municipal, conforme Artigo 14 da Lei Complementar n°. 001/1999 e Lei Complementar 096/2014.

CONVOCADOS	CARGO
Priscylla Oliveira Lima Prado	Enfermeiro - Sede do Município
Rosicleia Silva dos Anjos	Recepcionista - Sede do Município

Veronica Ferreira da Silva	Recepcionista - Sede do Município
Luana de Andrade Galindo	Recepcionista - Sede do Município
Sonilda Soares da Silva	Recepcionista - Sede do Município
Divanilce Guarez	Recepcionista - Sede do Município
Adriana Moreira de Oliveira	Técnico em Enfermagem - Conselvan
Suelli Gava Lacerda Karlil	Técnico em Enfermagem - Conselvan
Diego Antonio Gasparin	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
Cassia Ligia de Andrade	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
Geny Teixeira da Silva Araújo	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
Jorgiana do Carmo Cerchi Santos	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
Marcilene das Graças Rubia Sulque	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
Neudileia Bentes Ferreira	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
Rayssa Ferreira Britis	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
Elidiorraine de Moura	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
Elizandra Verannilda Hommerding	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
Jennyfer Savaris	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
Lana Taysa Rodrigues Passos	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
Márcia Aparecida Balta de Oliveira	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
Glauciane Santiago Araujo Silva	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
Cleiton Porfirio da Silva	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
Adair Martins	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
Queila Paim de Oliveira	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
Elza Chaves Teixeira Lima Ferreira	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
Juliana Bueno Henrique	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
Marilda Pereira	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
Elieth da Lana Lima	Agente de Combate às Endemias - Sede do Município
Clemilda De Souza Santos	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
Angela Maria Goes Gomes	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
Maria Camila Cardoso de Jesus	Agente Comunitário de Saúde - Sede do Município: Centro
Maira de Campos Santos	Agente Comunitário de Saúde - Sede do Município: Jardim Planalto
Vagner Antônio Niclotti	Fiscal Sanitário - Sede do Município

ARTIGO 2º No ato da posse o candidato deverá apresentar documentação original acompanhada de cópias ou cópias autenticadas dos documentos exigidos no Edital de Concurso Público n° 001/2015.

ARTIGO 3º O candidato convocado que não comparecer no prazo determinado no presente Decreto ou não solicitar formalmente pedido coerente e com fundamentação plausível de prorrogação de prazo, o mesmo perderá automaticamente o direito à referida vaga.

ARTIGO 4º As despesas decorrentes do presente decreto correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 18 dias do mês de junho de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.928/2015

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, conforme aprovação no concurso n° 001/2015, o Sr. **JURANDIR AMBROSIO**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1319833-5 SEJSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 894.814.451-00, para exercer o cargo de Carreira de **Engenheiro Agrônomo - Sede,** lotado na *Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural,* a partir de 18/06/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 18 dias de junho de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2015

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de sua Pregoeira, nomeada pela Portaria 7.565/2015, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial, regido pela Lei 10.520/2002, Decreto Municipal 1.392/2008 e subsidiada pela Lei 8.666/1993. **Objeto: Contratação de serviço médico para atendimento a Unidade Básica de Saúde na localidade do período urbano de Conselvan em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde deste Município de Aripuanã.** Início da Sessão: *Dia 08/07/2015, às 08h00min (oito horas),* horário local, na sala de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido, alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal de Aripuanã no horário de 08h00min às 11h30min ou através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 18 de Junho de 2015.

ANA CRISTINA DA SILVA CAPPELLESSO

Pregoeira

GABINETE DO PREFEITO
OITAVO TERMO ADITIVO Nº 053/2015

AO CONTRATO N°. 224/2011 QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ, SENDO AS RUAS 31 DE MARÇO, DEPUTADO MORENO, MARIA PAZ PASSARINHO, SÃO FRANCISCO, DR. SEBASTIÃO PAULO DA SILVA, SETE DE SETEMBRO E AVENIDA P. TANCREDO NEVES; DARDANELOS CONSTRUTORA LTDA ; ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE PRAZO; VIGÊNCIA 18/06/2015 A 16/10/2015.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.927/2015

"DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no artigo 81, inciso III da Lei Orgânica Municipal, no artigo 55 da Lei Complementar nº. 001/1999 e na Lei Complementar 96/2014.

Considerando o disposto no artigo 1º da Lei Complementar nº. 27/2007, artigo 3º da Lei Complementar nº. 31/2008, e conforme dispõe os artigos 1º e 5º do Decreto nº. 1.389/2008:

RESOLVE:

Art. 1º PROGREDIR os servidores públicos municipais, devidamente aprovados na Avaliação de Desempenho Anual referente ao Qüinqüênio 2010 a 2015, nos termos do artigo 55 da Lei Complementar nº 001/1999, na Lei Complementar 96/2014 e conforme dispõe o Decreto nº 1.389/2008:

Nome	Cargo	Data de Admissão	Referencia Qüinqüênio	Secretaria	Referencia	A partir da Data
Sueli Ribas de Paula	Técnica de Enfermagem	02/06/2008	2010 a 2015	SEMUSA	02	18/06/2015
Jaqueline Rita Kerkhoff Tacada	Psicóloga	01/02/2006	2010 a 2015	SEMUAS	02	18/06/2015
Silvalane Marques Martins	Agente Administrativo	01/05/2006	2010 a 2015	SEMUAS	02	18/06/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 18 dias de junho de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 040/2015

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de sua Pregoeira, nomeada pela Portaria 7.565/2015, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial/Registro de Preço, regido pela Lei 10. 520/02, Decreto Nº 7.892/2013, Decreto 8.250/2014, Decreto Municipal 1. 392/08 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações. **Objeto: Registro de Preço para a futura e eventual** *contratação de empresa especializada para a prestação de serviços na manutenção preventiva e corretiva da iluminação pública do perímetro urbano do Município, incluindo praças, Comunidades Conselvan, Cidade Morena, Lontra, Milagrosa e Comunidade AR2, serviços de instalação e manutenção de rede elétrica em eventos a serem realizados pela Secretaria Municipal de Turismo e serviços de reparo e manutenção da rede elétrica***do Ginásio de Esportes e Secretaria Municipal de Finanças deste município de Aripuanã.** Início da Sessão: **Dia 01/07/2015, às 08h00min (oito horas),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido, alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal de Aripuanã no horário de 08h00min às 11h30min ou através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 18 de Junho de 2015.

ANA CRISTINA DA SILVA CAPPELLESSO

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL (SRP) – Nº 025/2015/ PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Presencial Nº 025/2015. Objeto:**AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) CENTRÍFUGA PNEUMÁTICA HOSPITALAR, PARA ATENDER A LAVANDERIA DO HOSPITAL MUNICIPAL E PRONTO SOCORRO MILTON PESSOA MORBECK.**

Data da sessão pública: **01/07/2015** às **08 horas 30 minutos** (horário de Brasília). Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Antônio da Silva Neto (Pregoeiro Oficial) e equipe de apoio, 17/06/2015.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL (SRP) – Nº 027/2015/ PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Presencial Nº 027/2015. Objeto:**AQUISIÇÃO DE BRINDES PARA SORTEIO DA CAMPANHA "NOTA PREMIADA" PARA ATENDER A SECRETARIA DE FINANÇAS.**Data da sessão pública: **02/07/2015** às **08 horas 30 minutos** (horário de Brasília). Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Antônio da Silva Neto (Pregoeiro Oficial) e equipe de apoio, 18/06/2015.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL (SRP) – Nº 026/2015/ PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Presencial (SRP) n.º 026/2015. Objeto: **aquisição E MANUTENÇÃO de RELÓGIOS PONTO P/ ATENDER A SECRETARIA MUN. DE SAÚDE.** Data da sessão pública: **1º/07/2015** às **14h00** (horário de Brasília-DF). Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Antônio da Silva Neto (Pregoeiro Oficial) e equipe de apoio, e Ramal 2052, Comissão Permanente de Licitação. 18/06/2015.

EXTRADO DE CONTRATO

O Município de Barra do Garças/MT, por meio do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público o ***EXTRATO DE CONTRATO*** da **TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2015**. Objeto: Contratação de empresa para ampliação e reforma do Parque das Águas Quentes – Antônio Carlos do Nascimento. **Contrato nº 481/2015.** Empresa Vencedora: **MACHADO & CARVALHO CONSTRUÇÃO LTDA - ME**, CNPJ Nº 10.392. 408/0001-00. Demais Informações no Setor de Licitação, Bloco I, Rua Carajás, 522, Centro, das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira. Fone: (66) 3402.2000 ramal 2052. Barra do Garças-MT, 18/06/2015. Roberto Ângelo de Farias – Prefeito Municipal.

O Município de Barra do Garças/MT, por meio do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público o ***EXTRATO DE CONTRATO*** da **TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2015**. Objeto: Contratação de empresa para revitalização da Av. das Águas Quentes. **Contrato nº 482/2015**. Empresa Vencedora: **ASSECON ASSESSORIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP**, CNPJ Nº 01.034.895/0001-48. Demais Informações no Setor de Licitação, Bloco I, Rua Carajás, 522, Centro, das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira. Fone: (66) 3402.2000 ramal 2052. Barra do Garças-MT, 18/06/2015. Roberto Ângelo de Farias – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015.

LOCAL E DATA: Dia 02 de julho de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, situada na Avenida Augusto Leverger, n. 1410, Centro, Barão de Melgaço/MT.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para locação de impressoras scanner, copiadora digital monocolor, para atender a prefeitura municipal de Barão de Melgaço – MT, conforme as especificações técnicas contidas no Termo de Referência nº 004/2015, e demais constâncias do Edital em questão.

CREDENCIAMENTO: Das 08h30min até as 09h00min (horário de Mato Grosso).

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09h00min (horário de Mato Grosso).

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Os interessados poderão obter informações sobre a licitação, no Departamento de licitação da Prefeitura Municipal, de segunda à sexta-feira, no horário das 07: 00 às 13: 00 hora pelo telefone (65) 3331-1431 ou por meio do site www.baraodemelgaco.mt.gov.br.

Barão de Melgaço, 19 de junho de 2015.

MARCELINO VIEIRA CARDOSO

Pregoeiro Oficial

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015.

LOCAL E DATA: Dia 02 de julho de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, situada na Avenida Augusto Leverger, n. 1410, Centro, Barão de Melgaço/MT.

OBJETO: Registro de Preços para futuras eventuais aquisições de pneus e câmaras para atender a Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço – MT, conforme as descrições contidas no Termo de Referencia nº 005/2015 e demais constâncias do edital em questão.

CREDENCIAMENTO: Das 10h30min até as 11h00min (horário de Mato Grosso).

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 11h00min (horário de Mato Grosso).

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Os interessados poderão obter informações sobre a licitação, no Departamento de licitação da Prefeitura Municipal, de segunda à sexta-feira, no horário das 07: 00 às 13: 00 hora pelo telefone (65) 3331-1431 ou por meio do site www.baraodemelgaco.mt.gov.br.

Barão de Melgaço, 19 de junho de 2015.

MARCELINO VIEIRA CARDOSO

Pregoeiro Oficial

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015

LOCAL E DATA: Dia 03 de julho de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, situada na Avenida Augusto Leverger, n. 1410, Centro, Barão de Melgaço/MT.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de impressoras multifuncional, cópias, impressão, scaner, em todos os Setores da Prefeitura, Secretarias Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência nº 004/2015

CREDENCIAMENTO: Das 08h30min até

as 09h00min (horário de Mato Grosso).

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09h00min (horário de Mato Grosso).

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Os interessados poderão obter informações sobre a licitação, no Departamento de licitação da Prefeitura Municipal, de segunda à sexta-feira, no horário das 07:00 às 13:00 horas pelo telefone (65) 3331-1431 ou através do site www.baraodemelgaco.mt.gov.br.

Barão de Melgaço, 19 de junho de 2015.

MARCELINO VIEIRA CARDOSO

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

PREFEITURA DE BRASNORTE
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

AVISO DE RETIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Brasnorte – MT comunica que conforme aviso de publicação decorrente do Pregão Presencial n. 027/2015, publicado no Diário Oficial do Estado, do dia 10/06/2015, no Jornal Folha do Estado do dia 11/06/2015 e no Jornal da AMM, publicado no dia 11/06/2015 que houve retificação do edital no **item 9. Cláusula Nona – Da vigência.**A grafia correta é: **Este instrumento vigorará a partir de sua publicação do seu extrato no Diário Oficial pelo prazo de 01 (um) ano.**

Brasnorte - MT, 18 de Junho de 2.015.

Donizete Alves de Souza

Pregoeiro

PREFEITURA DE BRASNORTE
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 024-1/2015

CONTRATADO: POSTO 10 LIMITADA

OBJETO: Aquisição de Derivados de Petróleo para atender veículos em trânsito a outros Municípios em Atendimento a Prefeitura Municipal de Brasnorte e suas respectivas Secretarias.

VALOR: R$ 646.940,00

VIGÊNCIA: 09/06/2016

DATA: 09/06/2015

PREFEITURA DE BRASNORTE
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021-3/2015

CONTRATADO: CÓXIPO MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME

OBJETO: Aquisição de Materiais de Consumo (materiais de construção) para atender esta Prefeitura.

VALOR: R$ 31.005,60

VIGÊNCIA: 09/06/2017

DATA: 09/06/2015

PREFEITURA DE BRASNORTE
EDITAL 003 - JULGAMENTO CONTRA A LISTA DE INSCRITOS - PSS 002/2015

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2015 EDITAL 003

Julgamento dos recursos contra Lista de Inscritos

A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Processo Seletivo Simplificado nomeada pela Portaria nº 210/2015, representada pela senhora Mara Andressa Kunst Kempa, Presidente da Comissão, no uso de suas atribuições legais, torna público Que não houve recursos contra a Lista de Inscritos do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2015.

Mara Andressa Kunst Kempa

Presidente da Comissão

Processo Seletivo Simplificado

N° 002/2015

PREFEITURA DE BRASNORTE
LEI Nº. 1.769/2015 DE 09 DE JUNHO DE 2015. REPUBLICA-SE POR TER SAÍDO INCORRETO NA EDIÇÃO 2.244 DE 11 DE JUNHO DE 2015.

LEI Nº. 1.769/2015 DE 09 DE JUNHO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial por anulação de dotação orçamentaria e celebrar Convênio com a AMIBRÁS - Associação dos Amigos de Brasnorte para repassar recurso recebido do Fundo Nacional de Saúde - Incentivo Adicional PSF - CNS 2471825 - Unidade de Saúde da Família Cerejal, e dá outras providências.

O Sr. **Eudes Tarciso de Aguiar**, Prefeito Municipal de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, *FAZ SABER* que a Câmara aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio para repassar recurso recebido do Fundo Municipal de Saúde - Incentivo Adicional PSF - CNS 2471825 - Unidade de Saúde da Família Cerejal à AMIBRÁS - Associação dos Amigos de Brasnorte, no valor de **R$ 20.000,00 (vinte mil reais)**.

ARTIGO 2º - O recurso será destinado à prática de ações de saúde da Equipe de Saúde da Família que atendem as Comunidades Cerejal, São Bento e Distrito de Água da Prata.

ARTIGO 3º - A AMIBRÁS será responsável por complementar o valor, se necessário, para o atendimento da prática de ações de saúde da Equipe de Saúde da Família.

ARTIGO 4º

- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial por anulação, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), para cobertura da seguinte dotação orçamentária, conforme discriminado abaixo:

ÓRGÃO:	**06.**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
UNIDADE:	**06. 002.**	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**
FUNÇÃO:	**10.**	**Saúde**
SUBFUNÇÃO:	**301**	**Atenção Básica**
PROGRAMA:	**0012.**	**Atendimento Integral a saúde**
ATIVIDADE:	**2.113**	**Manutenção e encargos com o Fundo Municipal de Saúde - PSF e OUTROS**

ELEMENTO DE DESPESA:

4.4.50.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente Fonte 47 - SUS - UNIÃO - Programa de Saúde da Família	R$	20.000,00
Total	R$	20.000,00

ARTIGO 5º - O crédito aberto no artigo anterior terá como fonte de recursos, a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO:	**06.**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
UNIDADE:	**06. 002**	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**
FUNÇÃO:	**10**	**Saúde**
SUBFUNÇÃO:	**301.**	**Atenção Básica**
PROGRAMA:	**0012**	**Atendimento Integral a Saúde**
ATIVIDADE:	**2. 113**	**Manutenção e encargos com o Fundo Municipal de Saúde - PSF e OUTROS**

ELEMENTO DE DESPESA:

809 - 3.3.90.48.00.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas Fonte 47 - SUS - UNIÃO - Programa de Saúde da Família	R$	20. 000,00
Total	R$	20. 000,00

ARTIGO 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brasnorte - MT, aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

EUDES TARCISO DE AGUIAR

Prefeito

PREFEITURA DE BRASNORTE
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021-2/2015

CONTRATADO: FBM COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME

OBJETO: Aquisição de Materiais de Consumo (materiais de construção) para atender esta Prefeitura.

VALOR: R$ 648.557,59

VIGÊNCIA: 09/06/2017

DATA: 09/06/2015

PREFEITURA DE BRASNORTE
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026-1/2015

CONTRATADO: D. P. DA SILVA GRAFICA - ME

OBJETO: Registro de Preços para Futuras e Eventuais Prestações de Serviços Gráficos, para Atender a Demanda desta Prefeitura.

VALOR: R$ 991.439,75

VIGÊNCIA: 16/06/2016

DATA: 16/06/2015

PREFEITURA DE BRASNORTE
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025-1/2015

CONTRATADO: SILVESTRE GUTH - ME

OBJETO: Prestação de Serviços de Instalação e Manutenção de Ar Condicionado para atender a Prefeitura Municipal de Brasnorte-MT.

VALOR: R$ 163.950,00

VIGÊNCIA: 09/06/2016

DATA: 09/06/2015

PREFEITURA DE BRASNORTE
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021-4/2015

CONTRATADO: ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP

OBJETO: Aquisição de Materiais de Consumo (materiais de construção) para atender esta Prefeitura.

VALOR: R$ 36.286,26

VIGÊNCIA: 09/06/2017

DATA: 09/06/2015

PREFEITURA DE BRASNORTE
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021-1/2015

CONTRATADO: HERIBERTO WUTTKE - ME

OBJETO: Aquisição de Materiais de Consumo (materiais de construção) para atender esta Prefeitura.

VALOR: R$ 157.500,00

VIGÊNCIA: 09/06/2017

DATA: 09/06/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 013/2015

ABERTURA: 08 de julho de 2015.

CREDENCIAMENTO: a partir das 08:00h.

INÍCIO DA SESSÃO: 08 de julho de 2015 às 08:00 horas.

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para execução de serviço de construção de meios fios e sarjetas em concreto 15MPA, in loco, nas ruas recém pavimentadas dos bairros Jardim Alvorada e Jardim Olenka.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 18 de junho de 2015.

Leandro Nery Varaschin

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO *0*67/2015, destinada à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição equipamentos de informática para atender as Secretarias Municipais, teve como vencedoras as empresas: M R FERNANDES - EPP com o valor total de R$ 86.550,00 (oitenta e seis mil, quinhentos e cinquenta reais), VIVIANE REGINA CLAUDINO-ME com o valor total de R$ 61.020,00 (sessenta e um mil e vinte reais), OLMIR IORIS & CIA LTDA - EPP com o valor total de R$ 57.850,00 (cinquenta e sete mil, oitocentos e cinquenta reais), SUPREMA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME com o valor total de R$ 46.616,00 (quarenta e seis mil, seiscentos e dezesseis reais), PAPER TECH TECNOLOGIA SOLUCOES E SERVICOS EIRELI - ME com o valor total de R$ 44. 075,00 (quarenta e quatro mil e setenta e cinco reais), MARIA CRISTINA MATTEI - EPP com o valor total de R$ 36.508,00 (trinta e seis mil, quinhentos e oito reais), STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA com o valor total de R$ 34.450,00 (trinta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais), ALINE FONSECA DE CAMPOS ME - ME com o valor total de R$ 29.539,00 (vinte e nove mil, quinhentos e trinta e nove reais).

Campo Novo do Parecis-MT, 18 de junho de 2015.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
DECRETO EXECUTIVO Nº 050, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Regulamenta os instrumentos para o cumprimento da função social da propriedade urbana no município de Campo Novo do Parecis e dá outras providências.

MAURO VALTER BERFT, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

Considerando a Lei Complementar nº. 031/2011, de 14 de julho de 2011, que institui, nos termos do § 4º do artigo 182 da Constituição Federal, os instrumentos para o cumprimento da Função Social da Propriedade Urbana, demanda regulamentação dos procedimentos inerentes ao efetivo cumprimento dos dispositivos pertinentes à aplicação de tais instrumentos,

Considerando as ações desenvolvidas pela Administração Pública Municipal visando instituir os instrumentos de promoção do adequado aproveitamento dos imóveis ociosos na cidade Campo Novo do Parecis,

D E C R E T A

Art. 1º. Este decreto regulamenta os procedimentos para a aplicação dos instrumentos indutores da função social da propriedade urbana no Município de Campo Novo do Parecis, nos termos da Lei Complementar nº. 031/2011, de 14 de julho de 2011.

Art. 2º. Compete à Secretaria Municipal Finanças, primordialmente por seus Departamentos de Tributação, de Fiscalização e Assessoria Jurídica Fiscal, com apoio dos demais órgãos integrantes da Administração Pública, implementar projetos, ações e programas relacionados à efetivação da notificação para o parcelamento, edificação e utilização, de imóveis que não cumprem a sua função social.

Art. 3º. Visando à preparação das notificações, o levantamento prévio dos imóveis incluídos na área de abrangência prevista no artigo 12, da Lei Complementar 031/2011, de 14 de julho de 2011 e que apresentem indicadores de enquadramento nas definições constantes do artigo 13, do mesmo dispositivo legal.

§ 1º. Será instituída uma Comissão para a elaboração do levantamento mencionado no caput deste artigo, a ser definida mediante portaria do Prefeito.

§ 2º. A referida Comissão deverá ter no mínimo 8 (oito) membros, sendo 2 (dois) membros do Departamento de Tributação, 1(um) membro da Assessoria Jurídica Fiscal, 4 (quatro) membros do Departamento de Fiscalização e 1(um) membro da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

§ 3º. As diligências e vistorias serão efetuadas por Agentes Fiscais mediante expedição de Boletim de Cadastro Imobiliário instruído com fotografias, que poderão ser confrontadas com outros dados que poderão ser obtidos por meio de convênios firmados pela Administração Municipal com as concessionárias de serviço público com vistas à identificação dos imóveis sem registro de consumo dos serviços públicos essenciais.

Art. 4º. As informações recebidas de acordo como o artigo § 3, do artigo 3º deste decreto serão analisadas pela Comissão nomeada nos termos do §1º do artigo 3º deste decreto, com vistas ao seu acolhimento ou não.

Art. 5º. Com base no cadastro revisto e atualizado serão efetivadas as notificações de que trata a Lei Complementar nº. 031/2011, de 14 de julho de 2011, para a promoção do adequado aproveitamento do solo urbano não edificado, não utilizado ou subutilizado, mediante o parcelamento, a edificação ou a utilização.

Art. 6º. O proprietário do imóvel ou, no caso de pessoa jurídica, quem tenha poderes para sua gerência geral ou administração será notificado na seguinte conformidade:

I - quando residir no Município de Campo Novo do Parecis, por agente fiscal competente da Secretaria Municipal de Finanças:

a) não encontrando no local, o proprietário ou o responsável, e havendo suspeita de sua ocultação, deverá comunicar a qualquer pessoa da família ou morador ou, em sua falta, a qualquer vizinho que retornará no dia e hora que designar para efetuar a notificação;

b) no dia e hora designados, comparecerá ao local a fim de realizar a diligência;

II - quando residir fora do território do Município de Campo Novo do Parecis, por carta registrada com aviso de recebimento (AR), não sendo encontrado o proprietário ou o responsável;

III - frustradas as tentativas de notificação previstas nos incisos I, por 2 (duas) vezes e inciso II, deste artigo, proceder-se-á, no prazo máximo de 10 (dez) dias, à notificação por edital, mediante publicação no Diário Oficial do Município, devendo, ainda, a referida publicação ser afixada na sede da Prefeitura, no Paço Municipal.

Art. 7º. A Comissão, com apoio da Secretaria Municipal de Finanças, no prazo de 60 (sessenta) dias deverá solicitar ao Cartório de Registro de Imóveis de Campo Novo do Parecis a averbação na matrícula do imóvel da notificação de que trata o art. 8º deste Decreto.

Parágrafo único. Caso o proprietário promova o adequado aproveitamento do imóvel, na conformidade do disposto na Lei Complementar nº. 031/2011, de 14 de julho de 2011, a Comissão com apoio da Secretaria Municipal de Finanças deverá promover o cancelamento da averbação de que trata o caput deste artigo.

Art. 8º. No prazo máximo de 1 (um) ano, contado a partir do recebimento da notificação, os proprietários notificados deverão comunicar à Prefeitura do Município de Campo Novo do Parecis uma das seguintes providências:

I - o início da utilização do imóvel;

II - o protocolamento do pedido de expedição de um dos seguintes documentos:

a) alvará de aprovação de projeto de parcelamento do solo;

b) alvará de aprovação e execução de edificação.

Parágrafo único. Os pedidos de expedição dos documentos constantes do inciso II do caput deste artigo serão instruídos, analisados e decididos em caráter prioritário pela Comissão.

Art. 9º. As obras de parcelamento ou edificação referidas no art. 8º deste Decreto, deverão iniciar-se no prazo máximo de 2 (dois) anos, contados a partir da expedição do alvará de aprovação do projeto de parcelamento do solo ou alvará de aprovação e/ou execução de edificação.

Art. 10. O proprietário terá o prazo de até 3 (três) anos, contados a partir do início das obras, para comunicar a conclusão do parcelamento do solo ou da edificação do imóvel ou da primeira etapa das obras, no caso de empreendimento de grande porte.

Parágrafo único. Considera-se empreendimento de grande porte, conforme o caso:

I – as edificações com área construída computável superior a 10.000m² (dez mil metros quadrados);

II – o parcelamento do solo sobre lotes ou glebas com mais de 50.000m² (cinquenta mil metros quadrados) de área.

Art. 11. A transmissão do imóvel por ato inter vivos ou causa mortis, posteriormente à data da notificação prevista no art. 10 deste Decreto, implica a transferência das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização, sem interrupção de quaisquer prazos.

Art. 12. Em caso de descumprimento das condições e dos prazos estabelecidos para o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios, será aplicado sobre os imóveis cujos proprietários foram notificados, o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana Progressivo no Tempo - (IPTU Progressivo no Tempo), mediante a majoração anual e consecutiva da alíquota pelo prazo de 5 (cinco) anos, até o limite máximo de 15% (quinze por cento), na forma do que dispõe o artigo 7º da Lei Complementar nº. 031/2011, de 14 de julho de 2011.

§ 1º. A Comissão informará à Secretaria de Finanças o eventual descumprimento das condições e dos prazos estabelecidos para o parcelamento, edificação ou utilização, visando à aplicação do IPTU Progressivo no Tempo.

§ 2º. Iniciada a aplicação do IPTU Progressivo no Tempo, a Comissão informará à Secretaria Municipal de Finanças se houve por parte do contribuinte, o cumprimento da obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, a fim de que o lançamento do tributo para o exercício seguinte seja levado a efeito sem a majoração de alíquota, nos termos do disposto no art. 7º da Lei Complementar nº. 031/2011, de 14 de julho de 2011.

Art. 13. Decorridos 5 (cinco) anos da cobrança do IPTU Progressivo no Tempo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, a Prefeitura do Município de Campo Novo do Parecis poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública, na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 031/2011, de 14 de julho de 2011.

Art. 14 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dias do mês de junho de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO 094/2015

ABERTURA: 07 de julho de 2015.

CREDENCIAMENTO: a partir das 08:00h.

INÍCIO DA SESSÃO: 07 de julho de 2015 às 08:00 horas.

OBJETO: Aquisição de materiais permanentes e de consumo para atender a Proinfância Reino Encantado, localizada no bairro Jardim das Palmeiras, conforme Termo de Compromisso PAR nº 201400626, firmado entre o FNDE e o município de Campo Novo do Parecis.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 18 de junho de 2015.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO *0*72/2015, destinada à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição equipamentos de áudio e vídeo e material permanente, para atender as Secretarias Municipais, teve como vencedoras as empresas: AKDD ELETRONICOS E PAPELARIA

COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE SERVIÇOS LTDA ME com o valor total de R$ 79.630,00 (setenta e nove mil, seiscentos e trinta reais), VALMIR LEONARDI & CIA LTDA com o valor total de R$ 48.332,50 (quarenta e oito mil, trezentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos), SUPREMA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME com o valor total de R$ 41.330,60 (quarenta e um mil, trezentos e trinta reais e sessenta centavos), STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA com o valor total de R$ 29.026,00 (vinte e nove mil e vinte e seis reais), M R FERNANDES - EPP com o valor total de R$ 28.188,50 (vinte e oito mil, cento e oitenta e oito reais e cinquenta centavos), OLMIR IORIS & CIA LTDA - EPP com o valor total de R$ 18.750,00 (dezoito mil, setecentos e cinquenta reais), P.R.P BORGES COMERCIO ME com o valor total de R$ 4.006,00 (quatro mil e seis reais), K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP com o valor total de R$ 2.997,00 (dois mil, novecentos e noventa e sete reais).

Campo Novo do Parecis-MT, 18 de junho de 2015.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2015 PREGÃO: N° 071/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: PERAZZA FERRES E FERRES S/S LTDA

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializado de laboratório, para realização de exames preconizados pelo Ministério da Saúde.

Os preços, a quantidades e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Cód. Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	2308	900,00	UNID.	EXAME TOXOPLASMOSE IGG	16,99	15.291,00
2	2324	900,00	UNID.	EXAME TOXOPLASMOSE IgM	16,99	15.291,00
3	32149	400,00	UNID.	EXAME CITOMEGALOVIRUS IGG	11,50	4.600,00
4	6413	400,00	UNID.	EXAME CITOMEGALOVIRUS IGM	11,81	4.724,00
5	31363	300,00	UNID.	EXAME TSH ULTRA-SENSIVEL	8,98	2.694,00
6	2321	300,00	UNID.	EXAME T3	10,61	3.183,00
7	31362	300,00	UNID.	EXAME T4 LIVRE	9,75	2.925,00
8	11190	200,00	UNID.	EXAME LH	8,99	1.798,00
9	6424	200,00	UNID.	FSH	7,95	1.590,00
10	11187	50,00	UNID.	EXAME PROLACTINA	9,00	450,00
11	32148	400,00	UNID.	EXAME PSA TOTAL	16,46	6.584,00
12	29597	20,00	UNID.	EXAME CREATINA QUINASE (CK TOTAL)	3,43	68,60
13	15220	300,00	UNID.	DOSAGEM DE FERRO SERICO	4,26	1.278,00
14	10885	300,00	UNID.	EXAME FERRITINA	15,80	4.740,00
15	15716	30,00	UNID.	Trypanossoma Cruzi, Anticorpos IgG (IFI)	12,00	360,00
16	15717	30,00	UNID.	Trypanossoma Cruzi, Anticorpos IgM (IFI)	13,00	390,00
17	15713	300,00	UNID.	Dosagem Sódico Sérico	3,43	1.029,00
18	15714	300,00	UNID.	Dosagem Potássio Sérico	3,43	1.029,00
19	15715	100,00	UNID.	Dosagem Calcio Sérico	3,43	343,00
21	35010	50,00	UNID.	Exame HBSAG por metodologia ELISA	18,78	939,00
22	35011	50,00	UNID.	Exame HCV por metodologia ELISA	18,78	939,00
23	35012	20,00	UNID.	Exame CKMB	4,56	91,20
24	35013	50,00	UNID.	Exame Magnésio	3,51	175,50
25	36168	900,00	UNID.	RUBÉOLA IgG POR METODOLOGIA ELIZA	17,16	15.444,00
26	36169	900,00	UNID.	RUBÉOLA IgM POR METODOLOGIA ELIZA	17,16	15.444,00

Totalizando o valor de R$ 101.400,30 (cento e um mil e quatrocentos reais e trinta centavos).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DO IPTU 2015

Ficam os contribuintes abaixo descritos NOTIFICADOS quanto ao lançamento do IPTU E TAXAS 2015 constituídos sobre imóveis territoriais (sem construção). Os boletos para quitação do débito devem ser retirados na Secretaria Municipal de Fazenda, localizada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Campo Real II. A cota única pode ser quitada até 30/06/2015 com desconto de até 30%. Caso opte pelo parcelamento a primeira parcela vence em 30/06/2015 e deverá retirar os boletos na Secretaria Municipal de Fazenda ou através do site www.campoverde.mt.gov.br. O não pagamento dos tributos ensejará PROTESTO EM CARTÓRIO e cobrança via judicial.

Os contribuintes abaixo ficam também notificados quanto ao descumprimento da função social da propriedade urbana, de acordo com a Lei Municipal nº 019/2010, sendo que para esses imóveis o Município adicionará alíquotas progressivas de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a cada ano, até o limite total de 3,5% (três vírgula cinco por cento), conforme estabelecido nos Artigos 99 à 102 da Lei Complementar 019/2010).

CIDADE ALTA		
QUADRA	LOTE	CONTRIBUINTE
8	3	LUIZ ROQUE FACCHINETTO
9	13	MARTINS CANDIDO AMARAL
11	28	ROSIMAR BITTENCOURT FERREIRA
12	15	ANDREA MARIA ALBIERO
16	1	MARCIO ALEIXO
16	3	OSMAR DIAS MOREIRA
16	5	IVANIA RIBEIRO DA SILVA
16	7	JOAO BOSCO DA ROCHA

16	10	JOACIL DE OLIVEIRA NEVES
16	15	ESPERENDEUS MEDEIROS DE VITAL PONTES
16	21	JULIA SANTANA DE SOUZA
16	22	VALDECI CAVALCANTE DE MATOS
16	25	GELSEMAR JOSE GOMES
16	27	LADEMIR LUDVIG
16	29	APARECIDA KAYOKO NOSAKI
16	30	CLEIDE APARECIDA RODRIGUES SCHWARZ
17	1	JOAO DE DEUS CAMPO FILHO
17	2	ANDERSON/ELISMAR DUARTE
17	4	JULIO CESAR SANTANA CUNHA
17	6	LILIAN KOLIN E CARINE KOLING
17	8	ELCIO ALBERTON
17	11	LUCIO ARAUJO FERNANDES
17	17	ELIAS DA SILVA BORGES
17	18	JUNIOR CESAR MASDCARENHAS
17	19	MARCIO FABIANO FIN
17	25	LEANDRO LIMA DE OLIVEIRA
17	26	PAULINO DAS GRAÇAS
CIDADE ALTA II		
QUADRA	LOTE	CONTRIBUINTE
1	1	LUCIANO ALVES BASILIO
2	1	PAULO ROBERTO CAMPOS DE SOUZA
2	4	QUERTON DA SILVA RAMOS
3	1	JOSE ANGELO BATISTA
3	3	REJANE CRISTINA S. COSMO
3	4	ELIANE RAMOS SILVA SANTOS
4	4	MARIA SILENE BARROS ROCHA
5	2	ELTON CASO
6	3	FERNANDO DAL CASTEL
6	4	MILAYNE STEINMETZ
7	2	MARCIO ALEIXO
7	3	IRASMO FARLLES GONÇALVES NUNES
8	1	ELIEZER GABRIEL DE SOUZA
8	2	MARQUES DOMINGOS GONÇALVES
8	3	SAMUEL BISPO DE SOUZA
8	8	AMARILDO PAES LEMES DE FREITAS E SELMA MOREIRA LIMA
8	9	DOUGLAS FRANCISCO DE CAMPOS
8	10	CRISTIANO MARQUES R. DE OLIVEIRA
8	11	REGINALDO ANTONIO DA SILVA
8	12	ALEXANDER ALVES MACCEDO
8	14	NARCISO COSTA LIMA
8	15	GUIMARINO LOPES BARCELOS
8	16	VIVIAN REGINA DE OLIVEIRA
9	3	SONIA REGINA DE MORAIS FERREIRA
9	8	ARNALDO FERREIRA LIMA
9	9	PAULO SILVANO PEREIRA DOS SANTOS
9	12	ELAINE PEREIRA DA SILVA MARTINS
9	14	MARCOS HENRIQUE ISOTTON
9	15	DIONIZIA FERREIRA SILVA
9	16	ADERBAL SOBRINHO DE ARAUJO
9	18	ANDERSON DE ARAUJO SOUZA
9	20	FRANCISCO TARQUINIO FERNANDES COSTA
9	25	GERCILEI DE OLIVEIRA BORGES
9	26	JANICE PAULA DA SILVA
9	27	KELSON RICARDO OLIVEIRA CAMPOS
10	2	PAULO AUGUSTO DA SILVA
10	5	LUCILIA RENATA GUEDES ROSA
10	6	RICARDO RANCISCO DA SILVA SANTOS
10	7	TANIA CRISTINA PAIAO GONCALVES
10	10	MARCELO PEREIRA ARAUJO
10	11	LEANDRO JOSE ANTUNES
10	12	NELZA CRISTINA DA SILVA
10	13	LUCIANA SILVA ARAUJO
10	14	FRANCIELLE LIPPE
10	23	MARCIANO PEDROSO DA SILVA
11	3	FERNANDO KUNZ
11	6	JUARES ESTEVES DUARTE
11	7	GELSIR SARTORI
11	9	ROZANGELA DE FATIMA GONÇALVES DA SILVA
11	10	JOÃO BOSCO RODRIGUES NOGUEIRA
11	11	JORGE CELLOS DE ASSIS
11	12	ELAIR XAVIER DUARTE
11	13	LUZINETE OLIVEIRA ALVES
11	15	LADIR GUOLLO
11	19	NILDA VIEIRA BARBOSA
11	21	LUIZ DONIZETTI DE ARAUJO
11	24	AMBROSIO FELEMA
11	25	ERISON HERBERT NUNES
11	27	CLOVES CONCEIÇÃO SILVA
12	1	CREONE DALVAN ZOCOLOTTO
12	4	ENESIO GRIMAR GALDINO DE SOUZA
12	6	RENATO EDUARDO FERREIRA
12	12	ARNALDO SANTANA DE MACEDO
12	14	MAURICIO CLARO DA SILVA
12	17	MARIO FERNANDES DOS SANTOS
12	18	SILVANA DE SOUSA PASSOS
12	21	EDSON TEIXEIRA NEVES
12	24	SERGIO BARBOSA CRUZ
12	27	CLARI GROSSO
13	2	MARIA SOARES DE AMORIM
13	3	LIDIA CRISTINA VAEZ
13	6	WELTER SILVA DE JESUS
13	9	ILMA CANDIDA DE SOUZA
13	12	JANAINA RICALA DE MORAIS SILVA

13	15	ELIZEU LOPES DA SILVA
14	2	WESLEI LEANDRO ALENCAR
14	5	MAURO SERGIO RODRIGUES LEONIS
14	7	LUZIA FRANCISCA MARINHO
14	8	CLAUDIA ROIESKI
14	9	MARCOS MACHRY
14	10	JOSE ROBERTO BONIFACIO
14	11	JOÃO PAULO DE SOUZA
14	16	VANICELIA LUIZ DUARTE
14	18	KARINA SCHAFHAUSER TRES
14	19	ELIANO NUNES SANTOS
14	21	ELIETE DOS SANTOS ASSUNÇÃO
15	2	EVANDRO ROSA DOS SANTOS
15	4	VITURINO PEDROZO PEREIRA
15	7	ALCIDES GONÇALVES DA SILVA
15	12	TEODORO GOMES DA SILVA
15	14	GILLIARD LEDUINO DA SILVA
15	18	AVAILTON LEMES MACHADO
15	20	ANDRRE DONINI LEICHTWEIS
15	21	JOEVERSON DIVINO COSTA DA CRUZ
15	22	BENEDITO GONÇALVES DOS SANTOS
15	24	FERNANDA DA SILVA
15	25	VICENTE GONÇALVES PEREIRA
15	26	MACIEL DA SILVA PASSOS
15	28	MARCOS BUENO CURI
16	1	WASHINGTON DOUGLAS ROCHA
16	2	CARLOS PEREIRA CARDOSO
16	3	LEIDIANE ANDRADE DA SILVA PESSOA - ME
16	7	NILDA VAZ BORGES DE ALMEIDA
16	9	MARIA APARECIDA DE LIMA
16	15	CLAUDINEI RODRIGUES LOPES
16	17	ROMEU BONI
16	18	DENILDES DE LURDES SILVA
16	19	ROSA ELENA BARBIERI
16	21	JOÃO MARCOS BINATI PEREIRA
16	22	EVANDRO GONÇALVES ROCHA
16	23	JANDIRA DOS SANTOS MARTINS
16	25	ILDO SUHRE
16	28	CELSO PINTO DA SILVA
17	1	APARECIDA ALVINA DE SOUZA GUIMARÃES
17	2	JOÃO ALVES DOS SANTOS
17	3	REINALDO SAFADI JUNIOR
17	7	VERA LUCIA LOPES
17	8	NELCIR OSVALDO PELINSON
17	12	RAIMUNDO PEREIRA DOS SANTOS
17	14	FERNANDO VIEIRA DE MORAES
17	15	ANTONIO PIO DE AZEVEDO NETO
17	18	FRANCISCO MARQUES DE ARAUJO
17	19	DIOMAR TIMOTEO DE ALMEIDA
17	21	ELIZIANE BORELLA
17	22	ADEMILSON DELAMUTA
17	26	LUIZA SANTANTA DOS SANTOS
17	28	VILMA LOPES DE PAULA
18	3	ZILDA MARA OLIVEIRA CAMPOS FERREIRA
18	4	ROSE ROSA DOS SANTOS
18	10	EDIVANIA DOS SANTOS CARDOSO
18	14	CLEMILDA BATISTA DOS SANTOS
18	15	JOSE ANGELICO DE ARAUJO
18	21	TANIA APARECIDA BOSCO BEZERRA
18	22	LUCIANE TEREZINHA EBERT
18	24	QUERTON DA SILVA RAMOS
18	29	JHONATANN ALVES MOISES DE LIMA
19	1	MATILDE SERRUDO LLANOS
19	3	MOISES FERREIRA GUIMARÃES
19	4	MARILI CONCEIÇÃO DE MIRANDA
19	7	JOSE CARLOS CAMPOS DOS SANTOS
19	12	JOSE TEIXEIRA DE MACEDO
19	14	ELSO CARVALHO NOGUEIRA
19	17	MAURINHO ROSA DE JESUS
19	20	CARLOS FERREIRA DA SILVA
19	21	CLEBSON ALVES DE OLIVEIRA
19	23	ANTONIO DA SILVA
19	26	AILTON NUNES
19	27	GLAUCIA FABIANI WERLE
19	28	ROSIMAR RODRIGUES DO NASCIMENTO
19	29	RUDY KRAUSE
21	1	ALEX DE ASSIS SILVA
21	3	ELIZETE DE MELLO
21	5	CLAUDINEI DE OLIVEIRA BORGES
21	10	HILTON DA SILVA
21	11	FILISDETE RESENDE DE SOUZA
21	12	CRISTINA FLORENTINO PERES
21	14	WILSON LAZARO DE REZENDE JUNIOR
21	16	ADEMIR SEGURAÇO
21	18	JOÃO CATARINO DOS SANTOS FILHO
21	22	ELCIO PEDRO JOHNER
21	23	JOELMA PEREIRA MELO MORAES
22	4	EDEZIA DE ALMEIDA
22	5	JOSIAS ZACARIAS PEREIRA DE ALMEIDA
22	7	VICENTINO PAULINO DA SILVA
22	8	VILSON BATISTA DA SILVA
22	9	OZENIR JERONIMO DA SILVA
22	14	EDMILSON GONÇALVES DE ARAUJO
22	17	EDNA RAMOS DOS SANTOS
22	18	FRANCISCO HENRIQUE DANTAS PINTO ALENCAR
23	4	CLAUDIA DIAS VIANA DOS REIS

23	6	ALEXANDRA MARIANA JARDIM
23	9	JOSELINA MARIA ALVES DA SILVA
23	10	ZENILDE DE LURDES SILVA
23	12	EDVALDO ALVES DA SILVA
23	14	VAGNER ARAUJO COUTO
23	16	REINALDO LIMA DA SILVA
23	17	RICARDO GOMES FERREIRA
23	18	CECILIO DE OLIVEIRA MORAES
23	20	ELKE ADRIANNE NEVES DE SOUZA
23	24	LUCIENE QUEIROZ GALVÃO
23	26	MIGUEL BARROS DE CARVALHO
25	1	NILSON PEREIRA BORGES
25	2	CLEIA ANDRADE DE QUEIROZ
25	3	EDMUNDO JUSTINO ALVES
26	7	MARCELO MORAES DUQUES
26	9	NIVALDO JOSÉ DOS SANTOS
26	10	ESTEVINA RIBEIRO DE PONTES
26	12	GILSON CARLOS DOS SANTOS
26	13	CLAUDIA VANESSA LAVARDA RITTES
26	27	MERIANE OLIVEIRA DA SILVA
26	29	FABIO MOURA PINTO
26	30	JOSE NILTON FERREIRA DE SOUZA
27	2	ZILMAR MARQUES SANTANA
27	3	JOSE MARCIO DOS SANTOS
27	5	JULIANA PAULA MARTINI
27	6	JORCELINO PONTES DE OLIVEIRA
27	7	GILMAR ALDINO NETO
27	9	MARCIA MARIA MARÇAL
27	25	MARIA RITA DE LIMA
27	28	SUZANA SEBASTIANA DE ARAUJO
27	29	RUBIA MARIA MARTINS COSTA
29	23	VANESIA DOS SANTOS GONÇALVES
30	1	MARIA SILVA DE SOUZA
30	2	NEUTON PEREIRA DE SOUZA
30	3	POLYANE FRANCISCA DE SOUZA
33	2	PAULO CEZAR METZDORF
33	4	EDIANE PAVESI BUENO
38	14	LUZIANI SANTOS DA CRUZ
38	15	JOEL ALVES DE OLIVEIRA
38	17	ELIAS MORAES DE LIMA
38	18	IDALICIA BRITO PEREIRA

SÃO MIGUEL		
QUADRA	LOTE	CONTRIBUINTE
1	3	ALINE LOURENÇO NETO
1	5	MARIA APARECIDA DOS REIS
1	6	CARIMINI FABRIZ
1	9	MARCELO SALVIANO DE OLIVEIRA
1	12	LEILA FRAGALLI LEVORATO RIBEIRO
2	1	ADÃO MACIEL
3	4	JOSE RIBAMAR DOS REIS MARINHO
3	7	JOÃO CARLOS ROBAINA
3	10	CLOVES LUIZ DOS SANTOS BRESSAN
3	11	WAGNER APARECIDO MADALENA
3	14	KATIANE ALMEIDA DE CAMPOS
3	15	DAIENE SCHMOLLER MAIA
3	16	SINALDO MOURA DE FREITAS
3	17	MARIO LUIZ BONI
4	12	NIVIA DE FATIMA RODRIGUES
4	14	JOSE LUIZ TIEPO
4	16	LUCILENE VIEIRA AZEVEDO
4	19	RICARDO SANTANA MARTINS
5	4	CLEILSON MENEZES GUIMARÃES
5	5	JOSINEI SOUZA AMARAL
5	6	ABEL ROCHA DA SILVA
5	21	JOÃO CELINO A SANTOS
6	1	IVO ANTUNES OLIVEIRA
6	2	RUSINETH DE OLIVEIRA BRITO
6	7	FRANCISCO DA SILVA SOUZA
6	13	JOSE MOACIR DA CONCEIÇÃO
6	15	ERICA BALMANT MOURA
6	18	TEREZA BARBIERI FABRIZ
6	22	MARCOS FERREIRA ALENCAR
6	23	VALDIRENE PEREIRA COELHO
7	8	ARCINO LEMES SILVESTRE
7	9	RICARDO AVANILDO FERREIRA
7	22	LUCAS GAUDENCIO DE OLIVEIRA
7	23	EDSON PEREIRA RIBEIRO
7	25	ROSENILDO ALVES DOS SANTOS
8	1	AILTON GOMES SEVERINO
8	3	ALEXANDRE RICARDO LENZ
8	4	JUCINEIA BRUNA DA COSTA
8	7	WELINTON PEREIRA LIMA
8	15	ISMAEL ALVES LORENA
8	21	KUEYLA MARIA PACHECO
8	27	WILSON RODRIGUES DE OLIVEIRA
9	4	JUAREZ JOSE FIN ALBIERO
9	7	JERRI ADRIANI SOARES DONIZETTE
9	11	EWELSON GOMES DA SILVA
9	21	JOSIMARE VIEIRA DA SILVA
9	23	MIRNA TEREZINHA LORENI
9	24	ROSINEIDE DE OLIVEIRA
9	25	MARIA SOSTER DE AGUIAR
9	28	ALVARO GOULART DA SILVA
10	1	ADEMIR ANTONIO ABATI
10	2	JACKSON FERNANDES SECHI

10	6	ADRIANE DA SILVA MACEDO
10	8	ODIRLEI JOSE MARTINS
10	10	ALEXANDRA ROBERTA BENETTI
10	13	JANETE VON DENTZ
10	14	ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA FREMIOT
10	15	LUIS ENOC SASSI
10	16	EDSON PEREIRA DE ARAUJO
10	18	JOSE DOS REIS ROMEIRO
10	21	JOSE CARLOS DE AVELAR
10	23	ALEX ALVES DOS SANTOS
10	24	GILMAR ALDINO NETO
11	6	ROZIRLENE CLARA DOS SANTOS
11	7	HELIO MARTINS DA SILVA
11	8	ALAN TEOTONIO FERREIRA
13	1	GRACIELA ALOYSA BELING
13	3	PATRICIA MARIA DE AZEVEDO VARGAS
13	5	ULISSES DE SOUZA JUNIOR
13	13	MARCILENE SIQUEIRA SAMPAIO
13	19	FRANCINO ALVES DOS SANTOS
13	18	LUIZ ANTONIO DOS SANTOS BEZERRA
13	20	SONIA REGINA FERREIRA SANTOS
13	22	ELIDA PAULA DA GUIA
13	24	ALVINO SOUZA DE OLIVEIRA FILHO
13	25	VINICIUS ALGUSTO REBOLHO DE BRITO
13	26	PEDRO TEODORO XAVIER
13	28	ANTENOR ALEXANDRE DOS SANTOS
13	29	EDIVALDO CARDOSO DOS SANTOS
13	31	ALEXANDRO M. TEIXEIRA
13	34	EDSON BROCARDO
14	2	SIDNEI SALUSTIANO DA SILVA
14	3	JAILE JOSE FERNANDES DA SILVA
14	11	BENEDITO FELIX DA SILVA
14	12	LUIZA XAVIER MOREIRA DA SILVA
14	14	AGNALDO CLEMENTE DE SOUZA
14	15	ELTON SCHALM
14	16	MONICA ANDRADE MOTA
14	18	CLAUDIA BEATRIZ COIMBRA
14	21	JOSE CAMILO DO AMARAL
14	24	MAURO SERGIO CARVALHO NOGUEIRA
14	27	GABRIEL PEREIRA DA COSTA NETO
14	28	GILBERTO FERREIRA DOS SANTOS
14	34	ROSANGELA GRACILINA DE OLIVEIRA
15	1	MARIA DE SOUZA SANTOS
15	5	ELISANGELA MAZURKEWCZ BORGES
15	12	JURACI JOSE VASTOS
15	17	MARCOS HENRIQUE MARTINS
15	18	FABIO FERREIRA LICURGO
15	19	GLORIA DE FATIMA DOS SANTOS
15	23	LUSTELI FATIMA SCHAEDLER
15	27	MAURA DE ARAUJO
16	6	NELSON ZWICKER E ROSANE ZWICKER
16	15	MARCOS ANTONIO FERRARI
16	17	JOSE ELIAS BIANCHI
16	19	MARIA DAS GRAÇAS S. FIRMO
16	27	IZABEL FERREIRA GOMES
16	28	COSMO LUIS ALVES DOS ANJOS
16	29	ORMANDO JOSE ONESIMO
17	9	JOSE CANDIDO FERREIRA
17	12	ADRIANA GUIZZO
17	16	JOSE CARLOS BARBOSA DA SILVA
17	21	MARIO JUSTINO
17	22	MIGUEL OLIVEIRA DE ALMEIDA
17	24	LUZIA RIBEIRO PEREIRA
17	28	GASPAR DELFINO DE ANDRADE
17	29	EDNA SILVA CASTRO
17	34	WILSON DE ANDRADE LIMA
18	3	ROSELEI PEREIRA DUTRA
18	10	MANOEL PEREIRA DA SILVA
18	13	DIVINO DE OLIVEIRA SILVA
18	14	ROSILENE MOURA DE OLIVEIRA
18	21	EDMILSON ANTONIO BARBOSA PRATES
18	25	OLERINDO DA SILVA
18	30	MARIZA DOS SANTOS
19	1	KELLEN CRISTHINA MENEZES GUSATO
19	2	DELMA ANGELA DO NASCIMENTO
19	3	JEAN CARLOS LUZ DE LARA
19	17	HELIO SANTOS DE ALMEIDA/ SANDRA DAS VIRGENS ARAUJO
19	21	CLAUBERTO CESAR BATISTA
19	23	WEDENILDON REIS DE OLIVEIRA
19	24	DANIEL DE BRITO SALLES
19	25	APARECIDO CALISTO DA SILVA
19	27	FRANCISCO DA SILVA AGUIAR
19	28	JOSIELI PESCADOR
19	34	JOANA MARIA DA MOTA DIAS
20	4	DENISE GALDINO
20	8	KELLY FERNANDA SÃO JOAO
20	11	JOSE CARLOS DE SOUZA
20	12	IZAMOR MARTINS OLIVEIRA
20	20	OZIENE GONÇALVES DE CASTRO
20	23	LUCIANA RODOLFO ERMISDORFF
20	26	VALDSON PEREIRA ARAUJO
20	29	JONAS DIAS DA SILVA
20	30	JOSE PEREIRA DE ARAUJO
20	32	JOSE ALBERTO DOS SANTOS OLIVEIRA
21	8	JOAO FERREIRA AGUIAR
21	11	SÃO MIGUEL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

22	2	JOSE MARCELINO DA SILVA
22	4	IZABEL CRISTINA DOS SANTOS
22	5	DENISVALDO JOSE DA SILVA
22	6	GENESIO DA SILVA OLIVEIRA
22	8	CLAUDIO ALVES DO CARMO
22	10	JOSILEI BARRETO DE MIRANDA
22	15	AGRO E TRUK'S RENOVADORA DE PNEUS
22	18	ZOENIR BRASILINA DE OLIVEIRA
23	3	NIVALDO NEVES
23	6	UEMERSON RODRIGUES LEONIS
23	10	JOAO EDI GOMES NEVES
23	11	CARLA FERNANDES RISSATO MAIA SANTOS
23	12	FABIANO NASCIMENTO VENCESLAU
23	13	MARCELO CRAICI
23	20	VALERIA ROSSI FERMO DA SILVA
23	21	JOSE FRANCINALDO SILVA
23	22	CATARINO PEREIRA
23	23	JOAO MODOLON SOBRINHO
23	24	NEUSA APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA
23	26	ANTONIO TEOFILO DE ARRUDA
24	10	ABILIO SOUZA DE OLIVEIRA
25	4	ELVIS RODRIGUES ZACARIAS
25	9	NORERTINO NOBRE DA SILVA
25	12	JOSE CAITANO DA SILVA
25	16	EDUARDO G. CONCEIÇÃO
25	23	CARLOS ANTONIO GRICOLO
25	25	GERALDO DE ARAUJO
26	2	JOSELY BARRETO DE MIRANDA
26	4	ELTON ALVES DE SOUZA
26	5	SUIANE FERREIRA NASCIMENTO
26	6	JOSE APARECIDO ROMEIRO
26	8	GERALDO LOPES DE MOURA
26	13	PREDRO CARLOS MEIRELES
26	17	JOÃO BOSCO GOMES DE OLIVEIRA
26	18	ROSIMEIRE APARECIDA CAETANO
26	19	JOSE MARTINS PINHEIRO / ROSILENE SEVERINA MEDEIROS
26	20	MARCOS ZAMONER NASCIMENTO
26	23	JOSE ROGERIO RODRIGUES DA SILVA
26	25	EVANNILSON LOPES DOS SANTOS
26	29	MARIA OLIMPIA ALVES DE OLIVEIRA
26	30	ROBSON SILVA FURTADO
27	3	EDUARDO RODRIGO ECKERT
27	4	RONIVON PIRES COSTA
27	6	VANDERLEI BATISTA SOARES
27	7	ALEXANDRO DIAS DOS SANTOS
27	8	JANETE WALTER
27	16	JULIANO DA SILVA SANTOS
27	18	LUIZ PEREIRA DE SOUZA
27	19	CLAUDIO DE ARAUJO FERNANDES - ME
27	21	GILMAR RIBEIRO DA SILVA
27	22	MARIA HELENA DA SILVA
27	23	LUCIANE DOS SANTOS
27	24	VALMIR PEREIRA SANTOS
27	25	LUIZ CRISPIM DE SOUZA
27	28	JONAS DO ESPIROTO SANTO SIQUEIRA
27	29	ODAIR JOSE LEITE DE OLIVEIRA
28	3	ISMAEL CASSIANO DE AS
28	4	NIVALDO ANTUNES
28	6	ROVILSON LOPES SILVA
29	4	OSMAR ZANUSO FORTI
29	5	KEILA DE PAULA E SILVA
29	6	IVONE LEITE MOURA
29	7	MARCOS PEREIRA DOS SANTOS
30	2	ELVIS DA SILVA OLIVEIRA E OUTRA
30	4	ERVALTER ALMEIDA SILVA
30	6	EMIVALDO PINTO OLIVEIRA
30	8	JORGE SILVERIO DA SILVA
30	9	OSORIO BURTET
30	10	ROBERSON GONÇALVES ASSIS
30	11	CLEIDE DA SILVA OLANDA
30	12	MARIA ALICE TEIXEIRA
30	16	CRISTIANO GUARESCHI DA ROCHA
30	18	SEBASTIÃO JOSE DA CRUZ
30	19	GILBERTO TEIXEIRA DA SILVA
30	20	SERGIO ADRIANO PAMPLONA DA SILVA
30	27	MARZELI FORTES
30	28	ODIVAN MARTINS
30	29	JOSE CARLOS BISPO DOS SANTOS
31	3	PEDRO ANGELICO DE ARAUJO
31	4	EDNALDO P. FIGUEIREDO / DURCELINA FIGUEIREDO
31	7	LEONARDO VICENTE DE ARAUJO
31	8	JOAQUIM DE FRANÇA NETO
31	9	PALMIRA DA COSTA SILVA
31	10	IRANILSON GOMES DOS SANTOS
31	11	MARIA CICERA MENDES CAVALCANTE
31	12	JOSE DE LIMA
31	14	CASSIA ANDRADE GONZAGA DA SILVA
31	15	OLMAR ANTONIO GOTENS
31	16	ALESSANDRO OLIVEIRA MACEDO
31	18	AFONSO SEVERINO DA COSTA
31	19	LELIA LOYSE REBEIRO RUEDA
31	23	MAURO JEHLE
31	24	JOSE SANTANA GONÇALVES DA SILVA
31	25	LINDOMAR GUIMARÃES DA SILVA
31	26	GIVANILDO PEREIRA DE SOUZA
31	27	RONADO FERREIRA

31	28	VANDERLEI ROSA GONÇALVES
32	4	ENIVALDO RODRIGUES CONRADO
32	5	JOSE DOS REIS DA SILVA
32	6	ENIO RENATO OTONELI
32	7	WILSON PEREIRA SANTOS REIS
32	8	ZOZIMO MEDEIROS LEMES
32	9	MARILSA DA COSTA
32	10	GIRVANIA DE FATIMA CAMARGO
32	11	ERSON CARNEIRO DOS SANTOS
32	12	FERNANDO KUNZ
32	13	JANE JAQUELINE DE SOUZA
32	14	ANTONIO RUFINO CORREIA
32	15	CARLOS DA SILVA XAVIER
32	18	EDENILSON B. DE SOUZA
32	21	GERALDA APARECIDA DA SILVA
32	28	GREICE ALINE CORREIA
33	2	JOAMI BETTIM CABELEIRA
33	3	IRINEU GUARIN FERNANDES
33	4	MARCOS DOS SANTOS NASCIMENTO
33	5	EDSON JOSE DE OLIVEIRA
33	8	ARLEY VAGNER TEIXEIRA
33	9	SELMI DIAS DA SILVA
33	10	MARIA BERGA DE SIQUEIRA
33	11	LUIS CARLOS GARCIA
33	12	TERMOSINA DIAS DO BOMDESPACHO
33	13	WALTER DE MELLO
33	14	VALDIRENE DOS SANTOS DIAS
33	15	EMERSON PEDRO SILVA
33	16	PAULO RAMOS DE SOUZA
33	20	AMARILDO FERREIRA MACHADO
33	22	ADEMILTON DE ALMEIDA REIS
33	28	GUSTAVO DIVINO PONTES
34	1	JUNIOR DOS REIS SALES
34	2	PEDRO TEIXEIRA DE FARIAS
34	3	PAULO FRANCISCO NUNES
34	4	KARINA MOREIRA DOS ANJOS
34	5	ALAIR BARBOSA DOS SANTOS
34	7	OLEDIR PAVAN DE ANDRADE
35	1	NELSON FIEDLERR LORENZATTO
35	4	VAGNER ZIEMNICZAK
35	8	TATIANE PEREIRA PIRES
35	10	IDEVANO DE SOUZA
35	11	CLAIR TESERINHA KOLLING
35	12	CLEBER SANTOS LORENSET
35	13	AILTON BARBOSA DE JESUS
35	14	JAIR DA SILVA
35	15	MARCIO ANDRE CAPELAR
35	16	DIEGO WILLIAN ALVES FRERES
35	17	JOSE ANTONIO DOS SANTOS JUNIOR
35	22	PAULO CESAR ALVES FREITAS
35	23	CLEIDE DA SILVA ALVES SANTANTA
36	1	LEIA RODRIGUES RUAS
36	3	JOEL DA CRUZ
36	8	RONALDO MARTINS DE SOUZA
36	9	VALCIR NEDIO RALDI
36	13	SEBASTIÃO OLIVEIRA DE SOUZA
36	20	DONIZETE APARECIDO RIBEIRO
36	21	ERICA PEREIRA DA SILVA
36	26	ADONIAS PEREIRA DA CUNHA
36	27	MARIA JOSE RODRIGUES MUNIZ
36	29	PAULO BRUM DE CARVALHO
36	30	OLEDIR ANTONIO DE SOUZA
37	1	NEORI BECKER
37	2	ANTONIO DE SOUZA BARBOSA
37	5	PAULO RICARDO LIMA FLORES
37	7	JOSE CARLOS MARAM
37	8	FRANCISCA REGINA DE JESUS
37	9	VANDERLEI KLEIN
37	12	ELISA TEIXEIRA DA SILVA
37	20	SALVIANO LUIZ DA SILVA
37	21	ISAIAS NORBERTO DA SILVA
37	27	SERGIO IVONEI TOCHETTO
37	30	JOSUE PEREIRA DE FREITAS
38	4	LAZARO DE SOUZA CAMPOS NETO
38	5	TIAGO SIDNEI STROZAK
38	6	GISELE SEBASTIANA LIPPE
38	7	EDEGWANIER PEDRO DA SILVA PINTO
38	9	DENIVALDO DA SILVA SANTOS
38	10	ELIAS VALDERRAMA DA SILVA
38	11	ALESSANDRO SILVA SOUZA
38	12	ERALDO TELES DOS SANTOS
38	14	ALAN CESAR ALVES OLIVEIRA
38	15	CELSO ROCHA FARIAS
38	16	IDALICIO DA SILVA DE SOUZA
38	17	ODAIR RODRIGUES DA SILVA
38	19	JOSE DO NASCIMENTO PONTES
38	24	FABIANE MORAES KOEHLER
38	28	JOSE FRANCISCO FRANCO FERREIRA
38	30	SEMEI ASSIS REIS
40	1	MARCELO FABRIS
40	4	WILIAN DA SILVA MACHADO
40	7	MARISE CARDOSO PIRES FRACASSO
40	8	LINDOMAR NUNES SANTIAGO
40	10	NAZIL DE MORAES FILHO
40	11	JAIR DA ROSA
40	13	CRISTIANE ROSA DELGADO

40	18	MARIA DA GUIA PEREIRA
40	22	PEDRO TEIXEIRA DE FARIAS
40	23	ANA PAMELA OLIVEIRA SILVA
40	25	ETELVINA SANTOS PRADO
40	26	JUNIOR BARBOSA DE ARAUJO
40	28	ADELSON ADÃO DE ARRUDA
41	4	MARTA DA COSTA
41	5	VANILDA MARIA MIRANDA BARBOZA
41	6	JOSE APARECIDO DOS SANTOS
41	8	MARIA DO SOCORRO CARVALHO DE SOUZA
41	10	SÃO MIGUEL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
41	12	JOSE CARLOS NUNES SANTOS
41	14	JOSILENE ESTAMILO CANDIDO
41	18	VALDINEIA BATISTA DE ANDRADE
41	19	SEBASTIÃO ODECIO OLIVEIRA
41	21	LUIS SOUZA DOS SANTOS
41	22	MARIA DA CONCEIÇÃO ROSA DE SOUZA
42	1	JOSECARLOS ALVES
42	3	RONILDO PIRES COSTA
42	6	VANESSA BATISTA DE AMORIM HARTWING
43	2	AGNALDO CARRIJO DE OLIVEIRA
43	7	DEIME DOS SANTOS KOASKI
44	2	ANDREWS DIAS DOS SANTOS
44	4	VALDETE SILVA BRAGA
44	5	JOSE LUIS SCHIER
44	6	VALDENIR DE ARAUJO COUTO
44	8	TIAGO RODRIGUES MOIA
44	9	ALDEMIR CARVALHO DOS SANTOS
44	10	MAIRYNEIDE BARTORLOMEU OLIVEIRA SILVA
44	12	ROGERIO MELO OLIVEIRA
44	16	EDMILSON AMORIM CAMPOS
44	18	JOSE MARCELINO PEREIRA
44	19	CINESIO FRANCISCO DE PAULA
44	20	DERIVAL RODRIGUES DE SOUZA
44	21	ANTONIO LOPES DOS SANTOS
44	22	MARIA DE FATIMA DOS SANTOS
44	23	EDSON LUIZ DE SOUZA
45	2	FERNANDO CRUZ DE SANTANA
45	4	PAULO DE OLIVEIRA FERREIRA
45	7	JEANDRA LEMES DE OLIVEIRA TEIXEIRA
45	8	ROGERIO ALVES DA SILVA
45	10	VALDINEY FERREIRA BARBOSA DE CARVALHO
45	11	ELIANE CARVALHO FERREIRA
45	12	LINDAURA LEITE PIRES
45	13	JONAS DE OLIVEIRA MORAIS
45	15	IMOBILIÁRIA SÃO MIGUEL
45	16	PAULO ANDRE GRANZOTO
45	18	LAURILENE RIBEIRO DA SILVA
45	19	UALISSON RENATO ROCHA SANTOS
46	1	EMERSON JOSE PAVES
46	2	GUSTAVO ARAUJO SCHEUER
46	4	ANTENOR PASSOS DOS SANTOS
46	6	LEONICE RODRIGUES FERREIRA
46	9	JUSCIVANE DE QUEIROZ NUNES
46	10	RONALDO RODRIGUES DA SILVA
46	11	BENEDITO RODRIGUES RUAS
46	13	LEOMAR CAMARGO
46	15	MARIA CRISTINA ZAGO
46	16	ANTONIO BISPO DE LIMA
46	20	MANOEL RODRIGUES
46	22	REINALDO MONTEIRO DA SILVA
46	23	NAIR PEREIRA DAS NEVES
46	24	JOCIEL XAVIER DA SILVA
46	25	ARNALDO RODRIGUES DE SOUZA
46	27	ROSIMEIRE DE GODOY DAMACENO DA SILVA
46	29	SANDRA MAIRA RODRIGUES DA CRUZ
46	30	JOSIELE DA SILVA
46	35	CLAUDIA PEREIRA BATISTA DA SILVA
46	36	JOICE AGNES BREMM
46	37	JOÃO GONZAGA DE SOUZA
47	1	MARIA LUCIA RODRIGUES MAIA
47	2	AFONSO CLAUDIO RIBEIRO
47	4	JHONE FABIO PEREIRA DUARTE
47	5	JORAMIL FRANCISCO DE PAULA
47	6	MAGNO ANTONIO LEANDRO DOS SANTOS
47	7	SIRLEY RODRIGUES NOGUEIRA DA SILVA
47	10	JONIVALDO PEREIRA DE SOUZA
JARDIM CAMPO VERDE		
QUADRA	LOTE	CONTRIBUINTE
1	3	FELIX FERREIRA DA SILVA
3	8	ADELITA SILVA ALVES DE LIMA
4	11	JOSE MASSON
5	4	VILSON DANTAS DOS SANTOS
10	4	DIMORVAN ALENCAR BRESCANCIM
22	9	ELIZEU DEI RICARDI
22	8	ELIZEU DEI RICARDI
23	9	LUIZ RODRIGUES
32A	10	DEVANIL ALVES DOS SANTOS
JARDIM CAMPO VERDE II		
QUADRA	LOTE	CONTRIBUINTE
A	12	CISSARO MARIO CESAR
B	5	IVAIR BALSANTE COSTA
B	6	CLEBER RODRIGO DALLAGNOL
B	11	EGON EVALDO LINDORF

B	12	EGON EVALDO LINDORF
B	23	ROQUE LOCH
C	12	GUSTAVO LUIZ LEHNEN
C	19	GUSTAVO LUIZ LEHNEN
D	1	ZENAIDE RIBEIRO DE ALMEIDA
D	5	NILSON TAKEO BERTELLI NAKATANI
D	19	ADEMAR NARDI
E	3	GILMAR GONÇALVES DA SILVA
E	7	ERICA VALESSA
F	1	MAURO ALOISIO FLORENTINO
F	9	JOSE S DA SILVA
F	28	GRAZIELI CARNEOSSO
F	31	ARNON DAMACENO CELES
G	2	VANDERLEI PEREIRA
G	8	MICHELE LINK BOTAN
G	26	ALICE INES DOS SANTOS
G	27	EDVALDO DA COSTA ALVES
G	31	FERNANDES CESAR FACIO & CIA LTDA ME
G	36	EDSON CARLOS ALVES
H	2	ROGERIO CORDEIRO
H	4A	ROBSON WILSON DE OLIVEIRA
H	5	LAURITA ROSA MARQUES PINHEIRO
H	17	SUELI DE FATIMA MARTINS DE ARAUJO
H	22	JOSÉ LUIZ PEREIRA DA CRUZ E OUTRA
H	24	VANILTO FRANÇA E ABREU
H	30	LARISSA VENTURIN
H	34	IRENO DE ANDRADE CARVALHO
I	10	RODRIGO MARCELO FRIZON
I	13	JOEL CARLOS STROZAK
I	21	CASSIO DE ARRUDA RUBIRA
J	2	MARCOS BATISTA DE MORAES E ESPOSA
J	11	JOSE DONIZETE DA SILVA
L	2	ADILSON PEREIRA
L	29	MARCELO BRITO BARBOSA
L	31	JOSE DE PAULA
M	3	JONAS ALEXANDRE MENDONÇA DE OLIVEIRA
M	4	JONAS ALEXANDRE MENDONÇA DE OLIVEIRA
M	7	RONALDO GOMES DOS SANTOS
M	10	ARNON DAMACENO CELES
M	13	WALTER JUNIO ALVES DOS SANTOS
M	14	LEANDRO DE MOURA RITTES E OUTROS
M	25	LYVIA FOGAÇA CONCEIÇAO
N	5	ELIZABETE GARCIA DA SILVA
P	16	SOELI KUMBIER SCHMIDT ME
P	19	SERGIO DEZORDI
P	24	TERESA DE OLIVEIRA
P	27	ALESSANDRO VIEIRA
P	35	MERES LANDIS MARTINS BARBOSA
Q	5	ARISTIDES STEFFEN
Q	6	ARISTIDES STEFFEN
Q	7	QUADRANTES CONSTRUÇÃO LTDA
Q	8	QUADRANTES CONSTRUÇÃO LTDA
Q	9	ELI CRISTINA PEREIRA
Q	30	SADI BRASIL DORNELLES
Q	33	VIVALDO DOS SANTOS SOARES
Q	35	LINA ROMANA MARQUES
R	9	ALDINEY DE PAULA FARIA
R	10	RAFAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA SANTOS

JARDIM CAMPO VERDE III

QUADRA	LOTE	CONTRIBUINTE
1	1	JOAO CESAR PARDINI FURLAN
1	3	GETONIO FRANCISCO DE MENEZES
1	4	GETONIO FRANCISCO DE MENEZES
1	5	VALTER RIBEIRO DA GAMA
1	7	JEAN DIEGO PESSOA
1	9	EDINALDO RIBEIRO DOS SANTOS
1	10	HAMILTON DA ROCHA RAMOS
2	1	ROSANA MARGARETE STORTO
2	2	LEONTINA OLINDA PINTO
2	4	PAULINO DAS GRAÇAS
2	12	VANDELEI ROSA GONÇALVES
2	16	IVANILDA GUIMARAES DOS SANTOS
2	24	ALESSANDRO SILVA SOUZA
2	31	KATIANE ALMEIDA DE CAMPOS
2	32	JOSIMAR TEIXEIRA DA SILVA
3	3	JOAO CARLOS MUNIZ
3	6	KEILA PATRICIA FERREIRA BARBOZA
3	7	WESLEY LUCIANO FERREIRA BARBOZA
3	8	ROSIMAR RODRIGUES DO NASCIMENTO
3	9	SIRLENE APARECIDA CARDOSO
3	10	DIOMAR DA SILVA
3	15	FERNANDO KUNZ
3	18	EDVALD MARTINS DE SOUZA
3	26	CARLINDO RODRIGUES DE SOUZA
3	27	PAULA ADRIANA RODRIGUES SILVA SOUSA
3	30	IONARA SCHOPFER LUDVIG
3	32	JOSIMARE TEIXEIRA DA SILVA
3	34	ELIANA MAGALHAES LEANDRO
4	2	EDSON DE MOURA RITTES
4	7	BRUNA LOPES DE FARIAS SEHN RAMOS
4	8	WILSON DE ANDRADE LIMA
4	20	AUTO POSTO CIDADE ALTA LTDA
4	21	AUTO POSTO CIDADE ALTA LTDA
4	23	JOAO CARLOS BARROZO
4	26	ANILDO JOAQUIM DE SOUZA

5	12	LAIRTO LUDVIG
BELA VISTA		
QUADRA	LOTE	CONTRIBUINTE
B	6	JAIR DOS SANTOS
BOM CLIMA		
QUADRA	LOTE	CONTRIBUINTE
B	1	ANDERSON BRUNO OTAKE GUOLLO
C	12	DINAILDE JOSE DA SILVA
M	2	ISMAEL CRISTIANO DA SILVA
SÃO LOURENCO		
QUADRA	LOTE	CONTRIBUINTE
21	25	JOSE NONATO BARROZO
31	12	MAURICIO DA SILVA MURTA
35	2	BASTIANI CONST. CIVIS E MATERIAS DE CONSTRUCOES L
BORDAS DO LAGO		
QUADRA	LOTE	CONTRIBUINTE
C	1	JAIRO MENDES BARBOSA
E	2	ELIAS FERREIRA DE BRITO
F	10	JOSE AUGUSTO DOS SANTOS JUNIOR
F	11	FABIO ALVES DA SILVA
F	12	REGINALDO AUGUSTO DA SILVA
G	01/02	JOAO BATISTA PEREIRA
G	3	GILLIARD RAMOS DE ALMEIDA
G	8	DINAILDE JOSE DA SILVA
G	17	KATIELLY KARINY BARASUOL
G	19	ADELICE DA SILVA NUNES
G	20	JOAO BATISTA PEREIRA
G	21	JOAO BATISTA PEREIRA
G	22	JOAO BATISTA PEREIRA
H	5	DAMIAO PEDRO DA SILVA
H	9	JOSE FRANCISCO DA SILVA
J	1A	JARBAS FONSECA DOS REIS
M	1R	REGINALDO LOPES FIGUEIREDO
M	5	SEBASTIANA PIEDADE DE JESUS NUNES
RECANTO DO BOSQUE		
QUADRA	LOTE	CONTRIBUINTE
2	30	AURIO MOURA DUTRA
JUPIARA		
QUADRA	LOTE	CONTRIBUINTE
1	15	FERNANDA REIS
5	2	RUBENS CARLOS SHIILKE
5	9	CLAUDEMIRO DE SOUZA PENA

18	12A	LEIMAR DE SOUZA LEITE
20	9	NAEL DE MOURA BORGES
20	12A	ELIEL DOS SANTOS
22	13	HELIO BERTUOL E OUTROS
22	14	HELIO BERTUOL E OUTROS
22	15	HELIO BERTUOL E OUTROS
22	16	HELIO BERTUOL E OUTROS
22	17	HELIO BERTUOL E OUTROS
25	12A	EDSON CEOLIN
25	12	EDSON CEOLIN
29	2A	PATRICIA LIMA DE SOUZA
29	5	DEONIR VUELMA
30	5	SEBASTIÃO MACHADO REZENDE
35	6	FLORISVALDO RAFAEL DE SOUZA
37	9	PAULO CALACA DA SILVA
37	10	ANDERSON ANTUNES FERREIRA
38	8	SALETE DE MOURA RITTES
40	5	GERALDO MONTEIRO DA SILVA
41	1	JOSE CARLOS RODRIGUES DOS SANTOS
44	2	URBANA CONSTRUÇOES CIVIS LTDA
44	3	URBANA CONSTRUÇOES CIVIS LTDA
44	4	URBANA CONSTRUÇOES CIVIS LTDA
44	5	URBANA CONSTRUÇOES CIVIS LTDA
44	6	URBANA CONSTRUÇOES CIVIS LTDA
44	7	URBANA CONSTRUÇOES CIVIS LTDA
44	8	URBANA CONSTRUÇOES CIVIS LTDA
44	9	URBANA CONSTRUÇOES CIVIS LTDA
44	10	URBANA CONSTRUÇOES CIVIS LTDA
44	11	URBANA CONSTRUÇOES CIVIS LTDA
44	12	URBANA CONSTRUÇOES CIVIS LTDA
47	11R	JOÃO MESSIAS CARDOSO DE CARVALHO
48	8	MM COMUNICAÇÕES E MARKETING LTDA
51	12A	JOSENILTON TEIXEIRA SOARES
52	11	BRENDA GRABRIELA HONORIO DE SOUZA
57	1	LEVI MOROZ
57	2	LEVI MOROZ
57	3	ANTONIO TEODORO DE MENEZES
58	3	MAGNO VINICIUS BORGES DE OLIVEIRA
58	4	ROSELI BARCELOS
58	8	ROSELI BARCELOS
59	4	LUIZ BENJAMIN MORO RODRIGUES
59	5	LUIZ BENJAMIN MORO RODRIGUES
60	13	TANIA REGINA MENDONÇA DE OLIVEIRA
CONDOMINIO RESIDECIAL DAS ARARAS		
QUADRA	LOTE	CONTRIBUINTE
1	17	EVANDRO PAULO CRISTOFOLI
1	18	NELSON DA COSTA LIMA

1	21	JORGE ROBERTO PIRES FILHO
1	25	PATRICIA ITO DANTAS DELVECHIO
1	26	MARA DELVECHIO
1	31	MAURO GASPARELLI
1	32	MAURO GASPARELLI
1	38/39	LUIZ FERNANDO GONCALES ORCATI
1	47	URBANA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOSN LTDA
IPANEMA		
QUADRA	LOTE	CONTRIBUINTE
1	4B	ENIR CARLOS DOS SANTOS
5	7	EUGENIO JOSE ANTONIO PINESSO E OUTROS
VALE DO SOL		
QUADRA	LOTE	CONTRIBUINTE
AREA	2B	AIVALTON MOREIRA DIAS
AREA	2H	DOUGLAS SOARES DA CUNHA
AREA	2A	ROSEMARY REGIOLI
AREA	AREA A	ALIADANI MILENA DA S. ZUCARELLI
VALE DO SOL NASCENTE		
QUADRA	LOTE	CONTRIBUINTE
A	5A	VALMOR DOURADO
A	5B	RENAN PEDRANJO DELGADO E EGUIDALDA PEDRANJO
A	5	EGUIDALDA PEDRANJO
C	2	ERALDINA DOMINGA DE SOUZA
CHACARA DAS UVAS		
QUADRA	LOTE	CONTRIBUINTE
C	1	JOSE PUPIN
J	3A	EMERSON SCALTOLIM DA SILVA
CONDOMINIO RESIDENCIAL DAS PALMEIRAS		
QUADRA	LOTE	CONTRIBUINTE
3	3	RAFAEL MARSARO
3	4	RAFAEL MARSARO
3	6	ROBERTO PADUA VALADAO
3	8	JULIANA DA SILVA GOULART
4	8	JOAO BATISTA LUIZ DOS SANTOS
5	2	OSMAR RODRIGUES DA SILVA
5	7	LUIZ EDUARDO DOMINGUES
5	8	BRUNO CEZAR TAHARA CENEDESI
5	9	CESAR AUGUSTO ALVES
6	1	CRISTINA MARIA BALCANTE COSTA
6	2	CRISTINA MARIA BALCANTE COSTA
7	7	VALERIA MARTINS
8	2	MERCEDES SERATA VERIANO
8	3	MERCEDES SERATA VERIANO
8	10	REGINALDO DE ANDRADE
9	4	LIANA SUELEM BURATTO
9	7	EGUIDALDA PEDRANJO
10	2	LUCIA CARVALHO ARAUJO
10	3	LUCIA CARVALHO ARAUJO
11	2	ELENICE HIPOLITO PERREIRA
11	8	LEONARDO BORGES DE SOUZA
12	2	BENILDO BRUNETTO
12	6	OZIEL SOUZA DE MATOS
12	7	OZIEL SOUZA DE MATOS
14	3	EMERSON DO VALLE AUGUSTO E ESPOSA
14	6	SUELENE COCK CORREA
14	7	SUELENE COCK CORREA
15	1	RUI CESAR ALVES REZENDE
15	2	RUI CESAR ALVES REZENDE
15	5	DIRCE HELENA ERPEN
15	8	PEDRO CECCATTO
15	9	ALTINO SATIRO DOS REIS
15	16	ALTINO SATIRO DOS REIS
15	17	ANDRE STUMPF JACOB GONCALVES
15	19	DECIO MOSSINI JUNIOR
15	18	ISABELA CARVALHO
16	5	PAULO SERGIO ZAMBONI
16	6	MERCEDES SERATA VERIANO
16	7	TITO QUARANTANI
16	8	JOAO VITTOR AGUIAR
16	10	MIGUEL JORGE FURLAMNETO CATALAN JUNIOR
16	11	ANDRE BARBOSA GUANAES SIMOES
16	14	FARUH AHMED SALEH NETO
17	12	IRENA GRABOVSKI
18	3	JONAS ALEXANDRE MENDOCA DE OLIVEIRA
18	4	THIAGO TERRA PALOZZO
18	6	EDVALDO RODRIGUES PERREIRA
18	7	EDVALDO RODRIGUES PERREIRA
18	9	PEDRO TALES TOMAZELLI
18	12	SONIA MARIA GONCALVES
18	3	RICARDO ALESSANDRO LORENSET
18	16	GILSON JOSE DE SOUZA
18	18	FARUH AHMED SALEH NETO
18	19	FARUH AHMED SALEH NETO
19	5	MARIA BEATRIZ LEHNEN DE OLIVEIRA
19	6	MARIA BEATRIZ LEHNEN DE OLIVEIRA
19	8	NELSON RODRIGUES DOS SANTOS
19	9	VITALINO FERNANDO LEHNEN
19	10	VITALINO FERNANDO LEHNEN
19	11	MARIA HELENA LEHNEN
19	12	EMILIA ARAUJO CARVALHO
19	14	LUCIA CARVALHO ARAUJO

19	16	MARIA MELANI LEHNENE MULLER
19	17	MARIA MELANI LEHNENE MULLER
19	20	RICARDO ENGLEITNER
19	21	CAROLINE ENGLEITNER
20	1	DANIELLE WAGNER
20	2	LUIS ANTONIO DESORDI OLTRAMARI
20	9 E 10	JAMYLA DE FIGUEREDO LORENZETTI
20	11	MARIA LOURDES DEZORDI KOLLING
20	12	LUCAS RAFAEL DE SOUZA
20	14	EDNA JOSE DOS SANTOS SALEH
20	17	RENATO SALVADOR ORTIZ
20	18	AUTO POSTO IDEAL LTDA
21	1	RICARDO NUNES DE SOUZA
21	2	MARCIO CAZARI NICCHIO
21	13	LEIMAR DE SOUZA LEITE
21	15	VANDERLEIA QUILANTE
21	16	VANDERLEIA QUILANTE
21	17	KAREN ANFRESSA PRATI DA SILVA
21	18	ANDERSON CHARGAS QUARANTANI
21	19	TITO QUARANTANI
21	20	ADRIANO CHARGAS QUARANTANI
21	21	JEISSY KALLI PRATII SILVA
21	22	JEISSY KALLI PRATII SILVA
BELVEDERE		
QUADRA	LOTE	CONTRIBUINTE
AREA	AREA3A	CLAUDEMIR BELTRAME
AREA	9OUF	NEUZA MARIA TAHARA CENEDESI
1	1	ELI JULIO MARQUES
1	2	JAMILTON ARAUJO ALVES
1	4	FERNANDO FERREIRA DE SOUZA
1	13	ISABEL PINTO DA SILVA
2	1	JAMILTON ARAUJO ALVES
2	2	ELAINE GUIMARAES BONFIM
2	3	VINICIOS WEISSMULLER
2	5	VINICIOS WEISSMULLER
2	6	FERNANDA MARA POLITO RUIZ DE ALMEIDA
2	7	NADIA DE MORAES NAVARROS
2	8	DORIEDSON GOMES DA SILVA
2	9	RAMIRES MARTINS FILHO
2	10	AMILTON CALASSE DIAS
2	11	VANIA CRISTINA DA CUNHA
2	14	JULIANA DA SILVA GOULART
2	15	JULIANA DA SILVA GOULART
2	17	LUIZ HENRIQUE BRANCO FILHO
2	18	VANDERLEI ROSA GONÇALVES
2	22	JAILSON DIAS SILVA
2	23	EDEMILSO GONÇALVES DE OLIVEIRA
2	24	VALDIR METZDORF
2	25	MARCIEL RODRIGUES DOS SANTOS
2	26	GLEICIANY ALVES DOS SANTOS GONÇALVES
2	27	JOSIANE PORTO LIMA
2	28	JUSCELIA DE MIRANDA EIDAN
M03	B1	GILBERTO ALVES PEREIRA
M03	2	GILBERTO ALVES PEREIRA
M03	B2	ANTONIO MAERCIO DE JORGI
M03	3	AGNALDO LEANDRO GOMES
M03	B3	ANTONIO MAERCIO DE JORGI
M03	4	FERNANDA FRANCIELI MACANEIRO
M03	10	FRANCISCA ROSIANE DUARTE DA SILVA
M03	13	FRANCISCO ANTONIO ALVES
M03	18	HELIO ROMAZ DA SILVA
M03C	19	TATIANE FREITAS GITIRANA BEZERRA
M03C	21	JOSE ANTONIO DOS SANTOS
5	1	VALTUIRES ALVES BRINQUEDO
5	2	LUCIA CORREA
5	3	IVONE PEREIRA BEBIANO ME
5	4	ANDRE PEREIRA DOS SANTOS
5	5	MARIA DAS DORES FRANCO
5	7	ELAINE MARQUES NASCIMENTO
5	8	JOAO GONÇALVES PENA
5	9	FRANCINALDO RODRIGUES DA SILVA
5	10	JACY GUIMARAES OLIVEIRA SOUZA
5	12	NILVAN GONÇALVES PENA
5	13	SATURNINO JUSTINIANO DE ALMEIDA
5	14	BRUNO SILVA BEZERRA
5	15	JOAO DOMINGOS GOULART
5	16	GELZIMAR FRANCISCO DA SILVA SOUZA
5	17	GELZIMAR FRANCISCO DA SILVA SOUZA
5	18	NILSON PINHEIRO DE CAMPOS
5	20	VALMIR URUGUAY DE ALMEIDA
5	21	GILMAR FERREIRA DE SOUZA E FERNANDA DA SILVA
5	22	FERNANDA DA SILVA
5	23	MANOEL DIAS DE QUEIROZ
5	26	ROSINETE LUZIA ANUNCIAÇÃO
5	28	JOAO CORREA
6	1	ADRIANA DE JESUS JUVENCIO
6	10	NEUDI ANTONIO CASTANHA
6	11	NEUDI ANTONIO CASTANHA
7	6	JULIO SANDRO EBERT
7	2	JANIMARA DA SILVA GOULART
7	3	JANIMARA DA SILVA GOULART
7	4	EDI TEREZINHA ARAUJO DA SILVA
7	12	DEBORA SERON LEAO
7	13	DEBORA SERON LEAO
7	14	DEBORA SERON LEAO

8	1	ALCENO NERES DE ALENCAR
8	3	LUCIA RABER
8	4	LUCIA RABER
8	5	ALISSON DA SILVA BERTOCO
8	16	CLAUDINEY JOSE GOULART
8	17	JOAQUIM JOSE GOULART
8	18	JOSE MESQUITA FILHO
8	19	CELSO LUIZ COCCO
8	20	CELSO LUIZ COCCO
8	21	JOSE ANTONIO DOS SANTOS
8	22	FERNANDO MURIEL ZANATTA
8	23	FERNANDO MURIEL ZANATTA
8	24	FERNANDO MURIEL ZANATTA
8	25	FERNANDO MURIEL ZANATTA
8	27	PAULO CESAR BRAZ JUNIOR
10	15	AFONSO LOPES DE SOUZA FILHO
10	16	NELSON CRISTOFOLI
10	18	SILENE FELIPE DOS SANTOS
10	19	ISABEL PINTO DA SILVA
10	20	ISABEL PINTO DA SILVA
11	1	LEONIR GAYARDO
11	2	MARCOS CEZAR DE ALMEIDA E OUTRO
11	3	EDERSON FERREIRA DA CRUZ
11	4	MARCIA TERESINHA MACCARI SANTOS
11	5	RICARDO ANTONIO RODRIGUES DA SILVA
11	6	CLAUDINEI GONÇALVES PENA
11	7	CARLA CRISTINA REGANHAN
11	8	TATIANE OLIVEIRA CANDIDO
11	9	TATIANE OLIVEIRA CANDIDO
11	10	JOAO PAULO RAFFA DE LIMA
11	11	JOAO PAULO RAFFA DE LIMA
11	12	FABIO DE JESUS ARAUJO
11	17	ELIO ALVES DOS SANTOS
11	19	DANIEL FERREIRA DOS ANJOS
11	20	ZENAIDE RODRIGUES DA SILVA
11	22	ELCIO PAIM DA SILVA
11	23	ROSANGELA TAVARES DE JESUS
11	24	ROSANGELA TAVARES DE JESUS
11	25	JOSE ROBERTO MATIAS DA COSTA
11	26	ARNALDO JOAO DOS ANJOS
11	27	ARNALDO JOAO DOS ANJOS
11	28	WELHER BORGES MARQUES
12	4	FRANCISCO DIAS PEREIRA
12	7	ALVINA GONÇALVES SILVA
12	8	ALVINA GONÇALVES SILVA
12	10	ALEXANDRE CESAR FELIPPE
12	13	LOSITO BUENO DE MORAES GONCALVES
12	14	MARCIO MALAGI PEDROSO
12	15	ZILMA ALVES MOREIRA
12	16	ADRIANO CARVALHO
12	18	DARCI PEDRO TORNES DE ALMEIDA
12	19	MANOEL VIEIRA ARAGAO
12	26	HERMENEGILDO GARCIA FILHO
12	27	MARCOS SANDER RODRIGUES E DENISE MARTINS
12	28	AMERICO MATSUI
12	29	HELIO OTAKE
12	30	AIRTON CASOLA & CIA LTDA
12	31	MARCOS MARQUES ARAGAO
13	1	PAULO CLOVIS TAVARES
13	2	UEVERTON DOS SANTOS RIZZI
13	3	NILTACI DE SOUZA MELO
13	4	NILTACI DE SOUZA MELO
13	5	EDINEIA SANTOS DE ALMEIDA
13	7	RIVALDO DIOMEDESSE
13	8	JAIME SEVILHA
13	9	MARCOS SANDER RODRIGUES E DENISE MARTINS
13	10	CARLOS EDUARDO BLANK
13	12	JULIANA SERON
13	14	ISAAC RIBEIRO NOVAIS
13	15	LUCINEIDE VICENTE ARAGAO
13	16	WALTER SOARES BORGES
13	17	ANTONIO CARLOS DA SILVA
13	18	EVANDRO BORGES NATES
13	20	CARLOS ALBERTO SILVA GOMES
13	27	JEFERSON SILVENTE SPIGUEL
13	28	ELISANGELA SILVENTE SPIGUEL REAMI
13	29	EDNA PEREIRA RIBEIRO
13	30	MARIO JOSE SELLER
13	31	ANDERSON BONO
13	34	CRISTINA APARECIDA DOS SANTOS
13	35	ODONTOLOGICA ODONTOFAR LTDA ME
13	37	DINAIR FERREIRA DE JESUS
13	39	MARIA DE LOURDES SOUZA DE SILVA
14	1	JOSIMAR AMORIM CARDOSO
14	2	EDICARLOS LACERDA DE OLIVEIRA
14	5	EDSON PEREIRA CIRINO
14	6	ROSELI BARROS SILVEIRA
14	8	LEOSMAR BUENO GONÇALVES
14	10	OTEVALDO CANDIDO FERREIRA
14	17	GILBERTO FRANCISCO PEREIRA
14	18	AIRTON CASOLA & CIA LTDA
14	19	IBRAIM GOMES FILHO
14	20	CLAUDIO VALERIA DA SILVA
14	21	ANGELA FABIANA COPETTI BOHRER
14	25	ADALBERTO CEZAR
14	26	ADALBERTO CEZAR

14	27	PAULA CRISTINA CEZAR
14	28	LUCIA KERKHOFF
17	5	ODERCIO DE PAULA RIBEIRO
17	6	CARLOS CRISTIAN DA ROSA E SILVA
17	7	ADRIANA SARAIVA FONSECA
17	13	LEORI LUIZ WERLE
17	14	EDIMAR FELICIO DA SILVA
17	19	ALEXANDRE LUIS GOMES E SILVA
17	22	VANILDO GOMES DE CASTRO
17	26	LILIAN DAYANE DE SOUZA
17	27	NIVALDO GONZAGA DE SIQUEIRA
18	1	CLEENIA JUNQUEIRA REZENDE
18	3	JOSE APARECIDO DOS SANTOS
18	4	PAULO CLOVES TAVARES
18	5	RICARDO ANDRE SCHAEDLER E ANA PAULA DA ROSA
18	6	JEAN KARDEC DE BRITO
18	9	FERNANDA GUIZZO ALVES
18	10	AROLDO GUIZZO
18	11	PAULO GUILHERME FORTI DE ALMEIDA
18	12	PAULO GUILHERME FORTI DE ALMEIDA
18	13	JACIRENE PEREIRA DA COSTA
18	18	LEANDRO SEDINEI CARDOSO
18	19	LEANDRO SEDINEI CARDOSO
18	20	DIEGO GIMENES PENTEADO
18	21	PAULO GUILHERME FORTI DE ALMEIDA
18	22	PAULO GUILHERME FORTI DE ALMEIDA
18	23	AROLDO GUIZZO
18	24	GABRIEL GUIZZO
18	28	SANDRO ROBERTO FREITAS
19	1	NATHALY ONOFRE DOMINGUES
19	4	ROGERIO COSTA DA SILVA
19	5	SUELY MADALENA BEZERRA
19	8	CLAUDINEI RODRIGUES LOPES
19	9	JOALICE CHAGAS DOS SANTOS
19	13	ELTON IBIAPINO PINHEIRO
19	14	EUNICE TRUGILLO
19	15	GLAUCINEI RODRIGUES DE OLIVEIRA
20	1	OTACILIO ALVES BESERRA/ LUZIA RODRIGUES SIQUEIRA
20	2	PUMA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA ME
20	6	SIMONE APARECIDA DE ALMEIDA
20	12	MARIA DA PENHA ALMEIDA
21	26	JOSE AMARILDO SOUZA
21	27	JOSE AMARILDO SOUZA
21	38	JOALICE CHAGAS DOS SANTOS
22	1	LIZANDRO DANIEL PASQUALETTO E SUA ESPOSA
22	26	VALDECIR FORNARI
22	27	VALDECIR FORNARI
22	38	LEOMAR DELLA FLORA

23	1	MARCOS GENTILIN
23	3A	CLAUDINEI ALVES DOS SANTOS
23	15	ELIANE MARIA GARBOZZA
23	17	EDILEUZA DA CRUZ MACANEIRO
23	19	CLAUDINEI XAVIER DA SILVA
23	25	LUCIANA MARIA KLAMT
23	26	LUCIANA MARIA KLAMT
23	33	SOLANGE REGINA PAVAO BRAGANHOLO
23	36	RODIMAR LUIZ GOMES
24	2	TADEU DIOGO SAMPAIO
24	3	DIOGENES NASCIMENTO
24	5	SAUL DE CARVALHO
24	6	JOSE PAULO MAGALHAES DE SOUZA
24	9	CECILIA ALVES VIEIRA
24	10	ENIO CAMARA FLORENCIO
24	11	PAULO HENRIQUE FERNANDES ANTONANGELO
24	16	GILSIANE DE LOURDES BENKENDORF SILVA
24	17	ANTONIO B. XAVIER DA SILVA
24	18	GILSON CORDEIRO DA SILVA
24	19	VAGNER DE QUADROS PENIDO
24	21	VALDINEI MELO DE ANDRADE
24	26	ANTONIO LARI LIPPESTAIN
24	28	DIANARU COSTA BARROS
24	29	JAIRA APARECIDA ALMAGRO
25	ÚNICA	SALIM ARAUJO DAUAGE
27	4	REINALDO AUGUSTO DOS SANTOS
27	5	FABIANA VALERIA DE OLIVEIRA GIROLA
27	12	YANNE ONOFRE DOMINGUES
27	13	YANNE ONOFRE DOMINGUES
27	20	IVO MIRANDA CORCO
30	1	LUCIMEIRE FERREIRA BRAS POLIS
30	6	ZENILDA PEREIRA DA SILVA
30	7	LUCIMEIRE FERREIRA BRAS POLIS
30	8	JOSIANE MABEL PUFF DE LIMA
30	10	FRANCISCO LIBERIO DE AZEVEDO
31	5	WANDEL BATISTA DOS SANTOS SILVA
31	6	JOSE GUILHERME MARTINS BARROS E OUTRO
31	7	AUGUSTO PORTO
31	16	JOAO ELDER PEREIRA
33	15	UDSON JOSE VIANA DA CRUZ
33	28	EUNICE GOMES
34	24	CARLOS GEOVANE FERREIRA BARBOSA
34	25	LUCIANE DE OLIVEIRA BESSA
34	26	MARIA DE FATIMA TAVARES DA SILVA
34	27	VANESSA SPIERK RAMOS
34	28	LISIANE CRISTINE RAMOS BELTRAME
35	2	ADIVO KREIBICH
35	3	SADI ADROALDO SHERER

35	17	PAULO TEIXEIRA TORRES
35	22	ORSON BARROS GIRO
36	4	JOSE FERREIRA CAMPOS
36	5	JOSELINO XAVIER MARQUES
36	6	EDSON MARIO CHINIKOSKI
36	7	SERGIO DOS SANTOS
36	15	FERNANDO FERRI
36	21	FRANCISLAINE FABIANA TARTARI
36	22	OSWALDO ANTONIO REAMI
36	24	ANDRE LUIZ KRILOW
36	25	TELMA DA SILVA RODRIGUES
36	31	JOSE APARECIDO MARTINS
36	33	DECIO MOSSINI JUNIOR
36	34	DECIO MOSSINI JUNIOR
37	16	SAMIR ROBERT LOPES SANCHES
37	23	DIOGO NOVAES DE CAMPOS
37	24	ANTONIO FERREIRA LEITE
38	1	ROSELENA SILVA SOUZA
39	2	RUI TSUYOCHI SASSAGIMA
39	3	RUI TSUYOCHI SASSAGIMA
39	4	ELIZANGELA CRISTINA DE SOUZA
39	5	MARCIO ADRIANO PARIZOTTO
39	8	GESLAINE APARECIDA ALVES CARDOSO
39	9	GESLAINE APARECIDA ALVES CARDOSO
39	14	JOSIVAL LIMA DE SOUZA
39	15	NORMA DELIZE SODRE QUEIROZ
39	20	ROGERIO PILAR
39	22	EDUARDO MARTINS
39	24	CARLOS EDUARDO CARRIJO DOS SANTOS
39	25	FABIO CORTEZE SANTI E ESPOSA
39	26	FABIO CORTEZE SANTI E ESPOSA
39	27	EDEVALDO SEBASTIAO DE ARRUDA
40	4	LUCIMEIRE FERREIRA BRAS POLIS
40	5	WALDIR APARECIDO DE FREITAS
40	9	LUCAS RICARDO RIBEIRO LIMA
40	10	JESSE DE CAMARGO
40	11	EVANDRO STABILE
40	13	ARCELIO LAURI SCHMITT
40	17	VANIA LUCIA PACHECO BORGES
40	19	VALDIMAR DA SILVA ARAUJO
40	20	MARCOS MARQUES ARAGAO
40	22	EVANDRO STABILE
40	23	JAQUELINE LUCIA SZPAKOWSKI
40	25	RONIVALDO SILVA DE PAULA
40	28	WALDIR APARECIDO DE FREITAS
41	1	JOSE CARLOS BARCO
41	3	PEDRO ANFILOFEV ANUFRIEV
41	4	EDENILSON JOSE BARRETO
41	8	MILTON VILELA GONZAGA
41	10	VILMAR CHITOLINA
41	11	RODRIGO BUSATTO
41	14	ALEXANDRE ANTONIO TREVISAN
41	15	EVANDRO STABILE
41	16	CARLA CRISTINA REGANHAN
41	19	LEONEL ROQUE BALEST
41	21	JOSE RUFINO DE SOUZA
41	22	MARCOS RODLER
41	25	LUCELIA SANTOS BEZERRA
41	26	JOAO DE SOUZA LIMA
42	2	NAIR SANDRINI GABARDO
42	3	JULIANO GABARDO
42	4	ELIANA STEFANELLO
42	5	ELIANA STEFANELLO
42	6	LOURDES CONCEIÇÃO NEUMANN
42	7	LOURDES CONCEIÇÃO NEUMANN
42	9	ALCIONE PERTELY RIBEIRO
42	16	DIEGO SOLETTI
42	23	LOURDES CONCEIÇÃO NEUMANN
42	28	SUELI MOISES DA SILVA
43	2	CREONICE DE SOUZA ALMEIDA
43	3	ADONIZIO FERREIRA DA SILVA
43	4	LUIZ HENRIQUE WEBER
43	5	ORLANDO JOSE MEINHARDT
43	6	ILARIO ANTONIO KREWER
43	7	OSVALDO RODRIGUES SILVEIRA NETO
43	8	OSVALDO RODRIGUES SILVEIRA NETO
43	10	FRANCISCO SERRANO
43	11	NELSON FLORENCIO DE MATOS
43	12	WENNE KELLY MARTINS BARBOSA SILVA
43	13	VENIS CABRAL DE SOUZA
43	17	MELISSA LINDORFER
43	21	MARLLON BARROS ARAGAO
43	22	MARIA GREGORIO DE SOUZA
43	23	MARIA ESPEDITA GREGORIO DOS SANTOS
43	24	JORGE GONÇALVES DA SILVA
44	1	ODERCIO DE PAULA RIBEIRO
44	3	EMERSON FABRICIO SANTOS DE AFONSO
44	4A	WANDERLEI FRANCO BRITO
44	17	NEI CASTANHA
44	21	JOSE ANTONIO DOS SANTOS
44	22	IRENE SILVA COSTA
44	23	VLADEMIR DARTORA RIBEIRO
44	24	WELLINGTON MENINO DA SILVA
44	25	TANIA NERY DOS SANTOS
44	26	ISAEL AUGUSTO DE PONTES
45	1	EDIANE AGOSTINETTO

45	3	EMERSON RODRIGO SCHWINN
45	4	JURANDIR MEDEIROS MACHADO
45	7	RAFAEL ROCHA DA SILVA E SUA ESPOSA
45	13	THAINARA DA SILVA GARCIA SILVA
45	14	ALECSANDRO ALBIERO
45	15	ALECSANDRO ALBIERO
45	19	DIEGO FERNANDO SCARAVONATTO
45	20	CELSO ROBERTO MORAES PINTO
46	3	ROBERTO BEZERRA BARBOSA
46	6	MARCIO EVANGELISTA
46	7	OZIEL FERREIRA DE SOUZA
46	8	DABIANE RIBEIRO GIUSTI
46	11	LUDMILA MOREIRA DA SILVA
46	14	FATIMA JOSE DOS SANTOS
47	2	WALDIR DAS NEVES DA SILVA
47	3	WESLEY VICTOR DA SILVA
47	9	RICARDO EVANGELISTA & CIA LTDA ME
47	12	BIBIANO GLEYSON SOUSA SANTOS
47	13	MARIA ARNEOZINA DE SOUZA
47	19	ANTONIO NEVES DA SILVA
47	20	LUIS CARLOS SOUZA NOGUEIRA
47	21	ALESSANDRO MOREIRA DE SOUZA
47	22	URANE FERREIRA DOS SANTOS
47	25	FERNANDO FELISBINO FERREIRA
47	27	MARIA OLIMPIA ALVES DE OLIVEIRA
48	2	OSTILIO DE SOUZA PEREIRA SOBRINHO
48	3	ROSILENE RODRIGUES DA SILVA
48	5	ANTONIO CICERO DE SOUZA
48	6	ANTONIO CICERO DE SOUZA
48	11	ANTONIO FIGUEIREDO LUCAS
48	12	ADILIO DE PONTES SILVA
48	15	NELSON DE VARGAS ABREU
48	16	EVANDRO DE SOUZA RIBEIRO
48	27	LEANDRO DA SILVA DE MOURA
49	1	KEYLA HENRIQUE DE SOUZA ALMEIDA
49	6	JOSE ELIAS MURAD FILHO
49	10	SEBASTIANA GUALBERTO DE OLIVEIRA
50	1	ADELITA SILVA LIMA FILHA
50	5	RONALDO DO AMARAL TRINDADE
51	4	JOAO GONCALVES PENA
51	6	FRANCISCO DUARTE DE AQUINO
51	9	PEDRO ROSA NETO
51	11	PAULO ROBINSON GABARDO
51	24	PEDRO ROSA NETO
51	26	MOACIR DE MATOS
52	2	DEROMEDIO FRANCISCO DE SOUZA
52	3	DEROMEDIO FRANCISCO DE SOUZA
52	7	ROSANA CRISTINA DE PAULA
52	8	MARCILIO SANTOS SILVA
52	9	OSIAS ALVES LOPES
52	10	ELAINE ALVES LOPES
52	11	ELAINE ALVES LOPES
52	12	IVANILDES VIEIRA DE FARIAS
52	21	JUAREZ CARMO DOS SANTOS
52	22	DENIVALDO GUSMAO DA SILVA
52	24	VALDIVINO LOPES MENDES
52	23	LIELSON DIVINO DE FRANCA
54	5	REMI SCAIN JR.,JOAO P. SCAIN, VITOR H.S.SCAIN
54	6	ATHAIS VICENTE PEREIRA
54	8	ZENILDO DA SILVA PORTO
54	9	EVANILDES PEREIRA SIQUEIRA
55	1	JOAO SANTOS DA ROCHA
55	5	RAQUEL ANA ZANATTO DOS SANTOS
55	12	ATEVALDO PEREIRA DOS SANTOS
55	17	FRANCISCO ANILTON OLIVEIRA

CAMPO REAL II

QUADRA	LOTE	CONTRIBUINTE
AREA 1	1	METARLUGICA WM LTDA EP
3	10	AGROER- DEFENSIVOS AGRICOLAS LTDA EP
3	9	AGROER- DEFENSIVOS AGRICOLAS LTDA EP
4	10	ROMEU FREDERICO STAGGERMEIER
4	11	SHIZUE WATANABE TSUZURA
4	12	MARCIO DOS SANTOS VIAIS
4	14	SADI CASSOL
4	18	GISELE DUARTE BAPTISTON
5	8	KELIN CRISTINA MAGRI
6	3	DORISNEIDE LUIZ DE SOUZA
7	4	GUEBERSON WALDERI BARROAS DIAS
8	9	CARLA INES WESZ
8	19	TSURUO SCHIGUIHARA
9	12	LUIZA MITIE TSURUTA
9	3	GUERINO CAZANGE
9	4	GUERINO CAZANGE
9	6	GIOVANNA SFREDDO SALLA E OUTRO
9	7	GIOVANNA SFREDDO SALLA E OUTRO
9	8	GIOVANNA SFREDDO SALLA E OUTRO
9	9	GIOVANNA SFREDDO SALLA E OUTRO
10	4	VERUZA ANANCI VILAS BOAS SOUZA MAGALHAES BOING
10	10	PRICIELLYU ANDRESSA BARASUOL
11	5	JUCELINO MOGNON
11	9	SUZELI CRISTIANE SOARES GONCALVES
11	10	SUZELI CRISTIANE SOARES GONCALVES
11	15	SUZELI CRISTIANE SOARES GONCALVES
11	16	SUZELI CRISTIANE SOARES GONCALVES
11	19	FERNANDO CESAR DALMOLIN

11	20	FERNANDO CESAR DALMOLIN
12	19	NERITA JOSE DE SOUZA
16	2	MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO-M
16	14	IRENE LEITE DA SILVA
17	5	JOAO MANOEL JUNIOR E OUTRO
18	6	PATRICIA MARA MOREIRA DE ANDRADE
18	13	SERGIO ANTONIO DELAVY
18	15	LOURIVAL CANDIDO PORTUGUEZ
18	16	LOURIVAL CANDIDO PORTUGUEZ
18	17	JESSICA CAMPOS COSTA
18	18	ALESANDRO CRIVELLI DA SILVA
18	19	AUGUSTO JOSE SAGULA
18	20	LAERCIO VICENTIN
19	3	MARCIA REGINA FRANZIN GARBUGIO
19	10	EDMILSON PEREIRA DA SILVA
19	16	ELCI MARIA CAPPELLESSO DALMOLIN
19	18	ALEIXO SILVA NETO
21	11	REALINO DA ROCHA BASTOS
23	14-R	VALDO SCHWANKE
24	2	SILVANE AGOSTINETTO
24	9	ALEXSANDRO MACHADO GONCALVES
24	10	ALEXSANDRO MACHADO GONCALVES
24	16	VALTAIR JOSE VESZ
24	19	SILVESTRE BOEING
25	1	SERGIO DEZORDI
25	6	FERNANDA CAROLINA DAGNONI GASPARELLI E OUTROS
25	7	FERNANDA CAROLINA DAGNONI GASPARELLI E OUTROS
25	9	ROBERTO OLIVEIRA LOPES
25	12	ANGELINA BORTOLOTTO
25	13	ANGELINA BORTOLOTTO
25	16	NOELI CRISTINA PEREIRA CASTRILLON DE LIMA
25	17	NOELI CRISTINA PEREIRA CASTRILLON DE LIMA
25	18	FERNANDA CAROLINA DAGNONI GASPARELLI E OUTROS
26	2	NILSON SANTANA DA SILVA
26	4-A	ATILIO JOSE DONINI
26	11	ROBERTA CADORE VARGAS
26	12	TARSO JOSE DE VARGAS
26	16A	CELIA MARIA BALDINI PELOSI
26	18	GENILDA RAMALHO INACIO
27	6	ANDRE LUIZ PEZZINI
30	13	MARCELO RISTAU GARBUGIO
30	14	MARCELO RISTAU GARBUGIO
32	1-A	LINDINALVA F. DA SILVA
32	15	CHANTAL DE BARROS MORTATI
33	8	LUIZ FERNANDO SILVA GUERREIRO E ANDREIA CARLA
33	9	LUIZ FERNANDO SILVA GEURREIRO E ANDREIA CARLA
33	10	ROBERTA CADORE VARGAS
34	5	CLAUDIR DOMINGOS RECK
34	6	CLAUDIR DOMINGOS RECK
34	11	LORENA AHMED SALEH
35	5	ERNO DOBLER
36	11	ANA BASSANESI ROSSETO
36	19	MARIA ROSA PICCININ
36	20	MARIA ROSA PICCININ
37	1	REGINALDO MELLUZI
37	5	ROGERIO L. CAVICCHIOLI E JANE SILVA
37	16	JOSE LUIZ DE PIERRI
38	7	JOSE AUGUSTO DE CARLI
38	9	CLEIDINEIA ARRUDA DA SILVEIRA
39	6	VALTER LUIZ MOURA DA SILVA
39	9	MAKRUELLY CRISTINA G. SANTOS
39	12	LOURIVAL CANDIDO PORTUGUEZ
39	13	LOURIVAL CANDIDO PORTUGUEZ
40	8	ANDREA CRISTINA DE MEDEIROS SOARES
40	9	GUERINO CAZANGE
40	10	GUERINO CAZANGE
40	19	VALDELANDE PEREIRA DE SOUZA
CAMPO REAL		
QUADRA	LOTE	CONTRIBUINTE
3	4	JOAO PEREIRA DA CUNHA
5	19	JOSE LUIZ THOME
7	5	ADEMIR RIQUETTI
12	14	MARIANA DE CARBALHO PINHO
12	19	ZILDA PEREIRA DA SILVA HIPOLITO
15	19	ARMINDO GUERRA DOS SANTOS
31	16	ALTAIR BARBIERI
32	6	ARCILIO RAIMUNDO NEUVALD
36	1AO4	NERCI DE OLIVEIRA BORGES
38	14	SERGIO DE SOUZA BRUNO
43	14	HENIO STRAGLIOTTO
47	6	ALGEMIRO BORGES DO AMARAL
53	7	HENRIQUE PINHEIRO BERTO
54	3	JURACY JOSE DA SILVA
54	18	JOAO PAULO SILVA GUERREIRO
55	24	MIGUEL COSTA FILHO
55	25	MIGUEL COSTA FILHO
DVS	DVS	AURI IVO WEBER
AREA E	A01	APARECIDA VOINE DE SOUZA NERI
UM	B-2	ALEXANDRE SARAIVA HOFFMANN
BURITIS		
QUADRA	LOTE	CONTRIBUINTE
7	19	VALDOVINO GALDINO DOS SANTOS
10	5	ANTONIA GONÇALVES DE BARROS
11	1	CRISTINA JOVANE BERTUOL CHERUBINI

RESIDENCIAL RECANTO DOS PASSAROS		
QUADRA	LOTE	CONTRIBUINTE
1	9	GERALDO BARTH
1	15	GERALDO BARTH
1	18	CESAR AUGUSTO ALVES
1	19	DENIMERCIO LOACYR GUENO
16	5	IVANIA RIBEIRO DA SILVA
16	7	JOAO BOSCO DA ROCHA
16	10	JOACIL DE OLIVEIRA NEVES
16	15	ESPERENDEUS MEDEIROS DE VITAL PONTES
16	21	JULIA SANTANA DE SOUZA
16	22	VALDECI CAVALCANTE DE MATOS
16	25	GELSEMAR JOSE GOMES
16	27	LADEMIR LUDVIG
16	29	APARECIDA KAYOKO NOSAKI
16	30	CLEIDE APARECIDA RODRIGUES SCHWARZ
17	1	JOAO DE DEUS CAMPO FILHO
17	2	ANDERSON/ELISMAR DUARTE
17	4	JULIO CESAR SANTANA CUNHA
17	6	LILIAN KOLIN E CARINE KOLING
17	8	ELCIO ALBERTON
17	11	LUCIO ARAUJO FERNANDES
17	17	ELIAS DA SILVA BORGES
17	18	JUNIOR CESAR MASDCARENHAS
17	19	MARCIO FABIANO FIN
17	25	LEANDRO LIMA DE OLIVEIRA
17	26	PAULINO DAS GRAÇAS
ESTAÇÃO DA LUZ		
QUADRA	LOTE	CONTRIBUINTE
7	1	MAX GIOVANNI DE ANDRADE
7	20	ALDERICO PIRES VICOCAL
8	1	JEVERSON LAVARDA
8	5	VIVIANE MENDES DOS SANTOS
8	6	DANIELA DA SILVA NOGUEIRA
8	10	RITA DE CACIA GOMES DOS SANTOS VENANCIO
8	13	DALFRINI MATTANA E OUTROS
8	14	TARSO JOSE DE VARGAS
8	15	RITA DE CACIA GOMES DOS SANTOS VENANCIO
8	19	NAIR ALVES FEITOSA
9	1	NOEMI AGOSTINETO
9	2	NOEMI AGOSTINETO
9	8	LUIZ AMERICO RODRIGUES
9	9	JONILSON JOSE DE CARVALHO
9	17	JOSUEL CARDOSO DE MELO
9	19	MARCIA DENISE RIGOTTI
12	13	ERNANDI DE COL
12	14	ERNANDI DE COL
15	1	LUCIANE CRISTOVÃO DA ROCHA PESSOA
15	17	MERCEDES BARBIERI SCHENKEL
16	2	PIERCARLO SANTOS DESORDI
16	15	MAGNUS ALBERTO BLOCK
16	16	MAGNUS ALBERTO BLOCK
16	17	MAGNUS ALBERTO BLOCK
17	2	FRANCISCO DIAS PEREIRA
17	4	FABIELEI AGOSTINETO
17	6	FERNANDES VOLANTE
17	7	JOSIMARE VIEIRA DA SILVA
17	11	SILVANE AGOSTINETTO
17	14	HELIO AFONSO MEINKE
17	20	ROSALINA DE SOUZA OLIVEIRA
18	1	DENILSO LUIS FORCHEZATTO
18	4	ENES REIS DE SOUZA
18	5	FABIO GEOVANI FONSECA GEAROLA
18	6	ROMEU FREDERICO STAGGEMEIER
18	8	SILVINITA LEAL DA SILVA FESTA
18	9	TIAGO GONÇALVES MARQUETI
18	10	ILDACIRA SORANA DE FREITAS
18	11	MARIA AUXILIADORA DA CRUZ CERVELINO
19	1	AVELINO PAULINO DA SILVA
20	7	NEUDI ANTONIO CASTANHA
20	10	CASTANHA COMERCIO DE EQUIP.PARA AVIN.SUINOC.LTDA-ME
20	17	FABIO ALEXSANDRO MUNHOZ MALOSPIRITO
20	18	ALBA REGINA BADOCO
20	19	ANGELA FABIANA COPETTI BOHRER
22	4	RIC COMERCIO ATACADISTA DE ALGODÃO LTDA-EPP
22	13	EVERALDO JOSE DE OLIVEIRA LORENZATTO
22	14	MERCEDES BARBIERI SCHENKEL
24	17	JOSÉ RICARDO DE LIMA & CIA LTDA-ME
24	22	WELSON PAULO DA SILVA
24	26	TRAEL TRANSFORMADORES ELETRICOS LTDA
25	1	NILVA LENIR SIMOES
25	2	NILVA LENIR SIMOES
25	3	RICARDO MARIO DI LORETO
25	4	PAULO FERREIRA DA CRUZ
25	13	LEANDRO CAVICHIOLO
25	15	VANIA CRISTINA DA CUNHA
25	17	RICARDO MARIO DI LORETO
25	18	RICARDO MARIO DI LORETO
26	12	ANDRÉ DIOGO DA SILVA
26	5	PABLO EMILIO SANCHEZ MOSET
26	6	PABLO EMILIO SANCHEZ MOSET
26	7	PABLO EMILIO SANCHEZ MOSET
26	8	PABLO EMILIO SANCHEZ MOSET
26	9	PABLO EMILIO SANCHEZ MOSET

26	10	PABLO EMILIO SANCHEZ MOSET
26	15	PABLO EMILIO SANCHEZ MOSET
26	16	PABLO EMILIO SANCHEZ MOSET
26	17	PABLO EMILIO SANCHEZ MOSET
26	18	PABLO EMILIO SANCHEZ MOSET
26	19	PABLO EMILIO SANCHEZ MOSET
26	20	PABLO EMILIO SANCHEZ MOSET
27	2	LEONARDO BESSA DE BRITO
27	3	KATIA KAROLINE PERINI
27	9	ELIAS DALLAGNOL
27	10	LUCIANA ALVES DE SOUZA
27	13	DAVI ALEIXO DE SALES
27	14	CLEBER RODRIGO DALLAGNOL
27	17	CYNTIA ALVES PEREIRA
27	18	OSCAR ABID MUNDIN
29	17	EDMILSON YORIO OTAKE ME
29	18	EDMILSON YORIO OTAKE ME
30	4	MARIA JOSE FARIA
30	6	BELO BRASIL SUPERMERCADO LTDA
30	11	JOAO VICTOR ZANELLA
30	14	JOSE AUGUSTO DE CARLI
30	15	MICHELLE DAIANE RAMOS BERNARD
30	16	MARGARETE RAMOS BERNARD
31	1	MESSIAS JOSE DOS ANJOS
31	3	PAULO RICARDO ECKERT MORARI
31	4	MICHELE FATIMA FERRI
31	6	GRACIELA PULL BIF SILVA E OUTROS
31	7	JULIANA PUHL BIF E OUTRAS
31	8	TAMARA PUHL BIF
31	9	LOURIVAL LOPES FILHO
31	17	WILSON CIBULSKIS JUNIOR
31	26	JOSE AUGUSTO DE CARLI
32	14	BETANIA SANTOS DE LAET
32	16	VALDECIR ALVES E SUA ESPOSA
32	17	DEPOSITO DE MATERIAIS DE CONST. CAMPO VERDE
33	7	VISLEI DIORGINIS SERON
33	8	VISLEI DIORGINIS SERON
33	9	JOÃO SERGIO DE SÁ
33	10	JOAQUIM AURIMAR NOGUEIRA
34	4	CLEBER RODRIGO DALLAGNOL
34	14	LUIZ AURI BRESSAN

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 426/2015

DECRETO Nº 426/2015 _____ DE: 12/06/2015

"DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE CANABRAVA DO NORTE - MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALDEZ VIANA NUNES, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas em Lei:

Considerando os dispostos da lei 8080/90 e o artigo 1º da lei 8142/90;

Considerando o artigo 15º da Lei Estadual nº. 22/92;

Considerando a resolução de nº. 02/2015 do Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Canabrava do Norte.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica convocada a IV Conferência Municipal de Saúde do Município de Canabrava do Norte - MT, a ser realizada nos dias 22 de Junho de 2015 a partir das 19:00 hs e 23 de Junho de 2015 a partir das 07:30 hs, no Plenário da Câmara Municipal deste Município, aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde de Canabrava do Norte, com a promoção e realização do referido Conselho Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava do Norte.

Art. 2º - A Conferência desenvolverá seus trabalhos sob o tema Central - "SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS: DIREITO DO POVO BRASILEIRO" com os seguintes eixos temáticos: "GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA, GESTÃO DO SUS e MODELO DE ATENÇÃO".

Art. 3º - A Conferência será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde ou Secretário (a) Municipal de Saúde e na sua ausência, pelo (a) Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde ou Subsecretário (a) e ou representante legal.

Art. 4º - O Secretário Municipal de Saúde expedirá mediante portaria a estrutura e composição da comissão organizadora, bem como o regimento interno e regulamento (se houver) que norteará a Conferência.

Art. 5º - As despesas com a realização da IV Conferência Municipal de Saúde de Canabrava do Norte - MT, ocorrerá a cargo dos Recursos Orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava do Norte - MT e de outros Recursos Estadual e Nacional para Saúde.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Canabrava do Norte, em 12 de Junho de 2015.

_____

VALDEZ VIANA NUNES

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRE-SE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 001/2015 DO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA PARA CANDIDATOS AO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR

EDITAL Nº 001/2015 DO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA PARA CANDIDATOS AO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR.

A PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA PARA CANDIDATOS AO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR juntamente com O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CANABRAVA DO NORTE (CMDCA), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela a Lei de criação Nº 121 de 10 de setembro de 1997, amparada pela a resolução do

CEDCA nº155 de 07 de Abril de 2015, que convoca as eleições em todo território matogrossense, faz publicar o Edital de Convocação para o Primeiro Processo de Escolha em Data Unificada para Membros do Conselho Tutelar do Município de Canabrava do Norte - MT, para o quadriênio 2016/2019.

1. DO OBJETO

1.1 O presente Edital tem como objeto o Processo de Escolha em Data Unificada, disciplinado pela Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Resolução nº 170 de 10 de dezembro de 2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), conferidas pela Lei de criação nº 121 de 10 de setembro de 1997, amparada pela a resolução do CEDCA nº155 de 07 de Abril de 2015, que convoca as eleições em todo território matogrossense, o qual será realizado sob a responsabilidade Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do Município de Canabrava do Norte - MT, sob a fiscalização do Ministério Público que atua perante o Juízo da Infância e Juventude da Comarca de Porto Alegre do Norte - MT.

2. DO CONSELHO TUTELAR

2.1. O Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, é encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

2.2. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha em igualdade de condições com os demais pretendentes.

2.3. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá observar as seguintes diretrizes:

2.3.1. O processo será realizado para o preenchimento de 5 (cinco) vagas para membros titulares e 5 (cinco) vagas para suplentes;

2.3.2. A candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas, em conformidade com o disposto pelo CONANDA;

2.3.3. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deverá criar uma Comissão Especial, instituída por meio de publicação em Diário Oficial ou equivalente, de composição paritária entre conselheiros representantes do governo e conselheiros da sociedade civil, para a realização do primeiro Processo de Escolha em Data Unificada dos membros do Conselho Tutelar;

2.3.4. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, publicará Editais específicos no Diário Oficial ou meio equivalente, para cada uma das fases do processo de escolha de conselheiros tutelares, os quais deverão dispor sobre:

2.3.4.1. A documentação exigida aos candidatos para que possam concorrer no processo eleitoral;

2.3.4.2. As regras do Processo de Escolha em Data Unificada, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos;

2.3.4.3. As sanções previstas aos candidatos no caso de descumprimento das regras do Processo de Escolha em Data Unificada;

2.3.4.4. A regulamentação quanto as fases de impugnação, recurso e outras do Processo de Escolha em Data Unificada; e

2.3.4.5. As vedações.

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR

3.1. Reconhecida idoneidade moral

3.1.1. Para comprovação da idoneidade moral o candidato deverá apresentar certidão assinada por 03 (três) funcionários públicos EFETIVOS (federal, estadual ou municipal), os quais deverão juntar cópias dos seus documentos de identificação (carteira de identidade e documento que comprove ser funcionário público), na forma do **ANEXO II;**

3.1.2. Não poderão assinar a referida certidão os funcionários da Secretaria Municipal de Assistência Social, Promotoria de Justiça, Fórum de Porto Alegre do Norte e qualquer outra unidade diretamente ligada ao processo, visto que os mesmos estarão envolvidos de forma direta e indireta no processo de escolha dos novos Conselheiros Tutelares.

3.2. Idade superior a vinte e um anos;

3.3. Residir no município a pelo menos um ano e aí inscrito como eleitor, perante a Justiça eleitoral;

3.4. Apresentar Certidão Negativa Criminal Estadual e Federal de que não responde a processo criminal;

3.5. Tenham escolaridade mínima de Ensino Médio concluído;

3.6. Experiências em trabalho com crianças e adolescentes de no mínimo dois anos, comprovado junto as escolas, igrejas, pastorais ou que já tenha sido Conselheira do Tutelar e outros.

3.7. Termo de Compromisso, conforme **ANEXO III** deste edital, assumindo a responsabilidade de cumprir o horário de funcionamento e plantões do Conselho Tutelar.

3.8. Termo de compromisso Manter postura ética e condizente com a função perante a sociedade, mesmo não estando no exercício da função.

3.9. Termo de compromisso agir eticamente no desempenho da função.

3.10. Pontuar no exame de conhecimento gerais, específico sobre o ECA e psicológico.

4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO

4.1. Os conselheiros tutelares exercerão suas atividades em regime **de dedicação exclusiva em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, resguardados os plantões.**

5. DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

5.1. As atribuições dos membros do conselho tutelar estão previstas no art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

6. DA COMISSÃO ESPECIAL

6.1. A Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada é encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos.

6.2. É facultado a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação citada acima, as candidaturas que não atendam aos requisitos exigidos, indicando no instrumento impugnatório os elementos probatórios.

6.3. A Comissão Especial deverá notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa.

6.4. A Comissão Especial realizará reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos, assim como a realização de outras diligências.

6.5. Das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

6.6. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com envio de cópia ao Ministério Público.

6.7. A Comissão Especial deverá realizar reunião destinada a dar conhecimento formal quanto às regras de campanha dos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local e nas Resoluções do CONANDA.

6.8. A Comissão Especial estimulará e facilitará o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem.

6.9. A Comissão Especial deverá analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

6.10. O Comissão Especial deverá organizar e prestar apoio administrativo ao Processo de Escolha Unificada que ocorrerá no dia 04 de outubro de 2015.

6.11. O CMDCA deverá escolher e divulgar os locais de votação.

6.12. A Comissão Especial deverá divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação.

7. DOS IMPEDIMENTOS

7.1. São impedidos de servir no mesmo conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro (a) e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, conforme previsto no Art. 140 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

7.2. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto na Resolução 170/2014, publicada pelo CONANDA.

7.3. Estende-se o impedimento da disposição acima ao Conselheiro Tutelar que tenha as relações dispostas com autoridade judiciária e com o representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

8. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA

8.1. As Etapas do Processo de Escolha Unificada serão organizadas da seguinte forma, observando-se o cronograma previsto no **ANEXO I**:

8.1.1. Primeira Etapa: Inscrições e entrega de documentos;

8.1.2. Segunda Etapa: Análise de documentação exigida.

8.1.3. Terceira Etapa: Exame de conhecimento gerais e específico (ECA), homologação e aprovação das candidaturas; Avaliação Psicológica com profissionais de psicologia.

8.1.4. Quarta Etapa: Dia do Processo de Escolha em Data Unificada;

8.1.5. Quinta Etapa: Formação inicial: Construindo conhecimento de computação e informática; e conduta e prática.

8.1.6. Sexta Etapa: Diplomação e Posse.

9. DA PRIMEIRA ETAPA - DA INSCRIÇÃO/ENTREGA DOS DOCUMENTOS

9.1. A participação no presente Processo de Escolha em Data Unificada iniciar-se-á pela inscrição por meio de requerimento impresso na forma do **ANEXO IV**, e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

9.2. A inscrição será efetuada pessoalmente na sede da Assistência Social, situada na rua Dr. Sebastião Junior, S/N, Centro, na cidade de Canabrava do Norte MT.

9.3. As inscrições serão realizadas nos dias e horários previstos na forma do **ANEXO I;**

9.4. A veracidade das informações prestadas na inscrição é de total responsabilidade do candidato.

9.5. Ao realizar a inscrição, o candidato deverá apresentar original e cópia dos documentos seguintes em duas vias para fé e contrafé, ressaltando, que é de **inteira responsabilidade dos candidatos a entrega de todos os documentos no ato da inscrição.**

9.5.1. Carteira de Identidade;

9.5.2. CPF;

9.5.3. Título Eleitoral;

9.5.4. Comprovante de votação da última eleição (dois turnos) ou Certidão de Quitação Eleitoral;

9.5.5. Comprovante de endereço (cotrato de aluguel, luz ou telefone ou declaração emitida pelo setor de tributos do município);

9.5.6. Declaração original de comprovação de trabalho com criança e adolescentes de no mínimo dois anos;

9.5.7. Declaração de Escolaridade;

9.5.8. Atestado de Bons Antecedentes Criminais; e

9.5.9. Declaração de idoneidade moral.

10. DA SEGUNDA ETAPA – ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

10.1. A Comissão Organizadora procederá à análise da documentação exigida prevista na Resolução e no Edital publicados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

10.2. A análise dos documentos será realizada no prazo de 02 (dois) dias após o encerramento do prazo para recebimento da documentação.

11. DA IMPUGNAÇÃO DAS CANDIDATURAS

11.1- A partir da publicação da lista definitiva dos candidatos habilitados a participar do processo de escolha, no prazo de 05 (cinco) dias, qualquer cidadão maior de 18 anos e legalmente capaz poderá requerer a impugnação do postulante, em petição devidamente fundamentada.

11.2. Ocorrendo falsidade em qualquer documentação apresentada, o postulante será excluído sumariamente do Processo de Escolha em Data Unificada, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.

11.3. O candidato impugnado terá 02 (dois) dias após a data de publicação da lista dos habilitados e não habilitados para apresentar sua defesa.

11.4. Após análise da documentação pela Comissão Especial será publicada a lista dos candidatos habilitados a participarem do Processo de Escolha em data Unificada, que ocorrerá no dia **04 de outubro de 2015.**

11.5. No dia 18 de junho de 2015, será publicada a lista definitiva dos candidatos habilitados e não habilitados para o processo eleitoral.

11.6. O candidato não habilitado terá o prazo de 02 (dois) dias após a data da publicação para apresentar recurso a Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada.

12. DA TERCEIRA ETAPA- EXAME DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

12.1. O exame de conhecimento gerais e conhecimento específico (ECA) será aplicado no dia **02 de Agosto de 2015**, o local e horário será divulgado em edital complementar.

12.2. Após publicação do resultado do exame de conhecimento específico o candidato poderá interpor recurso no prazo de 02 dias para a Comissão Especial.

12.3. O exame de conhecimento específico será prova objetiva e ou descritiva, a ser divulgada pela comissão organizadora.

12.4. A avaliação Psicológica será realizada por psicólogo a ser indicado pela Comissão organizadora do município.

13. DA QUARTA ETAPA - PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA

13.1. Esta etapa definirá os conselheiros tutelares titulares e os suplentes.

13.2. O Processo de Escolha em Data Unificada realizar-se-á no dia **04 de outubro de 2015, das 08h às 17h, horário local,** conforme previsto no Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e será divulgado por meio do Diário Oficial ou equivalente e outros instrumentos de comunicação.

13.3. O resultado oficial da votação será publicado imediatamente após a apuração por meio do Diário Oficial ou equivalente e outros instrumentos de comunicação.

14. DAS VEDAÇÕES AO CANDIDATO DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA

14.1. Conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

14.2. Conforme a Resolução nº 170/2014 do CONANDA, inciso II do art. 5º, a candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas.

15. DO EMPATE

15.1. Em caso de empate, terá preferência na classificação, sucessivamente:

15.1.1. O candidato que obtiver maior nota no Exame de Conhecimento Específico sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

15.1.2. Com maior tempo de experiência na promoção, defesa ou atendimento na área dos direitos da criança e do adolescente;

15.1.3. O candidato com idade mais elevada;

15.1.4. Ter participado da IV Conferência Municipal em Defesa dos Direitos Humanos de Criança e do Adolescente do Município.

16. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

16.1. Ao final de todo o Processo de Escolha em Data Unificada, a Comissão Especial divulgará no Diário Oficial do Município ou em meio equivalente, o nome dos cinco conselheiros tutelares titulares e seus respectivos suplentes escolhidos em ordem decrescente de votação.

17. DOS RECURSOS

17.1. Realizado o Processo de Escolha em Data Unificada, os recursos deverão ser dirigidos à Presidência da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada e protocolados no, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, respeitando os prazos estabelecidos neste Edital.

17.2. Julgados os recursos, o resultado final será homologado pela Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada.

17.3. O Candidato poderá ter acesso às decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital, mediante solicitação formalizada.

17.4. Das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com máximo de celeridade.

17.5. A decisão proferida nos recursos, pela Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada é irrecorrível na esfera administrativa.

17.6. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada fará publicar a relação dos candidatos habilitados a concorrer, com cópia ao Ministério Público.

18. DA QUINTA ETAPA – FORMAÇÃO

18.1. Esta etapa consiste na formação dos Conselheiros Tutelares, sendo obrigatória a presença de todos os candidatos eleitos tanto titulares, quanto suplentes.

18.2. As diretrizes e parâmetros para a formação deverão ser apresentadas aos candidatos pelo CMDCA, após a realização do Processo de Escolha em Data Unificada.

19. DA SEXTA ETAPA – DIPLOMAÇÃO E POSSE

19.1. A posse dos Conselheiros Tutelares dar-se-á pelo Senhor Prefeito Municipal ou pessoa por ele designada no dia 10 de janeiro de 2016, conforme previsto no parágrafo 2º do Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal nº121/97 e Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -CMDCA.

20.2. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao Processo de Escolha em Data Unificada dos Conselheiros Tutelares.

20.3. O descumprimento dos dispositivos previstos neste Edital implicará na exclusão do candidato ao Processo de Escolha em Data Unificada.

Canabrava do Norte - MT, em 18 de Junho de 2015.

PAULO ADOLFO SIMÕES

Presidente do CMDCA

LUANA DA SILVA PIAGEM

Presidente da Comissão Especial do Processo de

Escolha dos Candidatos ao Cargo de

Conselho Tutelar.

ANEXO I

AO EDITAL Nº 001/2015

CRONOGRAMA PREVISTO PARA O PROCESSO DE ESCOLHA

Eventos básicos	Datas
Publicação do Edital	18/06/2015
Inscrições e entrega de documentos	22/06/2015 a 30/06/2015
Análise dos documentos de inscrições	01/07/2015 a 02/07/2015
Publicação da lista dos candidatos com Inscrições deferidas e indeferidas	03/07/2015
Prazo para recurso	06/07/2015 a 10/07/2015
Análise dos recursos	13/07/2015 a 14/07/2015
Prazo para defesa dos candidatos	15/07/2015 e 16/07/2015
Prazo analise da defesa	17/07/2015
Publicação da lista definitiva dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética.	20/07/2015
Recursos dos candidatos não habilitados	21/ 07/2015 e 22/07/2015
Divulgação do local e horário de realização da Prova objetiva	23/07/2015
Realização da Prova Objetiva	02/08/2015
Divulgação do Gabarito da Prova	04/08/2015
Resultado da Prova Objetiva em ordem de classificação com as maiores notas.	17/08/2015
Recebimento de recurso contra o resultado da prova objetiva.	18/08/2015 a 21/08/2015
Resultado e publicação final da prova objetiva	24/08/2015
Avaliação Psicológica	10/09/2015 a 11/09/201
Resultado da avaliação Psicológica	21/09/2015
Eleição Unificada dos Conselheiros Tutelares	04/10/2015

Resultado Final da Eleição unificada dos Conselheiros Tutelares	05/10/2015
Publicação do resultado da Eleição Unificada dos Conselheiros Tutelares	07/10/2015
Capacitação dos Conselheiros Tutelar (Primeira Etapa)	20/10/2015
Capacitação dos Conselheiros Tutelar (Segunda Etapa)	20/11/2015
Posse dos Conselheiros Tutelares	10/01/2016

ANEXO II

AO EDITAL Nº 001/2015

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE MORAL

Eu, _____, portador (a) do RG nº _____, CPF nº _____, natural de _____, estado civil _____, profissão _____, residente e domiciliado à _____, Bairro _____, no município de Canabrava do Norte – MT, lotado (a) no órgão/unidade _____, **DECLARO** para os devidos fins e sob pena da Lei, que o candidato ao cargo de Conselheiros Tutelar _____, residente e domiciliado à _____ Bairro _____ no município de Canabrava do Norte – MT, portador do RG nº _____, CPF nº _____, POSSUI PLENA IDONEIDADE MORAL, nada havendo que desabone até esta data. É a expressão de verdade e dou fé.

Canabrava do Norte - MT, _____ de _____ de 2015.

_____

Assinatura

ANEXO III

AO EDITAL Nº 001/2015

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, _____, portador (a) do RG nº _____, CPF nº _____, natural de _____, estado civil _____, profissão _____, residente e domiciliado à _____, Bairro _____, no município de Canabrava do Norte – MT, **CONFIRMO** que tenho disponibilidade para cumprir a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas, resguardados os plantões sendo o horário de funcionamento do Conselho Tutelar estabelecido pela lei 308/98 de reestruturação do Conselho Tutelar de Canabrava do Norte - MT.

É a expressão de verdade e fé.

Canabrava do Norte - MT, _____ de _____ de 2015.

_____

Assinatura

ANEXO IV

AO EDITAL Nº 001/2015

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome: _____

Sexo: ( ) F ( ) M Data de Nascimento: _____/_____/_____ Idade: _____

Naturalidade: _____

Nacionalidade: _____ Estado Civil: _____

Escolaridade: _____

CPF nº _____ RG nº _____

Título de Eleitor _____Zona: _____

Seção: _____Município/UF: _____

Nome da Mãe: _____

Nome do Pai: _____

Endereço: _____

Bairro: _____Município: _____UF: ____

Telefone: _____

E-mail: _____

Canabrava do Norte - MT, _____ de _____ de 2015.

_____

Assinatura

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 063/2015

PORTARIA Nº 063/2015 DE: 08/06/2015

"EM CONFORMIDADE COM A LEI ORGANICA MUNICIPAL ARTIGO 83 PARAGRAFO II E XXX ."

Valdez Viana Nunes, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica a Srª. **MARISANGELA JUNKER JARDIM BELLE,** portadora da Cédula de Identidade Civil CI-RG sob nº **4918965-4** Órgão Expedidor SSP/SC e Inscrita no Cadastro de Pessoa Física CPF/MF. sob. nº**. 805.948.671-34, Exonerada** da função de **CONTADORA,** deste Município.

Artigo 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 08 de Junho de 2015.

_____

VALDEZ VIANA NUNES

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE -SE

CUMPRE-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2015

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que a licitação na modalidade

Tomada de Preços Nº 005/2015

, do tipo Obras e Serviços de Engenharia, cujo objeto é a Contratação de empresa para execução de obras de Construção da Academia da Saúde no Distrito de Serra Dourada no Município de Canarana-MT, conforme especificações do edital, que a realização da sessão publica, anteriormente marcada para o dia 22 de junho de 2015, às 13h30min, fica SUSPENSA POR PRAZO INDETERMINADO, até segundo aviso, para readequação das planilhas orçamentária onde houve erro de digitação e as alterações afetarão as propostas.

Canarana-MT., 18 de Junho de 2015.

_____

Marli Ines Londero

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº316/2015.

De 16 de Junho de 2015.

Nomeia Comissão de Sindicância, e dá outras providências.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Art. 108, Inciso II, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o art. 209 da Lei Complementar Municipal N° 028, de 23 de dezembro de 2002 e;

CONSIDERANDO o oficio n.º 049/2015/SMAS, de 15 de Junho de 2015;

R E S O L V E:

Art. 1º – Nomear os servidores, abaixo designados, pelo prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, para compor a Comissão de Sindicância em desfavor da servidora I. C. N., matrícula 4274, lotada na Secretaria de Assistência Social:

I - Sheila Cristina Pasqualotti - matrícula nº1757 – Presidente;

II - Iraci Salette Vargas - matrícula nº 121 – secretária;

III - Cleunir Praxedes Peixoto - matrícula nº1039 – membro.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, aos 16 de junho de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ERRATA DA LEI MUNICIPAL N.º 883/2015.

ONDE SE- LE:

09.001. 26. 782. 0013. 1063 – Aquisição de Veículos Maquinas e Equipamentos **09.001. 26. 782. 0013. 1063.4490.52.0000 – Equip. materiais Permanentes R$ 140.000,00 Em, 01 de junho de 2015.**

LEIA- SE:

09.001. 26. 782. 0013. 1064 – Aquisição de Veículos Maquinas e Equipamentos**09.001. 26. 782. 0013. 1064.4490.52.0000 – Equip. materiais Permanentes R$ 140.000,00 Em, 12 de junho de 2015.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°. 045/2014 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL – MT

MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARAES AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°. 045/2014 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL – MT

O Município de Chapada dos Guimarães – MT, torna público, para conhecimento dos interessados a Adesão/ Carona da Ata de Registro de Preço n°. 045/2014 do Pregão Presencial n°. 040/2014 da Prefeitura Municipal de Sapezal - MT, tendo como objeto: Registro de preços para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESIDUOS SOLIDOS DE SERVIÇOS DA SAÚDE DE ATE 500KG, MENSAL CLASSIFICADOS DOS GRUPOS "A" B E "E", COM EQUIPAMENTOS NECESSARIOS PARA COLETA NO MUNICIPIO DE SAPEZAL-MT, no **Valor de R$ 31.200,00 (Trinta e Um Mil e Duzentos Reais),** tendo como detentora da referida Ata a empresa **MAXIMA AMBIENTAL SER-**

VIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA-EPP, inscrita no CNPJ nº 07. 657.198/0001 – 20

Chapada dos Guimarães – MT, 18 de Junho de 2015.

MARIA DE FATIMA DA SILVA CORREA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

RH
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-RREO 1º BIMESTRE 2015

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	32.528.000,00	32.528.000,00	4.823.844,39	14,83	4.823.844,39	14,83	27.704.155,61
RECEITAS CORRENTES	29.758.000,00	29.758.000,00	4.412.242,97	14,83	4.412.242,97	14,83	25.345.757,03
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.733.000,00	4.733.000,00	445.883,25	9,42	445.883,25	9,42	4.287.116,75
Impostos	4.510.000,00	4.510.000,00	355.436,08	7,88	355.436,08	7,88	4.154.563,92
Taxas	218.000,00	218.000,00	90.447,17	41,49	90.447,17	41,49	127.552,83
Contribuição de Melhoria	5.000,00	5.000,00				0,00	5.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	966.200,00	966.200,00	119.056,25	12,32	119.056,25	12,32	847.143,75
Contribuições Sociais	916.200,00	916.200,00	102.606,63	11,20	102.606,63	11,20	813.593,37
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	50.000,00	50.000,00	16.449,62	32,90	16.449,62	32,90	33.550,38
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	952.600,00	952.600,00	433.616,80	45,52	433.616,80	45,52	518.983,20
Receitas Imobiliárias	1.100,00	1.100,00				0,00	1.100,00
Receitas de Valores Mobiliários	946.500,00	946.500,00	433.616,80	45,81	433.616,80	45,81	512.883,20
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais	5.000,00	5.000,00					5.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	27.000,00	27.000,00	171,00	0,63	171,00	0,63	26.829,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.653.450,00	22.653.450,00	3.361.045,10	14,84	3.361.045,10	14,84	19.292.404,90
Transferências Intergovernamentais	22.053.450,00	22.053.450,00	3.237.309,52	14,68	3.237.309,52	14,68	18.816.140,48
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	600.000,00	600.000,00	123.735,58	20,62	123.735,58	20,62	476.264,42
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	425.750,00	425.750,00	52.470,57	12,32	52.470,57	12,32	373.279,43
Multas e Juros de Mora	112.750,00	112.750,00	9.122,88	8,09	9.122,88	8,09	103.627,12
Indenizações e Restituições	32.000,00	32.000,00	1.434,75	4,48	1.434,75	4,48	30.565,25
Receita da Dívida Ativa	271.000,00	271.000,00	36.920,80	13,62	36.920,80	13,62	234.079,20
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas	10.000,00	10.000,00	4.992,14	49,92	4.992,14	49,92	5.007,86
RECEITAS DE CAPITAL	2.770.000,00	2.770.000,00	411.601,42	14,86	411.601,42	14,86	2.358.398,58
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							

Documento gerado em 06/05/2015 15:34:25

Página 1 de 11

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Alienação de Bens Móveis	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.740.000,00	2.740.000,00	411.601,42	15,02	411.601,42	15,02	2.328.398,58
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	2.740.000,00	2.740.000,00	411.601,42	15,02	411.601,42	15,02	2.328.398,58
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	20.000,00	20.000,00					20.000,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas	20.000,00	20.000,00					20.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.302.000,00	2.302.000,00	354.046,08	15,38	354.046,08	15,38	1.947.953,92
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	34.830.000,00	34.830.000,00	5.177.890,47	14,87	5.177.890,47	14,87	29.652.109,53
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	34.830.000,00	34.830.000,00	5.177.890,47	14,87	5.177.890,47	14,87	29.652.109,53
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	34.830.000,00	34.830.000,00	5.177.890,47	14,87	5.177.890,47	14,87	29.652.109,53
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)							
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	32.871.300,00	32.871.300,00	4.232.737,30	4.232.737,30	28.638.562,70	3.101.035,25	3.101.035,25	29.770.264,75	1.857.732,25	0,00
DESPESAS CORRENTES	26.921.270,00	26.921.270,00	4.147.845,10	4.147.845,10	22.773.424,90	3.040.621,12	3.040.621,12	23.880.648,88	1.809.511,12	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.664.350,00	12.664.350,00	2.032.684,59	2.032.684,59	10.631.665,41	1.809.602,83	1.809.602,83	10.854.747,17	1.019.205,17	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	20.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	5.779,43	5.779,43	14.220,57	5.779,43	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.236.920,00	14.236.920,00	2.105.160,51	2.105.160,51	12.131.759,49	1.225.238,86	1.225.238,86	13.011.681,14	784.526,52	
DESPESAS DE CAPITAL	4.500.030,00	4.500.030,00	84.892,20	84.892,20	4.415.137,80	60.414,13	60.414,13	4.439.615,87	48.221,13	0,00
INVESTIMENTOS	4.315.030,00	4.315.030,00	42.977,00	42.977,00	4.272.053,00	42.977,00	42.977,00	4.272.053,00	30.784,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 1º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	185.000,00	185.000,00	41.915,20	41.915,20	143.084,80	17.437,13	17.437,13	167.562,87	17.437,13	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.350.000,00	1.350.000,00			1.350.000,00			1.350.000,00		
RESERVA DO RPPS	100.000,00	100.000,00			100.000,00			100.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	828.700,00	828.700,00	417.474,78	417.474,78	411.225,22	114.553,48	114.553,48	714.146,52	56.178,06	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	33.700.000,00	33.700.000,00	4.650.212,08	4.650.212,08	29.049.787,92	3.215.588,73	3.215.588,73	30.484.411,27	1.913.910,31	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	33.700.000,00	33.700.000,00	4.650.212,08	4.650.212,08	29.049.787,92	3.215.588,73	3.215.588,73	30.484.411,27	1.913.910,31	0,00
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	33.700.000,00	33.700.000,00	4.650.212,08	4.650.212,08		3.215.588,73	3.215.588,73		1.913.910,31	

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.302.000,00	2.302.000,00	354.046,08	15,38	354.046,08	15,38	1.947.953,92
RECEITAS CORRENTES	2.302.000,00	2.302.000,00	354.046,08	15,38	354.046,08	15,38	1.947.953,92
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.302.000,00	2.302.000,00	354.046,08	15,38	354.046,08	15,38	1.947.953,92
Contribuições Sociais	2.302.000,00	2.302.000,00	354.046,08	15,38	354.046,08	15,38	1.947.953,92
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	828.700,00	828.700,00	417.474,78	417.474,78	411.225,22	114.553,48	114.553,48	714.146,52	56.178,06	0,00
DESPESAS CORRENTES	828.700,00	828.700,00	417.474,78	417.474,78	411.225,22	114.553,48	114.553,48	714.146,52	56.178,06	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	828.700,00	828.700,00	417.474,78	417.474,78	411.225,22	114.553,48	114.553,48	714.146,52	56.178,06	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 1º bimestre

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	32,871,300.00	32,871,300.00	4,232,737.30	4,232,737.30	91.02	28,638,562.70	3,101,035.25	3,101,035.25	96.44	29,770,264.75	
Legislativa	1,108,300.00	1,108,300.00	271,005.05	271,005.05	5.83	837,294.95	162,909.75	162,909.75	5.07	945,390.25	
Ação Legislativa	1,108,300.00	1,108,300.00	271,005.05	271,005.05	5.83	837,294.95	162,909.75	162,909.75	5.07	945,390.25	
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	3,911,000.00	3,911,000.00	733,153.79	733,153.79	15.77	3,177,846.21	376,961.84	376,961.84	11.72	3,534,038.16	
Planejamento e Orçamento											
Administração Geral	3,537,000.00	3,537,000.00	639,053.79	639,053.79	13.74	2,897,946.21	344,519.65	344,519.65	10.71	3,192,480.35	
Administração Financeira	56,000.00	56,000.00				56,000.00				56,000.00	
Controle Interno	27,000.00	27,000.00	1,100.00	1,100.00	0.02	25,900.00	1,100.00	1,100.00	0.03	25,900.00	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação	28,000.00	28,000.00				28,000.00				28,000.00	
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos	17,000.00	17,000.00	3,000.00	3,000.00	0.06	14,000.00	1,345.99	1,345.99	0.04	15,654.01	
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social	246,000.00	246,000.00	90,000.00	90,000.00	1.94	156,000.00	29,996.20	29,996.20	0.93	216,003.80	
Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Área											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	1,761,000.00	1,761,000.00	200,240.55	200,240.55	4.31	1,560,759.45	146,066.73	146,066.73	4.54	1,614,933.27	
Assistência ao Idoso	20,000.00	20,000.00	6,570.05	6,570.05	0.14	13,429.95	3,177.59	3,177.59	0.10	16,822.41	
Assistência ao Portador de Deficiência	9,000.00	9,000.00	5,387.50	5,387.50	0.12	3,612.50	3,190.75	3,190.75	0.10	5,809.25	
Assistência à Criança e ao Adolescente	189,000.00	189,000.00	10,568.49	10,568.49	0.23	178,431.51	4,266.83	4,266.83	0.13	184,733.17	
Assistência Comunitária	1,483,000.00	1,483,000.00	177,714.51	177,714.51	3.82	1,305,285.49	135,431.56	135,431.56	4.21	1,347,568.44	
Administração Geral											
Demais Subfunções	60,000.00	60,000.00				60,000.00				60,000.00	
Previdência Social	2,630,000.00	2,630,000.00	190,172.70	190,172.70	4.09	2,439,827.30	121,175.30	121,175.30	3.77	2,508,824.70	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	2,630,000.00	2,630,000.00	190,172.70	190,172.70	4.09	2,439,827.30	121,175.30	121,175.30	3.77	2,508,824.70	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Demais Subfunções											
Saúde	7.037.000,00	7.037.000,00	1.014.205,34	1.014.205,34	21,81	6.022.794,66	792.944,77	792.944,77	24,66	6.244.055,23	
Atenção Básica	5.221.000,00	5.221.000,00	719.938,64	719.938,64	15,48	4.501.061,36	560.456,73	560.456,73	17,43	4.660.543,27	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.503.000,00	1.503.000,00	238.355,09	238.355,09	5,13	1.264.644,91	176.576,43	176.576,43	5,49	1.326.423,57	
Suporte Profilático e Terapêutico									0,00		
Vigilância Sanitária	280.000,00	280.000,00	55.911,61	55.911,61	1,20	224.088,39	55.911,61	55.911,61	1,74	224.088,39	
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral	8.000,00	8.000,00				8.000,00				8.000,00	
Demais Subfunções	25.000,00	25.000,00				25.000,00				25.000,00	
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	7.759.000,00	7.759.000,00	983.903,71	983.903,71	21,16	6.775.096,29	871.876,44	871.876,44	27,11	6.887.123,56	
Ensino Fundamental	5.165.000,00	5.165.000,00	753.168,41	753.168,41	16,20	4.411.831,59	665.328,66	665.328,66	20,69	4.499.671,34	
Ensino Médio											
Ensino Profissional	226.000,00	226.000,00				226.000,00				226.000,00	
Ensino Superior											
Educação Infantil	2.148.000,00	2.148.000,00	208.198,31	208.198,31	4,48	1.939.801,69	184.010,79	184.010,79	5,72	1.963.989,21	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial	110.000,00	110.000,00	22.536,99	22.536,99	0,48	87.463,01	22.536,99	22.536,99	0,70	87.463,01	
Educação Básica											
Administração Geral	110.000,00	110.000,00				110.000,00				110.000,00	
Demais Subfunções											
Cultura	632.000,00	632.000,00	1.350,00	1.350,00	0,03	630.650,00	1.350,00	1.350,00	0,04	630.650,00	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	470.000,00	470.000,00				470.000,00				470.000,00	
Administração Geral	162.000,00	162.000,00	1.350,00	1.350,00	0,03	160.650,00	1.350,00	1.350,00	0,04	160.650,00	
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	5.727.000,00	5.727.000,00	501.484,71	501.484,71	10,78	5.225.515,29	432.325,36	432.325,36	13,44	5.294.674,64	
Infra-Estrutura Urbana	1.723.000,00	1.723.000,00	20.577,35	20.577,35	0,44	1.702.422,65	20.577,35	20.577,35	0,64	1.702.422,65	
Serviços Urbanos	3.166.000,00	3.166.000,00	316.973,15	316.973,15	6,82	2.849.026,85	284.157,17	284.157,17	8,84	2.881.842,83	
Transportes Coletivos Urbanos									0,00		
Administração Geral	838.000,00	838.000,00	163.934,21	163.934,21	3,53	674.065,79	127.590,84	127.590,84	3,97	710.409,16	
Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	46.000,00	46.000,00				46.000,00				46.000,00	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	46.000,00	46.000,00				46.000,00				46.000,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	350.000,00	350.000,00	41.814,48	41.814,48	0,90	308.185,52	29.327,00	29.327,00	0,91	320.673,00	
Preservação e Conservação Ambiental	33.000,00	33.000,00	2.278,53	2.278,53	0,05	30.721,47	574,63	574,63	0,02	32.425,37	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral	317.000,00	317.000,00	39.535,95	39.535,95	0,85	277.464,05	28.752,37	28.752,37	0,89	288.247,63	
Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	645.000,00	645.000,00	70.289,70	70.289,70	1,51	574.710,30	42.698,36	42.698,36	1,33	602.301,64	
Promoção da Produção Vegetal											
Promoção da Produção Animal	10.000,00	10.000,00				10.000,00				10.000,00	
Defesa Sanitária Vegetal	28.000,00	28.000,00				28.000,00				28.000,00	
Defesa Sanitária Animal											
Abastecimento											
Extensão Rural	607.000,00	607.000,00	70.289,70	70.289,70	1,51	536.710,30	42.698,36	42.698,36	1,33	564.301,64	
Irrigação											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria	50.000,00	50.000,00				50.000,00				50.000,00	
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral	50.000,00	50.000,00				50.000,00				50.000,00	
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Petróleo											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00			
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	580.000,00	580.000,00	73.202,07	73.202,07	1,57	506.797,93	63.074,60	63.074,60	1,96	516.925,40	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	580.000,00	580.000,00	73.202,07	73.202,07	1,57	506.797,93	63.074,60	63.074,60	1,96	516.925,40	
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Encargos Especiais	485.000,00	485.000,00	151.915,20	151.915,20	3,27	333.084,80	60.325,10	60.325,10	1,88	424.674,90	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais	485.000,00	485.000,00	151.915,20	151.915,20	3,27	333.084,80	60.325,10	60.325,10	1,88	424.674,90	
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	50.000,00	50.000,00				50.000,00				50.000,00	
Reserva do RPPS	100.000,00	100.000,00				100.000,00				100.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	828.700,00	828.700,00	417.474,78	417.474,78	8,98	411.225,22	114.553,48	114.553,48	3,56	714.146,52	
TOTAL (III) = (I + II)	33.700.000,00	33.700.000,00	4.650.212,08	4.650.212,08	100,00	29.049.787,92	3.215.588,73	3.215.588,73	100,00	30.484.411,27	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

RH
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT CONCURSO PÚBLICO 001/2015

EDITAL COMPLEMENTAR DE RETIFICAÇÃO Nº 07 AO EDITAL Nº 001/2015

O Prefeito do Município de Cláudia - MT, Sr. **João Batista Moraes De Oliveira**, através da Comissão Organizadora do Concurso Público, nomeada pelo Decreto 06/2015, torna público o edital complementar do Concurso Público 001/2015.

Art. 1º - Torna público a retificação do **ANEXO III - Resultado Preliminar** do Edital Complementar 06 publicado no dia 16 de Junho 2015 do Concurso Público 001/2015 da Prefeitura Municipal de Cláudia**,** Para o **Cargo 017 - Psicólogo**.

Art. 2º -

A retificação se deve pelo fato do parâmetro de correção utilizado para esse cargo estar em desacordo com o Gabarito Publicado, portanto fica Retificado o Resultado Preliminar para o cargo Cod. 017 - Psicólogo conforme descrito abaixo:

Cargo : 017 - Psicólogo

Inscrição	Nome	PORT.	MAT.	GERAIS	ESPEC.	Pont	Class	Aprovado
0494	MAYARA MELISSA LAZZERI	4	5	7	7	57.00	1	SIM
1141	ANA PAULA DE OLIVEIRA VELOZO	5	7	5	6	57.00	2	CLASS
1325	MARIA LUCINEIDE DE OLIVEIRA SOARES	5	6	4	7	56.00	3	CLASS
0990	MARCIO MARCOLINO DA CRUZ	3	6	7	7	56.00	4	CLASS
1047	LEZIANE ZANARDI	4	3	6	5	45.00	5	NÃO
0295	ALIANE PAULA CAPISTRANO PINTO	3	3	6	5	42.00	6	NÃO
0361	VALQUíRIA GOETZ	4	3	4	5	41.00	7	NÃO
0999	MARCELA DA SILVA FAGUNDES	4	4	3	5	41.00	8	NÃO
0936	LEIDIANNE APARECIDA BAESSO DOS SANT	4	2	6	4	40.00	9	NÃO
0969	LIANCARLO ARAUJO VERICIMO	2	5	4	5	39.00	10	NÃO
0166	THALITA MARIA SILVA	3	4	4	4	37.00	11	NÃO
0852	KELIN CRISTIANA PAZETE	2	6	3	4	36.00	12	NÃO
1053	ALINE AYRES PEREIRA	3	4	6	2	35.00	13	NÃO
0136	EMANUELLE TEIXEIRA DA COSTA	3	4	6	1	32.00	14	NÃO
0268	SHANDHA XAVIER FERNANDES	0	0	0	0	0	15	AUSENTE
1127	RODRIGO ROBSON LOLATTO	0	0	0	0	0	16	AUSENTE
1355	VERôNICA SOARES DE OLIVEIRA	0	0	0	0	0	17	AUSENTE

Candidatos: 17

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, permanecendo inalteradas as demais disposições do EDITAL n. º 001/2015. Este Edital Complementar de Retificação 07 do Concurso Público 001/2015, entra em vigor na data de 17 de Junho de 2015.

Cláudia – MT, 17 de Junho de 2015

João Batista Moraes De Oliveira Esdra Nunes de Andrade

Prefeito Municipal Presidente da Comissão Conc. Publico 001/2015

LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2015 RATIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA-MT

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Cláudia-MT, Srº João Batista Moraes De Oliveira, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas pela Srª .Rejane Cristina Anderle, Secretária Municipal de Administração, bem como em consideração ao parecer jurídico emitido no processo de Contratação do Show Artístico de Santiago Lima em comemoração as Atividades de Aniversário do Município e Festcláudia na data de 03/07/2015, junto a Contratada SCALON & SCALON DE NIPOA LTDA

ME, inscrita no CNPJ/MF sob o número 03.836.521/0001-71, no valor de R$ 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos reais), a serem pagos conforme disposições em contrato a ser celebrado, em conformidade com o presente processo de dispensa de licitação, fulcrado no caput do artigo 25, III da Lei 8.666/93, RATIFICA a justificativa apresentada e autoriza a Contratação.

Cláudia/MT, 18 de Junho de 2015.

João Batista Moraes De Oliveira

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2015 RATIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA-MT

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Cláudia-MT, Srº João Batista Moraes De Oliveira, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas pela Srª .Rejane Cristina Anderle, Secretária Municipal de Administração, bem como em consideração ao parecer jurídico emitido no processo de Contratação do Show Artístico de Santiago Lima em comemoração as Atividades de Aniversário do Município e Festcláudia na data de 03/07/2015, junto a Contratada SCALON & SCALON DE NIPOA LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o número 03.836.521/0001-71, no valor de R$ 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos reais), a serem pagos conforme disposições em contrato a ser celebrado, em conformidade com o presente processo de dispensa de licitação, fulcrado no caput do artigo 25, III da Lei 8.666/93, RATIFICA a justificativa apresentada e autoriza a Contratação.

Cláudia/MT, 18 de Junho de 2015.

João Batista Moraes De Oliveira

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESOLUÇÃO Nº 001 DE JANEIRO DE 2015, DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO .

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS do Município de Cláudia, Estado de Mato Grosso na reunião ordinária ocorrida no dia 24 de Março de 2015 na sala de reuniões do Conselho Municipal de Cláudia MT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar SARGSUS 2014, o planejamento do ano de 2015 e PAMEPS 2015. No que se trata a atenção básica junto com as equipes do PSF e entidades

Art 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Art 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

CMS-Cláudia, MT em 24 Março de 2015.

----------.

Ivo Antônio Faccin

Presidente do CMS

Registra-se e Publica-se
Cláudia MT -----/------/-------
Secretária do CMS

ESTADO DE MATO GROSSO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CLÁUDIA- CMS
Fone (66) 3546-1449 email: gestorsaude@claudia.mt.gov.br
Rua Ferreira Mendes nº 1079 CEP: 78540-000

RH
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-RREO 2º BIMESTRE 2015

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	32.528.000,00	32.528.000,00	4.140.579,31	12,73	8.964.423,70	27,56	23.563.576,30
RECEITAS CORRENTES	29.758.000,00	29.758.000,00	4.140.579,31	13,91	8.552.822,28	28,74	21.205.177,72
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.733.000,00	4.733.000,00	397.561,42	8,40	843.444,67	17,82	3.889.555,33
Impostos	4.510.000,00	4.510.000,00	350.301,73	7,77	705.737,81	15,65	3.804.262,19
Taxas	218.000,00	218.000,00	47.259,69	21,68	137.706,86	63,17	80.293,14
Contribuição de Melhoria	5.000,00	5.000,00					5.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	966.200,00	966.200,00	109.012,32	11,28	228.068,57	23,60	738.131,43
Contribuições Sociais	916.200,00	916.200,00	104.585,54	11,42	207.192,17	22,61	709.007,83
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	50.000,00	50.000,00	4.426,78	8,85	20.876,40	41,75	29.123,60
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	952.600,00	952.600,00	294.289,11	30,89	727.905,91	76,41	224.694,09
Receitas Imobiliárias	1.100,00	1.100,00					1.100,00
Receitas de Valores Mobiliários	946.500,00	946.500,00	294.289,11	31,09	727.905,91	76,91	218.594,09
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais	5.000,00	5.000,00					5.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	27.000,00	27.000,00	66.618,21	246,73	66.789,21	247,37	-39.789,21
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.653.450,00	22.653.450,00	3.202.395,20	14,14	6.563.440,30	28,97	16.090.009,70
Transferências Intergovernamentais	22.053.450,00	22.053.450,00	3.097.129,38	14,04	6.334.438,90	28,72	15.719.011,10
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	600.000,00	600.000,00	105.265,82	17,54	229.001,40	38,17	370.998,60
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	425.750,00	425.750,00	70.703,05	16,61	123.173,62	28,93	302.576,38
Multas e Juros de Mora	112.750,00	112.750,00	8.718,80	7,73	17.841,68	15,82	94.908,32
Indenizações e Restituições	32.000,00	32.000,00	3.535,96	11,05	4.970,71	15,53	27.029,29
Receita da Dívida Ativa	271.000,00	271.000,00	32.063,12	11,83	68.983,92	25,46	202.016,08
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas	10.000,00	10.000,00	26.385,17	263,85	31.377,31	313,77	-21.377,31
RECEITAS DE CAPITAL	2.770.000,00	2.770.000,00	0,00		411.601,42	14,86	2.358.398,58
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

Documento gerado em 01/06/2015 17:49:40

Página 1 de 11

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.000,00	0,00		0,00		10.000,00
Alienação de Bens Móveis	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.740.000,00	2.740.000,00	0,00		411.601,42	15,02	2.328.398,58
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	2.740.000,00	2.740.000,00			411.601,42	15,02	2.328.398,58
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	20.000,00	20.000,00	0,00		0,00		20.000,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas	20.000,00	20.000,00					20.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.172.000,00	1.172.000,00	170.571,80	14,55	336.284,56	28,69	835.715,44
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	33.700.000,00	33.700.000,00	4.311.151,11	12,79	9.300.708,26	27,60	24.399.291,74
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	33.700.000,00	33.700.000,00	4.311.151,11	12,79	9.300.708,26	27,60	24.399.291,74
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	33.700.000,00	33.700.000,00	4.311.151,11	12,79	9.300.708,26	27,60	24.399.291,74
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		0,00			0,00		
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	32.871.300,00	32.940.500,00	4.146.554,30	8.379.291,60	24.561.208,40	4.130.409,81	7.231.445,06	25.709.054,94	6.405.563,59	0,00
DESPESAS CORRENTES	26.921.270,00	26.649.670,00	3.648.645,25	7.796.490,35	18.853.179,65	3.835.413,50	6.876.034,62	19.773.635,38	6.086.252,15	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.664.350,00	12.216.350,00	1.984.712,84	4.017.397,43	8.198.952,57	2.050.463,42	3.860.066,25	8.356.283,75	3.714.988,27	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	29.000,00	8.030,22	18.030,22	10.969,78	6.644,10	12.423,53	16.576,47	12.423,53	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.236.920,00	14.404.320,00	1.655.902,19	3.761.062,70	10.643.257,30	1.778.305,98	3.003.544,84	11.400.775,16	2.358.840,35	
DESPESAS DE CAPITAL	4.500.030,00	4.840.830,00	497.909,05	582.801,25	4.258.028,75	294.996,31	355.410,44	4.485.419,56	319.311,44	0,00
INVESTIMENTOS	4.315.030,00	4.655.830,00	487.909,05	530.886,05	4.124.943,95	277.919,05	320.896,05	4.334.933,95	284.797,05	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	185.000,00	185.000,00	10.000,00	51.915,20	133.084,80	17.077,26	34.514,39	150.485,61	34.514,39	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.350.000,00	1.350.000,00			1.350.000,00			1.350.000,00		
RESERVA DO RPPS	100.000,00	100.000,00			100.000,00			100.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	828.700,00	828.700,00	10.956,17	428.430,95	400.269,05	150.229,01	264.782,49	563.917,51	187.746,96	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	33.700.000,00	33.769.200,00	4.157.510,47	8.807.722,55	24.961.477,45	4.280.638,82	7.496.227,55	26.272.972,45	6.593.310,55	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	33.700.000,00	33.769.200,00	4.157.510,47	8.807.722,55	24.961.477,45	4.280.638,82	7.496.227,55	26.272.972,45	6.593.310,55	0,00
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	33.700.000,00	33.769.200,00	4.157.510,47	8.807.722,55		4.280.638,82	7.496.227,55		6.593.310,55	0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.172.000,00	1.172.000,00	170.571,80	14,55	336.284,56	28,69	835.715,44
RECEITAS CORRENTES	1.172.000,00	1.172.000,00	170.571,80	14,55	336.284,56	28,69	835.715,44
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.172.000,00	1.172.000,00	170.571,80	14,55	336.284,56	28,69	835.715,44
Contribuições Sociais	1.172.000,00	1.172.000,00	170.571,80	14,55	336.284,56	28,69	835.715,44
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	828.700,00	828.700,00	10.956,17	428.430,95	400.269,05	150.229,01	264.782,49	563.917,51	187.746,96	0,00
DESPESAS CORRENTES	828.700,00	828.700,00	10.956,17	428.430,95	400.269,05	150.229,01	264.782,49	563.917,51	187.746,96	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	828.700,00	828.700,00	10.956,17	428.430,95	400.269,05	150.229,01	264.782,49	563.917,51	187.746,96	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	32,871,300,00	32,871,300,00	4,146,554,30	8,379,291,60	95,14	24,492,008,40	4,130,409,81	7,231,443,06	96,47	25,639,856,94	0,00
Legislativa	1,108,300,00	1,108,300,00	157,409,06	428,414,11	4,86	679,885,89	184,258,90	347,168,65	4,63	761,131,35	0,00
Ação Legislativa	1,108,300,00	1,108,300,00	157,409,06	428,414,11	4,86	679,885,89	184,258,90	347,168,65	4,63	761,131,35	
Controle Externo									0,00		
Administração Geral									0,00		
Demais Subfunções									0,00		
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária									0,00		
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário									0,00		
Administração Geral									0,00		
Demais Subfunções									0,00		
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica									0,00		
Representação Judicial e Extrajudicial									0,00		
Administração Geral									0,00		
Demais Subfunções									0,00		
Administração	3,911,000,00	3,911,000,00	434,438,52	1,167,592,31	13,26	2,743,407,69	474,712,21	851,674,05	11,36	3,059,325,95	0,00
Planejamento e Orçamento						0,00			0,00	0,00	
Administração Geral	3,537,000,00	3,537,000,00	344,268,52	983,322,31	11,16	2,553,677,69	384,617,65	729,137,30	9,73	2,807,862,70	
Administração Financeira	56,000,00	56,000,00				56,000,00			0,00	56,000,00	
Controle Interno	27,000,00	27,000,00	170,00	1,270,00	0,01	25,730,00	170,00	1,270,00	0,02	25,730,00	
Normatização e Fiscalização									0,00	0,00	
Tecnologia da Informação	28,000,00	28,000,00				28,000,00			0,00	28,000,00	
Ordenamento Territorial									0,00	0,00	
Formação de Recursos Humanos	17,000,00	17,000,00		3,000,00	0,03	14,000,00	1,433,40	2,779,39	0,04	14,220,61	
Administração de Receitas									0,00	0,00	
Administração de Concessões									0,00	0,00	
Comunicação Social	246,000,00	246,000,00	90,000,00	180,000,00	2,04	66,000,00	88,491,16	118,487,36	1,58	127,512,64	
Demais Subfunções						0,00			0,00	0,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Área									0,00		
Defesa Naval									0,00		
Defesa Terrestre									0,00		
Administração Geral									0,00		
Demais Subfunções									0,00		
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento									0,00		
Defesa Civil									0,00		
Informação e Inteligência									0,00		
Administração Geral									0,00		
Demais Subfunções									0,00		
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas									0,00		
Cooperação Internacional									0,00		
Administração Geral									0,00		
Demais Subfunções									0,00		
Assistência Social	1,761,000,00	1,761,000,00	197,007,04	397,247,59	4,51	1,363,752,41	211,124,51	357,191,24	4,76	1,403,808,76	0,00
Assistência ao Idoso	20,000,00	20,000,00	5,591,87	12,161,92	0,14	7,838,08	6,393,67	9,571,26	0,13	10,428,74	
Assistência ao Portador de Deficiência	9,000,00	9,000,00	265,70	5,653,20	0,06	3,346,80	1,785,02	4,975,77	0,07	4,024,23	
Assistência à Criança e ao Adolescente	189,000,00	189,000,00	9,705,71	20,274,20	0,23	168,725,80	9,888,63	14,155,46	0,19	174,844,54	
Assistência Comunitária	1,483,000,00	1,483,000,00	181,443,76	359,158,27	4,08	1,123,841,73	193,057,19	328,488,75	4,38	1,154,511,25	
Administração Geral									0,00	0,00	
Demais Subfunções	60,000,00	60,000,00				60,000,00			0,00	60,000,00	
Previdência Social	2,630,000,00	2,630,000,00	124,705,27	314,877,97	3,58	2,315,122,03	125,177,48	246,352,78	3,29	2,383,647,22	0,00
Previdência Básica									0,00		
Previdência do Regime Estatutário	2,630,000,00	2,630,000,00	124,705,27	314,877,97	3,58	2,315,122,03	125,177,48	246,352,78	3,29	2,383,647,22	
Previdência Complementar									0,00		
Previdência Especial									0,00		
Administração Geral									0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Demais Subfunções									0,00		
Saúde	7.037.000,00	7.037.000,00	833.918,71	1.848.124,05	20,98	5.188.875,95	903.351,90	1.696.296,67	22,63	5.340.703,33	0,00
Atenção Básica	5.221.000,00	5.221.000,00	634.039,35	1.252.897,99	15,36	3.968.102,01	669.401,88	1.228.779,61	16,39	3.992.221,39	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.503.000,00	1.503.000,00	155.747,06	394.102,15	4,47	1.108.897,85	190.005,72	366.582,15	4,89	1.136.417,85	
Suporte Profilático e Terapêutico									0,00	0,00	
Vigilância Sanitária	280.000,00	280.000,00	44.132,30	101.123,91	1,15	178.876,09	43.944,30	100.935,91	1,35	179.064,09	
Vigilância Epidemiológica									0,00	0,00	
Alimentação e Nutrição									0,00	0,00	
Administração Geral	8.000,00	8.000,00				8.000,00			0,00	8.000,00	
Demais Subfunções	25.000,00	25.000,00				25.000,00			0,00	25.000,00	
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador									0,00		
Relações de Trabalho									0,00		
Empregabilidade									0,00		
Fomento ao Trabalho									0,00		
Administração Geral									0,00		
Demais Subfunções									0,00		
Educação	7.759.000,00	7.759.000,00	1.431.610,86	2.415.514,57	27,42	5.343.485,43	1.259.094,18	2.130.970,62	26,43	5.628.029,38	0,00
Ensino Fundamental	5.165.000,00	5.165.000,00	983.974,83	1.741.943,24	19,78	3.423.056,76	842.337,51	1.512.466,17	20,18	3.652.533,83	
Ensino Médio									0,00	0,00	
Ensino Profissional	226.000,00	226.000,00	82.500,00	82.500,00	0,94	143.500,00	82.500,00	82.500,00	1,10	143.500,00	
Ensino Superior									0,00	0,00	
Educação Infantil	2.148.000,00	2.148.000,00	330.574,65	533.972,96	6,06	1.614.027,04	306.351,54	485.562,33	6,48	1.662.437,67	
Educação de Jovens e Adultos									0,00	0,00	
Educação Especial	110.000,00	110.000,00	19.561,38	42.098,37	0,48	67.901,63	18.905,13	41.442,12	0,55	68.557,88	
Educação Básica									0,00	0,00	
Administração Geral	110.000,00	110.000,00	15.000,00	15.000,00	0,17	95.000,00	9.000,00	9.000,00	0,12	101.000,00	
Demais Subfunções									0,00	0,00	
Cultura	632.000,00	632.000,00	2.500,00	3.850,00	0,04	628.150,00	433,37	1.783,37	0,02	630.216,63	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico									0,00		
Difusão Cultural	470.000,00	470.000,00				470.000,00			0,00	470.000,00	
Administração Geral	162.000,00	162.000,00	2.500,00	3.850,00	0,04	158.150,00	433,37	1.783,37	0,02	160.216,63	
Demais Subfunções									0,00		
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social									0,00		
Direitos Individuais Coletivos e Difusos									0,00		
Assistência aos Povos Indígenas									0,00		
Administração Geral									0,00		
Demais Subfunções									0,00		
Urbanismo	5.727.000,00	5.727.000,00	759.725,81	1.261.210,52	14,32	4.465.789,48	731.238,53	1.163.563,89	15,52	4.563.436,11	0,00
Infra-Estrutura Urbana	1.723.000,00	1.723.000,00	134.871,06	155.448,41	1,76	1.567.551,59	134.871,06	155.448,41	2,07	1.567.551,59	
Serviços Urbanos	3.166.000,00	3.166.000,00	544.616,00	861.589,15	9,78	2.304.410,85	481.602,72	765.759,89	10,22	2.400.240,11	
Transportes Coletivos Urbanos									0,00	0,00	
Administração Geral	838.000,00	838.000,00	80.238,75	244.172,96	2,77	593.827,04	114.764,75	242.355,59	3,23	595.644,41	
Demais Subfunções									0,00	0,00	
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural									0,00		
Habitação Urbana									0,00		
Administração Geral									0,00		
Demais Subfunções									0,00		
Saneamento	46.000,00	46.000,00	0,00	0,00		46.000,00	0,00	0,00	0,00	46.000,00	0,00
Saneamento Básico Rural									0,00		
Saneamento Básico Urbano	46.000,00	46.000,00				46.000,00			0,00	46.000,00	
Administração Geral									0,00		
Demais Subfunções									0,00		
Gestão Ambiental	350.000,00	350.000,00	30.793,89	72.608,37	0,82	277.391,63	34.012,83	63.337,83	0,84	286.662,17	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	33.000,00	33.000,00		2.278,53	0,03	30.721,47	610,52	1.185,15	0,02	31.814,85	
Controle Ambiental									0,00	0,00	
Recuperação de Áreas Degradadas									0,00	0,00	
Recursos Hídricos									0,00	0,00	
Meteorologia									0,00	0,00	
Administração Geral	317.000,00	317.000,00	30.793,89	70.329,84	0,80	246.670,16	33.402,31	62.152,68	0,83	254.847,32	
Demais Subfunções									0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico									0,00		
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia									0,00		
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico									0,00		
Administração Geral									0,00		
Demais Subfunções									0,00		
Agricultura	645.000,00	645.000,00	51.195,97	121.485,67	1,38	523.514,33	56.830,91	99.529,27	1,33	545.470,73	0,00
Promoção da Produção Vegetal									0,00	0,00	
Promoção da Produção Animal	10.000,00	10.000,00				10.000,00			0,00	10.000,00	
Defesa Sanitária Vegetal	28.000,00	28.000,00				28.000,00			0,00	28.000,00	
Defesa Sanitária Animal									0,00	0,00	
Abastecimento									0,00	0,00	
Extensão Rural	607.000,00	607.000,00	51.195,97	121.485,67	1,38	485.514,33	56.830,91	99.529,27	1,33	507.470,73	
Irrigação									0,00		
Administração Geral									0,00		
Demais Subfunções									0,00		
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária									0,00		
Colonização									0,00		
Administração Geral									0,00		
Demais Subfunções									0,00		
Indústria	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00		50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
Promoção Industrial									0,00		
Produção Industrial									0,00		
Mineração									0,00		
Propriedade Industrial									0,00		
Normalização e Qualidade									0,00		
Administração Geral	50.000,00	50.000,00				50.000,00			0,00	50.000,00	
Demais Subfunções									0,00		
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial									0,00		
Comercialização									0,00		
Comércio Exterior									0,00		
Serviços Financeiros									0,00		
Turismo									0,00		
Administração Geral									0,00		
Demais Subfunções									0,00		
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais									0,00		
Telecomunicações									0,00		
Administração Geral									0,00		
Demais Subfunções									0,00		
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia									0,00		
Energia Elétrica									0,00		
Petróleo									0,00		
Biocombustíveis									0,00		
Administração Geral									0,00		
Demais Subfunções									0,00		
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Aéreo									0,00		
Transporte Rodoviário									0,00		
Transporte Ferroviário									0,00		
Transporte Hidroviário									0,00		
Transportes Especiais									0,00		
Administração Geral									0,00		
Demais Subfunções									0,00		
Desporto e Lazer	580.000,00	580.000,00	105.218,95	178.421,02	2,03	401.578,98	91.367,53	154.442,13	2,06	425.557,87	0,00
Desporto de Rendimento									0,00		
Desporto Comunitário	580.000,00	580.000,00	105.218,95	178.421,02	2,03	401.578,98	91.367,53	154.442,13	2,06	425.557,87	
Lazer									0,00		
Administração Geral									0,00		
Demais Subfunções									0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Encargos Especiais	485.000,00	485.000,00	18.030,22	169.945,42	1,93	315.054,58	58.807,46	119.132,56	1,59	365.867,44	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna									0,00		
Refinanciamento da Dívida Externa									0,00		
Serviço da Dívida Interna									0,00		
Serviço da Dívida Externa									0,00		
Transferências									0,00		
Outros Encargos Especiais	485.000,00	485.000,00	18.030,22	169.945,42	1,93	315.054,58	58.807,46	119.132,56	1,59	365.867,44	
Transferências para a Educação Básica									0,00		
Demais Subfunções									0,00		
Reserva de Contingência	50.000,00	50.000,00				50.000,00			0,00	50.000,00	
Reserva do RPPS	100.000,00	100.000,00				100.000,00			0,00	100.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	828.700,00	828.700,00	10.956,17	428.430,95	4,86	400.269,05	150.229,01	264.782,49	3,53	563.917,51	
TOTAL (III) = (I + II)	33.700.000,00	33.700.000,00	4.157.510,47	8.807.722,55	100,00	24.892.277,45	4.280.638,82	7.496.225,55	100,00	26.203.774,45	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESOLUÇÃO Nº 004 DE MAIO DE 2015, DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO .

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS do Município de Cláudia, Estado e Mato Grosso na reunião ordinária ocorrida no dia 14 de Maio de 2015 na sala de reuniões do Conselho Municipal de Cláudia MT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar SARSUS Relatório de gestão quadrimestral .

Art 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Art 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

CMS-Cláudia, MT em 26 Maio de 2015.

----------.

Angela Ramos Pereira

Presidente do CMS

Registra-se e Publica-se
Cláudia MT -----/------/-------
Secretária do CMS

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESOLUÇÃO Nº 002 DE MAIO DE 2015, DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO .

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS do Município de Cláudia, Estado e Mato Grosso na reunião ordinária ocorrida no dia 14 de Maio de 2015 na sala de reuniões do Conselho Municipal de Cláudia MT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar SISREG 2015. No que se trata do relatório de gestão anual.

Art 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Art 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

CMS-Cláudia, MT em 18 Maio de 2015.

----------.

Angela Ramos Pereira

Presidente do CMS

Registra-se e Publica-se
Cláudia MT -----/------/-------
Secretária do CMS

ESTADO DE MATO GROSSO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CLÁUDIA- CMS
Fone (66) 3546-1449 email: gestorsaude@claudia.mt.gov.br
Rua Ferreira Mendes nº 1079 CEP: 78540-000

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESOLUÇÃO Nº 003 DE MAIO DE 2015, DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO .

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS do Município de Cláudia, Estado e Mato Grosso na reunião ordinária ocorrida no dia 14 de Maio de 2015 na sala de reuniões do Conselho Municipal de Cláudia MT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar OSCIP Contratação de uma empresa para informatizar a saúde no Município.

Art 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Art 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

CMS-Cláudia, MT em 26 Maio de 2015.

----------.

Angela Ramos Pereira

Presidente do CMS

Registra-se e Publica-se
Cláudia MT -----/------/-------
Secretária do CMS

LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2015 RATIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA-MT

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2015

RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Cláudia-MT, Srº João Batista Moraes De Oliveira, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas pela Srª. Rejane Cristina Anderle, Secretária Municipal de Administração, bem como em consideração ao parecer jurídico emitido no processo de Contratação do Show artístico de Felipe e Ferrari em comemoração as atividades de Aniversário do Município e Festcláudia na data de 04/07/2015, junto a Contratada E B DE SOUZA SHOW E EVENTOS ME, inscrita no CNPJ/MF sob o número 10.209.363/0001-95, no valor de R$ 50.000,00 (Cinqüenta mil reais), a serem pagos conforme disposições em contrato a ser celebrado, em conformidade com o presente processo

de dispensa de licitação, fulcrado no caput do artigo 25, III da Lei 8.666/93, RATIFICA a justificativa apresentada e autoriza a Contratação.

Cláudia/MT, 18 de Junho de 2015.

João Batista Moraes De Oliveira

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

AVISO DE LICITAÇÃO 007/2015

Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT

Aviso de Licitação

A prefeitura municipal de Cocalinho através da comissão permanente de Licitação torna público aos interessados que realizará a licitação na modalidade convite 007/2015 para Construção de Pontes de madeira na zona rural do município. Que será realizada no dia 30/06/2015 as 09:00 (horário de Brasilia), maiores informações e o edital completo poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira das 08:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas, na sala de licitação da Prefeitura Municipal ou pelo fone: (66) 3586-1595.

Cocalinho, 18 de Junho de 2015.

ANA Lucia da Silva Souza

PRESIDENTE DA CPL

LEI MUNICIPAL 743-2015 - PME

LEI MUNICIPAL Nº 743, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

“Aprova Plano Municipal de 2015/2025, alinhado como o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.”

Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fulcro na Lei Federal nº 13.005/2014, faz saber que a Câmara Municipal de Cocalinho, aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal de Educação, constante do Anexo Único desta Lei com duração de dez (10) anos, compreendendo o decenário de 2.015 a 2.025.

Parágrafo único. O Plano Municipal de Educação, fundamentados no art. 2º da 10.172/2001 e art. 8º da Lei 13.005/2014, reger-se-á pelos princípios da democracia e da autonomia, buscando atingir o que preconiza a Constituição da República Federativa do Brasil, Constituição do Estado de Mato Grosso e Lei Orgânica Municipal de Cocalinho.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I. Erradicação do analfabetismo; II. Universalização do atendimento escolar; III. Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV. Melhoria da qualidade da educação; V. Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI. Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII. Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica; VIII. Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX. Valorização dos (as) profissionais da educação; X. Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º. A execução do Plano Municipal de Educação se pautará no regime de colaboração entre a União, o Estado, o Município e a sociedade civil.

§ 1º. O Poder Público Municipal exercerá papel na implementação dos objetivos e metas estabelecidos neste Plano.

§ 2º. A partir da vigência desta Lei, as instituições de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, integrantes da Rede Municipal de Ensino, deverão organizar seus planejamentos e desenvolver suas ações educativas, com base no Plano Municipal de Educação.

Art. 4º. O Poder Executivo Municipal através da Secretaria Municipal de Educação e em parceria om o Conselho Municipal de Educação, procederá às avaliações periódicas de implementação do Plano, que serão realizadas trienalmente até o ano de 2025.

Parágrafo único. A Conferência Municipal para fins de avaliação do referido Plano será organizada pela Secretaria Municipal de Educação, em parceria com o Conselho Municipal de Educação.

Art. 5. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das verbas orçamentárias próprias, suplementares se necessárias, e de outros recursos captados no decorrer da execução do Plano.

Art. 6º. Os Planos Plurianuais do Município serão elaborados de modo a dar suporte às metas constantes do Plano Municipal de Educação.

Art. 7º. O Poder Público Municipal se empenhará na divulgação desse Plano e na progressiva realização de seus objetivos e metas, para a que sociedade e conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE.

Luiz Henrique do Amaral

Prefeito Municipal

Márcio Conceição Nunes Aguiar

Secretário de Educação e Cultura

Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de COCALINHO/MT

Secretaria Municipal de Educação (SME)

Conselho Municipal de Educação (CME)

PLANO MUNICIPAL

DE

EDUCAÇÃO

COCALINHO/MT

JUNHO de 2015

COLABORADORES E PARTICIPANTES NA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Cocalinho (Prefeito: Luiz Henrique do Amaral)

Secretaria Municipal de Educação (Secretário: Marcio Conceição Nunes de Aguiar)

Câmara Municipal de Vereadores de Cocalinho

Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT)

Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT)

Ministério da Educação e Cultura (MEC)

Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso (CEE/MT)

Conselho Municipal de Educação (CME)

CONSELHEIROS:

Marlene Martins de Freitas

Divino Cândido Cardoso

Marley Pereira de Assunção Silva

Cristina Santos Rodrigues

Erlan Martins Cardoso Ribeiro

Ilana Gomes de Arruda

Elizangela Alves Ferreira

Thatyane Ferreira Nunes

Maurísia Divina Soares de Souza

Thuane Rizia Marques da Silva

Dárima Oliveira Cascalho Alves

Noêmia Gomes Vieira

APRESENTAÇÃO

Uma educação de qualidade é fundamental para uma sociedade que busca a transformação social. Superar o analfabetismo, a pobreza, a violência a discriminação, aumentar o nível de escolarização e promover a melhoria da qualidade de vida da população de Cocalinho objetivo macro que permeará cada palavra desse documento.

Elaborado de forma democrática envolvendo ampla participação social este PME também buscou a colaboração de especialistas em educação que certamente deram ao Plano Municipal de Educação a cara de um projeto educacional sensível a sua realidade e ao mesmo tempo audacioso para propor ações que transcendam as políticas de governo e passe a ser uma política do município de Cocalinho para os próximos dez anos.

Não basta apenas lutar por uma escola pública, gratuita e de qualidade, é preciso planejar ações, estratégias e metas, buscar parcerias com os demais entes federados e ampliar os investimentos próprios, para efetivamente promover qualitativamente a educação no município.

Ha ainda que se pensar em princípios educativos, currículos e metodologias que estejam alinhadas as políticas nacionais e estaduais, para em regime de colaboração os entes federados caminharem juntos no objetivo de garantir um direito básico de todo e qualquer cidadão ou cidadã, que é uma educação pública gratuita e de qualidade para todos e todas.

Por fim, resta ter clareza de que todos somos destinatários dos planos. Os agentes públicos institucionalmente responsáveis pela sua total execução e todo cidadão e cidadã na plenitude de sua dignidade.

Há parcelas de responsabilidades distintas que alcançam os orçamentos públicos e seus executores, os projetos políticos pedagógicos, a ação dos organismos de controle, a presença e participação das famílias, o empenho e a dedicação dos estudantes, os projetos políticos pedagógicos das instituições, os planos de ensino e de aulas, os processos participativos, o zelo com os ambientes e relações de trabalho e de convivência.

INTRODUÇÃO

A Lei Nº 03/2011 estabelece a gestão democrática no Município, e a Lei Municipal Nº263/1998, cria o Conselho Municipal de Educação. De acordo com Lei Municipal Nº263/1998 em seu artigo segundo a lei define: "Cabe ao Conselho Municipal de Educação participar na definição das políticas municipais de educação e na discussão do **Plano Municipal de Educação** que contém a proposta educacional do município".

Nessa mesma Lei fica o Conselho Municipal de Educação de Cocalinho (CME) autorizado a formar comissões que atuarão na construção dos textos bases para o Plano Municipal de Educação (PME).

Dessa forma o CME, envolvendo instituições estabelecidas no município e um número significativo de profissionais da educação, formou as comissões abaixo descritas.

Durante um ano essas comissões trabalharam na elaboração de um esboço inicial, que após passar por uma conferência em duas etapas com a participação de toda a sociedade será transformado no Plano Municipal de Educação.

Comissões para Construção do Plano Municipal de Educação - PME

1. Levantamento Histórico de dados (Analise Situacional) – Marlene Martins de Freitas, Elizangela Alves Ferreira. Divino Candido Cardoso, Fernando Humberto Aguiar Souza.

2. Educação Infantil – Suzy de Fatima P. da Silva, Saldanha P. de Souza, Doralice Ferraz da Lima Carvalho, Ana Maria Dias de Oliveira, Poliana Alves Soares Amaral, Valdelicia do Rosario Garcia Silva, Gabriela Pfost, Raimunda Soares dos Snatos, Maria Regina Ramos, Maria Aparecida Santos Souza, Isleia Dias Castro, Lucileide Severo Dias, Josileide Severo dias, Gislaine Ferreira de Freitas Nishiyama, Divina Eterna dos S. Faustino, Joanira Joaquina da Silva, Raquel Rodrigues Dias, Patricia Felix de Castro Santos, Katia Lucia dias Castro, Thaislaine Espedito de Freitas, Marilsa Fereira dos Santos Pereira, Maria de Lurdes Oliveira, Flavia Daniela da Costa, Valdemira Maria de Jesus, Imaculada de Jesus Neves.

3. Ensino Fundamental, Educação Especial, Ensino Superior e Educação de Jovens e Alunos (EJA) -– Alessandra Pereira de Novais, Dalva Maria de Lima Perez, Edilaine Ribeiro, Maria Rita de Andrade, Icleia Leite Brito Perez, Juliana Pfost da Cunha, Maria Eliene Lopes de Souza, Claudia Maria Silva Souza, Antônia Rosa Borges dos Santos, Carmem Lucia Pereira de Castro Rigonato, Edvanir Lopes Arruda Amaral, Marilda Marques Pedra Borges, Maria Jose de Souza Silva, Ritangela Romilha Mendes, Maria Lucia Dos Santos, Iolanda Cavalcante de Oliveira, Ilda Dias de Castro, Maria Luzinete Batista Ferreira Luz, Erlam Martins Cardoso Ribeiro, Adriana de Souza Marques Santos, Ereni Maria de Jesus, Maria Ferreira Leite, Milza Rosa Sena, Neuza Domingos Garcia, Marcelo Antônio dos Santos, Josely da Silva Aguiar, Roberth Ferreira Freires, Verdelina Maria Lopes, Brenda Schroder de Moura Soares Bessa, Cátia Lea Pereira, Luciene Pereira de Oliveira.

4. Educação do Campo – Leonice Aparecida Pereira Correia, Andreza Milena de Oliveira Barreto, Iraci Fagundes Severino, Josélia Monteiro Nonato, Denise Cristina Teles, Queila Lopes da Silva, Marinezia Tenório Gomes, Diana S. Da S.Souza.

5. Ensino Médio/ Tecnológico e Técnica Profissional Propedêutico. Reinaldo B. Araújo, Fabio Arruda Pereira, Mayra Lucia Falone, Valderia do Rosario Garcia Santos, Samar Fernanda M. S. Arruda, Simone Pereira dos Santos, Vanderleia Correia de Mello, Luzia de Souza.

6. Formação dos Profissionais, Gestão e Financiamento e Valorização – Flavio Henrique Gomes de Arruda, patrícia Pereira de Lima, Eliene Amce Claudio Santos, Cintia Bezerra dos Santos, Klenia Oliveira Santos,Noemy F. Dias e Silva, Valdelice Soares Martins, Maria de Lourdes Nonato de Souza Barros, Cintia Gomes Thimoteo, Leila Aguiar Figueira Lima, Laudiceia Pereira de Oliveira, joanice Celestinos de Souza, Maria Zita Pereira Gama. Patrícia da Silva Guimaraes, Rosa Edna Albuquerque do Nascimento, Joice Machado de Azevedo, Karoline A. do N. Campos, Maria Meire F. Santos, Ana Paula Romam Loza, Elizangela Pereira dos S. Silva, Lucia Luci de Lucena Cezar, Andrea Oliveira Rodrigues, Domingas Dias Santana, Marinei Fernandes Rosa Ribeiro, Wlissimar Silva Aguiar.

ASPECTOS HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO

A ocupação do território do município de Cocalinho ocorreu mais remotamente, em comparação com outros núcleos da região sudeste mato-grossense. Em 26 de abril de 1928, o governo estadual reservou através do decreto-lei nº 808, uma área de 1.800 hectares de terras devolutas para formação do povoado de São José do Cocalinho, no município de Registro do Araguaia. No dia 21 de abril de 1932, o município de Registro do Araguaia teve sua denominação alterada para Araguaiana, ao qual estava jurisdicionado o território da povoação de São José do Cocalinho. O decreto estadual nº 368, de 18 de maio de 1934, criou no município de Araguaiana o Distrito de Paz de São José do Cocalinho. A região tomou impulso na década de quarenta, por conta das ações desenvolvidas pela Fundação Brasil Central. A lei nº 163, de 25 de outubro de 1948, permitiu que fosse criado o distrito de São Félix, com desmembramento de área de São José do Cocalinho. O decreto nº 1.329, de 19 de maio de 1952, reservou área de 3.600 hectares de terras devolutas no município de Barra do Garças, para formação do patrimônio da Vila de Cocalinho. Formação Administrativa: Distrito criado com a denominação de Cocalinho, pelo decreto nº 368, de 18.05.1934, subordinado ao município de Araguaiana (ex - registro do Araguaia). Em divisões territoriais datadas de 31.12.1936 e 31.12.1937, o distrito de Cocalinho figura no município de Araguaiana. Pela lei estadual nº 121 de 15.09.1948, o município de Araguaiana passou a ter a sede no distrito de Barra do Garças, conservando o município esta denominação e figurando Araguaiana como simples distrito, (mudança de sede). Em divisão territorial datada de 01.06.1960, o distrito de Cocalinho figura no município de Barra do Garças. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 01.07.1983. Elevado à categoria de município com a denominação de Cocalinho, pela lei estadual nº 5009, de 13.05.1986, desmembrado do município de Barra do Garças. Sede no antigo distrito de Cocalinho. Constituído do distrito sede. Instalado em 31.12.1986. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009. Fonte Confederação Nacional de Municípios.

EDUCAÇÃO NO CONTEXTO HISTÓRICO NO BRASIL

Nos anos de 1960 o Brasil começa a resgatar os ideais de democratização da educação, apresentado inicialmente no manifesto dos pioneiros, começa também a elaboração do primeiro Plano Nacional de educação pública, com objetivo de democratizar o acesso a educação para todas as camadas sociais. Assim foi sancionada em 1961 a Lei 4.024/61 que regulamentava o Sistema Nacional de Educação brasileira, sendo que em 1964 as Políticas Educacionais sofreram um retrocesso devido ao Golpe Militar. Porem os debates em torno da educação continuou durante toda a década de 60 até o ano de 1971 com a criação da lei 5.692/71 que estabelecia Diretrizes Nacionais para a educação e regulamentava o sistema de educação no Brasil. Com o fim do regime militar e a aprovação da Constituição Federal de 1988, especificamente nos artigos 205 a 214 ficou determinado que a educação "é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Especificamente no Artigo 214 ficou determinado a criação de planos plurianuais, o que culminou na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. A LDB 9394/96 estabelece no seu artigo 9º a elaboração do Plano Nacional de Educação por intermédio da União em colaboração com os Estados, Distrito Federal e Municípios.

Nessa LDB no Artigo 11, estabeleceu-se diretrizes para todos os entes federados e definiu a forma de atendimento, os municípios ficam responsáveis pela educação infantil e pelos anos iniciais do Ensino Fundamental, já os estados ficaram responsáveis pelos anos finais do ensino fundamental e Ensino Médio. Cinco anos depois da aprovação da LDB 9394/96 é sancionada a lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001 que aprova o primeiro Plano Nacional de Educação com duração de 10 anos. A partir da vigência desta lei em seu artigo segundo estabelece que "os Estados, Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Educação, elaborar planos decenais correspondentes". Durante os dez anos de vigência deste plano, a sociedade organizada promoveu vários debates através das Conferencias Nacionais de Educação (CONAE), ocorridas em ambitos Municipais, Regionais e Estaduais, que culminou na construção do novo Plano de Educação Lei n° 13.005 de 25 de junho 2014, essa mesma Lei no seu artigo oitavo, estabeleceu prazo de um ano para os "Estados e Municípios elaborar ou adequar os seus planos já aprovado em Lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no Plano Nacional de Educação".

No Estado

O Estado de Mato Grosso desde a promulgação da sua Constituição em 1989 incumbiu os municípios de elaborarem seus Planos Municipais de Educação. O conjunto de Leis denominadas LOPEB (Lei Orgânica dos Profissionais da Educação Básica) formada pelas Leis Complementares 49,50 e 7040, aprovadas em primeiro de outubro de 1998, mais uma vez reforçou a necessidade dos municípios elaborarem seus Planos Educacionais.

Na questão de planejamento educacional em âmbito Estadual tivemos em junho de 2006 as conferência Estadual de Educação para debater as diretrizes do Plano Nacional de Educação Lei 10.172, e a criação do primeiro Plano Estadual de Educação de Mato Grosso, aprovado pela Lei nº 8.806 de 10 de janeiro de 2008.

Em 2011 a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC/MT) junto com o Conselho Estadual de Mato Grosso (CEE/MT) e Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT) promoveram a Conferência de Avaliação do Plano Estadual de Educação (CONAPEE) que resultou na revisão e alteração do PEE/MT aprovado pela lei nº 10.111 de 06 de Junho de 2014.

No Município

De acordo com relatos de Dona Pequena, em 1926 chegaram às primeiras famílias no então povoado de São José do Registro do Araguaia. Assim, junto a essas famílias havia crianças, parte delas em idade escolar. Nos meados de 1926 a 1948, nesse ínterim, foi construída na vila a primeira escola, um tanto rústica, que se situava em frente ao antigo campo de futebol. Ali, as crianças dos colonos receberam as primeiras aulas, ministradas por vários professores, de acordo com os relatos de Joaquina M. Ferreira (Pequena). A primeira professora foi Zica Simão, depois veio Manuel Calixto. Logo depois o professor Emiliano Lima assumiu a escola, sendo depois substituído pelo professor João Dantas. Depois dele, vieram ainda: Maria Augusta (Nevinha), Sebastião Jerônimo e finalmente Joaquina Martins Ferreira (Dona Pequena). Em 1950, foi construído o primeiro grupo escolar, com melhor estrutura, no entanto esse foi demolido pelo tempo, acompanhado dos mais diversificados idealistas, que não sabem valorizar nem preservar patrimônios históricos.

Durante a década de sessenta e setenta não houve mudanças significativas no cenário educacional do município, somente na década de oitenta foi criada a primeira escola oficialmente pertencente à rede estadual.

No decorrer das décadas de oitenta e noventa houve um aumento significativo da população no município, o que ocasionou avanços e melhorias na educação, com a criação de várias escolas tanto na sede como nas comunidades pertencentes ao município.

Com a promulgação da Constituição federal de 1988, a educação passou a ser considerado um direito de todos e dever do Poder Público e da família.

O artigo 214 da CF/88 enfatizou que os entes da federação criassem seus planos educacionais. Essa necessidade de planejamento educacional foi reafirmada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, o que levou a criação do Plano Nacional de Educação, Lei 10.172 de 09 de Janeiro de 2001, e do Plano Estadual de Educação Lei nº 8.806 de 10 de janeiro de 2008.

No âmbito de Legislação em consonância com a o artigo 14 da LDB nº 9394/96 e com a LOPEB, o município criou a Lei nº 275 de 01 de fevereiro de 1999 que dispões sobre a criação do Plano de Cargo, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação, e que dispõe sobre a Gestão Democrática no Ensino Público Municipal.

Com a revisão e alteração do PEE/MT aprovado pela Lei nº 10.111 de 06 de Junho de 2014 e a aprovação do novo Plano Nacional de Educação através da Lei nº 13.005 em 25 de Junho de 2014, foi estabelecido prazo de um ano para que os municípios criassem ou reformulassem seus Planos Municipais de Educação.

Dados Fisiógrafos: COCALINHO

Gentílico	Cocalinhese
Bioma	Cerrado
|Altitude em relação ao nível do mar	260m
Clima	No extremo norte: Equatorial quente e úmido. No norte e centro-sul: Tropical quente e sub-úmido. Seca com 4 meses de duração, de maio a agosto. Temperatura média anual 24ºC, maior máxima 42ºC, e menor 4ºC.
Relevo Principal	Planície do Bananal, Depressão do Araguaia.
Vegetação predominante	Cerrado
Distancia da capital	747 km.
Principais Rodovias que ligam o município a capital	MT 100e MT 326
Bacia hidrográfica	Grande Bacia do Tocantins
Sub- bacia principal	Bacia do Araguaia.
Principais Atividades Econômicas	Agropecuária

Caracterização do território

Área	IDHM 2010	Faixa do IDHM	População (Censo 2010)
16.539 km2	0,660	Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699)	5.490 hab.

Densidade demográfica	Ano de instalação	Microrregião	Mesorregião
0,33 hab/km²	1986	Médio Araguaia	Nordeste Mato Grossense

Infraestrutura

Energia	Fornecida pelo CEMAT grupo Energisa
Sistema de telefonia	O Município conta com um sistema de telefonia fixa e o sistema móvel com uma operadora (TIM)
Transporte	Embora a navegação pelo Rio Araguaia tenha sido muito utilizada nas primeiras décadas da formação da cidade, atualmente o transporte predominante é via terrestre. Existe também um pista de pouso de pequeno porte não pavimentado.

Aspectos Populacionais

População total de 5.490 do censo 2010	
1 População rural	34%
2 População urbana	66%

O censo de 2000 apresentou uma população de 5.504 pessoas, já o de 2010 ilustrado no gráfico acima apresentou uma população de 5.490, um decréscimo populacional insignificativo de 14 pessoas em 10 anos. Porém devido à instalação de empreendimento do agronegócio e ao aumento da agricultura mecanizada no município e, sobretudo com a instalação de quatro assentamentos no município, acreditamos num acréscimo da população para os próximos anos. Com base nessas informações acredita-se no fim do decréscimo populacional apresentado no ultimo censo, o que deverá ser confirmado no próximo censo populacional.

TRABALHO

Distribuição da população Economicamente Ativa.	
1 População Economicamente Ativa	70,6
2 População Economicamente Inativa	29,4

De acordo com o gráfico acima, observa-se que 70,6% da população está em idade economicamente ativa, e 29,4% encontra-se economicamente inativa.

DISTRIBUIÇÃO DEMOGRÁFICA

Como foi ilustrado no gráfico 1, a população de Cocalinho esta distribuída entre o meio rural e urbano, 66% da população reside na sede do Município e 34% esta distribuída nas comunidades rurais: Agropecuária Água Preta(Gruta Azul), Calcário Serra Dourada, Ecovila (Calcário Roncador), Fazenda Europa(Eletro metal II) .

Instituições em funcionamento no Município de cocalinho em 2015

NOME	LOCALIZAÇÃO	REDE	ENSINO MINISTRADO
Esc. Mun. Raimundo Soares Nava	Urbana	Municipal	Fundamental
Esc. Municipal José Umberto Moreira	Urbana	Municipal	Infantil e Fundamental
Creche Municipal Mãe preta	Urbana	Municipal	Infantil
Escola Municipal Eletro Metal II	Campo	Municipal	Infantil e fundamental
Escola Municipal Coorpercal	Campo	Municipal	Infantil e fundamental
Esc. Municipal Gruta Azul	Campo	Municipal	Infantil e Fundamental
Escola Estadual Getúlio Vargas	Urbana	Estadual	Ensino Fundamental e Médio

EDUCAÇÃO INFANTIL

Contextualização

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, ficou firmado o direito à educação. O Inciso IV, do artigo 208, explicita que “o dever do Estado com a educação Infantil será efetivado (...) mediante a garantia do atendimento em creches e escolas às crianças de zero a cinco anos de idade”.

A Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96 determinam ao município a prioridade da oferta da Educação Infantil, coresponsabilizando também a União e os Estados, em regime de colaboração, no atendimento dessa demanda.

Na LDB, a Educação Infantil aparece como a primeira etapa da Educação Básica, com a finalidade de assegurar o desenvolvimento integral da criança, a sua socialização e a preservação de sua individualidade. Ela será oferecida para crianças de zero a três anos de idade, em creche e, para crianças de quatro e cinco anos, em pré-escolas.

Taxa de Natalidade do Município

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Natalidade; (nascidos vivos)	63	77	74	49	80	28 Até 11/05

	Educação Infantil 0 a 3 anos						Educação Infantil 4 e 5 anos						
	Urbana			Campo	Indígena	Quilombola	Urbana			Campo	Indígena	Quilombola	Total
	Mun	Est	Priv	Mun.	Mun	Mun.	Mun	Est	Priv	Mun.	Mun.	Mun.	
2010	01	00	00	00	00	00	01	00	00	03	00	00	04
2011	01	00	00	00	00	00	01	00	00	03	00	00	04
2012	01	00	00	00	00	00	01	00	00	03	00	00	04
2013	01	00	00	00	00	00	01	00	00	03	00	00	04
2014	01	00	00	00	00	00	01	00	00	03	00	00	04

2015	01	00	00	00	00	00	01	00	00	03	00	00	04

Na educação infantil as práticas pedagógicas são concebidas e realizadas nas mais diversas formas. Tal diversidade não pode ser explicitada tão somente pela heterogeneidade dos modelos culturais presentes no país, nem pelos diferentes profissionais que nela atuam, mas, sobretudo, pela presença de divergentes concepções sobre as funções e os objetivos de tal atendimento.

Total de Instituições

A tabela acima ilustra o grande desafio a ser superado que é o atendimento das crianças de zero até três anos que residem na zona rural, uma vez que não ha estrutura física.

Número de Matrículas e Professores da Educação Infantil das Redes de Ensino no Município

		2010			2011			2012			2013			2014		
Nível	**REDE**	**Nº DE PROFESSORES**	**Nº MATRÍCULAA NO CAMPO**	**Nº DE MATRÍCULA NA ZONA URBANA**	**Nº DE PROFESSORES**	**Nº DE MATRÍCULA NA NO CAMPO**	**Nº DE MATRÍCULA NA ZONA URBANA**	**Nº DE PROFESSORES**	**Nº DE MATRÍCULAA NO CAMPO**	**Nº DE MATRÍCULA NA ZONA URBANA**	**Nº DE PROFESSORES**	**Nº DE MATRÍCULAA NO CAMPO**	**Nº DE MATRÍCULAA NA ZONA URBANA**	**Nº DE PROFESSORES**	**Nº DE MATRÍCULAA NO CAMPO**	**Nº DE MATRÍCULA NA ZONA URBANA**
CRECHE (0 A 3 ANOS)	Municipal	06	00	123	06	00	119	07	00	130	06	00	119	06	00	127
	Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Privada/ Filantrópica	-	-	-	-	-	-	--	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total:	03	00	123	05	00	119	05	00	130	07	00	119	11	00	95
PRÉ-ESCOLA (4 A 5 ANOS)	Municipal	05	15	65	05	00	81	05	00	91	04	00	75	08	10	95
	Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Privada/ Filantrópica															
	Total:	05	15	65	05	00	81	05	00	91	04	00	75	08	10	95

A universalização da educação básica será alcançada se a desarticulação histórica nos papéis das esferas municipais, estadual e federal for superada. É neste sentido que o PME, priorizará o planejamento conjunto entre as esferas governamentais nos três níveis da educação básica, ou seja, educação infantil, ensino fundamental e médio, em especial a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental conforme prevê o item V do artigo 11 da LDB Nº 9394/96 que é a demanda prioritariamente sob-responsabilidade do município.

Número de Crianças no Município

	2010		2011		2012		2013		2014	
	Matriculadas	**Não matriculadas**	**Matriculadas**	**Não matriculadas**	**Matriculadas**	**Não matriculadas**	**Matriculadas**	**Não matriculadas**	**Matriculadas**	**Não matriculadas**
0 a 3 anos	123	63	119	77	130	74	119	49	127	80
4 a 5 anos	81	42	81	38	91	39	75	44	105	22
TOTAL	204	105	200	115	221	113	194	93	228	102

Embora a legislação brasileira reconheça o direito da criança à educação nos seus primeiros anos de vida, o atendimento efetivo desse direito se defronta, na atualidade, com desafios como: acesso, permanência e qualidade do atendimento.

Como na maioria dos estados e municípios, Mato Grosso e o município de Cocalinho, também enfrentam desafios para alcançar à qualidade no ensino. São verificadas ainda, insuficiência e inadequação de equipamentos e/ou materiais pedagógicos, baixo investimento na valorização dos profissionais da educação, no que tange à sua formação continuada e remuneração.

Situação e previsibilidade dos espaços físicos para a Educação Infantil

Instituições de Ensino:		Educação Infantil 0 a 3 anos		Educação Infantil 4 a 5 anos	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural/multiseriada
Em funcionamento		01	00	01	03
Com espaço adequado		00	00	00	00
Necessidade de construção		01	02	01	02
Em fase de construção	Recurso próprio	00	00	00	00
	Recurso do PAR/aguardando licitação	01	00	00	00
Com necessidade de reforma e ampliação		01	00	01	01
Sem autorização e credenciamento/processo em tramite de regularização		01	00	01	00
Situação fundiária	Regularizada	-	-	-	-
	Não regularizada	-	-	-	-

A tabela acima ilustra a necessidade de construir novos espaços para atender a demanda da faixa etária. Além disso, a estrutura física mínima é muitas vezes inadequada e não garante o acesso com qualidade a essa etapa da educação. Pode-se afirmar, também, que não há política efetiva que busque consolidar uma gestão participativa e democrática que propicie o envolvimento de todos no processo educativo.

DIRETRIZES

Para a universalização da oferta de Educação Infantil se faz necessário, fortalecer o processo de cooperação entre os entes federados, através de políticas de financiamento e gestão que garantam a sustentabilidade financeira dessa etapa da educação básica.

A Educação Infantil deve ser complementar àquela exercida pela família e pela comunidade, devendo, com isso, ter como sentido a ampliação dos conhecimentos e experiências da criança, seu interesse pelo ser humano, pelo processo de transformação da natureza e pela convivência em sociedade, através do desenvolvimento de seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

O cumprimento desse papel caracteriza-se como um grande desafio a ser enfrentado, visto que sua concretização depende, obviamente, da construção de uma nova e diferente forma de conceber e realizar o atendimento às crianças matriculadas na Educação Infantil.

O cuidar e o educar na Educação Infantil, são focos de atenção com o objetivo de garantir o desenvolvimento e aprendizagem integral da criança. Tal processo deve ocorrer numa dimensão lúdica que, respeitando o jogo como "o fazer infantil", possibilita à observação dos fatos, o desenvolvimento das linguagens de representação, das estruturas linguísticas, a ampliação do vocabulário, enfim, a construção do conhecimento necessário à compreensão da realidade.

A qualidade da Educação Infantil passa, indubitavelmente, pela formação e valorização dos profissionais dessa etapa da educação. A formação deverá contemplar a elaboração de uma proposta pedagógica que leve em consideração as duas dimensões da ação educativa nessa etapa: educação e cuidados.

A base central no processo de redefinição dessas propostas devem ser as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil, instituídas pela Resolução nº. 01/99 do Conselho Nacional de Educação, e pela Resolução 276/02 do Conselho Estadual de Educação.

Formação dos Professores da Educação Infantil

Etapa	Rede de ensino	Quantidade de professores por nível de escolaridade							
		Ensino Médio	Ensino Médio com Magistério	Graduação Ed. / INT.	graduação/ EspecializaçãEd / INT.	Pós-graduação/ Especializaçã/outas	Mestrado	Doutorado	TOTAL
Educação Infantil 0 a 3 anos	Municipal				06	04			11
	Estadual								
	Privada/ Filantrópica								
Educação Infantil 4 e 5 anos	Municipal			02	03	04			09
	Estadual								
	Privada/ Filantrópica								

A formação dos profissionais da educação infantil merece uma atenção especial, dada a relevância de sua atuação como mediadores no processo de desenvolvimento e aprendizagem. A qualificação específica para atuar na educação infantil inclui o conhecimento das bases científicas do desenvolvimento da criança, da produção de aprendizagens e a habilidade de reflexões sobre a prática, tornado-a cada vez mais, fonte de novos conhecimentos e habilidades na educação dos mesmos, buscando uma formação permanente.

Formação dos profissionais de apoio em sala de aula nas instituições de ensino infantil

Etapa	Rede de ensino	Quantidade de profissionais de apoio em sala de aula por nível de escolaridade						
		Ensino fundamental	Ensino Médio	Ensino Médio com Magistério	Graduação	Pós-graduação/ Especialização	Mestrado	Doutorado
Educação Infantil 0 a 3 anos	Municipal	-	-	-	-	-	-	-
	Estadual	-	-	-	-	-	--	-
	Privada/ Filantrópica	-	-	-	-	-	-	-
Educação Infantil 4 e 5 anos	Municipal	-	-	-	-	-	-	--
	Estadual	-	-	-	-	-	-	-
	Privada/ Filantrópica	-	-	-	-	-	-	-

Instituições que oferecem atendimento em educação de tempo integral de 0 a 05 anos

	Total de Instituições	Total de alunos atendidos de 0 a 5 anos.														
		2011			2012			2013			2014			2015		
		0 a 3	4 e 5	Total	0 a 3	4 e 5	Total	0 a 3	4 e 5	Total	0 a 3	4 e 5	Total	0 a 3	4 e 5	Total
Municipal		07	00	00	10	00	00	06	00	00	07	00	0	06	00	0
Estadual		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00

A meta seis do Plano Nacional de Educação propõe ofertar educação em tempo integral em 50% das unidades escolares públicas. As unidades de Cocalinho aderirão todos os programas estaduais e federais que tem como finalidade ampliar a carga horária do aluno na escola.

As unidades escolares que ofertam educação infantil zelarão pela gestão democrática, para que a sociedade exerça seu direito à informação e à participação no processo de organização da estrutura e do funcionamento das instituições de educação infantil através do CDCE.

A presença da comunidade escolar é materializada através da incorporação de categorias e grupos sociais envolvidos direta ou indiretamente no processo educativo (pais, alunos, funcionários, professores), tirando dos governantes e dos técnicos na área o monopólio de determinar os rumos dessa etapa educativa.

Quanto mais representatividade houver, maior será a capacidade de intervenção e fiscalização civil que ampliará a possibilidade da conquista da qualidade da educação infantil.

METAS E ESTRATÉGIAS

META 1 - Ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 55% (cinquenta e cinco por cento) das crianças de zero até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

Estratégias:

1.1) Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, por bairro e por distrito, de residência e/ou locais de trabalho dos pais, visando localizar a demanda e ampliar a oferta de educação infantil, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;

1.2) Articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública;

1.3) Preservar as especificidades da educação infantil na organização do atendimento, garantindo o atendimento em creches das crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos em estabelecimentos que atendam os parâmetros nacionais de qualidade;

1.4) Garantir o atendimento em tempo integral para as crianças de 0 a 3 anos em creches e adotar progressivamente o atendimento em tempo integral para as crianças de 4 a 5 anos dentro das possibilidades financeiras, estruturais e profissionais do município.

1.5) Promover adequação dos espaços internos e externo, implantação de berçários e lactários nas creches, visando o atendimento da faixa etária de 0 (zero) a 3 (três) anos;

1.6) Buscar, em parceria com a área de saúde, a aplicação de testes nas instituições de educação infantil de acuidade visual, auditiva, fonoaudiologia e psicológica e encaminhamento para tratamento se necessário.

1.7) Garantir que a organização de grupos de crianças em creches ocorra de acordo com as especificidades da proposta pedagógica, seguindo a seguinte proporção professor /aluno:

a) crianças de zero até 1 ano – 6 a 8 alunos/ 1 professor e 1 Apoio Administrativo;

b) crianças de 1 a 2 anos – 8 a 10 alunos/ 1 professor e 1 Apoio Administrativo;

c) crianças de 2 a 3 anos – 12 a 15 alunos/ 1 professor e 1 Apoio Administrativo;

META 2: Atender toda a demanda de Educação Infantil Pré-escolar de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade de forma a universalizar o atendimento dessa faixa etária até 2016;

Estratégias:

2.1) Criar um banco de dados, das crianças em idade correspondente a educação infantil pré-escolar que estão fora da escola, utilizando os dados do censo educacional e formando parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

2.2) Manter e ampliar em regime de colaboração, respeitadas as normas de acessibilidade, conforme Lei nº 1098/2000 o programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e a melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;

2.3) Utilizar o Sistema de Avaliação proposto no PNE para educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.

2.4) Fomentar o atendimento das populações do campo na educação infantil, evitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças por distância superior a 50 Quilômetros, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia da demanda a ser atendida;

2.5) Preservar as especificidades da educação infantil na organização do atendimento, garantindo o atendimento da criança de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam os parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do(a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;

2.6) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

2.7) Estabelecer parcerias com as Secretarias de: Educação, Saúde, Ambiental, Cultura, Ação Social e Conselho Tutelar, para o pleno atendimento das necessidades das crianças de zero a cinco anos.

2.8) A secretaria Municipal de Educação em parceria com o CME/CEE/CNE deverá elaborar, imediatamente após a aprovação deste plano, padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições de educação infantil (creches e pré– escolas) públicas e privadas, que, assegurem o atendimento das características das faixas etárias e das necessidades do processo educativo quanto ao:

a) espaço interno, com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário e coleta seletiva do lixo;

b) Instalações sanitárias adequadas para a higiene pessoal das crianças e dos trabalhadores;

c) Instalações adequadas, que atendam os padrões exigidos pelos órgãos de saúde e sanitários para armazenamento e preparo da alimentação;

d) Ambientes interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da educação infantil, incluindo o repouso, expressão livre, movimento e brinquedo;

e) Instalação de parque recreativo;

f) Mobiliário, equipamentos, materiais pedagógicos e brinquedos adequados às crianças de acordo com cada faixa etária;

g) Adequação às características das crianças especiais com construções de rampas e instalações de bebedouros rebaixados e banheiros apropriados;

2.9) A partir da aprovação deste plano, o CME através do CEE/MT somente autorizará a construção e funcionamento de instituições de educação infantil, públicas ou privadas, que atendam aos requisitos de infraestrutura definidos no item anterior;

2.10) Buscar junto MEC e FNDE por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR repasses e transferências financeiras na área da educação, respeitando-se a legislação nacional para adaptação e construção de prédios públicos para educação infantil em (2) dois anos, de forma que todos estejam em conformidade com os padrões estabelecidos;

2.11) A partir da vigência deste Plano, admitir professores na educação infantil por concurso público e que possuam a titulação em nível médio (magistério), dando-se prioridade à admissão de profissionais que possuam licenciatura plena em pedagogia ou curso equivalente em grau superior;

2.12) Incentivar a formação inicial e continuada dos(as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;

2.13) Buscar parcerias entre instituições formadoras (CEFAPROS e Universidades) para capacitar a comunidade escolar para elaboração da proposta Pedagógica na educação infantil;

2.14) Exigir no prazo de um ano, que todas as instituições de educação infantil tenham formulado ou reformulado, com a participação da comunidade escolar, seu projeto político pedagógico;

2.15) Garantir a alimentação escolar adequada para as crianças atendidas na Educação Infantil, nos estabelecimentos públicos e conveniados, através da colaboração financeira da União e do Estado;

2.16) Garantir que o regime de funcionamento das instituições de educação infantil atenda às necessidades da comunidade;

2.17) Aderir programas junto a união e estado, que venham melhorar a qualidade de ensino e divulgar as experiência bem sucedidas na educação infantil pré escolar;

2.18) Ofertar ações educativas complementares de apoio às famílias que tenha a guarda de crianças de zero a cinco anos, tais como: palestras sobre desenvolvimento infantil, oficinas pedagógicas, relevância da educação infantil entre outras, promovendo a interlocução entre escola e comunidade;

2.19) Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar aos(às) alunos(as) da pré escola com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica com capacitação profissional para atender crianças nas áreas.

2.20) Buscar, em parceria com a área de saúde, a aplicação de testes nas instituições de educação infantil de acuidade visual, auditiva, fonoaudiologia e psicológica e encaminhamento para tratamento se necessário.

2.21) Garantir que a composição de turmas na pré-escola ocorra de acordo com as especificidades da proposta pedagógica, seguindo a proporção de 18 (dezoito) a 20(vinte) alunos com 1 (um) professor e 1 (um) Técnico de desenvolvimento infantil (TDI).

ENSINO FUNDAMENTAL

Contextualização

A Constituição Federal, em seu Art. 208, I, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9394/96, no seu Art. 32, determinam a obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental, suscitando do poder público assegurar o desenvolvimento da educação com base no tripé: oferta, permanência e aprendizagem, em observância às necessidades de escolarização, se atendo a formação pluricultural da população brasileira.

Essa forma de organização já incluiu Cocalinho na realidade do ensino fundamental de nove anos, hoje confirmada pelas alterações da LDB pelas Leis 11.114, de 16/05/05 e 11.274 de 06/02/06, portanto, constituindo-se numa política nacional de ampliação do tempo desta etapa de ensino.

Em âmbito municipal o órgão gestor da educação deverá garantir a formulação de políticas de formação continuada aos profissionais da educação do ensino fundamental, enfatizando a diversidade humana, o conhecimento local, regional, nacional e universal de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais e LDB.

A organização curricular por Ciclos de Formação Humana implantada nas redes municipal e estadual, trouxe contribuições importantes, uma delas foi coibir o auto índice de reprovação no ensino fundamental. Em escala menor persiste um índice considerável de abandono escolar.

Taxa de aprovação/reprovação do 1º ao 3º ano do ensino fundamental

Ano	Estadual			Municipal			Privada			Total		
	Aprov.	Reprov.	Abandono	Aprov.	Reprov.	Abandono	Aprov.	Reprov.	Abandono	Aprov.	Reprov.	Abandono
2010	63	05	02	273	03	08	-	-	-	336	08	10
2011	44	00	00	241	22	06	-	-	-	285	22	06
2012	41	00	00	273	14	06	-	-	-	314	14	06
2013	8	00	00	285	00	13	-	-	-	293	00	13
2014							-	-	-			

Taxa de aprovação/reprovação do 4º ao 6º ano do ensino fundamental

Ano	Estadual			Municipal			Privada			Total		
	Aprov.	Reprov.	Abandono	Aprov.	Reprov.	Abandono	Aprov.	Reprov.	Abandono	Aprov.	Reprov.	Abandono
2010	168	05	00	161	17	08	-	-	-	329	22	08
2011	169	15	03	163	00	11	-	-	-	332	15	14
2012	187	05	00	139	09	06	-	-	-	326	14	11
2013	142	00	00	194	00	09	-	-	-	336	00	09
2014							-	-	-			

Taxa de aprovação/reprovação do 7º ao 9º ano do ensino fundamental

Ano	Estadual			Municipal			Privada			Total		
	Aprov.	Reprov.	Abandono	Aprov.	Reprov.	Abandono	Aprov.	Reprov.	Abandono	Aprov.	Reprov.	Abandono
2010	225	4	3	16	02	-	-	-	00	241	20	03
2011	254	2	13	00	-	-	-	-	00	254	02	13
2012	254	11	04	17	--	-	-	--	00	271	11	04
2013	260	17	02	41	-	2	-	-	00	301	17	04
2014	--	-	-	-	-	-	-	-	-	-	--	-

O avanço nas Legislações Educacionais, especialmente nas últimas duas décadas, tem garantido o direito a educação básica a todos, todavia um dos gargalos em nível Estadual e Nacional é a qualidade da educação, os instrumentos de avaliação nacional tem mostrado que muito a de se fazer pela qualidade na educação.

IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)

	2009			2011			2013		
	Rede mun.	Rede est.	Brasil	Rede mun.	Rede est.	Brasil	Rede mun.	Rede est.	Brasil
Ensino Fundamental (anos iniciais)	3.9	4.9	4,6	3.9	5.0	5,0	4.3	5.3	5,2
Ensino Fundamental (anos finais)	-	3.9	4,0	-	4.3	4,1	-	3.7	4,2

Metas Projetadas do IDEB

	2015			2017			2019			2021			2023			2025		
	Rede mun.	Rede est.	Brasil	Rede mun.	Rede est.	Brasil	Rede mun.	Rede est.	Brasil	Rede mun.	Rede est.	Brasil	Rede mun.	Rede est.	Brasil	Rede mun.	Rede est.	Brasil
E.F.(anos iniciais)	4.6	5.6	5,2	4.9	5.8	5,5	5.2	6.1	5,7	5.5	6.4	6,0	5.8	6.7	6,3	6.1	7.0	6,6
E.F.(anos finais)	-	4.5	4,7	-	4.7	5,0	-	5.0	5,2	-	5.3	5,5	-	5.6	5,3	-	5.9	6,0

	2009			2009			2011			2011			2013			2013		
	Língua Portuguesa			Matemática			Língua Portuguesa			Matemática			Língua Portuguesa			Matemática		
	Mun	Est	Brasil	Mun.	Est.	Brasil	Mun.	Est.	Brasil	Mun.	Est.	Brasil	Mun.	Est.	Brasil	Mun.	Est.	Brasil
E.F.(anos iniciais)	16%	28%	32%	8%	36%	30%	12%	36%	37%	17%	24%	33%	19%	44%	40%	11%	63%	35%
E.F.(anos finais)	-	17%	23%	-	17%	10%	-	26%	22%	-	8%	12%	-	10%	23%	-	1%	11%

Nível de Proficiência

Considerando ações dos governos estaduais e municipais desenvolvidas nos últimos anos, e um aumento significativo dos investimentos do município na educação, isso não tem se traduzido em melhoria significativa da qualidade do ensino, conforme demonstra a evolução dos dados das pesquisas realizadas, principalmente nos últimos anos do Ensino Fundamental.

Em consonância com o Plano Nacional e estadual de Educação o município de Cocalinho deverá:

META 3 - Universalizar o atendimento a 100% (cem por cento) da população escolarizável nos anos iniciais do ensino fundamental e Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Estratégias:

3.1) Garantir que todos os estudantes estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental aos 8 (oito) anos de idade;

3.2) Zelar para que a alfabetização e o letramento até aos oito anos de idade seja aferida por avaliações periódicas e melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no município;

3.3) Ofertar em parceria com CEFAPRO e demais órgãos formadores, formação continuada visando superar os desafios da alfabetização no primeiro ciclo de escolarização;

3.4) Buscar apoio técnico e financeiro do MEC, por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR, para implementação de programas de formação e capacitação dos professores alfabetizadores, e de projetos de alfabetização na idade adequada;

3.5) Aderir e incentivar os professores lotados no primeiro ciclo a participar do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa Instituído pela Lei 12. 801, de 24 de abril de 2013;

3.6) Retomar a discussão sobre o redimensionamento no atendimento dos anos iniciais e finais do ensino fundamental envolvendo os profissionais da educação efetivos das redes municipal e estadual, comunidade escolar, CME, SEDUC/MT, e SINTEP/MT;

3.7) Considerar a especificidade da alfabetização dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, por meio da articulação com a formação de professores e a disponibilização de tecnologias educacionais, recursos didáticos e metodologias específicas;

3.8)) Garantir às escolas de Ensino Fundamental professores de educação Física com formação na área, atuando a partir dos anos iniciais do Ensino Fundamental sem prejuízo de carga horária para os profissionais da unidocência.

Meta 4 - Universalizar o atendimento a 100% da população escolarizável do Ensino Fundamental de nove anos no prazo de dois anos, a partir da data de aprovação deste plano, garantindo o acesso e a permanência dos alunos na escola com qualidade de ensino.

Estratégias:

4.1) Promover, com o apoio da União e do Estado a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos(as) alunos(as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;

4.2) Garantir espaço físico, recursos financeiros e humanos em número suficiente e com salários compatíveis à carga horária trabalhada;

4.3) Assegurar que todas as escolas do Ensino Fundamental tenham coordenador pedagógico, mediante os seguintes critérios: a) Número de alunos matriculados; b) Níveis de turmas; c) Níveis e modalidades atendidos; d) Turnos de funcionamento;

4.4) As escolas Municipais que não preenchem os critérios para elegerem coordenadores pedagógicos serão atendidas pelo coordenador/a lotado na SME;

4.5) Os coordenadores pedagógicos de unidades escolares serão eleitos pelos pares, conforme disciplina a Lei Municipal nº 003/2011 e LC 7040/98;

4.6) A SME deverá realizar periodicamente em parceria com a sociedade civil organizada, as secretarias municipais, órgãos do sistema estadual e censo educacional o mapeamento da população escolarizável em idade escolar obrigatória que se encontra fora da escola, por bairro, distrito, residência e local de trabalho dos pais, visando universalizar a oferta de ensino fundamental obrigatório, incluindo as crianças de seis anos;

4.7) Prover, a partir da aprovação do PME, por meio de convênios já no ano de 2016, uma rede de apoio interinstitucional que envolva as áreas de saúde, assistência social e trabalho, garantindo equipe multiprofissional (psicopedagogos, psicólogos, assistente social, fonoaudiólogos, neurologista e outros) para atender os alunos que requererem, como também apoiar e orientar os professores que trabalharem com alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino Fundamental;

4.8) Garantir o acesso e permanência ao ensino público e gratuito aos que, por algum motivo, não frequentaram ou não concluíram o ensino fundamental na idade própria, através da Educação de Jovens e Adultos, com políticas e diretrizes apropriadas;

4.9) Garantir os recursos humanos necessários (apoio educacional, técnico administrativo e pedagógico) para o funcionamento pleno das escolas, mediante a realização de concurso público obrigatoriamente a cada dois anos;

4.10) Assegurar, em parceria com a área de saúde, a aplicação de testes de acuidade visual e auditiva nas instituições de educação infantil e de ensino fundamental;

4.11) Instalar, equipar e manter laboratórios de Ciências da Natureza, Humanas e Sociais, de Informática, de comunicação e Linguagem e equipamento multimídia para as escolas do ensino fundamental ;

4.12)Garantir, a partir da aprovação do PME, o número de alunos, por turma, em no máximo 25 alunos no Ensino Fundamental, obedecendo os seguintes critérios:

Turmas de 1º Ciclo número máximo de 15 alunos por turma;

Turmas de 2º Ciclo no máximo 20 alunos por turma;

Turmas de 3º ciclo no máximo 25 alunos por turma.

4.13) **)** As turmas que tiverem alunos com necessidades especiais terão uma redução de 5 alunos, sendo permitida a matrícula de no máximo 02 alunos por turma, tendo esta um auxiliar de sala por aluno, cumprindo-se a partir de 2016.

4.14) A SME em parceria com o FNDE, através do Plano de Ações Articuladas - PAR e SEDUC/MT deverá equipar em 5 (cinco) anos, todas as escolas de nível fundamental e médio com computadores e conexões de Internet para implementar uma rede nacional de informática na educação;

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Educação Inclusiva

As Diretrizes Nacionais para educação Especial na Educação Básica, artigo 3º, parágrafo único, diz que: “Os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e deem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva”.

Entende-se por educação inclusiva aquela que se fundamenta no respeito à diversidade humana e organiza-se em todos os aspectos: administrativo, estrutural, arquitetônico, material e pedagógico, para favorecer a aprendizagem de todos os alunos.

Educação Especial

A Educação Especial como modalidade transversal da Educação Básica, ao perpassar todas as etapas e modalidades de ensino, deve-se constituir como parte integrante da educação regular, visando favorecer o processo de escolarização dos alunos com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação.

A Educação Especial pauta-se nos princípios éticos, políticos e estéticos que fundamentam a educação, de modo a assegurar aos que apresentam necessidades educacionais especiais:

I. a preservação da dignidade humana e a observância do direito de cada aluno de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social;

II. a busca da identidade própria de cada educando, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais especiais, no processo de ensino e aprendizagem, como base para a constituição e a ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências;

III. o desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade de participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e o usufruto de seus direitos.

A Educação Especial tem por objetivo desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, garantindo o atendimento educacional especializado por professores qualificados.

Público da Educação Especial

I. alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial;

II. alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, síndrome de down, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação;

III. alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

O aluno com altas habilidades poderá progredir desde que apresente capacidades em todas as áreas do conhecimento compatíveis com a etapa, a série, o ciclo, a fase ou o período subsequente, mediante avaliação por equipe multiprofissional.

Das salas de AEE

Os alunos com necessidades educacionais especiais deverão frequentar a sala de ensino regular, quando comprovada a impossibilidade do aluno frequentar a sala regular ele poderá ser encaminhado para sala de Atendimento Educacional Especializado.

Quando não apresentarem laudos médicos que comprove a necessidade de AEE, os alunos, público da sala de AEE deverão passar por uma avaliação diagnóstica diferencial realizada por um conjunto de no mínimo cinco profissionais da escola, envolvendo a presença dos pais e do CDCE.

Os serviços de apoio pedagógico especializado destinam-se aos alunos com necessidades educacionais especiais, matriculados no ensino regular, e serão desenvolvidos em classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de atendimento especializado da rede pública, da rede privada e/ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos.

Os serviços de apoio pedagógico especializado nas salas regulares serão desenvolvidos mediante:

a) atuação colaborativa de professor especializado em educação especial;

b) atuação de profissional tradutor /intérprete das línguas e dos códigos aplicáveis;

c) atuação de professor e outros profissionais itinerantes, intra e interinstitucionalmente;

d) atuação de profissional auxiliar do professor regente;

e) atuação de profissional instrutor surdo;

f) atuação de profissional guia-intérprete;

g) disponibilização de outros apoios e recursos necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação;

h) oferta de formação continuada e orientação pedagógica ao professor regente.

i) Disponibilização das tecnologias assistivas aos que dela precisarem;

O Sistema Municipal de Ensino, mediante ação integrada com o Secretaria municipal de Saúde, organizará o atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique em internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio.

O atendimento educacional em ambiente hospitalar e domiciliar podem ser realizados a distância com envio de materiais e trabalhos, sem perca dos conteúdos e aprendizagem, devendo propiciar a continuidade ao processo de desenvolvimento e de aprendizagem de discentes impossibilitados da frequência regular às salas de aula, contribuindo sobremaneira para o seu retorno ao ambiente escolar.

Aos alunos com deficiência intelectual ou múltipla, ao completarem 18 (dezoito) anos, deverá ser expedido, pelas instituições de ensino a que pertençam relatório que apresente, de forma descritiva, as habilidades e competências alcançadas, além do histórico escolar.

O aluno poderá ser encaminhado para cursos destinados a Educação de Jovens e Adultos – EJA, preferencialmente em período diurno, bem como para a Educação Profissional e Tecnológica, visando à sua inserção no mundo do trabalho.

Em se tratando de alunos com deficiência que apresentam impedimento de longo prazo, de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, e transtorno global de desenvolvimento, e que requeiram atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social, bem como, ajuda e apoio intensos e contínuos, deverão eles ser encaminhados a outros serviços mantidos pelo poder público ou privado, para os atendimentos complementares à educação, tais como: Saúde, Assistência Social, Esporte, Lazer e Trabalho.

Todas as unidades escolares do município deverão observar na organização de seu Projeto Político-Pedagógico a Legislação Vigente, no que se refere à educação especial no âmbito da educação básica, garantindo a formação pedagógica continuada de todos os profissionais, que trabalham diretamente com os alunos para o desenvolvimento de práticas coletivas de educação inclusiva.

As unidades escolares através da SME deverão zelar pelo cumprimento do que determina a Lei Federal nº 10.172/2001, que assegura aos estudantes com deficiência a acessibilidade e a permanência na escola.

Currículo

O currículo a ser desenvolvido em todas as instituições educacionais situadas

no município de Cocalinho, quando direcionadas aos alunos com necessidades educacionais especiais, deverá incluir em seu projeto político pedagógico, ações que flexibilizem suas propostas, sem prejuízo das complementações provindas do AEE, e que atendam às necessidades peculiares desses discentes. No ensino regular, deverá ser utilizada a tecnologia assistiva, para suprir as necessidades especiais do aluno.

Avaliação

A avaliação do rendimento escolar será contínua, cumulativa, descritiva e deve levar em consideração a flexibilização curricular necessária à prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e os aspectos básicos de comportamento social, mormente bem considerados os aspectos diferenciados dos alunos com necessidades especiais.

Para atuar na Educação Especial/ sala de recursos, salas multifuncionais, o professor deverá ter habilitação em cursos de licenciatura plena em pedagogia, com especialização em educação especial e/ou cursos da área.

Todas as unidades escolares de ensino devem garantir o acesso e a permanência dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, assegurando a acessibilidade mediante eliminação de obstáculos arquitetônicos, urbanísticos, na edificação – incluindo instalações de equipamentos e mobiliário bem como adaptação do transporte escolar e eliminação de barreiras nas comunicações, provendo as escolas os recursos necessários.

Para atender aos padrões mínimos estabelecidos referente à acessibilidade, deve ser realizada a adaptação das escolas existentes e condicionada a construção e autorização de funcionamento de novas escolas ao preenchimento dos requisitos de infraestrutura definidos pela Lei nº 10.048/2004.

Meta 5 - Universalizar o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, na rede regular de ensino, para a população com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégias:

5.1) Aderir programas federais e estaduais suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos(as) alunos(as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível;

5.2) Disponibilizar material didático próprio e recursos de tecnologia assistiva, assegurando no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos(as) alunos(as) com altas habilidades ou superdotação;

5.3) Garantir aos alunos surdos e com deficiência auditiva matriculados em salas regulares a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos Artigos 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdo-cego;

5.4) Fortalecer em parceria com as secretarias de assistência social e de saúde, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários(as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de proteção à infância, à adolescência e à juventude;

5.5) Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos(das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores(as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores(as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

5.6) Incluir nos cronogramas de formação continuada das escolas, estudos dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

5.7) Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;

5.8) Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo;

5.9) Expandir, de acordo com a demanda, o atendimento dos alunos com necessidades especiais na Educação Básica, ofertando, quando necessário, transporte escolar adequado, através de parcerias entre municípios, Estado e União;

5.10) Buscar parcerias com as áreas de assistência social, cultura e organizações não-governamentais, para tornar disponíveis aos alunos cegos e aos de baixa visão, livros de literatura falados, em Braille e em caracteres ampliados;

5.11) Implantar, gradativamente, o ensino da Língua Brasileira de Sinais para os alunos surdos, para seus familiares e para os profissionais da unidade escolar onde estão inseridos;

5.12) Orientar as unidades escolares para que assegure, no projeto político pedagógico, a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, definindo em parceria com os órgãos afins, os recursos disponíveis;

5.13) Firmar parcerias com as áreas de saúde com objetivo de garantir recursos humanos que atendam a Educação Especial, como fonoaudiólogo, fisioterapeuta, assistente social, psicopedagogos, psicólogo entre outros.

5.14) Articular, em parceria com as Secretarias de Saúde e de Assistência Social, a

implantação de programas de orientação e acompanhamento às famílias com filhos

especiais;

5.15) Buscar recursos financeiros junto ao MEC/FNDE, através do Plano de Ações Articuladas - PAR, para adaptar a estrutura física das escolas que atendem alunos com necessidade especiais;

5.16) Obter recursos financeiros junto ao MEC/FNDE, através do Plano de Ações Articuladas - PAR, para aquisição de materiais pedagógicos para as escolas que atendem alunos com necessidade especiais;

5.17) Garantir a participação de profissionais que atuam no atendimento da educação especial, em cursos de capacitação promovidos pela SEDU/MT, Centro de Apoio e Suporte a Inclusão da Educação Especial - CASIES ou MEC/FNDE;

5.18) Os alunos com necessidades de atendimento e serviços de apoio especializados, matriculados na rede privada de ensino, poderão ser atendidos na salas de AEE da rede pública de ensino;

Ensino Médio/ Tecnológico, Técnica Profissional e Propedêutico.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, propôs uma importante alteração na estrutura da Educação Básica, que passou a ser composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. O Parecer 15/98/CNE/CEB, confirmando o preceito constitucional, esclarece: “A Constituição, portanto, confere a este nível de ensino o Estatuto do Direito de todo cidadão”.

Em Abril de 2013 a Lei nº 12.796 alterou o artigo 4 da LDB e afirmou "a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) Ensino Médio".

Instituições que ofertam ensino médio

Ensino Médio											
	Ensino Médio Regular						**Ensino Médio EJA**			
	Urbano			Campo	Indígena	Quilombola	Urbano		Campo	**Total**
	Est.	Fed	Priv.	Est./salas anexas	Est.	Est.	Est.	Priv.	Est.	
2010	01	00	00	01	00	00	00	01	00	**05**
2011	01	00	00	01	00	00	00	01	00	**05**
2012	01	00	00	01	00	00	00	01	00	**05**
2013	01	00	00	01	00	00	00	01	00	**05**
2014	01	00	00	01	00	00	00	01	00	**05**
2015	01	00	00	01	00	00	00	01	00	**05**

Conforme a lei, o Ensino Médio no Município de Cocalinho, é ofertada gratuitamente na rede pública mantida pelo Governo Estadual, sendo livre a atuação da iniciativa privada, desde que atenda as normas e exigências do CEE, e do CME.

O ensino médio passa, pois, a integrar a etapa do processo educacional que a nação considera básica para o exercício da cidadania, base para o acesso às atividades produtivas, inclusive para o prosseguimento nos níveis mais elevados e complexos de educação, e para o desenvolvimento pessoal, social e humano.

Conforme estabelece a LDB em seu Artigo 10 Alínea VI é de competência dos estados e do distrito federal assegurar o ensino fundamental e ofertar, com prioridade, o ensino médio. A mesma LDB nº 9394/96, em seu artigo 11 estabelece que os municípios tenham como demanda prioritária a educação infantil em creches e pré-escolas, e prioritariamente o ensino fundamental.

META 6 - Garantir a oferta de Ensino Médio a 100% da demanda, para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Estratégias:

6.1) Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;

6.2) Aderir a proposta do MEC contida na Meta três do PNE de instituir os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os(as) alunos(as) de ensino médio, a serem atingidos nos tempos e etapas de organização deste nível de ensino, com vistas a garantir formação básica comum;

6.3) Incentivar e apoiar as escolas no desenvolvimento do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, instituído pela Portaria nº 1.140, de 22 de novembro de 2013;

6.4) Conceber Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio como uma política para elevar o padrão de qualidade do Ensino Médio brasileiro, em suas diferentes modalidades, orientado pela perspectiva da inclusão de todos que a ele tem direito;

6.5) Incentivar a participação das escolas no redesenho curricular do ensino médio, em desenvolvimento por meio do Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI;

6.6) Implantar e ampliar a oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional para atender a demanda;

6.7) Incentivar as escolas que ofertam ensino médio no município a aderirem aos programas estaduais e federais que visem a ampliação da jornada do aluno bem como melhorias de aprendizagem;

6.8) Divulgar e incentivar os alunos a se inscreverem no Exame Nacional do Ensino Médio, visando o reaproveitamento das notas obtidas para inserção no ensino superior;

6.9) Garantir a relação professor/estudante, infraestrutura e material didático adequados ao processo educativo, considerando as características desta etapa de ensino, conforme os padrões do CAQ -Custo Aluno Qualidade;

6.10) Consolidar a identidade do Ensino Médio, aperfeiçoando a concepção curricular que proporciona formação geral e específica;

6.11) Cobrar da SEDUC/MT o cumprimento das estratégias proposta na meta 9 do PEE, com vistas a melhorar a qualidade da formação dos alunos;

6.12) Lutar pela imediata implantação de uma organização curricular para o ensino noturno regular, de modo a atender as especificidades do aluno trabalhador;

6.13) Exigir da SEDUC/MT que oriente as escolas a inserir no currículo, atividades que utilizem outros espaços pedagógicos além da sala de aula, possibilitando o acesso a esses locais em todos os turnos;

6.14) Garantir em parceria com o estado a oferta de ensino médio na modalidade EJA;

6.15) Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, e das pessoas com deficiência;

6.16) Garantir em parceria com a SEDUC/MT e Escola Nova Chance a oferta do Ensino médio aos alunos/as privados de liberdade em processo de ressocialização, assegurando-se formação específica dos/das professores/as e a implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração com o estado;

6.17) Atender, imediatamente, em parceria com a SEDUC/MT a demanda por ensino médio nas populações do campo, preferencialmente com professores das próprias comunidades.

6.18) Estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo;

META 7 - Aferir a qualidade da educação em 100% (cem por cento) das unidades de ensino da rede municipal de ensino até 2016.

Estratégias:

7.1) Baixar imediatamente após a aprovação deste PME uma portaria criando um sistema de avaliação baseado no Sistema de Avaliação da Educação Básica (*Saeb*) a fim de aferir anualmente a qualidade do ensino bem como os desafios a ser superados;

7.2) Assegurar que todas as escolas de educação básica em todas as modalidades tenham desencadeado o processo para a elaboração do seu Projeto Político-Pedagógico, com observância das Diretrizes Curriculares e/ou Políticas Estadual e Municipal, com efetiva participação da comunidade;

7.3) Definir expectativas de aprendizagem para a educação básica, com vista a garantir formação geral comum;

7.4) Incentivar as instituições de ensino básico e superior, público e privado a aderir as avaliações sistêmicas do processo educacional da educação básica e do ensino superior;

7.5) Capacitar os membros dos conselhos escolares, conselhos diretores e conselhos municipais de educação para que possam exercer seu papel;

7.6) Fomentar ações que visem à interação entre família e escola;

7.7) Garantir às unidades escolares suporte e estrutura na organização de ações, eventos pedagógicos, sociais e culturais realizados nas unidades escolares;

7.8) Apoiar tecnicamente ações de incentivo à divulgação da cultura cocalinhense;

7.9) Garantir em Parceria com o estado políticas de combate à violência na escola e a construção da cultura de paz em ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade escolar;

7.10) Assegurar o desenvolvimento de projetos curriculares articulados com a base nacional comum, relacionados à Educação Ambiental, à Educação das Relações Étnico-Raciais e dos direitos humanos, gêneros, sexualidade e música;

7.11) Intermediar e incentivar a elaboração de projetos e pesquisas que tratem do processo ensino-aprendizagem na educação básica Municipal, por intermédio de edital específico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso - FAPEMAT, e outros agentes financiadores;

7.12) Assegurar apoio técnico, financeiro e pedagógico para as escolas que apresentarem projetos que visem o desenvolvimento significativo dos estudantes, bem como a participação em jogos estudantis intermunicipais e estaduais, amostras científicas e similares;

7.13) Estabelecer parcerias entre Município, Estado e União, envolvendo as Secretarias de Educação, de Saúde, Ambiental, de Cultura, de Ação Social, Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais de Educação para o pleno atendimento das necessidades dos estudantes da educação básica, incluindo equipe multiprofissional (psicopedagogos, assistente social, fonoaudiólogos, psicólogos, e outros), sem ônus para a educação;

7.14) Garantir a renovação e manutenção periódica dos equipamentos de multimídia, informática e laboratoriais, com profissional capacitado por turno de funcionamento da unidade escolar com a atribuição de auxiliar o professor;

7.15) Apoiar em parceria com a Secretaria Municipal de Meio ambiente e Turismo (SEMATUR) ações de Educação Ambiental articuladas com os projetos políticos-pedagógicos das escolas que contribuam ou promovam o desenvolvimento local sustentável;

7.16) Buscar parcerias com órgãos gestores da política ambiental Estadual e Municipal para abertura de editais anuais de apoio a projetos de Educação Ambiental, visando sua concretização nas escolas e em espaços não escolarizados;

7.17) Orientar as escolas para que o ensino da educação religiosa e as solenidades escolares sejam realizados com base na laicidade do ensino, primando pelo direito democrático da religiosidade de todos os povos e culturas, conforme legislação vigente;

7.18) Adquirir e distribuir nas escolas da rede pública livros/outros materiais pedagógicos, enfocando a diversidade étnico-racial e cultural do Estado;

7.19) Garantir que todas as escolas organizadas em Ciclos de Formação Humana tenham Coordenador Pedagógico, Coordenador de Ciclo, e Professor Articulador bem como espaço físico específico e adequado para atender a demanda de Apoio pedagógico individual especializado;

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A educação pública municipal em parceria com os demais entes federados através de seus órgãos gestores, juntamente com a sociedade civil organizada, deverá conjugar esforços e comprometer-se com os mesmos objetivos do PEE e do PNE na oferta e finalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A Educação de Jovens e Adultos - EJA deverá ser ofertada em dois níveis da educação básica, fundamental e médio. O ensino fundamental será subdividido em duas etapas: 1º segmento, que corresponde aos anos iniciais, e o 2º segmento, que corresponde aos anos finais.

META 8 - Ofertar vagas de Educação de Jovens e Adultos - EJA para 100% (cem por cento) da demanda existente até 2016, elevar a taxa de alfabetização da população maior de 15 anos e buscar a erradicação do analfabetismo até o ultimo ano de vigência deste PME**.**

Estratégias:

8.1) Realizar através da SME a chamada pública para efeito de recenseamento e inserção de jovens e adultos que não tiveram acesso em época oportuna ao ensino fundamental ou médio;

8.2) Garantir que a oferta de Educação de Jovens e Adultos possa ser organizada sob as formas presencial, semipresencial e a distância, com currículos flexibilizados a realidade da demanda a ser atendida, ressalvado o disposto no § 4º do artigo 32 da LDB – Lei n.º 9394/96;

8.3) Divulgar para a população os Exames Supletivos de ensino fundamental e médio presencial ou semipresencial a distância, disponíveis nos Centros de Educação de Jovens e Adultos - CEJAs, da rede estadual de ensino;

8.4) Garantir o acesso e permanência ao ensino público e gratuito aos que, por algum motivo, não frequentaram ou não concluíram o ensino fundamental e médio na idade certa, através da Educação de Jovens e Adultos, com políticas e diretrizes apropriadas;

8.5) Manter a oferta da EJA inserida na Proposta Pedagógica das escolas e observar as normas vigentes do Conselho Nacional de Educação - CNE e do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso – CEE/MT e Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Devendo contemplar, em sua organização e desenvolvimento, os valores, princípios e finalidades previstos nas diretrizes curriculares nacionais para essa modalidade de ensino;

8.6) Considerar a idade mínima para acesso a Educação de Jovens e Adultos, em qualquer fase, no ensino fundamental, 15 anos completos, e no ensino médio, maiores de 18 anos no ato da matrícula;

8.7) Realizar anualmente em parceria com os órgãos de saúde e assistência social do município o diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos, com garantia de continuidade da escolarização básica;

8.8) Promover a articulação entre os entes federados para prover políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com a finalidade de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

8.9) Aderir programas de âmbitos estadual e federal para educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais que não tiveram acesso a educação no tempo considerado apropriado, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

8.10) Reorganizar o tempo escolar do ensino em EJA noturno de forma a proporcionar ao aluno um ensino mais adequado à sua realidade;

8.11) Reduzir o analfabetismo absoluto e funcional em 50% (cinquenta por cento);

8.12) Implementar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade;

8.13) Proceder à verificação de conhecimentos e habilidades, ao alunos que não conseguem comprovar sua escolaridade conforme a Resolução do CEE/MT;

8.14) Executar ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com as áreas de saúde e assistência social;

8.15) Garantir em parceria com a SEDUC/MT e Escola Nova Chance a oferta do ensino fundamental e médio aos alunos/as privados de liberdade em processo de ressocialização, assegurando-se formação específica dos/das professores/as e a implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração com o estado;

8.16) Aderir e divulgar o programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

8.17) Incentivar as empresas públicas e privadas a firmarem Parcerias/Convênios com programas permanentes de educação de jovens e adultos para os seus trabalhadores/as, garantindo-lhes a permanência na escola, sem prejuízo no seu posto de trabalho e de sua remuneração;

8.18) Garantir a partir da aprovação do PME o acesso dos alunos da EJA a laboratórios de informática, renovando e fazendo manutenção periódica dos equipamentos para o atendimento da Educação de Jovens e Adultos;

EDUCAÇÃO DO CAMPO

Contextualização

O grande vazio demográfico brasileiro especialmente da região centro-oeste do Brasil, levou a criação de políticas de colonização implementadas nas décadas de 40 a 70, essas políticas e a economia pautada na produção agrária fez com que o Brasil tivesse uma população concentrada no meio rural.

No contexto nacional vivemos um momento único, o Brasil que teve até meados do século XX, uma população que predominantemente residia no campo, atualmente vive uma nova dinâmica populacional com cerca de 84% da população brasileira residindo nos centros urbanos e 14% no meio rural.

No contexto local Cocalinho apresenta um equilíbrio populacional com 34% da população vivendo no meio rural e 66% no meio urbano.

Enquanto desafio político, cultural, científico e histórico, o Brasil tem o desafio de superar o paradigma que fez com a educação oferecida ou não oferecida no campo, contribuísse para o chamado êxodo rural.

O Brasil assim como os demais entes da federação terá que construir políticas de educação que avance das escolinhas rurais, do professor leigo da falta de acesso e condições de permanência, para uma educação do campo e no campo capaz de garantir uma formação de qualidade para essa população.

Assim, a aquisição de novas teorias educacionais, com uma pedagogia própria do campo, se coloca como um pressuposto de superação do paradoxo de expulsão do homem do campo para cidade.

Os dados estatísticos de demanda, abandono, evasão e repetência de alunos na Educação do campo estão presentes nos números relacionados aos ensinos fundamental e Médio. O órgão gestor da educação no município deverá buscar esses dados para visualizar a real situação no que tange à educação do campo e propor junto com a comunidade escolar medidas pra superação dos problemas coerente à realidade externada.

A educação do campo somente deixará de ser fator que contribui para o fenômeno migratório, quando estiver estruturada e organizada para oferecer um ensino de qualidade, capaz de um “diálogo cultural” com seus alunos e a comunidade de referência; quando puder capacitá-los a interpretar as suas realidades materiais e culturais e sobre elas agir com autonomia e criatividade, com respeito aos seus saberes e fazeres.

Nesse sentido o Município de Cocalinho, em parceria com o governo Estadual e Federal buscará oportunizar as condições necessárias à educação do campo, para possibilitar que essa população tenha acesso irrestrito à educação.

Diretriz

Para os efeitos deste Plano Municipal, entende-se por populações do campo:Acampados, arrendatários, assalariados rurais, assentados, comunidades camponesas, comunidades negras rurais, meeiros, agricultores, extrativistas, pescadores, posseiros, povos das florestas, reassentados, atingidos por barragens, ribeirinhos e comunidades tradicionais, vilas rurais, agrovilas e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural que reside ou vier a residir na expansão territorial de Cocalinho.

Escola do campo**:** Unidade educativa situada em área rural, assim caracterizada por dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística– IBGE. Serão consideradas do campo as turmas formadas nas escolas do Campo e as provenientes das extensões vinculadas a escolas com sede em área urbana.

A Educação do Campo e no Campo se coloca como possibilidade real para o fortalecimento das políticas de manutenção do homem do campo no campo.

Para que as metas propostas neste PME se concretizem, será necessário o apoio técnico e financeiro do Estado e da União, enquanto parceiros, para a materialização de uma política educacional alinhada entre governo federal, estadual e municipal.

Para tanto se faz necessário implementar uma Diretriz Educacional inclusiva através da educação do campo, observando as condições de acesso e de permanência nas escolas, as condições de transporte, o tempo e o espaço escolar, o currículo, o método, a metodologia, a infraestrutura, os recursos humanos e a valorização profissional, visando a implantação de uma escola inclusiva e uma formação de qualidade.

META 9 - Ofertar educação básica a toda população escolarizável que mora no campo, em escolas do e no campo, até 2017.

Estratégias:

9.1) Articular junto as instituições de ensino superior PARFOR e outras, a formação inicial e continuada para os profissionais da educação de modo a assegurar uma equipe docente qualificada;

9.2) Garantir condições de infraestrutura e transporte escolar para os profissionais da Educação, bem como de materiais didáticos e pedagógicos, livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados ao projeto político pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo;

9.3) Assegurar moradia para os profissionais da educação do campo, onde não houver vilas/agrovilas ou povoados;

9.4) Adaptação dos espaços escolares para o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais;

9.5) Criar, ampliar e ou atualizar as bibliotecas das escolas do campo, bem como o mobiliário e o acervo para atender professores e alunos;

9.6) Instalar, equipar e manter laboratórios de Ciências da Natureza, Humanas e Sociais, de Informática, de Comunicação e Linguagem e equipamento multimídia para as escolas do campo;

9.7) Implementar em parceria com Plano de Ações Articuladas - PAR um plano de ação imediata para construir, ampliar e/ou reformar as escolas do campo;

9.8) Viabilizar junto as secretarias municipais e estadual de saúde e de assistência social a presença de profissionais nas áreas de psicologia, fonoaudiologia, psicopedagogia, neuropsicopedagogia, que atendam a comunidade escolar;

9.9) Garantir uma educação inclusiva compreendendo-a como aquela que se fundamenta no respeito à diversidade humana e organiza-se nos aspectos: administrativo, estrutural, arquitetônico, material e pedagógico, para favorecer a aprendizagem de todos os estudantes e profissionais.

9.10) Reduzir as defasagens históricas referente ao acesso, permanência e qualidade da educação escolar destinada a populações do campo;

9.11) Promover a manutenção e o desenvolvimento da educação do campo, articulando-se com outras secretarias municipais,como também governos federal e estadual visando ao fornecimento de:

a) energia elétrica,

b) água potável,

c) saneamento básico,

d) alimentação adequada,

e) transporte escolar;

9.12) Promover o acesso as tecnologias atuais oportunizando capacitação dos profissionais nessa área;

9.13) Celebrar consórcios, convênios, termos de cooperação ou outras formas legais, entre município, governo estadual e federal ou iniciativa privada, para viabilizar o atendimento educacional e o transporte escolar;

9.14) Manter o Comitê Interinstitucional Permanente da Educação do Campo (CIPEC) instância colegiada de debates, de proposição, e de formação, tendo em vista o atendimento das necessidades comuns e a superação dos problemas que possam interferir na educação do campo;

9.15) Cobrar do CIPEC a articulação com as instâncias colegiadas da educação municipal com a finalidade de acompanhar o desenvolvimento das ações que referem-se as escolas do campo e no campo;

9.16) Orientar as escolas do campo a elaborem seu Projeto Político Pedagógico, observando as metas do Plano Municipal de Educação, as diretrizes dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Educação para as escolas do campo zelando pela:

a) unidocência na educação infantil e no I ciclo da escolarização;

b) multidocência, por área do conhecimento, para atender estudantes do II e III ciclo do ensino fundamental;

c) multiturmas no ensino médio, para atender estudantes do primeiro e segundo anos ou do segundo e terceiro anos conforme a proposta pedagógica da escola;

9.17) Ofertar em cooperação com a rede estadual o ensino em nível médio na modalidade EJA e regular para Educação do Campo, buscando formas de inserção desse alunado em experiências práticas no entorno da comunidade, visando a aprendizagem especifica, oportunizando a esses alunos a permanência no Campo;

9.18) Ofertar alimentação escolar com cardápios elaborados e avaliados por nutricionista devidamente habilitada e vinculada à mantenedora, utilizando gêneros alimentícios básicos, próprios da agricultura familiar/camponesa de base orgânica e agroecológica, respeitando as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, promovendo alimentação saudável, observada a regulamentação aplicável;

9.19) Garantir que o transporte escolar do campo atenda as necessidades dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas do campo garantindo qualidade e segurança para o deslocamento dos estudantes e profissionais da educação;

9.20) O atendimento do transporte escolar, nas comunidades situadas nos limite entre municípios, poderá ser efetuado mediante consórcio sob a responsabilidade do ente estadual e em parceria com os Municípios circunvizinhos;

9.21) A organização curricular das etapas: educação infantil, ensino fundamental e médio e educação de jovens e adultos poderá ser ofertada por módulos alternância, por área de conhecimento, ou outras formas, sendo permitida a itinerância docente de acordo com o PPP da unidade escolar;

9.22) Considerar a flexibilidade na organização e adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola, das condições climáticas, conteúdos curriculares e metodologias, os tempos formativos e atividades práticas apropriadas às reais necessidades e interesses do Projeto Político Pedagógico das escolas.

9.23) Ofertar a formação continuada dos profissionais da educação do Campo;

9.24) Observar os princípios e objetivos da Política Nacional, Estadual e Municipal de Educação do Campo, e as normas do Conselho Estadual e Municipal de Educação, bem como o Plano de Formação do Comitê Interinstitucional Permanente de Educação do Campo - CIPEC.

9.25) Regulamentar e garantir às escolas do campo organização mais flexível na formação de turmas, não determinando o número mínimo de alunos;

9.26) Garantir a oferta de educação infantil pré-escolar para toda a demanda existente no campo;

9.27) Atender progressivamente a demanda de até três anos de idade existente no Campo;

9.28) Promover a formação continuada em Educação Ambiental aos trabalhadores e trabalhadoras rurais visando a preservação, conservação e sustentabilidade ambiental (reflorestamento, culturas adaptadas à região e conservação do solo);

9.29) Buscar parcerias com Ministério da Agricultura, EMBRAPA, EMPAER, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Meio Ambiente, sindicatos Rurais, SENAC, SEBRAE SENAR E IES e produtores rurais para ofertar a comunidade escolar cursos que envolvam as atividades do campo;

9.30) Assegurar o direito aos alunos de todas as modalidades de ensino da educação básica ao acesso e a permanência à escola do campo no campo, visando reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento;

9.31) Melhorar as condições de trabalho e perspectivas das educadoras e educadores que atuam nas escolas do campo bem como identificar e disseminar processos pedagógicos inovadores e experiências bem-sucedidas de educação do campo (escola ativa, escola itinerante, regimes de alternância, etc.)

9.32) Buscar alternativas que possibilitem moradia nas proximidades da escola aos profissionais da educação que atuam nas escolas do campo;

9.33) Assegurar transporte, hospedagem e alimentação para os profissionais da educação do campo, quando solicitados a participarem de reuniões, cursos, capacitações, planejamento e outros assuntos pertinentes à educação, pela Secretaria Municipal de Educação(SEMEC).

META 10 - Implantar gradativamente a educação de tempo Integral, aumentando progressivamente a carga horária em 01 hora por ano, atingindo pelo menos sete horas diárias, para 25% (vinte e cinco por cento) dos estudantes matriculados na educação básica até 2017.

Estratégias:

10.1) Aderir aos Programas Estaduais e Federais de cunho educativo ou para ampliação da carga horária dos alunos sejam em ambientes escolares ou em outros espaços educativos;

10.2) Assegurar estrutura física adequada, materiais pedagógicos, recursos financeiros e profissionais da educação necessários para o atendimento da carga horária ampliada;

10.3) Garantir atividades de apoio às tarefas escolares de todas as escolas que implantarem carga horária de 07 horas, com previsão de espaço físico, recursos financeiros e profissionais da educação em número suficiente;

10.4) Fomentar a articulação das escolas com os diferentes espaços educativos culturais, esportivos, centros comunitários, bibliotecas, praças, parques e museus;

10.5) Criar um sistema para acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos na implementação do currículo com carga horária ampliada;

10.6) Atender aos estudantes do campo, de comunidades rurais na oferta de carga horária ampliada, considerando-se as peculiaridades locais;

10.7) Garantir, com apoio do estado e da união no mínimo, 03 (três) refeições diárias em todas as escolas que implantarem carga horária de 07 horas diárias;

TEXTO BASE PARA O ENSINO SUPERIOR

CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERECIDOS NO MUNICÍPIO

Nome do curso	ESTADUAL	FEDERAL	PRIVADA			
Licenciatura em Pedagogia			X	Polo de Apoio UNIP	32	EAD
Licenciatura em Gestão Financeira			X	Polo de Apoio UNIP	04	
Licenciatura em Letras			X	Polo de Apoio UNIP	01	EAD
Ciências Contábeis			x	Polo de Apoio UNIP	05	EAD
Bacharelado Administração			x	Polo de Apoio UNIP	06	EAD
CST Gestão Ambiental			x	Polo de Apoio UNIP	02	EAD
Licenciatura Serviços Social			X	Polo de Apoio UNIP	11	EAD
CST Recursos Humanos			x	Polo de Apoio UNIP	02	EAD
Licenciatura em Matemática			X	Polo de Apoio UNIP	04	EAD
Bacharelado em Marketing				Polo de Apoio UNIP	01	EAD
TOTAL:				Polo de Apoio UNIP	68	EAD

META 11 - Elevar o percentual da população formada em nível superior para 20% (vinte por cento) incentivando o ingresso de pelo menos, 40% (quarenta por cento) dos alunos que concluem o ensino médio nas escolas do município;

Estratégias:

11.1) As escolas de ensino fundamental e médio farão a divulgação do Exame Nacional do Ensino Médio, de forma a incentivar a participação dos alunos e da sociedade em geral. Uma vez que a nota do ENEM tem sido utilizada como critério de acesso à educação superior;

11.2) O município realizará o transporte gratuitamente, até a cidade polo de realização das provas a que o município pertence, de todos os inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio;

11.3) Aderir e divulgar políticas das Instituições de Ensino Superior - IES, do estado da união, que promovam cursos de formação inicial e continuada para profissionais da educação, com vistas a atender aos objetivos e às metas propostas no PNE, PEE e PME;

11.4)Valorização do apoio administrativo educacional no que se refere a elevações de nível e classe em isonomia com os técnicos administrativos educacionais. 11.5) As unidades escolares estabelecidas no município receberão alunos estagiários da educação superior, de acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008, resguardadas suas formas de organização pedagógica e curricular previstas no PPP e no regimento escolar de cada unidade;

11.6) Assegurar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação;

11.7) Apoiar o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência - PIBID e programas afins à estudantes matriculados em cursos superiores a fim de aprimorar a formação profissional;

11.8) Divulgar e incentivar os profissionais da educação a se inscreverem nos cursos de licenciatura e segunda licenciatura na PARFOR ou outros programas similares, assegurando a formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da atuação docente, em efetivo exercício;

11.9) Estimular as instituições de educação superior situadas no município ou no polo a fazer o levantamento prévio de interesse e oferecer cursos voltados a atender a demanda dos estudantes do município;

11.10) Fomentar as instituições de educação superior situadas no município ou no polo a oferecer cursos de extensão para prover as necessidades de educação continuada)

11.11) Incentivar os alunos do ensino médio das modalidades regular e EJA, a participarem dos cursos de extensão integrados a educação profissional e tecnológica ofertados pelo: SENAI, SENAR, PRONATEC, UAB, IES e outros;

11.12) Compete ao CME e ao órgão gestor da educação acompanhar e verificar o credenciamento dos estabelecimentos de Ensino superior instalados no município.

11.13) As instituições de ensino superior já instaladas ou que vierem a se instalar no município, obedecerão as normas legais previstas na LDB nº 9394/96 no capítulo IV nos artigos 43 a 57 e demais legislações vigentes;

Formação dos Profissionais e Valorização do Magistério

Diagnóstico

A melhoria da qualidade do ensino no Brasil vem sendo tema de debates e reivindicações de toda a sociedade civil organizada e elemento de preocupação política de governos instituídos em âmbitos federal, estadual e municipal. Pode-se afirmar que a formação e a valorização dos profissionais da educação são temas obrigatórios no debate educacional e constituem-se em um dos aspectos fundamentais do Plano Municipal de Educação.

Portanto, a concretização da qualidade do ensino na perspectiva da construção da cidadania se efetivará quando questões relevantes, como melhoria das condições de trabalho, carreira, salários dignos, formação profissional (inicial e continuada) e jornada de trabalho, elementos fundamentais de uma política de valorização profissional, forem implementados como política pública.

Diretrizes

As Diretrizes Políticas de Educação Profissional e Tecnológica requerem em suas linhas de ação a expansão do atendimento da demanda, a reestruturação curricular, a formação continuada dos profissionais da educação, a valorização profissional, a melhoria das condições materiais dos estabelecimentos de ensino e a ampliação da capacidade de investimentos financeiros.

Nesse sentido, faz-se necessária uma política de formação, instituída como política pública, fundamentada nos seguintes eixos: 1) formação inicial definida em Lei (e observada pelos sistemas de ensino) para todos os profissionais da educação; 2) Formação continuada considerando o acesso a novos níveis de titulação com impacto na carreira; 3) atualização/reflexão da prática pedagógica com horário integrado à jornada de trabalho; 4) definição de uma política de financiamento para viabilizar os afastamentos remunerados (em níveis estadual, nacional e internacional) dos profissionais da educação, além da aquisição de livros e materiais didático-pedagógicos, tecnológicos atualizados;

Tabela salarial de despesa com pessoal - evolução do piso salarial municipal

Tabela salarial de valor do piso inicial do município									
Cargo/Função	Carga Horária	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Prof/magistério	30	-	768,50	768,50	860,00	1.088,25	1.175,25	1.273,97	1.438,09
Prof/graduação	30	-	1.152,75	1.52,75	1.290,00	1.632,38	1.762,88	1.910,96	2.157,14
Prof/Especialização	30	-	1.306,45	1.306,45	1.462,00	1.850,03	1.997,93	2.165,75	2.444,75
Prof/Mestrado	30	-	1.421,73	1.421,73	1.720,00	2.176,50	2.350,50	2.547,94	2.876,18
Prof/Doutorado	30	-	-	-	1.978,00	2.502,98	2.703,08	2.931,13	3.307,61
Técnico adm/edcl/profissionalizadoo	30	-	614,80	614,80	860,00	1.088,25	1.175,25	1.273,97	1.438,09
Téc./adm/edcl/não profissionalizad	30	-	576,38	576,38	688,00	870,60	940,20	1.019,17	1.150,47
Apoio/adm/profissionalizado	30	-	-	-	688,00	870,60	940,20	1.019,17	1.150,47
Apoio/adm/não profissionalizado	30	-	-	--	559,00	707,36	705,19	764,42	862,85

Acompanha esse processo a valorização do profissional da educação, através da implantação de plano de cargos e carreira, progressão por titulação e qualificação adquirida durante a carreira, bem como incentivos financeiros por dedicação exclusiva, tempo de serviço e localidade, ingresso no ensino público exclusivamente por concurso e a instituição de piso salarial em todos os municípios do Estado, de forma condizente às exigências de qualificação destes profissionais.

META 12 – Promover a valorização dosprofissionais da educação pública municipal básica, tendo como tarefa emergencial equiparar o Piso Salarial Profissional Municipal ao Piso Salarial Profissional Nacional, respeitando a jornada de trabalho aprovada na Lei Municipal Nº 003/2011 (PCCS) até segundo ano de vigência deste PME.

Estratégias:

12.1) Cumprir integralmente a Lei Federal nº 11.738 de 16 de julho de 2008. Havendo capacidade orçamentária o gestor da rede municipal de ensino buscará a equiparação salarial com a rede Estadual de Mato Grosso;

12.2) Valorizar os (as) profissionais da educação da rede municipal de educação básica utilizando o Piso Salarial Profissional Nacional pautado na Lei Federal nº 11.738 de 16 de julho de 2008, como patamar mínimo de referência para remuneração dos profissionais da Educação;

12.3) Constituir, por iniciativa da SME, até o final do primeiro ano de vigência deste PME, uma comissão permanente, com representação da SME, do Conselho Municipal de Educação e do SINTEP/MT, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial municipal para os profissionais da educação pública básica tendo por referencia o piso salarial praticado na rede estadual e a Lei 11.738/08;

12.4) Constituir como tarefa da comissão permanente o acompanhamento da evolução salarial por meio de estudos das receitas da educação e do comparativo com o Piso Salarial Nacional e Estadual de MT;

12.5) Assegurar, no âmbito do Município, Plano de Carreira para os (as) Profissionais do Magistério da rede municipal de educação básica, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho.

12.6) Buscar assistência financeira específica da União para implementação de políticas de valorização dos (as) profissionais do magistério, em particular para pagamento do piso salarial nacional profissional;

12.7) Estruturar a rede pública municipal de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 100% (cem por cento) dos respectivos profissionais da educação sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados;

12.8) Criar comissão de acompanhamento dos profissionais iniciantes, de acordo com a estratégia 18.2 do PNE a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório.

12.9) Assegurar que os direitos consolidados na Lei Municipal nº 003/2011 de dezembro de 2011 (PCCS) sejam garantidas no cumprimento deste PME.

12.10) Os docentes que já pertencem a carreira do magistério terão prazo de cinco anos, após a aprovação deste plano, para buscar sua formação em pedagogia ou curso equivalente.

12.11) Prever, no Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto-sensu;

12.12) Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas no provimento de cargos efetivos para essas escolas;

12.13) Buscar em parceria com os entes federados (município, estado e união) a formação para os funcionários da educação nos cargos de Apoio Administrativo, Técnico Administrativo Educacional e Técnico de Desenvolvimento Infantil (PROFUNCIONÁRIO) para os funcionários de carreira.

12.14) Garantir no âmbito das escolas da rede pública de ensino a formação continuada para funcionários de Apoio Administrativo Educacional, Técnico Administrativo Educacional e Técnico de Desenvolvimento Infantil.

META 13 - Assegurar a revisão do Plano de Cargos, Carreira e Salários para os profissionais da rede pública de educação básica municipal.

Estratégias:

13.1) Utilizar a Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, como patamar mínimo de referência para a readequação do Plano de Cargos, Carreira e Salários para os profissionais da educação;

13.2) Garantir no Plano de Cargos, Carreira e Salários a inclusão até o nível doutorado aos profissionais da educação;

13.3) Assegurar o direito à licença-prêmio por assiduidade aos profissionais da rede pública municipal;

13.4) Garantir concursos públicos para a rede municipal de ensino, respeitando o plano de carreira, a habilitação e as qualificações exigidas para os cargos e a disponibilidade de vagas reais;

13.5) Assegurar 02 horas de formação continuada computada na hora de trabalho dos profissionais técnicos e apoio da educação;

13.6) Garantir direitos e condições dignas de atendimento ao profissional da Educação Municipal e agilidade nos processos de aposentadoria para que seja publicada em no máximo 03 meses, a partir do momento da solicitação;

13.7) Elaborar e executar instrumentos legais que amparem o profissional da educação pública e privada preservando a integridade física, psíquica e moral em caso de agressões de natureza verbal, física e psicológica, denúncias sem provas, punições sem justa causa;

13.8) Garantir aos profissionais da educação o acesso à Seguridade Social justa, respeitando os direitos conquistados e garantidos nas leis federais 9. 394/96 e 11.738/2008;

13.9) Criar imediatamente após a aprovação deste PME uma comissão com representações do executivo Municipal, SME, do SINTEP e SINSPUMC para estudo e avaliação sobre o Regime Geral de Previdência Social RGPS;

13.10) Garantir assistência médica ao tratamento dos problemas relacionados à saúde adquiridos no exercício da profissão;

13.11) Garantir, aos profissionais da educação, o “ano sabático” para atualização profissional, ao final de cada período de 07 anos;

13.12) Buscar meios para que os profissionais de contratos temporários da rede pública de ensino tenham direito à remuneração de férias e décimo terceiro;

13.13) Criar nos ambientes escolares espaços de recreação e lazer voltado a atender os profissionais da educação visando a prevenção de doenças laborais;

13.14) Assegurar o direito de horas atividades remuneradas para professores contratados interinamente.

GESTÃO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

O município de Cocalinho buscará favorecer os processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino. Para tanto apoiará técnica e financeiramente a gestão escolar, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;

Nesse sentido será necessário também informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e da secretaria municipal de educação, bem como aderir aos programas de formação inicial e continuada desenvolvidos pelo estado e pelo FNDE/MEC, para qualificação dos técnicos lotados na secretaria e nas unidades escolares.

A SME se responsabilizará em alimentar anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PME, na base de dados do Ministério da Educação, através de regime de colaboração, o censo dos (as) profissionais da educação.

No tocante a gestão democrática a SME estimulará a existência permanente dos órgãos colegiados compostos por profissionais da educação, para subsidiar os órgãos competentes na reestruturação e implementação do Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação.

Como política de fortalecimento dos órgãos colegiados a SME deverá aderir e divulgar os programas de apoio e formação aos (as) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do CACS/FUNDEB, CAE, CME, CDCE e de outros conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, equipamentos e meios de transporte para visitar a rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

Propor juntamente com o CME a criação do Fórum de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME e das demais legislações educacionais.

Estimular as escolas na constituição e fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

Consolidar os Conselhos Escolares e Conselho Municipal de Educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.

Estimular a participação da comunidade escolar na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

DIAGNÓSTICO

O financiamento e a gestão da educação pública tem seu fundamento legal na Constituição Federal de 1988, posteriormente regulamentado pela Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

Contudo, somente com a promulgação da Emenda Constitucional Nº 53, de 19 de dezembro de 2006é que surge no país uma política de financiamento da educação básica. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, que vigorou de 1998 a 2006.

O FUNDEB foi criado com o objetivo de implementar uma política redistributiva dos recursos financeiros, almejando não só ampliar a oferta educativa, fundamental aos brasileiros, como também qualificá-la.

Seguindo as determinações e normativas nacionais, o Estado de Mato Grosso aprovou as Leis Complementares Nº 49, 50 e 7.040, todas em 01 de dezembro de 1998, na busca de alcançar êxito no desenvolvimento do ensino no âmbito do Estado. Seus textos abrangem fatores financeiros, organizam a carreira dos profissionais, estabelecem parâmetros e tratam de questões relacionadas à área pedagógica e da gestão democrática escolar.

Dessa forma, esse PME buscará conceber e desenvolver políticas de ampliação da oferta da Educação Básica, visando à superação das desigualdades regionais, a promoção da equidade social e o aprimoramento das iniciativas inovadoras no tocante às formas de cooperação entre as esferas públicas.

META 14 - Desenvolver um programa de Gestão da Educação Pública, orientada pelos princípios de democratização e cooperação, de modo a assegurar a participação dos entes federativos, dos diferentes segmentos, das instituições educacionais e da sociedade civil organizada no desenvolvimento de suas políticas educacionais.

Estratégias:

14.1) Buscar junto ao MEC e FNDE repasses e transferências financeiras na área da educação, respeitando-se a legislação nacional;

14.2) Ampliar gradativamente o investimento mínimo constitucional na educação dos atuais 25% (vinte e cinco por cento) para 35% (trinta e cinco por cento) em educação;

14.3) Ampliar os recursos e o valor custo/aluno, em regime de colaboração entre Municípios, Estados e União, como propõe o Plano Nacional de Educação e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa escolar na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME;

14.4) Ampliar o programa de transporte escolar com critérios comuns, aplicando as normas de segurança, bem como as normativas do CEE/MT, e dos conselhos locais, visando manter o aluno o menor tempo possível no transporte escolar;

14.5) Buscar imediatamente após a aprovação deste PME junto a Coordenadoria de Transporte Escolar/ SEDUC a atualização anual dos valores repassados pelo governo estadual ao município para custear o transporte escolar, observando os valores praticados por região;

14.6) Realizar imediatamente após a aprovação deste PME, ciclos de estudo e debates com os trabalhadores da educação do Ensino Fundamental das redes estadual e municipal, para discutir e avaliar o redimensionamento de matrículas e o termo de Cooperação Técnica;

14.7) Buscar junto ao Estado, caso seja realizado a Cooperação Técnica a possibilidade de isonomia de piso salarial entre trabalhadores de cargos idênticos;

14.8) Adquirir através do Plano de Ações Articuladas - PAR/FNDE Programa Caminho da Escola ônibus escolares para compor e renovar a frota para o atendimento de toda a demanda existente no município;

14.9) Analisar a viabilidade de adquirir novos veículos para o transporte escolar junto ao Programa Caminho da Escola, com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;

14.10) Captar os recursos possíveis junto ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE;

14.11) Manter a cooperação entre Estado e Município definida por instrumentos legais, como convênios que explicitem claramente os objetivos comuns no atendimento da escolarização básica, na sua universalização, na qualidade do ensino e na gestão democrática.

14.12) Criar e implantar o sistema de avaliação da política educacional proposta no PME, assegurando a participação efetiva da comunidade escolar, SME, CME, SINTEP, CDCEs, FUNDEB, e Legislativo Municipal, a partir da aprovação deste Plano;

14.13) Definir indicadores qualitativos e quantitativos que possibilitem a avaliação do Plano Municipal de Educação, que deverá acontecer a cada três anos.

14.14) Assegurar aos profissionais da educação que prestam serviço na unidade central (Secretaria de Educação), como mediadores da política de gestão escolar, as condições necessárias à sua atualização profissional e implementação dos processos participativos e democráticos, em seu local de trabalho;

14.15) Criar uma Lei Municipal em consonância com a Lei Estadual 7.040/1998 visando garantir o repasse de recursos direto nas unidades escolares para custear despesas de manutenção e para o cumprimento de sua proposta didático-pedagógica;

14.16) Garantir que, em um ano após a aprovação do PME, todas as escolas tenham desencadeado o processo para a elaboração ou reformulação do seu Projeto Político-Pedagógico, com observância das Orientações Curriculares, dos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação;

14.17) Promover a efetiva participação da comunidade escolar na gestão das escolas, estimulando a institucionalização dos Conselhos Escolares (CD-CEs);

14.18) Implantar a autonomia administrativa, pedagógica e financeira das escolas;

14.19) Assegurar que o pagamento das tarifas de energia elétrica, internet e telefonia das Escolas Públicas seja mantido pelo órgão central (SME), independente dos repasses de manutenção e conservação;

14.20) Apoiar, técnica e financeiramente, as escolas na elaboração e execução de suas propostas, na definição do papel de cada instrumento de planejamento e organização de atividades, tais como planos, projetos, estatutos, cronogramas de metas e outros, em suas dimensões pedagógica, administrativa, jurídica e contábil-financeira;

14.21)) Garantir eleições diretas para os cargos de diretor de escola com mandato de dois anos e coordenador pedagógico com mandato de um ano, em todas as unidades escolares de ensino, e apenas uma reeleição;

14.22) Garantir e cumprir, a partir da aprovação deste Plano, que as metas do plano Municipal de Educação estejam vinculadas ao orçamento anual, contemplando recursos oriundos das parcerias: União, Estado e Município;

14.23) Promover cursos de capacitação para os gestores escolhidos pela comunidade escolar;

14.24) Assegurar que os projetos apresentados pelas escolas, aprovados pela comunidade escolar, que atendam os princípios legais e em consonância com o Projeto Político Pedagógico (PPP), sejam efetivamente atendidos pela entidade mantenedora, a partir da aprovação deste Plano;

14.25) Respeitar a legislação - artigos 70 e 71 da LDB, no tocante as despesas que caracterizam, ou não como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

14.26) Garantir merenda escolar para o período diurno e noturno, independente da modalidade de ensino, por meio de complementação de forma a assegurar a sua qualidade;

14.27) Implantar gradativamente em todas as unidades escolares do ensino fundamental, independente do número de alunos, a partir da aprovação deste Plano, bibliotecas, laboratórios de informática e laboratórios de pesquisa nas áreas do conhecimento, garantindo o suporte de um profissional com conhecimento na área;

14.28) Garantir o cumprimento da Lei que estabelece o Piso Salarial Profissional para os profissionais da educação, com revisão obrigatória a cada 12 meses estabelecendo melhorias nas condições de trabalho e valorização dos profissionais da educação em todas as esferas pedagógicas e administrativas;

14.29) Fomentar, a partir da aprovação deste Plano, Políticas Públicas que promovam a Segurança nas Unidades Escolares, em parceria com as Secretarias de Segurança Pública, Ação Social, conselho Tutelar e demais órgãos pertinentes;

14.30) Construir, reformar, ampliar e adequar, a partir da aprovação deste Plano, escolas, tendo como parâmetros as orientações emanadas do CNE, CEE, TCE/MT, adequada à modalidade de ensino, compatíveis com a dimensão do estabelecimento e condições climáticas locais;

14.31) Assegurar que o recebimento definitivo de obras de construção, reforma ou ampliação seja feito pelo CME e demais Conselhos fiscalizadores, além do respectivo responsável técnico do Órgão fiscalizador Central;

14.32) Garantir, imediatamente a aplicabilidade integral dos recursos financeiros públicos destinados à Educação conforme previsto em Lei;

14.33) Viabilizar mecanismos normativos que orientem a destinação dos recursos financeiros oriundos do Fundo Municipal de Bens Lesados e/ou outros fundos para apoiar ações em Educação Ambiental desenvolvidas pelas unidades escolares públicas;

14.34) Rever os incentivos fiscais concedidos pelo município, definindo critérios e condições de sua concessão, de modo a não subtrair recursos que compõe o orçamento público da educação;

14.35) Assegurar a revisão do Plano de Cargos, Carreira e Salários para os profissionais da rede pública de educação básica municipal.

14.36) Garantir, aplicabilidade dos 75% dos royalties do petróleo da educação; sendo 70% para pagamento da folha dos profissionais da educação e 30% para custeios .

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G.; FERNANDES, Bernardo M. *A educação básica e o movimento social no campo*.

A nova lei da educação. *LDB. Trajetória, limite e perspectivas*. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 1997.

BRASIL. Congresso Nacional de Educação. Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. *Caderno do III*

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.

BRASIL. INEP. *Censo do Ensino Superior de 1999*. Brasília, 1999.

BRASIL. *LDB da Educação Nacional*. Lei N° 9.394. Brasília, 1996.

BRASIL. Presidência da República. *Plano Nacional de Educação*. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.

BRASIL. Presidência da República. *Plano Nacional de Educação*. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.

BRASIL: Coordenação da Articulação Nacional. Por uma Educação Básica do Campo, 1999.

Câmara da Educação Básica. Conselho Nacional da Educação. *Diretrizes operacionais para a educação do campo*. Versão preliminar. Brasília, 2001.

CNE/CEB. *Parecer nº 11, de 10 de maio de 2000*. Brasília, 2000.

CNE/CEB. *Resolução 01/05/2000*. Brasília, 2000.

CONED. Brasília-DF, nov. 2000.

Congresso Nacional de Educação. Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. *Caderno do III*

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

Constituição do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 1989.

KUENZER, Acácia Zeneida. *A formação de educadores*: *novos desafios para as faculdades de educação*.

LDB da Educação Nacional. Lei n° 9.394, de 20/12/1996. Brasília, 1996.

Lei Complementar nº 49, de 1º outubro de 1996. Sistema Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 1996.

MATO GROSSO. *Constituição do Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, 1989.

MATO GROSSO. *Lei Complementar nº 49*. Sistema Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso. Cuiabá,1996.

MATO GROSSO. *Plano de Metas*. 1995-2006. Cuiabá, 1995.

MATO GROSSO. SEDUC. *Diretrizes educacionais*. Lei nº 49, de 1º de outubro de 1998. Lei do Sistema

MEC. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Parecer nº 17/2001 das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, de 3 de julho de 2001*. Brasília, 2001.

MEC. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Brasília, 2001.

Presidência da República. *Plano Nacional de Educação*. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Brasília, 2001.

Resolução CEB. Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo. Brasília, nov.2001.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 24. Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SAVIANI, Dermeval. *Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra*

Secretaria de Estado de Educação. *Plano Estadual de Ensino Médio. PEM*. Cuiabá-MT, 2000.

SEDUC. *Banco de dados.* Censo geral. Cuiabá, 1999.

SEDUC. CEE-MT. *Resolução nº 180/2000*. Cuiabá, 2000.

SEDUC. Coordenadoria de Política Pedagógica. *Ensino Médio*. Plano Estadual de Ensino Médio

SEDUC. *Diretrizes da Educação Especial para o Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, 2001.

SEDUC. Equipe de Assessoria de Educação de Jovens e Adultos. *EJA/MT*. Cuiabá.

UNESCO. *Documento de política para mudança e o desenvolvimento na Educação Superior*. Caracas, fev. 1995.

XIV Conferência Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação. Brasília, [----].

SUELY GONÇALVES. FASCINIO DO ARAGUAIA. COCALINHO, 2001

WWWCIDADESDOMEUBRASIL.COM. BR.

DECRETO 1189 - 2015

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.189/2015, DE 03 DE JUNHO DE 2015.

"Nomeia Conselho Permanente de Política Salarial do Município de Cocalinho-MT".

O Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e com fulcro no art. 60 da Lei Complementar Municipal nº 006, de 18 de novembro de 2014.

Considerando pedido de afastamento da Servidora Mariana Fernandes Breder Garcia do Conselho Permanente de Política Salarial,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica nomeada a servidora **Rita de Cássia Pires Rodrigues,** portadora **R.G. 5695173 SSP/GO** e inscrita no **C.P.F**. sob o n.º **420.497.682-49,** lotada no cargo de **Agente Sanitário (P.N.E)** para compor o Conselho Permanente de Política Salarial de Cocalinho, instituído pela Lei Complementar Municipal 006, de 24 de novembro de 2014, em substituição a Servidora Mariana Fernandes Breder Garcia.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E QUINZE.

Luiz Henrique do Amaral

Prefeito Municipal

Rogério Moreira

Secretário de Administração

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

Aviso de Homologação

A prefeitura municipal de Cocalinho, através do prefeito municipal sr. Luiz Henrique do Amaral torna público aos interessados que homologou a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 006/2015 para locação de caminhões e máquinas para manutenção de estradas. Realizado no dia 17/06/2015 e sagrou-se vencedora a empresa H.M.G. MESQUITA-ME.

Cocalinho, 17 de Junho de 2015.

Luiz Henrique do Amaral

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS (SRP) Nº 020/2015

AVISO DE CANCELAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE

PREÇOS (SRP) Nº 020/2015

A Pregoeira Oficial juntamente com a Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Colniza, no exercício das atribuições que lhe confere o **Decreto nº 347/GP/2014** torna publico, para conhecimento dos interessados, que por Determinação do **Sr. João Assis Ramos,** Prefeito Municipal de Colniza, que fica **CANCELADO O PROCESSO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS (SRP) N° 020/2015,** quetem por objeto a **MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS (SRP), VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, ATENDENDO ASSIM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

Motivo: Tendo em vista o erro insanável quanto ao objeto do pregão em comento, quanto a suas especificações, torna-se inviável a continuação do certame, o que o fazendo imporá prejuízo ao erário público. Nesse sentindo é claro a imposição do art. 49 da lei de Licitações bem como acórdão do TCU vejamos, Assuntos: LICITAÇÕES e REVOGAÇÃO. DOU de 23.04.2010, S. 1, p. 162. Ementa: determinação à SPOA/ME para que, *ao proceder à revogação de certames licitatórios, deixe claramente explícita a motivação condutora dessa revogação, a fim de que não fique sujeita a interpretações várias dos licitantes quanto aos reais motivos que conduziram à decisão de desfazimento, bem como para que se possa, adequadamente, permitir o acesso ao contraditório e à ampla defesa previstos no art. 49, § 3º, c/c o art. 109, inc. I, da Lei nº 8.666/1993 e art. 9º da Lei nº 10.520/2002 (item 9. 2.3, TC-007.507/2010-0, Acórdão 1.711/2010-2ª Câmara).* Diante do exposto, com fulcro nos fundamentos de fato e de direito já expostos, a Sra. Pregoeira recomenda a REVOGAÇÃO do Pregão nº 020/2015, nos termos do §3º do art. 49 da Lei nº 8.666/93. Concedo o prazo legal para os licitantes apresentarem recursos e contra-razões na forma da lei.

Colniza – MT, em 18 de Junho de 2015.

Cristiane P. de Souza Santos Dorneles

Pregoeira oficial

Dec. n° 347/GP/2014

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N°. 174/GP/2015 DE 18 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO N°. 174/GP/2015 de 18 de junho de 2015.

"Dispõe sobre decretação de Luto Oficial e Ponto Facultativo, e dá outras providências."

João Assis Ramos, **Prefeito Municipal de Colniza - Estado de Mato Grosso**, no uso de suas atribuições legais com amparo no Inciso III do artigo 80 da Lei Orgânica deste Município de Colniza/MT:

CONSIDERANDO os relevantes serviços prestados pela

Servidora Pública Municipal CAREN PIASETKI

desta Prefeitura, no Distrito de Guariba.

DECRETA:

Art. 1° - Fica decretado LUTO OFICIAL, em sentimento e pesar pelo falecimento da Funcionária Pública Municipal, CAREN PIASETKI, no âmbito do Município de Colniza/MT.

§ 1° - Na data de hoje, permanecerão em funcionamento na Sede do Município, somente os serviços públicos essenciais, tais como: Saúde, Água e Coleta de Lixo, bem como as aulas da Rede Pública Municipal.

§ 2° - No Distrito de Guariba fica DECRETADO PONTO FACULTATIVO nas repartições públicas municipais, nos dias 18 e 19 de junho do corrente ano, exceto os serviços públicos essenciais como: Saúde e Coleta de Lixo.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza/MT, em 18 de junho de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

João Assis Ramos

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DO EXTRATO DO RESULTADO DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS (SRP) Nº 018/2015

AVISO DO EXTRATO DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS

(SRP) Nº 018/2015

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT, neste ato representado por sua Pregoeira Oficial, torna publico aos interessados que a Licitação realizada no dia 27/05/2015 às09h00min, **a MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS (SRP), VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS PERMANENTES PARA CONSTRUÇÃO. SUPRINDO ASSIM AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE COLNIZA, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.** Através da Prefeitura Municipal de Colniza – MT, consagrou-se Vencedora do certame a empresa licitante: Empresa **ALINE SENA ROCHA - ME,** inscrito no **CNPJ sob n° 16.701.913/001-75.**

Colniza – MT, em 18 de Junho de 2015.

Cristiane P. de Souza Santos Dorneles

Pregoeira oficial

Dec. n° 347/GP/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

LICITAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2015.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM GLOBAL

A Prefeitura Municipal de Colider - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o dia 03 de Julho de 2015, ás 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Colíder/MT, tendo como objeto a registro de preços para futura e eventual contratação de serviços de recapagem, duplagem de pneus e vulcanização de pneus, para atender as necessidades da secretaria de infraestrutura, obras e urbanismo do município de colíder - mt. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Prefeitura Municipal de Colíder – Comissão Permanente de Licitação, sito

na Travessa dos Parecis, 85 – Centro – Setor Leste - Colíder/MT e no site **www.colider.mt.gov.br**

Colider/MT, em 18 de Junho de 2015.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2015.

TIPO: MENOR VALOR GLOBAL

A Prefeitura Municipal de Colider - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o dia 02 de Julho de 2015, ás 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Colíder/MT, tendo como objeto a contratação de empresa para realização de serviços técnicos com fornecimento de materiais para implantação e organização da rede do centro de saúde da secretaria municipal de saúde do município de colíder, estado de mato grosso, conforme condições constantes no Termo de Referência – Comissão Permanente de Licitação, sito na Travessa dos Parecis nº 85, Bairro Centro, Setor Leste, Colíder/MT e no site www.colider.mt.gov.br

Colider/MT, em 18 de Junho de 2015.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

Pregoeiro

LICITAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2015.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM GLOBAL

A Prefeitura Municipal de Colider - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o dia 01 de Julho de 2015, ás 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Colíder/MT, tendo como objeto a registro de preços para futura e eventual aquisição de livros, necessários para atender a necessidade da secretaria municipal de educação, esporte e lazer de colíder e o polo da universidade aberta do brasil (uab) no município de colíder. O Edital completo e o programa “Mediador” está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Prefeitura Municipal de Colíder – Comissão Permanente de Licitação, sito na Travessa dos Parecis, 85 – Centro – Setor Leste - Colíder/MT e no site **www.colider.mt.gov.br**

Colider/MT, em 18 de Junho de 2015.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2015.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM GLOBAL

A Prefeitura Municipal de Colider - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o dia 03 de Julho de 2015, ás 15:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Colíder/MT, tendo como objeto a registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de furos de sondagem a percussão e ensaios de percolação. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Prefeitura Municipal de Colíder – Comissão Permanente de Licitação, sito na Travessa dos Parecis, 85 – Centro – Setor Leste - Colíder/MT *e no site www.colider.mt.gov.br*

Colider/MT, em 18 de Junho de 2015.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 001/2015 – CONCURSO PÚBLICO 001/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 001/2015 – *CONCURSO PÚBLICO 001/2015*

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D’Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Leis Complementares que regulamentam a investidura no Serviço Público Municipal, **CONVOCA** os Candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no Concurso Público desta Prefeitura, objeto do Edital n.º 001/2015, devidamente homologado, para apresentarem os documentos exigidos para o processo de nomeação e posse nos respectivos cargos.

A posse ocorrerá no prazo de até trinta dias, contados da publicação do ato de nomeação, prorrogáveis por mais trinta dias, a requerimento do interessado, mediante justificativa.

Tornar-se-á sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no parágrafo anterior deste artigo.

CARGO: ADVOGADO

CLASSIFICAÇÃO	**INSCRIÇÃO**	NOME
1º	140566	LUCIANA DORRIGUETTE DE OLIVEIRA

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
1º	139975	NILSON ALACRINO DA SILVA JUNIOR
2º	139592	SANDRA FERREIRA JORGE
3º	138926	WALTER QUEIROZ VICTORIO JUNIOR
4º	140004	ARIANA PAMELA NUNES DE MATOS
5º	139030	MAYLA CLICIA SILVA FARIAS

CARGO: CONTADOR

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
1º	140057	CLAUDIA NEUMANN DE ALMEIDA

CARGO: ENFERMEIRO

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
1º	139861	ALINE RINALDI BENTO

CARGO: ENFERMEIRO II – PLANTONISTA

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
1º	140308	ANA CAROLINE DE LARA
2º	139664	DANIELLE CRISTINE PEREIRA DE ARRUDA

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
1º	139340	EMERSON RODRIGUES

CARGO: MERENDEIRA

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
1º	141408	IVANILDA DE SOUZA LIMA

CARGO: MOTORISTA

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
1º	140020	EDSON DE ARRUDA BARRA
2º	139322	DIRCEU JOSE ALTENHOFEN
3º	140606	SERGIANO AUGUSTO DA SILVA
4º	140492	ELIABCE LINO ALBARES
5º	139318	ADAIR SANTOS BATISTA
6º	139760	LEONARDO DE FREITAS TEIXEIRA
7º	140317	SAMUEL COSTA LIMA

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
1º	139155	JONAS PEREIRA RODRIGUES
2º	139833	MAXCIEL SOARES DE JESUS

CARGO: ORIENTADOR SOCIAL

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
1º	140226	CAMILA RENATA DOS SANTOS

CARGO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
1º	139908	ALEANDRO DE SOUZA

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
1º	140634	OSSENI JUREMEIRA DE ARAUJO
2º	138912	LUIZA TENÓRIO CAVALCANTE
3º	139830	EVANI TERESINHA DA SILVA QUEIROZ

CARGO: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
1º	139433	GEOVANA MARIA SANTOS DE ALMEIDA

CARGO: TRABALHADOR DE SERVIÇOS GERAIS

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
1º	139037	VIVIANE SOUZA SILVA
2º	141389	LUCIENE DE FREITAS DIAS
3º	141320	MAX PEDERIVA BARBOSA
4º	140820	MARIZETE PAULA GUIMARÃES
5º	139111	DAYANE PEREIRA DA SILVA
6º	141376	JOÃO MIGUEL LEAL

Gabinete do Prefeito, Conquista D'Oeste - MT, 18 de junho de 2015.

Walmir Guse Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 001/2015 – TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 001/2015 – *TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2015*

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Leis Complementares que regulamentam a investidura no Serviço Público Municipal, **CONVOCA** os Candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no Teste Seletivo Simplificado desta Prefeitura, objeto do Edital n.º 001/2015, devidamente homologado, para apresentarem os documentos exigidos para o processo de nomeação e posse nos respectivos cargos.

A posse ocorrerá no prazo de até trinta dias, contados da publicação do ato de nomeação, prorrogáveis por mais trinta dias, a requerimento do interessado, mediante justificativa.

Tornar-se-á sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no parágrafo anterior deste artigo.

CARGO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
1º	139872	PALOMA DE OLIVEIRA MENDES BASIL
2º	138885	RITA DE CASSIA BECK DE OLIVEIRA
3º	140581	JUCILENE RIBEIRO DA VEIGA ANDRÉ
4º	141416	ILZA APARECIDA BINDA
5º	141327	EDINÉIA FERREIRA CIESLIK

Gabinete do Prefeito, Conquista D'Oeste - MT, 18 de junho de 2015.

Walmir Guse Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 001/2015 – TESTE SELETIVO PÚBLICO 001/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 001/2015 – *TESTE SELETIVO PÚBLICO 001/2015*

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Leis Complementares que regulamentam a investidura no Serviço Público Municipal, **CONVOCA** os Candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no Teste Seletivo Público desta Prefeitura, objeto do Edital n.º 001/2015, devidamente homologado, para apresentarem os documentos exigidos para o processo de nomeação e posse nos respectivos cargos.

A posse ocorrerá no prazo de até trinta dias, contados da publicação do ato de nomeação, prorrogáveis por mais trinta dias, a requerimento do interessado, mediante justificativa.

Tornar-se-á sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no parágrafo anterior deste artigo.

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 4 – SANTA CLARA II

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
1º	139066	ELDA LEMES DE ALMEIDA

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 7 – FAZ. KANANCHUE

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
1º	139516	JUSIELE ALVES FERREIRA

Gabinete do Prefeito, Conquista D'Oeste - MT, 18 de junho de 2015.

Walmir Guse Prefeito Municipal

PREVIDENCIA
PORTARIA N.º 11/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição ao servidorSr. Valter Augusto da Silva."

O Prefeito do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no Art. 40, §1º, III, alínea "a" da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c Art. 12, inciso III, alínea "a" da Lei n.º 169 que Institui o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Conquista D´Oeste/MT, art. 67 da Lei Complementar n.º 002/2001, que Estabelece a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, organiza os Quadros de Pessoal e o Plano de Carreira dos Servidores com redação dada pela Lei Complementar n.º 012/2003 e Decreto n.º 002/2012, que reajusta o vencimento dos servidores municipais**;**

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, ao Sr. Valter Augusto da Silva brasileiro, portador da cédula de identidade RG n.º 529.857 - SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 415.089.121-49, servidor Efetivo no cargo de Vigia, Nível "03", Classe "A", lotado na Secretaria Municipal de Administração, com proventos integrais, conforme processo administrativo do PREVI-CONQUISTA, n.º 2015.02.00008P, a partir da data de 01/06/2015, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo os seus efeitos a data de 01 de junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Conquista D'Oeste/MT, 08 de junho de 2015.

WALMIR GUSE

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

SEC. GOVERNO
PORTARIA Nº 100/2015

REVOGA PORTARIAS 049/2015 E 071/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Cotriguaçu, Srª Rosangela Aparecida Nervis, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, em Cumprimento ao art. 37 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar as Portarias 049/2015 de 02 de fevereiro de 2015 e Portaria 071/2015 de 01 de Abril de 2015, que designa a servidora **MARIANNE CRISTINA DA SILVA CARDOSO,** matricula nº 2570, CPF Nº 043.078.661-18, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 30 de abril de 2015.

Cotriguaçu – MT, 11 de maio de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

SEC. GOVERNO
DECRETO Nº 980/2015

Dispõe sobre a Convocação da I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a realizar-se no dia 03/07/2015, no município de Cotriguaçu e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU/MT, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Art. 1° - Fica convocada a I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Coriguaçu, que será realizada na Câmara Municipal de Vereadores, no dia 03 de julho de 2015.

Parágrafo 1º - Será constituída uma Comissão Orgazinadora da Conferencia, sob a coordenação do COMSEA, que elaborará o Regimento Interno da I Conferencia de segurança alimentar e nutricional de Cotriguaçu.

Art. 2° - A I Conferência terá como lema "Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar em Cotriguaçu" e desenvolverá trabalhos com objetivo principal de ampliar e fortalecer os compromissos políticos e sociais para a promoção da soberania alimentar e para garantir à população municipal o direito humano à alimentação adequada e saudável, assegurando a participação social e a gestão intersetorial.

Art. 6º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, 17 de junho de 2015.

Rosangela Aparecida Nervis

Prefeita Municipal

SEC. GOVERNO
DECRETO Nº 977/2015

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB.

A Prefeita Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições:

DECRETA:

Art. 1º - Altera membros do Conselho Municipal de Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB de Cotriguaçu, para o período de 2 anos:

Titulares

Maria Evanlda Gislon Representante do Conselho Municipal de educação.

Janet de Souza Nery – Representante do Conselho Tutelar

Anemari Drehmer – Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas

Rute de Souza Rodrigues - Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública

Magno Teixeira Moreira - Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública

Juliana Halpental – Representante dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública

Sidneia Lubas Luges Balmant – Representante dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública

Denise Schutz Freitas - Representante do Poder Executivo

Noemi Terezinha Ludwig - Representante da Secretaria Municipal de Educação

Juliana Aparecida Batista– Representante dos Professores da Educação Básica

Joceli Teodoro Candido de Jesus– Representante dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas;

Suplentes:

Rosimeri Aparecida Viganó Representante do Conselho Municipal de Educação

Rosimari Alves dos Santos Representante do Conselho Tutelar.

Damilton Diniz Tomaz Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas

Silvia Regina Von Borrowsky Representante dos Estudantes de Educação Básica Pública

Maryvelth Torres de Moura Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública

Jonas Pereira Gomes Representante dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública

Claudia Gerti Rodrigues Siebert Representante dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública

Beatriz Pereira Batista – Representante do Poder Executivo

Tais de Souza Gélio Schuster – Representante da Secretaria Municipal de Educação

Mara Regina Maraia Schoenberger Representante dos Professores da Educação Básica

Juliana Agostini Representante dos Servidores Técnico-Administrativos

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, ao 12 dias do mês de junho de 2015.

Rosangela Aparecida Nervis

Prefeita Municipal

SEC. GOVERNO
DECRETO Nº 976/2015

DISPÕE SOBRE NOVA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (CME), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições:

Decreta:

Art. 1º - O Conselho Municipal de Educação (CME), para o período de dois anos será composto pelos seguintes membros:

Titulares:

Noemi Terezinha Ludwig – representante da SMEC

Rosimeri Aparecida Viganó – representante da Sociedade

Maria Vanilda Gislon – representante da Sociedade

Mara Regina Maraia Schoemberger – representante dos Professores da Educação

Básica

Denise Pavan Brambila - representante do Legislativo Municipal

Cassiano Orben – representante dos pais

Beatriz Pereira Batista – Representante do Executivo

Suplentes:

Joceli Teodoro Candido de Jesus – representante da SMEC

Jonas Pereira Gomes – representante da Sociedade

Valtenir Pestana – representante da Sociedade

Juliana Aparecida Batista – representante dos professores da Educação

Básica

Leani Richter – representante do Legislativo

Sidneia Lubas Luges Balmant - representante dos Pais

Jesuina Maria de Aquino Sulbach – representante do executivo

Art. 2º - Compete também ao Conselho Municipal de Educação, fiscalizar e acompanhar a execução do PAR – Plano de Ação Articulada.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Cotriguaçu-MT, 12 de junho de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

SEC. GOVERNO
DECRETO Nº 973/2015

"EMENTA: PRORROGA PRAZO PARA O PAGAMENTO DO I.P.T.U., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Rosangela Aparecida Nervis, Prefeita Municipal de Cotriguaçu, no uso de suas atribuições legais conforme Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo para pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano (I.P.T.U.) e taxa de coleta de lixo.

Art. 2º - O prazo para pagamento à vista com 30% (trinta por cento) de desconto fica prorrogado até 30 de junho de 2015.

Parágrafo único – O desconto a que se refere o Art. 2º será atribuído sobre o Imposto e taxa, referente a soma total.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Cotriguaçu-MT, 22 de Maio de 2015.

Rosangela Aparecida Nervis

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

SEC. GOVERNO
DECRETO Nº 972/2015

Dispõe sobre a Convocação da VI Conferência Municipal de Saúde, a realizar-se nos dias 25/06/2015 e 26/06/2015, no município de Cotriguaçu e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU/MT, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Art. 1° - A Conferência de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde conforme dispõe a Lei Federal 8.142/90.

Art. 2° - Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde, em 30/04/2015, Ata nº 007/2015 e Resolução nº 002/2015, fica convocada a VI Conferência Municipal de Saúde, sob o tema: "SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS: DIREITO DO POVO BRASILEIRO", a realizar-se no dia 25/06/2015 e 26/06/2015, com fins de subsidiar a XV Conferência Estadual de Saúde;

Art. 3° - A Conferência Municipal de Saúde será realizada no Palácio Wilson Felicete.

Art. 4° - A Conferência será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde, em sua ausência pela Coordenadora Geral da Conferência.

Art. 5° - As normas de organização e funcionamento da Conferência serão expedidas em Portaria especifica e publicada pela Prefeitura Municipal.

Art. 6º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, 21 de maio de 2015.

Rosangela Aparecida Nervis

Prefeita Municipal

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 004/2015

PROCESSO Nº 046/2015

DATA: 25/02/2015

OBJETO: **"***AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGOGICOS PARA USO EM SALA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO*"**.**

CONTRATANTE**: PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT**

CONTRATADO: ANDREA PITTNER ACELA, CNPJ: 19.401.842/0001-83

PRAZO: 90 DIAS

SEC. GOVERNO
PORTARIA Nº 130/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA, PARA REALIZAÇAO DA VI CONFÊRENCIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Rosangela Aparecida Nervis, Prefeita Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições:

RESOLVE:

Art.1º - Fica convocada a 6ª Conferência Municipal de Saúde de Cotriguaçu conforme determinação legal do Decreto nº 972/2015 da Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A Conferência Municipal de Saúde será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde e na sua ausência pelo Coordenador Geral da Conferência.

Art. 3º - A Conferência será realizada na Câmara Municipal, situado na Av. 07 de setembro, nº 151, bairro Jardim Primavera – Cotriguaçu/MT.

Art. 4º - A Conferência terá uma Comissão Organizadora que se responsabilizará por todas as atividades de sua execução.

Art. 5º - A Comissão Organizadora terá a seguinte composição:

Presidente: Erevaldo Aparecido de Carvalho

Coordenador Geral: Tânia C. Cardoso Eufrásio

Coordenador Adjunto: Leocádia Gomes Padilha

Secretário Executivo: Loreci Fernandes

Tesoureiro: Elenice Correia

Secretaria de Credenciamento: Rosana Alves de Araujo

Secretaria de Divulgação e Comunicação: Gilvan Hoffermam

Relator Geral: Denise Schutz Freitas

Relator Adjunto: Noeli Maria Lorandi

Relator Adjunto: Vanilda Aparecida Pinto

Relator Adjunto: Sirlei Aparecida da Silva

Art. 6º - As diversas sub-divisões da referida Comissão terão s seguintes funções:

Coordenador Geral: Assumir a responsabilidade oficial da Conferência, assinar documentos oficiais, deliberar sobre assuntos técnicos, administrativos e financeiros sobre a realização da mesma.

Coordenador Adjunto: Auxiliará o Coordenador Geral e se responsabilizará pela estrutura organizativa da Conferência: local da realização, e locomoção dos palestrantes e suporte necessário á organização, antes e durante a realização do evento.

Secretário Executivo: Encaminhar solicitações das diversas sub-seções, comprar material, providenciar a alimentação e hospedagem dos delegados e convidados, providenciar recursos para o funcionamento destas subseções e acompanhar a execução dos diversos trabalhos junto com o Coordenador Geral.

Tesoureiro: Ordenar a receita e a despesa da Conferência.

Relator Geral e Adjunto: Elaborar documentos, ofícios convocando palestrantes, convidados e delegados da Conferência, e elaborar o relatório final da Conferência.

Secretaria de Credenciamento: Se responsabilizará pelo credenciamento dos delegados da Conferência e ficará à disposição para atender aos delegados, antes, durante e após a Conferência.

Secretaria de Comunicação e Divulgação: Se encarregará de divulgar a Conferência, dar entrevistas e apoiar os palestrantes e demais participantes na apresentação e divulgação de informações durante a Conferência.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Saúde dará o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades da Comissão.

Art. 8º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, 01 do mês de Junho de 2015. .

Rosangela Aparecida Nervis

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se

Valdete Veronez França da Silva

Secretária de Governo

SEC. GOVERNO
PORTARIA Nº 115/2015

NOMEIA COMISSÃO PARA FINS DE APURAÇÃO DA ORIGEM DO EVENTO "FOGO" OCORRIDO EM VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Cotriguaçu, Srª Rosangela Aparecida Nervis, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão para fins de apuração da origem do evento fogo ocorrido no veículo MMC/L200 4X4 GL, placa JZZ4137, cor Branca, do qual decorreu sua perda total, veículo este que o município de Cotriguaçu tinha em sua posse por força de Convênio firmado com o Governo do Estado do MT – Fundo Estadual de Saúde, tudo conforme Termo de contrato de nº 371/2004.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO:

PAULINO ALVES DE CARVALHO – Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Levi Alves Pereira – Diretor de Departamento – Secretaria de Infra Estrutura Tiago Bruno da Silva – Diretor de Departamento - Secretaria de Infra Estrutura

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cotriguaçu – MT, 01 de Junho de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

SEC. GOVERNO
PORTARIA Nº 106/2015

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA DESEMPENHAR A FUNÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Cotriguaçu, Srª Rosangela Aparecida Nervis, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, em Cumprimento ao art. 37 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **JOCELI TEODORO CUSTODIO DE JESUS**, matricula nº 435, CPF Nº 877.974.451-68, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato, com as seguintes características:

N° DO CONTRATO	NUMERO DO PROCESSO	PROCESSO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
018/2015	014	CHAMADA PUBLICA 002/2015	"AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS PEQUENO CIDADÃO, PAULO FREIRE E SANTA MARIA"	MARIA HELENA SULZBACH, CPF 983.083.781-53
019/2015	014	CHAMADA PUBLICA 002/2015	"AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS PEQUENO CIDADÃO, PAULO FREIRE E SANTA MARIA"	ELIDIANE TEREZINHA CAMARGO, CPF: 938.607.811-20,
020/2015	014	CHAMADA PUBLICA 002/2015	"AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS PEQUENO CIDADÃO, PAULO FREIRE E SANTA MARIA"	CLAUSENI STORCK KOLLING, CPF: 991.367.321-68
021/2015	020	PREGÃO 013/2015	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA RETIFICAR MOTORES DOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E INFRA ESTRUTURA"	RETIFICADORA JUINA LTDA, CNPJ: 24.748.436/0001-93
022/2015	015	CHAMADA PUBLICA 003/2015	"AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NA ESCOLA MUNICIPAL ALDOVANDRO ROCHA SILVA DE NOVA ESPERANÇA"	LUIZ VIEIRA DO NASCIMENTO, CPF Nº 217.148.355-53,
023/2015	015	CHAMADA PUBLICA 003/2015	"AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NA ESCOLA MUNICIPAL ALDOVANDRO ROCHA SILVA DE NOVA ESPERANÇA"	Srª NILZA SERAFIM DE OLIVEIRA CPF: 646.642.282-87
024/2015	015	CHAMADA PUBLICA 003/2015	"AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NA ESCOLA MUNICIPAL ALDOVANDRO ROCHA SILVA DE NOVA ESPERANÇA"	Srº IRINEU ALVES ORTIZ CPF: 325.318.501-04,
025/2015	015	CHAMADA PUBLICA 003/2015	"AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NA ESCOLA MUNICIPAL ALDOVANDRO ROCHA SILVA DE NOVA ESPERANÇA"	EDEMIR OLIVEIRA CEZAR CPF: 709.648.822-72
026/2015	015	CHAMADA PUBLICA 003/2015	"AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NA ESCOLA MUNICIPAL ALDOVANDRO ROCHA SILVA DE NOVA ESPERANÇA"	MARIA MARGARIDA DE OLIVEIRA BARBOSA, CPF Nº 653.119.062-00
027/2015	016	CHAMADA PUBLICA 004/2015	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NA ESCOLA MUNICIPAL APARECIDO NERI FONSECA DE NOVA UNIÃO"	Srº IRINEU ALVES ORTIZ CPF: 325.318.501-04,
028/2015	017	CHAMADA PUBLICA 005/2015	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NA ESCOLA MUNICIPAL DE NOVA ESTRELA"	ANTONIO PAULO DE ALMEIDA, CPF: 536.251.611-68,
029/2015	017	CHAMADA PUBLICA 004/2015	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NA ESCOLA MUNICIPAL APARECIDO NERI FONSECA DE NOVA UNIÃO"	LEVITE SANTANA SANTIAGO, CPF: 569.939.432-04
031/2015	022	PREGÃO 015/2015	LINHAS 02 JACARÉ, LINHA 06 E MEIA QUADRA X ESCOLA APARECIDO NERI E E.E ANDRÉ ANTONIO MAGGI – (MATUTINO, VESPERTINO E NOTURNO), COM APROXIMADAMENTE 35 ALUNOS.	SILVANIR SILVA TRANSPORTE-ME – CNPJ: 19.697.786/0001-76,
032/2015	021	PREGÃO 014/2015	AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA RETIFICAR MOTORES DE MAQUINAS PESADAS ONIBUS CAMINHÕES PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE INFRA ESTRUTURA E EDUCAÇÃO DE COTRIGUAÇU-MT	RETIFICADORA JUINA LTDA, CNPJ: 24.748.436/0003-93
033/2015	025	PREGÃO 017/2015	"AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SECRETARIAS MUNICIPAIS E MERENDA ESCOLAR PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS DO CENTRO NO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU"	SQUERSATO & SQUERSATO LTDA INSCRITA NO CNPJ: sob o nº 02.312.348/0001-40
034/2015	025	PREGÃO 017/2015	"AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SECRETARIAS MUNICIPAIS E MERENDA ESCOLAR PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS DO CENTRO NO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU"	DUARTE FILHO & NERES LTDA ME, inscrita no CNPJ: sob o nº 15.210.584/0001-05

Art. 2º Determinar ao servidor designado com o Fiscal de Contrato, para acompanhar a execução do contrato, tomando as providências a seguir, sem prejuízo de outras que julgar pertinentes:

I. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

II. Encaminhar a seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes; e

III. Elaborar relatório da execução do contrato a cada quadrimestre, para envio do mesmo ao sistema APLIC (Auditoria Pública Informatizada de Contas) do Tribunal de Contas do Estado de Mato (TCE-MT), sem prejuízo da emissão de relatórios parciais, se a situação assim indicar.

IV. Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 30 de abril de 2015.

Cotriguaçu – MT, 11 de maio de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

SEC. GOVERNO
PORTARIA Nº 105/2015

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA DESEMPENHAR A FUNÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Cotriguaçu, Srª Rosangela Aparecida Nervis, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, em Cumprimento ao art. 37 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **ELENICE CORREA**, matricula nº 2931, CPF Nº 022.262.771-96, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato, com as seguintes características:

N° DO CONTRATO	NUMERO DO PROCESSO	PROCESSO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
033/2015	025	PREGÃO 017/2015	"AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SECRETARIAS MUNICIPAIS E MERENDA ESCOLAR PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS DO CENTRO NO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU"	SQUERSATO & SQUERSATO LTDA INSCRITA NO CNPJ: sob o nº 02.312.348/0001-40
034/2015	025	PREGÃO 017/2015	"AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SECRETARIAS MUNICIPAIS E MERENDA ESCOLAR PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS DO CENTRO NO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU"	DUARTE FILHO & NERES LTDA ME, inscrita no CNPJ: sob o nº 15.210.584/0001-05

Art. 2º Determinar ao servidor designado com o Fiscal de Contrato, para acompanhar a execução do contrato, tomando as providências a seguir, sem prejuízo de outras que julgar pertinentes:

I. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

II. Encaminhar a seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes; e

III. Elaborar relatório da execução do contrato a cada quadrimestre, para envio do mesmo ao sistema APLIC (Auditoria Pública Informatizada de Contas) do Tribunal de Contas do Estado de Mato (TCE-MT), sem prejuízo da emissão de relatórios parciais, se a situação assim indicar.

IV. Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 30 de abril de 2015.

Cotriguaçu – MT, 11 de maio de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

SEC. GOVERNO
PORTARIA Nº 104/2015

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA DESEMPENHAR A FUNÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Cotriguaçu, Srª Rosangela Aparecida Nervis, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, em Cumprimento ao art. 37 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar ao servidor **AGOSTINHO CASTANHA,** matricula nº 15, CPF Nº 332.758.598-04, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato, com as seguintes características:

N° DO CONTRATO	NUMERO DO PROCESSO	PROCESSO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
033/2015	025	PREGÃO 017/2015	"AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SECRETARIAS MUNICIPAIS E MERENDA ESCOLAR PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS DO CENTRO NO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU"	SQUERSATO & SQUERSATO LTDA INSCRITA NO CNPJ: sob o nº 02.312.348/0001-40
034/2015	025	PREGÃO 017/2015	"AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SECRETARIAS MUNICIPAIS E MERENDA ESCOLAR PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS DO CENTRO NO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU"	DUARTE FILHO & NERES LTDA ME, inscrita no CNPJ: sob o nº 15.210.584/0001-05

Art. 2º Determinar ao servidor designado com o Fiscal de Contrato, para acompanhar a execução do contrato, tomando as providências a seguir, sem prejuízo de outras que julgar pertinentes:

I. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

II. Encaminhar a seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes; e

III. Elaborar relatório da execução do contrato a cada quadrimestre, para envio do mesmo ao sistema APLIC (Auditoria Pública Informatizada de Contas) do Tribunal de Contas do Estado de Mato (TCE-MT), sem prejuízo da emissão de relatórios parciais, se a situação assim indicar.

IV. Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 30 de abril de 2015.

Cotriguaçu – MT, 11 de maio de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

SEC. GOVERNO
PORTARIA Nº 103/2015

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA DESEMPENHAR A FUNÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Cotriguaçu, Srª Rosangela Aparecida Nervis, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, em Cumprimento ao art. 37 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar ao servidor **MARYLOURDES DA ROCHA RODRIGUES**, matricula nº 2016, CPF Nº 896.205.181-87, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato, com as seguintes características:

N° DO CONTRATO	NUMERO DO PROCESSO	PROCESSO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
033/2015	025	PREGÃO 017/2015	"AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SECRETARIAS MUNICIPAIS E MERENDA ESCOLAR PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS DO CENTRO NO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU"	SQUERSATO & SQUERSATO LTDA INSCRITA NO CNPJ: sob o nº 02.312.348/0001-40
034/2015	025	PREGÃO 017/2015	"AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SECRETARIAS MUNICIPAIS E MERENDA ESCOLAR PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS DO CENTRO NO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU"	DUARTE FILHO & NERES LTDA ME, inscrita no CNPJ: sob o nº 15.210.584/0001-05

Art. 2º Determinar ao servidor designado com o Fiscal de Contrato, para acompanhar a execução do contrato, tomando as providências a seguir, sem prejuízo de outras que julgar pertinentes:

I. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

II. Encaminhar a seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes; e

III. Elaborar relatório da execução do contrato a cada quadrimestre, para envio do mesmo ao sistema APLIC (Auditoria Pública Informatizada de Contas) do Tribunal de Contas do Estado de Mato (TCE-MT), sem prejuízo da emissão de relatórios parciais, se a situação assim indicar.

IV. Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 30 de abril de 2015.

Cotriguaçu – MT, 11 de maio de 2015..

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

SEC. GOVERNO
PORTARIA Nº 102/2015

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA DESEMPENHAR A FUNÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Cotriguaçu, Srª Rosangela Aparecida Nervis, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, em Cumprimento ao art. 37 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar ao servidor **TIAGO BRUNO DA SILVA**, matrícula nº 2740, CPF Nº 020.859.581-33, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato, com as seguintes características:

N° DO CONTRATO	NUMERO DO PROCESSO	PROCESSO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
032/2015	021	PREGÃO 014/2015	AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA RETIFICAR MOTORES DE MAQUINAS PESADAS ÔNIBUS CAMINHÕES PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE INFRA ESTRUTURA E EDUCAÇÃO DE COTRIGUAÇU-MT	RETIFICADORA JUINA LTDA, CNPJ: 24.748.436/0003-93
033/2015	025	PREGÃO 017/2015	"AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SECRETARIAS MUNICIPAIS E MERENDA ESCOLAR PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS DO CENTRO NO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU"	SQUERSATO & SQUERSATO LTDA INSCRITA NO CNPJ: sob o nº 02.312.348/0001-40
034/2015	025	PREGÃO 017/2015	"AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SECRETARIAS MUNICIPAIS E MERENDA ESCOLAR PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS DO CENTRO NO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU"	DUARTE FILHO & NERES LTDA ME, inscrita no CNPJ: sob o nº 15.210.584/0001-05
021/2015	020	PREGÃO 013/2015	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA RETIFICAR MOTORES DOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E INFRA ESTRUTURA"	RETIFICADORA JUINA LTDA, CNPJ: 24.748.436/0001-93

Art. 2º Determinar ao servidor designado com o Fiscal de Contrato, para acompanhar a execução do contrato, tomando as providências a seguir, sem prejuízo de outras que julgar pertinentes:

I. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

II. Encaminhar a seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes; e

III. Elaborar relatório da execução do contrato a cada quadrimestre, para envio do mesmo ao sistema APLIC (Auditoria Pública Informatizada de Contas) do Tribunal de Contas do Estado de Mato (TCE-MT), sem prejuízo da emissão de relatórios parciais, se a situação assim indicar.

IV. Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 30 de abril de 2015.

Cotriguaçu – MT, 11 de maio de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

SEC. GOVERNO
PORTARIA Nº 101/2015

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA DESEMPENHAR A FUNÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Cotriguaçu, Srª Rosangela Aparecida Nervis, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, em Cumprimento ao art. 37 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **NOELI MARIA LORANDI**, matricula nº 7, CPF Nº 043.078.661-18, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato, com as seguintes características:

FEVEREIRO

N° DO CONTRATO	NUMERO DO PROCESSO	PROCESSO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
nº 003/2015	nº 012/2015	Dispensa nº 002/2015	"CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ELABORAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E PÚBLICO PARA DIVERSOS CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT"	WELLINGTON RAIMUNDO DOS SANTOS-ME, CNPJ: 71.358.766/0001-90

MARÇO/2015

ADITIVO	PROCESSO	OBJETO	CONTRATADO
1º TERMO ADITIVO CONTRATO 004/2014	008/2015	LOCAÇÃO CASA CORREIOS	ARVELINO DE OLIVEIRA
1º TERMO ADITIVO CONTRATO 052/2014	043/2015	LOCAÇÃO BANCO DO BRASIL	VALDIR ANTONIO BERNARDI
1º TERMO ADITIVO CONTRATO 014/2014	013/2014	ASSESSORIA E CONSULTORIA	SERPRA CONSULTORIA
1º TERMO ADITIVO CONTRATO 019/2014	016/2014	LICENCIAMENTO E AUDITORIA	LOGICA CONSULTORIA
2 º TERMO ADITIVO CONTRATO 034/2014	026/2014	SISTEMA BETHA	ACP
1 ° ADITIVO CONTRATO 131/2013	101/2013	LINK DEDICADO DE DADOS	OI SA

N° DO CONTRATO	NUMERO DO PROCESSO	PROCESSO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
009/2015	010	CONVITE 001/2015	"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICAS NA CAPITAL DE MATO GROSSO, COMPREENDENDO EMISSÃO DE PARECERES DE ALTA COMPLEXIDADE; APOIO TÉCNICO À ASSESSORIA E PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO; REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL NO ÂMBITO DOS TRIBUNAIS; COM PRESENÇA DE PROFISSIONAL NA SEDE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, CASO NECESSÁRIO E MEDIANTE PRÉVIO AVISO".	NESTOR FIDELIS SOCIEDADE DE ADVOGADOS, CNPJ Nº: 11.441.597/0001-26

N° ATA	NUMERO DO PROCESSO	PROCESSO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
007/2015	003	PREGÃO 003/2015	"AQUISIÇÃO DE OBJETOS PERMANENTES COMO: COMPUTADORES, IMPRESSORAS, NOBREAKS, PROJETORES SCANNERS, MAQUINAS FOTOGRAFICAS, ENTRE OUTROS EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE; GOVERNO, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, ASSITENCIA SOCIAL E TRABALHO, SAUDE, INFRA ESTRUTURA, EDUCAÇÃO E ESPORTE DE COTRIGUAÇU/MT",	ARILSON JONAS STOLL-ME, CNPJ Nº 11.881.504/0001-84
008/2015	003	PREGÃO 003/2015	"AQUISIÇÃO DE OBJETOS PERMANENTES COMO: COMPUTADORES, IMPRESSORAS, NOBREAKS, PROJETORES SCANNERS, MAQUINAS FOTOGRAFICAS, ENTRE OUTROS EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE; GOVERNO, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, ASSITENCIA SOCIAL E TRABALHO, SAUDE, INFRA ESTRUTURA, EDUCAÇÃO E ESPORTE DE COTRIGUAÇU/MT",	MARIA CRISTINA MATTEI-EPP CNPJ: 03.727.710/0001-06
009/2015	003	PREGÃO 003/2015	"AQUISIÇÃO DE OBJETOS PERMANENTES COMO: COMPUTADORES, IMPRESSORAS, NOBREAKS, PROJETORES SCANNERS, MAQUINAS FOTOGRAFICAS, ENTRE OUTROS EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE; GOVERNO, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, ASSITENCIA SOCIAL E TRABALHO, SAUDE, INFRA ESTRUTURA, EDUCAÇÃO E ESPORTE DE COTRIGUAÇU/MT",	OLMIR IORIS E CIA LTDA CNPJ: 70.429.956/0001-99,
010/2015	003	PREGÃO 003/2015	"AQUISIÇÃO DE OBJETOS PERMANENTES COMO: COMPUTADORES, IMPRESSORAS, NOBREAKS, PROJETORES SCANNERS, MAQUINAS FOTOGRAFICAS, ENTRE OUTROS EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE; GOVERNO, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, ASSITENCIA SOCIAL E TRABALHO, SAUDE, INFRA ESTRUTURA, EDUCAÇÃO E ESPORTE DE COTRIGUAÇU/MT",	JOVINA ROSA OLIVEIRA 00435174126 CNPJ:19.902.419/0001-67
011/2015	003	PREGÃO 003/2015	"AQUISIÇÃO DE OBJETOS PERMANENTES COMO: COMPUTADORES, IMPRESSORAS, NOBREAKS, PROJETORES SCANNERS, MAQUINAS FOTOGRAFICAS, ENTRE OUTROS EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE; GOVERNO, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, ASSITENCIA SOCIAL E TRABALHO, SAUDE, INFRA ESTRUTURA, EDUCAÇÃO E ESPORTE DE COTRIGUAÇU/MT",	VIVIANE REGINA CLAUDINO-ME CNPJ: 13.979.479/0001-00,
012/2015	003	PREGÃO 003/2015	"AQUISIÇÃO DE OBJETOS PERMANENTES COMO: COMPUTADORES, IMPRESSORAS, NOBREAKS, PROJETORES SCANNERS, MAQUINAS FOTOGRAFICAS, ENTRE OUTROS EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE; GOVERNO, ADMINISTRA-	ANDREA PITTNER ACELA,

			ÇÃO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, ASSITENCIA SOCIAL E TRABALHO, SAÚDE, INFRA ESTRUTURA, EDUCAÇÃO E ESPORTE DE COTRIGUAÇU/MT",	CNPJ:19.401.842/0001-83

MÊS DE ABRIL/2015

N° DO CONTRATO	NUMERO DO PROCESSO	PROCESSO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
033/2015	025	PREGÃO 017/2015	"AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SECRETARIAS MUNICIPAIS E MERENDA ESCOLAR PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS DO CENTRO NO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU"	SQUERSATO & SQUERSATO LTDA INSCRITA NO CNPJ: sob o nº 02.312.348/0001-40
034/2015	025	PREGÃO 017/2015	"AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SECRETARIAS MUNICIPAIS E MERENDA ESCOLAR PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS DO CENTRO NO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU"	DUARTE FILHO & NERES LTDA ME, inscrita no CNPJ: sob o nº 15.210.584/0001-05

Art. 2º Determinar ao servidor designado com o Fiscal de Contrato, para acompanhar a execução do contrato, tomando as providências a seguir, sem prejuízo de outras que julgar pertinentes:

I. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

II. Encaminhar a seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes; e

III. Elaborar relatório da execução do contrato a cada quadrimestre, para envio do mesmo ao sistema APLIC (Auditoria Pública Informatizada de Contas) do Tribunal de Contas do Estado de Mato (TCE-MT), sem prejuízo da emissão de relatórios parciais, se a situação assim indicar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 30 de abril de 2015.

Cotriguaçu – MT, 11 de maio de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA *Nº.* 017/2015

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG39.573/2015)

Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo - SMCET

Objeto: A presente licitação tem por objeto a requalificação das Praças Luís de Albuquerque e Major João Bueno, em Cuiabá, localizadas na Avenida Manoel José de Arruda (Beira Rio), no Bairro do Porto, em Cuiabá-MT, com extensão territorial de 4.828,27m², cuja Praça é de domínio público e da Praça Major João Bueno, localizada na região do Porto, entre as Avenidas Senador Metello e a Avenida Mário Correia, confrontando com a Rua 13 de Junho e a Travessa Gen. Vaz Curvo, com uma área de aproximadamente 2.428m², também de domínio público, onde foi proposto um novo traçado em seus canteiros, troca de paginação de piso, substituição dos equipamentos urbanos danificados e melhoria na iluminação do local, prevê, também, a revitalização do coreto existente, além do obelisco central, oriundo da cidade de Corumbá-MS, doado a Cuiabá/MT, por ocasião do bicentenário da Capital de Mato Grosso, conforme especificações descritas no Termo de Referência e demais condições contidas no Edital e seus Anexos.

Data/Horário: 23/07/2015 às 09h00min (nove horas) – Fuso Horário da Capital.

Informações/Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2015

Magda Rossi

Presidente da Comissão

Visto:

José Dias de Oliveira

Diretor Compra e Licitações

Eroaldo de Oliveira

Secretário Municipal de Gestão Adjunto

Cuiabá/MT, 18 de junho de 2015.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA *Nº.* 016/2015

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG31.489/2015)

Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo - SMCET

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na área de construção civil para Requalificação dos Casarões do centro histórico de Cuiabá, situados em área tombada pelo IPHAN: A CASA BARÃO localizada na região do centro histórico de Cuiabá, precisamente entre as Ruas Voluntários da Pátria e Barão de Melgaço; A CASA DO MISC localizado na região do centro histórico de Cuiabá, precisamente entre as ruas, Voluntários da Pátria, 07 de Setembro (Antiga Rua de Baixo) e Ingá Ricardo Franco (Antiga Rua do Meio); A CASA nº 72/82 (CASA PROCON) localizada na região do centro histórico de Cuiabá, precisamente na Rua Pedro Celestino (Antiga Rua de Cima e teve outros nomes como Rua das Trepadeiras e Rua Augusta.), nº 72 e 82, Bairro Centro Norte; e A CASA DO IPHAN localizada na região do centro histórico de Cuiabá, precisamente na Rua 07 de Setembro (Antiga Rua de Baixo), esquina com um beco, nº 390, Bairro Centro Norte., conforme especificações descritas no Termo de Referência e demais condições contidas no Edital e seus Anexos.

Data/Horário: 22/07/2015 às 09h00min (nove horas) – Fuso Horário da Capital.

Informações/Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2015

Magda Rossi

Presidente da Comissão

Visto:

José Dias de Oliveira

Diretor Compra e Licitações

Eroaldo de Oliveira

Secretário Municipal de Gestão Adjunto

Cuiabá/MT, 18 de junho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13/2015-PREGÃO PRESENCIAL N° 19/2015-MENOR PREÇO POR ITEM.

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Administração torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

Órgão Gerenciador: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Objeto: : Registro de Preço, para eventual aquisição Caminhões Caçamba para atender à manutenção e possíveis pavimentações das vias públicas do município de Cáceres/MT e Distritos Caramujo, Vila Aparecida, Horizonte do Oeste e Nova Cáceres, com recurso do FETHAB, atendendo as legislações vigentes, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

Fonte de Recursos: **as despesas decorrentes das obrigações assumidas em decorrência deste edital correrão pelas contas**

, transferência de convênios do orçamento e recursos próprios.

.

Empresa Vencedora:M. DIESEL CAMINHÕES O ÔNIBUS LTDA CNPJ: 07.811.058/0001-64, perfazendo o valor unitário:

ITEM	Unid.	Quant.	Especificações	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	UN	10	Caminhão basculante traçado 6x4 com caçamba basculante de 12 m³- CAMINHÃOCaminhão novo (zero quilômetro) diesel, traçado 6x4, com caçamba basculante de 12 m³. Diferencial reduzido. Dispositivo de segurança do veículo composto por alarme sonoro de marcha à ré. Cadastro ou pré-cadastro na Base Índice Nacional - B.I.N. Ar condicionado. Ano/modelo: 2014 ou superiorEspecificações:Motor turbo diesel, Euro 5, potência mínima 275 CV ou maior, transmissão manual sincronizada de pelo menos 8 marchas à frente e 1 à ré, torque mínimo de 83 mkgf., peso bruto total mínimo de 23.000 kg, pneus dianteiros radiais direcionais com câmara 10.00 R x 20" 16 PR, pneus traseiros radiais com câmara 10.00 R x 20", direção hidráulica, freio de serviço a Ar, tipo tambor nas rodas dianteiras e traseiras, com circuito duplo, independente, freio motor eletropneumatico, tecla no painel e comando no acelerador/pedal embreagem, tanque de abastecimento de combustível, embreagem com acionamento hidráulico tipo monodisco, diâmetro mínimo de 380 mm. Suspensão dianteira com molas semi-elipticas de duplo estagio, com amortecedores hidráulicos de dupla ação e barra estabilizadora. Suspensão traseira feixe de molas semielipticas de duplo estagio progressivo. Capacidade de carga útil mais carroceria mínimo de 14.600 kg. Capacidade mínima de tração 35.000 kg.-CABINECabine Principal: em aço, na cor branca, com retrovisores laterais externos, cinto de segurança de 03 pontos e demais equipamentos necessários para o bom desempenho do equipamento. -CAÇAMBA* com caçambas de ação indireta com 2 pistões* fundo das caçambas com chapa de ¼"* caixas de ferramentas* parabarros metálicos com lameiros de borracha* pintura P.U	VOLKSWAGEN	R$250.000,00	R$2.500.000,00

R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) UNITARIO, totalizando no valor global de R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais)

Prefeitura de Cáceres - MT, 18 de junho de 2015.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRA OFICIAL

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N°29/2015

Interessada: Secretaria Municipal de Ação Social.

Objeto: O presente Termo refere-se a procedimento licitatório a ser realizado na modalidade Pregão, visando aquisição de materiais específicos para fabricação de pães.

Realização: 03 de Junho 2015, as 09:00 horário de Brasília.

OBSERVAÇÃO: A PREFEITURA DE CACERES/MT, ATRAVES DA EQUIPE DE LICITAÇÃO, CONSIDERANDO O INTERESSE PUBLICO RESOLVE REVOGAR O PREGÃO ELETRONICO ACIMA CITADO.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 18 de Junho de 2015.

ROSAIR SANTANA DE OLIVEIRA

PREGOEIRA OFICIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 253 DE 16 DE JUNHO DE 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 29067, de 16 de outubro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder FG-02 ao servidor **MAMÉDES RAMOS FILHO-**Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 02 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de junho de 2015.

VALTER DE ANDRADE ZACARKIM

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Afixado em: 16.06.15

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
EXTRATO PUBLICAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°. 015/2015

EXTRATO PUBLICAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°. 015/2015

O **PREVI-CÁCERES – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n°. 02.332.486/0001-90, comunica a contratação de prestação de serviços:

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N°. 015/2015

CONTRATANTE: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES – PREVI-CÁCERES

CONTRATADO: WR CONSULTORIA

OBJETO: Prestação de serviços especializados de consultoria com acompanhamento durante o reenvio de protocolização das Cargas do Aplic do exercício de 2014. Serviço de capacitação e orientação assistida ao servidor público responsável pela elaboração das cargas do aplic e demais componentes da equipe administrativa, ora denominadas: cargas mensais de janeiro a dezembro de 2014, visando identificar as incompatibilidades nos registros contábeis das cargas mensais do exercício financeiro de 2014. Serviço de orientação para elaboração das defesas em apontamentos do TCE/MT, sobre dados apresentados nas cargas do Aplic.

PRAZO: 02 MESES.

VALOR: R$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais)

DATA ÍNICIO DAS ATIVIDADES: 15/05/2015

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00.00.000 – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica

Cáceres, 15 de Maio de 2015.

LUIZ EMIDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres

---

NOTIFICAÇÃO PARA COMPARECIMENTO Nº 015/2015

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES**, por intermédio do Secretário Municipal de Finanças, Bruno Frank Teixeira, no uso de suas atribuições legais, **NOTIFICA** a senhora **GRAZIELE COSTA DA SILVA**, portadora do RG nº 17976596 e CPF nº 026.563.212-16, para se fazer presente a esta Secretaria Municipal de Finanças, localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 1.895 – COC, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da publicação**, para tratar de assunto relativo ao recebimento em duplicidade da rescisão de contrato de trabalho, devendo restituir aos cofres municipais, a importância de R$ 1.705,30 (Mil setecentos e cinco reais e trinta centavos).

Em caso de não comparecimento de Vossa Senhoria, restará subentendido a ausência do desejo de resolver eventual impasse de forma amigável, passando a serem tomadas as medidas judiciais cabíveis.

Cáceres-MT, 18 de junho de 2.015

BRUNO FRANK TEIXEIRA

Secretário Municipal de Finanças

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 257 DE 18 DE JUNHO DE 2015.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo Submetido ao Protocolo Geral sob nº 20555, de 08 de junho de 2015,

RESOLVE:

Art.1º Designar a servidora **CIEILY LOPES FERREIRA**, para exercer a função de Chefe da Divisão de Apoio Administrativo, da Secretaria de Planejamento, do Município de Cáceres, com efeitos desde 01 de junho de 2015.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de junho de 2015.

MARLI FATIMA FERREIRA DE LIMA

Secretária Municipal de Planejamento

Afixado em: 18.06.2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 256 DE 18 DE JUNHO DE 2015.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo Submetido ao Protocolo Geral sob nº 20555, de 08 de junho de 2015,

RESOLVE:

Art.1º Designar a servidora **LUCIVÂNIA DE OLIVEIRA SOUSA** – Contadora, para exercer o cargo em Comissão de Coordenadora de Programação Orçamentária, da Secretaria Municipal de Planejamento, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 01 de junho de 2015.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de junho de 2015.

MARLI FATIMA FERREIRA DE LIMA

Secretária Municipal de Planejamento

Afixado em: 18.06.2015.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE ATO ADMINISTRATIVO DE RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N°16/2015 - COM REGISTRO DE PREÇO - TIPO MENOR PREÇO GLOBAL.

Interessada: Secretaria Municipal de Saúde.

Objeto: Constitui o objeto do presente termo de referência registro de preço para a futura e eventual contratação de Empresa especializada em realização de eventos, conforme descritos abaixo.

A comissão de licitação no ato da homologação observou que a empresa habilitada Antônio Roberto Mechelom -ME não cumpriu com todos as exigências do edital, sendo assim, observou-se que houve erro formal no que tange a **HABILITAÇÃO** da mesma, consta na documentação de habilitação a certidão negativa de débitos do município com divergências de datas, em diligencias junto ao setor constatou-se que a certidão da referida empresa é positiva, após a concessão de prazo para apresentação de defesa escrita, respeitando os princípios do contraditório e da ampla defesa, não tendo a licitante apresentada justificativa plausível, portanto, houve por bem a Equipe de Apoio e a Pregoeira **REFORMAREM** seus atos, e **DESCLASSIFICAR** a empresa **Antônio Roberto Mechelom –ME**. Nestes termos convoca a segunda classificada, a empresa **INFORTOUCH –**

AGENCIA DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS LTDA CNPJ: 11.729.180/0001-63.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 17 de junho de 2015.

CRISTIANE OLIVEIRA CEBALHO

PREGOEIRA OFICIAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N°22/2015

AVISO DE RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N°22/2015 - COM REGISTRO DE PREÇO - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.

Na publicação no dia 17 de junho de 2015 na (AMM) ANO X/Nº2.248 na página 124, **Onde se lê realização: 25 de junho de 2015, leia se Realização: 29 de junho de 2015.**

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 18 de Junho de 2015.

CRISTIANE OLIVEIRA CEBALHO

PREGOEIRA OFICIAL

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2015-PGM

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2015-PGM

Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES/MT** e a **CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES/MT**, com a finalidade de disponibilizar assessoria técnica na área administrativa, nos termos abaixo:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.214.145/0001-83, com sede no Estado de Mato Grosso, situada no COC – Centro Operacional de Cáceres, sito à Avenida Getúlio Vargas, nº 1.895, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **FRANCIS MARIS CRUZ**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade, RG nº 8.020.161-1-SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob nº 103.605.221-49, residente e domiciliado nesta cidade e Comarca de Cáceres/MT, e a **CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob nº 03.960.333/0001-50, com sede na Rua General Osório, esquina com Rua Coronel José Dulce, s/nº, neste ato representada por seu Presidente, Senhor **MÁRCIO PAES DA SILVA DE LACERDA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade, RG nº 676.367-SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob nº 545.378.271-49, residente e domiciliado nesta cidade e Comarca de Cáceres, Estado de Mato Grosso, acordam em celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, mediante as seguintes Cláusulas e Condições:

DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Termo de Cooperação Técnica tem como fundamento legal as disposições aplicáveis no artigo 116 (parágrafos e incisos), da lei Federal nº 8.666/1993, lei que estabeleceu as normas gerais sobre Licitações e Contratos Administrativos.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – Este Termo tem por finalidade formalizar uma cooperação técnica e administrativa conjunta entre as partes, relativamente à disponibilidade de pessoal pertencente aos quadros da PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES, visando dotar a CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES das mínimas condições para a execução de suas atividades administrativas, inviabilizadas em decorrência de determinação judicial exarada nos autos da ação civil pública nº 6891-51.2014.811.0006 em trâmite perante a 4ª Vara Cível local.

1.2 – A disponibilidade de servidores de que trata o presente Termo de Cooperação Técnica dar-se-á com ônus para o órgão de origem de cada servidor cedido, observando-se o disposto no inciso II do artigo 62, da Lei Complementar nº101/2000.

1.3 As atividades dos servidores disponibilizados serão desenvolvidas nas dependências da PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES, de forma a não prejudicar suas atividades habituais.

1.4 O PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES, desde logo, coloca à disposição da CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, buscando cumprir o objeto do presente convenio, os seguintes servidores:

Nome	CPF
Arnaldo Donizete Traldi	571.356.491-68
Alessandra de Paula Ferreira	876.303.621-53
Marlon Aparecido Luz	016.921.521-06

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

2.1 – O presente Termo de Cooperação Técnica terá prazo de vigência até à efetiva conclusão do Concurso Público de Provas para Provimento de Cargos do Quadro Permanente da Câmara Municipal de Cáceres, objeto do Edital nº 01/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DISPONIBILIDADE DE PESSOAL

3.1 – A PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES poderá colocar à disposição servidores do seu quadro de pessoal considerados necessários à normalização ou eficientização da execução dos serviços e atividades de natureza pública da sua competência, abrangidos pelo objeto do presente Termo de Cooperação Técnica.

3.2 – A disponibilidade de servidores entre as partes far-se-á através de solicitações escritas, observados os tramites dos respectivos processos administrativos, devidamente justificadas frente ao objeto do presente Termo.

3.3 – A requisição de servidor deverá sempre atender, em todo e qualquer caso, aos interesses e às necessidades da Administração.

3.4 – A disponibilização de servidores, bem como o seu retorno ao órgão de origem, serão formalizadas mediante termo aditivo ao presente instrumento, constando nome e CPF dos servidores.

3.5 – É facultado a qualquer das partes recusar a requisição de pessoal, com as devidas justificativas, ou solicitar o seu retorno ao órgão, neste caso, mediante comunicação escrita e fundamentada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

3.6 – Os servidores disponibilizados permanecerão sujeitos ao mesmo regime jurídico inerente ao seu cargo efetivo de origem.

3.7 – Obriga-se a CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES a remeter, até o 5º dia de cada mês, as folhas ou registros de frequência do servidor, para fins de anotação e liberação do pagamento dos vencimentos devidos. Não havendo a comunicação no prazo ora estabelecido, a PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES sustará o pagamento dos vencimentos relativos ao mês correspondente, o qual somente será liberado após a regularização da situação mediante comprovação do efetivo comparecimento ao serviço.

3.8 – A violação, pelo servidor, das normas legais ou regulamentos acarretará o seu imediato retorno ao órgão de origem, para responder ao devido processo disciplinar.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ALTERAÇÕES

4.1 – O presente Termo de Cooperação Técnica, em qualquer época de sua vigência, poderá ser alterado ou prorrogado por expressa manifestação das partes convenentes.

4.2 – Os casos de inclusão/exclusão de servidor, deverão ser realizados mediante celebração de termo aditivo próprio.

CLÁUSULA QUINTA: DA DENÚNCIA

5.1 – O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer um dos partícipes, mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, respeitados os compromissos assumidos.

5.2 – Poderá ocorrer ainda a rescisão deste Termo de Cooperação Técnica, no caso de superveniência de lei ou outro ato equivalente que o torne material ou formalmente impossível, por razões de relevante e excepcional interesse público, ou por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, respeitado o prazo fixado nesta cláusula.

CLÁUSULA SEXTA: DOS CUSTOS

6.1 – O presente Termo de Cooperação Técnica não contempla repasses de recursos financeiros, a qualquer título, de uma a outra parte, tampouco ressarcimento, devendo o pagamento das despesas necessárias aos vencimentos dos servidores se dar com recursos próprios.

6.2 – Os custos inerentes ao desenvolvimento das atividades-meio necessárias à execução dos serviços objeto do presente Termo de Cooperação Técnica serão suportados pela CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO E REGISTRO

7.1. – Fica o Município obrigado a fazer a Publicação do presente Termo de Cooperação Técnica no Diário Oficial do Município, encaminhando o extrato da publicação para arquivamento e Registros competentes.

CLÁUSULA OITAVA: DO FORO

8.1. – Para dirimir quaisquer dúvidas oriunda deste Termo de Cooperação Técnica, que não possam ser solucionadas administrativamente entre as partes, fica eleito o Foro da Comarca de Cáceres/MT, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha ser.

E, por estarem, assim, justas e acertadas, as partes, por seus representantes legais, firmam o presente Termo, na presença de duas testemunhas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES, 16 de junho de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO PAES DA SILVA DE LACERDA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N°19/2015

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N°19/2015 - COM REGISTRO DE PREÇO - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.

Interessada: Secretarias Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Objeto: Registro de Preço, para eventual aquisição Caminhões Caçamba para atender à manutenção e possíveis pavimentações das vias públicas do município de Cáceres/MT e Distritos Caramujo, Vila Aparecida, Horizonte do Oeste e Nova Cáceres, com recurso do FETHAB, atendendo as legislações vigentes,**conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.**

Resultado: EMPRESA VENCEDORA, M. DIESEL CAMINHÕES O ÔNIBUS LTDA CNPJ: 07.811.058/0001-64 R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) UNITARIO, totalizando no valor global de R$ 2.500. 000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais)

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 18 de Junho de 2015.

CRISTIANE OLIVEIRA CEBALHO

PREGOEIRA OFICIAL

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVIO AO CONTRATO N°. 06/ 2015

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 06/ 2015

O **PREVI-CÁCERES – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n°. 02.332.486/0001-90, comunica a contratação de prestação de serviço:

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA NA ELABORAÇÃO DE CARGAS DE APLIC.

CONTRATANTE: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES – PREVI-CÁCERES

CONTRATADO: ACPI – Assessoria, Consultoria, Planejamento & Informática LTDA.

OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato nº 06/2015 e o primeiro termo aditivo pelo período de mais 02 (dois) meses.

PRAZO: 02 meses

DATA ÍNICIO DAS ATIVIDADES: 12.06.2015

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00.00.00.000999 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Cáceres, 12 de Junho de 2015.

Luiz Emidio Dantas Junior

Diretor Executivo

Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 02/ 2015

A Prefeitura Municipal de Cáceres/MT, pela Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 234 de 17/05/2014 informa a todos os interessados, o resultado da Inexigibilidade de Licitação.

Objeto: **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** visando à contratação de Empresa especializada para aquisição de LICENÇA DE USO DE SOFTWARE de Gerenciamentos Jurídico e contratação de Empresa para CONSULTORIA E TREINAMENTO para implantação do mesmo, para atender esta secretaria, em especifico a Procuradoria Geral do Município da Prefeitura de Cáceres-MT.

Com fundamento no Art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

Despesas: Recursos Ordinários

Vencedor:

CNPJ:	*EMPRESA;*	**Valor:**
00.910.508/ 0007-67	**TSL – TECNOLOGIA EM SISTEMAS DE LEGISLAÇÃO LTDA**	**R$ 45. 842,84**
00.910.509/ 0004-14	TSL – TECNOLOGIA EM SISTEMAS DE LEGISLAÇÃO LTDA	R$ 14. 334,85

Realização: Prefeitura de Cáceres/MT, 18 de Junho de 2015

Alice de Fátima Gonzaga Araújo

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 427/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **LUCILENE GREICE BOTELHO MAGALHÃES,** brasileira,

residente e domiciliada Avenida Vereador Osvaldo Batista, S/N Bairro: Jardim Paraíso no Município de Cáceres-MT, portadora do RG n.º 11274395 SSP/MT e CPF n.º 824.921.311-49, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora *LUCILENE GREICE BOTELHO MAGALHÃES,* no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 218, de 07 de maio de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Brincando e Aprendendo, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição as professoras que irão usufruir de Licença Prêmio em 2015).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **07 de abril de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$1.438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 07 de maio de 2015.

_____

LUCILENE GREICE BOTELHO MAGALHÃES

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

CPF nº

_____

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 255 DE 18 DE JUNHO DE 2015.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 20555, de 08 de junho de 2015,

R E S O L V E:

Art.1º Revogar a Portaria nº 166 de 17 de abril de 2014 que designou a servidora **CIEILY LOPES FERREIRA**,para exercer o cargo em Comissão de Coordenadora de Planejamento e Programação Orçamentária da Secretária de Planejamento do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 01 de junho de 2015.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de junho de 2015.

MARLI FATIMA FERREIRA DE LIMA

Secretária Municipal de Planejamento

Afixado em: 18.06.15

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº. 131/2015.

RATIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº. 131/2015.

EMENTA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL DE DENISE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor PEDRO TERCY BARBOSA, Prefeito Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições E TENDO EM VISTA A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA ATRAVÉS DESTA PORTARIA, RESOLVE:

ONDE SE LEU:

Art. 1º - Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 16 (dezesseis) dias do mês de junho de 2015.

PASSA-SE A LER:

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 01 (primeiro) dia do mês de junho de 2015.

Os demais artigos da referida portaria continuam inalterados e em vigência.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 01 (primeiro) dia do mês de junho de 2015.

Registre-se e publique-se, na data supra, na forma da lei.

PEDRO TERCY BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SETOR JURÍDICO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 96/2015

Termo aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 96/2015, que tem por objetivo a alteração de função e vencimento, e a prorrogação de prazo, que entre si fazem o Município de Diamantino/MT e Adeales Benedito de Pinho, na forma abaixo:

O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO,** pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MT sob o nº 03.648. 540/0001-74, com sede administrativa nesta cidade de Diamantino sito à Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, nº 2.341, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **JUVIANO LINCOLN**, brasileiro, divorciado, Engenheiro Florestal, portador da cédula de identidade civil nº 378.465, SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 304.779-991-15, residente na Chácara Ribanceira, bairro Jardim Guaraná, nesta cidade, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e Sr. **ADEALES BENEDITO DE PINHO,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1843109-7, SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 025.539.671-60, residente e domiciliado à Av. Santos, nº 133, Cohab Pé Branco – Jardim Alvorada, em Diamantino/MT, doravante denominado **CONTRATADO**, têm justo e acordado entre si o presente aditivo mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Da Alteração da Função e Vencimento

O contratado passará a prestar serviços como Operador de Motoniveladora, no cargo de Agente Operacional e, como tal, o valor de seus vencimentos será de R$ 1.142,00 (um mil, cento e quarenta e dois reais) mensais, acrescidos de 20% (vinte por cento) de Adicional de Insalubridade.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Prorrogação de Prazo

O presente contrato fica prorrogado até 31/12/2015.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Diamantino-MT, 17 de junho de 2015.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

CONTRATADA: ADEALES BENEDITO DE PINHO

Contratado

TESTEMUNHAS:

Nome: DINÁ BENEDITA C. DE ARAÚJO

RG: 0129508-0 SJ/MT

CPF: 172.762.331-20

Nome: EDEMAR ROSAS DOS SANTOS JÚNIOR

RG: 4532479 SSP/PA

CPF: 860.387.292-91

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 042/2015

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento de interessados que realizará no dia **01/07/ 2015 às 14h00min**, Licitação na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL (SRP), tipo “Menor Preço por lote”, cujo objetivo é: *Registro de preço para futura e eventual AQUISIÇÃO DE PÃES PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO - MT.* O Edital completo está à disposição na sede da Prefeitura, sito a Av. Desembargador J. P. F. Mendes, Nº 2.341 – Jardim Eldorado, Diamantino – MT, setor de licitação das 07h00min as 11h00min e das 13h00min as 17h00min, e no site da Prefeitura Municipal: www.diamantino.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (65) 3336-6422/6423.

Diamantino - MT, 19 de Junho de 2015.

_____

LAURO JOSNEY CORREA

Pregoeiro Oficial

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 087/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e.

CONSIDERANDO a realização de Concurso Público para provimento efetivo no serviço público municipal, conforme edital nº 001/2011 de 26 de julho de 2011, homologado através do Decreto nº 02/2012 de 04 de janeiro de 2012, publicado no Jornal AMM – Associação Mato-grossense dos Municípios na edição de 11 de janeiro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Nomeação do candidato aprovado no Concurso público da Prefeitura Municipal de Diamantino realizado de acordo com o edital 001/2011 de 26 de julho de 2011 para exercer em caráter efetivo conforme relação em anexo.

Art. 2º - O nomeado tem o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.

Art. 3º - No ato da posse o nomeado deverá apresentar os documentos do anexo I deste Decreto, constante do item 7.4 do Edital de Concurso.

Art. 4º - Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o nomeado que não comparecer na data estabelecida para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

PARAGRAFO ÚNICO: A falta de um único documento inabilitará o nomeado á posse do cargo.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Diamantino, 17 de Junho de 2015.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

ANEXO I DO DECRETO Nº. 087/2015

QTD	DOCUMENTOS PARA POSSE AUTENTICADOS
01	Fotocópia da Cédula de Identidade
01	Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)
01	Fotocópia da Certidão de Nascimento ou Casamento
01	Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso)
01	Fotocópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 5(cinco) anos de idade (se for o caso)
01	Fotocópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF
01	Fotocópia do Cartão do PIS/PASEP. (Obs: O candidato que não for cadastrado no programa PIS/PASEP deverá apresentar Declaração de não cadastrado expedida pelo próprio candidato).
01	Fotocópia do comprovante de votação das ultimas eleições que antecedem a posse
01	Fotocópia do Titulo de Eleitor
01	Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicilio dos últimos cinco anos, relativa a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com transito em julgado)
01	Certidão Negativa de Débitos para com o Município

01	Atestado de Saúde Física e Mental (pré-admissional) expedido por profissional da Medicina do Trabalho.
01	Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade.
01	Fotocópia do Certificado de Reservista (quando do sexo masculino)
01	Fotocópia do Comprovante de Escolaridade
01	Fotocópia do Comprovante de Residência ou Declaração contendo endereço residencial
01	Declaração de acumulo ou não de Cargo público
01	Declaração de Bens
01	Declaração de Disponibilidade para cumprimento de carga horária do cargo em que exercera sua função
01	Fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS (págs. fotografia e identificação)
01	Declaração de que não infringiu as leis que fundamentaram este edital.

ANEXO II DO DECRETO Nº 087/2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Cargo: (24) – ENFERMEIRO Inscrição Média Final
8º CASTRO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR 02443 6,25

JUVIANO LINCOLNPrefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 041/2015

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento de interessados que realizará no dia **01/07/2015 às 08h00min**, Licitação na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL (SRP), tipo "Menor Preço por lote", cujo objetivo é: *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EXTINTORES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO* **- MT.** O Edital completo está à disposição na sede da Prefeitura, sito a Av. Desembargador J. P. F. Mendes, Nº 2.341 – Jardim Eldorado, Diamantino – MT, setor de licitação das 07h00min as 11h00min e das 13h00min as 17h00min, e no site da Prefeitura Municipal: www.diamantino.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (65) 3336-6422/6423.

Diamantino - MT, 19 de Junho de 2015.

_____

LAURO JOSNEY CORREA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D´OESTE

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA NO 21-2015

PORTARIA Nº. 21/2015 – DE 18 DE JUNHO DE 2015.

O Exmº Sr. **ANÍSIO APARECIDO PERES,** Presidente da Câmara Municipal de Figueirópolis D'Oeste-MT., no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a legislação vigente, visando ainda o reordenamento do Quadro Funcional da Câmara Municipal, e;

Considerando que a Comissão Permanente de Avaliação e Desempenho da Câmara Municipal de Figueirópolis D´Oeste-MT, após analisar os requisitos do artigo 20, inciso I e II, artigo 21, inciso I, II, III, IV, V e VI da Lei Complementar 021/2014, declararam a servidora Elizabeth de Souza Silva**, apta a elevação de nível** no plano de cargos e carreira;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder a servidora **ELIZABETH DE SOUZA SILVA**, a aprovação de elevação para o nível 12 classe B, com base no Artigo 16, § 1º, § 2º e § 4º da Lei Complementar nº 021/2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de Junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se;

Cumpra-se;

Figueirópolis D'Oeste-MT., em 18 de junho de 2015.

ANÍSIO APARECIDO PERES

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 078/2015 - NOMEAÇÃO

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 078/2015.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NILSON FRANCISCO ALESSIO, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei.

RESOLVE,

Art. 1º - Fica Nomeada a Sr.ª **DIVONILDA COSTA FERREIRA**, brasileira, filha de: Wolney Costa Ferreira e Divina Vieira Costa, nascida em 15/10/1968, portadora do RG N° 926.431, SSP/DF e CPF: 604.664.991-91, no Cargo de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, a partir de 10/06/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 10 de junho de 2015.

_____

NILSON FRANCISCO ALESSIO

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2015

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações, a seguinte Licitação regida pela Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Tomada de Preços nº. 005/2015.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de reservatórios de agua, para entrega em Gaúcha do Norte-MT e na Escola Municipal Botuverá, a 200km da sede com mão de obra de instalação e montagem por conta da empresa vencedora, com pagamento em 03 (três) parcelas.

REALIZAÇÃO: 14/07/2015.

HORAS: 08:00 hs (horário Cuiabá).

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no horário das 07:00 às 17:00 horas, pelo endereço eletrônico www.gauchadonorte.mt.gov.br até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes.

Gaúcha do Norte - MT, 18 de Junho de 2015.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 295/2015 DE 16/06/2015.

PORTARIA Nº 295/2015 de 16/06/2015.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDE FÉRIAS, a servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	**ROSA NILDA CAMPOS**
CARGO:	**COPEIRA**
Período de:	**03/06/2015 A 02/07/2015 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**08/10/2013 A 08/10/2014**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 03 do mês de junho de 2015, revogadas a disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 16 (dezesseis) dia do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

Sandra Martins

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 16/06/2015.

NP 465/2015.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 296/2015 DE 17/06/2015.

PORTARIA Nº 296/2015 de 17/06/2015.

"DISPÕE SOBRE AVERBAÇÃO DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, NÃO CONCOMITANTE, EM FAVOR DA SRª. MIRIAN JUDITH MATTEI FORNARI, SERVIDORA PÚBLICA DESTE MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

Art. 1º - Averbar o tempo de contribuição não concomitante conforme Certidão de Tempo de Contribuição do Governo do Estado de Mato Grosso em nome da **Srª**. **MIRIAN JUDITH MATTEI FORNARI**.

Art. 2º - Fica averbado o tempo de contribuição de 3138 dias líquidos equivalente a 8 (anos) 7 (meses) e 13 (dias).

PERIODO	ORGÃO	DIAS LIQUIDOS
DE 12/03/1984 A 30/11/1991	**Secretaria de Estado da Administração do Estado do Paraná**	**2819**
DE 12/02/1999 A 31/12/1999	**Instituto Nacional do Seguro Social- INSS (Município de Guarantã do Norte - MT)**	**319**

Art. 3º - Compete a Prefeita Municipal, acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta portaria.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Guarantã do Norte/MT, 17 de junho de 2015.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 17/06/2015.

NP 471/2015.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

LICITAÇAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 020/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram o Município de Guarantã do Norte/MT, por intermédio da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 021/2015, tendo por OBJETO Registro de Preço para futura eventual contratação de pessoa jurídica, devidamente habilitada para prestação de serviços mecânicos visando a manutenção de veículos leves atendendo as necessidades operacionais das Secretarias e fundos Municipais do Município de Guarantã do Norte/MT representado pela Prefeitura Municipal, constantes no termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, o Município de Guarantã do Norte/MT por intermédio do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL inscrita no CNPJ nº 03.239.019/0001-83, situado na Rua das Oliveiras, 135 Jardim Vitória – Guarantã do Norte/MT – CEP 78.520-000 neste ato representado pela Prefeita Sra. Sandra Martins, brasileira, divorciada, portadora do RG n. 0805741-9 SSP/MT e do CPF nº 482.430.0001-00 residente e domiciliado na Rua das Amendoeiras nº 308, Centro, Guarantã do Norte/MT, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelos Decretos nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2015 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2015 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 020/2015, Ata de julgamento de Preços, e homologada pelo ordenador de despesas deste MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa vencedora (s) que incidirá no valor dos **SERVIÇOS**, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é de registrar o preço UNITÁRIO obtido na licitação PREGÃO PRESENCIAL nº 021/2015; enquanto o objeto MEDIATO será a contratação futura da empresa P.C. KOLH MECANICA –ME, visando o **FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS** constantes do aludido Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

1.3. Os instrumentos contratuais poderão ser substituídos por outros documentos hábeis, observados os ditames do artigo 62 e parágrafos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA –DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, especificação, fornecedor e o preço unitário estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2. Fornecedor Registrado

Empresa

P.C. KOLH MECANICA –ME.

CNPJ nº 05.332.300/00001-91 - I.E. nº 13243825-9.

Endereço: Avenida das Macieiras n° 95. Bairro Jardim Novo Horizonte.

Cidade: Guarantã do Norte/MT CEP: 78520-000 Telefone: (066) 96127176.

Representante legal: Paulo Claudemar Kohl.

Item(ns) Lotes, 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, e 42.

Lote 01

SERVIÇO DE SUSPENSÃO E FREIO

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX

WOLKSVAGEM GOL POWER

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
1	4	SRV	Troca de amortecedor e batente Dianteiro e Traseiro	R$ 59,37
2	4	SRV	Troca de peças da suspenção de cada lado	R$ 49,47
3	2	SRV	Troca de terminal de direção	R$ 9,89
4	4	SRV	Troca de rolamento de roda	R$ 34,63
5	2	SRV	Troca de homocinetica e coifa	R$ 29,68
6	2	SRV	Troca de coxim motor	R$ 29,68
7	4	SRV	Serviço de freio cada roda	R$ 19,79
8	2	SRV	Troca de cilindro mestre de freio e reparo da pinça	R$ 49,47
9	2	SRV	Troca de cabo de freio de mão	R$ 24,74

Lote 02

SERVIÇO DE SUSPENSÃO E FREIO

FORD RANGER

FORD F-1000

MITSUBSHI L-200 GL

MITSUBSHI L-200 GL- TRITON

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	**VALOR UNITÁRIO**
10	4	SRV	Troca de amortecedor com mola aspiral	R$ 69,57
11	4	SRV	Troca de amortecedor simples Dianteiro e Traseiro	R$ 39,75
12	4	SRV	Troca de peças da suspensão cada lado	R$ 29,82
13	4	SRV	Troca de terminal de direção	R$ 29,82
14	4	SRV	Troca de rolamento de roda e engraxe	R$ 59,63
15	2	SRV	Troca de homocinetica , deslizante e coifa	R$ 49,69
16	8	SRV	Serviço de freio cada roda	R$ 29,82
17	2	SRV	Troca de cilindro mestre de freio	R$ 39,75
18	2	SRV	Troca de reparo de pinça de freio Dianteiro	R$ 34,79
19	2	SRV	Troca de coxim motor	R$ 59,63
20	2	SRV	Troca de cabo do freio estacionário	R$ 49,69

Lote 03

SERVIÇO DE SUSPENSÃO E FREIO

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX

WOLKSVAGEM GOL POWER

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	**VALOR UNITÁRIO**
21	2	SRV	Troca de amortecedor e batente Dianteiro e Traseiro	R$ 59,57
22	2	SRV	Troca de peças da suspensão de cada lado	R$ 49,64
23	2	SRV	Troca de terminal de direção	R$ 9,93
24	2	SRV	Troca de rolamento de roda	R$ 34,75
25	2	SRV	Troca de homocinetica e coifa	R$ 29,78

26	3	SRV	Troca de coxim motor	R$ 29,78
27	3	SRV	Serviço de freio cada roda	R$ 19,86
28	2	SRV	Troca de cilindro mestre de freio e reparo da pinça	R$ 49,64
29	3	SRV	Troca de cabo de freio de mão	R$ 24,82

Lote 04

SERVIÇO DE SUSPENSÃO E FREIO

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX

CHEVROLET CELTA FLEXPOWER.

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	**VALOR UNITÁRIO**
30	8	SRV	Troca de amortecedor e batente Dianteiro e Traseiro	R$ 59,68
31	8	SRV	Troca de peças da suspensão de cada lado	R$ 49,73
32	8	SRV	Troca de terminal de direção	R$ 9,95
33	8	SRV	Troca de rolamento de roda	R$ 34,81
34	8	SRV	Troca de homocinetica e coifa	R$ 29,84
35	4	SRV	Troca de coxim motor	R$ 29,84
36	8	SRV	Serviço de freio cada roda	R$ 19,89
37	1	SRV	Troca de cilindro mestre de freio e reparo da pinça	R$ 49,73
38	2	SRV	Troca de cabo de freio de mão	R$ 24,87

Lote 05

SERVIÇO DE SUSPENSÃO E FREIO

MITSUBSHI L-200 GL.

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
39	4	SRV	Troca de amortecedor com mola aspiral	R$ 69,58
40	4	SRV	Troca de amortecedor simples Dianteiro e Traseiro	R$ 39,76
41	4	SRV	Troca de peças da suspensão cada lado	R$ 29,82
42	4	SRV	Troca de terminal de direção	R$ 29,82
43	4	SRV	Troca de rolamento de roda e engraxe	R$ 59,64
44	4	SRV	Troca de homocinetica , deslizante e coifa	R$ 49,70
45	4	SRV	Serviço de freio cada roda	R$ 29,82
46	2	SRV	Troca de cilindro mestre de freio	R$ 39,76
47	4	SRV	Troca de reparo de pinça de freio Dianteiro	R$ 34,79
48	2	SRV	Troca de coxim motor	R$ 59,64
49	2	SRV	Troca de cabo do freio estacionário	R$ 49,70

Lote 06

SERVIÇO DE SUSPENSÃO E FREIO.

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX

WOLKSVAGEM GOL POWER

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
50	6	SRV	Troca de amortecedor e batente Dianteiro e Traseiro	R$ 59,84
51	6	SRV	Troca de peças da suspensão de cada lado	R$ 49,87
52	5	SRV	Troca de terminal de direção	R$ 9,97
53	8	SRV	Troca de rolamento de roda	R$ 34,91
54	5	SRV	Troca de homocinetica e coifa	R$ 29,92
55	3	SRV	Troca de coxim motor	R$ 29,92
56	10	SRV	Serviço de freio cada roda	R$ 19,95
57	8	SRV	Troca de cilindro mestre de freio e reparo da pinça	R$ 49,87
58	3	SRV	Troca de cabo de freio de mão	R$ 24,93

Lote 07

SERVIÇO DE SUSPENSÃO E FREIO.

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX

WOLKSVAGEM GOL POWER

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
59	2	SRV	Troca de amortecedor e batente Dianteiro e Traseiro	R$ 59,03
60	2	SRV	Troca de peças da suspensão de cada lado	R$ 49,19
61	2	SRV	Troca de terminal de direção	R$ 9,84
62	2	SRV	Troca de rolamento de roda	R$ 34,44
63	2	SRV	Troca de homocinetica e coifa	R$ 29,52
64	2	SRV	Troca de coxim motor	R$ 29,52
65	2	SRV	Serviço de freio cada roda	R$ 19,68
66	2	SRV	Troca de cilindro mestre de freio e reparo da pinça	R$ 49,19
67	2	SRV	Troca de cabo de freio de mão	R$ 24,60

Lote 08

SERVIÇO DE SUSPENSÃO E FREIO

NISSAN FRONTIER

CAMINHONETE D-20

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
68	2	SRV	Troca de amortecedor com mola aspiral	R$ 69,29
69	2	SRV	Troca de amortecedor simples Dianteiro e Traseiro	R$ 39,60
70	2	SRV	Troca de peças da suspensão cada lado	R$ 29,70
71	2	SRV	Troca de terminal de direção	R$ 29,70
72	2	SRV	Troca de rolamento de roda e engraxe	R$ 59,39
73	2	SRV	Troca de homocinetica , deslizante e coifa	R$ 49,49
74	2	SRV	Serviço de freio cada roda	R$ 29,70
75	2	SRV	Troca de cilindro mestre de freio	R$ 39,60
76	2	SRV	Troca de reparo de pinça de freio Dianteiro	R$ 34,65
77	2	SRV	Troca de coxim motor	R$ 59,39
78	2	SRV	Troca de cabo do freio estacionário	R$ 49,49

Lote 09

SERVIÇO DE SUSPENSÃO E FREIO

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX

WOLKSVAGEM GOL POWER

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
79	1	SRV	Troca de amortecedor e batente Dianteiro e Traseiro	R$ 59,03
80	1	SRV	Troca de peças da suspensão de cada lado	R$ 49,19
81	1	SRV	Troca de terminal de direção	R$ 9,84
82	1	SRV	Troca de rolamento de roda	R$ 34,44
83	1	SRV	Troca de homocinetica e coifa	R$ 29,52
84	1	SRV	Troca de coxim motor	R$ 29,52
85	1	SRV	Serviço de freio cada roda	R$ 19,68
86	1	SRV	Troca de cilindro mestre de freio e reparo da pinça	R$ 49,19
87	1	SRV	Troca de cabo de freio de mão	R$ 24,60

Lote 10

SERVIÇO DE SUSPENSÃO E FREIO

FORD RANGER

FORD F-1000

MITSUBSHI L-200 GL

MITSUBSHI L-200 TRITON

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	**VALOR UNITÁRIO**
88	2	SRV	Troca de amortecedor com mola aspiral	R$ 69,29
89	2	SRV	Troca de amortecedor simples Dianteiro e Traseiro	R$ 39,60
90	2	SRV	Troca de peças da suspensão cada lado	R$ 29,70
91	2	SRV	Troca de terminal de direção	R$ 29,70
92	2	SRV	Troca de rolamento de roda e engraxe	R$ 59,39
93	2	SRV	Troca de homocinetica , deslizante e coifa	R$ 49,49
94	2	SRV	Serviço de freio cada roda	R$ 29,70
95	2	SRV	Troca de cilindro mestre de freio	R$ 39,60
96	2	SRV	Troca de reparo de pinça de freio Dianteiro	R$ 34,65
97	2	SRV	Troca de coxim motor	R$ 59,39
98	2	SRV	Troca de cabo do freio estacionário	R$ 49,49

Lote 11

SERVIÇO DE MOTOR.

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX

WOLKSVAGEM GOL POWER

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
99	2	SRV	Troca de correia dentada	R$ 79,80
100	4	SRV	Troca de óleo e filtro	R$ 19,95
101	1	SRV	Troca de junta de carter	R$ 59,85
102	1	SRV	Troca de radiador	R$ 49,88
103	1	SRV	Troca de bomba de agua	R$ 39,90
104	1	SRV	Troca de junta de coletor	R$ 39,90
105	1	SRV	Troca de junta da tampa de válvula	R$ 49,88
106	1	SRV	Troca de junta de cabeçote	R$ 239,40

107	1	SRV	Desmontagem e montagem do motor completo	R$ 798,00
108	1	SRV	Tirar e colocar motor	R$ 349,13
109	3	SRV	Troca de correia de distribuição (ALT,DH,AC)	R$ 44,89

Lote 12

SERVIÇO DE MOTOR.

FORD RANGER

FORD F-1000

MITSUBSHI L-200 GL

MITSUBSHI L-200 TRITON

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
110	5	SRV	Troca de correia dentada	R$ 149,77
111	10	SRV	Troca de óleo e filtro	R$ 19,97
112	1	SRV	Troca de radiador	R$ 49,92
113	1	SRV	Troca de bomba de agua	R$ 49,92
114	1	SRV	Troca de junta de coletor	R$ 99,85
115	1	SRV	Troca de junta da tampa de válvula	R$ 39,94
116	1	SRV	Troca de junta de cabeçote	R$ 279,57
117	1	SRV	Desmontagem e montagem do motor completo	R$ 1123,28
118	1	SRV	Tirar e colocar motor	R$ 499,24
119	3	SRV	Troca de correia de distribuição (ALT,DH,AC)	R$ 59,91

Lote 13

SERVIÇO DE MOTOR.

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX

WOLKSVAGEM GOL POWER

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
120	2	SRV	Troca de correia dentada	R$ 79,84
121	3	SRV	Troca de óleo e filtro	R$ 19,96
122	2	SRV	Troca de junta de carter	R$ 59,88
123	2	SRV	Troca de radiador	R$ 49,90
124	3	SRV	Troca de bomba de agua	R$ 39,92
125	2	SRV	Troca de junta de coletor	R$ 39,92
126	2	SRV	Troca de junta da tampa de válvula	R$ 49,90
127	2	SRV	Troca de junta de cabeçote	R$ 239,52
128	1	SRV	Desmontagem e montagem do motor completo	R$ 798,40
129	1	SRV	Tirar e colocar motor	R$ 349,30
130	3	SRV	Troca de correia de distribuição (ALT,DH,AC)	R$ 44,91

Lote 14

SERVIÇOS DE MOTOR

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX

CHEVROLET CELTA FLEXPOWER

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
131	3	SRV	Troca de correia dentada	R$ 79,82
132	10	SRV	Troca de óleo e filtro	R$ 19,96
133	1	SRV	Troca de junta de carter	R$ 59,87
134	1	SRV	Troca de radiador	R$ 49,89
135	1	SRV	Troca de bomba de agua	R$ 39,91
136	1	SRV	Troca de junta de coletor	R$ 39,91
137	1	SRV	Troca de junta da tampa de válvula	R$ 49,89
138	1	SRV	Troca de junta de cabeçote	R$ 239,47
139	1	SRV	Desmontagem e montagem do motor completo	R$ 798,22
140	1	SRV	Tirar e colocar motor	R$ 349,22
141	4	SRV	Troca de correia de distribuição (ALT,DH,AC)	R$ 44,90

Lote 15

SERVIÇO DE MOTOR

MITSUBSHI L-200 GL

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
142	3	SRV	Troca de correia dentada	R$ 149,75
143	10	SRV	Troca de óleo e filtro	R$ 19,97
144	2	SRV	Troca de radiador	R$ 49,92
145	2	SRV	Troca de bomba de agua	R$ 49,92
146	1	SRV	Troca de junta coletor	R$ 99,83

147	1	SRV	Troca de junta tampa de válvula	R$ 39,93
148	1	SRV	Troca de junta de cabeçote	R$ 279,54
149	1	SRV	Desmontagem e montagem motor completo	R$ 1123,13
150	1	SRV	Tirar e colocar motor	R$ 499,17
151	2	SRV	Troca de correia distribuidora (ALT,AC,DH)	R$ 59,90

Lote 16

SERVIÇO DE MOTOR

RENAULT MASTER

FORD F-4000 AMBULÂNCIA

FORD TRANSIT AMBULÂNCIA

CITROEN JUMPER AMBULÂNCIA

MICROÔNIBUS VOLARE W8

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
152	10	SRV	Troca de correia dentada	R$ 149,75
153	15	SRV	Troca de óleo e filtro	R$ 29,95
154	2	SRV	Troca de radiador	R$ 59,90
155	1	SRV	Troca de bomba de agua	R$ 49,92
156	2	SRV	Troca de junta da tampa de válvula	R$ 44,92
157	1	SRV	Troca de junta do coletor	R$ 119,80
158	1	SRV	Troca de junta de cabeçote	R$ 299,50
159	2	SRV	Desmontagem e montagem do motor completo	R$ 1098,16
160	2	SRV	Tirar e colocar motor	R$ 499,16
161	3	SRV	Troca de correia distribuidora (ALT,AC,DH)	R$ 49,92

Lote 17

SERVIÇO DE MOTOR

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX

WOLKSVAGEM GOL POWER

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
162	2	SRV	Troca de correia dentada	R$ 79,79
163	5	SRV	Troca de óleo e filtro	R$ 19,95
164	2	SRV	Troca de junta de carter	R$ 59,84
165	2	SRV	Troca de radiador	R$ 49,87
166	3	SRV	Troca de bomba de agua	R$ 39,89
167	2	SRV	Troca de junta de coletor	R$ 39,89
168	3	SRV	Troca de junta da tampa de válvula	R$ 49,87
169	2	SRV	Troca de junta de cabeçote	R$ 239,36
170	2	SRV	Desmontagem e montagem do motor completo	R$ 797,86
171	2	SRV	Tirar e colocar motor	R$ 349,07
172	3	SRV	Troca de correia de distribuição (ALT,DH,AC)	R$ 44,88

Lote 18

SERVIÇO DE MOTOR

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX

WOLKSVAGEM GOL POWER

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
173	2	SRV	Troca de correia dentada	R$ 79,63
174	2	SRV	Troca de óleo e filtro	R$ 19,91
175	2	SRV	Troca de junta de carter	R$ 59,72
176	2	SRV	Troca de radiador	R$ 49,77
177	2	SRV	Troca de bomba de agua	R$ 39,81
178	2	SRV	Troca de junta de coletor	R$ 39,81
179	2	SRV	Troca de junta da tampa de válvula	R$ 49,77
180	1	SRV	Troca de junta de cabeçote	R$ 238,89
181	1	SRV	Desmontagem e montagem do motor completo	R$ 796,30
182	1	SRV	Tirar e colocar motor	R$ 348,38
183	2	SRV	Troca de correia de distribuição (ALT,DH,AC)	R$ 44,79

Lote 19

SERVIÇOS DE MOTOR

NISSAN FRONTIER

CAMINHONETE D-20

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
184	2	SRV	Troca de correia dentada	R$ 149,47
185	2	SRV	Troca de óleo e filtro	R$ 19,93
186	2	SRV	Troca de radiador	R$ 48,82
187	2	SRV	Troca de bomba de agua	R$ 48,82
188	2	SRV	Troca de junta coletor	R$ 99,65
189	2	SRV	Troca de junta tampa de válvula	R$ 39,86
190	1	SRV	Troca de junta de cabeçote	R$ 279,02
191	1	SRV	Desmontagem e montagem motor completo	R$ 1121,05
192	1	SRV	Tirar e colocar motor	R$ 498,24
193	2	SRV	Troca de correia distribuidora (ALT,AC,DH)	R$ 59,79

Lote 20

SERVIÇO DE MOTOR

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX

WOLKSVAGEM GOL POWER

SERVIÇO DE SUSPENSÃO E FREIO

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
194	1	SRV	Troca de correia dentada	R$ 79,77
195	1	SRV	Troca de óleo e filtro	R$ 19,94
196	1	SRV	Troca de junta de carter	R$ 59,83
197	1	SRV	Troca de radiador	R$ 49,86
198	1	SRV	Troca de bomba de agua	R$ 39,89
199	1	SRV	Troca de junta de coletor	R$ 39,89
200	1	SRV	Troca de junta da tampa de válvula	R$ 49,86
201	1	SRV	Troca de junta de cabeçote	R$ 239,32
202	1	SRV	Desmontagem e montagem do motor completo	R$ 797,75
203	1	SRV	Tirar e colocar motor	R$ 349,01
204	1	SRV	Troca de correia de distribuição (ALT,DH,AC)	R$ 44,87

Lote 21

SERVIÇOS DE MOTOR.

FORD RANGER

FORD F-1000

MITSUBSHI L-200 GL

MITSUBSHI L-200 TRITON

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
205	2	SRV	Troca de correia dentada	R$ 148,96
206	3	SRV	Troca de óleo e filtro	R$ 19,86
207	1	SRV	Troca de radiador	R$ 49,65
208	1	SRV	Troca de bomba de agua	R$ 49,65
209	1	SRV	Troca de junta coletor	R$ 99,31
210	1	SRV	Troca de junta tampa de válvula	R$ 39,72
211	1	SRV	Troca de junta de cabeçote	R$ 278,06
212	1	SRV	Tirar e colocar motor	R$ 496,53
213	1	SRV	Troca de correia distribuidora (ALT,AC,DH)	R$ 59,58

Lote 22

SERVIÇO DE TRANSMISSÃO E EMBREAGEM

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX

WOLKSVAGEM GOL POWER

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	**VALOR UNITÁRIO**
214	1	SRV	Tirar e colocar cambio e embreagem	R$ 158,32
215	1	SRV	Desmontagem e montagem do cambio	R$ 252,32
216	1	SRV	Trocar cilindro de embreagem	R$ 59,37

Lote 23

SERVIÇO DE TRANSMISSÃO E EMBREAGEM

FORD RANGER

FORD F-1000

MITSUBSHI L-200 GL

MITSUBSHI L-200 TRITON

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
217	1	SRV	Tira e colocar cambio e embreagem 4x4	R$ 349,03
218	1	SRV	Tira e colocar cambio e embreagem 4x2	R$ 249,31
219	1	SRV	Desmontagem e montagem do cambio	R$ 398,89
220	1	SRV	Desmontagem e montagem caixa de transferência 4x4	R$ 319,11
221	1	SRV	Troca de cilindro de embreagem	R$ 49,86
222	1	SRV	Desmontagem e montagem diferencial traseiro	R$ 199,44
223	1	SRV	Desmontagem e montagem diferencial dianteiro	R$ 229,36

Lote 24

SERVIÇO DE TRANSMISSÃO E EMBREAGEM

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX

WOLKSVAGEM GOL POWER

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
224	2	SRV	Tirar e colocar cambio e embreagem	R$ 158,85
225	1	SRV	Desmontagem e montagem do cambio	R$ 253,17
226	2	SRV	Trocar cilindro de embreagem	R$ 59,57

Lote 25

SERVIÇO DE TRANSMISSÃO E EMBREAGEM

CHEVROLET CELTA FLEXPOWER

FIAT UNO MULLER FLEX

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
227	2	SRV	Tirar e colocar cambio e embreagem	R$ 159,16
228	2	SRV	Desmontagem e montagem do cambio	R$ 253,66
229	2	SRV	Trocar cilindro de embreagem	R$ 59,68

Lote 26

SERVIÇO DE TRANSMISSÃO E EMBREAGEM

MITSUBSHI L-200 GL

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
230	1	SRV	Tira e colocar cambio e embreagem 4x4	R$ 348,06
231	1	SRV	Tira e colocar cambio e embreagem 4x2	R$ 248,61
232	1	SRV	Desmontagem e montagem do cambio	R$ 397,78
233	1	SRV	Desmontagem e montagem caixa de transferência 4x4	R$ 318,22
234	1	SRV	Troca de cilindro de embreagem	R$ 49,72
235	1	SRV	Desmontagem e montagem diferencial traseiro	R$ 198,89
236	1	SRV	Desmontagem e montagem diferencial dianteiro	R$ 228,72

Lote 27

SERVIÇO DE TRANSMISSÃO E EMBREAGEM

RENAULT MASTER

FORD F-4000 AMBULÂNCIA

FORD TRANSIT AMBULÂNCIA

CITROEN JUMPER AMBULÂNCIA

MICROÔNIBUS VOLARE W8

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
237	2	SRV	Tirar e colocar cambio e embreagem	R$ 299,16
238	2	SRV	Desmontagem e montagem de cambio	R$ 299,16
239	2	SRV	Trocar cilindro de embreagem	R$ 59,83
240	2	SRV	Desmontagem e montagem do diferencial traseiro	R$ 229,35

Lote 28

SERVIÇO DE TRANSMISSÃO E EMBREAGEM

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX

WOLKSVAGEM GOL POWER

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
241	4	SRV	Tirar e colocar cambio e embreagem	R$ 159,65
242	5	SRV	Desmontagem e montagem do cambio	R$ 254,44
243	6	SRV	Trocar cilindro de embreagem	R$ 59,87

Lote 29

SERVIÇO DE TRANSMISSÃO E EMBREAGEM.

NISSAN FRONTIER

CAMINHONETE D-20

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
244	1	SRV	Tira e colocar cambio e embreagem 4x4	R$ 349,05
245	1	SRV	Tira e colocar cambio e embreagem 4x2	R$ 249,32
246	1	SRV	Desmontagem e montagem do cambio	R$ 398,92
247	1	SRV	Desmontagem e montagem caixa de transferência 4x4	R$ 319,14
248	2	SRV	Troca de cilindro de embreagem	R$ 49,86
249	1	SRV	Desmontagem e montagem diferencial traseiro	R$ 199,46
250	1	SRV	Desmontagem e montagem diferencial dianteiro	R$ 229,38

Lote 30

SERVIÇO DE TRANSMISSÃO E EMBREAGEM

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX

WOLKSVAGEM GOL POWER

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
251	1	SRV	Tirar e colocar cambio e embreagem	R$ 158,32
252	1	SRV	Desmontagem e montagem do cambio	R$ 252,32
253	1	SRV	Trocar cilindro de embreagem	R$ 59,37

Lote 31

SERVIÇO DE TRANSMISSÃO E EMBREAGEM

FORD RANGER

FORD F-1000

MITSUBSHI L-200 GL

MITSUBSHI L-200 TRITON

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
254	1	SRV	Tira e colocar cambio e embreagem 4x4	R$ 330,56
255	1	SRV	Tira e colocar cambio e embreagem 4x2	R$ 236,11
256	1	SRV	Desmontagem e montagem do cambio	R$ 377,78
257	1	SRV	Desmontagem e montagem caixa de transferência 4x4	R$ 302,22
258	1	SRV	Troca de cilindro de embreagem	R$ 47,22
259	1	SRV	Desmontagem e montagem diferencial traseiro	R$ 188,89
260	1	SRV	Desmontagem e montagem diferencial dianteiro	R$ 217,22

Lote 32

SERVIÇO DE INJEÇÃO ELETRÔNICA (COMBUSTIVEL)

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX

WOLKSVAGEM GOL POWER

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
261	2	SRV	Diagnóstico de injeção eletrônica (gasolina e etanol)	R$ 99,00
262	2	SRV	Troca de vela e cabo	R$ 29,70
263	4	SRV	Limpeza de bico e manutenção de injeção	R$ 39,60
264	1	SRV	Troca de bomba de combustível	R$ 79,20

Lote 33

SERVIÇO DE INJEÇÃO ELETRÔNICA (COMBUSTIVEL).

FORD RANGER

FORD F-1000

MITSUBSHI L-200 GL

MITSUBSHI L-200 TRITON

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
265	4	SRV	Diagnóstico de injeção eletrônica (diesel)	R$ 199,07
266	4	SRV	Trocar bico	R$ 248,84
267	2	SRV	Troca de bomba de combustível de alta pressão	R$ 99,54
268	2	SRV	Troca de bomba de combustível de baixa pressão	R$ 79,63

Lote 34

SERVIÇO DE INJEÇÃO ELETRÔNICA (COMBUSTIVEL).

FIAT UNO MILLE FIRE FLE

WOLKSVAGEM GOL POWER

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
269	2	SRV	Diagnóstico de injeção eletrônica (gasolina e etanol)	R$ 99,00
270	2	SRV	Troca de vela e cabo	R$ 29,70
271	2	SRV	Limpeza de bico e manutenção de injeção	R$ 39,60
272	2	SRV	Troca de bomba de combustível	R$ 79,20

Lote 35

SERVIÇO DE INJEÇÃO ELETRÔNICA (COMBUSTIVEL)

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX.

CHEVROLET CELTA FLEXPOWER.

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
273	2	SRV	Diagnóstico de injeção eletrônica (gasolina e etanol)	R$ 99,35
274	3	SRV	Troca de vela e cabo	R$ 29,81
275	8	SRV	Limpeza de bico e manutenção de injeção	R$ 39,74
276	2	SRV	Troca de bomba de combustível	R$ 79,48

Lote 36.

SERVIÇO DE INJEÇÃO ELETRÔNICA (COMBUSTIVEL).

MITSUBSHI L-200 GL.

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
277	2	SRV	Diagnóstico de injeção eletrônica (gasolina etanol)	R$ 149,54
278	3	SRV	Diagnóstico de injeção eletrônica (diesel)	R$ 199,39
279	8	SRV	Trocar bico	R$ 249,23
280	2	SRV	Troca de bomba de combustível de alta pressão	R$ 99,69
281	2	SRV	Troca de bomba de combustível de baixa pressão	R$ 79,75

Lote 37

SERVIÇO DE INJEÇÃO ELETRÔNICA (COMBUSTIVEL).

RENAULT MASTER

FORD F-4000 AMBULÂNCIA

FORD TRANSIT AMBULÂNCIA

CITROEN JUMPER AMBULÂNCIA

MICROÔNIBUS VOLARE W8

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
282	4	SRV	Diagnóstico de injeção eletrônica (diesel)	R$ 149,68
283	12	SRV	Troca de bico injetor	R$ 249,47
284	2	SRV	Troca de bomba de combustível de alta pressão	R$ 149,68
285	2	SRV	Troca de bomba de combustível de baixa pressão	R$ 129,72
286	3	SRV	Tirar e colocar tanque e limpeza	R$ 179,62

Lote 38

SERVIÇO DE INJEÇÃO ELETRÔNICA (COMBUSTIVEL).

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX

WOLKSVAGEM GOL POWER

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
287	7	SRV	Diagnóstico de injeção eletrônica (gasolina e etanol)	R$ 99,58
288	3	SRV	Troca de vela e cabo	R$ 29,87
289	4	SRV	Limpeza de bico e manutenção de injeção	R$ 39,83
290	3	SRV	Troca de bomba de combustível	R$ 79,66

Lote 39

SERVIÇO DE INJEÇÃO ELETRÔNICA (COMBUSTIVEL).

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX

WOLKSVAGEM GOL POWER

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
291	SRV	2	Diagnóstico de injeção eletrônica (gasolina e etanol)	R$ 99,00
292	SRV	2	Troca de vela e cabo	R$ 29,70
293	SRV	2	Limpeza de bico e manutenção de injeção	R$ 39,60

294	SRV	2	Troca de bomba de combustível	R$ 79,20

Lote 40

SERVIÇO DE INJEÇÃO ELETRÔNICA (COMBUSTIVEL).

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX.

WOLKSVAGEM GOL POWER.

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
295	1	SRV	Diagnóstico de injeção eletrônica (gasolina e etanol)	R$ 98,00
296	1	SRV	Troca de vela e cabo	R$ 29,40
297	1	SRV	Limpeza de bico e manutenção de injeção	R$ 39,20
298	1	SRV	Troca de bomba de combustível	R$ 78,40

Lote 41

SERVIÇO DE INJEÇÃO ELETRÔNICA (COMBUSTIVEL).

FORD RANGER

FORD F-1000

MITSUBSHI L-200 GL

MITSUBSHI L-200 TRITON

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
299	2	SRV	Diagnóstico de injeção eletrônica (diesel)	R$ 198,15
300	2	SRV	Trocar bico	R$ 247,69
301	1	SRV	Troca de bomba de combustível de alta pressão	R$ 99,07
302	1	SRV	Troca de bomba de combustível de baixa pressão	R$ 79,26

Lote 42

SERVIÇO DE SUSPENSÃO E FREIO.

RENAULT MASTER

FORD F-4000 AMBULÂNCIA

FORD TRANSIT AMBULÂNCIA

CITROEN JUMPER AMBULÂNCIA

MICROÔNIBUS VOLARE W8.

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
303	6	SRV	Troca de amortecedor dianteiro	R$ 49,92
304	6	SRV	Troca de amortecedor traseiro	R$ 39,93
305	6	SRV	Troca de peças suspenção cada lado	R$ 39,93
306	6	SRV	Troca de terminal e articulador	R$ 44,92
307	8	SRV	Troca de rolamento de roda	R$ 49,92
308	6	SRV	Troca de homocinetica, deslizante e coifa	R$ 59,90
309	10	SRV	Serviço de freio cada roda	R$ 34,94
310	4	SRV	Troca de cilindro mestre de freio	R$ 49,92
311	4	SRV	Troca de reparo da pinça de freio	R$ 34,94
312	4	SRV	Troca de coxim do motor	R$ 59,90
313	3	SRV	Troca de cabo do freio estacionário	R$ 69,88

2.3. Em observância ao art. 11 inciso II e § 4º do Decreto 7892/2013, para fins de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, ficam registrados em forma de anexo I desta ata, o(s) item(ns), unidade, especificação, MARCA, fornecedor e o preço unitário dos licitantes em 2ª classificação, mediante anuência da classificada, que aceitaram cotar seus SERVIÇOS em valor igual ao do licitante classificado em 1º lugar (primeiro lugar).

2.4. Na hipótese de cancelamento parcial de registro desta ata nos casos especificados na *cláusula décima segunda*, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante do SERVIÇOS das demais empresas classificadas em 2º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7. 892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as alterações .

3.2. Regularmente convocado para retirar a ordem de fornecimento, o fornecedor cumprirá fazê-lo no prazo máximo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pelo MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.

3.4. A assinatura de recebimento no verso da solicitação de empenho ou a assinatura na Ata de Registro de Preço supre a necessidade de convocação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O registro de preço constante desta Ata firmada entre a Prefeitura e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em conseqüência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da referida Ata de Registro de Preços.

4.2. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações devidamente justificado e somente se quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993

4.3. Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a CONTRATAR O SERVIÇO exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.

4.4. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Coordenação e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal, através de um fiscal de registro de preços, devidamente nomeado e designado para esse fim, nos termos das normas que regem a matéria e normatizações internas.

5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério da licitadora, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador

5.3. Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Secretaria Municipal de Coordenação e Finanças do Município de Guarantã do Norte - Prefeitura Municipal.

5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:

a) Não-comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;

b) Anuência expressa do fornecedor.

5.5 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5.6- O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

5.7-Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O preço unitario registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.

6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja do SERVIÇO.

6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.

6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o órgão gerenciador cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.

6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador ordenará a realização de nova Pesquisa de preços.

6.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Fiscal do Contrato que verificará e confrontará a qualidade dos SERVIÇOS entregues com o especificado no Termo de Referência.

7.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a entrega do SERVIÇOS.

7.3. Em se verificando vícios na ENTREGA DO SERVIÇO, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios na ENTREGA DO SERVIÇO será realizada pelo Fiscal do Contrato, devidamente designado pela licitadora.

7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo os órgãos adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. O prazo para a entrega dos SERVIÇOS será de até 05 (cinco) dias, a partir da solicitação do Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, mediante a entrega da autorização de fornecimento e devendo este ser entregue por meio de requisição no local indicado pela contratante.

8.2. A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará a expedição da ordem de fornecimento e notificará a empresa para proceder a retirada do mesmo.

8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac- símile ou e-mail, conforme informações constantes na proposta.

8.2.2. Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da ordem de fornecimento.

8.3. Recebida a notificação, a empresa terá 03 (três) dias úteis para retirada da ordem de fornecimento.

8.4. A retirada da ordem de fornecimento somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como, do respectivo documento de identificação.

8.5. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.

8.6. O objeto solicitado deverá ser entregue no Município de Guarantã do Norte no prazo de até 05 (cinco) dias úteis e no local programado, a partir da solicitação do fiscal do contrato ou pessoa indicada pelas Secretarias requisitantes do Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal.

8.7. Os SERVIÇOS serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade;

8.8. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referência;

8.8.1. Em se verificando problemas na entrega do SERVIÇO, a empresa será informada para corrigi-los, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.9. Os serviços, a cada solicitação, deverão ser executados e entregues no local indicado no Item 8.6 desta Ata, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente à data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a entrega do serviço poderá ser fracionada e/ou prorrogada.

8.10. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de entrega parcial dos SERVIÇOS, o esgotamento do SERVIÇO será o limite máximo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.

8.11. Na hipótese do Item 8.10, o órgão gerenciador ou aderente da ARP ADQUIRIRÁ o restante do SERVIÇO das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para oitem interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo.

9.2. Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.

9.3. Responder às notificações no prazo estabelecido.

9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.

9.5. Efetuar a execução do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referencia.

9.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Gerenciar a ARP-Ata de Registro de Preço.

10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão).

10.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.

10.4. Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.

10.4.1. Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.

10.5. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O órgão gerenciador ou aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.

11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.

11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

V- O fornecedor que não se dispuser a substituir os SERVIÇOS que vierem a apresentar defeitos de qualidade;

VI- O fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento;

VII- Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

12.1.1- O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2- O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

12.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.

12.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1.A Prefeitura efetuará a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for o caso;.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta- corrente onde deseja receber seu crédito.

14.2. A cada pagamento será verificada pela Diretoria de Finanças a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.

14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado pela Diretoria de Finanças para regularizar.

14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado à Secretaria Municipal de Coordenação e Finanças para as providências cabíveis.

14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.

14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o número do fac-símile.

14.7. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, "a" da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.

15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma.

15.2.1. O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento.

15.3. Todos os tributos incidentes sobre os produtos ou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.

15.4. No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.

15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.

15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento dentro do prazo estabelecido no Item 3.2 configurará falta grave e ensejará, a critério do órgão gerenciador, a aplicação de uma das seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, de conformidade com o Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 ou com o art. 78 da Lei nº 8.666/93 e dos dispositivos neste instrumento.

a) Descredenciamento e impedimento de licitar ou contratar com a Administração por até 05 (cinco) anos; ou

b) Declaração de inidôneo do fornecedor, impedindo-o de licitar ou ser contratado pela Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando então poderá solicitar a sua reabilitação.

16.2. O atraso injustificado na entrega do objeto deste certame sujeitará a empresa, à multa moratória, conforme estabelece o art. 86, da Lei nº 8.666/93, com aplicação do percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), a juízo da Administração.

16.3. A multa prevista neste item será recolhida em guia própria ao Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 16.4, b.

16.4. Em ocorrendo a inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração da Prefeitura, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade que é de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, c/c art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 14 do Decreto nº 3.555/00.

16.5. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura, o respectivo valor será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal.

16.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

16.7. Serão publicadas na imprensa oficial as sanções administrativas previstas no item 16.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

16.8. O Possível órgão aderente à ARP será o responsável pelas sanções administrativas aplicáveis ao fornecedor, inclusive aplicação da pena prevista nesta ARP, de acordo com o que preceitua a Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e o Decreto Municipal 068/2007, 3.555/2000 e regimento interno correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

17.1. Considerando o prazo de validade estabelecido na CLÁUSULA QUARTA da ata e, em atendimento ao Artigo 19 da lei federal 7.892/2013, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2015, o qual integra a presente ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

18.1-Conforme preceitua o Artigo 17 do Decreto nº 7.892/13 regulamentado pelo Decreto municipal nº17/2013 no seu artigo 16 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2- Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os artigos 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/13 bem como o artigo 17, 18, 19 e 20 do capítulo VII do decreto municipal nº17/2013, conforme segue:

18.3- Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os artigos 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/13 bem como o artigo 17, 18, 19 e 20 do capítulo VII do decreto municipal nº17/2013, conforme segue:

18.3.1- Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

18.3.1.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

18.3.1.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

18.3.2 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

A) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

B) - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18.3.3 . O registro do fornecedor será cancelado quando:

A) - descumprir as condições da ata de registro de preços;

B) - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

C) - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

D) - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.3.4 -. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

A) - por razão de interesse público; ou

B) - a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

19.1. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital de Pregão Presencial nº 021/2015 e Termo de Referência;

b) Ata da Sessão Pública;

c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

20.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:

a**)** Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007, 3.555/2000, respeitados os direitos do Fornecedor;

b) Cancelá-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;

c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;

d) Fiscalizar a ENTREGA DO OBJETO.

e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

20.2-É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– COMUNICAÇÕES

21.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.

21.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador, deverão ser endereçadas ao:

MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL

Rua das Oliveiras, 135-Bairro Jardim Vitória

- Guarantã do Norte/MT

Secretaria Municipal de Coordenação e Finanças

21.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, § 2º, do Código Civil.

22.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

22.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhado-a a Prefeita para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

23.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará seu extrato de publicação na Imprensa Oficial do Estado, em conformidade com o disposto no art. 20 do Decreto nº 3.555/2000.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO

24.1. Fica eleito o Foro de Guarantã do Norte/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.

24.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e assinados, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerência Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Sandra Martins

Prefeita Municipal

Janete Rodrigues dos Santos Alves

Pegoeira

P.C. KOLH MECANICA –ME

Paulo Claudemar Kohl

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI 1374/2015 - ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

LEI N.º 1374/2015

De 16 de junho de 2.015

Dispõe sobre autorização Legislativa para abertura de **CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** e dá outras providências.

HELIO ANTONIO FILIPIN GOULART, Prefeito Municipal de Guiratinga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atividades legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, no orçamento vigente, abertura de **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** até o montante de **R$ 326.400,00 (trezentos e vinte e seis mil e quatrocentos reais),** de acordo com os arts. 42 e 43 da lei nº. 4.320/64, destinado a despesas com Construção de Prédio para UBS (Unidade Básica de Saúde), reforçando as seguintes dotações do orçamento vigente por fonte de recursos financeiros de recursos vinculados:

03.065 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1030170901.037 - Construção e Ampliação de Unidades Básicas em Saúde

4490510000 – Obras e Instalações

Recurso: 01240000 – Transferência de Convênios - Outros

R$ 326.400,00

TOTAL R$ 326.400,00

Artigo 2º - Para cobertura do crédito referido no artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do programa de REQUALIFICAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE, através da proposta 11402238000113001 - SUS celebradas entre este município e o Fundo Nacional de Saúde, o referido crédito está de acordo com o disposto no art. 43 da Lei nº 4.320/64.

Artigo 3º - Fica autorizado o Poder Executivo alterar o anexo I da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei 1340/2014 de 30 dezembro 2014 e do anexo I do Plano Plurianual, Lei 1288/2013 de 10 dezembro.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guiratinga/MT, 16 de junho de 2015.

HELIO ANTONIO FILIPIN GOULART

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N°. 039/2015

O Pregoeiro Oficial torna público que irá realizar **PREGÃO PRESENCIAL**, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de madeiras e outros materiais necessários para reparos em duas pontes na Zona Rural do Município, dia 03 de julho de 2015 às 08h00min horas, na sede da Prefeitura Municipal de Guiratinga.

O Edital Completo poderá ser obtido na sede da prefeitura, na Av. Rotary Internacional, 944, Santa Maria Bertila, em meio impresso, de segunda a sexta-feira, nos horários entre 07h00min às 13h00min, mediante pagamento de taxa não reembolsável de R$ 16,50 (dezesseis reais e cinquenta centavos), ou gratuitamente pelo endereço eletrônico “www.guiratinga.mt.gov.br”. É necessário que, ao se fazer download do Edital, seja informado ao Setor de Licitação, via fone ou (66) 3431-1874 ou 3431-1128, a retirada do mesmo, para que se possam comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. O Pregoeiro não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital.

Quaisquer dúvidas, contatar pelo telefone (66) 3431-1874 ou 3431-1128 ou pelo e-mail: licitacao@guiratinga.mt.gov.br.

Guiratinga – MT, 19 de junho de 2015.

NIVALDO ALMEIDA QUEIROZ

Pregoeiro Oficial

Portaria n°. 105/2014

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL 1375/2015

LEI N.º 1375/2015

De 16 de junho de 2.015

Dispõe sobre autorização Legislativa para abertura de **CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** e dá outras providências.

HELIO ANTONIO FILIPIN GOULART, Prefeito Municipal de Guiratinga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atividades legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, no orçamento vigente, abertura de **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** até o montante de **R$ 59.281,04 (cinquenta e nove mil, duzentos e oitenta e um**

reais e quatro centavos), de acordo com os arts. 42 e 43 da lei nº. 4.320/64, destinado a despesas com Manutenção do FUNDEB, Remuneração de Profissionais da atenção Básica, reforçando as seguintes dotações do orçamento vigente, por fonte de recursos financeiros do exercício anterior:

05.075 – FUNDO MAN. DES. EDUC. BASICA E VAL. PROF.

123616050.2089 –Manter as Atividades do Ens. Bas. FUNDEB

3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Recurso: 0319000000 – Transferências do FUNDEB - (aplic. outras desp. da Educ. Básica) R$ 59.281,04

TOTAL R$ 59.281,04

Artigo 2º - Para cobertura do crédito referido no artigo anterior serão utilizados recursos por fonte de recursos financeiros do exercício anterior de acordo com o disposto no art. 42 e 43 da Lei nº 4.320/64.

Artigo 3º - Fica autorizado o Poder Executivo alterar o anexo I da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei 1340/2014 de 30 dezembro 2014 e do anexo I do Plano Plurianual, Lei 1288/2013 de 10 dezembro.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guiratinga/MT, 16 de junho de 2015

HELIO ANTONIO FILIPIN GOULART

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS LEI 1373/2015 - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

LEI N.º 1373/2015

De 16 de junho de 2.015

Dispõe sobre autorização Legislativa para abertura de **CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** e dá outras providências.

HELIO ANTONIO FILIPIN GOULART, Prefeito Municipal de Guiratinga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atividades legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, no orçamento vigente, abertura de **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** até o montante de **R$ 42.078,93 (quarenta e dois mil, setenta e oito reais e noventa e três centavos),** de acordo com os arts. 42 e 43 da lei nº. 4.320/64, destinado a despesas com manutenção de creche, reforçando as seguintes dotações do orçamento vigente por fonte de recursos financeiros do exercício anterior:

02.030 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

123656020.2032 – MANUTENCAO DA EDUCACAO INFANTIL

3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Recurso: 0315000000 – Transferência Rec. Fundo Nac. Des. Educação - FNDE R$ 17.990,61

3390300000 – Material de Consumo

Recurso: 0315000000 – Transferência Rec. Fundo Nac. Des. Educação - FNDE R$ 7.088,32

3390360000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Recurso: 0315000000 – Transferência Rec. Fundo Nac. Des. Educação - FNDE R$ 7.000,00

3390390000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Recurso: 0315000000 – Transferência Rec. Fundo Nac. Des. Educação - FNDE R$ 10.000,00

TOTAL R$ 42.078,93

Artigo 2º - Para cobertura do crédito referido no artigo anterior serão utilizados recursos por fonte de recursos financeiros do exercício anterior de acordo com o disposto no art. 42 e 43 da Lei nº 4.320/64.

Artigo 3º - Fica autorizado o Poder Executivo alterar o anexo I da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei 1340/2014 de 30 dezembro 2014 e do anexo I do Plano Plurianual, Lei 1288/2013 de 10 dezembro.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guiratinga/MT, 16 de junho de 2015.

HELIO ANTONIO FILIPIN GOULART

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS LEI MUNICIPAL 1372-2015 - PROCEDER DESCONTOS DE 80% (OITENTA POR CENTO) NOS VALORES DOS ENCARGOS E ADICIONAIS INCIDENTES SOBRE A COBRANÇA DO IPTU (IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO), ALVARÁS DE LIC

LEI Nº 1372/2015

De 16 de junho de 2015

"Autoriza o Poder Executivo Municipal proceder a descontos no valor dos encargos e adicionais incidentes sobre a cobrança do IPTU – (Imposto Predial Territorial Urbano), Alvarás de Licença Para Funcionamento e ISS, anteriores ao ano de 2015, até o limite de 31 de dezembro de 2014 e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Guiratinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e que ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder descontos de *80% (oitenta por cento)* nos valores dos encargos e adicionais incidentes sobre a cobrança do **IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano)**, **Alvarás de Licença Para Funcionamento e ISS – Imposto Sobre Serviços** relativos aos exercícios anteriores a **2015,** até o limite de **31 de dezembro de 2014.**

Artigo 2º - Os efeitos desta lei terão vigência pelo prazo de **60 (sessenta)** dias a partir do início da sua aplicação.

Artigo 3º

- Somente poderão ser negociados os

débitos, pela totalidade dos valores devidos de cada contribuinte, inclusive os

valores que se encontram ajuizados.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Guiratinga - MT, 16 de junho de 2015.

HÉLIO ANTONIO FILIPIN GOULART

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS RESUMO DE TERMOS ADITIVOS REF MES 06/2015

PREFEITURA

MUNICIPAL DE GUIRATINGA-MT

Resumo de Termos Aditivos firmados no mês 06/2015

Número do Termo	**Data**	**Número Contrato**	**Contratante**	**Contratado**	**Cláusula Alterada**	**Prazo**	Vl. do Aditivo R$
2º T. Aditivo	10.06.2015	144/2013	Pref. M. Guiratinga	Gextec-Gestão em	4ª –Vigência e 5ª- Preço	21.06.15 a 21.06.16	75.600,00

				Tecnologia Ltda EPP			
3º T. Aditivo	17. 06. 2015	080/ 2014	Pref. M. Guiratinga	João da Luz Proença Filho - ME	7ª – Prazos	Retroativo a 15/04 a 31/12/16	

Guiratinga/MT, 18 de junho de 2015.

HÉLIO ANTONIO FILIPIN GOULART

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N°. 031/2015

O Pregoeiro Oficial torna público aos interessados que, por motivos administrativos, houve o **CANCELAMENTO** do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 031/2015**,tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.**

Guiratinga/MT, 16 de junho de 2015.

NIVALDO ALMEIDA QUEIROZ

Pregoeiro Oficial

Portaria n.º 105/2014

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N°. 032/2015

A Prefeitura Municipal de Guiratinga, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados o resultado do Pregão Presencial n.º 032/2015, que teve por objetoa contratação de empresa especializada no fornecimento de Cloro e derivados para manutenção da Rede de Abastecimento de água do município de Guiratinga e seus Distritos.

O objeto da licitação foi homologado em favor da seguinte empresa:

- *INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA - ME,* inscrita no **CNPJ** sob o n.º **10. 717.170/0001-45**, com valor total de **R$ 25.050,00.**

Guiratinga/MT, 18 de junho de 2015.

ELEUSA FERREIRA SOUZA

Pregoeira

Portaria n.º 105/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

LEI N.º 569/ 2015.

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO E O FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS, *Prefeito Municipal de Indiavaí*, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprova e Eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

CAPÍTULO I – DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A Política Municipal de Saneamento Básico deIndiavaí com fundamento nosseguintes instrumentos legais: Lei Federal nº 11.445 de 5 jan. de 2007; Decreto Presidencial 7.217 de 21 jun. de 2010; e Lei 12.862 de 17 set. de 2013; tem como objetivo, respeitadas as competências da União e do Estado, melhorar a qualidade da sanidade pública e manter o meio ambiente equilibrado buscando o desenvolvimento sustentável e fornecendo diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas nesse sentido. Parágrafo Único - Para os efeitos desta lei considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de:

I - serviços públicos de saneamento básico: conjunto dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, de limpeza urbana, de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de drenagem e manejo de águas pluviais, bem como infraestruturas destinadas exclusivamente a cada um destes serviços;

II - abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

III - esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento por emissários no meio corpo receptor;

IV - limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de infraestruturas, atividades, e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros públicos, com ou sem triagem para fins de reuso, reciclagem ou compostagem, e os serviços de capina e poda de árvores em vias e locais públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública;

VI - drenagem e manejo de águas pluviais urbanas: conjunto de infraestruturas, atividades e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Art. 2º Os recursos hídricos não integram os serviços de saneamento básico.

Parágrafo Único - A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para a disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, de seus regulamentos e da legislação estadual.

Art. 3º Não constitui serviço público de saneamento a ação executada por meio de soluçõesindividuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.

Art. 4º Os resíduos originados de atividades comerciais, industriais e de serviços cujaresponsabilidade não se possa identificar, poderão por decisão do poder público, serem considerados resíduos sólidos urbanos.

Art. 5º Para o estabelecimento da Política Municipal de Saneamento Básico serão observadosos seguintes princípios fundamentais:

I – universalização, ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais; que não causem risco á saúde pública e pro-

movam o uso racional da energia, conservação e racionalização do uso da água e dos demais recursos naturais;

VI - articulação com políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social, voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X - controle social;

XI - segurança, qualidade e regularidade;

XII - integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

XIII - subsidiar com instrumento econômico de política social para viabilizar manutenção e continuidade de serviço público com objetivo de universalizar acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda como vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

CAPÍTULO II – DO INTERESSE LOCAL

Art. 6º Para o cumprimento do disposto no artigo 30 da Constituição Federal no que concerneao saneamento básico consideram-se como de interesse local:

I - o incentivo à adoção de posturas e práticas sócio-econômicas ambientalmente sustentáveis; II - a busca permanente de soluções negociadas entre o Poder Público, a iniciativa privada e a sociedade civil para a redução e mitigação dos impactos ambientais;

III - a adoção no processo de planejamento, de normas relativas ao desenvolvimento urbano/rural e sócio-econômico que priorizem a proteção ambiental, a utilização adequada do espaço territorial e dos recursos naturais e que possibilitem novas oportunidades de geração de emprego e renda;

IV - a ação na defesa e conservação ambiental no âmbito regional e dos demais municípios vizinhos, mediante convênios, consórcios ou pactos regionais;

V - a defesa, conservação e manutenção das áreas de mananciais, das reservas florestais e demais áreas de interesse sócio-ambiental;

VI - o licenciamento e fiscalização ambiental com o controle das atividades potencial ou efetivamente degradadoras e poluidoras;

VII - a melhoria constante da qualidade do ar, da água, do solo, da paisagem e dos níveis de ruído e vibrações, mantendo-os dentro dos padrões técnicos estabelecidos pelas legislações de controle de poluição ambiental federal, estadual e municipal no que couber;

VIII - o acondicionamento, a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final ambientalmente correta dos resíduos sólidos;

IX - a captação, o tratamento, o armazenamento e a distribuição de água, assim como o monitoramento de sua qualidade;

X - a coleta, o tratamento de esgotos e a disposição final dos efluentes e do lodo;

XI - o reaproveitamento de efluentes tratados destinados a quaisquer atividades;

XII - a drenagem e a destinação final das águas;

XIII - o cumprimento de normas de segurança no tocante à manipulação, armazenagem e transporte de produtos, substâncias, materiais e resíduos perigosos ou tóxicos;

XIV - a conservação, recuperação e manutenção dos rios, cursos de água, matas ciliares e áreas florestadas e em processo de regeneração natural;

XV- a garantia de crescentes níveis de salubridade ambiental, através do provimento de infraestrutura sanitária e de condições de salubridade das edificações, ruas e logradouros públicos;

XVI - monitoramento de águas subterrâneas visando à manutenção dos recursos hídricos para as atuais e futuras gerações, exigindo o cumprimento da legislação.

CAPÍTULO III – DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E SEUS SERVIÇOS

Art. 7º A Política Municipal de Saneamento Básico Do município será executada pelaSecretaria Municipal de Obras e compartilhada, de forma transdisciplinar em todas as Secretarias e Órgãos da Administração Municipal, direta ou indireta, respeitadas as suas competências apoiada pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Art. 8° O Prefeito Municipal nomeará por portaria uma Comissão Permanente deMonitoramento do Plano Municipal de Saneamento Básico, com os objetivos de:

I – Coletar e sistematizar dados sobre custos operacionais e a prestação de serviços de saneamento básico;

II – Monitorar as ações e subsidiar a administração e o Conselho Municipal de Saneamento Básico;

Art. 9º Os serviços básicos de saneamento de que trata o parágrafo único do artigo 1º desta leipoderão ser executados das seguintes formas:

I - de forma direta pela Prefeitura ou por órgãos de sua administração indireta;

II - por empresa contratada para a prestação dos serviços através de processo licitatório;

III - por empresa concessionária escolhida em processo licitatório de concessão, nos termos da Lei Federal nº 8.987/95;

IV - por gestão associada com órgãos da administração direita e indireta de entes públicos federados por convênio de cooperação ou em consórcio público, através de contrato de programa, nos termos do artigo 241 da Constituição Federal e da Lei Federal nº 11.107/05.

§ 1º A prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração municipal depende de celebração de contrato, sendo vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

§ 2º Excetuam do disposto no parágrafo anterior os serviços autorizados para usuários organizados em cooperativas, associações ou condomínios, desde que se limite a:

a) distrito ou comunidade rural;

b) bairro, predominantemente ocupada por população de baixa renda.

§ 3º Da autorização prevista no parágrafo anterior deverá constar a obrigação de transferir ao titular os bens vinculados aos serviços por meio de termos específicos, com os respectivos cadastros técnicos.

Art. 10. São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação deserviços públicos de saneamento básico:

I- a existência do Plano de Saneamento Básico;

II - a existência de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços;

III - a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta lei, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização;

IV - a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato.

Art. 11. Nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa,as normas previstas no inciso II do artigo anterior deverão prever:

I - a autorização para a contratação dos serviços, indicando os respectivos prazos e a área a ser atendida;

II - inclusão no contrato das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos, em conformidade com os serviços a serem prestados;

III - as prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas;

IV - as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação de serviços, em regime de eficiência, incluindo:

a) o sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas;

b) a sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas;

c) a política de subsídios;

V - mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização e transparência dos serviços;

VI - as hipóteses de intervenção, penalidades e de retomada dos serviços.

§ 1º Os contratos não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou de acesso às informações sobre serviços contratados.

§ 2º Na prestação regionalizada, o disposto neste artigo e no artigo anterior poderá se referir ao conjunto de municípios por ela abrangidos.

VII - Atender as legislações vigentes no que se refere à qualidade da água.

Art. 12. Nos serviços públicos de saneamento básico em que mais de um prestador executeatividade interdependente com outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato e, deverá ser definido, pelo menos:

I - as normas técnicas relativas à qualidade e regularidade dos serviços aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos;

II - as normas econômicas e financeiras relativas às tarifas, aos subsídios e aos pagamentos por serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores dos serviços;

III - a garantia de pagamento de serviços prestados entre os diferentes prestadores dos serviços;

IV - os mecanismos de pagamento de diferenças relativas a inadimplemento dos usuários, perdas comerciais e físicas e outros créditos devidos, quando for o caso;

V - o sistema contábil específico para os prestadores que atuem em mais de um Município;

VI - a compensação sócio-ambiental por atividades causadoras de impacto.

Art. 13. O contrato a ser celebrado entre os prestadores de serviços a que se refere o artigoanterior deverá conter cláusulas que estabeleçam pelo menos:

I - as atividades ou insumos contratados;

II - as condições recíprocas de fornecimento e de acesso às atividades ou insumos;

III - o prazo de vigência, compatível com as necessidades de amortização de investimentos, e as hipóteses de sua prorrogação;

IV - os procedimentos para a implantação, ampliação, melhoria e gestão operacional das atividades;

V - os direitos e deveres sub-rogados ou os que autorizam a sub-rogação;

VI - as hipóteses de extinção, inadmitida a alteração e a rescisão administrativas unilaterais;

VII - as penalidades a que estão sujeitas as partes em caso de inadimplemento;

VIII - a designação do órgão ou entidade responsável pela regulação e fiscalização das atividades ou insumos contratados.

CAPÍTULO IV – DA PARTICIPAÇÃO REGIONALIZADA EM SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 14. O Município poderá participar de prestação regionalizada de serviços de saneamentobásico que é caracterizada por:

I - um único prestador dos serviços para vários Municípios, contíguos ou não;

II - uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive sua remuneração;

III - Compatibilidade de planejamento.

§ 1º Na prestação de serviços de que trata este artigo, as atividades de regulação e fiscalização poderão ser exercidas:

a) por órgão ou entidade de ente da Federação a que o titular tenha delegado o exercício dessas competências por meio de convênio de cooperação técnica entre entes da Federação, obedecido ao disposto no artigo 241 da Constituição Federal;

b) por consórcio público de direito público integrado pelos titulares dos serviços.

§ 2º No exercício das atividades de planejamento dos serviços a que se refere o "caput" deste artigo, o titular poderá receber cooperação técnica do Estado e basear-se em estudos técnicos fornecidos pelos prestadores.

Art. 15. A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico poderá serrealizada por:

I - órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista estadual ou municipal; na totalidade das atividades em sua parte como: Tratamento, Regulação, Normatização;

II - empresa a que se tenham concedido os serviços;

§ 1º O serviço regionalizado de saneamento básico poderá obedecer ao plano de saneamento básico elaborado para o conjunto dos municípios consorciados.

§ 2º Os prestadores deverão manter sistema contábil que permita registrar e demonstrar, separadamente, os custos e as receitas de cada serviço para cada um dos municípios atendidos.

CAPÍTULO V – DA REGULAÇÃO E CONTROLE

Art. 16. A função reguladora não poderá ser exercida por executores dos serviços de que trataos incisos I a IV do parágrafo único do artigo 1º desta lei e atenderá aos seguintes princípios:

I - independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira do órgão regulador;

II - transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade as decisões.

Art. 17. São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

III - prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência e defesa do consumidor;

IV - definir tarifas que assegurem o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzem a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade;

V - definir as penalidades.

Art. 18. O órgão ou entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica,econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

V - medição, faturamento e cobrança de serviços;

VI - monitoramento dos custos;

VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX - subsídios tarifários e não tarifários;

X - padrões de atendimento ao público e mecanismo de informação e participação;

XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento.

§ 1º As normas previstas neste artigo deverão fixar prazos para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 2º O órgão ou entidade fiscalizadora deverá receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 19. Em caso de gestão associada ou prestação regionalizada dos serviços, poderão seradotados os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em toda a área de abrangência da associação ou prestação.

Art. 20. Os prestadores de serviços de saneamento básico deverão fornecer ao órgão ouentidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º Inclui-se entre os dados e informações a que se refere o "caput" deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º Compreendem-se nas atividades de regulação a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

Art. 21. Devem ser dadas publicidade e transparência aos relatórios, estudos e decisões einstrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou a fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto.

§ 1º Excluem-se do disposto no "caput" deste artigo os documentos considerados sigilosos em razão de interesse público relevante, mediante prévia e motivada decisão.

§ 2º A publicidade e a transparência que se refere o "caput" deste artigo deverá se efetivar, preferencialmente, por meio de site na internet.

Art. 22. É assegurado aos usuários dos serviços públicos de saneamento básico:

I - amplo acesso a informações sobre os serviços prestados;

II - prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

III - acesso ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador e aprovado pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico;

IV - acesso aos relatórios periódicos sobre a qualidade da prestação dos serviços.

CAPÍTULO VI - DOS ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Art. 23. Os serviços de saneamento básico de que trata esta lei terão a sustentabilidadeeconômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgoto sanitário: por tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou conjuntamente;

II - de limpeza urbana e manejo de resíduos urbanos: por taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;

III - de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de taxa, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

§ 1º Na instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico serão observadas as seguintes diretrizes:

a) ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

b) geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

c) inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

d) recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

e) remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços com tempo justo de amortização;

f) estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

g) incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

§ 2º O Município poderá adotar subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

Art. 24. Observado o disposto no artigo anterior, a estrutura de remuneração e cobrança dosserviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

I - categorias de usuários, distribuídos por faixas ou, quantidades crescentes de utilização ou de consumo;

II - padrões de uso ou de qualidade requeridos;

III - tarifa mínima de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;

IV - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;

V - ciclos significativos de aumento de demanda dos serviços, em períodos distintos;

VI - capacidade de pagamento dos consumidores.

Art. 25. Os subsídios necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa rendapoderão ser:

I - diretos: quando destinados a usuários determinados;

II - indiretos: quando destinados ao prestador dos serviços;

III - tarifários: quando integrarem a estrutura tarifária;

IV - fiscais: quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções;

V - internos a cada titular ou localidades: nas hipóteses de gestão associada e de prestação regional.

Art. 26. As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de coleta, tratamento emanejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar em conjunto ou separadamente:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos, as áreas edificadas e a sua utilização;

III - o peso ou volume médio coletado por habitante ou por domicílio;

IV - tipo de resíduo gerado e a qualidade da segregação na origem.

Art. 27. A cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviaisurbanas, caso a gestão seja realizada em conjunto com os serviços de esgotamento sanitário, poderá ser adotado sistema integrado de remuneração de tarifas, levando-se em conta, em cada lote, os percentuais de impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva, devendo considerar também:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos, áreas edificadas e sua utilização.

Art. 28. O reajuste de tarifas de serviços públicos de saneamento básico será realizadoobservando-se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

Art. 29. As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dosserviços e das tarifas praticadas e poderão ser:

I - periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado;

II - extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pelo órgão ou entidade reguladora, ouvidos os usuários e os prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

§ 3º O órgão ou entidade reguladora poderá autorizar o prestador dos serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei Federal nº 8. 987/95.

Art. 30. As tarifas devem ser fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e asrevisões tornados públicos com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias com relação à sua aplicação.

Parágrafo Único - A fatura a ser entregue ao usuário final deverá ter seu modelo aprovado pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico, que definirá os itens e custos a serem explicitados.

Art. 31. Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza no sistema;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário;

V - inadimplência do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.

Art. 32. Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditosperante o titular, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais.

§ 1º Não gerarão crédito perante o titular os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§ 2º Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pelo órgão ou ente regulador e Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

CAPÍTULO VII – DOS ASPECTOS TÉCNICOS

Art. 33. O serviço prestado atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo aregularidade, a continuidade e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas.

Art. 34. Toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas deabastecimento de água e de esgotamento sanitário disponível e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços, ressalvadas as disposições em contrário do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 1º Na ausência de redes públicas de saneamento básico, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, observadas as normas reguladoras.

§ 2º A instalação hidráulica predial ligada à rede de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

§3º As edificações temporárias deverão dispor de meios específicos para conexão às redes públicas de água tratada e esgoto sanitário.

Art. 35º No acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduossólidos deverão ser observados, além de outros previstos, os seguintes procedimentos:

I - acondicionamento separado do resíduo sólido doméstico dos resíduos passíveis de reciclagem e a coleta seletiva destes;

II - acondicionamento, coleta e destinação própria dos resíduos hospitalares e dos serviços de saúde;

III - os resíduos industriais, da construção civil, agrícolas, entulhos e rejeitos nocivos à saúde e ao meio ambiente, bem como pilhas, baterias,

acumuladores elétricos, lâmpadas fluorescentes e pneus, não poderão ser aterrados no aterro sanitário;

IV - utilização do processo de compostagem dos resíduos orgânicos, sempre que possível e viável;

V - manter o aterro sanitário dentro das normas da SEMA/MT, Resoluções do CONAMA e Normas da ABNT e demais legislações vigentes;

§ 1º A separação e o acondicionamento dos resíduos de que trata o inciso I é de responsabilidade do gerador, sendo a coleta, transporte e destino final de responsabilidade do Município (serviço terceirizado) de acordo com regulamentação específica.

§ 2º O acondicionamento, coleta, transporte e disposição final dos resíduos de que trata os incisos II e III é de responsabilidade do gerador.

§ 3º Os resíduos da construção civil, poda de árvores e manutenção de jardins, até 1m³ (um metro cúbico), produzido a cada 30 (trinta) dias por unidade geradora, os objetos domésticos volumosos poderão ser encaminhados às estações de depósitos (ecopontos) indicados pela Prefeitura ou recolhido por esta nos locais geradores conforme definição da Administração.

§ 4º Os resíduos da poda de árvores e manutenção de jardins poderão ser coletados pela Prefeitura, quando não superior a 30 kg (trinta quilos) e dimensões de até 50 cm (cinquenta centímetros) e acondicionado separadamente dos demais resíduos.

§ 5º A disposição de qualquer espécie de resíduo gerado em outro município, no Município de INDIAVAÍ, só poderá ser feita se autorizado por este.

CAPÍTULO VIII – DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO (FMSB)

Art. 36. Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB), vinculado à SecretariaMunicipal de Obras.

Parágrafo Único - Os recursos do FMSB serão aplicados exclusivamente em saneamento básico no Município, após consulta e deliberação ao Conselho Municipal de Saneamento.

Art. 37. Os recursos do FMSB serão provenientes de:

I - repasses de valores do Orçamento Geral do Município, desde que não vinculados à receita de impostos;

II - percentuais da arrecadação relativa a tarifas e taxas decorrente da prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, de coleta e tratamento de esgotos, resíduos sólidos e serviços de drenagem urbana.

III - valores de financiamentos de instituições financeiras e organismos públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;

IV - valores recebidos a fundo perdido;

V - quaisquer outros recursos destinados ao Fundo.

Parágrafo Único - O resultado dos recolhimentos financeiros será depositado em conta bancária exclusiva e poderão ser aplicados no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas descritas nesta lei.

Art. 38. O Orçamento e a Contabilidade do FMSB obedecerão às normas estabelecidas pelaLei nº 4.320/64, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado e as estabelecidas no Orçamento Geral do Município e de acordo com o princípio da unidade e universalidade.

§ 1º Os procedimentos contábeis do Fundo serão executados pela Contabilidade Geral do Município.

§ 2º A administração executiva do FMSB será de exclusiva responsabilidade do Executivo Municipal.

CAPÍTULO IX – DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

Art. 39. Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento como órgão superior deassessoramento e consulta da administração municipal, com funções fiscalizadoras e deliberativas no âmbito de sua competência, conforme dispõe esta lei.

Art. 40. São atribuições do Conselho Municipal de Saneamento:

I - elaborar e aprovar seu regimento interno;

II - dar encaminhamento às deliberações das Conferências Municipal, Regional, Estadual e Nacional de Saneamento Básico;

III - opinar sobre questões de caráter estratégico para o desenvolvimento da cidade e território municipal quando couber;

IV - deliberar e emitir pareceres sobre propostas de alteração da Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico, dos Regulamentos e manuais de serviços;

V- acompanhar a execução do desenvolvimento de planos e projetos de interesse do desenvolvimento do Município quando afetar o âmbito do saneamento básico;

VI - deliberar sobre projetos de lei de interesse da política do saneamento municipal, antes do seu encaminhamento a Câmara e manifestar-se sobre propostas de revisões de taxas, tarifas, e outros preços públicos, necessários ao alcance dos objetivos desta lei;

VII - acompanhar a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico e sua revisão, devendo reunir-se pelo menos duas vezes ao ano com fins específicos de monitoramento do mesmo, e efetuar a sua revisão conforme previsto nesta lei;

VIII - apreciar e deliberar sobre casos não previstos na Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e na legislação municipal correlata;

IX - Deliberar sobre recursos de competência do FMSB, bem como acompanhar seu cronograma de aplicação.

Art. 41. O Conselho será composto em um modelo bipartite paritário, composto por 12(doze) membros efetivos e por seus respectivos suplentes, com mandato de 2 (dois) anos, admitida a recondução, nomeados por decreto do Prefeito, da seguinte forma:

I – seis (6) representantes do Poder Público Municipal, com uma vaga para o representante da Câmara Municipal:

II – seis (6) representantes da Sociedade Civil, eleitos por meio de Conferência ou Fórum, designado para esta finalidade, oriundos dos seguintes segmentos:

(por exemplo: segundo as organizações que tiver no município)

a) um representante do comércio local;

b) um representante das Instituições de Ensino Médio ou Superior;

c) um representante das associações de bairro;

d) um representante dos Sindicatos organizados no município;

e) dois representantes das igrejas.

§ 1º Os membros devem exercer seus mandatos de forma gratuita, vedada à percepção de qualquer vantagem de natureza pecuniária.

§ 2º O suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Conselho será prestado pela Prefeitura Municipal Indiavaí.

§ 3º As reuniões do Conselho são públicas, facultado aos munícipes solicitar, por escrito e com justificativa, que se inclua assunto de seu interesse na pauta da primeira reunião subsequente.

§ 4º O Presidente do Conselho e seu Vice-Presidente, será eleito pelos Conselheiros dentre seus Membros.

Art. 42. São atribuições do Presidente do Conselho:

I - convocar e presidir as reuniões do Conselho;

II - solicitar pareceres técnicos sobre temas de relevante na área de saneamento e nos processos submetidos ao Conselho;

III - firmar as atas das reuniões e homologar as resoluções e decisões;

CAPÍTULO X – DA PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Art. 43. A Participação e controle social têm por objetivo garantir ao cidadão o envolvimento eprotagonismo nas atividades políticas e administrativas do saneamento básico municipal.

Art. 44. A convocação à participação dos cidadãos é de responsabilidade do governo municipale tem por objetivos:

I – oportunizar a participação da pessoa e a promoção do seu desenvolvimento integral como cidadã e membro da coletividade;

II - o pleno atendimento das aspirações coletivas no que se refere aos objetivos e procedimentos da gestão pública, influenciando nas decisões e no seu controle;

III - O aperfeiçoamento do poder público como instrumento a serviço da coletividade.

Art.45° Os mecanismos de controle social, garantidos são a participação livre à todos, nosdebates, audiências públicas, conferências e consultas públicas.

CAPÍTULO XI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 46. A Prefeitura Municipal e seus órgãos da administração indireta competem promover acapacitação sistemática dos funcionários para garantir a aplicação e a eficácia desta lei e demais normas pertinentes.

Art. 47. O Plano Municipal de Saneamento Básico e sua implementação ficam sujeitos aocontínuo acompanhamento, revisão e adaptação às circunstâncias emergentes e será revisto em até dois anos após a publicação dos resultados dos Censos Demográficos realizados e publicados pelo IBGE;

Art. 48. O Plano de Manejo, Recuperação, e ou Conservação de Mananciais Subterrâneose/ou Superficiais para captação de abastecimento público de água potável, deverá estar concluído até três (3) anos após a aprovação e publicação desta Lei;

Parágrafo Único: até três (3) anos após a publicação desta Lei a Prefeitura Municipal deverá ter viveiro de mudas para promover a recuperação nas nascentes e matas ciliares do município, iniciando pela bacia de captação de água para abastecimento urbano.

Art. 49. Ao Poder Executivo Municipal compete dar ampla divulgação do PMSB e das demaisnormas municipais referentes ao saneamento básico.

Art. 50. A entidade ou o órgão regulador dos serviços de que trata esta lei será definidomediante lei específica.

Art. 51. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar empresas, inclusive por concessão, paraa execução dos serviços de que tratam os incisos I, II, III e IV do artigo 1º desta lei, no todo ou em parte.

Art. 52. Os regulamentos dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário,limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas serão propostos pelo Executivo, na ausência de órgão regulador regional ou estadual e, baixados por decreto do Poder Executivo, após aprovação do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Art. 53. Enquanto não forem editados os regulamentos específicos ficam em uso as atuaisnormas e procedimentos relativos aos serviços de água e esgotos sanitários, bem como as tarifas e preços públicos em vigor, que poderão ser reajustadas anualmente pelos IPCA (índice de preço ao consumidor ampliado).

Art. 54. Os serviços previstos no artigo anterior deverão ter sustentabilidade econômico-financeira através da cobrança de taxas, tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação de serviços.

Art. 55. O Executivo Municipal regulamentará as disposições desta lei no prazo de 120 (centoe vinte dias) a contar de sua promulgação.

Art. 56. Esta lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições emcontrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, em 02 (dois) de 04 (abril) de 2015 (dois mil e quinze).

VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 262/2015, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

SÚMULA: "Dispõe sobre a prorrogação do benefício de Licença Maternidade em favor da Srª ELAINI PINHEIRO DA SILVA".

O Senhor **PEDRO FERRONATTO**, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade administrativa, resolve:

Art. 1º - prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o benefício de Licença Maternidade em favor da servidora Srª Elaini Pinheiro da Silva**,** efetiva no cargo de Professora de Pedagogia Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - CMEI, conforme determinada mediante Decisão Judicial.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre, Publique e Cumpra-se

Ipiranga do Norte/MT, 18 de Junho de 2015.

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

LICITAÇÃO E CONTRATOS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT

Edital n. 002/CMDCA/2015

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA CANDIDATA ELEITA NO PROCESSO COMPLEMENTAR DE ESCOLHA DOS MEMBROS Do CONSELHO TUTELAR NO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do município de Itanhangá - MT, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei n° 8.069/1990 que dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente** eas Leis Municipais Nº 0154/2008 e Lei Municipal Nº 0164/2009, torna público,

CONVOCA

a candidata abaixo relacionada no Anexo I, ELEITA no processo complementar de escolha dos Conselheiros Tutelares e de seus suplentes no Município de Itanhangá – MT, homologados através do Edital n.007/CMDCA/2014 de 26 de maio de 2014, que se deu de acordo com a legislação pertinente e o disposto no Edital n.001/CMDCA/2014; para apresentarem os documentos e posse.

Art. 1º A candidata que na colocação ficou como primeira suplente, assumirá por um período determinado de tempo, a ser estipulado pelo setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Itanhangá, e informado ao CMDCA, sendo que a mesma estará assumindo provisoriamente em substituição a vaga da conselheira Lilian Cristina Ramires que encontra-se em

afastamento por motivos de doença – auxílio doença; e substituir os demais conselheiros no período de férias dos mesmos.

Art. 2º A candidata deverá se apresentar junto ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, Rua Florianópolis, Centro, s/n, Itanhangá – MT no horário das 7:00 horas as 11:00 horas, no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de publicação deste Edital, munidos dos documentos que refere o Anexo II, sob pena de não o fazendo perder o direito ao provimento nos cargos.

ANEXO I

I - CANDIDATOS E NÚMERO DE VOTOS:

Colocação	RG	CANDIDATO	VOTOS
1ª Suplente	1968616-1 SSP/MT	ROSENEIA DOS SANTOS BALDISSARELLI	146

ANEXO II

1ª Fase - Habilitação para o cargo, apresentando os seguintes documentos:

CÓPIA E ORIGINAL

01. RG;

02. CPF;

03. Certidão de Nascimento ou Casamento;

04. Certidão de Nasc. dos filhos menores de 18 anos (dependentes comprovante);

05. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

06. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);

07. Título de eleitor;

08. Certidão de Quitação Eleitoral;

09. Comprovante de Estar Quite com o Serviço Militar (masculino);

10. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui numero de contribuição;

11. CTPS (Carteira de Trabalho);

12. RG e CPF do cônjuge (mesmo sendo União Estável);

13. CPF dos dependentes;

14. Comprovante de residência atual em nome do admitido;

15. Carteira Nacional de Habilitação conforme exigência do Cargo.

16. Se estrangeiro, comprovante de permanência e legalidade no país.

ORIGINAL

17. Foto 3X4 (atual, colorida);

18. Certidão de Antecedentes Criminais;

19. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio.

20. Declaração Quanto ao Exercício ou Não de Outro Cargo, Emprego ou Função Pública;

21. Declaração para IRFF e salário família;

22. Apresentar Registro e Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe conforme o caso.

23. Certidão Negativa de Débitos Municipais – CNDM;

2ª Fase - Apresentação de atestado médico, firmado por profissional da área de medicina do trabalho ou da rede pública de saúde, de capacidade física e mental, apenas se o candidato convocado apresentar todos os documentos solicitados na 1ª Fase.

Itanhangá - MT, 17 de junho de 2015.

FABIANA APARECIDA UEMURA

Presidente do Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente

Homologado:

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015

"Objeto: *FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSBORDO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT."*

Vencedor:

Nome	CNPJ:	Valor Total
TRANSPORTADORA XODÓ LTDA	13.722.312/0001-50	R$ 165.120,00
SANORTE SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA	10.242.459/0002-36	R$ 138.768,00

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

Itanhangá-MT, 18 de Junho de 2015.

JOAO ANTONIO VIEIRA

Prefeito Municipal

CONTABILIDADE
DECRETO 33/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
Rua Florianopolis, 200, Centro, 78.579-000
Telefone: (066) 3578.2500, Fax: (066) 3578.2501
e-mail: gabinete@itanhanga.mt.gov.br
CNPJ: 07.209.225/0001-00

DECRETO SUPLEMENTAR N° 33/2015

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor JOAO ANTONIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Itanhanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 363/2014, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art.1 - Fica Aberto na Lei Municipal 363/2014 Orcamento Geral para Exercicio de 2015 um Credito Adicional Suplementar, no valor de R$ 99.000,00 (Noventa e nove mil reais) para reforco das seguintes dotacoes orcamentarias;

03.001-Gabinete do Secretario

03.001.28.843.0011.2012.4.6.9.0.71.00.00.00 PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	R$ 38.804,91

Sub-Total:R$ 38.804,91

04.001-Gabinete do Secretario

04.001.12.361.0012.2016.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 20.000,00

05.002-Fundo Municipal de Saude

05.002.10.301.0019.2060.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 20.000,00

08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social

08.002.08.244.0027.2130.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	R$ 10.000,00
08.002.08.244.0027.2130.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	R$ 5.195,09

Sub-Total:R$ 15.195,09

09.001-Gabinete do Secretario

09.001.26.782.0007.2041.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 5.000,00

Total Parcial Sumplementado: R$ 99.000,00

Art. 2 - Para dar Cobertura ao Credito Aberto, conforme descrito no artigo anterior serao utilizados os recursos aqueles mencionados no Inciso III do paragrafo 1 do art. 43 da Lei 4.320/1964, oriundos de anulacao parcial ou total das seguintes dotacoes orcamentarias;

02.001-Gabinete do Prefeito

02.001.04.122.0009.1068.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	R$ 9.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
Rua Florianopolis, 200, Centro, 78.579-000
Telefone: (066) 3578.2500, Fax: (066) 3578.2501
e-mail: gabinete@itanhanga.mt.gov.br
CNPJ: 07.209.225/0001-00

DECRETO SUPLEMENTAR N° 33/2015

Sub-Total:R$ 9.000,00

04.001-Gabinete do Secretario

04.001.12.361.0012.2018.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 20.000,00

05.002-Fundo Municipal de Saude

05.002.10.301.0019.2124.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	R$ 3.000,00
05.002.10.301.0019.2124.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 1.000,00
05.002.10.301.0020.2063.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 20.000,00
05.002.10.301.0019.1030.4.4.9.0.51.00.00.00	Obras e Instalacoes	R$ 20.527,94
05.002.10.301.0019.2124.3.3.9.0.14.00.00.00	Diarias - Civil	R$ 1.000,00
05.002.10.301.0019.2124.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 1.000,00
05.002.10.301.0019.2124.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 3.000,00
05.002.10.301.0019.2124.3.3.9.0.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 1.000,00

Sub-Total:R$ 50.527,94

08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social

08.002.08.244.0027.2074.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 14.472,06

Sub-Total:R$ 14.472,06

09.002-Depto. de Transportes, Obras e Servicos Pub

09.002.26.782.0030.2104.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 5.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 99.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
Rua Florianopolis, 200, Centro, 78.579-000
Telefone: (066) 3578.2500, Fax: (066) 3578.2501
e-mail: gabinete@itanhanga.mt.gov.br
CNPJ: 07.209.225/0001-00

DECRETO SUPLEMENTAR N° 33/2015

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itanhanga, 04 de Maio de 2015.

JOAO ANTONIO VIEIRA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚBA - MT

P O R T A R I A Nº. 010/2015

SÚMULA: "CONCEDE PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECUNIO A SERVIDORA IVANTE FERREIRA DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DIONILSON AP. AZE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS POR LEI:

RESOLVE:

Artigo 1° - Converter em PECUNIO, 03 meses de Licença Prêmio do(a) servidor(a) **IVANTE FERREIRA DE SOUZA**, portador(a) do RG 796313 SSP/MT e inscrito no CPF Nº 571.250.741-20, referente ao período aquisitivo de 03/01/2010 A 03/01/2014.

Artigo 2° - O pagamento da referida Licença Prêmio será efetuado em Folha de Pagamento, em 03 parcelas iguais, nos meses de Junho /2015 a Agosto/2015.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, em 01 de junho de 2015.

Wagner Pereira da Cruz

Presidente

PUBLICA-SE

REGISTRA-SE

CUMPRA-SE

PUBLICADO E AFIXADO NO MURAL DA CÂMARA MUNCIPAL NO PERÍODO DE 01/06/15 À 01/07/15.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N.° 028/2015

SÚMULA: ""ATUALIZA VALORES UNITÁRIOS DE METRO QUADRADO DE CONSTRUÇÃO E DE TERRENO PARA CÁLCULO E COBRANÇA DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU; FIXA O VALOR DA TAXA DE COLETA DE LIXO, AMBOS PARA O EXERCÍCIO DE 2015, ESTABELECE SEUS RESPECTIVOS LANÇAMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. RAIMUNDO ZANON, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE CONFERE A LEI:

CONSIDERANDO o que determina a Lei Municipal 734/2007, instituiu o Código Tributário do Município de Itaúba;

DECRETA:

Art. 1º: Ficam por força deste Decreto atualizados e lançados para efeito de cobrança para o exercício de 2015, os valores unitários de metro quadrado de construção e de terreno, na forma da Tabela/Anexo I, que faz parte integrante deste Decreto, para todos os efeitos legais, independente de transcrição.

Art. 2º: Os valores estabelecidos na Tabela I do código Tributário Municipal serão utilizados para fins de cobrança do

Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU

referente ao exercício de 2015, e foram determinados em função dos seguintes elementos, tomados em conjunto ou separadamente: 1)- Coeficiente de Esquina; 2)- características da região onde se situa o imóvel; 3)- padrão ou tipo de construção; e 4)- fator de obsolescência.

Parágrafo Único: A atualização do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, constante no caput deste artigo, foi efetivada com base na variação dos anos de 2013/2014 utilizando-se o Índice preço ao consumidor amplo-IPCA.

Art. 3º: O imposto e a taxa lançados por força deste Decreto deverão ser pagos pelos contribuintes nos termos do Art. 62 da Lei nº 734/2007.

Art. 4º: O não recolhimento dos tributos de que trata deste Decreto até a data devida e fixada, terão os seus respectivos valores atualizados monetariamente pelo Valor da Unidade Padrão Fiscal do Município, independentemente da incidência de multa de 2% (dois por cento), juros de mora de 1% (um por cento), ao mês e demais encargos previstos na Lei nº. 734/2007 (Código Tributário Municipal) e legislação aplicável à matéria.

Art. 5º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RAIMUNDO ZANON Prefeito Municipal REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE. PUBLICADA E AFIXADA NO MURAL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL NO PERÍODO DE 03/06/2015 À 03/07/2015

EXTRATO DE ATA - SRP

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº008/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Itaúba - MT

Contratada: **PERSONALITE COMUNICAÇÃO VISUAL E BRINDES LTDA, CNPJ nº 00.941.401/0001-46**.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada para fabricação e fornecimento de uniformes escolares, uniformes esportivos, camisas, camisetas polo, calças, jalecos e camisetas para campanhas educativas para atender as Secretarias do Município Itaúba – MT.

Data de assinatura: 09/06/2015 **Vigência**: 09 de junho de 2015 á 09 de junho de 2016

Valor: R$ 364.460,00 (trezentos sessenta quatro mil, quatrocentos sessenta reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1048/2015

*SÚMULA: "*ESTABELECE REGRAS PARA COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA), DO CONSELHO TUTELAR E DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FMDCA), E REVOGA AS DISPOSIÇÕES DA LEI MUNICIPAL Nº651 DE 05 DE ABRIL DE 2005 E LEI MUNICIPAL Nº 676 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2005, E DEMAIS DISPOSIÇÕES ANTERIORES EM CONTRÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**"**.

O SENHOR RAIMUNDO ZANON PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelecendo normas para sua adequada aplicação, bem como sobre a regulamentação do sistema institucional de apoio à sua formulação e execução.

Parágrafo Único. Esta Lei aplica-se, no âmbito público, aos órgãos e entidades municipais da Administração Direta, Indireta e Fundacional e, fora dele, à população e entes representativos da sociedade civil organizada e às entidades de atendimento arroladas pela Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

Art. 2º.

A proteção integral à criança e ao adolescente prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente será assegurada através de uma rede de proteção caracterizada pelas ações de todos os órgãos da Administração Pública do Município de Itaúba e de órgãos não governamentais, por meio de programas, projetos e atividades regulares e especiais, mobilização da comu-

nidade, da sociedade civil organizada, das entidades filantrópicas, dos governos Estadual e Federal e de qualquer cidadão.

Art. 3º. O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de ITAÚBA será precedido da elaboração de programas específicos, com a respectiva previsão dos recursos necessários.

DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 4º. A Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito do Município de ITAÚBA será efetivada através dos seguintes órgãos e providências:

I- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

II- Conselho Tutelar;

III- Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA;

IV- Da integração de todas as dotações destinadas ao atendimento à criança e ao adolescente em funções, programas, projetos e atividades, claramente indicados no orçamento municipal.

Seção II

DO APOIO FINANCEIRO À VIABILIZAÇÃO

DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 5º. Os recursos destinados às políticas relacionadas aos direitos da criança e do adolescente serão claramente identificados nas dotações dos órgãos e entidades municipais integrantes do Orçamento Anual do Município de ITAÚBA.

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS

DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

Seção III

DA NATUREZA

Art. 6º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de ITAÚBA- CMDCA, instituído pela Lei Complementar Municipal nº 04, de 21.4.1991, é órgão deliberativo da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controlador das ações, em todos os níveis, de implementação desta mesma política e responsável por fixar critérios de utilização e planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. Incumbe ao CMDCA, ainda, zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme previsto no art. 4º, caput, e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d”, e artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, da Lei nº 8069/90, e no art. 227, caput, da Constituição Federal.

Art. 7º. Haverá, nos limites do Município de ITAÚBA um único Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, composto paritariamente de representantes do governo municipal e da sociedade civil organizada, garantindo-se a participação popular no processo de discussão, deliberação e controle da política de atendimento integral dos direitos da criança e do adolescente, que compreende as políticas sociais básicas e demais políticas necessárias à execução das medidas protetivas e socioeducativas previstas nos artigos 87, 101 e 112, da Lei 8069/90.

§1º. O Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA integra a estrutura do Governo Municipal, vinculando-se administrativamente à Secretaria Municipal de Ação Social, com autonomia decisória sobre as matérias de sua competência.

§2º. As decisões do CMDCA, no âmbito de suas atribuições e competências, tomadas por voto de maioria absoluta de seus membros, materializadas em resoluções, vinculam as ações governamentais e da sociedade civil organizada, em respeito aos princípios constitucionais da participação popular e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

§3º. Em caso de infringência de suas deliberações, o CMDCA representará ao Ministério Público visando a adoção de providências cabíveis, bem assim aos demais órgãos legitimados no art. 210, do ECA, para que demandem em Juízo mediante ação mandamental ou ação civil pública.

Art.8º. Nos termos do art. 89, do ECA, a função de membro do CMDCA é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Parágrafo único. Cabe à administração municipal, através da Secretaria Municipal de Ação Social, o custeio ou reembolso das despesas decorrentes de transporte, alimentação e hospedagem dos membros do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, titulares ou suplentes, para que possam se fazer presentes a reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como a eventos e solenidades nos quais devam representar oficialmente o Conselho, mediante dotação orçamentária específica.

Art. 9º. A representação do CMDCA será exercida por seu Presidente, eleito por maioria absoluta de seus integrantes, conforme disposto no Regimento Interno respectivo, cabendo-lhe dirigir todos os atos inerentes ao exercício de suas funções, bem como representá-lo perante os órgãos, entidades e pessoas a quem se dirigir.

Parágrafo único. O exercício da função junto ao Conselho de Direitos - CMDCA, titular ou suplente, requer disponibilidade para efetivo desempenho de suas atividades, em razão do interesse e da prioridade absoluta assegurado aos direitos da criança e do adolescente

Seção IV

ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA FUNCIONAMENTO

Art. 10. Compete ao Poder Executivo Municipal fornecer instalações físicas, pessoal e estrutura técnica, administrativa e institucional necessárias ao adequado funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, devendo, para tanto, instituir dotação orçamentária específica que não onere o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA.

Parágrafo único. A dotação orçamentária a que se refere este artigo deverá contemplar os recursos necessários ao custeio das atividades desempenhadas pelo CMDCA, inclusive despesas com capacitação dos conselheiros.

Seção V

PUBLICAÇÃO DOS ATOS DELIBERATIVOS

Art. 11. Os atos deliberativos do CMDCA deverão ser publicados no órgão de imprensa oficial do Estado ou imprensa local, seguindo as mesmas regras de publicação dos demais atos do Poder Executivo.

Seção VI

DA COMPOSIÇÃO E MANDATO

Art. 12. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de ITAÚBA- CMDCA será composto por 08(oito) membros, sendo:

I – 4 (quatro) representantes do Governo Municipal, sendo:

a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Ação Social;

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde; e

d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças.

II – 4 (quatro) representantes de organizações da sociedade civil que desenvolvam atividades voltadas, direta ou indiretamente, à proteção aos direitos da criança e do adolescente.

Subseção I

DOS REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Art. 13. Os representantes do Governo Municipal junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão designados pelo Chefe do Executivo, no prazo máximo de 30 dias após o início do mandato, dentre servidores integrantes de setores responsáveis pelas políticas sociais básicas, direitos humanos, finanças e planejamento.

Parágrafo Único – Para cada titular será indicado um suplente, que substituirá aquele em caso de ausência ou impedimento, de acordo com o que dispuser o regimento interno do Conselho respectivo.

Art. 14. A duração do mandato do representante governamental no CMDCA está condicionada à expressa manifestação contida no ato designatório da autoridade competente, podendo se estender para todo o mandato.

§ 1º. O afastamento de qualquer dos representantes do Governo Municipal junto ao CMDCA deverá ser previamente comunicado e justificado para que não haja prejuízo às atividades do Conselho.

§ 2º. A autoridade competente deverá designar o novo conselheiro governamental no máximo cinco dias antes da próxima assembléia geral ordinária subseqüente ao afastamento, enviando ao presidente do CMDCA para registro.

Subseção II

DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Art. 15. A representação da sociedade civil visa garantir a plena participação da população por meio de organizações representativas escolhidas em fórum próprio.

§ 1º. Poderão participar do processo de escolha as organizações da sociedade civil constituídas há pelo menos dois anos e com atuação no âmbito territorial do Município de ITAÚBA com atividades voltadas, direta ou indiretamente, à proteção dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º. A representação da sociedade civil no CMDCA, diferentemente da representação governamental, não poderá ser previamente estabelecida pela direção da entidade, devendo submeter-se periodicamente a processo democrático de escolha.

§ 3º. O processo de escolha dos representantes da sociedade civil junto ao CMDCA deverá será disciplinado por Resolução do próprio CMDCA, aprovada por maioria absoluta de seus membros, observado o seguinte:

I - instauração do processo seletivo pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente até 60 dias antes do término do mandato;

II - designação de comissão eleitoral composta por membros do CMDCA, representantes da sociedade civil, para organizar e realizar o processo eleitoral; e,

III - convocação de assembleia para deliberar exclusivamente sobre a escolha.

Art. 16. O mandato no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA pertence à organização da sociedade civil eleita, que indicará um de seus membros para atuar como seu representante.

Parágrafo Único - O mandato a que se refere este artigo será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição uma única vez, através do mesmo processo seletivo.

Art. 17. A eventual substituição de qualquer dos representantes das organizações da sociedade civil no CMDCA deverá ser previamente comunicada e justificada pela direção da entidade, para que não ocorra prejuízo às atividades do Conselho.

Art. 18. Os representantes da sociedade civil junto ao CMDCA serão empossados no prazo máximo de 30 dias após a proclamação do resultado da eleição, com a publicação dos nomes das organizações da sociedade civil e respectivos representantes, titulares e suplentes.

§1º - É vedada a indicação de entidades ou nomes ou qualquer outra forma de ingerência do poder público no processo de escolha dos representantes da sociedade civil junto ao CMDCA.

§2º – A posse será dada pelo Prefeito Municipal em sessão pública e solene, amplamente divulgada pelos meios de comunicação mais acessíveis à população local.

Art. 19. O Ministério Público será informado dos atos do processo de escolha dos representantes da sociedade civil organizada, para acompanhamento e fiscalização de sua regularidade.

Seção VII

DOS IMPEDIMENTOS

Art. 20 - Não poderão compor o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA:

I - Membros de conselhos de políticas públicas;

II - Representantes de órgãos de outras esferas governamentais;

III - Ocupantes de cargo de confiança ou função comissionada do poder público, na qualidade de representante de organização da sociedade civil;

IV - Membros do Conselho Tutelar;

V - Aquele que não preencha os seguintes requisitos:

a - gozar de idoneidade moral;

b - ter idade igual ou superior a 21 anos;

c - residir no município há pelo menos 02 (dois) anos;

d - ser eleitor no Município respectivo e estar em pleno e regular gozo dos seus direitos políticos;

e - ter ao menos curso fundamental completo.

VI - Membros e serventuários do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Legislativo, da Defensoria Pública, com atuação no âmbito do Município de Itaúba.

Seção VIII

DA COMPETÊNCIA

Art. 21. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de ITAÚBA- CMDCA:

I - Formular ou, de qualquer forma, opinar e intervir na formulação das políticas de âmbito municipal voltadas aos interesses da criança e do adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, captação e aplicação dos recursos a esse fim destinados;

II - Zelar pela execução dessa política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhanças, e dos bairros ou de zona urbana ou rural onde convivam ou residam;

III - Apresentar as prioridades a serem incluídas no planejamento do Município, em tudo o que se refere ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;

IV - Estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se executa no Município, que possa afetar as suas deliberações;

V - Registrar as entidades não-governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente que mantenham, além de outras formas previstas em lei, programas de:

a - orientação, apoio e acolhimento familiar;

b - orientação e apoio sócio-educativo em meio aberto;

c - acolhimento institucional;

d - liberdade assistida;

e - semiliberdade;

f - internação.

VI – efetuar a inscrição dos programas a que se refere o inciso anterior, das entidades governamentais e das organizações da sociedade civil que operem no Município, fazendo cumprir as normas constantes do mesmo Estatuto;

VII - Regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a eleição e a posse dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e Conselhos Tutelares do Município;

VIII - Requisitar assessoramento e apoio técnico especializado junto aos órgãos da Administração Municipal, em petição escrita e fundamentada;

IX - Acompanhar e fiscalizar o emprego de todas e quaisquer verbas obtidas pelo Município para aplicação direta ou indireta à política municipal de atendimento da criança e do adolescente, bem como a administração e prestação de contas de recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMDCA.

Seção IX

DO FUNCIONAMENTO

Art. 22. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA estabelecerá regras para seu funcionamento através de regimento interno, prevendo, dentre outras questões:

I - A estrutura funcional mínima composta por plenário, presidência, comissões e secretaria, definindo suas respectivas atribuições;

II - A forma de escolha dos membros da Presidência e demais cargos da Diretoria, assegurando-se o direito a alternância entre representantes do Governo e da Sociedade Civil;

III - A forma de substituição dos membros da presidência, na falta ou impedimento dos mesmos;

IV – A forma de convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias, com comunicação aos integrantes do órgão, titulares e suplentes, de modo que se garanta a presença de todos os seus membros e a participação da população em geral;

V - A forma de inclusão das matérias em pauta de discussão e deliberações, com a obrigatoriedade de sua prévia comunicação aos conselheiros;

VI - A possibilidade de discussão de temas que não tenham sido previamente incluídos em pauta;

VII - O quorum mínimo necessário à instalação das sessões ordinárias e extraordinárias;

VIII - As situações em que o quorum qualificado deve ser exigido no processo de tomada de decisões com sua expressa indicação quantitativa;

IX - A criação de comissões e grupos de trabalho, que deverão ser compostos de forma paritária;

X - A forma como ocorrerá a discussão das matérias em pauta;

XI - A forma como se dará a participação dos presentes na assembleia ordinária;

XII - A garantia de publicidade das assembleias ordinárias, salvo os casos expressos de obrigatoriedade de sigilo;

XIII - A forma como serão efetuadas as deliberações e votações das matérias, com a previsão de solução em caso de empate;

XIV - A forma como será deflagrado e conduzido o procedimento administrativo com vista à exclusão de organização da sociedade civil ou de seu representante, quando da reiteração de faltas injustificadas ou prática de ato incompatível com a função;

XV - A forma como será deflagrada a substituição do representante do órgão público, quando tal se fizer necessário.

Seção X

DO REGISTRO DAS ENTIDADES E PROGRAMAS DE ATENDIMENTO

Art. 23. Na forma do disposto nos artigos 90, parágrafo único e 91, da Lei nº 8.069/90, cabe ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA:

I - Efetuar o registro, no Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA, de todas as organizações da sociedade civil sediadas no Município de ITAÚBA que prestem atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, executando os programas a que se refere o art. 90, caput, e, no que couber, as medidas previstas nos artigos 101, 112 e 129, todos da Lei nº 8.069/90; e,

II - Efetuar a inscrição no Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - SIPIA dos programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, a serem executados no Município de ITAÚBA por entidades governamentais e das organizações da sociedade civil.

Parágrafo único. A cada 2 (dois) anos, o CMDCA promoverá o recadastramento das entidades e dos programas em execução no Município, certificando-se de sua contínua adequação à política de promoção dos direitos da criança e do adolescente traçada.

Art. 24. Através de Resolução, votada por maioria absoluta de seus membros, o CMDCA indicará a relação de documentos a serem apresentados pelas entidades a que se refere o artigo anterior para fins de registro, considerando o disposto no art. 91, do ECA.

Parágrafo único. Os documentos exigidos visarão, exclusivamente, comprovar a capacidade da entidade de garantir a política de atendimento compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 25. Quando do registro ou renovação, o CMDCA, com o auxílio de outros órgãos e serviços públicos, deverá certificar-se da adequação da entidade ou do programa às normas e princípios estatutários pertinentes, bem como a outros requisitos específicos que venham justificadamente a exigir por meio de resolução própria.

§ 1º. Será negado o registro à entidade, nas hipóteses relacionadas no art. 91, parágrafo único, da Lei nº 8069/90, e em outras situações definidas em resolução do CMDCA.

§ 2º. Será negado registro e inscrição do programa que não respeite os princípios estabelecidos na Lei nº 8069/90 ou seja incompatível com a política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, traçada pelo CMDCA.

§ 3º. O CMDCA não concederá registros para funcionamento de entidades nem inscrição de programas que desenvolvam somente atendimento em modalidades educacionais formais de educação infantil, ensino fundamental e médio.

§ 4º. Verificada a ocorrência de alguma das hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, será cassado o registro concedido à entidade ou programa, comunicando-se o fato à autoridade judiciária, Ministério Público e Conselho Tutelar.

Art. 26. Caso alguma entidade ou programa esteja comprovadamente atendendo crianças ou adolescentes sem o devido registro no CMDCA, deverá o fato ser levado de imediato ao conhecimento da autoridade judiciária, Ministério Público e Conselho Tutelar, para adoção das medidas previstas nos artigos 95, 97, 191, 192 e 193 da Lei nº 8069/90.

Art. 27. O CMDCA expedirá ato próprio dando publicidade ao registro das entidades e programas que preencherem os requisitos exigidos, sem prejuízo de sua imediata comunicação ao Juízo da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar, conforme previsto nos artigos 90, parágrafo único, e 91, caput, da Lei nº 8069/90.

Seção XI

DOS DEVERES E VEDAÇÕES

Art. 28. São deveres do membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA:

I - Manter ilibada conduta pública e particular;

II - Zelar pela dignidade de suas funções, por suas prerrogativas e pelo respeito às autoridades constituídas;

III - Desempenhar com zelo e presteza as suas funções;

IV - Residir no Município;

V - Comparecer regularmente às sessões ordinárias e extraordinárias;

VI - Guardar sigilo sobre assuntos que venha a ter conhecimento em razão do cargo, relativos à conduta de membros do Conselho Tutelar ou de criança ou adolescente alvo de sua atuação;

VII - Não praticar atos de improbidade administrativa;

VIII - Zelar pela economia de material de expediente e pela conservação do patrimônio público;

IX - Manter conduta compatível com a moralidade administrativa.

Art. 29. Aos membros do Conselho Municipal - CMDCA aplicam-se as seguintes vedações:

I - Receber, em razão do cargo, honorários, gratificações, ou qualquer outra forma de recompensa, com exceção dos benefícios previstos no artigo 8º, parágrafo único, desta Lei;

II - Extrair cópia, retirar ou divulgar, sem autorização do Presidente, qualquer documento arquivado ou em trâmite pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - Valer-se do cargo para lograr proveito próprio ou alheio, em detrimento da dignidade da função pública;

Seção XII

DAS FALTAS E PENALIDADES

Art. 30. Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA são passíveis das seguintes penalidades:

I - Advertência.

II - Censura.

III - Suspensão por até 90 dias.

IV - Cassação do mandato.

Art. 31. A penalidade de advertência será aplicada, reservada e verbalmente, no caso de negligência no cumprimento dos deveres inerentes ao cargo, mantendo-se o evento em registro em livro ou arquivo eletrônico próprio.

Art. 32. A penalidade de censura será aplicada, de forma reservada, por escrito, no caso de reincidência em falta já punida com advertência.

Art. 33. A penalidade de suspensão será aplicada nos casos de reincidência de falta já punida com censura e no caso de violação às vedações previstas nesta lei.

Art. 34. A penalidade de cassação do mandato será aplicada nos casos de:

I - Reincidência em falta já punida com a pena de suspensão;

II - Prática de conduta que caracterize crime ou contravenção penal;

III – Prática de conduta que atente contra os deveres previstos no artigo 28 desta lei, independentemente do trânsito em julgado do processo respectivo;

IV - Falta por 3 vezes consecutivas ou 5 alternadas a sessões deliberativas do CMDCA, sem justificativa aceita pelo Conselho;

V - For constatada a prática de ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a administração pública, estabelecidas pelo art. 4º, da Lei Federal nº 8.429/92.

VI - Incontinência pública ou conduta escandalosa;

VII - Ofensa física em serviço, a membro do Conselho, servidor público ou a particular;

VIII - Revelação de assunto sigiloso relativo a criança e adolescente, do qual teve ciência em razão do cargo;

IX - Quando for determinada a suspensão cautelar de dirigente de entidade da sociedade civil que atua no CMDCA, de conformidade com o art. 191, parágrafo único, da Lei nº 8.069/90, ou aplicada alguma das sanções previstas no art. 97 da mesma lei, após procedimento de apuração de irregularidade cometida em entidade de atendimento, nos termos dos arts. 191 a 193 do mesmo diploma legal.

X - Deixar de pertencer à instituição que o indicou como representante no Conselho;

XI - Perder a função no órgão público que o indicou.

§ 1º Na hipótese do inciso III, deste artigo, havendo decisão judicial condenatória transitada em julgado, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, independentemente da instauração de processo administrativo, por decisão de maioria de seus membros, com quorum de metade mais um de seus integrantes, declarará vago o cargo, dando posse imediata ao primeiro suplente.

§ 2º. Na hipótese do inciso IX, o CMDCA, por decisão de maioria de seus membros, com quorum de metade mais um, poderá determinar o afastamento cautelar do integrante enquanto perdurar a suspensão cautelar no processo judicial, seguindo-se a cassação do mandato, quando for aplicada, no processo judicial, as medidas de afastamento definitivo do dirigente, fechamento da unidade ou programa ou cassação do registro da entidade, previstas no art. 97, do ECA.

§3º. Nas situações do parágrafo 2º deste artigo, quando ocorrer o afastamento definitivo do dirigente, será a entidade notificada a indicar outro representante no CMDCA, ou nomeado o suplente; quando ocorrer o fechamento da unidade ou programa ou a cassação do registro, a entidade será excluída do CMDCA, promovendo-se novo processo de seleção para preenchimento da vaga aberta.

Art. 35. O afastamento ou cassação de membro do CMDCA será imediatamente comunicado ao chefe do Poder Executivo ou à entidade não governamental que o indicou, para que nomeie, com urgência, outro representante, evitando prejuízos às atividades do Conselho.

Art. 36. A cassação do mandato dos representantes do governo municipal e das organizações da sociedade civil junto ao CMDCA, em qualquer hipótese, demandará a instauração de procedimento administrativo, conforme rito previsto nos artigos 94 a 125 desta lei, com garantia de contraditório e ampla defesa, devendo a decisão ser tomada por maioria absoluta dos votos dos integrantes do mesmo Conselho.

DOS CONSELHOS TUTELARES DOS DIREITOS

DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Seção XIII

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 37. O Conselho Tutelar do Município de ITAÚBA criado pela Lei Municipal nº 676 de 23 de novembro de 2005, reger-se-á pela legislação federal pertinente, pelo disposto nesta lei, por seu regimento interno e deliberações do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Parágrafo único. O regimento interno de que trata o caput deste artigo será aprovado por decisão do CMDCA, tomada por maioria de votos, com quorum de metade mais um de seus integrantes, mediante proposta dos membros do Conselho Tutelar.

Art. 38. O Conselho Tutelar do Município de ITAÚBA-Mato Grosso é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos em lei (Art. 131, ECA), estando vinculado à Secretaria Municipal de Ação Social apenas para fins de execução orçamentária.

§ 1º. No exercício de sua atividade fim, o Conselho Tutelar não deve subordinação a qualquer outro órgão ou autoridade, podendo as suas decisões ser revistas apenas pela autoridade judiciária, na forma do art. 137, do ECA, a pedido de quem tenha legítimo interesse.

§2º. A função de Conselheiro Tutelar exige dedicação exclusiva, sendo vedada a acumulação com qualquer outro cargo, emprego ou função remunerada.

Art. 39. Constará obrigatoriamente na Lei Orçamentária Municipal a previsão dos recursos necessários ao custeio das atividades desempenhadas pelo Conselho Tutelar, inclusive para:

I - O custeio com mobiliário, água, luz, telefone fixo e móvel, internet, computadores, fac-símile e outros;

II - Proporcionar formação continuada para os membros do Conselho Tutelar;

III - O custeio de despesas dos conselheiros inerentes ao exercício de suas atribuições, como diárias, passagens, serviços de terceiros, e outros semelhantes;

IV - Garantir espaço físico adequado para a sede do Conselho Tutelar, seja por meio de aquisição de prédio de uso exclusivo, seja por locação;

V - Garantir transporte adequado, permanente e exclusivo para o exercício da função, incluindo sua manutenção;

VI - Garantir a segurança e manutenção de todo o seu patrimônio;

VII - O custeio de despesas com subsídios e capacitação dos conselheiros, bem como outras despesas necessárias ao bom funcionamento dos serviços que lhe são confiados.

§ 1º. Cabe ao Poder Executivo Municipal, através da Secretaria à qual está administrativamente vinculado, dotar o Conselho Tutelar de equipe administrativa de apoio, conforme seja necessário para o pleno desenvolvimento de suas funções.

§ 2º. O Conselho Tutelar poderá requisitar serviços e assessoria nas áreas de educação, saúde, assistência social, dentre outras, com a devida urgência, de forma a atender o disposto nos artigos 4º, parágrafo único, e 136, inciso III, alínea “a”, da Lei 8069/90.

§ 3º. É vedado o uso de recurso do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de ITAÚBA– FMDCA para qualquer dos fins previstos neste artigo, exceto para a formação e qualificação funcional dos Conselheiros Tutelares (Res. 139/2010/Conanda, art. 4º, § 6º).

§ 4º. O Conselho Tutelar encaminhará, até o dia 30 do mês de novembro de cada ano, ao CMDCA, o Plano de Trabalho, contendo a previsão das despesas necessárias para sua execução e para o pleno funcionamento do Conselho Tutelar durante o ano seguinte, incumbindo ao Conselho de Direitos adotar as providências necessárias junto à Secretaria Municipal de Ação Social para que tais despesas sejam previstas no orçamento global do Município.

Art. 40. O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Seção XIV

DA COMPOSIÇÃO

Art. 41. Cada Conselho Tutelar será composto por 05 (cinco) membros, com mandato de 04 (quatro) anos, sendo permitida uma recondução, por decisão de maioria absoluta dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

§ 1º - Haverá número de suplentes igual ao de membros eleitos.

§2º - A recondução, permitida por uma única vez, consiste na outorga, ao conselheiro tutelar titular do cargo ou suplente que tiver exercido a função de titular nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a inscrição, do direito de concorrer ao cargo por mais um período.

§ 3º - O outorgado à recondução deverá disputar a vaga em igualdade de condições com os demais pretendentes, submetendo-se ao mesmo processo de avaliação técnica, psicológica e de escolha por votação, sendo dispensado apenas da apresentação de documentação comprobatória dos requisitos enumerados no artigo seguinte desta lei.

Seção XV

DOS REQUISITOS PARA INGRESSO

Art. 42. Poderão concorrer ao processo de escolha para composição do Conselho Tutelar do Município de ITAÚBA os interessados que, na data da inscrição, preencherem cumulativamente os seguintes requisitos:

I - Ter reconhecida idoneidade moral, comprovada mediante a apresentação de certidões negativas cível e criminal da Justiça Comum Estadual e Federal da Comarca ou Região pelas quais o Município esteja compreendido;

II - Ter idade mínima de 21(vinte e um) anos;

III - Residir no Município de ITAÚBA há pelo menos 2(dois) anos;

IV - Ter nível médio completo ao tempo da inscrição;

V - Possuir habilitação no mínimo com categoria "B" para dirigir veículos automotores;

VI - (Suprimido pela Emenda Supressiva nº 001/2015)

VII - Ser eleitor do Município e estar em pleno e regular exercício de seus direitos políticos;

VIII- (Suprimido pela Emenda Supressiva nº 001/2015)

IX- Não exercer cargo ou mandato público eletivo;

X - Não ocupar cargo efetivo ou em comissão junto à Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta.

§ 1º. (Suprimido pela Emenda Supressiva nº 001/2015)

§ 2º. Verificado, a qualquer tempo, o descumprimento de qualquer dos requisitos mencionados neste artigo, a inscrição do candidato, ainda que já deferida, e todos os atos dela decorrentes, inclusive de nomeação, serão cancelados.

Seção XVI

DA RECONDUÇÃO E PROCESSO DE ESCOLHA

DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Art. 43. No início do trimestre (mês de julho) que antecede a data da eleição para composição do Conselho Tutelar, o CMDCA reunir-se-á para deliberar sobre a recondução a que se refere o art. 41, §2º, desta lei, que poderá ser total ou parcial, de acordo com avaliação de merecimento a ser promovida pelo mesmo Conselho Municipal, na forma prevista no regimento interno respectivo.

Art. 44. Havendo ou não recondução, será constituída, nessa mesma sessão, Comissão Especial Eleitoral, composta de no mínimo quatro membros paritários, incumbida de realizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, cabendo-lhe ordenar o registro dos candidatos, decidir sobre as impugnações e publicar o resultado final da eleição com o nome dos eleitos e a votação obtida.

§1º. O registro dos candidatos far-se-á através de requerimento endereçado ao Presidente da Comissão Eleitoral, a ser protocolado no local e no prazo previstos em edital, devidamente acompanhado dos documentos que comprovem o cumprimento dos requisitos exigidos por esta lei.

§2º. Estará impedido de integrar a Comissão Especial Eleitoral o membro que tenha laços de parentesco consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de qualquer dos inscritos no certame, devendo o presidente do CMDCA promover a sua substituição.

§3º. O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será também o Presidente da Comissão Eleitoral.

§4º. Todos os atos praticados pela comissão de seleção serão comunicados imediatamente ao Promotor de Justiça da Comarca.

§5º. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá, por disposição da Lei Federal nº 12.696/2012, a cada 4 (quatro) anos, e será realizada, obrigatoriamente, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 6º. A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao do processo de escolha.

Subseção I

DA DIVULGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA

Art. 45. Caberá ao CMDCA, com a antecedência devida, regulamentar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, mediante Resolução específica, observadas as disposições contidas na Lei nº 8069/90, na legislação municipal respectiva e nas Resoluções mais recentes do Conanda.

§1º. A Resolução do CMDCA, regulamentadora do processo de escolha, deverá prever, dentre outras disposições:

a - o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie, no mínimo, três meses antes do término do mandato dos membros do Conselho Tutelar em exercício;

b - a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos no art. 133, da Lei 8069/90 e nesta Lei Municipal;

c - as regras de campanha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções, de modo a evitar o abuso do poder político, econômico, religioso, familiar, institucional e dos meios de comunicação, dentre outros;

d - a criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha.

§2º. A resolução de que trata o parágrafo anterior não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei Federal 8069/90 e por esta lei.

§3º. O processo eleitoral de que trata este artigo deverá estar concluído pelo menos 30 (trinta) dias antes do término do mandato dos Conselheiros Tutelares.

§4º. Cabe ao Poder Executivo Municipal de ITAÚBA através da Secretaria de Ação Social, o custeio de todas as despesas para realização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

§5º. No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Art. 46. Cabe ao CMDCA dar ampla publicidade ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, mediante publicação de edital de convocação do pleito na imprensa oficial, página oficial do Município, do CMDCA e Conselho Tutelar na internet, nos meios de comunicação disponíveis no território do Município, afixação de edital em locais de amplo acesso ao público, chamadas de rádio, televisão, jornais impressos e eletrônicos, blogs e outros meios de divulgação disponíveis.

§1º. O edital conterá, dentre outros, os requisitos à candidatura, a relação de documentos a serem apresentados pelos candidatos, as regras de campanha e calendário de todas as fases do certame.

§2º. A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre o papel do Conselho Tutelar e sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e juventude, conforme dispõe o art. 88, inciso VII, da Lei nº 8069/90.

Art. 47. Compete, ainda, ao CMDCA tomar, com a antecedência devida, as seguintes providências para a realização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar:

I - Obter junto à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas eletrônicas, bem como o software respectivo, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso.

II - Em caso de impossibilidade do fornecimento de urnas eletrônicas, obter junto à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento de listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente; e

III - Garantir o fácil acesso aos locais de votação, preferindo-se aqueles que já sejam utilizadas como sessões eleitorais pela Justiça Eleitoral ou espaços públicos comunitários.

Art. 48. O CMDCA deverá delegar à Comissão Especial Eleitoral, de composição paritária entre conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, a condução do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, observados os mesmos impedimentos impostos por esta lei para composição do Conselho Tutelar.

§ 1º. A composição, assim como as atribuições da Comissão Eleitoral prevista no caput deste artigo, devem constar da resolução regulamentadora do processo de escolha.

§ 2º. A Comissão Eleitoral ficará encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam aos requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

§3º. Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à Comissão Eleitoral:

I - Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa; e

II - Realizar reunião para decidir acerca da impugnação, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências para apurar a verdade dos fatos.

§ 4º. Das decisões da Comissão eleitoral caberá recurso à plenária do CMDCA, que se reunirá, em caráter extraordinário, para julgá-los.

§ 5º. Esgotada a fase recursal, a comissão especial eleitoral fará publicar a relação dos candidatos habilitados, enviando cópia ao Ministério Público para ciência e acompanhamento.

§ 6º. Cabe, ainda, à Comissão Especial Eleitoral:

I - Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados no pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição de sanções previstas na legislação local;

II - Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - Providenciar a confecção das cédulas de votação, conforme modelo a ser aprovado;

V - Escolher e divulgar os locais de votação;

VI - Selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação, na forma da Resolução regulamentadora do pleito;

VII - Solicitar, junto ao comando da Polícia Militar local a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança nos locais de votação e apuração;

VIII - Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação; e,

IX - Resolver os casos omissos por decisão da maioria absoluta de seus membros.

§ 7º. O Ministério Público será pessoalmente notificado de todas as reuniões deliberativas realizadas pela Comissão Eleitoral e pelo CMDCA, bem como de todas as decisões nelas proferidas e incidentes verificados no decorrer do certame.

Art. 49. O CMDCA deverá fará todos os esforços possíveis para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opões de escolha pelos eleitores e de obter o número de titulares e suplentes exigidos por lei, sem a realização de processo de escolha suplementar.

Subseção II

DA AVALIAÇÃO SOBRE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Art. 50. (Suprimido pela Emenda Supressiva nº 001/2015)

Parágrafo único. (Suprimido pela Emenda Supressiva nº 001/2015)

Subseção III

DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Art. 51. (Suprimido pela Emenda Supressiva nº 001/2015)

Subseção IV

DA ESCOLHA POR ELEIÇÃO

Art. 52. Os candidatos submeter-se-ão ao processo de escolha por votação, sendo considerados membros do Conselho Tutelar titulares os cinco mais votados (1º ao 5º lugar) e suplentes os cinco seguintes em ordem decrescente de votação. (Redação dada pela Emenda Modificativa nº 003/2015)

Art. 53. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá observar as seguintes diretrizes:

I - Eleição mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município de ITAÚBA em processo a ser regulamentado e conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

II - Candidatura individual, não sendo admitida a composição de chapas; e,

III - Fiscalização pelo Ministério Público.

Art. 54. Na hipótese de ocorrer empate na votação, será considerado eleito o candidato que:

I - (Suprimido pela Emenda Supressiva nº 001/2015);

II - Apresentar maior tempo de atuação na área da infância e adolescência, comprovada por meio de documentação a ser apresentada no ato da inscrição;

III - Residir a mais tempo no Município; e,

IV - Tiver maior idade.

Parágrafo único. Os mesmos critérios de desempate deste artigo serão utilizados para resolver eventual impasse gerado em decorrência da aprovação de dois ou mais candidatos com grau de parentesco que os proíba de servir no mesmo Conselho, nos termos desta lei.

Art. 55. Se o número de candidatos selecionados for insuficiente para compor o Conselho Tutelar e o rol de suplentes (10 membros), o Conselho Municipal – CMDCA deflagrará processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas em aberto, seguindo-se as mesmas regras estabelecidas nesta lei.

Subseção V

DA POSSE

Art. 56. Encerrado o processo eleitoral, divulgada a lista dos escolhidos (titulares e suplentes) através dos meios de comunicação e divulgação utilizados pelo Executivo Municipal, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no dia 10 do mês de janeiro do ano seguinte ao da eleição, em ato público e solene, dará posse aos eleitos.

§ 1º. Durante o mês seguinte à data da posse, todos os membros e suplentes eleitos executarão trabalhos junto ao Conselho Tutelar, acompanhando e inteirando-se dos serviços desenvolvidos e em andamento.

§2º. Nesse mesmo período, os novos conselheiros e suplentes participarão, também, de curso de capacitação, a ser realizado por deliberação do CMDCA.

§ 3º. Os Conselheiros Tutelares, titulares, eleitos deverão obrigatoriamente participar do Curso de Formação Continuada para Conselheiros Tutelares e Conselheiros de Direitos, oferecido pela Escola de Conselhos de Mato Grosso e do Curso de Formação para utilização do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência- SIPIA/CT, promovido pelo Conselho Estadual dos Direitos da criança e do Adolescente-CEDCA-MT.

Seção XVII

DA COMPETENCIA E FUNCIONAMENTO

Art. 57. Compete ao Conselho Tutelar zelar pelo respeito aos direitos da criança e do adolescente definidos em lei, cumprindo as atribuições previstas na Lei 8069, de 13.07.1.990, e nas disposições desta Lei Municipal.

Art. 58. O Conselho Tutelar do Município de ITAÚBA funcionará, todos os dias úteis (segunda a sexta-feira) no horário das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, em prédio exclusivo, com salas adequadas para a execução dos serviços, localizado na área central da cidade, visando proporcionar fácil acesso aos usuários.

§ 1º. Para atendimento fora do horário previsto no caput deste artigo, bem como aos finais de semana e feriados, será mantido plantão permanente constituído de pelo menos dois Conselheiros, cujos telefones e endereços deverão constar em local visível nos veículos do Conselho Tutelar, na entrada do prédio do Conselho Tutelar e nos murais dos órgãos públicos. (Redação dada pela Emenda Modificativa nº 003/2015)

§ 2º. Durante os horários de expediente, dentre os membros do Conselho Tutelar que estiverem em atividade, deverão permanecer na sede do Conselho Tutelar, para atendimento ao público, pelo menos dois conselheiros. Na ausência dos conselheiros plantonistas para diligência fora da sede do município será convocado um Conselheiro de folga para fazer o atendimento ao público. (Redação dada pela Emenda Modificativa nº 003/2015)

§ 3º. O disposto no parágrafo anterior não impede a divisão de tarefas entre os conselheiros, para fins de realização de diligências externas, atendimentos em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades, programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões tomadas.

§ 4º. A escala de plantões e serviços do Conselho Tutelar será elaborada por seu Coordenador e aprovada por maioria simples do Conselho Municipal – CMDCA.

Art. 59. A sede do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico e instalações que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos conselheiros e o acolhimento digno ao público, contendo, no mínimo:

I - Placa identificativa da sede do Conselho, em local de ampla visibilidade, voltada para a via pública;

II - Sala reservada para a recepção ao público e espera de atendimento;

III- Sala reservada para o atendimento privativo das ocorrências de sua competência;

IV - Sala reservada para os serviços administrativos;

V - Sala reservada para os conselheiros tutelares; e,

VI - Banheiros para o público e de uso privativo dos conselheiros e funcionários.

Parágrafo único. O número de salas deverá ser proporcional ao volume da demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, evitando prejuízos à celeridade e presteza do serviço, bem como à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos.

Art. 60. O Conselho Tutelar zelará para que seja preservada a identidade da criança ou adolescente atendido, abstendo-se de pronunciar publicamente sobre os casos trazidos ao Conselho.

§ 1º. O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar ou manusear no exercício de sua função.

§ 2º. A responsabilidade pelo uso e divulgação indevidos de informações referentes ao atendimento de crianças e adolescentes se estende aos funcionários e auxiliares a serviço do Conselho Tutelar.

Art. 61. No caso de atendimento de crianças e adolescentes de comunidades remanescentes de quilombos e outras comunidades tradicionais, inclusive indígenas, o Conselho Tutelar deverá:

I - Submeter a ocorrência à análise de organizações sociais reconhecidas por essas comunidades, bem como a representantes de órgãos públicos especializados, quando couber; e

II - Considerar e respeitar, na aplicação das medidas de proteção, a identidade sócio-cultural, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição e pela Lei nº 8069/90.

Art. 62. As decisões do Conselho Tutelar serão tomadas pelo seu colegiado, por decisão de maioria absoluta de seus membros.

§1º. As medidas de caráter emergencial, tomadas durante os plantões ou durante a execução de atividades externas, serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil subseqüente, para ratificação ou retificação.

§2º. As decisões do Conselho Tutelar serão proferidas de forma escrita e motivada, em procedimento próprio, a ser mantido em arquivo físico ou eletrônico, na sede do Conselho.

§3º. As decisões proferidas serão comunicadas formalmente aos interessados, mediante documento escrito, no prazo máximo de 48 horas.

Art. 63. Quando estiverem sendo realizadas, no município, eventos festivos de grande expressão, abertos ao público, o Conselho Tutelar manterá posto de atendimento, realizando trabalho ostensivo e preventivo, devendo ser buscado apoio das Polícias Militar e Civil quando necessário para salvaguardar interesse de criança ou adolescente que estejam sendo violados, ou na iminência de o ser.

Parágrafo único. Nos eventos de menor expressão, bem como nas festividades realizadas em locais fechados, nos estabelecimentos que comercializem bebidas alcoólicas, explorem jogos e diversões eletrônicas, bem como em outros locais públicos ou acessíveis ao público onde se tenha a presença de crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar realizará visitas de rotina, visando zelar para que sejam respeitados os direitos da criança e do adolescente, adotando as providências previstas no art. 194, 101, I, VII c/c 93 e 129, VII, do ECA.

Art. 64. Para o exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I - Nas salas de sessões do CMDCA;

II - Nas salas e dependências das delegacias e demais órgãos de segurança pública;

III - Nas entidades de atendimento, nas quais se encontrem crianças e adolescentes; e

IV - Em qualquer recinto público ou privado acessível ao público, no qual se encontrem crianças ou adolescentes, ressalvada a garantia constitucional da inviolabilidade de domicílio.

§1º. A casa, bem como os compartimentos de qualquer estabelecimento utilizado para moradia, é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, exceto em caso de flagrante delito, desastre, ou para prestar socorro, ou, ainda, durante o dia, por determinação judicial.

§2º. Sempre que necessário, o membro do Conselho Tutelar poderá requisitar o auxílio dos órgãos locais de segurança pública, observados os princípios constitucionais de proteção integral e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

Art. 65. O Conselho Tutelar, tomando conhecimento de qualquer violação a direito da criança ou do adolescente ou de qualquer ato infracional que venha a ser praticado por criança, deslocar-se-á até o lugar de sua ocorrência, adotando as providências de sua alçada, inclusive as definidas nos artigos 101, I a VIII, e 129, I a VII, da Lei n.8069, de 13.07.90.

Art. 66. Um dos Membros do Conselho Tutelar acumulará as funções de Coordenador, cabendo-lhe representá-lo em todos os atos e perante as autoridades e pessoas a que se dirigir, além de ordenar e fiscalizar todas as atividades administrativas internas do Conselho.

Art. 67. Somente em casos de menor complexidade e de extremada urgência poderá atuar um único membro do Conselho Tutelar, ficando a validade de sua decisão condicionada à confirmação por maioria absoluta de seus membros.

Art. 68. As decisões do Conselho Tutelar serão tomadas por maioria absoluta, em reunião ordinária, a ser realizada ao menos uma vez por quinzena, ou extraordinária, a ser realizada sempre que houver urgência na deliberação.

Art. 69. Todas as denúncias atendidas pelo Conselho Tutelar serão registradas através de sistema de informação para a infância e adolescência – sipia/ct, e os fatos inseridos em sua esfera de atribuições serão apurados em procedimento instaurado mediante portaria, com numeração controlada pela coordenadoria, sendo, ao final, submetido à decisão na reunião ordinária subseqüente ou extraordinária.

§ 1º. Os conselheiros que atuarem no procedimento elaborarão relatório a ser submetido a julgamento na reunião ordinária ou extraordinária, sugerindo a medida aplicável, dentre as previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 2º. Os procedimentos que resultarem na aplicação de medidas de competência do próprio Conselho Tutelar, como nas hipóteses do art. 101, I a VI e VIII, e art. 129, I a VII, do ECA, após a decisão colegiada, desenvolver-se-á a fase de execução da medida, após a qual será novamente submetido ao órgão colegiado para homologação e arquivamento, ou adoção de outras providências que se revelarem adequadas.

§ 3º. Nas hipóteses em que couber o encaminhamento do procedimento ao Ministério Público, ao Juiz da Infância e da Adolescência ou a qualquer outra Instituição prevista no ECA, ou em casos de aplicação de qualquer medida estabelecida pela autoridade judiciária, será mantida cópia do feito em arquivo no Conselho Tutelar, para fins estatísticos e informativos.

Art. 70. A atuação do Conselho Tutelar deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e dos adolescentes, ressalvado o disposto no art. 136, inciso III, alínea “b”, IV, V, X e XI, da Lei nº 8.069, de 1990.

Art. 71. As decisões do Conselho Tutelar proferidas no âmbito de suas atribuições e obedecidas as formalidades legais têm eficácia plena e exequibilidade imediata.

§1º. Cabe ao destinatário da decisão, em caso de discordância, ou a qualquer interessado, requerer ao Poder Judiciário sua revisão, na forma prevista pelo art. 137, da Lei nº 8069, de 1990.

§2º. Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão proferida pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pelo seu destinatário, sob pena da prática de infração administrativa prevista no art. 249, da Lei 8069, de 1990.

Art.72. O Poder Executivo Municipal colocará à disposição do Conselho Tutelar o número de funcionários e de equipamentos e materiais de expediente que forem necessários ao bom desempenho de suas atividades.

Art. 73. Observados os parâmetros e normas definidos pela Lei 8069, de 1990, pela legislação municipal local e Resoluções do Conanda, cabe ao Conselho Tutelar elaborar e submeter à aprovação do CMDCA o seu regimento interno.

Seção XVIII

DOS PRINCÍPIOS A SEREM OBSERVADOS

Art. 74. No exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar deverá observar as normas e princípios contidos na Constituição, na Lei 8069/90, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, promulgada pelo Decreto nº 99.710/90, bem como nas Resoluções do Conanda, especialmente:

I - Condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos;

II - Proteção integral e prioritária dos direitos da criança e do adolescente;

III - Responsabilidade da família, da comunidade, da sociedade em geral, e do Poder Público, pela plena efetivação dos direitos assegurados a criança e ao adolescente;

IV - Municipalização da política de atendimento às crianças e adolescentes;

V - Respeito à intimidade e à imagem da criança e do adolescente;

VI - Intervenção precoce, logo que a situação de perigo seja conhecida;

VII - Intervenção mínima das autoridades e instituições na promoção proteção dos direitos da criança e do adolescente;

VIII - Proporcionalidade e atualidade da intervenção tutelar;

IX - Intervenção tutelar que incentive a responsabilidade parental com a criança e com o adolescente;

X - Prevalência das medidas que mantenham ou reintegrem a criança e o adolescente na sua família natural ou extensiva ou, se isto não for possível, em família substituta;

XI - Obrigatoriedade da informação à criança e ao adolescente, respeitada sua idade e capacidade de compreensão, assim como aos seus pais ou responsável, acerca dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como se processa; e,

XII - Oitiva obrigatória da criança e do adolescente em separado ou na companhia de seus pais ou responsável, ou de pessoa por ele indicada, nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, de modo que sua opinião seja devidamente considerada pelo Conselho Tutelar.

Seção XIX

ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR

Art. 75. O Conselho Tutelar tem por função zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente quando, por ação ou omissão, estiverem expostos a situações de risco ou de violação de seus direitos.

Art. 76. São atribuições do Conselho Tutelar e obrigações dos conselheiros, além de outras previstas nesta lei:

I - Atender às crianças e aos adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105 do ECA, aplicando as medidas previstas nos incisos I a VI e VIII, do art. 101, do ECA, e, excepcionalmente, também a medida do inciso VII, nas hipóteses previstas no art. 93, do mesmo diploma legal;

II - Atender e informar os pais ou responsáveis, aplicando-lhes as medidas previstas nos incisos I a VII do art. 129, do ECA;

III - Promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto:

a - Requisitar serviços públicos nas áreas da saúde, educação, assistência e previdência social, trabalho e segurança;

b - Representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente;

V - Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas nos incisos I a VI do artigo 101 do ECA, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - Expedir notificações;

VIII - Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança e adolescente, quando necessário;

IX - Assessorar o Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e adolescente;

X - Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 221, da CF;

XI - Representar ao Ministério Público para fins de ações de perda e suspensão do poder familiar;

XII - Elaborar e apresentar representação junto ao Juiz da Infância e da Adolescência para apuração de irregularidade em entidade de atendimento (art. 191, ECA);

XIII - Elaborar e apresentar representação junto ao Juiz da Infância e da Adolescência para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente (art. 194, ECA);

XIV - Elaborar seu regimento interno;

XV - Articular-se com outros órgãos públicos e entidades privadas, participar de mobilizações, campanhas, operações rotineiras e operações especiais, mutirões, realizados por órgãos públicos com o objetivo de prestar atendimento ao público, fiscalizar, coibir violações e garantir os direitos da criança e do adolescente;

XVI - Operar e manter atualizado o sistema informatizado de informações para a infância e adolescência do Município;

XVII - Manter registro dos atendimentos e providências adotadas pelo Conselho Tutelar;

XVIII - Encaminhar, quando solicitado, dados estatísticos e relatórios gerenciais aos órgãos competentes; e

§1º. Se, no exercício de suas atribuições, em virtude da gravidade da situação de risco, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar, comunicará imediatamente o fato ao Ministério Público por escrito, encaminhando-lhe toda a documentação disponível, para que seja buscada, por via judicial, a aplicação da medida prevista no art. 101, VII ou IX, do ECA.

§2º. Na hipótese do parágrafo anterior, quando houver parente ou pessoa muito próxima que possa acolher a criança ou adolescente (família extensa), o Conselho Tutelar buscará a concordância dos pais ou responsável

para que a criança ou adolescente fique sob a guarda imediata de fato dessas pessoas (afastamento familiar consensual), lavrando termo de entrega e responsabilidade e tomando a assinatura do recebedor, encaminhando, imediatamente em seguida, toda a documentação produzida ao Ministério Público para regularização, por via judicial, da guarda da criança ou adolescente.

§3º. Somente em situações de absoluta excepcionalidade e urgência poderá o Conselho Tutelar encaminhar a criança ou o adolescente diretamente a entidade que mantenha programa de acolhimento institucional, devendo, em casos tais, ser feita, no prazo de 24 horas, a comunicação ao Juiz da Infância e Adolescência e ao Ministério Público (art. 93, ECA), para manuseio da ação judicial respectiva.

Art. 77. À exceção das situações excepcionais previstas nos parágrafos do artigo anterior, o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária e resultará na deflagração, a pedido do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse, de procedimento judicial contencioso, no qual seja garantido aos pais ou responsável legal o exercício do contraditório e ampla defesa (art. 101, §2º, ECA).

Art. 78. É vedado ao Conselho Tutelar executar serviços e programas de atendimento, os quais devem ser requisitados aos órgãos encarregados da execução de políticas públicas.

Seção XX

DAS PRERROGATIVAS E GARANTIAS

Art. 79. No exercício de sua função, o membro do Conselho Tutelar, além das prerrogativas e garantias conferidas pela Lei n.8069/90:

I - Usarão credencial, confeccionada em tamanhos e cores facilmente visíveis, contendo nome completo e fotografia, expedida e assinada pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Promotor de Justiça da Infância e Juventude da Comarca;

II - Terão livre acesso a entidades governamentais e não governamentais referidas no art.90 da Lei 8069, de 13.07.90, bem como a todos os locais públicos e particulares acessíveis ao público, respeitada a inviolabilidade do domicílio.

Parágrafo único. Exceto em caso de flagrante delito, desastre, ou para prestar socorro, a entrada do Conselheiro Tutelar no domicílio, sem a permissão do morador, só é possível durante o dia e com mandado judicial, podendo ser a medida requerida diretamente ao Juízo competente ou através da Promotoria de Justiça.

Art.80. A Administração Municipal, sempre que solicitado pelo Conselho Tutelar, colocará à sua disposição serviços técnicos especializados, cujos profissionais se deslocarão ao encontro da Criança ou adolescente que deles necessitem, adotando as medidas que se revelarem necessárias.

Art. 81. Aos membros do Conselho Tutelar de que trata esta lei quais é assegurado o direito a:

I - cobertura previdenciária;

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - licença-maternidade;

IV - licença-paternidade;

V - gratificação natalina.

§ 1º. Em todos e quaisquer casos de afastamento, por período igual ou superior a 15 dias, inclusive em virtude de férias ou licença, o conselheiro tutelar será substituído pelo suplente, o qual será convocado obedecendo-se a ordem de classificação e perceberá gratificação igual ao titular, proporcional aos dias trabalhados.

§ 2º. No tocante aos afastamentos e licenças, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições do Estatuto dos Servidores do Município de ITAÚBA.

§3º. O conselheiro que, a serviço, tiver que se deslocar para local diverso do Município de ITAÚBA fará jus a diária, nos mesmos valores previstos para os servidores públicos efetivos, na forma prevista em lei municipal.

Seção XXI

IMPEDIMENTOS

Art. 82. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

Art. 83. São, também, impedidos de exercer o mandato de conselheiro tutelar, os membros e suplentes de conselhos deliberativos das políticas públicas do Município, assim como os mandatários de qualquer cargo eletivo e titulares de cargo efetivo ou em comissão, que não se enquadrem na exceção prevista no artigo 37, XVI, alínea “b”, da Constituição Federal.

Parágrafo único. O membro do Conselho Tutelar, titular ou suplente, que pretender se candidatar a qualquer cargo público eletivo, deverá se desincompatibilizar da função no prazo exigido pela legislação eleitoral, e, sendo eleito, será declarado vago o seu cargo, dando-se posse definitiva ao suplente mais votado.

Art. 84. O membro do Conselho Tutelar será declarado impedido de atuar no procedimento de atendimento quando:

I - A ocorrência atendida envolver cônjuge, companheiro, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

II - For amigo íntimo ou inimigo de qualquer dos interessados;

III - Algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge, companheiro, ainda que em união homoafetiva, ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

IV - Tiver interesse na solução do caso em favor de um dos envolvidos;

§1º. Nas situações mencionadas nos incisos deste artigo, se o conselheiro não se declarar impedido, o seu afastamento do procedimento poderá ser argüido pelo Coordenador do Conselho Tutelar ou por qualquer pessoa legitimamente interessada, dirigindo o requerimento, neste caso, ao Coordenador do Conselho Tutelar, devendo, o impasse, ser resolvido pelo CMDCA, em decisão proferida por maioria simples de seus membros.

§2º. O membro do Conselho Tutelar poderá, também, declarar-se suspeito para atuar em determinado procedimento, devendo expor as razões de sua suspeição.

Seção XXII

VACÂNCIA DO CARGO

Art. 85. A vacância do cargo de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

I - Renúncia;

II - Posse e exercício em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada, considerada incompatível com o exercício da função de conselheiro;

III - Aplicação de sanção administrativa de destituição da função;

IV - Falecimento; ou

V - Condenação por sentença transitada em julgado pela prática de crime.

Art. 86. Ocorrendo vacância do cargo de Conselheiro Tutelar, o CMDCA convocará o suplente mais votado para o preenchimento da vaga.

§1º. Quando, por desvinculação voluntária ou compulsória, não existir pelo menos dois suplentes, caberá ao CMDCA realizar processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas disponíveis.

§2º. O suplente, uma vez convocado, deverá apresentar-se para o exercício da função no prazo máximo de 3 (três) dias, contados a partir do ato

de convocação, sob pena de ser considerado desistente, dando ensejo ao chamamento do próximo na ordem de classificação.

Seção XXIII

DOS DEVERES E VEDAÇÕES

Art. 87. São deveres do membro do Conselho Tutelar, além de outros previstos em lei:

I - Manter ilibada conduta pública e particular;

II - Zelar pelo prestígio da instituição à qual pertence;

III - Indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do colegiado;

IV - Obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e exercício das demais atribuições;

V - Comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do CMDCA, conforme dispuser o Regimento Interno;

VI - Desempenhar suas funções com zelo, presteza e dedicação;

VII - Declarar-se suspeito ou impedido, nos termos desta Lei;

VIII - Adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e familiares;

IX - Tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e dos demais integrantes de órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente;

X - Residir no Município;

XI - Prestar as informações solicitadas pelas autoridades públicas e pelas pessoas que tenham legítimo interesse ou seus procuradores legalmente constituídos;

XII - Identificar-se em suas manifestações funcionais;

XIII - Atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;

XIV - Cumprir os horários de expediente previstos nesta lei, bem como os plantões para o qual for designado, além de outras tarefas confiadas pela coordenação do Conselho Tutelar;

XV - Guardar sigilo sobre os casos submetidos ao Conselho Tutelar;

XVI - Aplicar a medida de proteção em conformidade com a decisão colegiada do Conselho Tutelar;

XVII - Levar ao conhecimento do Coordenador as irregularidades funcionais que tiver ciência;

XVIII - Zelar pela economia de material de expediente e pela conservação do patrimônio público; E

XIX - Manter conduta compatível com a moralidade administrativa.

Art. 88. Aos membros do Conselho Tutelar aplicam-se as seguintes vedações:

I - Receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, vantagem pessoal de qualquer natureza;

II - Utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político-partidária;

III - Ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, exceto quando em diligências ou por necessidade do serviço;

IV - Opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

V - Delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade;

VI - Valer-se da função para lograr vantagem em favor de si próprio ou de outrem;

VII - Receber comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

VIII - Proceder de forma desidiosa no exercício de sua atividade;

IX - Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho.

X - Exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições;

XI - Deixar de submeter ao colegiado as decisões individuais referentes a aplicação de medidas protetivas a crianças, adolescentes, pais ou responsável, previstas nos artigos 101 e 129 da Lei 8069 de 1990;

XII - Descumprir os deveres funcionais mencionados nesta lei;

XIII - Exercer atividade político-partidária ou cargo de direção em partidos ou sindicatos;

XIV - Extrair cópia ou retirar, sem autorização do Coordenador, qualquer documento arquivado ou em trâmite pelo Conselho Tutelar.

Seção XXIV

DAS FALTAS E PENALIDADES

Art. 89. Os membros do Conselho Tutelar são passíveis das seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Censura;

III - Suspensão sem remuneração, por até 90 dias;

IV - Destituição da função.

§1º. A penalidade de advertência será aplicada, reservada e verbalmente, no caso de negligência no cumprimento dos deveres inerentes ao cargo.

§ 2º. A penalidade de censura será aplicada, de forma reservada, por escrito, no caso de reincidência em falta já punida com advertência.

§ 3º. A penalidade de suspensão será aplicada nos casos de reincidência de falta já punida com censura e no caso de violação às proibições previstas nesta lei.

§ 4º. A penalidade de destituição da função será aplicada nos casos de:

a - reincidência em falta já punida com a pena de suspensão;

b - prática de conduta que caracterize crime ou contravenção penal e que atente contra os deveres previstos no art. 87 desta lei;

c - abandono do cargo;

d - inassiduidade habitual;

e - improbidade administrativa;

f - incontinência pública ou conduta escandalosa;

g - ofensa física em serviço, a servidor ou a particular;

h - revelação de segredo do qual teve ciência em razão do cargo;

i - acumulação ilegal de cargos ou funções públicas.

Seção XXV

PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

Subseção I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 90. A apuração das faltas funcionais será feita mediante sindicância e processo administrativo.

§1º. A apuração de faltas puníveis com penas de advertência e censura se dará através de sindicância.

§2º. A apuração de faltas puníveis com penas de suspensão e de destituição da função se dará através de procedimento administrativo, a ser instaurado por deliberação de maioria simples do CMDCA, exigido o quorum mínimo de metade mais um de seus membros.

§3º. Durante o processo administrativo, poderá o CMDCA, por voto da maioria absoluta de seus membros, afastar o indiciado do exercício do car-

go, por prazo não superior a 90 dias, computando-se esse afastamento preventivo na pena de suspensão eventualmente aplicada.

Art. 91. No ato que determinar a instauração de procedimento administrativo disciplinar deverão constar, além do nome, a qualificação do indiciado, a exposição dos fatos que lhe são imputados e a designação da Comissão Processante, indicando os nomes do presidente e de seus membros e auxiliares.

Parágrafo único. A Comissão Processante, de que trata este artigo, será composta de pelo menos 3 (três) membros, sendo dois integrantes do CMDCA, preferencialmente um dentre os indicados pela sociedade civil e outro dentre os indicados pelo governo municipal, e um integrante do Conselho Tutelar, indicado pelo respectivo Coordenador.

Art. 92. Os autos dos processos disciplinares e sindicâncias, após a execução da decisão, serão arquivados na secretaria do CMDCA.

Art. 93. Quando se verificar, pela sindicância ou procedimento administrativo, que o indiciado praticou fato tipificado como crime, a Comissão Processante enviará cópia dos autos ao Ministério Público.

Subseção II

DA SINDICÂNCIA

Art. 94. Instaurar-se-á sindicância:

I - Como preliminar do processo administrativo, sempre que a infração não for evidente ou não estiver suficientemente caracterizada;

II - Quando, não sendo obrigatório o processo administrativo, a infração deva ser apurada por meio sumário.

Art. 95. A sindicância será instaurada por decisão de maioria simples dos membros do CMDCA e presidida por um membro do mesmo conselho, indicado na mesma sessão, o qual poderá solicitar a designação de mais um membro e de servidores para auxiliá-lo nos trabalhos.

Art. 96. A sindicância, que terá caráter reservado, será concluída no prazo de 30 dias, a contar da data da instauração, podendo esse prazo ser prorrogado justificadamente por mais 15 dias, mediante requerimento da autoridade sindicante ao presidente do CMDCA.

Art. 97. Colhidos os elementos necessários à comprovação da materialidade e autoria dos fatos imputados, será ouvido o sindicado, que poderá, pessoalmente, no ato do interrogatório ou no prazo subseqüente de cinco dias, indicar provas de seu interesse, as quais serão deferidas a juízo da autoridade sindicante.

Art. 98. Concluída a produção de provas, o sindicado será intimado para, dentro de 5 (cinco) dias, oferecer defesa escrita, pessoalmente ou por procurador, permanecendo os autos à sua disposição.

Art. 99. Decorrido o prazo de que trata o artigo anterior, o sindicante elaborará o relatório, em que examinará todos os elementos da sindicância e proporá as medidas cabíveis, encaminhando-o, juntamente com os autos, ao presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, o qual submeterá ao plenário, que decidirá por voto de maioria simples, exigido o quorum mínimo de metade mais um de seus membros, pela aplicação das penalidades previstas no artigo 89, incisos I e II, desta lei, ou pela instauração de procedimento administrativo, se se tratar de infração punível com as penalidades previstas nos incisos III e IV do mesmo dispositivo.

Subseção III

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 100. A instauração de processo administrativo disciplinar será obrigatória para a apuração de fatos que, em tese, desafiam a aplicação das penas de suspensão e de destituição da função.

§1º. A apuração dos fatos será realizada por uma comissão constituída por três membros, sendo dois integrantes do CMDCA - um dentre os indicados pela sociedade civil e outro dentre os indicados pelo governo municipal - e um integrante do Conselho Tutelar, designados pelo mesmo Conselho, por votação de maioria simples, exigido quorum mínimo de metade mais um de seus membros, na mesma sessão em que se decidir pela instauração do processo.

§2º. A Comissão Processante dissolver-se-á automaticamente 10 (dez) dias depois do julgamento, permanecendo os seus integrantes, no período entre a entrega do relatório e a dissolução, à disposição da autoridade que determinou a instauração do processo, para quaisquer diligências ou esclarecimentos que se fizerem necessários.

§3º. À Comissão Processante serão propiciados todos os meios necessários ao desempenho de sua função, inclusive a disponibilização de funcionários para auxiliá-la nos trabalhos do processo.

Art. 101. O processo terá início dentro do prazo de 5 (cinco) dias após a constituição da comissão e deverá estar concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de instalação dos trabalhos, podendo esse prazo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, por decisão de maioria simples do CMDCA, mediante proposta fundamentada do presidente da Comissão Processante.

Parágrafo único. Da instalação dos trabalhos será lavrado termo, que será assinado em reunião dos membros da comissão e anexado aos autos.

Art. 102. O indiciado será cientificado do processo através de notificação escrita, que conterá os termos da portaria de instauração e o teor da acusação, bem como a designação de dia, hora e local da audiência de interrogatório.

§ 1º - A notificação deverá ser feita pessoalmente, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação a data designada.

§ 2º - Quando houver denunciante e/ou vítima, serão estas pessoas ouvidas antes do interrogatório do indiciado, o qual, entretanto, será cientificado do ato, a ele podendo fazer-se presente, pessoalmente ou por intermédio de advogado legalmente constituído, com direito a reperguntas.

Art. 103. Após o interrogatório, o indiciado terá 3 (três) dias para apresentar defesa prévia, arrolar testemunhas, até o máximo de 5 (cinco), e requerer a produção de provas de seu interesse, que serão indeferidas se não forem pertinentes ou tiverem caráter meramente protelatório, a juízo da comissão.

Parágrafo único. Para viabilizar a defesa preliminar, os autos ficarão à disposição do indiciado, a partir do interrogatório e pelo prazo legal, na Secretaria da Comissão Processante.

Art. 104. Se o indiciado estiver ausente do lugar do processo, mas, em endereço conhecido, será notificado por carta registrada, e, se, em lugar ignorado, por edital, publicado uma vez no Diário Oficial do Estado, com prazo mínimo de 15 (quinze) dias.

Art. 105. Feita a notificação, sem que haja comparecimento do indiciado, será este declarado revel, prosseguindo-se o processo com o defensor que lhe for nomeado pelo presidente da Comissão, de preferência Advogado no exercício regular da atividade.

Art. 106. Apresentada a defesa preliminar, será designada data para audiência das testemunhas de acusação e de defesa, que serão intimadas com antecedência de, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas, notificando o indiciado e seu defensor para o ato.

Parágrafo único. Não sendo possível concluir-se no mesmo dia a produção da prova testemunhal, o presidente da Comissão designará data para a continuação, em uma ou mais vezes, notificando o indiciado e as testemunhas presentes.

Art. 107. Concluída a instrução, inclusive com a realização de perícia, diligências e outras provas que houverem sido requeridas e deferidas, o presidente saneará o processo, por despacho, reparando as irregularidades porventura existentes ou determinando a complementação de provas, se necessário, o que deverá ser feito no prazo máximo de 5 (cinco) dias, e,

a seguir, mandará dar vista dos autos ao indiciado para, em igual prazo, oferecer alegações finais.

Parágrafo único. A vista será dada na Secretaria da Comissão, guardadas as devidas cautelas, e o prazo será em dobro, caso haja mais de um indiciado no mesmo processo.

Art. 108. Encerrado o prazo de que trata o artigo anterior, a comissão apreciará todos os elementos do processo, apresentando relatório no qual proporá, fundamentadamente, a absolvição ou a punição do indiciado, apontando, nesta última hipótese, a pena que lhe parecer cabível e o fundamento legal.

§ 1º. Havendo divergências nas conclusões, ficarão constando do relatório as razões de cada um dos votos ou do voto vencido.

§ 2º. Juntado o relatório, serão os autos e todos os documentos do processo remetidos, imediatamente, ao presidente do CMDCA, para que seja submetido a julgamento na próxima sessão.

Art. 109. Ao indiciado será assegurada ampla defesa, podendo reinquirir testemunhas e formular quesitos, pessoalmente ou através de defensor, e fazer-se representar nos atos e termos em que sua presença for dispensável.

Art. 110. As testemunhas serão obrigadas a comparecer às audiências, quando regularmente notificadas, e, se não o fizerem, poderão ser conduzidas pela autoridade policial, mediante solicitação do presidente da comissão.

Parágrafo único. As testemunhas poderão ser inquiridas por todos os integrantes da comissão e reinquiridas pelo presidente, após as reperguntas do indiciado.

Art. 111. A Comissão poderá deslocar-se de sua sede a fim de praticar algum ato ou diligência julgados convenientes para a instrução do processo.

Art. 112. Aos casos omissos neste Capítulo e Sessão, aplicam-se as regras pertinentes do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cáceres.

Subseção IV

DO JULGAMENTO

Art. 113. De posse do processo disciplinar, contendo o relatório da Comissão Processante, o presidente do CMDCA o incluirá para julgamento na próxima sessão ordinária ou extraordinária, caso aquela não se realize no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento do processo.

§1º. Se os membros do CMDCA não se sentirem habilitados a proferir julgamento, poderão converter o feito em diligências, devolvendo-o à Comissão Sindicante, para os fins que indicarem, com prazo não superior a 10 (dez) dias.

§2º. Retornando os autos, será designada sessão extraordinária, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, para julgamento.

Art. 114. O CMDCA decidirá o processo pelo voto de maioria absoluta de seus membros.

Art. 115. Das decisões que impuserem penalidade administrativa, caberá recurso voluntário, com efeito suspensivo, ao Plenário do CMDCA.

Art. 116. O recurso será interposto pelo indiciado ou seu procurador, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data em que o interessado tiver conhecimento da decisão, por petição fundamentada dirigida ao presidente do CMDCA.

Art. 117. Recebida a petição, o presidente do CMDCA determinará a sua juntada ao processo, se tempestiva, procedendo-se ao sorteio de um relator, dentre os componentes do mesmo Conselho, e convocará uma reunião desse órgão para, no máximo, 15 dias depois, proferir julgamento.

§1º. O recurso será decidido por votação de maioria absoluta dos membros do CMDCA, excluídos aqueles que fizeram parte do primeiro julgamento.

§2º. O indiciado será comunicado da decisão, pessoalmente ou por seu procurador, no prazo de 5 dias, ou, verificando estar em lugar não sabido, através da imprensa oficial, mediante edital.

Art. 118. A penalidade aplicada, inclusive a perda do mandato, deverá ser convertida em ato administrativo do Chefe do Poder Executivo Municipal, cabendo ao CMDCA expedir Resolução declarando vago o cargo quando for o caso, dando posse ao suplente mais votado.

Subseção V

REVISÃO

Art. 119. Admitir-se-á, a qualquer tempo, a revisão do processo administrativo de que tenha resultado imposição de penalidade, sempre que forem aduzidos fatos novos ou circunstâncias ainda não apreciadas, suscetíveis de provar a inocência ou de justificar a imposição de penalidade mais branda, ou, ainda, no caso de constatação de vícios insanáveis no curso do procedimento.

§ 1º. Da revisão não pode resultar a agravação da penalidade aplicada.

§ 2º. A simples alegação de injustiça da decisão não será considerada como fundamento para a revisão.

§ 3º. Não será admitida a reiteração do pedido pelo mesmo motivo.

Art. 120. A revisão poderá ser requerida pelo próprio interessado ou seu procurador, e, se falecido ou interdito, pelo cônjuge, descendente ou irmão.

Art. 121. O pedido será dirigido ao presidente do CMDCA, que determinará a sua atuação e apensamento ao processo disciplinar respectivo, e designará comissão revisora, composta de 3 membros, na forma prevista no art. 100, §1º, desta lei.

§ 1º. A petição será instruída com as novas provas que o requerente possuir ou indicará aquelas que pretende produzir.

§ 2º. Não poderá integrar a comissão revisora aqueles que tenham funcionado na sindicância ou no processo administrativo.

Art. 122. Concluído o procedimento, o requerente, no prazo de 5 dias, será notificado para, querendo, apresentar alegações finais.

Art. 123. Exaurido esse prazo, com ou sem alegações finais, a comissão processante emitirá relatório conclusivo e enviará o processo ao presidente do CMDCA para julgamento.

Parágrafo único. O pedido revisional será julgado por maioria absoluta dos membros do CMDCA.

Art. 124. Julgada procedente a revisão, o presidente do CMDCA, conforme o caso, providenciará:

I - A renovação do processo disciplinar, nos casos de anulação;

II - O cancelamento, modificação ou substituição da penalidade, se julgada procedente.

Art. 125. O requerente será comunicado da decisão, pessoalmente ou por seu procurador, no prazo de 5 dias, ou, verificando estar em lugar não sabido, através da imprensa oficial, mediante edital.

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE ITAÚBA- FMDCA

Seção XXVI

DOS OBJETIVOS

Art. 126. Fica instituído o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de ITAÚBA-FMDCA, que passa a ser disciplinado de acordo com as regras previstas na Lei nº8069, de 1990, pelas disposições da Resolução nº 137/2010/CONANDA, nesta Lei e em Resoluções

do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Parágrafo único. O FMDCA, do Município de ITAÚBA vincula-se ao Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que é o órgão formulador, deliberativo e controlador das ações de implementação da política dos direitos da criança e do adolescente, responsável por gerir os recursos a ele carreados, fixar critérios para sua utilização e estabelecer o plano de aplicação desses recursos, conforme o disposto no artigo 260, §2º, da Lei 8069/90.

Art. 127. O FMDCA tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e as aplicações dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente, segundo as deliberações do CMDCA, ao qual está vinculado.

§1º. As ações de que trata o caput deste artigo referem-se prioritariamente aos programas de proteção especial à criança e ao adolescente, expostos à situação de risco pessoal e social, bem como aos objetivos estabelecidos no art. 260, §2º, do ECA.

§2º. Os recursos deste Fundo poderão se destinar a pesquisa e estudos relacionados à situação da Infância e da Adolescência no Município, bem como à capacitação dos membros do Conselho Tutelar e Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

§3º. Os recursos do FMDCA serão administrados segundo o programa definido pelo CMDCA, que integrará o orçamento do Município e será aprovado pelo Legislativo Municipal.

§4º. O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA deve constituir unidade orçamentária própria e ser parte integrante do orçamento público.

§5º. No Município deve haver um único e respectivo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme estabelece o art. 88, IV, da Lei n.º 8.069, de 1990.

Seção XXVII

DA OPERACIONALIZAÇÃO DO FMDCA

Art. 128. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de ITAÚBA-FMDCA, fica operacionalmente vinculado à Secretaria Municipal de Ação Social, sendo, o Secretário respectivo, o responsável em nomear servidor público como gestor e/ou ordenador de despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, autoridade de cujos atos resultará emissão de empenhos, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos do Fundo.

§1º. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA deve possuir personalidade jurídica própria (IN nº 1005/2010-Receita Federal do Brasil art.11) , devendo ser cadastrado junto a Secretaria de Direitos Humanos/Presidência da República.

Art. 129. São atribuições do Conselho Municipal – CMDCA em relação ao Fundo – FMDCA – de que trata este Capítulo:

I - elaborar e deliberar sobre a política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente no seu âmbito de ação;

II - promover a realização periódica de diagnósticos relativos à situação da infância e da adolescência bem como do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito de sua competência;

III - elaborar planos de ação anuais ou plurianuais, contendo os programas a serem implementados no âmbito da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, e as respectivas metas, considerando os resultados dos diagnósticos realizados e observando os prazos legais do ciclo orçamentário;

IV - elaborar anualmente o plano de aplicação dos recursos do Fundo, considerando as metas estabelecidas para o período, em conformidade com o plano de ação;

V - elaborar editais fixando os procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, em consonância com o estabelecido no plano de aplicação e obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade;

VI – dar publicidade aos projetos selecionados com base nos editais a serem financiados pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII - monitorar e avaliar a aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, por intermédio de balancetes trimestrais, relatório financeiro e o balanço anual do fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem prejuízo de outras formas, garantindo a devida publicização dessas informações, em sintonia com o disposto em legislação específica;

VIII - monitorar e fiscalizar os programas, projetos e ações financiadas com os recursos do Fundo, segundo critérios e meios definidos pelos próprios Conselhos, bem como solicitar aos responsáveis, a qualquer tempo, as informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação das atividades apoiadas pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IX - desenvolver atividades relacionadas à ampliação da captação de recursos para o Fundo; e

X - mobilizar a sociedade para participar no processo de elaboração e implementação da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, bem como na fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. Para o desempenho de suas atribuições, o Poder Executivo deverá garantir ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente o suficiente e necessário suporte organizacional, estrutura física, recursos humanos e financeiros.

Art. 130. Compete ao Gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - coordenar a execução do Plano Anual de Aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, elaborado e aprovado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - executar e acompanhar o ingresso de receitas e o pagamento das despesas do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - emitir empenhos, cheques e ordens de pagamento das despesas do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - fornecer o comprovante de doação/destinação ao contribuinte, contendo a identificação do órgão do Poder Executivo, endereço e número de inscrição no CNPJ no cabeçalho e, no corpo, o número de ordem, nome completo do doador/destinador, CPF/CNPJ, endereço, identidade, valor efetivamente recebido, local e data, devidamente firmado em conjunto com o Presidente do Conselho, para dar a quitação da operação;

V - encaminhar à Secretaria da Receita Federal a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), por intermédio da Internet, até o último dia útil do mês de março, em relação ao ano calendário anterior;

VI - comunicar obrigatoriamente aos contribuintes, até o último dia útil do mês de março a efetiva apresentação da Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), da qual conste, obrigatoriamente o nome ou razão social, CPF do contribuinte ou CNPJ, data e valor destinado;

VII - apresentar, trimestralmente ou quando solicitada pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, a análise e avaliação da situação econômico-financeira do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de balancetes e relatórios de gestão;

VIII - manter arquivados, pelo prazo previsto em lei, os documentos comprobatórios da movimentação das receitas e despesas do Fundo, para fins de acompanhamento e fiscalização; e

IX - observar, quando do desempenho de suas atribuições, o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 4o, caput e parágrafo único, alínea b, da Lei n° 8.069 de 1990 e art. 227, caput, da Constituição Federal;

X - fornecer ao Ministério Público, quando solicitada, demonstração de aplicação dos recursos do Fundo.

Parágrafo único. Deverá ser emitido um comprovante para cada doador, mediante a apresentação de documento que comprove o depósito bancário em favor do Fundo, ou de documentação de propriedade, hábil e idônea, em se tratando de doação de bens.

Seção XXVIII

DAS RECEITAS E DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 131. São receitas do Fundo Municipal – FMDCA:

I - recursos públicos que lhes forem destinados, consignados no Orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive mediante transferências do tipo “fundo a fundo” entre essas esferas de governo, desde que previsto na legislação específica;

II - doações de pessoas físicas e jurídicas, sejam elas de bens materiais, imóveis ou recursos financeiros;

III - destinações de receitas dedutíveis do Imposto de Renda, com incentivos fiscais, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislação pertinente;

IV - contribuições de governos estrangeiros e de organismos internacionais multilaterais;

V - o resultado de aplicações no mercado financeiro, observada a legislação pertinente; e

VI - recursos provenientes de multas, concursos de prognósticos, dentre outros que lhe forem destinados.

Art. 132. Os recursos consignados no orçamento do Município de ITAÚBA devem compor o orçamento dos respectivos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, de forma a garantir a execução dos planos de ação elaborados pelos Conselhos dos Direitos.

Art. 133. A definição quanto à utilização dos recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, compete única e exclusivamente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

§1º. Dentre as prioridades do plano de ação aprovado pelo Conselho de Direitos, deve ser facultado ao doador/destinador indicar, aquela ou aquelas de sua preferência para a aplicação dos recursos doados/destinados.

§2º. As indicações previstas acima poderão ser objeto de termo de compromisso elaborado pelo Conselho dos Direitos para formalização entre o destinador e o Conselho de Direitos.

Art. 134. É facultado ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA chancelar projetos mediante edital específico.

§1º. Chancela deve ser entendida como a autorização para captação de recursos ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA destinados a projetos aprovados pelos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, segundo o disposto nesta lei.

§2º. A captação de recursos ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, referida no parágrafo anterior, deverá ser realizada pela instituição proponente para o financiamento do respectivo projeto.

§3º. O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente fixará percentual de retenção dos recursos captados, em cada chancela, de no mínimo 20% ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§4º. O tempo de duração entre a aprovação do projeto e a captação dos recursos não deverá ser superior a 2 (dois) anos.

§5º. Decorrido o tempo estabelecido no parágrafo anterior, havendo interesse da instituição proponente, o projeto poderá ser submetido a um novo processo de chancela.

§6º. A chancela do projeto não deve obrigar seu financiamento pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, caso não tenha sido captado valor suficiente.

Art. 135. O nome do doador ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente só poderá ser divulgado mediante sua autorização expressa, respeitado o que dispõe o Código Tributário Nacional.

Seção XXIX

DAS CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 136. A aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberada pelo Conselho de Direitos, deverá ser destinada para o financiamento de ações governamentais e não-governamentais relativas a:

I – desenvolvimento, por tempo determinado, não superior a 3 (três) anos, de programas e serviços complementares ou inovadores da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 260, § 2º da Lei n° 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

III - programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV - programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente; e

VI - ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 137. É vedada a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei, mediante deliberação por maioria absoluta dos membros do Conselho Municipal de Direitos – CMDCA.

Parágrafo único. Além das condições estabelecidas no caput, é vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA:

I sem a deliberação do respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II – para pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

III – para manutenção e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

IV – para o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente; e

V – para investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.

Art. 138. O financiamento de projetos pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA condiciona-se à previsão orçamentária e à disponibilidade financeira dos recursos.

Art. 139. O saldo financeiro positivo apurado no balanço do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente deve ser transferido para o exercício subsequente, a crédito do mesmo fundo, conforme determina o art. 73 da Lei n° 4.320 de 1964.

Art. 140. Nos processos de seleção de projetos nos quais as entidades e os órgãos públicos ou privados representados nos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA figurem como beneficiários de recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, os seus representantes junto ao CMDCA estarão impedidos de atuar em comissão de avaliação e de proferir qualquer decisão que se refira direta ou indiretamente à escolha de tais entidades.

Art. 141. Os recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA utilizados para o financiamento, total ou parcial, de projetos desenvolvidos por entidades governamentais ou não governamentais, devem estar sujeitos à prestação de contas de gestão aos órgãos de controle interno do Poder Executivo e aos Conselhos de Direitos, bem como ao controle externo por parte do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

Art. 142. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deve utilizar todos os meios ao seu alcance para divulgar amplamente:

I - as ações prioritárias das políticas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - os prazos e os requisitos para a apresentação de projetos a serem beneficiados com recursos do Fundo Municipal - FMDCA;

III - a relação dos projetos aprovados em cada edital, o valor dos recursos previstos e a execução orçamentária efetivada para implementação;

IV - o total das receitas previstas no orçamento do Fundo para cada exercício; e

V - os mecanismos de monitoramento, de avaliação e de fiscalização dos resultados dos projetos beneficiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 143. Nos materiais de divulgação das ações, projetos e programas que tenham recebido financiamento do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA deve ser obrigatória a referência ao Conselho e ao Fundo como fonte pública de financiamento.

Parágrafo único. O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, diante de indícios de irregularidades, ilegalidades ou improbidades em relação ao Fundo ou suas dotações nas leis orçamentárias, dos quais tenha ciência, deve imediatamente apresentar representação junto ao Ministério Público para as medidas cabíveis.

Art. 144. A celebração de convênios com os recursos do Fundo para a execução de projetos ou a realização de eventos deve se sujeitar às exigências da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação que regulamenta a formalização de convênios no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 145. Constituem ativos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de ITAÚBA- FMDCA:

I - Disponibilidade monetária em bancos, oriunda das receitas específicas previstas no artigo anterior.

II - Os direitos que vier a constituir.

III - Bens móveis e imóveis destinados à execução dos programas e projetos do Plano de Aplicação.

Art. 146. No prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da promulgação da Lei Orçamentária do Município, o Secretário Municipal responsável pela administração do Fundo apresentará ao Conselho Municipal, para análise e acompanhamento, o quadro de aplicação dos recursos do Fundo, para apoiar os programas e projetos contemplados no Plano de Aplicação.

Seção XXX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 147. Aplicam-se, nas omissões desta Lei, as regras do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de ITAÚBA no que for pertinente, e, nas omissões deste, o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso.

Art. 148. A criação de outros Conselhos Tutelares no Município de ITAÚBA será promovida por Lei Municipal, observados os seguintes critérios:

I - Reivindicação da população do local;

II - Índice de infrações aos direitos da criança e do adolescente;

III - Facilidade de acesso à população menos favorecida;

IV - Número de habitantes do lugar a ser instalado;

V - Extensão da área de abrangência da atuação do Conselho.

Art. 149. Os cinco cargos de Conselheiros Tutelar criado por essa lei continuam vinculados, para fins unicamente de execução orçamentária, à estrutura da Secretaria Municipal de Ação Social, e serão providos para o exercício da função de confiança popular unicamente mediante o processo de seleção e eleição previsto nesta Lei, na Legislação Federal pertinente e em Resoluções do CONANDA que disciplinem ou venham a disciplinar a matéria, e serão nomeados e remunerados na forma desta lei.

Art. 150. O Poder Executivo Municipal, no prazo de 90 dias, a contar da publicação desta lei, promoverá as adequações visando dotar o Conselho Tutelar das estruturas físicas exigidas para o exercício pleno de suas atividades.

Art. 151. Fica prorrogado o mandato dos atuais Conselheiros Tutelares até o dia 10.01.2016, dada em que será dada posse aos novos membros, eleitos para mandato de 4 anos, de acordo com a Lei Federal 12.696/2012.

Art. 152. Revogam-se todas as disposições anteriores editadas com o fim de regular o funcionamento do Conselho Municipal de Direitos do Município de ITAÚBA-CMDCA, do Conselho Tutelar e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, especialmente a Lei Municipal nº651 de 05 de abril de 2005 e Lei Municipal nº 676 de 14 de dezembro de 2005.

Art. 153. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, em 16 de junho de 2015

RAIMUNDO ZANON

Prefeito Municipal

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se

PUBLICADA E AFIXADA NO MURAL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL NO PERÍODO DE 16/06/2015 a 16/07/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N.° 026/2015

SÚMULA: " ATUALIZA O VAlor das diárias CONCEDIDAS AOS SERVIDORES *PÚBLICos MUNICIPAIS de itaúba-MT,* **E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

O EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. RAIMUNDO ZANON, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE CONFERE PELA LEI ORGÂNICA DO MUNICIPIO E CONSIDERANDO AINDA O INTERESSE PÚBLICO

CONSIDERANDO o disposto pela Lei nº 764/2009 que dispõe sobre a concessão de diárias aos agentes políticos e servidores públicos do Município de Itaúba;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 3º da Lei nº 764/2009, que estabelece a forma de reajuste das diárias concedidas aos servidores públicos municipais e aos agentes políticos;

CONSIDERANDO a necessidade de reajuste das diárias uma vez que desde da edição da Lei nº 764/2009, não houve qualquer regulamentação sobre a matéria, mister se faz a edição de Decreto com a finalidade de estabelecer o reajuste previsto em Lei;

CONSIDERANDO ainda que os valores das despesas com hospedagem e alimentação, principalmente na Capital do Estado de Mato Grosso e no Distrito Federal, no período entre janeiro de 2009 e maio de 2015 superaram sobremaneira os índices oficias de correção monetária, inclusive do INPC;

DECRETA:

Art. 1º - Fica reajustado em 39,99% (trinta e nove vírgula noventa e nove por cento) os valores das diárias concedidas aos agentes políticos e servidores públicos municipais constantes da tabela da Lei nº 764/2009, nos termos do art. 3º da mesma norma, conforme variação no período compreendido entre 09 de janeiro de 2009 a 31 de maio de 2.015, à exceção dos valores das diárias a serem concedidas por ocasião de viagens a capital do Estado de Mato Grosso e à Brasília-DF, conforme disposto no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, ao 01 dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

RAIMUNDO ZANON

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PUBLICADA E AFIXADA NO MURAL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL NO PERÍODO DE 01/06/2015 À 01/07/2015

ANEXO I

DIÁRIAS	CUIABA	BRASILIA/ OUTROS ESTADOS	OUTRAS LOCALIDADE
PREFEITO E VICE PREFEITO	600,00	800,00	560,00
SECRETARIOS MUNICIPAL, CONTROLADORIA INTERNA, PROCURADOR, ASSESSOR JURIDICO E PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE HOSPITALAR	375,00	450,00	350,00
DIRETOR E CHEFE DE DEPARTAMENTO	265,00	300,00	250,00
DEMAIS SERVIDORES	200,00	250,00	180,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1047/2015

*SÚMULA: "*ALTERA A REDAÇÃO DAS DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS QUE MENCIONA DO PROJETO DE LEI Nº. 1.050/2015, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O SENHOR RAIMUNDO ZANON PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Altera a redação das Estratégias 1 e 4 da Meta 5 do Projeto de Lei nº. 1.050/2015, que passam a vigorar com a seguinte redação:

1. Estabelecer políticas de ações afirmativas a partir de pesquisas, junto ao censo escolar e Secretaria de Assistência Social sobre reprovação, evasão/abandono escolar, fazendo um recorte de cor/raça, renda e nível de escolaridade dos pais.

4. Apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores que visem o desenvolvimento de propostas pedagógicas adequadas às necessidades específicas dos estudantes quanto ao conhecimento das diversidades étnico-racial, sexualidade e orientação sexual.

Art. 2º. Altera a redação das Diretrizes 9.2 do Projeto de Lei nº. 1.050/2015, que passam a vigorar com a seguinte redação:

9.2. DIRETRIZES

A implementação de políticas públicas que fortaleçam a sustentabilidade dos povos do campo, requer que os sujeitos estejam atentos para o fato de que existem diferenças de ordem diversa entre estes povos. Essa heterogeneidade possui duas implicações: a primeira é que não pode se construir uma política de educação idêntica para todos os povos do campo; a segunda, por ser heterogênea, deve ser articulada às políticas nacionais e estas, devem-se articular às demandas e às especificidades de cada região, ou de cada espaço ou território que se diferencie dos demais.

O campo é acima de tudo um espaço de cultura, por isso uma política pública de Educação do Campo deve respeitar todas as formas e modalidades de educação que se orientem pela existência do campo como um espaço de vida e de relações vividas. A educação do campo produz cultura a partir das especificidades do campo, todas as manifestações são ao mesmo tempo produto e produtos de cultura.

A Educação do Campo de qualidade é um direito dos povos do campo. Educação é um direito social e não uma questão de mercado. A cultura do campo, não pode permanecer seguindo a lógica da exclusão do direito à educação de qualidade para todos e todas, pois se entende que a educação é organizadora e produtora da cultura de um povo.

Construir educação do campo significa construir uma escola no campo, enquanto direito, a escola precisa estar onde os sujeitos estão, por isso ela dever ser construída e organizada no campo. Contudo a nucleação deve ser evitada, pois o fato de estar no campo interfere na produção dos conhecimentos, porque não será uma escola descolada da realidade dos sujeitos. Entretanto, quando a nucleação for necessária e comprovada que esta se realize no próprio campo, evitando a matrícula na zona urbana.

A Educação do Campo visa atender ao princípio da formação dos sujeitos, deve compreender que os sujeitos possuem história, participam de lutas sociais, sonham, têm nomes e rostos, lembranças e etnias diferenciadas. Portanto, os currículos precisam de desenvolver das mais variadas formas de construção e reconstrução do espaço físico e simbólico, do território, dos sujeitos, do meio ambiente. Ao poder público cabe apoiar projetos pedagógicos que ampliem a permanência do(a) aluno(a) na escola e na comunidade, com atividades educativas voltadas à realidade do campo.

A organização própria da escola do campo, inclui também a adequação do calendário escolar, as fases do ciclo agrícola e das condições climáticas, conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural.

Para o avanço e consolidação da qualidade da Educação do Campo, é imprescindível que se garanta a ampla participação dos povos do campo na proposição, acompanhamento e avaliação das políticas educacionais.

Art. 3º. Altera a redação da Estratégia 15 da Meta 15 do Projeto de Lei nº. 1.050/2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

15. Promover e dar condições de participar de formação continuada aos profissionais da educação pública e privada referente à sexualidade e orientação sexual.

Art. 4º. Altera a redação das Estratégias 13 e 33 da Meta 19 do Projeto de Lei nº. 1.050/2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

13. Assegurar o desenvolvimento de projetos curriculares articulados com a base nacional comum, relacionados à Educação Ambiental, à Educação das Relações Étnico-Raciais e dos direitos humanos, sexualidade e música.

33. Adotar medidas administrativas, pedagógicas e organizacionais necessárias para garantir ao estudante o acesso e a permanência na escola sem discriminação por motivo de identidade e orientação sexual.

Art. 5º - Esta emenda entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, em 16 de junho de 2015

RAIMUNDO ZANON

Prefeito Municipal

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se

PUBLICADA E AFIXADA NO MURAL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL NO PERÍODO DE 16/06/2015 a 16/07/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N.° 027/2015

SÚMULA: ***"Fica alterada as datas de vencimento das parcelas e da cota única do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, relativo ao Exercício de 2015, e dá outras providências".***

O EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. RAIMUNDO ZANON, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE CONFERE A LEI:

CONSIDERANDO o que determina a Lei Municipal 734/2007, instituiu o Código Tributário do Município de Itaúba;

D E C R E T A:

Artigo 1º - Ficam alteradas as datas para o vencimento das parcelas e cota única o IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, relativo ao exercício de 2015, conforme a seguir:

COTA ÚNICA: - Vencimento em 30/07/2015

1ª. PARCELA: - Vencimento em 30/07/2015

2ª. PARCELA: - Vencimento em 31/08/2015

3ª. PARCELA: - Vencimento em 30/09/2015

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, ao 03 dia do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

RAIMUNDO ZANON Prefeito Municipal REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE. PUBLICADA E AFIXADA NO MURAL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL NO PERÍODO DE 03/06/2015 À 03/07/2015.

EXTRATO DE ATA - SRP

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº007/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Itaúba - MT

Contratada: **MV PAPELARIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, CNPJ nº19.071.896/0001-28**.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada para fabricação e fornecimento de uniformes escolares, uniformes esportivos, camisas, camisetas polo, calças, jalecos e camisetas para campanhas educativas para atender as Secretarias do Município Itaúba – MT.

Data de assinatura: 09/06/2015 **Vigência**: 09 de junho de 2015 á 09 de junho de 2016

Valor: R$ 477.130,00 (quatrocentos setenta sete mil e cento trinta reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 047/2015

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através da Pregoeira designada, torna público que, referente ao o procedimento Licitatório - modalidade **Pregão n.º. 047/2015** foi vencedor à empresa, *VALDOMIRO MARTINS FERREIRA - MEI* ao valor global de R$ 88.800,00 (oitenta e oito mil e oitocentos reais), conforme Relatório Geral de Sessões. Jaciara-MT, 18 de junho de 2015.

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA

Pregoeira

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 052/2015

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através da Pregoeira designada, torna público que, referente ao PREGÃO n.º. 052/2015 foi vencedor à empresa, **RADIO XAVANTES DE JACIARA LTDA** ao valor global de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), conforme Relatório Geral de Sessões. Jaciara-MT, 18 de junho de 2015.

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL Nº 010/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS BETUMINOSOS PARA MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO DE JANGADA/MT

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, homologo o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Declaro e homologo o objeto deste processo licitatório à empresa abaixo como a vencedora do presente processo licitatório para **OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS BETUMINOSOS PARA MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO DE JANGADA/MT.**

Á empresa,

EMAM - EMULSÕES E TRANSPORTES - LTDA

CNPJ N.º 04.420.916/0003-13

LEONARDO MACHADO DE AZEVEDO VILELA

RODOVIA DOS IMIGRANTES, S/Nº - KM 8,6 - CAPELA DO PISSARRÃO VÁRZEA GRANDE – MT.

Jangada – MT, 18 DE JUNHO DE 2015.

_____

VALDECIR KEMER

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 010/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 010/2015

PREGÃO PRESENCIAL: N° 010/2015– REGISTRO DE PREÇOS N° 010/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Às 10:00 (dez) horas do dia 16 de Junho de 2015 estiveram reunidos na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA – MT, Paço Municipal Júlio Domingos de Campos, s/n.º, Bairro Centro, CEP 78.490-000, Jangada – Estado de Mato Grosso, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. VALDECIR KEMER**,** assistido pelo Pregoeiro Oficial e sua Equipe de Apoio nomeada pela Portaria nº 003/2015 de 02 de Janeiro de 2015, para apreciarem e julgarem a proposta de preço e os documentos de habilitação apresentados para a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL n° 010/2015 POR REGISTRO DE PREÇOS N° 010/2015, do tipo Menor Preço por ITEM, em decorrência do objeto:**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS BETUMINOSOS PARA MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO DE JANGADA/MT,** para suprir necessidades da Secretaria de Obras do município, resolve registrar os preços da empresa **EMAM - EMULSÕES E TRANSPORTES - LTDA,** inscrita no CNPJ Nº 04.420.916/0003-13, representada neste ato pelo Srº LEONARDO MACHADO DE AZEVEDO VILELA, portador do Registro Profissional nº 71926/D CREA/MG e CPF nº 001.481.006-94, conforme o **TERMO DE CONVENIO nº 136/2012, Processo 27.373-1/12 através da Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana e o Município de Jangada/MT**, em conformidade com projeto básico, onde se prevê manutenção e construção de pavimentação asfáltica em tratamento superficial duplo com capa selante e drenagem nas ruas: Mutum, da Igreja, Novo Mato Grosso, Rua 02, Minhocal, Rua A e B, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o registro de preço, referente ao PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015, nas condições em que segue :

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente Ata o registro de preços os itens dela constantes, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93.

1.2. Os preços registrados têm caráter orientativo.

1.3. Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	V. UNIT	V. TOTAL
01	80	TONELADA	EMULSÃO ASFALTICA CATIONICA CM-30.	R$ 2.841,00	R$ 227.280,00
02	40	TONELADA	EMULSAO ASFALTICA RL-1C	R$ 1.542,00	R$ 61.680,00
03	40	TONELADA	EMULSÃO ASFALTICA CATIONICA RR-2C.	R$ 1.569,00	R$ 62.760,00
04	40	TONELADA	EMULSÃO ASFALTICA RM-1C	R$ 1.655,00	R$ 66.200,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA					**R$ 417.920,00**

1.4 - O objeto desta Ata é o registro dos preços da **PROMITENTE CONTRATADA,** para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS BETUMINOSOS PARA MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO DE JANGADA/MT, devidamente quantificados e especificados na proposta comercial de preços apresentada no **Pregão Presencial nº 010/2015 – REGISTRO DE PREÇOS 010/2015**, a qual passa a fazer parte deste documento.

1.5 - Os preços da **PROMITENTE CONTRATADA,** constantes desta Ata de Registro de Preços, ficam declarados registrados para fins de cumprimento deste instrumento.

1.6 - A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmarem as contratações que deles poderão advir, ficando-lhes facultado a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

1.7 - Fica a **PROMITENTE CONTRATADA** obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas os acréscimos que se fizerem necessários nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade até 31 de Junho de 2015 contados da data de sua assinatura podendo ser renovada por mais 12 (doze) meses, a critério das partes, permanecendo em vigor os mesmos preços e condições observados no **Pregão Presencial nº 010/2015 – REGISTRO DE PREÇOS 010/2015.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

3.1. Integram o presente Registro de Preços a Prefeitura Municipal de Jangada/MT, como órgão gerenciador, respeitadas as disposições legais vigentes, poderão também integrar extraordinariamente, outras Prefeituras e Câmaras Municipais.

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - Os preços registrados manter-se-ão fixos e irreajustáveis durante a validade desta Ata.

4.2 - Nas hipóteses previstas no Artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8.666/93, o órgão gerenciador poderá promover o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante solicitação fundamentada e aceita pela Administração.

4.3 - No caso de solicitação de revisão de preço por parte do fornecedor, o mesmo deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço. Na análise da solicitação, dentre outros critérios, o Órgão Gerenciador adotará, além de ampla pesquisa de preços em empresas de reconhecido porte mercantil, índices setoriais adotados pelo Governo Federal.

4.4 - Não serão concedidas revisões de preços sobre as parcelas do objeto já contratadas ou empenhadas, conforme Artigo 12, § 3º, inciso I do Decreto nº 3.931 de 19 de setembro de 2001. 4.5 - Sendo julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado e os propostos pelo licitante à época da realização deste certame licitatório.

4.6 - A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até 15 (quinze) dias. Nesse período, é vedado à contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços.

4.7 - O pagamento será efetuado de acordo com o previsto no item 13 do Edital do **Pregão Presencial nº 010/2015 - REGISTRO DE PREÇOS 010/2015.**

CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRATAÇÃO

5.1 - Durante a validade do registro, a PROMITENTE CONTRATADA poderá ser convidada pelos órgãos integrantes a firmar contratações de fornecimento do objeto licitado.

5.2 - A efetivação da contratação de fornecimento se caracterizará pela assinatura de termo de contrato ou pelo simples recebimento pelo fornecedor

da Nota de Empenho/Ordem de Serviço emitida pelo órgão requisitante do objeto.

CLÁUSULA SEXTA - DA ENTREGA DO OBJETO

6.1. A entrega do objeto da presente Ata deverá ser efetuada na sede do órgão integrante em conformidade com o Anexo I ao Edital do **Pregão Presencial nº 010/2015**, sem quaisquer ônus adicionais para as contratantes, incluindo-se nos preços registrados todos os custos de transportes, carga e descarga, seguro de transporte das materiais até o local da prestação dos serviços, bem como testes de campo, leis sociais, tributos e quaisquer outros encargos que incidam sobre os bens.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA

7.1 - A presente Ata poderá, a critério da Administração, ser parcial ou totalmente cancelada quando o fornecedor descumprir as condições da mesma, não retirar a nota de empenho no prazo estipulado, não reduzir o preço registrado quando este se tornar superior aos de mercado, ou ainda, por razões de interesse público, sem que lhe seja devida nenhuma indenização.

7.2 - Quando os preços de mercado se tornarem superiores aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado pela Administração, não puder cumprir o compromisso assumido, o órgão gerenciador poderá revogar o registro do fornecedor, convocando os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

8.1 - Quem, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do Artigo 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital do **Pregão Presencial nº 010/2015** e no contrato e das demais cominações legais, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa.

8.2 - As penalidades serão, obrigatoriamente, registradas na PMJ e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais. A Administração poderá aplicar as seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa:

8.2.1 - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da contratação, no caso de recusa injustificada para a assinatura da Ata de Registro de Preços;

8.2.2 - multa de 10% (dez por cento), no caso de recusa injustificada para recebimento da nota de empenho;

8.2.3 - multa de 5% (cinco por cento), pela inexecução total ou parcial do contrato, incidente sobre o valor da prestação dos serviços não prestado. A multa a que alude este tópico, não impede que a Contratante rescinda, unilateralmente, o Contrato e aplique as outras sanções previstas na legislação vigente à época;

8.2.4 - multa de 1,0% (um por cento), incidente sobre o valor do serviço não prestado, por dia de atraso, observado o prazo de entrega constante no **Anexo I.**

8.2.5 - multa de 10% (dez por cento) no caso do licitante dar causa à rescisão do contrato;

8.2.6 - a multa será deduzida do valor líquido do faturamento da licitante vencedora. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a licitante vencedora será convocada para complementação do seu valor;

8.2.7 - as multas quando não descontadas nos termos da letra anterior, deverão ser colocadas à disposição da PMJ, em sua tesouraria, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da ciência expressa por parte da contratada;

8.2.8 - decorrido o prazo estipulado no subitem anterior, a PMJ fará a devida cobrança judicial, sem prejuízo do previsto no item abaixo;

8.2.9 - o faltoso ficará impedido de licitar ou contratar com o PMJ enquanto não quitar as multas devidas; e

8.2.10 - as multas poderão ser aplicadas tantas quantas forem as irregularidades constatadas.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Presencial nº 010/2015** e a proposta comercial de preços do **PROMITENTE CONTRATADO**.

CLÁUSULA DECIMA - DO FORO

10.1. Fica eleito o foro da cidade de Rosário Oeste/MT, como competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Jangada/MT, 18 DE JUNHO DE 2015.

_____

EMAM - EMULSÕES E TRANSPORTES - LTDA

CNPJ nº 04.420.916/0003-13

LEONARDO MACHADO DE AZEVEDO VILELA

CONTRATADA

_____

VALDECIR KEMER

Prefeito de Jangada/MT

CONTRATANTE

_____

JOSE CANDIDO DA ROCHA NETO NETO

PREGOEIRO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGAO PRESENCIAL Nº 010/2015

***OBJETO*: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS BETUMINOSOS PARA MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO DE JANGADA/MT**

Adjudico os itens abaixo supracitados, objeto desta licitação à empresa:

EMAM - EMULSÕES E TRANSPORTES - LTDA
CNPJ N.º 04.420.916/0003-13
LEONARDO MACHADO DE AZEVEDO VILELA
RODOVIA DOS IMIGRANTES, S/Nº - KM 8,6 - CAPELA DO PISSARRÃO VÁRZEA GRANDE – MT.

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	V. UNIT	V. TOTAL
01	80	TONELADA	EMULSÃO ASFALTICA CATIONICA CM-30.	R$ 2.841,00	R$ 227.280,00
02	40	TONELADA	EMULSAO ASFALTICA RL-1C	R$ 1.542,00	R$ 61.680,00
03	40	TONELADA	EMULSÃO ASFALTICA CATIONICA RR-2C.	R$ 1.569,00	R$ 62.760,00
04	40	TONELADA	EMULSÃO ASFALTICA RM-1C	R$ 1.655,00	R$ 66.200,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA					**R$ 417.920,00**

Jangada – MT, 18 DE JUNHO DE 2015.

_____

VALDECIR KEMER

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial registro de Preços Nº 001/2015.

A Pregoeira da Câmara Municipal de Jauru comunica a quem possa interessar que, após abertura e julgamento de proposta apresentada à licitação, modalidade Pregão Presencial nº 001/2015, para **OBJETO**:Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Combustível e Óleo Lubrificante para o automóvel da Câmara Municipal de Jauru e que a empresa **AUTO POSTO JAURU LTDA, inscrita no CNPJ nº 13.038.656/0001-45**, foi à vencedora do presente certame, perfazendo assim um total de R$ 23. 265,00 (Vinte e três mil duzentos e sessenta e cinco reais)**.**

Jauru- MT, 18 de junho de 2015.

Luciene Mansano

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 057/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO Nº. 057/2015

TIPO: PRESENCIAL

JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM.

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 02/2015, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão nº. 057/2015, do tipo Presencial, cuja abertura ocorrerá as 14h00 - Local, do dia 02/07/2015, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **Registro de Preços para Futuro e Eventual Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Exames Laboratoriais de Imagem, com fornecimento de reagentes e profissionais devidamente credenciados, a fim de atender a Secretaria Municipal de Saúde.** O Edital poderá ser adquirido na Prefeitura Municipal de Juara-MT, na Rua Niterói nº 81-N, Centro, ou no site WWW.cidadecompras.com.br, WWW.juara.mt.gov.br; maiores informações: Fone (0xx66) 3556-9400/9401.

Juara-MT, 18 de junho de 2015.

José Roberto Pereira Alves Edson Miguel Piovesan

Pregoeiro Oficial Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 054/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO N. 054/2015/SECAD

TIPO: PRESENCIAL

JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM

CREDENCIAMENTO: das 08h30m (oito horas e trinta minutos) às 09h00 (nove horas) do dia 01 de julho de 2015 – Horário Local.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS E INÍCIO DA SESSÃO: às 09h00 (nove horas) do dia 01 de julho de 2015 – Horário Local.

OBJETO DA LICITAÇÃO: Registro de preços para o futuro e eventual aquisição de alimentos de distribuição gratuíta “cestas básicas” em atendimento à secretaria municipal de assistência social e trabalho, conforme condições e especificações constantes neste edital e seus anexos.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: www.juara.mt.gov.br – www.cidadecompras.com.br, informações (66) 3556-9400/9401 – Divisão de Licitações e Contratos.

LOCAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DISPUTAS:

Sede da Prefeitura Municipal de Juara – Estado de Mato Grosso, Sala de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói n. 81N, Centro, Juara – Mato Grosso.

Juara-MT, 18 de junho de 2015.

José Roberto Pereira Alves Edson Miguel Piovesan

Pregoeiro Oficial Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 055/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO N. 055/2015/SECAD

TIPO: PRESENCIAL

JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM

CREDENCIAMENTO: das 13h30m (treze e trinta minutos) às 14h00 (catorze horas) do dia 01 de julho de 2015 – Horário Local.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS E INÍCIO DA SESSÃO: às 14h00 (catorze horas) do dia 01 de julho de 2015 – Horário Local.

OBJETO DA LICITAÇÃO: Registro de preços para o futuro e eventual aquisição de alimentos sendo leite, farinha e sal em atendimento à secretaria municipal de assistência social e trabalho, conforme condições e especificações constantes neste edital e seus anexos.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: www.juara.mt.gov.br – www.cidadecompras.com.br, informações (66) 3556-9400/9401 – Divisão de Licitações e Contratos.

LOCAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DISPUTAS:

Sede da Prefeitura Municipal de Juara – Estado de Mato Grosso, Sala de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói n. 81N, Centro, Juara – Mato Grosso.

Juara-MT, 18 de junho de 2015.

José Roberto Pereira Alves Edson Miguel Piovesan

Pregoeiro Oficial Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DECRETO N.º 2566, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O FECHAMENTO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS.

O Prefeito do Município de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando a necessidade de reestruturação organizacional e implantação de fluxos administrativos que envolvem os setores de Licitação e Compras;

DECRETA:

Art. 1º O Município de Juruena, nos Setores que compreendem Licitações e Compras, não estarão no período de 18/06 à 18/08/2015, efetuando atividades inerentes à suas respectivas atribuições.

Parágrafo Primeiro: Somente serão exercidas as atividades nos setores mencionados no caput aqueles essenciais e fundamentais a imperiosa necessidade pública municipal.

Parágrafo Segundo: Os serviços deverão voltar a sua normalidade após o período mencionado, devendo obedecer aos fluxos instituídos e normatizados com a reestruturação organizacional pretendida.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Juruena/MT, em de Junho de 2015.

RAIMUNDO MANSKE

Prefeito Municipal

Em exercício

Registrada e publicada por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 484, de 04 de março de 2002.

MARCOS ANDRÉ RAUBER

Secretário Municipal de Administração

e Finanças

SETOR DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2015

A Prefeitura Municipal de Juruena - MT, através do Pregoeiro Oficial, designado pela portaria n° 002/2015, torna público o RESULTADO do PREGÃO PRESENCIAL 018/2015 - menor preço por lote, cujo objeto é Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Serviços de LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho - Lote 01 e Serviços Especializados em Acessória Consultoria e Softwares de Gestão Educacional, para Locação Incluindo Conversão de Dados, Implantação e Treinamento para a Secretaria Municipal de Educação - Lote 02, para Atender as Necessidades da Prefeitura Municipal de Juruena e secretarias. Onde declarou-se como DESERTO o Lote 01 devido a ausência de empresas interessadas nesse certame e se sagrou vencedora a empresa OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - ME, CNPJ: 17.468.557/0001-54, no lote 02.

Juruena – MT, 15 de junho de 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 7.364/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA/MT, **no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,**

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR, o (a) servidor (a) KATIA DE OLIVEIRA KOHLER, Mat. 7151, do cargo deprovimento em comissão de Direção e Assessoramento Superior/**DAS-2 – CHEFE DA DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,** junto a Secretaria Municipal de Planejamento, a partir do dia 04 de Maio de 2015.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04/05/2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de *Juína/MT*, 12 de Maio de 2015.

HERMES LOURENÇO B ERGAMIM

Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada

por afixação no local de costume,

na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini

Sec. Mun. de Finanças e Administração

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 7.372/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA/MT, **no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,**

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR, o (a) servidor (a) TIAGO HONORIO, Mat. 7097, do cargo deprovimento em comissão de Direção e Assessoramento Superior/**DAS-2 – CHEFE DA DIVISÃO DE TITULAÇÃO,** junto a Secretaria Municipal de Planejamento, a partir do dia 04 de Maio de 2015.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04/05/2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de *Juína/MT*, 12 de Maio de 2015.

HERMES LOURENÇO B ERGAMIM

Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada

por afixação no local de costume,

na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini

Sec. Mun. de Finanças e Administração

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 7.370/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA/MT, **no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,**

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR, o (a) servidor (a) DAYANA KARINA ARANTES, Mat. 6912, do cargo deprovimento em comissão de Direção e Assessoramento Superior/**DAS-1 – ASSISTENTE DE DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO E MARKETING,** junto a Secretaria Municipal de Finanças e Administração, a partir do dia 04 de Maio de 2015.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04/05/2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de *Juína/MT*, 12 de Maio de 2015.

HERMES LOURENÇO B ERGAMIM

Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada

por afixação no local de costume,

na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini

Sec. Mun. de Finanças e Administração

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 7.373/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA/MT, **no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,**

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR, o (a) servidor (a) TIAGO HONORIO, Mat. 7097, para o cargo deprovimento em comissão de Direção e Assessoramento Supe-

rior/**DAS-3 – DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE TESOURARIA,** junto a Secretaria Municipal de Finanças e Administração, a partir do dia 04 de Maio de2015, com 20% (vinte por cento) de representação pelo cargo ocupado.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04/05/2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de *Juína/MT*, 12 de Maio de 2015.

HERMES LOURENÇO B ERGAMIM

Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada

por afixação no local de costume,

na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini

Sec. Mun. de Finanças e Administração

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 7.371/2015

*O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA/MT***, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,**

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR, o (a) servidor (a) DAYANA KARINA ARANTES, Mat. 6912, para o cargo deprovimento em comissão de Direção e Assessoramento Superior/**DAS-1 – CHEFE DA DIVISÃO DE TITULAÇÃO,** junto a Secretaria Municipal de Planejamento, a partir do dia 04 de Maio de2015, com 20% (vinte por cento) de representação pelo cargo ocupado.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04/05/2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de *Juína/MT*, 12 de Maio de 2015.

HERMES LOURENÇO B ERGAMIM

Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada

por afixação no local de costume,

na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini

Sec. Mun. de Finanças e Administração

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 7.369/2015

*O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA/MT***, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,**

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR, o (a) servidor (a) EVELYN BIANCA DE SOUZA ARANTES, Mat. 7257, do cargo deprovimento em comissão de Direção e Assessoramento Superior/**DAS-1 – ASSISTENTE DE DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO E MARKETING,** junto a Secretaria Municipal de Finanças e Administração, a partir do dia 04 de Maio de 2015, com 20% (vinte por cento) de representação pelo cargo ocupado.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04/05/2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de *Juína/MT*, 12 de Maio de 2015.

HERMES LOURENÇO B ERGAMIM

Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada

por afixação no local de costume,

na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini

Sec. Mun. de Finanças e Administração

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 7.361/2015

*O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA/MT***, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,**

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR, o (a) servidor (a) MARIANA LEITNER RODRIGUES, Mat. 7246, do cargo deprovimento em comissão de Direção e Assessoramento Superior/**DAS-2 – CHEFE DE DIVISÃO PROGRAMAS APOIO A INDÚSTRIA,** junto a Secretaria Municipal de Indústria, Com. e Mineração, a partir do dia 04 de Maio de 2015.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04/05/2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de *Juína/MT*, 12 de Maio de 2015.

HERMES LOURENÇO B ERGAMIM

Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada

por afixação no local de costume,

na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini

Sec. Mun. de Finanças e Administração

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 7.367/2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR o (a) servidor (a) LUIZ ANTONIO MODESTO DA SILVA, matrícula n.º 1651, investido (a) no cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Topografia – 40 horas, para cargo de provimento em comissão de Direção e Assessoramento Superior/DAS 3- Diretor de Departamento de Oficina, junto a Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, a partir do dia 04 de Maio de 2015, com 20% (vinte por cento) de representação pelo cargo ocupado.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de: 04/05/2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína/MT*, 12* de Maio de 2015.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e

publicada por afixação no local de costume,

na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini

Sec. Mun. de Finanças e Administração

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 7.366/2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1.º - E X O N E R A R o (a) servidor (a) **LUIZ ANTONIO MODESTO DA SILVA**, matrícula n.º 1651, investido (a) no cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Topografia – 40 horas, do cargo de provimento em comissão de Direção e Assessoramento Superior/DAS 3- Diretor de Planejamento, junto a Secretaria Municipal de Planejamento, a partir do dia 04 de Maio de 2015.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de: 04/05/2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína/MT*, 12* de Maio de 2015.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e

publicada por afixação no local de costume,

na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini

Sec. Mun. de Finanças e Administração

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 7.362/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA/MT, **no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,**

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEIA, o (a) servidor (a) MARIANA LEITNER RODRIGUES, Mat. 7246, para o cargo deprovimento em comissão de Direção e Assessoramento Superior/**DAS-2 – CHEFE DA DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,** junto a Secretaria Municipal de Planejamento, a partir do dia 04 de Maio de 2015, com 20% (vinte por cento) de representação pelo cargo ocupado.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04/05/2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de *Juína/MT*, 12 de Maio de 2015.

HERMES LOURENÇO B ERGAMIM

Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada

por afixação no local de costume,

na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini

Sec. Mun. de Finanças e Administração

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 7.363/2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1.º - E X O N E R A R o (a) servidor (a) **DEUSDETE PEREIRA NOGUEIRA**, matrícula n.º 429, investido (a) no cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos – 40 horas, do cargo de provimento em comissão de Direção e Assessoramento Superior/DAS 3- Diretor de Departamento de Serv. Aéreo Portuário, junto a Secretaria Municipal de Planejamento, a partir do dia 04 de Maio de 2015.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de: 04/05/2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína/MT*, 12* de Maio de 2015.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e

publicada por afixação no local de costume,

na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini

Sec. Mun. de Finanças e Administração

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 7.365/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA/MT, **no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,**

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR, o (a) servidor (a) KATIA DE OLIVEIRA KOHLER, Mat. 7151, para o cargo deprovimento em comissão de Direção e Assessoramento Superior/**DAS-3 – DIRETOR DE DEPARTAMENTO AÉREO PORTUÁRIO,** junto a Secretaria Municipal de Planejamento, a partir do dia 04 de Maio de 2015, com 20% (vinte por cento) de representação pelo cargo ocupado.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04/05/2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de *Juína/MT*, 12 de Maio de 2015.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada

por afixação no local de costume,

na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini

Sec. Mun. de Finanças e Administração

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 7.368/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA/MT, **no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,**

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR, o (a) servidor (a) EVELYN BIANCA DE SOUZA ARANTES, Mat. 7257, do cargo deprovimento em comissão de Direção e Assessoramento Superior/**DAS-1 – ASSISTENTE DE DEPARTAMENTO DE SAÚDE,** junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 04 de Maio de 2015.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04/05/2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de *Juína/MT*, 12 de Maio de 2015.

HERMES LOURENÇO B ERGAMIM

Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada

por afixação no local de costume,

na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini

Sec. Mun. de Finanças e Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/SECRETARIA
DECRETO Nº 057/2015

SÚMULA: "Designa funcionários para compor a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL"

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Art. 1º - Designa o Sr. REINALDO CASTILHOS PAWLAK (presidente), a Sra. GEISI GLAUCIA DA SILVEIRA TIRAPELLE (secretária) e o Sr. DIEGO ALCÂNTARA DE ALMEIDA (membro), sob a presidência do primeiro, para constituir a Comissão Permanente de Licitação – CPL desta Prefeitura, competindo-lhes a prática de todos os atos necessários ao processamento e julgamento das Licitações.

Art. 2º - O Presidente da Comissão será substituído em suas ausências e impedimentos eventuais pelo segundo nomeado, ficando designados como suplentes da Comissão os seguintes servidores:

Danilo Steinke Aguiar – 1º Suplente;

Veronice Anselmo de Souza Fabrim – 2º Suplente.

Art. 3.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário, principalmente o Decreto 033/2015 de 13/03/2015.

Paço Municipal, em Marcelândia-MT, e**m 18 de junho de 2015.**

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/SECRETARIA
DECRETO Nº. 056/2015

DATA: 17/06/2015

SÚMULA: CRIA COMISSÃO INTERSETORIAL MUNICIPAL PARA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA.

O Senhor ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei e,

CONSIDERANDO os termos da Convenção sobre os Direitos da Criança, das Nações Unidas, ratificada pelo Brasil, em 24 de setembro de 1990, no princípio Constitucional de prioridade absoluta da Criança, insculpido no Art. 227 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO as diretrizes da Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

CONSIDERANDO a Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nas diretrizes da Lei 12.435/2011 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e Resolução 109/2009 que trata da tipificação do Sistema de Assistência Social;

CONSIDERANDO as diretrizes da Lei 8.080/1990 sobre a organização do Sistema Único de Saúde, consoante com o Decreto n° 7.508/2011 que a regulamenta e nos princípios e diretrizes do Plano Nacional pela Primeira Infância,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica criada a Comissão Intersetorial Municipal para organização dos trabalhos de elaboração do Plano Municipal da Primeira Infância que será composta pelos seguintes membros:

Representando a Cultura:

Raimundo Israel Queiroz Francisco e

Rosimeire de Farias Lima

Representando a Assistência Social:

Ana Paula Pereira de Andrade e

Suzana Barbosa

Representando o Conselho do Idoso:

Adélia Stedile e

Pamela Fernandes Harres

Representando o Conselho Tutelar:

Luiza da Silva

Representando a Sociedade Civil:

Sandra Mara Mafé e

Helena Fernandes dos Santos

Representando os Funcionários Públicos:

Andréa de Oliveira e

Elisiane Buratti de Lima

Representando os Pais:

Adriana Espíndola Benício e

Sandra Regina Branco Moraes

Representante adolescente com irmãos em Creches:

Espíndola Benício

Representando os adolescentes:

Viviana Ferreira de Andrade e

Isabelle Daré Rissi

Representando a ODM:

Edson dos Santos

Representando o UNICEF:

Karinne Gabrielli Machado de Andrade

Representando a Pastoral da Família:

Vandelina Alves de Souza

Representando o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Cláudia Lopes e

Magda Angélica Dare Rissi

Representante da APAE:

Karla Adriana Blanc Enge

Representante do Conselho Municipal de Educação:

Adriana Cristina Machado Blanc

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Marley Pereira de Andrade

Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Sonia Martinis

Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Silas de Oliveira Rezende

Artigo 2º - A Comissão a que se refere este decreto terá o prazo de 18 (dezoito) meses para apresentação dos trabalhos de elaboração do Plano Municipal da Primeira Infância.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em Marcelândia – MT, em 17 de junho de 2015.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015

O Município de Marcelândia, através de sua Pregoeira Oficial, torna Público aos interessados, que a licitação modalidade **Pregão Presencial nº. 013/2015, Tipo Menor Preço por Item,**com a finalidade de **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pedalinhos para uso da Secretaria de Meio Ambiente e Turismo**, conforme especificações contidas no Termo de Referência, que na sessão ocorrida no dia 26 de maio de 2015, às 08h00min (Horário Oficial de Mato Grosso), foi declarada fracassada em virtude de motivosconstantes no processo licitatório.

Marcelândia MT, 18 de junho de 2015.

GEISI GLAUCIA DA SILVEIRA TIRAPELLE

PREGOEIRA OFICIAL

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DO EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2015

Considerando que a Prefeitura Municipal de Marcelândia-MT, promoverá licitação na modalidade "Concorrência Pública", do tipo “técnica e preço”, objetivando a contratação de agência de propaganda para prestação de serviços de publicidade, faz saber através da sua Comissão Permanente de Licitação que estão abertas às inscrições de profissionais formados em comunicação, publicidade ou marketing, ou que atuem em umas dessas áreas, para integrar a Subcomissão Técnica, com intuito de constituir a subcomissão técnica para julgamento da Concorrência Pública nº 001/2015, para contratação de agência de propaganda nos termos da lei federal nº 12.232/2010. Para efetivar a inscrição, os interessados deverão comparecer, pessoalmente, de *18/06/2015 a 29/06/2015, das 07 horas às 11h e das 13 horas às 17 horas*, na Prefeitura Municipal de Marcelândia, no Setor de Licitações, situada na Rua Guaíra, nº 777 – Bairro Centro – Marcelândia/MT, munidos dos documentos exigidos no Edital de chamamento nº 001/2015, que estará a disposição no site da Prefeitura Municipal www.marcelandia.mt.gov.br link licitação. A relação dos profissionais inscritos, bem como a data da sessão pública para sorteio dos nomes, será publicada, oportunamente, no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso, conforme estabelece o artigo 10, § 4º, da Lei Federal nº 12.232/2010.

Marcelândia/MT, 18 de Junho de 2015

REINALDO CASTILHOS PAWLAK

Presidente da CPL

ADMINISTRAÇÃO/SECRETARIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 012/2015 PARA NOMEAÇÃO E POSSE DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014.

O Exmo Senhor **Arnóbio Vieira de Andrade**, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o Concurso Público realizado no dia 25 de maio de 2014 nos termos do Edital 001/2014 e homologado pelo Decreto de nº 74/2014 de 24 de junho de 2014, Convoca pelo presente Edital o candidato Aprovado, para preenchimento de vaga existente no momento, conforme relação abaixo:

Nº Insc	Candidatos	Cargo	Carga Hora	Classificação
1012	Alvaneu Navarro	Assistente Tecnico Administrativo II	40 horas	2º Aprovado

O candidato convocado por este Edital terá o prazo de até 30 (trinta) dias a contar desta data, 17 de junho de 2015, para tomar posse no referido cargo.

O candidato convocado deverá apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado, munido dos seguintes documentos:

Documento de Identidade (original) e I (cópia); Certidão de Nascimento ou Casamento (original) e 1 (cópia); RG e CPF do cônjuge; Certidão de nascimento dos filhos (original) e 1 (cópia); Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado (original e 1 cópia) Título de Eleitor (original) e 1 (cópia) comprovação que está quite com as obrigações eleitorais; Certificado de Reservista (original e 1 cópia) (se masculino); Carteira de trabalho, PIS ou PASEP (original) e 1 (cópia); CPF (original) e 1 (cópia) Comprovante de residência Carteira de Habilitação (motorista)	**ORIGINAL** 02 Fotos 3x4; Atestado Médico expedido pela Junta Médica Oficial; Certidão negativa da Justiça (civil e criminal) onde tenha residido nos últimos cinco anos; Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar; Declaração dos Dependentes de IRRF; Declaração do exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, em qualquer esfera de governo, da administração direta de qualquer dos Poderes; Apresentar Registro e Certidão Negativa expedida pelo Orgão de Classe conforme o caso; Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio. Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

O Candidato convocado se não apresentar as documentações no prazo estabelecido será considerado eliminado do Concurso Público.

O Candidato deverá apresentar-se também, junto ao Previlândia – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Marcelândia - MT, para filiar-se a esta Instituição.

O Município de Marcelândia - MT reserva-se o direito de solicitar outros documentos que julgar legal e necessário para o ato de nomeação dos candidatos para os respectivos cargos/funções.

Marcelândia MT, em 17 de junho de 2015.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Marcelo Ricardo Cordeiro

Sec. Municipal de Administração.

ADMINISTRAÇÃO/SECRETARIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 001/2015 PARA NOMEAÇÃO E POSSE DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015.

O Exmo Senhor **Arnóbio Vieira de Andrade**, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o Concurso Público realizado no dia 17 de maio de 2015 nos termos do Edital 001/2015 e homologado pelo Decreto de nº 055/2015 de 16 de junho de 2015, Convoca pelo presente Edital os candidatos Aprovado, para preenchimento de vaga existente no momento, conforme relação abaixo:

Nº Insc	Candidatos	Cargo	Carga Hora	Classificação
0518	Shoara Caldeira Camargo	Engenheira Civil	40 horas	1ª Aprovada
0044	Adriana Cristina Machado Blanc	Agente Administrativo III	40 horas	1ª Aprovada

Os candidatos convocados por este Edital terá o prazo de até 30 (trinta) dias a contar desta data, 17 de junho de 2015, para tomarem posse no referido cargo.

Os candidatos convocados deverão apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado, munido dos seguintes documentos:

Documento de Identidade (original) e I (cópia); Certidão de Nascimento ou Casamento (original) e 1 (cópia); RG e CPF do cônjuge; Certidão de nascimento dos filhos (original) e 1 (cópia); Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado (original e 1 cópia) Título de Eleitor (original) e 1 (cópia) comprovação que está quite com as obrigações eleitorais; Certificado de Reservista (original e 1 cópia) (se masculino); Carteira de trabalho, PIS ou PASEP (original) e 1 (cópia); CPF (original) e 1 (cópia) Comprovante de residência Carteira de Habilitação (motorista)	**ORIGINAL** 02 Fotos 3x4; Atestado Médico expedido pela Junta Médica Oficial; Certidão negativa da Justiça (civil e criminal) onde tenha residido nos últimos cinco anos; Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar; Declaração dos Dependentes de IRRF; Declaração do exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, em qualquer esfera de governo, da administração direta de qualquer dos Poderes; Apresentar Registro e Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe conforme o caso; Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio. Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

Os Candidatos convocados se não apresentar as documentações no prazo estabelecido será considerado eliminado do Concurso Público.

Os Candidatos deverão apresentar-se também, junto ao Previlândia – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Marcelândia - MT, para filiar-se a esta Instituição.

O Município de Marcelândia - MT reserva-se o direito de solicitar outros documentos que julgar legal e necessário para o ato de nomeação dos candidatos para os respectivos cargos/funções.

Marcelândia MT, em 17 de junho de 2015.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Marcelo Ricardo Cordeiro

Sec. Municipal de Administração.

ADMINISTRAÇÃO/SECRETARIA
DECRETO Nº 058/2015

SÚMULA: **"Designa funcionários para compor a equipe do Município de MARCELÂNDIA/MT responsável por licitação na modalidade Pregão"**

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Art. 1º - Designa os seguintes servidores, para compor a equipe do Município de Marcelândia-MT responsável por licitação, na modalidade pregão, nos seguintes termos:

I – Autoridade Competente:

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, **Prefeito Municipal**

II – Pregoeira Oficial:

GEISI GLAUCIA DA SILVEIRA TIRAPELLE

III – Equipe de Apoio:

DIEGO ALCÂNTARA DE ALMEIDA

REINALDO CASTILHOS PAWLAK

Art. 2.º - Fica designado como suplente da Equipe de Apoio a servidora ALLINE KESTERING PAVLAK.

Art. 3.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário, principalmente o Decreto 033/2015 de 13/03/2015.

Paço Municipal, em Marcelândia-MT, **18 de junho de 2015.**

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 040/2015 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou no dia 08de JUNHO de 2015 às 08h00minna sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTO" aonde sagrou-se vencedoras as Empresas S. G. ARTIGOS ESPORTIVOS E PAPELARIA EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 10.718.935/0001-61 com valor total de R$ 50.001,92 e GERAÇÃO 2000 CALÇADOS, CONFECÇÕES E MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 03.449.844/0001-02 com valor total de R$ 32.412,97. Maiores informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 18 de Junho de 2015.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA

- Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

ESTADO DO MATO GROSSO CONVITE

CÂMARA MUNICIPAL DE MMIRASSOL D'OESTE Nº 2/2015

CNPJ: 03.756.178/0001-55

RUA JUSCELINO KUBITSCHEK N.3226

78280-000-Mirassol d'Oeste - MT

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Presidente Da Câmara, SERGIO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 3/2015

b) Licitação Nr.: 2/2015-CV

c) Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços

d) Data Homologação: 19/06/2015

e) Data da Adjudicação: 19/06/2015

f) Objeto da Licitação: Prestação de Serviços em Consultoria Administrativa, Contábil, Orçamentária, Financeira e Patrimonial na gestão pública, envolvendo visitas preventivas e corretivas in loco, atendimento nas dependências da Empresa e apoio à distância (por telefone, comunicador instantâneo, portal corporativo, e-mail, fac-símile e ferramentas de controle remoto), para a Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste-MT.

g) Fornecedores e Itens Vencedores: Qtde de Itens Total do Item

0001 - ACPI-ASSESS.CONSULT.PLANEJ.& INFORMATICA LTDA 1 - 55.896,00

02 – Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.008.3.3.90.39.00.00.00.00 (8)

Mirassol d'Oeste, 19 de Junho de 2015.

SERGIO DOS SANTOS-Pres.Câmara

JOLDEMAR AGUEIRO-Presidente-CPL

MARIA DA SILVA- Secretaria-CPL

DIRCE MAZARO COSTA – Vice-Presidente-CPL

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
PORTARIA Nº 029 DE 18 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA Nº. 029 DE 18 DE JUNHO DE 2015.

INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, NOMEIA COMISSÃO SINDICANTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste-MT o Sr. Sergio Santos, no uso de suas legais atribuições, com base no Titulo VI, Capítulo III da Lei Complementar nº 008/98, em especial atendendo ao disposto no artigo 209 da citada Lei;

Considerando relatos trazidos através do ofício de n° 021/15-V.L.A.P, encaminhado pelo vereador Laércio Alves Pereira, que descreve fatos de possível infração disciplinar realizada por servidor em exercício de sua funções, tendo em vista que não fora realizada a votação das prestações de contas anuais da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, referente ao exercício de 2013, pois segundo o vereador, apenas em 11 (onze) de maio de 2015, tomou ciência que as contas se encontravam arquivadas nesta Câmara Municipal.

R E S O L V E

Art. 1º - Instaurar **SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA**, visando apurar fatos que em tese revelam possível descumprimento dos deveres funcionais previstos no art. 178 da Lei Complementar nº 008/98, praticado pelo servidor **JURANDYR DIAS SIQUEIRA**, Assistente Parlamentar, Matrícula/Registro nº 02, no exercício de suas funções de Assistente Parlamentar, podendo ensejar na aplicação de penalidades.

Art. 2º - Nomear para execução do ato disposto no artigo anterior, os servidores: **LUIZ EMILIO TOLON,** Assistente Legislativo, Matrícula/Registro nº 15, **JOLDEMAR AGUEIRO**, Assistente Legislativo, Matrícula/Registro nº 3 e, **MARIA DA SILVA**, Auxiliar Parlamentar Administrativo, Matrícula/Registro nº 20, para sob a presidência do primeiro, promoverem as investigações e demais diligências cabíveis.

Art. 3º - Para cumprir suas atribuições, a comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher depoimentos e demais provas que julgar pertinentes, adotando os procedimentos descritos no Capítulo III da Lei Complementar nº 008/98 inerentes ao processo de sindicância.

Art. 4º - Comprovada a existência ou inexistência de irregularidades, a comissão sindicante, dentro do prazo de 30 (trinta) dias de sua constituição, apresentará relatório de caráter expositivo, contendo exclusivamente os elementos fáticos colhidos.

Parágrafo Único: O prazo referido neste artigo poderá ser prorrogado por igual período, caso as circunstâncias exigirem.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mirassol D'Oeste-MT, 18 de junho de 2015.

SERGIO DOS SANTOS

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 102/2015

PORTARIA Nº 102/2015

"DISPÕE SOBRE A COMISSÃO ORGANIZADORA DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA."

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei,

CONSIDERANDO a realização da I Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no dia 30 de junho de 2015, no Município de Nobres/MT;

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Comissão Organizadora da I Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e definir orientações gerais quanto a sua organização interna e distribuição de atribuições.

Art. 2º – Distribuir a referida Comissão Organizadora em grupos de trabalho, conforme especificações abaixo:

I – Grupo de Elaboração do Regimento Interno: este grupo será responsável por convocar, tomar notas e registrar todas as deliberações dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, quanto aos aspectos gerais e as minúcias que deverão constar no Regimento Interno da I Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, bem como esclarecer as dúvidas existentes quanto ao Regimento Interno;

II – Grupo de Mobilização e Divulgação: este grupo será responsável pela sistematização de todas as informações sobre a I Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, articulação com os delegados das Conferências Municipais, catalogação de contatos ligados à defesa dos direitos da pessoa deficiente, convite por meio de Ofícios às instituições governamentais e não governamentais, divulgação via e-mail, telefone e imprensa, bem como pelo recebimento das fichas de inscrição e confirmação de participação dos inscritos;

III – Grupo de Definição de Programação e Palestrantes: este grupo coordenará as discussões, decisões e prazos para a definição da programação da referida Conferência, escolha de palestrantes, coordenadores, relatores e facilitadores e fará a distribuição destas informações aos demais grupos, bem como será responsável por todos os assuntos relacionados aos palestrantes, como elaboração dos convites oficiais, comunicação direta com os mesmos, apresentações culturais, etc.;

IV – Grupo de Apoio Logístico: este grupo será responsável pela organização e realização do credenciamento, providências quanto ao material a ser distribuído e a montagem das pastas, local de realização do evento, hospedagem, alimentação, material multimídia, salas de apoio, pedido de diárias para os conselheiros que farão articulação nos municípios, cerimonial e transporte dos palestrantes com o apoio do Grupo III (quanto aos dias e horários de transporte em relação a cada palestrante);

V – Grupo de Assessoramento e Sistematização: este grupo será responsável pela elaboração, correção e divulgação das Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias referentes a organização da conferência, construção e revisão do texto base da conferência, relatoria das propostas das conferências municipais, bem como a elaboração e encaminhamento do Relatório Final da referida Conferência;

Art. 3º - Nomear para compor a referida Comissão Organizadora os seguintes representantes:

- Angélica de Souza Romero

- Edna Silva Araújo

-Josimari Silva Pereira

- Olga Sanches Lesmo

- Patrícia dos Santos Pereira

§ 1º - A comissão Organizadora poderá convidar a qualquer tempo no interesse da realização da I Conferência novos membros para comporem os grupos de trabalho.

Art. 4º - A função de membro da Comissão Organizadora não será remunerada.

Art. 5º - Os casos omissos nesta Portaria serão resolvidos pela Comissão Organizadora da I Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres - MT, 18 de junho de 2015.

Sebastião Gilmar Luiz da Silva **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 036/2015

DECRETO Nº. 036/2015

"Dispõe sobre Luto Oficial na cidade de Nobres/MT, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Sebastião Gilmar Luiz da Silva**, no uso das atribuições lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

Art. 1º Fica decretado **LUTO OFICIAL** na Cidade de Nobres no dia 18/06/2015 (quinta-feira), em virtude do falecimento do Sr. **Djair Nóbrega de Araújo.**

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18 de Junho de 2015.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 038/2015

DECRETO Nº 038/2015 DE 18 DE JUNHO DE 2015

"CONVOCA A I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA"

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES, Estado de Mato Grosso, Sr. SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica convocada a I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a realizar-se no dia 30 de Junho de 2015, em Nobres/MT, sob a coordenação do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD e da Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS, com a promoção e realização do referido Conselho.

Art. 2º - A I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência desenvolverá seus trabalhos sob o tema central - **"O Desafio na Implementação das Políticas da Pessoa com Deficiência: A Transversalidade como a Radicalidade dos Direitos Humanos",** com os seguintes eixos temáticos: Identidade de Gênero e Raça, Diversidade Sexual e Geracional; Órgãos Gestores e de Instância de Participação Social e Interação entre os Poderes Federados.

Art. 3º - A I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será presidida pelo Presidente do CMDPD, ou representante legal.

Art. 4º - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Comissão Organizadora, expedirá mediante resolução o Regimento Interno da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Parágrafo Único - O Regimento disporá sobre a organização e o funcionamento da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, inclusive sobre o processo de escolha de Delegados (as).

Art. 5º - As despesas com a Realização da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Nobres - MT ocorrerá a cargo de recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18 de junho de 2015.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal de Nobres

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 051/2015

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 051/2015

Processo: 1101/2015

Assunto: "**CONTRATACAO DE EMPRESA PARA PRESTACAO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA EM ELABORAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS PARA O NATAL ILUMINADO 2015 NESTE MUNICIPIO**

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a "**CONTRATACAO DE EMPRESA PARA PRESTACAO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA EM ELABORAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS PARA O NATAL ILUMINADO 2015 NESTE MUNICIPIO".**Conforme exigências e especificações constantes neste termo de referencia nº. 105/2015, Empresa

:

. J EAM AGENCIA DE VIAGENS E SERVIÇOS LTDA – ME CNPJ: 05.764.299/0001-74, no valor total contratado de R$ 7.850,00 (sete mil oitocentos e cinqüenta reais)

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

PROJETO/ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	CÓDIGO REDUZIDO	VALOR R$
2018 – Real e apoio a eventos Cult.Folc.Rel e cívicos	33.90.39.00.00	115	R$ 7. 850,00
VALOR TOTAL ESTIMADO R$ 7.850,00			

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$ 7.850,00 (sete mil oitocentos e cinqüenta reais), em favor da Empresa - J EAM AGENCIA DE VIAGENS E SERVIÇOS LTDA – ME CNPJ: 05.764.299/0001-74, cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 17 de junho de 2015

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE Nº 046/2015

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE Nº 046/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO **E A EMPRESA** NASCIMENTO BRITO CIA LTDA-ME **CONFORME** ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 018/2014 PREGÃO: Nº 018/2014 PROCESSO: Nº 536/2014 E O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1068/2015

DO OBJETO

É objeto do presente contrato a Aquisição *de Materiais de Expediente para manutenção de diversas secretarias do Município de Nossa Senhora do Livramento/MT,* **CONFORME ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 018/2014 PREGÃO:** Nº 018/2014 **PROCESSO:** Nº 536/2014 E O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1068/2015

VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá validade de 03 (tres) meses, contados a partir de sua assinatura.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas do presente contrato, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias 2015:

Programa	Projeto Atividade	Cod. Red	Valor
2030	Manut. Encargos da Sec. Saúde	224	R$ 482,11
2045	Manut. Encargos Sec. Educação	65	R$ 1. 557,59
2089	Manut. das Ativ. De Adm. e Planejamento	45	R$ 1. 318,34
2273	Manut. do Programa Assessuas	195	R$ 1. 536,50
Total: R$ 4.894,54			

Nossa Senhora do Livramento – MT, 02 de Junho de 2015.

CONTRATANTE:

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

NASCIMENTO BRITO CIA LTDA-ME,

CNPJ sob o nº **15.242.376/0001-80**

Lauro Guilherme A. do Nascimento Brito

RG: nº 14459108 SSP/MTCPF nº 730.391.441-20,

DECRETO Nº 043/2015

DECRETO Nº 043/2015

"Nomeia equipe de Gestão para o orçamento participativo 2015"

CARLOS ROBERTO DA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei 10.257/2001, e,

Considerando a necessidade de prestar contas do ano de 2014 para a população e fazer levantamento das necessidades existentes nas comunidades rurais deste município para o orçamento de 2016;

Considerando a Lei 10.257 de 10/06/2001, que trata do "Estatuto das Cidades", que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, nos seus artigos 43 e 44 passa a obrigar os municípios a realizarem discussões públicas a cerca do seu orçamento, exercendo assim uma evolução da prática da cidadania.

DECRETA:

Art. 1o Fica nomeada a equipe de gestão, para fazer levantamento das necessidades existentes nas Comunidades Rurais e Sede, divididas em pólos para o orçamento participativo de 2015, composto pelos Secretários:

Otarci Nunes Rosa – Secretário Municipal de Administração Planejamento e Finanças Larissa Raquel de Pina Maulin Kchimel – Secretária Municipal de Saúde Manoel Gonçalo de Campos - Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente Marelize de Paula Nascimento– Secretária Municipal de Educação Jocinéia Conceição Miranda - Secretária Municipal de Assistência Dario Zozino Rego das Neves e Maria Auxiliadora da Silva Cunha – Assessora de Planejamento.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 17 de junho de 2015.

CARLOS ROBERTO DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - CONVITE Nº 003/2015.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - CONVITE Nº 003/2015.

OBJETO: Contratação de empresa para execução de serviços de Manutenção de Rodovia (Conservação/Recuperação) em trecho não pavimentado - Divisa de Várzea Grande (Praia Grande) – Tatú – Cedral da MT 050.

O **MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT**, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que realizará às **09:00 horas, do dia 26/06/2015**. LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONVITE, menor preço global, regida pela Lei 8.666/93.

Foram convidados três participantes nos termos do § 3º do art. 22 da Lei 8.666/93, ficando o convite estendido aos demais cadastrados no ramo que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 horas daquela marcada para apresentação das propostas. Outras informações e edital completo poderão ser retiradas na sala de licitação da Prefeitura, com a Comissão Permanente de Licitação.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 18 de junho de 2015.

Leonildes Fátima da S. Benevides

PRESIDENTE DA CPL

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE Nº 045/2015

EXTRATO **CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE Nº 045/2015**

CONTRATO DE FORNECIMENTO *DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA SUPREMA COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA* CONFORME **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 018/2014 PREGÃO:** Nº 018/2014 **PROCESSO:** Nº 536/2014 E O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1068/2015

DO OBJETO

1.1. É objeto do presente contrato a Aquisição **de Materiais de Expediente para manutenção de diversas secretarias do Município de Nossa Senhora do Livramento/MT,** CONFORME

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 018/2014

PREGÃO: Nº 018/2014 PROCESSO: Nº 536/2014 E O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1068/2015

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1 O presente contrato terá validade de 03 (três) meses, contados a partir de sua assinatura.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas do presente contrato, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias 2015:

Programa	Projeto Atividade	Cod. Red	Valor
1305	Manut. da Atenção Basica	362	R$ 4.613,17
2011	Manut. Ensino Fundamental – FUNDEB 40%	128	R$ 7.074,95
2089	Manut. das Ativ. De Adm. e Planejamento	45	R$ 8.577,26
2273	Manut. do Programa Assessuas	195	R$ 1.858,52
Total: R$ 22.123,90			

Nossa Senhora do Livramento – MT, 02 de Junho de 2015.

CONTRATANTE:

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

SUPREMA COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

CNPJ sob o nº 12.984.005/0001-85

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 048 /2015

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 048 /2015

Processo: 1026/2015

Assunto: "**Contratação de profissional especializado na execução em serviços de reforma de cadeiras da secretaria de educação, conforme especificação na TR."**

"Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO para "

Contratação de profissional especializado na execução em serviços de reforma de cadeiras da secretaria de educação, conforme especificação na TR."

Conforme exigências e especificações constantes neste termo de referencia nº. 093/2015, Empresa: ESPIRITO SANTO E SANTO LTDA-ME CNPJ: 17.926.688/0001-38, no valor total contratado de R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

PROJETO/ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	CÓDIGO REDUZIDO	VALOR R$
2045 – Manutenção e encargos da Educação	33.90.39.00.00 Outros serviços de terceiros pessoa jurídica	69	R$ 7.800,00
VALOR TOTAL ESTIMADO R$ 7.800,00			

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), em favor da Empresa - ESPIRITO SANTO E SANTO LTDA-ME CNPJ: 17.926.688/0001-38, cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 18 de junho de 2015

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

ERRATA DISPENSA Nº. 45/2015 - PROCESSO N.º 989/2015

ERRATA DISPENSA Nº. 45/2015 - PROCESSO N.º 989/2015

Na publicação do Jornal da AMM, no dia 11/06/2015

ONDE SE LÊ:

CNPJ: 05.826.635/0001- 00

LEIA-SE:

CNPJ: 05.826.635/0001- 66

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N. 004/2015.

Aviso de Licitação Tomada de Preços n. 004/2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, ESTADO DE MATO GROSSO, faz saber que se encontra aberta a Tomada de Preços Nº. 04/2015, regida pela Lei 8.666/93, no Tipo “Menor Preço Global”, objetivando a Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia para conclusão da obra de Construção do Centro de Educação Infantil tipo B conforme modelo do FNDE, referente ao Termo de Convênio nº 700094/2011 firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. A sessão realizar-se-á às 09h00 minutos no dia 10 de julho de 2015. O edital completo e seus anexos estará disponíveis no site http://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/.

Nossa Senhora do Livramento – MT., 18 de junho de 2015.

Leonildes Fátima da S. Benevides

Presidente da CPL

ERRATA CARTA-CONTRATO Nº 003/2015

ERRATA CARTA-CONTRATO Nº 003/2015

CONTRATANTE:- MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO,

CONTRATADA:- EMPRESA: José Conceição de Campos, 29901421187

CNPJ: 16.810.322/0001-36

DO FUNDAMENTO

Este instrumento contratual fundamenta-se no Art. 24, IV e V da lei 8.666/93, conforme o processo Administrativo nº 1079/2015, Dispensa de Licitação nº 047/2015 e parecer 167/2015

ONDE SÊ PUBLICADO NO 17 de Junho de 2015 • Jornal Oficial Eletronico dos Municipios do Estado de Mato Grosso • ANO X | N° 2.248

DO OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia para fornecimento de mão de obra com a finalidade de Construção de Vestiário e serviços complementares na Academia de Saúde conforme processo Administrativo nº 1079/2015.

LEIA-SE

Contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia para execução de serviços para construção de Muro com Grade e serviços complementares na área externa da Academia de Saúde conforme processo Administrativo nº 1079/2015

DO PREÇO, QUANTIDADE, DA VIGÊNCIA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

I – Preço: O valor global de R$ R$ 40.237,57 (Quarenta Mil, Duzentos e Trinta e Sete Reais Cinquenta e Sete Centavos);

II – Da quantidade: Conforme Ordem de serviço em anexo I

III – Da vigência: 01 (mês) de acordo com a ordem de serviço;

IV - Garantia: Os serviços deverão ter garantia de 60 (sessenta) meses, a contar da data de da entrega da obra.

19 – Programa, Projeto/Atividade, Natureza da Despesa, Fonte e Valor.				
Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Valor (R$)
Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura				
2275	Reforma e Manutenção de Predios Publicos	33.90.39.00 – Outros Serv. Terceiros P. J.	292	R$ 40.237,57
VALOR TOTAL (R$)				R$ 40.237,57

Nossa Senhora do Livramento, 16 de Junho de 2015

CONTRATANTE:

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

EMPRESA: José Conceição de Campos, 29901421187

CNPJ: 16.810.322/0001-36

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:

Identidade nº: Identidade nº:

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 052/2015

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 052/2015

Processo: 1103/2015

Assunto: Aquisição de material permanente para a Escola Municipal “CIRA LUZIA DO NASCIMENTO CUNHA” que atenderá os alunos da Educação Infantil da Rede Municipal de ensino.

“Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a Aquisição de material permanente para a Escola Municipal “CIRA LUZIA DO NASCIMENTO CUNHA” que atenderá os alunos da Educação Infantil da Rede Municipal de ensino”, conforme exigências e especificações constantes neste termo de referencia nº. 099/2015, Empresa**: MARCOS ANTONIO DIAS MACHADO – ME, CNPJ nº. 02.827.167/0001-56**, no valor total contratado de

R$ 7.854,00

(sete mil oitocentos e cinqüenta e quatro reais).

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

PROJETO/ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	CÓDIGO REDUZIDO	VALOR R$
2012 – Manut. Da Educação Infantil Creche	44.90.52.00 Equipamentos e Material permanente	143	R$ 7.854,00
VALOR TOTAL ESTIMADO R$ 7.854,00			

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$ 7.854,00 (sete mil oitocentos e cinqüenta e quatro reais), em favor da Empresa - MARCOS ANTONIO DIAS MACHADO – ME, CNPJ nº. 02.827.167/0001-56, cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 17 de junho de 2015

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 159/2015

Portaria nº 159/2015

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Administração, Sr. **SANMARTIN CURADO**, brasileiro, RG: 11949481 SJ/MT, CPF: 846.248.761-72,residente na Rua João Vicente de Barros, Bairro: Centro, em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do

contrato nº 050/2014

- Contrato de empresa especializada para prestação de serviço de vulcanização, recapagem, conserto, manchão, “tip top”, de Pneus da frota da Prefeitura Municipal - JOSÉ MARGREITER - ME, a partir de 16/06/2015.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de junho de 2015.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 158/2015

Portaria nº 158/2015

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Administração, Sr. **SANMARTIN CURADO**, brasileiro, RG: 11949481 SJ/MT, CPF: 846.248. 761-72,residente na Rua João Vicente de Barros, Bairro: Centro, em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do

contrato nº 119/2013

- Empresa Francisco Carlos, Serviços de Serralheria.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de junho de 2015.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO N.º 004/ 2015 -CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO N.º 004/ 2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, no uso de sua atribuições legais que lhe confere as: Lei Orgânica da Saúde 8080/19/07/90; Lei 8142/28/12/90; Lei Complementar n. º 22, de 09 de novembro de 1992, e de acordo com a Reunião Ordinária Nº004/2015, do dia 27 de maio de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a realização da **VII** CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE,no dia 25 de junho de 2015, em Nossa Senhora do Livramento.

Art. 2º - A Conferência desenvolverá seus trabalhos sob o tema: "SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS: DIREITO DO POVO BRASILEIRO", cujos sub-temas serão abordados com base na realidade local.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 27 de maio de 2015.

Maria Auxiliadora Arlindo Monteiro da Costa

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologada:

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT

PORTARIA Nº 157/2015

Portaria nº 157/2015

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Administração, Sr. **SANMARTIN CURADO**, brasileiro, RG: 11949481 SJ/MT, CPF: 846.248. 761-72,residente na Rua João Vicente de Barros, Bairro: Centro, em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do

contrato nº 098/2013

- Empresa ADM. Oeste Construtora e Locação Ltda.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de junho de 2015.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 044/2015

DECRETO Nº 044/2015

Dispõe sobre a Convocação da VII Conferência Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento Carlos Roberto da Costa no uso das atribuições legais e com base no Artigo 138 da Lei Orgânica do Município;

Considerando que dispõem o artigo 1º da Lei 8.142/90 e Lei 8080/90.

Considerando que dispõem o artigo 15º da Lei Estadual n.º 22/92;

Considerando a resolução do Conselho Municipal de Saúde 004/2015.

Decreta:

Artigo 1.º - Fica convocada a VII Conferência Municipal de Saúde, a realizar-se no dia 25 de junho de 2015, em Nossa Senhora do Livramento/ MT.

Artigo 2.º - A Conferência desenvolverá seus trabalhos sob o tema Central – "SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS: DIREITO DO POVO BRASILEIRO".

Artigo 3.º - A Conferência será presidida pela Secretária Municipal de Saúde ou representante legal.

Artigo 4.º - A Secretaria Municipal de Saúde expedirá mediante portaria o Regimento Interno da VII Conferência Municipal, a ser elaborado por Comissão que, para esse fim, será designada.

Artigo 5º - As despesas com a realização da VII Conferência Municipal de Saúde de Nossa Senhora do Livramento correrão a cargo dos recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 6.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 17 de Junho de 2015.

CARLOS ROBERTO DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
LEI MUNICIPAL 905/2015

LEI MUNICIPAL 905/2015

SUMULA: “DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO AO PODER EXECUTIVO, PARA CRIAÇÃO DE CREDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR, POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

A PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora Solange Sousa Kreidloro, submete a esta CÂMARA DE VEREADORES para fins de apreciação e aprovação o seguinte Projeto de Lei:

ART. 10 - Fica incluído no PPA - Plano Plurianual do Município de Nova Bandeirantes, aprovado pela Lei nº. 773/2013, abrangendo o período de 2014 a 2017, na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 871/2014 e na LOA - Lei Orçamentária Anual nº 884/2014, para o Exercício Financeiro de 2015, com a seguinte dotação:

órgão 08 -Secretaria de Infra-Estrutura e Transporte Unidade 002: Departamento de Obras e Urbanismo Função 15: Urbanismo

Sub função 451: Infra - Estrutura urbana

Programa 0013: Programa Melhoria de Infra Estrutura Projeto Atividade 1130: Construção de Praça Publica

4.4.90.51.00.00.00-0bras e Instalações R$ 300.000,00

ART. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial por Excesso de Arrecadação, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), no Orçamento Programa Lei Municipal nº. 884/2014 do Município de Nova Bandeirantes/MT, a seguinte dotação:

.6

órgão 08-Secretaria de Infra-Estrutura e Transporte Unidade 002: Departamento de Obras e Urbanismo Função 15: Urbanismo

Sub função 451: Infra - Estrutura urbana

Programa 0013: Programa Melhoria de Infra Estrutura Projeto Atividade 1130: Construção de Praça Publica

4.4.90.51.00.00.00-0bras e Instalações R$ 300.000,00

ART. 3º. Para cobertura do Crédito Especial, será utilizado R$ 294.000,00 (duzentos e noventa e quatro mil reais) por conta do excesso de arrecadação proveniente de receitas oriundas do Convenio **782152/2012** firmado entre a Prefeitura Municipal e o Ministério do Turismo, o restante do valor R$ 6.000,00 (seis mil reais) provenientes de contrapartidas serão remanejados da seguinte dotação abaixo:

órgão 08-Secretaria de Infra-Estrutura e Transporte Unidade 002: Departamento de Obras e Urbanismo Função 15: Urbanismo

Sub função 451: Infra - Estrutura urbana

Programa 0013: Programa Melhoria de Infra Estrutura Projeto Atividade 1077: Aquisição de patrulha Mecanizada Rural

4.4.90.51.00.00.00-0bras e Instalações R$ 6.000,00

ART. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

.

Gabinete da Prefeita Municipal, 31 de Março de 2015.

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 024/93

Lei Municipal nº 024/93

SUMULA: INSTITUI O FUNDO DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS*;*

CAPITULO I

SECAO I

DOS OBJETIVOS

Artigo 1º - Fica instituído o FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE que tem por objetivo criar condições financeiras e de gerencias dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de Saúde, executadas ou coordenadas pelo Setor Municipal de Saúde e Promoção Social que compreendem;

I - O atendimento a Saúde universalizado, integral, regionalizado e hierarquizado;

II - A vigilância sanitária; III - A vigilância epidemiológica e ações de Saúde de interesses individual e coletivo correspondentes; IV - O controle e a fiscalização das agressões ao meio ambiente, nela compreendido o ambiente de trabalho, em comum acordo com organizações competentes das esferas federal e estadual.

CAPITULO II

DA ADMINISTRACAO DO FUNDO SECAO I DA SUBORDINACAO DO FUNDO

Artigo 2º - O Fundo Municipal de Saúde ficara subordinado diretamente a secretaria Geral e Setor Municipal de Saúde e Promoção Social, e fiscalizado pelo Conselho Municipal de Saúde, de acordo com a legislação pertinente.

SECAO II DAS ATRIBUICOES DA SECRETARIA GERAL-SETOR MUNICIPAL DE SAUDE E PROMOCAO SOCIAL

Artigo 3º - São atribuições do Secretario Geral conjuntamente com o Chefe do Setor Municipal de Saúde e Promoção Social;

I - Gerir o Fundo Municipal de Saúde e estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde; II - Acompanhar, avaliar e decidir sobre as realizações das ações previstas no Plano Municipal de Saúde; III - Submeter ao Conselho Municipal de Saúde o plano de aplicação a cargo do fundo, em consonância com o Plano de Saúde e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias; IV – Submeter mensalmente ao Conselho Municipal de Saúde o relatório de gestão do Fundo Municipal de Saúde; V - Encaminhar a contabilidade geral do Município as demonstrações mencionadas no inicio; VI - Subdelegar competências aos responsáveis pelos estabelecimentos de prestação de serviços de Saúde que integram a rede municipal; VII - Assistir cheques conjuntamente com o Prefeito Municipal, quando for o caso; VIII - Ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo; IX – Fixar convênios e contratos, inclusive de empréstimos, juntamente com o Prefeito, referente a recursos que serão administrado pelo Fundo. SECAO III DA COORDENACAO DO FUNDO

Artigo 4º - São atribuições do Coordenador do Fundo;

I - Preparar as demonstrações mensais da receita e despesas a serem encaminhadas ao secretario Geral e ou Chefe do Setor Municipal de Saúde e Promoção Social; II - Manter os controles necessários a execução orçamentária do Fundo referente a empenhos, liquidação e pagamentos das despesas e aos recebimentos das receitas; III - Manter, em coordenação com o Setor de Patrimônio da Prefeitura Municipal, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga ao Fundo; IV - Encaminhar para contabilidade geral do Município; a) - Mensalmente, as demonstrações de receitas e despesas; b) - Trimestralmente os inventários de estoques de medicamentos e instrumentos médicos;

c) - Anualmente o inventario dos bens moveis e imóveis e balanço geral do Fundo.

V - Firmar com o responsável pelos controles da execução orçamentária, as demonstrações mencionadas anteriormente;

VI - Preparar os relatórios de acompanhamentos das realizações das ações de Saúde para serem submetidas ao, Chefe de Setor Municipal de Saúde e Promoção Social;

VII - Providenciar junto a contabilidade geral do município, as demonstrações que indicarem a situação econômico-financeira geral do Fundo Municipal de Saúde;

VIII - Apresentar ao secretario Geral ou Chefe do Setor Municipal de Saúde e Promoção Social, a análise e avaliação de situação econômico financeira do Fundo Municipal de Saúde detectada nas demonstrações mencionadas;

IX - Manter os controles necessários sobre convênios ou contratos de prestação de serviço pelo setor privado e dos empréstimos feitos para a Saúde;

X - Manter o controle e a avaliação da produção das unidades integrantes da rede Municipal de Saúde;

XI - Encaminhar mensalmente ao chefe do setor Municipal de Saúde, relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços pela rede Municipal de Saúde, própria, contratada e conveniada, cujo o qual os reencaminhara acompanhado do seu parecer ao secretario Geral, que por sua vez assim fará para com o Prefeito Municipal.

SECAO IV

DOS RECURSOS DO FUNDO

SUBSECAO I

DOS RECURSOS FINACEIROS

Artigo 5º- São receitas do Fundo:

I - As transferências oriundas do orçamento da seguridade social como decorrência do que dispõe o art. 30, VII, da Constituição Federal;

II - Os rendimentos e os juros provenientes de aplicações financeiras, decorrentes das transferências constantes do item I deste artigo;

III - O produto de convênios firmados com outras entidades financiadoras da área de atuação deste Fundo;

IV - O produto da arrecadação da taxa de fiscalização sanitária e de higiene, multas e juros de mora por inflações ao código sanitário Municipal, bem como parcelas de arrecadação de outras taxas já instituídas e aquelas que o município vier a criar;

V - As parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Município tenha direito a receber por forca de lei e de convênios no setor de Saúde;

VI - Doações em espécies feitas diretamente para este Fundo.

Parágrafo 1º - As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em contas especial a ser abertas e mantidas em agencia de estabelecimento de créditos;

Parágrafo 2º - A aplicação dos recursos de natureza financeira dependera;

I - da existência de disponibilidade em função do cumprimento de programação;

II - de previa aprovação do Secretario Geral.

Parágrafo 3º- O Município devera alocar no Fundo Municipal de Saúde no mínimo 6% (seis por cento) do seu orçamento mais as receitas proveniente da produtividade de unidades hospitalar e ambulatorial.

Artigo 6º- Constituem ativos do Fundo Municipal de Saúde;

I - Disponibilidade monetária em bandos ou em caixas especiais, oriundas das receitas especificadas;

II - Direitos que por ventura vier a constituir;

III - Bens moveis e imóveis que forem destinados ao sistema de Saúde do Município;

IV - Bens moveis e imóveis doados, com ou sem ônus, destinado ao sistema de Saúde Municipal;

V - Bens moveis e imóveis destinados a administração do sistema de Saúde Municipal;

Parágrafo Único - Anualmente se processara o inventario dos bens e direitos vinculados ao Fundo.

SUBSECAO II

DOS PASSIVOS DO FUNDO

Artigo 7º - Constituem passivos do fundo Municipal de saúde as obrigações de qualquer natureza que porventura o município venha assumir para a manutenção e o funcionamento do sistema Municipal de saúde, no caso de sua existência no âmbito do município.

Artigo 8º - O orçamento do Fundo Municipal de saúde evidenciara as políticas e o programa de trabalho governamentais, observando o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, e os princípios da universidade e do equilíbrio.

Parágrafo 1º - O orçamento do Fundo Municipal de saúde integrará o orçamento do município, em obediência ao principio da unidade.

Parágrafo 2º - O orçamento do Fundo Municipal de saúde observará na sua elaboração e na sua execução, os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

SUBSECAO III

DA CONTABILIDADE

Artigo 9º - A contabilidade do Fundo Municipal de saúde tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária do sistema Municipal de saúde, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Artigo 10º - A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, concomitante e subseqüente, e de informar, inclusive de apropriar e apurar custos dos serviços, e conseqüentemente de concretizar o seu objetivo bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

Artigo 11º - A escrituração contábil será feita pelo método das partidas dobradas.

Parágrafo 1º - A contabilidade emitira relatórios mensais de gestão inclusive dos custos dos serviços.

Parágrafo 2º - Entende-se por relatórios de gestão os balancetes mensais de receitas e de despesas do Fundo Municipal de saúde e demais demonstrações exigidas pela administração e pela legislação pertinente.

Parágrafo 3º - As demonstrações e os relatórios produzidos passarão a integrar a contabilidade geral do município.

SECAO VI

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

SUBSECAO I

DA DESPESA

Artigo 12º - Imediatamente após a promulgação da lei de orçamento, o secretario geral e o chefe do setor Municipal de saúde, aprovar o de quadro de cotas trimestrais, que serão distribuídas entre as unidades executoras do sistema Municipal de saúde.

Parágrafo Único – As cotas trimestrais poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite fixado no orçamento e o comportamento de sua execução.

Artigo 13º - Nenhuma despesa será realizada sem a necessária aprovação orçamentária.

Parágrafo Único – Para os casos de insuficiência e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por lei e abertos por decreto do Executivo.

Artigo 14º - A despesa do Fundo Municipal de Saúde se constituída de:

I – Financiamento total ou parcial de programas integrados de saúde desenvolvidos pelo setor de saúde ou com ele conveniados;

II – Pagamentos de vencimentos, salários, gratificações ao pessoal dos órgãos ou entidades de administração direta ou indireta que participem da execução das ações previstas no art. 1º da presente lei;

III – Pagamento pela prestação de serviços a entidade de direito privado para execução de programas ou projetos específicos do setor da saúde, observado o disposto no parágrafo 1º - art. 199 da constituição Federal;

IV – Aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas de saúde;

V – Construção, reformas, ampliação ou locação de imóveis para adequação da rede física de prestação de serviços de saúde;

VI – Desenvolvimentos e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de saúde;

VII – Desenvolvimentos de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos em saúde;

VIII – Atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e indispensável, necessários a execução das ações e serviços de saúde mencionados no art. 1º da presente lei.

SUBSECAO II

DAS RECEITAS

Artigo 15º - A execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas por lei.

CAPITULO III

DISPOSIÇOES FINAIS

Artigo 16º - O Fundo Municipal de Saúde terá vigência ilimitada.

Artigo 17º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes – MT., 28 de Junho de 1993

Sebastião Moreira dos Santos

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2015

Aviso de Licitação – Pregão Presencial nº 028/2015

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público que fará realizar a licitação abaixo especificada:

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 041/2015

PROCESSO LICITATORIO: N°. 028/2015

TIPO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE

OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS GENUÍNAS E DE PRIMEIRA LINHA PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT.

DATA DE ABERTURA/HORA: Dia 02 (dois) de Julho de 2015 às 8:00 horas.

LOCAL: Sala de Licitações, Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº. 62 – Centro, na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados noSetor de licitações - das 09:00 às 13:00 horas, de 2ª a 6ª feira, Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62–Centro – Nova Bandeirantes/MT– Tel.: 66-3572-1951/1968, ou através de solicitação pelo e-mail: licitacaonovabandeirantes2013@hotmail.com.br

.Nova Bandeirantes/MT, 18 de Junho de 2015.

_____

Andressa Cristine Ferreira Moreira

Pregoeiro Oficial (Decreto 103/2013)

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
SISTEMA APURADO DE CONTABILIDADE PUBLICA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES RELATÓRIO DE PROJETOS EM ANDAMENTOS – AMBOS ART. 45 – PARÁGRAFO ÚNICO – LEI 101/00

DETALHAMENTO	VALOR DO PROJETO	PAGO NO PERIODO	VALOR A EXECUTAR
CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA PADRÃO FNDE, CONFORME TOMADA DE PREÇO 01/2012 E CONTRATO 248/2012	509.779,62	263.227,92	246.551,70
CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR PADRÃO FNDE, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL 02/2011 E CONTRATO 365/2011	935.522,64	507.265,83	428.256,81
CONSTRUÇÃO DE 01 MINI ESTADIO, CONFORME TOMADA DE PREÇO 05/2010	256.963,57	88.105,36	168.858,21
CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL – CRAS, CONFORME TP 03/2012 E CONTRATO 264/2012.	124.697,80	87.117,94	37.579,86
AMPLIAÇÃO DO POSTO DE SAUDE LIDIO MAZZO	95.014,36	61.971,23	33.043,13
AMPLIAÇÃO DO POSTO DE SAUDE TRES CINCO	119.985,00	50.578,85	69.406,15
CONSTRUÇÃO DE 75 MODULOS SANITARIOS, CONFORME TP 04/2012 E CONTRATO 340/2012	527.749,64	271.084,49	256.665,15
CONSTRUCAO DE UMA PRACA PUBLICA LOCALIZADA NA AV. JOSE FRANCISCO OTENIO CONFORME TOMADA DE PRECO 005/2014 DO CONTRATO 100/2014	300.000,00	22.195,77	277.804,23
RECONSTRUCAO DE UMA PONTE DE CONCRETO ARMADO, COM 20,00M CONFORME CONTRATO 37/2015	1.244.832,29	130.857,34	1.113.974,95

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal
CPF: 270.723.668.30

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
LEI MUNICIPAL 912/2015

LEI MUNICIPAL 912/2015

SUMULA: "DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA CREDITO ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

A PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora Solange Sousa Kreidloro, no uso de suas atribuições legais faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

ART. 1º - Fica incluído no PPA – Plano Plurianual do Município de Nova Bandeirantes, aprovado pela Lei nº. 773/2013, abrangendo o período de 2014 a 2017, na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 871/2014 e na LOA – Lei Orçamentária Anual nº. 884/2014, para o Exercício Financeiro de 2015, com a seguinte dotação:

órgão 08- Secretaria de infra estrutura e Transportes

Unidade 002: Departamento de Obras e urbanismo

Função 15: urbanismo

Subfunção 451: Infra estrutura urbana

Programa 0013: Programa Melhoria de Infra estrutura Projeto Atividade 1132: Construção de praça do morro

4.4.90.51.00.00.00-0bras e Instalações R$ 984.939,84

ART. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial por Excesso de Arrecadação, no valor de R$ 984.939,84 (novecentos

e oitenta e quatro mil novecentos e trinta e nove reais e oitenta e quatro centavos), no Orçamento Programa Lei Municipal nº. 884/2014 do Município de Nova Bandeirantes/MT, a seguinte dotação:.

órgão 08- Secretaria de infra estrutura e Transportes

Unidade 002: Departamento de Obras e urbanismo

Função 15: urbanismo

Subfunção 451: Infra estrutura urbana

Programa 0013: Programa Melhoria de Infra estrutura Projeto Atividade 1132: Construção de praça do morro

4.4.90.51.00.00.00-0bras e Instalações R$ 984.939,84

ART. 3º. Para cobertura do Crédito Especial, será utilizado R$ 984.939,84 (novecentos e oitenta e quatro mil novecentos e trinta e nove reais e oitenta e quatro centavos) por conta do excesso de arrecadação proveniente de receitas dos **Convênio 141/2013 firmado entre a Prefeitura Municipal e a SECID - Secretaria de Estado das Cidades.**

ART. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova bandeirantes/MT, em 18 de Junho de 2015.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 138/2013/GABJAMA

PORTARIA Nº. 138/2013/GABJAMA.

"DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DO AFASTAMENTO PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULARES O SERVIDOR EFETIVO JAIR DUARTE CARVALHO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Nova Brasilândia – MT, no uso das atribuições que lhe são concedidas pelo art. 101 – C da Lei Complementar nº. 366/2008 de 03 de julho de 2008.

R E S O L V E:

Artigo 1º - PRORROGAR O AFASTAMENTO PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULARES, por 02 (Dois) anos ao Servidor Efetivo Senhor Jair Duarte Carvalho – Motorista Cat. D, lotado na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de Maio de 2015.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Determina-se, registra-se e, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 29 de Maio de 2015.

JAMAR DA SILVA LIMA Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e publicada de conformidade com a Legislação em vigor. Data Supra.

CLEBER PAIXÃO DE A. MASCARENHAS

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 124/2015/GABJAMA

PORTARIA Nº. 124/2015/GABJAMA

"DISPÕE SOBRE LICENÇA MÉDICA DA SERVIDORA EFETIVA SENHORA DENILDES SILVESTRE DA ROCHA".

O Senhor Prefeito Municipal de Nova Brasilandia do Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 77, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Encaminhar para **PREVBRAS** a Servidora Efetiva **Srª. Denildes Silvestre da Rocha – Professora Classe C**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, que se encontra de **Licença Médica** a partir de 28 de Maio de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

Publica-se, registra-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 13 de Maio de 2015.

JAMAR DA SILVA LIMA Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e publicada de conformidade com a Legislação em vigor. Data Supra.

CLEBER PAIXÃO DE A. MASCARENHAS

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 145/2015/GABJAMA

PORTARIA Nº. 145/2015

"INSTAURA SINDICANCIA ADMINISTRATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Senhor Prefeito Municipal de Nova Brasilândia do Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Art. 187 da Lei 324/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de 27/07/2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - *Considerando que através do Ofício n. 219/2015/PJCG, da 1ª Promotoria da Comarca de Chapada dos Guimarães-MT, remetido à esta Municipalidade, há questionamento de possível imperícia do motorista na ocorrência de acidente de trânsito, envolvendo veículo do transporte escolar, na zona rural, do Município de Nova Brasilândia-MT,* ***DETERMINAR*** *a instauração* ***de Sindicância Administrativa,*** *para apurar os fatos e a possível irregularidade, conforme determina o artigo 187 da Lei Complementar Municipal nº 324/2007.*

Artigo 2º - *Para cumprimento ao disposto no artigo anterior a Comissão será composta pelos servidores ocupantes de cargo efetivo e do Quadro desta Prefeitura Municipal:*

NICOMEDES RODRIGUES DA COSTA;

CLEBER PAIXÃO DE ANDRADE MASCARENHAS;

PAULO FERREIRA DE ALMEIDA.

Artigo 3º *- Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas queentender pertinentes.*

Artigo 4º - *A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta data da publicação desta Portaria, sendo prorrogável por mais 30(trinta) dias, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.*

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Determina-se, registra-se e, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 15 de Junho de 2015.

JAMAR DA SILVA LIMA Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e publicada de conformidade com a Legislação em vigor. Data Supra.

CLEBER PAIXÃO DE A. MASCARENHAS

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 136/2015/GABJAMA.

PORTARIA Nº. 136/2015/GABJAMA.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA PRORROGAÇÃO DO AFASTAMENTO PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULARES A SERVIDORA EFETIVA ALESSANDRA FERNANDA VALÉRIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Nova Brasilândia – MT, no uso das atribuições que lhe são concedidas pelo art. 101 – C da Lei Complementar nº. 366/2008 de 03 de julho de 2008.

R E S O L V E:

Artigo 1º - PRORROGAR O AFASTAMENTO PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULARES, por 02 (Dois) anosa Servidora Efetiva Senhora Alessandra Fernanda Valério – Agente de Limpeza Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07 de Junho de 2.015.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Determina-se, registra-se e, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 28 de Maio de 2015.

JAMAR DA SILVA LIMA Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e publicada de conformidade com a Legislação em vigor. Data Supra.

CLEBER PAIXÃO DE A. MASCARENHAS

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 126/2015/GABJAMA

PORTARIA Nº. 126/2015/GABJAMA

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA EFETIVA SENHORA LUCINEIDE CARNEIRO XAVIER".

O Senhor Prefeito Municipal de Nova Brasilandia do Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 88, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder a Servidora Efetiva **Srª.Lucineide Carneiro Xavier – Farmacêutica,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 120 (cento e vinte) dias de **Licença Maternidade**, a partir de 18 de Maio de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

Publica-se, registra-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18 de Maio de 2015.

JAMAR DA SILVA LIMA Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e publicada de conformidade com a Legislação em vigor. Data Supra.

CLEBER PAIXÃO DE A. MASCARENHAS

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 120/2015/GABJAMA

PORTARIA Nº. 120/2015/GABJAMA

"CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR A SERVIDORA EFETIVA SENHORA GENEZI MORAIS MIRANDA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"IZEL.

O Prefeito Municipal de Nova Brasilândia – MT, no uso das atribuições que lhe são concedidas pelo art. 101 – C da Lei Complementar nº. 366/2008 de 03 de julho de 2008.

R E S O L V E:

Artigo 1º - CONCEDER a Servidora Efetiva Srª. Genezi Morais Miranda – Agente de Limpeza Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR por 02 (dois) anos, a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Determina-se, registra-se e, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 de Maio de 2015.

JAMAR DA SILVA LIMA Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e publicada de conformidade com a Legislação em vigor. Data Supra.

CLEBER PAIXÃO DE A. MASCARENHAS

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 124/2015/GABJAMA

PORTARIA Nº. 124/2015/GABJAMA

"DISPÕE SOBRE LICENÇA MÉDICA DA SERVIDORA EFETIVA SENHORA MARIA IVONE DOS SANTOS".

O Senhor Prefeito Municipal de Nova Brasilandia do Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 77, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Encaminhar para **PREVBRAS** a Servidora Efetiva **Srª. Maria Rosário dos Santos – Agente de Limpeza Pública**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, que se encontra de **Licença Médica** a partir de 28 de Maio de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

Publica-se, registra-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 13 de Maio de 2015.

JAMAR DA SILVA LIMA Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e publicada de conformidade com a Legislação em vigor. Data Supra.

CLEBER PAIXÃO DE A. MASCARENHAS

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO** em sua forma **ELETRÔNICA** sob o Nº 022/2015; **TIPO**: Menor Preço por Item; **OBJETO:** Aquisi-

ção de Mobiliários, Equipamentos Eletrônicos e de Informática para Serem Utilizados no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Município de Nova Canaã do Norte/MT; **ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES:** 02/07/2015 às 08:30 horas/minutos (Horário de Brasília-DF); **REALIZAÇÃO:** Por meio do Site **www.cidadecompras.com.br**; **INTEGRA do EDITAL:** por meio do site: **www.cidadecompras.com.br** e no site da Prefeitura: **www.novacanaadonorte.mt.gov.br**.

Nova Canaã do Norte/MT, em 18 de Junho de 2015

EDUARDO DA SILVA GUILHERME

Pregoeiro Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº. 07/2015 – CMAS – NM

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO / 2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E TENDO EM VISTA O QUE FOI DELIBERADO, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA SEIS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE, BAIXA A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Resolvem:

Art. 1º - AVALIANDO E APROVANDO o Plano de Ação de 2015 DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT,;

Art. 2º - Fica AVALIADO E APROVADO o Plano de Ação de 2015 DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT,;

Art. 3º - E assim, Avaliado e APROVADO pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Marilândia–MT, esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

NOVA MARILÂNDIA-MT, EM 06 DE MAIO DE 2015.

RAYANY CRISTINA RINALDI

CPF: 025.584.951-60

Presidente do CMAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 107/2015

CONCEDE LICENÇA PREMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL “ANA CLAUDIA DA SILVA VAIANDT”.

WENER KLESLEY DOS SANTOS,

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº 675/2014, DE 10 DE MARÇO DE 2014 EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º. – Conceder a servidora Publica Municipal Sr. ANA CLAUDIA DA SILVA VAIANDT, ocupante do cargo de “AGENTE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA”, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda, atendendo a requerimento, 60(sessenta) dias de “LICENÇA PREMIO POR ASSIDUIDADE”, iniciando em 18/06/2015 e terminando em 16/08/2015.

Parágrafo único – Ao término da licença concedida neste ato, o servidor retornará às atividades concernentes ao seu cargo junto à Secretaria Municipal de Fazenda do município de Nova Marilândia – MT.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE – 18/06/2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL 009/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA

Avenida Tiradentes, 211N-Centro- NOVA MARILANDIA – MT.

CNPJ-37.464.989/0001-02 - CEP: 78415-000 –

Fone: 65 -3352-1122

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS/ACESSÓRIOS GENUÍNOS OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO

Data da realização: 16/06/2015

Licitantes Vencedoras com maior desconto por lote: CECÍLIA PINTO DA SILVA EIRELI – ME - LOTES: 007 = 70%, 008= 30,5%, 027= 36%. **NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA – LOTES:** 021=31%, 023= 31%.**RM COMÉRCIO DE PEÇAS PNEUS E LUBRIFICANTES – LOTES:** 004=030%,006=30%,011=69%.**TRACK CENTER LOGISTICA LTDA – EPP – LOTES:** 015=30,5%, 016=30,5%, 022=31%, 024=30,5%, 025=30,5%, 026=30,5%.**W CARDOSO SANTOS E CIA LTDA – LOTES:** 001=46,5%, 002=35%, 003=68,5%, 010=31%, 012=31%, 013=61%, 014=31%,017= 30,5%, 018=30,5%, 019=66%, 020=30,5%, 028=30,5%, 029=30,5%, 030=0,35%.

NOVA MARILANDIA / MT, 16 de junho de 2015.

JOSE CLEITON SOUTO DE OLIVEIRA

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NOVA MARINGÁ

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 003/2015

O Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Maringá-MT, criado pela Lei nº 28/1993, em reunião ordinária realizada no dia 03 de junho de 2015, conforme Ata nº 032 /2015 no uso das atribuições que lhe são conferidas.

Resolve:

Art. 1º - Delibera e aprova o DEMOSNTRATIVO SINTÉTICO DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA CO-FINANCIAMENTO FEDERAL DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS REFERENTE AO ANO DE 2014, DEMOSTRATIVO GESTÃO DO IGD-PBF E DEMOSTRATIVO GESTÃP IGD SUAS. AO ANO DE 2015.

Art. 2º- Esta resolução entrará em vigor a partir da data de publicação.

Nova Maringá-MT, 03 de junho de 2015.

_____

Maria de Fátima Cordeiro Ferreira Silva

Presidente do CMAS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NOVA MARINGÁ

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 002/2015

O Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Maringá-MT, criado pela Lei nº 28/1993, em reunião ordinária realizada no dia 03 de junho de 2015, conforme Ata nº 032 /2015 no uso das atribuições que lhe são conferidas

Resolve:

Art. 1º - Delibera e aprova o PLANO DE AÇÃO PARA CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL, SISTEMA ÙNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REFERENTE AO ANO DE 2015.

Art. 2º- Esta resolução entrará em vigor a partir da data de publicação.

Nova Maringá-MT, 03 de junho de 2015.

_____

Maria de Fátima Cordeiro Ferreira Silva

Presidente do CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

LEI COMPLEMENTAR Nº 061 DE 24 DE MARÇO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 061 DE 24 DE MARÇO DE 2015.

(PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015 – Do Executivo).

Dispõe sobre a criação de Cargos de Provimento em Comissão (CC) na estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde, na forma que estabelece, e dá outras providências.

A Prefeita municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, **RAILDA DE FÁTIMA ALVES CARVALHO**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, Faço saber que a Câmara Municipal, pelos seus representantes, em sessão do dia _____aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica criado na estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Saúde, o seguinte Cargo de Provimento Efetivo “Gerente de Atenção Básica”.

CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

Nº. de Cargos Vagas	Nome do Cargo Denominação	Vínculo	Símbolo	Subsídio R$	Requisitos Exigidos
01	Gerência de Atenção Básica	Comissionado	CCGAB	3.200,00	Diploma de qualquer curso de graduação (3º Grau) devidamente reconhecido

Descrição e Especificação Do Cargo de Provimento Efetivo Gerência de Atenção Básica

CATEGORIA FUNCIONAL: GERÊNCIA DE ATENÇÃO BÁSICA

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

Cabe a Gerência de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde o gerenciamento da Atenção Básica em Saúde, tendo como atribuições principais a coordenação dos programas de interligação das informações entre a Secretaria e as Unidades de Atenção Básica de Saúde urbana e rural (PSFs e PASCAR) relacionando os atendimentos realizados; coordenação dos programas municipais decorrentes de convênios com entidades públicas ou privadas e o processo de Pactuação da Atenção Básica; gerenciar os serviços e atendimentos de cada uma das unidades de atendimento; manter a rede de Unidades Básicas de Saúde em funcionamento (gestão); alimentar as bases de dados nacionais com os dados produzidos pelo sistema de saúde municipal, inclusive os de faturamento, mantendo atualizado o cadastro de profissionais, de serviços e de estabelecimentos ambulatoriais, públicos e privados, sob sua gestão; avaliar o desempenho das equipes de Atenção Básica; das atribuições fixadas em Lei, nas Normas e aquelas correlatas da Legislação Básica e Operacional do SUS – Sistema Único de Saúde de fazer e cumprir a Política Nacional de Atenção Básica; além de organizar, regulamentar, expedir, receber e subscrever os atos, regulamentos, instruções, acompanhar, planejar, avaliar, fiscalizar, monitorar, prestar conta e apoiar os trabalhos, ações e serviços da gerência de Atenção Básica; executar outras atividades correlatas;

Art. 2º - A lotação do referido cargo e de seu ocupante, será definido mediante concurso publico de prova e títulos.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Nazaré/MT, aos 24 dias do mês de março do ano de 2015.

RAILDA DE FÁTIMA ALVES CARVALHO

Prefeita Municipal

LEI Nº 443 DE 03 DE JUNHO DE 2015

LEI Nº 443 DE 03 DE JUNHO DE 2015

(PROJETO DE LEI Nº 004 DE 13 DE MAIO DE 2015 – Do Executivo).

"DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO, O USO E A OCUPAÇÃO DO SOLO DA CIDADE DE NOVA NAZARÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Sr.ª **RAÍLDA DE FÁTIMA ALVES**, Prefeita do Município de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal em sessão do dia 01 de Junho de 2015 aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES Art. 1º Esta lei disciplina o uso e a ocupação do solo urbano da Cidade de Nova Nazaré, as atividades de urbanização realizadas por agentes públicos e privados, observadas, no que couber, a legislação Federal, Estadual e Municipal pertinentes. Art. 2º Esta lei dispõe sobre as compartimentações das macrozonas da Cidade de Nova Nazaré, estabelece critérios e parâmetros de uso e ocupação do solo, com o objetivo de orientar e ordenar o crescimento da cidade. Art. 3º O zoneamento, a subdivisão das Macrozonas Urbanas da Cidade de Nova Nazaré, objetiva dar a cada região melhor utilização em função do sistema viário, da topografia e da infraestrutura existente, através da criação de zonas, setores de uso e ocupação do solo e adensamentos diferenciados. Parágrafo Único - As zonas e setores serão delimitadas por vias, logradouros públicos, acidentes topográficos e divisas de lote. Art. 4º O Zoneamento e os critérios de Uso e Ocupação do Solo atendem à Política de Estruturação Urbana e do Uso do Solo para a Cidade de Nova Nazaré, definidas no Plano Diretor. Art. 5º As disposições desta lei deverão ser observadas obrigatoriamente: I - na concessão de alvarás de construção; II - na concessão de alvarás de localização de usos e atividades urbanas; III - na execução de planos, programas, projetos, obras e serviços referentes a edificações de qualquer natureza; IV - na urbanização de áreas; V - no parcelamento do solo. **CAPÍTULO II AS ZONAS DE USO** Art. 6º O Zoneamento e os critérios de Uso e Ocupação do Solo tratam da implantação de atividades e empreendimentos na Macrozona Urbana da Cidade de Nova Nazaré. Parágrafo Único - A Macrozona Urbana é a parcela do território do Município de Nova Nazaré, delimitada pelo perímetro urbano da Cidade de Nova Nazaré. Art. 7º O uso do solo urbano fundamenta-se na compatibilidade de vizinhança. Parágrafo Único - A compatibilidade de vizinhança é a capacidade de convivência entre as di-

versas atividades e empreendimentos que se desenvolvem na Macrozona Urbana da Cidade de Nova Nazaré. Art. 8º A Área Urbana da Cidade de Nova Nazaré divide-se em 02 (duas) categorias de áreas: I - Área de Urbanização - AU; II - Área de Expansão Urbana - AEU. Art. 9º A Área de Urbanização - AU - compreende áreas que possibilitem baixo, médio e altos potenciais construtivos, compatíveis com suas condições geomorfológicas e de infra-estrutura, com diferentes características ou com destinação específica e com normas próprias de uso e ocupação do solo e edilícias, podendo ser subdivididas em: I - Zona Central - ZC; II - Zonas de Adensamento - ZAD; III - Zonas Habitacionais - ZH; IV - Zonas de Interesse Ambiental - ZIA; V - Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS; VI - Zonas Industriais - ZI; VII - Zonas de Corredores de Transporte - ZCT; VIII - Zona Especial do Aeroporto - ZEA. Art. 10 Zona Central - ZC - área caracterizada pela alta intensidade de uso e ocupação do solo, onde se concentram atividades urbanas consolidadas e diversificadas, notadamente as de comércio e serviços. Art. 11 Zona de Adensamento - ZAD - áreas destinadas ao uso de ocupação mista, com índice construtivo de média densidade, por meio de outorga onerosa e subdivide-se em: a) Zona Adensamento Um - ZAD - 1 - zona de crescimento, caracterizada como área de expansão do centro tradicional e de ocupação mista de média densidade de ocupação; b) Zona Adensamento Dois - ZAD - 2 - zona de estruturação urbana, de ocupação mista e de média-alta densidade de ocupação. Art. 12 Zonas Habitacionais ZH - áreas destinadas ao uso habitacional, segundo suas características, e intensidade de uso e ocupação do solo, subdivide-se em: a) Zona Habitacional Um - ZH-1 - áreas destinadas à ocupação estritamente residencial, unifamiliar. b) Zona Habitacional Dois - ZH-2 - áreas destinadas à ocupação, predominantemente residencial, unifamiliar, admitindo-se o uso residencial multifamiliar e o uso comercial e de serviço, de âmbito local. c) Zona Habitacional Três - ZH-3 - áreas destinadas à ocupação, predominantemente residencial, unifamiliar, admitindo-se o uso residencial multifamiliar e o uso comercial e de serviço, de âmbito local. d) Zona Habitacional, de Lazer e Agricultura - ZHL - áreas destinadas à ocupação, predominantemente residencial, unifamiliar, admitindo-se o uso residencial multifamiliar não geminado, uso comercial e de serviço, de âmbito local e uso agrícola não gerador de efluentes que necessite de tratamento e ou poluição aérea geradora de incômodo à vizinhança. Art. 13 Zonas de Interesse Ambiental - ZIA - áreas que têm por objetivo a preservação e/ou a conservação ambiental, destinadas, preferencialmente, ao lazer e ao uso público, bem como as áreas que apresentam características excepcionais de matas, observada a legislação ambiental. Art. 14 Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS - áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa e média renda, surgidos espontaneamente, existentes, consolidados ou propostos pelo Poder Público, onde haja possibilidade de urbanização e de regularização fundiária. § 1º As Zonas Especiais subdividem-se em: a) Zonas Especiais de Interesse Social 1 - ZEIS 1 - constituídas por áreas ocupadas por famílias de baixa renda, onde estejam edificadas Habitações de Interesse Social (HIS) e com sistema viário, cujas dimensões não se enquadram nos padrões definidos na classificação viária. b) Zonas Especiais de Interesse Social 2 - ZEIS 2 - constituídas por áreas ocupadas por famílias de média renda, com características urbanísticas especiais, tais como: edificações com área útil inferior a 120,00m² (cento e vinte metros quadrados) ou baixo padrão de acabamento; sistema viário, com dimensões inferiores ao padrão das vias classificadas como locais; ou áreas destinadas a futuros empreendimentos públicos ou privados para implantação de programas habitacionais de interesse social. § 2º A Habitação de Interesse Social - HIS é aquela destinada às famílias com baixa renda, tendo como padrão de unidade habitacional um sanitário, até uma vaga de garagem e área útil de, no máximo, 50,00m² (cinqüenta metros quadrados), construídas pelas famílias, em regime de mutirão ou não, de promoção pública ou conveniada com o Poder Público, com possibilidades de ampliação, quando as famílias beneficiadas estiverem envolvidas diretamente na produção das moradias. Art. 15 Zonas Industriais - ZI - áreas destinadas aos usos industriais e às atividades não habitacionais, classificadas como Geradores de Impacto - Não Compatível. Parágrafo Único - As Zonas Industriais, subdividem-se em: a) Zona Industrial 1 - ZI 1 - áreas destinadas às indústrias com alto potencial poluidor, alta demanda por infra-estrutura, geradoras de tráfego de veículos pesados ou que apresentem periculosidade em função dos produtos manuseados e/ou armazenados. b) Zona Industrial 2 - ZI 2 - áreas destinadas às indústrias e às atividades e aos empreendimentos classificados como Geradores de Impacto - Não Compatível, com baixo ou médio potencial poluidor, média demanda por infra-estrutura, geradoras de tráfego de veículos médios e que não apresentem periculosidade em função dos produtos manuseados e/ou armazenados. Art. 16 Zonas de Corredores de Transporte - ZCT - são zonas lineares, tendo por eixo vias públicas, nas quais deve ser assegurada a segurança e a fluidez do tráfego de veículos. § 1º Classificam-se em: a) Zonas de Corredores de Transporte 1 - ZCT 1 - ao longo das vias públicas urbanas, classificadas como Vias Arteriais, onde os parâmetros de uso e de ocupação do solo, mesmo com comércio e com serviço de médio e grande porte de atendimento à região, devem garantir a fluidez do tráfego. b) Zonas de Corredores de Transporte 2 - ZCT 2 - ao longo das vias públicas urbanas, classificadas como Vias Principais, possuindo forte integração e articulação com o sistema viário, que admitem os usos de caráter setorial, propiciando a geração de emprego e de renda. c) Zonas de Corredores de Transporte 3 - ZCT 3 - ao longo das vias públicas urbanas, classificadas como Vias Coletoras, e admitem comércio e serviço de médio porte, de atendimento à região. § 2º As Zonas de Corredores de Transporte são constituídas pelos terrenos que possuem alinhamento para com as vias indicadas em mapa anexo desta lei, com profundidade máxima de, até a metade da quadra e limitados em 60,00 (sessenta metros), a partir do alinhamento predial. Art. 17 Zona Especial do Aeroporto - ZEA - áreas destinadas à implantação do aeroporto da cidade e de atividades complementares. Art. 18 A Área de Expansão Urbana - AEU - compreende áreas não parceladas e/ou parceladas em chácaras, dentro do perímetro urbano, destinadas a um primeiro processo de ampliação da ocupação urbana. Art. 19 A planta indicada no Anexo 01 - Mapa das Zonas Urbanas da Cidade de Nova Nazaré- integrante desta lei, apresenta as áreas diferenciadas de uso e ocupação do solo, que atendem aos objetivos e às diretrizes do Plano Diretor.

CAPÍTULO I DA CLASSIFICAÇÃO DOS USOS Art. 20 Para os fins desta lei, os usos urbanos classificam-se nos seguintes tipos: I - habitacional - uso destinado à moradia; II - não-habitacional - uso destinado ao exercício de atividades comerciais, de serviços, industriais e/ou institucionais; III - misto - uso constituído de mais de um uso (habitacional e não-habitacional) ou mais de uma atividade, ou empreendimento urbano dentro de um mesmo lote. Art. 21 Os diversos tipos de uso do solo urbano, pelo seu caráter de incomodidade, classificam-se nas seguintes categorias, conforme o anexo 5 da Tabela de Uso: I - Grupo 1 - Não Geradores de Incômodo - são os usos que não apresentam caráter de incomodidade, incluindo-se a atividade habitacional unifamiliar; II - Grupo 2 - Compatíveis - são os usos que, por seu nível de incomodidade, porte, periculosidade, potencial poluidor, potencial gerador de tráfego e incremento da demanda por infra-estrutura, podem e devem integrar-se à vida urbana, adequando-se aos padrões comuns de funcionamento, estabelecidos pelo Código de Posturas; III - Grupo 3 - Geradores de Incômodo - são os usos que, por seu nível de incomodidade, porte, periculosidade, potencial poluidor, potencial gerador de tráfego e incremento da demanda por infra-estrutura, podem integrar-se à vida urbana comum, adequando-se às exigências do Código de Posturas, mas que precisam de análise especial para verificar a possibilidade de convivência com o uso habitacional. IV - Grupo 4 - Geradores de Impacto - são os usos que, por seu nível impactante, porte, periculosidade, potencial poluidor, potencial gerador de tráfego e de incremento da demanda por infra-estrutura, devem submeter-se às condições especiais para sua localização e instalação, e se dividem nas seguintes subcategorias: a) Grupo 4 a - Geradores de Impacto Compatível: abrange as atividades e empreendimentos, que apesar de seu caráter altamente impactante, não podem afastar-se do meio urbano comum. b) Grupo 4 b - Geradores de Impacto Não Compatível: abrange as atividades e empreendimentos al-

tamente impactantes que precisam ser afastados do meio urbano comum, localizando-se na Zona Industrial. Art. 22 As categorias definidas no artigo 21 terão suas atividades, empreendimentos e condicionantes, mantidos atualizados de acordo com estudos realizados pela Comissão Normativa da Legislação Urbanística - CNLU - e aprovados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Nova Nazare- COMDESS. Art. 23 As atividades e empreendimentos da sub-categoria Geradores de Impacto - Compatível, estão sujeitos à apresentação de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV - e a sua aprovação pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Nova Nazare - COMDESNN. Art. 24 Para efeito desta Lei, são consideradas as seguintes definições: I - Área Construída - AC: é a soma das áreas dos pisos, cobertos ou não, com as áreas horizontais das paredes de todos os pavimentos de uma edificação, inclusive as áreas destinadas ao estacionamento de veículos; II - Área Instalada - AI: é a área, construída ou não, efetivamente ocupada por uma Atividade ou Empreendimento; III - Área Privativa - AP: é a área da unidade autônoma somada à área da(s) vaga(s) privativa(s) de estacionamento, excluindo-se a fração correspondente das dependências de uso comum e coletivo. IV - Condomínios Fechados Horizontais ou Verticais: é o agrupamento de unidades habitacionais isoladas, geminadas, em fitas ou superpostas, em condomínio. § 1º Integram a Área Instalada - AI - as áreas destinadas a estocagens diversas, secagens, lavagens, pátio de manobras, shows, feiras, exposição, eventos diversos e outras destinadas à realização de funções intrínsecas ao funcionamento da atividade ou empreendimento que ocupa a área em questão. § 2º Exclui-se da Área Instalada - AI - as áreas mínimas de estacionamento de veículos, destinadas ao público usuário da edificação ou empreendimento, exigidas por lei. Art. 25 Para efeito da apreciação técnica das atividades e empreendimentos classificados como geradores de incômodo, fica criada a Análise de Atividade - AA - a ser realizada por uma comissão especial, formada por técnicos dos órgãos competentes, para as análises relativas ao uso e à ocupação do solo, ao meio ambiente, ao trânsito e ao transporte, a ser criada através de Decreto, que avaliará as características impactantes de uma atividade ou empreendimento para o ambiente próximo. § 1º A Análise de Atividade, de que trata o caput deste artigo, avaliará as características impactantes potencialmente geradoras de incompatibilidade de vizinhança, quanto: a) à poluição sonora; b) aos efluentes líquidos e/ou resíduos sólidos; c) à poluição atmosférica (material particulado, gases e vapores); d) aos riscos de segurança (explosivos, inflamáveis líquidos, GLP); e) à geração de tráfego. § 2º A Análise de Atividade resultará em parecer favorável ou desfavorável ao processo em análise. § 3º Em caso de parecer favorável, a Análise de Atividade poderá estabelecer exigências técnicas adicionais às definidas nesta Lei, a serem atendidas, de acordo com normas técnicas e resoluções oficiais, bem como com a legislações ambiental e urbanística pertinentes. § 4º Deverá ser dada publicidade ao parecer com o resultado da Análise de Atividade. Art. 26 Integram a categoria de uso Não Geradores de Incômodo as seguintes atividades e empreendimentos: I - habitações unifamiliares; II - postos policiais: civis, militares e de bombeiros; III - abrigos de ônibus; IV - abrigos de táxi; V - bancas de jornal e revistas; VI - serviços pessoais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços pessoais de âmbito local, tais como cabeleireiro(a), manicura, pedicura, massagistas e afins; VII - serviços profissionais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços de consultoria, de assessoria, de vendas e de representações prestadas por profissionais liberais, técnicos ou universitários, ou de apoio ao uso residencial; VIII - ateliê de artes plásticas; IX - ateliê de costura e alfaiataria; X - chaveiro; XI - manufatura de doces, de salgados, de licores, de congelados e de comida preparada em embalagens. § 1º Para efeito do que trata o caput deste artigo, serão consideradas Não Geradores de Incômodo as atividades ou empreendimentos discriminados nos incisos V ao XI deste artigo, que possuírem até 2 (dois) funcionários; § 2º Nas edificações habitacionais multifamiliares será admitido licenciamento das atividades da categoria Não Geradores de Incômodo, a que se refere o inciso VII deste artigo, desde que autorizadas pelo condomínio, sem contratação de funcionários e sem estocagem de mercadorias. Art. 27 Integram a categoria Compatível as seguintes atividades e empreendimentos, por tipo de uso: I - Comércio de Abastecimento de Âmbito Local - Estabelecimentos de venda direta ao consumidor de produtos alimentícios, sem fabricação e com consumo no local, tais como: confeitaria, padaria, venda de bombons, doces e chocolates; II - Comércio Diversificado - Estabelecimentos de venda direta ao consumidor de produtos, relacionados ou não ao uso residencial, tais como: farmácias, drogarias, perfumarias, óticas, materiais fotográficos, jóias, relógios, floricultura, venda de flores ornamentais e afins; III - Serviços Técnicos de Confecção ou Manutenção - Estabelecimentos destinados à prestação de serviços técnicos de reparo ou de apoio ao uso residencial, tais como: sapateiros, relojoeiros e afins; IV - Serviços de Educação: a) Estabelecimentos destinados ao ensino pré-escolar e creches; b) Estabelecimentos de ensino seriado: estabelecimentos destinados ao ensino fundamental e médio da educação formal, com até 750,00m² (setecentos e cinqüenta metros quadrados) de área instalada; c) Estabelecimentos de ensino não seriado: estabelecimentos destinados ao ensino complementar, aos cursos profissionalizantes ou de aperfeiçoamento, ou à educação informal em geral, com até 1.500,00m² (mil e quinhentos metros quadrados) de área instalada. V - Serviços de Lazer, Cultura e Esportes - Espaços ou estabelecimentos destinados ao lazer, à cultura e à prática de esportes ou ao condicionamento físico, tais como: institutos/escolas de música, idiomas, academias de ginástica, de dança, de artes marciais, natação e similares, com até 750,00m² (setecentos e cinqüenta metros quadrados) de área instalada. Parágrafo Único - Integram ainda a categoria Compatível todas as atividades e empreendimentos não discriminados e aquelas cuja Análise de Atividade definir o enquadramento nesta categoria, conforme o disposto nesta lei. Art. 28 Integram a categoria Geradores de Incômodo, as seguintes atividades e empreendimentos, por tipo de uso: I - Uso Habitacional - Condomínios fechados horizontais ou verticais, entre 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados) e 15.000,00m² de área privativa total, excluindo-se vagas privativas de garagens; II - Comercial Varejista: a) Comércio de alimentação e/ou associado a diversões: estabelecimentos destinados à venda de produtos alimentícios, com consumo no local, e/ou ao desenvolvimento de atividades de lazer e diversão, tais como: boliches, fliperamas, "lan house" e afins; b) Venda e revenda de veículos automotores, máquinas, equipamentos, mercadorias em geral, lojas de departamentos, mercados, supermercados, hipermercados, conjuntos comerciais, shopping center com área instalada de 750,00m² (setecentos e cinqüenta metros quadrados) a 10.000,00m² (dez mil metros quadrados); c) Comércio varejista de combustíveis (Postos de abastecimento) com capacidade de estocagem máxima de 60.000,00 (sessenta mil) litros de combustível; d) Comércio varejista de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) com armazenamento de até 520kg (quinhentos e vinte quilos) de GLP; e) Comércio de fogos de artifício com estocagem de até 5Kg (cinco quilos) de produtos explosivos. III - Comercial Atacadista: a) Comércio atacadista atrator e/ou usuário de veículos leves e/ou médios com área instalada de até 10.000,00m² (dez mil metros quadrados); b) Comércio atacadista atrator e/ou usuário de veículos leves e/ou médios e pesados com área instalada de até 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados). IV - Serviços Técnicos de Confecção ou Manutenção - Estabelecimentos destinados à prestação de serviços mecânicos, de reparos em geral e de confecção ou similares; V - Serviços de Alojamento e Alimentação: a) Hotéis, hospedarias, pousadas, pensões e similares com mais de 500,00m² (quinhentos metros quadrados) de área instalada; b) Motéis; c) Bares, restaurantes, lanchonetes, sorveterias e similares com mais de 200,00m² (duzentos metros quadrados) de área instalada. VI - Serviços de Educação: a) Estabelecimentos de ensino seriado: estabelecimentos destinados ao ensino fundamental e médio da educação formal, com mais de 750,00m² (setecentos e cinqüenta metros quadrados) de área instalada; b) Estabelecimentos de ensino não seriado: estabelecimentos destinados ao ensino complementar, aos cursos profissionalizantes ou de aperfeiçoamento, ou à educação informal em geral, com mais de 750,00m² (setecentos e cinqüenta metros quadrados) de área instalada. c) Instituições de ensino superior, com até 750,00m² (setecentos e cinqüenta

metros quadrados) de área instalada; d) Ensino especializado: institutos/escolas de idiomas, auto-escolas, escolas de informática e similares com mais de 750,00m² (setecentos e cinqüenta metros quadrados) de área instalada. VII - Serviços de Lazer, Cultura e Esportes - Espaços ou estabelecimentos destinados ao lazer, à cultura e à prática de esportes ou ao condicionamento físico, tais como: institutos/escolas de música, idiomas, academias de ginástica, de dança, de artes marciais, natação e similares, com até 750,00m² (setecentos e cinqüenta metros quadrados) de área instalada; VIII - Serviços de Saúde e Assistência Social: a) Clinicas e consultórios médicos, odontológicos e áreas afins com mais de 5 (cinco) unidades de atendimento (gabinetes); b) Postos e centros de saúde, ambulatórios, policlínicas, hospitais gerais e especializados, maternidades, prontosocorros, casas de saúde, spas e similares com até 100 (cem) leitos; c) Laboratórios de análises clínicas e de exames especializados; d) Clínicas e hospitais veterinários; e) Serviços de assistência social, asilos, abrigos, sanatórios, albergues e similares. IX - Telecomunicações: a) Emissoras de rádio, televisão, jornais e agências de notícias; b) Torres de telecomunicações. X - Serviços Públicos: a) Órgãos públicos federais, estaduais e municipais dos poderes executivo, legislativo e judiciário, não relacionados em outros itens desta lei, com área instalada superior a 750,00m² (setecentos e cinqüenta metros quadrados); b) Delegacias de polícia; c) Quartéis e corporações militares. XI - Serviços Financeiros: a) Agências e postos bancários, cooperativas de crédito e postos de auto-atendimento 24 (vinte e quatro) horas e afins; b) Superintendências, unidades administrativas e regionais. XII - Atividades e Empreendimentos de Reuniões e Afluência de Público: a) Salas de reuniões, templos, cinemas, teatros, auditórios, e similares com mais de 100 (cem) lugares; b) Parques de diversões; c) Casas de shows e espetáculos, ginásios, estádios complexos esportivos com capacidade de até 3.000 (três mil) lugares; d) Sindicatos e associações com mais de 750,00m² (setecentos e cinqüenta metros quadrados); e) Clubes esportivos, recreativos, de campo e agremiações carnavalescas; f) Centros de eventos, convenções, feiras e exposições com até 10.000,00m² (dez mil metros quadrados) de área instalada; g) Casas de jogos, boates, clubes noturnos e similares; h) Funerárias com velórios. XIII - Serviços de Transporte e Armazenamento: a) Centrais de cargas e empresas transportadoras de mudanças e/ou encomendas com até 15.000,00m² (quinze mil metros quadrados) de área instalada; b) Estações e terminais de ônibus urbano; c) Empresas transportadoras de valores d) Estacionamentos rotativos e edifícios garagens; e) Oficinas de assistência técnica, reparação e manutenção de veículos leves, máquinas e equipamentos com área instalada superior a 500,00m² (quinhentos metros quadrados); f) Outros serviços de transporte e armazenamento. XIV - Industrial: a) Fabricação de doces, salgados, licores, congelados, comida preparada em embalagens e sorvetes; b) Fábrica de confecções. Art. 29 Integram a subcategoria Grupo 4a - Geradores de Impacto Compatível, as seguintes Atividades e Empreendimentos, por tipo de uso: I - Habitacional: a) Condomínios fechados horizontais ou verticais com mais de 15.000,00m² (quinze mil metros quadrados) de área privativa total, excluindo-se vagas privativas de garagens. II - Comercial Varejista: a) Venda e revenda de veículos automotores, máquinas, equipamentos, mercadorias em geral, lojas de departamentos, mercados, supermercados, hipermercados, conjuntos comerciais, shopping center com área instalada superior a 10.000,00m² (dez mil metros quadrados); b) Comércio varejista de combustíveis (Postos de abastecimento), com capacidade de estocagem superior a 60.000,00 (sessenta mil) litros de combustível; c) Comércio varejista de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) com armazenamento entre 520Kg (quinhentos e vinte quilos) e 1.560Kg (Um mil quinhentos e sessenta quilos) de gás; d) Comércio de fogos de artifício, com estocagem entre 5Kg (cinco quilos) e 20Kg (vinte quilos) de produtos explosivos. III - Comercial Atacadista: a) Comércio atacadista atrator e/ou usuário de veículos leves e/ou médios com área instalada superior a 10.000,00m² (dez mil metros quadrados); b) Comércio atacadista atrator e/ou usuário de veículos leves e/ou médios e pesados com área instalada entre 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados) e 15.000,00m² (quinze mil metros quadrados). IV - Serviços de Educação - Instituições de ensino superior, com mais de 750,00m² (setecentos e cinqüenta metros quadrados) de área instalada; V - Serviços de Saúde e Assistência Social - Policlínicas, hospitais gerais e especializados, maternidades, pronto-socorros, casas de saúde, "spas" e similares com mais de 100 (cem) leitos; VI - Serviços Públicos - Cadeias e albergues para reeducandos. VII - Atividades e Empreendimentos de Reuniões e Afluência de Público: a) Casas de shows e espetáculos, ginásios, estádios complexos esportivos, com capacidade superior a 3.000 (três mil) lugares; b) Centros de eventos, convenções, feiras e exposições com mais de 10.000,00m² (dez mil metros quadrados) de área instalada. VIII - Serviços de Transportes e Armazenamento: a) Centrais de cargas e empresas transportadoras de mudanças e/ou encomendas, com mais de 15.000,00m² (quinze mil metros quadrados) de área instalada; b) Terminais rodoviários interurbanos de passageiros; c) Aeroportos. IX - Outros Serviços: a) Crematórios e cemitérios verticais e horizontais; b) Caixa forte central. X - Energia: a) Linhas de transmissão; b) Subestações. Art. 30 Integram a subcategoria Grupo 4b - Geradores de Impacto Não Compatível, as seguintes atividades e empreendimentos, por tipo de uso: I - Comercial Varejista: a) Comércio e depósito de fogos de artifício e explosivos, com estocagem superior a 20Kg (vinte quilos) de produtos explosivos. b) Comércio varejista de insumos e defensivos agrícolas. II - Comercial Atacadista: a) Distribuidoras de combustíveis e derivados de petróleo; b) Empresas de envasilhamento de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) ou distribuidoras/revendedoras com estocagem superior a 1.560Kg (um mil quinhentos e sessenta quilos) de gás; c) Comércio atacadista atrator e/ou usuário de veículos leves e/ou médios e pesados com área instalada superior 15.000,00m² (quinze mil metros quadrados); d) Comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas. III - Serviços Públicos - Espaços, estabelecimentos ou instalações sujeitos a controle específico ou de valor estratégico para a segurança e serviços públicos, tais como presídios, penitenciários e afins. IV - Serviços de Transportes e Armazenamento: a) Garagens e oficinas de empresas de transporte urbano e/ou interurbano de passageiros com mais de 10.000,00m² (dez mil metros quadrados) de área instalada; b) Garagens e oficinas de empresas transportadoras de cargas perigosas; c) Terminais de cargas; d) Serviços de oficina mecânica, assistência técnica, reparação, manutenção, retífica e demais serviços de veículos pesados. V - Industrial: a) Instalações industriais, inclusive da construção civil; b) Armazéns e silos para produtos agrícolas; c) Empreendimentos geradores de impacto ambiental: aqueles que possam causar alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente e que direta ou indiretamente afetem: c.1 - a saúde, a segurança e o bem estar da população; c.2 - as atividades sociais e econômicas; c.3 - a biota; c.4 - as condições paisagísticas e sanitárias do meio ambiente; c.5 - a qualidade dos recursos ambientais. VI - Energia - Usinas de geração. Art. 31 As atividades e empreendimentos que agruparem duas ou mais categorias de uso, serão analisadas de acordo com a classificação de maior exigência. Art. 32 Não poderão ser ampliados as atividades ou empreendimentos que estiverem em desacordo com esta lei, na data de sua publicação, exceto nos casos de obras necessárias para a adequação à Legislação Municipal. Art. 33 São admitidos usos mistos em lotes e edificações localizadas em qualquer zona de uso, desde que se trate de usos permitidos na zona e sejam atendidas, em cada caso, as características e exigências estabelecidas nesta lei. **CAPÍTULO II DO APROVEITAMENTO E DA OCUPAÇÃO DO SOLO** Art. 34 De acordo com sua categoria, porte e natureza, em cada zona ou setor as atividades urbanas, serão consideradas como: I - Permitidas - compreendem as atividades que apresentem clara compatibilidade com as finalidades urbanísticas da zona ou setor correspondente; II - Permissíveis - compreendem as atividades cujo grau de adequação à zona ou ao setor, dependerá da análise, ou da regulamentação específica para cada caso; III - Proibidas - compreendem as atividades que, por sua categoria, porte ou natureza, são nocivas, perigosas, incômodas e incompatíveis com as finalidades urbanísticas da zona ou do setor correspondente. § 1º As atividades permissíveis serão apreciadas pela Comissão Normativa da Legislação Urbanística - CNLU, aprovadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e So-

cial de Nova Nazaré- COMDESNN que, quando for o caso, poderá indicar parâmetros de ocupação mais restritivos que aqueles estabelecidos nesta lei, em especial quanto: a) à adequação à zona ou setor onde será implantada a atividade; b) à ocorrência de conflitos com o entorno de implantação da atividade, do ponto de vista de prejuízos à segurança, ao sossego e à saúde dos habitantes vizinhos e ao sistema viário. § 2º A permissão para a localização de qualquer atividade de natureza perigosa, incômoda ou nociva, dependerá de licença ambiental expedida pelo órgão competente. § 3º Por proposta da Comissão Normativa da Legislação Urbanística - CNLU e aprovados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Nova Nazaré - COMDESNN, homologada por ato do Poder Executivo Municipal, poderão ser estabelecidas outras condições e parâmetros de ocupação, mais restritivos para uma determinada atividade, classificada como de uso permissível em determinada zona ou setor. Art. 35 A classificação das atividades como de uso permitido, permissível ou proibido, segundo a qualidade de ocupação determinada pela zona ou setor de uso, é a constante no Anexo 4, da Tabela de Uso e Ocupação do Solo, que faz parte integrante desta lei. Art. 36 Ficam vedadas: I - A construção de edificações para atividades, que sejam consideradas como de uso proibido, na zona ou setor onde se pretenda sua implantação; II - A realização de quaisquer obras de ampliação ou reforma de edificação existente, destinada às atividades consideradas como de uso proibido na zona ou setor onde se situam. § 1º Não se incluem na vedação prevista no inciso II, as obras necessárias à segurança e higiene das edificações, ou as destinadas às atividades de lazer e de recreação. § 2º A critério da Comissão Normativa da Legislação Urbanística - (CNLU) e aprovados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Nova Nazaré - (COMDESNN), poderão ser liberados alvarás para reformas de edificações onde funcionem atividades comunitárias, comerciais, de serviços ou industriais já licenciadas, não enquadradas nas vedações previstas nos incisos I e II deste artigo, desde que fique comprovado que os direitos de vizinhança não estejam prejudicados. Art. 37 Ouvida a Comissão Normativa da Legislação Urbanística - (CNLU) e aprovada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Nova Nazaré- (COMDENN), a transferência ou modificação de alvará de estabelecimento comercial, de serviço ou industrial, já em funcionamento, em zona ou setor onde a atividade seja considerada como de uso proibido, poderá ser autorizada, desde que: I - haja apenas modificação da razão social da empresa; II - o novo ramo de atividade não contrarie expressamente as disposições desta lei e demais regulamentos; III - não ofenda os direitos de vizinhança, as disposições expressas desta lei e outras ditadas pelo interesse da coletividade. Art. 38 Para efeitos desta lei, em cada zona ou setor, os critérios de assentamento e implantação da edificação no terreno, são estabelecidos pelos seguintes parâmetros de ocupação, de acordo com o Anexo 4: I - Taxa de ocupação (TO) - é o percentual expresso pela relação entre a área de projeção da edificação ou edificações sobre o plano horizontal e a área do lote ou terreno onde se pretende edificar. II - Coeficiente de aproveitamento (CA): é o fator estabelecido para cada uso nas diversas zonas, que multiplicado pela área do terreno, define o Potencial Construtivo computável, admitido nesse mesmo terreno, podendo ser: a) Básico (CAB), que resulta do potencial construtivo gratuito inerente aos lotes urbanos; b) Máximo (CAMax), em função da infra-estrutura disponível ou fixado para a zona onde está localizado o lote; c) Mínimo (CAMin), abaixo do qual o imóvel poderá ser considerado subutilizado. III - Potencial Construtivo (PC) de um lote: é o produto resultante da multiplicação de sua área pelo coeficiente de aproveitamento podendo ser: a) Básico - que é o produto resultante da multiplicação de sua área pelo coeficiente de aproveitamento básico; b) Máximo - que é o produto resultante da multiplicação de sua área pelo coeficiente de aproveitamento máximo, definido em função da infra-estrutura disponível ou fixado para a zona onde está localizado o lote; c) Mínimo - que é o produto resultante da multiplicação de sua área pelo coeficiente de aproveitamento mínimo fixado para a zona onde está localizado o lote; d) Adicional - que corresponde à diferença entre o potencial construtivo igual ou inferior ao máximo e ao potencial construtivo básico. IV - Altura da edificação: é a dimensão vertical máxima da edificação, expressa em metros, quando medida de seu ponto mais alto, até o nível mais alto do terreno, ou em número de pavimentos a partir do térreo, inclusive. V - Alinhamento predial: é a distância fixada pelo Município dentro do lote, paralela ao alinhamento do lote ou sobre o mesmo, a partir da qual é permitida a edificação, incluindo o subsolo. VI - Afastamento das divisas: é a distância mínima perpendicular entre a edificação e as divisas laterais e de fundos do terreno, determinada pela relação entre a altura da edificação e o índice estabelecido nas Tabelas Anexas, que fazem parte integrantes desta lei; VII - Taxa de permeabilidade (TP): é o percentual da área do terreno que deve ser mantido permeável. VIII - Dimensão do lote: é estabelecida para fins de parcelamento do solo e ocupação do lote e indicada pela testada e área mínimas do lote. IX - Solo urbano subutilizado: é o terreno onde o coeficiente de aproveitamento utilizado não atinge o mínimo definido para o local, excetuando aqueles: a) integrantes do Sistema Municipal de Áreas Verdes do Município; b) ocupados por estacionamento e outras atividades econômicas que não necessitem de edificação, e que estejam de acordo com o uso definido para a Zona, onde estejam instalados. X - Transferência de potencial construtivo: é o instrumento que permite transferir parcial ou totalmente o potencial não utilizável de um imóvel para outros imóveis, mediante prévia autorização do Poder Público Municipal, obedecidas às disposições instituídas em legislação específica. § 1º Quando se tratar de loteamentos existentes com lotes com padrão inferior ao estabelecido para a zona ou setor, nos lotes de esquina, com profundidade inferior a 15,00m (quinze metros), o recuo mínimo estabelecido nesta lei, poderá ser reduzido na proporção de 0,50m (cinquenta centímetros) por metro ou fração de redução, até um máximo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros). § 2º De acordo com o tipo de atividade e a zona ou o setor onde se localiza o imóvel, a taxa de permeabilidade poderá ser reduzida, substituída ou complementada através da implantação de mecanismos de contenção de cheias, que serão objeto de regulamentação específica. Art. 39 Os critérios de uso e de ocupação do solo nos lotes nas diversas zonas, estão contidos no Anexo 4, que fazem parte integrante desta lei. Art. 40 A Taxa de Ocupação máxima é igual a 75% (setenta e cinco por cento) da área do lote, salvo exigências diferenciadas para as Zonas de Uso e Ocupação do Solo. Art. 41 A Taxa de Permeabilidade mínima é igual a 20% (vinte por cento) da área do lote, salvo exigências diferenciadas para as Zonas de Uso e Ocupação do Solo. Art. 42 Os parâmetros de Uso e de Ocupação do solo urbano, são aplicados na parcela de terreno denominado lote. Art. 43 Os novos parcelamentos, unificações e subdivisões, serão permitidos quando, em cada um dos lotes resultantes, forem atendidas plenamente todas as características de dimensionamento do lote, previstas para a zona de uso, onde o terreno se localiza. § 1º O lote já edificado poderá ser desdobrado desde que a edificação existente seja regular perante a Municipalidade, atendidas as disposições do caput deste artigo, bem como as demais disposições legais. § 2º Para fins de parcelamento do solo, nos terrenos de esquina, a testada mínima estabelecida para o lote, deverá ser acrescida do recuo obrigatório, previsto para a zona ou setor, onde o terreno se localiza. § 3º O lote que possuir mais de uma edificação, além de atender ao disposto nesta lei, deverá observar as disposições que assegurem a insolação e a ventilação das edificações. § 4º O lote que estiver localizado em mais de uma zona deverá atender ao parâmetro urbanístico de maior exigência. § 5º Toda edificação deverá ser edificada sobre um único lote. Art. 44 O lote máximo permitido na macrozona urbana tem área igual a 26.000,00m² (Vinte e seis mil metros quadrados). Parágrafo Único - Poderão ser tratadas como lotes as áreas superiores a 26.000,00m² (Vinte e seis mil metros quadrados), desde que sejam circundadas por vias ou logradouros públicos e que não interrompam vias planejadas, classificadas como Arteriais, Principais ou Coletoras. Art. 45 A testada mínima do lote é de 10,00m (dez metros). Parágrafo Único - Poderá ser admitida a testada mínima de 5,00m (cinco metros), conforme Lei Federal de Parcelamento do Solo Urbano - Lei nº 6.766/79, desde que seja utilizada exclusivamente para acesso ao lote, não sendo permitido nenhum tipo de construção ao longo da área com essa testada. Art. 46 Para garantia de insolação e ven-

tilação, os recuos laterais e de fundos das edificações deverão estar de acordo com o estabelecido no Anexo 4 da Tabela de Uso e Ocupação do Solo Urbano. § 1º Será admitido o escalonamento dos pavimentos, sendo o afastamento do térreo e o primeiro pavimento facultado, conforme o estabelecido na Tabela de Uso e Ocupação do Solo Urbano anexa a esta Lei. § 2º As construções de madeira deverão obedecer ao afastamento mínimo das divisas dos lotes de 1,50m (um metro e cinqüenta centímetros) e 5,00m (cinco metros), no mínimo, de qualquer outra edificação de madeira no mesmo lote; Art. 47 As Atividades e Empreendimentos deverão destinar área mínima de estacionamento na proporção de 01 (uma) vaga para cada 100,00m² (cem metros quadrados) ou fração de área construída computável, salvo exigências diferenciadas, indicadas na Tabela do Anexo 3 da Tabela de Exigências Mínimas de Vagas de Estacionamento. § 1º As habitações unifamiliares deverão destinar área para no, mínimo, 01 (uma) vaga de estacionamento, qualquer que seja a sua área construída. § 2º Os empreendimentos habitacionais, multifamiliares, deverão destinar área para no mínimo 01 (uma) vaga de estacionamento para cada 100,00m((cem metros quadrados), ou fração de área privativa por unidade autônoma residencial que o compõe. § 3º As atividades e empreendimentos de reunião e afluência de público deverão destinar 01 (uma) vaga de estacionamento para cada 5 (cinco) pessoas que compõem a capacidade máxima de usuários, salvo exigências diferenciadas para cada atividade e empreendimento. Art. 48 Nas chácaras integrantes das Áreas de Urbanização - AU, que ainda não passaram por processo de parcelamento, não será exigida a adequação do coeficiente de aproveitamento, conforme o estabelecido na legislação urbanística pertinente. Art. 49 Aos lotes com frente para mais de uma via de circulação, aplicam-se as seguintes disposições: I - Poderão ser instalados os usos e utilizados os índices urbanísticos permitidos em qualquer uma das vias, exceto nos casos de imóveis situados nas Zonas de Interesse Ambiental; II - Fica vedado o acesso, tanto de veículos como de pedestres, para a via onde o uso a ser instalado não é permitido de acordo com as demais disposições desta lei. Parágrafo Único - O imóvel que limitar com mais de uma via pública obedecerá ao afastamento frontal mínimo, para cada via que o limita. Art. 50 O Município exigirá vagas de estacionamento em função da classificação dos usos e das zonas urbanas. § 1º Nos acréscimos ou ampliações de edificações, aprovadas antes da publicação da presente lei, o número de vagas de estacionamento será calculado de acordo com a área a ser ampliada. § 2º Nos casos de reformas em edificações existentes, que não impliquem em aumento de área construída, não serão aplicadas as exigências de vagas de estacionamento. § 3º Na regularização de edificações, ou ampliação destas, serão aplicadas as exigências da presente Lei, sobre a área total da edificação. **CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES DO USO DO SOLO URBANO SEÇÃO I DA ÁREA DE URBANIZAÇÃO - AU** Art. 51 Na Área de Urbanização - AU, somente será permitido o licenciamento de atividades e empreendimentos da subcategoria Geradores de Impacto - Não Compatível, na zona ZI 1. Art. 52 A aprovação de atividades ou empreendimentos da categoria Geradores de Incômodo em Área de Urbanização - AU, fica condicionada à Análise de Atividade - AA. Art. 53 No prazo máximo de 01 (um) ano, as concessionárias de energia elétrica e telefonia, deverão substituir os postes de madeira por postes de concreto, inclusive nas Zonas de Diretrizes Específicas. **SEÇÃO II DA ÁREA DE EXPANSÃO URBANA - AEU** Art. 54 O parcelamento, para fins urbanos, na Área de Expansão Urbana - AEU, deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Nova Nazaré - COMDESNN, com parecer da Comissão Normativa da Legislação Urbanística - CNLU. Parágrafo Único - Enquanto não houver uma regulamentação legal, caberá ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Nova Nazaré - COMDESNN, a indicação das Zonas de Uso e Ocupação do Solo nos novos loteamentos na Área de Expansão Urbana, de acordo com a proposta apresentada pela Comissão Normativa da Legislação Urbanística - CNLU e com similaridades dos parâmetros das demais zonas urbanas e de acordo com as indicações do Plano Diretor. Art. 55 O licenciamento de atividade e ou de empreendimentos na Área de Expansão Urbana - AEU, deverá ter parecer favorável do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Nova Nazaré - COMDENN, com base em estudos da Comissão Normativa da Legislação Urbanística - CNLU, com similaridades das exigências do Uso do Solo, estabelecidas para as demais Zonas Urbanas. Art. 56 Os condomínios fechados, os conjuntos residenciais, os loteamentos e os desmembramentos situados na Área de Expansão Urbana - AEU, aprovados após a publicação desta Lei, passarão a integrar a Área de Urbanização - AU, quando o empreendimento estiver devidamente registrado em Cartório de Imóveis. **SEÇÃO III DAS ZONAS HABITACIONAIS - ZH** Art. 57 Nas Zonas Habitacionais - ZH, não serão permitidos o licenciamento de atividades e os empreendimentos das categorias Geradores de Incômodo e Geradores de Impacto. Parágrafo Único - Nos trechos das Zonas de Corredores de Transporte - ZCT, que cortem a Zona Habitacional - ZH, serão admitidas as atividades e os empreendimentos da categoria Compatível, desde que ouvida a comunidade diretamente envolvida, moradores da área delimitada como ZH, através de consulta popular realizada em Audiência Pública, onde forem computados 50% (cinqüenta por cento) mais um, de votos favoráveis dos presentes. Art. 58 Nas Zonas Habitacionais - ZH, não serão permitidas construções de edificações em madeira nos seguintes locais: I - Zona Habitacional 1 - ZH 1; II - Zona Habitacional 2 - ZH 2 nos seguintes bairros: a) Bairro 08; b) Bairro 09; c) Bairro 14; d) Bairro 17; e) Bairro 18; f) Bairro 19; g) Bairro 21 e, h) Bairro 23. III - Zona Habitacional 3 - ZH 3. Parágrafo Único - A eventual modificação da denominação dos bairros mencionados nesta lei não altera o seu teor. **SEÇÃO IV DA ZONA CENTRAL - ZC** Art. 59 Na Zona Central - ZC, não será permitido o licenciamento de atividades e de empreendimentos da subcategoria Geradores de Impacto - Não Compatível. Art. 60 O licenciamento de atividades e de empreendimentos da categoria Geradores de Incômodo na Zona Central - ZC, fica condicionado ao atendimento das exigências definidas na Análise de Atividade - AA. Art. 61 O Município Nova Nazaré, concederá incentivos fiscais específicos, para as atividades de estacionamentos rotativos e edifícios garagens instalados na Zona Central - ZC, na forma da lei. Art. 62 Na Zona Central - ZC, não serão permitidas construções de edificações em madeira. **SEÇÃO V DAS ZONAS DE INTERESSE AMBIENTAL - ZIA** Art. 63 Nas Zonas de Interesse Ambiental - ZIA, não é permitido ultrapassar o potencial construtivo básico, não se aplicando para os imóveis contidos na mesma a outorga onerosa, ou a recepção de potencial construtivo. Parágrafo Único - O potencial construtivo de imóveis localizados nas Zonas de Interesse Ambiental - ZIA, somente poderá ser transferido para imóveis localizados na Área de Urbanização - AU. Art. 64 As Zonas de Interesse Ambiental serão regulamentadas por legislação especifica. **SEÇÃO VI** DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL - (ZEIS) Art. 65 Nas Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, não será permitido o licenciamento de atividades e de empreendimentos da categoria Geradores de Impacto Não Compatível. Parágrafo Único - Serão admitidos às atividades e os empreendimentos das categorias Geradores de Incômodo e Geradores de Impacto - Compatível, nos trechos das Zonas de Corredores de Transporte - ZCT, que cortem as Zonas Especiais de Interesse Social ZEIS, condicionado à aprovação e ao atendimento das exigências definidas na Análise de Atividade - AA e no Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, respectivamente. **SEÇÃO VII** DAS ZONAS INDUSTRIAIS - (ZI) Art. 66 Nas Zonas Industriais - ZI, somente será permitido as atividades e os empreendimentos da subcategoria Geradores de Impacto - Não Compatível. Art. 67 O licenciamento de atividades e de empreendimentos discriminados nesta lei e pertencentes à subcategoria Geradores de Impacto Compatível, na Zona Industrial, estarão sujeitos às condições de uso e de funcionamento desta. Art. 68 O licenciamento de atividades e de empreendimentos abaixo relacionados, nas Zonas Industriais, fica condicionado à elaboração de estudos realizados pela Comissão Normativa da Legislação Urbanística - CNLU e à aprovação pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Nova Nazaré - COMDENN: I - fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos; II - fabricação de lâmpadas e equipamentos de iluminação; III - fabricação de produtos alimentícios: estabelecimentos destinados à produção de óleos, gorduras,

beneficiamento de arroz, fabricação de rações balanceadas, dentre outros, que exigem soluções tecnológicas complexas ou onerosas para seu tratamento; IV - curtimento e outras preparações de couro: indústrias com alto potencial de poluição do meio ambiente, tanto pelas emanações odoríferas, como pela qualidade dos efluentes e resíduos sólidos industriais gerados, que, em geral, necessitam de pré-condicionamentos para disposições conjuntas em sistemas de tratamento públicos ou privados; V - fabricação de celulose e pastas para fabricação de papel; VI - fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares: indústrias com alto potencial de poluição das águas e do ar, gerando resíduos sólidos, que exigem tratamento e/ou disposição final complexa e onerosa, além de possuírem alta periculosidade, riscos de incêndios e de explosões, e causarem sérios incômodos à população; VII - fabricação de produtos químicos: indústrias com processos e operações com potencial de insalubridade, periculosidade e incomodidade, podendo gerar emissões atmosféricas, efluentes líquidos e resíduos sólidos, altamente nocivos para a saúde pública e ao meio ambiente; VIII - fabricação de borracha: indústrias com operações de beneficiamento ou regeneração de borracha; IX - fabricação de produtos de minerais não metálicos: estabelecimentos destinados à fabricação de cimento, de cal, de telhas, de tijolos, dentre outros; X - metalúrgica básica: estabelecimentos destinados à produção de gusa, de ferro, de aço,de metalurgia dos metais não ferrosos, dentre outros, com alto potencial de poluição do ar, emitindo material particulado, gases tóxicos e incômodos, ruídos e vibrações, além de poluir as águas e de gerar resíduos sólidos que exigem soluções tecnológicas complexas e onerosas para o seu tratamento. Art. 69 Na Zona Industrial 1 - ZI-1, será permitido o licenciamento de atividades e de empreendimentos da subcategoria Geradores de Impacto - Não Compatível, em especial, as atividades e os empreendimentos que envolvam processo produtivo que implique na fixação de padrões específicos em termos de grau de incomodidade e de poluição ambiental, caracterizados pelo seu alto potencial poluidor do meio ambiente, pela emissão de ruídos, de gases, de vapores, de material particulado, de odores, de efluentes líquidos e de resíduos sólidos, cujos incômodos possuem soluções tecnológicas economicamente viáveis para seu tratamento e/ou implantação de medidas mitigadoras. Parágrafo Único - Fica denominado de uso permissível as edificações habitacionais na Zona Industrial 1 - ZI 1. Art. 70 Na Zona Industrial 2 - ZI-2, será permitido o licenciamento de atividades e de empreendimentos da subcategoria Geradores de Impacto - Não Compatível, em especial de atividades e de empreendimentos com condições de instalação e de funcionamento, caracterizados pelo seu baixo potencial de poluição ambiental, não gerando efluentes líquidos industriais, emissões atmosféricas e resíduos sólidos, cuja incomodidade potencial está vinculada aos processos e às operações utilizados, à possível geração de ruídos e à emanações odoríferas passíveis de tratamento e de medidas mitigadoras. Parágrafo Único - A instalação do uso habitacional na Zona Industrial 2 - ZI-2, fica permitido em caso de unidade habitacional unifamiliar e nos casos de unidade multi-familiar horizontal fica condicionada à análise prévia da Comissão de Normatização de Legislação Urbana - CNLU e à aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Nova Nazaré - COMDENN. **SEÇÃO VIII** DAS ZONAS DE CORREDORES DE TRANSPORTE - (ZCT) Art. 71 Nas Zonas de Corredores de Transporte 1 - ZCT-1, não será permitido o licenciamento das atividades de subcategoria, Geradores de Impacto - Não Compatível, exceto quando o Corredor atravessar as Zonas Industriais - ZI. Art. 72 O Município de Nova Nazaré concederá incentivos fiscais para as atividades de estacionamento rotativo em edifício-garagem instaladas nas Zonas de Corredores de Transporte 1 - ZCT 1, na forma da lei. Art. 73 As exigências para licenciamento de atividades e de empreendimentos nas Zonas de Corredores de Transporte 2 - ZCT 2, são aquelas estabelecidas nos artigos 74 e 76 desta Lei. Art. 74 Nas Zonas de Corredores de Transporte - ZCT, não serão permitidas construções de edificações em madeira, exceto quando estas atravessarem uma ZEIS. **SEÇÃO IX** DAS ZONAS DE ADENSAMENTO - (ZAD) Art. 75 Nas Zonas de Adensamento - ZAD, o licenciamento de atividades e de empreendimentos das categorias Grupo 3, (Geradores de Incômodo) e Grupo 4 (Geradores de Impacto), estarão sujeitos às condições de uso contidas nas Tabelas Anexas. Art. 76 Nas Zonas de Adensamento - ZAD, não serão permitidas construções de edificações em madeira.

CAPÍTULO IV

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

Art. 77 A inobservância das disposições estabelecidas nesta parte da lei e respectivas regulamentações ensejarão a aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência ou notificação;

II - embargo da obra;

III - multa;

IV - cassação de Alvará ou Licença;

V - interdição;

VI - demolição da obra ou edificação.

Art. 78 Consideram-se infrações nas disposições desta Lei:

I - construir, reformar ou ampliar qualquer edificação em desacordo com as suas exigências;

II - inobservar projeto aprovado;

III - ocupar terrenos em desacordo com as restrições estabelecidas;

IV - exercício de atividades e de empreendimentos em desacordo com as exigências da Lei e de seus desdobramentos;

V - desrespeitar embargos, intimações, prazos e outras determinações previstas na Lei e em seus desdobramentos;

VI - outras ações em desacordo com a presente Lei e com seus desdobramentos. § 1º Para os incisos I a III do caput deste artigo aplicam-se, no que couber, as seguintes penalidades: advertência ou notificação, interdição, cassação de Alvará ou Licença, embargo e/ou demolição. § 2º Para o inciso V aplica-se multa, a ser definida pelo órgão competente do Município. Art. 79 A modificação da denominação das vias públicas urbanas utilizadas como limites nas zonas descritas nesta Lei não altera os perímetros das mesmas. Art. 80 Integram esta Lei os seguintes anexos: ANEXO 1 - Mapa das Zonas Urbanas da Cidade de Nova Nazaré na escala de 1:10. 000. ANEXO 2 - Representação Gráfica dos Conceitos de Ocupação do Solo Urbano. ANEXO 3 - Exigências mínimas de vagas de estacionamento. ANEXO 4 - Tabela de Uso e Ocupação do Solo Urbano. ANEXO 5 - Tipos de Uso. **CAPÍTULO V**

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 81 As edificações executadas antes da publicação desta Lei, que não estejam de acordo com as exigências aqui estabelecidas, somente poderão ser ampliadas ou modificadas, quando tais ampliações ou modificações não venham transgredir esta legislação. Art. 82 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do prefeito municipal de Nova Nazaré, em 03 de junho de 2015.

RAILDA DE FATIMA ALVES Prefeita Municipal REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015- SRP

A Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 1364/2015, torna público para conhecimento dos interessados que a licitação na modalidade **Pregão Presencial Nº 011/2015**, do tipo Menor Preço por item, cujo **Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa física para prestação de serviços mensais de Assessoria Contábil, na execução de serviços técnicos profissionais na área contábil e envio e gerenciamento do APLIC**

junto ao TCE-MT, implantação do Plano de Conta PCASP, no Município de Nova Nazaré, conforme especificações do edital e anexos, que a realização da sessão publica, anteriormente marcada para o dia **22 de Junho de 2015, às 09h00min**, fica **SUSPENSA POR PRAZO INDETERMINADO,** até segundo aviso, para readequação do edital.

Nova Nazaré - MT, 18 de Junho de 2015.

ENOQUE DE SOUSA LIMA

Pregoeiro Oficial

LEI COMPLEMENTAR Nº 060 DE 20 DE MARÇO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 060 DE 20 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre reajuste da remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica do Município de Nova Nazaré – MT, para o ano de 2015 e dá outras providências.

A Srª. **RAILDA DE FATIMA ALVES**, Prefeita Municipal de Nova Nazaré Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que na sessão no dia 19 de março de 2015 a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Considerando a Lei 11.738 de 16 de julho de 2008 que regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para **os Profissionais do Magistério Público da educação básica,** quese enquadram no art.2º, paragrafo 2º.

Art. 1º - Fica concedido 13**%** (treze por cento) de reajuste sobre a remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica do Município de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, conforme Lei Complementar 036/2010 e posteriores alterações, conforme anexos I e II, que seguem em anexo.

Art. 2° - O reajuste que trata o artigo 1° da Lei será aplicado a partir de 1° de Janeiro de 2015, e as reposições da diferença salarial do salário pago nos meses de janeiro e fevereiro serão repostos em 02 (duas) parcelas, da seguinte forma:

1 - Sendo a diferença relativa ao mês de Janeiro paga no mês de março do corrente ano;

2 – Sendo a diferença relativa ao mês de Fevereiro paga no mês de abril do corrente ano;

Art. 3° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário retroagindo seus efeitos em 02/01/2015.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, aos 20 dias do mês de março de 2015.

Raílda de Fátima Alves CARVALHO

Prefeita Municipal

ANEXO I –Lei Complementar n° 0060/2015

PLANILHA DOS SALÁRIOS DOS PROFESSORES - 30 HORAS						
Classe/Nível		A	B	C	D	E
		1,00	1,50	1,70	2,02	2,30
		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,0000	R$ 1.461,11	R$ 2.191,67	R$ 2.483,89	R$ 2.951,44	R$ 3.360,55
2	1,0400	R$ 1.519,55	R$ 2.279,33	R$ 2.583,24	R$ 3.069,50	R$ 3.494,98
3	1,0850	R$ 1.585,30	R$ 2.377,96	R$ 2.695,02	R$ 3.202,31	R$ 3.646,20
4	1,1350	R$ 1.658,36	R$ 2.487,54	R$ 2.819,21	R$ 3.349,89	R$ 3.814,23
5	1,1900	R$ 1.738,72	R$ 2.608,08	R$ 2.955,83	R$ 3.512,22	R$ 3.999,06
6	1,2500	R$ 1.826,39	R$ 2.739,58	R$ 3.104,86	R$ 3.689,30	R$ 4.200,69
7	1,3200	R$ 1.928,67	R$ 2.893,00	R$ 3.278,73	R$ 3.895,90	R$ 4.435,93
8	1,4100	R$ 2.060,17	R$ 3.090,25	R$ 3.502,28	R$ 4.161,53	R$ 4.738,38
9	1,5000	R$ 2.191,67	R$ 3.287,50	R$ 3.725,83	R$ 4.427,16	R$ 5.040,83
Classe A - Formação Magistério						
Classe B - Formação Licenciatura Plena						
Classe C - Formação Pós-Graduação						
Classe D - Formação mestrado						
Classe E - Formaçõ Doutorado						

LEI COMPLEMENTAR Nº. 059 DE 17 DE MARÇO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº. 059 DE 17 DE MARÇO DE 2015.

(Projeto de Lei Legislativo nº. 001, de 10 de março de 2015).

De Autoria: Poder Legislativo

"Dispõe sobre alteração do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos - PCCV dos Servidores Públicos Municipais da Câmara Municipal de Nova Nazaré - MT e dá outras providências.".

Railda de Fátima Alves, Prefeita Municipal de Nova Nazaré/MT, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhes são conferidas por lei, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

Art. 1 º - Esta Lei altera o anexo III de cargos de provimento efetivo, vencimentos iniciais, e anexos V, tabela de vencimentos dos grupos ocupacional, serviços elementares e operacionais administrativos da Lei Complementar nº 37, de 20 de Dezembro de 2010, a qual passará a vigorar com a redação dos referidos anexos III e V partes integrantes desta Lei:

Art. 2º Esta Lei altera ainda os incisos I a V do §§ 2º do art.21 o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

Art.21 (...)

(...)

§§ 2º (...)

I- Classe A, habilitação especifica de grau em nível superior de graduação na respectiva área ou equivalente.

II – Classe B, requisito da classe A, mais 200 horas de cursos na área de atuação ou equivalente.

III – Classe C, requisito da classe B, mais 280 horas de cursos na área de atuação ou equivalente.

IV – Classe D, curso de Pós-Graduação na área de atuação ou equivalente.

V - Classe E, Mestrado ou Doutorado na área de atuação ou equivalente.

Art. 3º - Está lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de fevereiro de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Nazaré - MT, 17 de março de 2015.

_____ Raílda de Fatima Alves Prefeita Municipal Nova Nazaré-MT

LEI N°441 DE 25 DE MARÇO DE 2015

LEI N°441 DE 25 DE MARÇO DE 2015

(PROJETO DE LEI Nº. 001 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2.015 – Do Executivo).

Dispõe sobre a autorização para contratar Pessoal temporariamente e dá outras providencias.

A Prefeita Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso **RAILDA DE FÁTIMA ALVES CARVALHO**, no uso e gozo de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal em sessão do dia 19 de março, APROVOU e ela SANCIONA a seguinte Lei:

Artigo 1.º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a contratar pessoal em caráter temporário, por interesse público, com a finalidade de atender aos serviços essenciais do município, os profissionais discriminados no quadro abaixo:

CARGO	QUANT.	C. H.	SAL. BASE R$	SECRETARIA
Técnico Agrícola	1	40	1.371,12	Sec. Municipal de Desenvolvimento Rural.
Agente Administrativo	1	40	1.448,00	Sec. Municipal de Administração.
Monitor de Sala	4	30	1.050,57	Sec. Mun. De Educação
Assistente Social	1	30	4.149,91	Sec. Municipal de Saúde.
TOTAL	**7**			

Artigo 2.º - As contratações ora autorizada estão fundamentadas no inciso IX do art. 37 da Constituiçao da República Federativa do Brasil em razão da necessidade da continuidade dos serviços públicos, bem como no **Artigo 186 da Lei Complementar N.º 023 de 23 de Agosto de 2007** e visa complementar o Quadro de Pessoal das Secretarias Municipais citadas no quadro acima, na execução de serviços urgentes e inadiáveis, considerando a inexistência de candidatos aprovados por Concurso Público.

Artigo 3° - Os profissionais temporários a que se refere o caput deste artigo terão prazo de término até o dia 30 de dezembro de 2015, sendo que o Município poderá aditivar os contratos por igual periodo caso seja necessário.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Nazaré, Mato Grosso, aos dias vinte e cinco dias do mês de março de de 2.015.

Railda de Fátima Alves carvalho

Prefeita Municipal

LEI N° 442 DE 24 DE ABRIL 2015

LEI N° 442 DE 24 DE ABRIL 2015

(PROJETO DE LEI Nº 02/2015 DE 17 DE MARÇO DE 2015 – DO EXECUTIVO)

Abre no orçamento vigente crédito Adicional Especial e da outras providências

A PREFEITA MUNICIPAL DE Nova Nazaré, Estado de Mato Groso, Faço saber que a Câmara Municipal em sessão do dia 22 de abril de 2015, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Artigo 1º - Fica aberto no orçamento vigente, um crédito Adicional Especial na importância de R$ 2.643.415,93 distribuídos as seguintes dotações:

Local: 020704 – Departamento de agua e Esgoto - DMAE

Ficha: 219 –

17.512.0006.2079.0003-MANUT. E ENC. C/ DEPART. AGUA E ESGOTO - DEM...1.770.679,93

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

Local: 020502 – DEPARTAMENTO DE ENSINO

Ficha: 220 –

12.361.0005.1090.0003-CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS NAS ALDEIAS INDIGENAS...872.736,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

Artigo 2º - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes da transferência do Termo de Compromisso nº TC/PAC 0415/2014, celebrado junto a FUNASA e o Termo de Compromisso nº TC PAR 7507/2013, celebrado junto a FUNDO NACIONAL DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE.

TERMO DE COMPROMISSO/ OUTRAS FONTES:.....R$ 2.643.415,93

Artigo 3º - Fica adicionado as Ações acima nos Anexos de metas e programas da Lei Municipal 405/2013 que dispõem sobre o Plano Plurianual período de 2014/2017 e Lei Municipal 434/2014 que dispõem sobre a Diretrizes Orçamentaria para o Exercício de 2015, para o período de prioridade 2015.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Nazaré – MT, 24 de abril de 2015.

RAILDA DE FATIMA ALVES

Prefeita Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2015.

A Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 1364/2015, torna público a realização da licitação na modalidade **Pregão Presencial** no dia **02/07/2015 às 08h00-min** (**Horário de Brasília**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

OBJETO: **Registro de preços para futura e eventual aquisição de diversos materiais de construção**, com a finalidade de manutenção e reforma de prédios públicos, praças e demais locais de responsabilidade do município de Nova Nazaré-MT, conforme especificações do edital.

Retirada do edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados, **através da solicitação pelo e-mail** licitacoes@novanazare.mt.gov.br e na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré – MT podendo ser retirado pessoalmente nos dias úteis das 07h00min às 11h00min as 13h00min as 17h00min gratuitamente. Demais informações pelo fone (66) 3467-1019.

Nova Nazaré, 18 de junho de 2015

***ENOQUE DE SOUSA* Pregoeiro Oficial**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 014/2015

CONVOCAÇÃO

O Município de Nova Olímpia - MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Cristóvão Masson**, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Documento para convocar os candidatos classificados no Processo Seletivo n° 001/2015, destinado a **SUBSTITUIÇÃO** por período **determinado** na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo e Lazer.

Para que compareçam na Secretaria Municipal de Educação, situada a Avenida Mato Grosso nº 795 – S, Bairro Centro, **no dia 16 de Junho de 2015 (17/06/2015), às 08h00min** para designação do local de trabalho, apresentando os documentos citados no **Item 4.5** do **Edital 001/2015**:

Professor Pedagogo - Zona Urbana

Ordem	Candidato	Nºde Insc.	Pontuação Obtida			Status
			LP/ Mat	C. Esp.	Total	
50º	Eleuza Pereira da Silva Queiroz	0034	05	14	19	Classificado
51º	Elenice Maria Locatelli	0039	04	14	18	Classificado

O não comparecimento no horário e data especificado na convocação implicará na desclassificação automática do (a) candidato (a) ora convocado.

Nova Olímpia - MT, 16 de Junho de 2015.

CRISTOVÃO MASSON

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N.º 038 DE 18 DE JUNHO DE 2015.

Que dispõe sobre prorrogação de prazo para quitação da dívida ativa com redução de juros e multas, previsto na Lei Complementar n.º 002 de 13 de dezembro de 2002.

O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando:

O artigo 266 e seus Parágrafos da Lei Complementar Municipal n.º 002/2002, que prevê os procedimentos de cobrança da divida ativa;

O artigo 332 da Lei Complementar Municipal n.º 002/2002, que autoriza o Poder Executivo regulamentar o parcelamento dos créditos tributários;

A Lei Complementar Municipal n.º 040 de 18 de setembro de 2013 que regulamenta a cobrança da dívida ativa tributária;

Que houve uma crescente arrecadação no exercício anterior, para quitação total ou parcelada da dívida ativa, com benefício de redução de juros e multas;

Que a prorrogação do prazo para quitação com desconto vem da necessidade de providências para efetiva tentativa de arrecadação e cobrança dos créditos da fazenda pública referente à dívida ativa;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo para quitação da dívida ativa municipal com redução de juros e multas conforme descrição a seguir:

I. Os contribuintes em Dívida Ativa, parcelada ou não, que quitarem o saldo total de sua dívida, serão beneficiados com a redução de juros e multas, calculados na seguinte forma:

a) quitação total até 28 de agosto de 2015, desconto de 90% (noventa por cento).

II. Os contribuintes em Dívida Ativa, parcelada ou não, que optarem por parcelar o saldo total de sua dívida, serão beneficiados com a redução de juros e multas, calculados na seguinte forma:

a) parcelamento em até 02 (duas) parcelas desde que a última não ultrapasse a data de 28 de agosto de 2015, desconto de 90% (noventa por cento).

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia-MT, aos 18 dias do mês de junho do ano 2015.

CRISTOVÃO MASSON

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra

ADILSON ALVES PESSOA

Secretário Municipal de Finanças

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2015/PMNO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 034/2015PMNO

A prefeitura municipal de Nova Olímpia **- Mato Grosso,** através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade **PREGÃO SRP Nº. 020/2015/PMNO,** para seleção da melhor proposta pelo *MENOR PREÇO POR ITEM* **,** tendo como objeto a **AQUISIÇAO DE GENEROS ALIMENTICIOS NÃO PERECIVEIS DESTINADOS A CONFECÇAO DA MERENDA ESCOLAR E DEMAIS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE NOVA OLIMPIA-MT.** A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 15 de julho de 2015**.As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site **www.novaolimpia.mt.gov.br**. As duvidas sobre o certame serão dirimidas no setor de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Av. Mato Grosso N 175- Centro, no horário de 07:00 às 13:00 horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 18 de junho de 2015.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 023/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2015

TIPO DE LICITAÇÃO: **MENOR PREÇO POR ITEM**

INTERESSADA: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT

AUTORA: Comissão de Apoio

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA ATENDER A DEMANDA DOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DESTE MUNICIPIO DE NOVA SANTA HELENA, conforme condições e especificações constantes neste edital e seus anexos. A Comissão de Apoio da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT torna público aos interessados que o Pregão Presencial nº. 023/2015, cujo objeto acima identificado, foi HOMOLOGADO em favor das empresas: DENTAL REZENDE LTDA - EPP inscrita no CNPJ nº. 08.593.452/0001-36 no valor de R$ 18.406,96 (Dezoito mil, quatrocentos e seis reais e noventa e seis centavos), HIPERDENTAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICO-HOSPITALAR LTDA - EPP inscrita no CNPJ 13.994.852/0001-93 no valor de R$ 9.536,19 (Nove mil, quinhentos e trinta e seis reais e dezenove centavos), LP COM. REPR. ASSESSORIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA – EPP inscrita no CNPJ Nº. 10.832.896/0001-29 no valor de R$ 1.637,21 (Hum mil e seis-

centos e trinta e sete reais e vinte e um centavos), POLYPHARMA DISTRIBUIDORA MÉDICO HOSPITALAR LTDA – ME inscrita no CNPJ Nº. 07.886.0006/0001-57 no valor de R$ 1.311,05 (Hum mil trezentos e onze reais e cinco centavos). Nova Santa Helena – MT, 02 de junho de 2015, **JEFFERSON A. SOTINI DO NASCIMENTO – Pregoeiro**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO N.º 57/2.015

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA, MT e a empresa VIRTUAL TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na cidade de BARRA DO GARÇAS, estado MT, sito à Rua Padre Ernesto Capocci, nº. 596 – Bairro Loteamento Maria Lucia, inscrita no CNPJ sob o nº 07.209.103/0001-05. Resolvem: OBJETO: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LICENCIAMENTO DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA GESTÃO PÚBLICA, INCLUINDO A CONVERSÃO, MIGRAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO DE USUÁRIOS, CUSTOMIZAÇÃO BANCO DE DADOS E MANUTENÇÃO, COMPREENDIDOS NA GESTÃO EM: SIAH – SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR, CENTRAL DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS, LABORATÓRIO CENTRAL, CENTRAL DE LEITOS, PRONTO SOCORRO, UTI E MATERNIDADE COM OS SEGUINTES MÓDULOS: ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA, LABORATÓRIO, INTERNAÇÃO, FARMÁCIA, ALMOXARIFADO, CONSULTÓRIO, ATENDIMENTO MÉDICO E FATURAMENTO ''. Va**lor de R$ O valor global acertado para a implantação entre as partes é de R$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais) que será pago no ato da implantação do software e serão pagos em parcelas mensais o valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) nos termos da proposta adjudicatária do presente certame. VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará do dia 16/06/2.015 á 31/12/2.015.

GERCINO CAETANO ROSA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
COMISSAO DE LICITACAO CONTRATO N.º 055/2015

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA, MT e a empresa ARMCO STACO S.A. INDÚSTRIA METALÚRGICA Pessoa Jurídica de Direito Privado, estabelecida à Estrada João Paulo nº 740 BAIRRO BARROS FILHO – RIO DE JANEIRO/RJ, inscrita no CNPJ/MF nº72.343.882/0001-07. Resolvem: OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE AÇO CORRUGADO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA. VALOR: R$ 202.381,20 (duzentos e dois mil, trezentos e oitenta e um reais e vinte centavos). VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará do dia 28/05/ 2.015 à 31/12/2.015.

GERCINO CAETANO ROSA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

PORTARIA Nº 169/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de Novo Horizonte do

Norte, Comarca de Porto dos Gaúchos, Estado de Mato

Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas

Por Lei.

RESOLVE:

I – Nomear para Cargo de Fiscal de Contratos do Legislativo Municipal para o exercício de 2015 , o Servidor, Ronaldo Callegari. Possuidor do CPF: 537.193.281 - 04 e RG: 898.954 – SSP/MT, do cargo efetivo de Secretário Financeiro.

II- Esta Portaria entrará em vigor retroagindo a partir de 01 de Janeiro de 2015.

Novo Horizonte do Norte/MT, 08/Janeiro/2015.

Florentino Farias Leite

Presidente

DECRETO N° 041/2015

EMENTA: Disciplina sobre as normas e rotinas da Administração Pública

SR. JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, no uso de suas atribuições contidas na Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os procedimentos de rotina, que não estão sendo cumpridos na administração pública **CONSIDERANDO** que todo decreto expedido por autoridade pública competente tem força de lei e deve ser cumprido integralmente pelos usuários do poder público *CONSIDERANDO* que o não cumprimento deste decreto poderá ocasionar na punição, com os devidos rigores da lei.

DECRETA:

Art. 1° - As secretarias deverão obedecer ao trâmite legal no processo de aquisição, conforme fluxograma no Anexo I:

a) Realizar o memorando de solicitação para o setor de compras, b) O setor de compras deverá realizar a cotação de preços, com no mínimo três orçamentos (quando for o caso – compras diretas), ou obedecer aos valores constantes na licitação e verificar a existência de saldo ou recursos antes da emissão da requisição c) O setor de compras emitirá a requisição para a secretaria d) A secretaria de posse da requisição levará até o estabelecimento vendedor ou prestador e após a efetiva liquidação da despesa, será emitida a nota fiscal.

Parágrafo único: O servidor ou agente público, seja de cargo efetivo ou comissionado que não respeitar as exigências legais da aquisição de compras, correrá o risco de ter o bem devolvido ou não pago pela administração pública.

Art. 2 ° - Haverá obrigatoriamente a conferência dos itens adquiridos ou serviços prestados, pelo fiscal de contrato ou um dos fiscais nomeados, obedecendo ao seguinte:

a) Após a aquisição de compras ou serviços a secretaria deverá solicitar ao fiscal a conferencia item por item, constantes na nota fiscal. **b) Sem o atesto de recebimento do fiscal de contrato a nota fiscal não será paga.**

Recepção de Bens

Art. 3° - Após o processo de aquisição de bem que será realizado pelo setor de compras, as secretarias cujos bens serão, no momento da recepção, informará o setor de patrimônio de posse da nota fiscal, que irá ao setor para realizar o tombamento e carimbar a nota com a escrita "Tombado"

Art. 4° A nota fiscal original do bem patrimonial será encaminhada para empenho na contabilidade, e posteriormente será exigido uma cópia da nota fiscal e do memorando, e encaminhado ao setor do patrimônio, até o final do mês subseqüente para cadastro dos bens.

Art. 5° - Ao realizar a manutenção, troca de peças ou acrescentar itens em bens móveis ou imóveis, relatar em planilha e enviar ao patrimônio para a composição do custo do bem.

Transferência de Bens

Art. 6° - Nenhum bem patrimonial poderá ser transferido de um órgão para outro sem a emissão da Guia de Transferência Patrimonial (Anexo II);

Art. 7° - A Guia de Transferência Patrimonial deverá ser solicitada ao Departamento de Patrimônio antes da efetiva movimentação do bem;

Art. 8° - Através da Guia de Transferência, o Departamento de Patrimônio deverá alterar no Sistema a responsabilidade pela guarda do bem.

Da Baixa de Bens Considerados Imprestáveis:

Art. 9° - Os bens móveis considerados imprestáveis, em desuso, obsolescência, ou outra razão, serão recolhidos ao Almoxarifado;

Art. 10° - A secretaria deve informar ao patrimônio, mediante o formulário (Anexo III) de baixa de ativo permanente, a identificação do bem e o motivo da baixa, anexando fotos.

Art. 11° - O Departamento de Patrimônio deverá propor em Processo Administrativo ao Secretário de Administração o destino a ser dado nos bens, relacionando-os com os devidos códigos de identificação numeral e o estado em que se encontram;

Art. 12° - O Secretário de Administração solicitará á Comissão de Patrimônio, nomeada através de Portaria, parecer sobre as condições dos bens relacionados e o destino sugerido;

Art. 13° - Sendo o parecer da Comissão favorável e homologado pelo Prefeito, será dado aos bens o destino proposto, procedendo o Departamento de Patrimônio seus registros de baixa;

Com relação ao inventário patrimonial

Art. 14° Devido ao atraso no calendário do inventário patrimonial e aos vários contratempos, cada secretaria será responsável pelo seu inventário, na contagem física e conferencia dos itens, sendo de responsabilidade do setor de patrimônio a coordenação e lançamentos nos sistema.

Art. 15° - Cada setor deverá realizar a conferencia do patrimônio sob sua responsabilidade, anotando em planilha, bens que não estejam em seu domínio e não estão no termo de responsabilidade e os que estão no termo de responsabilidade e não estão sob sua guarda, para reparar possíveis divergências.

Art. 16° - Este inventário deverá ser realizado até 31/07/2015 por secretaria e entregue no setor de patrimônio contendo:

a) Cópia do termo de responsabilidade das salas e /ou espaços inventariados b) Planilhas ou memorando dos bens que não estão no termo de responsabilidade, com descrição dos itens detalhadamente, com seu número de identificação c) Planilhas ou memorando dos bens que estão no termo de responsabilidade, mas não estão fisicamente no setor inventariado. Documentação organizada, cada termo com suas respectivas planilhas.

Parágrafo único: Em local onde não há o termo de responsabilidade o inventário devera ser feito desde o inicio utilizando as planilhas e anotando todos os bens que estão dentro da sala ou setor.

Art. 17° - Cada secretaria deverá nomear um responsável perante ao patrimônio do setor ou departamento

Controle de Combustíveis

Art. 18° - O controle de combustível deverá ser exercido por todos aqueles que utilizarem veículos e maquinários públicos.

Art. 19° - As planilhas do controle de combustível devem ser preenchidas corretamente e de forma legível pelos motoristas e entregues ao departamento semanalmente.

Art. 20° - Cada secretaria estabelecerá um dia, uma vez por dia para que todos os veículos abasteçam, para tanto, será necessário um planejamento eficaz por parte da secretaria. Excetuam-se apenas veículos cujos pela natureza de urgência dificulta o planejamento

JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 021/2015.

DECRETO Nº 021/2015.

De 01 de Junho de 2015.

"Estabelece ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Novo Mundo/MT".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

Considerando, que no dia 04 (quatro) de Junho do corrente ano, Quinta-Feira, é Feriado em todo o país pelo Dia de Corpus Christi, e decretado ponto facultativo no dia 05 (cinco) de Junho, Sexta-Feira, pelo Governo Estadual,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica estabelecido **PONTO FACULTATIVO**, nas Repartições Públicas no âmbito do Município de Novo Mundo/MT, no dia 05 (cinco) de Junho de 2015 (sexta-feira).

Parágrafo Único - Fica sob a responsabilidade dos respectivos Secretários Municipais e/ou Chefes, nas repartições onde haja as prestações dos serviços considerados essenciais, a determinação de funcionamento especial, normal e/ou interno do órgão no mesmo dia mencionado no *caput.*

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao 1º de Junho de 2015.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 024/2015.

DECRETO N.º 024/2015.

De 1º de Junho de 2015.

"Dispõe sobre prorrogação do prazo para realização das Auditorias Especiais de que trata o Acórdão n.º 5.645/2013 TCE/MT, e dá outras providências."

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

Considerando o vencimento da 2ª prorrogação do prazo para a entrega do Relatório Técnico Conclusivo da UCI quanto à Auditorias Especiais,

Considerando a impossibilidade de solicitação, resposta de informações aos servidores responsáveis pelas despesas à época nesse período, das coincidências de prazos de entrega de inúmeras atividades, e da conclusão de todas as auditorias objetos do ref. Acordão,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado o prazo para a entrega dos Relatórios de Auditoria da UCI quanto as auditorias especiais, de que tratam os decretos abaixo descritos, para o dia 31/07/2015:

- Decreto n.º 58/2014

- Decreto n.º 59/2014

- Decreto n.º 60/2014

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de Abril de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, ao 1º de Junho de 2015.

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 61/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 61/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 22/2015.

PREGÃO ELETRONICO: Nº 02/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES ODONTOLOGICOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS, QUANTITATIVAS E DEMAIS CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA **Nº** 22/2015, QUE ACOMPANHOU O EDITAL DA CITADA LICITAÇÃO E QUE ORA O INTEGRA.

Contratante:Município de Novo São Joaquim **/ Mato Grosso**

Contratada:GDC DA SILVA COSTA EIRELI - EPP.

Valor: R$ 3.360,00 (Três mil, trezentos e sessenta reais).

Período de vigência: 18/06/2015 à 18/06/2016.

Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 18 de Junho de 2015.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 64/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 64/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 22/2015.

PREGÃO ELETRONICO: Nº 02/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS DE USO HOSPITALAR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS, QUANTITATIVAS E DEMAIS CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA **Nº** 22/2015, QUE ACOMPANHOU O EDITAL DA CITADA LICITAÇÃO E QUE ORA O INTEGRA

Contratante:Município de Novo São Joaquim **/ Mato Grosso**

Contratada:CIRURGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA-EPP

Valor: R$ 10.013,94 (Dez mil, treze reais e noventa e quatro centavos).

Período de vigência: 18/06/2015 à 18/06/2016.

Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 18 de Junho de 2015.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 62/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 62/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 22/2015.

PREGÃO ELETRONICO: Nº 02/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS DE USO HOSPITALAR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS, QUANTITATIVAS E DEMAIS CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA **Nº** 22/2015, QUE ACOMPANHOU O EDITAL DA CITADA LICITAÇÃO E QUE ORA O INTEGRA

Contratante:Município de Novo São Joaquim **/ Mato Grosso**

Contratada:ZELDA BOZOLLA DE ALMEIDA- ME

Valor: R$ 2.642,00 (Dois mil, seiscentos e quarenta e dois reais).

Período de vigência: 18/06/2015 à 18/06/2016.

Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 18 de Junho de 2015.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 65/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 65/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 22/2015.

PREGÃO ELETRONICO: Nº 02/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS DE USO HOSPITALAR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS, QUANTITATIVAS E DEMAIS CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA **Nº** 22/2015, QUE ACOMPANHOU O EDITAL DA CITADA LICITAÇÃO E QUE ORA O INTEGRA

Contratante:Município de Novo São Joaquim **/ Mato Grosso**

Contratada:CHS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS HOSPITALARES LTDA-ME

Valor: R$ 4.990,00 (Quatro mil, novecentos e noventa reais).

Período de vigência: 18/06/2015 à 18/06/2016.

Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 18 de Junho de 2015.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO N 60/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 60/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 35/2015.

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 25/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS, QUANTITATIVAS E DEMAIS CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA **Nº** 35/2015, QUE ACOMPANHOU O EDITAL DA CITADA LICITAÇÃO E QUE ORA O INTEGRA.

Contratante:Município de Novo São Joaquim **/ Mato Grosso**

Contratada: VILMAR A DE OLIVEIRA COMERCIO - ME.

Valor: R$ 62.162,27 (Sessenta e dois mil, cento e sessenta e dois reais e vinte e sete centavos).

Período de vigência: 17/06/2015 à 17/06/2016.

Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 17 de Junho de 2015.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 63/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 63/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 22/2015.

PREGÃO ELETRONICO: Nº 02/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS DE USO HOSPITALAR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS, QUANTITATIVAS E DEMAIS CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 22/2015, QUE ACOMPANHOU O EDITAL DA CITADA LICITAÇÃO E QUE ORA O INTEGRA

Contratante:Município de Novo São Joaquim **/ Mato Grosso**

Contratada:EQUIPOS COMERCIAL LTDA- ME

Valor: R$ 2.328,20 (Dois mil, trezentos e vinte e oito reais e vinte centavos).

Período de vigência: 18/06/2015 à 18/06/2016.

Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 18 de Junho de 2015.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI DE Nº 1217/2015

LEI Nº 1217/2015.

“Inclui nos Anexos do Plano Plurianual – PPA 2014-2017, Lei nº 1011/2013, o programa que menciona e dá outras providencias.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR Vilson Pires, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a incluir nos anexos do Plano Plurianual – PPA 2014-2017, Lei de nº 1.011/2013, para realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura da despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 41 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo.: I

Fonte.: 0.1.22.00000 – Transferência de Convênio Educação.

Órgão.: 06 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Unidade.: 002 - Departamento de Educação e Cultura.

Função.: 12 - Educação.

Sub Função.: 365 – Educação Infantil.

Programa.: 0010 – Desenvolvimento da Educação Infantil.

Projeto/Atividade.: 1374 – Programa de Apoio a Creches – Brasil Carinhoso.

Elemento de Despesa.:

3390.30.00 Material de Consumo.....R$ 83.194,74

Total.....R$ 83.194,74

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação na fonte do Convênio/Programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, Conforme Artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4.320/1964.

Parágrafo I – Excesso de :

Fonte.: 0.1.22.00000 – Transferência de Convênio Educação.

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 83.194,74

ARTIGO 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 16 de junho de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI DE Nº 1221/2015

LEI Nº 1221/2015

“INCLUI NA LEI Nº 1113/2014 E NOS SEUS RESPECTIVOS ANEXOS - LDO PARA 2.015, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR Vilson Pires, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a incluir na lei de nº 1113/2014 e em seus respectivos anexos – LDO – 2015 a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura de despesa com Projeto de Atividade, para tender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 41 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo.: I

Fonte.: 0.1.22.00000 – Transferência de Convênio Educação.

Órgão.: 06 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Unidade.: 002 - Departamento de Educação e Cultura.

Função.: 12 - Educação.

Sub Função.: 365 – Educação Infantil.

Programa.: 0010 – Desenvolvimento da Educação Infantil.

Projeto/Atividade.: 1376 – Programa Manut. Da Educação Infantil – Transferência Automática.

Elemento de Despesa.:

4490.52.00 Aquisição de Equip. e Material Permanente....R$ 110.429,34

Total.....R$ 110.429,34

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação na fonte do Convênio/Programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, Conforme Artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4.320/1964.

Parágrafo I – Excesso de :

Fonte.: 0.1.22.00000 – Transferência de Convênio Educação.

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 110.429,34

ARTIGO 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 16 de junho de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI Nº 1220/2015

LEI Nº 1220/2015.

"Inclui nos Anexos do Plano Plurianual – PPA 2014-2017, Lei nº 1011/2013, o programa que menciona e dá outras providencias."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR Vilson Pires, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a incluir nos anexos do Plano Plurianual – PPA 2014-2017, Lei de nº 1.011/2013, para realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura da despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 41 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo.: I

Fonte.: 0.1.22.00000 – Transferência de Convênio Educação.

Órgão.: 06 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Unidade.: 002 - Departamento de Educação e Cultura.

Função.: 12 - Educação.

Sub Função.: 365 – Educação Infantil.

Programa.: 0010 – Desenvolvimento da Educação Infantil.

Projeto/Atividade.: 1376 – Programa Manut. Da Educação Infantil – Transferência Automática.

Elemento de Despesa.:

4490.52.00 Aquisição de Equip. e Material Permanente....R$ 110.429,34

Total.....R$ 110.429,34

ARTIGO 2º- Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação na fonte do Convênio/Programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, Conforme Artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4. 320/1964.

Parágrafo I – Excesso de :

Fonte.: 0.1.22.00000 – Transferência de Convênio Educação.

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 110.429,34

ARTIGO 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 16 de junho de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JURÍDICA
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria n. 287/2014, de 24 de setembro de 2014, publicada no Jornal Oficial dos Municípios AMM, constituída pelos servidores **FÁTIMA EICKHOFF HAMMARSTRON**, *YEDA SUELY JORGE DA SILVA E FÁTIMA ROSANE RITTER PEREIRA*, com incumbência de apurar falta funcional de abandono de emprego ao servidor **Srº. ELTON CAETANO DOS SANTOS**, Agente Comunitário de Saúde portador da matrícula funcional nº 4008, CPF/MF nº 004.619.561-01, residente e domiciliado no assentamento Pontal do Piranha, neste município de Paranatinga-MT, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao procedimento instaurado, conforme Ofício de nº 240/2015.

A Comissão Processante concluiu que o servidor **Srº**. **ELTON CAETANO DOS SANTOS**, Agente Comunitário de Saúde portador da matrícula funcional nº 4008, CPF/MF nº 004.619.561-01, residente e domiciliado no assentamento Pontal do Piranha, neste município de Paranatinga-MT, infringiu ao artigo 127, § 2º, artigo 203, inciso I, e, artigo 204, inciso IX, da Lei de nº 024 de 08 de dezembro de 1.997, opinando pela aplicação da penalidade de demissão ao servidor, diante do exposto.

PARECER JURIDICO

Pelo acolhimento do relatório nos termos propostos.

CONCLUSÃO

Ante ao exposto, acolho o relatório da Comissão Processante para as providencias/lançamentos necessários, e posterior ARQUIVAMENTO do presente processo.

Paranatinga-MT, em 18 de Junho de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI Nº 1213/015

LEI Nº 1213/2015.

"AUTORIZA A APROVAÇÃO DE LOTEAMENTO E RECEBIMENTO EM DOAÇÃO DE TERRENO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Paranatinga, **VILSON PIRES**, faço saber que a Câmara Municipal de Paranatinga aprovou e promulgou, e eu **SANCIONO** a seguinte lei:

Art. 1º- Autoriza o Município de Paranatinga, termos da Lei 6.766 de Dezembro de 1979 – Lei do parcelamento do solo urbano, aprovar o projeto de Loteamento ou desmembramentos promovido por Maria Aparecida da Silva Colussi, Telmo Colussi Jr e Douglas Cesar Colussi, registrado sob a matrícula n. 1636, lv 02 do Cartório do Primeiro ofício de Paranatinga, localizado na extensão do Bairro Concórdia, nesta cidade.

§ 1º- Para o cumprimento deste artigo serão observados os seguintes requisitos: os lotes de habitação coletiva constam de uma área media de 190 m², com uma testada media de 10 m e uma profundidade media de 19 m.

.**§ 2º-** As demais características dos Loteamentos de que trata o artigo anterior, são as constantes dos memoriais descritivos, anexos, que fazem parte integrante desta Lei.

Art. 2º-Esse projeto loteamento tem por finalidade a incorporação de imóveis residenciais de interesse social, destinados à construção de unidades no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, de que trata a Lei n.º 11. 977, de 7 de julho de 2009. (Redação dada pela Lei nº 12.767, de 2012).

Art. 3º- Fica o Município de Paranatinga autorizado a receber, em doação, com medida mitigatória do impacto do loteamento aprovado em favor dos

empreendedores, imóvel localizado no bairro Concordia, onde hoje funcionam equipamentos públicos, como a creche municipal.

§ 1º- O apossamento dessas áreas ora doadas pelos empreendedores, pelo Município de Paranatinga, é antigo, sendo regularizada a situação dominial dos equipamentos públicos.

§ 2º- As características das áreas doadas são as constantes dos memoriais descritivos, Anexos, que fazem parte integrante desta Lei.

Art. 4º- As despesas cartorárias e de registro do imóvel correrão a expensas do Município.

Art. 5º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paranatinga-MT; 16 de Junho de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI DE Nº 1224/2015

LEI N 1224/2015

"INCLUI NA LEI Nº 1113/2014 E NOS SEUS RESPECTIVOS ANEXOS - LDO PARA 2.015, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR Vilson Pires, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a incluir na lei de nº 1113/2014 e em seus respectivos anexos – LDO – 2015 a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura de despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 41 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo.: I

Fonte.: 0.1.22.00000 – Transferência de Convênio Educação.

Órgão.: 06 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Unidade.: 002 - Departamento de Educação e Cultura.

Função.: 12 - Educação.

Sub Função.: 365 – Educação Infantil.

Programa.: 0010 – Desenvolvimento da Educação Infantil.

Projeto/Atividade.: 1375 – Programa de Apoio a Creches.

Elemento de Despesa.:

4490.52.00 Aquisição de Equip. e Material Permanente....R$ 104.781,35

Total.....R$ 104.781,35

ARTIGO 2º- Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação na fonte do Convênio/Programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, Conforme Artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4.320/1964.

Parágrafo I – Excesso de :

Fonte.: 0.1.22.00000 – Transferência de Convênio Educação.

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 104.781,35

ARTIGO 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 16 de junho de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JURÍDICA
ANEXO DA LEI DE Nº 1216/2015

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARANATINGA/MT

"Na hierarquia dos problemas de uma nação, nenhum sobreleva em importância, ao da educação" - Manifesto dos Pioneiros da Educação, 1959.

ANEXO I METAS E ESTRATÉGIAS

EDUCAÇÃO INFANTIL

META 1 - Ofertar Educação Infantil para 50% das crianças de 0 a 03 anos, até 2024, e 100% das crianças de 04 e 05 anos, até 2016.

Indicador - Número de crianças atendidas de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade, em relação ao total de crianças dessa faixa etária.

Estratégias:

1.1) Definir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, metas de expansão da rede pública de Educação Infantil, segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.

1.2)Garantir, manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de Educação Infantil.

1.3)Criar e construir centros de Educação Infantil, ampliando e adequando os já existentes, para atendimento conjunto a crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos, em tempo integral, conforme padrões mínimos exigidos pela Legislação, considerando a demanda do município, contando com a contrapartida do Estado e da União.

1.4) Realizar, em regime de colaboração, levantamento anual da demanda da população de 0 (zero) a 05 (cinco) anos, por creche e pré-escola, criando banco de dados, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento à demanda manifesta.

1.5) Promover, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, a busca ativa de crianças com idade correspondente à etapa da Educação Infantil, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 03 (três) anos.

1.6) Implantar, até o terceiro ano de vigência deste PME, avaliação da Educação Infantil, a ser realizada a cada 03 (três) anos, baseada em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.

1.7) Garantir relação professor/criança, infraestrutura e material didático (livros de leitura/literatura, jogos e brinquedos, entre outros) adequados ao processo educativo, considerando- se as características das distintas faixas etárias, conforme os padrões do CAQ (Custo Aluno Qualidade).

1.8) Articular a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da Educação Infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação em nível superior.

1.9) Priorizar o acesso à Educação Infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da Educação Especial, nessa etapa da Educação Básica.

1.10) Preservar as especificidades da Educação Infantil ao organizar as redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam aos parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno (a) de 06 (seis) anos de idade no Ensino Fundamental.

1.11) Assegurar que o Município tenha definido sua política para a Educação Infantil, com base nas diretrizes e sugestões de referenciais curriculares nacionais e nas normas complementares estaduais e municipais.

1.12) Elaborar, implantar, implementar e avaliar a proposta curricular para a Educação Infantil, respeitando a cultura do campo, a indígena e a diversidade étnico- racial e ambiental, bem como as necessidades e especificidades dessas comunidades.

1.13) Garantir que, no prazo de 01 (um) ano, a partir da aprovação deste plano, todas as instituições que ofertam a Educação Infantil tenham formulado seus Projetos Político- Pedagógicos, junto com a participação dos profissionais de educação e comunidade escolar, observando o Plano Nacional de Educação Infantil e os seguintes fundamentos norteadores:

a) princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum.

b) princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

c) princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

1.14) Garantir alimentação escolar adequada para todas as crianças atendidas nos estabelecimentos públicos e conveniados de Educação Infantil.

1.15) Garantir ações complementares socioeducativas de apoio às famílias de crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos, tais como palestras sobre desenvolvimento infantil e oficinas pedagógicas, promovendo a interação pais/crianças.

1.16) Estimular o acesso à Educação Infantil, em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

1.17) Instalar o fórum municipal de Educação Infantil de Paranatinga, a partir da aprovação do Plano.

ENSINO FUNDAMENTAL

META 2 - Universalizar, até o final da vigência deste PME, **o** Ensino Fundamental de 09 (nove) anos, com qualidade, para toda a população de 06 (seis) a 14 (catorze) anos.

Indicador - Percentual da população atendida no Ensino Fundamental, com qualidade, na idade apropriada, em relação ao total da população escolarizável, nessa faixa etária.

Estratégias:

2.1) Promover e fortalecer o acompanhamento individualizado dos (as) alunos (as) do Ensino Fundamental, através de Apoio Pedagógico: Articulação, Equipe Multidisciplinar e Sala de Recursos.

2.2) Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos alunos, por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.

2.3) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

2.4) Promover, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência, juventude e com a comunidade, a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola.

2.5) Realizar, anualmente, através da Secretaria de Saúde e Assistência Social o mapeamento por residência e local de trabalho dos pais, da população com idade escolar obrigatória que se encontra fora da escola.

2.6) Garantir relação professor/criança, infraestrutura e material didático adequados ao processo educativo, considerando as características das distintas faixas etárias, conforme os padrões do CAQ (Custo Aluno Qualidade).

2.7) Reduzir a repetência e a evasão no Ensino Fundamental, primando pela qualidade da Educação.

2.8) Reduzir a distorção idade/série, com qualidade na aprendizagem.

2.9) Promover o uso de tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da Educação Especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas.

2.10) Disciplinar a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar à realidade local, à identidade cultural e às condições climáticas da região, sem prejudicar os 200 dias letivos, conforme a Lei.

2.11) Promover interação entre escolas e instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as), dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.

2.12) Incentivar atividades extracurriculares aos (às) estudantes, para estimular suas habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais.

2.13) Promover, nas escolas, atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo municipal e regional.

2.14) Assegurar que, a partir da aprovação deste PME, todas as escolas de Ensino Fundamental tenham (re) formulado seus Projetos Político- Pedagógicos, com a participação da comunidade, estabelecendo direitos, objetivos e metas de aprendizagem, em conformidade com a organização do currículo, com observância das Diretrizes Curriculares para a etapa, à luz das Diretrizes Nacionais, das Políticas Estaduais e das Políticas Municipais.

2.15) Realizar, até o ano de 2016, o reordenamento do atendimento ao Ensino Fundamental, no Município, tornando a rede municipal prioritariamente responsável por atender aos Anos Iniciais e o Estado responsável pelo atendimento aos Anos Finais dessa etapa da Educação Básica.

2.16) Garantir políticas de combate à violência na escola e de construção da cultura de paz e de um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade escolar.

2.17) Garantir parcerias com outras instituições na implementação de políticas públicas educacionais contra as drogas (PROERD e outros), as diversas formas de violência e bullying.

2.18) Implantar e implementar rede de comunicação contínua e eficiente entre unidades escolares estaduais, municipais e unidades administrativas centrais e descentralizadas, públicas.

2.19) Assegurar o desenvolvimento de projetos curriculares articulados com a base nacional comum, relacionados à Educação Ambiental, à Educação das Relações Étnico-Raciais, aos Direitos Humanos e à Música.

2.20) Regulamentar, por Lei específica, em parceria com o Estado e a União, até 2017, obedecendo padrões de legislação de trânsito, a disponibilidade do transporte escolar para alunos e profissionais da educação do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Médio, no campo, em áreas urbanas, em terras indígenas e em assentamentos, que comprovadamente necessitem de atendimento.

2.21) Assegurar apoio financeiro e pedagógico às escolas que apresentem projetos que visem ao desenvolvimento significativo dos estudantes, bem como a participação em jogos estudantis intermunicipais e estaduais, mostras científicas e similares.

2.22) Estabelecer parcerias entre a União, o Estado, envolvendo as Secretarias de Educação, de Saúde, de Bem- Estar Social, Ambiental, de Cultura, de Ação Social, os Conselhos Tutelares e os Conselhos Municipais de Educação, para o pleno atendimento às necessidades dos estudantes da Educação Básica, incluindo equipe multiprofissional no atendimento educacional (pedagogo, assistente social, fonoaudiólogo, psicólogo e outros), sem ônus para a Educação.

2.23) Garantir, conforme os padrões do CAQ (Custo Aluno Qualidade), a infraestrutura, os materiais e os recursos didáticos adequados ao processo educativo, considerando as características das distintas faixas etárias e as especificidades da demanda do Ensino Fundamental.

2.24) Estabelecer políticas de estímulo à melhoria do desempenho no IDEB das escolas, valorizar o mérito do corpo docente, equipe gestora e comunidade das escolas que melhorarem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB.

2.25) Apoiar ações de Educação Ambiental, articuladas com os Projetos Político- Pedagógicos das escolas, que contribuam ou promovam o desenvolvimento local sustentável.

2.26) Promover ações de Educação Ambiental, no Município, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, da Educação, IBAMA, SEMA e FUNAI, abordando a Legislação ambiental nacional, estadual e municipal, possibilitando o desenvolvimento de projetos ambientais.

2.27) Desenvolver formas alternativas de oferta de Ensino Fundamental para atender aos filhos de profissionais que se dedicam à alguma atividade/profissão de caráter itinerante.

2.28) Orientar as escolas para que o ensino da educação religiosa e as solenidades escolares sejam realizados com base na laicidade do ensino, primando pelo direito democrático da religiosidade de todos os povos e culturas, conforme Legislação vigente.

2.29) Apoiar ações de incentivo à divulgação da cultura paranatinguense e mato- grossense.

2.30) Garantir aos alunos, de forma integrada ao currículo escolar, fruição a bens e espaços culturais, regularmente, bem como a ampliação da prática desportiva, com o fornecimento regular de material esportivo às escolas.

2.31) Organizar, nas próprias comunidades das populações do campo e indígenas, a oferta do Ensino Fundamental, em especial a etapa dos Anos Iniciais.

META 3 - Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental.

Indicador - Crianças alfabetizadas no final do 3º (terceiro) do Ensino Fundamental, em relação à população escolarizável, nessa faixa etária.

Estratégias:

3.1) Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores (as) e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças.

3.2) Utilizar, anualmente, os instrumentos de avaliação nacionais periódicos e específicos, para aferir a alfabetização das crianças.

3.3) Criar instrumentos de avaliação e monitoramento, no sistema de ensino e nas escolas municipais, para aferir a alfabetização das crianças, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental.

3.4) Divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, e acompanhar os resultados obtidos no Município.

3.5) Fomentar o uso de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras, que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

3.6) Garantir a alfabetização de crianças do campo, de comunidades indígenas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem a identidade cultural e o uso da língua materna pelas comunidades indígenas.

3.7) Promover e estimular, em parceria com o Estado e a União, a formação inicial e continuada, de professores (as) dedicados à alfabetização de crianças, incentivando o conhecimento de novas tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras.

3.8) Garantir, sem estabelecimento de terminalidade temporal, a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, e, inclusive, a alfabetização bilíngue de pessoas surdas.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

META 4 - Garantir à população de 04 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, de classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Indicador - Número de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação atendidos, em relação à demanda total.

Estratégias:

4.1) Informar, anualmente no Censo Escolar, para fins do repasse do FUNDEB, as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado, complementar e suplementar (sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na Educação Básica regular) e as matrículas efetivadas na Educação Especial, oferecidas em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

4.2) Implantar, ao longo da vigência deste PME, em parceria com a União e o Estado, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de profissionais da educação para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo e indígenas, conforme a demanda.

4.3) Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todo (a) aluno (a) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, matriculado (a) na rede pública de Educação Básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o (a) aluno (a).

4.4) Fortalecer, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, beneficiários (as) de programas de transferência de renda, visando também ao combate diante de situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional.

4.5) Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilida-

des ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos/cegos, professores (as) de Libras, prioritariamente surdos (as) e professores (as) bilíngues.

4.6) Participar de programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com necessidades especiais, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação.

4.7) Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio do atendimento escolar integral às pessoas com deficiência, transtornos globais, altas habilidades ou superdotação, matriculadas nas redes públicas de ensino, e favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.

4.8) Oferecer espaços físicos com adequação de acessibilidade aos diversos tipos de deficiências, além de incluir os profissionais da educação que tenham algum tipo de necessidade especial.

4.9) Garantir salas de recursos nas escolas da rede pública de Educação Básica, sempre que seja pertinente ou necessário.

4.10) Ampliar a oferta de Educação de Jovens e Adultos no período diurno, para contemplar os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

4.11) Fortalecer o atendimento especializado aos estudantes da Educação Especial inclusos na Educação de Jovens e Adultos.

4.12) Ampliar e fortalecer o atendimento individualizado aos estudantes que tenham algum tipo de impedimento comprovado por meio de laudo médico.

4.13) Atender, como complementação do processo de escolarização, à demanda por serviços e apoios especializados.

4.14) Expandir o atendimento às pessoas com surdez, garantindo intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para estudantes surdos (as), nas turmas regulares, investindo na formação de recursos humanos, em parceria com as IES públicas e Organizações Não Governamentais.

4.15) Fortalecer e ampliar transporte adaptado para estudantes com necessidades especiais das escolas urbanas e do campo.

4.16) Disponibilizar, por intermédio de parcerias com instituições de assistência social, de cultura, Organizações Não Governamentais, União, Estado e Município, livros de literatura e didáticos, em Braille, falados e com caracteres ampliados, às escolas que têm estudantes cegos e com baixa visão, bem como livros adaptados para alunos com deficiência física.

4.17) Estabelecer parcerias junto às áreas de saúde, assistência social do Estado e Município, previdência e outras instituições civis afins, para aplicar testes de acuidade visual, auditiva e demais exames especializados aos estudantes das instituições de Educação Básica.

4.18) Implantar, em parceria com as Secretarias de Saúde e de Assistência Social, programas de orientação e acompanhamento às famílias dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

4.19) Apoiar ações e programas de inclusão digital às pessoas com necessidades educacionais especiais.

4.20) Disponibilizar monitor ou cuidador aos alunos com necessidades de apoio nas atividades de higienização, alimentação e locomoção entre outras, que exijam auxílio constante, no cotidiano escolar.

ENSINO MÉDIO

META 5 - Garantir, até 2017, a oferta de Ensino Médio a 100% da demanda, com acréscimos anuais de 25% (vinte e cinco por cento).

Indicador - Número de matrículas no Ensino Médio, em relação à população escolarizável nessa etapa de ensino.

Estratégias:

5.1) Articular, junto ao Estado, conforme os padrões do CAQ- Custo Aluno Qualidade- a garantia da relação professor/estudante, da infraestrutura e do material didático adequados ao processo educativo, considerando as características dessa etapa de ensino.

5.2) Redimensionar, em parceria com o Estado, a oferta de Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de Ensino Médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos alunos das escola urbanas, das escolas/salas anexas do campo e das indígenas.

5.3) Fomentar, junto ao Estado, a implantação e ampliação da oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, para atender à demanda.

5.4) Fomentar, junto ao Estado, a expansão das matrículas gratuitas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, observando- se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e das pessoas portadoras de deficiências.

5.5) Garantir, junto ao Estado, a oferta de cursos profissionalizantes presenciais e a distância, com elevação da escolaridade, para atender a demandas específicas, especialmente às comunidades indígenas, aos trabalhadores que atuam em setores econômicos sazonais e a adolescentes em processo de ressocialização.

5.6) Articular, imediatamente, o atendimento do Estado à demanda por Ensino Médio para a população do campo e as comunidades indígenas, preferencialmente com professores das próprias comunidades.

5.7) Firmar parceria com o Estado e em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude, para fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no Ensino Médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como quanto às situações de discriminação, preconceitos, violências, práticas irregulares de trabalho, consumo de drogas e gravidez precoce.

5.8) Promover, em parceria com o Estado e em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude, a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola.

5.9) Incentivar programas de educação (Programa Saúde na Escola e outros) e de cultura, para a população urbana e do campo, dotando de qualificação social e profissional jovens na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, adultos, e aqueles que estejam fora da escola ou com defasagem no fluxo escolar.

5.10) Apoiar as políticas do Estado de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.

5.11) Estimular, em parceria com a União e o Estado, a participação de adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

META 6 - Estimular a ampliação das matrículas da Educação Profissional Técnica, de nível médio, no Município de Paranatinga- MT.

Indicador - Acréscimos anuais da oferta de Educação Profissional Técnica, de nível médio.

Estratégias:

6.1) **Estimular, em regime de parceria com o Estado, a implantação de cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio.**

6.2) Estimular, juntamente com o Estado, as matrículas na Educação Profissional Técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da Educação Profissional.

6.3) Promover, em parceria com o Estado, a expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino.

6.4) Divulgar políticas estaduais de expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à Educação Profissional pública e gratuita, assegurado o padrão de qualidade.

6.5) Incentivar iniciativas estaduais para expansão do atendimento ao Ensino Médio integrado à formação profissional, gratuito, para as populações do campo e para as comunidades indígenas, de acordo com os seus interesses e necessidades.

6.6) Estimular a redução das desigualdades étnico-raciais e regionais de acesso e permanência na Educação Profissional técnica de nível médio.

6.7) Estimular, junto ao Estado, a oferta de matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional.

6.8) Colaborar com as ações do Estado e da União, que atendam às pessoas que se encontram em vulnerabilidade social, com meios necessários para o acesso à Educação Profissional, à permanência e à conclusão de sua formação.

6.9) Estimular, em parceria com o Estado, a expansão das matrículas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo e das pessoas com necessidades especiais.

6.10) Estimular, juntamente com o Estado, a oferta de Educação Profissional Técnica de nível médio, com base no empreendedorismo socioambiental, oportunizando aos jovens e adultos a participação no desenvolvimento social e econômico de seu contexto social.

6.11) **Estimular, em regime de parceria com o Estado e iniciativa privada, a implantação de cursos de Educação Técnica/Profissional (**SENAR-SENAI-SESI-SENAC -SEBRAE e outros).

EDUCAÇÃO DO CAMPO

META 07 - Ofertar, em escolas do e no campo, Educação Básica a toda a população escolarizável que mora no campo.

Indicador - Número de alunos da Educação Básica atendidos no campo, pela população escolarizável que mora no campo.

Estratégias:

7.1) Combater a evasão de alunos do campo, principalmente nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Médio.

7.2) Estabelecer parcerias Município/Estado para a realização de mapeamento e busca ativa de estudantes fora da escola, por residência ou local de trabalho, com o suporte de órgãos de assistência social, saúde e demais instituições de assistência ao homem do campo.

7.3) Garantir transporte escolar, aos alunos do campo, que dele necessitem e a ele tenham direito.

7.4) Incentivar campanhas de conscientização contra todas as formas de violência, bullying, discriminação e preconceito.

7.5) Promover, sistematicamente, o acompanhamento pedagógico e administrativo às escolas do campo.

7.6) Garantir relação professor/criança, infraestrutura e material didático, adequados ao processo educativo, considerando as características das distintas faixas etárias, seguindo os padrões do CAQ- Custo Aluno Qualidade.

7.7) Garantir as condições infraestruturais e pedagógicas necessárias ao atendimento a estudantes do campo, portadores de necessidades especiais.

7.8) Universalizar, em parceria com o Estado e a União, a oferta da Educação Básica no e do campo, respeitando as peculiaridades de cada região, com infraestrutura apropriada, estimulando a prática agrícola e tecnológica, com base na agroecologia e na socioeconomia solidária.

7.9) Implementar e garantir, em parceria com o Estado, cursos profissionalizantes nas escolas do campo, de acordo com a demanda, por intermédio de parcerias firmadas entre as diferentes esferas de governo e outros órgãos e instituições, com profissionais capacitados nas áreas técnicas, atendendo à singularidade de cada escola e suas diferentes formas de produção, visando à sustentabilidade no uso da terra de forma equilibrada e outras necessidades locais.

7.10) Promover, por intermédio de parcerias entre diferentes esferas de governo e outros órgãos e instituições, a formação continuada em Educação Ambiental do trabalhador rural e agricultor familiar, para a conservação e sustentabilidade ambiental: reflorestamento, culturas adaptadas à região e conservação do solo.

7.11) Realizar, até o ano de 2017, o reordenamento do atendimento do Ensino Fundamental do campo, no Município, tornando a rede municipal prioritariamente responsável por ofertar os Anos Iniciais e o Estado responsável pelo atendimento aos Anos Finais.

7.12) Adequar o número de alunos/série de 12 a 20 alunos por turma nas turmas de Ensino Médio, EJA e Ensino Fundamental séries finais.

EDUCAÇÃO INDÍGENA

META 08 - Atender, em todos os níveis de ensino, a 100% (cem por cento) da demanda da população indígena em idade apropriada.

Indicador - Quantidade de alunos atendidos em idade apropriada, pela quantidade de alunos em idade apropriada, não atendidos.

Estratégias:

8.1) Realizar, anualmente, em parceria com o Estado/Funai, ONGs, o mapeamento da população indígena escolarizável, que se encontra fora da escola.

8.2) Participar da implantação dos territórios étnico-educacionais dos povos indígenas de Paranatinga- MT.

8.3) Garantir as condições infraestruturais, pedagógicas, financeiras e profissionais necessárias para o atendimento a estudantes indígenas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

8.4) Realizar intercâmbio entre as escolas indígenas e as não- indígenas.

8.5) Participar, a cada 02 (dois) anos, junto ao segmento indígena e seus parceiros institucionais, da Conferência Regional/Estadual da Educação Escolar Indígena, para avaliação e acompanhamento das políticas educacionais.

8.6) Promover, sistematicamente, o acompanhamento pedagógico e administrativo das escolas indígenas.

8.7) Realizar, até o ano de 2016, o reordenamento do atendimento ao Ensino Fundamental da Educação Indígena, tornando a rede municipal prioritariamente responsável por ofertar os Anos Iniciais e o Estado responsável pelo atendimento aos Anos Finais.

8.8) Garantir aos estudantes indígenas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação atendimento educacional especializado.

8.9) Garantir transporte escolar aos alunos indígenas que dele necessitem e a ele tenham direito.

8.10) Incentivar campanhas de conscientização contra todas as formas de violência, bullying, discriminação e preconceito.

8.11) Garantir relação professor/criança, infraestrutura e material didático, adequados ao processo educativo, considerando as características das distintas faixas etárias, seguindo os padrões do CAQ - Custo Aluno Qualidade.

8.12) Cobrar ao Estado a garantia de cursos profissionalizantes presenciais e a distância, com elevação da escolaridade, para atender as demandas das escolas indígenas.

EDUCAÇÃO INTEGRAL

META 09 - Oferecer, até 2024, educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da Educação Básica.

Indicador - Número de estudantes matriculados na Educação Básica em escolas com carga horária entre 5 (cinco) e 7 (sete) horas diárias, pelo número de matrículas na Educação Básica regular.

Estratégias:

9.1) Ofertar, em parceria com a União e o Estado, progressivamente, Educação Integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender a 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos matriculados na Educação Básica regular.

9.2) Promover a reordenação do espaço físico das escolas municipais, com vistas a otimizar, de forma progressiva, os recursos públicos destinados ao investimento cuja ênfase seja o oferecimento de educação integral, na rede municipal.

9.3) Assegurar estrutura física adequada, materiais pedagógicos, recursos financeiros e profissionais da educação necessários para o atendimento à carga horária ampliada.

9.4) Garantir atividades de apoio às tarefas escolares em todas as escolas que implantarem carga horária de 07 (sete) horas, com previsão de espaço físico, recursos financeiros e profissionais da educação em número suficiente.

9.5) Fomentar a articulação das escolas com os diferentes espaços educativos culturais, esportivos e equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários.

9.6) Criar um sistema para acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos na implementação do currículo com carga horária ampliada.

9.7) Atender aos estudantes do campo e de comunidades indígenas, com oferta de carga horária ampliada, baseando-se em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais.

9.8) Garantir, no mínimo, 03 (três) refeições diárias em todas as escolas que implantarem carga horária mínima de 07 (sete) horas.

9.9) Promover, com o apoio da União, a oferta de Educação Básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, tal que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 07 (sete) horas diárias, durante todo o ano letivo, buscando-se a ampliação progressiva da jornada de trabalho de professores em uma única escola.

9.10) Participar, em regime de colaboração, de programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e com mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente para atendimento às crianças em situação de vulnerabilidade social.

9.11) Garantir a participação do Município em programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios (inclusive de informática), espaços para atividades culturais, bibliotecas, salas de leitura, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos.

9.12) Promover a utilização de material didático adequado e a formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

9.13) Estimular, por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino, a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos (as) matriculados (as) nas escolas da rede pública de Educação Básica.

9.14) Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, na faixa etária de 04 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar, ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola, ou em instituições especializadas.

9.15) Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

9.16) Implantar, no Município, setor próprio incumbido de promover a Educação Integral.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Meta 10 - Elevar, até 2018, a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) e, até o final do período de vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Indicador - Número de vagas ofertadas para a EJA, em relação à demanda de jovens e adultos.

Estratégias:

10.1) Assegurar a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos a todos os que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria, pela regularização de mais unidades escolares com oferta da EJA.

10.2) Estabelecer parcerias Estado/Município, junto às áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude, para a realização de mapeamento e busca ativa de jovens e adultos fora da escola, por residência ou local de trabalho, visando a identificar a demanda e programar a oferta da EJA, desde a alfabetização até o Ensino Médio.

10.3) Realizar chamadas públicas regulares para Educação de Jovens e Adultos, promovendo-se busca ativa, em regime de colaboração entre os entes federados e em parceria com as organizações da sociedade civil, utilizando os bancos de dados das próprias escolas e das agentes comunitárias de saúde.

10.4) Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permitam aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade.

10.5) Alfabetizar todos os jovens e adultos de Paranatinga-MT, garantindo a continuidade da escolarização básica em todos os turnos, conforme a necessidade.

10.6) Garantir a relação professor/estudante, infraestrutura e material didático, adequados ao processo educativo, considerando as características da demanda da EJA, e conforme os padrões do CAQ - Custo Aluno Qualidade.

10.7) Estimular o acesso gratuito a exames de certificação de conclusão e/ou de prosseguimento de estudos nos Ensinos Fundamental e Médio.

10.8) Institucionalizar, uma coordenação específica para promover e estimular a EJA no Município, setor próprio incumbido de promover a EJA.

10.9) Estabelecer parcerias entre a União, o Estado e o Município, envolvendo Secretarias de Educação, de Saúde, de Bem- Estar Social, Ambiental, de Cultura, de Ação Social, executando ações de atendimento ao estudante da EJA por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos de correção.

10.10) Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos.

10.11) Assegurar, em parceria com o Estado, a oferta de Educação de Jovens e Adultos nas etapas de Ensino Fundamental, Médio e Educação Profissional, às pessoas privadas de liberdade em estabelecimento penal.

10.12) Garantir a diversificação curricular da EJA, integrando na formação geral a preparação para o mundo do trabalho, estabelecendo interrelação entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia, da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e os espaços pedagógicos adequados às características desses estudantes.

10.13) Desenvolver formas alternativas de oferta do Ensino Fundamental, para atender aos estudantes da EJA que se dedicam à alguma atividade/ profissão de caráter itinerante.

10.14) Apoiar técnica, financeiramente e tecnologicamente projetos inovadores na EJA, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes.

10.15) Cobrar ao Estado a garantia da oferta de EJA nas escolas do campo, com educação profissionalizante, observadas as especificidades dessa demanda.

10.16) Cobrar ao Estado o atendimento nas escolas indígenas que solicitarem curso EJA/PROEJA e que, de preferência, o curso seja ministrado por docentes indígenas.

10.17) Cobrar ao Estado a garantia de cursos profissionalizantes presenciais e a distância, com elevação da escolaridade, para atender a demandas específicas, especialmente nas comunidades indígenas e onde haja trabalhadores que atuam em setores econômicos sazonais.

10.18) Participar de programas especiais de educação, voltados à população urbana e do campo, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, dotando de qualificação social e profissional os jovens que estejam fora da escola e com defasagem idade/série.

10.19) Participar de programas de capacitação tecnológica à população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com uso de tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população.

10.20) Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, de acesso a tecnologias educacionais e a atividades recreativas, culturais e esportivas, de implementação de programas de valorização, de compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e de inclusão, nas escolas, dos temas relacionados ao envelhecimento.

EDUCAÇÃO SUPERIOR E PÓS-GRADUAÇÃO

META 11 - Garantir, em parceria com a União e o Estado, as condições necessárias à ampliação da oferta de vagas na Educação Superior, no Município de Paranatinga-MT.

Indicador - Número de matrículas de alunos na faixa etária de 18 a 24 anos em Educação Superior, pelo número total de jovens nessa mesma faixa etária, com Ensino Médio concluído.

Estratégias:

11.1) Garantir, em regime de colaboração entre a União e o Estado, no prazo de 06 (seis) anos, que todos os professores da Educação Básica do Município possuam formação específica em nível superior, obtida em curso de licenciatura, na área de conhecimento em que atuam.

11.2) Mapear e identificar a demanda da população em situação de ingresso no curso de Graduação e incentivar, prioritariamente, a formação de professores da Educação Básica, em todas as áreas que ofertam Licenciatura, bem como atender às necessidades de formação nas áreas específicas.

11.3) Construir, por meio de assistência financeira do FNDE/MEC, o polo da UAB (Universidade Aberta do Brasil) no Município de Paranatinga-MT.

11.4) Estabelecer parcerias com universidades públicas, privadas, filantrópicas, para a ampliação da oferta de vagas na Educação Superior, no Município.

11.5) Buscar parceria junto ao Estado/Unemat, União e iniciativa privada, visando a prover oferta de vagas para, pelo menos 33% (trinta e três por cento) da população paranatinguense apta ao ingresso no Ensino Superior.

11.6) Apoiar políticas do Estado e da União de expansão/interiorização do Ensino Superior público, visando à oferta de vagas no Município.

11.7) Cooperar permanentemente com o Estado e a União, no que concerne à expansão da oferta de vagas e melhoria da rede pública de Ensino Superior.

11.8) Incentivar ações e políticas para redução das desigualdades étnico-raciais, favorecendo o acesso e a permanência nos cursos de Graduação e Pós-Graduação;

11.9) Apoiar o acesso, a permanência e a conclusão, na formação em nível superior, de profissionais para atuação junto à população do campo e de comunidades indígenas.

11.10) Estimular o desenvolvimento e/ou o uso de ambientes virtuais de aprendizagem.

11.11) Incentivar a participação em processos seletivos nacionais e regionais para acesso à Educação Superior.

11.12) Estimular os munícipes a matricularem-se em cursos de Pós-Graduação lato sensu e stricto sensu, com vistas à formação profissional nas mais diversas áreas.

11.13) Incentivar em regime de colaboração entre a União e o Estado, que todos os profissionais da Educação tenham acesso a continuidade da formação em todos os níveis.

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

META 12 - Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, no prazo de 01 (um) ano de vigência deste PME, política de formação e valorização dos profissionais da educação.

Indicador - Número de vagas oferecidas para formação específica inicial e continuada, pelo número dos que atuam na educação e não possuem essa formação.

Estratégias:

12.1) Construir diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da Educação Básica, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no Magistério da Educação Básica.

12.2) Promover a entrada nas instituições públicas de nível superior, em cursos de Licenciatura, dos profissionais da rede pública que atuam na Educação Básica, em todas as etapas e modalidades.

12.3) Promover a participação de docentes com formação em nível médio, que atuam nas diversas modalidades, sejam não-licenciados, ou licenciados em área diversa da de atuação docente, que estejam em efetivo exercício, em cursos e programas especiais, para assegurar formação específica em nível superior, nas respectivas áreas de atuação.

12.4) Tornar pública, aos profissionais da educação, a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada, realizados em plataforma eletrônica e outros.

12.5) Participar de programas específicos, em parceria com os CEFAPRO´s (Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica) e com instituições superiores públicas, para a formação de profissionais da educação (formação inicial e continuada), com ênfase na Educação Especial, Indígena, do Campo, educação para o trabalho e respeito às diversidades.

12.6) Incentivar, até o último ano de vigência deste PME, **a** formação em nível de Pós- Graduação de 50% (cinquenta por cento) dos professores da Educação Básica e garantir a todos (as) os (as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações da rede de ensino.

12.7) Incentivar a participação em cursos que ofertam vagas para Pós-Graduação lato e stricto sensu, na área da educação.

12.8) Promover a participação dos profissionais da educação em cursos de formação continuada, de forma articulada e integrada com a prática, no contexto do processo educativo.

12.9) Divulgar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior, destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, de profissionais da educação de outros segmentos, que não os do Magistério.

12.10) Participar da política nacional de formação continuada para os (as) profissionais da educação de outros segmentos, que não os do Magistério, construída em regime de colaboração entre os entes federados.

12.11) Acompanhar e avaliar a formação docente inicial e continuada dos profissionais da educação.

12.12) Ampliar a oferta de cursos de licenciatura e de formação continuada para profissionais da Educação Básica pública e privada, possibilitando que tenham, também, conhecimentos do mundo virtual e das novas tecnologias educacionais.

12.13) Incentivar a participação de profissionais, atuantes na função de gestores da educação pública e privada, em cursos de formação continuada.

12.14) Incentivar a formação continuada, realizada junto a especialistas, de profissionais da Educação Básica pública e privada que atendem alunos com necessidades educacionais especiais.

12.15) Promover e dar condições de formação aos professores das redes pública e privada que atuam em Língua Espanhola ou Inglesa, para atender à demanda estabelecida.

12.16) Assegurar formação continuada aos profissionais que atuam na capacitação de profissionais da educação nas diversas etapas e modalidades.

12.17) Oferecer cursos de formação continuada em História e Cultura Afro-Brasileiras e em Relações Étnico-Raciais e Indígenas, aos profissionais da educação e especificamente aos professores das redes pública e privada que atuam nas disciplinas referidas nas Leis Federais nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008.

12.18) Oferecer, aos profissionais da educação pública e privada, formação continuada referente a gênero, sexualidade e orientação sexual, dentro do segmento diversidade, visando ao enfrentamento do sexismo e da homofobia/lesbofobia/transfobia, sob a perspectiva dos Direitos Humanos.

12.19) Oferecer, aos profissionais da Educação do Campo, em parceria com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Agricultura, Educação e outras instituições, formação continuada na área de agroecologia, sustentabilidade e economia solidária.

12.20) Promover formação continuada para profissionais da educação que atuam em escolas urbanas, do campo e indígenas.

12.21) Garantir e aplicar recursos pedagógicos, financeiros, humanos e físicos destinados à participação dos profissionais da educação da rede pública em fóruns, seminários e grupos de estudos relativos às temáticas da Educação.

12.22) Realizar, em regime de colaboração, o planejamento para atender à demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de Educação Superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e do Município.

12.23) Implantar composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, de literatura e de dicionários, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados pelo FNDE aos professores da rede pública de Educação Básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação.

12.24) Incentivar acesso a portal eletrônico que disponibiliza gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível, para subsidiar a atuação dos professores da Educação Básica.

12.25) Promover a participação dos professores das escolas públicas de Educação Básica do Município nas ações do Plano Nacional do Livro e Leitura, garantindo ao Magistério adesão a programas nacionais de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais.

META 13 - Valorizar, até o final do sexto ano de vigência deste PME, os profissionais de Educação Básica, de forma a equiparar o seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

Indicador - Rendimento dos profissionais da Educação Básica, pelo rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

Estratégias:

13.1) Assegurar, no prazo de dois anos, a reestruturação do Plano de Carreira, Cargos e Salários, Lei 533/2008, para os Profissionais da Educação Básica pública da rede municipal, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em Lei federal nos termos do art. 206, VIII, da Constituição Federal.

13.2) Constituir, por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, até o final do primeiro ano de vigência deste PME, Comissão Permanente, com representação de gestores das escolas, professores, técnicos administrativos educacionais, funcionários do apoio administrativo educacional, da Secretaria Municipal de Educação, representantes do Conselho Municipal de Educação - CME, do Conselho do FUNDEB e de Sindicatos, para subsidiar a reestruturação e implementação do PCCS (Plano de Carreira, Cargos e Salários), Lei 533/2008, e o acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais da Educação Básica pública.

13.3) Constituir, como tarefa da Comissão Permanente, o acompanhamento da evolução salarial da rede municipal, por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, periodicamente divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.

13.4) Implementar, no âmbito do Município, Plano de Carreira para os (as) profissionais do Magistério público de Educação Básica, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada integral de trabalho em um único estabelecimento escolar.

13.5) Assegurar no PCCS, Lei 533/2008, especialmente no que tange o regime de trabalho do professor, 1/3 (um terço) da jornada semanal para horas atividades, extraclasse, relacionadas ao processo didático-pedagógico.

13.6) Garantir concurso público para a rede municipal, respeitando o Plano de Carreira, a habilitação, as qualificações exigidas para os cargos e a disponibilidade de vagas reais.

13.7) Pleitear a assistência financeira específica da União ao Município para implementação de políticas de valorização dos (as) profissionais do Magistério, em particular o piso salarial nacional profissional.

13.8) Garantir aos profissionais da educação condições ambientais de trabalho, acesso e uso de equipamentos essenciais ao exercício de sua função e a sua qualificação profissional.

13.9) Elaborar, executar e garantir instrumentos legais que amparem o profissional da educação pública e privada, preservando a integridade física, psíquica e moral em caso de agressões de natureza verbal, física e psicológica, denúncia sem prova, punições sem justa causa.

13.10) Implantar acompanhamento aos profissionais iniciantes, para que sejam supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o Estágio Probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do (a) professor (a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.

13.11) Aderir, a cada 2 (dois) anos a partir do segundo ano de vigência do Plano Nacional de Educação e do PME, à prova nacional para subsidiar o Município na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do Magistério e da Educação Básica pública, realizados por iniciativa do Ministério da Educação.

13.12) Prever, no Plano de Carreira dos profissionais da educação do Município, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de Pós-Graduação stricto sensu.

13.13) Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades indígenas quanto ao provimento de cargos efetivos nessas escolas.

13.14) Assegurar o direito à Licença-Prêmio por assiduidade, aos profissionais da rede pública municipal.

13.15) Garantir direitos e condições dignas de atendimento ao profissional da Educação Municipal e agilidade nos processos de aposentadoria, para que esta seja publicada em, no máximo, 03 (três) meses, a partir do momento da solicitação.

13.16) Garantir aos profissionais da rede pública municipal atendimento da perícia médica neste Município.

13.17) Garantir o acesso à Seguridade Social, aos profissionais da educação.

13.18) Garantir assistência médica ao tratamento dos problemas relacionados à saúde, adquiridos no exercício da profissão.

13.19) Buscar meios para que os profissionais de contratos temporários emergenciais da rede pública de ensino tenham direito à remuneração de férias e de décimo terceiro salário.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

META 14 - Promover a adequação da Gestão Democrática, na Legislação Municipal.

Indicador - Lei da Gestão Democrática adequada na Legislação Municipal e aplicada na rede municipal.

Estratégias:

14.1) Designar equipe de trabalho, proposta, paritariamente, entre a entidade governamental, representantes da comunidade e dos profissionais da educação, para que, no prazo de um ano, sejam promovidas propostas de alteração da Lei 511/2008 (Lei Municipal de Gestão Democrática) com vistas a aprimorá-la, especialmente no que tange o regime de dedicação exclusiva, autonomia da gestão e que considere, conjuntamente, para a eleição dos Diretores e Diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar.

14.2) Ampliar os programas de apoio e formação aos (às) representantes do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE, do Conselho Municipal de Educação - CME, e de outros, e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

14.3) Estimular o fortalecimento dos Conselhos Deliberativos das Comunidades Escolares - CDCE´s, e do Conselho Municipal de Educação - CME, como instrumentos de participação e fiscalização da gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.

14.4) Estimular a participação e a consulta aos profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares referente à formulação dos Projetos Político-Pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares.

14.5) Assegurar, com recursos e apoio técnico da União, condições, no prazo de 02 (dois) anos, a efetivação da Gestão Democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas.

14.6) Atribuir à Comissão Permanente de Educação, juntamente à Secretaria Municipal de Educação, a realização das conferências municipais, bem como do acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução deste PME, a cada dois anos.

14.7) Estimular a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

14.8) Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, nos estabelecimentos de ensino.

14.9) Incentivar a participação em programas de formação de diretores e gestores escolares a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos.

14.10) Implantar a avaliação sistêmica do processo educacional da Educação Básica, na rede municipal, baseada na realidade, particularidades e peculiaridades locais.

14.11) Apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar, mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e o efetivo desenvolvimento da Gestão Democrática.

META 15 - Promover, continuamente, o Sistema Único de Ensino.

Indicador - Cumprimento do Art. 11, da Lei Complementar nº 49/98, com parceria Estado/Município.

Estratégias:

15.1) Estabelecer, por intermédio de instrumentos legais, cooperação entre o Estado e o Município, explicitando claramente os objetivos e as responsabilidades comuns no atendimento à escolarização básica, na sua

universalização, na qualidade do ensino e na gestão democrática, objetivando a implantação do Sistema Único de Educação.

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

META 16 - Garantir a aplicabilidade integral dos recursos financeiros públicos, conforme previsto em lei, destinados à educação.

Indicador - Total de recursos aplicados na educação, pelo total de recursos destinados para a educação.

Estratégias:

16.1) Garantir, imediatamente, a aplicabilidade integral dos recursos financeiros públicos destinados à educação, conforme o estabelecido na Lei Orgânica Municipal.

16.2) Atribuir, por intermédio de instrumentos legais, ao Secretário Municipal de Educação, a gestão de todos os recursos destinados à Educação municipal.

16.3) Utilizar o piso salarial profissional nacional, pautado na Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, como patamar mínimo de referência na reestruturação do Plano de Carreiras Cargos e Salários dos profissionais da Educação.

16.4) Implantar um padrão de gestão que priorize a destinação de recursos para as atividades--fim, a descentralização, a autonomia da escola, a equidade, o foco na aprendizagem dos alunos e a participação da comunidade.

16.5) Assegurar, por intermédio de instrumentos legais, a autonomia administrativa, pedagógica e financeira das escolas públicas, garantindo o repasse direto de recursos às despesas de manutenção e capital, para o cumprimento de sua proposta didático- pedagógica.

16.6) Avaliar os mecanismos de gestão dos recursos financeiros da escola atualmente existentes, construindo um plano de trabalho conjunto entre órgão gestor/unidade escolar/CDCE.

16.7) Assegurar, mediante instrumentos legais específicos, criação do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE Municipal, no prazo de 04 (quatro) anos.

16.8) Assegurar, por intermédio de instrumentos legais específicos, que o pagamento das tarifas de água, energia elétrica, internet e telefônicas das escolas públicas seja mantido pelas respectivas entidades mantenedoras, independente dos repasses para manutenção e conservação.

16.9) Assegurar, mediante instrumentos legais específicos, ampliação, fortalecimento e aperfeiçoamento dos mecanismos de acompanhamento, controle social, transparência e fiscalização da aplicação dos recursos da educação do Município.

16.10) Regulamentar, por Lei específica, até 2017, a disponibilidade do transporte escolar, obedecendo padrões de legislação de trânsito, para alunos e profissionais da educação do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Médio, no campo, em áreas urbanas, em terras indígenas e em assentamentos, que comprovadamente necessitem de atendimento.

16.11) Considerar, no planejamento da aplicação dos recursos do Município para a educação, o Custo Aluno Qualidade inicial - CAQi, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional, e o Custo Aluno Qualidade – CAQ, como parâmetro para o financiamento da educação de todas as etapas e modalidades da Educação Básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da rede municipal, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar, cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade - CAQ.

16.12) Solicitar da União, na forma da Lei, a complementação de recursos financeiros ao Município, para atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ.

16.13) Aprovar, no prazo de 6 (seis) meses, Lei de Responsabilidade Educacional, após a aprovação pela União da lei Nacional, assegurando padrão de qualidade da Educação Básica, na rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade medidas por institutos oficiais de avaliação educacionais.

Paranatinga-MT; 16 de Junho de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI DE Nº 1225/2015

LEI Nº 1225/2015.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E

DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR Vilson Pires, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º- Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura de despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo.: I

Fonte.: 0.1.22.00000 – Transferência de Convênio Educação.

Órgão.: 06 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Unidade.: 002 - Departamento de Educação e Cultura.

Função.: 12 - Educação.

Sub Função.: 365 – Educação Infantil.

Programa.: 0010 – Desenvolvimento da Educação Infantil.

Projeto/Atividade.: 1375 – Programa de Apoio a Creches.

Elemento de Despesa.:

4490.52.00 Aquisição de Equip. e Material Permanente....R$ 104.781,35

Total.....R$ 104.781,35

ARTIGO 2º- Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação na fonte do Convênio/Programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, Conforme Artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4. 320/1964.

Parágrafo I – Excesso de:

Fonte.: 0.1.22.00000 – Transferência de Convênio Educação.

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 104.781,35

ARTIGO 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 16 de junho de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI DE Nº 1226/2015

LEI Nº 1226/2015

"DENOMINA-SE A ACADEMIA DE SAÚDE DE "**NEIF CAVALCANTE JÚNIOR"** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Paranatinga, Srº. Vilson Pires, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, faz saber que Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1°- O nome da Academia de Saúde passa a ser denominada de "**NEIF CAVALCANTE JÚNIOR".**

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 16 de Junho de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI DE Nº 1219/2015

LEI Nº 1219/2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVOMUNICIPAL ABRIR CRÉDITOSADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E

DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR Vilson Pires, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura de despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo.: I

Fonte.: 0.1.22.00000 – Transferência de Convênio Educação.

Órgão.: 06 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Unidade.: 002 - Departamento de Educação e Cultura.

Função.: 12 - Educação.

Sub Função.: 365 – Educação Infantil.

Programa.: 0010 – Desenvolvimento da Educação Infantil.

Projeto/Atividade.: 1374 – Programa de Apoio a Creches – Brasil Carinhoso.

Elemento de Despesa.:

3390.30.00 Material de Consumo.....R$ 83.194,74

Total.....R$ 83.194,74

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação na fonte do Convênio/Programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, Conforme Artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4. 320/1964.

Parágrafo I – Excesso de :

Fonte.: 0.1.22.00000 – Transferência de Convênio Educação.

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 83.194,74

ARTIGO 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 16 de junho de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 134/2015

PORTARIA N° 134 DE 17 DE JUNHO DE 2015.

O Prefeito Municipal de Paranatinga, **Srº**. **VILSON PIRES** no exercício de suas funções e uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal específica:

RESOLVE:

I – Designar o servidor Srº. EDSON PAULO DOS SANTOS, inscrito no CPF/MF sob o nº 487.729.251-91 e portador do RG sob o nº 768513SSP/MT, para responder pelo cargo de Diretor Administrativo Financeiro do Serviço Municipal Autônomo e Saneamento Ambiental - SEMUSA.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, 17 de Junho 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI Nº 1215/2015

LEI Nº 1215/2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL O CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR EM RELAÇÃO AO CONTRATO DE Nº 022/2011 - CONCORRÊNCIA Nº 005/2010, DEVIDO A RESCISÃO CONTRATUAL ENTRE AS PARTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR VILSON PIRES,FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - **Fica o Executivo Municipal, autorizado o cancelar os restos a pagar em relação ao Contrato de nº 022/2011 - Concorrência de nº 005/2010, devido a rescisão contratual entre as partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT E A EMPRESA CONSTRUTORA FERREIRA LTDA.**

ARTIGO 2º- **Os restos a pagar que foram empenhados no valor de R$699.000,01(seiscentos e noventa e nove mil reais e um centavo) devem ser cancelados devido a Rescisão Contratual.**

ARTIGO 3º- **Todo e qualquer pagamento que vier a ser reclamado, devidamente inscrito em Restos a Pagar em relação ao Contrato de nº 022/2011 e Concorrência de nº 005/2010, ora cancelado, se legais e reais, poderá ser atendido á conta de dotação destinado as despesas de anos anteriores.**

ARTIGO 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ARTIGO 5º- **Registra-se, publica-se e cumpra-se.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 16 de Junho de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI DE Nº 1218/2015

LEI Nº 1218/2015.

"INCLUI NA LEI Nº 1113/2014 E NOS SEUS RESPECTIVOS ANEXOS - LDO PARA 2.015, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR Vilson Pires, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a incluir na lei de nº 1113/2014 e em seus respectivos anexos – LDO – 2015 a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura de despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 41 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo.: I

Fonte.: 0.1.22.00000 – Transferência de Convênio Educação.

Órgão.: 06 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Unidade.: 002 - Departamento de Educação e Cultura.

Função.: 12 - Educação.

Sub Função.: 365 – Educação Infantil.

Programa.: 0010 – Desenvolvimento da Educação Infantil.

Projeto/Atividade.: 1374 – Programa de Apoio a Creches – Brasil Carinhoso.

Elemento de Despesa.:

3390.30.00 Material de Consumo.....R$ 83.194,74

Total.....R$ 83.194,74

ARTIGO 2º- Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação na fonte do Convênio/Programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, Conforme Artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4. 320/1964.

Parágrafo I – Excesso de:

Fonte.: 0.1.22.00000 – Transferência de Convênio Educação.

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 83.194,74

ARTIGO 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 16 de junho de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI DE Nº 1223/2015

LEI Nº 1223/2015

"Inclui nos Anexos do Plano Plurianual – PPA 2014-2017, Lei nº 1011/2013, o programa que menciona e dá outras providencias."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR Vilson Pires, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a incluir nos anexos do Plano Plurianual – PPA 2014-2017, Lei de nº 1011/2013, para realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura da despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 41 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo.: I

Fonte.: 0.1.22.00000 – Transferência de Convênio Educação.

Órgão.: 06 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Unidade.: 002 - Departamento de Educação e Cultura.

Função.: 12 - Educação.

Sub Função.: 365 – Educação Infantil.

Programa.: 0010 – Desenvolvimento da Educação Infantil.

Projeto/Atividade.: 1375 – Programa de Apoio a Creches.

Elemento de Despesa.:

4490.52.00 Aquisição de Equip. e Material Permanente....R$ 104.781,35

Total.....R$ 104.781,35

ARTIGO 2º- Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação na fonte do Convênio/Programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, Conforme Artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4. 320/1964.

Parágrafo I – Excesso de :

Fonte.: 0.1.22.00000 – Transferência de Convênio Educação.

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 104.781,35

ARTIGO 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 16 de junho de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI Nº 1214/2015

LEI Nº 1214/2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL O CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR EM RELAÇÃO AO CONTRATO DE Nº 085/2014 - TOMADA DE PREÇOS DE Nº 010/2014, DEVIDO A RESCISÃO CONTRATUAL ENTRE AS PARTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR VILSON PIRES, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - **Fica o Executivo Municipal, autorizado o cancelar os restos a pagar em relação ao Contrato de nº 049/2014 - Pregão Presencial de nº 024/2014, devido a rescisão contratual entre as partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT E O SRº. ALOISIO RIBEIRO DA CUNHA.**

ARTIGO 2º- **Os restos a pagar que foram empenhados no valor de R$18.000,00(dezoito mil reais) devem ser cancelados devido a Rescisão Contratual.**

ARTIGO 3º- **Todo e qualquer pagamento que vier a ser reclamado, devidamente inscrito em Restos a Pagar em relação ao Contrato de nº 085/2014 e Tomada de Preços de nº 010/2014, ora cancelado, se legais e reais, poderá ser atendido á conta de dotação destinado as despesas de anos anteriores.**

ARTIGO 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ARTIGO 5º- **Registra-se, publica-se e cumpra-se.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 16 de Junho de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI DE Nº 1222/2015

LEI Nº 1222/2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E

DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR Vilson Pires, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º- Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura de despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo.: I

Fonte.: 0.1.22.00000 – Transferência de Convênio Educação.

Órgão.: 06 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Unidade.: 002 - Departamento de Educação e Cultura.

Função.: 12 - Educação.

Sub Função.: 365 – Educação Infantil.

Programa.: 0010 – Desenvolvimento da Educação Infantil.

Projeto/Atividade.: 1376 – Programa Manut. Da Educação Infantil – Transferência Automática.

Elemento de Despesa.:

4490.52.00 Aquisição de Equip. e Material Permanente....R$ 110.429,34

Total.....R$ 110.429,34

ARTIGO 2º- Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação na fonte do Convênio/Programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, Conforme Artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4. 320/1964.

Parágrafo I – Excesso de:

Fonte.: 0.1.22.00000 – Transferência de Convênio Educação.

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 110.429,34

ARTIGO 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 16 de junho de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI Nº 1212/2015

LEI Nº 1212/2015

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DA AUTARQUIA DO SERVIÇO MUNICIPAL AUTÔNOMO E SANEAMENTO AMBIENTAL - SEMUSA E OUTRAS DISPOSIÇÕES.

VILSON PIRES, Prefeito Municipal de Paranatinga MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica extinta a **SERVIÇO MUNICIPAL AUTÔNOMO E SANEAMENTO AMBIENTAL - SEMUSA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito com o CNPJ de nº 02.794.012/0001-60, instituída pela Lei Municipal nº 212, de 19 de Outubro de 2006.

§ 1º- O conjunto de bens e direitos do **SERVIÇO MUNICIPAL AUTÔNOMO E SANEAMENTO AMBIENTAL - SEMUSA**, extinta na forma do "caput" deste artigo, apurado em 31 de dezembro de 2014, é o constante do balanço patrimonial apurado no exercício financeiro de 2014, com as variações ocorridas até a data de sua extinção.

§ 2º- O conjunto de bens e direitos do SERVIÇO **MUNICIPAL AUTÔNOMO E SANEAMENTO AMBIENTAL - SEMUSA** será incorporado a Prefeitura de Paranatinga, e cedido por meio da concessão pública.

§ 3º-Os atos complementares e operacionais necessários à incorporação dos bens e direitos e à assunção das obrigações do SERVIÇO MUNICIPAL AUTÔNOMO E SANEAMENTO AMBIENTAL - SEMUSA pela Concessionária serão regulamentados por Decreto do prefeito Municipal.

Art. 2º- Os atuais servidores integrantes do quadro pessoal do SERVIÇO MUNICIPAL AUTÔNOMO E SANEAMENTO AMBIENTAL - SEMUSA ficam transferidos com seus respectivos cargos e remuneração para o quadro pessoal da Prefeitura Municipal de Paranatinga, tendo que se apresentar no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da data de fazer ou não a opção de permanecer no serviço público ou trabalhar na Concessionária do Serviço.

§ 1º- Ficam extintos os cargos em comissão e funções gratificadas da extinta autarquia e seus ocupantes serão exonerados por ato do Poder Executivo, com efeito retroativo e financeiro a trinta de abril de 2015.

§ 2º- Os servidores do SERVIÇO MUNICIPAL AUTÔNOMO E SANEAMENTO AMBIENTAL - SEMUSA perceberão a mesma remuneração dos servidores da Administração Direta Municipal que exerçam atribuições similares ou assemelhadas, respeitando-se o principio constitucional da irredutibilidade salarial.

§ 3º- Fica o Poder Executivo autorizado a instituir mediante lei o quadro de equivalência de cargos, vencimentos, carga horária e o local de trabalho, inclusive cujos cargos não existam similaridade ou assemelhados no Plano de Cargos e Carreiras da Administração Direta Municipal.

§ 4º- A incorporação a que se refere este artigo, será realizada sem prejuízo das vantagens pecuniárias pessoais que o servidor do SERVIÇO MUNICIPAL AUTÔNOMO E SANEAMENTO AMBIENTAL - SEMUSA perceber em decorrência de lei, sem prejuízo de outras que o Município venha a instituir, observado, em qualquer caso, o inciso XIV do artigo 37 da Constituição da República.

§ 5º- Durante o período em que a comissão instituída, nos termos do artigo 4º desta lei, estiver realizando o levantamento da situação funcional dos servidores do SERVIÇO MUNICIPAL AUTÔNOMO E SANEAMENTO AMBIENTAL - SEMUSA, estes continuarão a desempenhar as respectivas funções de seus cargos efetivos nas Secretarias a qual existe a compatibilidade de remuneração e função, até a efetiva incorporação aos quadros da Administração Direta Municipal.

§ 6º- Fica assegurado aos servidores que forem aproveitados pela concessionária Águas de Paranatinga, nos termos da Lei de concessão e contrato, o retorno aos quadros de funcionários da Prefeitura Municipal em caso de rescisão contratual.

Art. 3º- As obrigações que constituírem passivos do SERVIÇO MUNICIPAL AUTÔNOMO E SANEAMENTO AMBIENTAL - SEMUSA, serão assumidas, integralmente, pelo Município de Paranatinga.

§ 1º- Os créditos decorrentes nas faturas de consumo de água não adimplidas pelos usuários, até a data da emissão da Ordem de Serviço a Concessionária, serão exclusivamente da Prefeitura Municipal de Paranatinga, que notificará os seus devedores, inscreverá na divida ativa, protestará e ao final promoverá a execução fiscal, sucessivamente, a fim que não haja renuncia fiscal, nos termos da Lei Complementar 101/2000.

§ 2º- Serão integralmente cumpridos, com recursos oriundos do tesouro municipal, os compromissos relativos a contratos de financiamento e ou de parcelamentos de dívidas, contratos, termos aditivos, acordos, administrativos e judiciais, precatórios, ajustes e convênios celebrados ou assumidos pelo SERVIÇO MUNICIPAL AUTÔNOMO E SANEAMENTO AMBIENTAL - SEMUSA.

Art. 4º- O Prefeito Municipal nomeará servidores das Secretarias Municipais de Finanças, de Administração e de Obras para comporem as comissões necessárias para realizar:

I- levantamento do conjunto de bens do SERVIÇO MUNICIPAL AUTÔNOMO E SANEAMENTO AMBIENTAL - SEMUSA;

II- levantamento das obrigações que possam constituir passivos do SERVIÇO MUNICIPAL AUTÔNOMO E SANEAMENTO AMBIENTAL - SEMUSA, contábeis e financeiros.

III- situação funcional dos servidores do SERVIÇO MUNICIPAL AUTÔNOMO E SANEAMENTO AMBIENTAL - SEMUSA e sua incorporação aos quadros do Município.

PARÁGRAFO ÚNICO - As comissões terão o prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis a critério do Prefeito Municipal, a contar de sua nomeação, para realizar as atribuições que lhes forem designadas.

Art. 5º- O Município de Paranatinga assumirá todos os bens, direitos e obrigações do SERVIÇO MUNICIPAL AUTÔNOMO E SANEAMENTO AMBIENTAL - SEMUSA, para todos os efeitos legais e nos termos desta lei:

§ 1º- O Município de Paranatinga sucederá à autarquia extinta em todos seus direitos, créditos e obrigações, decorrentes de lei, ato administrativo ou contrato, bem assim nas demais obrigações pecuniárias, inclusive nas respectivas receitas, que passarão a ser recolhidas à conta do Tesouro Municipal.

§ 2º- A Procuradoria Geral do Município e a Secretaria de Obras adotarão as providências necessárias à celebração de termos aditivos, visando à adaptação dos instrumentos contratuais por elas firmados aos preceitos legais que regem os contratos em que seja parte o Município de Paranatinga.

§ 3º- Ficam garantidos os recursos orçamentários e financeiros necessários ao adimplemento das obrigações assumidas pelo SERVIÇO MUNICIPAL AUTÔNOMO E SANEAMENTO AMBIENTAL - SEMUSA até a data de sua efetiva extinção.

§ 4º- Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial destinado à transferência de recursos orçamentários correspondentes ao disposto neste artigo no orçamento de 2014.

§ 5º- Ficam os valores relativos a compromissos estabelecidos em contratos e convênios assinados pelo SERVIÇO MUNICIPAL AUTÔNOMO E SANEAMENTO AMBIENTAL - SEMUSA, reservados para liberação na forma dos respectivos cronogramas de desembolso. O Município providenciará a transferência dos recursos a Secretaria de Obras.

§6º- Ficam as rubricas orçamentárias referentes ao SERVIÇO MUNICIPAL AUTÔNOMO E SANEAMENTO AMBIENTAL - SEMUSA remanejadas a Secretaria Municipal de Obras, as quais serão regulamentas por Decreto do Poder Executivo Municipal

Art. 7º- Esta Lei entra em vigor com efeito retroativo à primeiro de Junho de 2015.

Paço Municipal, em 16 de Junho de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI DE Nº 1216/2015

LEI Nº 1216/2015

"Aprova o Plano Municipal de Educação - PME e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR VILSON PIRES, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º- Fica aprovado o Plano Municipal de Educação - PME, com vigência por 10 (dez) anos, na forma do Anexo I, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal e Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE.

Art. 2º- São diretrizes do PME:

I-erradicação do analfabetismo;

II- universalização do atendimento escolar;

III- superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV- melhoria da qualidade da educação;

V- formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI- promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII- promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII- Garantia da aplicabilidade integral dos recursos financeiros públicos, conforme previsto em lei, destinados à educação;

IX- valorização dos (as) profissionais da educação;

X- promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º- As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º- As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, o censo demográfico e os censos da educação básica e superior mais atualizado.

Art. 5º- A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de acompanhamento, avaliação e monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelas seguintes instâncias:

I- Secretaria Municipal de Educação.

II- Conselho Municipal de Educação – CME.

III- Comissão Permanente de Educação.

§ 1º- A administração Municipal deverá editar Decreto instituindo a Comissão Permanente de Educação no prazo de 90 (noventa) dias da publicação desta Lei, devendo a mesma ser composta paritariamente, entre a entidade governamental, representantes da comunidade e dos profissionais da educação.

§ 2º- Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações estrategicamente a todas as escolas do município e sociedade, publicando na imprensa e respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar o percentual de investimento público em educação.

Art. 6º- O município promoverá a realização de pelo menos 02 (duas) conferências municipais de educação até o final do PME, articuladas e coordenadas pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com outros órgãos relacionados à Educação.

§ 2º- As conferências de educação realizar-se-ão com intervalo de até 04 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução deste PME e subsidiar a elaboração do plano municipal de educação para o decênio subseqüente.

Art. 7º- O município, em regime de colaboração com a União e o Estado de Mato Grosso atuará, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano.

§ 1º- Caberá aos gestores do município à adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º- As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais, estaduais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º- O Município criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas deste PME.

§ 4º- Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada à consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º- O fortalecimento do regime de colaboração entre o Município, o Estado de Mato Grosso e a União incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

Art. 8º- O Município criará e aprovará em leis específicas, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação, até junho de 2017, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade.

Art. 9º- O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10- O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, em colaboração com o Estado de Mato Grosso, e o Município, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11- Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará a Câmara dos Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subseqüente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12- Fica atribuído ao Secretário Municipal de Educação, a gestão de todos os recursos destinados à Educação municipal.

Art. 13- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, MT, 16 de Junho de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

DEPARTAMENTO JURÍDICO
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº. 857/2015.

SÚMULA: **"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM O INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO - IFMT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Cessão de Uso com o Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT, cuja finalidade é disponibilizar espaço físico para a ampliação de oferta de cursos e proporcionar melhores condições de atuação do IFMT em Paranaíta/MT, nos moldes da minuta em anexo.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA/MT

Em, 17 de junho de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

MINUTA - TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO QUE CELEBRAM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA E O INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO – CAMPUS ALTA FLORESTA COM A FINALIDADE DE AMPLIAR A INFRAESTRUTURA DO NÚCLEO AVANÇADO DE PARANAÍTA.

O MUNICÍPIO DE PARANAÍTA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Alceu Rossi, s/n, Centro, inscrita no CNPJ/MT sob o nº. 03.239.043/0001-12, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor ANTONIO DOMINGO RUFATTO, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3224208 SSP/PR e do CPF/MF nº. 451.418.009-20, residente Setor Norte, Rua 114, nº 119, Cidade de Paranaíta, Estado de Mato Grosso doravante denominado PRIMEIRO CONVENENTE e de outro lado o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO – Campus Alta Floresta, inscrito no CNPJ: 10.784.782/0015-65, com sede na Rua A, nº 198, Centro, em Alta Floresta – MT, neste ato representado pelo seu representante legal, JULIO CESAR DOS SANTOS, brasileiro, casado, servidor público federal, exercendo o cargo de Diretor Geral deste Campus do IFMT, portador do RG: 3713653 e do CPF: 840.290.991-49, nomeado pela Portaria nº 985 de 02 de julho de 2014, doravante denominado SEGUNDO CONVENENTE, resolvem celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo tem por objetivo regulamentar a Cessão do prédio da Escola Municipal Nossa Senhora das Graças, localizado no Setor Jardim Amazônia, de propriedade da Prefeitura Municipal de Paranaíta ao IFMT – Campus Alta Floresta, para ampliação da estrutura física de funcionamento do Núcleo Avançado de Paranaíta, com finalidade e ampliar a oferta de cursos e proporcionar melhores condições de atuação do IFMT em Paranaíta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

I – DO PRIMEIRO CONVENENTE:

a) Disponibilizar para uso do IFMT – Campus Alta Floresta o prédio localizado na Escola Municipal Nossa Senhora das Graças, localizado no Setor Jardim Amazônia, até dezembro de 2016;

b) Custear as despesas de água, energia, telefonia, internet, limpeza e segurança até de dezembro de 2016.

II – DO SEGUNDO CONVENENTE

a) Realizar processo seletivo para oferta de mais uma turma de Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio para o ano letivo de 2016;

b) Ofertar curso de pós-graduação em formação de professores no Núcleo Avançado de Paranaíta no ano letivo de 2016;

c) Ofertar pelo menos 2 cursos FIC no Núcleo Avançado de Paranaíta no ano letivo de 2016; e,

d) Responsabilizar-se pela conservação e manutenção do prédio.

III – OBRIGAÇÕES COMPLEMENTAR

1. As obras e benfeitorias executadas pelo segundo convenente, sejam úteis, necessárias ou voluptuárias, reverter-se-ão ao patrimônio publico municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E RECURSOS

O presente termo não prevê valor de repasse entre os Convenentes, uma vez que trata da Cessão de uso de prédio visando a ampliação das atividades do Núcleo Avançado de Paranaíta.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente termo entra em vigor na data de sua assinatura e têm validade por 18 meses. Havendo consenso entre as partes o presente termo poderá ser renovado por período a ser definido pelas partes.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia deste termo fica condicionada à assinatura, que será realizada em reunião, após a aprovação da Câmara Municipal de Paranaíta, providenciado pela Primeira Convenente no prazo de 15 (dias), contados a partir da data de aprovação da Câmara.

CLÁUSULA SEXTA – DO RELATÓRIO PARCIAL DE EXECUÇÃO DAS ETAPAS DO PROCESSO DE DOAÇÃO

Ao término do período de vigência a comissão instituída pela Portaria Nº 12 de 11 de agosto de 2014/ALF/IFMT deverá formular relatório recomendando ou não a prorrogação estabelecida através deste Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA OFERTA DE NOVAS TURMAS

Sendo consensual entre as partes fica autorizada a renovação do termo de sessão de uso, podendo ser elaborado um termo aditivo ampliando o período de sessão, assim como as obrigações das partes Convenentes.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização e o acompanhamento da execução deste Termo de Cessão de Uso serão realizados pela Prefeitura Municipal de Paranaíta e pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Alta Floresta, através de seus representantes designados pela Portaria Nº 12 de 11 de agosto de 2014.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As reclamações, notificações e petições sobre o presente Termo, serão feitas por escrito e remetidas aos endereços constantes do preâmbulo deste Termo.

Subcláusula Primeira – Os casos omissos e as dúvidas que se originarem durante a execução do presente Termo serão dirimidos pelas partes, mediante Termo Aditivo, se necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleita a Justiça Federal em Mato Grosso, sem prejuízo de qualquer outro, por mais privilegiada que seja, como competente, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Convênio, desde que não forem solucionadas amigavelmente. E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, na presença das testemunhas que o subscreveram, para todos os efeitos legais.

Paranaíta, ___ de ___ de ____

_____

_____

JULIO CESAR DOS SANTOS ANTÔNIO DOMINGO RUFATTO Instituto Federal de Educação, Ciência Prefeito de Paranaíta – MT

e Tecnologia de Mato Grosso

Campus Alta Floresta

TESTEMUNHAS:

Nome:_____ Nome:_____

RG: RG:

CPF: CPF:

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2015

A Prefeitura Municipal de Paranaíta, através da sua Pregoeira nomeada pelo Decreto Municipal nº. 154/2015 torna público que no Pregão Presencial que se trata o Edital nº. 032/2015, levado a efeito às 08h00min horas do dia 10 de Junho de 2015, foi declarada vencedora do certame a empresa CENTROESTE RESIDUOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ n°. 09.255. 903/0001-98.

Paranaíta/MT, 18 de Junho de 2015.

Lizandra Bertolini

Pregoeira

RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2015 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2015

A Comissão do Teste Seletivo Público nº 001/2015 do município de Paranaíta, Estado de Mato Grosso, nomeado pela Portaria nº 234/2015, no uso de suas atribuições comunica aos interessados a HOMOLOGOÇÃO DAS INSCRIÇÕES.

Inscrições Deferidas:

Insc.	Candidato	Cargo
001	DEISIELEN RODRIGUES DOS SANTOS	SAUDE -> Agente Comunitário de Saúde - Micro Área 04 -
002	IVONETE MATOS	SAUDE -> Agente Comunitário de Saúde - Micro Área 04 -
003	ELAINE DE ALMEIDA	SAUDE -> Agente Comunitário de Saúde - Micro Área 04 -
004	PATRICIA MACIEL DA SILVA	SAUDE -> Agente Comunitário de Saúde - Micro Área 10 -
005	SANDRA APARECIDA ALCANTARA	SAUDE -> Agente Comunitário de Saúde - Micro Área 10 -

Comissão do Teste Seletivo Público, em Paranaíta-MT., 18.06.15

_____

Lucia Helena Rodrigues Elias

Presidente da Comissão Teste Seletivo n. 001/2015

Portaria nº 234/2015

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 022/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 035/2014

PREGÃO PRESENCIAL: N° 031/2014 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial.

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT, doravante denominada PREFEITURA, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal Sr. Antonio Domingo Rufatto, RESOLVE registrar os preços da empresa VALDIR GARCIA DA CRUZ 00239908139, inscrita no CNPJ nº. 12.458.452/0001-09, estabelecida na rua Clara Nunes, nº. 208, Centro, no Município de Alta Floresta/MT, representada neste ato pelo seu Proprietário Sr Valdir Garcia da Cruz, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços.

DO OBJETO: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de Atividades Artísticas nas modalidades de Ballet Clássico, Jazz-Dance, Street-dance, Dança de Salão, Expressão Corporal e Zumba, para atender as necessidades do Município de Paranaíta/MT.

ITEM	P. UNIT.	P. TOTAL	FORNECEDOR
01	35,15	71.178,75	VALDIR GARCIA DA CRUZ 00239908139

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93. Paranaíta - MT, 18 de Junho de 2015.

DEPARTAMENTO JURÍDICO
GABINETE DO PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 083/2015.

SÚMULA: "Dá nova redação ao Art. 3º, da Lei Municipal Nº 833/2015, que dispõe sobre a data do pagamento da verba indenizatória".

A Câmara Municipal de Paranaíta - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais, propôs e, o Plenário da Câmara Municipal aprovou, e eu Presidente, promulgo a seguinte Lei Complementar do Legislativo**.**

Art. 1º – Altera o Art. 3º, da Lei Municipal Nº. 833/2015, que passará a ter a seguinte redação:

".....
....."

Art. 3º - A Verba de que trata o caput do artigo 1º será paga mensalmente aos Vereadores até o dia 30 do respectivo mês, através de depósito ou transferência bancária nas contas correntes dos titulares ou cheque ao portador.

....."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA/MT,

Em, 19 de maio de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

EXTRATO CONTRATO Nº130-2015 A 137 MONITORES E PROFESSORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/MT

EXTRATO DE CONTRATOS DE MONITORES E PROFESSORES

Extrato de Contrato: **0130/2015**

Contratantes: **PMPP/ ROSIANE PEREIRA MARQUES**

Objeto: Contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Professor Pedagogo**, na Escola Municipal Ari Griesang.

Vigência: 16 de junho a 16 de dezembro de 2015.

Valor: Corresponde ao valor-base do cargo, constante no edital do Processo Seletivo Simplificado nº002/2015.

Extrato de Contrato: **0131/2015**

Contratantes: **PMPP/ ROSANGELA MOREIRA DE CARVALHO**

Objeto: Contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Professor Pedagogo**, na Escola Municipal Campos Sales I.

Vigência: 16 de junho a 16 de dezembro de 2015.

Valor: Corresponde ao valor-base do cargo, constante no edital do Processo Seletivo Simplificado nº002/2015.

Extrato de Contrato: **0132/2015**

Contratantes: **PMPP/ CLAUDEMIRA DE SOUZA REZENDE**

Objeto: Contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Professor Pedagogo**, na Escola Municipal Francisco Ferreira Gonçalves.

Vigência: 16 de junho a 16 de dezembro de 2015.

Valor: Corresponde ao valor-base do cargo, constante no edital do Processo Seletivo Simplificado nº002/2015.

Extrato de Contrato: **0133/2015**

Contratantes: **PMPP/ RAILDA DE SOUZA**

Objeto: Contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Professor de Geografia**, na Escola Municipal São Sebastião.

Vigência: 16 de junho a 16 de dezembro de 2015.

Valor: Corresponde ao valor-base do cargo, constante no edital do Processo Seletivo Simplificado nº002/2015.

Extrato de Contrato: **0134/2015**

Contratantes: **PMPP/ GENICLEIA GONÇALVES SALDANHA**

Objeto: Contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Professor de Matemática**, na Escola Municipal Francisco Ferreira Gonçalves.

Vigência: 16 de junho a 16 de dezembro de 2015.

Valor: Corresponde ao valor-base do cargo, constante no edital do Processo Seletivo Simplificado nº002/2015.

Extrato de Contrato: **0135/2015**

Contratantes: **PMPP/ JOSIANE OLIVEIRA LIMA**

Objeto: Contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Monitora I**, na Escola Municipal Dulce Meiry S. Sabine.

Vigência: 16 de junho a 16 de dezembro de 2015.

Valor: Corresponde ao valor-base do cargo, constante no edital do Processo Seletivo Simplificado nº002/2015.

Extrato de Contrato: **0136/2015**

Contratantes: **PMPP/ MARINALVA GONÇALVES PAULINO ESTEVÃO**

Objeto: Contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Monitora I**, na Escola Municipal Campos Sales I.

Vigência: 18 de junho a 18 de dezembro de 2015.

Valor: Corresponde ao valor-base do cargo, constante no edital do Processo Seletivo Simplificado nº002/2015.

Extrato de Contrato: **0137/2015**

Contratantes: **PMPP/ ELIANE FONSECA ALVES**

Objeto: Contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Monitora I**, na Escola Municipal São Sebastião.

Vigência: 18 de junho a 18 de dezembro de 2015.

Valor: Corresponde ao valor-base do cargo, constante no edital do Processo Seletivo Simplificado nº002/2015.

LEI N.º 856- PCCS EDUCAÇÃO

LEI Nº 856/2015

DE 09 DE JUNHO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DA ÁREA DA EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, ESTABELECE NORMAS DE ENQUADRAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARILEDI ARAUJO COELHO PHILIPPI, Prefeita Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

TÍTULO I

Da Estrutura da Carreira dos

Profissionais da Educação Pública Básica Municipal

CAPITULO I

Seção I

Da Finalidade

Art. 1º. Esta Lei estrutura a carreira estratégica dos Profissionais da Educação Pública Básica do Município de Pedra Preta – MT, tendo por finalidade organizá-la estruturá-la e estabelecer as normas sobre o regime jurídico de seu pessoal.

Parágrafo único. Entende-se por carreira estratégica aquela essencial para o oferecimento de serviço público, priorizado e mantido sob a responsabilidade do Município, com admissão exclusiva por concurso público, não podendo ser terceirizado, transferido a organização de direito

privado ou privatizado, com revisão obrigatória da remuneração a cada 12 (doze) meses dos profissionais da Educação Básica.

Seção II

Da Constituição da Carreira

Art. 2º. O quadro dos Profissionais da Educação Pública Básica Municipal é constituído de três classes de cargos:

I. Professor composto das atribuições inerentes as atividades de docência, de coordenação e assessoramento pedagógico e de direção de unidade escolar, carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

II. Técnico Administrativo Educacional composto de atribuições inerentes às atividades de administração escolar, de multimeios didáticos, de desenvolvimento infantil e outros que exijam formação mínima de ensino médio e profissionalização específica, após a profissionalização serão inclusos em uma tabela própria para profissionalizados e não profissionalizados com carga horária de 20 (Vinte) e 40 (quarenta) horas semanais, conforme edital do concurso.

III. Apoio Administrativo Educacional composto de atribuições inerentes ás atividades de nutrição escolar, de manutenção de infraestrutura, de transporte, de vigilância ou outras que requeiram formação em nível de ensino fundamental e profissionalização especifica, após a profissionalização serão inclusos em uma tabela própria para profissionalizados e não profissionalizados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais**.**

§1º. Serão enquadrados na categoria de técnico administrativo educacional, os agentes administrativos, os auxiliares administrativos, os monitores e os auxiliares de monitoria, que há épocas desta lei estiverem, de forma, não eventual, exercendo suas funções na Secretaria Municipal de Educação ou nos estabelecimentos municipais de ensino de Pedra Preta-MT.

§2º. Serão enquadrados na categoria de apoio educacional, os vigias, as merendeiras, as contínuas e os motoristas que há época desta lei estiveram, de forma, não eventual, exercendo suas funções na Secretaria Municipal de Educação ou nos estabelecimentos municipais de ensino de Pedra Preta-MT.

§3º. Fica a Secretaria Municipal de Educação autorizada a adequar a carga

horária da equipe de apoio e técnico administrativo de acordo com suas necessidades, prezando sempre a prestação e continuidade dos serviços realizados.

CAPÍTULO II

Das Séries de Classe dos Cargos da Carreira

Seção I

Da Série de Classe do Cargo de Professor

Art. 3º. O quadro dos Profissionais da Educação Básica é constituído de:

I. 03(três) cargos de carreira, de provimento efetivo:

a) Professor - composto das atribuições e atividades descritas no § 4º do art. 4º desta lei;

b) Técnico Administrativo Educacional - composto das atribuições e atividades descritas no art. 7º desta lei;

c) Apoio Administrativo Educacional - composto das atribuições e atividades descritas no art. 7º desta lei;

II. 04 (quatro) funções de dedicação exclusiva:

a) Diretor de unidade escolar, função composta das seguintes atribuições:

1. Representar a escola, responsabilizando-se pelo seu funcionamento;

2. Coordenar, em consonância com o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, a elaboração, a execução e a avaliação do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Escola observado as políticas públicas da Secretaria Estadual e Municipal de Educação, e outros processos de planejamento;

3. Coordenar a implementação do Projeto Político-Pedagógico da Escola, assegurando a unidade e o cumprimento do currículo e do calendário escolar;

4. Manter atualizado o tombamento dos bens públicos, zelando, em conjunto com todos os segmentos da comunidade escolar, pela sua conservação;

5. Dar conhecimento à comunidade escolar das diretrizes e normas emitidas pelos órgãos do sistema de ensino;

6. Submeter ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar para exame e parecer, no prazo regulamentado, a prestação de contas dos recursos financeiros repassados à unidade escolar;

7. Divulgar a comunidade escolar a movimentação financeira da escola;

8. Coordenar o processo de avaliação das ações pedagógicas e técnico-administrativo-financeiras desenvolvidas na escola;

9. Apresentar, anualmente, à Secretaria Municipal de Educação e à Comunidade Escolar, a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento da Escola, avaliação interna da escola e as propostas que visem à melhoria da qualidade do ensino e ao alcance das metas estabelecidas;

10. Cumprir e fazer cumprir a legislação vigente;

b) Coordenador pedagógico, função composta das seguintes atribuições:

1. Investigar o processo de construção de conhecimento e desenvolvimento do educando;

2. Criar estratégias de atendimento educacional complementar e integrada às atividades desenvolvidas na turma;

3. Proporcionar diferentes vivências visando o resgate da autoestima, a integração no ambiente escolar e a construção dos conhecimentos onde os alunos apresentam dificuldades;

4. Participar das reuniões pedagógicas planejando, junto com os demais professores, as intervenções necessárias a cada grupo de alunos, bem como as reuniões com pais e conselho de classe;

5. Coordenar o planejamento e a execução das ações pedagógicas da Unidade Escolar;

6. Articular a elaboração participativa do Projeto Pedagógico da Escola;

7. Coordenar, acompanhar e avaliar o projeto pedagógico na Unidade Escolar;

8. Acompanhar o processo de implantação das diretrizes da Secretaria Municipal de Educação relativa à avaliação da aprendizagem e ao currículo, orientando e intervindo junto aos professores e alunos quando solicitado e/ou necessário;

9. Coletar, analisar e divulgar os resultados de desempenho dos alunos, visando à correção e intervenção no Planejamento Pedagógico;

10. Desenvolver e coordenar sessões de estudos nos horários de hora-atividade, viabilizando a atualização pedagógica em serviço;

11. Coordenar e acompanhar as atividades nos horários de hora-atividade na unidade escolar;

12. Analisar/avaliar junto aos professores as causas da evasão e repetência propondo ações para superação;

13. Propor e planejar ações de atualização e aperfeiçoamento de professores e técnicos, visando à melhoria de desempenho profissional;

14. Divulgar e analisar, junto à Comunidade Escolar, documentos e diretrizes emanadas pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Estadual de Educação, buscando implementá-los na unidade escolar, atendendo às peculiaridades regionais;

15. Coordenar a utilização plena dos recursos de multimídias pelos professores, onde não houver um técnico em multimeios didáticos;

16. Propor e incentivar a realização de palestras, encontros e similares com grupos de alunos e professores sobre temas relevantes para a formação integral e desenvolvimento da cidadania;

17. Propor, em articulação com a Direção, a implantação e implementação de medidas e ações que contribuam para promover a melhoria da qualidade de ensino e o sucesso escolar dos alunos;

CAPÍTULO III

DOS CARGOS DA CARREIRA

Seção I

Do Cargo de Professor

Art. 4º. O cargo de Professor é estruturado em linha horizontal de acesso, identificada por letras maiúsculas.

§ 1º. As classes são estruturadas segundo a formação exigida para o provimento e para a progressão horizontal no cargo, de acordo com seguinte:

I. Classe A - habilitação específica de nível médio-magistério;

II. Classe B - habilitação especifica de grau superior no nível de graduação, representado por licenciatura plena e ou portadores de Diploma de Educação Superior com formação pedagógica conforme o art. 63, item II da Lei 9.394/96;

III. Classe C - habilitação específica de grau superior em nível de graduação, representado por licenciatura plena, com especialização, atendendo às normas do Conselho Nacional;

IV. Classe D: habilitação específica de grau superior em nível de

graduação, representado por licenciatura plena, com curso de mestrado na área de educação relacionada com sua habilitação;

V. Classe E: habilitação específica de grau superior em nível de graduação, representado por licenciatura plena, com curso de doutorado na

área de educação relacionada com sua habilitação.

§ 2º. Cada classe desdobra-se em níveis, indicados por algarismos arábicos de 01 a 12 que constituem a linha vertical de progressão.

§ 3º. Portaria emitida pelo Secretário titular da pasta disporá sobre as atribuições específicas dos professores com título de doutorado.

§ 4º. São atribuições específicas do professor:

I. Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal;

II. Elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação;

III. Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico;

IV. Desenvolver a regência efetiva;

V. Controlar e avaliar o rendimento escolar;

VI. Executar tarefa de recuperação de alunos;

VII. Participar de reunião de trabalho;

VIII. Desenvolver pesquisa educacional;

IX. Participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade;

X. Buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa;

XI. Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente;

XII. Cumprir a hora-atividade no âmbito da unidade escolar;

XIII. Manter a cota mínima de produção científica, que será estabelecida por meio de ato administrativo regulamentar.

XIV. Realizar a avaliação externa do Sistema Educacional.

Seção II

Dos Cargos de Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional

Art. 5º. O cargo de Técnico Administrativo Educacional Profissionalizado estrutura-se em linha horizontal de acesso.

§ 1° As classes são estruturadas segundo a formação exigida para o provimento e para a progressão horizontal no cargo, de acordo com os seguintes:

I. Classe A: habilitação no Ensino médio;

II. Classe B: habilitação no Ensino superior no nível de graduação;

III Classe C: habilitação específica de grau superior, com curso de

especialização lato sensu na área de gestão/administrativa escolar ou em área correlatas;

IV Classe D: habilitação em ensino superior, com curso de mestrado ou doutorado na área de atuação ou correlatas profissionalização específica.

§ 2° Cada classe desdobra-se em níveis, indicados por algarismos arábicos de 01 a 12 que constituem a linha vertical de progressão.

Art. 6º. O cargo de Apoio Administrativo Educacional estrutura-se em linha horizontal de acesso.

§ 1° As classes são estruturadas segundo a formação exigida para o provimento e para a progressão horizontal no cargo, de acordo com seguintes:

I. Classe A: habilitação no ensino fundamental completo;

II. Classe B: habilitação no ensino médio completo.

§ 2° Cada classe desdobra-se em níveis, indicados por algarismos arábicos de 01 a 12 que constituem a linha vertical de progressão.

Art. 7º. São atribuições do técnico Administrativo Educacional e do Apoio Administrativo Educacional:

I. Técnico Administrativo Educacional:

a) Administração Escolar, cujas principais atividades são: escrituração, arquivo, protocolo, estatística, atas, transferências escolares, boletins, relatórios relativos ao funcionamento das secretarias escolares; assistência e/ou administração dos serviços de almoxarifado, dos serviços de planejamento e orçamentários, dos serviços financeiros; dos serviços de manutenção e controle da infraestrutura; dos serviços de transporte, dos serviços de manutenção, guarda e controle dos materiais e equipamentos para a prática de esportes nas unidades escolares e outros;

b) Multimeios Didáticos, cujas principais atividades são: organizar, controlar e operar quaisquer aparelhos eletrônicos tais como: mimeógrafo,

videocassete, televisor, projetor de slides, computador, calculadora, fotocopiadora, retroprojetor, bem como outros recursos didáticos de uso especial, atuando ainda, na orientação dos trabalhos de leitura nas bibliotecas escolares, laboratórios e salas de ciências;

c) Desenvolvimento infantil (Monitor e auxiliar de monitoria) – auxiliar e apoiar nas atividades pedagógicas e recreativas da Educação Infantil; promover e zelar pela higiene, alimentação, segurança e saúde das crianças;

II. Apoio Administrativo Educacional:

a) Nutrição Escolar (merendeira), cujas principais atividades são: preparar os alimentos que compõem a merenda, manter a limpeza e a organização do local, dos materiais e dos equipamentos necessários ao refeitório e a cozinha, manter a higiene, a organização e o controle dos insumos utilizados na preparação da merenda e das demais refeições;

b) **Manutenção de Infraestrutura (contínua), cujas principais atividades são: limpeza e higienização das unidades escolares, execução de pequenos reparos elétricos, hidráulicos, sanitários e de alvenaria, execução da limpeza das áreas externas incluindo serviços de jardinagem;**

c) Transporte (motoristas), cujas principais atividades são: conduzir os veículos pertencentes à Secretaria Municipal de Educação de acordo com as disposições contidas no Código Nacional de Trânsito, manter os veículos sob sua responsabilidade em condições adequadas de uso e, detectar, registrar e relatar ao superior hierárquico todos os eventos mecânicos, elétricos e de funilaria anormais que ocorram com o veículo durante o uso;

d) Vigilância (vigias), cujas principais atividades são: fazer a vigilância das áreas internas e externas das unidades escolares e órgão central, comunicar ao diretor das unidades escolares ou chefia imediata todas as situações de risco à integridade física das pessoas e do patrimônio público sob sua responsabilidade;

§ 1º. O desenvolvimento das atribuições e atividades do Técnico e do Apoio Administrativo Educacional dar-se-á dentro das unidades escolares, nas quais serão lotados de acordo com as necessidades e conveniência da Unidade Escolar e da Secretaria Municipal de Educação, bem como do estabelecido no lotacionograma de cada unidade escolar.

TÍTULO II

Do Regime Funcional

CAPÍTULO I

Do Ingresso

Art. 8º. Para ingresso na Carreira dos Profissionais da Educação Pública Básica Municipal, serão obedecidos os seguintes critérios:

I. Ter a habilitação específica exigida para provimento de cargo público;

II. Ter escolaridade compatível com a natureza do cargo;

III. Ter registro profissional expedido por órgão competente, quando assim o exigir.

IV. Ser aprovado em Concurso Público de Provas e títulos.

Seção I

Do Concurso Público

Art. 9º. O concurso público para provimento dos cargos dos Profissionais da Educação Pública Municipal reger-se-á em todas as suas fases pelas normas estabelecidas na legislação que orienta os concursos públicos, em edital a ser baixado pelo órgão competente atendendo as demandas do município.

Parágrafo Único. O julgamento dos títulos será efetuado de acordo com os critérios estabelecidos pelo Edital de Abertura do Concurso.

Art. 10º. As provas do concurso público para a carreira dos Profissionais da Educação Básica deverão abranger os aspectos de formação geral e formação específica, de acordo com a habilitação exigida pelo cargo.

CAPÍTULO II

Das Formas de Provimento

Seção I

Da Nomeação

Art. 11º. Nomeação é a forma de investidura inicial em cargo público efetivo.

§ 1º. A nomeação obedecerá, rigorosamente, a ordem de classificação dos candidatos aprovados em concurso.

§ 2º. O nomeado adquire estabilidade após o cumprimento do estágio probatório, nos termos do Artigo 18 desta Lei Municipal.

§ 3º. A nomeação terá efeito de vinculação nos Estabelecimentos de Ensino da Rede Municipal ou Órgão Central.

Seção II

Da Posse

Art. 12º. Posse é investidura em cargo público mediante a aceitação expressa das atribuições de servidores e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura do termo pelo o servidor competente e pelo empossado.

Art. 13º. Haverá posse nos cargos da carreira dos Profissionais da Educação Pública Municipal, nos casos de nomeação.

Art. 14º. A posse será dada pela autoridade educacional hierarquicamente superior ao empossado, observadas as exigências legais e regulamentares para a investidura no cargo.

Art. 15º. A posse deverá ser efetuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do Ato de Provimento no Diário Oficial

do Estado e/ou no jornal de publicação dos Atos Oficiais do Município.

§ 1º. A requerimento do interessado, o prazo da posse poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias.

§ 2º. No caso do interessado não tomar posse no prazo previsto no caput deste artigo, tornar-se-á sem efeito a sua nomeação, ressalvado o previsto no parágrafo anterior.

§ 3º. A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

§ 4º. No ato da posse o servidor público, apresentará obrigatoriamente, declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

Art. 16º. A posse em cargo público dependerá de comprovada aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante inspeção médica oficial.

Seção III

Do Exercício

Art. 17º. Exercício é o efetivo desempenho do cargo para qual o Profissional da Educação Básica foi nomeado e empossado.

Parágrafo Único. Se o Profissional da Educação Básica não entrar em exercício no prazo de 30 (trinta) dias após a sua posse, tornar-se-á sem efeito a sua nomeação.

Seção IV

Do Estágio Probatório

Art.18. Ao entrar em exercício, o funcionário nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito ao estágio probatório por período de 36 (trinta e seis), meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objetos de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:

I – Zelo, eficiência e criatividade no desempenho das atribuições de seu cargo;

II – Assiduidade e pontualidade;

III – Produtividade, organização, qualidade no trabalho;

IV – Capacidade de iniciativa e de relacionamento, com demonstração de criatividade e sociabilidade;

V – Preparo profissional, demonstração de respeito e compromisso com a instituição;

VI – Participação nas atividades promovidas pela Instituição.

VII – Responsabilidade e disciplina;

VIII – Idoneidade moral e características de personalidade adequadas ao cargo.

§ 1º. Considera-se estágio probatório o período no qual se verificará o desempenho e o grau de aproveitamento do servidor recém-admitido na instituição e que servirá de prova para determinar a sua efetivação ou não no cargo para o qual foi nomeado.

§ 2º. A nomeação em cargo comissionado suspenderá o prazo do estágio probatório desde que as funções desempenhadas não se identifiquem com o cargo de origem.

Art. 19º. Durante o período do estágio probatório, estará sendo realizada, de forma permanente, a avaliação do desempenho do servidor público, de acordo com o que dispuser a legislação ou regulamento pertinente, devendo ser submetida à homologação da autoridade competente quatro meses antes de findo este período, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatores enumerados nos incisos do artigo anterior desta Lei, assegurando ampla defesa.

§ 1º. Para avaliação prevista no caput deste artigo será constituída Comissão de Avaliação com participação paritária entre o órgão da educação e o sindicato de representação dos Profissionais da Educação Pública Básica Municipal.

§ 2º. O Profissional da Educação Básica não aprovado no estágio probatório será exonerado, cabendo recurso ao dirigente máximo do sistema.

Seção V

Da Estabilidade

Art. 20º. O Profissional da Educação Básica habilitado em concurso

público e empossado em cargo de carreira adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 03 (três) anos de efetivo exercício, condicionada a aprovação no Estágio Probatório.

Art. 21º. O Profissional da Educação Básica estável só perderá o cargo:

I. Em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II. Mediante processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa;

III. Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei, assegurada ampla defesa;

IV. Em conformidade com as normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto no § 4o- do art. 169 da Constituição Federal.

Seção VI

Da Readaptação

Art. 22º. Readaptação é o aproveitamento do Profissional da Educação Pública Básica em cargo de atribuição e responsabilidade compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica acompanhada por equipe de avaliação.

§ 1º. Se julgado incapaz para o serviço público o readaptando será aposentado nos termos da lei vigente.

§ 2º. A readaptação será efetivada em cargo da carreira de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida.

§ 3º. Em qualquer hipótese, a readaptação não poderá acarretar redução da remuneração do Profissional da Educação Pública Básica.

Seção VII

Da Reversão

Art. 23º. Reversão é o retorno à atividade do Profissional da Educação Básica aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

Art. 24º. A reversão far-se-á a pedido, e no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação, com remuneração integral.

Parágrafo Único. Encontrando-se provido este cargo, o Profissional da Educação Básica exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Art. 25º. Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos idade ou que somados o tempo de exercício do cargo ao

tempo em que ficou aposentado alcance o tempo mínimo necessário para a aposentadoria por tempo de serviço.

Seção VIII

Da Reintegração

Art. 26º. Reintegração é a reinvestidura do Profissional da

Educação estável no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

§ 1º. Na hipótese do cargo ter sido extinto, o servidor público ocupará outro cargo equivalente ao anterior com todas as vantagens.

§ 2º. O cargo a que se refere o caput deste artigo somente poderá ser preenchido em caráter precário até o julgamento final.

Seção IX

Da Recondução

Art. 27º. Recondução é o retorno do Profissional da Educação Básica estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

I. Inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;

II. Reintegração do anterior ocupante.

Parágrafo único. Encontrando-se, provido o cargo de origem, o Profissional da Educação Básica será aproveitado em outro cargo.

Seção X

Da Disponibilidade e do Aproveitamento

Art. 28°. Aproveitamento é o retorno do Profissional da Educação Básica em disponibilidade ao exercício do cargo público.

Art. 29º. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o Profissional da Educação Básica estável ficará em disponibilidade, com

direito à percepção de remuneração proporcional ao tempo de serviço no cargo.

Art. 30º. O retorno à atividade do Profissional da Educação Básica em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e remunerações compatíveis com o anteriormente ocupado.

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Educação determinará o imediato aproveitamento do Profissional da Educação Básica em disponibilidade, em vaga que vier a ocorrer nos órgãos do Sistema de Educação Pública, na localidade em que trabalhava anteriormente ou em outra, atendendo ao interesse público.

Art. 31º. Será tornado sem efeito o aproveitamento e cessada a disponibilidade se o Profissional da Educação Básica não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.

Art. 32º. Havendo mais de um concorrente à mesma vaga, terá preferência o de maior tempo de disponibilidade e, no caso de empate, o de maior tempo de serviço público.

CAPÍTULO III

Da Vacância

Art. 33º. A vacância do cargo público decorrerá de:

I. Exoneração;

II. Remoção;

III. Readaptação;

IV. Demissão;

V. Aposentadoria;

VI. – Falecimento.

Art. 34º. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor público, ou de ofício.

Parágrafo Único. A exoneração de ofício dar-se-á:

I. Quando não satisfeita as condições do estágio probatório;

II. Quando, por decorrência do prazo, ficar extinta a punibilidade para demissão por abandono de cargo;

III. Quando, tendo tomado posse, não entrar em exercício no prazo estabelecido.

Art. 35º. A exoneração de cargo em comissão dar-se-á:

I. O juízo da autoridade competente, salvo os cargos ocupados mediante processos eletivos;

II. A pedido do próprio servidor público.

CAPÍTULO IV

Do Regime de Trabalho

Seção I

Da Jornada Semanal de Trabalho

Art. 36º. O regime de trabalho dos Professores da Educação Pública Municipal será de 30 (trinta) horas semanais, a saber:

a) 20 (vinte), horas da jornada semanal para atividades de regência de sala de aula;

b) 10 (dez), horas da jornada semanal para atividades relacionadas ao processo didático pedagógico, ou seja, horas de trabalho pedagógico (H. T.P.);

§1º. O professor poderá trabalhar em jornada de trabalho excedente (horas-aula excedente), com observância do seguinte:

I. A carga horária excedente fica limitada a 20 horas-aula excedentes garantindo a remuneração do valor aula trabalhada de acordo com a tabela em anexo;

II. A carga horária excedente depende de disponibilidade e não poderá causar prejuízos das atividades normais;

III. Poderá ser pleiteadas após a distribuição da grade normal e demais contratações dos interinos, após findar todo o processo de lotação normal.

§2º. Fica assegurado a todos os professores o correspondente a 1/3(um terço) de sua jornada semanal para atividades relacionadas com o

processo didático-pedagógico.

§ 3º. Constituem as horas-atividade mencionada no parágrafo anterior aquelas destinadas a preparação e avaliação do trabalho didático, a colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade, ao aperfeiçoamento profissional de acordo com a proposta pedagógica da escola e à elaboração de procedimentos para encaminhamento aos laboratórios de aprendizagem e apoio na aprendizagem dos alunos.

§ 4º. Na aplicação do preceito contido no parágrafo anterior, será observado o limite de até 50% (cinquenta por cento) da jornada de trabalho para professores em regência que desenvolverem atividades articuladas e previstas no projeto político pedagógico, aprovado pelo Conselho Deliberativo Escolar e ratificado pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 5º. As demais condições e normas de implantação e avaliação da hora-atividade serão definidas em regulamentação específica, por comissão paritária entre a Secretaria Municipal de Educação e o Sindicato da Categoria.

Art. 37º. O regime de trabalho dos demais Profissionais da Educação Básica do Município de Pedra Preta, isto é, Técnicos Administrativos Educacionais e Profissionais de Apoio Administrativo Educacional, será de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 38º. A distribuição da jornada de trabalho do Profissional da Educação Pública Básica Municipal é de responsabilidade da Unidade Escolar, devendo estar articulada ao Plano de Desenvolvimento Estratégico em se tratando de Unidade Escolar.

Art. 39º. Será atribuído o regime de dedicação exclusiva ao Profissional da Educação Básica municipal quando designado para exercer a função de Diretor Escolar, Coordenador Pedagógico, Secretário Escolar,

cuja adicional por exercício de função gratificada, não será incorporável para fins de aposentadoria com impedimento de exercício de outra atividade remunerada, seja pública ou privada.

§ 1º. A interrupção da convocação e a suspensão da concessão do

incentivo de que trata o caput do artigo ocorrerão:

I – A pedido do interessado;

II – Quando cessada a razão determinante da convocação ou da concessão;

III – Quando expirado o prazo de concessão do incentivo;

IV – Quando descumpridas as condições estabelecidas para a convocação ou a concessão o incentivo.

§ 2º. Ao Profissional da Educação Básica designado para exercer o regime de dedicação exclusiva será atribuído uma gratificação mensal incidente sobre o vencimento básico da carreira, conforme a classe em que estiver enquadrado.

§ 3º. A gratificação mensal para o (a) Diretor (a) será de 40% (Quarenta por cento) sobre o salário base e a dos demais (Atividade de Suporte Pedagógico, Administrativo, Planejamento e Secretário (a) de escola) no importe de 30% (trinta por cento) sobre o salário base.

TÍTULO IV

Da Movimentação na Carreira

CAPÍTULO I

Da Movimentação Funcional

Art. 40º. A movimentação funcional do Profissional da Educação Pública Municipal dar-se-á em duas modalidades:

I. Por promoção de classe;

III. Por progressão funcional.

Seção I

Da Promoção de Classe

Art. 41º. A promoção do Profissional da Educação Pública Básica Municipal, de uma classe para outra, imediatamente superior à que ocupa, na mesma série de classes, dar-se-á em virtude da nova habilitação específica alcançada pelo mesmo e devidamente comprovada.

I. O profissional nomeado para a carreira dos Profissionais da Educação Básica será enquadrado na classe e nível inicial.

II. Aos profissionais a serem enquadrados nas carreiras de professores, os coeficientes para os aumentos salariais de uma classe para a subsequente ficam estabelecidos nas tabelas em anexo (ANEXO I), referentes às cargas horárias de 25 horas semanais, 30 horas semanais e 38 horas semanais, com seus respectivos índices de percentagem e fazem parte integrante dessa Lei.

Art. 41-A. Aos profissionais a serem enquadrados nas carreiras de Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional aplicar-se-á, pelo período de 03 (três) anos, os mesmos coeficientes, métodos e requisitos e tabelas de progressão aos quais estão submetidos os demais servidores pertencentes aos quadros da Secretaria Geral de Coordenação Administrativa do Município de Pedra Preta, vigentes à época da sanção deste plano de cargos carreiras e salários.

I. A Progressão Horizontal desses profissionais dar-se-á de uma classe para outra imediatamente superior à que o servidor ocupa, na mesma série de classes do cargo, mediante comprovação da habilitação educacional, observado o cumprimento do intervalo mínimo de 01 (ano) ano de uma Classe para outra, com exceção dos servidores públicos efetivos e estáveis que na data do enquadramento já integravam o quadro da administração.

II. A progressão para os profissionais de que trata o artigo 41-A se dará no percentual de 10% (dez por cento) de uma classe para outra.

III. O total do índice de progressão que, eventualmente, fará jus estes servidores, quando do seu enquadramento, será pago da seguinte forma: 1/3 durante o ano de 2015, 1/3 durante o ano de 2016 e 1/3 durante do ano de 2017.

IV. O Servidor que nos 36 (trinta e seis meses) após o enquadramento, implementar os requisitos educacionais e temporais necessários à nova progressão, fará jus ao recebimento do respectivo índice, observando o disposto no item I, desse dispositivo.

V. O interregno aludido no artigo 41-A inicia-se com a sanção desta lei, e após o seu término, o Poder Executivo Municipal elaborará projeto de lei contendo os coeficientes para promoção de classe pelo qual se dará a progressão pela implementação dos requisitos descritos nos artigo 5º e 6º deste plano de cargos carreiras e salários.

Seção II

Da Progressão Funcional (Vertical)

Art. 42º. Profissional da Educação Pública Municipal obterá progressão funcional, de um nível para outro, mediante aprovação em processo contínuo e específico de avaliação, observada o interstício de 03 (três) anos.

§ 1º. Para a primeira progressão o prazo será contado a partir da data em que se der o exercício do profissional no cargo ou do seu enquadramento.

§ 2º. Decorrido o prazo previsto no “caput”; e não havendo processo

de avaliação, a progressão funcional dar-se-á automaticamente.

§ 3º. As demais normas da avaliação processual referida no “caput”

deste artigo, incluindo instrumentos e critério, terão regulamento próprio, definidos por Comissão Paritária constituída pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Sindicato representante dos Profissionais de Educação Pública Básica Municipal.

§ 4º. O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.

Seção III

Da Lotação e da Remoção

Art. 43º. A lotação consiste na vinculação à unidade escolar em que

o profissional da educação prestará efetivo exercício, e obedecerá a ordem de classificação final do concurso público, e poderá ser alterada a pedido do interessado de acordo com a existência de vaga na unidade pretendida ou por necessidade da Administração Pública.

Art. 44º. Remoção é o deslocamento do profissional da educação observada à lotação existente no âmbito do mesmo quadro com a mudança de unidade escolar.

§ 1º. Os profissionais da Educação Básica que estiverem prestando serviços na dependência da Secretaria Municipal de Educação ou em outros setores da mesma terão a garantia do retorno a sua escola de origem quando dispensados dessas atividades.

§ 2º. A remoção para a zona rural dentro do município, baseada no interesse público, deverá ser devidamente fundamentada, assegurando aos Profissionais da Educação Pública Básica auxílio transporte, moradia e alimentação, a cargo da Administração Pública em quantidade suficiente para a cobertura total destas despesas.

§ 3º. A remoção processar-se-á:

I. A pedido;

II. Por permuta;

III. Por motivo de saúde;

IV. Por transferência de um dos cônjuges, quanto este for servidor público.

§ 4º. A remoção dar-se-á exclusivamente em época de férias escolares.

§ 5º. A remoção por motivo de saúde dependerá de inspeção médica oficial, comprovando as razões apresentadas pelo requerente.

§ 6º. A remoção por permuta poderá ser concedida quando os requerentes exercerem atividades da mesma natureza, do mesmo nível e grau de habilitação.

TÍTULO V

Dos Direitos, das Vantagens e das concessões.

CAPÍTULO I

Do Subsídio

Art. 45º. O sistema remuneratório dos Profissionais da Educação Básica é estabelecido através de subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou qualquer outra espécie remuneratória, salvo os direitos a resguardados no art. 39, parágrafo 3º e art. 44, parágrafo 2º.

§ 1º. A revisão geral dos vencimentos estabelecidos para os cargos de provimento efetivo, bem como para cargos de provimento em comissão, deverá ser efetuada anualmente, por Lei específica, sempre na mesma data e com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, conforme disposto no artigo 37, inciso X da Constituição Federal e artigo 74 da Lei Orgânica do Município.

§ 2º. A revisão dos vencimentos mencionado no caput deste artigo ocorrerá, sempre, no mês de janeiro, a exceção do ano de 2015, em que se

efetivará durante o mês de maio.

§3º. Se da revisão não restar atendido o valor mínimo do piso nacional dos professores estabelecido em lei, fica o executivo municipal autorizado a adequar, mediante decreto, os respectivos vencimentos em respeito ao parâmetro nacional, mesmo que isso implique em reestruturação da carreira, caso comprometido o limite de despesa com pessoal a que alude a LRF.

§ 4º. Caso a gratificação natalina, referente ao ano de 2015, equivalente ao décimo terceiro salário dos servidores for pago na data do seu aniversário e este for compreendido no período corresponde entre janeiro e abril, a diferença salarial após a revisão anual será paga no mês subsequente a essa, corrigido monetariamente.

§ 5º. Fica incorporado ao salário base dos professores da Educação Básica, o adicional por tempo de serviço (ATS), ficando o provento principal unificado, não sendo mais aplicado o referido adicional a esses servidores.

Art. 46º. O professor que atuar em escola situada na zona rural em local de difícil acesso fará jus a uma ajuda de custo no importe equivalente a 5% (cinco) de seus vencimentos além do percentual garantido no art.44 parágrafo 2º.

Parágrafo Único. Considera-se escola situada em local de difícil acesso, aquela que está distante da sede do município e não é servida por transporte regular.

CAPITULO II

Dos Direitos

Seção I

Da Licença para Qualificação Profissional

Art. 47º. A licença para qualificação profissional se dará com prévia autorização do Chefe do Executivo Municipal através de publicação do ato na imprensa oficial do Município e consiste no afastamento do Profissional da Educação Básica do quadro de provimento efetivo, sem prejuízo de seus subsídios, assegurada a sua efetividade para todos os efeitos da carreira, que será concedida para frequência a cursos de pós-graduação, no País ou exterior, se de interesse da administração e será concedida:

I. Para frequência de cursos de atualização, em conformidade com a Política Educacional ou com Plano de Desenvolvimento Estratégico;

II. Para frequência a cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização profissional ou em nível de pós-graduação, e estágio, no País ou no exterior, se do interesse da unidade;

III. Para participar de Congressos e outras reuniões de natureza científica, cultural, técnica ou sindical, inerentes às funções desempenhadas pelo Profissional na Educação Básica.

Art. 48º. São requisitos para a concessão de licença para aperfeiçoamento profissional:

I. Exercício de 03 (três) anos ininterruptos na função;

II. Curso correlacionado com a área de atuação, em sintonia com a Política Educacional e com Projeto Político-Pedagógico da Escola.

III. Disponibilidade Orçamentária e Financeira.

Art. 49º. Os Profissionais da Educação Básica licenciado para fins de que trata o Art. 48, obrigam-se a prestar serviços no órgão de lotação, quando de seu retorno, por um período mínimo igual ao do seu afastamento.

Parágrafo Único. Ao servidor público beneficiado pelo disposto neste artigo não será concedida exoneração ou licença para tratar de interesse particular antes de decorrido período igual ao do afastamento, ressalvada a hipótese do ressarcimento da despesa havida com o mesmo afastamento.

Art. 50º. O número de licenciados para qualificação profissional não poderá exceder 1/10 (um décimo) dos servidores integrantes das carreiras desta lei, em efetivo exercício.

Parágrafo único. A licença de que trata o caput deste artigo será

concedida mediante requerimento fundamentado e projeto de estudo apresentado para apreciação do Conselho Deliberativo Escolar e anuência do Chefe do Executivo Municipal, com, no mínimo, 06 (seis) meses de antecedência.

Seção II

Das Férias

Art. 51º. O professor e os demais profissionais em efetivo exercício do cargo gozarão de férias anuais:

I. De 45 (quarenta e cinco) dias para professores, de acordo com o calendário escolar;

II. De 30 (trinta) dias para os demais profissionais, de acordo com a escala de férias;

Art. 52º. Os demais Profissionais da Educação Básica, em exercício fora da unidade escolar gozarão de 30 (trinta) dias de férias anuais, conforme onde estiver prestando serviço.

Art. 53º. É vedado levar à conta de férias, qualquer falta ao serviço, se devidamente justificadas.

Art. 54º. É proibida a acumulação de férias, salvo por absoluta necessidade do serviço e pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.

Art. 55º. Independente de solicitação será pago aos Profissionais da Educação Básica, por ocasião das férias, um adicional de 1/3 (um terço) da remuneração correspondente ao período de férias.

Art. 56º. Aplicam-se aos funcionários contratados temporariamente, o disposto nesta seção.

Seção III

Da Licença-Prêmio por Assiduidade

Art. 57º. Após cada quinquênio ininterrupto de efetivo exercício no serviço público municipal, o Profissional da Educação fará jus a 03 (três)

meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo.

§ 1º. Para fins de licença-prêmio de que trata este artigo, será considerado o tempo de serviço desde seu ingresso na educação pública municipal.

§ 2º. É facultado ao profissional da Educação fracionar a licença de que trata este artigo em até 03 (três) parcelas, desde que defina previamente os meses para gozo da licença.

§ 3º. Licença de que trata o 'caput', deste artigo será concedida mediante requerimento apresentado com 01 (um) mês de antecedência.

Art. 58º. Não se concederá licença-prêmio ao profissional da Educação que, no período aquisitivo:

I. Sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II. Afastar-se do cargo em virtude de:

a) Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem remuneração;

b) Licença para tratar de interesse particular;

c) Condenação à pena privativa de liberdade por sentença definitiva;

d) Afastamento para acompanhar cônjuge ou companheiro.

Parágrafo Único. As faltas injustificadas ao serviço retardarão a concessão da licença prevista neste Artigo, na proporção de um mês para cada falta.

Art. 59º. O número de Profissionais da Educação Básica em gozo simultâneo de Licença-prêmio, não poderá ser superior a 1/3 (um terço) da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade.

Art. 60º. Para possibilitar o controle das concessões da licença, o

órgão de lotação deverá proceder anualmente à escala dos Profissionais da Educação Básica que estarão em gozo de licença-prêmio por assiduidade.

CAPÍTULO III

Das Concessões e dos Afastamentos

Seção I

Das Concessões

Art. 61º. Sem qualquer prejuízo, poderá o Profissional da Educação Básica, ausentar-se do serviço:

I. Por 01 (um) dia, para doação de sangue;

II. Por 02 (dois) dias para se alistar como eleitor;

III. Por 08 (oito) dias consecutivos em razão de:

a) Casamento;

b) Falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela, irmãos.

Art. 62º. Será concedido horário especial ao Profissional da Educação Básica, estudante quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o do órgão, sem prejuízo do exercício do cargo.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horários na repartição, respeitada a duração semanal do trabalho.

Art. 63º. Ao Profissional da Educação Básica estudante, que mudar de sede no interesse da Administração, é assegurada, na localidade da nova residência ou na mais próxima, matrícula em instituição de ensino congênere, em qualquer época, independente de vaga, na forma e condições estabelecidas na legislação específica.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo estende-se ao cônjuge ou companheiro, aos filhos ou enteados do Profissional da Educação Básica que vivam na sua companhia, bem como aos menores sob guarda, com autorização judicial.

Seção II

Dos Afastamentos

Art. 64º. Aos Profissionais da Educação Básica fica vedada a disposição, cessão, para o exercício em outro órgão ou entidade dos poderes da União, do Distrito Federal e do Estado, com ônus para o órgão de origem.

Parágrafo único. Excetuam-se os Profissionais da Educação Básica cedidos para:

I – para exercer atividade em entidade sindical de classe,

II – para exercício de mandato eletivo, com direito a opção de remuneração;

III – para estudo ou missão no exterior, para frequência a cursos de

atualização, em conformidade com a Política Educacional ou com o Plano de Desenvolvimento Estratégico.

Art. 65º. Na hipótese do Inciso III do artigo anterior, o Profissional da Educação Básica não poderá ausentar-se do Estado ou do País para estudo ou missão oficial, sem autorização do Chefe do Executivo Municipal.

§ 1º. O afastamento não excederá 4 (quatro) anos e, finda a missão ou o estudo, somente decorrido igual período, será permitido novo afastamento.

§ 2º. Ao Profissional da Educação Básica beneficiado pelo disposto neste artigo não será concedida exoneração ou licença para tratar de interesse particular antes de decorrido período igual ao do afastamento, ressalvada a hipótese do ressarcimento da despesa havida com o mesmo afastamento.

Art. 66º. O afastamento do Profissional da Educação Básica para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere dar-se-á com direito a opção pelo subsídio.

CAPÍTULO IV

Do Tempo de Serviço

Art. 67º. É contado para todos os efeitos o tempo de serviço público Municipal prestado na Administração Direta, nas Autarquias e Fundações Públicas do Município, inclusive o das Forças Armadas.

Art. 68º. A apuração do tempo de serviço será feita em dias que serão convertidos em anos, considerado o ano como de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Parágrafo Único. Feita a conversão, os dias restantes, até 182 (cento e oitenta e dois), não serão computados, arredondando-se para 01 (um) ano quando excederem deste número, para efeito de aposentadoria.

Art. 69º. Além das ausências ao serviço previstas no Art. 64, são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

I – férias;

II – exercício de cargo em comissão ou equivalente em órgãos ou entidades dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

III – exercício de cargo ou função de governo ou administração, em qualquer parte do território nacional, por nomeação do Presidente da República, Governo Estadual e Municipal;

IV – Participação em programa de treinamento regularmente instituído;

V – Desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;

VI – Júri e outros serviços obrigatórios por lei;

VII – Licenças:

a) à gestante, à adotante e à paternidade;

b) para tratamento da própria saúde, até 02 (dois) anos;

c) por motivo de acidente em serviço ou doença profissional;

d) por convocação para o serviço militar;

e) qualificação profissional;

f) licença para acompanhar cônjuge ou companheiro;

g) licença para tratamento de saúde em pessoa da família;

h) desempenho de mandato classista.

i) prêmio por assiduidade;

VIII- Deslocamento para nova unidade escolar, de que trata o art.44, desta Lei;

IX- Participação em competição desportiva estadual e nacional ou convocação para integrar representação desportiva oficial nacional, no país ou no exterior, conforme disposto em Lei específica.

Art. 70º. Contar-se-á apenas para efeito de aposentadoria:

I. O tempo de serviço público federal, estadual e municipal mediante comprovação do serviço prestado e do recolhimento da previdência social.

II. A licença para atividade política;

III. O tempo correspondente ao desempenho de mandato eletivo federal, distrital, estadual, municipal anterior ao ingresso no serviço público municipal;

IV. O tempo de serviço relativo a tiro de guerra.

§ 1º. O tempo de serviço a que se refere o inciso I deste artigo não poderá ser contado em dobro ou com quaisquer outros acréscimos, salvo se houver norma correspondente na legislação municipal.

§ 2º. O tempo em que o Profissional da Educação pública esteve

aposentado ou em disponibilidade será contado apenas para nova aposentadoria ou disponibilidade.

§ 3º. É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função em órgão ou entidades dos Poderes da União, Estado, Distrito Federal e Município, Autarquia, Fundação Pública, Sociedade de Economia Mista e Empresa Pública.

CAPÍTULO V

Da Aposentadoria

Art. 71º. A aposentadoria dos Profissionais da Educação Pública Básica Municipal obedecerá aos critérios e requisitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 pelas emendas Constitucionais posteriormente editadas.

Art. 72º. A aposentadoria compulsória será automática e declarada por ato, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor público atingir a idade limite de permanência no serviço ativo.

Art. 73º. A aposentadoria voluntária ou por invalidez vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.

§ 1º. A aposentadoria por invalidez será procedida de licença para tratamento de saúde, por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses.

§ 2º. Expirado o período de licença e não estando em condições de reassumir o cargo ou de ser readaptado, o Profissional da Educação Básica será aposentado.

§ 3º. O lapso de tempo compreendido entre o término da licença e a publicação do ato de aposentadoria será considerado como de prorrogação de licença e também contará como tempo de serviço.

Art. 74º. O provento de aposentadoria será calculado com observância do disposto nesta lei, revisto na mesma data e proporção,

sempre que se modificar o valor do subsídio do Profissional da Educação Básica em atividade.

CAPÍTULO VI

Dos Direitos e Deveres Especiais dos Profissionais da Educação Básica

Seção I

Dos Direitos Especiais

Art. 75º. Além dos direitos previstos nesta Lei, são direitos dos Profissionais da Educação Básica:

I. Ter a seu alcance informações educacionais, biblioteca, material didático-pedagógico, instrumentos de trabalho, bem como contar com assistência técnica que auxilie e estimule a melhoria de seu desempenho profissional e ampliação de seus conhecimentos;

II. Dispor, no ambiente de trabalho, de instalações adequadas e materiais técnicos e pedagógicos suficiente e adequado para que possa exercer com eficiência as suas funções;

III. Ter liberdade de escolha e utilização de materiais e procedimentos didáticos e de instrumento de avaliação do processo ensino aprendizagem, dentro dos princípios psicopedagógicos, objetivando alcançar o respeito à pessoa humana e à construção do bem comum;

IV. Ter acesso a recursos para a publicação de trabalhos e livros didáticos ou técnico-científicos;

V. Não sofrer qualquer tipo de discriminação moral ou material decorrente de sua opção profissional, ficando o infrator sujeito às penalidades previstas na Constituição Federal, Art. 5º, incisos V e XII;

VI. Reunir-se na unidade escolar para tratar de assuntos de interesse da categoria e da educação em geral, sem prejuízo das atividades escolares.

Seção II

Dos Deveres Especiais

Art. 76º. Aos integrantes do grupo dos Profissionais da Educação Básica no desempenho de suas atividades, além dos deveres comuns aos servidores públicos civis do Município, cumpre:

I. Preservar as finalidades da Educação Nacional inspiradas nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana;

II. Promover e/ou participar das atividades educacionais, sociais e culturais, escolares e extra-escolares em benefício dos alunos e da coletividade a que serve a escola;

III. Esforçar-se em prol da educação integral do aluno, utilizando processo que acompanhe o avanço científico e tecnológico e sugerindo também medidas tendentes ao aperfeiçoamento dos serviços educacionais;

IV. Comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade e executando as tarefas com zelo e presteza;

V. Fornecer elementos para permanente atualização de seus assentamentos junto aos órgãos da Administração;

VI. Assegurar o desenvolvimento do censo crítico e da consciência política do educando;

VII. Respeitar o aluno como sujeito do processo educativo e comprometer-se com a eficácia do seu aprendizado;

VIII. Comprometer-se com o aprimoramento pessoal e profissional através da atualização e aperfeiçoamento dos conhecimentos, assim como da observância aos princípios morais e éticos;

IX. Manter em dia registro, escriturações e documentações inerentes a função desenvolvida e à vida profissional;

X. Preservar os princípios democráticos da participação, da cooperação, do diálogo, do respeito à liberdade e da justiça social.

TÍTULO VI

Das Disposições Gerais

Art. 77º. A função de Diretor é considerada eletiva e deverá recair sempre em integrante da carreira dos Profissionais da Educação Básica Municipal, escolhido pela comunidade escolar.

§ 1º. A eleição, as atribuições e os demais critérios para escolha de diretores de que trata este artigo serão estabelecidos em Lei Específica.

Art. 78º. Os profissionais da Educação Básica poderão congregar-se em sindicato ou associação de classe, na defesa dos seus direitos, nos termos da Constituição Federal.

§ 1º. Ao profissional da Educação Básica quando no exercício de mandato eletivo em diretoria sindical ou associativa, representativa de categoria profissional da carreira, aplica-se o disposto no Art. 133 da Constituição Estadual vigente.

§ 2º. O Profissional da Educação Básica eleito e que estiver no exercício de função diretiva e executiva em Associação de Classe do Magistério, de âmbito Municipal, Estadual ou Nacional será dispensado pelo Chefe do Poder Executivo de suas atividades funcionais, sem qualquer prejuízo e direitos e vantagens.

Art. 79º. Em caso de necessidade comprovada, poderão ser admitidos Profissionais da Educação Básica mediante contrato temporário.

§ 1º. A admissão de que trata este artigo deverá observar as habilitações inerentes ao cargo do profissional substituído, priorizando o candidato com o melhor nível de habilitação.

§ 2º. Os órgãos competentes nos municípios deverão promover, anualmente, o cadastramento dos candidatos interessados e divulgar a relação nominal, com endereços e habilitações respectivas dos candidatos nas unidades escolares sob sua jurisdição, para seleção.

Art. 80º. É assegurado ao Profissional da Educação Básica ativo ou inativo o recebimento da gratificação natalina integral, garantida a

proporcionalidade aos contratos temporariamente.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I Seção I Do Reenquadramento, Criação e Extinção de Cargos.

Art. 81º. O enquadramento dos atuais professores nesta Lei dar-se-á pelo nível de habilitação e pelo tempo de serviço.

Art. 82º. O enquadramento dos atuais trabalhadores em educação nos cargos de Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional dar-se-á mediante a implementação dos requisitos descritos nos § 1° e § 2° do art. 2°, a promoção far-se-á conforme a regra do inciso I e II do art. 41, ambos desta lei.

§ 1º. No prazo de 05 (cinco) anos, os servidores enquadrados na carreira de Apoio Educacional deverão completar estudos necessários, de modo a serem enquadrados nesta lei.

§ 2º. Os estudos de que trata o parágrafo anterior devem ser garantidos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, através do órgão competente.

Art. 83º. No prazo de 90 (noventa) dias após a aprovação desta lei os professores em regime de 20 (Vinte), 25 (Vinte cinco) e 38 (Trinta e oito) horas aulas semanais de trabalho poderão optar pelo regime de 30 (Trinta) horas semanais asseguradas à remuneração correspondente, não

terão reduções salarial.

§ 1º. O pedido de reenquadramento deverá ser formulado por escrito, dirigido ao Secretário de Educação do Município, o qual formará expediente próprio e solicitará ao Prefeito Municipal que o defira mediante Decreto Municipal, passando a valer a partir da data da publicação.

§ 2º. A remuneração do professor será proporcional a cada jornada.

Seção II

Do Lotacionograma

Art. 84º. Para efeito da presente Lei, o lotacionograma geral da Secretaria de Educação corresponde ao número necessário de professores, Técnicos Administrativos Educacionais e Apoio Administrativo Educacional que preencham as condições exigidas para o exercício do cargo.

TÍTULO VIII

Das Disposições Finais

Art. 85º. A avaliação de desempenho, que tem por objetivo dar eficiência ao serviço público, será realizada anualmente, pelo chefe imediato do servidor, sob a orientação, coordenação e supervisão da comissão de efetivação funcional, constituída por 04 (quatro) membros, sendo 02 (dois) indicados pelos servidores de carreira e 2 (dois) indicados pelo (a) Prefeito (a) Municipal, com alternância de seus membros a cada 03 (três) anos, que serão nomeados por decreto do chefe do Poder Executivo Municipal.

***§ 1°** A avaliação de desempenho deverá procurar dar eficiência ao serviço e, nesse processo, serão considerados, no mínimo, os seguintes fatores:*

I. Capacidade técnica;

II. Eficiência;

III. Eficácia;

IV. Pontualidade;

V. Assiduidade;

VI. Capacidade de iniciativa;

VII. Produtividade;

VIII. Responsabilidade;

IX. Companheirismo.

§ 2° Para que a avaliação de desempenho seja efetiva, deverão ser observados os seguintes fatores:

I. Periodicidade;

II. Conhecimento prévio dos fatores de avaliação pelos servidores;

III. Objetividade e adequação dos processos e instrumentos de avaliação ao conteúdo ocupacional das carreiras;

IV. Fundamentação escrita da avaliação;

V. Conhecimento do resultado da avaliação pelo servidor.

§ 3° Os instrumentos de avaliação, de desempenho deverão ser preenchidos tanto pela chefia imediata do servidor quanto pelo próprio servidor e serão enviados à comissão de efetivação funcional, para análise e apuração.

§ 4° Integram a presente Lei os seguintes anexos:

Anexo I Tabelas de progressão dos servidores (Apoio e técnico administrativo);

Anexo II Tabelas de progressão dos professores;

Anexo III Avaliação de desempenho do servidor municipal;

Anexo IV Avaliação sintética do servidor municipal.

Art. 86º. O Poder Executivo Municipal, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias após a publicação desta Lei Municipal, procederá a regulamentação necessária a sua eficácia.

Parágrafo Único. A proposta da regulamentação que trata o caput deste artigo será elaborada por uma comissão composta de representante do Poder Executivo e dos Profissionais da Educação Básica Municipal, a serem indicados pela categoria.

Art. 87º. Aplica-se por analogia à presente, no que for compatível e no caso de omissão desta, a Lei Municipal 75/1998.

Art. 88º - Toda norma contida nesta Lei e seus anexos, que tenha repercussão econômica nas receitas e orçamento do Município obedecerá aos limites de gastos com pessoal estabelecidos nos artigos 20, 21 e 22, da Lei Complementar (Federal) nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade) respeitado o direito adquirido.

Art. 89º. Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 90º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT.

AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2015.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

Registrada nesta Secretaria e publicada no Diário Oficial.

MARIA ELISABETE PICOLO

Sec. Geral de Coord. Administrativa

ANEXOS

ANEXO III

AVALIACÃO DE DESEMPENHO DE SERVIDOR MUNICIPAL

I – ASSIDUIDADE

1- Considere como assiduidade, a regularidade em que o servidor comparece ao serviço.

( ) 10 - não faltou até a presente data.

( ) 7,5 - quando faltou, teve justificativa compatível, procurando avisar a chefia antecipadamente, evitando não comprometer os serviços.

( ) 5,0 - apesar de não corresponder com o bom andamento dos serviços faltou algumas vezes.

( ) 2,5 - falta constantemente, sem dar justificativa, comprometendo

Observações:

2 - Faça uma avaliação em poucas palavras do servidor, relacionando assiduidade, pontualidade e produtividade e no final de nota de 1 a 10, justificando.

II - DISCIPLINA:

1- Considere a seriedade e ética profissional na execução do trabalho.

( ) 10 - Mostra-se extremamente responsável no cumprimento de suas

tarefas, princípios e normas de serviço. Quando considera uma ordem inadequada apresenta sugestões, embora sempre acate para não prejudicar o serviço.

( ) 7,5 - Mostra-se sempre responsável no cumprimento de suas tarefas, seguindo os princípios e normas gerais do serviço.

( ) 5,0 - Mostra-se geralmente responsável no cumprimento de suas tarefas. Tende a não seguir os princípios e normas do serviço quando não concorda com eles.

( ) 2,5 - Mostra-se geralmente responsável ao cumprimento de suas tarefas. Acata os princípios e normas dos serviços embora os critique sempre, sem apresentar sugestões de melhorias.

Observações:

2 - Considere a capacidade do avaliado de tratar o público, os subordinados, os superiores e seus pares.

( ) 10 - Com grande facilidade de estabelecer relações, nunca cria problemas. É extremamente hábil em tratar com qualquer pessoa.

( ) 7,5 - Geralmente não cria problemas de relacionamento, controlando bem suas limitações no contato com as pessoas.

( ) 5,0 - Evita o relacionamento com as pessoas em geral, tanto quanto possível. Procura controlar suas deficiências neste sentido.

( ) 2,5 - Quando entra em contato com outras pessoas, frequentemente cria problemas de relacionamento.

III - CAPACIDADE DE NICIATIVA:

1- Considere a seriedade de apreensão do trabalho e a visão crítica dos seus pontos importantes, agindo acertadamente quando necessário.

( ) 10 - Sua vivacidade e percepção o ajuda muito nas tarefas que lhe são confiadas. Não falha por falta de iniciativa ou criatividade.

( ) 7,5 - Aprende com facilidade e possui a noção exata daquilo que é realmente importante. Toma a melhor iniciativa na hora certa.

( ) 5,0 - Aprende bem o trabalho em si, mas tem dificuldades em

utilizar sua criatividade para inovar e tem pouca iniciativa.

( ) 2,5 - Falta-lhe criatividade para inovar em sua rotina de trabalho. Não tem iniciativa para agir quando necessário.

Observações:

2 - Considere o relacionamento, disponibilidade e boa vontade para com o grupo de trabalho.

( ) 10 - Coopera espontaneamente dando o máximo de si. Tem ótimo relacionamento e mostra-se sempre disposto a ajudar os colegas.

( ) 7,5 - Não nega nunca auxílio quando é solicitado. Colabora com o grupo para o bom andamento do trabalho. Tem bom relacionamento com os colegas.

( ) 5,0 - Está disposto a colaborar somente quando solicitado e desde que não seja prejudicado.

( ) 2,5 - Raramente presta auxílio. Sua falta de colaboração prejudica o bom andamento o serviço. Cria problema no grupo.

IV PRODUTIVIDADE:

1- Considere regularidade a constância com as quais o avaliado

Desempenha as suas tarefas.

( ) 10 - Está entregue ao trabalho, dedicando-se a ele de forma regular e constante.

( ) 7,5 - A falta de constância e regularidade com que desempenha o seu trabalho, não chegam a comprometer o ritmo. Quando solicitado, ele se dedica e se recupera.

( ) 5,0 - Não é constante na realização do trabalho. Ora se dedica com empenho, ora não.

( ) 2,5 - É irregular ao realizar suas tarefas. Interrompe frequentemente o trabalho sem motivo real.

Observações:

2 - Considere até que ponto o avaliado é capaz de ser objetivo e abdicar das razões pessoais para atender os interesses profissionais do grupo. .

( ) 10 - Sua maturidade lhe dá grande destaque entre as demais pessoas ao considerar as circunstâncias de trabalho e os outros com perfeita imparcialidade. Suas conclusões decorrem de fatos lógicos.

( ) 7,5 - Quando devidamente esclarecido tem maturidade suficiente

para acatar outra opiniões. Procura ser imparcial em seus julgamentos.

( ) 5,0 - Precisa ser levado com muito jeito. Tem tendência a ser parcial e subjetivo ao considerar o seu trabalho de grupo.

( ) 2,5 - Considera seu trabalho e as pessoas que o cercam de maneira subjetiva. Só suas razões são válidas. É incapaz de dar razão a outra pessoa.

V - RESPONSABILIDADE:

1 - Considere a disposição e esforço pessoal em aperfeiçoar-se cada vez mais para assumir novos encargos e responsabilidades.

( ) 10 - Está sempre a par de todo o seu trabalho e interessa-se por assuntos que possam ajudá-lo a progredir, solicitando até maiores responsabilidades.

( ) 7,5 - Não decepciona quando solicitado a desincumbir de uma tarefa mais difícil. Neste caso, sua atuação satisfaz plenamente.

( ) 5,0 - Desenvolve seu trabalho rotineiramente, não quer assumir tarefas mais complicadas.

( ) 2,5 - Trabalha maquinalmente, ignorando os demais serviços de área. Não procura evoluir profissionalmente. Faz de seu trabalho uma ocupação secundária.

Observações:

2 - Considere a habilidade do avaliado em analisar os resultados decorrentes de suas decisões na área em que atua.

( ) 10 - Não se frustra diante de seu erro, antes procura compreendê-lo e identificar suas causas a fim de evitá-los em decisões futuras, desenvolve-se profissionalmente.

( ) 7,5 - Modifica seu comportamento quanto às decisões, sempre que consegue compreender que os resultados obtidos em sua área são inadequados.

( ) 5,0 - Nem sempre consegue reconhecer os resultados negativos ocorridos em sua área, mas quando o faz, analisa-os a fim de não cometê-los novamente.

( ) 2,5 - Raramente reconhece que os resultados negativos correspondem a sua responsabilidade.

A N E XO IV

AVALIAÇÃO SINTÉTICA DE SERVIDOR MUNICIPAL

Nome do Servidor Avaliado:

Data da Nomeação: Cargo: Secretaria:

ITEM	NOTA ATRIBUÍDA	PONTOS OBTIDOS
I - Assiduidade: 1ª Questão 2ª Questão		
II - Disciplina: 1ª Questão 2ª Questão		
III - Cap. Iniciativa: 1ª Questão 2ª Questão		
IV - Produtividade: 1ª Questão 2ª Questão		
V - Responsabilidade: 1ª Questão 2ª Questão		
TOTAL		

Pedra Preta – MT, em de .

- Secretário da Pasta: Chefia Imediata:

- RG: RG:

ANEXO DA LEI N.º 855/2015 - TABELAS

ANEXO II					
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA					
TABELA 01 DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS					
ADMINISTRAÇÃO GERAL - QUADRO I - ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO					
PROGRESSÃO VERTICAL		2,08%	PROGRESSÃO HORIZONTAL		10,00%
CLASSE	A	B	C	D	E
NÍVEL					
1	788	866,8	953,48	1.048,83	1.153,71
2	804,39	884,83	973,31	1.070,64	1.177,71
3	821,12	903,23	993,56	1.092,91	1.202,20
4	838,2	922,02	1.014,22	1.115,65	1.227,21
5	855,64	941,2	1.035,32	1.138,85	1.252,74
6	873,43	960,78	1.056,85	1.162,54	1.278,79
7	891,6	980,76	1.078,84	1.186,72	1.305,39
8	910,15	1.001,16	1.101,28	1.211,40	1.332,54
9	929,08	1.021,98	1.124,18	1.236,60	1.360,26

10	948,4	1.043,24	1.147,57	1.262,32	1.388,55
11	968,13	1.064,94	1.171,44	1.288,58	1.417,44
12	988,27	1.087,09	1.195,80	1.315,38	1.446,92
13	1.008,82	1.109,70	1.220,67	1.342,74	1.477,01
14	1.029,80	1.132,79	1.246,06	1.370,67	1.507,74
15	1.051,22	1.156,35	1.271,98	1.399,18	1.539,10
16	1.073,09	1.180,40	1.298,44	1.428,28	1.571,11
17	1.095,41	1.204,95	1.325,45	1.457,99	1.603,79
18	1.118,19	1.230,01	1.353,02	1.488,32	1.637,15
19	1.141,45	1.255,60	1.381,16	1.519,27	1.671,20
20	1.165,20	1.281,72	1.409,89	1.550,88	1.705,96
21	1.189,43	1.308,37	1.439,21	1.583,13	1.741,45
22	1.214,17	1.335,59	1.469,15	1.616,06	1.777,67
23	1.239,43	1.363,37	1.499,71	1.649,68	1.814,64
24	1.265,21	1.391,73	1.530,90	1.683,99	1.852,39
25	1.291,52	1.420,68	1.562,74	1.719,02	1.890,92
26	1.318,39	1.450,23	1.595,25	1.754,77	1.930,25
27	1.345,81	1.480,39	1.628,43	1.791,27	1.970,40
28	1.373,80	1.511,18	1.662,30	1.828,53	2.011,38
29	1.402,38	1.542,61	1.696,88	1.866,56	2.053,22
30	1.431,55	1.574,70	1.732,17	1.905,39	2.095,93
31	1.461,32	1.607,45	1.768,20	1.945,02	2.139,52
32	1.491,72	1.640,89	1.804,98	1.985,48	2.184,02
33	1.522,75	1.675,02	1.842,52	2.026,77	2.229,45
34	1.554,42	1.709,86	1.880,85	2.068,93	2.275,82
35	1.586,75	1.745,43	1.919,97	2.111,97	2.323,16

ANEXO II					
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA					
TABELA 02 DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS					
ADMINISTRAÇÃO GERAL - QUADRO II - ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO					
CARGO - MECÂNICO/MECÂNICO DE MAQUINAS PESADAS					
PROGRESSÃO VERTICAL		2,08%	PROGRESSÃO HORIZONTAL		10,00%
CLASSE / NÍVEL	A	B	C	D	E
1	890,59	979,65	1.077,61	1.185,38	1.303,91

2	909,11	1.000,03	1.100,03	1.210,03	1.331,03
3	928,02	1.020,83	1.122,91	1.235,20	1.358,72
4	947,33	1.042,06	1.146,27	1.260,89	1.386,98
5	967,03	1.063,73	1.170,11	1.287,12	1.415,83
6	987,15	1.085,86	1.194,45	1.313,89	1.445,28
7	1.007,68	1.108,45	1.219,29	1.341,22	1.475,34
8	1.028,64	1.131,50	1.244,65	1.369,12	1.506,03
9	1.050,03	1.155,04	1.270,54	1.397,59	1.537,35
10	1.071,87	1.179,06	1.296,97	1.426,66	1.569,33
11	1.094,17	1.203,59	1.323,94	1.456,34	1.601,97
12	1.116,93	1.228,62	1.351,48	1.486,63	1.635,29
13	1.140,16	1.254,18	1.379,59	1.517,55	1.669,31
14	1.163,88	1.280,26	1.408,29	1.549,12	1.704,03
15	1.188,08	1.306,89	1.437,58	1.581,34	1.739,47
16	1.212,80	1.334,08	1.467,48	1.614,23	1.775,65
17	1.238,02	1.361,82	1.498,01	1.647,81	1.812,59
18	1.263,77	1.390,15	1.529,17	1.682,08	1.850,29
19	1.290,06	1.419,07	1.560,97	1.717,07	1.888,78
20	1.316,89	1.448,58	1.593,44	1.752,78	1.928,06
21	1.344,28	1.478,71	1.626,58	1.789,24	1.968,17
22	1.372,25	1.509,47	1.660,42	1.826,46	2.009,10
23	1.400,79	1.540,87	1.694,95	1.864,45	2.050,89
24	1.429,92	1.572,92	1.730,21	1.903,23	2.093,55
25	1.459,67	1.605,63	1.766,20	1.942,82	2.137,10
26	1.490,03	1.639,03	1.802,93	1.983,23	2.181,55
27	1.521,02	1.673,12	1.840,43	2.024,48	2.226,93
28	1.552,66	1.707,92	1.878,72	2.066,59	2.273,25
29	1.584,95	1.743,45	1.917,79	2.109,57	2.320,53
30	1.617,92	1.779,71	1.957,68	2.153,45	2.368,80
31	1.651,57	1.816,73	1.998,40	2.198,24	2.418,07
32	1.685,93	1.854,52	2.039,97	2.243,97	2.468,36
33	1.720,99	1.893,09	2.082,40	2.290,64	2.519,71
34	1.756,79	1.932,47	2.125,71	2.338,29	2.572,11
35	1.793,33	1.972,66	2.169,93	2.386,92	2.625,61

ANEXO II

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

TABELA 03 DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS

ADMINISTRAÇÃO GERAL - QUADRO III - ENSINO MÉDIO COMPLETO

CARGOS: AGENTE ADMINISTRATIVO, OPERADOR DE COMPUTADOR,TÉCNICO

EM TOPOGRAFIA, TÉCNICO EM FISCALIZAÇÃO URBANA

PROGRESSÃO VERTICAL		2,08%	PROGRESSÃO HORIZONTAL		10,00%
CLASSE	A	B	C	D	E
NÍVEL					
1	890,59	979,65	1.077,61	1.185,38	1.303,91
2	909,11	1.000,03	1.100,03	1.210,03	1.331,03
3	928,02	1.020,83	1.122,91	1.235,20	1.358,72
4	947,33	1.042,06	1.146,27	1.260,89	1.386,98
5	967,03	1.063,73	1.170,11	1.287,12	1.415,83
6	987,15	1.085,86	1.194,45	1.313,89	1.445,28
7	1.007,68	1.108,45	1.219,29	1.341,22	1.475,34
8	1.028,64	1.131,50	1.244,65	1.369,12	1.506,03
9	1.050,03	1.155,04	1.270,54	1.397,59	1.537,35
10	1.071,87	1.179,06	1.296,97	1.426,66	1.569,33
11	1.094,17	1.203,59	1.323,94	1.456,34	1.601,97
12	1.116,93	1.228,62	1.351,48	1.486,63	1.635,29
13	1.140,16	1.254,18	1.379,59	1.517,55	1.669,31
14	1.163,88	1.280,26	1.408,29	1.549,12	1.704,03
15	1.188,08	1.306,89	1.437,58	1.581,34	1.739,47
16	1.212,80	1.334,08	1.467,48	1.614,23	1.775,65
17	1.238,02	1.361,82	1.498,01	1.647,81	1.812,59
18	1.263,77	1.390,15	1.529,17	1.682,08	1.850,29
19	1.290,06	1.419,07	1.560,97	1.717,07	1.888,78
20	1.316,89	1.448,58	1.593,44	1.752,78	1.928,06
21	1.344,28	1.478,71	1.626,58	1.789,24	1.968,17
22	1.372,25	1.509,47	1.660,42	1.826,46	2.009,10
23	1.400,79	1.540,87	1.694,95	1.864,45	2.050,89
24	1.429,92	1.572,92	1.730,21	1.903,23	2.093,55
25	1.459,67	1.605,63	1.766,20	1.942,82	2.137,10
26	1.490,03	1.639,03	1.802,93	1.983,23	2.181,55
27	1.521,02	1.673,12	1.840,43	2.024,48	2.226,93
28	1.552,66	1.707,92	1.878,72	2.066,59	2.273,25
29	1.584,95	1.743,45	1.917,79	2.109,57	2.320,53
30	1.617,92	1.779,71	1.957,68	2.153,45	2.368,80
31	1.651,57	1.816,73	1.998,40	2.198,24	2.418,07
32	1.685,93	1.854,52	2.039,97	2.243,97	2.468,36
33	1.720,99	1.893,09	2.082,40	2.290,64	2.519,71
34	1.756,79	1.932,47	2.125,71	2.338,29	2.572,11
35	1.793,33	1.972,66	2.169,93	2.386,92	2.625,61

ANEXO II					

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA					
TABELA 04 DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS					
ADMINISTRAÇÃO GERAL - QUADRO III - ENSINO MÉDIO COMPLETO					
CARGOS: GESTOR DE PATRIMÔNIO E FISCAL DE TRIBUTOS					
PROGRESSÃO VERTICAL		2,08%	PROGRESSÃO HORIZONTAL		10,00%
CLASSE	A	B	C	D	E
NÍVEL					
1	1.500,00	1.650,00	1.815,00	1.996,50	2.196,15
2	1.531,20	1.684,32	1.852,75	2.038,03	2.241,83
3	1.563,05	1.719,35	1.891,29	2.080,42	2.288,46
4	1.595,56	1.755,12	1.930,63	2.123,69	2.336,06
5	1.628,75	1.791,62	1.970,79	2.167,86	2.384,65
6	1.662,63	1.828,89	2.011,78	2.212,96	2.434,25
7	1.697,21	1.866,93	2.053,62	2.258,98	2.484,88
8	1.732,51	1.905,76	2.096,34	2.305,97	2.536,57
9	1.768,55	1.945,40	2.139,94	2.353,94	2.589,33
10	1.805,33	1.985,87	2.184,45	2.402,90	2.643,19
11	1.842,88	2.027,17	2.229,89	2.452,88	2.698,17
12	1.881,22	2.069,34	2.276,27	2.503,90	2.754,29
13	1.920,34	2.112,38	2.323,62	2.555,98	2.811,58
14	1.960,29	2.156,32	2.371,95	2.609,14	2.870,06
15	2.001,06	2.201,17	2.421,28	2.663,41	2.929,75
16	2.042,68	2.246,95	2.471,65	2.718,81	2.990,69
17	2.085,17	2.293,69	2.523,06	2.775,36	3.052,90
18	2.128,54	2.341,40	2.575,54	2.833,09	3.116,40
19	2.172,82	2.390,10	2.629,11	2.892,02	3.181,22
20	2.218,01	2.439,81	2.683,79	2.952,17	3.247,39
21	2.264,15	2.490,56	2.739,62	3.013,58	3.314,94
22	2.311,24	2.542,36	2.796,60	3.076,26	3.383,89
23	2.359,31	2.595,25	2.854,77	3.140,25	3.454,27
24	2.408,39	2.649,23	2.914,15	3.205,56	3.526,12
25	2.458,48	2.704,33	2.974,76	3.272,24	3.599,46
26	2.509,62	2.760,58	3.036,64	3.340,30	3.674,33
27	2.561,82	2.818,00	3.099,80	3.409,78	3.750,76
28	2.615,10	2.876,62	3.164,28	3.480,70	3.828,78
29	2.669,50	2.936,45	3.230,09	3.553,10	3.908,41

30	2.725,02	2.997,53	3.297,28	3.627,01	3.989,71
31	2.781,71	3.059,88	3.365,86	3.702,45	4.072,69
32	2.839,56	3.123,52	3.435,87	3.779,46	4.157,41
33	2.898,63	3.188,49	3.507,34	3.858,07	4.243,88
34	2.958,92	3.254,81	3.580,29	3.938,32	4.332,15
35	3.020,46	3.322,51	3.654,76	4.020,24	4.422,26

ANEXO II					
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA					
TABELA 05 DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS					
ADMINISTRAÇÃO GERAL - QUADRO III - ENSINO MÉDIO COMPLETO					
CARGO: ALMOXARIFE					
PROGRESSÃO VERTICAL		2,08%	PROGRESSÃO HORIZONTAL		10,00%
CLASSE	A	B	C	D	E
NÍVEL					
1	950	1.045,00	1.149,50	1.264,45	1.390,90
2	969,76	1.066,74	1.173,41	1.290,75	1.419,83
3	989,93	1.088,92	1.197,82	1.317,60	1.449,36
4	1.010,52	1.111,57	1.222,73	1.345,00	1.479,50
5	1.031,54	1.134,69	1.248,16	1.372,98	1.510,28
6	1.053,00	1.158,30	1.274,13	1.401,54	1.541,69
7	1.074,90	1.182,39	1.300,63	1.430,69	1.573,76
8	1.097,26	1.206,98	1.327,68	1.460,45	1.606,49
9	1.120,08	1.232,09	1.355,30	1.490,83	1.639,91
10	1.143,38	1.257,72	1.383,49	1.521,84	1.674,02
11	1.167,16	1.283,88	1.412,26	1.553,49	1.708,84
12	1.191,44	1.310,58	1.441,64	1.585,80	1.744,38
13	1.216,22	1.337,84	1.471,62	1.618,79	1.780,67
14	1.241,52	1.365,67	1.502,23	1.652,46	1.817,70
15	1.267,34	1.394,07	1.533,48	1.686,83	1.855,51
16	1.293,70	1.423,07	1.565,38	1.721,91	1.894,11
17	1.320,61	1.452,67	1.597,94	1.757,73	1.933,50
18	1.348,08	1.482,89	1.631,17	1.794,29	1.973,72
19	1.376,12	1.513,73	1.665,10	1.831,61	2.014,77
20	1.404,74	1.545,21	1.699,74	1.869,71	2.056,68
21	1.433,96	1.577,36	1.735,09	1.908,60	2.099,46

22	1.463,79	1.610,16	1.771,18	1.948,30	2.143,13
23	1.494,23	1.643,66	1.808,02	1.988,82	2.187,71
24	1.525,31	1.677,84	1.845,63	2.030,19	2.233,21
25	1.557,04	1.712,74	1.884,02	2.072,42	2.279,66
26	1.589,43	1.748,37	1.923,20	2.115,53	2.327,08
27	1.622,49	1.784,73	1.963,21	2.159,53	2.375,48
28	1.656,23	1.821,86	2.004,04	2.204,45	2.424,89
29	1.690,68	1.859,75	2.045,73	2.250,30	2.475,33
30	1.725,85	1.898,43	2.088,28	2.297,10	2.526,82
31	1.761,75	1.937,92	2.131,71	2.344,88	2.579,37
32	1.798,39	1.978,23	2.176,05	2.393,66	2.633,02
33	1.835,80	2.019,38	2.221,31	2.443,45	2.687,79
34	1.873,98	2.061,38	2.267,52	2.494,27	2.743,70
35	1.912,96	2.104,26	2.314,68	2.546,15	2.800,77

ANEXO II

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

TABELA 06 DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS

ADMINISTRAÇÃO GERAL - QUADRO III - ENSINO MÉDIO COMPLETO

CARGO: GESTOR E OPERADOR DOS PROGRAMAS E SISTEMAS

PROGRESSÃO VERTICAL		2,08%	PROGRESSÃO HORIZONTAL		10,00%
CLASSE / NÍVEL	A	B	C	D	E
1	1.200,00	1.320,00	1.452,00	1.597,20	1.756,92
2	1.224,96	1.347,46	1.482,20	1.630,42	1.793,46
3	1.250,44	1.375,48	1.513,03	1.664,33	1.830,77
4	1.276,45	1.404,09	1.544,50	1.698,95	1.868,85
5	1.303,00	1.433,30	1.576,63	1.734,29	1.907,72
6	1.330,10	1.463,11	1.609,42	1.770,36	1.947,40
7	1.357,77	1.493,54	1.642,90	1.807,19	1.987,91
8	1.386,01	1.524,61	1.677,07	1.844,78	2.029,25
9	1.414,84	1.556,32	1.711,95	1.883,15	2.071,46
10	1.444,27	1.588,69	1.747,56	1.922,32	2.114,55
11	1.474,31	1.621,74	1.783,91	1.962,30	2.158,53
12	1.504,97	1.655,47	1.821,02	2.003,12	2.203,43
13	1.536,28	1.689,90	1.858,89	2.044,78	2.249,26

14	1.568,23	1.725,05	1.897,56	2.087,31	2.296,05
15	1.600,85	1.760,93	1.937,03	2.130,73	2.343,80
16	1.634,15	1.797,56	1.977,32	2.175,05	2.392,55
17	1.668,14	1.834,95	2.018,45	2.220,29	2.442,32
18	1.702,83	1.873,12	2.060,43	2.266,47	2.493,12
19	1.738,25	1.912,08	2.103,29	2.313,62	2.544,98
20	1.774,41	1.951,85	2.147,04	2.361,74	2.597,91
21	1.811,32	1.992,45	2.191,69	2.410,86	2.651,95
22	1.848,99	2.033,89	2.237,28	2.461,01	2.707,11
23	1.887,45	2.076,20	2.283,82	2.512,20	2.763,42
24	1.926,71	2.119,38	2.331,32	2.564,45	2.820,90
25	1.966,79	2.163,46	2.379,81	2.617,79	2.879,57
26	2.007,70	2.208,46	2.429,31	2.672,24	2.939,47
27	2.049,46	2.254,40	2.479,84	2.727,82	3.000,61
28	2.092,08	2.301,29	2.531,42	2.784,56	3.063,02
29	2.135,60	2.349,16	2.584,08	2.842,48	3.126,73
30	2.180,02	2.398,02	2.637,82	2.901,61	3.191,77
31	2.225,36	2.447,90	2.692,69	2.961,96	3.258,16
32	2.271,65	2.498,82	2.748,70	3.023,57	3.325,93
33	2.318,90	2.550,79	2.805,87	3.086,46	3.395,10
34	2.367,14	2.603,85	2.864,23	3.150,66	3.465,72
35	2.416,37	2.658,01	2.923,81	3.216,19	3.537,81

ANEXO II

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

TABELA 07 DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS

ADMINISTRAÇÃO GERAL - QUADROS III E IV

CARGO ENSINO MÉDIO COMPLETO: FISCAL DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL

CARGO ENSINO MÉDIO COMPLETO E CURSO TÉCNICO: TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

PROGRESSÃO VERTICAL		2,08%	PROGRESSÃO HORIZONTAL		10,00%
CLASSE	A	B	C	D	E
NÍVEL					
1	1.020,00	1.122,00	1.234,20	1.357,62	1.493,38
2	1.041,22	1.145,34	1.259,87	1.385,86	1.524,44
3	1.062,87	1.169,16	1.286,08	1.414,68	1.556,15
4	1.084,98	1.193,48	1.312,83	1.444,11	1.588,52
5	1.107,55	1.218,30	1.340,13	1.474,15	1.621,56

6	1.130,59	1.243,64	1.368,01	1.504,81	1.655,29
7	1.154,10	1.269,51	1.396,46	1.536,11	1.689,72
8	1.178,11	1.295,92	1.425,51	1.568,06	1.724,87
9	1.202,61	1.322,87	1.455,16	1.600,68	1.760,74
10	1.227,63	1.350,39	1.485,43	1.633,97	1.797,37
11	1.253,16	1.378,48	1.516,32	1.667,96	1.834,75
12	1.279,23	1.407,15	1.547,86	1.702,65	1.872,92
13	1.305,83	1.436,42	1.580,06	1.738,07	1.911,87
14	1.333,00	1.466,30	1.612,92	1.774,22	1.951,64
15	1.360,72	1.496,79	1.646,47	1.811,12	1.992,23
16	1.389,03	1.527,93	1.680,72	1.848,79	2.033,67
17	1.417,92	1.559,71	1.715,68	1.887,25	2.075,97
18	1.447,41	1.592,15	1.751,37	1.926,50	2.119,15
19	1.477,52	1.625,27	1.787,79	1.966,57	2.163,23
20	1.508,25	1.659,07	1.824,98	2.007,48	2.208,23
21	1.539,62	1.693,58	1.862,94	2.049,23	2.254,16
22	1.571,64	1.728,81	1.901,69	2.091,86	2.301,04
23	1.604,33	1.764,77	1.941,24	2.135,37	2.348,91
24	1.637,70	1.801,47	1.981,62	2.179,78	2.397,76
25	1.671,77	1.838,94	2.022,84	2.225,12	2.447,64
26	1.706,54	1.877,20	2.064,91	2.271,41	2.498,55
27	1.742,04	1.916,24	2.107,86	2.318,65	2.550,52
28	1.778,27	1.956,10	2.151,71	2.366,88	2.603,57
29	1.815,26	1.996,79	2.196,46	2.416,11	2.657,72
30	1.853,02	2.038,32	2.242,15	2.466,37	2.713,00
31	1.891,56	2.080,72	2.288,79	2.517,67	2.769,43
32	1.930,90	2.123,99	2.336,39	2.570,03	2.827,04
33	1.971,07	2.168,17	2.384,99	2.623,49	2.885,84
34	2.012,06	2.213,27	2.434,60	2.678,06	2.945,86
35	2.053,92	2.259,31	2.485,24	2.733,76	3.007,14

ANEXO II					
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA					
TABELA 08 DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS					
ADMINISTRAÇÃO GERAL - QUADRO IV - ENSINO MÉDIO E CURSO TÉCNICO					
CARGO: TÉCNICO EM CONTABILIDADE					
PROGRESSÃO VERTICAL		2,08%	PROGRESSÃO HORIZONTAL		10,00%

CLASSE / NÍVEL	A	B	C	D	E
1	890,59	979,65	1.077,61	1.185,38	1.303,91
2	909,11	1.000,03	1.100,03	1.210,03	1.331,03
3	928,02	1.020,83	1.122,91	1.235,20	1.358,72
4	947,33	1.042,06	1.146,27	1.260,89	1.386,98
5	967,03	1.063,73	1.170,11	1.287,12	1.415,83
6	987,15	1.085,86	1.194,45	1.313,89	1.445,28
7	1.007,68	1.108,45	1.219,29	1.341,22	1.475,34
8	1.028,64	1.131,50	1.244,65	1.369,12	1.506,03
9	1.050,03	1.155,04	1.270,54	1.397,59	1.537,35
10	1.071,87	1.179,06	1.296,97	1.426,66	1.569,33
11	1.094,17	1.203,59	1.323,94	1.456,34	1.601,97
12	1.116,93	1.228,62	1.351,48	1.486,63	1.635,29
13	1.140,16	1.254,18	1.379,59	1.517,55	1.669,31
14	1.163,88	1.280,26	1.408,29	1.549,12	1.704,03
15	1.188,08	1.306,89	1.437,58	1.581,34	1.739,47
16	1.212,80	1.334,08	1.467,48	1.614,23	1.775,65
17	1.238,02	1.361,82	1.498,01	1.647,81	1.812,59
18	1.263,77	1.390,15	1.529,17	1.682,08	1.850,29
19	1.290,06	1.419,07	1.560,97	1.717,07	1.888,78
20	1.316,89	1.448,58	1.593,44	1.752,78	1.928,06
21	1.344,28	1.478,71	1.626,58	1.789,24	1.968,17
22	1.372,25	1.509,47	1.660,42	1.826,46	2.009,10
23	1.400,79	1.540,87	1.694,95	1.864,45	2.050,89
24	1.429,92	1.572,92	1.730,21	1.903,23	2.093,55
25	1.459,67	1.605,63	1.766,20	1.942,82	2.137,10
26	1.490,03	1.639,03	1.802,93	1.983,23	2.181,55
27	1.521,02	1.673,12	1.840,43	2.024,48	2.226,93
28	1.552,66	1.707,92	1.878,72	2.066,59	2.273,25
29	1.584,95	1.743,45	1.917,79	2.109,57	2.320,53
30	1.617,92	1.779,71	1.957,68	2.153,45	2.368,80
31	1.651,57	1.816,73	1.998,40	2.198,24	2.418,07
32	1.685,93	1.854,52	2.039,97	2.243,97	2.468,36
33	1.720,99	1.893,09	2.082,40	2.290,64	2.519,71
34	1.756,79	1.932,47	2.125,71	2.338,29	2.572,11
35	1.793,33	1.972,66	2.169,93	2.386,92	2.625,61

ANEXO II

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

TABELA 09 DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS

ADMINISTRAÇÃO GERAL - QUADRO V - ENSINO SUPERIOR					
CARGOS: CONTADOR E ENGENHEIRO CIVIL					
PROGRESSÃO VERTICAL		2,08%	PROGRESSÃO HORIZONTAL		10,00%
CLASSE	A	B	C	D	E
NÍVEL					
1	5.000,00	5.500,00	6.050,00	6.655,00	7.320,50
2	5.104,00	5.614,40	6.175,84	6.793,42	7.472,77
3	5.210,16	5.731,18	6.304,30	6.934,73	7.628,20
4	5.318,53	5.850,39	6.435,43	7.078,97	7.786,87
5	5.429,16	5.972,08	6.569,28	7.226,21	7.948,83
6	5.542,09	6.096,30	6.705,92	7.376,52	8.114,17
7	5.657,36	6.223,10	6.845,41	7.529,95	8.282,94
8	5.775,04	6.352,54	6.987,79	7.686,57	8.455,23
9	5.895,16	6.484,67	7.133,14	7.846,45	8.631,10
10	6.017,78	6.619,55	7.281,51	8.009,66	8.810,62
11	6.142,94	6.757,24	7.432,96	8.176,26	8.993,89
12	6.270,72	6.897,79	7.587,57	8.346,33	9.180,96
13	6.401,15	7.041,26	7.745,39	8.519,93	9.371,92
14	6.534,29	7.187,72	7.906,49	8.697,14	9.566,86
15	6.670,21	7.337,23	8.070,95	8.878,04	9.765,85
16	6.808,95	7.489,84	8.238,83	9.062,71	9.968,98
17	6.950,57	7.645,63	8.410,19	9.251,21	#######
18	7.095,14	7.804,66	8.585,12	9.443,64	#######
19	7.242,72	7.967,00	8.763,70	9.640,07	#######
20	7.393,37	8.132,71	8.945,98	9.840,58	#######
21	7.547,15	8.301,87	9.132,06	#######	#######
22	7.704,14	8.474,55	9.322,00	#######	#######
23	7.864,38	8.650,82	9.515,90	#######	#######
24	8.027,96	8.830,76	9.713,83	#######	#######
25	8.194,94	9.014,44	9.915,88	#######	#######
26	8.365,40	9.201,94	#######	#######	#######
27	8.539,40	9.393,34	#######	#######	#######
28	8.717,02	9.588,72	#######	#######	#######
29	8.898,33	9.788,16	#######	#######	#######
30	9.083,42	9.991,76	#######	#######	#######
31	9.272,35	#######	#######	#######	#######
32	9.465,22	#######	#######	#######	#######

33	9.662,09	#######	#######	#######	#######
34	9.863,06	#######	#######	#######	#######
35	#######	#######	#######	#######	#######

ANEXO II					
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA					
TABELA 10 DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS					
ADMINISTRAÇÃO GERAL - QUADRO V - ENSINO SUPERIOR					
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL					
PROGRESSÃO VERTICAL		2,08%	PROGRESSÃO HORIZONTAL		10,00%
CLASSE	A	B	C	D	E
NÍVEL					
1	2.500,00	2.750,00	3.025,00	3.327,50	3.660,25
2	2.552,00	2.807,20	3.087,92	3.396,71	3.736,38
3	2.605,08	2.865,59	3.152,15	3.467,36	3.814,10
4	2.659,27	2.925,19	3.217,71	3.539,48	3.893,43
5	2.714,58	2.986,04	3.284,64	3.613,11	3.974,42
6	2.771,04	3.048,15	3.352,96	3.688,26	4.057,08
7	2.828,68	3.111,55	3.422,70	3.764,97	4.141,47
8	2.887,52	3.176,27	3.493,90	3.843,29	4.227,61
9	2.947,58	3.242,34	3.566,57	3.923,23	4.315,55
10	3.008,89	3.309,78	3.640,75	4.004,83	4.405,31
11	3.071,47	3.378,62	3.716,48	4.088,13	4.496,94
12	3.135,36	3.448,89	3.793,78	4.173,16	4.590,48
13	3.200,57	3.520,63	3.872,70	4.259,96	4.685,96
14	3.267,15	3.593,86	3.953,25	4.348,57	4.783,43
15	3.335,10	3.668,61	4.035,47	4.439,02	4.882,92
16	3.404,47	3.744,92	4.119,41	4.531,35	4.984,49
17	3.475,29	3.822,81	4.205,10	4.625,61	5.088,17
18	3.547,57	3.902,33	4.292,56	4.721,82	5.194,00
19	3.621,36	3.983,50	4.381,85	4.820,03	5.302,04
20	3.696,69	4.066,35	4.472,99	4.920,29	5.412,32
21	3.773,58	4.150,93	4.566,03	5.022,63	5.524,89
22	3.852,07	4.237,27	4.661,00	5.127,10	5.639,81
23	3.932,19	4.325,41	4.757,95	5.233,75	5.757,12
24	4.013,98	4.415,38	4.856,92	5.342,61	5.876,87

25	4.097,47	4.507,22	4.957,94	5.453,73	5.999,11
26	4.182,70	4.600,97	5.061,06	5.567,17	6.123,89
27	4.269,70	4.696,67	5.166,34	5.682,97	6.251,27
28	4.358,51	4.794,36	5.273,79	5.801,17	6.381,29
29	4.449,17	4.894,08	5.383,49	5.921,84	6.514,02
30	4.541,71	4.995,88	5.495,47	6.045,01	6.649,51
31	4.636,18	5.099,79	5.609,77	6.170,75	6.787,82
32	4.732,61	5.205,87	5.726,46	6.299,10	6.929,01
33	4.831,05	5.314,15	5.845,57	6.430,12	7.073,13
34	4.931,53	5.424,68	5.967,15	6.563,87	7.220,26
35	5.034,11	5.537,52	6.091,27	6.700,40	7.370,44

ANEXO II

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

TABELA 11 DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS

ADMINISTRAÇÃO GERAL - QUADRO V - ENSINO SUPERIOR

CARGO: NUTRICIONISTA

PROGRESSÃO VERTICAL	2,08%	PROGRESSÃO HORIZONTAL	10,00%

CLASSE / NÍVEL	A	B	C	D	E
1	2.000,00	2.200,00	2.420,00	2.662,00	2.928,20
2	2.041,60	2.245,76	2.470,34	2.717,37	2.989,11
3	2.084,07	2.292,47	2.521,72	2.773,89	3.051,28
4	2.127,41	2.340,16	2.574,17	2.831,59	3.114,75
5	2.171,66	2.388,83	2.627,71	2.890,48	3.179,53
6	2.216,83	2.438,52	2.682,37	2.950,61	3.245,67
7	2.262,94	2.489,24	2.738,16	3.011,98	3.313,18
8	2.310,01	2.541,02	2.795,12	3.074,63	3.382,09
9	2.358,06	2.593,87	2.853,26	3.138,58	3.452,44
10	2.407,11	2.647,82	2.912,60	3.203,86	3.524,25
11	2.457,18	2.702,90	2.973,19	3.270,50	3.597,55
12	2.508,29	2.759,12	3.035,03	3.338,53	3.672,38
13	2.560,46	2.816,51	3.098,16	3.407,97	3.748,77
14	2.613,72	2.875,09	3.162,60	3.478,86	3.826,74
15	2.668,08	2.934,89	3.228,38	3.551,22	3.906,34
16	2.723,58	2.995,94	3.295,53	3.625,08	3.987,59

17	2.780,23	3.058,25	3.364,08	3.700,48	4.070,53
18	2.838,06	3.121,86	3.434,05	3.777,45	4.155,20
19	2.897,09	3.186,80	3.505,48	3.856,03	4.241,63
20	2.957,35	3.253,08	3.578,39	3.936,23	4.329,85
21	3.018,86	3.320,75	3.652,82	4.018,10	4.419,92
22	3.081,65	3.389,82	3.728,80	4.101,68	4.511,85
23	3.145,75	3.460,33	3.806,36	4.187,00	4.605,70
24	3.211,18	3.532,30	3.885,53	4.274,09	4.701,49
25	3.277,98	3.605,77	3.966,35	4.362,99	4.799,29
26	3.346,16	3.680,77	4.048,85	4.453,74	4.899,11
27	3.415,76	3.757,33	4.133,07	4.546,37	5.001,01
28	3.486,81	3.835,49	4.219,04	4.640,94	5.105,03
29	3.559,33	3.915,27	4.306,79	4.737,47	5.211,22
30	3.633,37	3.996,70	4.396,37	4.836,01	5.319,61
31	3.708,94	4.079,83	4.487,82	4.936,60	5.430,26
32	3.786,09	4.164,69	4.581,16	5.039,28	5.543,21
33	3.864,84	4.251,32	4.676,45	5.144,10	5.658,51
34	3.945,23	4.339,75	4.773,72	5.251,10	5.776,20
35	4.027,29	4.430,01	4.873,02	5.360,32	5.896,35

ANEXO II

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

TABELA 12 DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS

ADMINISTRAÇÃO GERAL - QUADRO II - ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

PROGRESSÃO VERTICAL	2,08%	PROGRESSÃO HORIZONTAL	10,00%

CLASSE / NÍVEL	A	B	C	D	E
1	788	866,8	953,48	1.048,83	1.153,71
2	804,39	884,83	973,31	1.070,64	1.177,71
3	821,12	903,23	993,56	1.092,91	1.202,20
4	838,2	922,02	1.014,22	1.115,65	1.227,21
5	855,64	941,2	1.035,32	1.138,85	1.252,74
6	873,43	960,78	1.056,85	1.162,54	1.278,79
7	891,6	980,76	1.078,84	1.186,72	1.305,39
8	910,15	1.001,16	1.101,28	1.211,40	1.332,54

9	929,08	1.021,98	1.124,18	1.236,60	1.360,26
10	948,4	1.043,24	1.147,57	1.262,32	1.388,55
11	968,13	1.064,94	1.171,44	1.288,58	1.417,44
12	988,27	1.087,09	1.195,80	1.315,38	1.446,92
13	1.008,82	1.109,70	1.220,67	1.342,74	1.477,01
14	1.029,80	1.132,79	1.246,06	1.370,67	1.507,74
15	1.051,22	1.156,35	1.271,98	1.399,18	1.539,10
16	1.073,09	1.180,40	1.298,44	1.428,28	1.571,11
17	1.095,41	1.204,95	1.325,45	1.457,99	1.603,79
18	1.118,19	1.230,01	1.353,02	1.488,32	1.637,15
19	1.141,45	1.255,60	1.381,16	1.519,27	1.671,20
20	1.165,20	1.281,72	1.409,89	1.550,88	1.705,96
21	1.189,43	1.308,37	1.439,21	1.583,13	1.741,45
22	1.214,17	1.335,59	1.469,15	1.616,06	1.777,67
23	1.239,43	1.363,37	1.499,71	1.649,68	1.814,64
24	1.265,21	1.391,73	1.530,90	1.683,99	1.852,39
25	1.291,52	1.420,68	1.562,74	1.719,02	1.890,92
26	1.318,39	1.450,23	1.595,25	1.754,77	1.930,25
27	1.345,81	1.480,39	1.628,43	1.791,27	1.970,40
28	1.373,80	1.511,18	1.662,30	1.828,53	2.011,38
29	1.402,38	1.542,61	1.696,88	1.866,56	2.053,22
30	1.431,55	1.574,70	1.732,17	1.905,39	2.095,93
31	1.461,32	1.607,45	1.768,20	1.945,02	2.139,52
32	1.491,72	1.640,89	1.804,98	1.985,48	2.184,02
33	1.522,75	1.675,02	1.842,52	2.026,77	2.229,45
34	1.554,42	1.709,86	1.880,85	2.068,93	2.275,82
35	1.586,75	1.745,43	1.919,97	2.111,97	2.323,16

ANEXO DA LEI N.º 856/2015- TABELAS

			ANEXO II								
	TABELA PROFESSORES - 25 HORAS SEMANAIS						I C N	B	C	D	E
PROG.VERTICAL	**CLASSES**	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	6,24	15,00	30,00	35,00	40,00
	NIVEIS						6,24				
6,24	1	1.189,53	1.367,96	1.546,39	1.605,87	1.665,34	6,24				
6,24	2	1.263,76	1.453,32	1.642,88	1.706,07	1.769,26	6,24				
6,24	3	1.342,62	1.544,01	1.745,40	1.812,53	1.879,66	6,24				
6,24	4	1.426,39	1.640,35	1.854,31	1.925,63	1.996,95	6,24				
6,24	5	1.515,40	1.742,71	1.970,02	2.045,79	2.121,56	6,24				
6,24	6	1.609,96	1.851,46	2.092,95	2.173,45	2.253,95	6,24				
6,24	7	1.710,42	1.966,99	2.223,55	2.309,07	2.394,59	6,24				
6,24	8	1.817,15	2.089,73	2.362,30	2.453,16	2.544,02	6,24				
6,24	9	1.930,54	2.220,13	2.509,71	2.606,24	2.702,76	6,24				
6,24	10	2.051,01	2.358,66	2.666,31	2.768,86	2.871,42	6,24				
6,24	11	2.178,99	2.505,84	2.832,69	2.941,64	3.050,59					
6,24	12	2.314,96	2.662,21	3.009,45	3.125,20	3.240,95					

				ANEXO II							
	TABELA PROFESSORES - 30 HORAS SEMANAIS						I C N	B	C	D	E
PROG. VERTICAL	CLASSES	A	B	C	D	E	6,24	5,00	20,00	30,00	40,00
	NIVEIS						6,24				
6,24	1	1.438,34	1.510,26	1.726,01	1.869,84	2.013,68	6,24				
6,24	2	1.528,09	1.604,50	1.833,71	1.986,52	2.139,33	6,24				
6,24	3	1.623,45	1.704,62	1.948,13	2.110,48	2.272,82	6,24				
6,24	4	1.724,75	1.810,99	2.069,70	2.242,17	2.414,65	6,24				
6,24	5	1.832,37	1.923,99	2.198,85	2.382,08	2.565,32	6,24				
6,24	6	1.946,71	2.044,05	2.336,06	2.530,73	2.725,40	6,24				
6,24	7	2.068,19	2.171,60	2.481,83	2.688,64	2.895,46	6,24				
6,24	8	2.197,24	2.307,10	2.636,69	2.856,42	3.076,14	6,24				
6,24	9	2.334,35	2.451,07	2.801,22	3.034,66	3.268,09	6,24				
6,24	10	2.480,01	2.604,01	2.976,02	3.224,02	3.472,02	6,24				
6,24	11	2.634,77	2.766,51	3.161,72	3.425,20	3.688,67					
6,24	12	2.799,18	2.939,14	3.359,01	3.638,93	3.918,85					

				ANEXO II							
	TABELA PROFESSORES - 38 HORAS SEMANAIS EXTINÇÃO						I C N		C	D	E
PROG. VERTICAL	CLASSES	A	B	C	D	E	6,24	15,00	30,00	60,00	65,00
	NIVEIS						6,24				
6,24	1	1.821,91	2.095,20	2.368,48	2.915,06	3.006,15	6,24				
6,24	2	1.935,60	2.225,94	2.516,28	3.096,96	3.193,74	6,24				
6,24	3	2.056,38	2.364,84	2.673,29	3.290,21	3.393,02	6,24				
12,00	4	2.184,70	2.512,40	2.840,11	3.495,51	3.604,75	12,00				
12,00	5	2.321,02	2.669,17	3.017,33	3.713,63	3.829,69	12,00				
6,24	6	2.465,85	2.835,73	3.205,61	3.945,37	4.068,66	6,24				
6,24	7	2.761,76	3.176,02	3.590,28	4.418,81	4.556,90	6,24				
6,24	8	3.093,17	3.557,14	4.021,12	4.949,07	5.103,72	6,24				
6,24	9	3.286,18	3.779,11	4.272,03	5.257,89	5.422,20	6,24				
6,24	10	3.491,24	4.014,92	4.538,61	5.585,98	5.760,54	6,24				
6,24	11	3.709,09	4.265,45	4.821,82	5.934,55	6.120,00	6,24				
6,24	12	3.940,54	4.531,62	5.122,70	6.304,86	6.501,89	6,24				

LEI N.º 854- DISPÕE QUE AFIXE NAS SALAS DE AULA O NÚMERO DO TELEFONE DO DISQUE DENÚNCIA

LEI Nº 854/2015

DE 09 DE JUNHO DE 2015

Dispõe que afixe nas salas de aula o número do telefone do disque denúncia contra qualquer tipo de violência, abuso e assédio sexual cometido contra menores e dá outras providências.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, Prefeita Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELASANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal, dentro do seu planejamento orçamentário, afixar nas as salas de aula municipais, o número do telefone

do disque denúncia, contra os abusos, violência e assédio sexual infanto-juvenil. (Disk 100).

Art.2º O Poder Público, por meio da Secretária Municipal de Educação viabilizará meios que indicarão os números dos telefones do disque denúncia (Disk 100, Conselhos Tutelares e demais entidades), assim como mensagens que incentivem aos menores a denunciarem os abusos sofridos, e informações com o que de fato constitui abusos, violência e assédio sexual infanto-juvenil.

Art.3º A Secretaria Municipal de Educação designará dentro de sua estrutura, órgão competente para fiscalização do cumprimento desta Lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor após sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT.

AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2015.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

Registrada nesta Secretaria e publicada no Diário Oficial.

MARIA ELISABETE PICOLO

Sec. Geral de Coord. Administrativa

199 2015- NOMEAÇÃO - JAIR MANFRIN FISCAL DE OBRAS

PORTARIA Nº 199/2015.

DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre NOMEAÇÃO e dá outras providências;

***MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI*, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - **NOMEAR** oSenhor JAIR MANFRIN, Engenheiro Civil contratado, para exercer o cargo de FISCAL DA OBRA/SERVIÇOS, referente às obras do Estádio Municipal de Pedra Preta – MT, Processo Licitatório na modalidade Carta Convite nº 003/2015, Contrato nº 014/2015.

ART. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2015.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

Registrada nesta Secretaria e

publicada no Diário Oficial.

MARIA ELISABETE PICOLO

Sec. Geral de Coord. Administrativa

LEI N.º 855 PCCS - ADM

LEI N.º 855/2015

DE 09 DE JUNHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, ESTABELECE NORMAS DE ENQUADRAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Em cumprimento ao que dispõe o artigo 39 da Constituição Federal, artigo 73 da Lei Orgânica do Município de Pedra Preta, fica aprovado novo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, no âmbito do Poder Executivo, destinado a organizar os cargos públicos de provimento efetivo dos profissionais da Administração Geral, fundamentado nos princípios de qualificação profissional e desempenho, observando-se as diretrizes da Lei Orgânica do Município bem como da Constituição Federal, com a finalidade de assegurar a continuidade da ação administrativa, a eficiência e a eficácia do serviço público.

Art. 2º - O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos do Poder Executivo Municipal tem por objetivo:

I - criar condições para a realização do servidor como instrumento de melhoria de suas condições de trabalho;

II - garantir o desenvolvimento na carreira de acordo com o tempo de serviço, avaliação de desempenho satisfatória e aperfeiçoamento profissional;

III - assegurar vencimento condizente com os respectivos níveis de formação escolar e tempo de serviço

Art. 3º - Ficam instituídas, na forma desta lei, as seguintes carreiras dos Profissionais da Administração Geral, profissionais da área da Administração Geral, segundo a natureza das atividades desenvolvidas e grau de escolaridade exigida:

I - Nível de Ensino Fundamental Incompleto

II - Nível de Ensino Fundamental Completo

III – Nível Médio

IV - Nível Superior

Parágrafo Único – A estrutura das carreiras dos Servidores Públicos Municipais da Administração Geral tem como fundamento a valorização dos profissionais, observados:

a) a unicidade do Regime Jurídico;

b) a manutenção do sistema permanente de formação continuada, acessível a todo servidor, com vistas ao aperfeiçoamento profissional e à ascensão na carreira;

c) o estabelecimento de normas e critérios que privilegiem, para fins de progressão na carreira, o desempenho profissional e a formação continuada do servidor;

d) a remuneração compatível com a complexidade das tarefas atribuídas ao servidor e o nível de responsabilidade dele exigido para desempenhar com eficiência as atribuições do cargo que ocupa.

e) a evolução do vencimento básico, do grau de responsabilidade e da complexidade de atribuições, de acordo com o grau e a classe em que o servidor esteja posicionado na carreira.

Art. 4º - Os cargos das carreiras de que trata esta Lei estão lotados nas unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Pedra Preta.

Art. 5º - A lotação dos cargos das carreiras de que trata esta Lei nos quadros de pessoal do Poder Executivo de Pedra Preta fica condicionada ao interesse da Administração, mediante autorização do (a) Chefe do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO II

DOS CONCEITOS ADOTADOS NESTA LEI

Art. 6º – Para efeito deste Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, considera-se:

I - **Avaliação de Desempenho –** Procedimento utilizado para medir o cumprimento das atribuições do cargo pelo servidor, bem como para permitir sua efetivação.

II - Cargo Público – Conjunto de atribuições e responsabilidades que se cometem a um servidor, criado por lei, com denominação própria, atribuições específicas, número certo de vagas e vencimento determinado pago pelos cofres públicos municipais.

III - Cargo Público Efetivo – Conjunto de atribuições e responsabilidades que se cometem a um servidor, criado por lei, com denominação própria, atribuições específicas, número certo de vagas e vencimento pago pelos cofres públicos municipais, destinados a ser preenchido por pessoa aprovada e classificada em Concurso Público.

IV - Cargo Público em Comissão – Conjunto de atribuições e responsabilidades que se cometem a um servidor, criado por lei, com denominação própria, atribuições específicas, número certo de vagas e vencimento pago pelos cofres públicos municipais e provido em caráter transitório, de livre nomeação e exoneração pelo (a) Prefeito (a) Municipal.

V – Carreira – conjunto de cargos de provimento efetivo para os quais os servidores poderão ascender através de classes e de níveis, mediante progressão;

VI - Classe – Conjunto de cargos com a mesma denominação, com o mesmo nível de complexidade e responsabilidade, e o mesmo grau de escolaridade, indicado na Tabela de Vencimentos pelas letras A, B, C, D e E.

VII - Demissão – Penalidade decorrente da prática de ilícito administrativo, que tem por objetivo desligar o servidor dos quadros do funcionalismo.

VIII - Enquadramento – Ajustamento do servidor no Cargo, Classe e Nível, de conformidade com as condições e requisitos especificados para o mesmo.

IX - Exercício Efetivo – Período de trabalho contínuo do servidor na Administração Municipal, ou quando à disposição de órgão da Administração Estadual ou Federal por convênio, acordo ou ajuste.

X - Exoneração – Ato administrativo de dispensa do servidor que ocorre a pedido ou *ex offício* de conformidade com o disposto no Estatuto dos Servidores do Município.

XI- Faixa de Vencimentos – Conjunto de Níveis dentro de cada classe de vencimentos.

XII- Função Pública – Posto oficial de trabalho na Administração Municipal provido em caráter transitório e nos termos da lei, que não integra a categoria de cargo público.

XIII - Nível – Posicionamento do vencimento em cada classe, organizado na vertical, em ordem crescente, indicado por números, para todos os cargos de provimento efetivo do Executivo Municipal.

XIV - Interstício – Lapso de tempo estabelecido como mínimo necessário para que o servidor de cargo de provimento efetivo se habilite à progressão horizontal ou vertical.

XV - Lotação – Ato administrativo que determina o local de trabalho dos servidores do quadro de provimento efetivo da Administração Municipal.

XVI - Grau – Requisito de escolaridade necessária para provimento do cargo.

XVII - Nomeação – Ato administrativo de provimento de cargo efetivo ou em comissão.

XVIII - Quadro Geral – Conjunto que indica em seus aspectos qualitativos e quantitativos a força de trabalho necessária ao desempenho das atividades da Administração Municipal.

XIX – Recrutamento Amplo – Forma de provimento de cargo comissionado que pode ser ocupado por servidor do quadro efetivo ou pessoa estranha ao quadro de servidores da Administração Municipal.

XX - Recrutamento Limitado – Forma de provimento de cargo comissionado que só pode ser ocupado por servidor do quadro efetivo da Administração Municipal.

XXI - Remuneração – Retribuição pecuniária correspondente à soma dos vencimentos e das vantagens.

XXII - Servidor Público – Toda pessoa física que, legalmente investida em cargo público, de provimento efetivo ou em comissão, presta serviço remunerado à Administração Direta do Município de Pedra Preta.

XXIII - Tabela de Vencimentos – Conjunto organizado de classes e Níveis de retribuição pecuniária fixa, adotado pelo Poder Executivo Municipal.

XXIV - Vantagem Pessoal – Conjunto de adicionais de remuneração de natureza pecuniária de caráter individual, concedida mediante assunção de direitos previstos em lei.

XXV – Vencimento – Retribuição pecuniária atribuída mensalmente ao servidor pelo efetivo exercício.

CAPÍTULO III DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 7º – O ingresso no Quadro de Provimento Efetivo das Carreiras das diversas áreas da Administração Municipal da Prefeitura de Pedra Preta dar-se-á por concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 1º - O concurso público terá validade de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§ 2º - O prazo de validade do concurso, as condições de sua realização e os requisitos a serem satisfeitos pelos candidatos serão estabelecidos em Edital a ser fixado na sede da Prefeitura e publicado em órgão oficial de imprensa ou em periódico de grande circulação no Município ou Região.

§ 3º - Não se abrirá novo concurso público enquanto a ocupação do cargo puder ser feita por servidor em disponibilidade ou por candidato aprovado em concurso anterior, com prazo de validade não expirado.

§ 4º - A classificação em concurso público não gera direito à nomeação, mas esta, quando ocorrer, respeitará a ordem de classificação dos candidatos, e só tomará posse após prévia inspeção médica oficial.

Art. 8º – Além das normas gerais, os concursos públicos serão regidos por instruções especiais, que farão parte do Edital, respeitando, principalmente, o princípio da publicidade.

Parágrafo Único – Do Edital do concurso deverão constar ainda, entre outros, os seguintes requisitos:

I - o número de vagas existentes;

II - as matérias sobre as quais versarão as provas e os respectivos programas e indicação bibliográfica;

III - o desempenho mínimo exigido para aprovação nas provas;

IV - os critérios de avaliação dos títulos, se aplicável;

V - o caráter eliminatório ou classificatório de cada etapa do concurso;

VI - o grau de escolaridade exigível, comprovado mediante apresentação da documentação pertinente.

VII - a carga horária de trabalho, e

VIII - o vencimento básico do cargo.

Art. 9º – Aos candidatos será assegurado o direito de recorrer, nas fases de homologação das inscrições, publicação de resultados parciais ou finais, homologação do concurso e nomeação.

Art. 10º – O servidor aprovado em concurso público e nomeado para o cargo será efetivado após 03 (três) anos de estágio probatório, cujo desempenho será avaliado por Comissão Especial de Avaliação de Desempenho, com base em critérios estabelecidos por ato próprio do Executivo Municipal, observados os fatores constantes do artigo 50 desta Lei.

Parágrafo Único: A nomeação em cargo comissionado suspenderá o prazo do estágio probatório desde que as funções desempenhadas não se identifiquem com o cargo de origem.

Art. 11º – Os cargos do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Poder Executivo, quanto à forma de provimento, são classificados em:

I - Cargos de Provimento Efetivo;

II - Cargos de Contratação Temporária, e

III- Cargos de Provimento em Comissão ou Função de Confiança.

CAPÍTULO IV

DA AVALIAÇÃO PARA EFETIVAÇÃO DO SERVIDOR

Art. 12º – O processo de avaliação de desempenho deverá gerar elementos que subsidiem a avaliação sistemática da política de pessoal e a formulação ou adequação do planejamento das instituições, cumprindo a função social da Administração Municipal da Prefeitura.

Art. 13º – Os instrumentos utilizados para avaliar o desempenho deverão ser estruturados com objetividade, precisão, validade, legitimidade, publicidade e adequação aos objetivos, métodos e resultados definidos nesta Lei.

Art. 14º – A avaliação de desempenho, que tem por objetivo dar eficiência ao serviço público, será realizada anualmente, pelo chefe imediato do servidor, sob a orientação, coordenação e supervisão da Comissão de Efetivação Funcional, constituída por 04 (quatro) membros, sendo 02 (dois) indicados pelos servidores de carreira e 02 (dois) indicados pelo (a) Prefeito (a) Municipal, com alternância de seus membros a cada 03 (três) anos, que serão nomeados por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 15º – A avaliação de desempenho deverá procurar dar eficiência ao serviço público e, nesse processo, serão considerados, no mínimo, os seguintes fatores:

I - capacidade técnica;

II - eficiência;

III- eficácia;

IV- pontualidade;

V - assiduidade;

VI- capacidade de iniciativa;

VII- produtividade;

VIII - responsabilidade, e

IX- companheirismo.

Art. 16º – Para que a avaliação de desempenho seja efetiva, deverão ser observados os seguintes fatores:

I - periodicidade;

II - conhecimento prévio dos fatores de avaliação pelos servidores;

III- objetividade e adequação dos processos e instrumentos de avaliação ao conteúdo ocupacional das carreiras;

IV- fundamentação escrita da avaliação;

V - conhecimento do resultado da avaliação, pelo servidor.

Art. 17º – Os instrumentos de avaliação de desempenho deverão ser preenchidos tanto pela chefia imediata do servidor quanto pelo próprio servidor e serão enviados à Comissão de Efetivação Funcional, para análise e apuração.

CAPÍTULO V DA CESSÃO E AFASTAMENTO DE SERVIDOR

Art. 18º – No âmbito da Administração Geral o servidor poderá ser cedido para outro órgão ou instituição do sistema em qualquer esfera de governo, nas seguintes hipóteses:

I - para exercer cargo em comissão ou função de confiança;

II - para exercer cargo ou emprego no qual foi investido no órgão ou instituição cedente.

§ 1º - Cabe ao Poder Executivo, mediante convênio, optar ou não por arcar com ônus da remuneração do servidor cedido a outra instituição.

§ 2º - Fica vedada a cessão de servidor que se encontra em estágio probatório.

Art. 19º – O tempo em que o servidor permanecer cedido para outro órgão ou instituição, nos termos do Artigo anterior será contado como tempo de efetivo exercício para todos os fins.

Art. 20º – A Secretaria Municipal de Coordenação Administrativa, através do Departamento de Recursos Humanos poderá autorizar o afastamento total ou parcial, com ou sem ônus, do servidor que deseje se matricular em cursos de mestrado ou doutorado, em instituição dentro ou fora do país, em conformidade com o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pedra Preta e ao seguinte:

§ 1º - Caso o afastamento seja deferido como licença remunerada, a remuneração será composta por seu salário-base acrescido de sua gratificação por tempo de serviço e por classe de formação, sem quaisquer outros benefícios;

§ 2º - Na hipótese do parágrafo anterior, o servidor ficará obrigado a manter sua relação de trabalho e o exercício de seu cargo por um período igual ao afastamento que lhe foi concedido.

§ 3º - O descumprimento do disposto no parágrafo anterior acarretará ao servidor, a devolução dos pagamentos percebidos durante o período do afastamento, devidamente corrigidos.

§ 4º - As autorizações de que dispõe ao caput ficará adstrito ao percentual de 10% (dez por cento) dos servidores públicos em efetivo exercício.

CAPÍTULO VI

DO VENCIMENTO E VANTAGENS PECUNIÁRIAS

Art. 21º – Os vencimentos iniciais dos profissionais da Administração Geral em cargos efetivos estão definidos por Classe no Nível 1 (um) de cada uma das Carreiras constantes do Anexo III desta Lei.

Art. 22º – A tabela de vencimentos do Quadro de Provimento Efetivo das Carreiras da Administração Municipal da Prefeitura de Pedra Preta, para fins de Progressão na Carreira é a constante do Anexo III desta lei.

Art. 23º – A revisão geral dos vencimentos estabelecidos para os cargos de provimento efetivo, bem como para cargos de provimento em comissão, deverá ser efetuada anualmente, por Lei específica, sempre na mesma data e com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, conforme disposto no artigo 37, inciso X da Constituição Federal e artigo 74 da Lei Orgânica do Município.

Parágrafo Primeiro - A revisão dos vencimentos mencionado no *caput* deste artigo ocorrerá, sempre, no mês de Janeiro, a exceção do ano de 2015, no qual se efetivará durante o mês de Maio.

Parágrafo Segundo –Para o ano de 2015, caso a gratificação natalina equivalente ao décimo terceiro salário dos servidores seja pago na data do seu aniversário e este for compreendido no período corresponde entre janeiro e abril, a diferença salarial após a revisão anual será paga no mês subsequente a essa, corrigido monetariamente.

Art. 24º – A cada cargo de provimento efetivo na Administração Geral corresponde uma Classe e Nível de vencimento sobre o qual incidirão todas as vantagens a que o servidor fizer jus.

Parágrafo único – O Anexo III contém os vencimentos correspondentes a cada uma das Classes dos cargos de provimento efetivo.

Art. 25º – O servidor titular de cargo efetivo na Administração Geral, nomeado para exercer cargo em comissão poderá optar pelo maior vencimento entre estes cargos e, se exonerado do cargo em comissão, voltará a perceber o vencimento do cargo efetivo.

Parágrafo Único – Os servidores do quadro efetivo nomeados para cargos em comissão terão direito à progressão horizontal e vertical, pelos seus cargos efetivos.

Art. 26º – As substituições funcionais serão pagas proporcionalmente ao período trabalhado e corresponderão ao vencimento básico, expurgadas todas as vantagens pessoais, do substituído.

CAPÍTULO VII DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 27º – O valor atribuído a cada classe e nível de vencimento será devido pela jornada de trabalho prevista para o cargo a que pertence o servidor, nunca superior a 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 28º – O exercício de Cargo em Comissão ou Função de Confiança exigirá, de seu ocupante, a integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver necessidade da Administração Pública Municipal, sem complementação remuneratória de qualquer natureza.

CAPÍTULO VIII DO DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

Art. 29º – O desenvolvimento do servidor nas Carreiras das diversas áreas da Administração Municipal dar-se-á em duas modalidades:

I - por Progressão Horizontal;

II - por Progressão Vertical.

Parágrafo único – O prazo para conclusão dos processos de análises dos benefícios acima será de 150 (cento e cinquenta) dias, sob pena do pagamento dos devidos retroativos.

Art. 30º – Somente poderá concorrer a progressão o servidor que:

I - Cumprir o período do Estágio Probatório (3 anos);

II - For aprovado no processo de avaliação de desempenho;

III - Possuir tempo e estiver em classe compatível;

IV - Não estiver em desvio de função;

V - Não tiver sofrido nenhuma sanção disciplinar prevista na lei 075/98 (Regime Jurídico) durante o período aquisitivo;

VI - Preencher os requisitos e as exigências previstas para o exercício do cargo, no nível superior da carreira.

31. A série de Classes dos Cargos que compõem a Carreira dos Profissionais da Administração Municipal estrutura-se em linha horizontal de acesso, em conformidade com o respectivo grau de habilitação e perfil profissional e ocupacional, identificada por letras maiúsculas assim descritas: grau de habilitação e perfil profissional e ocupacional, identificada por letras maiúsculas assim descritas:

I - GRAU DE ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:

a) Classe A: habilitação em ensino fundamental incompleto;

b) Classe B: habilitação em ensino fundamental completo;

c) Classe C: habilitação em ensino médio completo;

d) Classe D: Graduação em Curso Superior em qualquer área do conhecimento;

e) Classe E: Pós Graduação Lato Sensu, com no mínimo 360 (trezentas e sessenta horas) horas em qualquer área do conhecimento.

II - GRAU DE ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO:

a) Classe A: habilitação em ensino fundamental completo;

b) Classe B: habilitação em ensino médio completo;

c) Classe C: Graduação em Ensino Superior em qualquer área do conhecimento;

d) Classe D: Pós Graduação lato sensu de no mínimo 360 (trezentas e sessenta horas) em qualquer área do conhecimento;

e) Classe E: Pós Graduação stricto sensu.

III - PROFISSIONAL DE NÍVEL DE ENSINO MÉDIO OU ENSINO MÉDIO TÉCNICO:

a) Classe A: habilitação em ensino médio ou ensino médio técnico;

b) Classe B: Graduação em Curso Superior em qualquer área do conhecimento;

c) Classe C: Pós Graduação lato sensu de no mínimo 360 (trezentas e sessenta horas) em qualquer área do conhecimento;

d) Classe D: Pós Graduação stricto sensu em nível de Mestrado;

e) Classe E: Pós Graduação stricto sensu em nível de Doutorado;

IV - PROFISSIONAL DE GRAU SUPERIOR:

a) Classe A: Graduação em Curso Superior específico na área de conhecimento;

b) Classe B: Pós Graduação lato sensu de no mínimo 360 (trezentas e sessenta horas) na área específica do conhecimento;

c) Classe C: 2ª Pós Graduação lato sensu de no mínimo 360 (trezentas e sessenta horas) na área específica do conhecimento;

d) Classe D: Pós Graduação stricto sensu em nível de Mestrado na área específica do conhecimento;

e) Classe E: Pós Graduação stricto sensu em nível de Doutorado na área específica do conhecimento;

SEÇÃO I DA PROGRESSÃO HORIZONTAL

Art. 32º - A Progressão Horizontal dos Profissionais da Administração Municipal dar-se-á de uma classe para outra imediatamente superior à que o servidor ocupa, na mesma série de classes do cargo, mediante comprovação da habilitação educacional, observado o cumprimento do intervalo mínimo de 01 (ano) ano de uma Classe para outra, com exceção dos servidores públicos efetivos e estáveis que na data do enquadramento já integravam o quadro da administração.

I- A progressão de que trata o *caput* se dará no percentual de 10% (dez por cento) de uma classe para outra.

II – O total do índice de progressão que, eventualmente, fará *jus* o servidor quando do seu enquadramento, será pago da seguinte forma: 1/3 durante o ano de 2015, 1/3 durante o ano de 2016 e 1/3 durante do ano de 2017.

III – O Servidor que nos 36 (trinta e seis meses) após o enquadramento, implementar os requisitos educacionais e temporais necessários à nova progressão, fará jus ao recebimento do respectivo índice, observando o disposto no artigo 32, caput, desse estatuto.

Parágrafo Primeiro - A progressão de que trata este artigo assegura ao servidor o direito de manter-se no mesmo nível da classe ocupada.

Parágrafo Segundo – No caso da ocupação dos cargos efetivos de profissão regulamentada em lei a progressão de que trata o caput se dará tão somente mediante conclusão de curso na respectiva área de conhecimento.

Art. 33º – O Poder Executivo incentivará a elevação do grau de escolaridade dos servidores das carreiras das diversas áreas da Administração Geral do município, conforme disposto no *caput* do Artigo 21.

SEÇÃO II DA PROGRESSÃO VERTICAL

Art. 34º - A Progressão Vertical é a passagem do servidor efetivo de um nível de vencimento para outro, imediatamente superior, dentro da faixa de vencimentos do cargo a que pertencer, desde que cumpridas as normas deste artigo e se dará de ofício pelo Departamento de Recursos Humanos, na data de aniversário da posse, no percentual de 2,08% (dois vírgula zero oito por cento).

§ 1º - cumprir o interstício mínimo de 01 (um) ano de efetivo exercício no cargo, entre uma progressão vertical e outra, desde que atenda ao disposto no artigo anterior;

§ 2º - Nos casos de afastamento superior a 90 (noventa) dias por motivo de licença para tratamento de assuntos de interesse pessoal, a contagem do interstício para fins de progressão será suspensa, reiniciando-se quando do retorno do servidor, para completar o tempo de que trata este artigo.

§ 3º - A contagem de tempo para novo período será iniciada no dia seguinte àquele que o servidor houver completado o período anterior, desde que tenha obtido o direito à mudança de nível.

§ 4º - O período de afastamento por licença médica será computado para efeitos de progressão vertical.

Art. 35º – O período aquisitivo para a progressão vertical será interrompido nas seguintes hipóteses:

I - quando o servidor sofrer penalidade disciplinar prevista na legislação municipal;

II - quando o servidor faltar ao serviço, no período de um ano, por mais de 15 (quinze) dias, continuados ou não, ressalvados as faltas consideradas legais pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pedra Preta.

Parágrafo Único – Aplicada a pena do *caput* deste artigo, inicia-se para o servidor, nova contagem do período para fins de obtenção da Progressão Vertical.

Art. 36º – Após a conclusão do estágio probatório, o servidor considerado apto será posicionado no 3º (terceiro) nível de ingresso na carreira.

Parágrafo Único – Fica impossibilitado, o servidor público, da progressão horizontal durante o estágio probatório, porém fará *jus* a remuneração do nível respectivo, quando findo o estágio probatório.

Art. 37º – Perderá o direito à progressão vertical o servidor que, no período aquisitivo:

I - sofrer punição disciplinar de suspensão;

II - afastar-se das funções específicas de seu cargo, excetuados os casos previstos como de efetivo exercício nas normas estatutárias vigentes e em legislação própria.

§ 1º - Nas hipóteses previstas nos incisos I *caput* deste artigo, o tempo anterior ao cumprimento da penalidade aplicada não poderá ser computado para efeito de integralização do interstício;

§ 2º - Na hipótese prevista no inciso II do *caput* deste artigo, o afastamento ensejará a suspensão do período aquisitivo para fins de progressão vertical, contando-se, para tais fins, o período anterior ao afastamento desde que tenha sido concluída a respectiva avaliação de desempenho individual.

Art. 38º – O acréscimo pecuniário adquirido pela mudança de nível incorpora-se ao vencimento do servidor da Administração Geral.

Art. 39º – O servidor efetivo que for designado para exercer cargo em comissão, fará jus às progressões da carreira.

CAPÍTULO IX DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 40º – Os titulares de cada órgão deverão oferecer o apoio necessário aos programas de treinamento, cursos de capacitação e de desenvolvimento, mediante:

I - diagnóstico das necessidades do órgão;

II - sugestão de currículos, conteúdos, horários e períodos ou metodologias dos cursos;

III- levantamento das necessidades e áreas de interesse dos servidores;

IV- acompanhamento das etapas do treinamento;

V - licenciamento periódico, remunerado, para aperfeiçoamento do profissional.

CAPÍTULO X DO ENQUADRAMENTO APÓS A APROVAÇÃO DO PCCS

Art. 41º – Os atuais servidores do Quadro de Provimento Efetivo das Carreiras das diversas áreas da Administração Municipal de Pedra Preta serão enquadrados nos cargos previstos no Anexo I, levando-se em consideração os seguintes fatores:

I - grau de escolaridade;

II - habilitação legal do servidor para o exercício de profissão regulamentada;

III - atribuições desempenhadas no cargo anteriormente ocupado pelo servidor efetivo, para o qual foi aprovado em concurso público;

IV - classe de vencimento do cargo ocupado pelo servidor;

Art. 42º – Do enquadramento não poderá resultar redução de vencimento e vantagens permanentes.

Art. 43º– Para o enquadramento em nível na Tabela de Vencimentos desta Lei, deverá ser apurado o tempo de exercício do servidor efetivo na Administração Geral, cujo resultado será o número de níveis a que o servidor terá direito, observados os seguintes critérios:

I - caso o vencimento atual seja igual ou menor que o proposto, deverá ser observado à classe e o nível de vencimento proposto para o enquadramento;

II - caso o vencimento atual seja maior que o proposto, o servidor ocupará o nível cujo vencimento seja imediatamente superior, dentro da faixa de vencimentos da classe que vier a ocupar;

III - caso o vencimento atual seja maior do que o proposto e não sendo possível encontrar, na faixa de vencimentos, valor equivalente, deverá o servidor ser enquadrado no nível correspondente ao seu tempo de serviço na Prefeitura com o respectivo vencimento do nível.

Art. 44º – Os servidores não concursados, excepcionalmente estáveis pelo disposto no art. 19 do ADCT da Constituição Federal, serão enquadrados observando os seguintes critérios;

I - caso o vencimento ou salário seja igual ou menor que o proposto, deverá ser mantido o vencimento do nível **"A"** da Tabela de Vencimentos (Anexo II);

II - caso o vencimento atual seja maior que o proposto, deverá ser mantido o vencimento do nível **"A"** da Tabela de Vencimentos (Anexo II) e o servidor perceberá a título de Vantagem Pessoal, a respectiva diferença, incidindo sobre a mesma todos os reajustes concedidos pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único – Em hipótese alguma poderá ser contado o tempo de contrato do servidor para o Poder Público Municipal para fins do enquadramento mencionado no *caput.*

Art. 45º – Os servidores mencionados no *caput* do artigo anterior concorrerão à progressão horizontal instituída por esta Lei.

Art. 46º – O servidor da Administração Geral terá o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da publicação do ato, para recorrer da decisão que promoveu seu enquadramento.

Parágrafo Único – A transposição dos aposentados e pensionistas deverá ser realizada considerando-se o cargo ou emprego que o trabalhador exercia antes da concessão de sua aposentadoria.

Art. 47º – A Administração terá o prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, após a aprovação desse Plano, para realizar o enquadramento de todos os servidores efetivos da Administração Municipal da Prefeitura de Pedra Preta.

CAPÍTULO XI DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

Art. 48º Aos servidores das carreiras de que trata esta Lei, em efetivo exercício das atribuições do cargo que ocupa que estejam submetidos a condições de risco é assegurado o direito ao recebimento da periculosidade, bem como, aqueles submetidos a condições insalubres, é assegurada a percepção de adicional de insalubridade, de acordo com o grau de exposição a eventuais agentes nocivos.

§ 1° A caracterização e a classificação do grau de exposição aos agentes insalubres, dar-se-á através de LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO, a ser realizado por médico do trabalho e/ou engenheiro de segurança e medicina do trabalho.

§ 2° O adicional de insalubridade incidirá sobre o menor salário base da carreira do servidor, calculado com base nos percentuais definidos em lei.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 49º – Os vencimentos estabelecidos no Anexo III serão devidos aos servidores do quadro de provimento efetivo das carreiras das diversas áreas da Administração Municipal, apenas a partir do primeiro dia útil do mês após a publicação dos atos de enquadramento mencionados nesta lei.

Art. 50º – A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II - os requisitos para investidura;

III - as peculiaridades do cargo.

Parágrafo Único - A remuneração dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, dos membros do Poder Executivo do Município, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, do (a) Prefeito (a) Municipal, conforme o artigo 61 da Lei 075/98 (Regime Jurídico).

Art. 51º – Os servidores públicos municipais são vinculados ao Regime Geral da Previdência Social.

Art. 52º – Os servidores estabilizados pelo art. 19 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal que forem aprovados em concurso público para fins de efetivação passarão a ocupar cargo efetivo, sendo-lhes aplicadas todas as normas desta Lei e do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pedra Preta.

Art. 53º – Integram a presente Lei os seguintes Anexos:

ANEXO I – QUADRO DE CARGOS DOS SERVIDORES EFETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL;

QUADRO I: ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO;

QUADRO II: ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO;

QUADRO III: ENSINO MÉDIO COMPLETO;

QUADRO IV: ENSINO MÉDIO COMPLETO E CURSO TÉCNICO;

QUADRO V: ENSINO SUPERIOR;

ANEXO II – TABELAS DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES;

ANEXO III – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO SERVIDOR MUNICIPAL;

ANEXO IV – AVALIAÇÃO SINTÉTICA DO SERVIDOR MUNICIPAL.

Art. 54º – A efetivação das normas contidas neste diploma está condicionada à prévia regularização, por meio de Lei aprovada pelo Legislativo Municipal, dos Cargos existentes no quadro de servidores públicos do Município de Pedra Preta.

Art. 55º - Toda norma contida nesta Lei e seus anexos, que tenha repercussão econômica nas receitas e orçamento do Município obedecerá aos limites de gastos com pessoal estabelecidos nos artigos 20, 21 e 22, da Lei Complementar (Federal) nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade) respeitado o direito adquirido.

Art. 56º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 57º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT

AOS 09 DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2015.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

PREFEITA

ANEXOS

A N E X O - I DOS QUADROS DE CARGOS DOS SERVIDORES EFETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUADRO I Servidores Efetivos da Administração Geral Ensino Fundamental Incompleto

Função / Cargo	Nível de Escolaridade	Carga Horária	QUANTIDADE DE VAGAS	SALARIO BASE
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Ensino Fundamental Incompleto	40	10	788,00
AGENTE DE VIGILÂNCIA	Ensino Fundamental Incompleto	40	40	788,00
CONTINUA/MERENDEIRA	Ensino Fundamental Incompleto	40	90	788,00
ENCANADOR	Ensino Fundamental Incompleto	40	03	788,00
GARI	Ensino Fundamental Incompleto	40	60	788,00
MOTORISTA	Ensino Fundamental Incompleto	40	45	788,00
PEDREIRO	Ensino Fundamental Incompleto	40	03	788,00
AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	Ensino Fundamental Incompleto	40	10	788,00
BOMBEIRO	Ensino Fundamental Incompleto	40	02	788,00
COVEIRO	Ensino Fundamental Incompleto	40	02	788,00

QUADRO II Servidores Efetivos da Administração Geral Ensino Fundamental Completo

Função / Cargo	Nível de Escolaridade	Carga Horária	QUANTIDADE DE VAGAS	SALARIO BASE
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Ensino Fundamental Completo	40	35	788,00
MECÂNICO/MECÂNICO DE MAQUINAS PESADAS	Ensino Fundamental Completo	40	03	890,59

QUADRO III Servidores Efetivo da Administração Geral Ensino Médio

Função / Cargo	Nível de Escolaridade	Carga Horária	QUANTIDADE DE VAGAS	SALARIO BASE
AGENTE ADMINISTRATIVO	Ensino Médio Completo	40	35	890,59
FISCAL DE TRIBUTOS	Ensino Médio Completo	40	02	1.500,00
TÉCNICO EM FISCALIZAÇAO URBANA	Ensino Médio Completo	40	03	890,59
OPERADOR DE COMPUTADOR	Ensino Médio Completo	40	02	890,59
FISCAL DE VIGILANCIA AMBIENTAL	Ensino Médio Completo	40	02	1.020,00
GESTOR E OPERADOR DOS PROGRAMAS E SISTEMAS	Ensino Médio Completo	40	02	1.200,00
GESTOR DE PATRIMONIO	Ensino Médio Completo	40	02	1.500,00
ALMOXARIFE	Ensino Médio Completo	40	02	950,00
TÉCNICO EM TOPOGRAFIA	Ensino Médio Completo	40	01	890,59

QUADRO IV Servidores Efetivo da Administração Geral Ensino Médio e Curso Técnico

Função / Cargo	Nível de Escolaridade	Carga Horária	QUANTIDADE DE VAGAS	SALARIO BASE
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	Ensino Médio Completo, formação especifica e registro no Conselho de Classe (CRC)	40	02	890,59
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	Ensino Médio Completo, formação especifica e registro no Conselho de Classe (CREA)	40	02	1.020,00

QUADRO V Servidores Efetivo da Administração Geral Ensino Superior

Função / Cargo	Nível de Escolaridade	Carga Horária	QUANTIDADE DE VAGAS	SALARIO BASE
ENGENHEIRO CIVIL	Ensino Superior Completo em Engenharia Civil e registro no Conselho de Classe (CREA)	40	01	5.000,00
CONTADOR	Ensino Superior Completo em Ciências Contábeis e registro no Conselho de Classe (CRC)	40	01	5.000,00
ASSISTENTE SOCIAL	Ensino Superior Completo em Serviço Social e registro no Conselho de Classe (CRESS)	30	03	2.500,00
NUTRICIONISTA	Ensino Superior Completo em Nutrição e registro no Conselho de Classe (CRN)	40	02	2.000,00

ANEXO III

AVALIACÃO DE DESEMPENHO DE SERVIDOR MUNICIPAL

I – ASSIDUIDADE

1- Considere como assiduidade, a regularidade em que o servidor comparece ao serviço.

( ) 10 - não faltou até a presente data.

( ) 7,5 - quando faltou, teve justificativa compatível, procurando avisar a chefia antecipadamente, evitando não comprometer os serviços.

( ) 5,0 - apesar de não corresponder com o bom andamento dos serviços faltou algumas vezes.

( ) 2,5 - falta constantemente, sem dar justificativa, comprometendo

Observações:

2 - Faça uma avaliação em poucas palavras do servidor, relacionando assiduidade, pontualidade e produtividade e no final de nota de 1 a 10, justificando.

II - DISCIPLINA:

1- Considere a seriedade e ética profissional na execução do trabalho.

( ) 10 - Mostra-se extremamente responsável no cumprimento de suas tarefas, princípios e normas de serviço. Quando considera uma ordem inadequada apresenta sugestões, embora sempre acate para não prejudicar o serviço.

( ) 7,5 - Mostra-se sempre responsável no cumprimento de suas

tarefas, seguindo os princípios e normas gerais do serviço.

( ) 5,0 - Mostra-se geralmente responsável no cumprimento de suas tarefas. Tende a não seguir os princípios e normas do serviço quando não concorda com eles.

( ) 2,5 - Mostra-se geralmente responsável ao cumprimento de suas tarefas. Acata os princípios e normas dos serviços embora os critique sempre, sem apresentar sugestões de melhorias.

Observações:

2 - Considere a capacidade do avaliado de tratar o público, os subordinados, os superiores e seus pares.

( ) 10 - Com grande facilidade de estabelecer relações, nunca cria problemas. É extremamente hábil em tratar com qualquer pessoa.

( ) 7,5 - Geralmente não cria problemas de relacionamento, controlando bem suas limitações no contato com as pessoas.

( ) 5,0 - Evita o relacionamento com as pessoas em geral, tanto quanto possível. Procura controlar suas deficiências neste sentido.

( ) 2,5 - Quando entra em contato com outras pessoas, freqüentemente cria problemas de relacionamento.

III - CAPACIDADE DE INICIATIVA:

1- Considere a seriedade de apreensão do trabalho e a visão crítica

dos seus pontos importantes, agindo acertadamente quando necessário.

( ) 10 - Sua vivacidade e percepção o ajuda muito nas tarefas que lhe são confiadas. Não falha por falta de iniciativa ou criatividade.

( ) 7,5 - Aprende com facilidade e possui a noção exata daquilo que é realmente importante. Toma a melhor iniciativa na hora certa.

( ) 5,0 - Aprende bem o trabalho em si, mas tem dificuldades em

utilizar sua criatividade para inovar e tem pouca iniciativa.

( ) 2,5 - Falta-lhe criatividade para inovar em sua rotina de trabalho. Não tem iniciativa para agir quando necessário.

Observações:

2 - Considere o relacionamento, disponibilidade e boa vontade para com o grupo de trabalho.

( ) 10 - Coopera espontaneamente dando o máximo de si. Tem ótimo relacionamento e mostra-se sempre disposto a ajudar os colegas.

( ) 7,5 - Não nega nunca auxílio quando é solicitado. Colabora com o grupo para o bom andamento do trabalho. Tem bom relacionamento com os colegas.

( ) 5,0 - Está disposto a colaborar somente quando solicitado e desde que não seja prejudicado.

( ) 2,5 - Raramente presta auxílio. Sua falta de colaboração prejudica

o bom andamento o serviço. Cria problema no grupo.

IV- PRODUTIVIDADE:

1- Considere regularidade a constância com as quais o avaliado

desempenha as suas tarefas.

( ) 10 - Está entregue ao trabalho, dedicando-se a ele de forma regular e constante.

( ) 7,5 - A falta de constância e regularidade com que desempenha o seu trabalho, não chegam a comprometer o ritmo. Quando solicitado, ele se dedica e se recupera.

( ) 5,0 - Não é constante na realização do trabalho. Ora se dedica com empenho, ora não.

( ) 2,5 - É irregular ao realizar suas tarefas. Interrompe freqüentemente o trabalho sem motivo real.

Observações:

2 - Considere até que ponto o avaliado é capaz de ser objetivo e abdicar das razões pessoais para atender os interesses profissionais do grupo. .

( ) 10 - Sua maturidade lhe dá grande destaque entre as demais pessoas ao considerar as circunstâncias de trabalho e os outros com perfeita imparcialidade. Suas conclusões decorrem de fatos lógicos.

( ) 7,5 - Quando devidamente esclarecido tem maturidade suficiente

para acatar outra opiniões. Procura ser imparcial em seus julgamentos.

( ) 5,0 - Precisa ser levado com muito jeito. Tem tendência a ser

parcial e subjetivo ao considerar o seu trabalho de grupo.

( ) 2,5 - Considera seu trabalho e as pessoas que o cercam de maneira subjetiva. Só suas razões são válidas. É incapaz de dar razão a outra pessoa.

V - RESPONSABILIDADE:

1 - Considere a disposição e esforço pessoal em aperfeiçoar-se cada vez mais para assumir novos encargos e responsabilidades.

( ) 10 - Está sempre a par de todo o seu trabalho e interessa-se por assuntos que possam ajudá-lo a progredir, solicitando até maiores responsabilidades.

( ) 7,5 - Não decepciona quando solicitado a desincumbir de uma tarefa mais difícil. Neste caso, sua atuação satisfaz plenamente.

( ) 5,0 - Desenvolve seu trabalho rotineiramente, não quer assumir tarefas mais complicadas.

( ) 2,5 - Trabalha maquinalmente, ignorando os demais serviços de área. Não procura evoluir profissionalmente. Faz de seu trabalho uma ocupação secundária.

Observações:

2 - Considere a habilidade do avaliado em analisar os resultados decorrentes de suas decisões na área em que atua.

( ) 10 - Não se frustra diante de seu erro, antes procura compreendê-

lo e identificar suas causas a fim de evitá-los em decisões futuras,

desenvolve-se profissionalmente.

( ) 7,5 - Modifica seu comportamento quanto às decisões, sempre que consegue compreender que os resultados obtidos em sua área são inadequados.

( ) 5,0 - Nem sempre consegue reconhecer os resultados negativos ocorridos em sua área, mas quando o faz, analisa-os a fim de não cometê- los novamente.

( ) 2,5 - Raramente reconhece que os resultados negativos correspondem a sua responsabilidade.

A N E X O IV

AVALIAÇÃO SINTÉTICA DE SERVIDOR MUNICIPAL

Nome do Servidor Avaliado:

Data da Nomeação: Cargo: Secretaria:

ITEM	NOTA ATRIBUÍDA	PONTOS OBTIDOS
I - Assiduidade: 1ª Questão 2ª Questão		
II - Disciplina: 1ª Questão 2ª Questão		
III - Cap. Iniciativa: 1ª Questão 2ª Questão		
IV - Produtividade: 1ª Questão 2ª Questão		
V - Responsabilidade: 1ª Questão 2ª Questão		
TOTAL		

Pedra Preta – MT, em de .

- Secretário da Pasta: Chefia Imediata:

- RG: RG:

LEI N.º 853- INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

LEI Nº 853/2015

DE 09 DE JUNHO DE 2015

Instituí a semana municipal da Agricultura Familiar a ser comemorada, anualmente na última semana de julho no município de Pedra Preta-MT.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, Prefeita Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELASANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica instituída a Semana Municipal da Agricultura Familiar a ser comemorada, anualmente na última semana de julho, quando é comemorado o "Dia do Agricultor".

Art.2º A Semana Municipal da Agricultura Familiar tem como objetivos:

I – fortalecer, apoiar e incentivar o desenvolvimento da agricultura familiar e suas formas associativas e cooperativas de produção, gestão e comercialização;

II – incentivar a criação de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar;

III – viabilizar, profissionalizar e ofertar alternativas para o agricultor familiar;

IV – criar espaços para os agricultores discutirem questões locais relacionadas com a agricultura familiar e seu desenvolvimento;

V – a Semana Municipal da Agricultura Familiar deverá ser realizada pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta-MT em parcerias com outras entidades e/ou órgãos interessados.

Art.3º As comemorações alusivas a Semana Municipal da Agricultura Familiar de que trata esta Lei, passam a integrar o calendário oficial de eventos realizados pelo Município de Pedra Preta.

Art. 4º Esta lei entra em vigor após sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT.

AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2015.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

Registrada nesta Secretaria e publicada no Diário Oficial.

MARIA ELISABETE PICOLO

Sec. Geral de Coord. Administrativa

ANEXO DA LEI N.º 856/2015- TABELAS

ANEXO I					
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA					
TABELA 01 DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS					
EDUCAÇÃO - QUADRO I - APOIO ADMINISTRATIVO-ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO E COMPLETO					
(MOTORISTA/CONTÍNUA MERENDEIRA/AGENTE DE VIGILÂNCIA/AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS/AUXILIAR DE MONITORA)					
PROGRESSÃO VERTICAL		2,08%	PROGRESSÃO HORIZONTAL		10,00%
CLASSE NÍVEL	A	B	C	D	E
1	788	866,8	953,48	1.048,83	1.153,71
2	804,39	884,83	973,31	1.070,64	1.177,71
3	821,12	903,23	993,56	1.092,91	1.202,20
4	838,2	922,02	1.014,22	1.115,65	1.227,21
5	855,64	941,2	1.035,32	1.138,85	1.252,74
6	873,43	960,78	1.056,85	1.162,54	1.278,79
7	891,6	980,76	1.078,84	1.186,72	1.305,39
8	910,15	1.001,16	1.101,28	1.211,40	1.332,54
9	929,08	1.021,98	1.124,18	1.236,60	1.360,26
10	948,4	1.043,24	1.147,57	1.262,32	1.388,55
11	968,13	1.064,94	1.171,44	1.288,58	1.417,44
12	988,27	1.087,09	1.195,80	1.315,38	1.446,92

13	1.008,82	1.109,70	1.220,67	1.342,74	1.477,01
14	1.029,80	1.132,79	1.246,06	1.370,67	1.507,74
15	1.051,22	1.156,35	1.271,98	1.399,18	1.539,10
16	1.073,09	1.180,40	1.298,44	1.428,28	1.571,11
17	1.095,41	1.204,95	1.325,45	1.457,99	1.603,79
18	1.118,19	1.230,01	1.353,02	1.488,32	1.637,15
19	1.141,45	1.255,60	1.381,16	1.519,27	1.671,20
20	1.165,20	1.281,72	1.409,89	1.550,88	1.705,96
21	1.189,43	1.308,37	1.439,21	1.583,13	1.741,45
22	1.214,17	1.335,59	1.469,15	1.616,06	1.777,67
23	1.239,43	1.363,37	1.499,71	1.649,68	1.814,64
24	1.265,21	1.391,73	1.530,90	1.683,99	1.852,39
25	1.291,52	1.420,68	1.562,74	1.719,02	1.890,92
26	1.318,39	1.450,23	1.595,25	1.754,77	1.930,25
27	1.345,81	1.480,39	1.628,43	1.791,27	1.970,40
28	1.373,80	1.511,18	1.662,30	1.828,53	2.011,38
29	1.402,38	1.542,61	1.696,88	1.866,56	2.053,22
30	1.431,55	1.574,70	1.732,17	1.905,39	2.095,93
31	1.461,32	1.607,45	1.768,20	1.945,02	2.139,52
32	1.491,72	1.640,89	1.804,98	1.985,48	2.184,02
33	1.522,75	1.675,02	1.842,52	2.026,77	2.229,45
34	1.554,42	1.709,86	1.880,85	2.068,93	2.275,82
35	1.586,75	1.745,43	1.919,97	2.111,97	2.323,16

ANEXO I					
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA					
TABELA 02 DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS					
EDUCAÇÃO - QUADRO II - APOIO ADMINISTRATIVO-ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO					
(AUXILIAR ADMINISTRATIVO)					
PROGRESSÃO VERTICAL		2,08%	PROGRESSÃO HORIZONTAL		10,00%
CLASSE / NÍVEL	A	B	C	D	E
1	788	866,8	953,48	1.048,83	1.153,71
2	804,39	884,83	973,31	1.070,64	1.177,71
3	821,12	903,23	993,56	1.092,91	1.202,20

4	838,2	922,02	1.014,22	1.115,65	1.227,21
5	855,64	941,2	1.035,32	1.138,85	1.252,74
6	873,43	960,78	1.056,85	1.162,54	1.278,79
7	891,6	980,76	1.078,84	1.186,72	1.305,39
8	910,15	1.001,16	1.101,28	1.211,40	1.332,54
9	929,08	1.021,98	1.124,18	1.236,60	1.360,26
10	948,4	1.043,24	1.147,57	1.262,32	1.388,55
11	968,13	1.064,94	1.171,44	1.288,58	1.417,44
12	988,27	1.087,09	1.195,80	1.315,38	1.446,92
13	1.008,82	1.109,70	1.220,67	1.342,74	1.477,01
14	1.029,80	1.132,79	1.246,06	1.370,67	1.507,74
15	1.051,22	1.156,35	1.271,98	1.399,18	1.539,10
16	1.073,09	1.180,40	1.298,44	1.428,28	1.571,11
17	1.095,41	1.204,95	1.325,45	1.457,99	1.603,79
18	1.118,19	1.230,01	1.353,02	1.488,32	1.637,15
19	1.141,45	1.255,60	1.381,16	1.519,27	1.671,20
20	1.165,20	1.281,72	1.409,89	1.550,88	1.705,96
21	1.189,43	1.308,37	1.439,21	1.583,13	1.741,45
22	1.214,17	1.335,59	1.469,15	1.616,06	1.777,67
23	1.239,43	1.363,37	1.499,71	1.649,68	1.814,64
24	1.265,21	1.391,73	1.530,90	1.683,99	1.852,39
25	1.291,52	1.420,68	1.562,74	1.719,02	1.890,92
26	1.318,39	1.450,23	1.595,25	1.754,77	1.930,25
27	1.345,81	1.480,39	1.628,43	1.791,27	1.970,40
28	1.373,80	1.511,18	1.662,30	1.828,53	2.011,38
29	1.402,38	1.542,61	1.696,88	1.866,56	2.053,22
30	1.431,55	1.574,70	1.732,17	1.905,39	2.095,93
31	1.461,32	1.607,45	1.768,20	1.945,02	2.139,52
32	1.491,72	1.640,89	1.804,98	1.985,48	2.184,02
33	1.522,75	1.675,02	1.842,52	2.026,77	2.229,45
34	1.554,42	1.709,86	1.880,85	2.068,93	2.275,82
35	1.586,75	1.745,43	1.919,97	2.111,97	2.323,16

ANEXO I					
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA					
TABELA 03 DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS					
EDUCAÇÃO - QUADRO III - TÉCNICO ADMINISTRATIVO - ENSINO MÉDIO COMPLETO					
(MONITOR/AGENTE ADMINISTRATIVO)					

PROGRESSÃO VERTICAL		2,08%	PROGRESSÃO HORIZONTAL		10,00%
CLASSE / NÍVEL	A	B	C	D	E
1	890,59	979,65	1.077,61	1.185,38	1.303,91
2	909,11	1.000,03	1.100,03	1.210,03	1.331,03
3	928,02	1.020,83	1.122,91	1.235,20	1.358,72
4	947,33	1.042,06	1.146,27	1.260,89	1.386,98
5	967,03	1.063,73	1.170,11	1.287,12	1.415,83
6	987,15	1.085,86	1.194,45	1.313,89	1.445,28
7	1.007,68	1.108,45	1.219,29	1.341,22	1.475,34
8	1.028,64	1.131,50	1.244,65	1.369,12	1.506,03
9	1.050,03	1.155,04	1.270,54	1.397,59	1.537,35
10	1.071,87	1.179,06	1.296,97	1.426,66	1.569,33
11	1.094,17	1.203,59	1.323,94	1.456,34	1.601,97
12	1.116,93	1.228,62	1.351,48	1.486,63	1.635,29
13	1.140,16	1.254,18	1.379,59	1.517,55	1.669,31
14	1.163,88	1.280,26	1.408,29	1.549,12	1.704,03
15	1.188,08	1.306,89	1.437,58	1.581,34	1.739,47
16	1.212,80	1.334,08	1.467,48	1.614,23	1.775,65
17	1.238,02	1.361,82	1.498,01	1.647,81	1.812,59
18	1.263,77	1.390,15	1.529,17	1.682,08	1.850,29
19	1.290,06	1.419,07	1.560,97	1.717,07	1.888,78
20	1.316,89	1.448,58	1.593,44	1.752,78	1.928,06
21	1.344,28	1.478,71	1.626,58	1.789,24	1.968,17
22	1.372,25	1.509,47	1.660,42	1.826,46	2.009,10
23	1.400,79	1.540,87	1.694,95	1.864,45	2.050,89
24	1.429,92	1.572,92	1.730,21	1.903,23	2.093,55
25	1.459,67	1.605,63	1.766,20	1.942,82	2.137,10
26	1.490,03	1.639,03	1.802,93	1.983,23	2.181,55
27	1.521,02	1.673,12	1.840,43	2.024,48	2.226,93
28	1.552,66	1.707,92	1.878,72	2.066,59	2.273,25
29	1.584,95	1.743,45	1.917,79	2.109,57	2.320,53
30	1.617,92	1.779,71	1.957,68	2.153,45	2.368,80
31	1.651,57	1.816,73	1.998,40	2.198,24	2.418,07
32	1.685,93	1.854,52	2.039,97	2.243,97	2.468,36
33	1.720,99	1.893,09	2.082,40	2.290,64	2.519,71
34	1.756,79	1.932,47	2.125,71	2.338,29	2.572,11
35	1.793,33	1.972,66	2.169,93	2.386,92	2.625,61

ANEXO I					

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA					
TABELA 04 DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS					
EDUCAÇÃO - QUADRO III - TÉCNICO ADMINISTRATIVO - ENSINO SUPERIOR					
(AUXILIAR DE MONITOR - CARGA HORÁRIA 20 HORAS)					
PROGRESSÃO VERTICAL		2,08%	PROGRESSÃO HORIZONTAL		10,00%
CLASSE	A	B	C	D	E
NÍVEL					
1	788	866,8	953,48	1.048,83	1.153,71
2	804,39	884,83	973,31	1.070,64	1.177,71
3	821,12	903,23	993,56	1.092,91	1.202,20
4	838,2	922,02	1.014,22	1.115,65	1.227,21
5	855,64	941,2	1.035,32	1.138,85	1.252,74
6	873,43	960,78	1.056,85	1.162,54	1.278,79
7	891,6	980,76	1.078,84	1.186,72	1.305,39
8	910,15	1.001,16	1.101,28	1.211,40	1.332,54
9	929,08	1.021,98	1.124,18	1.236,60	1.360,26
10	948,4	1.043,24	1.147,57	1.262,32	1.388,55
11	968,13	1.064,94	1.171,44	1.288,58	1.417,44
12	988,27	1.087,09	1.195,80	1.315,38	1.446,92
13	1.008,82	1.109,70	1.220,67	1.342,74	1.477,01
14	1.029,80	1.132,79	1.246,06	1.370,67	1.507,74
15	1.051,22	1.156,35	1.271,98	1.399,18	1.539,10
16	1.073,09	1.180,40	1.298,44	1.428,28	1.571,11
17	1.095,41	1.204,95	1.325,45	1.457,99	1.603,79
18	1.118,19	1.230,01	1.353,02	1.488,32	1.637,15
19	1.141,45	1.255,60	1.381,16	1.519,27	1.671,20
20	1.165,20	1.281,72	1.409,89	1.550,88	1.705,96
21	1.189,43	1.308,37	1.439,21	1.583,13	1.741,45
22	1.214,17	1.335,59	1.469,15	1.616,06	1.777,67
23	1.239,43	1.363,37	1.499,71	1.649,68	1.814,64
24	1.265,21	1.391,73	1.530,90	1.683,99	1.852,39
25	1.291,52	1.420,68	1.562,74	1.719,02	1.890,92
26	1.318,39	1.450,23	1.595,25	1.754,77	1.930,25
27	1.345,81	1.480,39	1.628,43	1.791,27	1.970,40
28	1.373,80	1.511,18	1.662,30	1.828,53	2.011,38

29	1.402,38	1.542,61	1.696,88	1.866,56	2.053,22
30	1.431,55	1.574,70	1.732,17	1.905,39	2.095,93
31	1.461,32	1.607,45	1.768,20	1.945,02	2.139,52
32	1.491,72	1.640,89	1.804,98	1.985,48	2.184,02
33	1.522,75	1.675,02	1.842,52	2.026,77	2.229,45
34	1.554,42	1.709,86	1.880,85	2.068,93	2.275,82
35	1.586,75	1.745,43	1.919,97	2.111,97	2.323,16

ANEXO II

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

TABELA 01 DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS

EDUCAÇÃO - QUADRO I - APOIO ADMINISTRATIVO - ENSINO MÉDIO COMPLETO

(MOTORISTA)

PROGRESSÃO VERTICAL		2,08%	PROGRESSÃO HORIZONTAL		10,00%
CLASSE / NÍVEL	A	B	C	D	E
1	788	866,8	953,48	1.048,83	1.153,71
2	804,39	884,83	973,31	1.070,64	1.177,71
3	821,12	903,23	993,56	1.092,91	1.202,20
4	838,2	922,02	1.014,22	1.115,65	1.227,21
5	855,64	941,2	1.035,32	1.138,85	1.252,74
6	873,43	960,78	1.056,85	1.162,54	1.278,79
7	891,6	980,76	1.078,84	1.186,72	1.305,39
8	910,15	1.001,16	1.101,28	1.211,40	1.332,54
9	929,08	1.021,98	1.124,18	1.236,60	1.360,26
10	948,4	1.043,24	1.147,57	1.262,32	1.388,55
11	968,13	1.064,94	1.171,44	1.288,58	1.417,44
12	988,27	1.087,09	1.195,80	1.315,38	1.446,92
13	1.008,82	1.109,70	1.220,67	1.342,74	1.477,01
14	1.029,80	1.132,79	1.246,06	1.370,67	1.507,74
15	1.051,22	1.156,35	1.271,98	1.399,18	1.539,10
16	1.073,09	1.180,40	1.298,44	1.428,28	1.571,11
17	1.095,41	1.204,95	1.325,45	1.457,99	1.603,79
18	1.118,19	1.230,01	1.353,02	1.488,32	1.637,15
19	1.141,45	1.255,60	1.381,16	1.519,27	1.671,20

20	1.165,20	1.281,72	1.409,89	1.550,88	1.705,96
21	1.189,43	1.308,37	1.439,21	1.583,13	1.741,45
22	1.214,17	1.335,59	1.469,15	1.616,06	1.777,67
23	1.239,43	1.363,37	1.499,71	1.649,68	1.814,64
24	1.265,21	1.391,73	1.530,90	1.683,99	1.852,39
25	1.291,52	1.420,68	1.562,74	1.719,02	1.890,92
26	1.318,39	1.450,23	1.595,25	1.754,77	1.930,25
27	1.345,81	1.480,39	1.628,43	1.791,27	1.970,40
28	1.373,80	1.511,18	1.662,30	1.828,53	2.011,38
29	1.402,38	1.542,61	1.696,88	1.866,56	2.053,22
30	1.431,55	1.574,70	1.732,17	1.905,39	2.095,93
31	1.461,32	1.607,45	1.768,20	1.945,02	2.139,52
32	1.491,72	1.640,89	1.804,98	1.985,48	2.184,02
33	1.522,75	1.675,02	1.842,52	2.026,77	2.229,45
34	1.554,42	1.709,86	1.880,85	2.068,93	2.275,82
35	1.586,75	1.745,43	1.919,97	2.111,97	2.323,16

PMPP- SELETIVO 02-2015 - COMPL.22 - 2015 CONVOCAÇÃO PROFESSORES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 02/2015

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 22 /2015

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA O CARGO DE PROFESSORES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILEDI ARAUJO COELHO PHILIPPI, Prefeita Municipal de *Pedra Preta*, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

A Srª.**MARILEDI ARAUJO COELHO PHILIPPI,** Prefeita Municipal de *Pedra Preta*, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final para o cargo de Professores no Processo Seletivo Simplificado, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situado à Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, no prazo de 03 (três) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga.

CANDIDATOS CONVOCADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

CARGO: PROFESSOR DE CIÊNCIAS										
N. INSCR	CANDIDATO	CE	LP	MAT	TIT	DATA NASCIM	PNE	TOTAL	SIT	COL
226	IVETE SEQUINI	8,00	3,00	9,00	3,00	14/11/1963	N	23,00	CL	3º

CARGO: PROFESSOR PEDAGOGO

N. INSCR	CANDIDATO	CE	LP	MAT	TIT	DATA NASCIM	PNE	TOTAL	SIT	COL
136	RAIKA PEREIRA DOS SANTOS	4,00	6,00	15,00	-	12/03/1977	N	25,00	CL	32º
245	ELIZÂNGELA RODRIGUES VIEIRA	8,00	12,00	3,00	-	09/06/1979	N	23,00	CL	33º
246	TÂNIA REGINA DOS SANTOS	4,00	12,00	6,00	-	06/06/1979	N	22,00	CL	34º
141	ANA CLAUDIA SOUZA FABRICIO DOS SANTOS	4,00	6,00	9,00	3,00	15/03/1973	N	22,00	CL	35º
106	SIMONE MELANIA DA SILVA	4,00	12,00	-	3,00	18/10/1976	N	19,00	CL	36º

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT

AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2015.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

PROCESSO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO

NÚMERO DE ORIGEM: 020/2015

MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS E ACESSÓRIOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT.

CONVOCAÇÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT, na pessoa de

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

, infra-assinado, usando as suas atribuições legais, em face da Convocação para assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS do procedimento de licitação, na modalidade de Pregão Presencial, sob o nº de ordem 011/2015, retro mencionada, realizada na data de 02 de Junho de 2015.

CONVOCA a empresa licitante classifica em primeiro lugar nos ITENS relacionados na ata de julgamento de propostas, do Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 011/2015, PNEUS BARBOSA-LTDA ME, inscrita no C.N.P.J/MF sob nº 14.481.695/0001-85, estabelecida na Ítrio Correia da Costa, n° 1328, QD 70, LOTE 16/17, bairro Cidade Salmen, Rondonópolis-MT, através de seu representante legal, para comparecer junto a Secretaría Municipal de Administração, na sede da Prefeitura Municipal deste Município de Planalto da Serra – MT, sito á Praça São Carlos, 755, Centro, nesta cidade, para o prazo máximo de 02 (dois) dias contados da data de publicação desta CONVOCAÇÃO, para providenciar a documentação legalmente estabelecida, objetivando assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para execução efetiva do mesmo.

Ciência aos interessados, observados as prescrições legais pertinentes.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE. GABINETE DA PREFEITA DO MUNICIPIO DE PLANALTO DA SERRA- MT, EM 18 DE JUNHO DE 2015. ANGELINA BENEDITA PEREIRA PREFEITA MUNICIPAL
–

PROCESSO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO

NÚMERO DE ORIGEM: 020/2015

MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS E ACESSÓRIOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT.

CONVOCAÇÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

, na pessoa de ANGELINA BENEDITA PEREIRA, infra-assinado, usando as suas atribuições legais, em face da Convocação para assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS do procedimento de licitação, na modalidade de Pregão Presencial, sob o nº de ordem 011/2015, retro mencionada, realizada na data de 02 de Junho de 2015.

CONVOCA a empresa licitante classifica em primeiro lugar nos ITENS relacionados na ata de julgamento de propostas, do Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 011/2015, HRP COMÉRCIO DE PNEUS EIRELLI -EPP, inscrita no C.N.P.J/MF sob nº 10.638.136/0001-85, estabelecida na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 1910, Bairro Alvorada, Cuiabá-MT, CEP: 78.050-000, através de seu representante legal, para comparecer junto a Secretaría Municipal de Administração, na sede da Prefeitura Municipal deste Município de Planalto da Serra – MT, sito á Praça São Carlos, 755, Centro, nesta cidade, para o prazo máximo de 02 (dois) dias contados da data de publicação desta CONVOCAÇÃO, para providenciar a documentação legalmente estabelecida, objetivando assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para execução efetiva do mesmo.

Ciência aos interessados, observados as prescrições legais pertinentes.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE. GABINETE DA PREFEITA DO MUNICIPIO DE PLANALTO DA SERRA- MT, EM 18 DE JUNHO DE 2015. ANGELINA BENEDITA PEREIRA PREFEITA MUNICIPAL
–

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 065/2013

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 065/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: LOURDES RIBEIRO DE MORAIS - ME

CLAUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

1.1 *Fica estabelecido à prorrogação do prazo do objeto contratado pelo período de 01 DE JULHO DE 2015 a 31 DE DEZEMBRO DE 2015.*

NILCE MARY LEITE

Prefeita Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 017/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 017/2015

Ata de Registro de preço n° 017/2015.

Pregão: 008/2015

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ**

Contratado: *3M COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA.*

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DESTE MUNICÍPIO.

Valor Registrado: R$ 476.195,10 (quatrocentos e setenta e seis mil, cento e noventa e cinco reais e dez centavos)

Período: 12 meses

NILCE MARY LEITE

Prefeita Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 016/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 016/2015

Ata de Registro de preço n° 016/2015.

Pregão: 008/2015

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ**

Contratado: *COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS - ME*

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DESTE MUNICÍPIO.

Valor Registrado: R$ 463.431,90 (quatrocentos e sessenta e três mil, quatrocentos e trinta e um reais e noventa centavos)

Período: 12 meses

NILCE MARY LEITE

Prefeita Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

AVISO DE LICITAÇÃO II-Nº 015/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015

REGISTRO DE PREÇOS – FILTROS E LUBRIFICANTES

A Prefeitura Municipal de Ponte Branca – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Fe-

deral do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002 e demais legislações correlatas, fará realizar a Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, visando o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Filtros e Lubrificantes para Atender a Frota municipal, conforme Termo de Referência em anexo. As propostas e documentações deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos à Av. Cel. Belmiro Nogueira, 300, no dia 30/06/2015, às 09h00min,sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, pelo telefone (XX 66) 3466 1311, via e-mail: licitacaopb@hotmail.com ou através do site: http://prefeituradepontebranca-mt.com.br/ . **Ressalvamos que os itens 02,04,e 06 do anexo ao edital do Pregão Presencial nº015/2015 já foram licitados na data 18/06/2015.**

Ponte Branca - MT, 18 de Junho de 2015.

Stuart Nogueira e Silva

Pregoeiro

RESULTADO DE LICITAÇÃO Nº 015/2015

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 015/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015

REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS, FILTROS E LUBRIFICANTES

A Prefeitura Municipal de Ponte Branca – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002 e demais legislações correlatas, o RESULTADO, do Pregão Presencial nº 015/2015, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, visando aquisição DE COMBUSTIVEIS, FILTROS E LUBRIFICANTES para as secretarias do município, realizado no dia 18/06/2015, às 11h00min, tendo por vencedora dos itens 02,04,06 a empresa **COMERCIO DE COMBUSTIVEL PONTE BRANCA LTDA – ME CNPJ 04.672.933/001-86**.

Ponte Branca - MT, 18 de junho de 2015.

Stuart Nogueira e Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

PREVI LACERDA
PORTARIA Nº. 102/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de SALÁRIO MATERNIDADE em favor da servidora FRANCIMAR VIEIRA DOS SANTOS*".*

A **Secretária de Administração de** PONTES E LACERDA - MT**, PREVI-LACERDA** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PONTES E LACERDA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do **Art. 26**, **da Lei Municipal**

n.º 1.391 de 26 de junho de 2013

, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício SALÁRIO MATERNIDADE, a servidora Sr.ª. FRANCIMAR VIEIRA DOS SANTOS, efetiva no cargo de TÉCNICO ADM. EDUC – TÉCNICO DESENV. INFANTIL, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA, com vencimentos correspondentes a ultima remuneração de contribuição, a partir de 03 de junho de 2015 e término em 30 de setembro de 2015, conforme processo administrativo do PREVI-LACERDA, n.º 2015.08.00086P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 03/06/2015 data inicio do beneficio, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PONTES E LACERDA - MT, 11 de junho de 2015.

ANDERSON DA SILVA LIMA

Secretário de Administração do PREVI-LACERDA

PREVI LACERDA
PORTARIA Nº. 103/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de SALÁRIO FAMÍLIA em favor da servidora FRANCIMAR VIEIRA DOS SANTOS".

O Secretário de Administração do PREVI-LACERDA - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PONTES E LACERDA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 20 da Lei Municipal n.º 1.391/2013, de 26 de junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º) Conceder o benefício SALÁRIO-FAMÍLIA, a servidora Sr.ª. **FRANCIMAR VIEIRA DOS SANTOS**, efetiva no cargo de TÉCNICO ADM. EDUC. – TÉCNICO DESENV. INFANTIL, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA, referente a **Pedro Rosa Santos Orlando** , seu filho menor de 14 (quatorze) anos, a partir de **03 de junho de 2015** e com término em

03 de junho de 2029

, conforme processo administrativo do PREVI-LACERDA, n.º 2015.09.00087P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 03/06/2015 data inicio do beneficio, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PONTES E LACERDA - MT, 11 de junho de 2015.

Anderson da Silva Lima Secretário de Administração

PREVI LACERDA
PORTARIA Nº. 104/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO DOENÇA em favor da servidora CLEIDES OLIVEIRA RODRIGUES DA CRUZ".

O Secretário de Administração de PONTES E LACERDA - MT**, PREVI-LACERDA** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PONTES E LACERDA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do **Art. 15**, da Lei Municipal **n.º1.391/2013, de 26 de junho de 2013**, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º

Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Srª. CLEIDES OLIVEIRA RODRIGUES DA CRUZ, efetiva no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na CÂMARA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA, com vencimentos correspondentes a ultima remuneração de contribuição, a partir de 23 de junho de 2015 e término em 07 de julho de 2015, conforme processo administrativo do PREVI-LACERDA, n.º 2015.05.00088P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PONTES E LACERDA - MT, 15 de junho de 2015.

ANDERSON DA SILVA LIMA

Secretário de Administração

PREVI LACERDA
PORTARIA Nº. 105/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO DOENÇA em favor da servidora SOLANGE APARECIDA MARQUES DOMINGUES".

O Secretário de Administração de PONTES E LACERDA - MT**, PREVI-LACERDA** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PONTES E LACERDA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do **Art. 15**, da Lei Municipal **n.º1.391/2013, de 26 de junho de 2013**, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º

Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Srª. SOLANGE APARECIDA MARQUES DOMINGUES, efetiva no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA, com vencimentos correspondentes a ultima remuneração de contribuição, a partir de 26 de junho de 2015 e término em 10 de julho de 2015, conforme processo administrativo do PREVI-LACERDA, n.º 2015.05.00089P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PONTES E LACERDA - MT, 15 de junho de 2015.

ANDERSON DA SILVA LIMA

Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUB DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PUBLICAÇÃO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 045/2015

ADESÃO A ATA DE Nº 03/2015

O prefeito Municipal de Porto Esperidião-MT, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas torna público aos interessados a publicação da **RATIFICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO** doprocesso licitatório de ***ADESÃO A ATA DE Nº 03/2015.*** *Referente ao objeto definido como:* CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.

EM FAVOR DA EMPRESA:

* **MACIEL DA SILVA & CIA LTDA-ME CNPJ: 00.822.126/0001-41.**

Porto Esperidião-MT, 18 de junho de 2015. GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA- Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2015

A Secretaria Municipal de Educação, através do do Sr° Secretario Municipal Sr. **Redoranes de Souza Denis San Martin**, invocando os princípios da transparência e da publicidade que regem a administração pública, vem por meio deste convocar a todos os munícipes para **Audiência Pública**, no dia *19 de Junho de 2015 (Sexta-feira) com início as 15:00 horas no Plenário da Câmara Municipal de Porto Estrela – MT*, com objetivo de **Apresentar a população as Metas do Plano Municipal de Educação para a próxima Década.**

Porto Estrela – MT, 18 de Junho de 2015.

Redoranes de Souza Denis San Martin

Secretario Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO N.º 003/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA – MT, torna público aos interessados quanto a Inexigibilidade de licitação de nº.: 003/2015, conforme o Art. 25, inc I, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, cujo objeto trata-se da contratação da Empresa **Volkswagem do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda**, CNPJ: 59.104.422/0001-50, para aquisição de 01 (Uma) Saveiro TrendLine CS – Total Flex - 2016, com o valor de **R$ 42.715,40 (Quarenta e Dois Mil, Setecentos e Quinze Reais e Quarenta Centavos)**. Sob a dotação orçamentária: *09*-**1047 – 4.4.90.52. 00.00.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO Nº 001/2015 - A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

AVISO ADESÃO Nº 001/2015 - PMPE SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS - A Prefeitura Municipal de Porto Estrela/MT, através do Pregoeiro Oficial Sr. Roosevelt da Guia Ortega, comunica a adesão à Ata de Registro de Preços nº 028/2015, referente ao Pregão Presencial nº 017/2015, Aquisição de 01 (Uma) Pá Carregadeira, Zero Quilometro, ano/modelo mínimo 2015, motor Diesel, conforme descrição do termo de referencia do edital de pregão, realizado pela Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã-MT, com a Empresa **ALFA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob n.13.731.784/0001-70, no valor de R$ 340.000,00 (Trezentos e Quarenta Mil Reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS - MT

SECRETARIA DE FINANÇAS

DPTO DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

CNPJ: 03.204.187/0001-33

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 (DIAS) DIAS

OBJETO: Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN. Exercícios: **2010 à 2015.**

DOCUMENTO: Termo de Intimação Nº 002/2015/FT

RESPONSÁVEL PELA INTIMAÇÃO: PORTO DOS GAÚCHOS – PREFEITURA MUNICIPAL

FINALIDADE E DESCRIÇÃO DOS FATOS: INTIMAR, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste, a proceder o envio das Notas Fiscais de Serviços, dos serviços tomados da empresa Guaxe Construtora Ltda CNPJ 02.837.996/0001-10 de Terraplanagem e Pavimentação da Rodovia MT 338, trecho compreendido entre Novo Paraná (KM 25) e Vila Simioni, e o pagamento dos débitos na forma do Art. 275 da Lei 278/2009 - CTM relativo aos tributos denominados Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN exercícios 2009 a 2015.

SITUAÇÃO DO INTIMADO: Termo de Intimação enviado via postal através de AR devidamente recebido no dia 27/01/2015, entregues pelo Correio da Cidade de Juara – MT.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ISSQN Art. 257 e seguintes da Lei 278/2009 – CTM; Intimação e Notificação: Art. 137, 138 e seguintes da Lei 278/2009 CTM. O não atendimento no prazo fixado ensejará lançamento de ofício, inscrição em Divida Ativa e Execução Fiscal, nos termos da Lei 278/2009 – CTM e demais Legislações vigentes.

CONTRIBUINTES INTIMADOS	CNPJ	TRIBUTO	EXERCÍCIOS

ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DOS PRODUTORES E BENEFICIARIOS DA RODOVIA MT 338	11.797.706/0001-86	ISSQN	2010 A 2015

ILARIO REZER OLDAIR GROSSCLAUS CAMPINAS

Secretário de Finanças Fiscal de Tributos Municipais

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 (DIAS) DIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS - MT

SECRETARIA DE FINANÇAS

DPTO DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

CNPJ: 03.204.187/0001-33

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 (DIAS) DIAS

OBJETO: Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN. Exercícios: **2010 à 2015.**

DOCUMENTO: Termos de Intimações Nºs 046/2014/FT, 049/2014/FT e 003/2015/FT

RESPONSÁVEL PELA INTIMAÇÃO: PORTO DOS GAÚCHOS – PREFEITURA MUNICIPAL

FINALIDADE E DESCRIÇÃO DOS FATOS: INTIMAR, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste, a proceder o envio das Notas Fiscais de Serviços e o pagamento dos débitos relativo aos tributos denominados Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN exercícios 2009 a 2015.

SITUAÇÃO DO INTIMADO: Termos de Intimações enviados via postal através de AR devidamente recebidos nas seguintes datas: Termos de Intimações Nºs 046/2014/FT recebido no dia 16/09/2014; 049/2014/FT recebido no dia 24/11/2014 e 003/2015/FT recebido no dia 05/03/2015, todos entregues pelos Correios da Cidade de Tangará da Serra – MT.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ISSQN Art. 257 e seguintes da Lei 278/2009 – CTM; Intimação e Notificação: Art. 137, 138 e seguintes da Lei 278/2009 CTM. O não atendimento no prazo fixado ensejará lançamento de ofício, inscrição em Divida Ativa e Execução Fiscal, nos termos da Lei 278/2009 – CTM e demais Legislações vigentes.

CONTRIBUINTES INTIMADOS	CNPJ	TRIBUTO	EXERCÍCIOS
GUAXE CONSTRUTORA LTDA	02.837.996/0001-10	ISSQN	2010 A 2015

ILARIO REZER OLDAIR GROSSCLAUS CAMPINAS

Secretário de Finanças Fiscal de Tributos Municipais

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº. 1.451/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS

APROVADOS E CLASSIFICADOS NO CONCURSO PÚBLICO N° 001/2014

PARA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO DA MUNICIPALIDADE.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais tendo em vista o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital de Concurso n° 001/2014, e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,

Considerando a realização do Concurso n° 001/2014, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Prefeitura, estabelecidos no Edital n° 001/2014;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, através do Decreto n° 1394/2015;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Decreto de Convocação de Candidatos n° 1.397/2015 e 1.398/2015;

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previstas no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência;

DECRETA.

Artigo 1° - Ficam nomeados em caráter efetivo, os candidatos abaixo relacionados para exercerem os respectivos cargos.

Parágrafo Único – O(s) candidato(s) nomeado(s) é (são) o(s) seguinte(s):

001. Agente de Limpeza Escolar – Sede

FRANCISCA CARDOSO DA SILVA

002. Pedreiro

ANTONIO TOFFANELLI

003. Técnico em Enfermagem - Sede

MARCIA DE MELO MACHACALI

004. Operador de Sistema de Água e Esgoto – Sede

SINOMAR FERREIRA DOS SANTOS

Artigo 2° - A validade das nomeações deste Decreto fica condicionada ao cumprimento do disposto no artigo 37, III da Constituição Federal de 1988.

Artigo 3° - Será considerado desistente o candidato nomeado que não comparecer no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação ou afixação do presente Decreto, para tomar posse no cargo, salvo justificativa amparada pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município.

Artigo. 4° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência - MT, 12 de Junho de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº. 1.450/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS

APROVADOS E CLASSIFICADOS NO CONCURSO PÚBLICO N° 001/2014

PARA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO DA MUNICIPALIDADE.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais tendo em vista o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital de Concurso n° 001/2014, e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,

Considerando a realização do Concurso n° 001/2014, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Prefeitura, estabelecidos no Edital n° 001/2014;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, através do Decreto n° 1394/2015;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Decreto de Convocação de Candidatos n° 1.397/2015;

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previstas no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência;

DECRETA.

Artigo 1° - Ficam nomeados em caráter efetivo, os candidatos abaixo relacionados para exercerem os respectivos cargos.

Parágrafo Único – O(s) candidato(s) nomeado(s) é (são) o(s) seguinte(s):

001. Técnico em Enfermagem - Sede

VALDIVINA LOPES DA SILVA

002. Psicólogo

DIEGO DE ALMEIDA LIMA

003. Agente de Limpeza Escolar – Sede

ROSIMARA LUIZA SOARES

Artigo 2° - A validade das nomeações deste Decreto fica condicionada ao cumprimento do disposto no artigo 37, III da Constituição Federal de 1988.

Artigo 3° - Será considerado desistente o candidato nomeado que não comparecer no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação ou afixação do presente Decreto, para tomar posse no cargo, salvo justificativa amparada pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município.

Artigo. 4° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência - MT, 11 de Junho de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO 197/2014

O Prefeito Municipal Senhor Gilmar Reinoldo Wentz, juntamente com o Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Querência, nomeado pela portaria 01/2015 torna Público **CANCELAMENTO** do processo de licitação nº **197/2014, MODALIDADE**: **Concorrência n. 001/2014, onde o objeto era:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA - MT, **por interesse Público e Adequação de falhas de Projeto**.

Querência – MT, 18 de junho de 2015.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

Daniel Stefanello

Presidente da CPL.

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO 062/2015

O Prefeito Municipal Senhor Gilmar Reinoldo Wentz, juntamente com o (a) Pregoeiro (a) da Prefeitura Municipal de Querência, tornam Público o Processo de Licitação nº **062/2015**

MODALIDADE: Pregão Presencial n. 051/2015**.**

OBJETO: Pregão Presencial para registro de preços para a prestação de serviço de Divulgação de rua para uso de diversas Secretarias Municipais de Querência - MT.

Data: 04/07/2015

HORÁRIO: 08 horário local

LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação e Julgamento.

O Edital contendo as instruções estará a disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Querência MT, no horário das 07h30-min às 11h30min e 13h30min às 17h30min ou e-mail licitacao.querencia@gmail.com

Querência – MT, 18 de junho de 2015.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

Débora Jaqueline Silveira Rios

Pregoeira

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO 061/2015

O Prefeito Municipal Senhor Gilmar Reinoldo Wentz, juntamente com o (a) Pregoeiro (a) da Prefeitura Municipal de Querência, tornam Público o Processo de Licitação nº **061/2015**

MODALIDADE: Pregão Presencial n. 050/2015**.**

OBJETO: Pregão Presencial para Registro de preços para prestação de serviços manutenção de condicionador de ar para uso de diversas secretarias do Município de Querência – MT.

Data: 03/07/2015

HORÁRIO: 08h horário local

LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação e Julgamento.

O Edital contendo as instruções estará a disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Querência MT, no horário das 07h30-min às 11h30min e 13h30min às 17h30min ou e-mail licitacao.querencia@gmail.com

Querência – MT, 18 de junho de 2015.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

Débora Jaqueline Silveira Rios

Pregoeira

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO 060/2015

O Prefeito Municipal Senhor Gilmar Reinoldo Wentz, juntamente com o (a) Pregoeiro (a) da Prefeitura Municipal de Querência, tornam Público o Processo de Licitação nº **060/2015**

MODALIDADE: Pregão Presencial n. 049/2015**.**

OBJETO: Pregão Presencial para Registro de preços para prestação de serviços de Pintura interna e externa na caixa de distribuição de água de 600 mil litros do Município de Querência – MT.

Data: 01/07/2015

HORÁRIO: 08h horário local

LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação e Julgamento.

O Edital contendo as instruções estará a disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Querência MT, no horário das 07h30-min às 11h30min e 13h30min às 17h30min ou e-mail licitacao.querencia@gmail.com

Querência – MT, 18 de junho de 2015.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

Débora Jaqueline Silveira Rios

Pregoeira

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO 059/2015

O Prefeito Municipal Senhor Gilmar Reinoldo Wentz, juntamente com o (a) Pregoeiro (a) da Prefeitura Municipal de Querência, tornam Público o Processo de Licitação nº **059/2015**

MODALIDADE: Pregão Presencial n. 048/2015**.**

OBJETO: Pregão Presencial para Registro de preços para aquisição de material betuminoso para uso do Município de Querência – MT.

Data: 01/07/2015

HORÁRIO: 14h horário local

LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação e Julgamento.

O Edital contendo as instruções estará a disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Querência MT, no horário das 07h30-min às 11h30min e 13h30min às 17h30min ou e-mail licitacao.querencia@gmail.com

Querência – MT, 18 de junho de 2015.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

Débora Jaqueline Silveira Rios

Pregoeira

LICITAÇÕES
AVISO COMPLEMENTAR AO PROCESSO 058/2015

O Prefeito Municipal Senhor Gilmar Reinoldo Wentz, juntamente com o (a) Pregoeiro (a) da Prefeitura Municipal de Querência Estado de Mato Grosso, tornam Público que houve **ALTERAÇÃO NA DATA DE ABERTURA** do processo de licitação nº **058/2015**;

MODALIDADE: **Pregão Presencial n. 047/2015.**

ALTERADA DATA DE ABERTURA PARA: 02 de julho de 2015.

Horário: 14:30h (horário local)

AVISA que houve alteração no edital e na data de abertura DO PREGÃO PRESENCIAL 047/2015, conforme as disposições que seguem no Edital complementar disponível na sala de Licitações na sede da Prefeitura Municipal, situada na Av. Cuiabá, Quadra 01, Lote 09, Setor C, Querência – MT, ou pelo e-mail: licitacao.prefeitura@gmail.com.

Querência – MT., 18 de junho de 2015.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

Débora Jaqueline Silveira Rios

Pregoeira

ADMINISTRATIVO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 44/2015

Ao primeiro dia do mês de junho de Dois Mil e quinze no Gabinete do Prefeito Municipal foi celebrado o presente Contrato, tendo como partes, de um lado:

MUNICIPIO DE QUERÊNCIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de Direito Interno, inscrito no CNPJ Nº 37.465.002/0001-66, com sede na Avenida Cuiabá, Qd. 01, Lote 09, Setor C, s/n°, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **GILMAR REINOLDO WENTZ**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº. 5027154383 SSP/RS, inscrito no CPF nº. 437.706.300-68, doravante denominado CONTRATANTE:

E do outro lado,**GILMAR FURTADO,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade n° 20.957.703 SSP/SP e inscrito no CPF sob n° 107.306. 698-31, residente e domiciliado na Rua Vicente Gonçalves dos Santos, 1. 500, Setor Industrial, nesta Cidade de Querência, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, conforme cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO SUPORTE LEGAL

01.1 - Este Contrato se fundamenta nas disposições substanciadas pela Lei 8.666/93 e com as alterações resultantes das Leis n° 8.883/94 e 9.648/98, como também pelas convenções estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

02.01 - O presente Contrato tem por objetivo a Prestação de serviços de divulgação da Campanha 2015 “SUA NOTA FISCAL VALE PRÊMIOS”, no município de Querência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 - O regime de execução do presente contrato é o de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 8.666/93;

3.2- Os serviços serão prestados imediatamente de acordo com os encaminhamentos feitos pelo CONTRATANTE por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA QUARTA - DO FATO GERADOR CONTRATUAL

04.01 - O presente Instrumento Contratual foi firmado, vinculado aos termos da Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

05.01 - O valor global para a execução do presente Contrato, é fixado em R$ 5.376,00 (Cinco mil trezentos e setenta e seis reais);

05.02 - O valor aqui fixado poderá ser alterado de acordo com a Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

06.01 - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da dotação orçamentária:

09 – Secretaria Munic. de Finanças

09.01 – Secretaria Munic. de Finanças

2.088 - Manutenção e encargos com a Secretaria de Finanças e Setor de Tributação

399-3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

CLAUSULA SÉTIMA - DO FISCAL DO CONTRATO 07.01 - Fica nomeado para atuar como fiscal de contrato celebrado pela Administração Pública Municipal de Querência-MT, ELIANDRA TIRLONI, portadora da Cédula de Identidade n° 4924929 SSP/GO e inscrita no CPF sob n° 594.959.871-72, conforme Portaria em anexo, durante o exercício de 2015, considerando que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO

08.01 - O prazo de execução do Presente Contrato é de 06 (seis) meses e 21 (vinte e um) dias, com vigência até 21 de dezembro de 2015, prorrogável por igual período, se houver necessidade, nos termos do Art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

09.01 - O pagamento será efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente, divididos em 07 (sete) parcelas no valor de R$ 768,00 (setecentos e sessenta e oito reais) mensais o pagamento será efetuado por meio de boleto bancário em nome do contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA.

10.01 - O CONTRATADO se obriga a executar os serviços elencados na Cláusula Segunda;

10.02 – O contratado compromete a fazer as divulgações nos seguintes horários: 07:15 hs, 10:30 hs no período matutino, 13:15 hs período vespertino, sendo que no período noturno será Gratuito;

10.03 – O contratado divulgará as propagandas em dobro no período de 1º a 19 de dezembro de 2015, para dar mais ênfase à divulgação.

10.04 - Entregar dentro do prazo estipulado, todos os serviços contratados, salvo motivo devidamente justificado;

10.05 - O CONTRATADO não fará jus a nenhum pagamento além do valor que será estipulado neste Contrato, como férias, décimo terceiro, aviso - prévio e indenização;

10.06 - Responder por todos os danos causados à CONTRATANTE e a terceiros, em função da má execução dos serviços, ou da sua execução incorreta;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

11.01 - A CONTRATANTE se obriga a cumprir fielmente os dispositivos das Cláusulas Quinta e Oitava deste Contrato;

11.02 - Cumprir e seguir rigorosamente todas as orientações passadas pela CONTRATADA, relacionadas com o objeto deste Contrato;

11.03 - Fiscalizar a execução dos serviços e aprovar as falhas cometidas pela CONTRATADA, exigindo a tomada de medidas para o seu saneamento;

11.04 - Aplicar a CONTRATADA as penalidades cabíveis, dentro da Lei, no caso de não cumprimento de quaisquer das Cláusulas do Contrato.

11.05 – Reter impostos de competência do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.01 - A rescisão do presente Contrato poderá ocorrer nos casos previstos nos artigos 77, 78 e 79 da Lei n° 8.666/93;

12.02 - A parte que desejar a rescisão deverá comunicar à outra num prazo mínimo de 10 (dez) dias, com justificativa fundamentada, sob pena de indenização de 1% (um por cento) do valor restante do Contrato;

12.03 - No caso da rescisão unilateral por culpa da CONTRATADA por falhas ou inexecução do objeto a CONTRATANTE não se obriga a nenhum pagamento indenizatório, observando-se o disposto no artigo 80 da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO.

13.01 - O Presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no artigo 65 da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA MULTA

14.01 - O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as suas Cláusulas e as disposições da Lei n° 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.02 - A parte que infringir quaisquer das Cláusulas deste Instrumento ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) do valor contratual, além de outras penalidades que a falta cometida assim exigir, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.01 - As partes elegem o Foro da Comarca de Querência - MT, para dirimir os litígios decorrentes da execução deste Contrato, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem devidamente acordado, declaram as partes CONTRATANTES aceitarem as disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei n° 8.666/93, bem como às demais normas complementares e assinam o presente.

Querência - MT, 01 de junho de 2015.

_____

MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA - CONTRATANTE

Gilmar Reinoldo Wentz - PREFEITO MUNICIPAL

_____

GILMAR FURTADO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Lidiane Magdalena Führ Nome: Adriana M. Rodrigues

CPF: N° 811.923.391-34 CPF N° 966.824.341-20

LICITAÇÕES
LICITAÇÃO PÚBLICA – NOTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA entidade de direito público interno, estabelecido com sede na Avenida Cuiabá, quadra 01, lote 09, Centro Administrativo Municipal, em Querência - MT, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, Gilmar Reinoldo Wentz, vem por meio desta:

NOTIFICAR a empresa AGRODATA INFORMÁTICA LTDA-ME, **inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.853.262/0001-85, estabelecida Rua Genebra, nº 759, Bairro residencial bela suíça, Sinop-MT, CEP 78.556-597,** do descumprimento das clausulas do Edital **do Processo de Licitação nº 171/2014** e contrato **Originário sob nº 053/2014**, celebrada entre as partes, em virtude da adjudicação da proposta ofertada pela notificada na licitação realizada por este Município, pelo fato de **não ter efetivado de maneira satisfatória a prestação de Serviços, conforme oficio nº 055/2015 da Secretaria Municiapal de Desenvolvimento e Promoção Social:**

Solicitar para a empresa que a mesma providencie o pleno funcionamento do sistema no prazo máximo de 10 dias.

Conforme estipulado no edital e proposta da empresa. Tal fato acarreta, nos termos do item 16.2 do edital, conforme segue: “Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Querência, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;”

Diante do exposto, e seguindo a regra do artigo 109, I, alíneas "e" e "f", da Lei nº 8.666/93, a partir da data de recebimento da presente, abrir-se-á o prazo de cinco dias úteis para apresentação de justificativa referente ao não cumprimento da proposta apresentada, cuja penalidade poderá ser relevada se ocorrente uma das hipóteses do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, ou, se inexistente tal justificativa, para o pagamento da multa acima expressa, sob pena de inscrição na dívida ativa do Município. A compro-

vação do pagamento da pena de multa ou a interposição de recurso nos termos do parágrafo 4º do artigo 109 da Lei nº 8.666/93, deverão ser efetivadas diretamente no Departamento de Licitações.

Querência – MT., 18 de junho de 2015.

GILMAR REINOLDO WENTZ

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº. 1.449/2015

ESTABELECE NOVOS VALORES DE DIÁRIAS

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e com base no que dispõe a Lei Municipal n° 876/2014, que dispõe sobre o pagamento de diárias para suportar despesas de viagem dos agentes públicos municipais.

DECRETA:

Artigo 1° - Fica estabelecido os valores das diárias de viagem ao Prefeito, Vice-Prefeito, Subprefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete, Procurador Jurídico, Gerente, Assessores, Chefe de Departamento, Coordenadores de Ensino, Conselheiros e demais Servidores da seguinte forma:

I – Para fora do Estado:

a) Prefeito.....R$ 845,24

b) Vice- Prefeito.....R$ 732,54

c) Secretários Municipais, Subprefeito, Chefe de Gabinete e Procurador Jurídico .....R$ 495,87

d) Gerente, Assessores, Chefe de Departamento, Coordenadores de Ensino e demais comissionados.....R$ 383,18

e) Conselheiros e Demais Servidores.....R$ 236,67

II - Para dentro do Estado: (demais cidades).

a) Secretários Municipais, Subprefeito, Chefe de Gabinete e Procurador Jurídico.....R$ 404,24

b) Gerente, Assessores, Chefe de Departamento, Coordenadores de Ensino e demais comissionados.....R$ 304,24

c) Conselheiros e Demais Servidores .....R$ 225,40

III – Para dentro do Estado: (Água Boa, Canarana, Ribeirão Cascalheira) – com pernoite:

a) Secretários Municipais, Subprefeito, Chefe de Gabinete e Procurador Jurídico.....R$ 225,40

b) Gerente, Assessores, Chefe de Departamento, Coordenadores de Ensino e demais comissionados.....R$ 112,70

c) Motorista de ambulância e enfermeira acompanhante.....R$ 112,70

d) Conselheiros e Demais Servidores .....R$ 112,70

IV – Para dentro do Estado: (Confresa e Porto Alegre do Norte) – com pernoite:

a) Secretários Municipais, Subprefeito, Chefe de Gabinete e Procurador Jurídico.....R$ 300,00

b) Gerente, Assessores, Chefe de Departamento, Coordenadores de Ensino e demais comissionados.....R$ 160,00

c) Motorista de ambulância e enfermeira acompanhante.....R$ 160,00

d) Conselheiros e Demais Servidores .....R$ 160,00

V – Para dentro do Estado: (Água Boa, Canarana, Ribeirão Cascalheira, Confresa e Porto Alegre do Norte) – com retorno no mesmo dia:

a) Secretários Municipais, Subprefeito, Chefe de Gabinete e Procurador Jurídico..... R$ 112,70

b) Gerente, Assessores, Chefe de Departamento, Coordenadores de Ensino e demais comissionados.....R$ 90,16

c) Motorista de ambulância e enfermeira acompanhante.....R$ 90,16

d) Conselheiros e Demais Servidores.....R$ 90,16

VI – Para dentro do Município: (Projetos de Assentamentos Pingo D`água, São Manoel, Coutinho União, Brasil Novo e Canaã I)

Conselheiros Municipais .....R$ 40,00

a) Pingo D'Água.....R$ 40,00

b) São Manoel.....R$ 70,00

c) Coutinho União.....R$ 80,00

d) Canaã I.....R$ 80,00

e) Brasil Novo.....R$ 110,00

VII - Para Viagem ao Exterior

a) Prefeito.....R$ 3.042,88

Artigo 2° - As despesas decorrentes deste Decreto correm por conta da Dotação Orçamentária 3.3.90.14.00.00.0080 – Diárias civil, correspondente a cada Secretaria.

Artigo. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando em especial o Decreto nº. 1.425/2015 de 14 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, aos 09 dias do mês de junho do ano de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 53/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADO: **ELIANE PEREIRA DE OLIVEIRA**

CPF: Nº 022.342.171-56

OBJETO: Prestação de serviço correspondente ao Cargo de Monitora de Artesanato corte e costura para atendimento junto a Secretaria Municipal de Assistência Social de Reserva do Cabaçal-MT.

VIGENCIA: 01/06/2015 A 31/12/2015

VALOR GLOBAL: R$ 5.516,00 (Cinco Mil Quinhentos e dezesseis reais).

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 59/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADO: **VANILDA LOPES PINHEIRO**

CPF: Nº 298.603.421-72

OBJETO: Locação de uma Imóvel em alvenaria localizado na Rua C nº 38, Bloco 6, Edifício Terra Nova, Residencial Esmeralda 02 CEP: 78050-404 bairro Terra Nova na cidade de Cuiabá - MT a ser utilizado pela Secretaria Municipal de Administração desta municipalidade como casa de apoio desta municipalidade.

VIGENCIA: 15.02.2015 A 31.12.2015

VALOR GLOBAL: R$ 5.400,00 (Cinco mil e quatrocentos reais).

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 58/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADO: **LIDER CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - ME**

CNPJ: Nº 11.499.448/0001-18

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para levantamento Patrimonial dos bens do Município, Reavaliar, Mensurar, Catalogar e Atualização dentro das Normas do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Publico (MCASP).

VIGENCIA: 120 (cento e vinte) dias, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

VALOR GLOBAL: R$ **R$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais).**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 56/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADO: **MILVA ROCHA DA SILVA**

CPF: Nº 739.700.932-87

OBJETO: Prestação de Serviço correspondente ao cargo de PROFESSORA SUBSTITUTA, (Nível Superior), para substituição por atestado médico da Servidora **ROSA MARTINS DE SOUZA** cadastrada no CPF:973-377-141-49, por um período de 30 (trinta) dias na Escola Municipal Barrarão do Rio Branco

VIGENCIA: 01/06/2015 A 07/07/2015

VALOR GLOBAL: R$ 1.473,80 (Hum mil quatrocentos e setenta e três reais e oitenta centavos)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 54/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADO: MARIA CLAUDIA TELES GONÇALVES

CPF: Nº 012.150.531-69

OBJETO: Prestação de serviço correspondente a Agente Comunitário de Saúde, para atendimento junto a Secretaria Municipal de Saúde de Reserva do Cabaçal-MT, com atuação na Micro Área 07 que corresponde as Comunidades do Ipê Roxo, Rio dos Peixes e Fazendas Circunvizinhas.

VIGENCIA: 01/06/2015 A 31/12/2015

VALOR GLOBAL: R$ 7.098,00 (sete Mil e noventa e oito reais).

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 57/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADO: EVANDRO ANDRE FELIX - MEI

CNPJ: Nº 17.529.855/0001-07

OBJETO: **Construção de um plano anual de Educação Municipal de Reserva do Cabaçal - MT onde prevalecerá por um total de dez anos, onde será avaliados, discutidos e aprovado pelos professores da rede municipal de ensino de Reserva do Cabaçal – MT.**

VIGENCIA: 120 (cento e vinte dias) dias corridos, contados à partir da assinatura do contrato.

VALOR GLOBAL: R$ **R$ 7.800,00 (Sete Mil e Oitocentos Reais).**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 52/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADO: **ROGERIO PROCOPE VIEIRA DE SOUZA**

CPF: Nº 048.016.091-04

OBJETO: Prestação de serviço correspondente a Agente Comunitário de Saúde, para atendimento junto a Secretaria Municipal de Saúde de Reserva do Cabaçal-MT, com atuação na Micro Área 05 que corresponde as Comunidades do Lajeado, 30 lotes, Queixada, Alto Dracena e Jiboia.

VIGENCIA: 01/06/2015 A 31/12/2015

VALOR GLOBAL: R$ 7.098,00 (sete Mil e noventa e oito reais).

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 55/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADO: **ROSIMEIRE NEGRIS**

CPF: Nº 003.946.811.93

OBJETO: Prestação de Serviço correspondente ao cargo de PROFESSORA SUBSTITUTA, (Nível Superior), para substituição por atestado médico da Servidora **ALESSANDRA CRISTINA DE SOUZA** cadastrada no CPF:572-227-201-97, por um período de 30 (trinta) dias na Escola Municipal Barrão do Rio Branco.

VIGENCIA: 01/06/2015 A 07/07/2015

VALOR GLOBAL: R$ 1.473,80 (Hum mil quatrocentos e setenta e três reais e oitenta centavos)

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

AVISO DE RESULTADO PP 10/2015

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

A Pregoeira juntamente com sua equipe de apoio, torna público o resultado do Pregão em epígrafe que tem por objeto futura e eventual aquisição de material de limpeza, produtos descartáveis, para limpeza, manutenção e conservação dos prédios pertencentes a esta municipalidade, bem como aquisição de aquisição de gêneros alimentícios(perecíveis e não perecíveis) para atender as necessidades de todas as secretarias deste município, conforme termo de referencia anexo I, em nome do vencedor abaixo discriminado:

J. A. DE FREITAS, totalizando o valor de R$ 155.061,00 (cento e cinqüenta e cinco mil e sessenta e um reais).

Ribeirão Cascalheira, 16 de Junho de 2015.

Luzinete Martins Ferreira

Pregoeira

AVISO DE RESULTADO PP 11/2015

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015

A Pregoeira juntamente com sua equipe de apoio, torna público o resultado do Pregão em epígrafe que tem por objeto futura e eventual aquisição de material de expediente para atender as necessidades desta municipalidade, conforme Termo de Referencia, em nome do vencedor abaixo discriminado:

CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMÁTICA EIRELI-EPP CNPJ: 20.357.366/0001-20, totalizando o valor de R$ 277.233,25 (duzentos e setenta e sete mil e duzentos e trinta e três reais e vinte e cinco centavos).

Ribeirão Cascalheira, 17 de Junho de 2015.

Luzinete Martins Ferreira

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

LEI Nº 673, DE 11 DE JUNHO DE 2015

LEI Nº 673, DE 11 DE JUNHO DE 2015. PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO BRANCO- MT 2015/2025

LEI Nº 673, DE 11 DE JUNHO DE 2015.

Ementa: Dispõe sobre aprovação do PLANO MUNICIPAL DECENAL DE EDUCAÇÃO, para o decênio 2015-2025, na forma a seguir especificada, e Adota Outras Providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal de Educação, de caráter plurianual, que se apresenta na forma do Anexo Único desta Lei e que desta é parte integrante, com duração de dez anos, em cumprimento á Lei Federal nº. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º - Fica autorizado o Conselho Municipal de Educação – CME, para acompanhamento da execução e avaliação periódica do Plano Municipal de Educação.

Parágrafo Único. A cada dois anos, o Plano será avaliado em um Fórum com a participação de autoridades do Executivo e Legislativo, educadores e representantes da sociedade civil, cabendo ao Legislativo Municipal aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas à correção de deficiências e distorções.

Art.3º - Os Planos Plurianuais do Município, nos próximos dez anos, deverão ser elaborados de forma a dar suporte aos objetivos e metas constantes no Plano Municipal de Educação, no que for de responsabilidade do próprio Município.

Art. 4º. Fica sob a responsabilidade dos Poderes do Legislativo e Executivo a tarefa de divulgação do Plano objeto desta Lei, para que a sociedade dele tome conhecimento e acompanhe a sua execução.

Art. 5º. As despesas decorrentes da aprovação desta Lei correrão por conta de dotações próprias previstas em orçamento.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, 11 de Junho de 2015.

Registra-se e Publique-se.

ANTONIO XAVIER DE ARAÚJO

- Prefeito -

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO-MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DESPORTO E LAZER.

PLANO

MUNICIPAL

DE EDUCAÇÃO

DE RIO BRANCO- MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO-MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DESPORTO E LAZER

REVISÃO DE TEXTO

MARILEUSA ALVES DE SERQUEIRA OLIVEIRA

IRACEMA DE SOUZA

DESENHO DA CAPA

Jefferson Pereira da Silva

(5º Ano- Escola Estadual Deputado Francisco Eduardo Rangel Torres)

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO-MT
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/RIO BRANCO 2015
TOTAL DE PÁGINAS: 91
FOLHA A-4 COLOR. 30 cm

RIO BRANCO- MT

BRASIL- 2015

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO BRANCO

COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE DE TODOS

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO

PREFEITO MUNICIPAL

CLEIDE PIRES DOS SANTOS

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MARILEUSA ALVES DE SERQUEIRA OLIVEIRA

COORDENADORA PARA A ELABORAÇÃO DO PME

LUCIANO MENESES FARIA

CO-COORDENADOR PARA ELABORAÇÃO DO PME

FLÁVIO CUSTÓDIO DO NASCIMENTO

SECRETÁRIO EXECUTIVO PARA ELABORAÇÃO DO PME

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO

DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO BRANCO-MT

COMISSÃO COORDENADORA

MARILEUSA ALVES DE SERQUEIRA OLIVEIRA

CLEIDE PIRES DOS SANTOS

LUCIANO MENESES FARIA

MÔNICA VALÉRIA FERRARI SANTOS

MARIA APARECIDA DOS REIS DEFACIO

LUCIANO DA SILVA ALMEIDA

EQUIPE TÉCNICA

ANTONIO EDUARDO DOS SANTOS

KELLY ELENICE FRERES COQUEIRO

MARIA DAS DORES MARTINS FERRARI

SILMARA ALVES DE MENEZESTOMAZELI

ANDREIA APARECIDA DE MOURA MARTINS

WANDER ZANOL MERLIM

BETÂNIA DO NASCIMENTO BARBOSA

GERALDA PATRICIA SILVA MENDES

ANDRÉ DA CONCEIÇÃO PAIVA

JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS

NEUZA ALMEIDA CARLOS

LAURINDA LEMOS

CLEUZA VIEIRA SANCHES MIGUEL

FLÁVIO CUSTÓDIO DO NASCIMENTO

POLLYANA CUNHA DE ALMEIDA LAURENTINO

ALESSANDRO BATELO BATISTA

SIMONE MARQUES LOURENÇO CAMPOS

ALZIRA SILVA MOREIRA

VANDILSON DE FREITAS GOULARTH

ROSIMAR COTRIM DO CARMO

PEDRO BARBOSA DE SOUZA

DIRLENE CORREIA MEDEIROS

SAMUEL RODRIGUES ROSA

PEDRO ANTONIO BOASCIVIS

DALVINA MIRANDA MEIRA

EMANUELLE CRISTINE PEREIRA

TEREZINHA PEREIRA PIRES LOBO DE ASSIS

IRACEMA DE SOUZA

MICHELE SCANDIANE DA SILVA

MARLENE LOURENÇO DA SILVA

VILMA APARECIDA ANDRADE

RITA ROSA DE JESUS TOMAZELI

LUCIMAR JUSTINO DOS REIS LOPES PINHEIRO

WENDERLEYTORO MACHADO

ROSA PEREIRADA SILVA ARRUDA

SIMONE VANIER FERRARI PIRES

ADNILSON ZANOL

LUZIA DE SOUZA OLIVEIRA

NELITA FIRMINO DE QUEIROZ MATTOS

CARLOS ROBERTO DOS SANTOS

ANTONIO VIEIRA DA SILVA

MARCOS ROBERTO FERRARI

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.. 11

INTRODUÇÃO.. 12

MENSAGEM... 13

HISTÓRICO DA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO BRANCO- MT 14

RIO BRANCO: aspectos históricos, geográficos e socioeconômicos. 16

DIAGNÓSTICO EDUCACIONAL- RIO BRANCO- MT. 20

EDUCAÇÃO INFANTIL.. 22

ENSINO FUNDAMENTAL.. 29

ENSINO MÉDIO REGULAR E EJA.. 38
IDEB- ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.. 42
ENSINO SUPERIOR.. 47
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO.. 50
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS. 55
EDUCAÇÃO ESPECIAL.. 56
EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE E SAÚDE.. 57
EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ETNICORRACIAIS. 58
FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.. 59
FINANCIAMENTO E GESTÃO DOS RECURSOS. 59
GESTÃO DEMOCRÁTICA.. 62
METAS E ESTRATÉGIAS. 63
AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO.. 71
MENSAGEM FINAL.. 72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS. 73
ANEXOS. 74

"...Entende-se criança como sujeito histórico e de direitos de um grupo social,
construtora de conhecimento, de identidade e de cultura,
que tem capacidade para aprender, criar, imaginar, brincar,
investigar e se desenvolver com ser humano,
em uma relação ativa com outras pessoas e,
em interação com o mundo."
Paulo Freire.

APRESENTAÇÃO

Chegamos ao século XXI e, com ele, grandes renovações estão acontecendo. Vivemos um tempo de transição, marcado por mudanças de paradigmas, conceitos e concepções. O homem, as instituições, a sociedade vivem em um constante e veloz processo de transformação nas relações sociais estabelecidas, alimentando as desigualdades.

Faz-se necessário estabelecer a interação entre os diversos setores da sociedade, estimulando um processo permanente de discussão que proporcione o enfrentamento desta realidade. Para isso, é fundamental a definição de políticas públicas nas áreas sociais, em especial na educação. Neste sentido, é compromisso desta administração o investimento efetivo nas pessoas, proporcionando educação de qualidade às crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, num esforço conjunto entre o poder público e a sociedade civil organizada.

É intenção do Plano Municipal de Educação concretizar as mudanças necessárias à oferta, acesso e permanência dos educandos nas unidades educativas e instituições de ensino do nosso município.

O desafio maior na elaboração deste Plano foi articular os vários segmentos e instituições ligadas à educação, visando a construção conjunta de um documento que contemplasse as reivindicações e expectativas da sociedade em relação à educação municipal, traduzidas em metas.

A elaboração participativa deste Plano significa que as diretrizes e metas definidas, de forma articulada, possibilitam efetivamente concretizar a educação de qualidade que as pessoas do nosso município merecem.

Parabéns aRio Brancopor mais esta conquista.

Antônio Xavier de Araújo

Prefeito Municipal

INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Educação-PME trata do conjunto da educação, no âmbito Municipal, expressando uma política educacional para todos os níveis, bem como as etapas e modalidades de educação e de ensino. Sua elaboração está preconizada no Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, que em seu art. 8º declara que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 01 (um) ano contado da publicação desta Lei

Obedecendo ao princípio constitucional de gestão democrática do ensino público, preconizada na Constituição Federal Art. 206, Inciso VII, observando, a garantia de princípios de transparência e impessoalidade, a autonomia e a participação, a liderança e o trabalho coletivo, a representatividade e a competência. Foi instituída através da Portaria Nº 025 de 04 de fevereiro de 2015a Comissão de elaboraçãodo Plano Municipal de Educação.

Ele requereu, de todos nós clareza e objetividade a respeito de qual educação queremos. Este processo de construção coletiva demonstrou um forte espírito de cidadania, autonomia e comprometimento com a formação plena dos cidadãos.

O PME preconiza o que está posto no Plano Nacional de Educação. De forma resumida, osprincipais aspectos norteadores abordados são: a elevação global do nível de escolaridade da população de Rio Branco; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução dasdesigualdades sociais e regionais, no tocante ao acesso e à permanência, na educação pública; e ademocratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais.

Esperamos que o Plano Municipal de Educação de Rio Branco aponte para uma EducaçãoPlena, que contribua para a formação de cidadãos, com uma nova visão de mundo, em condiçõespara interagir, na contemporaneidade, de forma construtiva, solidária, participativa e sustentável.

Cleide Pires dos Santos

Secretária Municipal de Educação

MENSAGEM

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO BRANCO - MT

TECENDO FIO A FIO

Como o pescador que vai fazendo a rede, tecendo fio a fio com o coração no mar e numa grande pescaria, abraçou o desafio de fomentar, discutir, refletir e sistematizar o processo de construção, do Plano Municipal de Educação.

Assim como o mar que, ao mesmo tempo é a paixão e o medo do pescador, reconhecemos que a realização de um plano é permeada por contradições e desafios.

Seres históricos que somos, estamos aprendendo sempre, assim mesmo, com as limitações do tempo, entendendo que a rede simbólica do Plano já vem sendo tecida e é preciso, agora, dar corpo à rede, que vem se forjando no município.

A grande meta é sempre um olhar intencional para nossas crianças, adolescentes, jovense adultos e seus processos de aprendizagem, numa perspectiva inclusiva de educação.

Nascemos para ser mais... Vivemos para ousar. É reconhecendo nossa incompletude que o Plano materializa nossos sonhos, projetos e intenções, para o município de Rio Branco, para o período de 10 anos.

Um Plano que, além do documento escrito, feito com a rigorosidade metódica necessária, é capaz de ser palavra-ação. Documento que se move para um Rio Brancocada vez melhor

Com esta compreensão, convidamos a todos (as) para comprometerem-se na produção da rede, porque podemos questionar as ondas, podemos melhorar os barcos, só não podemos parar, pois o mar nos espera.

Flávio Custódio do Nascimento

Secretário Executivo para elaboração do PME

HISTÓRICO DA ELABORAÇÃO DOPLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO BRANCO- MT

(Metodologia da Proposta de Elaboração)

O Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, que em seu art. 8º declara que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 01 (um) ano contado da publicação desta Lei

O PNE estabelece as seguintes diretrizes:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Ainda, sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, é um instrumento de planejamento do nosso estado democrático de direito que orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas do setor. Neste novo texto, fruto de amplos debates entre diversos atores sociais e o poder público, estão definidos os objetivos e metas para o ensino em todos os níveis – infantil, básico e superior – a serem executados nos próximos dez anos.

Para construir este Plano, o Conselho Municipal de Educação adotou uma metodologia participativa e democrática, envolvendo a sociedade civil organizada, instituições de ensino, administração pública, sindicatos, ONGs e Câmara Municipal.

A metodologia para a elaboração deste Plano Municipal de Educação constituiu-se de instâncias de decisões, dentre elas: comissão coordenadora, equipe técnica que foram dividasemsubcomissões: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio/Educação Profissional/Educação de Jovens e Adultos-EJA,Educação do Campo, Ensino Superior e Valorização dos Profissionais/Gestão Democrática.

Foram realizadas várias reuniões com as subcomissões e coordenação e seminários com todos os profissionais da educação para discussão e proposição das metas e estratégias.

As metas propostas foram sistematizadas e encaminhadas à discussão e votação na Conferência Municipal, para definição das Propostas das Metas do Plano, (documento final).

Este Plano Municipal de Educação constitui-se em um instrumento de resposta às demandas, na área da educaçãodo município de Rio Branco, por articular diretrizes, metas e aspirações compartilhadas com legitimidade.

Marileusa Alves de Serqueira Oliveira

Coordenadora Plano Municipal de Educação

RIO BRANCO: aspectos históricos, geográficos e socioeconômicos.

A denominação do município de Rio Branco é homenagem ao Rio Branco, curso d'água quebanha a cidade e também referência à Colônia Rio Branca, implantada pelo governo do Estado numaárea de 200 mil hectares, através do Decreto Lei nº 1.598, de 22 de maio de 1953. A colônia começou a partir de ações desenvolvidas por João Augusto Capilé, da Comissão de Planejamento da Produção, que buscava assentar colonos que tiveram problemas em Dourados e Jaciara. O Rio Branco que deu nome à cidade e ao projeto Colônia Rio Branco banha o territóriomunicipal e desenha a paisagem regional com seus serpenteios e belas quedas d'águas. O Distrito de Paz de Rio Branco foi criado em 4 de abril de 1978, jurisdicionado ao municípiode Cáceres. A Lei Estadual nº 4.151, de 13 de dezembro de 1979, criou o município de Rio Branco,desmembrando-se do município de Cáceres, ficando os Distritos de Panorama, Lambari, Reserva doCabaçal. Em 31 de janeiro de 1981 o distrito de Reserva do Cabaçal foi levado à categoria de município. E em 1986 o distrito de Lambari D Oeste passou a configurar-se como município desmembrando de Rio Branco.

Os primitivos habitantes da região foram os Índios Cabaçais, termo popular dado ao povo indígena Bororó que era encontrado no local. Posteriormente os poaieiros, extrativistas que retiravam das matas a ipeca ou poaia, planta medicinal com nome cientifico de *Psychotrialpecacuanha*, marcaram aquele chão com suas passadas de alpercatas e botinas, retirando das matas as raízes cobiçadas pelos estrangeiros.

Na década de cinquenta, quando Mato Grosso deu curso à colonização com a ocupação de terras devolutas, atraindo para o Estado brasileiro de todo país, nasceu a Colônia Rio Branco. Homens sem terras corriam para a nova região, sedentos e com fome, quase sem nenhuma quantia nos bolsos, mas com a vontade indômita de arregaçar as mangas, pegar nos apetrechos de agricultura e vencer juntamente com opovoado que nascia. De todos os quadrantes chegaram caminhões apinhados de homens, mulheres e crianças, popularmente chamados paus-de-arara. A viagem de Cáceres até Rio Branco era comum demorar de três a quatro dias de caminhão na época. Os desafios e as dificuldades eram enormes, pois não havia nenhuma estrutura ou apoio aos colonos que com ousadia se aventuravam na região. Através das trilhas, nas quais os colonos seguiam a pé, carregando suas mercadorias e pertences nas cangalhas sobre burros, demoravam-se sete a oito dias. A travessia do Rio Cabaçal era feita em canoas. Desafiando um mundo desconhecido e abrindo clareiras, homens de excepcional têmpera, pouco a pouco foram construindo a aprazível e bela cidade de Rio Branco.

A denominação do Município de Rio Branco é em homenagem ao Rio Branco, curso d'água que banha a cidade e também referência à Colônia Rio Branco, implantada pelo governo do Estado numa área de 200 mil hectares, através do Decreto Lei nº 1.598, de 22 de maio de 1953. A colônia começou a partir de ações desenvolvidas por João Augusto Capilé, da Comissão de Planejamento da Produção, que buscava assentar colonos que tiveram problemas em Dourados e Jaciara. O Rio Branco que deu nome à cidade e ao projeto Colônia Rio Branco banha o território municipal e desenha a paisagem regional com seus serpenteios e belas quedas d'águas. O Distrito de Paz de Rio Branco foi criado em 4 de abril de 1978, jurisdicionado ao município de Cáceres. A Lei Estadual nº 4.151, de 13 de dezembro de 1979, criou o Município de Rio Branco.Gentílico: rio-branquense

Formação Administrativa:Distrito criado com a denominação de Rio Branco, pela lei estadual nº 3975, de 04-04-1978, subordinado ao município de Cáceres. Em divisão territorial datada de 1-I-1979, o distrito de Rio Branco figura no município de Cáceres. Elevado à categoria de município com a denominação de Rio Branco, pela lei estadual nº 4151, de 13-12-1979, desmembrado do município Cáceres. Constituído de 03 distritos: Rio Branco, Panorama e Reserva do Cabaçal, todos desmembrados do município de Cáceres. Instalado em 18-02-1981. Pela lei estadual nº 4379, de 06-11-1981, é criado o distrito de Lambari (ex-povoado) e anexado ao município de Rio Branco. Em divisão territorial datada de 1-VII-1983, o município é constituído de 3 distritos: Rio Branco, Lambari e Reserva do Cabaçal. Pela lei estadual nº 5011, de 13-05-1986, desmembra do município de Rio Branco o distrito de Reserva Cabaçal. Elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído de 02 distritos: Rio Branco, e Lambari. Pela lei estadual nº 5914, de 20-12-1991, desmembra do município de Rio Branco o distrito Lambari. Elevado à categoria de município com a denominação de Lambari d Oeste. Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

"Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão". Paulo Freire.

LEGENDA: A COR VERMELHA DESTACA NOSSO MUNICÍPIO

É no problema da educação que assenta

o grande segredo do aperfeiçoamento da humanidade.

Immanuel Kant

Ponto Turístico Rio Branco – MT-(Roncador)

Ponto Turístico Rio Branco – MT- (Roncador)

Rio Branco está situado na Mesorregião Sudoeste de Mato Grosso.

DIAGNÓSTICO EDUCACIONAL- RIO BRANCO- MT

TABELA 01

ANO 2012/2015	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO DE RIO BRANCO- MT			
		0 A 05 ANOS	06 A 14 ANOS	15 A 17	18 E MAIS

				ANOS	
2012	5025	156	825	389	3675
2015	5070	192	918	498	3462

FONTE: IBGE/2013/2015-Estimativa Populacional

TABELA 02

IDH ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	IDI ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	TAXA ANALFABETISMO	
		População de 10 a 15 anos	População de 15 anos ou mais
0,95	0,85	1,52	3,6

FONTE:IBGE/2013/2015- Índice de desenvolvimento Urbano-Unesco- 2010

Índice de Desenvolvimento da Infância- Inicef-2015

ESTABELECIMENTO DE ENSINO POR: Dependência Administrativa, segundo a etapa/modalidade ministrada no ano de 2015.

TABELA 03

NÚMERO DE Escolas – Educação Básica				Número do IES		
PRIVADAS	FEDERAIS	ESTADUAIS	MUNICIPAIS	PÚBLICA	PRIVADA	TOTAL
02	-	03	02	05	02	07

EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO-MT

As tabelas abaixo entre os números quatro de dez relatam a quantidade de alunos que estão matriculados ou fora da sala de aula. Elas vêm para somar soluções que podem ser incorporadas as metas e estratégias deste plano, visando uma melhoria na qualidade de ensino em nosso município. As barreiras que teremos que enfrentar, ainda são muitas, mas na perspectivas de melhoria na qualidade de ensino, suponha-se que este quadro vai ser alterado e ao mesmo tempo, não teremos mais crianças ou jovens fora da sala de aula. É necessário ainda lembrar que, mesmo diante de graves problemas sociais e políticos que nosso país e principalmente os municípios pequenos passam, não deixaremos que estas barreiras nos permitam deixar de buscar melhores condições para a Educação Pública principalmente, valorizando e dando oportunidades aos nossos cidadãos.

Salientamos ainda que a busca pela aprendizagem no Ensino Superior deve ser constante e persuasiva, por que somente através do aumento gradativo do Ensino Superior é que teremos um maior número de profissionais qualificados para atender nossa sociedade.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Paulo Freire.

EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil (de 0 a 5 anos) é uma das fases mais importantes para a formação física e memorial da criança. É nela que estão as mais diferentes formas de entender o mundo e suas especificidades. Sabemos que ao longo da formação das sociedades, a criança até na Idade Média era vista como um adulto em miniatura. Ao mesmo tempo em que era criança, participava e atuava na sociedade como um adulto com responsabilidades e não possuíam uma educação voltada para sua idade cronológica de tempo e espaço.

Somente no final da idade Média, a criança passou a ser algo de estudo e assim surgindo às primeiras experiências voltadas para o mundo da criança. Foi necessária uma gama de estudos para se entender que a criança precisa de seu tempo para assimilar conhecimentos, pois a idade da mesma acompanha seu raciocínio e, portanto não podemos cobrar mais do que ela é capaz de oferecer.

As brincadeiras fazem parte do mundo da criança, pois ela transforma o imaginário de seus pensamentos em realidade e é isto que as torna tão importante no sentido de se educar e aprender. Não podemos transformar nossas crianças em robôs mecanizados, mas sim levar a elas uma forma divertida, elaborada e bem diversificada no seu processo de ensino-aprendizagem.

Nas tabelas abaixo, veremos um quadro geral de nossas crianças, que infelizmente, muitas ainda não têm o direito de estarem e permanecerem na escola. Salientamos ainda, que as tabelas demonstram o total de alunos: urbana, estadual, privada, indígena e quilombola.

“As diferenças sociais devem ser tratadas pelas escolas, como uma simples diferença de culturas. Nada a mais”. Autor Desconhecido.

EDUCAÇÃO INFANTIL

CRECHE-PRÉ-ESCOLA- MATRICULADOS

TABELA 04

ANO/ DEPENDÊNCIA	FEDERAL	ESTADUAL	PRIVADA	MUNICIPAL	TOTAL
2011	-	-	-	179	179
2012	-	-	-	173	173
2013	-	-	-	274	274
2014	-	-	-	221	221
2015	-	-	-	184	184

CRECHE –PRÉ-ESCOLA - NÃO MATRICULADOS

TABELA 05

ANO/ DEPENDÊNCIA	FEDERAL	ESTADUAL	PRIVADA	MUNICIPAL	TOTAL
2011	-	-	-	225	225
2012	-	-	-	275	275

2013	-	-	-	274	274
2014	-	-	-	232	232
2015	-	-	-	269	269

TOTAL DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

TABELA 06

NÚMERO DE ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL RIO BRANCO- MT	
ESTADUAL	-
MUNICIPAL	01
PRIVADA	-

TAXA DE NATALIDADE DO MUNICÍPIO

TABELA 07

	2010	2011	2012	2013	2014
NATALIDADE	102	94	96	86	75

MATRICULADAS/NÃO MATRICULADAS

TABELA 08

IDADE	2011		2012		2013		2014		2015	
IDADE	**MATRICUL.**	**NÃO MATRIC.**	**MATRIC.**	**NÃO MATRIC.**	**MATRIC.**	**NÃO MATRIC.**	**MATRIC.**	**NÃO MATRIC.**	**MATRIC.**	**NÃO MATRIC.**
O A 1 ANO	**25**	**69**	**21**	**73**	**25**	**71**	**41**	**45**	**23**	**52**
02 ANOS	**31**	**44**	**14**	**88**	**24**	**70**	**21**	**75**	**13**	**73**
03 ANOS	**21**	**75**	**31**	**44**	**30**	**72**	**36**	**58**	**22**	**74**
04 ANOS	**53**	**28**	**45**	**51**	**61**	**14**	**53**	**49**	**72**	**22**
05 ANOS	**49**	**09**	**62**	**19**	**49**	**47**	**70**	**05**	**54**	**48**
TOTAL	**179**	**225**	**173**	**275**	**189**	**274**	**221**	**232**	**184**	**269**

TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

(Zona Urbana, Campo, Indígena e Quilombola).

TABELA 09

	Educação Infantil 0 a 3 anos						Educação Infantil 04 e 05 anos						
	Urbana			campo	Indígena	Quilombola	Urbana		Campo	Indígena	Quilombola		Total
	Mun.	Est.	Priv.	Munic.	Munic.	Munic.	Munic.	Estad.	Priv.	Munic.	Munic.	Munic.	
2010	54	-	-	-	-	-	143	-	-	-	-	-	196
2011	77	-	-	-	-	-	102	-	-	-	-	-	179
2012	66	-	-	-	-	-	107	-	-	-	-	-	173
2013	79	-	-	-	-	-	110	-	-	-	-	-	189
2014	98	-	-	-	-	-	123	-	-	-	-	-	221
2015	76	-	-	-	-	-	127	-	--	-	-	-	203

NÚMERO DE MATRÍCULAS E PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

TABELA 10

		2011			2012			2013			2014			2015		
Nível	Rede	N° de professores	N° Matricula no campo	N° matricula Zona Urbana	N° de professores	N° Matricula no campo	N° matricula Zona Urbana	N° de professores	N° Matricula no campo	N° matricula Zona Urbana	N° de professores	N° Matricula no campo	N° matricula Zona Urbana	N° de professores	N° Matricula no campo	N° matricula Zona Urbana
CRECHE 0 A 1 ANO	Municipal	2	-	25	3	-	21	4	-	25	5	-	41	4	-	23
	Estadual	-	-	-	-	-	-		-		-	-	-		-	-
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	2	-	25	3	-	21	4	-	25	5	-	41	4	-	23
CRECHE 2 ANOS	Municipal	2	2	29	3	-	14	4	-	24	4	-	21	2	-	13
	Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	2	2	29	3	-	14	4	-	24	4	-	21	2	-	13
CRECHE 03 ANOS	Municipal	3	-	21	3	-	31	4	-	30	5	-	36	2	-	22
	Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	3	-	21	3	-	31	4	-	30	5	-	36	2	-	22

PRÉ-ESCOLA 04 ANOS	Municipal	3	4	49	3	5	40	3	9	52	3	6	47	3	11	61
	Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	3	4	49	3	5	40	3	9	52	3	6	47	3	11	61
PRÉ-ESCOLA 05 ANOS	Municipal	3	8	41	4	11	51	3	14	35	4	14	56	4	10	44
	Estadual		-			-				-		-			-	
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	3	8	41	4	11	51	3	14	35	4	14	56	4	10	44

INSTITUIÇÕES QUE OFERECEM ATENDIMENTO EM EDUCAÇÃO INTEGRAL DE 0 A 05 ANOS

TABELA 11

REDE	TOTAL DE INSTITUIÇÕES	TOTAL DE ALUNOS ATENDIDOSDE O A 5 ANOS														
		2011		TOTAL	2012		TOTAL	2013		TOTAL	2014		TOTAL	2015		TOTAL
		0 a 3 anos	4 e 5 anos		0 a 3 anos	4 e 5 anos		0 a 3 anos	4 e 5 anos		0 a 3 anos	4 e 5 anos		0 a 3 anos	4 e 5 anos	
MUNIC	1	77	36	113	66	29	95	79	41	120	98	35	133	76	35	111
ESTAD.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRIV.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1	77	36	113	66	29	95	79	41	120	98	35	133	76	35	111

SITUAÇÃO DE PREVISIBILIDADE DOS ESPAÇOS FÍSICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

TABELA 12

INSTITUIÇÃO DE ENSINO		EDUCAÇÃO INFANTIL 0 A 3 ANOS		EDUCAÇÃO INFANTIL 4 E 5 ANOS	
		URBANA	RURAL	URBANA	RURAL
Em funcionamento		1	-	1	-
Com espaço adequado		0	-	0	-
Necessidade de construção		1	-	1	-
Em fase De construção	Recurso próprio	0	-	0	-
	Recurso do PAR	0	-	0	-
Com necessidade de reforma/ ampliação		1	-	1	-
Sem autorização/ credenciamento		0	-	0	-
Situação fundiária	Regularizada	1	-	1	-
	Não regularizada	-	-	1	-

A Educação Infantil, no Brasil, foi reconhecida como primeiro nível da Educação Básica pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 (LDBEN 9394/96), a qual reafirma o disposto na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA-Lei nº8. 069/1990)**,** o que revela uma conquista social.

Nessa perspectiva, a Educação Infantil tem como função a educação da criança e o cuidado com ela de forma indissociável, reconhecendo-a como sujeito social de direitos e consolidando a infância enquanto uma categoria social e histórica. Aliado a esse reconhecimento, o trabalho em creches e pré-escolas passa a ter uma função de complementaridade à ação da família.

Os principais documentos que subsidiaram a elaboração das Diretrizes e Metas deste Eixo do Plano Municipal de Educação foram: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1999), Política Nacional de Educação Infantil (2006) e Plano Nacional de Educação (2001).

]

ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino fundamental do município está dividido em ciclos: anos iniciais (alfabetização) e anos finais do 4º ao 9° ano. A escola tem por objetivos levar o aluno a ser cidadão do mundo; transformar o meio em que vive e buscar conhecimento em diferentes áreas, para que escola e alunos possam trilhar caminhos de construção e valorização da cultura vivenciada por todos. É parte fundamental do processo educativo levar os educandos a pensar por si próprio, adquirindo novos saberes a partir de uma ideologia construtivista e renovadora.

As tabelas a seguir demonstram o quadro de alunos nas redes de ensino (municipal e estadual) bem como o quadro de funcionários que se dedicam no processo de ensinar e aprender.

TOTAL DE INSTITUIÇÕES

TABELA 13

	Ensino Fundamental												
	Ensino Fundamental Regular									Ens. Fund. EJA			
	Urbana			Campo		Indígena		Quilombola		1º Seg.		2° Seg.	
	Mun	Est.	Priv.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Urbano	Campo	Urbano	Campo
2010	**01**	**01**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	**01**	**01**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

2012	**01**	**01**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2013	**01**	**01**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2014	**01**	**01**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2015	**01**	**01**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

NÚMERO DE MATRICULAS E PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL

TABELA 14

		2011			2012			2013			2014			2015		
Nível	Rede	N° de professores	N° Matricula no campo	N° matricula Zona Urbana	N° de professores	N° Matricula no campo	N° matricula Zona Urbana	N° de professores	N° Matricula no campo	N° matricula Zona Urbana	N° de professores	N° Matricula no campo	N° matricula Zona Urbana	N° de professores	N° Matricula no campo	N° matricula Zona Urbana
1° Ano – (06 anos)	Municipal	04	-	73	04	-	67	03	-	42	03	-	52	03	-	60
	Estadual	01	-	24	-	-	-	01	-	13	-	-	-	01	-	17
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	05	-	97	04	-	67	04	-	55	-	-	52	04	-	77
2° Ano	Municipal	03	-	54	03	-	71	04	-	71	03	-	56	03	-	42
	Estadual	01	-	14	01	-	23	01	-	09	01	-	15	01	-	14
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	04	-	68	04	-	94	05	-	80	04	-	71	04	-	56
3° Ano	Municipal	04	-	77	02	-	51	03	-	58	03	-	58	03	-	59
	Estadual	02	-	23	01	-	15	01	-	21	01	-	15	01	-	20
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	06	-	100	03	-	66	04	-	79	04	-	73	04	-	79
4° Ano	Municipal	03	-	65	04	-	69	02	-	44	02	-	59	02	-	50
	Estadual	01	-	22	01	-	13	01	-	21	01	-	23	01	-	13
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	04	-	87	05	-	82	03	-	65	03	-	82	03	-	63
5° Ano	Municipal	03	-	59	03	-	58	03	62	-	03	-	52	03	-	61
	Estadual	01	-	21	01	-	22	01	11	-	01	-	20	02	-	26
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	04	-	80	04	-	80	04	73	-	04	-	72	05	-	87
6° Ano	Municipal	08	-	70	08	-	60	08	-	58	08	-	69	08	-	64
	Estadual	08	-	13	08	-	17	08	-	16	08	-	09	08	-	17
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	16	-	83	16	-	77	16	74	-	08	-	78	16	-	81
7° Ano	Municipal	08	-	66	08	-	55	08	-	69	08	-	49	08	-	67
	Estadual	08	-	23	08	-	19	08	-	15	08	-	18	08	-	16
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	16	-	89	16	-	74	16	-	84	16	-	67	16	-	83
8° Ano	Municipal	08	-	48	08	-	63	08	-	45	08	-	52	08	-	47
	Estadual	08	-	22	08	-	17	08	-	15	08	-	18	08	-	19
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	16	-	70	16	-	80	16	-	60	16	-	70	16	-	66
9° Ano	Municipal	08	-	48	08	-	37	08	-	46	08	-	36	08	-	43
	Estadual	08	-	31	08	-	23	08	-	16	08	-	19	08	-	26
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	16	-	79	16	-	60	16	-	62	16	-	55	16	-	29

APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO DO 1° AO 3° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

TABELA 15

ANO	ESTADUAL		MUNICIPAL		PRIVADA		TOTAL	
	Aprov.	Reprov.	Aprov.	Reprov.	Aprov.	Reprov.	Aprov.	Reprov.
2010	53	-	166	17	-	-	219	17
2011	61	-	166	18	-	-	227	18
2012	38	-	148	22	-	-	186	22
2013	43	-	162	21	-	-	205	21
2014	26	-	156	05	-	-	182	05

APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO DO 4° AO 6° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

TABELA 16

ANO	ESTADUAL		MUNICIPAL		PRIVADA		TOTAL	
	Aprov.	Reprov.	Aprov.	Reprov.	Aprov.	Reprov.	Aprov.	Reprov.
2010	50	-	182	23	-	-	232	23
2011	43	-	214	27	-	-	257	27
2012	52	-	159	18	-	-	211	18
2013	48	-	134	29	-	-	182	29
2014	52	-	159	08	-	-	211	08

APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO DO 7° AO 9° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

TABELA 17

ANO	ESTADUAL		MUNICIPAL		PRIVADA		TOTAL	
	Aprov.	Reprov.	Aprov.	Reprov.	Aprov.	Reprov.	Aprov.	Reprov.
2010	77	-	116	15	-	-	193	15
2011	76	-	138	13	-	-	214	13
2012	59	-	125	04	-	-	184	04
2013	46	-	121	23	-	-	167	23
2014	55	-	105	17	-	-	160	17

DISTORÇÃO IDADE/ANO ENSINO FUNDAMENTAL

TABELA 18

	1° ANO			2° ANO			3° ANO			4° ANO		
	Municipal	Estadual	Privada	Municipal	Estadual	Privada	Municipal	Estadual	Privada	Municipal	Estadual	Privada
2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

	5° ANO			6° ANO			7° ANO			8° ANO			9° ANO		
	Municipal	Estadual	Privada	Municipal	Estadual	Privada	Municipal	Estadual	Privada	Municipal	Estadual	Privada	Municipal	Estadual	Privada
2012	0,8	0,9	-	0,6	0,7	-	0,9	1,3	-	0,8	1,1	-	0,9	0,8	-
2013	0,9	0,9	-	0,4	0,9	-	1,0	1,2	-	0,7	1,4	-	0,6	1,1	-
2014	0,6	1,2	-	0,7	1,4	-	1,4	1,5	-	0,9	0,9	-	0,7	0,5	-

PERCENTUAL DA TAXA DE ABANDONO ENSINO FUNDAMENTAL

TABELA 19

	1° ANO			2° ANO			3° ANO			4° ANO		
	Municipal	Estadual	Privada	Municipal	Estadual	Privada	Municipal	Estadual	Privada	Municipal	Estadual	Privada
2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2014	--	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

	5° ANO			6° ANO			7° ANO			8° ANO			9° ANO		
	Municipal	Estadual	Privada	Municipal	Estadual	Privada	Municipal	Estadual	Privada	Municipal	Estadual	Privada	Municipal	Estadual	Privada
2012	-	-	-	0,2	0,1	-	0,1	0,1	-	0,1	0,5	-	-	-	-
2013	-	-	-	0,1	0,1	-	0,2	0,3	-	0,1	0,4	-	-	-	-
2014	-	-	-	0,2	0,1	-	-	0,2	-	-	0,6	-	-	-	-

INSTITUIÇÕES QUE OFERECEM ATENDIMENTO EM EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL

TABELA 20

	Total de Instituições	TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS X TOTAL DE ALUNOS ATENDIDOS									
		2011		2012		2013		2014		2015	
		Matriculados	Atendidos	Matriculados	Atendidos	Matriculados	Atendidos	Matriculados	Atendidos	Matriculados	Atendidos
Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	--	-	-

“A cultura forma sábios; a educação, homens.” *Louis Bonald.*

ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 9º ANO-MATRICULADOS

TABELA 21

ANO/ DEPENDÊNCIA	FEDERAL	ESTADUAL	PRIVADA	MUNICIPAL	TOTAL
2011	-	193	-	575	768
2012	-	149	-	537	686
2013	-	126	-	560	686
2014	-	137	-	483	620
2015	-	168	-	453	621

IDEB - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

TABELA 22

	2009			2011			2013		
	Rede Municipal	Rede Estadual	Brasil	Rede Municipal	Rede Estadual	Brasil	Rede Municipal	Rede Estadual	Brasil
Ensino Fundamental (anos iniciais)	4.8	-	4.6	4.6	-	5.0	5.6	-	5.2
Ensino Fundamental (anos finais)	4.6	4.8	4.0	4.3	4.4	4.1	4.0	-	4.2

METAS PROJETADAS DO IDEB

TABELA 23

	2015			2017			2019			2021			2023			2025		
	Rede Mun.	Rede Est.	Brasil	Rede Mun.	Rede Est.	Brasil	Rede Mun.	Rede Est.	Brasil	Rede Mun.	Rede Est.	Brasil	Rede Mun.	Rede Est.	Brasil	Rede Mun.	Rede Est.	Brasil
E. F. (anos inici-ais)	5,7	5,8	6,0	6,0	5,9	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0
E. F.(anos finais)	5,2	5,0	6,0	5,4	5,4	6,0	5,7	5,9	6,0	5,9	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0

PROFICIÊNCIA

Proficiênciaé a demonstração de um conhecimento, **competênciae capacidade**. É um adjetivo para qualificar a pessoa que tem um **total conhecimento sobre determinado assunto**, que executa tudo com muita **proficuidade, habilidadee competência**.

Um indivíduo proficiente é alguém hábil e capaz, e demonstra conhecimento em um determinado assunto. Para essa demonstração, existem os exames e teste de proficiência.

As tabelas abaixo demonstram os dados colhidos em nível de Brasil, escolas estaduais e municipais deste município.

TABELA 24

	2007			2007			2009			2009		
	L. Portuguesa			Matemática			L. Portuguesa			Matemática		
	Mun.	Est.	Brasil	Mun.	Est.	Brasil	Mun.	Est.	Brasil	Mun.	Est.	Brasil
E.F. (anos iniciais)	-	-	-	-	-	-	28%	25%	32%	28%	23%	30%
E.F. (anos finais)	-	-	-	-	-	-	29%	23%	23%	29%	28%	10%

TABELA 25

	2011			2011			2013			2013		
	L. Portuguesa			Matemática			L. Portuguesa			Matemática		
	Mun.	Est.	Brasil	Mun.	Est.	Brasil	Mun.	Est.	Brasil	Mun.	Est.	Brasil
E.F. (anos iniciais)	28%	27%	37%	22%	14%	33%	64%	31%	40%	58%	54%	35%
E.F. (anos finais)	27%	23%	22%	24%	18%	12%	55%	16%	23%	57%	53%	11%

EDUCAÇÃO ESPECIAL- TOTAL

TABELA 26

ANO/ DEPENDÊNCIA	FEDERAL	ESTADUAL	PRIVADA	MUNICIPAL	TOTAL
2011	-	-	-	-	-
2012	-	-	-	-	-
2013	-	-	-	-	-
2014	-	-	-	-	-
2015	-	-	-	-	-

Paulo Freire

ENSINO MÉDIO REGULAR E EJA

Quando se fala em Ensino Médio Regular e o Ensino da EJA (Educação de Jovens e Adultos) verifica-se o alto índice de evasão escolar e a falta de interesse por parte dos alunos. Sabe-se que é uma tarefa difícil educar e ao mesmo tempo escolarizar. Mediante as nossas perspectivas futuras em relação à educação, não podemos esquecer que se um município deseja tornar seus estudantes conhecedores do mundo e formadores de opiniões, é necessário o mais urgente possível fazer uma grande mudança nas políticas públicas de nosso país, para que a partir deste momento possamos estar apoiados por um conjunto de leis que favoreçam a educação. As leis que regem a educação são de um grau de estabilidade grande, mas ao mesmo tempo ficamos indignados, pois estas leis não são cumpridas, deixando nossas escolas, nossos alunos e nossos educadores a espera de um milagre.

Foi por causa destas angústias, que juntamente com todos da comunidade, elencamos metas e estratégias, almejando uma educação de qualidade. Os nossos anseios são grandes, mediante as futuras gerações, das quais necessitarão de uma boa formação educacional para enfrentar o mercado de trabalho. É aí, que percebemos que deve haver uma educação a nívelmédio voltado não somente para o ingresso no ensino superior, mas oferecer cursos técnicos que deem condições aos alunos, a ingressar no mercado de trabalho.

O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, tem por objetivo oferecer uma educação de qualidade aos alunos, possibilitando a apropriação de conhecimentos científicos, para que, ao finalizá-lo, o aluno se reconheça como integrante da sociedade.

Já na Educação de Jovens, Adultos e Idosos no Brasil está em consonância com as discussões do movimento nacional e internacional de luta em defesa do direito à educação para todos, assumindo o desafio de se organizar como política pública.

A Declaração de Hamburgo, de 1997, documento produzido na V Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada na Alemanha, assinala em seu item nove que Educação Básica para todos significa dar às pessoas, independentemente da idade, a oportunidade de desenvolver seu potencial, coletiva ou individualmente, o que não é apenas um direito, mas também um dever e uma responsabilidade para com os outros e a sociedade.

Além disso, em uma época marcada por aceleradas transformações nos processos econômicos, culturais e políticos; novas exigências se interpõem para que os indivíduos possam a partilhar das riquezas e dos conhecimentos socialmente produzidos. Em decorrência disso, o sentido da Educação de Jovens, Adultos e Idosos alargou-se, a partir do parecer do Conselho Nacional de Educação 11/2000, para absorver a ideia do aprender por toda a vida, como condição indispensável a ela. Afinal os sujeitos se formam em processos contínuos de aprendizado, não representados necessariamente pela escola, mas pelos múltiplos espaços sociais nos quais interagem, nas relações cotidianas da vida, como as do trabalho, da família, das associações, das igrejas, etc. Então podemos concluir que a educação de Jovens, adultos e idosos é de suma importância para a valorização social e cultural e que essa modalidade de ensino fortalece os laços entre escola, família e sociedade.

TOTAL DE INSTITUIÇÕES

TABELA 27

Ensino Médio Regular e EJA													
	Ensino Fundamental Regular									Ensino da EJA			
	Urbana			Campo		Indígena		Quilombola		1º Seg.		2° Seg.	
	Mun	Est.	Priv.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Urbano	Campo	Urbano	Campo
2010	-	**01**	-	-	-	-	-	-	-	01	-	01	-
2011	-	**01**	-	-	-	-	-	-	-	01	-	01	-
2012	-	**01**	-	-	-	-	-	-	-	01	-	01	-
2013	-	**01**	-	-	-	-	-	-	-	01	-	01	-
2014	-	**01**	-	-	-	-	-	-	-	01	-	01	-
2015	-	**01**	-	-	-	-	-	-	-	01	-	01	-

NÚMERO DE MATRICULAS E PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO E EJA

TABELA 28

		2011			2012			2013			2014			2015		
Nível	Rede	N° de professores	N° Matricula no campo	N° matricula Zona Urbana	N° de professores	N° Matricula no campo	N° matricula Zona Urbana	N° de professores	N° Matricula no campo	N° matricula Zona Urbana	N° de professores	N° Matricula no campo	N° matricula Zona Urbana	N° de professores	N° Matricula no campo	N° matricula Zona Urbana
1° Ano – ENSINO MÉDIO/ EJA	Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Estadual	18	-	91	17	4	137	16	9	114	12	-	188	12	-	174
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	18	-	91	17	-	137	16	9	114	12	-	188	12	-	174
2° Ano ENSINO MÉDIO EJA	Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Estadual	16	5	76	15	13	79	15	11	120	10	18	194	11	15	137
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	16	5	76	15	13	79	15	11	120	10	18	194	11	15	137
3° ANO ENSINO MÉDIO	Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Estadual	9	-	62	7	-	44	8	-	38	9	-	61	8	-	42
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	9	-	62	7	-	44	8	-	38	9	-	61	8	-	42

APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO DO 1° AO 3° ANO DO ENSINO MÉDIO REGULAR E EJA

TABELA 29

ANO	ESTADUAL		MUNICIPAL		PRIVADA		TOTAL	
	Aprov.	Reprov.	Aprov.	Reprov.	Aprov.	Reprov.	Aprov.	Reprov.
2010	148	12	-	-	-	-	148	12
2011	152	08	-	-	-	-	152	08
2012	143	13	-	-	-	-	143	13
2013	130	18	-	-	-	-	130	18
2014	145	19	-	-	-	-	145	19

ENSINO MÉDIO E EJA-NÃOMATRICULADOS

TABELA 30

ANO/ DEPENDÊNCIA	FEDERAL	ESTADUAL	PRIVADA	MUNICIPAL	TOTAL
2011	-	82	-	-	82
2012	-	94	-	-	94
2013	-	79	-	-	79
2014	-	72	-	-	72
2015	-	69	-	-	69

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

TABELA 31

ANO/ DEPENDÊNCIA	FEDERAL	ESTADUAL	PRIVADA	MUNICIPAL	TOTAL
2011	-	-	-	-	-
2012	-	-	-	-	-
2013	-	-	-	-	-
2014	-	-	-	-	-
2015	-	-	-	-	-

TAXA DE ABANDONO ENSINO MÉDIO REGULAR E EJA

TABELA 32

	1° ANO			2° ANO			3° ANO		
	Municipal	Estadual	Privada	Municipal	Estadual	Privada	Municipal	Estadual	Privada
2012	-	41,43%	-	-	50%	-	-	21,3%	-
2013	-	65,7%	-	-	42,5%	-	-	19,7%	-
2014	-	33,7%	-	-	22,8%	-	-	14,4%	-

INSTITUIÇÕES QUE OFERECEM ATENDIMENTO EM EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL PARA O ENSINO MÉDIO REGULAR E ENSINO MÉDIO EJA

TABELA 33

	Total de Instituições	TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS X TOTAL DE ALUNOS ATENDIDOS									
		2011		2012		2013		2014		2015	
		Matriculados	Atendidos	Matriculados	Atendidos	Matriculados	Atendidos	Matriculados	Atendidos	Matriculados	Atendidos
Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

IDEB- ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) combina dois indicadores usualmente utilizados para monitorar nosso sistema de ensino:

Indicadores de fluxo (promoção, repetência e evasão) e pontuações, em exames padronizados, obtidas por estudantes ao final de determinada etapa do sistema de ensino (4ºao 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio**).**

...' O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2013 mostra que o país ultrapassou as metas previstas para os anos iniciais (1º ao 5º ano) do ensino fundamental em 0,3 pontos. O Ideb nacional nessa etapa ficou em 5,2, enquanto em 2011 havia sido de 5,0.

Os anos iniciais do ensino fundamental são oferecidos prioritariamente pelas redes municipais, que respondem por 81,6% das matrículas da rede pública nessa etapa. O total de estudantes nos primeiros anos do fundamental é de 15.764.926, sendo 84% deles (13.188.037) de escolas públicas. As metas da rede municipal de ensino foram alcançadas por 69,7% dos municípios brasileiros.

A rede estadual, que atende apenas 18% das matrículas públicas nessa fase, também superou suas metas. Em 75,7% dos municípios, as escolas estaduais superaram a nota 5,0 prevista para 2013. Ao todo, nessa etapa, 5.293 municípios tiveram Ideb calculado para a rede pública.

Na rede federal, o Ideb aumentou de 6,8 em 2011 para 7,0 em 2013 nos anos iniciais.

O Ideb é obtido pelas notas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e pela taxa média de aprovação percentual..." (INEP, 2015, página oficial.)

Quanto ao IDEB de nosso município, esperamos que com a aprovação do PME, as escolas, a família e o poder público possam juntos, trabalhar para que o desenvolvimento dos nossos alunos melhore e que sejam realmente aplicadas as metas e estratégias contidas no mesmo.

Sendo assim, um povo que caminha junto, torna-se um povo culturalmente informado e certamente nossos alunos terão uma melhor qualidade de ensino e aprendizagem.

OBJETIVO:

Mostrar as condições do ensino no Brasil, numa escala de 0 (zero) a 10 (dez), determinando o prazo e a forma de como chegar.

_ Detectar escolas e/ou redes de ensino cujos alunos apresentem baixa performance em termos de rendimento e proficiência;

_ Monitorar a evolução temporal do desempenho dos alunos dessas escolas e/ou redes de ensino;

_ Foi fixada a média 6,0 para ser atingida até 2022, utilizando a metodologia do IDEB como base, observando que esta média foi atingida pelos 20 países melhores colocados no ranking mundial.

CÁLCULO DO IDEB:

Utiliza o ano do exame (Saeb ou Prova Brasil) e Censo Escolar; Média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 (zero) e 10 (dez), dos alunos da Unidade Educativa, obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino;

Indicador de rendimento, baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da Unidade Educativa (Ensino Fundamental e Médio).

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procurar, fora da boniteza e da alegria.”

Paulo Freire.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

TABELA 34

	Ensino Fundamental Anos Iniciais	Ensino Fundamental Anos Finais	Ensino Médio
Brasil	4,6	5,3	5,2
Rede Pública	3,8	5,6	5,1
Rede Federal	5,2	5,4	5,4
Rede Estadual	4,0	5,0	5,3
Rede Municipal	4,6	5,2	-
Rede Privada	5,9	5,6	-
Rede Estadual Rio Branco-MT	5,0	5,0	5,2
Rede Municipal Rio Branco-MT	4,8	5,2	-

GRÁFICOS IDEB-2011 E 2013

IDEB- RIO BRANCO – MT

TABELA 35

ANOS	2011	2013
CATEGORIA 1E.F.SÉRIES FINAIS	4,1	4,6
CATEGORIA 2E.F.SÉRIE FINAIS	4,8	4,7
CATEGORIA 3E.M.SÉRIES FINAIS	4,4	4,1

IDEB - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

TABELA 36

	2009			2011			2013		
	Rede Municipal	Rede Estadual	Brasil	Rede Municipal	Rede Estadual	Brasil	Rede Municipal	Rede Estadual	Brasil
Ensino Fundamental (anos iniciais)	4.8	-	4.6	4.6	-	5.0	5.6	-	5.2
Ensino Fundamental (anos finais)	4.6	4.8	4.0	4.3	4.4	4.1	4.0	-	4.2

METAS PROJETADAS DO IDEB

TABELA 37

	2015			2017			2019			2021			2023			2025		
	Rede Mun.	Rede Est.	Brasil	Rede Mun.	Rede Est.	Brasil	Rede Mun.	Rede Est.	Brasil	Rede Mun.	Rede Est.	Brasil	Rede Mun.	Rede Est.	Brasil	Rede Mun.	Rede Est.	Brasil
E. F. (anos iniciais)	5,7	5,8	6,0	6,0	5,9	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0
E. F.(anos finais)	5,2	5,0	6,0	5,4	5,4	6,0	5,7	5,9	6,0	5,9	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0

PROFICIÊNCIA

Proficiênciaé a demonstração de um conhecimento, **competênciae capacidade**. Proficiência é um adjetivo para qualificar a pessoa que tem um **total conhecimento sobre determinado assunto**, que executa tudo com muita **proficuidade, habilidadee competência**. Um indivíduo proficiente é alguém hábil e capaz, e demonstra conhecimento em um determinado assunto. Para essa demonstração, existem os exames e teste de proficiência. As tabelas abaixo demonstram os dados colhidos em nível de Brasil, escolas estaduais e municipais de nosso município.

TABELA 38

	2007			2007			2009			2009		
	L. Portuguesa			Matemática			L. Portuguesa			Matemática		
	Mun.	Est.	Brasil	Mun.	Est.	Brasil	Mun.	Est.	Brasil	Mun.	Est.	Brasil
E.F. (anos iniciais)	-	-	-	-	-	-	28%	25%	32%	28%	23%	30%
E.F. (anos finais)	-	-	-	-	-	-	29%	23%	23%	29%	28%	10%

TABELA 39

	2011			2011			2013			2013		
	L. Portuguesa			Matemática			L. Portuguesa			Matemática		
	Mun.	Est.	Brasil	Mun.	Est.	Brasil	Mun.	Est.	Brasil	Mun.	Est.	Brasil
E.F. (anos iniciais)	28%	27%	37%	22%	14%	33%	64%	31%	40%	58%	54%	35%
E.F. (anos finais)	27%	23%	22%	24%	18%	12%	55%	16%	23%	57%	53%	11%

ENSINO SUPERIOR

O ensino superior engloba faculdades, universidades, escolas técnicas e comerciais, bem como centros de desenvolvimento. A educação superior é importante para o desenvolvimento das pessoas, não só porque as prepara para uma carreira, mas também porque lhes proporciona uma ampla experiência de vida. Uma das funções mais importantes do ensino superior é ajudar o indivíduo a desenvolver o conhecimento acadêmico necessário para ter sucesso em uma determinada carreira. Todas as carreiras exigem uma especialização em uma determinada área, e instituições de ensino como

faculdades e universidades ajudam a transmitir conhecimento. Isto é importante para o desenvolvimento do indivíduo, pois faz com que ele se sinta confiante em sua área de atuação, o que é essencial para alcançar o sucesso.

Nem todo ensino superior, no entanto, é acadêmico. Algumas instituições de ensino superior, tais como escolas profissionalizantes e centros de desenvolvimento empresarial ou tecnológico, por exemplo, permitem que uma pessoa aprenda habilidades práticas necessárias para ter sucesso em uma carreira. Estas habilidades são importantes para o desenvolvimento individual, pois ajudam a pessoa desenvolver a habilidade necessária para ter sucesso em carreiras técnicas, como mecânica ou cosmetologia. Tais habilidades podem trazer realização pessoal e satisfação, bem como uma carreira de sucesso. O ensino superior também oferece muitos benefícios sociais.

A maioria das faculdades, universidades e outras instituições de ensino superior oferecem uma variedade de atividades extracurriculares e clubes para os estudantes. Estes grupos ajudam a promover interações sociais entre pessoas de diversas origens e com histórias de vida muito diferentes. Além disso, o ensino superior estimula os indivíduos a serem participantes ativos em suas comunidades e economias, e é provável que isto os acompanhe pelo resto da vida. O ensino superior também traz benefícios pessoais. Por exemplo, aqueles que têm diplomas de ensino superior ou certificados tendem a ter uma renda mais alta, o que permite que uma pessoa tenha mais opções no futuro, tais como poder escolher o trabalho que se adapta melhor ao seu estilo de vida, e o bairro em que gostaria de morar. Além disso, muitas pessoas encontram os seus cônjuges ou parceiros em instituições de ensino superior, provando que o ensino superior também proporciona o desenvolvimento das relações pessoais As tabelas abaixo relatam os indivíduos que atuam ou não na Educação com nível superior de ensino.

Na última década, verificou-se, no Brasil, um aumento significativo na oferta de cursos de Educação Superior. Muitos Centros Universitários e Faculdades foram criados e passaram a oferecer um número considerável de novos cursos. Até mesmo organizações empresariais fizeram investimentos em Educação Superior. Esse fato relaciona-se, não somente às alterações da legislação educacional, mas, também, aos novos contornos sociais e econômicos do país. A manutenção das atividades típicas das Universidades – ensino, pesquisa e extensão – e das Instituições de Ensino Superior - IES, que constituem o suporte necessário para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do país não será possível sem o fortalecimento do setor público.

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar,

sem aprender a fazer o caminho caminhando,

refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.”

Paulo Freire

ALUNOS MATRICULADOS

TABELA 40

ANO/ DEPENDÊNCIA	FEDERAL	ESTADUAL	PRIVADA	MUNICIPAL	TOTAL
2011	-	-	-	-	-
2012	-	-	-	-	-
2013	-	87	25	-	112
2014	-	100	50	-	150
2015	-	94	47	-	141

ALUNOS E CURSOS PRESENTES /MATRICULADOS NO MUNICÍPIO

TABELA 41

PÚBLICA	PRIVADA	CURSOS OFERECIDOS	TOTAL Alunos cursando
01	-	Pedagogia	49
		Matemática	45
-	01	Pedagogia	36
		Administração	40

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO COM NÍVEL SUPERIOR/PÓS GRADUAÇÃO/FASE DE TÉRMINO DE CURSO.

TABELA 42

ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	ENSINO SUPERIOR COMPLETO	LICENCIATURA	BACHARELADO
18	50	68	2

Nesta tabela, encontraremos o número de pessoas que estão ainda cursando nível superior, os que possuem nível superior e ainda àqueles que possuem pós-graduação e bacharelado.

TABELA 43

ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	ENSINO SUPERIOR COMPLETO	LICENCIATURA	BACHARELADO
236	147	138	32

.

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Compreender os problemas e potencialidades do ensino público no Brasil neste início de século envolve também compreender como se dá o processo definanciamento deste, pois, o financeiro interage com o pedagógico, contribuindopara tornar executáveis seus projetos e propostas que buscam a

melhoria daqualidade do ensino. No entanto, estudos relacionados ao financiamento daeducação ainda são muito reduzidos no Brasil, sendo as abordagensespecificamente pedagógicas e administrativas alvos de maiores estudos (Santos, 1997), muitas vezes esquecendo-se que aprofundar as pesquisassobre financiamento poderá subsidiar os educadores e a sociedade civil, assim

como os poderes executivo, legislativo e judiciário no cumprimento dosparâmetros legais sobre a educação no Brasil.

O financiamento da educação é definido por parâmetros legais, conformeestabelecido na Constituição Federal e legislação correlata, o que garante aalocação dos recursos para a educação pública. O desconhecimento dosmecanismos de financiamento, muitas vezes proporciona aos governantes aoportunidade de alocar recursos em projetos ou atividades, que não secaracterizam como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), conceitopor si só amplo e ambíguo, que não dispunha, até 1996, de definição legalapropriada e detalhada que coibisse abusos.

Historicamente, o financiamento da educação no Brasil sempre esteverenegado a um segundo plano das prioridades governamentais. Para isto, bastalembrarmos que muitas vezes as redes de ensino públicas nãocresceram em razão dos direitos ou demandas das populações, e sim emproporção à disponibilidade de verbas, disputadas também por outras políticaspúblicas, (CNTE, 2001), recursos estes, muitas vezes vinculados a outras áreas sociais por serem repassados para a população de baixa renda, servindoassim como grandes arrecadadores de votos (Santos, 1997).De forma limitada, podemos dizer que a partir da Constituição Federal de1988, passamos a vivenciar um período de democratização do ensino fundamental (Monlevade & Ferreira, 1998), transformações estas possibilitadas, em parte, pela alteração na forma de seu financiamento com as instituição das políticas de fundos vinculadas à educação (Aleralo, 1999).

A vinculação de fundos para políticas sociais é considerada por muitos estudiosos como positiva, visto que, não seria possível conseguir eficiência nos serviços sem a garantia de recursos, condição há muito tempo defendida poreducadores, da necessidade de se garantir constitucionalmente um fluxo derecursos obrigatórios e constantes para os serviços públicos sociais queatendem a maioria da população brasileira. (Rezende, 1997).

No entanto, devemos olhar com cautela esta democratização, em especialde como se dá o financiamento desta através da política de fundos e seuimpacto junto à oferta e a qualidade do ensino. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, que vigorou de 1998 a 2006.

É um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.

Com vigência estabelecida para o período 2007-2020, sua implantação começou em 1º de janeiro de 2007, sendo plenamente concluída em 2009, quando o total de alunos matriculados na rede pública foi considerado na distribuição dos recursos e o percentual de contribuição dos estados, Distrito Federal e municípios para a formação do Fundo atingiu o patamar de 20%.

As tabelas abaixo foram fornecidas pela Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Rio Branco.

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

RECEITAS DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

TABELA44

ANO	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO	PAR	PNATE	PNAE	PDDE	TRANSP. ESC./EST.	OUTROS	RECURSOS DO MUNICÍPIO	TOTAL
2010	1.283.687,48	71.322,29	-	12.537,04	48.180,00	-	51.571,60	-	1.042.513,81	2.509.812,22
2011	1.477.021,12	84.633,89	-	-	47.160,00	--	51.443,43	-	633.953,94	2.294.212,38
2012	1.589.213,38	99.007,53	-	-	57.564,00		42.467,32	-	999.440,39	2.787.692,62
2013	1.710.256,32	113.230,87	393.000,00	-	55.500,00	-	85.922,06	-	1.629.728,88	3.594.638,13
2014	1.876.537,63	126.491,06	82.082,00	-	56.500,00	-	89.785,77	31.198,02	1.233.961,39	3.465.357,85

RECEITAS APLICADAS COM PESSOAL

TABELA 45

ANO	DESPESAS C/ PAGAM. DE PROFESS. FUNDEB 60%	%	DESPESAS DEPAGAM. PROFESS. (1)	%	DESPESAS PAGAM.DE EQUIPE APOIO (2)	%	ENCARGOS (3)	TOTAL (1 + 2 + 3)
2010	818.506,80	63,76	719.310,25	47,77	611.291,99	40,60	175.039,78	1.505.642,02
2011	968.036,66	65,54	844.205,94	52,17	575.342,37	35,55	198.764,70	1.618.313,01
2012	1.328.239,53	83,58	1.141.201,21	54,20	673,932,38	32,00	290.586,00	2.105.719,59
2013	1.353.738,60	79,15	1.133.519,86	48,30	839.202,30	35,76	374.216,91	2.346.939,07
2014	1.388.738,60	73,99	1.147.088,23	46,34	916.813,46	37,04	411.493,25	2.475.394,94

RECURSOS APLICADOS NA MELHORIA E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

TABELA 46

ANO	DESPESAS COM EDUCAÇÃO (25 %)	%	EDUCAÇÃO INFANTIL (1)	ENSINO FUNDAMEN. (2)	OUTROS (3)	TOTAL (1 + 2 + 3)
2010	2.097.125,31	30,16	463.135,98	1.719.270,44	327.405,80	2.509.812,22

2011	2.062.366,53	27,16	493.731,34	1.707.645,06	92.835,98	2.294.212,38
2012	2.176.857,17	30,55	633.182,69	2.056.689,01	97.820,92	2.787.692,62
2013	2.506.967,93	31,66	758.114,31	2.576.097,29	260.426,53	3.594.638,13
2014	2.469.847,02	27,90	890.827,40	2.436.583,83	137.946,62	3.465.357,85

EVOLUÇÃO DO PISO SALARIAL MUNICIPAL

TABELA 47

TABELA SALARRIAL DE VALOR DO PISO INICIAL DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO- MT							
CARGO/ FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	2010	2011	2012	2013	2014	2015
PROFESS./ MAGIST.	30	811,82	950,00	1.088,25	1.175,25	1.273,03	1.438,33
PROF./ GRADUA.	30	1.425,00	1.632,38	1.762,88	1.909,55	2.157,50	2.217,73
PROF./ ESPECIAL.	30	1.298,91	1.520,00	1.850,03	1.997,93	2.164,15	2.445,16
PROF./ MESTR.	30	--	-	2.128,27	2.374,02	2.571,52	2.905,43
PROF./ DOUTOR.	30	-	-	2.502,98	2.703,08	2.927,97	3.308,16
APOIO/ AUX. ADM.	30	510,00	545,00	625,00	678,00	724,00	788,00
APOIO VIGIA	30	510,00	545,00	625,00	678,00	724,00	788,00
APOIO/ SERV.GER.	30	510,00	545,00	625,00	678,00	724,00	788,00
APOIO/ MOTORIS.	40	583,46	621,44	870,02	957,02	1.012,62	1.075,71
OUTROS (CARG.OS ED. INF.)	30	510,00	545,00	625,00	678,00	724,00	788,00

Paulo Freire

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

Hoje é imprescindível que o educador conheça e saiba fazer a mediação pedagógica adequada das linguagens midiáticas e transite ou navegue com tranquilidade na grande onda de informações, propiciadas pela tecnologia digital. Além disso, é importante compreender as implicações sociais, históricas, econômicas, políticas e pedagógicas do uso dos meios e das tecnologias digitais, na construção de novos ambientes de aprendizagem.

EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A Educação Profissional, no Artigo 39 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –LDB Nº 9.393/96 – 20/12/1996, é caracterizada como uma modalidade específica de ensino, assimdefinida: “A Educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, àciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”, oque deixa clara sua independência em relação ao ensino regular, o reconhecimento de suaimportância no contexto nacional e o propósito de promover a transição entre a escola e o mundo dotrabalho.

Observadas as diretrizes curriculares nacionais, definidas pelo Conselho Nacional deEducação, a Educação Profissional deve ser desenvolvida por meio dos seguintes cursos eprogramas: Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores (cursos básicos), Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Educação Profissional Tecnológica, de graduação e pós-graduação. Estendendo-se a todos os níveis de escolaridade, desde os mais elementares até os demais altograu (como os aperfeiçoamentos e atualizações oferecidos a graduados e pós-graduados), a Educação Profissional traz o pressuposto de que não deva ser uma situação estanque, mas sim um processopermanente, que englobe cursos e programas que possibilitem o aproveitamento contínuo earticulado de estudos na perspectiva de uma constante qualificação do trabalhador.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades; realiza o atendimento educacional especializado; disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular.

Nessa perspectiva, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como fundamentação os documentos legais vigentes, tais como: Constituição Federal, LDBEN Nº 9394/96, Convenção de Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, declaração de Salamanca e ainda a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, aprovada emjaneiro de 2008.

EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTEE SAÚDE

A Educação, Meio Ambiente e Saúde deve se pautar por uma perspectivasistêmica e de complexidade dos temas que o compõe, integrando as múltiplas facetas daproblemática ambiental contemporânea.

O Programa Nacional de Educação Ambiental e osParâmetros Curriculares Nacionais apontam para uma educação que trabalhe, de forma integrada, asquestões ambientais e de saúde, visto que estes temas são interligados e correlacionados. Não se podealcançar padrões efetivos de saúde se as questões de saneamento, poluição e outros problemasambientais não forem resolvidos conjuntamente.

A educação como função formadora de cidadãos conscientes, por meio do processo ensino-aprendizagem, precisa trabalhar, sistemicamente, o meio-ambiente e saúde, de forma que os educandos possam ser capazes de estabelecer umdesenvolvimento e uma sociedade sustentáveis, com alta qualidade de Vida.

Paralelamente, deve-seestimular o diálogo entre as políticas setoriais, de modo a se formular e implementar políticaspúblicas, que envolvam as questões ambientais e saúde.

EDUCAÇÃO DASRELAÇÕES ETNICORRACIAIS

A Educação das Relações Etnicorraciais -ERER- se fundamenta em três princípiosnorteadores: a consciência política e histórica da diversidade e pluralidade da sociedade brasileira; a exigência do fortalecimento de identidades plurais e afirmação de direitos, particularmente daqueles segmentos historicamente discriminados, como a população afro-brasileira, os povos indígenas e os grupos étnicos minoritários; e, por fim, a consecução de ações educativas de promoção de igualdade e etnicorracial e de combate ao racismo e a quaisquer formas de discriminação.

Nesta perspectiva, tanto as diretrizes como as metas aprovadas salientam a premência de políticas sociais e educativas, assentadas na divulgação e produção de conhecimentos, na formação de atitudes, posturas e valores, que eduquem para o reconhecimento dos diferentes pertencimentos etnicorraciais constitutivos da identidade nacional. Assim, todos estes princípios, diretrizes e metas ensejam garantir o respeito e a valorização dos diferentes repertórios civilizatórios, constitutivos da sociedade brasileira, como também promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes, buscando relações etnicossociais positivas, rumo à construção do sentido pleno de cidadania em uma sociedade multirracial e pluriétnica.

FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

O tema Formação e Valorização dos Profissionais da Educação, assim como os demais, foi discutido e construído nas unidades educativas municipais e estaduais com a participação, não só dos profissionais da educação, mas com a sociedade civil organizada.

FINANCIAMENTO E GESTÃO DOS RECURSOS

Viabilizar condições de exercício pleno de cidadania e criar possibilidades para que todostenham acesso aos bens, historicamente produzidos, são tarefas que precisam ser realizadas eestimuladas, inadiavelmente, pelo Poder Público e Privado.

Durante a tramitação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pouco apouco criou-se a consciência de que todos os brasileiros, independentemente de sua condição social ou familiar, têm direito à educação básica integral, do nascimento à maioridade.

No setor público, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996atribuíram à União, aos Estados, ao Distrito Federal (DF) e aos municípios a responsabilidade pelaadministração do Sistema Educacional Brasileiro, consagrando a existência de três sistemas públicosde ensino, tendo como fundamento o regime de colaboração entre essas instâncias federadas. Cadainstância do Poder Público é responsável, assim, pela manutenção e expansão de um Sistema deEnsino, o que acarreta investimentos, bem como mecanismos e fontes de recursos para ofinanciamento da área.

De acordo com a legislação pertinente, os estados são responsáveis pelo Ensino Fundamental e Médio, cabendo aos municípiosa responsabilidade sobre a Educação Infantil (creches e pré-escolas), Ensino Fundamental. E a União sobre o Ensino Superior. Para se ter uma ideia da dimensão, em nível nacional, do financiamento da educação, analisa-se o valor a ser estimado para essa área e o desempenho geral da economia, como o PIB (Produto Interno Bruto), a carga tributária e outros. O mais indicado é que se avalie a capacidade definanciamento público da educação, com o PIB e a população residente no país e, em seguida secompare esse com o montante total da arrecadação das três esferas do governo.De acordo com o estudo feito por Castro e Sadeck (2010), entre 2000 2 2010, o financiamento comeducação absorveu cerca de 4,9% do PIB. Esse montante da capacidade de financiamento do gastoem educação representa R$ 313,08 *per capita,* se forem considerados os dados populacionais doCenso 2012 (IBGE).

Uma questão que não pode deixar de ser evidenciada, quando se fala em orçamento para aeducação, é o fato de que a capacidade de financiamento público, do gasto educacional, convive comdois tipos de financiamento. Um, que protege a área, com forte respaldo legal e inscrito naConstituição Federal, denominado, por Castro e Sadeck (2010), financiamento protegido, e o outro, mais instável e incerto, pois depende de negociações políticas e é fortemente condicionado aosproblemas conjunturais, sejam eles econômicos, sociais, políticos, denominado financiamentoflexível.

No que se refere ao orçamento na área da educação, a Constituição Federal determina que aUnião deva aplicar, pelo menos, 18% de sua receita líquida de impostos (excluídas as transferências) e os Estados, Distrito Federal e os Municípios devem aplicar, pelo menos, 25% de sua receita líquidade impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Prevê ainda o salário educação, como fonte adicional de financiamento na educação básica. Em dezembro de 1996, foram editadas as Leis nº 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases daEducação (LDB) e a nº 9.424, que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento doEnsino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que trouxeram modificações nocálculo dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a mudança constitui-se na proibição dainclusão nos 25% de gastos com merenda escolar, assistências médicas, odontológicas e sociais,além de medicamentos, o que não significa que não possa realizar despesas desta natureza. Contudo, se realizadas não serão computadas dentro do percentual de 25% destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.Com o FUNDEF, o município passou a aplicar 60% do cálculo de 25% dos gastos, com o Ensino Fundamental, isto é, 15% da receita resultante de impostos e transferências, apurados, no balanço anual e com acompanhamento trimestral, restando uma fatia de 40% para a Educação Infantil, porém sua vigência foi de 10 anos.

Após muita discussão e debate, foi sancionada a Lei nº 11.494/07, que cria o Fundo deManutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004, e dá outras providências.

Torna-se um Fundo Único, que contempla as etapas e modalidades da Educação Básica, tendo a vigência de 14 anos (até 2020) e sendo um fundo de natureza contábil, no âmbito de cada Estado daFederação.Com a criação do Fundo, alguns municípios perdem receita, enquanto outros ganham, mas houve justiça na distribuição dos recursos em relação ao número de alunos apurados pelo Censo Escolar Anual (*Educacenso)*, com base total na arrecadação de impostos e transferências, efetivadas pelos estados e municípios. A distribuição dos recursos, dentro de cada esfera do governo estadual, é efetuada com base no valor *per capita* de alunos, abrangendo, tanto seus alunos quanto os das Redes Municipais.

Um dos grandes avanços conquistados, no processo constituinte, refere-se à Educação Básica, mais especificamente, à Educação Infantil, que abrange as crianças de 0 a 5 anos de idade, em creches e pré-escolas. Segundo Baldijão, em sua análise sobre o orçamento na educação, “ao contrário da visão puramente assistencialista, relativamente a essa atividade, tem-se a compreensão da importância da educação nessa faixa etária que permita um maior

desenvolvimento da criança, em todos os aspectos, particularmente na formação do futuro cidadão, motivo pelo qual, seguramente os investimentos nesse nível de ensino são de extrema importância".

O Plano Nacional de Educação (PNE), discutido por legisladores, estudiosos, dirigentes públicos, professores e outros interessados na educação, procurou pensar no bem-estar da criança, do jovem, do adolescente e do idoso, estabelecendo objetivos e metas para a Educação.

No município de RioBranco, esta discussão aconteceu, procurando respeitar e adaptar as diretrizes e metas, para a realidade de nossa cidade.Sabendo-se que os municípios devem aplicar, pelo menos, 25% de sua receita líquida de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Continuar investindo na melhoria da infraestrutura existente na Rede de Ensino de Rio Branco, com reformas, ampliações e novas construções, bem como na capacitação de pessoal, representa uma medida importante para garantir uma melhor qualidade e mais efetividade nas ações desenvolvidas no processo educacional.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

A Constituição da República Federativa do Brasil é o marco formal da garantia do EstadoDemocrático de Direito, que assegura aos cidadãos o direito de participar da vida pública, intervindo nas Políticas de Estado. Esta participação não pode ficar limitada somente ao direito de votar, mas, sem sombra de dúvidas, ao direito de participar das tomadas de decisão, que indicarão os rumos do país, do estado e do município.

No que se refere ao Plano Municipal de Educação, especificamente, está se tratando das Políticas Públicas para a Educação no município de Rio Branco.

A Gestão Democrática permite que se perceba uma situação adversa, não como ameaça, mas, sim, como uma nova oportunidade, o espaço ideal, para o crescimento e o aperfeiçoamento do processovivenciado. A própria construção do Plano é fruto da participação de muitos segmentos da sociedade, que, de forma coletiva, discutiram, exaustivamente, o contexto educacional, traduzindo a vontade de realizar uma educação qualificada, na cidade.

Nunca é demais salientar que o Município tem um histórico de conquistas, na área da educação, por meio da participação democrática. No entanto, a participação democrática estará garantida, quando os envolvidos tomarem consciência da corresponsabilidade, na defesa dos interesses públicos.

Neste contexto, estão inseridas as Diretrizes, que nortearão a Gestão Democrática, tendo a finalidade de promover e ampliar a participação dos segmentos, que compõem as Associações de Pais e Mestres – APM, Conselhos Escolares.

Esta prática dará continuidade à política de descentralização, promovendo autonomia pedagógica, administrativa e financeira, das Unidades Educativas, conforme preconiza a Legislação Educacional vigente.

METAS E ESTRATÉGIAS

META 1. Ampliar progressivamente o atendimento integral a todas as crianças de 0 a 03 anos, até o final da vigência deste plano e ofertar educação infantil a 100% das crianças de 04 e 05 anos até 2016. **ESTRATÉGIAS:** 1-Construir, ampliar e reformar, em parceria com o Estado e a União, prédios de Educação Infantil, adequando-os ecologicamente e respeitando os padrões de qualidade de infraestrutura, definidos na legislação vigente. 2-Garantir relação professor/criança, infraestrutura e materiais didáticos adequados ao processo educativo, considerando as características das distintas faixas etárias, conforme os padrões do CAQ (Custo Aluno Qualidade). 3-Definir no prazo de um ano a política para a Educação Infantil, no com base nas diretrizes e sugestões de referenciais curriculares nacionais e nas normas complementares estaduais. 4- Garantir que, no prazo de 01 (um) ano a partir da aprovação deste plano, a instituição que oferta a Educação Infantil tenha formulado seu projeto pedagógico com a participação dos profissionais de educação e comunidade escolar, observando o Plano Nacional de educação infantil e os seguintes fundamentos norteadores: a) princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum; b) princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; c) princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais. 5- Construir um centro de Educação Infantil, ampliando o já existente, para atendimento conjunto de crianças de 0 a 03 anos, em tempo integral, conforme padrões mínimos exigidos pela Legislação, com a contrapartida do Estado e União. 6. Garantir que a unidade escolar de educação infantil faça a devida adequação de seu funcionamento, atendendo às necessidades da comunidade em que está inserida. 7. Garantir alimentação escolar adequada para todas as crianças atendidas no estabelecimento de Educação Infantil. 8. Garantir ações complementares socioeducativas de apoio às famílias de crianças de 0 a 03 anos, tais como palestras sobre desenvolvimento infantil e oficinas pedagógicas, promovendo a interação pais/crianças.
META 2 . Assegurar a universalização plena do ensino obrigatório a toda clientela do Ensino Fundamental, na idade certa até 2016. **ESTRATÉGIAS:** 1. Realizar anualmente, o mapeamento da população escolarizável em idade escolar obrigatória que se encontra fora da escola, por residência e local de trabalho dos pais. 2. Garantir relação professor/criança, infraestrutura e materiais didáticos adequados ao processo educativo, considerando as características das distintas faixas etárias, conforme os padrões do CAQ (Custo Aluno Qualidade). 3. Reduzir em 100% (cem por cento) a distorção idade/ano, com qualidade na aprendizagem. 4. Reduzir em 100% (cem por cento) a repetência e a evasão no ensino fundamental, primando pela qualidade da Educação. 5. Atender a demanda de transporte escolar para alunos oriundos da zona rural e terras ocupadas por assentados, em regime de colaboração entre União e Estado observando aos princípios básicos de segurança exigidos pelo Departamento Nacional de Trânsito, e ainda, levando em consideração: a) tempo de permanência e idade mínima dos alunos que se beneficiarão dele; b) presença de um monitor por veículo para ajudar o motorista a cuidar dos alunos. 6. Desenvolver formas alternativas de oferta de ensino fundamental para atender os filhos de profissionais que se dedicam à atividade de caráter itinerante.
META 3. Garantir a oferta de ensino médio a 100% da demanda, até 2016. **ESTRATÉGIAS:** 1. Garantir a relação professor/estudante, infraestrutura e materiais didáticos adequados ao processo educativo, considerando as características desta etapa de ensino, conforme os padrões do CAQ-Custo Aluno Qualidade. 2. Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo, por meio do acompanhamento individualizado do estudante com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade. 3. Estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências; práticas irregulares de trabalho consumo de drogas, gravidez precoce; em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude.
META 4. Expandir o atendimento aos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, atendendo a 100% da demanda até 2016. **ESTRATÉGIAS:** 1. Estabelecer parceria para a realização de mapeamento e busca ativa de pessoas com deficiência fora da escola, com as áreas de assistência social e saúde, por residência ou local de trabalho.

2. Oferecer espaços físicos com adequação de acessibilidade aos diversos tipos de deficiências, além de incluir os profissionais da educação que tenham algum tipo de necessidade especial.
3. Garantir salas de recursos nas escolas da rede pública de educação básica sempre que se fizer pertinente ou necessário.
4. Ampliar a oferta de Educação de Jovens e Adultos, no período diurno para contemplar os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
5. Fortalecer o atendimento especializado aos estudantes da educação especial inclusos na Educação de Jovens e Adultos.
6. Oferecer atendimento individualizado aos estudantes que tenham impedimento comprovado por meio de laudo médico.
7. Expandir o atendimento às pessoas com surdez, garantindo intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para estudantes surdos nas salas regulares, investindo na formação de recursos humanos, em parcerias com as IES públicas e organizações não governamentais.
8. Oferecer transporte adaptado para estudantes com necessidades especiais.
9. Capacitar os profissionais da educação das unidades escolares, para que se assegure, na proposta pedagógica, a inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais.
10. Disponibilizar livros de literatura e didáticos em Braille, falados e em caracteres ampliados, às escolas que têm estudantes cegos e de baixa visão, bem como livros adaptados para alunos com deficiência física, por intermédio de parcerias com instituições de assistência social, cultura e organizações não governamentais, União e Estado.
11. Implantar, em parceria com as Secretarias de Saúde e de Assistência Social, programas de orientação e acompanhamento às famílias dos estudantes com necessidades educacionais especiais.
12. Ofertar o atendimento dos serviços de classes hospitalares no hospital público.

META 5. Aferir a qualidade da educação em 100% das unidades de ensino educação até 2016.
ESTRATÉGIAS:
1. Assegurar que todas as escolas de educação básica em todas as modalidades tenham desencadeado o processo para a elaboração do seu projeto político-pedagógico, com observância das Diretrizes Curriculares e/ou políticas estadual e municipal, com efetiva participação da comunidade.
2. Definir expectativas de aprendizagem para a educação básica, com vista a garantir formação geral comum.
3. Implantar a avaliação sistêmica do processo educacional da educação básica, baseada na, particularidades e peculiaridades.
4. Realizar campanhas contínuas de visando otimizar a participação da comunidade escolar nos CDCEs, grêmios estudantis e conselhos escolares.
5. Fomentar ações que visem à interação entre família e escola.

META 7. Igualar a escolaridade média entre grupos de cor e raça declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE até 2017.
ESTRATÉGIAS:
1. Estabelecer políticas de ações afirmativas a partir de pesquisas, junto ao censo escolar sobre reprovação, evasão/abandono escolar, fazendo um recorte de gênero, cor/raça, renda e nível de escolaridade dos pais.
2. Manter programas e ações de correção de fluxo por meio do acompanhamento individualizado do estudante com rendimento escolar defasado e em condição socialmente vulnerável e da adoção de práticas, como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade.

META 8. Ofertar vagas de Educação de Jovens e Adultos - EJA para 100% da demanda existente até 2016.
ESTRATÉGIAS:
1. Realizar mapeamento e busca ativa de jovens e adultos fora da escola, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude, por residência ou local de trabalho, visando identificar a demanda e programar a oferta da EJA desde a alfabetização ao ensino médio.
2. Alfabetizar todos os jovens e adultos no Município com garantia da continuidade da escolarização básica em todos os turnos, conforme a necessidade.
3. Garantir a relação professor/estudante, infraestrutura e materiais didáticos adequados ao processo educativo, considerando as características da demanda da EJA, conforme os padrões do CAQ - Custo Aluno Qualidade.

META 9. Ofertar, em parceria com o Estado, matrículas da educação profissional técnica de nível médio, de modo a triplicá-las até 2017.
ESTRATÉGIAS:
1. Ofertar curso técnico de nível médio, considerando a localização da demanda.
2. Implantar Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, concomitante ou subsequente aos estudantes da EJA.
3. Elaborar padrões mínimos de funcionamento que contemplem a relação professor/estudante, infraestrutura e materiais didáticos adequados ao processo educativo.
4. Assegurar, por meio dos Projetos Políticos Pedagógicos - PPPs que a proposta pedagógica de curso dos diferentes eixos da Educação Profissional e Tecnológica contemple discussões de relevância para a formação profissional, socioeconômica, ambiental, para a cidadania, estudos dos agravos da saúde e políticas técnicas de segurança.

META 10. Prover, em parceria com o Estado, a oferta de educação superior para, pelo menos, 33% (trinta e três por cento) da população com ensino médio concluído na faixa etária de 18 a 24 anos.
ESTRATÉGIAS:
1-Ampliar e diversificar a oferta de vagas na educação superior pública.

META 11. Oportunizar formação específica inicial e continuada, de modo que todos que atuam na educação possuam formação em nível superior até 2017.
ESTRATÉGIAS:
1. Garantir a oferta de cursos de nível superior em licenciatura em instituições públicas para os profissionais da rede pública que atuam na educação básica, em todas as etapas e modalidades.
2. Garantir aos profissionais da educação continuada com ênfase na educação especial, do campo, educação para o trabalho e respeito às diversidades em parceria com os CEFAPRO (Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica) e instituições superiores públicas.
3. Ofertar curso de formação continuada aos profissionais da educação, prioritariamente no local de trabalho, de forma articulada e integrada com a prática no contexto do processo educativo.
4. Acompanhar e avaliar a formação docente inicial e continuada dos profissionais da educação.
5. Garantir, financiar e ampliar programas de formação que garantam cursos de extensão e pós-graduação, por meio de convênios com IES, para a formação de docentes voltados às modalidades e especificidades.

META 12. Assegurar, imediatamente, a existência de plano de carreira para os profissionais da educação básica pública.
ESTRATÉGIAS:
1. Garantir a criação de carreiras próprias para os profissionais da educaçãoou adotar oficialmente os planos de carreiras já existentes.
2. Utilizar a Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, como patamar mínimo de referência a elaboração do Plano de Carreiras, Cargos e Salários para os profissionais da educação.
3. Garantir no plano de carreira a inclusão até o nível doutorado aos profissionais da educação.
4. Assegurar o direito à licença-prêmio por assiduidade aos profissionais da rede pública.
5. Garantir nos Planos de Carreiras, Cargos e Salários que a elevação por tempo de serviço se dê por intermédio da avaliação de desempenho na função de atuação.
6. Garantir concursos públicos para a rede municipal de ensino, respeitando o plano de carreira, a habilitação e as qualificações exigidas para os cargos e a disponibilidade de vagas reais.
7. Assegurar 02 horas de formação continuada computada na hora de trabalho dos profissionais técnicos e apoio da educação.
8. Garantir direitos e condições dignas de atendimento ao profissional da Educação Municipal e agilidade nos processos de aposentadoria para que seja publicada em no máximo 03 meses, a partir do momento da solicitação.
9. Elaborar e executar instrumentos legais que amparem o profissional da educação pública e privada preservando a integridade física, psíquica e moral em caso de agressões de natureza verbal, física e psicológica, denúncias sem provas, punições sem justa causa.

META 13. Garantir, imediatamente, a aplicabilidade integral dos recursos financeiros públicos, conforme previsto em lei, destinados à educação.
ESTRATÉGIAS:
1. Garantir, imediatamente, a aplicabilidade integral dos recursos financeiros destinados à educação.
2. Garantir, imediatamente, a aplicabilidade integral dos recursos financeiros públicos destinados à educação, conforme o estabelecido na Lei Orgânica Municipal.
3. Utilizar o piso salarial profissional nacional pautado na Lei Federal nº 11.738 de 16 de julho de 2008, como patamar mínimo de referência para a elaboração do Plano de Carreiros Cargos e Salários para os profissionais da Educação.
4. Implantar um padrão de gestão que priorize a destinação de recursos para as atividades-fim, a descentralização, a autonomia da escola, a equidade, o foco na aprendizagem dos alunos e a participação da comunidade.
5. Assegurar, por intermédio de instrumentos legais, a autonomia administrativa, pedagógica e financeira das escolas públicas, garantindo o repasse direto de recursos para despesas de manutenção e capital para o cumprimento de sua proposta didático-pedagógica.
6. Avaliar os mecanismos atualmente existentes de gestão dos recursos financeiros da escola, construindo um plano de trabalho conjunto órgão gestor/unidade escolar/CDCE.
8. Assegurar, mediante instrumentos legais específicos, que os recursos para reformas nas escolas sejam depositados diretamente na conta corrente do Conselho Deliberativo e geridos pelo mesmo, com assistência técnica do Estado e/ou das respectivas prefeituras.

META 14. Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.
ESTRATÉGIAS:
1. Alfabetizar todas as crianças, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.
2. Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental articulados com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças.
3. Oferecer e garantir a formação de professores através do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade certa.

AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

O acompanhamento e avaliação, na estrutura do Plano Municipal de Educação - PME, são processuais, visto a necessidade de ocorrerem permanentemente, ao longo de todo o processo de implementação do PME. As atividades de acompanhamento e avaliativas devem ser feitas com a finalidade de garantir o cumprimento das metas estabelecidas e votadas pela sociedade rio-branquense, quando foi enfocada a educação que se deseja para o Município de Rio Branco, para os próximos 10 (dez) anos. Como o Plano é decenal, poderá haver mudanças da realidade educacional local, levando à necessidade de se adotar medidas corretivas ou proceder a algumas adaptações àquelas já elencadas.

Será necessário mobilizar o Poder Público, Privado e Terceiro Setor, para que se articulem, a fim de que determinadas metas sejam alcançadas.

No processo de avaliação, o mesmo será acompanhado pelo ConselhoMunicipal de Educação e, estabelecendo o tempo de avaliação de 02 em 02 anos após a aprovação da lei.

Quando todos trabalham juntos, temos a certeza que todos os instrumentos contidos neste plano poderão ser analisadas e discutidos, visando sempre a melhoria na qualidade de ensino.

MENSAGEM FINAL

Nos dias atuais nos deparamos com uma época de intensa competitividade, onde a atenção, ou seja, o foco dos governantes esta no interesse econômico e deixando de lado a sociedade em geral. Vemos em grande escala a pobreza que está presente em nosso dia -a -dia e cada vez maior, bem como a descriminação e a exploração de modo generalizado, entre outros aqui não citados o que não pode acontecer é a acomodação nas situações do cotidiano, na qual todos os dias estamos sujeitos.

A educação tem por objetivo a interação social e cultural do indivíduo, essa mesma educação que irá contribuir com parte de nossos valores por toda vida. “Enquanto à educação, esta pode ser tida como prática social que perpetua uma determinada realidade social ou que rompe com cenário social evidenciando suas contradições”, assim dizia Maria Lucia Aranha.

A educação na sociedade tem como propósito, uma estratégia na qual se torna importante desenvolver iniciativas que contribuam para o desenvolvimento humano, na medida em que vá de encontro às necessidades e interesses daqueles em questão. A escola sozinha tão pouco dará conta dessas demandas, ela precisará propor ações e condições educativas que envolvam todos (sociedade, professor, aluno e família) se tivermos essa interação, certamente teremos competência e com a inovação formaremos melhores cidadãos no futuro, com profissionais de qualidade, sendo os mesmos preparados e abertos as para novidades.

Segundo Gadotti. É naturalmente importante que o futuro professor passe por um processo de formação que irá prepará-lo para uma atividade docente onde todos nós buscamos um mesmo propósito, uma sociedade mais justa e humana com melhor qualificação, que irá contribuir na formação do futuro profissional. Portanto, isso é uma tarefa de longo prazo e que exige o máximo de nós, de todos os que querem mudar este país para melhor, se pelo menos tentarmos.

“A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida”. Dewey

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ü BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** 35ª ed. São Paulo: Saraiva 2005. ü **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. ü **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394.** 10ª ed. ü **Plano Nacional de Educação.** ü **Política Nacional de Educação Infantil**, 2006. ü **Um mundo numa ilha** (Cruz, Roberto. pag.12a 56) ü **Lei Orgânica do Município de Rio branco-MT** ü **Fundação Franklin Cascaes.Uma síntese histórica**. (2014) ü GOTTI, Marlene de Oliveira. **Direito a Educação – Subsídios para a Gestão dos Sistemas Educacionais –** Orientações Gerais e Marcos Legais. Brasília: MEC, SEESP, 2015. ü www.inep.com.br ü Secretaria Municipal de Finanças de Rio Branco-MT **ANEXOS** Seminário para elaboração do PME de Rio Branco **ESCOLAMUNICIPAL “MANOEL TAVARES DE MENEZES” ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL “MADRE TEREZA DE CALCUTÁ” EDUCAÇÃO DE 0 A 03 ANOS**

EDUCAÇÃO DE 04 E 05 ANOS

ESCOLA ESTADUAL “DEPUTADO FRANSCISCOEDUARDO RANGEL TORRES” ESCOLA ESTADUAL “22 DE MAIO” EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS CONFERÊNCIA MUNICIPALDO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO BRANCO – MT “O homem não é nada além daquilo que a educação faz dele”.Kant

“É na educação dos filhos que se revelam as virtudes dos pais”.Sêneca

“A vida deve ser uma constante educação”.Gustave Flaubert. “A educação desenvolve as qualidades, não as cria” Luck de Clapiers. **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EDITAL DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 046/2015

A PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA, nomeada através do Decreto nº.

1.044/ GAB / PMR / 2015, de 05 de Janeiro de 2015, **TORNA PÚBLICO** para todos os interessados que no dia e hora designados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos referente ao **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO Nº. 046/2015,** cujo **Objeto: “Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de Empresa para prestar Serviços de Locação de Caminhões Pipa, Máquinas Pesadas, Ônibus, Vans, Caminhonete, Caminhão Prancha para atendimento das necessidades e manutenção das estradas, abastecimento de água potável as residências, transporte de passageiros, transporte de pacientes para realizar exames médicos fora do Município de Rondolândia (com e sem motorista)”** processada nos autos do Processo Administrativo de nº. 081/2015 –

SEMUSA, SEMAGRI, SEMEC, GABINETE e SEMAS, **não acudiram licitados interessados, tornando se o Ato como DESERTO.**

Sala da CPLMS, Rondolândia – MT, 16 de Junho de 2015.

Luciene Souza Santos

Pregoeira

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EDITAL DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 040/2015

A PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA, nomeada através do Decreto nº.1.044/ GAB / PMR / 2015, de 05 de Janeiro de 2015, **TORNA PÚBLICO** para todos os interessados que no dia e hora designados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos referente ao **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO Nº. 040/2015,** cujo **Objeto: "Registro de Preço para Futura e Eventual Aquisição de Materiais Pedagógicos e Materiais de Expediente para atender as necessidades das Secretarias e Escolas Municipais"** processada nos autos do Processo Administrativo de nº. 069/2015 - GAB, SEMFAZ, SEMEC, SEMUSA, SEMOSP, SEMAS, SEMAGRI, SEMEIA e SEGAT, **não acudiram licitados interessados, tornando se o Ato como DESERTO.**

Sala da CPLMS, Rondolândia – MT, 18 de Junho de 2015.

Luciene Souza Santos

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015

O Município de Rosário Oeste/MT,através da Pregoeira torna público para quem possa interessar que a licitação supracitada que tem por objeto**:** ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT. Foi declaradaa empresa **PAULO MARCIO DE CARVALHO ARAUJO- EPP** vencedora do certame com o valor de R$ 151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais). Informo ainda que a integra dos autos acham-se á disposiçãodos interessados no setor de licitação.

Rosário Oeste – MT, 01 de Junho de 2015.

Andreia Viviane Souza de Almeida

Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2015

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/201

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 03.180.924/0001-05, localizada na Avenida Otavio Costa s/n.º, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste – MT - CEP. 78.470-000, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar a abertura de procedimento licitatório, do tipo "Menor Preço Por Lote", na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE TUBOS DE CONCRETOS(MANILHAS) E MADEIRAS PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT**, de acordo com o que determina a Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal 7.892/2013, bem como nas Leis Complementares 123/2006 e 128/2008, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a ser regida pelos mencionados diplomas legais e pelas cláusulas e condições do edital. Entrega e abertura dos Envelopes: Até as 09:30 horas, do dia 30/06/2015 – no endereço acima. Edital Completo: no site: www.rosariooeste.mt.gov.br, email: licitacaorosario@hotmail.com.

Rosário Oeste – MT, 18 de Junho de 2015.

Eziele Regina Benedita de Santana

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

PORTARIA Nº 172/2015 DE 18 DE JUNHO DE 2015

NOMEIA O Sr. GEOVANE VISCOVINI DA SILVA, PARA O CARGO DE PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. **GEOVANE VISCOVINI DA SILVA,** para o cargo de **PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO,** lotado no Gabinete do Prefeito.

Parágrafo Único. A posse e exercício do funcionário nomeado subordinar-se-á ao cumprimento das exigências e formalidades legais pertinentes em vigor, cabendo aos órgãos competentes formalizá-la devidamente, em tempo hábil.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rubrica orçamentária correspondente do Gabinete do Prefeito, suplementadas se necessário, na forma da legislação específica que disciplina a matéria.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 18 de Junho de 2015.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT

AVISO DE ADESÃO

A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2015 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA- MT.

A Prefeitura Municipal de Salto do Céu – MT, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que fará adesão a Ata de Registro de Preços nº 015/2015, proveniente do Pregão Presencial nº 008/2015 do Município de Vale de Marcelândia-MT, que teve como vencedora a empresa **MADEIREIRA FLORESTA LTDA-ME CNPJ: 11.825.967/0001-29,** cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de madeiras tipo: vigas e pranchas, destinadas a atender as necessidades da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos, do Município de Marcelândia-MT.** Sendo que a Prefeitura Municipal de Salto do Céu – MT, aderiu a Ata supramencionada.

Salto do Céu – MT, 12 de Junho de 2015.

Maria Inês Pereira da Silva

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

PORTARIA Nº 0124/2015

DE 18 DE JUNHO DE 2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 031/2015".

O senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora Yasmin Rayane Lemes Magalhães, CPF sob nº 044.565.271-37, como Fiscal do Contrato Emergencial nº 031/2015.

Art. 2º - A presente portaria retroage seus efeitos a da data de 01 de abril de 2015.

Art. 3º - Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 18 DE JUNHO DE 2015.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

_____

BRUNO LAPENNA GARCIA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

Registre-se e Publique-se

Na data supra

PORTARIA Nº 0125/2015

DE 18 DE JUNHO DE 2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 032/2015".

O senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora Yasmin Rayane Lemes Magalhães, CPF sob nº 044.565.271-37, como Fiscal do Contrato Emergencial nº 032/2015.

Art. 2º - A presente portaria retroage seus efeitos a da data de 22 de abril de 2015.

Art. 3º - Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 18 DE JUNHO DE 2015.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

_____

BRUNO LAPENNA GARCIA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

Registre-se e Publique-se

Na data supra

PORTARIA Nº 0126/2015

DE 18 DE JUNHO DE 2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 033/2015".

O senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora Yasmin Rayane Lemes Magalhães, CPF sob nº 044.565.271-37, como Fiscal do Contrato Emergencial nº 033/2015.

Art. 2º - A presente portaria retroage seus efeitos a da data de 09 de abril de 2015.

Art. 3º - Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 18 DE JUNHO DE 2015.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

_____

BRUNO LAPENNA GARCIA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

Registre-se e Publique-se

Na data supra

PORTARIA Nº 0127/2015

DE 18 DE JUNHO DE 2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 034/2015".

O senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora Yasmin Rayane Lemes Magalhães, CPF sob nº 044.565.271-37, como Fiscal do Contrato Emergencial nº 034/2015**.**

Art. 2º - A presente portaria retroage seus efeitos a da data de 18 de maio de 2015.

Art. 3º - Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 18 DE JUNHO DE 2015.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

_____

BRUNO LAPENNA GARCIA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

Registre-se e Publique-se

Na data supra

PORTARIA Nº 0128/2015

DE 18 DE JUNHO DE 2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 035/2015".

O senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora Yasmin Rayane Lemes Magalhães, CPF sob nº 044.565.271-37, como Fiscal do Contrato Emergencial nº 035/2015.

Art. 2º - A presente portaria retroage seus efeitos a da data de 22 de abril de 2015.

Art. 3º - Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 18 DE JUNHO DE 2015.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

_____

BRUNO LAPENNA GARCIA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

Registre-se e Publique-se

Na data supra

PORTARIA Nº 0129/2015

DE 18 DE JUNHO DE 2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 036/2015".

O senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora Yasmin Rayane Lemes Magalhães, CPF sob nº 044.565.271-37, como Fiscal do Contrato Emergencial nº 036/2015.

Art. 2º - A presente portaria retroage seus efeitos a da data de 07 de maio de 2015.

Art. 3º - Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 18 DE JUNHO DE 2015.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

_____

BRUNO LAPENNA GARCIA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

Registre-se e Publique-se

Na data supra

PORTARIA Nº 0130/2015

DE 18 DE JUNHO DE 2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 037/2015".

O senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora Yasmin Rayane Lemes Magalhães, CPF sob nº 044.565.271-37, como Fiscal do Contrato Emergencial nº 037/2015.

Art. 2º - A presente portaria retroage seus efeitos a da data de 19 de maio de 2015.

Art. 3º - Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 18 DE JUNHO DE 2015.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

_____

BRUNO LAPENNA GARCIA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

Registre-se e Publique-se

Na data supra

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.º 21/2015

O Município de Santo Afonso/MT, Estado de Mato Grosso,neste ato representado por sua Pregoeira Oficial, torna público aos interessados, que irá realizar procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, *TIPO MENOR PREÇO POR LOTE*, de conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, bem como subsidiariamente as normas constantes da Lei Federal 8.666/93, e suas modificações, no **DIA 01 DE JULHO DE 2015, ÀS 09h00m (horário local)**, na Prefeitura Municipal de Santo Afonso/MT localizado à Rua Pedro Álvares Cabral, 155- Centro- Santo Afonso – MT, com a finalidade de receber os envelopes contendo proposta de preço e documentos de habilitação pertinentes à CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS 107 DIAS RESTANTE DO ANO LETIVO DE 2015 DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO DO MUNICÍPIO, ATENDENDO AS COMUNIDADES DA ZONA RURAL DE SANTO AFONSO-MT. Poderão participar deste procedimento licitatório as empresas cujo ramo de atividade esteja em consonância com o objeto e demais clausulas desta licitação. Os interessados poderão retirar o edital completo no endereço acima citado em dias úteis, das 07h às 13h00 (horário local), ou pelo site do município, www.santoafonso.mt.gov.br. Santo Afonso- MT, 18 de Junho de 2015. ELISANGELA MOURA DOS SANTOS-PREGOEIRA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE APOSTILAMENTO DE CONTRATO

1º TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATODE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 033/2015 ASS.11/06/2015 VCTO.13/11/2015. PROCESSO LICITATÓRIO: TP 07/2015. CONTRATADA: TOP TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA – EPP. ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE QUANTITATIVOS E A ORDEM DOS ITENS CONTRATADO

SANTO AFONSO-MT, 11 DE JUNHO DE 2015.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
INSCRIÇÕES DEFERIDAS PROCESSO SELETIVO CONSELHO TUTELAR

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT – CMDCA**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 8.069/1990 e pela Lei Municipal nº 065/2002 e alterações posteriores, torna público as inscrições **Deferidas** de Candidatos para Processo de escolha em data unificada em todo território nacional dos membros do Conselho Tutelar do muni-

cípio de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, para a gestão compreendida entre 2016/2019.

Nº	**Nome do Candidato**
01	Andréia Jakqueline Michalski de Souza
02	Arlene Pereira Siqueira
03	Carmem Simone de Souza Machado
04	Janaina Garcia Suzarte dos Santos
05	Jasclon Souza Reis
06	Lusilene Gomes Ferreira Mendonça
07	Maria Aparecida Coser dos Santos
08	Maria Elena Nunes
09	Maria Luziana da Silva
10	Patricia Brunetta
11	Sandra Mateus dos Santos
12	Sandra Santos Faria
13	Suely Nogueira de Sousa
14	Vitória Santos Faria

Santo Antonio do Leste – MT, 18 de Junho de 2015.

Maria Silva Tavares

Presidente CDMCA/

Comissão Eleitoral

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
EDITAL Nº 003/2015

Dispõe sobre a Retificação do Edital do Processo de escolha em data unificada em todo território nacional dos membros do Conselho Tutelar do município de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, para a gestão compreendida entre 2016/2019.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do município de Santo Antonio do Leste, usando as atribuições que lhe conferem o Artigo 139 da Lei Federal 8.069/90 de 13 de junho de 1990, a Resolução 170 de 10 de dezembro de 2014 do CONANDA e das Leis Municipais 065/2002 e suas alterações, **RETIFICA O EDITAL 001/2015**;

NO ITEM 5 – do cronograma de datas

Onde se lê:

Aplicação da Prova Escrita: 05/07/2015 as 08h00min às 11h00min

Gabarito preliminar: 06/07/2015

Recurso contra o gabarito: 07/07/2015 a 09/07/2015

Analise do recurso: 10/07/2015 a 15/07/2015

Resultado do gabarito oficial: 17/07/2015

Leia se:

Aplicação da Prova Escrita: 12/07/2015 as 08h00min às 11h00min

Gabarito preliminar: 13/07/2015

Recurso contra o gabarito: 14/07/2015 a 15/07/2015

Analise do recurso: 16/07/2015 a 17/07/2015

Resultado do gabarito oficial: 21/07/2015

NO ITEM 8 – da prova e do recurso

Onde se lê:

8.3 - A prova será aplicada no dia 05/07/0215 Escola Municipal Domingos Azzolini das 8h às 11:00.

8.18 - Os resultados do gabarito preliminar da prova escrita será divulgado no dia 06/07/2015 através de publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, no site da Prefeitura de Santo Antonio do Leste, no jornal de circulação local e no Mural da Prefeitura e do CRAS.

8.19 -

O período para apresentação de recurso contra o gabarito será do dia 07/07/2015 a 08/07/2015 após a publicação do seu resultado.

8.20 - O Recurso será julgado pela Comissão e o resultado publicado no Diário Oficial do Município em até 09/07/2015 a 13/07/2015 e será divulgado o gabarito oficial no dia 24/07/2015 após o protocolo do Recurso.

Leia se:

8.3 - A prova será aplicada no dia 12/07/0215 Escola Municipal Domingos Azzolini das 8h às 11:00.

8.18 - Os resultados do gabarito preliminar da prova escrita será divulgado no dia 13/07/2015 através de publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, no site da Prefeitura de Santo Antonio do Leste, no jornal de circulação local e no Mural da Prefeitura e do CRAS.

8.19 - O período para apresentação de recurso contra o gabarito será do dia 14/07/2015 a 15/07/2015 após a publicação do seu resultado.

8.20 - O Recurso será julgado pela Comissão e o resultado publicado no Diário Oficial do Município em até 16/07/2015 e 14/07/2015 e será divulgado o gabarito oficial no dia 21/07/2015 após o protocolo do Recurso.

Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Santo Antonio do Leste – MT, 19 de Junho de 2015.

Maria Silva Tavares

Presidente CDMCA/

Comissão Eleitoral

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
INSCRIÇÕES INDEFERIDAS PROCESSO SELETIVO CONSELHO TUTELAR

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT – CMDCA**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 8.069/1990 e pela Lei Municipal nº 065/2002 e alterações posteriores, torna público as inscrições **Indeferidas** de Candidatos para Processo de escolha em data unificada em todo território nacional dos membros do Conselho Tutelar do município de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, para a gestão compreendida entre 2016/2019.

Nº	**Nome do Candidato**
01	Daniele Aparecida de Almeida

Santo Antonio do Leste – MT, 18 de Junho de 2015.

Maria Silva Tavares

Presidente CDMCA/

Comissão Eleitoral

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL - COMPRAS
2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 033/2015

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº. 033/2015.

Partes: O MUNICÍPIO DE SAPEZAL E VIAS CORREIA ENGENHARIA E PAVIMENTAÇÃO LTDA - EPP.

Objetivo: ***CLÁUSULA PRIMEIRA:*** Em conformidade com o art. 65§1º da Lei 8666/93, fica acréscimo ao presente contrato o percentual de aproximadamente **2,40% (dois vírgula quarenta por cento)** do valor contratado, o que corresponde à quantia de **R$ 6.045,66 (seis mil e quarenta e cinco reais e sessenta e seis centavos)**, em decorrência da ampliação do objeto do contrato, conforme documentação em anexo (solicitação de aditivo de valor e serviço).

PARÁGRAFO ÚNICO: De acordo com a justificativa apresentada pela Secretaria de Viação e Obras, bem como, pelo responsável técnico pela obra, há necessidade de aquisição e instalação de placa contendo as informações sobre a obra em aço galvanizado, não contemplada na planilha do

certame licitatório. Além disso, há ainda a necessidade de acréscimo na quantidade dos serviços de pavimentação asfáltica tipo tratamento superficial duplo (TSD) com capa selante e drenagem superficial (meio fio e sarjeta), a ser executada na entrada do Centro de Educação Municipal Carmen Antonina Schneider.

CLÁUSULA SEGUNDA: As despesas pelo acréscimo mencionado na Cláusula Primeira correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

08 - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos

0010015.451.0011.2034 – Pavimentação Asfáltica de Vias Públicas Urbanas

4.4.90.39.00.000100000000 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R$ 6.045,66

CLÁUSULA TERCEIRA: Fica alterada o item 4.1 da Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 033/2014, passando a viger com a seguinte redação:

4.1 As despesas necessárias para execução das obras licitada, serão cobertas com recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária, consignada no orçamento do Município de Sapezal do ano de 2014:

08 - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos

0010015.451.0011.2034 – Pavimentação Asfáltica de Vias Públicas Urbanas

4.4.90.39.00.000300000000– Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R$ 200.000,00

08 - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos

0010015.451.0011.2034 – Pavimentação Asfáltica de Vias Públicas Urbanas

4.4.90.39.00.000100000000– Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R$ 58.008,85

Vigência do Contrato: 12/06/2015 a 04/09/2015.

Modalidade: Tomada de Preço Nº 003/2015.

Secretaria: Secretaria de Viação e Obras.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL - JURÍDICO
DECRETO 062/2015

DECRETO Nº 062/2015

NOMEIA O RESPONSÁVEL PELO SETOR DE ENGENHARIA, MANUTENÇÃO E SINALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE SAPEZAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o disposto na Lei Federal nº 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro;

Considerando a competência atribuída aos órgãos e entidades executivos de trânsito municipais para executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Srª. **Ângela Pereira Barros**, portador do CPF 010.922.481-70, como responsável Técnico em Engenharia, Manutenção e Sinalização, conforme Art. 11 do Regime Interno do Departamento Municipal de Trânsito de Sapezal.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 042/2015.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Sapezal, 18 de junho de 2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL - COMPRAS
LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SAPEZAL - M T.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SAPEZAL - M T.

TÍTULO I - DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Capítulo - I Disposições Preliminares

Art. 1º. O Município de Sapezal, integrado de forma indissolúvel ao Estado de Mato Grosso e à República Federativa do Brasil, proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político, tendo por princípios e objetivos:

I - respeito à Constituição da República Federativa do Brasil, à Constituição do Estado de Mato Grosso, a esta Lei e à inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais por ela estabelecidos; II – a defesa dos direitos humanos; III – a defesa da igualdade e o conseqüente combate a qualquer forma de Discriminação; IV – a garantia da aplicação da justiça; V – a busca permanente do desenvolvimento e da justiça social; VI – a prestação eficiente dos serviços públicos garantida a modicidade das tarifas; VII – o respeito incondicional à moralidade e à probidade administrativa; VIII – a colaboração e a cooperação com os demais entes que integram o Estado e a Federação; IX – a defesa do meio-ambiente e da qualidade de vida.

Art. 2º. É mantida a integridade territorial do Município, que poderá ser alterada mediante aprovação de sua população, através de plebiscito, na forma da lei.

Art. 3º. A cidade de Sapezal é a sede do Município.

Parágrafo único. A sede do Município somente poderá ser alterada mediante lei complementar e após consulta plebiscitária.

Art. 4º. São símbolos do Município o brasão, a bandeira e o hino, expressões de sua Cultura e de sua história.

Art. 5º. São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Parágrafo único. Salvo as exceções previstas nesta Lei, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, sendo que, aquele que for investido na função de um deles, não poderá exercer a do outro.

Art. 6º. Os bens imóveis do Município não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno,

órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Município dependerá de autorização prévia da Câmara Municipal e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Capítulo II - Da Organização Político-Administrativa

Art. 7º. O Município de Sapezal é dotado de personalidade jurídica de direito público interno e goza de autonomia, nos termos assegurados pelas constituições Federal e Estadual.

Art. 8º. A organização político-administrativa do Município é a definida nesta Lei. Art. 9º. O Município será dividido em distritos, objetivando a descentralização do Poder e a desconcentração dos serviços públicos, respeitado o que dispõe a Lei Complementar Estadual Nº 23 de 19 de novembro de 1992.

§ 1º- A criação, a organização e a supressão de distritos, efetivadas por Lei Municipal, dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.

§ 2º- Os Distritos serão geridos por um administrador distrital, com a cooperação de entidades representativas da comunidade local.

Capítulo III - Da Competência do Município Seção I - Da Competência Privada

Art. 10. Compete ao Município:

I – legislar sobre assunto de interesse local, especialmente sobre: a) planejamento Municipal, compreendendo: 1) plano diretor e legislação correlata; 2) plano Plurianual; 3) lei de Diretrizes Orçamentárias; 4) orçamento anual. b) instituição e arrecadação de tributos de sua competência e aplicação de suas rendas c) criação, organização e supressão de distritos, nos termos do Artigo 9º desta Lei Orgânica d) organização e prestação, diretamente ou sob regime de concessão, permissão ou terceirização, dos serviços públicos de interesse local, incluído o transporte coletivo, que tem caráter essencial, estabelecendo: 1) o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão; 2) os direitos dos usuários; 3) as obrigações das concessionárias e das permissionárias; 4) política tarifária justa; 5) obrigação de manter serviço adequado. e) poder de polícia administrativa, notadamente em matéria de saúde e higiene pública, construção, trânsito, tráfego, logradouros públicos e horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços; f) organização de seu governo e administração; g) administração, utilização e alienação de seus bens; h) fiscalização da administração pública, mediante controle externo, controle interno e controle popular; i) proteção aos locais de culto e a suas liturgias; j) locais abertos ao público para reuniões; l) instituição da Guarda Municipal destinada a fiscalização e orientação do trânsito viário nos termos no Código Nacional de Trânsito, proteção de bens, serviços e instalações do Município; m) prestação pelos Órgãos Públicos Municipais de informações de interesse coletivo ou particular solicitadas por qualquer cidadão; n) direito de petição aos Poderes Públicos Municipais e obtenção de certidões em repartições Públicas Municipais; o) participação dos trabalhadores, empregadores, profissionais e representantes de associações, nos colegiados dos Órgãos Públicos Municipais em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação; p) manifestação da soberania popular, através de plebiscito, referendo e iniciativa popular; q) remuneração dos servidores públicos municipais; r) administração Pública Municipal, notadamente sobre: 1) cargos, empregos e funções públicas da administração pública direta, indireta ou fundacional; 2) criação de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação; 3) publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos Órgãos Públicos, com caráter educativo, informativo ou de orientação social; 4) reclamações relativas aos serviços públicos; 5) prazos de prescrição para os ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízo ao erário; 6) servidores públicos municipais. s) processo Legislativo Municipal; t) estímulo ao cooperativismo e a outras formas de associativismo; u) tratamento favorecido para as empresas Brasileiras de Capital Nacional de pequeno porte, localizadas na área territorial do Município; v) questão da família, especialmente sobre: 1) livre exercício do planejamento familiar; 2) orientação psicossocial às famílias de baixa renda; 3) garantia dos direitos fundamentais à criança, ao adolescente e ao idoso; 4) normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso Público e de adaptação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

x) política de desenvolvimento Municipal.

II – manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado de Mato Grosso, programas de Educação pré-escolar e de ensino fundamental; III – prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado de Mato Grosso, serviços de atendimento à saúde da população; IV – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e Ação Fiscalizadora Federal e Estadual; V – promover atividades culturais, desportivas e de lazer; VI – promover os seguintes serviços; a) mercado municipal, feiras e matadouros; b) construção e conservação de estradas Municipais; c) iluminação pública.

VII – executar obras públicas; VIII – conceder licença para:

a) localização, instalação e funcionamento de estabelecimentos Comerciais, Industriais e de Prestação de Serviços; b) publicidade em geral; c) atividade de comércio eventual ou ambulante; d) promoção de jogos, espetáculos e divertimentos públicos; e) serviços de táxis. IX – fixar e sinalizar as zonas de silêncio, de trânsito e de tráfego local em condições especiais; X – disciplinar os serviços de cargas e descargas e fixar tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais. XI – cassar licença de estabelecimento cuja atuação seja prejudicial à saúde, à higiene, ao sossego ou à segurança pública. XII – adquirir bens, inclusive por desapropriação; XIII – fomentar atividades econômicas, com prioridades para os pequenos empreendimentos, incluída a atividade artesanal; XIV – promover iniciativas e atos que assegurem a plenitude da sua autonomia constitucionalmente assegurada.

Capítulo IV - Da Competência Comum

Art. 11. É da competência comum do Município, juntamente com a União e o Estado

I – zelar pela guarda e cumprimento da Constituição Federal, Constituição Estadual, desta Lei, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público; II – cuidar da saúde e assistência social, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências; III – proteger os documentos, as obras e bens de valor histórico, artístico ou cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; IV – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência; V – proteger o meio-ambiente e combater a poluição em todas as suas formas; VI – preservar a flora e a fauna; VII – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar; VIII – promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e saneamento básico; IX – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos; X – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território; XI – auxiliar, no que couber, o combate ao tráfico de entorpecentes.

Parágrafo único. A cooperação do Município com a União e o Estado, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional, se fará segundo as normas que forem fixadas em lei complementar federal.

Capítulo V - Da Competência Complementar

Art. 12. Compete ao Município, obedecida a legislação federal e estadual pertinentes I – dispor sobre a prevenção contra incêndios;

II – coibir, no exercício do poder de polícia, as atividades que violarem as normas de

saúde, sossego, higiene, segurança, funcionalidade e outros interesses da coletividade;

III – prestar assistência nas emergências médico-hospitalares de pronto-socorro, por seus próprios serviços ou, quando insuficientes, por instituições especializadas; IV – dispor sobre o registro, a vacinação e a captura de animais; V – dispor, mediante suplementação da legislação federal e estadual, especialmente sobre: a) assistência social; b) ações e serviços de saúde da competência do Município; c) proteção da infância, dos adolescentes, dos idosos e das pessoas portadoras de deficiências; d) ensino fundamental e pré-escolar prioritário para o Município; e) proteção do meio-ambiente, o combate à poluição e a garantia de boa qualidade de vida; f) incentivo ao turismo, ao comércio e à indústria; g) incentivos e tratamento diferenciado às micro empresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei federal e na forma da Constituição Estadual; h) fomento à agropecuária e à organização do abastecimento alimentar, res-

salvadas a competência legislativa e fiscalizadora da União e do Estado; i) auxiliar, no que couber, o combate ao contrabando em geral.

Capítulo VI - Das Vedações

Art. 13. É vedado ao Município:

I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com elas ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei municipal, a colaboração por interesse público; II – recusar fé aos documentos públicos; III – criar distinção entre brasileiros ou preferências entre si; IV – alterar a denominação de próprios e logradouros públicos municipais, bem como lhes dar nome de pessoa viva; V – contratar com pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social, com o tesouro municipal, assim como lhe prestar benefícios ou incentivos fiscais.

TÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I - Do Poder Legislativo Seção I - Da Câmara Municipal

Art. 14. O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, constituída de Vereadores em número proporcional à população do Município, conforme o disposto no Art. 182 da Constituição Estadual, eleitos pelo sistema proporcional e pelo voto direto e secreto, observadas as seguintes condições de elegibilidade, entre outras:

I – nacionalidade brasileira; II – pleno exercício dos direitos políticos; III – alistamento eleitoral;

IV – domicílio eleitoral e residencial no Município de Sapezal; V – filiação partidária;

VI – idade mínima de dezoito anos.

Parágrafo único. Cada legislatura terá mandato com duração na forma estabelecida pela Constituição Federal e na legislação complementar.

Seção II - Das Atribuições da Câmara Municipal

Art. 15. Compete a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, a qual não é exigida para o especificado no Art. 17, dispor sobre todas as matérias da competência do Município, especificamente:

I – plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais; II – abertura de créditos especiais, suplementares e extraordinários;

III – planos e programas municipais e setoriais de desenvolvimento; IV – fixação do efetivo e organização de atividades da guarda municipal, atendidas as prescrições da legislação federal; V – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas municipais na administração pública direta e indireta e fixação dos respectivos vencimentos, observados os limites constitucionais e legais aplicáveis; VI – regime jurídico e lei de remuneração dos servidores municipais da administração direta e indireta; VII – autorização de operações de crédito e empréstimos internos e externos para o Município, observadas as legislações federal e estadual; VIII – autorização de permissão e concessão de serviços públicos de interesse local a terceiros; IX – aquisição, permuta ou alienação a qualquer título, de Bens públicos, na forma da lei; X – remissão de dívidas de terceiros com o Município e concessão de isenção e anistias fiscais; XI – matéria decorrente da competência comum, prevista no Art. 23 da Constituição Federal; XII – aprovação da Política de Desenvolvimento Urbano, atendidas as diretrizes gerais fixadas pela legislação federal e os preceitos do Art. 182 da Constituição Federal; XIII – autorização ao Prefeito Municipal para impor ao proprietário de solo urbano não edificado, incluído no plano diretor da cidade, mediante lei específica, a promoção do seu adequado aproveitamento, aplicando-se-lhe as penas do Art. 182, § 4º., da Constituição Federal, nos termos da lei federal; XIV – medidas de interesse local, mediante suplementação das legislações federal e estadual, regulando, no que couber, a nível municipal, as matérias da competência suplementar do Município.

Art. 16. Lei de iniciativa privativa da Câmara Municipal fixará o valor dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, em atenção ao Art. 29, V, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A fixação do valor dos subsídios do Presidente e dos Vereadores far-se- á, também, por instrumento análogo ao previsto neste artigo.

Art. 17. Compete privativamente à Câmara Municipal: I – eleger a Mesa e constituir as Comissões;

II – elaborar o seu Regimento Interno; III – dispor sobre a sua organização, funcionamento e polícia; IV – dispor sobre a criação, transformação ou extinção de cargos, empregos ou funções de seus serviços e fixar as respectivas remunerações, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e Lei Federal Complementar 101 de 04/05/2000; V – abrir créditos suplementares à sua secretaria, nos termos desta Lei Orgânica; VI – dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito;

VII – conhecer da renúncia do Prefeito, do Vice-Prefeito e de seus membros; VIII – conceder licença e autorizar o Prefeito e o Vice-Prefeito a ausentar-se do Município por mais de quinze dias, e do País, por qualquer prazo;

IX – criar comissões de inquérito sobre fato determinado e referente à administração pública; X – apreciar os vetos do Prefeito; XI – conceder honrarias às pessoas que reconhecidamente, após comprovação, tenham prestado serviços ao Município; XII – julgar, anualmente, as contas do Prefeito, na forma da lei; XIII – convocar os Secretários Municipais para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, de sua competência; XIV – declarar a perda ou a suspensão do mandato do Prefeito e dos Vereadores, na forma da lei; XV – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar; XVI – fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta.

Art. 18. Salvo disposição em contrário desta Lei, as deliberações da Câmara Municipal e de suas comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Seção III - Dos Vereadores

Art. 19. Os Vereadores são invioláveis por suas opiniões, votos e palavras, no exercício do seu mandato e na circunscrição do Município.

Art. 20. Os Vereadores não poderão:

I – desde a expedição do diploma: a) firmar ou manter contrato com o Município, empresas públicas, fundações ou empresas concessionárias de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes; b) ocupar cargo, função ou emprego remunerado de que seja demissível “ad nutum”, nos órgãos da administração direta e indireta do Município. II – desde a posse: a) exercer outro mandato eletivo; b) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público municipal, ou nela exercer função remunerada; c) pleitear interesse privado perante a administração municipal, na qualidade de advogado ou procurador; d) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades mencionadas na alínea “a” do inciso I deste artigo.

Art. 21. Perderá o mandato o Vereador:

I – que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior; II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar; III – que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias, salvo se em licença ou missão autorizada pela Câmara Municipal; IV – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos; V – quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal; VI – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado VII – que não residir no Município; VIII – que deixar de tomar posse, no prazo de dez dias da data fixada no § 3º do artigo 24 desta Lei Orgânica.

§ 1º. Além de outros casos definidos no Regimento Interno, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador, ou a percepção, no exercício do cargo, de vantagens indevidas.

§ 2º. Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda de mandato será decidida pela Câmara Municipal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação de partido político lá representado ou da Mesa, assegurada ampla defesa.

§ 3º. Nos casos dos incisos III, IV e V, a perda de mandato será decidida pela Mesa, de ofício ou mediante a provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado na Câmara Municipal, assegurada ampla defesa.

Art. 22. Não perderá o mandato o Vereador:

I – investido em cargo de Secretário Municipal ou indicado para o exercício de cargo de provimento em comissão nas administrações federal ou estadual; II – licenciado pela Câmara Municipal por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que neste caso o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa.

§ 1º- Na hipótese do inciso I deste Artigo, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato ou do cargo em que for investido.

§ 2º- Licenciado por motivo de doença, o Vereador fará jus à sua remuneração, como se em exercício do mandato estivesse.

§ 3º- Em qualquer caso, o período de licença não poderá ser inferior a trinta dias.

§ 4º- O suplente será convocado sempre que ocorrer uma das hipóteses estabelecidas nos Artigos 20, 21 e 22 desta Lei Orgânica.

§ 5º - Ocorrendo vaga e não havendo suplente, far-se-á eleição, convocada pelo Tribunal Regional Eleitoral, se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

Art. 23. Antes da posse e ao término do mandato os Vereadores deverão apresentar relação pública de seus bens.

Seção IV- Das Reuniões

Art. 24. A Câmara Municipal reunir-se-á, anualmente, na sede do Município, independentemente de convocação, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º. de agosto a 15 de dezembro.

§ 1º. As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subseqüente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º. A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º. A Câmara Municipal reunir-se-á, em sessão preparatória, a partir do dia 1º. de janeiro, no primeiro ano da legislatura, para posse de seus membros e eleição da Mesa, para mandato de dois anos, permitida a reeleição para o mesmo cargo.

§ 4º - No ato da Posse os Vereadores prestarão, na forma regimental, o seguinte compromisso:

“ PROMETO EXERCER, NA PLENITUDE, O MANDATO OUTORGADO PELO POVO SAPEZALENSE PARA ELABORAR LEIS, EXPRESSÕES DA VONTADE POPULAR, E PARA FISCALIZAR A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, CUMPRINDO OS PRINCÍPIOS E PRECEITOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SAPEZAL”.

Art. 25. A convocação extraordinária da Câmara Municipal poderá ser feita:

I – pelo seu Presidente, para o compromisso e posse do Prefeito e Vice-Prefeito Municipal, bem assim em caso de intervenção; II – pelo seu Presidente, ou a requerimento da maioria absoluta de seus membros, ou pelo Prefeito Municipal, em caso de urgência ou de interesse público relevante.

Parágrafo único. Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada, vedado o pagamento de parcela indenizatória em valor superior ao do subsídio.

Seção V - Das Comissões

Art. 26. A Câmara Municipal terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas nesta Lei, no Regimento Interno, ou no ato de que resultar sua criação.

Parágrafo único. Na composição das comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos políticos com assento na Câmara Municipal.

Art. 27. Às comissões cabe:

I – emitir parecer sobre assuntos de sua competência; II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil; III – convocar Secretários Municipais para prestarem informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições; IV – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra ações ou omissões das autoridades ou entidades públicas; V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.

Art. 28. As comissões parlamentares de inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, e serão criadas mediante requerimento da maioria dos Vereadores, para apuração de fatos determinados e precisos e terão o prazo de duração limitado, sendo suas conclusões encaminhadas ao

Ministério Público para que promova a responsabilização civil ou criminal dos infratores, se for o caso.

Seção VI - Do Processo Legislativo Subseção I - Das Disposições Gerais

Art. 29. O processo legislativo compreende a elaboração de: I – emendas à Lei Orgânica;

II – leis complementares; III – leis ordinárias;

IV – decretos legislativos; V – resoluções

Parágrafo único – A elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, deverão atender ao disposto na Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Subseção II - Da Emenda à Lei Orgânica

Art. 30. A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; II – do Prefeito Municipal;

III – de cinco por cento dos eleitores do Município.

§ 1º. A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de intervenção estadual no Município ou em estado de defesa ou de sítio.

§ 2º. A proposta será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, considerando-se aprovada se obtiver, em cada um, dois terços dos votos dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º. A emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara Municipal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

§ 5º. Será nominal a votação de emenda à Lei Orgânica.

Subseção III - Das Leis

Art. 31. A iniciativa dos projetos de lei complementar ou ordinária cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara Municipal, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e casos previstos nesta Lei.

Parágrafo único. A iniciativa popular será exercida através da apresentação à Câmara Municipal de projeto de lei subscrito por pelo menos cinco por cento dos eleitores do Município.

Art. 32. Ressalvado o disposto nesta Lei, são de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:

I – criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta ou autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração; II – servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; III - criação, estruturação e atribuições das secretarias e órgãos da administração pública municipal.

§ 1º. Se o Prefeito julgar a matéria urgente, solicitará que a apreciação do projeto seja feita em quarenta e cinco dias.

§ 2º. Caso a Câmara não se manifeste no prazo do parágrafo anterior, o projeto será incluído na ordem do dia, suspendendo-se à deliberação dos demais assuntos, para que se conclua sua votação.

Art. 33. Não é admitido aumento da despesa prevista:

I – nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvadas as emendas ao projeto de lei do orçamento anual, desde que compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias e com o plano plurianual na forma prevista pela Lei Federal Complementar 101 de 04/05/2000; II – nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal

Art. 34. As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Art. 35. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 36. Aprovado o projeto de lei, na forma regimental, será enviado ao Prefeito Municipal que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º. Se o Prefeito julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse publico, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara, os motivos do veto.

§ 2º. O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.

§ 3º. Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Prefeito importará sanção.

§ 4º. Comunicado o veto, a Câmara Municipal deverá apreciá-lo no prazo de trinta dias contados da data do recebimento, em discussão única e votação secreta, somente podendo ser rejeitado por maioria absoluta dos Vereadores.

§ 5º. Se o veto não for mantido, será o projeto enviado ao Prefeito para a promulgação.

§ 6º. Esgotado sem deliberação, no prazo estabelecido no parágrafo 4º., o veto será posto na ordem do dia da sessão imediata, sobrestando-se as demais proposições, até sua votação final.

§ 7º. Nos casos dos parágrafos 3º. e 5º. deste artigo, se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Prefeito Municipal, caberá ao Presidente da Câmara Municipal fazê-lo e, se este não o fizer em igual prazo, fá-lo-á o Vice-Presidente.

§ 9º. O prazo previsto no parágrafo 4º. não flui no período de recesso da Câmara Municipal.

Art. 37. As resoluções e os decretos legislativos serão discutidos e aprovados conforme dispuser o Regimento Interno.

Seção VII - Da Soberania Popular

Art. 38 - A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com igual valor para todos, e, nos termos da Lei complementar, mediante:

I – plebiscito; II – referendo;

III – iniciativa popular, nos termos do § 2º do Artigo 30 desta Lei Orgânica.

Art. 39 - O plebiscito é a manifestação do eleitorado municipal sobre fato específico, decisão política, programa ou obra.

§ 1º - O plebiscito será convocado pela Câmara Municipal, através de resolução, deliberando sobre requerimento apresentado:

I – por cinco por cento do eleitorado do Município; II - pelo Prefeito Municipal;

III – pela terça parte, no mínimo, dos Vereadores.

§ 2º - Independe de requerimento a convocação do plebiscito previsto no § 1º do Artigo 9º desta Lei Orgânica.

§ 3º - É permitido circunscrever o plebiscito à área ou população diretamente interessada na decisão a ser tomada, o que deve constar do ato de sua convocação.

Art. 40 - O referendo é a manifestação do eleitorado sobre Lei Municipal ou parte dela.

Parágrafo único - A realização de referendo será autorizada pela Câmara, por resolução, atendendo requerimento encaminhado nos termos do inciso I do § 1º do Artigo anterior.

Art. 41 - Aplicam-se à realização de plebiscito ou de referendo as normas constantes neste Artigo e em Lei complementar.

§ 1º - Considera-se definitiva a decisão que obtenha a maioria dos votos, tendo comparecido, pelo menos, a metade mais um dos eleitores do Município, ressalvado o disposto no § 3º do Artigo 39 desta Lei Orgânica.

§ 2º- A realização de plebiscito ou referendo, tanto quanto possível, coincidirá com eleições no Município.

§ 3º - O Município deverá alocar recursos financeiros necessários à realização de plebiscito ou referendo.

§ 4º - A Câmara organizará, solicitando a cooperação da Justiça Eleitoral, a votação para a efetivação de um dos instrumentos de manifestação da soberania popular, indicados neste Artigo.

Art. 42 - A Câmara fará tramitar o Projeto de Lei de iniciativa popular, nos termos do inciso III do Artigo 29 desta Lei Orgânica, de acordo com suas normas regimentais, incluindo:

I – audiência pública em que sejam ouvidos representantes dos signatários, podendo ser realizada perante Comissão; II – prazo para deliberação regimentalmente previsto; III – votação conclusiva pela aprovação, com ou sem emendas ou substitutivo, ou pela rejeição.

Seção VIII - Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária

Art. 43. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta, indireta e fundacional, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

§ 1º. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

§ 2º. O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas que o Município deva anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos Vereadores.

§ 3º. Recebido o parecer prévio a que se refere o parágrafo anterior, a Câmara, no prazo de sessenta dias julgará as contas do Município.

Art. 44. O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 45. Os poderes Legislativo e Executivo manterão, de forma integrada, sistema de controle interno, com a finalidade de:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município; II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como os direitos e haveres do Município.

§ 1º. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicado é parte legitima para, na forma da lei, denunciar irregularidade ou ilegalidade perante o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 46. As contas do Município ficarão durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei.

Capítulo II - Do Poder Executivo

Art. 47. O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, com auxílio dos Secretários Municipais.

Art. 48. O Prefeito e o Vice-Prefeito serão eleitos para um mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo, realizado em todo o País, observado, no que couber, o disposto no artigo 14 da Constituição Federal e as normas da legislação específica.

§ 1º. A eleição do Prefeito importará na eleição do Vice-Prefeito com ele registrado.

§ 2º. Perderá o mandato o Prefeito que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público.

Art. 49. O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse em Sessão da Câmara Municipal, no dia 1º de janeiro do ano subseqüente ao da eleição, prestando individualmente o seguinte compromisso:

“PROMETO, NO EXERCÍCIO DO MANDATO, LUTAR PARA ASSEGURAR A TODOS OS SAPEZALENSES OS DIREITOS SOCIAIS E INDIVIDUAIS, O DESENVOLVIMENTO, O BEM-ESTAR E A JUSTIÇA SOCIAL COMO VALORES SUPREMOS DE UMA SOCIEDADE FRATERNA, PLURALISTA E SEM PRECONCEITOS CUMPRINDO E FAZENDO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO NA OBSERVÂNCIA PERMANENTE DA PRÁTICA DA DEMOCRACIA.”

Parágrafo único. Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

Art. 50. O Prefeito e o Vice-Prefeito, no ato de sua posse e ao término do mandato, farão declaração pública de seus bens.

Art. 51. Substituirá o Prefeito, em caso de impedimento e suceder-lhe-á, no caso de vaga, o Vice-Prefeito.

§ 1° O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Prefeito, sempre que for convocado.

§ 2° Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito ou de vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício do cargo de Prefeito, o Presidente da Câmara Municipal.

Art. 52 - O Prefeito não poderá, sem licença da Câmara, ausentar-se do Município por período superior a quinze dias.

§ 1º - O Prefeito poderá licenciar-se:

I – por motivo de doença devidamente comprovada; II – para desempenhar missão oficial de interesse do Município; III – para tratar de interesse particular.

§ 2º - Nos casos previstos nos incisos I e II do parágrafo anterior, o Prefeito licenciado fará jus à sua remuneração.

§ 3º - O Prefeito licenciado passará o exercício do cargo a seu substituto legal.

§ 4º - O Prefeito não poderá fixar residência fora do Município.

Art. 53. Será declarado vago, pela Câmara Municipal, o cargo de Prefeito, quando:

I – ocorrer falecimento, renúncia ou condenação do Prefeito, por crime de responsabilidade, sentença penal irrecorrível, crime eleitoral, ou ainda, infração político- administrativa; II – deixar de tomar posse, sem motivo justo, aceito pela Câmara Municipal, no prazo de dez dias; III – perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

Seção I - Das Atribuições do Prefeito Municipal

Art. 54. Compete privativamente ao Prefeito Municipal: I – nomear e exonerar os Secretários Municipais;

II - exercer, com o auxílio dos Secretários Municipais, a direção superior da administração municipal; III – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei; IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução; V – vetar projeto de lei, total ou parcialmente; VI – remeter a Câmara Municipal, por ocasião da abertura da sessão legislativa, mensagem expondo a situação do Município; VII – dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal; VIII – alienar bens imóveis mediante prévia e expressa autorização legislativa; IX – enviar à Câmara Municipal o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento anual previstas nesta Lei, na forma estabelecida pela Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000; X – superintender a arrecadação de tributos e de preços dos serviços públicos; XI – fixar os preços dos serviços públicos, nos termos da lei;

XII – realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Câmara Municipal; XIII – celebrar ou autorizar convênios ou acordos com entidades públicas ou particulares;

XIV – abrir crédito extraordinário em casos de calamidade pública, comunicando o fato à Câmara Municipal; XV – prover ou extinguir os cargos públicos municipais, na forma da lei, observadas as restrições constantes das Constituições Federal e Estadual e demais legislação aplicável. XVI – nomear e exonerar os agentes públicos, na forma da lei; XVII – encaminhar, anualmente, ao Tribunal de Contas do Estado, a prestação de contas do Município, relativa ao exercício anterior, na forma e prazo estabelecidos pelo artigo 209 da Constituição do Estado de Mato Grosso; XVIII – solicitar o auxílio dos órgãos de segurança para o cumprimento dos seus atos; XIX – encaminhar a Câmara Municipal, até o trigésimo dia do mês subseqüente, o balancete financeiro do mês anterior, acompanhado dos balancetes analíticos da receita e da despesa, relativos à administração pública direta e indireta;

XX – prestar à Câmara as informações requeridas e enviar-lhe os documentos solicitados, no prazo de quinze dias.

Art. 55. O Prefeito poderá delegar as atribuições dos incisos VII e XV, aos Secretários Municipais, que deverão observar os limites traçados nos respectivos atos de delegação.

Parágrafo único. Os titulares de atribuições delegadas terão responsabilidade pelos atos que praticarem, participando o Prefeito, solidariamente, dos ilícitos eventualmente cometidos.

Seção II - Do Processo de Julgamento do Prefeito Municipal

Art. 56. O Prefeito será processado e julgado:

I – pelo Tribunal de Justiça do Estado, nos crimes funcionais comuns e de responsabilidade, nos termos da legislação federal aplicável, observando-se:

§ 1° - A Câmara Municipal, tomando conhecimento de qualquer ato do Prefeito que possa configurar infração penal comum ou crime de responsabilidade, nomeará Comissão Especial para apurar os fatos e apresentar relatório conclusivo ao Plenário, no prazo de trinta dias.

§ 2° - Se o Plenário julgar procedentes as acusações apuradas na forma do parágrafo anterior, promoverá a remessa do relatório à Procuradoria Geral de Justiça do Estado, para providências.

§ 3° - Recebida a denúncia contra o Prefeito, pelo Tribunal de Justiça do Estado, a Câmara decidirá, por maioria absoluta, sobre a conveniência da designação de Procurador para atuar no processo como assistente de acusação.

§ 4° - O Prefeito ficará suspenso de suas funções com o recebimento da denúncia pelo Tribunal de Justiça do Estado, cessando o afastamento caso não se conclua o julgamento do processo dentro de cento e oitenta dias.

II – pela Câmara Municipal, nas infrações político-administrativas abaixo elencadas, nos termos da lei, assegurados, entre outros requisitos de validade, o contraditório, a publicidade e a ampla defesa, com os meios e recursos inerentes, e a decisão motivada, que se limitará a decretar a cassação do mandato do Prefeito: a) impedir o funcionamento regular da Câmara; b) impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços municipais, por comissão de investigação da Câmara ou auditoria, regularmente instituída; c) desatender, sem motivo justo, as convocações ou os pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular; d) retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade; e) deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo, e em forma regular, a proposta orçamentária; f) descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro; g) praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou emitir-se na sua prática; h) omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeito à administração da Prefeitura; i) ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido em lei, ou afastar-se da Prefeitura, sem autorização da Câmara dos Vereadores; j) proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo. III – O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara Municipal, por infrações definidas no inciso anterior, obedecerá ao seguinte rito: a) a denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o quorum de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante. b) de posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o recebimento, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão processante, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator. c) recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos, dentro em cinco dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de dez dias, apresente defesa

prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de dez. Se estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, publicado duas vezes, no órgão oficial, com intervalo de três dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação. Decorrido o prazo de defesa, a Comissão processante emitirá parecer dentro em cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário. Se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente designará desde logo, o início da instrução, e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários, para o depoimento do denunciado e inquirição das testemunhas.

d) o denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de vinte e quatro horas, sendo lhe permitido assistir as diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa. e) concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para razões escritas, no prazo de cinco dias, e após, a Comissão processante emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da acusação, e solicitará ao Presidente da Câmara, a convocação de sessão para julgamento. Na sessão de julgamento, o processo será lido, integralmente, e, a seguir, os Vereadores que o desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de quinze minutos cada um, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo máximo de duas horas, para produzir sua defesa oral. f) concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações nominais, quantas forem as infrações articuladas na denúncia. Considerar-se-á afastado, definitivamente, do cargo, o denunciado que for declarado pelo voto de dois terços, pelo menos, dos membros da Câmara, em curso de qualquer das infrações especificadas na denúncia. Concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração, e, se houver condenação, expedirá o competente decreto-legislativo de cassação do mandato de Prefeito. Se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo. Em qualquer dos casos, o Presidente da Câmara comunicará à Justiça Eleitoral o resultado. g) o processo, a que se refere este artigo, deverá estar concluído dentro em noventa dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia ainda que sobre os mesmos fatos.

Art. 57. O Prefeito perderá o mandato:

I – quando assumir outro cargo, emprego ou função na Administração Pública direta ou indireta, ressalvada posse em virtude de concurso público e observado o disposto nos incisos II, IV e V do Artigo 38 da Constituição Federal; II – por cassação nos termos do inciso II e dos parágrafos do Artigo anterior, quando infringir: a) qualquer das proibições estabelecidas no Artigo 20 desta Lei Orgânica; b) o disposto no caput e no § 4º do Artigo 52 desta Lei Orgânica. III – por extinção, declarada pela Mesa da Câmara Municipal, quando: a) sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado; b) perder ou tiver suspensos os direitos políticos; c) o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal; d) renunciar por escrito, considerando-se também como tal o não comparecimento para a Posse no prazo previsto no parágrafo único do Artigo 49 desta Lei Orgânica.

Seção III - Dos Secretários Municipais

Art. 58. Os Secretários Municipais ocuparão cargos de livre nomeação e exoneração, dentre os brasileiros, maiores de 18 anos e no exercício de seus direitos políticos, residentes e domiciliados no Município.

Parágrafo único. Compete aos secretários municipais, dentre outras atribuições:

I – exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração municipal, na área de sua competência; II – referendar os atos e decretos firmados pelo Prefeito; III – expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos; IV – apresentar ao Prefeito, relatório semestral de suas atividades;

V – praticar atos pertinentes às atribuições que lhes forem outorgadas ou delegadas pelo Prefeito.

Seção IV - Dos Atos Administrativos

Art. 59 - a formalização dos atos administrativos da competência do Prefeito far-se-á I – mediante decreto, quando se tratar de:

a) regulamentação de Lei; b) criação ou extinção de função gratificada, quando autorizada em Lei; c) abertura de créditos adicionais, autorizados por Lei; d) declaração de utilidade pública ou de interesse social para efeito de desapropriação ou servidão administrativas; e) criação, alteração e extinção de órgãos da Prefeitura, quando autorizadas em Lei: f) definição da competência dos órgãos e das atribuições dos servidores da Prefeitura, não privativas de Lei; g) aprovação de regulamentos e regimentos dos órgãos da administração direta; h) aprovação dos estatutos dos órgãos da administração descentralizados; i) fixação e alteração dos preços dos serviços prestados pelo Município e aprovação dos preços dos serviços concedidos ou permitidos, na forma da Lei; j) permissão para a exploração de serviços públicos e para uso de bens Municipais, na forma da Lei; l) aprovação de planos de trabalho dos órgãos da administração direta; m) medidas executórias do plano diretor; n) estabelecimento de normas de efeitos externos, não privativas de Lei. II – mediante Portaria, quando se tratar de: a) provimento e vacância de cargos públicos e demais atos de efeito individual relativos aos servidores municipais; b) criação de Comissões e designação de seus membros; c) instituição e dissolução de grupos de trabalhos; d) abertura de sindicância e processos administrativos e aplicação de penalidades; e) outros atos que, por sua natureza ou finalidade, não sejam objeto de Lei ou Decreto.

TÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Capítulo I - Disposições Gerais

Art. 60. A administração pública, direta ou indireta do Município, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I – os cargos, empregos e funções públicas, são acessíveis aos brasileiros, que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei. II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; III – o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável de uma vez, por igual período; IV – durante o prazo improrrogável, previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre os novos concursados para assumir cargo ou emprego na carreira; V – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira, nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; VI – é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical; VII – o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; VIII – a lei reservará percentual de cargos e empregos para as pessoas portadoras de deficiências e definirá os critérios de sua admissão; IX – a lei estabelecerá, especificamente para profissionais de saúde e da educação, os critérios de contratação por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público; X – a remuneração dos servidores públicos e os subsídios de que tratam o Art. 16 e seu parágrafo único somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a

iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes do Município, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal; XII – os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Executivo; XIII – é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; XIV – os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores; XV – os vencimentos dos servidores públicos municipais são irredutíveis e a remuneração obedecerá ao disposto nos incisos X e XIV deste artigo, bem como ao que dispõe a Constituição Federal nos artigos 150, II, 153, III, e 153, § 2º., I; XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público; XVIII – a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei; XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; XX – depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada; XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

§ 1º. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não

podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º. A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º. A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

a) as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços; b) o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º., X e XXXIII, da Constituição Federal; c) a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.

§ 4º. Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º. A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 6º. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes,

nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 7º. A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

§ 8º. A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o Poder Público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

a) o prazo de duração do contrato; b) os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, e obrigações e responsabilidade dos dirigentes; c) a remuneração do pessoal.

§ 9º. O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União ou do Estado para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

Art. 61. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função; II – investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração; III – investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior; IV – em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento; V – para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Art. 62. Ao Município é vedado celebrar contratos com empresas que, comprovadamente desrespeitarem normas trabalhistas, de segurança, de medicina do trabalho, preservação do meio-ambiente e em débito com a seguridade social ou com o tesouro municipal.

Capítulo II - Dos Servidores Públicos

Art. 63. O Município instituirá conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

§ 1º. – A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; II – os requisitos para a investidura; III – as peculiaridades dos cargos.

§ 2º. Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no Art. 7º. IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX da Constituição

Federal, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

§ 3º. O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo e os Secretários Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no Art. 60, X e XI.

§ 4º. Lei municipal poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no Art. 60, XI.

§ 5º. Os Poderes Executivo e Legislativo publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

§ 6º. Lei municipal disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

Art. 64. O servidor será aposentado:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais, nos demais casos. II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço; III – voluntariamente: a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais; b) aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais. c) aos trinta anos de exercício, se homem, e vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo. d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º. Lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, “a”

e “c”, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.

§ 2º. A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

§ 3º. O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

§ 4º. Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

§ 5º. O beneficio da pensão por morte, corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.

Art. 65. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º. O servidor público municipal estável só perderá o cargo: I – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II – mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; III – mediante processo de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

§ 2º. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor público municipal estável será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 4º. Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Art. 66. É vedada a interferência e a intervenção do Poder Público municipal na organização sindical.

Art. 67. Ao servidor público eleito para cargo de direção sindical são assegurados todos os direitos inerentes ao cargo, a partir do registro da candidatura, até um ano após o término do mandato, ainda que na condição de suplente, salvo se ocorrer a exoneração, nos termos da lei.

§ 1º. São assegurados os mesmos direitos, até um ano após a eleição, aos candidatos não eleitos.

§ 2º. É facultado ao servidor público, eleito para direção de sindicato de classe, o afastamento de seu cargo sem prejuízo dos vencimentos, vantagens e ascensão funcional.

Art. 68. O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar federal.

Art. 69. Nenhum servidor poderá ser diretor ou integrar conselho de empresa fornecedora ou que realize qualquer modalidade de contrato com o Município, sob pena de demissão do serviço público.

Art. 70. É assegurada a participação dos servidores públicos municipais, por eleição, paritariamente, nos colegiados à administração pública em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão ou deliberação.

TÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL

Capítulo I - Dos Tributos

Art. 71. Ao Município compete instituir: I – imposto sobre:

a) a propriedade predial e territorial urbana; b) transmissão intervivos, a qualquer título por ato oneroso de bens imóveis, exceto os de garantia, bem como a cessão de direitos e sua aquisição; c) serviços de qualquer natureza não compreendidos no artigo 155, II da Constituição Federal; II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou em potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição; III – contribuição de melhoria, decorrente de obra pública.

§ 1º. Sempre que possível os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária especialmente para conferir a efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 2º. O imposto previsto na alínea “a” do inciso I deste artigo, poderá ser progressivo, nos termos da lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.

§ 3º. O imposto previsto na alínea “b” do inciso I deste artigo:

a) não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente fora compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens ou arrendamento mercantil; b) incide sobre bens imóveis localizados na área territorial do Município.

§ 4º. As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

§ 5º. O Município poderá instituir contribuição cobrada dos seus servidores, para custeio, em benefício destes, de sistema de previdência e assistência social, de cuja administração participarão, paritariamente, representantes da administração e dos servidores municipais.

Art. 72. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município; I – exigir ou aumentar tributo sem que a lei o estabeleça;

II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional; III – cobrar tributos: a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do inicio da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado; b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou; c) de serviços profissionais liberais, regidos por lei federal. IV – utilizar tributo com efeito de confisco; V – instituir impostos sobre: a) patrimônio, renda ou serviço federal ou estadual; b) templos de qualquer culto; c) patrimônio, renda ou serviço dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão. VI – conceder qualquer anistia, remissão ou isenção que envolva matéria tributária, sem que a lei municipal o autorize; VII – exigir pagamento de taxas que atentem contra: a) o direito de petição aos poderes Legislativo e Executivo municipais em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder; b) a obtenção de certidões, em repartições públicas para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal. VIII – Estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

Parágrafo único. A concessão de isenção ou anistia, não gera direito adquirido e será revogada se comprovado que o beneficiário:

a) não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições exigidas. b) deixou de cumprir os requisitos para sua concessão.

Art. 73. O Município dotará sua administração tributária de recursos humanos e materiais necessários a fim de que possa cumprir sua competência, objetivando estabelecer:

I – levantamento atualizado dos contribuintes e das atividades econômicas locais; II – lançamento e fiscalização tributários;

III – inscrição de inadimplentes em dívida ativa e sua cobrança.

Capítulo II - Da Receita e da Despesa

Art. 74. A receita do Município constituir-se-á de: I – arrecadação de tributos municipais;

II – participação em tributos da União e do Estado, consoante determina a Constituição Federal; III – utilização de seus bens, serviços e atividades; IV – outros ingressos.

Art. 75. A despesa pública atenderá os princípios constitucionais sobre a matéria e as normas de direito financeiro.

§ 1º. Nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita sem que exista recurso disponível e crédito orçamentário votado pela Câmara, salvo a que ocorrer por conta de crédito extraordinário.

§ 2º. Nenhuma lei que crie ou aumente despesa será executada sem que nela conste a indicação do recurso para atendimento do correspondente encargo.

§ 3º. A despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000, observado o seguinte:

I – Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste parágrafo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no Art. 169 da Constituição Federal, o Município adotará as seguintes providências: a) redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança; b) exoneração dos servidores não estáveis. II – Se as medidas adotadas com base no inciso anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da Lei Complementar nº 101, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada

um dos Poderes especifique a atividade funcional e o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

III – O servidor que perder o cargo na forma do inciso anterior fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço. IV – O cargo objeto da redução prevista nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos.

Art. 76. As disponibilidades de caixa da administração direta e indireta do Município serão depositadas em instituições financeiras oficiais.

Seção I - Dos Orçamentos

Art. 77. Lei de iniciativa do Poder Executivo estabelecerá: I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias; III – os orçamentos anuais.

§ 1º. O plano plurianual compreenderá:

a) as diretrizes, objetivos e metas da administração municipal, de forma setorizada, para execução plurianual; b) os investimentos e gastos com a execução de programas de duração continuada.

§ 2º. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá:

a) as metas e prioridades da administração municipal; b) normas para a elaboração da lei orçamentária anual; c) as alterações na legislação tributária; d) autorização para a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como a administração de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público municipal.

§ 3º. A lei orçamentária anual compreenderá:

a) o orçamento fiscal referente aos Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos, órgãos, entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público municipal; b) o orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; c) o orçamento da seguridade social, abrangendo as atividades e órgãos vinculados da administração direta e indireta, bem como os fundos e fundações, instituídos ou mantidos pelo Poder Público municipal.

§ 4º. Os planos e programas municipais serão elaborados em consonância com o plano plurianual e com as leis de diretrizes orçamentárias, e apreciados pela Câmara Municipal.

§ 5º. Os orçamentos previstos nas alíneas “a” e “b” do parágrafo 2º deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual e com as leis de diretrizes orçamentárias, terão entre suas funções a de reduzir, no Município, desigualdades setorizadas.

§ 6º. A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abrir créditos adicionais suplementares e a contratação de operação de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 7º. O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, inclusive das despesas com educação e pessoal.

§ 8º. Integrando o planejamento municipal, as leis indicadas nos incisos deste artigo, poderão contar, na sua elaboração, com a cooperação das associações representativas da comunidade.

§ 9º. Na elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, observar-se-á o disposto no parágrafo único do artigo 11 desta Lei, e demais disposições da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

§ 10. O orçamento previsto no inciso III deste artigo trará, obrigatoriamente, demonstrativos dos efeitos, sobre as receitas e despesas públicas, decorrentes da concessão de quaisquer benefícios de natureza financeira, tributária ou creditícia, pela administração municipal.

Art. 78. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento anual e os créditos adicionais, serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma de seu regimento interno.

§ 1º. Caberá a uma comissão permanente da Câmara:

I – examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal; II – examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo das demais comissões da Câmara Municipal.

§ 2º. As emendas serão apresentadas na comissão a que se refere o parágrafo anterior, e apreciadas, na forma regimental, pelo plenário da Câmara.

§ 3º. As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem, somente podem ser aprovados caso:

de despesa, excluídos os que incidam sobre:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias; II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação a) dotação para pessoal e seus encargos; b) serviço da divida. III – sejam relacionadas: a) com a correção de erros ou omissões; b) com dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º. As emendas, ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º. O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo, enquanto não iniciada a votação, na comissão, da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º. Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, serão enviados pelo Prefeito Municipal à Câmara, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

§ 7º. Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto neste Capítulo, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 8º. Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição de projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e especifica autorização legislativa.

Art. 79. São vedados:

I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual; II – a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais; III – a realização de operações de crédito que excedam o montante de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovadas pela Câmara Municipal, por maioria absoluta; IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas as que se destinam à manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo artigo 212 da Constituição Federal e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita; V – a abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes; VI – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa; VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados; VIII – a utilização, sem autorização legislativa especifica, de recursos dos orçamentos fiscais e da seguridade social para suprir necessidades e cobrir déficit de empresas, fundações e fundos especiais; IX – a instituição de fundos de qualquer natureza sem prévia autorização legislativa.

§ 1º. Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual ou sem lei que autorize a inclusão sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º. Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos os limites de seu saldo, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subseqüente.

§ 3º. A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes como as decorrentes de calamidade pública.

Art. 80. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos adicionais suplementares e especiais, destinados ao Poder Legislativo, ser-lhe-ão entregues até o dia vinte de cada mês, na forma da lei complementar a que se refere o Art.165, § 9º., e inciso II, § 2º do art. 29-A, com a redação que lhe deu a Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, todos da Constituição Federal.

TÍTULO V - DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Capítulo I - Disposições Gerais

Art. 81. O Município organizará sua administração e exercerá suas atividades dentro de um processo de planejamento permanente, atendendo às peculiaridades locais e aos princípios técnicos convenientes ao desenvolvimento integrado da comunidade.

Parágrafo único. Considera-se processo de planejamento a definição de objetivos determinados em função da realidade local, a preparação de meios para atingi-los, o controle de sua avaliação e os resultados obtidos.

Art. 82. O planejamento municipal, compreende a seguinte legislação: I – plano diretor;

II – plano plurianual; III – lei de diretrizes orçamentárias; IV – orçamento anual, que inclua o orçamento fiscal, orçamento de investimento e orçamento da seguridade social.

Art. 83. Será assegurada a participação e cooperação de entidades representativas da comunidade no planejamento municipal.

Capítulo II - Do Plano Diretor

Art. 84. O Município elaborará o seu plano diretor nos limites da competência municipal, das funções da vida coletiva, abrangendo habitação, trabalho, circulação, recreação e considerando em conjunto os aspectos físicos, econômicos, sociais e administrativos, nos seguintes termos:

I – No aspecto físico territorial, o plano deverá conter disposições sobre o sistema viário, urbano e rural, o zoneamento urbano, o loteamento urbano ou para fins urbanos, a edificação e os serviços públicos locais. II – No que se refere ao aspecto econômico, deverá inscrever disposição sobre o desenvolvimento econômico e integração da economia municipal à regional. III – No que se refere ao aspecto social, deverá conter normas de bem-estar da comunidade. IV – No que diz respeito ao aspecto administrativo, deverá consignar normas de organização institucional que possibilite a permanente planificação das atividades públicas municipais e sua integração nos planos estadual e nacional.

Parágrafo único. As normas de edificação, zoneamento e loteamento para fins urbanos, atenderão as peculiaridades locais e a sua integração nos planos estadual e federal pertinentes.

Art. 85. A elaboração do plano diretor compreenderá essencialmente as seguintes fases, com extensão e profundidades respeitando as peculiaridades do Município:

I – estudo preliminar abrangendo:

a) avaliação das condições de desenvolvimento; b) avaliação das condições de administração. II – diagnóstico: a) do desenvolvimento econômico e social; b) da organização territorial; c) das atividades fim da Prefeitura; d) da organização administrativa e das atividades meio. III – definição de diretrizes compreendendo: a) política de desenvolvimento; b) diretrizes de desenvolvimento econômico e social; c) diretrizes de organização territorial. IV - instrumentação, incluindo: a) instrução legal do plano; b) programas relativos às atividades fim; c) programas relativos às atividades meio; d) programas dependentes da cooperação de outras entidades públicas.

Capítulo III - Dos Bens do Município

Art. 86. Constituem bens do Município os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos.

Art. 87. Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles destinados a seus serviços.

Art. 88. A venda, aos proprietários de imóveis lindeiros, de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificação, resultantes de obra pública, dependerá apenas de prévia avaliação e autorização legislativa. As áreas resultantes de modificação de alinhamento serão alienadas nas mesmas condições, quer sejam aproveitáveis ou não.

Art. 89. A aquisição de bens imóveis pelo Município, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

Art. 90. O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização conforme o caso e quando houver interesse público devidamente justificado.

§ 1º. A concessão de uso dos bens públicos de uso especial e dominial dependerá de lei e de licitação, dispensada esta quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, a entidades assistenciais ou quando houver interesse público devidamente justificado, e far-se-á mediante contrato, sob pena de nulidade do ato.

§ 2º. A concessão administrativa de bens públicos de uso comum será outorgada mediante autorização legislativa.

§ 3º. A permissão de uso, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será outorgada a titulo precário e por decreto, precedido de licitação.

§ 4º. A autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será outorgada para atividades específicas e transitórias, pelo prazo máximo de sessenta dias, salvo quando para o fim de formar canteiro de obra pública, caso em que o prazo corresponderá ao da duração da obra.

TÍTULO VI - DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

Capítulo I - Da Ordem Econômica Seção I - Princípios Gerais

Art. 91. O Município, na sua circunscrição e dentro da sua competência constitucional, assegura a todos, dentro dos princípios da ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, existência digna, observados os seguintes princípios:

I – autonomia municipal; II – propriedade privada;

III – função social da propriedade; IV – livre concorrência;

V – defesa do consumidor; VI – defesa do meio-ambiente; VII – redução das desigualdades regionais e sociais; VIII – busca do pleno emprego;

IX – tratamento favorecido às empresas de pequeno porte e micro empresas

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização do Município, salvo os casos previstos em lei.

Art. 92. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. Lei ordinária disporá sobre:

I – o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato, sua prorrogação e condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão; II – os direitos dos usuários; III – a política tarifária;

IV – a obrigação de manter o serviço adequado.

Seção II - Do Desenvolvimento Econômico

Art. 93. O Município promoverá o seu desenvolvimento econômico, observados os preceitos aplicáveis, por sua própria iniciativa ou em articulação com a União, o Estado e a iniciativa privada.

Art. 94. O Município, objetivando o desenvolvimento econômico identificadocom as exigências de um ordenamento social justo, incentivará essencialmente as seguintes metas:

I – implantação de uma política de geração de empregos com expansão do mercado de trabalho; II – utilização da pesquisa e da tecnologia como instrumentos de aprimoramento da atividade econômica; III – reestruturação do parque industrial, com metas definidas em lei complementar; IV – apoio e estimulo ao associativismo, buscando fundamentalmente a defesa dos pequenos empreendimentos industriais, comerciais e agropecuários; V – tratamento favorecido às empresas brasileiras de capital nacional, de pequeno porte, localizadas no Município; VI – defesa do meio-ambiente e dos recursos naturais; VII – defesa do consumidor; VIII – eliminação de entraves burocráticos que possam dificultar o exercício da atividade econômica; IX – expansão social do mercado consumidor; X – atuação conjunta com as instituições federais e estaduais, objetivando a implantação, na área do Município das seguintes políticas, voltadas ao estímulo dos setores produtivos: a) assistência técnica; b) crédito; c) estímulos fiscais; XI – redução das desigualdades sociais.

Parágrafo único. Instituir-se-á o Conselho Municipal do Desenvolvimento Econômico, integrado por organismos, entidades e lideranças nas áreas comerciais e industriais, para participar da coordenação da política de desenvolvimento econômico, sob a responsabilidade do Poder Executivo Municipal.

Art. 95. O Município dispensará às micro empresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação

de suas obrigações administrativas e tributárias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

Art. 96. O Município dará incentivos à formação de grupos de produção em bairros e comunidades distritais, visando a:

I – promover a mão-de-obra existente; II – aproveitar as matérias primas locais;

III – comercialização da produção por entidades ligadas ao setor artesanal; IV – melhoria nas condições de vida de seus habitantes.

Parágrafo único. O Município, para a consecução dos objetivos indicados nos incisos deste artigo, estimulará:

I – implantação de oficinas de formação de mão de obra; II – atividade artesanal.

Art. 97. O Município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento sócio-econômico.

Art. 98. O planejamento municipal incluirá metas para o meio rural, visando a: I – fixar contingentes populacionais na zona rural;

II – estabelecer infra-estrutura destinada a tornar viável o disposto no inciso anterior.

Art. 99. O planejamento governamental é determinante para o setor público municipal e indicativo para o setor privado local.

Seção III - Da Política Urbana

Art. 100. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções da cidade e seus bairros, dos distritos e dos aglomerados urbanos, garantindo-lhes o bem-estar.

§ 1°. Os imóveis urbanos desapropriados pelo Município serão pagos com prévia e justa indenização, em dinheiro, salvo nos casos do inciso III do parágrafo seguinte.

§ 2°. O proprietário do solo urbano, incluído no plano diretor, com área não edificada ou não utilizada, nos termos da lei federal, deverá promover o seu adequado aproveitamento, sob pena sucessiva de:

I – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; II – parcelamento ou edificação compulsórios;

III – desapropriação com pagamento mediante títulos da divida pública municipal, de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização, e os juros legais.

Art. 101. A execução da política urbana está condicionada às funções sociais da cidade, compreendidas como direito de acesso de todo cidadão à moradia, transporte público, saneamento, energia elétrica, abastecimento, Iluminação pública, comunicação, educação, lazer, saúde e segurança, assim como a preservação do patrimônio ambiental e cultural.

§ 1º. O exercício do direito de propriedade atenderá a sua função social, quando condicionado às funções sociais da cidade.

§ 2º. Para os fins previstos neste artigo, o Poder Público municipal exigirá do proprietário, a adoção de medidas que visem direcionar a propriedade para o uso produtivo, de forma a assegurar:

a) acesso à propriedade e moradia para todos; b) justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização; c) prevenção e correção das distorções e da valorização da propriedade; d) regularização fundiária e urbanização específica para as áreas ocupadas por população de baixa renda; e) adequação do direito de construir às normas urbanísticas, f) meio-ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, preservando e restaurando os processos ecológicos essenciais e provendo o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, controlando a produção, a comercialização e o emprego de técnicas que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio-ambiente.

Art. 102. O direito de propriedade territorial urbana não pressupõe o direito de construir, cujo exercício se fará mediante autorização do Poder Público, segundo critérios estabelecidos em lei.

Seção IV - Da Política Agrícola e Fundiária

Art. 103. O Município adotará programas de desenvolvimento do meio rural, de acordo com suas aptidões econômicas, sociais e ambientais, conjuntamente com a União e o Estado de Mato Grosso, destinados a:

I – fomentar a produção agropecuária; II – organizar o abastecimento alimentar; III – garantir mercado na área municipal;

IV – promover o bem-estar do cidadão que vive do trabalho da terra e fixá-lo no campo.

§ 1º - Para a consecução dos objetivos indicados nos incisos do caput deste Artigo, a Lei garantirá, no planejamento e execução da política de desenvolvimento do meio rural, a participação efetiva do segmento de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como os setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, contemplando principalmente:

I – os investimentos em benefícios sociais existentes na área rural; II – o incentivo à pesquisa tecnológica e científica e à difusão de seus resultados; III – a assistência técnica e a extensão rural oficial; IV – a ampliação e a manutenção da rede viária rural para o atendimento ao transporte coletivo e da produção, incluindo a construção de passadores; V – a conservação e a sistematização dos solos; VI – a preservação da flora e da fauna; VII – a proteção do meio ambiente, o combate à poluição e ao uso indiscriminado de agrotóxicos; VIII – a irrigação e a drenagem; IX – a habitação para o trabalhador rural; X – a fiscalização sanitária e do uso do solo; XI – o beneficiamento e a industrialização de produtos agropecuários; XII – a oferta de escolas, postos de saúde, centros de lazer e de treinamento de mão-de-obra rural; XIII – a organização de produtor e do trabalhador rural; XIV – o Cooperativismo;

XV – as outras atividades e instrumentos da política agrícola.

§ 2º - A Lei sobre a política de desenvolvimento do meio rural estabelecerá:

I – tratamento diferenciado e privilegiado ao micro e pequeno produtor; II – apoio às iniciativas de comercialização direta entre pequenos produtores rurais e consumidores, desde que realizadas em observância a Legislação Tributária Federal, Estadual e Municipal.

§ 3º - Os programas de desenvolvimento do meio rural, promovidos pelo Município, serão compatibilizados com a política agrícola e com o plano de reforma agrária estabelecidos pela União e pelo Estado de Mato Grosso.

§ 4º - São isentas de imposto municipal as operações de transferência de imóveis desapropriados pela União para fins de reforma agrária.

Art. 104. Não se beneficiará com incentivos municipais o produtor rural que: I – não participe de programas de manejo integrado de solos e águas; II – proceder ao uso indiscriminado de agrotóxicos.

III – não cumprir o que dispõe o Artigo 130 desta Lei Orgânica.

Art. 105. Instituir-se-á o Conselho Municipal da Política Agrícola e Fundiária, integrado por organismos, entidades e lideranças de produtores e trabalhadores rurais, para participar da coordenação da política de desenvolvimento do meio rural, sob a responsabilidade do Poder Público Municipal.

Capítulo II - Da Ordem Social Seção I Disposições Gerais

Art. 106. A ordem social tem como base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça social.

Art. 107. As ações do Poder Público estarão prioritariamente voltadas para as necessidades sociais básicas.

Art. 108. O Município assegurará em seus orçamentos anuais parcela de contribuição para financiar a seguridade social.

Seção II - Da Seguridade Social Subseção I Da Saúde

Art. 109. A saúde é direito de todos e dever do Município, assegurado mediante políticas econômicas e ambientais que visem a conservação e eliminação do risco de doenças e outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços, a sua promoção e recuperação.

Art. 110. As ações e serviços de saúde são de natureza pública, cabendo ao Município dispor, através de lei, sobre a sua regulamentação, fiscalização e controle.

Art. 111. As ações e serviços de saúde constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – descentralização, com direção única, no Município; II – integração das ações e serviços de saúde adequados às diversas realidades epidemiológicas; III – universalização da assistência social, de igual qualidade, com instalação e acesso da população a todos os níveis dos serviços de saúde; IV – participação paritária, em nível de decisão de entidades representativas de usuários, trabalhadores de saúde e prestadores de serviços, na formulação, gestão e controle das políticas e ações de saúde em nível municipal; V – participação direta do usuário a nível das unidades prestadoras de serviços de saúde, no controle das suas ações e serviços.

Parágrafo único. É vedado ao Município destinar recursos públicos para auxílios e subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

Art. 112. Ao sistema de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: I – gestão, planejamento, controle e avaliação da política municipal de saúde;

II – garantir aos usuários o acesso ao conjunto das informações referentes às atividades desenvolvidas pelo sistema, assim como sobre os agravos individuais e coletivos identificados; III – desenvolver política de recursos humanos, garantindo o direito do servidor público e particular ao sistema de saúde; IV – estabelecer normas, fiscalizar e controlar edificações, instalações, estabelecimentos, atividades, procedimentos, produtos, substâncias e equipamentos que interfiram individual e coletivamente, incluindo as referentes à saúde do trabalhador; V – propor atualizações periódicas ao código sanitário municipal; VI – desenvolver, formular e implantar medidas que atendam: a) a saúde do trabalhador e seu ambiente de trabalho; b) a saúde da mulher e suas prioridades; c) a saúde das pessoas portadoras de deficiências; d) coleta, transporte e destino do lixo residencial, industrial, comercial, hospitalar e nuclear.

Subseção II - Da Assistência Social

Art. 113. O Município executará na sua circunscrição territorial, com recursos da seguridade social, os programas de ação governamental na área de assistência social.

§ 1º. As entidades beneficentes e de assistência social sediadas no Município poderão integrar os programas referidos neste artigo.

§ 2º. A comunidade, por meio de suas organizações representativas, participará na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Seção III - Da Educação e Cultura Subseção I Da Educação

Art. 114. A educação, enquanto direito de todos, é um dever do Estado, da sociedade e da família, devendo ser baseada nos princípios da democracia, da liberdade de expressão, da solidariedade e do respeito aos direitos humanos visando constituir-se em instrumento do desenvolvimento da capacidade de elaboração e de repasse de conhecimentos.

Parágrafo único. O Município atuará prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

Art. 115. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V – valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; VI – gestão democrática do ensino, garantida a participação de representantes da comunidade; VII – garantia de padrão de qualidade, cabendo ao Município, suplementarmente, promover o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede de ensino.

Art. 116. Ao Conselho Municipal de Educação, com estrutura e atribuições definidas em lei, é assegurada a participação na definição da política educacional do Município.

Art. 117. A escolha dos diretores das escolas será feita através do voto direto dos professores, funcionários, pais e alunos, conforme definido em lei específica.

Art. 118. O Município aplicará anualmente, no mínimo vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 119. O sistema de ensino do Município, compreenderá, obrigatoriamente:

I – serviços de assistência educacional, que assegurem condições de eficiência escolar aos alunos necessitados, compreendendo garantia de cumprimento da obrigatoriedade escolar, material escolar, transporte, alimentação, tratamento médico e dentário e outras formas eficazes de assistência familiar; II – entidades que congreguem professores e pais de alunos com o objetivo de colaborar para o funcionamento eficiente de cada estabelecimento de ensino.

Art. 120. O dever do Município com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino e sempre que, em função das condições específicas dos alunos

não for possível a sua integração nas classes normais, o atendimento será feito em classes, escolas ou serviços especializados; III – atendimento: a) em creches, para crianças de zero a três anos;

b)- em pré-escola, para crianças de quatro a seis anos.

IV – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; V – atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; VI – organização do Sistema Municipal de Ensino.

§ 1º - Os programas de ensino fundamental e de educação pré-escolar, nos termos dos incisos I, II e III do caput deste Artigo, serão mantidos pelo Município, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado de Mato Grosso, podendo optar, ainda, por se integrar ao Sistema Único de Educação básica.

§ 2º - A creche e a pré-escola deverão funcionar de forma integrada, a fim de garantir um processo educativo contínuo para as crianças, devendo cumprir a função de educação, de saúde e de assistência, em complementação à ação da família.

§ 3º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 4º - O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público Municipal, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 5º - Compete ao Poder Público Municipal:

I – recensear, anualmente, os educandos da educação infantil e do ensino fundamental e fazer-lhes a chamada; II – zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência e permanência do educando na escola.

Art. 121. O Município poderá manter regime de cooperação com as empresas privadas locais, para viabilizar a efetivação do direito a que se refere o inciso XXV do Artigo 7º da Constituição Federal.

Art. 122. Os currículos das escolas mantidas pelo Município, atendidas as peculiaridades locais, assegurarão o respeito aos valores culturais e artísticos de seu povo.

Art. 123. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas mantidas pelo Município, com objetivo de cumprir o princípio da universalização do atendimento escolar, podendo, ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em Lei, que:

I – comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação; II – apliquem tais recursos em programas de educação infantil e de ensino fundamental; III – assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, em caso de encerramento de suas atividades.

Art. 124. O Município estimulará experiências educacionais inovadoras, visando à garantia de padrão de qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas municipais.

Art. 125. A Lei instituirá o Conselho Municipal de Educação, assegurado o princípio democrático em sua composição, observadas as diretrizes e bases estabelecidas pela União, competindo-lhe:

I – baixar normas disciplinadoras do Sistema Municipal de Ensino; II – manifestar-se sobre a política municipal de ensino;

III – exercer as competências que lhe forem delegadas pelo órgão normativo do Sistema Estadual de Ensino.

Art. 126. A Lei estabelecerá o Plano Municipal de Educação, de duração decenal, em consonância com os Planos Nacional e Estadual, visando ao desenvolvimento do ensino que conduza o Município, em articulação com a União e o Estado de Mato Grosso, a promover em sua circunscrição territorial:

I – a erradicação do analfabetismo; II – a universalização do atendimento escolar, inclusive para jovens e adultos trabalhadores; III – a melhoria da qualidade do ensino público municipal; IV – a promoção humanística, científica, tecnológica e profissional de seus cidadãos; V – formação para o trabalho.

Subseção II - Da Cultura

Art. 127. O Município promoverá o desenvolvimento cultural da comunidade local, mediante:

I – cooperação com a União e o Estado, na proteção aos locais e objetos de interesse histórico e artístico; II – oferecimento de estímulos concretos ao cultivo das ciências, artes e letras; III – incentivo à promoção e divulgação da história dos valores humanos e das tradições do Município, do Estado e Nacionais; IV – proteção e incentivo às manifestações da cultura popular local; V – promoção de feiras de livros e artesanatos.

Parágrafo único. É facultado ao Município:

a) firmar convênios de intercâmbio e cooperação financeira com entidades públicas ou privadas, para a prestação de orientação técnica e assistência na criação e manutenção de bibliotecas; b) promover, mediante incentivos especiais ou concessão de prêmios e bolsas de estudos, atividades e estudos de interesse local, de natureza científica ou sócio- econômica.

Art. 128. O acesso à consulta dos arquivos da documentação oficial do Município é livre a todos.

Seção IV - Do Desporto e do Lazer

Art. 129. O Município fomentará as práticas desportivas formais e não formais, dando prioridade aos alunos de sua rede de ensino e à promoção desportiva dos clubes locais.

Art. 130. O Município proporcionará meios de recreação e lazer sadios e construtivos à comunidade, como forma de promoção social, mediante:

I – reserva de espaços verdes e livres, em forma de parques, bosques, jardins, praias e assemelhados, como base física de recreação urbana; II - construção e equipamentos de parques infantis, centros de juventude e centro de convivência comunal; III – aproveitamento e adaptação de rios, lagos, matas e outros recursos naturais como locais de passeio e diversão, observadas as normas de preservação ecológica; IV – tratamento prioritário para o desporto amador, frente ao profissional.

Art. 131. Os serviços municipais de esporte e lazer articular-se-ão entre si e com as atividades culturais do Município, visando ao desenvolvimento do turismo.

Seção V - Do Meio-ambiente

Art. 132. Todos têm direito ao meio-ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público municipal e à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Parágrafo único. O Poder Público municipal assegurará a efetividade desse direito, incumbindo-se de:

I – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio-ambiente; II – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica, provoquem extinção de espécies ou submetam animais à crueldade; III – fiscalizar e controlar o uso e o manejo de substâncias tóxicas ou de radioatividade e responsabilizar os seus infratores; IV – exigir dos proprietários rurais o controle da erosão, objetivando principalmente evitar a degradação dos solos, o assoreamento dos rios, a proteção de estradas municipais, adotando as práticas em uso; V – efetuar, o zoneamento agroecológico do Município, objetivando principalmente, recompor e preservar as matas ciliares, proteger mananciais, lagos, poços rasos e minas existentes nas comunidades rurais; VI – controlar a qualidade da água consumida pela população urbana e rural, responsabilizando concessionários e poluidores; VII – implantar a coleta, dar o destino adequado e o aproveitamento do lixo; VIII – lei complementar cuidará da ela-

boração da política de conservação e manejo integrado de solos e da política de preservação ambiental, assim como as penalidades aos infratores.

Seção VI - Da Habitação e do Saneamento

Art. 133. A política habitacional do Município, integrada à da União e do Estado, objetivará à solução da carência e a melhoria do padrão habitacional, de acordo, entre outros, com os seguintes critérios:

I – oferta de lotes urbanizados; II – estímulo e incentivo à formação de cooperativas populares de habitação; III – atendimento prioritário à família carente;

IV – formação de programas habitacionais pelo sistema de mutirão e autoconstrução. V – garantia de projeto-padrão para a construção de moradias populares;

VI – assessoria técnica gratuita à construção da casa própria, nos casos previstos nos incisos II, IV e V deste Artigo; VII – incentivos públicos municipais às empresas que se comprometam a assegurar moradia a, pelo menos, quarenta por cento de seus empregados;

Parágrafo único - A Lei instituirá fundo para o financiamento da política habitacional do Município, com a participação do Poder Público Municipal, dos interessados e de empresas locais.

Art. 134. O Município instituirá, juntamente com o Estado de Mato Grosso, programa de saneamento básico, urbano e rural, visando fundamentalmente a promover a defesa preventiva da saúde pública.

Seção VII - Dos Transportes

Art. 135. O transporte é um direito fundamental do cidadão, sendo responsabilidade do Poder Público municipal o planejamento, o gerenciamento e a operação dos vários modos de transporte.

Parágrafo único. A operação e a execução do sistema de transporte coletivo será feita preferencialmente de forma direta, por concessão ou por permissão.

Art. 136. Fica assegurada a participação da comunidade organizada, no planejamento e operação dos transportes, bem como no acesso às informações sobre o sistema de transporte.

Art. 137. É dever do Poder Público municipal fornecer transporte, com tarifas módicas e condizentes com o poder aquisitivo da população, bem como assegurar a qualidade dos serviços.

Art. 138. A definição do percurso, a freqüência e a tarifa do transporte coletivo local, serão feitas pelo Poder Executivo, observado o disposto do artigo 152 da Constituição Federal.

Art. 139. O mínimo de um terço dos ônibus em circulação, deverá estar adaptado para o livre acesso e circulação das pessoas portadoras de deficiências.

Seção VIII - Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso

Art. 140. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Município, na forma da Constituição Federal e da Constituição Estadual.

Parágrafo único. Respeitados os princípios constitucionais, o planejamento familiar é livre decisão do casal, vedada qualquer forma coercitiva por parte das instituições oficiais.

Art. 141. É dever da família, da sociedade e do Município, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação e exploração, violência, crueldade e opressão.

Parágrafo único. O Município promoverá programas de assistência integral A criança, ao adolescente, com participação do Poder Público e da comunidade, assegurando-se a aplicação de recursos públicos na assistência materno-infantil.

Art. 142. A família, a sociedade e o Município têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar, garantindo-lhes o direito à vida digna.

§ 1º. Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º. É garantida a gratuidade nos transportes coletivo aos maiores de sessenta anos e às pessoas portadoras de deficiências que comprovem carência de recursos financeiros.

Art. 143. O Município incentivará as entidades particulares sem fins lucrativos, atuantes na política do bem-estar da criança, do adolescente, da pessoa portadora de deficiência e do idoso, devidamente registradas nos órgãos competentes, subvencionando-as com auxílio financeiro e amparo técnico.

Art. 144. O Município promoverá o apoio necessário aos idosos e deficientes para fins de recebimento do salário mínimo mensal, previsto no artigo 203, V da Constituição Federal.

Art. 145. Lei complementar criará a Guarda Mirim Municipal, com a finalidade de dar ocupação às crianças e adolescentes do Município.

TÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS

Art. 146. O Conselho Permanente dos Direitos Humanos terá a organização, composição e funcionamento regulados por lei complementar, garantindo-se nele a participação de representantes dos poderes Legislativo, Executivo, Judiciário, do Ministério Público, da Magistratura, da Ordem dos Advogados do Brasil e de associações representativas da sociedade.

Art. 147. O Conselho Municipal de Educação, órgão deliberativo, normativo e

consultivo, terá sua composição regulamentada por lei complementar, garantidos os princípios de autonomia e representatividade na sua comissão.

Art. 148. A lei disporá sobre a organização, composição e competência do Conselho Municipal do Meio-Ambiente.

Art. 149. Caberá a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, o incentivo a pesquisa, produções artístico-culturais e preservação das obras de arte e do patrimônio histórico.

Art. 150. O Município implantará e manterá bibliotecas escolares, em número compatível com a densidade populacional e clientela escolar, respectivamente, destinando às mesmas, verbas suficientes para aquisição e reposição de acervos e manutenção de recursos humanos especializados.

Art. 151. O Município implantará, de acordo com as diretrizes do sistema único de saúde, em cada distrito, serviço odontológico de atendimento à população escolar.

Art. 152. O Município publicará anualmente, no mês de março, relação completa dos servidores lotados, por órgão, por entidade da administração pública direta, indireta e fundacional, em cada qual de seus poderes, indicando o cargo ou a função e o local de seu exercício, para fins de recenseamento e controle.

Art. 153. A administração do tráfego municipal rodoviário compete ao órgão responsável pelas estradas de rodagem e sua execução se dará em harmonia com a Polícia Militar, na forma da lei.

Art. 154. O Conselho Comunitário de Segurança terá sua organização, composição e funcionamento regulados por lei complementar, nele garantindo-se a participação de representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e ainda, representantes das associações representativas de classes do Município.

Art. 155. O Poder Público municipal reconhecerá os conselhos comunitários legalmente constituídos, como representantes da sociedade civil, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar o cumprimento dos dispositivos constitucionais referentes à educação, saúde e segurança, no âmbito municipal, na forma da lei.

Art. 156. O Município estimulará e apoiará o desenvolvimento de programas voltados ao esclarecimento sobre os malefícios das substâncias capazes de gerar dependência física ou psíquica ao organismo humano.

Art. 157. No caso de superveniência de legislação municipal em prejuízo dos direitos previstos em lei, o Município assumirá, desde logo, através do Poder competente, todos os encargos necessários a assegurar a integral fruição do direito por quem oportunamente o tenha adquirido.

Art. 158. O Município promoverá ações discriminatórias sobre imóveis urbanos irregulares.

Parágrafo único. Os imóveis arrecadados através dessas ações discriminatórias serão destinados a projetos de recuperação ambiental e programas habitacionais.

DISPOSIÇÃO FINAL

Art. 159 – A Lei Orgânica do Município de Sapezal entra em vigor na data de sua publicação, tornando sem eficácia os dispositivos da legislação municipal vigente que a contrariem.

Sapezal, 23 de Novembro de 1998.

SUMÀRIO

TÍTULO I - DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO 1

CAPÍTULO I – Disposições Preliminares 1

CAPÍTULO II - Da Organização Político-Administrativa 2

CAPÍTULO III - Da Competência do Município 2

Seção I - Da Competência Privada 2

CAPÍTULO IV - Da Competência Comum 5

CAPÍTULO V - Da Competência Complementar 6

CAPÍTULO VI - Das Vedações 6

TÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES 7

CAPÍTULO I - Do Poder Legislativo 7

Seção I - Da Câmara Municipal 7

Seção II - Das Atribuições da Câmara Municipal 7

Seção III - Dos Vereadores 9

Seção IV - Das Reuniões 11

Seção V - Das Comissões 12

Seção VI - Do Processo Legislativo 12

Subseção I - Das Disposições Gerais 12

Subseção II - Da Emenda à Lei Orgânica 12

Subseção III - Das Leis 13

Seção VII - Da Soberania Popular 14

Seção VII - Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária 15 CAPÍTULO II - Do Poder Executivo 16

Seção I - Das Atribuições do Prefeito Municipal 18

Seção II - Do Processo de Julgamento do Prefeito Municipal 19

Seção III - Dos Secretários Municipais 22

Seção IV - Dos Atos Administrativos 22

TÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 23

CAPÍTULO I - Disposições Gerais 23

CAPÍTULO II - Dos Servidores Públicos 25

TÍTULO I V - DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL 28

CAPÍTULO I - Dos Tributos 28

CAPÍTULO II - Da Receita e da Despesa 30

Seção I - Dos Orçamentos 31

TÍTULO V - DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL 34

CAPÍTULO I - Disposições Gerais 34

CAPÍTULO II - Do Plano – Diretor 35

CAPÍTULO III - Dos Bens - Do Município 36

TÍTULO VI - DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL 37

CAPÍTULO I - Da Ordem Econômica 37

Seção I - Princípios Gerais 37

Seção II - Do - Desenvolvimento Econômico 37

Seção III - Da Política Urbana 39

Seção IV - Da Política Agrícola e Fundiária 40

CAPÍTULO II - Da Ordem Social 42

Seção I - Disposições Gerais 42

Seção II - Da Seguridade Social 42

Subseção I - Da Saúde 42

Subseção II - Da Assistência Social 43

Seção III - Da Educação e Cultura 43

Subseção I - Da Educação 43

Subseção II - Da Cultura 46

Seção IV - Do - Desporto e - Do Lazer 46

Seção V - Do Meio-ambiente 47

Seção VI - Da Habitação e - Do Saneamento 48

Seção VIII - Dos Transportes 48

Seção IX - Da Família, Da Criança, Do Adolescente e Do Idoso 49

TÍTULO VII - DAS - DISPOSIÇÕES GERAIS 49

DISPOSIÇÃO FINAL 51

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2014

CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2014

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 017/2015

3º EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada -MT, Srº **Edson Yukio Ogatha** no uso de suas atribuições legais **CONVOCA** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Concurso Público nº. 001/2014, para comparecer(em) no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, situada a Rua 03 S/N, Centro, no horário das 14:00 às 18:00 horas, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste, para admissão e posse no Serviço Público, o candidato deverá apresentar documentação original ou fotocópia autenticada dos seguintes documentos:

a) Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (art. 12 e art. 37, I, da CF/88);

b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, para candidatos de ambos os sexos, e com as obrigações militares

para os candidatos do sexo masculino;

c) Escolaridade, por meio de certificado ou diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre;

d) Registro no conselho da respectiva categoria, quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo o

comprovante de quitação da anuidade;

e) Idoneidade civil e criminal comprovada por certidões negativas expedidas pelo Cartório Distribuidor do Juízo

Estadual da Comarca onde reside o candidato;

f) Não haver infringido as leis constantes deste Edital;

g) Não acumular ilegalmente cargos públicos;

h) Estar exercendo ou não outro cargo ou função pública legal

i) Ter a experiência exigida para o cargo;

j) Ter aptidão de sanidade física e mental para o exercício do cargo, comprovado por atestado médico.

Os candidatos convocados são os seguintes:

Nome do candidato	Cargo	Classificação
ANSELMO PEREIRA DO NASCIMENTO	MOTORISTA	3º
ALEXANDRE ALVES FERREIRA	MOTORISTA	4º

Serra Nova Dourada - MT, 18 de junho de 2015.

.....

EDSON YUKIO OGATHA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LEI N°. 2135/2015

DATA: 16 de junho de 2015.

SÚMULA: Dispõe sobre a apresentação de artistas locais na abertura de shows musicais nacionais e internacionais que ocorrerem no Município de Sinop.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Nos shows musicais de cantores ou grupos nacionais ou internacionais realizados no Município de Sinop, fica assegurado, na abertura dos espetáculos, espaço para apresentação de músicos, cantores ou grupos musicais locais.

§1º. O disposto no "caput" deste artigo não se aplicará aos shows musicais nacionais e internacionais que ocorrerem em recinto fechado com capacidade de abrigo menor ou igual a 500 (quinhentas) pessoas.

§2º. Considera-se show nacional aquele cujo artista detêm notório e amplo reconhecimento da sociedade.

Art. 2º. O órgão municipal afeto ao assunto promoverá a organização e adotará as providências relativas à apresentação dos artistas locais.

Art. 3º. Os organizadores dos eventos de que trata esta Lei deverão comunicar a Secretaria Municipal da Diversidade Cultural, por escrito, e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a realização de espetáculos musicais.

Art. 4º. O órgão municipal competente somente concederá autorização para a realização do evento quando os organizadores indicar expressamente, mediante apresentação de contrato, qual o músico, cantor ou grupo musical local que irá fazer a abertura do evento e respectivo tempo de apresentação.

Art. 5º. Os organizadores dos eventos constantes no "caput" que infringirem as disposições desta Lei, ficam sujeitos ao pagamento de multa pecuniária em valor equivalente a 250 UR's (Unidades de Referência) vigente.

Parágrafo único. O valor da multa recolhida será revertido em favor de Projetos Culturais coordenados pela Secretaria Municipal da Diversidade Cultural.

Art. 6º. Os cantores e/ou grupos musicais locais interessados, deverão requerer o espaço para apresentação junto à Secretaria Municipal da Diversidade Cultural.

Art. 7º. O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar a presente Lei no prazo que lhe convier a contar da data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 16 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LEI N°. 2134/2015

DATA: 16 de junho de 2015.

SÚMULA: Dispõe sobre normas que deverão ser observadas pelos proprietários de cães de raça e raças indefinidas no Município de Sinop – MT.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Ficam instituídas normas que deverão ser observadas e cumpridas pelos proprietários de cães de raça e raças indefinidas no Município de Sinop – MT.

Art. 2º. É livre a circulação de cães em logradouros públicos, desde que estejam usando coleiras de contenção e guia, adequados ao seu tamanho e porte, além de estarem em dia com as vacinas e vermífugos recomendados por médicos veterinários.

Art. 3º. Tratando-se de cão de grande porte ou de raças propensas a um temperamento agressivo deverá o animal ser conduzido com guia, enforcador e açaime, além de ser capaz de obedecer aos comandos do condutor.

Art. 4º. É responsabilidade dos proprietários ou condutores de cães a coleta dos excrementos eliminados pelos animais em circulação nos logradouros públicos, assim como a destinação correta dos excrementos, que devem ser embalados e colocados em lixeiras adequadas para posterior coleta e destino final.

Parágrafo único. A circulação do animal sem que o condutor porte saco plástico ou similar para coleta dos excrementos será considerada infração do disposto nesta Lei, sujeita às sanções aplicáveis à espécie.

Art. 5º. Serão afixadas placas de advertência sobre o assunto de que trata esta Lei nos locais de maior circulação onde os proprietários costumam caminhar com os seus cães.

Art. 6º. Fica proibido o adestramento de cães em logradouros públicos.

Art. 7º. As apresentações em público com cães adestrados ou em fase de adestramento dependerão de licença específica para esse fim, que só será expedida caso o condutor seja profissional habilitado em curso de cinofilia e esteja previamente cadastrado junto à municipalidade.

Parágrafo único. É obrigatório nos eventos referidos no **caput** deste artigo, o uso dos acessórios indicados para a proteção do adestrador e a segurança do público.

Art. 8º. Nos casos de cães guias, quando acompanhados de pessoas com deficiência visual (cegueira ou visão subnormal), ou de treinador ou acompanhante habilitado, poderá ingressar e permanecer nas repartições públicas ou privadas, em qualquer meio de transporte, seja rodoviário, táxis ou afins, em todo e qualquer estabelecimento comercial, industrial, de serviços de promoção, proteção e recuperação de saúde e demais locais públicos, sem obrigatoriedade do uso de açaime.

§1º. Entende-se para efeito desta Lei por:

I – cão guia: o cão que tenha certificado de uma escola filiada e aceita pela federação internacional de escolas de cão guia para cegos, que esteja a serviço de uma pessoa com deficiência visual ou em estágio de treinamento;

II – locais públicos: hotéis, restaurantes, shoppings, lojas de diversão ou lazer e, de modo geral, todo e qualquer lugar aberto ao público, quer seja a título gracioso ou oneroso.

§2º. Nos casos mencionados no **caput** deste artigo, é vedada a cobrança de tarifa ou acréscimo vinculado, direta ou indiretamente, ao ingresso o presença do cão guia.

§3º. O proprietário do cão guia responderá civil e criminalmente pelos danos ou lesões causadas pelo mesmo.

Art. 9º. Os proprietários, sócios e pessoas físicas que preencham os requisitos mencionados no **caput** do artigo anterior, e que venha a impedir o ingresso e permanência de pessoa com deficiência visual que necessite de cão guia, atentará contra os direitos humanos e será passível de punição prevista em lei.

Art. 10. Os setores comerciais e industriais, as repartições públicas ou privadas, bem como os meios de transporte mencionados no art. 8º, em caso de discriminação ou não cumprimento do estabelecido nesta Lei, serão punidos com penas de interdição, multas e outras penalidades previstas em lei.

Art. 11. O portador de deficiência visual tem direito de manter pelo menos um cão guia em sua residência e de transitar com o mesmo, seguro em coleira, nas áreas e dependências comuns do respectivo condomínio, independentemente de restrições à presença de animais na convenção de condomínios ou regimento interno.

Art. 12. Fica instituído o Cadastro Municipal de Adestradores de Cães.

§1º. A inscrição no cadastro será obrigatória para o exercício da atividade de adestrador de cães no município.

§2º. As condições para inscrição no cadastro serão estipuladas no regulamento desta Lei.

Art. 13. O não cumprimento desta Lei sujeitará o infrator, pessoa física ou jurídica, ao pagamento de multa no valor a ser estipulado em regulamento, que serão aplicadas em dobro a cada reincidência, sem prejuízo de outras sanções legais aplicáveis à espécie.

Art. 14. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 16 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
TERMO DE CONTRATO: Nº 010/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP – ESTADO DE MATO GROSSO

PUBLICAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO: Nº 010/2015

PARTES: Câmara Municipal de Sinop e R. Ortiz Comércio e Refrigeração de Automotores Eireli - ME

OBJETO: Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva de Aparelhos de Ar Condicionados da Câmara Municipal de Sinop-MT

VALOR GLOBAL: R$ 69.500,00

VIGENCIA: 11.06.2015 A 31.12.2015

NOTA DE EMPENHO Nº 0225/2015 – 2

COD. ORÇAMENTÁRIO . 01.010.0.0.01.031.0001.2001 – 33.90.39.00

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 001/2015

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por Lote

Mauro Garcia

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DESPACHO

Analisando os autos da Sindicância instaurada pela Portaria nº 040/2015, destinada à apurar fatos e responsabilidades envolvendo a servidora MARIA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA SCHRODES, lotado na Secretaria Municipal de Educação;

Em face do apurado pela Comissão de Sindicância e em consonância com o Parecer Jurídico nº 0085/2015 – AJU;

ACOLHO pela abertura de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

Remeta-se à Secretaria Municipal de Administração – Comissão Processante, para as providências necessárias.

Sinop - MT, 17 de junho de 2015.

_____

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
TERMO DE CONTRATO: Nº 009/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP – ESTADO DE MATO GROSSO

PUBLICAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO: Nº 009/2015

PARTES: Câmara Municipal de Sinop e Sangaletti, Sangaletti & Cia Ltda

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material de copa.

VALOR GLOBAL: R$ 13.129,62

VIGENCIA: 11.06.2015 A 23.12.2015

NOTA DE EMPENHO Nº 0224/00 - 2

COD. ORÇAMENTÁRIO . 01.010.0.0.01.031.0001.2001 – 33.90.30.00

Mauro Garcia

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
TERMO DE CONTRATO: Nº 008/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP – ESTADO DE MATO GROSSO

PUBLICAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO: Nº 008/2015

PARTES: Câmara Municipal de Sinop e V Campos de Souza Comercio e Representações Eireli ME

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material de limpeza.

VALOR GLOBAL: R$ 7.692,00

VIGENCIA: 11.06.2015 A 23.12.2015

NOTA DE EMPENHO Nº 0223/2015 - 2

COD. ORÇAMENTÁRIO . 01.010.0.0.01.031.0001.2001 – 33.90.30.00

Mauro Garcia

Presidente

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATO RATIFICATÓRIO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 008/2015

A Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Sinop reconhece a Inexigibilidade de licitação com fundamento no Art. 25, inciso III da Lei 8666/93, para Contratação **de palestrante, para realização de reunião Técnica com equipe da Secretaria Municipal de Educação para analise do atual plano de cargos e carreiras e de uma palestra intitulada: "O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO", com abordagem dos temas: Legislação, Financiamento da Educação e Valorização do magistério, desafios e demandas da Rede Municipal de Ensino, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação e no Centro de Eventos Dante de Oliveira. Contratada: empresa C. E. SANCHES & CIA. LTDA EPP,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 13.427.177/0001-10, com sede na praça Nossa Senhora do Rosário, nº 10 – Sala 1, Vila Rio Branco CEP: 84-172-010, na cidade de Castro – estado do Paraná, VALOR TOTAL: **R$ 6.300,00** (Seis Mil e Trezentos Reais) – Atendendo a **Secretaria Municipal de Educação**. De acordo com as justificativas da assessoria jurídica desta Prefeitura, sendo que foram obedecidas todas as formalidades legais,

Ratifico

a inexigibilidade de licitação para a contração mencionada.

SINOP-MT, dia 06 de Maio de 2015.

Publique-se.

JUAREZ ALVES DA COSTA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
TERMO DE CONTRATO: Nº 006/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP – ESTADO DE MATO GROSSO

PUBLICAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO: Nº 006/2015

PARTES: Câmara Municipal de Sinop e R. D. Comércio de Impressoras Multifuncionais Ltda.

OBJETO: aquisição de 10 (dez) Toner Samsung D709 e 20 (vinte) Toner Brother TN3332, bem como a Prestação de Serviços de 07 (sete) manutenções preventivas e corretivas do Equipamento "Samsung D709", 07 (sete) manutenções preventivas e corretivas do Equipamento "Fotocopiadora Sharp AL 2040" e 07 (sete) manutenções preventivas e corretivas do Equipamento "Brother TN3332" com o fornecimento de Correias e guias de papel;Engrenagens e embreagens;Rolo fusor e de pressão;Roletes de alimentação e transporte de papel;Sensores e motores;Lâmpadas.

VALOR GLOBAL: R$ 6.960,00

VIGENCIA: 11.06.2015 A 23.12.2015

NOTA DE EMPENHO Nº 0220/2015 – 2 e 0221/2015-2

COD. ORÇAMENTÁRIO . 01.010.0.0.01.031.0001.2001 – 33.90.39.00

COD. ORÇAMENTÁRIO . 01.010.0.0.01.031.0001.2001 – 33.90.30.00

Mauro Garcia

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
TERMO DE CONTRATO: Nº 007/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP – ESTADO DE MATO GROSSO

PUBLICAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO: Nº 007/2015

PARTES: Câmara Municipal de Sinop e Super Mendes Distribuidora de Produtos para Higienização Profissional Ltda - EPP

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material de limpeza.

VALOR GLOBAL: R$ 6.420,00

VIGENCIA: 11.06.2015 A 23.12.2015

NOTA DE EMPENHO Nº 00222/00 - 2

COD. ORÇAMENTÁRIO . 01.010.0.0.01.031.0001.2001 – 33.90.30.00

Mauro Garcia

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO LEGISLATIVO Nº 010/2015

Concede Título de Cidadão Sinopense Benemérito ao Senhor Manoel Bento de Souza.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP – ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais aprovou e eu, Presidente, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Sinopense Benemérito ao Senhor Manoel Bento de Souza, como reconhecimento do Poder Legislativo Municipal pelo pioneirismo e serviços prestados à comunidade sinopense.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Em, 17 de junho de 2015

Mauro Garcia

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
TERMO DE CONTRATO: Nº 011/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP – ESTADO DE MATO GROSSO

PUBLICAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO: Nº 011/2015

PARTES: Câmara Municipal de Sinop e S.O.S Segurança Eletrônica Ltda - ME

OBJETO: Prestação de Serviços de Fornecimento e Instalação de Sistema de Circuito Fechado de TV e Cerca Elétrica para Câmara Municipal de Sinop-MT

VALOR GLOBAL: R$ 30.500,00

VIGENCIA: 11.06.2015 A 10.08.2015

NOTA DE EMPENHO Nº 0227/2015 – 1

COD. ORÇAMENTÁRIO . 01.010.0.0.01.031.0001.1001 – 44.90.52.00

COD. ORÇAMENTÁRIO . 01.010.0.0.01.031.0001.2001 – 33.90.30.00

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços nº 004/2015

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Global

Mauro Garcia

Presidente

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento ao inciso XII, Art. 21 do Decreto 3.555/00, torna público resultado do Pregão Presencialnº 044/2015, referente **Contratação de Empresa de Consultoria que dispõe de profissionais para realizar oficinas e cursos nos Assentamentos Rurais na Região de Sinop, Santa Carmem e Claudia, em que visa a formação de 150 Agentes Populares de Educação Ambiental na Agricultura Familiar nos Assentamentos Wesley Manoel dos Santos de Sinop-MT, Assentamento Zumbi dos Palmares II em Claudia-MT, Assentamento Casulo em Santa Carmem MT – Conforme Convênio nº801587/2014 com Fundo Nacional do Meio Ambiente no ano de 2014 e 2015.** Empresa Vencedora: **MARIA DE LOURDES ALONSO BOTURA ME,** CNPJ/MF 09.213.580/0001-70, Item: 01.**Homologado em 18 de junho de 2015.**

Vanusa Aparecida Serpa

Pregoeira – Portaria 372/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.486, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Regulamenta o licenciamento ambiental de barragens para fins agropecuários e/ou usos múltiplos no Município de Sorriso, Estado do Mato Grosso.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A construção, reforma, ampliação ou funcionamento de barragens para fins agropecuários e/ou usos múltiplos, no Município de Sorriso, fica sujeita ao licenciamento ambiental pelo órgão municipal competente, nos termos da legislação ambiental vigente.

Art. 2º Compete a Secretária de Agricultura e Meio Ambiente - SAMA o controle, fiscalização, normatização e execução das atividades relacionadas ao licenciamento ambiental das barragens previstas no Art. 1º.

Parágrafo único. A SAMA estabelecerá e detalhará, por meio de Instrução Normativa, as informações ou critérios relativos aos estudos e projetos técnico-ambientais, bem como a documentação necessária à efetiva realização do licenciamento ambiental previsto nesta Lei.

Art. 3º Entende-se, para os fins previstos nesta Lei, por:

I. Agropecuários - atividades relacionadas ao setor agropecuário, tais como, irrigação, reserva de água, ecoturismo ou turismo rural, dessedentação de animais e aquicultura; II. Usos múltiplos - captação para abastecimento humano, regularização de vazão, isoladas ou conjuntamente com alguma atividade descrita no inciso I. III. Área de empréstimo - termo usado para identificar o local de onde foi retirado material para a construção da barragem; IV. Barragem - construção transversal a um curso de água, ou ao sentido de escoamento natural, com finalidade de armazenar águas em determinado trecho, regular o escoamento ou derivar suas águas para canais; V. Represa - reservatório de água formado em função da construção de uma barragem em um curso de água utilizada para fins diversos; VI. Vertedouro - dispositivo de segurança, construído com a finalidade de eliminar o excesso de água que entra no reservatório em caso de cheia; VII. Dispositivo de vazão mínima (monge ou outros) - mecanismo hidráulico capaz de proporcionar a vazão remanescente do rio à jusante de uma barragem; VIII. Ecossistema aquático - sistema aberto que inclui, em uma certa área, todos os fatores físicos e biológicos do ambiente aquático e suas interações; IX. Piracema - migração anual de grandes cardumes rio acima na época da desova; X. Barragem Consolidada - Barragem preexistente a 22de Julho de 2008. XI. Curso d'água navegável: aquele que permite o tráfego de embarcações com economicidade, ou seja, aquele que, não havendo outro meio de transporte concorrente é utilizado para o transporte de cargas e pessoas e/ou aqueles definidos pelo Plano Nacional de Viação. XII. Entende-se por limpeza e/ou reforma de barragem o ato de drenar (esgotar) a água do barramento, retirada do material acumulado no fundo da barragem,retirada do material vegetal inserido dentro da cota máxima do nível da água do barramento e melhoramento das estruturas físicas da barragem, desde que estas atividades não aumentem a cota máxima do nível da água acumulado no barramento. XIII. São consideradas estruturas físicas: casa, barracão e estradas.

CAPÍTULO II

DA CLASSIFICAÇÃO DAS BARRAGENS

Art. 4º As barragens serão classificada considerando o parâmetro área inundada:

I. Tipo I: área inundada menor ou igual a 5,0 ha;

II. Tipo II: área inundada maior que 5,0 ha e menor ou igual a 20,0 ha;

III. Tipo III: área inundada maior que 20,0 ha e menor ou igual a 35,0 ha;

IV. Tipo IV: área inundada maior que 35 ha.

§ 1º Além daquelas definidas no inciso IV, enquadram-se como Tipo IV aquelas barragens:

I. Cujos projetos exijam a realocação de uma ou mais habitações familiares; II. Cujos projetos exijam realocação de estradas municipais e/ou rodovias;

§ 2º Quando se tratar de realocação de edificações pertencentes ao próprio requerente, a barragem deverá ser classificada somente pela área inundada.

§ 3º As barragens localizadas no perímetro urbano, serão analisadas levando em consideração a finalidade do uso e plano diretor do município.

CAPÍTULO III

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 5º Os projetos de barragens classificadas como Tipo I e classificadas como consolidadas serão licenciadas por meio da emissão da Licença de Operação – LO, mediante o procedimento simplificado, a serem definidas pela SAMA, conforme disposto no parágrafo único do artigo 2º desta Lei, por meio de instrução normativa própria.

Art. 6º As barragens classificadas como Tipos II, III e IV serão licenciados por meio da emissão de:

I. Licença Prévia - LP; II. Licença de Instalação – LI; III. Licença de Operação – LO; IV. No caso de barragens em operação, será emitida somente a licença de operação – LO.

Art. 7º Para o licenciamento ambiental das barragens previstas nesta lei, não será exigido como documento obrigatório à outorga de direito de uso de recursos hídricos, emitida pelos órgãos competentes, devendo tal documento ser requerido pelo(s) usuário(s) para autilização da água armazenada.

Art. 8º Fica o requerente obrigado a respeitar as exigências de vazão mínima remanescente a jusante do barramento.

Art. 9º Havendo a necessidade de supressão e/ou intervenção de maciços florestais nativos ou vegetação em Área de Preservação Permanente – APP para uso de atividade de barramento com fins agropecuários, o requerente deverá:

I. Comprovar a inexistência de alternativa técnica e locacional em sua propriedade para os planos, atividade ou projetos propostos; II. Comprovar a imprescindibilidade da intervenção na APP para viabilidade econômico-

financeira total do empreendimento; III. Comprovar o acompanhamento técnico de profissional habilitado para condução da supressão da vegetação; IV. Apresentar o Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD, do entorno da barragem, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento nunca inferior a 50 metros. V. As áreas de preservação permanente das barragens localizadas no perímetro urbano serãodefinidas na licença ambiental do empreendimento.

Parágrafo único. será admitida a manutenção da infraestrutura física associada ao desenvolvimento das atividades, observadas as boas práticas agronômicas.

Art. 10 Caso a construção da barragem seja em curso d'água limítrofe a propriedade rural de diferentes proprietários ou a cota máxima d´agua do barramento ultrapasse os limites da propriedade, a licença prévia somente será concedida após apresentação da declaração de anuência dos vizinhos limítrofes e ou atingidos com firma reconhecida em cartório, concordando com a construção da barragem.

Art. 11 As barragens não poderão ser construídas em faixa menor que cinquenta metros das nascentes permanentes ou temporárias em relação à cota máxima d´agua do barramento, sejam qual for a sua situação topográfica e ocupação do solo.

Art. 12 Caso a construção da barragem seja em curso d'água navegável, a licença prévia somente será concedida após apresentação da autorização da marinha ou documento similar.

Art. 13 No caso de reforma e/ou limpeza de barragens, a Secretária de Agricultura e Meio Ambiente do município de Sorriso emitirá autorização específica, a ser definida pela SAMA, conforme disposto no parágrafo único do artigo 2º desta Lei, por meio de instrução normativa própria.

Art. 14 Havendo a mudança da classe de uso do solo oriundo da construção da barragem o requerente deverá atualizar o Cadastro Ambiental Rural - CAR no órgão ambiental competente e protocolar o CAR retificado na SAMA no prazo máximo de 60(sessenta) dias após a conclusão das obras.

Art. 15 O licenciamento ambiental de barragem construída ou a construir em curso d'água limítrofe a 2 (dois) municípios é de competência do órgão ambiental estadual.

Art. 16 A cota máxima da barragem a jusante não poderá afetar a segurança da barragem a montante.

CAPÍTULO IV

DAS TAXAS

Art. 17 As taxas referentes às licenças ambientais expedidas pelo órgão licenciador serão cobradas de acordo com o que dispuser a legislação de taxas do Município de Sorriso.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18 Determina-se que os proprietários de barragens já instaladas solicitem a licença ambiental no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação desta lei.

Art. 19 A inobservância das normas previstas na lei implicará na aplicação das sanções previstas na legislação ambiental em vigor pelo órgão licenciador.

Art. 20 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 17 de junho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.487, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Estabelece critérios para doação de bens imóveis a Associações Culturais, Religiosas e Esportivas, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Para que seja realizada e regulamentada a doação de bens imóveis, às associações culturais, religiosas e esportivas, que não tenham fins lucrativos e que atendam a sociedade, de forma segmentada ou não, deverão satisfazer requisitos específicos.

§ 1º Apresentar declaração de finalidade do imóvel, bem como, da obra a ser edificada; Projeto Arquitetônico; Plano de Execução da obra e comprovar que a entidade está legalmente constituída;

§ 2º Os requisitos exigidos deverão ser comprovados juntamente com o projeto de lei autorizativo;

§ 3º Caberá ao Poder Executivo Municipal, a responsabilidade pela aprovação e fiscalização das obras de edificação e manutenção.

Art. 2º Na escritura pública de doação deverá constar obrigatoriamente cláusula de inalienabilidade do imóvel, antes de 20 (vinte) anos de sua aquisição, nos termos da lei que autorizou a doação.

§ 1º Na escritura pública de doação constará ainda, cláusula que obrigue o donatário a atender o prazo de 3 (três) anos para:

I - Transmissão da propriedade do imóvel do doador para o donatário;

II – Edificação;

III - Início das atividades.

§ 2º Caso o donatário seja omisso ao cumprimento da cláusula que trata o parágrafo anterior, este incorrerá na pena de reversão do imóvel ora doado, ao patrimônio do município, independentemente de qualquer indenização ou anuência do donatário.

Art. 3º As doações previstas na presente lei destinam-se exclusivamente a utilização dos imóveis para o desenvolvimento de atividades de associações culturais, religiosas e esportivas que não tenham fins lucrativos e que atendam a sociedade, de forma segmentada ou não.

Art. 4º Desde que mais vantajoso para o Meio Ambiente, para a Ordem Urbanística e/ou a sociedade em geral, ou então, ocorrendo omissão ou a não observância das obrigações impostas por esta Lei, fica garantido ao Poder Público revogar quaisquer doações.

Art. 5º Aplicam-se subsidiariamente as disposições da Lei Federal nº 8. 666/1993, bem como suas alterações posteriores.

Art. 6º As despesas decorrentes de escrituração Pública, correrão por conta do donatário.

Art. 7° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 17 de junho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.488, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a criação da Ouvidoria do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Ouvidoria do Poder Legislativo Municipal de Sorriso, tendo por objetivo assegurar, de modo permanente e eficaz, a preservação dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência dos atos dos agentes da Câmara Municipal, bem como da administração pública municipal, inclusive das empresas públicas e sociedades nas quais o município detenha capital majoritário, e entidades privadas de qualquer natureza que operem com recursos públicos, na prestação de serviços à população.

Art. 2º A Ouvidoria será o canal de comunicação direta entre a sociedade e a Câmara Municipal, recebendo reclamações, denúncias, sugestões e elogios, de modo a estimular a participação do cidadão no controle e avaliação dos serviços prestados e na gestão dos recursos públicos.

Art. 3º Compete à Ouvidoria da Câmara Municipal de Sorriso:

I - receber denúncias, reclamações e representações sobre atos considerados arbitrários, desonestos, indecorosos, ilegais, irregulares ou que violem os direitos individuais ou coletivos, praticados por servidores do Poder Legislativo Municipal, e demais entidades referidas no Artigo 1º desta Lei;

II - receber sugestões de aprimoramento, críticas, elogios e pedidos de informação sobre as atividades da Câmara Municipal e da Administração Pública Municipal;

III - diligenciar junto às unidades administrativas competentes, para que prestem informações e esclarecimentos a respeito das comunicações mencionadas no inciso anterior;

IV - manter o cidadão informado a respeito das averiguações e providências adotadas pelas unidades administrativas, excepcionados os casos em que necessário for o sigilo, garantindo o retorno dessas providências a partir de sua intervenção e dos resultados alcançados;

V – elaborar e divulgar, trimestral e anualmente, relatórios de suas atividades, bem como, permanentemente, os serviços da Ouvidoria da Câmara junto ao público, para conhecimento, utilização continuada e ciência dos resultados alcançados;

VI - organizar e manter atualizado arquivo da documentação relativa às denúncias, reclamações e sugestões recebidas;

§ 1º A Ouvidoria manterá sigilo sobre denúncias e reclamações que receber, bem como sobre sua fonte, assegurando a proteção dos denunciantes, quando requerer o caso ou assim for solicitado.

§ 2º A Ouvidoria manterá serviço telefônico gratuito, destinado a receber as denúncias e reclamações, garantindo o sigilo da fonte de informação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 17 de junho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felcitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.489, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Altera o Art. 3º da Lei 2.373/2014, que desafeta imóvel e autoriza o Poder Executivo Municipal doá-lo na forma e condições que especifica, e da outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 3º da Lei 2.373/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3o A área objeto da doação reverterá ao Município automaticamente, se no prazo de 02 (dois) anos não for edificado sobre a mesma o Centro Catequético da Capela São José.

Art. 2 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 17 de junho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.490, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Altera o Anexo I da Lei 2.460/2015, que dispõe sobre a concessão de diárias aos agentes políticos e servidores públicos na Administração Pública Municipal Direta e Indireta e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° Fica alterado o Anexo I da Lei nº 2.460/2015, que passa a vigorar na forma do Anexo I da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 17 de junho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

ANEXO I

Tabela de Valores de Diárias

CLASSIFICAÇÃO	DENTRO DO ESTADO	DEMAIS LOCALIDADES
a) Prefeito e Vice-Prefeito	R$ 350,00	R$ 510,00
b) Secretário Municipal, Sub-Prefeito, Subsecretários, Procurador Geral, Procurador Jurídico, Secretário Adjunto, Assessor Adjunto, Controlador Geral, Contador e Diretor Executivo	R$ 340,00	R$ 400,00
c) Demais Servidores e Conselheiros Tutelares	R$ 200,00	R$ 300,00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 060, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Revoga os Decreto nº 037 e Decreto nº 038 e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;

Considerando que os atos administrativos são passíveis de revogação de acordo com a conveniência e oportunidade;

D E C R E T A:

Art. 1º. Ficam revogados os Decretos nº 037 e nº 038 de 22 de abril de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, 17 de junho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 488, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Comissão para instaurar Processo Administrativo Disciplinar para apurar responsabilidades do servidor que menciona e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei:

Considerando o Ofício SMSS N. 528/2015;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear Comissão Disciplinar composta pelos servidores, Kátia Dal Prá, Elaine Cristina Siqueira de Lara e Manoel Pinheiro Jansen, para, sob a presidência da primeira, apurar as responsabilidades envolvendo o servidor Lociano Rodrigues de Toledo, praticadas no exercício de suas atribuições.

Art. 2º Dar a Comissão o prazo de 90 (noventa) dias, prorrogáveis por igual período, quando as circunstâncias o exigirem, para conclusão do processo Administrativo Disciplinar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 17 de junho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 481, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Exonera a pedido o servidor efetivo que menciona e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar a pedido o servidor efetivo que menciona:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	DATA
4764	Alini da Silva Tommasini	Auxiliar Administrativo	15.06.2015

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 15 de junho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 482, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Autoriza o servidor Adriano Jarreta Thomaz a reassumir as atribuições do seu cargo, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Autorizar o servidor Adriano Jarreta Thomaz, que se encontra em gozo de Licença Particular, a reassumir as atribuições do seu cargo de Odontólogo – 40 horas, matrícula 173, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, a partir de 01.06.2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de junho 2015.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 15 de junho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 483, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Altera cargo do servidor que menciona e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Alterar o cargo do servidor Celso Kozak, matrícula 5491 de Chefe de Departamento para Diretor de Departamento a partir de 01 de junho de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 15 de junho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 484, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Exonera a pedido o servidor efetivo que menciona e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar a pedido o servidor efetivo que menciona:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	DATA
173	Adriano Jarreta Thomaz	Odontólogo 40 horas	01.06.2015

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 15 de junho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 485, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Exonera a pedido o servidor efetivo que menciona e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar a pedido o servidor efetivo que menciona:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	DATA
2455	Andressa Daroit de Souza	Odontólogo 20 horas	09.06.2015

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 15 de junho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 486, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia fiscais de contrato e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear fiscais do Contrato do Pregão Presencial nº 068/2015, cujo objeto é Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de empresa especializada no fornecimento de tecidos, para utilização em cursos e oficinas de costura e artesanato, conforme as necessidades das secretarias Municipais solicitantes os seguintes servidores:

a) Secretaria Municipal de Educação e Cultura: Adriana Tavares;

b) Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento: Fátima Regina Wansen de Lima;

c) Secretaria Municipal de Assistência Social: Paula Renata Lima Campos;

d) Secretaria Municipal de Esporte e Lazer: Telma Assis Lemos;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato grosso, em 15 de junho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 487, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia fiscal de contrato e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o servidor da garagem do Distrito de Boa Esperança Sr. Antonio Juarez Kmiecik como fiscal do Contrato do Pregão Presencial nº 067/2015, cujo objeto é Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de aspersão de água com a disponibilização de caminhão pipa com capacidade mínima de 10.000 (dez mil) litros, com moto bomba e demais equipamentos, para molhar gramas, vegetação dos canteiros, ruas e avenidas do Distrito de Boa Esperança, totalizando 240,000 (duzentos e quarenta mil) litros de água em 18.600 (dezoito mil e seiscentos) metros, diariamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato grosso, em 15 de junho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 480, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Autoriza o servidor Andressa Daroit de Souza a reassumir as atribuições do seu cargo, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Autorizar o servidor Andressa Daroit de Souza, que se encontra em gozo de Licença Particular, a reassumir as atribuições do seu cargo de Odontólogo – 20 horas, matrícula 2455, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, a partir de 08.06.2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 15 de junho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 489, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia para o cargo comissionado o servidor que menciona e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear para o cargo comissionado o servidor que menciona:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	DATA
6090	Eloisa Machado Denardi	Assessor Adjunto	08.06.2015

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 17 de junho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 490, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Altera cargo do servidor que menciona e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Alterar o cargo do servidor Roberto Carlos Seidel, matrícula 4993, Chefe de Divisão para Superintendente Aeroportuário a partir de 01 de junho de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 17 de junho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 491, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia fiscal de contrato e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a Engenheira Civil Leonice Sônia de Toni como fiscal do Contrato do Pregão Presencial nº 069/2015, cujo objeto é Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de empresa especializada no fornecimento de tela a ser utilizada no cercamento da área que foi ampliada no Aeroporto Regional de Sorriso.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato grosso, em 17 de junho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 492, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Substituir fiscal de contrato e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Substituir o fiscal de contrato Marcelo Rodrigues Ferraz, nomeado pela Portaria nº 438 de 27 de maio de 2015, pelo servidor Ginaldo Oliveira Magalhães do Pregão Presencial nº 085/2014, Ata de Registro de Preços nº 114/2014 cujo objeto é futura e eventual aquisição de passagens aéreas com destino aos estados e municípios dentro do território nacional.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato grosso, em 17 de junho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

PREVISO - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE SORRISO - MT
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

CARTA CONVITE Nº 003/2015

Objeto: **"**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS E REAVALIAÇÃO ATUARIAL", COMPREENDENDO OS SEGUINTES SERVIÇOS:

Lote 1 - Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de assessoria de investimentos:

Prestação dos serviços mensais:

◦ Pareceres econômicos conforme exigido pelo art. 3°,II da Portaria 519/2011 e pelo item n° 47 do TCE,

◦ Auxílio no preenchimento dos modelos de credenciamento conforme exigido pela Portaria MPS 440/2013,

◦ Planilha DAIR/CADPREV e APR;

Serviços trimestrais:

◦ relatórios trimestrais conforme exigido pelo art. 3° , V da Portaria 519/2011 e pelo item n° 34 do TCE;

Serviços anuais:

◦ auxílio na elaboração do PAI (plano anual de investimentos) baseado no estudo de ALM, conforme exige o art. 4° da Resolução CMN 3.922/10,

◦ relatório completo anual, conforme exigido pelo art. 3°, III da Portaria 519/2011 e no Balanço Anual pelo item n° 23 do TCE,

◦ demonstrativo analítico dos investimentos, exigidos no Balanço Anual pelo item n° 12 do TCE, conforme exigência da Portaria MPS 916/2003,

◦ notas explicativas sobre os fundos de investimentos, exigidos no Balanço Anual pelo item n° 13 do TCE.

Pareceres avulsos Palestra para os responsáveis pelo RPPS, apresentando o comportamento das aplicações financeiras no ano vigente e seu cumprimento da meta atuarial.

Lote 2 - Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Reavaliação atuarial:

Reavaliação atuarial, conforme a Portaria MPS 403/2008;

Projeção atuarial, prevista na LRF (Lei de responsabilidade Fiscal);

DRAA (demonstrativo de resultado de avaliação atuarial);

Anteprojeto de lei, visando à modificação de custeio da previdência municipal, se necessário;

ALM;

Contabilidade da avaliação atuarial;

01 (uma) Palestra sobre o futuro e a situação financeira e atuarial do Instituto Previdenciário para os conselheiros e/ou segurados.

ADJUDICO o objeto do presente certame à empresa vencedora:

I. F. GARCIA E CIA LTDA (ATUARIAL CONSULTORIA & CONTABILIDADE LTDA)

Sorriso - MT, 18 de Junho de 2015.

ADÉLIO DALMOLIN

DIRETOR EXECUTIVO

PREVISO - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE SORRISO - MT
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CARTA CONVITE Nº 003/2015

"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS E REAVALIAÇÃO ATUARIAL", COMPREENDENDO OS SEGUINTES SERVIÇOS:

Lote 1 - Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de assessoria de investimentos:

Prestação dos serviços mensais:

◦ Pareceres econômicos conforme exigido pelo art. 3°,II da Portaria 519/2011 e pelo item n° 47 do TCE,

◦ Auxílio no preenchimento dos modelos de credenciamento conforme exigido pela Portaria MPS 440/2013,

◦ Planilha DAIR/CADPREV e APR;

Serviços trimestrais:

◦ relatórios trimestrais conforme exigido pelo art. 3° , V da Portaria 519/2011 e pelo item n° 34 do TCE;

Serviços anuais:

◦ auxílio na elaboração do PAI (plano anual de investimentos) baseado no estudo de ALM, conforme exige o art. 4° da Resolução CMN 3.922/10,

◦ relatório completo anual, conforme exigido pelo art. 3°, III da Portaria 519/2011 e no Balanço Anual pelo item n° 23 do TCE,

◦ demonstrativo analítico dos investimentos, exigidos no Balanço Anual pelo item n° 12 do TCE, conforme exigência da Portaria MPS 916/2003,

◦ notas explicativas sobre os fundos de investimentos, exigidos no Balanço Anual pelo item n° 13 do TCE.

Pareceres avulsos Palestra para os responsáveis pelo RPPS, apresentando o comportamento das aplicações financeiras no ano vigente e seu cumprimento da meta atuarial.

Lote 2 - Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Reavaliação atuarial:

Reavaliação atuarial, conforme a Portaria MPS 403/2008;

Projeção atuarial, prevista na LRF (Lei de responsabilidade Fiscal);

DRAA (demonstrativo de resultado de avaliação atuarial);

Anteprojeto de lei, visando à modificação de custeio da previdência municipal, se necessário;

ALM;

Contabilidade da avaliação atuarial;

01 (uma) Palestra sobre o futuro e a situação financeira e atuarial do Instituto Previdenciário para os conselheiros e/ou segurados.

Tendo em vista o que consta nos autos do processo e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, homologo o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Sorriso - MT, 18 de Junho de 2015

ADÉLIO DALMOLIN

DIRETOR EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N.º 025/2015

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Sorriso – MT., torna público aos interessados que se fará realizar licitação na modalidade de **TOMADA DE PREÇO Nº 025/2015**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DA QUADRA DE ESPORTES DO BAIRRO SÃO DOMINGOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO QUE SE ENCONTRAM DEFINIDOS NO PROJETO BÁSICO**, do tipo **EMPREITADA GLOBAL PELO MENOR PREÇO**, cuja **abertura ocorrerá às 08:00 horas (Horário oficial de Sorriso MT), do dia 09 de julho de 2.015**, na sede da Prefeitura Municipal, situada a Av. Porto Alegre nº 2.525, Centro, Sorriso – MT. O Edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Sorriso, Departamento de Licitação, durante o horário normal de expediente ou através do site www.sorriso.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas ou através do telefone (66) 3545-4700.

Marisete Marchioro Barbieri - Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 070/2015

O Município de Sorriso – MT, através de seu Pregoeiro Oficial torna Público para o conhecimento dos interessados, que realizará às **08:00 horas (Horário Oficial de Sorriso – MT), do dia 13 de julho de 2.015**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Porto Alegre, n. 2.525, Centro – Sorriso – MT, a abertura do **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 070/2015**. O julgamento da referida licitação será através do **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando o "**Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa especializada no Fornecimento de Polpa de Frutas para a produção de Suco natural, no atendimento as atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme Termos de Referência**". O Edital poderá ser obtido junto à Prefeitura Municipal de Sorriso, Departamento de Licitação, durante o horário normal de expediente ou através do site **www.sorriso.mt.gov.br**. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas ou através do telefone (66) 3545-4700.

CRISTIAN CEZAR GIRARDI - Pregoeiro do Município de Sorriso/MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 479, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Exonera o servidor comissionado que menciona e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar o servidor comissionado que menciona:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	DATA
5966	Viviane Quesada Mandotti	Chefe de Divisão	01.06.2015

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 15 de junho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO- PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

A Pregoeira **da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT torna** público aos interessados que realizará Licitação na modalidade de Pregão na forma Presencial n° 10/2015, **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MARMITEX, BUFFET E COMPLEMENTOS, DESTINADO ÀS SECRETARIAS DE EDUCAÇAO, SAÚDE E OBRAS DO MUNICIPIO DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA-MT, PELO PERÍODO DE 01(UM) ANO.**Abertura de Sessão Publica para Disputa de Lances e entrega de Documentação será no dia *29 de Junho de 2015, às 9h00min (horário oficial de Brasília - DF)*. Os interessados poderão obter informações e o Edital completo na sede da Pre-

feitura Municipal no horário de 14:00 às 18:00 horas ou pelo telefone FAX (66) 3522-2117e email – pregaosfa@outlook.com. Em São Félix do Araguaia - MT, 18 de Junho de 2015. **Magda A. A. Silva-Pregoeira.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 10/2015.

O Município de São José do Rio Claro/MT, através do Prefeito Municipal Sr. Natanael Casavechia, torna público que, em virtude de haver concordado com a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura, no processo para **Locação de 01 (um) imóvel, destinado à instalação da sede Administrativa de Secretaria Municipal de Infraestrutura e Departamento de Engenharia, localizado em um lote de terreno urbano, sob. n.º 07 com a área de 600m² e lote 08 com a área de 600,00m² na Quadra n.º 01-B e 01-C, situado na Rua Rondônia no perímetro urbano de São José do Rio Claro - MT.,** de propriedade do Senhor **Amos Bernardino Zanchet Junior** portador do CPF N.º 441.859. 871-53 e RG n.º 0464671-1 SSP/ MT. Sendo que a escolha do locador e do objeto acima identificado, deu-se em razão das características e localização do imóvel e do estado de conservação das instalações, tendo em vista a necessidade de instalação e funcionamento dos Departamentos acima citados, o custo da locação será pagos sobre o valor total de *R$* **10.800,00 (dez mil e oitocentos reais) em seis parcelas de R$ 1.800,00 (Mil e oitocentos reais)**, após a solicitação e autorização da Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme disposições em contrato próprio (a ser celebrado), onde formulou-se expediente de dispensa de licitação, preceituada no artigo 24, Inciso X **da Lei nº 8.666/93, RATIFICA** a justificativa apresentada e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26 do mesmo diploma legal.

São José do Rio Claro/MT, 18 de junho de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

SECRETARIA DE FAZENDA
EDITAL DE ABERTURA

O Pregoeiro da Prefeitura de São José dos Quatro Marcos/MT comunica às empresas que às 13h00min, do dia **01/07/2015**, realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial Registro de Preço de nº. **34/2015**, e receberá os envelopes de (proposta e de habilitação) visando futuro e eventual contratação de empresa para "**Aquisição de materiais de expedientes"**. O Edital completo e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura através de REQUERIMENTO, Maiores informações pelo telefone 3251 – 1138, das 12:00 as 18:00 horas. CLAUDECIR ALVES FEITOSA, Pregoeiro.

DEPARTAMENTO CONTÁBIL
LEI 1.587/2015 - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2016

LEI Nº. 1.587 DE 21 DE MAIO DE 2015

"Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município de São Jose dos Quatro Marcos para o Exercício Financeiro de 2016 e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de SÃO JOSE DOS QUATRO MARCOS, Estado de Mato Grosso, **Sr CARLOS ROBERTO BIANCHI**, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei estabelece as Diretrizes Gerais para elaboração do Orçamento Programa do Município de SÃO JOSE DOS QUATRO MARCOS, relativo ao Exercício Financeiro de 2016, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos, Autarquias e demais entidades da Administração Direta e Indireta.

Art. 2º - A Proposta Orçamentária Anual será elaborada em consonância com as diretrizes fixadas nesta Lei, em cumprimento ao disposto no art. 165 da Constituição federal, na Lei Federal N.º 4.320, de 17/03/64, na Lei Complementar N.º 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Orgânica Municipal, tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita fornecida pelos órgãos competentes quanto às transferências legais da União e do Estado para o exercício e comparadas com a arrecadação verificada no primeiro semestre de 2015 e Projetada, no concernente à tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a serem realizadas considerando-se o comportamento da arrecadação no primeiro semestre de 2015, os efeitos das alterações na legislação tributária até 31 de dezembro de 2015, da variação de índices inflacionários correntes e previstos até dezembro de 2015, do crescimento econômico e das ações fiscais oriundas do poder Público municipal, ou quaisquer outros fatores que possam influenciar de maneira relevante no comportamento da arrecadação.

Parágrafo único. Fazem parte integrante desta Lei os seguintes anexos:

I – Projeção da Receita e da Despesa para 2016/2018;

II - Anexo de metas e prioridades para 2016;

III. - Anexo de Riscos Fiscais;

IV – Relatório dos projetos em andamento e posição sobre a situação de conservação do patrimônio público e providências a serem adotadas.

Art. 3º - O Projeto de Lei Orçamentária deve obedecer aos princípios da legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e probidade administrativa, devendo primar pela Responsabilidade na Gestão Fiscal, atentando para a ação planejada e transparente, direcionada para a prevenção de riscos e a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das Contas Públicas e estar voltado para:

§ 1º - Através de ação planejada e transparente, cumprir as metas de resultados entre receitas e despesas;

§ 2º - Mediante prevenção de riscos e correção de desvios, obedecer a limites e condições no que tange a renúncia de receita, a geração de despesas com pessoal, a dívida consolidada, às operações de crédito, inclusive por antecipação de receita - ARO, a concessão de garantias e à inscrição em restos a pagar.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2016

Art. 4º - Em consonância com o art. 165, § 2o, da Constituição, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2016 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei.

Parágrafo único. Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possui caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, sendo automaticamente atualizados pela lei orçamentária.

CAPÍTULO III

A ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO E ALTERAÇÕES DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO PARA 2016

Seção I

Da Organização dos Orçamentos do Município

Art. 5º - O orçamento fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das em-

presas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos da Fazenda Municipal.

Art. 6º - Os orçamentos discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação (créditos orçamentários) com suas respectivas dotações.

§ 1º As atividades, projetos e operações especiais poderão ser desdobrados em subtítulos (subprojetos ou subatividades), abertos por Decreto do Poder Executivo, para especificar sua localização física integral, parcial ou, ainda, atender à classificação por fonte de recursos (recursos vinculados), não podendo haver alteração das respectivas finalidades, produtos, unidades de medida e valores, estabelecidos para o respectivo título (projeto, atividade ou operação especial).

§ 2º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com vinculação de suas metas físicas ao anexo de metas e prioridades de que trata esta Lei.

Art. 7º - A lei orçamentária discriminará em unidades orçamentárias e/ou em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I – a fundos especiais;

II - às ações de saúde e assistência social;

III - ao pagamento de benefícios da previdência, para cada categoria de benefício;

IV – aos créditos orçamentários que se relacionem à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;

V - à concessão de subvenções econômicas e subsídios;

VI - à participação em constituição ou aumento de capital de empresas;

VII - ao pagamento de precatórios judiciários, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;

VIII - às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial; e

IX - ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor.

Art. 8º - O projeto de lei orçamentária deverá ser encaminhado pelo executivo ao Legislativo até o dia 31 de agosto de 2015 e será constituído de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados;

III - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5o, inciso II, da Constituição; e

V - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

VI – demonstrativo da renúncia da receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

§ 1º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, informando, saldos de créditos especiais, situação esperada dos restos a pagar ao final do exercício e outros compromissos financeiros exigíveis;

II - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa;

§ 2º. Integrará a proposta orçamentária, além dos documentos referidos, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.

Art. 9º - Para efeito do disposto neste capítulo o Poder Legislativo do Município encaminhará ao Poder Executivo, até 31 de julho de 2015, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária, observadas as disposições desta Lei.

Seção II

Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 10 - A Lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída de dotação global e corresponderá, na lei orçamentária a, no mínimo, 2 % (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o Município e:

I – se destinará a atender a passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos;

II – ficará sob a coordenação do órgão responsável pela sua destinação; e

III – será controlada através de registros contábeis no sistema orçamentário.

IV – suporte orçamentário às dotações que se fizerem insuficientes

Art. 11 - Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000:

I - integrará o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3o do art. 182 da Constituição, o impacto orçamentário e financeiro exigido em decorrência da LC nº 101/2000, art. 16;

II - entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3o, aquelas cujo valor não ultrapasse os limites a que se refere os incisos I e II do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993.

Art. 12 - O Poder Executivo elaborará e publicará, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária para 2016, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8o da Lei Complementar no 101 de 2000.

§1º. Para fins de elaboração do cronograma do Poder Executivo, o Poder Legislativo, em até dez dias da publicação da Lei Orçamentária, encaminhará ao Executivo a sua necessidade de repasses financeiros, estabelecidas mensalmente, para o exercício de 2016.

§ 2º No caso do Poder Executivo, o ato referido no **caput** e os que o modificarem conterão:

I - metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar no 101, incluindo seu desdobramento por origem de recursos;

II - demonstrativo da despesa por programas de governo.

Art. 13 - Se no final de cada bimestre for verificada a ocorrência de desequilíbrio entre as receitas e as despesas que possam comprometer a situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios estabelecidos na legislação vigente.

Parágrafo Único - Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 14 - Não serão objeto de limitação as despesas relativas:

I - A obrigações Constitucionais e legais do Município;

II - Ao pagamento do serviço da dívida pública fundada, inclusive parcelamento de débitos;

III - A despesas fixas com pessoal e encargos sociais, enquanto o Município se mantiver num patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo para realização de dispêndios com pessoal, constante do Artigo 20 da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00;

IV - Despesas vinculadas a uma determinada fonte de recursos cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso estejam sendo normalmente executado.

Art. 15 - Ocorrendo a necessidade de se efetuar contenção de despesas, para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados na seguinte ordem:

I - Novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;

II - Investimentos em execução à conta de recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específica, cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido;

III - Despesas de manutenção de atividades não essenciais, desenvolvidas com recursos ordinários;

IV - Outras despesas, a critério do Executivo Municipal, até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.

Seção III

Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias

Compreendidas os Créditos Adicionais Destinados ao

Poder Legislativo

Art. 16 - O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2016, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferida em 2015, nos termos do art. 29-A da Constituição da República e **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 58, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009**, acrescidos dos valores relativos aos inativos e pensionistas.

§1º. Para efeitos do cálculo a que se refere o caput considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até o último mês anterior ao do encerramento do prazo para a entrega da proposta orçamentária no Legislativo, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

§2º. Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo, ficando estabelecidas as seguintes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para a elaboração do orçamento:

I – caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares inferiores aos previstos, o Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo.

II – caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares superiores aos previstos, o Legislativo indicará os créditos orçamentários a serem suplementados ao Executivo até o limite constitucionalmente previsto.

Art. 17 - Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Legislativo, observados os limites anuais de 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República e da **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 58, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009**, efetivamente arrecadada no exercício de 2015, conforme previsto no artigo anterior.

§ 1º. Em caso da não elaboração do referido cronograma, os repasses se darão na forma de duodécimos mensais, iguais e sucessivos, respeitados, igualmente, os limites de que trata o caput.

§ 2º. Considera-se receita tributária e de transferências para fins de cálculo do orçamento do Poder Legislativo, desde que efetivamente arrecadadas:

a) os impostos;

b) as taxas;

c) a contribuição de melhoria;

d) a dívida ativa de impostos, taxas e contribuições de melhoria;

e) o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF;

f) a Cota-parte do Imposto Territorial Rural - ITR;

g) a Cota-parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA;

h) o valor bruto arrecadado da Transferência da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS

i) o valor bruto arrecadado da Transferência da LC nº 87/96;

j) do valor bruto arrecadado do Fundo de Participação dos Municípios;

k) o valor bruto arrecadado da Cota-parte do IPI/Exportação.

l) o valor arrecadado da CIDE

Art. 18 - O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

Parágrafo único. Ao final do exercício financeiro o saldo de recursos será devolvido ao Poder Executivo, deduzido:

I – os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro, considerando-se somente as contas do Poder Legislativo;

II – os valores necessários para:

a) obras e investimentos do Poder Legislativo que ultrapassem um exercício financeiro;

b) outros, desde que justificados pelo Presidente do Legislativo.

Art. 19 - A Câmara Municipal enviará até o dia 05 de cada mês, a demonstração da execução orçamentária e contábil do mês e até o mês anterior para fins de integração à contabilidade geral do Município.

Seção IV

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e avaliação dos Resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos

Art. 20 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a escrituração contábil será efetuada de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 21 - Os serviços de contabilidade do Município organizarão sistema de custos que permita:

a) mensurar o custo dos produtos das ações governamentais;

b) mensurar os custos diretos e indiretos dos programas de governo;

c) identificar o custo por atividade governamental e órgãos;

d) a tomada de decisões gerenciais.

Art. 22 - A avaliação dos resultados dos programas de governo se fará de forma contínua pelo sistema de controle interno do Poder Executivo.

§ 1º. A avaliação dos resultados dos programas de governo consistirá em análise sobre o desempenho da gestão governamental através da movimentação dos indicadores de desempenho, conjugando-os com o custo das ações que integram os programas e a evolução, em termos de realização dos produtos das ações e o atingimento de suas metas físicas, de forma que permita à administração e à fiscalização externa concluir sobre a eficiência das ações governamentais e a qualidade do gasto público.

§ 2º. Anualmente, em audiência pública promovida para fins de propiciar a transparência e a participação popular na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo avaliará, perante à sociedade, a eficácia e a eficiência da gestão, demonstrando o planejamento realizado em comparação com o executado no que se refere aos indicadores de desempenho, aos valores gastos e às metas físicas relacionadas com os produtos das ações.

Seção V

Da Disposição Sobre Novos Projetos

Art. 23 - Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento com recursos necessários ao término do projeto ou a obtenção de uma unidade completa;

II – estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público e, efetivamente, o Poder Público estiver adotando as medidas necessárias para tanto.

§ 1º. Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento dos projetos em andamento e novos.

§ 2º. O sistema de controle interno fiscalizará e demonstrará o cumprimento do parágrafo único do art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º. É condição para o início de projetos, devendo constar do procedimento de que trata o art. 38 da Lei 8.666/96, ou do procedimento de compra, em casos de contratações com valores estimados inferiores aos previstos no art. 24, I e II da referida Lei, a referência de atendimento ao artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Seção VI

Das Transferências de Recursos para o Setor Privado

Subseção I

Dos Recursos Destinados a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 24 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura ou desporto, e estejam registradas nas Secretarias Municipais correspondentes;

II - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2015, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 25 - Fica autorizada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “auxílios” para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento a atividades educacionais, saúde, assistenciais, culturais, de meio ambiente ou desportivas;

II - cadastradas junto às Secretarias Municipais correspondentes;

III - signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;

IV - consórcios intermunicipais, constituídos por lei e exclusivamente por entes públicos;

Subseção II

Das Transferências às Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 26 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo e educação, desde que aprovada pelo respectivo conselho municipal.

Art. 27 - A transferência de Recursos públicos para cobrir déficits de pessoas jurídicas, além das condições fiscais previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando for o caso, deverá ser autorizada por lei específica e, ainda, atender a uma das seguintes condições:

I – a necessidade deve ser momentânea e recair sobre pessoa física ou entidade cuja ausência de atuação do Poder Público possa justificar a sua extinção com repercussão social grave no Município, ou, ainda, representar prejuízo para o município.

II – incentivo fiscal para a instalação e manutenção de empresas industriais, comerciais e de serviços, nos termos do que já dispõe a Lei Municipal.

III – no que se refere à concessão de empréstimos destinados a pessoas físicas e jurídicas, estes ficam condicionados, além do pagamento dos encargos financeiros de juros não inferiores a 12% ao ano, ou ao custo de captação, nos termos do que dispõe o artigo 27 da Lei Complementar nº 101/2000:

a) destinação dos recursos através de fundo rotativo;

b) formalização de contrato;

c) aprovação de projeto pelo Poder Público;

d) acompanhamento da execução;

e) prestação de contas.

Parágrafo único. Lei específica poderá, conforme possibilita o parágrafo único do artigo 27 da LC nº 101/2000, estabelecer subsídio para empréstimos de que trata o inciso III deste artigo, hipótese em que a lei orçamentária estabelecerá crédito orçamentário próprio.

Seção VIII

Dos Créditos Adicionais

Art. 28 - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais as exposições de motivos que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS

DE CARÁTER CONTINUADO

Seção I

Do Aproveitamento da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Art.29 - A compensação de que trata o art. 17, § 2o, da Lei Complementar no 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão.

Parágrafo único. Cada Poder manterá controle sobre os valores já aproveitados da margem de expansão desde a edição da LC nº 101/2000.

Seção II

Das Despesas com Pessoal

Art. 30 - O Poder Executivo e Legislativo publicarão tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos.

Art. 31 - Os Poderes Executivo e Legislativo do Município terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais:

I – No Poder Legislativo:

a) 70% das receitas de impostos e transferências que cabem ao Poder, conforme Art. 29-A da Constituição Federal, excluídos os valores referentes aos inativos e pensionistas e eventuais repasses de cunho extra orçamentários;

b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos 6% sobre a Receita Corrente Líquida – RCL, deverá ser observado o limite de

acréscimo desta despesa, previsto no Art. 71 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

II – No Poder Executivo:

a) caso o Poder tenha ultrapassado os 54% (cinqüenta e quatro pontos percentuais) sobre a Receita Corrente Líquida no exercício de 2015, o orçamento de 2016 deverá prever o retorno ao percentual limite até o final do exercício, nos termos do art. 70 da Lei Complementar nº 101 de 2000.

b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos 54% sobre a Receita Corrente Líquida, deverá ser observado o limite de acréscimo desta despesa, em percentual da receita base de cálculo, nos termos do art. 71 da Lei Complementar no 101, de 2000.

Art. 32 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1o, inciso II, da Constituição, ficam autorizados, além das vantagens pessoais já previstas nos planos de cargos e regime jurídico:

I – No Poder Executivo:

a) aumento de remuneração em percentual de até 6%;

b) investiduras por admissão por aprovação para cargo ou emprego público, designação de função de confiança ou cargo em comissão com disponibilidade de vagas;

c) concessão de abono remuneratório aos servidores em efetivo exercício do magistério;

d) criação de empregos públicos para o atendimento de programas da União;

e) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal específica e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revele a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

II – No Poder Legislativo:

a) aumento de remuneração em percentual de até 6%;

b) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal específica e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revelem a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

§ 1º. As autorizações dos incisos I e II deverão ser precedidas da análise da repercussão sobre o percentual da despesa com pessoal, nos termos do artigo 17 e 71 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 33 - No exercício de 2016 a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver ultrapassado os 51,3%(cinqüenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento), respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, dentre estes:

I – situações de emergência ou calamidade pública;

II – situações em que possam estar em risco a segurança de pessoas ou bens;

III – a relação custo-benefício se revelar favorável em relação a outra alternativa possível;

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo e Legislativo, nas condições estabelecidas no *caput* deste artigo, far-se-á, respectivamente, pelo Prefeito Municipal e Presidente da Câmara, sendo os motivos devidamente fundamentados no ato da autorização.

Art. 34 - Ocorrendo a superação do patamar de 95% (noventa e cinco por cento) do limite aplicado ao Município para as despesas com pessoal, serão aplicáveis aos Poderes Executivo e Legislativo as vedações do § único, inciso I a V do Artigo 22 da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 35 - O Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal no corrente exercício, Projeto de Lei dispondo sobre alterações na Legislação Tributária, para vigorarem a partir do exercício de 2016, especialmente no diz respeito a:

I - Revisão das taxas, observando sua adequação às constantes oscilações nos custos reais dos serviços prestados;

II - Revisão da planta genérica de valores dos imóveis urbanos;

III - Revisão das alíquotas do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);

IV - Revisão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS);

V - Corrigir quaisquer injustiças tributárias verificadas e constantes da legislação vigente;

VI - Ajustar a Legislação Tributária aos novos ditames impostos pela condição econômica do país, bem como sua adequação em função das características próprias do Município;

VII - Consolidação de toda a Legislação Tributária do Município.

Art. 36 - O Poder Executivo fica incumbido de instituir e utilizar todos os mecanismos legais a ele atribuídos para arrecadar todos os tributos e contribuições de sua competência.

Parágrafo Único - O Poder Executivo envidará ações no sentido de diminuir o volume da dívida tributária e não tributária do Município.

Art. 37 - O Poder Executivo promoverá a modernização da máquina fazendária no sentido de aumentar a produtividade e diminuir os seus custos.

Art. 38 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, bem como a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, somente poderá ser apreciado caso se revista de elevado alcance social e de interesse público justificado, devendo estar acompanhada de:

I - Estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois seguintes;

II - Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - Medidas de compensação da renúncia por meio do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos ou contribuição.

Art. 39 - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, serão canceladas a previsão da receita e dotações orçamentárias de forma a restabelecer a previsão sem as alterações na legislação.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40 - Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas:

I – ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública

II – a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;

III – à utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;

IV – a cedência de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no município;

Art. 41 - A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa, não se incluindo na proibição a autorização para a abertura de créditos

adicionais suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 1º - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual ou de abertura de créditos adicionais suplementares, obedecerão ao princípio da iniciativa constante do Artigo 165 da Constituição Federal e somente poderão ser aprovados quando:

I - Estiverem compatíveis com o Plano Plurianual vigente;

II - Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de dotações, excluídos os que incidam sobre:

a) O pagamento de pessoal e seus encargos;

b) Amortização e serviço da dívida; e

c) A destinação ao atendimento de precatórios judiciais.

Art. 42 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São José dos Quatro Marcos-MT, 21 de Maio de 2015.

CARLOS ROBERTO BIANCHI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE FAZENDA
EDITAL DE ABERTURA

O Pregoeiro da Prefeitura de São José dos Quatro Marcos/MT comunica às empresas que às 14h00min, do dia **01/07/2015**, realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial Registro de Preço de nº. **32/2015**, e receberá os envelopes de (proposta e de habilitação) visando futuro e eventual contratação de empresa para "**Execução de serviços especializado na execução de Asfalto Urbano em rede fluvial, Sub base, base e capa asfáltica com meio fio"**. O Edital completo e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura através de REQUERIMENTO, Maiores informações pelo telefone 3251 – 1138, das 12:00 as 18:00 horas. CLAUDECIR ALVES FEITOSA, Pregoeiro.

SECRETARIA DE FAZENDA
EDITAL DE ABERTURA

O Pregoeiro da Prefeitura de São José dos Quatro Marcos/MT comunica às empresas que às 12h00min, do dia **01/07/2015**, realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial Registro de Preço de nº. **33/2015**, e receberá os envelopes de (proposta e de habilitação) visando futuro e eventual contratação de empresa para "**Aquisição de brinquedos"**. O Edital completo e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura através de REQUERIMENTO, Maiores informações pelo telefone 3251 – 1138, das 12:00 as 18:00 horas. CLAUDECIR ALVES FEITOSA, Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 035 DE 17 DE JUNHO DE 2015

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

CARLOS ROBERTO BIANCHI, Prefeito de São José dos Quatro Marcos/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art.1º- Fica composto o Conselho Municipal de Saúde, conforme Lei com mandato até 17 de Junho de 2017.

Art. 2º. - o Conselho Municipal de Saúde fica assim constituído:

I – Representantes do Governo Municipal;

a) Titular: **RONALDO FLOREANO DOS SANTOS** Suplente: **ADRIANA RODRIGUES DE MATOS SILVA b)** Titular: **ROSANGELA APARECIDA CORREA** Suplente: **MEIRIVANIA ALVES DE SOUZA c)** Titular: **MARA CRISTINA RAMOS** Suplente: **ROGÉRIO ALVES CORREA**

II – Representantes dos Prestadores de Serviços;

a) Titular: **NILSON DA FRANEA DE OLIVEIRA** Suplente: **EVELYN ALVES DE SOUZA**

III – Representantes dos Usuários;

a) Titular: **FIDELIS JOSÉ DE SOUZA** Suplente: **NELSON DOS SANTOS b)** Titular: **CLAUDINEI CARDOSO DE ANDRADE** Suplente: **MOISÉS BORDIM c)** Titular: **VALDIVA JARDIM DOS SANTOS** Suplente: **JOSÉ MONEZ d)** Titular: **JAIRO DE LIMA SOUZA** Suplente: **JOSÉ ALESSANDRO MAZETE JUSTIMIANO e)** Titular: **AMADO MÁXIMO DA SILVA** Suplente: **SAMUEL LEANDRO ROSA f)** Titular: **BERNADETE RIGONI DA SILVA** Suplente: **FRANCISCA APARECIDA MILLER ALMEIDA g)** Titular: **OTAVIANO AZAMBUJA MARTINS** Suplente: **KELLY CRISTINA CASADO DA SILVA h)** Titular: **ALDO DENÍCIO DE MELO** Suplente: **ANTONIO TEIXEIRA DE LIMA**

IV – Representantes dos Trabalhadores em Saúde;

a) Titular: **SANDRA MARA GOZZI NÉIA STROHER** Suplente: **ANDRÉ LUIS LOPES DOS SANTOS b)** Titular: **MARIA GORETE SOARES RAYMUNDO** Suplente: **IVANIA FERREIRA DOS SANTOS DE SOUZA c)** Titular: **GABRIEL PEREIRA DE SOUZA** Suplente: **IVANA SUELLEN TORRES PRIMON d)** Titular: **MÁBIA SIMONE DE ANDRADE** Suplente: **CÉLIA DIAS RODRIGUES**

Art. 3º - Os membros do Conselho exercerão suas funções de acordo com as especificações da Lei Municipal nº. 1036 de 17 de Junho de 2004.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de São José dos Quatro Marcos – MT, 17 de Junho de 2015.

CARLOS ROBERTO BIANCHI Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

CHEFIA DE GABINETE
EDITAL DE RETIFICAÇÃO N°002/2015 CONSELHO TUTELAR.

ELEIÇÕES UNIFICADAS PARA O CONSELHO TUTELAR

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 002/2015

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE São Pedro da Cipa, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe é conferida pela (lei do conselho Municipal Nº422/2013 e Decreto Nº 063/2015), torna público o presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO** para o Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2016/2019, tendo em vista a necessidade de retificar o calendário referente ao edital Nº 001/2015 que altera a data do curso prévio e analise dos requerimentos de inscrições, aprovado pela **RESOLUÇÃO Nº002/2015**, do CMDCA local.

1. DO PROCESSO DE ESCOLHA:

1.1. O Processo de Escolha em Data Unificada é disciplinado pela Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Resolução nº 170/2015 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONAN-

DA, assim como pela Lei Municipal nº 422/2013 e Resolução nº 002/2015, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Pedro da Cipa MT, sendo realizado sob a responsabilidade deste e fiscalização do Ministério Público;

1.2.

Os membros do Conselho Tutelar local serão escolhidos mediante o sufrágio universal, direto, secreto e facultativo dos eleitores do município, em data de 04 de outubro de 2015, sendo que a posse dos eleitos e seus respectivos suplentes ocorrerão em data de 10 de janeiro de 2016;

1.3. Assim sendo, como forma de dar início, regulamentar e ampla visibilidade ao Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar para o quatriênio 2016/2019, torna público o presente Edital, nos seguintes termos:

2. DO CONSELHO TUTELAR:

2.1. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, sendo composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida 01 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha em igualdade de escolha com os demais pretendentes;

2.2. Cabe aos membros do Conselho Tutelar, agindo de forma colegiada, o exercício das atribuições contidas nos art. 18-B, par. único[1], 90, §3º, inciso II, 95, 131, 136, 191 e 194, todos da Lei nº 8.069/90, observados os deveres e vedações estabelecidos por este Diploma, assim como pela Lei Municipal nº422/2015;

2.3. O presente Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de São Pedro da Cipa do Estado de Mato Grosso visa preencher as 05 (cinco) vagas existentes[2] o colegiado, assim como para seus respectivos suplentes;

2.4. Por força do disposto no art. 5º, inciso II, da Resolução nº 170/2014, do CONANDA, a candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas[3].

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS DOS CANDIDATOS A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR:

3.1. Por força do disposto no art. 49, da Lei nº 8.069/90, e do art.49, da Lei Municipal nº422/2013, os candidatos a membro do Conselho Tutelar devem preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) Reconhecida idoneidade moral;

b) Idade igual ou superior a 21 (vinte e um) anos;

c) Residir no município;

d) Estar quites com as obrigações eleitorais e no gozo de seus direitos políticos;

e) Estar quites com as obrigações militares (para candidatos do sexo masculino);

f) Não ter sido penalizado com a destituição da função de membro do Conselho Tutelar, nos últimos 05 (cinco) anos;

g) (possuir Diploma de Ensino Médio).

h) Formação em curso básico de informática

i) Atuação profissional de no mínimo ,02(dois)anos com criança ou adolescente, comprovada mediante documento oficial a relação de trabalho,cumulativo ou isoladamente.

1) Estudos e pesquisas;

2) Atendimento direto;

3) Defesa e garantia de Direitos da Criança e do adolescente;

j) Participar, com freqüência de 100%(cem por cento) de curso prévio e outras atividades, a ser promovidas pelo Conselho Municipal dos direitos da Criança e do adolescente, relacionadas á política de atendimento á criança e ao adolescente;

3.2. Serão impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro(a),genro ou nora,irmãos,cunhados durante o cunhado,tio(a)e sobrinho(a),padrasto ou madrasta e enteado(a)

3.3. O preenchimento dos requisitos legais deve ser demonstrado no ato da candidatura.

4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO:

4.1. Os membros do Conselho Tutelar exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva, durante o horário previsto no art. 40 da Lei Municipal nº 422/2015 para o funcionamento do órgão, sem prejuízo do atendimento em regime de plantão/sobreaviso, inclusive aos finais de semana e feriados, assim como da realização de outras diligência e tarefas inerentes ao órgão;

4.2. O valor do vencimento é de:R$1.589.87 conforme Lei Municipal 422/2013 ,bem como gozarão os conselheiros dos Direito previstos no art. 44 da Lei Federal Nº 80069/90 –Estatuto da criança e do adolescente.

4.3. Se eleito para integrar o Conselho Tutelar o servidor municipal, poderá optar entre o valor da remuneração do cargo de Conselheiro ou o valor de seus vencimentos, ficando-lhe garantidos:

a) O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato;

b) A contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

5. DOS IMPEDIMENTOS:

5.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto no art.140, da Lei nº 8.069/90 e art. 15, da Resolução nº 170/2014, do CONANDA;

5.2. Existindo candidatos impedidos de atuar num mesmo Conselho Tutelar e que obtenham votação suficiente para figurarem entre os 05 (cinco) primeiros lugares, considerar-se-á eleito aquele que tiver maior votação; o candidato remanescente será reclassificado como seu suplente imediato, assumindo na hipótese de vacância e desde que não exista impedimento;

5.3. Estende-se o impedimento do conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca;

5.4. É também impedido de se inscrever no Processo de Escolha unificado o membro do Conselho Tutelar que:

a) tiver sido empossado para o segundo mandato consecutivo até o dia 10 de janeiro de 2013;

b) tiver exercido o mandato, em regime de prorrogação, por período ininterrupto superior a 04 (quatro) anos e meio.

6. DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL:

6.1. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instituirá, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente Edital, uma Comissão Especial de composição paritária entre representantes do governo e da sociedade civil, para a organização e condução do presente Processo de Escolha;

6.2. Compete à Comissão Especial Eleitoral:

a) Analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos candidatos inscritos;

b) Receber as impugnações apresentadas contra candidatos que não atendam os requisitos exigidos, fornecendo protocolo ao impugnante;

c) Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

d) Decidir, em primeira instância administrativa, acerca da impugnação das candidaturas, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;

e) Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de indeferimento do registro da candidatura, sem prejuízo da imposição das sanções previstas na legislação local;

f) Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

g) Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

h) Escolher e divulgar os locais de votação e apuração de votos;

i) Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;

j) Notificar pessoalmente o Ministério Público, com a antecedência devida, de todas as etapas do certame, dias e locais de reunião e decisões tomadas pelo colegiado;

k) Divulgar amplamente o pleito à população, com o auxílio do CMDCA e do Poder Executivo local, estimulando ao máximo a participação dos eleitores.

6.3. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

7. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA:

7.1. O Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar observará o calendário anexo ao presente Edital;

7.2. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fará publicar editais específicos no Diário Oficial ou meio equivalente para cada uma das fases do processo de escolha de membros do Conselho Tutelar, dispondo sobre:

a) Inscrições e entrega de documentos;

b) Relação de candidatos inscritos;

c) Relação preliminar dos candidatos considerados habilitados, após a análise dos documentos;

d) Relação definitiva dos candidatos considerados habilitados, após o julgamento de eventuais impugnações;

e) Dia e locais de votação;

f) Resultado preliminar do pleito, logo após o encerramento da apuração;

g) Resultado final do pleito, após o julgamento de eventuais impugnações; e

h) Termo de Posse.

8. DA INSCRIÇÃO/ENTREGA DOS DOCUMENTOS:

8.1. A participação no presente Processo de Escolha em Data Unificada iniciar-se-á pela inscrição por meio de requerimento impresso e/ou formulário eletrônico, e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital;

8.2. A inscrição dos candidatos será efetuada pessoalmente na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Pedro da Cipa do Estado de Mato Grosso, à Rua Rui Barbosa, nº 335, nesta cidade, das 12:00 às 17:00 horas .

8.3. Ao realizar a inscrição, o candidato deverá, obrigatoriamente e sob pena de indeferimento de sua candidatura, apresentar original e cópia dos seguintes documentos:

a) Carteira de identidade ou documento equivalente;

b) Título de eleitor, com o comprovante de votação ou justificativa nas 04 (quatro) últimas eleições;

c) Certidões negativas cíveis e criminais que comprovem não ter sido condenado ou estar respondendo, como réu, pela prática de infração penal, administrativa, ou conduta incompatível com a função de membro do Conselho Tutelar;

d) Em sendo candidato do sexo masculino, certidão de quitação com as obrigações militares;

e)Atuação profissional de,no mínimo ,02(dois anos com criança ou adolescente,comprovada mediante documento oficial que confirme a relação de trabalho,cumulativo ou isoladamente.

8.4. A falta ou inadequação de qualquer dos documentos acima relacionados será imediatamente comunicada ao candidato, que poderá supri-la até a data-limite para inscrição de candidaturas, prevista neste Edital;

8.5. Os documentos deverão ser entregues em duas vias para fé e contra-fé;

8.6. Documentos digitalizados serão considerados válidos, desde que também apresentados os originais ou existentes apenas em formato digital;

8.7. Eventuais entraves à inscrição de candidaturas ou à juntada de documentos devem ser imediatamente encaminhados ao CMDCA e ao Ministério Público;

8.8. As informações prestadas e documentos apresentados por ocasião da inscrição são de total responsabilidade do candidato.

9. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

9.1. Encerrado o prazo de inscrição de candidaturas, a Comissão Especial Eleitoral designada pelo CMDCA efetuará, no prazo de 05 (cinco) dias, a análise da documentação exigida neste Edital, com a subsequente publicação da relação dos candidatos inscritos;

9.2. A relação dos candidatos inscritos e a documentação respectiva serão encaminhadas ao Ministério Público para ciência, no prazo de 10 (dez) dias, após a publicação referida no item anterior.

10. DA IMPUGNAÇÃO ÀS CANDIDATURAS:

10.1. Qualquer cidadão poderá requerer a impugnação de candidato, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação da relação dos candidatos inscritos, em petição devidamente fundamentada;

10.2. Findo o prazo mencionado no item supra, os candidatos impugnados serão notificados pessoalmente do teor da impugnação no prazo 05 (cinco) dias, começando, a partir de então, a correr o prazo de 03 (três) dias para apresentar sua defesa;

10.3. A Comissão Especial Eleitoral analisará o teor das impugnações e defesas apresentadas pelos candidatos, podendo solicitar a qualquer dos interessados a juntada de documentos e outras provas do alegado;

10.4. A Comissão Especial Eleitoral terá o prazo de 03(três) dias, contados do término do prazo para apresentação de defesa pelos candidatos impugnados, para decidir sobre a impugnação;

10.5. Concluída a análise das impugnações, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar edital contendo a relação preliminar dos candidatos habilitados a participarem do Processo de Escolha em data Unificada;

10.6. As decisões da Comissão Especial Eleitoral serão fundamentadas, delas devendo ser dada ciência aos interessados, para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital;

10.7. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à Plenária do CMDCA, no prazo de 03 (três) dias, contados da data da publicação do edital referido no item anterior[4];

10.8. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar a relação definitiva dos candidatos habilitados ao pleito, com cópia ao Ministério Público;

10.9. **Ocorrendo falsidade em qualquer informação ou documento apresentado, seja qual for o momento em que esta for descoberta, o candidato será excluído do pleito, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.**

11. DA CAMPANHA E DA PROPAGANDA ELEITORAL:

11.1. Cabe ao Poder Público, com a colaboração dos órgãos de imprensa locais, dar ampla divulgação ao Processo de Escolha desde o momento da publicação do presente Edital, incluindo informações quanto ao papel do Conselho Tutelar, dia, horário e locais de votação, dentre outras informações destinadas a assegurar a ampla participação popular no pleito;

11.2. É vedada a vinculação político-partidária das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação;

11.3. Os candidatos poderão dar início à campanha eleitoral após a publicação da relação definitiva dos candidatos habilitados, prevista no item 10. 8 deste Edital;

11.4. A propaganda eleitoral em vias e logradouros públicos observará, por analogia, os limites impostos pela legislação eleitoral e o Código de Posturas do Município, garantindo igualdade de condições a todos os candidatos;

11.5. Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores, por meio de debates, entrevistas e distribuição de panfletos, desde que não causem dano ou perturbem a ordem pública ou particular;

11.6. As instituições públicas ou particulares (escolas, Câmara de Vereadores, rádio, igrejas etc.) que tenham interesse em promover debates com os candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de membro do Conselheiro Tutelar;

11.7. Os debates deverão ter regulamento próprio, a ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e à Comissão Especial Eleitoral designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência;

11.8. Cabe à Comissão Especial Eleitoral supervisionar a realização dos debates, zelando para que sejam proporcionadas iguais oportunidades a todos os candidatos nas suas exposições e respostas;

11.9. É vedada a propaganda, ainda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação em geral (jornal, rádio ou televisão), faixas, outdoors, camisas, bonés e outros meios não previstos neste Edital;

11.10. **É dever do candidato portar-se com urbanidade durante a campanha eleitoral, sendo vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes;**

11.11. Não será permitido qualquer tipo de propaganda no dia da eleição, em qualquer local público ou aberto ao público, sendo que a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;

11.12. A violação das regras de campanha importará na cassação do registro da candidatura ou diploma de posse do candidato responsável, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

12. DA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR:

12.1. A eleição para os membros do Conselho Tutelar do Município de São Pedro da Cipa realizar-se-á no dia 04 de outubro de 2015, das 08h às 17h, conforme previsto no art. 139, da Lei nº 8.069/90 e Resolução nº 152/2012, do CONANDA;

12.2. A votação deverá ocorrer preferencialmente em urnas eletrônicas cedidas pela Justiça Eleitoral, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Mato Grosso;

12.3. As cédulas para votação manual serão elaboradas pela Comissão do Especial Eleitoral, adotando parâmetros similares aos empregados pela Justiça Eleitoral em sua confecção;

12.4. Nas cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes, codinomes, fotos e número dos candidatos a membro do Conselho Tutelar;

12.5. As mesas receptoras de votos deverão lavrar atas segundo modelo fornecido pela Comissão Especial Eleitoral, nas quais serão registradas eventuais intercorrências ocorridas no dia da votação, além do número de eleitores votantes em cada uma das urnas;

12.6. Após a identificação, o eleitor assinará a lista de presença e procederá a votação;

12.7. O eleitor que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;

12.8. O eleitor poderá votar em apenas um candidato;

12.9. No caso de votação manual, votos em mais de um candidato ou que contenham rasuras que não permitam aferir a vontade do eleitor serão anulados, devendo ser colocados em envelope separado, conforme previsto no regulamento da eleição;

12.10. Será também considerado inválido o voto:

a) cuja cédula contenha mais de 01 (um) candidato assinalado;

b) cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação;

c) cuja cédula não corresponder ao modelo oficial;

d) que tiver o sigilo violado.

12.11. Efetuada a apuração, serão considerados eleitos os 05 (cinco) candidatos mais votados, ressalvada a ocorrência de alguma das vedações legais acima referidas, sendo os demais candidatos considerados suplentes pela ordem de votação;

12.11. Em caso de empate na votação, ressalvada a existência de outro critério previsto na Lei Municipal local, será considerado eleito o candidato com idade mais elevada.

13. DAS VEDAÇÕES AOS CANDIDATOS DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA:

13.1. Conforme previsto no art. 139, §3º, da Lei nº 8.069/90, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

13.2. É também vedada a prática de condutas abusivas ou desleais que acarretem vantagem indevida ao candidato, como a “boca de urna” e o transporte de eleitores, dentre outras previstas na Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral), pois embora não caracterizem crime eleitoral, importam na violação do dever de idoneidade moral que se constitui num dos requisitos elementares das candidaturas;

13.3. Os candidatos que praticarem quaisquer das condutas relacionadas nos itens anteriores, durante e/ou depois da campanha, inclusive no dia da votação, terão cassado seu registro de candidatura ou diploma de posse, sem prejuízo da apuração da responsabilidade civil e mesmo criminal, inclusive de terceiros que com eles colaborem;

13.4. Caberá à Comissão Especial Eleitoral ou, após sua dissolução, à Plenária do CMDCA, decidir pela cassação do registro da candidatura ou

diploma de posse, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

14. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL:

14.1. Ao final de todo o Processo, a Comissão Especial Eleitoral encaminhará relatório ao CMDCA, que fará divulgar no Diário Oficial ou em meio equivalente, o nome dos 05 (cinco) candidatos eleitos para o Conselho Tutelar e seus respectivos suplentes, em ordem decrescente de votação.

15. DA POSSE:

15.1. A posse dos membros do Conselho Tutelar será concedida pelo Presidente do CMDCA local, no dia 10 de janeiro de 2016, conforme previsto no art. 139, §2º, da Lei nº 8.069/90;

15.2. Além dos 05 (cinco) candidatos mais votados, também devem tomar posse, pelo menos, 05 (cinco) suplentes, também observada a ordem de votação, de modo a assegurar a continuidade no funcionamento do órgão, em caso de férias, licenças ou impedimentos dos titulares.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

16.1. Cópias do presente Edital e demais atos da Comissão Especial Eleitoral dele decorrentes serão publicadas, com destaque, nos órgãos oficiais de imprensa, no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa do Estado de Mato Grosso, bem como afixadas no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal;

16.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 422/2013;

16.3. É de inteira responsabilidade dos candidatos acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo de escolha em data unificada dos membros do Conselho Tutelar;

16.4. É facultado aos candidatos, por si ou por meio de representantes credenciados perante a Comissão Especial Eleitoral, acompanhar todo desenrolar do processo de escolha, incluindo as cerimônias de lacração de urnas, votação e apuração;

16.5. Cada candidato poderá credenciar, até 48 (quarenta e oito) horas antes do pleito, 01 (um) representante por local de votação e 01 (um) representante para acompanhar a apuração dos votos e etapas preliminares do certame;

16.6. Os trabalhos da Comissão Especial Eleitoral se encerram com o envio de relatório final contendo as intercorrências e o resultado da votação ao CMDCA;

16.7. O descumprimento das normas previstas neste Edital implicará na exclusão do candidato ao processo de escolha.

Publique-se

Encaminhem-se cópias ao Ministério Público, Poder Judiciário e Câmara Municipal locais

São Pedro da Cipa MT, 29 de Maio de 2015

Daniel Souza de Almeida

Presidente do CMDCA

ANEXO

Calendário Referente ao Edital nº 001/2015 do CMDCA[5]

1 - Publicação do Edital: 29/05/2015;

2 - Inscrições na sede do CMDCA das 12:00 do dia 29/05/2015 às 17:00 do dia 29/06/2015;

3 - Curso prévio com duração de 20 horas, do dia 30 de Junho a 03 de Julho de 2015;

4 - Análise dos Requerimentos de inscrições: de 03/07/2015 a 09/07/2015;

5 - Publicação da lista dos candidatos com inscrições deferidas: 10/07/2015;

6 - Prazo para recurso de 13/07/2015 a 17/07/2015;

7 - Análise dos recursos pela Comissão Especial Eleitoral: de 20/07/2015 a 22/07/2015;

8 - Divulgação do resultado dos recursos e publicação da lista preliminar dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética: 24/07/2015;

9 - Abertura de prazo para recurso à Plenária do CMDCA: 27/07/2015;

10 - Julgamento dos recursos pelo CMDCA: 03/08/2015;

11 - Divulgação do resultado dos recursos e publicação da lista definitiva dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética (e início do prazo para realização da campanha eleitoral pelos candidatos): 10/08/2015;

12 - Dia da votação: 04/10/2015;

13 - Divulgação do resultado da votação: 05/10/2015;

14 - Prazo para impugnação do resultado da eleição: de 05/10/2015 a 10/10/2015;

15 - Julgamento das impugnações ao resultado da eleição: 20/10/2015;

16 - Publicação do resultado do julgamento das impugnações ao resultado da eleição: 25/10/2015;

17 - Prazo para recurso quanto ao julgamento dos recursos interpostos contra resultado da eleição: de 25/10/2015 a 30/10/2015;

18 - Publicação do resultado do julgamento dos recursos: 06/11/2015;

19 - Proclamação do resultado final da eleição: 10/11/2015;

20 - Posse e diplomação dos eleitos: 10/01/2016.

[5]

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Presidente da Comissão de Processo Administrativo, no uso de suas atribuições legais;

CONVOCA:

O Servidor **MAXIMINO PACHECO DA ROSA,** Agente da Administração Publica II – Motorista, matricula 1171, nas condições de indiciar para comparecer na sede da Comissão local na Av. Comendador Jose Pedro Dias, dia 02 de Julho de 2015, ás 10:00 horas, a fim de prestar depoimento do Processo nº 002/2015.

Fica advertida para fazer - se acompanhada de Advogado, bem assim, produzir no ato as provas que entender pertinentes para a elucidação dos fatos.

Tabaporã – MT, 18 de Junho de 2015.

NEIVA FARTO DE CARVALHO

PRESIDENTE DA COMISSÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO CPL Nº 018/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ-MT.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO CPL Nº 018/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tabaporã-(MT)

Contratado: D. E. Mocelin-ME, **CNPJ nº 14.222.781/0001-73.**

Objeto: Prestação de serviços de locação de 250 horas de maquina pá carregadeira, para atender aos produtores da Agricultura Família do Município. Valor do termo aditivo R$ 41.250,00, decorrente do pregão presencial nº 53/2014. Assinatura de Termo em 01 de Junho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 02/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 02/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2014

Aos dezessete dias do mês de Junho de 2014, na sede da Prefeitura Municipal de Tabaporã, localizada na Avenida Comendador José Pedro Dias, 979, Centro, Tabaporã-MT, neste ATO representado pelo Prefeito Municipal Srº: PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Tabaporã – MT, portador do RG nº 4.174.004-2- SSP/PR e do CPF/MF nº 544.061.889-91 de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e o Decreto Municipal nº. 2.804/2013, que Institui o Sistema de Registro de Preços no Município e em face da classificação e homologação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2014, RESOLVE, registrar os preços das Empresas: 01-CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ: 03.652.030/0001-70,com sede na BR 480, n° 795, na Cidade de Barão de Cotegipe – RS, neste ato representada pelo seu representante legal: Sr. Reginaldo Araujo Costa, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Várzea Grande – MT, portador do Rg nº 08400237 e do CPF: 581.052.711-68 ; Empresa: 02 DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ:02.520.829/0001-40, representada pelo Sr. Leandro Costa da Matta, brasileiro, casado, portador do RG: 1496052-4 SSP/MT e CPF nº 889.946.271-20 ; Empresa: 03 ROTILLI & MACHADO LTDA, incrita no CNPJ nº 08.833.844/0001-25, com sede na AV. Londrina lote 21, quadra 10, nº 327, Sinop – MT, Representado pelo Sr Leonilson Serafin Acordi, brasileiro, solteiro, portador do RG n° 11.86874-0 SSP/MT e CPF nº 695.251.371-04; Empresa 04 DENTAL CENTRO OESTE LTDA, inscrita no CNPJ n° 36.900.926/0001-80, com sede na Rua Professor João Felix n° 635, CEP: 78.008. 135 – Bairro Baú, cidade de Cuiabá – MT, representada pelo SR Carlos Luciano Monteiro, brasileiro, casado, portador do RG nº 11499257 e do CPF n° 818.222.511-68, Empresa 05 DELTA MEDICAMENTOS COMERCIO DE PRODUTOS HOSP. LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.835.955/0001-70, com 34, n° 209, quadra 35 LT 01, setor Santos Dumont, Goiânia /GO, Representada pela Sr Cleide Fistarol, brasileira, solteira, portadora do RG° 2604449-5 SSP/MT e do CPF nº 007.387.671-23; Empresa 06 VL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS PRODUTOS HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 013.507.016/0001-37 com sede na Rua 218. N° 18, quadra 82, lote 21, Setor Coimbra, CEP: 74.530-140, Goiânia – GO, representado pelo Sr Wagner Pereira Lopes, brasileiro, casado, portador do RG nº 1316384-SSP/GO e do CPF n° 424.802.991-04 , doravante denominados simplesmente FORNECEDORES , nos termos do Pregão Presencial nº 33/2014, Registro de Preços para futura e eventual aquisição de :“ MEDICAMENTOS: DA FARMÁCIA BÁSICA: PSF´S E CENTRO DE REABILITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNIICPIO”, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme a Lei nº 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preço para futura e eventual aquisição de Medicamentos e Materiais de Consumo da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde do Município de Tabaporã Estado de Mato Grosso para atender esta Prefeitura conforme especificações e condições constantes nesta Ata de Registro de Preço:

EMPRESA: 01-CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD. CNPJ: 03.652.030/0001-70.

Asma Rinite

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
3	6000	CPR	PREDNISONA 5 MG CPR	0,06	R$ 360,00

Saúde Mental

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
2	30.000	CPR	CARBAMAZEPINA 200MG CPR	0,11	R$ 3.300,00
5	7.000	CPR	CLORPROMAZINA 100 MG	0,22	R$ 1.540,00
6	30.000	CPR	DIAZEPAM 10MG CPR	0,05	R$ 1.500,00
7	30.000	CPR	FENITOINA 100MG CPR	0,06	R$ 1.800,00
8	30.000	CPR	FENOBARBITAL 100MG CPR	0,08	R$ 2.400,00
11	8000	CPR	LEVOMEPROMAZINA 100MG CPR	0,54	R$ 4.320,00
15	3000	FR	VALPROATO SODIO 250MG/5ML 100ML	2,28	R$ 6.840,00

Hipertensão e Diabetes Mellitus

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT.	VR.TOTAL
1	5.000	CPR	AMIODARONA 200MG CPR	0,28	R$ 1.400,00
5	100.000	CPR	CAPTOPRIL 25MG CPR	0,02	R$ 2.000,00
6	50.000	CPR	CARVEDILOL 12,5MG CPR	0,12	R$ 6.000,00
7	5000	CPR	DIGOXINA 0,25MG CPR	0,05	R$ 250,00
8	30.000	CPR	ENALAPRIL 10MG CPR	0,05	R$ 1.500,00
13	50.000	CPR	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG CPR	0,02	R$ 1.000,00
15	50.000	CPR	LOSARTANA POTASSICA 50MG CPR	0,07	R$ 3.500,00

Farmácia básica

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
4	6.000	FR	ALBENDAZOL 400MG SUSP 10ML	0,81	R$ 4.860,00
11	8000	FR	CEFALEXINA 250MG SUSP 60ML	3,05	R$ 24.320,00
12	11.000	CPR	CEFALEXINA 500MG CPS	0,17	R$ 1.870,00

13	10.000	CPR	LEVONOGESTREL 0,15 MG + ETINILESTRADIOL 0,03MG	0,03	R$ 300,00
14	12.000	CPR	CIPROFLOXACINO 500MG CPR	0,15	R$ 1.800,00
16	8000	FR	DEXAMETASONA 0,1MG/ML XRP	1,12	R$ 8.960,00
17	8000	FR	DEXCLORFERINAMINA 2MG/5ML XPE 100ML	0,94	R$ 7.520,00
19	10.000	CPR	DIPIRONA 500MG	0,06	R$ 600,00
20	3.000	FR	HIDROXIDO ALUMINIO+MAGNESIO 100ML	1,28	R$ 3.840,00
21	30.000	CPR	IBUPROFENO 300MG CPR	0,06	R$ 1.800,00
27	8.000	CPR	METRONIDAZOL 250MG	0,08	R$ 640,00
28	5000	TB	METRONIDAZOL CR VAG 500MG/5MG	3,64	R$ 18.200,00
29	3500	VD	METRONIDAZOL SUSP 100 ML	1,47	R$5.145,00
30	5000	TB	MICONAZOL CR VAG 20MG/G	4,35	R$ 21.750,00
34	10.000	CPS	OMEPRAZOL 20MG CPS	0,05	R$ 500,00
35	10.000	CPR	PARACETAMOL 500MG CPR	0,04	R$ 400,00
38	5000	CPR	RANITIDINA 150MG CPR	0,09	R$ 450,00
39	5000	ENV	REHIDRATANTE ENV 27,9G	0,40	R$ 2.000,00
43	8000	FR	SULF+TRIMETROPRIM SUSP 200MG+5MG 50 ML	0,86	R$ 6.880,00

SUPLEMENTO DE FERRO E ÁCIDO FÓLICO

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
1	8.000	CPR	ÁCIDO FÓLICO 5MG	0,02	R$ 160,00
2	3000	FR	SULFATO FERROSO 300MG/ML	1,15	R$ 3.450,00

Valor de R$ 153.155,00

EMPRESA: 02 DIMASTER COMERCIO DE PROD. HOSPITALARES LTDA CNPJ:02.520.829/0001-40

Asma Rinite

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
1	6000	FR	SALBUTAMOL SPRAY 100 MCG	4,65	R$ 27.900,00

Saúde Mental

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
1	30.000	CPR	AMITRIPTILINA 25MG CPR	0,07	R$ 2.100,00
12	10000	CPR	VALPROATO DE SODIO 250MG CPR	0,25	R$2.500,00

Hipertensão e Diabetes Mellitus

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT.	VR.TOTAL
4	50.000	CPR	ATENOLOL 50MG CPR	0,03	R$ 1.500,00
9	30.000	CPR	ENALAPRIL 20MG CPR	0,07	R$ 2.100,00
10	30.000	CPR	ESPIRONOLACTONA 25MG CPR	0,10	R$ 3.000,00
11	30.000	CPR	FUROSEMIDA 40MG CPR	0,04	R$ 1.200,00
19	30.000	CPR	NIFEDIPINA 10MG CPR	0,19	R$ 5.700,00

Farmácia básica

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
5	5.000	CPR	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG CPR	0,38	R$ 1.900,00
6	3000	FR	CLORIDRATO DE AMBROXOL 15MG/ML PED.	1,13	R$ 3.390,00
7	3000	FR	CLORIDRATO DE AMBROXOL 30MG/ML ADU.	1,13	R$ 3.390,00
8	8000	FR	AMOXICILINA 250MG SUSP 60ML	1,765	R$ 14.120,00
10	10.000	CPR	CARBONATO DE CALCIO + VITAMINA D 500MG CPR	0,50	R$ 5.000,00
18	10.000	FR	DIPIRONA 500MG/ML GTS 20 ML	0,96	R$ 9.600,00
22	10.000	FR	IBUPROFENO 50MG/ML 20ML	0,95	R$ 9.500,00
31	5000	TB	NEOMICINA+BACIT PDA 10GR	0,90	R$ 4.500,00
33	2000	FR	OLEO MINERAL 100 ML	2,10	R$ 4.200,00
40	8000	FR	SALBUTAMOL XPE 100 ML	0,75	R$ 6.000,00
41	10.000	CPR	SINVASTATINA 20MG CPR	0,07	R$ 700,00

TABAGISMO

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
5	2500	CPR	CLORIDRATO DE BUPROPIONA 150MG	R$ 0,74	R$ 1.850,00

Valor de R$ 110.150,00

EMPRESA: 03 - ROTILLI & MACHADO LTDA- CNPJ 08.833.844/0001-25

Hipertensão e Diabetes Mellitus

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT.	VR.TOTAL
14	3.000	CPR	ISOSSORBIDA 5MG CPR	0,14	R$ 420,00

TABAGISMO

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
4	500	ADESIVOS	NICOTINA 21MG 06 CARTUCHOS COM 7 ADESIVOS	R$ 3,08	R$ 1.540,00

Valor de R$ 1.960,00

EMPRESA: 04 - DENTAL CENTRO OESTE LTDA-CNPJ N° 36.900.926/0001-80

Insumos Diabetes Mellitus

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
2	6000	UN	SER 1ML C/AG 13X40 P/INS 100 UNI. POR CAIXA	0,18	R$ 1.080,00

Saúde Mental

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
4	7000	CPR	CLORPROMAZINA 25 MG	0,22	R$ 1.540,00

Hipertensão e Diabetes Mellitus

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT.	VR.TOTAL
2	10.000	CPR	ANLODIPINO 10MG CPR	0,05	R$ 500,00
18	8.000	CPR	METILDOPA 500MG CPR	0,19	R$ 1.520,00

Farmácia básica

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
24	9000	CPR	MEBENDAZOL 100MG	0,05	R$ 450,00

Valor de R$ 5.090,00

EMPRESA: 05 DELTA MEDICAMENTOS COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSP. LTDA.

CNPJ nº 08.835.955/0001-70

Saúde Mental

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
3	2000	FR	CARBAMAZEPINA 20MG/ ML SUSP 100 ML	7,88	R$ 15.760,00
13	10000	CPR	VALPROATO DE SODIO 300MG CPR	1,75	R$ 17.500,00

Farmácia básica

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
26	5000	FR	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML 20ML	0,70	R$ ‘3.500,00
32	5000	TB	NISTATINA CR VAG 25.000UI/G	2,63	R$ 13.150,00
37	5.000	CPR	PROMETAZINA 25MG CPR	0,13	R$ 650,00

SUPLEMENTO DE FERRO E ÁCIDO FÓLICO

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
3	8.000	CPR	SULFATO FERROSO 300MG	0,05	R$ 400,00

Valor de R$ 50.960,00

EMPRESA-06- VL DISTRIBUIDORA DE MED. PRODUTOS HOSPITALAR LTDA CNPJ nº 013.507.016/0001-37.

Asma Rinite

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
2	6000	CPR	PREDNISONA 20 MG CPR	0,11	R$ 660,00

Insumos Diabetes Mellitus

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
1	2000	UN	LANCETAS PICADORAS	0,05	R$ 100,00
3	150	CX	TIRAS HGT C/50 UNIDADES POR CAIXA	19,00	R$ 2.850,00

Saúde Mental

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
9	1200	FR	FENOBARBITAL 40MG/ML	2,95	R$ 3.540,00
10	10.000	CPR	HALOPERIDOL 5MG CPR	0,09	R$ 900,00
14	10000	CPR	VALPROATO DE SODIO 500MG CPR	0,65	R$ 6.500,00

Hipertensão e Diabetes Mellitus

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT.	VR.TOTAL
3	5.000	CPR	ANLODIPINO 5MG CPR	0,02	R$ 100,00
12	50.000	CPR	GLIBENCLAMIDA 5MG CPR	0,02	R$ 1.000,00

16	50.000	CPR	METFORMINA 850MG CPR	0,07	R$ 3.500,00
17	8.000	CPR	METILDOPA 250MG CPR	0,13	R$ 1.040,00
20	30.000	CPR	PROPANOLOL 40MG CPR	0,02	R$ 600,00

Farmácia básica

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
1	130.000	CPR	AAS 100MG INF CPR	0,02	R$ 2.600,00
2	8.000	CPR	AAS 500MG ADT CPR	0,04	R$ 320,00
3	10.000	CPR	ALBENDAZOL 400MG CPR	0,37	R$ 3.700,00
9	11.000	CPS	AMOXICILINA 500MG CPS	0,10	R$ 1.100,00
23	6000	FR	MEBENDAZOL 20MG SUSP 30ML	0,78	R$ 4.680,00
25	5000	CPR	METOCLOPRAMIDA 10MG CPR	0,06	R$ 300,00
36	10.000	FR	PARACETAMOL GTS 15ML	0,54	R$ 5.400,00
42	8000	CPR	SULF+TRIMETROPRIM 400MG+80MG CPR	0,06	R$ 480,00

TABAGISMO

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
1	5000	PASTILHA	NICOTINA 2MG COM 30 TABLETES MASTIGÁVEIS	R$ 1,43	R$ 7.150,00
2	500	ADESIVOS	NICOTINA 7MG 06 CARTUCHOS COM 7 ADESIVOS	R$ 6,60	R$ 3.300,00
3	500	ADESIVOS	NICOTINA 14MG 06 CARTUCHOS COM 7 ADESIVOS	R$ 6,92	R$ 3.460,00

Valor de R$ 53.280,00.

Valor global da ATA de R$ 374.595,00 (trezentos e setenta e quatro mil e quinhentos noventa e cinco reais)

1.2 Este instrumento não obriga o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 A presente Ata terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, conforme Decreto Municipal n. 2804/2013;

2.2 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem, conforme estipulado no Decreto Municipal n. 2804/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA FISCALIZAÇÃO.

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Tabaporã-MT, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, devendo ser observado o aspecto operacional e jurídico, assim como o acompanhamento e a fiscalização da presente Ata de Registro de Preços que também será realizado pela Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

4.1 A entrega dos medicamentos deverá ser realizada em até 10 (dez) dias corridos, contados da data do envio (que poderá ser por e-mail ou fax) da NAD (Nota de Autorização de Despesa) ou Nota de Empenho, nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo Fornecedor e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

4.2 O local para a entrega dos materiais será designada pela Secretaria Municipal de Saúde de Tabaporã/MT, nos dias úteis no horário das 07:30 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente;

5.2 As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Tabaporã, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega;

5.3 Os medicamentos licitados serão verificados em relação à conformidade, qualidade e quantidade de acordo com o Edital, após o recebimento dos mesmos e apresentação de nota fiscal;

5.4 Os materiais deverão ser entregues juntamente com sua Nota Fiscal, obedecendo rigorosamente o solicitado;

5.5 O recebimento não excluirá a Adjudicatária da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei 8.666/93;

5.6 A Adjudicatária ficará obrigada a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta Ata de Registro de Preços em que se verificar vícios ou incorreções resultantes dos materiais fornecidos;

5.7 A Secretaria Municipal de Saúde rejeitará no todo ou em parte o fornecimento dos materiais em desacordo com a ordem de fornecimento e com as normas deste Edital;

5.8 Os materiais e medicamentos devem ser transportados de maneira que cheguem à Secretaria em boas condições de conservação e limpos, preferencialmente em veículos fechados.

5.9 O Fornecedor responsabilizar-se-á pelas despesas com impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fretes e demais despesas eventuais, que porventura sobrevier do presente objeto.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 O Fornecedor deverá entregar os materiais registrados em Ata imediatamente após emissão da ordem de fornecimento nas quantidades nela especificadas, conforme estipulado nas cláusulas anteriores, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/ Fornecedor e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

6.2 A empresa se obrigará em um prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartadas o uso inadequado;

6.3 O Fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.4 São obrigações do FORNECEDOR, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata de Registro de Preços, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento dos materiais a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o Fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – não transferir, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação;

XII - manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;

XIII - indicar o preposto e seu substituto, que ficará responsável pelo controle das solicitações, bem como pelos esclarecimentos de dúvidas quando da execução contratual;

XIV - Ser responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscal, comercial, frete e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento dos produtos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.1 São responsabilidades do FORNECEDOR:

I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ATA, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao Fornecedor, o valor correspondente.

7.2 O fornecedor autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO/ENTIDADE

8.1 A Prefeitura Municipal de Tabaporã, obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos;

II - receber os produtos nos termos, prazos e condições estabelecidas no edital;

II - permitir ao pessoal do Fornecedor, acesso ao local da entrega dos materiais desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o Fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ATA;

V - fiscalizar a entrega do objeto licitado;

VI - notificar a licitante vencedora, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

VII - aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

8.2 Caberá à Prefeitura promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;

8.3 Caberá à Prefeitura receber o bem adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;

8.4 O recebimento provisório dar-se-á pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio de seu responsável, no ato da entrega do bem e da nota fiscal pela adjudicatária, sendo que este recebimento não implica a sua aceitação;

8.5 O recebimento definitivo dar-se-á após a verificação do cumprimento das especificações dos produtos, nos termos do presente edital;

8.6 O objeto adjudicado será recusado se não for condizente com o solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde;

8.7 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

8.8 Caso haja a intenção de adesão ao registro de preço por outro órgão não participante – “Caronas”, estes deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação;

8.8.1 Caberá ao Órgão Gerenciador, Secretaria Municipal de Saúde, buscar oficialmente, junto ao fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços, sobre a aceitação ou não do fornecimento, condicionado ainda ao não prejuízo das obrigações anteriormente assumidas;

8.8.2 Em todos os casos as quantidades adicionais adquiridas/contratadas não poderão exceder a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, conforme estabelecido no § 1º art. 65 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

9.1 As despesas decorrentes do Registro de Preços, objeto desta Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias próprias e constantes no orçamento de 2014:

SECRETRAI DE SAÚDE.

05.01-10.302.0039.2086-339030.0000 CONSUMO

05.01-10.302.0039.2086-339030.0000 DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

05.01.10.302.0039.2086.339030-000-MATERIAL D E CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento ao FORNECEDOR será realizado mensalmente, de acordo com a entrega dos materiais solicitados, sempre entre os dias 20 e 30 do mês subsequente à entrega do objeto e emissão de Nota Fiscal, através de depósito bancário ou transferência para a conta do Fornecedor.

10.2 No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a: impostos, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, fretes, enfim todas as despesas necessárias ao fornecimento dos produtos;

10.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

10.4 Para cada Nota de Empenho, o Fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura;

10.5 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento dos materiais;

10.6 A Prefeitura não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “*factoring*”;

10.7 As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade da adjudicatária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93, desde que devidamente comprovado;

11.2 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

11.3 Caso o preço registrado se tornar superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo, conforme art. 17 do Decreto Municipal n ° 2804/2013;

11.3.1 Havendo negociação para fins de revisão de preço, deverá aguardar o prazo mínimo de 90 (noventa) dias e o preço alterado somente estará em vigor após a publicação do ato, respeitando o tramite descrito no referido Decreto Municipal.

11.4 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Tabaporã-MT;

11.5 A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

12.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

12.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ATA;

12.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

12.4 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata;

12.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do produtos;

12.6 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBSTITUIÇÃO DE ITEM

13.1 O Fornecedor poderá solicitar a substituição do bem registrado em Ata por outro de mesma espécie e gênero, porém, de outra marca, no caso de ocorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, que independe de sua vontade, sem qualquer acréscimo no valor anteriormente registrado;

13.2 Caberá ao órgão gerenciador a análise técnica e jurídica quanto à possibilidade de atender a substituição do produto registrado;

13.3 Havendo a substituição do produto, conforme itens anteriores, o produto substituído somente estará em vigor após aditivo à Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

14.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93, e na Lei n. 10.520/2002, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência, nas hipóteses de execução irregular do Registro de Preços, que não resulte prejuízo para o serviço desta administração;

II) multa de 10% do valor da Ata;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com este Órgão, por período de até 02 (dois) anos, nas hipóteses e nos termos dos artigos 7º da Lei n. 10.520/2002;

IV) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicar a penalidade, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei n. 8.666/93.

14.2 A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à Prefeitura e à terceiros que necessitem do produto registrado na presente Ata, e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município;

14.3 O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 1% (um por cento) incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, por dia de atraso injustificado, limitado esta a 10 (dez) dias, após o qual será considerado inexecução da Ata de Registro de Preços;

14.4 Caso o fornecedor não solucione quaisquer problemas advindos da aquisição dos medicamentos sofrerá multa, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, da seguinte forma:

a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);

b) a partir do 3o (terceiro) até o limite do 5o (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6o (sexto) dia de atraso.

14.5 A partir do 6º (sexto) dia de atraso, caracterizar-se-á a inexecução total da obrigação, e poderá a Prefeitura, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o Fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos;

14.6 A multa, eventualmente imposta ao Fornecedor, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedor não tenha nenhum valor a receber desta Prefeitura, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa;

14.7 As multas previstas nesta seção não eximem o Fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração;

14.8 Se o Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com esta Prefeitura, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pelo Município de Tabaporã-MT;

14.9 A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento total ou parcial da obrigação, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à Prefeitura ou terceiros;

14.10 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

14.11 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a multa;

14.12 A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade,

após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal;

14.13 A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá o FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços;

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº 33/2014 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de Tabaporã/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando duas vias arquivadas na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

TABAPORÃ-MT. 17 DE JUNHO DE 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

Prefeito Municipal

ANTONIO BATISTA MOTA

PREGOEIRO

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Representante: Sr. Reginaldo Araujo Costa.

CPF: 581.052.711-68

DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,

Representante: Sr. Leandro Costa da Matta.

CPF nº 889.946.271-20

ROTILLI & MACHADO LTDA

Representante: Leonilson Serafin Acordi.

CPF nº 695.251.371-04.

DENTAL CENTRO OESTE LTDA.

Representante: Carlos Luciano Monteiro.

CPF n° 818.222.511-68.

DELTA MEDICAMENTOS COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.

Representante: Cleide Fistarol.

CPF nº 007.387.671-23;

VL DISTRIBUIDORA DE MEDIC. PRODUTOS HOSPITALAR LTDA.

Representante: Wagner Pereira Lopes.

CPF n° 424.802.991-04

OBS: As assinaturas dos vencedores do certame de concordância do procedimento do P.P SRP nº 33/2014, consta na ATA de abertura de julgamento do dia 10/06/2014.

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006 DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001/2015

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado 001/2015 da Prefeitura Municipal de Tabaporã – MT, constituída por meio da Portaria de nº 236/2015, publicada em 17 de abril do corrente ano, no jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – Jornal da AMM, usando de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO, nos termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015:

I – Divulgar que não houve Interposição de Recursos do Resultado das Provas Objetivas e de Títulos;

II - Divulgar o Resultado Final das Provas Objetivas e de Títulos do Teste Seletivo, conforme segue:

PROFESSOR SUBSTITUTO – Licenciatura Plena em Pedagogia

Localidade: Sede – Tabaporã

ORD	Nº inscrição	NOME	TÍTULOS	PROVA					RESULTADO
				LP	CG	CE	NPO	NF	
1º	022	ANA PAULA MOURA FERREIRA DA SILVA	8	4	10	9	7.6	15.6	APROVADO
2º	090	FRANCIELY SILVA LIMA ALVES DE SOUZA	8	7	6	7	6.6	14.6	APROVADO
3º	071	MEIRE ROSELI MEDEIROS	7	7	5	10	7.3	14.3	APROVADO
4º	303	TANIA PEREIRA DA ROCHA	7	7	6	9	7.3	14.3	APROVADO
5º	309	ANA PAULA DOURADO DOS SANTOS	7	5	7	9	7.0	14.0	APROVADO
6º	036	ZENILDA RAMALHO DOS SANTOS DE OLIVEIRA NONATO	7	5	6	9	6.6	13.6	CLASSIFICADO
7º	098	ROSANA ALVES DE SOUZA	7	4	4	8	5.3	12.3	CLASSIFICADO
8º	037	LUCIANNE SOARES DE BRITO RIGOTTI	5,5	6	5	9	6.6	12.1	CLASSIFICADO
9º	087	AMANDA BEZERRA	3,9	7	7	10	8.0	11.9	CLASSIFICADO
10	099	CLAIR TEREZINHA FLORES DA SILVA	6,9	4	4	9	5.6	11.6	CLASSIFICADO
11	045	CLAUMIR MACIEL EUZÉBIO	2	7	6	7	6.6	8.6	CLASSIFICADO
12	056	LUCENILDA RAMALHO DOS SANTOS	3	5	5	6	5.3	8.3	CLASSIFICADO
13	088	SILVIA DOS SANTOS ALVES	2	6	5	7	6.0	8.0	CLASSIFICADO
14	028	ROSELY APARECIDA CLAUDINO DE MELLO	2	5	5	5	5.0	7.0	CLASSIFICADO
15	082	CLEUNICE MARIA PEREIRA LOPES	-	2	4	8	4.6	4.6	REPROVADO
16	081	DANIELLE CRISTINE RODRIGUES ABEGG	-	3	5	6	4.6	4.6	REPROVADO
17	033	JULIANA DE AMORIM MELO	-	4	5	4	4.3	4.3	REPROVADO
18	097	ROSIMEIRE DIAS GARCIA OLIVEIRA	-	AU	SEN	TE	-	-	REPROVADO
19	099-A	EDNA SENES PEREIRA	-	AU	SEN	TE	-	-	REPROVADO

Legenda: LP- Língua Portuguesa, CG- Conhecimentos Gerais, CE-Conhecimentos Específicos, NPO-Nota Prova Objetiva, NF- Nota Final.

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - INFRAESTRUTURA

Localidade: Sede – Tabaporã

ORD.	Nº inscrição	NOME	PROVA				RESULTADO
			LP	CG	CE	NF	
1º	050	CRISTINA SILVA RIBEIRO	4	5	9	6.0	APROVADO
2º	070	LUCIA INES NEVES	4	4	8	5.3	APROVADO
3º	052	CLAUDIA ROSELI MEDEIROS	4	4	8	5.3	APROVADO
4º	053	MARCIA GONZAGA DE MELO EUZEBIO	3	5	8	5.3	APROVADO
5º	041	VANI DA COSTA MIRANDA	3	6	7	5.3	APROVADO
6º	058	SANDRA MARTINS DE SOUZA	1	5	9	5.0	CLASSIFICADO
7º	035	ARIADE BRAGA DA SILVA GOMES	1	5	9	5.0	CLASSIFICADO
8º	096	JOSIANE PEREIRA LEMES	2	6	7	5.0	CLASSIFICADO
9º	020	MARIA ROSA DOS REIS	3	6	5	4.6	REPROVADO
10	093	JOSIELI SILVA GOMES	3	3	8	4.6	REPROVADO
11	025	SILVANA MARGARIDA DA SILVA	3	3	7	4.3	REPROVADO
12	094	ADRIANA JULIA DE SOUZA	1	4	8	4.3	REPROVADO
13	026	WILMA FERREIRA DA SILVA	5	3	4	4.0	REPROVADO
14	002	GENI EIRE MEDEIROS	3	3	3	3.0	REPROVADO
15	029	SONIA DA SILVA SANTOS BRAGA	1	3	5	3.0	REPROVADO
16	065	LINDALVA DA SILVA SOUZA	2	3	2	2.3	REPROVADO
17	017	BENEDITA APARECIDA DE SOUZA SILVA	AU	SEN	TE	-	REPROVADO
18	066	VANIA EZIDIA DA SILVA	AU	SEN	TE	-	REPROVADO
19	080	MARIA DA DORES ROSA RODRIGUES	AU	SEN	TE	-	REPROVADO

Legenda: LP- Língua Portuguesa, CG- Conhecimentos Gerais, CE-Conhecimentos Específicos, NPO-Nota Prova Objetiva, NF- Nota Final.

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO

Localidade: Sede – Tabaporã

ORD.	Nº inscrição	NOME	PROVA				RESULTADO
			LP	CG	CE	NF	

1º	004	CATIA BEATRIZ DE MORAIS	5	8	8	7.0	APROVADO
2º	069	MARIANY GONÇALVES FREITAS	5	5	10	6.6	APROVADO
3º	018	ANA ANGELICA GOMES CASTRO	5	7	6	6.0	CLASSIFICADO
4º	040	MARIA APARECIDA MARTINS MIRANDA	4	4	7	5.0	CLASSIFICADO
5º	083	JULIANA LANDGRAF	1	3	9	4.3	REPROVADO
6º	092	LUZIA FLOR DE SOUZA	3	3	6	4.0	REPROVADO
7º	001	ELIZABETE SOUZA	2	3	6	3.6	REPROVADO
8º	061	NAIR DE LURDES MAZUREK	0	3	8	3.6	REPROVADO
9º	072	IVANI DOS REIS SCHAEDLES	AU	SEN	TE	-	REPROVADO
10	095	LUCIANA SOUSA SANTOS	AU	SEN	TE	-	REPROVADO

Legenda: LP- Língua Portuguesa, CG- Conhecimentos Gerais, CE-Conhecimentos Específicos, NPO-Nota Prova Objetiva, NF- Nota Final.

TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Localidade: Sede – Tabaporã

ORD.	Nº inscrição	NOME	PROVA				RESULTADO
			LP	CG	CE	NF	
1º	086	SILVANIA RODRIGUES DOS SANTOS	9	7	7	7.6	APROVADO
2º	021	JESSICA VOLPATO CARDOSO	9	7	5	7.0	APROVADO
3º	023	CLAUDIA APARECIDA DE MAGALHÃES	8	5	7	6.6	CLASSIFICADO
4º	034	JAQUELINE APARECIDA DA SILVA	8	7	5	6.6	CLASSIFICADO
5º	043	MARCILENE ROVARI DE LIMA	7	8	5	6.6	CLASSIFICADO
6º	091	LAUDICEIA DOMINGOS DA SILVA RIBEIRO	5	9	5	6.3	CLASSIFICADO
7º	051	LINDIOMARA ALVES DE ANDRADE MEDEIRO	8	7	4	6.3	CLASSIFICADO
8º	032	LUCIENE RAMALHO DOS SANTOS	7	8	4	6.3	CLASSIFICADO
9º	089	NATIELLY PEREIRA DE SOUZA	6	6	6	6.0	CLASSIFICADO
10	076	VALDINEIA FERNANDES COUTO	7	6	5	6.0	CLASSIFICADO
11	068	LEILA ANTONIA DA SILVA	7	6	5	6.0	CLASSIFICADO
12	074	ROSECLEIA DE OLIVEIRA GUILHEIM SCHELLES	7	7	4	6.0	CLASSIFICADO
13	031	CASSIA TAIS LOPES PEDRY	5	6	6	5.6	CLASSIFICADO
14	085	KEILA BORGES DE SOUZA	6	7	4	5.6	CLASSIFICADO
15	063	TATILEI COLINSQUE DE OLIVEIRA	5	8	4	5.6	CLASSIFICADO
16	039	LUCIMERLI VIEIRA DA SILVA MULLER	5	6	5	5.3	CLASSIFICADO
17	100	DAYANE MORAES NOGUEIRA	4	7	5	5.3	CLASSIFICADO
18	067	RAFAELA MOURA DA SILVA	6	6	4	5.3	CLASSIFICADO
19	305	MARLENE FERREIRA DE SOUZA	5	4	6	5.0	CLASSIFICADO
20	005	DEJIANE CARDOSO DE JESUS	4	5	6	5.0	CLASSIFICADO
21	008	JOANA DE OLIVEIRA FREITAS	6	4	5	5.0	CLASSIFICADO
22	084	ELIZANGELA DOS SANTOS	5	5	5	5.0	CLASSIFICADO
23	042	REGINA LUCIA MORAES DA SILVA	6	5	4	5.0	CLASSIFICADO
24	030	FABIANA TABORDA SIQUEIRA	6	7	2	5.0	CLASSIFICADO
25	077	LUCIANA CARDOSO GOLOMBIESKI	6	3	5	4.6	REPROVADO
26	302	ROSIDETE APARECIDA FELIZ	3	3	7	4.3	REPROVADO
27	306	TAMIRIS COLINSQUE DE OLIVEIRA	3	5	5	4.3	REPROVADO
28	078	GISELE TEIXEIRA ALVES LOPES	5	4	4	4.3	REPROVADO
29	312	CLAUDENIR GOUVEA NOGUEIRA	4	5	4	4.3	REPROVADO
30	024	ERICA SAMARA LEAL	6	4	3	4.3	REPROVADO
31	057	DAIANE MONTEIRO DOS SANTOS	6	4	3	4.3	REPROVADO
32	311	SILVANA APARECIDA DA SILVA NASCIMENTO	3	4	5	4.0	REPROVADO
33	003	SILVANA DOS SANTOS ARAUJO	4	4	4	4.0	REPROVADO
34	015	INGRID RAIANE ALVES SANTOS DA SILVA	6	2	3	3.6	REPROVADO
35	062	KEILA MARTINS DE SOUZA	4	4	3	3.6	REPROVADO
36	049	ANA PAULA MORAES DA SILVA	4	4	3	3.6	REPROVADO
37	308	MARIA IZABEL DA SILVA MALAQUIAS	4	4	3	3.6	REPROVADO
38	009	MARLENE DE CARVALHO	3	5	3	3.6	REPROVADO
39	075	JOSIMAR ALVES DE SOUZA ROVARI	4	5	2	3.6	REPROVADO
40	079	MARCIA SANTOS MOURA	7	3	1	3.6	REPROVADO
41	301	ANA LUCIA BRAGA	5	5	1	3.6	REPROVADO
42	044	JUCINEIDE GONÇALVES DE LIMA FREITAS	5	2	3	3.3	REPROVADO
43	048	CLEONICE TEOFILO DOISCH	5	3	2	3.3	REPROVADO
44	010	JESSICA SOARES DOS SANTOS	5	3	2	3.3	REPROVADO
45	046	MIKAELI DA SILVA SANTOS	5	3	2	3.3	REPROVADO
46	012	MARILZA CARVALHO BERTOLOLOCE	4	4	2	3.3	REPROVADO
47	014	FABRICIA DAMIN	4	5	1	3.3	REPROVADO
48	059	BRUNO CAETANO ALVES SILVA	3	3	3	3.0	REPROVADO
49	013	CRISCIELE GUIMARAES LIMA	2	3	3	2.6	REPROVADO
50	019	MARIA APARECIDA SOARES DOS SANTOS	4	1	2	2.3	REPROVADO
51	054	WILLIAM DE MELO	2	3	2	2.3	REPROVADO
52	016	SIMONE DA SILVA	0	0	0	0.0	REPROVADO
53	006	ANA PAULA FERNANDES BORGES	AU	SEN	TE	-	REPROVADO
54	007	GEANNE DE SOUSA OLIVEIRA	AU	SEN	TE	-	REPROVADO
55	011	EUDILENE RODIRUGE S DA SILVA	AU	SEN	TE	-	REPROVADO
56	047	MARCIA DE BARROS	AU	SEN	TE	-	REPROVADO
57	055	KEILA ADRIANA BORGES	AU	SEN	TE	-	REPROVADO
58	060	LUCAS ALEKSANDER CAMILO DOS SANTOS	AU	SEN	TE	-	REPROVADO

59	064	JANAINA RODIRGUES	AU	SEN	TE	-	REPROVADO
60	073	ANA PAULA FREIRE	AU	SEN	TE	-	REPROVADO
61	304	MARIA MADALENA DOS SANTOS	AU	SEN	TE	-	REPROVADO
62	310	JOSE FABIANO FRANCOLINO DA SILVA	AU	SEN	TE	-	REPROVADO

Legenda: LP- Língua Portuguesa, CG- Conhecimentos Gerais, CE-Conhecimentos Específicos, NPO-Nota Prova Objetiva, NF- Nota Final.

PROFESSOR–Licenciatura Plena em Pedagogia Pedagogia/Magistério e/ou Leigo

Localidade: P.A. MERCEDES BENZ I e II – Tabaporã

ORD.	Nº inscrição	NOME	TÍTULOS	PROVA					RESULTADO
				LP	CG	CE	NPO	NF	
1º	249	ALEXANDRA STOCKMANN	8	6	9	7	7.3	15.3	APROVADO
2º	204	IVANILZA RUFATTO	7	5	8	10	7.6	14.6	APROVADO
3º	251	ADRIANA LEITE DOS SANTOS	7	8	7	7	7.3	14.3	APROVADO
4º	216	SANDRA MARIA SEHN ROSA	6	8	5	10	7.6	13.6	APROVADO
5º	253	VANIA FERNANDA HARDT	7	6	6	8	6.6	13.6	APROVADO
6º	206	CARLA ANGELICA BARBOSA	7	6	6	8	6.6	13.6	APROVADO
7º	207	NEUZIMAR JOERGENSEN	8	3	7	7	5.6	13.6	APROVADO
8º	241	ALESSANDRA SCARPARO CANDIA	7	7	7	5	6.3	13.3	APROVADO
9º	264	ÉLICA APARECIDA DOS SANTOS	4	10	7	9	8.6	12.6	APROVADO
10	225	ANA CRISTINA CARDOSO DE MELO	4,8	6	6	7	6.3	11.1	CLASSIFICADO
11	252	MARCIA COELHO DE CARVALHO	1	9	6	5	6.6	7.6	CLASSIFICADO
12	217	MARIA JOSE FERREIRA DA SILVA	1	8	4	6	6.0	7.0	CLASSIFICADO
13	231	NEIDIANA PETRY	-	AU	SEN	TE	-	-	REPROVADO

Legenda: LP- Língua Portuguesa, CG- Conhecimentos Gerais, CE-Conhecimentos Específicos, NF- Nota Final.

PROFESSOR – Licenciatura Plena em História

Localidade: P.A. MERCEDES BENZ I e II – Tabaporã: Sede – Tabaporã

ORD.	Nº inscrição	NOME	TÍTULOS	PROVA					RESULTADO
				LP	CG	CE	NPO	NF	
1º	244	IDELMA SILVIA DE SOUZA	7	9	8	4	6.6	13.6	APROVADO
2º	247	JOSANE MARIA DE BARROS GERALDES	4,12	7	8	5	6.6	10.7	CLASSIFICADO
3º	221	JOICE ALVES PEREIRA	0	7	7	7	7.0	7.0	CLASSIFICADO

Legenda: LP- Língua Portuguesa, CG- Conhecimentos Gerais, CE-Conhecimentos Específicos, NPO-Nota Prova Objetiva, NF- Nota Final.

PROFESSOR – Licenciatura Plena em Letras

Localidade: P.A. MERCEDES BENZ I e II – Tabaporã: Sede – Tabaporã

ORD.	Nº inscrição	NOME	TÍTULOS	PROVA					RESULTADO
				LP	CG	CE	NPO	NF	
1º	229	FABRICIA KARULLINE BORK BARBOSA FERRARI	2,25	9	7	5	7.0	9.2	APROVADO
2º	248	DENILSON SAUER	2,7	4	8	6	6.0	8.7	CLASSIFICADO

Legenda: LP- Língua Portuguesa, CG- Conhecimentos Gerais, CE-Conhecimentos Específicos, NPO-Nota Prova Objetiva, NF- Nota Final.

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - INFRAESTRUTURA

Localidade: P.A. MERCEDES BENZ I e II – Tabaporã

ORD.	Nº inscrição	NOME	PROVA				RESULTADO
			LP	CG	CE	NF	
1º	235	GISLANE BORGES SANTOS	3	6	9	6.0	APROVADO
2º	223	VIVIANE DURE GWIAZDECKI	5	5	8	6.0	APROVADO
3º	232	LUAR RARINE APARECIDA CORREA DE ALMEIDA	3	6	8	5.6	CLASSIFICADO
4º	242	JAILMA FERREIRA DA SILVA SANTOS	5	5	7	5.6	CLASSIFICADO
5º	261	KELLY FABIANA BOZELESKI	3	7	7	5.6	CLASSIFICADO
6º	237	APARECIDA DE OLIVEIRA GOUVEIA COWASKI	4	5	7	5.3	CLASSIFICADO
7º	240	ANDRESSA SCARPARO CANDIA	3	5	7	5.0	CLASSIFICADO
8º	200	KETILA MARCIANO RAPOSO	5	4	6	5.0	CLASSIFICADO
9º	236	DELAIR MARIA DE PAULA	3	4	7	4.6	REPROVADO
10	228	ELAINE DE LIMA NOGUEIRA	5	1	7	4.3	REPROVADO
11	224	SILVIA CABRAL DE CAMPOS	4	4	4	4.0	REPROVADO
12	256	ROSIMEIRE APARECIDA DA SILVA	2	3	6	3.6	REPROVADO
13	226	LEISLANE CRUZ OLIVEIRA	AU	SEN	TE	-	REPROVADO
14	246	VALCILEIA DE FREITAS	AU	SEN	TE	-	REPROVADO

Legenda: LP- Língua Portuguesa, CG- Conhecimentos Gerais, CE-Conhecimentos Específicos, NPO-Nota Prova Objetiva, NF- Nota Final.

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - NUTRIÇÃO

Localidade: P.A. MERCEDES BENZ I e II – Tabaporã

ORD.	Nº inscrição	NOME	PROVA	RESULTADO

			LP	CG	CE	NF	
1º	212	SOLANGE GONÇALVES DA SILVA	7	6	9	7.3	APROVADO
2º	245	VIVIANE SCHULZ	4	6	10	6.6	APROVADO
3º	259	RAIMUNDA SOUSA DA SILVA	7	4	8	6.3	CLASSIFICADO
4º	266	JULIANA APARECIDA DE PAULA	5	4	9	6.0	CLASSIFICADO
5º	220	MARIA LUZIA DA SILVA COSTA	1	2	8	3.6	REPROVADO
6º	222	IVONI LIDIA KURTZENBAUM	AU	SEN	TE	-	REPROVADO

Legenda: LP- Língua Portuguesa, CG- Conhecimentos Gerais, CE-Conhecimentos Específicos, NPO-Nota Prova Objetiva, NF- Nota Final.

TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Localidade: P.A. MERCEDES BENZ I e II – Tabaporã

ORD.	Nº inscrição	NOME	PROVA				RESULTADO
			LP	CG	CE	NF	
1º	210	ROSIMARI EMMEL DO NASCIMENTO DE ALMEIDA	5	6	9	6.6	APROVADO
2º	219	CLAUDIA APARECIDA GOBO MENDES PIRES	8	5	6	6.3	CLASSIFICADO
3º	254	EMILLY KELLY DA SILVA KONSTANTIUK	8	6	5	6.3	CLASSIFICADO
4º	211	ELAINE DO NASCIMENTO LEITE	7	7	5	6.3	CLASSIFICADO
5º	268	SARA JANETE BELINI	8	7	3	6.0	CLASSIFICADO
6º	227	QUEILA JAQUELINE DOS SANTOS	7	4	6	5.6	CLASSIFICADO
7º	250	ANDREIA CRISTINA FLIEGNER	7	6	4	5.6	CLASSIFICADO
8º	267	KARLA DIAS DE ALMEIDA	6	7	4	5.6	CLASSIFICADO
9º	203	GLEICIANE PIRES DOS SANTOS	8	4	4	5.3	CLASSIFICADO
10	209	SIMONE APARECIDA LIMA	7	4	5	5.3	CLASSIFICADO
11	230	LUCINETE TEODORO DA CRUZ	6	6	4	5.3	CLASSIFICADO
12	262	CLAUDINEIA LUCIA DE FREITAS	6	4	5	5.0	CLASSIFICADO
13	201	KATIANE MARCIANO RAPOSO	7	4	4	5.0	CLASSIFICADO
14	215	ROSILENE DO CARMO	3	6	5	4.6	REPROVADO
15	239	ELIANE ALVES BARBOZA	4	6	4	4.6	REPROVADO
16	234	WANNARA FERNANDES SERAFIM	5	6	3	4.6	REPROVADO
17	208	JOELMA SILVEIRA DE BRITO BORGES	6	6	2	4.6	REPROVADO
18	233	ELIZANGELA BARBOSA DA SILVA PEREIRA ARAUJO	5	6	2	4.3	REPROVADO
19	202	DYEFFLA ALANNA PIRES DE MIRANDA	5	3	4	4.0	REPROVADO
20	257	JHENIFER FERNANDES DA SILVA	5	4	3	4.0	REPROVADO
21	260	WELIVANIA ARAUJO DA SILVA	3	4	4	3.6	REPROVADO
22	218	ELIZABETE RAIMUNDO DE ARAÚJO	5	3	3	3.6	REPROVADO
23	258	FRANCIELE NASCIMENTO DA COSTA	4	3	3	3.3	REPROVADO
24	243	FRANCIANE TEODORO TAVARES	3	4	3	3.3	REPROVADO
25	205	ROSELI DA SILVA	AU	SEN	TE	-	REPROVADO
26	213	ISABEL RODRIGUES	AU	SEN	TE	-	REPROVADO
27	214	RENATO DE ALMEIDA	AU	SEN	TE	-	REPROVADO
28	238	DHEYNE KASSE COSTA SILVA	AU	SEN	TE	-	REPROVADO
29	255	ROZANGELA DE OLIVEIRA MENDES	AU	SEN	TE	-	REPROVADO
30	263	ANA GABRIELI ZANON SPIER	AU	SEN	TE	-	REPROVADO
31	265	MATHEUS DE CARVALHO CASTRO	AU	SEN	TE	-	REPROVADO
32	269	TALITA KELLY DA SILVA	AU	SEN	TE	-	REPROVADO
33	307	JULIANA JUSTO PAULINO	AU	SEN	TE	-	REPROVADO

Legenda: LP- Língua Portuguesa, CG- Conhecimentos Gerais, CE-Conhecimentos Específicos, NPO-Nota Prova Objetiva, NF- Nota Final.

PROFESSOR – Licenciatura Plena em Pedagogia/Magistério e/ou Leigo

Localidade: Americana do Norte – Tabaporã

ORD.	Nº inscrição	NOME	TÍTULOS	PROVA					RESULTADO
				LP	CG	CE	NPO	NF	
1º	107	ITANIA PATRICIA DOS SANTOS CRUZ	8	5	7	9	7.0	15	APROVADO
2º	103	REGIANE BARROS DOS SANTOS	0	4	6	3	4.3	4.3	REPROVADO
3º	108	ELENILDA DE AZEVEDO SILVA	0	4	1	6	3.3	3.3	REPROVADO
4º	104	ANA MARIA ANDRADE DOS SANTOS	0	AU	SEN	TE	-	-	REPROVADO

Legenda: LP- Língua Portuguesa, CG- Conhecimentos Gerais, CE-Conhecimentos Específicos, NPO-Nota Prova Objetiva, NF- Nota Final.

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - INFRAESTRUTURA

Localidade: Americana do Norte – Tabaporã

ORD.	Nº inscrição	NOME	PROVA				RESULTADO
			LP	CG	CE	NF	
1º	105	SILVANA SILVA DA CONCEIÇÃO	4	3	8	5.0	APROVADO
2º	106	MARIZETE SIMÃO DE SOUZA	1	6	2	3.0	REPROVADO

Legenda: LP- Língua Portuguesa, CG- Conhecimentos Gerais, CE-Conhecimentos Específicos, NPO-Nota Prova Objetiva, NF- Nota Final.

E para que chegue ao conhecimento de todos é expedido o presente Edital, o qual será devidamente publicado na forma da Lei.

Prefeitura de Tabaporã, em 19 de junho de 2015.

Ilson Ferreira Costa

Presidente da Comissão

Portaria nº 236/2015

Suely Soares da Silva José Luzia M. da Fonseca

Membro Titular Secretário

Portaria nº 236/2015 Portaria nº236/2015

VISTO:

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA ADAIR JOSÉ SCHNEIDER

Prefeito MunicipalSecretário Mun. de Educação e Cultura

JESSIKA ALINE LEITE TOME

Secretária de Administração

DECRETO Nº. 3.138/2015

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - NOMEAR o senhor **VALCENIR ANTONIO DA SILVA,** brasileiro, casado, Matrícula RH 151, servidor efetivo no cargo de Fiscal Tributário, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, membro do Conselho Municipal dos Direitos Criança e do Adolescente como responsável pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de acordo com a Lei Municipal 787/2010.

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em **18 de Junho de 2015.**

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 005/2015 - P S 002/2015 - RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E OS LOCAIS DA PROVA OBJETIVA

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 005/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 002/2015

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO **a retificação da homologação das inscrições e divulga os locais de realização da Prova Objetiva dos candidatos inscritos no Processo Seletivo nº. 002/2015**, destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal Saúde e Secretaria Municipal de Esporte.

1. Divulgar as inscrições deferidas dos candidatos inscritos ao Processo Seletivo nº. 002/2015:

	Cargo.:	1050-AGENTES SOCIAIS DE ESPORTE E LAZER-PELC		20000000002/2015
Qtade	Nº	Insc. Nº	Data Nasc.	RG / Órgão
1	1513	ADELIA DA SILVA FREITAS	05/10/1972	09415513 SSPMT
2	1038	ADRIANA JARDIM DOS SANTOS	01/06/1990	22926488
3	303	ALCIONE AUGUSTO DOS SANTOS	10/02/1982	1723310 SSP
4	477	ANA FLAVIA RIBEIRO SILVA	09/04/1991	17381932 SSP MT
5	1112	ANA LUCIA MARQUES	25/08/1984	18213880 SSPMT
6	620	CLAUDEMIR PEREIRA MARQUES	19/09/1971	631261 SSPMT
7	713	CLAUDINEI DA SILVA SOUZA	23/03/1996	274007110 SSP
8	93	CREUZA PEREIRA DO PRADO CASSEMIRO	14/09/1968	10155503 SJ
9	1349	CRISTIANE SILVA DE JESUS	06/06/1996	22910204 SSP
10	1544	DAYANE PARDINHO DOS SANTOS ASSUNÇÃO	01/05/1997	26144999
11	19136	EDILSON ALUILDO DE ALMEIDA	05/10/1992	21554668 MT
12	1400	ELISSANDRO DE SOUZA VIEIRA	06/07/1979	11676361 SSPMT
13	1246	ELIVÂNIA SOUZA GRINIVALD	03/08/1996	27321355 SESP
14	29	FERNANDA DIAS DE SOUZA	23/12/1980	15820190 SSP MT
15	969	FLAVIA DOS REIS DE MORAES	05/11/1984	15524850
16	824	FRANCISCA KEILA SILVA FERREIRA	28/09/1982	1500213-6 SSP
17	1342	GILBERTO DA SILVA I	27/09/1971	842728 SSP MT
18	972	IVETE MARIA MENDES	15/10/1977	13468278 SSS/MT
19	1034	JESSICA DA SILVA ALMEIDA	15/11/1990	2365806-1 SEJSP MT
20	237	JESSICA SILVA SANTOS	15/06/1991	20222505 SSP
21	1224	JONATHAN RAFAEL OLIVEIRA	06/04/1993	21635722 SSP
22	521	JOSE ROBERTO BATISTA	15/07/1966	2222361 SSP GO
23	1394	KELLEN DA CRUZ DE LIMA RAIMUNDO	10/01/1997	19118410 PEMG -MT

24	1346	LAFAIETE DA SILVA ALVES	24/07/1976	10381651
25	279	LUCAS HIDEKI BERTONHA	24/02/1995	2514776 SSP/MT
26	1019	LUIZ FERNANDO DA SILVA	16/02/1997	38252627 SDP
27	1272	MAQUELE DA SILVA MARTINS	26/10/2004	192796671 SSP
28	289	MARCIA ALVES DE SOUZA	01/08/1975	16205685 MT
29	798	MARINALVA LUIZ DOS SANTOS	26/10/1986	26592433 SSPMT
30	1070	PATRICK RANDERSON HURTADO DE SOUSA	09/09/1995	22785906 SSP
31	782	RONYERE CRIZANTE	19/03/1989	0307897920067 SSPMA
32	344	SILVIA ADRIELLY FERREIRA FELIX	01/01/1997	28169670 SSPMT
33	602	TAMIRES RODRIGUES DA SILVA	07/09/1992	21643520 SESP MT
34	1523	TATIANE CORREIA DOS SANTOS	21/07/1985	
35	1177	VANESSA RENATA DOS REIS	24/11/1988	22297510
36	1327	WELLER GONÇALVES SANDIS	16/05/1996	22923993 SSPMT
	Cargo.:	**381 -AJ. SERV. GERAIS - PSF**		**20000000002/2015**
Qtade	**Nº**	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	1388	ACLECIA DOS SANTOS NOGUEIRA	03/11/1988	19333790 SSP-MT
2	1266	ADILSON FERNANDES RIBEIRO	18/12/1970	981460 SSPMT
3	945	ADRIAANA ROSA	26/05/1995	28453360
4	624	ALESSANDRA MARIANO DE OLIVEIRA	03/04/1977	10897291 SSPMT
5	1323	ANA LUCIA CHAGAS FERREIRA	17/11/1987	18542009-3 SSP/MT
6	1298	APARECIDA MARTINS GOMES	12/10/1968	724368 SSPMT
7	409	BRUNO EDUARDO LAURENTINO SABARA	20/03/1996	23151234
8	503	CRISTIANE MARIA DA SILVA	10/12/1980	17670551 SSP
9	701	CRISTIANE ROSA DA SILVA	18/03/1980	1612644-0 MT
10	790	DEUZILENE PEREIRA DE SOUZA	30/08/1987	2003686-8 SSP-MT
11	1452	DEVANI FERNANDES DE ALMEIDA	09/06/1971	12985848 SSP
12	1387	ELIANA APARECIDA GOMES DOS SANTOS	22/02/1987	1974555 SSP/MT
13	694	ELIZIANE PEREIRA VAZ	01/03/1978	1043864-5 MT
14	19140	ELLEN THANILLA DE MELLO	07/12/1989	18000126 MT
15	1198	ELZA COELHO GONCALVES	20/07/1964	08051445 SSP
16	585	EVA PIRES MOURA	10/08/1980	23560037 SSP/MT
17	1421	GEANE LEITE LEOBA	18/11/1980	14754240 SSPMT
18	693	GEMES MARIA DE FONSECA	03/09/1984	
19	47	IVANI GONZAGA REZENDE	02/11/1969	2104676-0 SSP
20	981	LETÍCIA FRANCISCA DANTAS	18/12/1988	1979087-2 DELEGCIA
21	985	LINCOLN SILVA FERREIRA	11/02/1987	17424895 SSP
22	1311	LINDETE ABRAO DIAS	18/07/1966	509344
23	1411	LUANA SOARES DA SILVA	27/05/1996	2481281 SSP/MT
24	86	LUCIANA CAMPOS DA SILVA	05/03/1988	18904769 SSP
25	19129	LUCIANA LUIZ DA SILVA	01/09/1986	19456280 SSP MT
26	1409	LUCIANA SOARES DA SILVA	04/10/1994	24813737 SSPMT
27	1385	LUCIMAR MARIA FERREIRA DE ALMEIDA	11/11/1981	15111962 SSP MT
28	996	MADALENA DA SILVA PEREIRA	02/03/1966	20068913 SSP-MT
29	1418	MARCILEIA OLIVEIRA DA SILVA	25/02/1990	19840438 SSPMT
30	1396	MARIA APARECIDA DOS SANTOS SILVA FERREIRA	31/01/1977	16213939 SSPMT
31	918	MARIA ELEUZA CHRISTIANO	04/03/1980	1155495 SSPMT
32	1292	MARIA SOARES DE SOUZA DE ARRUDA	20/08/1982	15111997 SSP MT
33	1037	MARILCE MENDES DA SILVA	11/10/1977	1118636-4 SSP MT
34	980	MARLENE MADALENA FERREIRA BARBOSA	12/06/1966	09913882 SSP-MT
35	1344	POLIANA DE SOUZA	25/01/1991	376673436 SSP
36	1524	ROSANGELA DA SILVA CRUZ	09/09/1980	23667087 SSP/MT
37	19112	ROZENI MARTINS VIEIRA	16/06/1972	13932390 SSPMT
38	1552	SARA SILVA GOMES	29/10/1967	1003928 SSPMT
39	1404	SILVANA APARECIDA DA SILVA DE JESUS	04/05/1976	14035960 SSPMT
40	19135	SIRLENE LUIZ DA SILVA	16/04/1979	14951185 SSP MT
41	292	SOLANGE MORATO DE MOURA	22/05/1975	1381832-5 SSSPMT
42	863	SUELI ANJO DE OLIVEIRA MOREIRA	23/07/1977	1074992 SJ MT
43	1358	TATIANA DA SILVA NONATO	21/12/1993	2590019-6 SEJSP-MT
44	1443	VANDETE SILVA	18/09/1977	10687548 SSP-MT
	Cargo.:	**385 -AUX. CIRURGIAO DENTISTA - PSF**		**20000000002/2015**
Qtdade	**Nº**	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	1095	ALINE PEREIRA DE ARAUJO	26/07/1984	18735100 SSP
2	19132	CLEIDE MENDONCA	24/08/1972	969589 SSP/MT
3	482	DAIANE NOVAES DA CRUZ	26/03/1996	23935146 SSPMT
4	329	EDITE DOBNER BROCK	20/03/1966	5033449686 SSP/RS
5	1119	EDITHE DE ASSUNÇÃO RAMOS	14/04/1974	1078543-4 MT
6	1197	ELIANE DE OLIVEIRA ALVES	13/06/1981	16215648 SSP/MT
7	698	ELISANGELA FLAMONCINI	06/12/1988	20120400 SSP MT
8	19155	GICELE FERREIRA DA ROCHA VENTURA	22/12/1983	301553063 SSPSP
9	413	POLIANA SANTANA PEREIRA	15/03/1984	16683137 SSPMT
10	339	RAYRA PATRICIA DE SOUZA	11/06/1992	20438966 SSP/MT
11	1375	ROSE MEIRE BRITO DA SILVA	16/08/1979	13627910 MT
12	317	SAMARA CARVALHO DOS ANJOS	03/01/1995	2072021-1
	Cargo.:	**504 -MOTORISTA - SAMU**		**20000000002/2015**

Qtdade	Nº	Insc. Nº	Data Nasc.	RG / Órgão
1	19	ADEMIR PEREIRA RAMOS	20/11/1979	0968008-0 SSPMT
2	159	ALEX SILVA RUIZ	22/09/1975	0917560-1 SSP/MT
3	809	ALEXSANDRO DA SILVA PEREIRA	03/11/1988	17133440 SSP/MT
4	397	AMAURI ANTONIO PINTO	06/07/1983	14605767 SSPMT
5	1118	ANDERSON TORRES DE ALMEIDA	31/03/1991	24188328 SEJSP MT
6	427	ANDRE ALVES RODRIGUES	08/07/1981	12703729 SSPMT
7	1412	ANTONIO ANASTACIO DOS SANTOS	11/03/1973	1083906 SSP/AL
8	1047	ARI SANTOS OLIVEIRA	21/04/1985	15656934 SSP MT
9	1143	CASSIANO LOPES DE AQUINO	13/11/1981	13829513 MT
10	436	DAMIAO GOMES FURTADO	22/05/1973	204560890 SSP CE
11	270	DANILLO BATISTA DA SILVA	06/05/1989	17400945 SSP/MT
12	8	DEYVID RODRIGUES DOS SANTOS	18/05/1989	20417276 SSP/MT
13	443	DIONE ANDRÉ DA SILVA FRANCISCO	22/08/1989	1882393-9 SSP-MT
14	506	EDEGAR BARBOSA DE SOUZA	06/04/1981	13239244 SSP/MT
15	794	EDGAR DE ALMEIDA SANTOS	18/04/1983	15328953 SSP/MT
16	496	EDIMAR GONCALVES	17/10/1989	38494 SSP MT
17	99	EDMILSON AVELINO PORFIRIO	07/12/1979	11715529 SSP MT
18	1200	EDNILDO MAGALHÃES DE FRANÇA	23/03/1975	1045616
19	1432	ELCIONY RODRIGUES CARDOSO	15/12/1969	2578823 SESPDSDF
20	1399	ELSON BRANDAO RODRIGUES	22/01/1987	16264657 SSPMT
21	72	ELTON JUNIOR PEREIRA DE JESUS	30/09/1982	13032550 SSPMT
22	1222	ERALDO FRANCISCO DE OLIVEIRA	23/09/1988	18951813 SSP/MT
23	837	FABIO JUNIOR PREREIRA RAMO	31/01/1983	17200628 RO
24	731	FABIO SOARES DE OLIVEIRA	25/10/1983	14701928 SSPMT
25	892	FRANCISCO LENILSON DOS SANTOS	13/04/1983	16079728 SSP MT
26	414	GENIVALDO FERREIRA DA CRUZ	30/01/1974	635178 SSP MT
27	19153	JAILTON FERREIRA DOS SANTOS	29/03/1985	15230821 SSP/MT
28	149	JAMIL SILVERIO DO NASCIMENTO	07/05/1969	4767468 SSPMG
29	1063	JARDHEL GUEDES GALHARDO	18/09/1985	14892596 SSP MT
30	19131	JOÃO PAULO OLIVEIRA PINTO	23/11/1980	12841617 SSP
31	832	JOSE CONCEICAO PEREIRA DOS SANTOS	10/04/1974	889.987-8 SSP-MT
32	1462	JOSE NILDO ALVES DA SILVA	04/03/1985	2118456 SSPAL
33	958	JULIO CESAR ALVES DOS SANTOS	20/02/1985	1717754-5 MT
34	1505	JUSCIMAR GOMES DE OLIVEIRA	28/03/1984	19139627 SSPMT
35	199	LEANDRO DE MELO LIMA	05/07/1983	12701491 SSPMT
36	19095	LEANDRO RICARDO DA SILVA	03/02/1992	22978631 SSP
37	64	LUIZ HENRIQUE COTRIM BERLOFFA	16/12/1984	14395410 SSP
38	19182	MAICON FERREIRA DUARTE	18/02/1988	17020484 SSP MT
39	1407	MANOEL SOARES FILHO	05/01/1965	520518 SSP/MT
40	363	MARCIO JOSE DA SILVA	10/04/1986	19300859 SSPMT
41	801	MARCIO JOSE FAVARO	28/07/1979	
42	961	MARCOS ALVES DE OLIVEIRA	09/02/1985	18220479 SSPMT
43	19174	MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA	15/10/1990	20528604 SSP MT
44	373	MARCOS ANTONIO MUNIZ PONTES	22/08/1985	17400740 SSP/MT
45	498	MARCOS DIONES SOARES BASSO	10/12/1984	1670065-1 SSP-MT
46	741	MARCOS HENRIQUE TEIXEIRA DE SÁ	07/07/1989	17651646 SSP MT
47	762	MAURICIO DE BARROS CAMARGO	10/11/1977	29678975-6 SSP-SP
48	1219	MAURO APARECIDO DA SILVA DE JESUS	29/05/1979	1200300-0 MT
49	310	MAYKO APARECIDO DE SOUZA ALMEIDA	22/12/1987	18245838 SSP/MT
50	723	NILSON VAZ MENDES	25/07/1976	11199695 SSP/MT
51	1490	OSMAR ARAUJO NERES	23/01/1985	14670739 SSP
52	118	PEDRO RENILDO ANTON	16/12/1962	98002129273 SSP CE
53	394	REINALDO PEREIRA DE SOUZA	20/12/1981	SSPMT
54	19163	RENATO FURTADO MOURA DE LIMA	21/09/1991	21758948 SSP MT
55	669	RODRIGO DE FARIAS PASSOS	10/09/1992	22899634 SSP - MT
56	1155	RODRIGO FERNANDO BRUM	23/04/1983	21500720 SSP/MT
57	57	RONEI RAMOS DO NASCIMENTO	06/06/1980	1361640-4 SSP/MT
58	328	ROSEVELT GOMES DE SOUZA	23/09/1981	1133474-6 SSP/MT
59	434	SABINO LEAL DE LIMA	19/04/1985	14684365 SSP/MT
60	1494	SAMUEL CICERO DOS SANTOS	23/09/1975	970680 MT
61	1543	SANDRO ROBERTO DUARTE	26/09/1983	15459136 SSPMT
62	6	SAULO EDUARDO DIAS PIAU ARGENTINO	05/06/1988	20662637 SSPMT
63	1304	SEBASTIAO BORGES DE ALMEIDA	26/02/1981	13766236 SSP
64	935	VALDECI FERRAZ AQUINO	07/04/1964	04383346 MT
65	105	VALDENIR DOS SANTOS	19/05/1961	225965 SSP
	Cargo.:	**509 -FARMACEUTICO FARMACIA POPULAR**		**20000000002/2015**
Qtdade	**Nº**	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	212	ADRIELLI DE ANDRADE PEREIRA	19/02/1992	22864849 SSP MT
2	19152	ALINE INES PEREIRA DE SÁ	13/09/0185	16559258 MT
3	19162	ANDRESSA DE OLIVEIRA MACHADO	25/07/1990	16243609 SSP MT
4	304	BETINA GABRIELA STEIN	09/04/1994	1985963-5 SSP
5	355	DAYANE MENEZES BOCKHORNY	10/11/1992	23196289 SSPMT
6	1480	DEBORA CAROLINE RAUBER	15/01/1988	12271241 SSP

7	294	DHEIVID ROSA CAMPOS	08/09/1992	1181912 SSPRO
8	570	DIRCEU PIRES ROCHA	04/02/1964	04289650 SSP/MT
9	108	FERNANDA DE MATTOS	26/03/1985	13687271 SSP MT
10	1435	HELLEM CAROLINE DE SOUZA LEITE	11/01/1987	1590557-8 SSP MT
11	30	HUGO LEANDRO DE SOUZA LEITE	07/11/1981	1105095-0 SJ/MT
12	483	IEDA VAGNA SOUSA ALBUQUERQUE BASTOS	09/03/1975	MG11254398 SSP/MG
13	877	IRIS DIAS DE OLIVEIRA	08/07/1988	17670500 SSP MT
14	42	ISABELLA SILVA SANTOS	14/08/1989	17460662 SSP/MT
15	744	JÉSSICA RAMOS	04/03/1988	19166257 SSP/MT
16	688	JEYCE LILIAN OLIVEIRA DOS REIS	17/09/1988	17401003 SSPMT
17	1001	LETIANE MALAQUIAS MOREIRA	23/09/1992	24199990 SSPMT
18	1254	LORRAYNE GIROTTO	15/09/1993	23946547 SEJSP
19	770	LUESSA VALERIO	16/11/1990	22125353 SSP MT
20	554	MARCIA PESSOA BRITO ENVANGELISTA	14/01/1978	1375110-7 SSP/MT
21	1351	NADIA MENDES VILELA	24/09/1987	1574756-5 SSP/MT
22	603	NEILA DE LIMA SILVA	15/01/1981	12396338 SSP
23	60	ROSANGELA HERRERO DONINI	28/06/1980	11907207 SSP/MT
24	19176	SARA BATISTA MENDES	21/03/1989	16461096 SSP-MT
25	407	SILVANA LIMA DE FREITAS	31/05/1981	13427849 SSP/MT
26	1190	SUE ELLEN FERREIRA BASSANI	27/02/1984	13177770 SSPMT
27	19100	TAVIA NEVES CORREA OSTETTI	01/03/1990	
28	20	VANESSA CRISTINA LEITE DO NASCIMENTO	29/07/1979	1145047-9 SSP MT
29	1289	VANIA REGINA DE SOUZA LEITE	02/05/1985	1464577-7 SSP/MT
30	841	ZULEICA RUTHEMARA LAZZAROTTO FERRARINI	02/07/1981	13688154 SSP MT
	Cargo.:	**510 -ASSIST DE GESTAO-FARMACIA POPULAR**		**20000000002/2015**
Qtdade	**Nº**	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	1184	ADRIANO GOMES RODRIGUES	03/10/1975	10404899 SJ/MT
2	383	ALINE APARECIDA REIS SANTOS	16/01/1995	25942174 SSP/MT
3	1539	ANTONIO CEZAR BARBOSA SOARES	25/09/1972	746282 SSPMT
4	24	CARLA FERNANDA TOLOI FERREIRA	26/05/1977	08961360 SSP/MT
5	19106	CLAUDIO ALTAIR BARBOSA LORENTE	13/09/1997	
6	418	DANIELLE XIMENES DA SILVA	30/12/1986	18518702 SSPMT
7	1128	EUDENIR DA SILVA COSTA	24/01/1961	3110423-8
8	791	GABRIELA BORGES OLIVEIRA	28/05/1996	24899186 SSP
9	215	HERICA RAFAELA SANTOS COSTA	05/11/1989	20277717 MT
10	1527	JANAYNA BARBOSA FERREIRA	18/05/1986	1587646-2 SSPMT
11	19184	JESSICA NOGUEIRA DA SILVA	15/11/1995	7397891
12	1482	JHENEFFER MENDES TAKAHASHI	23/08/1989	1840981-4 SSPMT
13	69	KENIS RODRIGO DA SILVA POHU	10/11/1997	25901087 SSP/MT
14	1386	LETICIA RIBEIRO DA SILVA	26/04/1991	21749833
15	40	MARLY FERREIRA DE SOUZA	29/07/1985	15656900 SSP MT
16	13	MAYARA TRAJANO DA SILVA	30/04/1994	24806951 SSP/MT
17	1178	MIKAELLA TAYNARA VICENTE DOS REIS	27/01/1996	26663468
18	833	ODANETE RODRIGUES DE ARRUDA	12/12/1985	17226180 SSPMT
19	216	PATRICIA DANTAS DINIZ	12/05/1988	001519145 SSP MS
20	280	PAULO HENRIQUE DA SILVA	03/03/1991	18662269 SSPMT
21	1383	PETERSON ALVES GOMES	25/09/1989	19728077 SSP/MT
22	505	RENATO P.SOBRINHO	09/09/1966	18540872 SSPMT
23	470	RUTE PEREIRA VIEIRA	23/09/1974	606331 SSP/RO
24	202	SANDRA DOS SANTOS PIMENTA ELIAS DE OLIVEIRA	30/06/1973	641390 SSP
25	891	SIRLEI MARCELINO DIAS	18/05/1975	10521453 SSP
26	1307	THALIA FERNANDA VANIS DA SILVA	04/04/1997	25095420 SSP/MT
27	948	THIAGO DOS SANTOS SOARES	31/05/1984	98001263456 SSPAL
28	1244	VERA LUCIA FIGUEIREDO	16/09/1971	872656 SSPMT
29	1516	YOLEISVIS LOPEZ RODRIGUEZ	20/12/1982	
30	793	YURI AMARAL MELO	29/11/1990	
	Cargo.:	**511 -AUXILIAR DE GESTÃO-FARMACIA POPULAR**		**20000000002/2015**
Qtade	**Nº**	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	214	ADRIANA DOS SANTOS AGUILAR	06/03/1985	
2	695	ADRIANA OLIVEIRA POLICARPO	19/04/1975	2707178-2 SSPMT
3	1369	ADRIANY ARRUDA RIBEIRO	13/05/1987	1783281-0 SSPMT
4	957	ADRIELI APARECIDA BATISTA RIOS	01/11/1990	22083715 SSP/MT
5	336	AGNA GONÇALVES DE SOUZA	05/02/1991	1866700-7 SSP MT
6	1015	ALDO LUCIANO DA SILVA	08/06/1978	10838600 SSP MT
7	517	ALESSANDRA ALVES CABRAL	24/10/1979	1230194-9 MT
8	80	ALESSANDRA CRISTINA PEREIRA	19/04/1985	15416380 SSPMT
9	919	ALESSANDRA DO AMARAL PEREIRA	04/03/1984	1662714-b MT
10	283	ALESSANDRA PEREIRA DA SILVA	25/01/1977	1259380 SSPMT
11	1324	ALINE ARRUDA DA CUNHA	25/08/1996	24981257
12	1463	ALINE BIANCA GAYESKI	21/03/1994	
13	424	ALINE COUTINHO STORARI	31/12/1978	12341037 SJ
14	19157	ALLINE CIBELLE SANTOS DA SILVA	17/02/2004	19493827 SSPMT
15	1236	AMANDA GREGORY	25/01/1995	18656960 SSP MT
16	897	ANDREA PEREIRA DE OLIVIERA DOS SANTOS	01/04/1978	13265644 SSPMT

17	912	ANDRÉIA GUIMARÃES SANTANA	07/06/1991	18427626 SSP/MT
18	952	ANGELA SILVA SANTOS E SILVA	09/09/1985	17815355 MT
19	78	ANGELITA SONEGO	20/08/1978	1167904 SSPMT
20	1413	ANNALUCI ALBRECHT OLIVEIRA	10/12/1997	26476177 SSP/MT
21	125	APARECIDA DE SÁ	13/10/1970	661897 SSPMT
22	548	ARIANY QUADRI	02/05/1997	25510762 SSPMT
23	965	ARNON ALBERTO MEDRADO	02/07/1987	18676847 SSPMT
24	1355	BRUNA APARECIDA MORALES	28/08/1995	22297936 SSP/MT
25	19137	BRUNA CAROLINA ALVES PENA	09/02/1994	24844888 SSPMT
26	596	BRUNA CORDEIRO SILVA	13/03/1992	22924078 MT
27	327	BRUNA MARTINS NISTAL VON GROLL	25/09/1990	21059721 SEJSP/MT
28	314	BRUNA PATRICIA ALENCAR OLIVEIRA	11/01/1994	20055013 SSP MT
29	1111	BRUNO HENRIQUE DOS SANTOS	31/07/1996	mg-19811540
30	814	CACILDA MARIA DA SILVA SANCHEZ	08/04/1981	36067594-3 SP
31	1146	CAMILA SALDANHA KLOECKNER	18/10/1994	23581611 SSP MT
32	19147	CARLA GRACIELE DA SILVA	17/12/1986	18006809 SSP
33	1467	CARLOS ROBERTO OLIVEIRA LOPES	06/11/1961	328316 SSP
34	191	CATIANE SCOTINI DO NASCIMENTO	09/12/1988	96738234 SESP/PR
35	1182	CENISE MERIELE NEVES	08/04/1983	15405192 SSP/MT
36	19181	CINTHIA FERREIRA DA SILVA	21/11/1983	13884859 SSPMT
37	44	CLARICE MEURER	09/04/1979	12762440 SSP/MT
38	74	CLAUDIA OHANA DE SOUZA	25/10/1992	24472956 SEJSP
39	1336	CLAUDIANE DOS SANTOS SOUZA	25/10/1991	21447098 SSP-MT
40	736	CLAUDIMARA DOS SANTOS SOUZA	26/11/1992	21447020 SSPMT
41	396	CLAUDINEIA APARECIDA MORALES	24/05/1983	14758970 SSP/MT
42	573	CLEIDIJAINE GONÇALVES DE SOUZA	23/05/1994	2738691 SSP/MT
43	19183	CRISTIAN BERNARDES VIEIRA	23/11/1993	23273720 SSP-MT
44	1258	CRISTIANE FERREIRA RAMOS	21/11/1984	14763028 SSP/MT
45	1479	CRISTIANE GUIMARÃES SILVÉRIO	06/02/1992	20217374 SSP MT
46	501	CRISTIANE SILVA BARBOSA	09/12/1977	18862624 SSP
47	1277	CRISTILENE KROETZLER DA SILVA	31/07/1983	15236412 MT
48	263	DANIELA MACENA DE OLIVEIRA	09/08/1994	23512180 SSP/MT
49	970	DANIELE MONTEIRO KLOECKNER	19/09/1997	24619027 SSP
50	674	DANILLA ALVES	09/09/1991	22142479 SSP/MT
51	342	DAYANI ALVES AMARO DA SILVA	08/10/1996	2780676-6 SSPMT
52	1471	DEUZA RODRIGUES DA SILVA	18/01/1984	15215911 SSP
53	1105	DIJHONY PEREIRA MELO	23/08/1989	1855037-1 SSP/MT
54	1320	EDI INES REPULA ANTUNES DA ROZA	09/12/1993	21592985 SSPMT
55	726	EDINEIA XAVIER DOS SANTOS TORRES	09/01/1992	23393866 SSP MT
56	447	EDMARCIO GOMES DA SILVA	18/10/1985	17452171 SSPMT
57	19187	EDRIANA RAMOS SOARES	13/03/1980	28043227 SSP
58	875	ELAINE OLIVEIRA DA SILVA	16/10/1993	22656731 SSPMT
59	1233	ELIANDRA APARECIDA DOS SANTOS SOUZA	12/08/1984	16204360 SSP
60	1125	ELIANE PEREIRA DE SOUZA	03/11/1983	1884214-3
61	785	ELIANE SILVA BRITO	03/04/1981	14632543 SSP/MT
62	165	ELIZABETE DA SILVA LEMES	19/11/1981	1641064-5 MT
63	206	ERIC JONATHAN CALIXTO GUERO	09/10/1995	19485867 SSP
64	297	EVA APARECIDA DUARTE	13/10/1993	22587900 SSP-MT
65	1213	EVA MARIA DA SILVA	27/10/1989	22232192 SSP/MT
66	652	EZEQUIEL SERAFIM DA PAIXAO	20/09/1990	20670745 SSPMT
67	334	FABIA HELENA SILVA DA RESSURREICAO	18/03/1989	0828210542 MEX
68	65	FABILLA FERREIRA ARAUJO	28/02/1990	22575642 SSP/MT
69	68	FATIMA PEREIRA DA SILVA	07/12/1979	12639826 SSP/MT
70	882	FELIPE BENEDETTI	26/07/1996	19541570 SESP
71	1470	FRANCI LIDIA MOURA DANTAS	23/03/1985	19208243 SSP MT
72	780	FRANCIELE RODRIGUES DA SILVA	13/11/1990	2138755-9 MT
73	1008	FRANCIELE SEDANO DE PONTES	02/06/1988	1989520-8 SSP
74	1554	FRANCIELI DE FREITAS SILVA	26/08/1988	17131316 SSPMT
75	19126	FRANCISCA MARYLIN LUCAS PAUFERRO	13/10/1980	33082384 X SSP
76	529	FRANKLIM COSTA DE URZEDO	15/06/1990	19822871 SSP/MT
77	1392	FRANKLIN WILLIAM DE SOUZA	11/09/1990	20798628 SSP/MT
78	145	GABRIEL DE JESUS GOMES	12/11/1990	19814852 SSP;MT
79	1180	GENETON COSTA MEDEIROS	17/09/1995	28014243 SSPMT
80	19092	GENUSRODRIGUES DE ARAUJO	07/08/1990	20827725 SSPMT
81	26	GERSON ALVES CAMPOS	30/04/1988	17712645 SJSP
82	384	GESIANE SALES MAZARIO	28/01/1991	22169890 SSP/MT
83	392	GILMARA DOS SANTOS OLIVEIRA	29/03/1988	18490670 SSP-MT
84	527	GIOVANE SILVA AMORIM	19/12/1995	25188887 MT
85	163	GISLAINE DA SILVA FARIA	24/08/1990	20178263 SSP/MT
86	19123	GISLEINE VIEIRA ALVES	15/02/1988	398430573 SSPMT
87	1461	GLEISSE AVEINO FREIRES DOS SANTOS	01/03/1990	1865694-3 SSP MT
88	849	HELLEN RAYANE SANTIAGO DOS ANJOS	20/07/1997	27106969 SSP/MT
89	251	HUGO ROGACIANO CAVALCANTI DA SILVA	24/03/1992	8523344 SDSPE
90	759	ISABELA LIMA SOARES	18/07/1994	1635612-8
91	143	ISAIAS LOBATO DE ARAUJO	19/04/1987	17027047 SSP/MT
92	402	IVANIRA VALERIANA DE FIGUEIREDO	29/03/1974	13875817 SSPMT
93	315	JANETE LOPES DA SILVA	18/09/1980	15222810 SSP

94	607	JANILDA ROSA TORRES DE LIMA	17/01/1973	0900919 SSP MT
95	129	JAQUELINE DA SILVA GOMES	03/08/1991	2174988-4 SSP MT
96	423	JAQUELINE VALÉRIA DE ARAÚJO	08/03/1981	1128450-1 SJ/MT
97	152	JAQUELINI DOS SANTOS	23/10/1988	19652062 SSPMT
98	67	JEAN DE SOUZA OLIVEIRA	07/12/1995	27161471 SSP MT
99	122	JEAN PETERSON TAVARES MARONEZ	07/10/1992	25120719 SEJSP/MT
100	1018	JESSICA BERTO CORREIA	21/01/1992	22396047 SSPMT
101	50	JHONATHAN HENRIQUE SANTOS SILVA	02/10/1995	25600800 SEJUSP MT
102	934	JHONATTAN FERNANDES DOURADO	13/01/1994	19988907 SSP/MT
103	911	JOAO BOSCO GONCALVES	24/06/1954	5627962 SSP-SP
104	274	JOAO SOARES LIMA DE SOUZA JUNIOR	05/05/1994	20964650 SSP/MT
105	189	JOCELINA GOMES DOS SANTOS	23/10/1986	19093144 SSP/MT
106	172	JOELSON VALERIANO DOS SANTOS	08/07/1982	13197568 SSPMT
107	117	JOHN MULLER COUTO PRADO	02/12/1990	5475015 SPTC-GO SPTC-GO
108	1074	JOSÉ LUIZ FRANÇA DE ARAÚJO	20/04/1982	12521450 SSP/MT
109	1511	JOSE WEDSON CARDOSO	28/03/1981	50902691-6
110	1127	JOSIANE BEATRIZ	31/10/1979	1285303-8 SSP/MT
111	19161	JULIANA DAISE DOS SANTOS ABREU	30/08/1997	27719529 SSP/MT
112	52	JULIANE ZANEZOKEMAIRO	13/04/1994	25527541 SSP
113	1434	JULIO CÚSAR ALVES	06/08/1988	19089805 SSPMT
114	113	JUNIOR PAULO DA SILVA	21/03/1973	698540 SSPMT
115	19170	KAMILA FERREIRA DE ARAUJO	20/12/1987	16886429 SSP-MT
116	535	KATHELLEN KAMILA BENA DE SOUZA	21/03/1997	26475472 MT
117	512	KATIA CRISTINA CARDOSO DA SILVA	15/09/1988	1996708-0 SSP/MT
118	1445	KATIELI CORDEIRO DA SILVA	12/11/1995	26344289 SSP
119	953	KELLI KATIANE RODRIGUES CARDOSO CHAGAS	28/02/1990	18237541 SSPMT
120	562	KELLI REGINA RIBEIRO DA SILVA	22/03/1996	22172580 SSP MT
121	462	KELY ALINE APARECIDA FAUSTINO NASCIMENTO	23/06/1997	23034831 SSP
122	62	KEZIA FERRAZ DE ARAUJO	09/12/1979	7840464 MG
123	358	KLEDER ROBERTO DE ASSIS	24/02/1983	13724029 SSP MT
124	700	LARSSON PEREIRA DA SILVA	29/12/1994	22765662 SESP MT
125	1540	LEDENIR SANDRIN SURIANO	29/11/1985	1573441-2 SSP/MT
126	1212	LEDILIAN RAMOS DE SOUZA	18/01/1991	20106823 SSPMT
127	1345	LEONIR ALVES MOURA FILHO	16/04/1994	20544944 SSP/MT
128	847	LESLIA DE ARAUJO SANTOS	11/07/1989	20375360 SSP
129	933	LETICIA NAVARRO DE LIMA	03/12/1987	18724515 SSPMT
130	920	LEYDAIHANY GONÇALVES DA SILVA	30/03/1990	19278772 SSPMT
131	691	LEYDIANE SANTOS DE SOUSA	05/07/1991	22685464 SSPMT
132	612	LIGIA CARLA GOMES LEAL	30/01/1988	19570457 SSP/MT
133	1401	LILIANE DA SILVA DE OLIVEIRA	24/05/1996	20719272 SSPMT
134	1115	LIRA CRISTINA PERES LODOVARQUE	26/11/1983	15549518 SSP/MT
135	1140	LORRAYNA CRISTINA DE SOUZA SILVA VIEIRA	07/11/1990	22978615 SEJSP
136	1528	LUANA GRACIELLE RODRIGUES MARTINS	28/10/1994	18908855 SSP/MG
137	368	LUANA SANCHES VICENTE	18/03/1994	23448490 SSP
138	233	LUANA SANTOS CALHAU	18/01/1991	22653511 SSPMT
139	19098	LUCIMAR COSTA DE LIMA SILVA	04/12/1981	14812517 SSP-MT
140	88	LUCIMARA APARECIDA DA SILVA	02/04/1971	5.054.970-4 SESP/PR
141	386	LUZIA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA	26/03/1989	21267987 SSP MT
142	1502	MAIKON DOUGLAS ALVES GARCIA	25/06/1996	21964416 SSP MT
143	502	MARCELO SCHUMACHER	20/06/1976	941268 SSPMT
144	365	MARCIA REGINA MILHOMEM ARAUJO DA SILVA	28/09/1981	16031890 SSP/MT
145	904	MARCONDES TAVARES PRIMO JUNIOR	05/02/1994	2353153-3 SSP MT
146	1472	MARIA DA SILVA RONDON	01/08/1986	17925371 SSP
147	1075	MARIA EUNICE PEREIRA MARQUES	16/07/1974	14112604 SSPMT
148	1542	MARIA TEREZA DE OLIVEIRA LAZZARETTI	20/08/1952	17882171 PR
149	22	MARIANE FERNANDES RIBAS	06/02/1996	246191883 SEJSP
150	1379	MARINEUZA PEREIRA DOS SANTOS	28/08/1980	14054760 SSP
151	706	MATEUS DE SOUSA MOURA	09/11/1981	33406096 SSP/SP
152	1153	MAURICIO LUCAS SOARES	29/06/1996	2552782-7
153	857	MAXIMILIANO LEITE	21/06/1987	17020417 SSP/MT
154	487	MAYKELLI DANI FEITOSA	09/05/1994	25402145 SEJSP MT
155	133	MIKAEL FELIPE MARTINS DA SILVA	05/12/1994	2562756-2 SSP-MT
156	1486	MILTON CABRAL DA SILVA	05/02/1971	692803 SSPMT
157	1167	MITSY PAIVA GUERREIRO	15/03/1994	371125-0 SSPRR
158	71	MÔNICA DOS REIS GUIMARÃES	28/09/1991	1929874-9 SSP/MT
159	531	MONICA PIZZATTO	14/06/1985	000896664 RO
160	1367	NADIELE SALERMO FARIAS	28/04/1994	1713490-0 SSP/MT
161	33	NATHALIA ASSUNÇÃO TARGA	27/12/1996	19632940 SSP
162	1247	NAYARA SOARES DE ALMEIDA	06/04/1999	2880288-8 SSP/MT
163	1309	NAYARA SYNTILA PEREIRA BARROS	11/01/1994	2161322-2 SSP
164	351	NEIA CRISTINA GOMES	11/11/1985	16157320 SSP/MT
165	536	NEIRIZE MENDES DA SILVA	12/09/1992	2276056-3 MT
166	166	OLIVIA LOJOL RIBEIRO	16/06/1966	611219 SSP
167	492	ONEZINO DOS SANTOS	20/09/1986	16995961 SSP
168	1179	PAMELA LOBO SABINO	12/07/1995	26168960 SSPMT
169	227	PATRICIA RIBEIRO DOS SANTOS	12/12/1984	15508625 SSP MT
170	530	PAULA CRISTINA DASILVA OSS EMER	21/08/1978	15555186 SSP/MT

171	408	PAULA DOROTEIA AFFONSO	06/02/1978	14570726 SSP-MT
172	1137	PAULO VICENTE LAMIM	21/02/1970	4.966.441-9 SSP/PR
173	850	PERON DE SOUZA NEVES	05/09/1967	05056357 SSP
174	636	RAFAELLA ARIANE MACHADO	29/11/1992	21504490 SSP MT
175	1104	RAONNY ALVES DE SANTANA	23/05/1993	23651741 SSP/MT
176	19124	RAPHAEL HENRIQUE SILVEIRA COVRE	21/05/1994	1140521 SESDEC
177	221	RAYANE VIVIAN PEREIRA	17/04/1996	25993852 SSP MT
178	580	REGIANE PIRES FERNANDES	05/10/1981	16214200 SSP/MT
179	643	RENAN CAMPOS OLIVEIRA	19/03/1993	1927433-5 SSP/MT
180	1380	RENATA GABRIELLI SILVA BORGES	24/05/1997	26319985 SSP
181	1465	RENATA PRISCILA ALVES DA SILVA	24/04/1994	24821977 SSJ
182	931	RICARDO BORBA DE SOUZA	18/10/1967	2147767-1 SSP MT
183	885	RICHARD GUILHERME DE SOUZA GONÇALVES	08/12/1993	
184	1531	RIZONI ALVES DE SOUZA	14/06/1965	659785 SSPMT
185	347	RODRIGO ALVES DE SOUZA SILVA	12/01/1993	20766173 SSPMT
186	1350	RODRIGO ANTONIO DA SILVA CUNHA	24/04/1990	21435944 SSP-MT
187	75	RODRIGO APARECIDO DE ALMEIDA	08/10/1991	22978518 SSP/MT
188	773	ROSANA DOS SANTOS SILVA	22/09/1984	14742632 SSPMT
189	1225	ROSANE FERREIRA GOMES	16/10/1984	16951255 SSP MT
190	556	ROSANGELA DE OLIVEIRA I	07/06/1980	19000740 SSP
191	87	ROSEANE CRISTINA LEANDRO	15/04/1988	1926004-0 SSP/MT
192	273	ROSIANE SANTOS DA SILVA	22/05/1981	2061375 SSP/AL
193	164	ROSIMARA DA SILVA OLIVEIRA RAMOS	24/08/1989	20177259 SSP
194	318	SABRINA DE SOUZA BATISTA	02/02/1994	22543945 SPP/MT
195	250	SABRINA MARIA DE CARVALHO ALMEIDA	06/06/1997	20172613 SSP/MT
196	769	SANDRA SUEIDE SEVERINO MARTINS	07/09/1968	822463 MT
197	1498	SANDRA VIEIRA DE JESUS	13/11/1974	10377190 SSP/MT
198	331	SANDRELY UGULINO CARDOSO	08/03/1998	1215206 SESDC
199	19141	SEBASTIANA LEITE DA SILVA	09/06/1981	15612686 SSP MT
200	84	SELIA PEREIRA DE SOUZA FERREIRA	30/10/1975	10758283 SSP/MT
201	1251	SESLEY FERREIRA NUNES	26/10/1975	1267534 SESP/ES
202	1548	SIDNEIA PEREIRA DE SOUZA	16/09/1982	17672368 SSPMT
203	381	SILVANI MARIA ANGELO DE SOUZA	17/09/1969	29408202 SSP MT
204	1291	SILVIA HELENA DE OLIVEIRA	20/06/1984	
205	1168	SIMONE PAIVA GUERREIRO	30/10/1975	508313 COMAER MS
206	319	SIMONE TORRES	11/10/1987	20092490 SSP/MT
207	211	SIRENE ANDRADE DE SOUZA	15/09/1980	14210169 SSP MT
208	967	SOLIMAR BENICIO DA SILVA MORAES	20/06/1984	15461785 SSPMT
209	1522	SUELY VIEIRA DOS SANTOS	13/06/1971	770207 SSPMT
210	907	TALYTHA BEZERRA PAIVA GONÇALVES	19/04/1995	24665215 SSPMT
211	192	TASSIA MAYARA MOTTA BARBOSA	10/05/1994	24801585 SSP/MT
212	176	TATIANE CARNEIRO DE MORAIS	18/08/1992	23029897 SSPMT
213	1328	THAMIRES TEIXEIRA DE SOUZA	24/05/1994	2572180-1 SP
214	974	THIAGO LUCIO MOREIRA	19/05/1988	487297040 SSP
215	710	TIAGO JOSE LIPSCH	12/03/1988	20789432 SSP/MT
216	132	VAGNO ALVES DE MELO	04/08/1985	1534227-1 SSP/MT
217	1264	VALDEMIR DE SOUSA GOMES	04/05/1993	22211918 SSP/MT
218	177	VALERIA APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA	11/06/1983	1722155-2 MT
219	162	VANDREIA EVANGELISTA DA CRUZ	01/02/1987	2132969-9 SSP/MT
220	1348	VANESSA ADRIELLY CORREA DE OLIVEIRA	30/07/1991	21509859 SSP
221	19101	VANICLEIA MELO FELIX	20/08/1987	17975549 SSPMT
222	437	VILMA DUQUE SANTANA	02/06/1986	37258750-1 SSP/SP
223	98	VINICIUS RODRIGUES OLIVEIRA DOS SANTOS	18/04/1995	2321068-0 SSP/MT
224	19188	WALTER SANTOS SILVA JUNIOR	27/02/1995	21871256 SSP
225	1330	WANUBIA DA SILVA MACEDO	07/12/1989	2112094-3 SSP/MT
226	480	WELLINGTON ANTONIO FERNANDES	03/03/1994	22499601 SSP MT
227	1183	WILLIAN OLIVEIRA SIQUEIRA	19/11/1996	25618024 SEJUSP/MT
228	240	WILZA SANTOS TEIXEIRA	27/09/1988	7748774 PE
	Cargo.:	**512 -SERVIÇOS GERAIS-FARMACIA POPULAR**		**20000000002/2015**
Qtdade	**Nº**	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	778	ANGELICA APARECIDA MARQUES DA COSTA	25/02/1985	18044158 SSP MT
2	1059	ANGELINA DA SILVA	09/07/1977	1747364 SSP/AL
3	1519	CARMEM DOS SANTOS SILVA	02/04/1977	14104725 SSPMT
4	944	CINTIA PATRICIA DE OLIVEIRA ALMEIDA	01/08/1985	9088827994 SSP RS
5	1508	DAIANE CRISTINA DE ANDRADE	29/08/1991	19111053 SSPMT
6	19148	DIRCILENE PINTO DOS SANOTS	05/11/1979	12700878 SSP/MT
7	19154	DURCINEIA JERONIMA DOS SANTOS SANTANA	30/09/1970	1393167-9 SSP-MT
8	1187	EDITH MARIA DOS SANTOS	11/10/1960	0292573-7 SSP
9	19190	EDUARDO PEREIRA DOS SANTOS	01/07/1985	19407700 SSPMT
10	615	EDUARDO RAMOS DA SILVA	10/07/1990	18079270 SINE
11	1022	EUZELINA JOSE DE SOUZA	21/08/1979	15301265 SSP
12	991	FRANCISCO SOUZA DA CRUZ	30/08/1990	2217181-9 SSPMT
13	515	JACKELINE FERREIRA MENDES	14/04/1992	22796207 MT
14	19160	KEILA APARECIDA SALDANHA DE ALMEIDA	21/06/1985	48414093-0 SSP-SP
15	37	KELLY SILVA REZENDE	24/09/1992	20575726 MT
16	403	LEIDIANE DA SILVA	26/11/1984	166094420019 SSP

17	19143	LIDIANE CAMARGO DA SILVA	12/07/1995	127802823 SSP/PR
18	19138	LUCIANA MARIA ALVES DOS SANTOS	28/05/1976	11451912 SSP/MT
19	947	LUCIMARA APARECIDA REIS	31/03/1983	18629059 SSP/MT
20	888	MARCELA PORTIL DE OLIVEIRA	10/09/2001	20098251 SSP/MT
21	1357	MARIA ALVES VIANA	05/08/1966	884654 SSPMT
22	1378	MARIA APARECIDA MARTINS DE SOUSA	16/08/1969	40218031300 SSP
23	35	MARINETE MIRANDA DA SILVA	16/03/1972	106355238 SSPMT
24	19108	MONE GUIMARÃES MASCARENHAS OLIVEIRA	04/12/1988	22140786 SSPMT
25	523	NATALY MARIA CIRIACO COUTINHO	27/12/1985	22022015 MT
26	1481	NILVANETE MARIA FERNANDES	22/08/1974	10749926 MT
27	1514	OTACILIO SOARES DE ALMEIDA	17/02/1968	0733392-7
28	1068	ROSELY MARTINS MACHADO	05/01/1980	347761124 ÓRG.EMISS
29	19167	SANDRA APARECIDA DA SILVA	12/10/1977	20579420 SSPMT
30	656	SIMONE DE JESUS TOMICHA	19/10/1981	1367880-9 MT
31	56	SONIA SOUZA DE ANDRADE DIAS	12/12/1970	10217223 SSP/MT
32	410	SUELE LARA RAMOS	13/12/1981	12403261 MT
33	687	TATIANE CRISTINA CALHAU	05/03/1987	18427537 SSP
34	1530	VACLESANDRE TEIXEIRA RODRIGUES	05/05/1987	18742912 MT
	Cargo.:	**622 -BIOMEDICO**		**20000000002/2015**
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	623	ALESSANDRO TANNÚS FONSECA	13/01/1978	m8790821 SSPMG
2	1484	ARIANY RIBEIRO DE MORAIS	02/01/1990	20738145 SSPMT
3	1390	FABIANA FERNANDES PEREIRA	11/07/1993	18004059 SSP/MT
4	641	FERNANDA TALITA MARTINS VITÓRIA	15/11/1983	
5	742	JAELISON BRUNO DO CARMO	28/11/1990	19268475 SSP
6	887	JESSIELI PEREIRA DE BORBA	21/04/1993	2307390-0 SSP-MT
7	1088	LINDALVA FERREIRA CANCIO	11/01/1978	2999058 SSP/PA
8	657	LISSA SHINOHARA	11/08/1991	21061610 SSPMT
9	156	LUANA DA SILVA PIRONEL	24/04/1994	1839357-8 SSP/MT
10	1175	LUCIA CLÁUDIA LUZIA BORGES JARA	18/02/1986	6057422 SSPGO
11	840	MARIANA HARUMI SAKATA	07/05/1992	21600996 SSPMT
12	1014	MAYARATHA PAULA PEREIRA	22/10/1993	18130470 SSPMT
13	1209	NATALIA DA SILVA NUNES	30/09/1990	19449178 SSPMT
14	236	RAIMUNDO EDIGRE DE AQUINO	02/06/1973	258657431 SSP/ SP
15	690	RAYANNE RIBEIRO ROCHA	16/10/1990	19747438 SSP
16	1487	SEBASTIAO BINO CORREA	03/01/1991	21573611 SSP
17	54	SILVIA BARASSUOL SOMMAVILLA	18/12/1991	22204164 SSPMT
18	390	TAUANY FERNANDES VIEIRA	06/07/1993	
19	633	THATIANE CAMPOS MARCILIO	17/08/1991	19686803 SSPMT
	Cargo.:	**697 -ASSISTENTE SOCIAL - LEI 3340/2010**		**20000000002/2015**
Qtade	**Nº**	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	751	DANIELA CARLA BONFIM NUNES	06/07/1982	32367120-2 SSP/SP
2	1373	FLÁVIA DA SILVA MENDES	08/11/1988	19794533 SSPMT
3	718	FLAVIA LUCIANA DE OLIVEIRA AL. SCHUMACHE	24/12/1978	1187225-0 MT
4	139	FRANCISCA GRACINETE RODRIGUES PAZ	31/07/1977	2401693-93 SSP-CE
5	431	LIDYANE DARLEM DOS SANTOS PACHECO	09/02/1991	16832850 SEJUSP/MT
6	154	LUCIANA LUIZ GONZAGA	19/12/1983	16352122 SSP/MT
7	1464	MARLENE FERREIRA SALES	31/01/1964	157559 SSP
8	19168	ROSANE TERZINHA TECH DA LUZ	26/06/1966	12969906 SSP/MT
9	1290	VALQUIRIA LEITE DOS SANTOS	04/02/1986	1963909-0 MT
10	827	VERA DE SOUZA BENITES	11/11/1980	17620864 SSP/MT
11	19102	WELLYKA FABIANE DE ARRUDA NASCIMENTO	29/07/1989	17963630
	Cargo.:	**702 -ATENDENTE DE FARMACIA - LEI 3340/2010**		**20000000002/2015**
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	360	ADRIANA DA CRUZ NEVES	24/05/1987	1821666-8 SSPMT
2	19169	ADRIANA SOUZA DA SILVA	30/07/1981	1491096-9 SESP-MT
3	19165	ALESSSANDRA DE JESUS	29/08/1980	1089880 R0
4	1237	ANA MAYARA DE LARA FERREIRA	20/05/1994	24211311 SSPMT
5	19120	BRENDA MIKAELA GONÇALVES DE SOUZA	18/11/1995	24582956 SSPMT
6	209	BRUNA ROBERTA PEREIRA DOS SANTOS	14/08/1988	18903266 SSPMT
7	566	CELMIRA APARECIDA SCAMPARINI	08/07/1987	1744419-5 SSP/MT
8	504	CINTHIA LORRAINY BARBOSA LIMA	03/07/1997	2407680 SSP
9	137	DANIELLE RODRIGUES NUNES DA SILVA	25/01/1996	19901801 SSP
10	1110	DEBORA MARIA SANTIAGO	11/10/1976	1601064-7 SSP/ MT
11	1117	DIONE FREITAS MENEZES	01/10/1974	1071111-2 MT
12	1557	EDNA MARIA DOS SANTOS	05/02/1970	12497967 SSP MT
13	1497	ELIANE BENTO PURITA	12/09/1988	10172351 AC
14	19122	FABIOLA BARBOSA DOS SANTOS	17/01/1998	27719146 SSP/MT
15	1282	GEANE DE SOUZA FRANCISCO	10/07/1984	1555070-2 MT
16	1389	GREISON FRANÇA DA SILVA	28/10/1996	28009193 SSPMT
17	1048	HELTER DAS CHAGAS SOARES	20/06/1995	28059433 SSP MT
18	622	HUSLEY SOARES DOS SANTOS	06/05/1976	13149229 MT
19	1507	INGRID DA SILVA CONCEIÇÃO	13/06/1996	2239642-0 SSP MT
20	11	JAQUELINE APARECIDA DE SOUSA	30/06/1989	19190263 SSP

21	1156	JESILAINE FERREIRA DA SILVA	21/12/1989	19433000 SSP
22	810	JESSICA LOPES DE AQUINO	18/12/1994	25019333 SEJSP MT
23	19150	JOANA DARC DA CONCEICAO MARTINS	19/04/1979	11656911 SSP
24	1288	JOAO GABRIEL DEL POSSO	27/08/1996	
25	1366	JOICCY FERNANDA SILVA BORGES	07/04/1998	96319306 SSP
26	752	JOICE RODRIGUES DE FREITAS	12/11/1996	26913402 MT
27	264	JULIANA DE ANDRADE FERNANDES DE BARROS	10/09/1996	524808600 SSP-SP
28	1241	KAUANY KELLY COSTA SILVA	27/04/1997	2472292-8 MT
29	225	KEITILENI ANJO NELO	21/11/1990	6332377
30	1230	LAMARTINA TEOTONIO DA SILVA	17/08/1993	2309638-4 MT
31	19111	LEIDIANE CARLA DE LIMA	12/08/1987	1864606-9 MT
32	1534	LIANE DE SOUZA ARAUJO	19/01/1987	19721978 SSPMT
33	1081	LUANNA NUNES VERSALLI	19/05/1995	2265224-8 SSP
34	717	LUCIA DA SILVA PINTO	15/03/1975	935273 SSP-MT
35	19133	LUCIA SHIMOTO BATISTIN	27/07/1981	25511521 SSP
36	781	LUCIMAR DA SILVA BARROS	27/06/1993	0337028007 SSPMA
37	1509	MACIEL FERRAZ BERBEL	09/02/1970	2142489 SSP-PA
38	951	MAKSWEL QUEIROZ MARTINS DA SILVA	17/07/1986	547888284 AL
39	1176	MARCIA APARECIDA DOS REIS	05/07/1978	14138786
40	19117	MARCIA APARECIDA XAVIER DE OLIVEIRA	08/07/1979	1491729-7 SSP/MT
41	217	MARCIA SIMOES BARBOSA	11/10/1976	10377417 SJ
42	367	MARIA APARECIDA FERREIRA RIBAS	01/03/1975	10722610 SSP
43	323	MARIA DE FÁTIMA MIRANDA	17/05/1980	14950138 SSP-MT
44	106	MARIA JOSÉ DA CONCEIÇÃO	08/12/1995	24845248 SSJMT
45	836	MARLI VIEIRA DO NASCIMENTO	08/07/1988	18578101 05/042004
46	1000	MARLIENE SANTOS DE SOUZA	31/05/1968	754298 SSP/MT
47	1510	MARTA ARRUDA PEREIRA	10/02/1974	1344924-9 SSP
48	366	MAYARA CRISTINA DOS SANTOS SILVA	05/05/1997	2560020-6 SSP
49	1039	MIRTA TRESIN	18/12/1981	go96514-g DPF
50	559	NINA DE SOUZA	28/11/1972	1018444 SSP
51	1102	NOEMI MESSA DE DEUS	19/05/1962	25149989 SSP/MT
52	640	ORMEZINDA AMELIA DE SALES LIMA	28/02/1988	1852517 SSP
53	465	PATRICIA DA SILVA	19/02/1981	84298190 CCAS
54	639	RAINIELY CAROLINE NEVES DE OLIVEIRA	02/08/1994	24579890 SSP/MT
55	1261	RENAN PEDRO LUCAS	07/06/1995	21983453 SSP/MT
56	1436	ROSENILDA DA CONCEICAO LEANDRO	20/03/1978	12426008 SSPMT
57	777	ROSILENE DE JESUS PATRICIA	03/03/1982	1583869-2 SSP
58	1518	ROSIMERI FERREIRA DOS SANTOS BONETTI	27/10/1969	737998
59	874	SIRLEI RAMOS DA SILVA	31/03/1987	20381808 SSP
60	1545	TALITA APARECIDA DE OLIVEIRA	07/05/1992	23785381 SSPMT
61	1013	TAMAR CUSTODIO DA SILVA	06/09/1986	1813063-1 MT
62	1135	WANIA MARQUES DA SILVA	14/04/1993	2580834-6
63	316	ZILDA MUNIZ	05/05/1975	127668990 MS
	Cargo.:	**705 -COZINHEIRA - LEI 3340/2010**		**20000000002/2015**
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	938	CLEIDE AP MOREIRA AQUINO	09/12/1978	14480646 MT
2	1326	JOELMA DE ALMEIDA NUNES MARTINS	01/02/1978	13348060 SSPMT
3	19139	LUCILENE BENTO DA SILVA SASSO	02/01/1969	11721413 SSPMT
4	1152	LUCILENE DA SILVA PINTO DA SILVA	06/07/1977	14103664 SEJSP-MT
5	628	MARILZA CLAUDINA DA SILVA DOS ANJOS	21/12/1973	10412557 SJ MT
6	1460	TAINA DE SOUZA NASCIMENTO	11/10/1994	23570474 SSP/MT
7	765	TANIA ARAUJO BARBOS	31/07/1980	14733447 SSPMT
	Cargo.:	**706 -MEDICO REGULADOR - SAMU**		**20000000002/2015**
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	**19151**	AMAURY RODRIGUES BRIANEZ JUNIOR	**25/09/1986**	
2	**79**	CARLOS CESAR ACHAVAL RIVERO	**14/04/1968**	**RNEV363057L SSP- DPF**
3	**748**	CARLOS LEONARDO ABI RACHED	**07/05/1982**	**11576200 SSPMT**
4	**1297**	DIVINO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS	**27/10/1975**	**11053704 SSP MT**
5	**618**	GUSTAVO GARCEZ DA LUZ AGUILA	**31/12/1980**	**22657649 SSP/MT**
6	**41**	INGRID IARA RODRIGUES DA SILVA	**02/05/1984**	**15209989 SSPMT**
7	**1042**	PAULO RENATO FERREIRA GONÇALVES	**19/04/1982**	**11576502 SJ/MT**
8	**686**	RAFAEL VIDIGAL DE MATOS	**16/12/1980**	**11400579 SSP/MT**
9	**1314**	RODINEIA DE FATIMA MACIEL DUTRA	**04/09/1976**	**11065192 MT**
	Cargo.:	**707 -MEDICO INTERVENCIONISTA - SAMU**		**20000000002/2015**
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	193	RICARDO ANTONIO FAIG TORRES	16/11/1962	
2	380	DEMETRIO LOPES RODRIGUES	17/12/1963	492978 SSP/AL
3	564	NAYARA MENEZES DO AMARAL	13/02/1990	20777191 SSP
4	786	EDSON BASILE PEREIRA	15/07/1968	
5	788	HELIO PEREIRA DE LIMA JUNIOR	01/09/1980	11456850 SSP MT
6	789	VINICIUS DE FREITAS SALMAZO	13/07/1981	11678526 SSPMT
7	828	LIDIONEY CUNHA SIQUEIRA	11/08/1979	10476121 SEJUSP/MT
8	1444	DILVANA VIEIRA DE ACHAVAL	30/09/1973	00529012 SSP
9	1493	MARLON WILLIAN SILVA CAMPOS	06/07/1989	15894452 SSP

10	19149	BRUNA MONTEIRO DAL ROSSO	03/01/1990	
	Cargo.:	**708 -ENFERMEIRO - SAMU**		**20000000002/2015**
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	291	ADRIAN GARCIA PINHEIRO	21/04/1986	16795156 SSP/MT
2	364	ALESSANDRA SILVA DOS SANTOS	07/02/1983	14448963 SSP/MT
3	575	ALICE CRISTINA BAGGIO	07/07/1984	4148230 DGPC\GO
4	305	ALINE FERNANDA ARAUJO DE SOUZA	11/11/1991	22188746 SSP MT
5	141	ALINE MARCOLINO TEODORO	06/10/1982	83091789 SSP
6	39	AMANDA DOS SANTOS BERNARDES	03/12/1991	22203109 SSP MT
7	1114	AMANDA OVIEDO DA CONCEIÇÃO PEREIRA LEITE	06/08/1986	16872622 SJSP/MT
8	561	ANA CLÁUDIA FURTUNATO DE SOUZA	11/09/1991	22652485 SSP
9	1370	ANA PAULA GRAMULHA GARCIA	25/07/1987	12920312 SSP MT
10	463	ANDRE LUIZ NUNES ATSUTA	21/01/1994	21190658 MT
11	181	ANDREIA FERREIRA DE ANDRADE	17/09/1986	17381860 SSP
12	471	ANDREIA SOARES DOS SANTOS	17/10/1981	12652814 SSPMT
13	161	ANDRESSA ALMEIDA COELHO	11/04/1991	2226390-0 SSP/MT
14	361	ANGÉLICA MARQUES SENTURION	06/09/1989	2128509-8 SSP
15	1069	ANGELICA VERISSIMO ALVES	08/10/1992	20084722 SSP
16	19172	AURICLEIDE BARROS PRADO	18/06/1982	0001080531995 SSP MA
17	1376	BRUNA DOS SANTOS TOMASINI	14/12/1993	21537216 SSP-MT
18	175	BRUNO PEREIRA NASCIMENTO	25/02/1985	15201783 SSP/MT
19	138	BRUNO TEODORO GOMES	20/06/1992	21025479 SSP-MT
20	611	CASTRO ALVES DE OLIVEIRA JÚNIOR	04/02/1985	15886204 SSP MT
21	220	CAUANNA PEREIRA CARVALHO	19/10/1992	22300732 SSP
22	378	CLAUDIA MOREIRA DE LIMA	07/12/1986	1941424-2 SSP
23	81	CLAUDIA SOUZA PEIXOTO	02/01/1993	22269096 SSP-MT
24	1173	CLAUDIRENE DE OLIVEIRA MARQUES	29/05/1990	19100078 SSP MT
25	375	CLAYTON PELISAO FOLADOR	19/11/1984	16453751 SSPMT
26	85	CRISTIANE ALVES CARVALHO	01/07/1985	99290420 SSPPR
27	301	DAIANE DANIELE VASCONCELOS L. MATOS	21/02/1982	11962409 SSPMG
28	1368	DAIANY DE PAULA PACHECO	08/04/1987	17232830 SSP/MT
29	727	DANIELA PEREIRA MAZUTTI	16/11/1991	20438516 SSP/MT
30	195	DANIELA STIVAL MACHADO	31/03/1977	
31	1107	DANIELE CRISTINA SILVA FERNANDES	07/03/1989	2051019-5 MT
32	185	DEBORA DE SOUZA SILVA	08/01/1988	17401224 SSPMT
33	654	DENISE LIMA DE OLIVEIRA	17/06/1980	10960520 SSPMT
34	1172	DILVANIA COSTA COUTINHO	25/09/1978	17651646 SSP MT
35	842	ELAINE CRISTINA OENNING LUZ	23/10/1990	21899118 SSP
36	155	ELANDIA CHAVES CAETANO	12/02/1988	16526961 SJSP
37	1035	EMERSON GONÇALVES DE SOUZA	05/05/1980	000974 CBM-MT
38	1529	ERIKA RAQUEL ALVES VILA	13/05/1993	19995571 SSP/MT
39	369	EVILANE ANELLI	14/11/1987	15772772 SSP
40	1496	FABIANA BARCELOS DE SOUZA	29/05/1986	17513332 SSP MT
41	1361	FELIPE AGUIAR RIBEIRO	07/09/1984	14338645 SSPMT
42	937	FLAVIA NAIARA RODRIGUES VAZ	17/08/1992	24309290 SSP/MT
43	1020	FRANCIELI FURTADO FERREIRA	23/04/1992	2213517-0 SSP
44	341	FRANCIELLY SILVA ARAÚJO	21/03/1993	
45	826	GISELE PAULINI DE SOUZA	11/11/1979	12848476 SSP
46	46	GRASIELE MATUCHAKE REZENDE	25/05/2015	15535410 SEJSP
47	38	GRAZIELLE GOMES FARIA	27/01/1984	11049774 SSP
48	1451	IRINEU DE OLIVEIRA BARROS	22/11/1986	17774390 SESP/MT
49	89	IZABEL FREITAS DA ROCHA	10/05/1975	100801442 SSPPR
50	678	JANAINA RAQUEL PEDROSA MIRANDA	21/07/1985	14909430 SSPMT
51	34	JAQUELINE COSTA	21/08/1990	19569327 SSP
52	457	JEANE PINHEIRO CAETANO	21/11/1985	11123761 SEJUSP
53	298	JENNIFER DA COSTA SOUZA	16/11/1990	18489141 SSP/MT
54	197	JÉSSICA ROSA MENDONÇA	18/02/1991	20384050 SSPMT
55	1084	JESSIKA SUELLEM DA SILVA	02/02/1991	19955723 SSP/MT
56	1077	JONATHAN VIEIRA DE JESUS COIMBRA	04/01/1992	18408192 SSP
57	630	JOSÉ CARLOS SOARES PEREIRA	29/01/1974	000519715 SSP/MS
58	379	JOSIMERE FRANCISCA DE SOUZA FEITOSA	01/05/1990	16391080 SSP/MT
59	271	JULIANE BATISTA DA SILVA	20/03/1992	22111166 SSP/MT
60	956	JUSCILENE GONÇALVES SILVA CAVALCANTI	16/09/1976	948576 SSP/MT
61	357	LEONORA NICACIA MOREIRA TEIXEIRA	14/12/1972	13594591 SSP/MT
62	27	LORRAYNE JARDIM VICENTE	15/10/1992	1862907-5 SSP/MT
63	817	LOURIVAL DE OLIVEIRA MAGALHAES	12/05/1984	13366491 SSP
64	244	LUANDA RAMOS ALVES	17/08/1979	30637988-0 SSP/SP
65	532	LUDMILA SCARPATT FELISBINO	23/09/1993	23924195 SSP/MT
66	542	LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO	22/08/1986	1604964-0 SSP/MT
67	376	LUIZA ALEIXO ALBERTIN	16/02/1990	19389396 SSP/MT
68	851	LUIZA MARIA RABELO SILVA	15/04/1992	20522061 SSP
69	188	MAIARA DANDARA LOCATELLI	12/04/1988	17642213 SSPMT
70	245	MAISE CRISTINA DA SILVA	20/09/1990	21967792 SSP
71	787	MARIA JOSE SANTOS	15/11/1970	15818756 SSP/MT

72	1016	MERIELLE APARECIDA CUSTODIO	12/10/1991	19522819 SSPMT
73	881	MICHELLI ZAGO RIBEIRO	03/06/1992	17034310 SSPMT
74	1113	MIRTES ALVES DA COSTA	29/03/1967	616748 SSP/MT
75	1151	MONIQUE MAIRA MACIEL	28/10/1987	18336213 SSP MT
76	662	NATHANAEL PAZ DA SILVA	29/06/1990	17541786 SSP-MT
77	359	NEVAIR APARECIDA ALVES GUIA DE FREITAS	27/08/1970	09180702 SSP/MT
78	743	PAMELLA IASMINE AMORIM GARCIA LEITE	16/12/1991	20547579 SSP MT
79	126	PATRICIA PEREIRA GOMES	25/11/1990	18042572
80	53	PATRICIA REGINA OLIVEIRA	14/03/1993	20036639 SSPMT
81	147	PEDRO WILSON DE LIMA SANTANA	04/06/1989	17189594 SSPMT
82	1205	POLIANA PEREIRA DUARTE ANGELO	20/02/1993	20222602 SSP/MT
83	18	PRISCILA APARECIDA BIROLI DA SILVA	04/07/1982	289938739 SSP/SP
84	677	PRISCILA YASMIN FLORIANO	20/08/1992	19620128 SSPPR
85	1536	RAQUEL PEREIRA DOS SANTOS	21/12/1978	14784858 SSP-MT
86	1033	RAUL TARCISIO SANTOS	12/08/1986	15111377 SSP MT
87	1263	REGINALDO DE OLIVEIRA FERREIRA	11/08/1984	13712390 SSP
88	1012	REILLY PEREIRA MELO	23/08/1991	23133155 SSP MT
89	19118	RONDINELE AMARAL DA SILVA	16/12/1986	10004955 SSP AC
90	1343	SARAH MONALISA DA SILVA BOTELHO	16/10/1985	1563653-4 SSPMT
91	256	SCHARLENE DE SOUZA RODRIGUES	02/02/1982	12680362 SSP
92	95	SILVIA SOARES DOS SANTOS	27/09/1978	299488408 SSP/SP
93	756	SONIA CRISTINA RODRIGUES RISSI	23/01/1988	17867991 SSP
94	1517	SUEYD SZIMANSKI SILVA	08/03/1989	18582869 SSP MT
95	203	TAMIRES FORTUNATO DE LIMA	06/09/1993	2454308-0 MT
96	1533	TASSIA CAMILA DOS SANTOS OLIVEIRA	20/06/1986	1682998-0 SSP MT
97	246	TATIANA DO CARMO FROES MORAES	25/02/1976	285211390 SSPSP
98	998	THALITA REIS PEREIRA	14/08/1992	22276360 SSP/MT
99	578	THALITA RODRIGUES ZAGO	29/12/1985	
100	1009	WELLINGTON LOPES	17/03/1983	12342174 SSP/MG
101	488	WILLIAM FREIRE MILCHAREK	12/07/1992	20575432 SSP/MT
	Cargo.:	**710 -RADIO OPERADOR - SAMU**		**20000000002/2015**
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	182	JOSIMARIO RAMOS GOMES	26/09/1987	28802160 SSP
2	234	WILLIAN CONCEICAO DA SILVA	29/10/1991	22283145 SSP MT
3	439	DIEGO MARINHO PIRES CINTRA	25/04/1984	14987236 SSP-MT
4	632	CAROLINA DE MELLO ADRIANO	14/01/1988	17882699 SSPMT
5	1210	LEILA KELCIA ALVES DOS SANTOS	12/01/1980	10850660 SJ/MT
6	1300	ELIANE DE FATIMA SCHWAAB	09/02/1976	63917311 SSP
7	1317	CLAUDINEIA FARIAS DOS SANTOS	27/03/1681	348624916585500 SSP/MT
8	1549	RINALDO AZAMBUJA CARDOSO JUNIOR	15/04/1994	20927720 SSPMT
9	19173	GILCINEY ROLING SOARES DE MOURA	22/09/1982	1471706-9 SSP/MT
	Cargo.:	**711 -TELEFONISTA AUX. REG. MÉDICA (TARMS)**		**20000000002/2015**
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	1275	ADRIANA DA SILVA MENDONCA	05/06/1986	16766369 MT
2	900	ADRIANA GORETT VIEIRA DA SILVA	14/05/1979	15240940 SSPMT
3	1438	ALEXANDRA CRISTINA FALCÃO	23/06/1982	13660055 SSP
4	171	ANA PAULA SILA AMOIM	11/07/1993	23581514 SSP
5	1129	ANDRESSA CARLA FUZARO	19/08/1995	2558524-0 MT
6	819	ANDRESSA DANTAS GRANZOTTO	02/09/1980	15594564 SSP/MT
7	158	BEATRIZ DA SILVA PEREIRA	07/07/1995	27404544 SSP
8	908	BIANCA CAROLINA MOURA HELFENSTEIN	11/07/1996	16871677 SSP/MT
9	1046	BRUNA SILVA DE SOUZA	15/06/1994	23741775 SSP/MT
10	914	BRUNO AUGUSTO COUTINHO PIRES	11/08/1992	1676689-0 SSP
11	1457	CAMILA ALVES DE SOUZA	22/11/1994	23034823 SSP/MT
12	419	CAMILA MENDES SOARES	17/07/1981	13630156 SSP MT
13	1238	CARINA APARECIDA NOBRE	21/05/1979	600977 SSP
14	1159	CINTIA DE SOUSA	07/09/1982	15752194 SSP/MT
15	1420	CÍNTIA VIVIANE ALVES	02/11/1995	23531339 SSP/MT
16	784	CIRLENE PEREIRA DE SOUZA	05/08/1981	1492164 SSP
17	1185	CLAUDELINA PACHECO MARQUES	07/06/1973	0741763-2 SSP/MT
18	352	CLÁUDIO MENDES DOS SANTOS JUNIOR	09/06/1993	2191851-1 SSPMT
19	1466	CLEUZA XAVIER DO VALE	24/07/1981	23411 MTE MT
20	146	CRISTIANE RODRIGUES PEREIRA	29/11/1983	1583222-8 SSP
21	491	DAIANE PEREIRA DA SILVA SOUZA	20/11/1987	15700593 SSPMT
22	486	DANIELA FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA	27/04/1992	23456906 SSPMT
23	1271	DANUBIA CONCEIÇÃO FREITAS	21/12/1992	2592912-7 MT
24	19189	DAYANE MAYARA SANTOS	02/10/1991	21243913
25	32	DAYANI ALVES DA SILVA	20/11/1988	18550452 SSP/MT
26	853	DEIVIANE CABRAL DE OLIVEIRA	07/04/1988	18539637 SSP MT
27	388	DIVINA NATALICE FERNANDES MARTINS	04/06/1986	16917464 SSP MT
28	19097	EDEVANIA AUXILIADORA FERREIRA DA COSTA	27/06/1981	15544877 SEJSP-MT
29	954	EDILENE DA SILVA	08/08/1968	000978456
30	797	EDJANIA DOS SANTOS	21/03/1983	15454274 SSPMT
31	1538	ELIANE MARTINS DA CRUZ RIS	29/03/1986	18181341 SSP/MT

32	1123	ELIZANGELA SIMONE CRISTALINA	08/01/1978	15584801
33	572	EVANIR FERREIRA DA SILVA	17/07/1972	53621646191 SSPMT
34	313	FATIMA VALERIANA DE FIGUEIREDO CARNIEL	13/05/1976	11113570 SSP/MT
35	1214	FLAVIA AMABILY DELGADO	18/08/1993	1848815-3 SSP/MT
36	960	FRANCIANA FATIMA PONHES	12/03/1990	21425922 SSP
37	1054	FRANCIELE DA SILVA	08/11/1993	25122649 SSP
38	325	GABRIELLY RODRIGUES ALBANEZ	31/12/1996	2579614-3 SSP/MT
39	187	GEOVANE DE ASSIS MARTINS	22/05/1992	1989163-6 MT
40	31	GISLAINE APARECIDA RODRIGUES	10/04/1984	14612909 SSP/MT
41	1453	GUSTAVO FELIPE PLETSCH ALVES	19/07/1993	2377403-7 SSP/MT
42	1194	IANDRA RODRIGUES DE SOUZA	06/06/1994	23349638 SSP
43	547	INGRID POLIANA DE SOUZA MAGALHAES	23/10/1995	26996294 SSP
44	382	ISAQUE NUNES DE SOUZA	22/01/1995	MG 18226864 SSP/MG
45	453	IVAN DA SILVA FARIAS	02/07/1994	
46	51	IZONIDIA DE JESUS NOGUEIRA SILVA	14/06/1988	1843288-3 SSP MT
47	3	JAQUELINE SOARES BATISTA	26/09/1989	2111911-2 SSP
48	1403	JHENNYFFER ALBRECHT OLIVEIRA	29/05/1990	18540813 SSP/MT
49	183	JOSE DUARTE	23/10/1962	03419525 SSJMT
50	1430	JOSIANE CONCEIÇÃO FERREIRA	01/02/1986	16017366 SSP
51	1040	JOSIELY LEMES DA SILVA	12/10/1987	16401522 SSPMT
52	815	JOZIANE LOPES BOMBARDI	08/12/1987	16342399 SEJUSP/MT
53	930	JULLY ARIANE DE ALMEIDA SENE	09/02/1997	2291032-8 SSP/MT
54	1377	JUSCIMARA CRISTINA DA SILVA	21/05/1983	17867800 SSP MT
55	812	KARINA CORA BRITO	20/06/1995	2254461-5 SSP/MT
56	173	LEONARDO ALVES RODRIGUES DOS SANTOS	15/08/1993	18506844 SSP
57	490	LICETE ENGLER	30/03/1977	11745266 SSJ-MT
58	266	LUANA FREITAS TEOTONIO	11/11/1991	23066849 SSP/MT
59	1027	MARIA APARECIDA DA SILVA FERREIRA	11/09/1989	23464119
60	1061	MARIA SIMONE NUNES DA SILVA	18/06/1979	12080098 SJ
61	489	MARLUCIA CARNEIRO SOARES	12/07/1987	20069014 SSP
62	1535	MAYARA GISLON	19/04/1988	39106912 SSP MT
63	19175	MICHELE RODRIGUES DE MORAIS	26/01/1987	17706599 SSPMT
64	1090	MONIQUE RIBEIRO SILVA	08/08/1987	1703438-8 SSP MT
65	15	NAW ALLY SILVA CHAGAS	21/05/1997	26444682 SSP
66	1079	NAYARA CRYSTINA FERNANDES T. DOS SANTOS	28/07/1994	21930988 MT
67	1294	NAYARA HONÓRIO BEZERRA	18/06/1994	25963732 SSPMT
68	1521	PAMELA RAIHANA DOS SANTOS ZANESCO	27/08/1993	2439861-6 MT
69	276	PAULO CESAR SANTANA	20/09/1983	13637851 SSPMT
70	1192	REGIANE APARECIDA SOUZA ALMEIDA	10/01/1979	14104920 SSP
71	901	SEDINEIA FRANCISCA DA SILVA	19/10/1981	1550908-7 POLITEC
72	134	SHIRLENE PEREIRA DE LUCENA	04/11/1989	3378939-8 SSP/PE
73	1229	TANIA SOUZA CORREIA	12/03/1994	2548020-0 SSP/MT
74	711	THAIS APARECIDA SOUZA E SILVA	27/02/1996	2647593-6 MT
75	886	THAIS KETLLEN DA SILVA BASTOS	23/11/1997	26997290 SSP\MT
76	391	VALDEMOR ALVES CONCILIO	23/03/1995	25372491 MT
77	1364	VALMIRA GONÇALVES DE ALMEIDA CARVALHO	04/03/1976	08871515
78	499	VANDERLEY JOSÉ DA SILVA	05/04/1995	25993500 SEJSP
79	601	VANESSA VARGAS	01/04/1987	18510060 SSP
80	725	VANUBIA FERREIRA GOULART	06/02/1987	17775965 SSP/MT
81	371	WELMA PARÁ PINTO	06/06/1992	25151720 SSP-MT
82	758	YLDENEIDE MACHADO SOUZA	30/05/1986	28200012 SSPMT
	Cargo.:	**712 -COZINHEIRA - SAMU**		**20000000002/2015**
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	103	ROSIVANIA ALVES DA SILVA	29/10/1980	5379118 PE
2	130	ELIANDRA MARIA DE SOUZA	17/11/1980	16121686 SSPMT
3	135	MARILDA KELITA PIRES DE MIRANDA	14/02/1980	30172306 SSP/SE
4	261	MERCEDES FREITAS DOS SANTOS TEOTONIO	25/04/1970	28626060 SSP/MT
5	435	PAULA NASCIMENTO DA SILVA	20/11/1976	
6	511	GILMA APARECIDA ALVES DA SILVA	27/10/1974	66410250 PR
7	610	RSENAIDE RIBEIRO DA SILVA	02/03/1972	000451252 SSP/MS
8	617	CLEONICE DA SILVA NASCIMENTO	12/02/1982	14408155 POLITEC
9	659	SANDRA DA SILVA PIRES	15/08/1980	1404755-1 MT
10	893	ROSA PIRES MOURA	28/06/1975	1042443-1 SSP/MT
11	978	MARICIR MARIA DA SILVA AGUIAR	16/09/1969	1381788-4 SSPMT
12	983	VANDERLEIA CHERES DACHARIA	26/12/1979	1417758-7
13	1124	ADRIANA OLIVEIRA DA SILVA	04/04/1982	15404935 SSPMT
14	1186	ROSELI MORALES	28/03/1973	997904 SSP/MT
15	1203	ELIZANGELA APARECIDA GOLÇALVES DA SILVA	19/10/1979	24801666 SSP
16	1268	MARIA MÁRCIA LEANDRO	26/10/1981	12576808 SSP MT
17	1353	CLEUZA VALVERDE	05/04/1967	0563825-9 SSPMT
18	1354	MONICA GUIMARÃES MASCARENHAS OLIVEIRA	10/11/1986	17268605 SSPMT
19	1371	VANILDA RODRIGUES DO PRADO	05/05/1968	12281654 MT
20	1414	EDNA LOIDE DE ALMEIDA	19/11/1994	
21	1483	TAMARA DE CASSIA BARBOSA DA SILVA	30/10/1993	24161241 AL

22	1491	MARIA APARECIDA COELHO DA SILVA	18/10/1980	1310552-3 MT
	Cargo.:	**773 -TECNICO DE ENFERMAGEM-SAMU**		**20000000002/2015**
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	97	ADELAINE COSTA DE ALMEIDA	14/01/1992	23303280 SSPMT
2	740	ADRIANA LEANDRO SALGUEIRO	01/02/1985	15096238 SSP/MT
3	684	AGLACIR ELIANE ZANELLA	08/09/1973	520967 SSP MT
4	19178	AILTON JOAO DE OLIVEIRA	04/07/1972	881386 SSP
5	19144	ALCIONE SANTANA DA SILVA	18/03/1989	20097433 SSP
6	1334	ALEALDO SAMPAIO BARRETO	12/07/1980	14088045 SSP
7	876	ANDREIA CONSTANCIA DE LUNA	17/01/1978	26782235 SSP/MT
8	609	ARLETE DA CRUZ DE MIRANDA	22/02/1991	19831293 SSP
9	120	CLAUDINEIA SANTOS LEMES DE PASSOS	08/06/1985	15393526 SESP/MT
10	19185	CLEONICE ALVES DE OLIVEIRA DA COSTA	30/12/1972	10764135 SSP
11	184	CRISTIANE DE OLIVEIRA FERNANDES	01/12/1988	19791852 SSPMT
12	278	CRISTIANE DOS SANTOS TEODORO	31/01/1978	135820-7 SSP
13	1147	DAC TATIANE DA SILVA	11/02/1989	1053230 SESDEC RO
14	1424	DAYSILAINE SILVA MAGALHÃES SANTOS	09/03/1991	22227563 SSP
15	190	DEBORAH KOEHLER	18/10/1993	2085501-0 SSP
16	19146	DENIR RIBEIRO DE FONSECA	17/09/1974	07610653 SJ MT
17	337	EDINA SIMÃO DO NASCIMENTO	30/10/1967	919089 SSP/MT
18	895	EDLAINE OLIVEIRA DOS SANTOS	20/04/1990	21776857 SSP/MT
19	854	ELENA OLIVEIRA DA SILVA	24/08/1972	859786 SSP/MT
20	218	ELIANA DE SOUZA	22/04/1978	14268795 SSP
21	1162	ELIZANGELA AVELINO PORFIRIO	18/04/1982	147643402 SSP
22	350	ELIZANGELA BORGES GONDIM FARIAS	23/09/1979	17296528 SSP
23	1488	EVA APARECIDA DE PAULA MARTINS	08/07/1968	634074 SSPMT
24	1555	EVA DE JESUS NASCIMENTO	12/08/1968	626942 SSPMT
25	5	FERNANDA DE PAULA MARQUES	02/01/1978	10404902 SSP/MT
26	1131	FRANCISCO FÁBIO CARNEIRO	01/04/1991	21574480 SSP/MT
27	19171	GESILENE FERANDES	14/04/1986	17238927 SSP MT
28	70	GILMARA GRAGEL DOS SANTOS OLIVEIRA	27/10/1974	11676299 SSP/MT
29	1397	GISELLE GRIPP DA SILVA	21/04/1986	18542921 SSPMT
30	739	GLEIDSON LINO DE FREITAS	19/08/1982	13021222 SSP/MT
31	667	HIASMIN MARQUES CARDOSO	03/11/1992	23805730 SEJSP MT
32	989	IZABEL TEREZA DE ALMEIDA	01/12/1965	858305 SSMT
33	917	JULIANE IDALGO COSTA FLAUSINO	20/02/1985	23340835 SSP MT
34	637	KAREN ROSELLA	20/01/1979	10509879 SSP MT
35	1474	LEIDIANE PEREIRA DE OLIVEIRA	22/01/1991	24242756 SSPMT
36	997	LENILSON OLIVEIRA ARAUJO	13/05/1978	0825419654 SSP/BA
37	1429	LIENE SOARES DE SOUZA	25/04/1991	20406479 SSP MT
38	1439	LUCIENE DALVA APARECIDA PAMEIRA	15/04/1980	15329909 SSP-MT
39	23	MAIARA XAVIER DA SILVA	02/05/1994	25672339 SSP/MT
40	481	MAICON ANTONIO LACERDA BENTO	17/03/1985	18850375 SSPMT
41	399	MAILA HIROE GONCALVES DUTRA	06/05/1982	mg10332330 SSP-MG
42	432	MARCELO AGUILAR	19/01/1976	10556800 SSP/MT
43	959	MARCIA REGINA DA SILVA	21/12/1975	10405640 SSP
44	19115	MARCOS AURELIO IRINEU DA SILVA	28/10/1968	07014872 SJ MT
45	1253	MARIA BERNARDETE MOLLON RECH	08/09/1964	40059210 SSP-PR
46	1049	MARIA CLEONICE DE OLIVEIRA	14/02/1974	0949675-0 SSPMT
47	109	MARIA GLEIS MONTANINI	10/10/1980	13454676 SSP/MT
48	1007	MARIA JOSE FIRMINO ARAUJO	02/07/1978	11405619 SSP/MT
49	1098	MARIA SUELI DA SILVA OLIVEIRA	10/07/1965	05424119 SSP
50	49	MARILENE SILVA NASCIMENTO	31/07/1983	14754940 SSP/MT
51	1440	NADIR SANDES ESPINDOLA	24/08/1971	623469 SSP/MS
52	1148	NITA DE LIMA	06/05/1983	1493010-2 MT
53	1218	OSMAR JOSE DOS SANTOS	12/04/1984	1545448-7 SSP/MT
54	651	PAMELLA CRISTINA DA SILVA	18/12/1990	2160139-9 SSP
55	692	QUELI FERNANDA COSTA FARIA	25/10/1987	19387750 SSP MT
56	1130	RAQUEL DA SILVA OLIVEIRA	25/01/1976	17692890 SSP/MT
57	1228	REGILENE APARECIDA SILVA	06/09/0185	18930808 SSPMT
58	856	REJANE DO NASCIMENTO SILVA	25/05/1980	16319338 SSP/MT
59	1520	RITA DE CASSIA RODRIGUES CHAVES	26/02/1988	30777917 SEDSAL
60	16	ROSANGELA APARECIDA GONCALVES	19/07/1976	12093335 SSP/MT
61	816	ROSANI DA SILVA LIMA	26/01/1979	7.332.456-4 SSP/PR
62	311	ROSENI MARQUES VIANA	22/08/1972	09951458 SSP
63	1121	ROSENILDA DE FATIMA FERREIRA	29/12/1979	12810800 SSP
64	332	SABRINA PAULA DA SILVA	26/08/1992	2543856-5 SSP\MT
65	92	SANDRA DO PRADO SILVA	22/05/1985	1766044-0 MT
66	153	SELIEL BINDANDE	14/04/1971	844672 SSPMT
67	1553	SIMARA BRITO DA SILVA	08/08/1986	1627423-7 SSP-MT
68	1032	SIMONE ISANDRA DE SOUSA	20/11/1979	1071715856 SJTC RS
69	196	SIRLENE GOMES	03/12/1968	
70	1333	SONIA DE LOURDES TOMAZ	02/05/2015	11102043 MT
71	104	TACIANE SEVERINO DA SILVA	03/01/1985	16630068 SSPMT

72	1447	TELMA PEREIRA CELESTRINO	05/09/0972	971976 SSP/MT
73	1050	VALDECI AGUIAR MARTINS	04/04/1974	08374708 SSPMT
74	988	VALDIRENE BARBOSA DA SILVA GRIBLER	03/09/1972	862038 SSP/MT
75	178	VANAIDE AZEVEDO DE SOUZA	24/12/1965	000350780 SSP/MT
76	1302	WELLINGTON DIEGO DA CONCEIÇÃO	21/03/1990	1638295-1 SSP MT
77	522	ZAINE QUESIA GODOI DA SILVA	24/07/1982	1551431-5 SSP-MT
78	45	TIAGO FRANCISCO VIEIRA PEREIRA	07/11/1986	18885870 SSPMT
	Cargo.:	**797 -MEDICO CLINICO GERAL LEI 4334**		**20000000002/2015**
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	1337	ALEXANDRA DE SOUSA MIRAGAIA DE OLIVEIRA	30/12/1983	450075977 SSP
2	1202	JOENY DE CAMPOS	07/09/1959	10363604 SSP-SP
3	1475	LETÝCIA DE SOUZA OLIVEIRA	06/02/1989	20081685 SSPMT
4	19113	MARCO ANTONIO GONCALVES	06/12/1944	4444959 SSP/SP
5	377	MARLON MUNIZ MARQUES	15/12/1974	094322070 DETRAN
6	1473	MAYARA DE ARAUJO BRAZ	17/01/1989	19533071 SSPMT
7	909	MICHEL KASSIO DE CARVALHO MILANEZI	13/10/1989	
8	19104	NELSON LUIZ DA CRUZ JUNIOR	24/09/1982	13427962 SSP/MT
9	738	PAULO RICARDO ROTEIAS DE SOUZA	17/11/1987	17758610 SSPMT
10	1066	TIAGO TEIXEIRA LIMA SILVA	10/08/1984	3606394 SEGUP/PA

2. Divulgar as inscrições indeferidas dos candidatos inscritos ao Processo Seletivo nº. 002/2015

	Cargo.:	**1050-AGENTES SOCIAIS DE ESPORTE E LAZER-PELC**		**20000000002/2015**
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	296	ADAO DE PAULA MARTINS	28/05/1963	M3183456 SSP
2	813	ALINE DA SILVA VIEIRA	22/09/1986	20721978 SSP/AM
3	538	AMANDA APARECIDA KUNZ DE SOUZA	05/12/1997	2748285-5 MT
4	249	ANALICE RAMALHO MARTINS	24/02/1995	22911030 SSP
5	668	ARLINDO GUERINO CHIARADIA FILHO	17/11/1953	1108570-3 SSP-MT
6	658	ARTHUR WALDIR VINHAS QUEIROZ	16/06/1991	20170831 SSPMT
7	1092	BRUNNA NAYARA ELER SANTOS	04/01/1996	26534142 SSP/MT
8	1433	CACILDA DA SILVA BORDON	12/09/1984	16144376 SSP/MT
9	1158	CAMILA DE DEUS OLIVEIRA SILVA	06/11/1996	23443901 SSPMT
10	343	CLAUDIANA SILVA SANTOS	15/06/1974	1366645-2 SSP MT
11	1426	CRILDA RAMOS DA CRUZ	01/09/1973	872114 SSP MT
12	1041	DANDREIA RAIZA TAVARES DE MENEZES BARBOZA	06/11/1991	18684327 SSP-MT
13	19105	DANIEL ALVES DE CAMPOS	20/05/1992	
14	1455	DEOSDETE LINO FERREIRA DO ROSÁRIO	23/09/1985	1711564-7 SSP
15	1165	DIEGO DA SILVA BARRETO	08/08/1987	885303 SSP/RO
16	870	DIEGO SOUZA DE OLIVEIRA	24/04/1989	25492381 SSP
17	73	DYESSICA ZENKI DE SOUSA	02/01/1996	20720009 SSP
18	525	EDINETE DA COSTA FERREIRA	27/05/1987	
19	852	ELIAS COSMO DA SILVA	19/02/1985	17750253 SSP/MT
20	1308	ELLEN CRIS SILVA E SOUZA DE MOURA	05/09/1989	20697805 SSP/MT
21	119	EMANUELY ALBERTINY DA COSTA MORAES	24/11/1990	20940165 SSP
22	1286	ERICK JHONY PEREIRA DE ASSIS	27/11/1995	24422592 SSP/MT
23	973	ÉRIKA CARVALHO SILVA	17/05/1995	2660186-9 SSP-MT
24	634	FRANCISCA CORREA DA SILVA	13/08/1968	853337 SSP MT
25	746	FRANCISCO PEREIRA FILHO	16/11/1961	152959191
26	1381	GEOVANE RODRIGUES DOS SANTOS	04/06/1992	22243496 SSP
27	36	HELENA DOS SANTOS CORREIA	26/06/1990	21570825 SSP
28	608	HELLEN RODRIGUES DA SILVA	13/04/1996	27293262 SESP
29	1398	IVETE LIMA DOS SANTOS	15/11/1968	21145616 SSPMT
30	1087	IVONE ROEDER	17/06/1978	10215182 SSP
31	428	IVONETE CIRICO DE SOUZA	10/11/1979	17563496 SSP
32	543	JEFERSON DIAS PRATES	05/06/1991	20703651 SSP
33	19128	JOÃO BATISTA ELIAS DE AQUINO	01/05/1980	1158778-4 SSP/MT
34	896	JOAO HENRIQUE FLORIANO	20/02/1996	23133325 SSP MT
35	326	JOHNATAN HARRISON COURA	28/10/0192	21820120 SSP
36	1256	JOICE DA SILVA OLIVEIRA	13/07/1984	160404022 SSPMT
37	1240	JOSEFA FRANCISCA DOS ANJOS	27/01/1973	10557369 SSP
38	1234	JOSENIRA DOS SANTOS MAIA	06/03/1970	10709487 SSP/MT
39	940	JOSILENE MIRANDA DA SILVA	04/12/1987	1839987-8 SSP/MT
40	1299	JOSIMAR OLIVEIRA DE FARIA	24/01/1990	22305033 SSP-MT
41	442	JOYCE MENDONÇA FANTIM	04/09/1996	26060019 SEJSP
42	1402	JUSSARA MARQUES RAMOS	24/04/1992	22708251 SSP
43	19116	KELLY CRISTINA DE MATOS MACEDO	18/06/1971	1414959-1 SSP/MT
44	1103	LARISSA DOS SANTOS SALVADOR	23/07/1992	2024476-2 SSP
45	232	LEONARDO SOUZA LIMA	07/08/1996	23274000 SSPMT
46	345	LUCAS DOS SANTOS	01/01/1997	22896147
47	1132	LUCIVANE PROFESSOR DE ARAUJO	07/07/1989	18715516 SSPMT
48	1501	LUZIA CELIA DEIJANI CHIAMULERA	16/07/1962	34816778 SSP-PR
49	865	LUZIA DE OLIVEIRA	07/09/1979	14763923 SSP
50	1469	LUZINETE FERREIRA DA SILVA	21/03/1984	18765971 SJMT

51	1331	MARCOS PEREIRA NASCIMENTO GRINIVALD	07/07/1992	22719288 SESP
52	19110	MARIA DONISETE CARVALHO	30/10/1979	
53	721	MARLI DA SILVA BANDEIRA	13/08/1973	954427 SSP
54	9	MARLI DOMINGOS RIBEIRO	12/01/1965	548067 SSP
55	19107	MARTA DE SOUZA SILVA	17/11/1983	19478372 SSP/MT
56	247	MAYARA DA SILVA RODRIGUES	03/01/1995	21669430 SSP
57	977	MICHELI OLIVEIRA DA SILVA	27/08/1995	23775645 SSP
58	464	NAYARA SILVA DE MATOS	21/10/1984	2253282 SSP DF
59	567	NIVALDO MARTINS FERREIRA	10/07/1982	15255763 SSP/MT
60	1003	RAQUEL ROSANA DE SOUZA CAMPOS	20/08/1997	28812018 SSP
61	1441	RICARDO ROSA	01/01/1980	1294458-0
62	571	RODRIGO COELHO	22/10/1983	12881171 SSP/MT
63	540	ROMARIO SILVA	22/12/1994	23961228 SSP
64	17	RONIEL RAMOS LIMA	25/08/1986	15927318 SSP
65	19099	ROSANGELA DA COSTA BARBOSA	08/11/1989	167 SSP/MT
66	307	ROSANGELA DE ALMEIDA GRACIOLI	29/09/1968	773820 SSP
67	1024	ROSEANY PATRICIA SILVA ROCHA	28/02/1993	22404104 SSP-MT
68	1504	ROSELENE BARBOSA DE SOUZA	04/06/1975	11492538 SSP-SJ
69	448	ROSICLÉIA GONÇALVES DE SOUZA	11/07/1985	1557178-5 SSP/MT
70	1093	SAMUEL PEREIRA PINTO SCHNEIDER	10/03/1976	4099947444 SSP/RS
71	1199	THIAGO FAGUNDES DE SOUZA	23/11/1990	
72	242	TIAGO BORGES DA SILVA	24/09/1990	20542909 SSP/MT
73	890	TIAGO GOMES DE FRANÇA	28/10/1993	24196274 SEJSP
74	649	VANESSA POLIANA FLORIANI	21/09/1993	19011547 SSPMT
75	955	ZEIZY THAIS MENEGUELI FAVALESSA	15/06/1995	24198838 SSP
	Cargo.:	**381 -AJ. SERV. GERAIS - PSF**		**20000000002/2015**
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	555	ADRIANO JOSE DA SILVA	19/09/1986	7637297 SSPE
2	1406	ALESSANDRA APARECIDA GALDINO PEREIRA	01/06/1987	19160151 SSP/MT
3	775	CAMILA FERNANDA DOS SANTOS	15/03/1991	20025769 SSP-MT
4	1265	CELMA GOMES MINEIRO	07/04/1974	15868940 SSP/MT
5	1449	CLEONICE PEREIRA DOS SANTOS	18/07/1978	1680332-9 SSP
6	1144	CONCEIÇÃO APARECIDA DELFINO DE SOUZA	25/09/1970	795048 SSP/MT
7	459	DILMA ALVES DOS SANTOS	16/07/1983	1565355 2 SSP MT
8	880	ELIANE DE FATIMA TIBES	12/09/1979	1346778-6a
9	1078	ERIVANIA SANTOS LIRA	06/01/1987	7511390 11 032004
10	1318	ETHIENE GONÇALVES DOS SAMTOS	31/01/1987	1604140-2 SSPMT
11	429	FATIMA DELMONDES DE AGUIAR	15/10/1967	07666209 SSP/MT
12	666	FERNANDO HENRIQUE DE ALMEIDA	26/12/1990	472970938 SSP
13	1362	FRANCIELI NEZI DOS SANTOS	01/10/1983	15001644 SSP/MT
14	614	GEICIANE REBECA GOMES	09/11/1993	25325787 SSP
15	110	LUCIA MARIA DA CONCEIÇÃO	29/06/1977	24806994 SSJMT
16	1109	LUCIANA LUZIA DE OLIVEIRA	17/09/1983	15529878 SSPMT
17	984	LUCIMAR DE FIGUEIREDO ESCOCIO	29/12/1976	1468282-6 SSP MT
18	582	LUIZ DA SILVA FERREIRA	27/10/1990	2291009-3 SSP-MT
19	771	MARIA APARECIDA DOS SANTOS GOMES	14/10/1980	15839036 MT
20	1329	MARIA HELIA SANDIS SILVA	02/05/1965	04784774 SSPMT
21	946	MARIA QUITERIA FONTES DE OLIVEIRA	26/01/1985	3096246-3 SSPAL
22	866	MARIA RIZONEIDE LISBOA CLAUDIO	11/03/1980	3671663 23042012
23	941	MARISTELA FREITAS DE OLIVEIRA	28/05/1984	16668863 SSP-MT
24	697	PATRICIA APARECIDA SENABIO DE MORAIS	18/11/1988	18693261 SSPMT
25	169	RAYANA DA SILVA LOPES	07/03/1994	23393190 SSP
26	845	RONEI ALVES DA SILVA	07/06/1968	6247184 SSP
27	1080	SILVIA APARECIDA PAULINO	16/11/1981	16773403 MT
28	469	SILVIA DOS SANTOS RODRIGUES CARDOSO	27/03/1989	2320711 6 SSPMT
29	1525	SIMONE CRISTINA LIMA	10/01/1981	14354691 SSP
30	1005	SIRLEI NOGUEIRA LOPES	08/07/1980	1435467-5 SSP / MT
31	1359	SUELENA PEDRO DA SILVA	02/10/1976	12649406 SSP
32	709	VALDINEIA LOPES DE SOUZA	01/11/1986	
33	19164	VERA LUCIA GONÇALVES DA SILVA	12/08/1970	20145317 SSPMG
34	1335	WEVERTON DOS SANTOS SILVA	28/10/1996	26570262 16135
35	219	TIAGO FRANCISCO DA SILVA TIMOTEO	27/10/1994	2228175 4
	Cargo.:	**385 -AUX. CIRURGIAO DENTISTA - PSF**		**20000000002/2015**
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	879	ADRIANA LOPES BRANCO	07/04/1984	281536120 SSP
2	1223	ALINE MESQUITA DA PAZ	15/09/1986	18438229 SSP
3	858	ANNA CAROLINA DIAAS DE SOUZA	09/12/1993	20544812 SESP
4	1248	DJENNYFER KELLY CAETANO	05/02/1997	23605197 SSP/MT
5	644	GABRIELA FERNANDA WEBER DOS SANTOS.	25/08/1997	2778826-1 SSP
6	939	JÉSSICA SUELEN DOS SANTOS SILVA	27/05/0195	23405562 SSP MT
7	733	MAIRA KEILLA FURLAN	23/12/1987	17626064 SSP/MT
8	317	SAMARA CARVALHO DOS ANJOS	03/01/1995	2072021-1
9	1021	VANIL DE OLIVEIRA	19/08/1988	20189460 MT
10	1360	WANNER JOAQUIM MOREIRA NETO	23/12/1995	2837902 SSPMT

11	317	SAMARA CARVALHO DOS ANJOS	03/01/1995	2072021-1
	Cargo.:	**504 -MOTORISTA - SAMU**		**20000000002/2015**
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	476	ACIR WESTPHAL DOS SANTOS	17/12/1989	17367085 SSP/MT
2	1310	ADELSON DA SILVA LINS	31/10/1992	
3	894	ADEMAR BENTO DA COSTA	16/01/1970	487484 SSPMT
4	258	ADRIANO APARECIDO DE OLIVEIRA	02/02/1990	26963661 SSP/MT
5	599	ALDAINO VIEIRA BARBOSA	21/09/1983	1198211687 MT
6	1207	DEILTON MIRANDA SAMPAIO	15/02/1990	20618867 SSP
7	1145	DIONE BRAGA DOS SANTOS	07/05/1986	16053788 SSPMT
8	1196	EDKLELSON IVITON DA SILVA SANTOS	04/09/1983	2000002013643 SSP
9	287	EDUARDO FELISMINO CORREA	14/01/1978	10371206 SSP
10	563	ELIAS SALES DE LIMA	06/10/1978	11051124 SSP
11	1091	ELIEL HENRIQUE DA SILVA	26/09/1976	982899 SSPMT
12	720	EPITACIO SOUZA DA SILVA JUNIOR	25/03/1991	473773521 SSPSP
13	749	FHIILIP THIAGO VIEIRA DE FRANÇA	30/08/1991	21237795 SSP
14	551	FRANCIELE DE ALMEIDA	10/10/1990	21163545 SSP/MT
15	846	ILDEMAR COSTA FERREIRA	16/11/1985	17822122 SSP/MT
16	284	JEOVANE FERREIRA DA SILVA	06/12/1983	14354454 SSP/MT
17	507	JERINO JOSE SANTANA	20/01/1979	12418 MT
18	800	JOAO ALEXANDRE DA SILVA FILHO	06/06/1980	13853481 SSP/MT
19	1025	JOEL MARTINS	01/05/1959	1819986 SSP-PR
20	1312	JOSÉ CARLOS CLARINDO BORGES	01/03/1992	1865644-7 SSP/MT
21	1458	JOSE PEDRO FERREIRA	16/06/1961	3194840-1 SSP PR
22	921	JOSIMAR DA LUZ	31/07/1967	44757346 SSP PT
23	855	LAERCIO FIGUEIREDO DO NASCIMENTO	27/02/1991	10351400 SEJUSPMT
24	416	LAZARO ARMANDO DA SILVA	10/07/1988	18343015 SSP
25	124	LINEALDO DE SOUZA RAMOS	13/08/1988	19432909 SSPMT
26	568	LOURACI ARRUDA DA SILVA	04/10/1959	566767 SSP/MT
27	689	LUCAS DE OLIVEIRA DO CARMO	01/10/1989	18850308 SSP MT
28	588	LUIZ FERNANDO AMORIM DA SILVA	23/08/1987	16089280 SSPMT
29	1293	NILSON ANDRADE DE ABREU	08/03/1961	03486249 SSP MT
30	1220	NILSON TEODORO DE SOUZA	27/12/1985	
31	1425	NIVALDO APARECIDO FIRMINO FERREIRA	26/09/1973	0888891-4 SSP/MT
32	19094	OSCREI APARECIDO LUZ	12/10/1984	14598558 SSP/MT
33	1537	REINALDO DINIZ DOS REIS	11/05/1971	808956 SSPMT
34	1086	ROMOALDO VIANA DA CRUZ	13/10/1982	13709763 SSP MT
35	1227	SEBASTIAO MANUEL DA PAZ BEZERRA	04/02/1987	18523080 SSP
36	1051	VAGUIMAR FERNANDES JUNIOR	12/10/1993	17586160 SSP/MT
37	1252	VALDINEI BENTO GERVAZONI	28/07/1986	16044258 SSP/MT
38	864	VICENTE GUILHERME DE NUNES	05/04/1968	05060389 SSP MT
39	1341	VINICIUS GODINHO BUENO	03/04/1990	2180811-2 SEJSP/MT
40	1191	WEMERSON FEITOSA DOS SANTOS	23/03/1992	21664218 SSPMT
	Cargo.:	**509 -FARMACEUTICO FARMACIA POPULAR**		**20000000002/2015**
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	1450	AMANDA APARECIDA MONTEIRO DA SILVA	19/07/1994	21084882 SSPMT
2	922	ANY CELIA ROSA BARBOSA	28/08/2007	16766440 SSP
3	19093	BRUNA CAROLINE DE CASTRO	07/11/1992	22733450 SSP-MT
4	1089	BRUNA VICENTE ARAUJO	26/09/1994	23393742 SSP-MT
5	1546	CARLA CRISTINA GALLI	22/03/1987	1589943-8 SSP MT
6	356	CLEBER JUNIOR RIBEIRO NUNES	01/02/1994	23672978 SSPMT
7	48	DAIANA CIRIACO DA SILVA	14/08/1985	14876086 SSP
8	194	DAYVINSON PORANGABA DE FREITAS	23/06/1988	14870827 SSPMT
9	550	EDENER PEREIRA BORGES	27/05/1989	17987385 SSP/MT
10	43	EDEVAL DA CUNHA CINTRA JUNIOR	09/03/1987	1393863 SSPMT
11	440	ELAINE MARA BARBOSA DOS SANTOS	07/04/1977	11063971 SJ-MT
12	77	ELIAS QUINTÃO DA SILVA	07/03/1991	21420742 SEJUSP
13	340	EVILLYN JACINTO TOFANELLI	20/09/1987	19574126 SSP
14	1347	HELISMARA DOURADO DE SANTANA	24/06/1977	1191439-4 MT
15	1029	JOSÉ AUGUSTO ARANTES DE ASSUNÇÃO	18/12/1991	396079817 SSP/SP
16	1094	LUIZZI CRISTINE CARDOSO MARIANO CINTRA	17/04/1985	12426948 SSP MG
17	1188	MANOELA SILVEIRA CRISPIM	04/09/1983	27488098 SSP/MT
18	374	MARIA DE FATIMA RIATTI	27/12/1991	22186476 SSP/MT
19	968	WALLAS FABRI SILVA	26/01/1987	13871137 SSP-MT
	Cargo.:	**510 -ASSIST DE GESTAO-FARMACIA POPULAR**		**20000000002/2015**
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	745	AGUIDA RIBEIRO DE LIMA	18/10/1991	8217422 PE
2	404	ALLIEN ALINE GOMES	03/09/1984	16973801 SSPMT
3	1208	APARECIDA CARVALHO DE OLIVEIRA	22/05/1989	20170556 SSP
4	520	CAROLINE ELEN MARIANA	13/08/1993	2468748-0 SSP/MT
5	1169	CLAUDINEIA ALMEIDA DA CRUZ	15/02/1991	17832870 SSP-MT
6	916	DANIELLE GOMES DA SILVA	02/05/1986	
7	831	DAVID FRANCO AMOS DA SILVA	02/06/1992	22142967 SSP
8	170	DIONATAN DOMINGOS DE OLIVEIRA	02/09/1985	15235319 SSP/MT

9	539	EDILAINE GOMES DE OLIVEIRA	03/11/1986	17583489 SSP MT
10	1541	EDNA SANTINA PEREIRA	14/11/1964	24775908 SSP
11	1154	ELIANE DOS SANTOS ALVES	06/08/1983	17832756 SSP-MT
12	387	ELIANE SIMONE CRISTALINO	01/04/1987	19011148 SSP MT
13	546	GRAZIELLY GLENDA ANTUNES DE MIRANDA	30/01/1997	16977904 SSPMT
14	544	IARA KUNZ	05/12/1983	1809616-6 MT
15	346	IVANDA FELIX	28/12/1983	15575870 SSPMT
16	949	JAQUELINE DE SOUZA LIMA	12/08/1991	22283412 SSP
17	576	JENNYFFER RAYSSA DE SOUZA	05/06/1995	24520748 SSP-MT
18	1512	JÉSSICA NAIARA CARVALHO LOPES DA SILVA	23/01/1993	20030207 SSP/MT
19	604	JÉSSIKA DAYANE DE MELO SANCHES	29/03/1994	23783567 SSP MT
20	1454	JOSE CLAUDIO S. GOMES	01/08/1981	13967231 SSPMT
21	1382	KATIA FERNANDES DE LIMA	14/11/1988	2028241-9 SSP/MT
22	646	KELLI SANDRA DE SOUZA	10/04/1988	17970806 SSP
23	1506	LIDIANE DE OLIVEIRA PEREIRA	11/02/1988	1983769-0 SJSP
24	680	LUCILA MARTINS	03/12/1967	42449334 SSPPR
25	94	MAINARA ALVES DE OLIVEIRA	18/03/1994	24053406 MT
26	821	MARCELO PONTES MOREIRA	19/02/1988	19627718 SSP-MT
27	872	MARCIA GOMES FREIRE	11/07/1965	20259840 SSP MT
28	1250	MARGARIDA CARNAUBA DOS SANTOS	24/01/1970	789429 SSP/MT
29	1255	MARISA PAULA SOUZA MIRANDA	21/11/1965	mg 3.767.171 SSP/MG
30	1499	MAYER STEVEN CICERO DOS SANTOS	04/05/1999	2480168-2 MT
31	653	OSANA GONÇALVES SOARES	15/10/1980	14646749 SSP MT
32	239	PATRICIA PORTO MACHADO	07/09/1976	290897208 SSP/SP
33	406	PAULO HENRIQUE DA SILVA LINDER	06/05/1989	16678613 SSP-MT
34	456	RAULYE ADRIANO DOS SANTOS	11/04/1981	12543748 SSP/MT
35	964	RENATA KAROLINE CAMILO DE ALENCAR	12/01/1993	16626893 SSPMT
36	975	ROSANGELA RODRIGUES DE ALMEIDA	29/12/1985	16424280 SSP/MT
37	1417	RUTH LUANA LEITE DOS SANTOS	17/01/1998	25403737 SSP/MT
38	1062	SUELLEN BONETTI	15/10/1989	18421261 SSP/MT
39	1259	THAIS CRISTINE DA SILVA	25/04/1994	25040286 SEJSP MT
40	28	VANIRA ROSA DOS SANTOS	23/11/1988	18161847 SSP
	Cargo.:	**511 -AUXILIAR DE GESTÃO-FARMACIA POPULAR**		**20000000002/2015**
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	445	ADONIAS XAVIER MACEDO NETTO	25/04/1988	15313328 SSP
2	1030	ADRIANA FERREIRA DA SILVA	12/10/1981	1659297 SSPMT
3	835	ADRIANA DA SILVA II	15/10/1991	20026129 SSP/MT
4	860	ADRIELE RICAS DOS REIS	24/08/1987	19966776 SSP MT
5	830	ALAN BORBA DE OLIVEIRA	23/10/1987	1634257-7 SSP MT
6	1338	ALANA KAREN SIQUEIRA COSTA	13/06/1996	27787583 SSP
7	450	ALEFF HENRIQUE DE ANDRADE GONÇALVES	17/03/1994	28729218 MT
8	131	ALINE JACINTO TOFANELLI	16/05/1989	19574096 SSP
9	107	ALLAN COSTA BARBOSA	29/12/1995	28026942 SSP MT
10	111	ALTENIZA RIBEIRO DA SILVA	28/08/1982	14523116 SSPMT
11	198	ANA CAROLINE DE SOUSA PRIETO	09/09/1987	18935338 SSP/MT
12	597	ANA KAROLINA ORMOND SAMPAIO	09/03/1993	23098791 SSP
13	168	ANA PAULA RAMOS BELO	30/09/1984	17516013 SSP/MT
14	1163	ANA RAFAELLA EGUES DE PAULA	13/02/1988	20200986 SSP/MT
15	59	ANDERSON THIAGO RAMOS TEIXEIRA	08/09/1996	24981532 SEJSP/MT
16	1372	ANDRÉIA FRANCISCA DOS SANTOS	06/02/1980	10894837 SSPMT
17	627	ANDREIA KAROLINE DA SILVA	23/06/1989	19490046 SSP
18	1231	ANDREIA RIBEIRO DA SILVA	23/06/1988	20068310 MT
19	871	ANTONIA DA SILVA BATISTA	14/02/1995	26597268 SSP
20	19142	ANTONIO VICENTE DOS SANTOS	12/07/1961	323699 SSP/MT
21	461	ARIANE SILVA DE ARRUDA	17/10/1993	24761559 SEJUSP
22	767	BRUNO GOMES DE SOUZA	28/11/1995	25963708 MT
23	335	CARLOS ALESSANDRO BUONO	19/03/1985	19408129 SSP-MT
24	213	CARLOS ALEXANDRE STURM	01/12/1989	99728736 SSP/PR
25	473	CLEBER JUNIOR FERREIRA	19/07/1985	15493245 SSP/M
26	716	CLEITON DIAS DA SILVA	16/03/1989	19521332 MT
27	142	CLEYTON ALMEIDA DA SILVA	03/09/1994	16659198 SSPMT
28	228	DAIANE FERNANDES FREITAS	24/04/1985	14965445 SSP-MT
29	774	DAIANY SANTANA DA SILVA	07/08/1992	25378406 SSPMT
30	1416	DANIELA DE SOUZA NASCIMENTO	03/08/1992	24583154 SSPMT
31	685	DANIELA SILVA NASCIMENTO	06/10/1985	164017020 SSP
32	806	DANIELE CRISTINA SCHIRMER PARENTE	28/01/1990	2057580-7 SSP MT
33	528	DANYELLE KAROLYNE DE SOUZA BENEVIDES	29/10/1990	21780714 SEJUSP MT
34	1142	DAYANE DA SILVA MOTA	13/11/1989	19906110 SSP
35	101	DEBORAH MIRANDA DA SILVA	18/07/1986	1717735-9 SSP/MT
36	223	DENILSON ALVES SANTA ROSA	01/01/1986	000918187 SSP/RO
37	485	DIEGO SANTANA PEREIRA	27/06/1992	495178081 SSP
38	19145	DIEGO TAIRON BALBINO MUNIZ	04/04/1992	19944640 SSPMT
39	508	DRIELLY GLENDER ROCHA SILVA	20/05/1190	19433115 SSP
40	513	DRUEICE GLENDER ROCHA SILVA	23/09/1988	19443498 SSP

41	963	EDER MARQUES DE LIMA	07/08/1982	15447111 SSPMT
42	302	EDIRLENE SILVA DE ILIVEIRA	08/01/1987	21523690 SSP
43	1071	EDLAINE LUCENA RODRIGUES	25/12/1987	19439709 SSP/MT
44	848	EDNA PEREIRA LEITE FRANÇA	13/01/1972	954390 SSPMT
45	1532	EDNALVA RIBEIRO DOS SANTOS	18/02/1971	11617080
46	426	EDUARDO CASTELLI	12/04/1983	89346770 SSP
47	913	ELENILDA APARECIDA DA SILVA CLAUDIO	07/01/1990	19104324 SSP/MT
48	405	ELIANA DE OLIVEIRA II	20/02/1981	13703927 SSP/MT
49	822	ELIANE DA SILVA SAMPAIO	13/11/1983	1717439-2 SSP-PR
50	474	ELIANE DE SOUZA PEREIRA	18/10/1993	23003243 SSP
51	208	ELIEN DEBORA PEREIRA DA SILVA	08/10/1977	15203581 SSP
52	943	ERCILIA ALVES DE ALMEIDA	30/09/1975	1116529-4 SSP/MT
53	19103	ÉRICO RICARDO GALVÃO	15/06/1992	20805985
54	417	ESTEFANI MULLER BERNAL	08/03/1997	27098133 SSP/MT
55	574	ESTER DA CRUZ MENDONÇA	13/07/1993	3930681 SSPB
56	829	EVERSON LUIZ ALVES SANTOS	05/01/1982	14139383 MT
57	286	EVILY PATRÍCIA VIEIRA DE OLIVEIRA	30/10/1997	25727582 SSP
58	868	EWERTON DAMIÃO DA CRUZ	29/07/1994	23401876 SSP MT
59	100	FABIANA DE CASTRO SILVA	31/12/1993	2281157-5 SSA/MT
60	795	FAGNER DE VASCONCELOS COSTA	14/10/1985	1784881-4 MT
61	174	FERNANDA DA SILVA CUNHA	17/10/1988	17670420 SSP/MT
62	635	FERNANDA DA SILVA FERREIRA	01/12/1990	19840462 SSP-MT
63	243	FERNANDA FERREIRA MARTINS	11/02/1988	18926487 SSP/MT
64	252	FERNANDA MIRANDA DA COSTA	22/04/1992	23569450 SSP MT
65	1419	FERNANDA PALMEIRA DE CARVALHO	22/09/1992	20952538 SSP
66	1550	FERNANDA PARDINHO DOS SANTOS ASSUNÇÃO	26/06/1979	13045091 SSPMT
67	702	FERNANDO DA SILVA	15/06/1985	17049881 MT
68	312	FERNANDO LAMONIER PAIM	12/02/1954	565636 SSP/MT
69	1002	FLAVIO RENAN ALVES DE ASSIS	25/12/1987	19746520 SSP MT
70	1181	GEISLI FERNANDES DOS SANTOS	27/01/1995	2485256-2 SSP
71	1476	GISELE PEREIRA DA CUNHA	29/08/1995	23704730 SSPMT
72	1004	GISELE TEIXEIRA ALVARES	25/08/1982	1493152_4 SSPMT
73	55	GLEYCIANE FONSECA DE SOUZA	15/10/1988	19934327 SSP
74	966	GRASIELE THAIS LUNA	24/01/1994	024245801 SSP/MT
75	613	INES KELLY DA SILVA	24/01/1990	18548105 SSP/MT
76	1459	ISIS DIAS DE OLIVEIRA	11/09/1982	13614444 SSP MT
77	398	ISMAEL RAMIRO BOFF	13/08/1985	1091541928 SJS/RS
78	661	JAIANE MOURA GOMES	13/02/1992	1774643-4 MT
79	1201	JEISYLA PRYSCILLA SANTOS RODRIGUES DE BERNARDES	02/06/1990	20260750 SSP
80	760	JESIQUELEM ALVES DE SOUZA	05/01/1990	2041626-1 SSP/MT
81	776	JESSICA DE JESUS BANDEIRA	08/06/1992	22218475 MT
82	1365	JESSICA ISABELA NASCIMENTO DA SILVA	26/09/1992	17716900 SSP
83	441	JHANIFER COSTA LOPES	20/04/1993	22158880 SSP
84	230	JOÃO VITOR MILANEZ	26/02/1996	2558622-0 SSP
85	1415	JOCASTA DOLORES DA SILVA	11/03/1993	22268740 SSP MT
86	1083	JOCIELE ESTRABIS DE OLIVEIRA	09/09/1993	23777206 SEJUSP MT
87	1448	JOISA FERREIRA SANTANA FUMERO	02/03/1992	2206718-3 SSP/MT
88	411	JOSÉ RICARDO DA CRUZ SILVA	09/01/1989	18693270 SSP/MT
89	889	JOSELI MACHADO ALEXANDRE	12/08/1985	17672627 SSP/MT
90	12	JULIANA LONGARETTI DE ALMEIDA	11/06/1988	1885293-9 SSP/MT
91	1099	JULIE GRASIELLY PEREIRA DE ALMEIDA	08/09/1984	16618688 SSPMT
92	66	JULIO CESAR BOSI	07/07/1982	28421043 SSP
93	1410	KAROLINY SUSAN DE FRANÇA SILVA	18/11/1993	24650119 SSP/MT
94	475	KAROLYNE APARECIDA RODRIGUES	13/08/1985	15647498 SSP
95	468	KEILA MARGARETH FAUSTINO	27/09/1978	16229398 SSP MT
96	241	KISSELA JOSIELE SOARES RODRIGUES	21/01/1991	22037675 SSP
97	451	LILIANE SILVA E LIMA	03/05/1992	21333920 SSPMT
98	1446	LUCELENE ANGELINA GONCALVES	10/06/1968	217597 MT
99	699	LUCILIA HELENA SIQUEIRA VILA	10/05/1966	2143435-2 SSP/MT
100	971	LUIZ FELIPE LOPES MEDEIROS	16/11/1996	23273062 SSP
101	238	LYGIA MIRELLE RIBEIRO DOS SANTOS VASCONCELLOS	26/09/1996	2409965-1 SSP/MT
102	557	MAIKO ALVES DE FREITAS MARTINS	03/04/1993	23066741 SSP
103	281	MARCIA APARECIDA DA SILVA	03/05/1982	14442710 SSP/MT
104	825	MARGARIDA SOARES DE OLIVEIRA	27/02/1987	19514140 SSP/MT
105	591	MARIA DA CONCEICAO DA SILVA RODRIGUES	06/11/1971	1499759 SSP/MA
106	444	MARIA DAS DORES DE SOUZA I	05/01/1970	13708678 SSPMT
107	478	MARIA DE FATIMA BISPO	05/12/1972	MT-1212186 SSP
108	497	MARIA LEONICE DA SILVA	13/05/1985	19758235 SSPMT
109	1280	MARIA NATALICIA ZUZA DOS SANTOS	01/05/1976	995866 MT
110	976	MARIANA GOMES GRANVILLE	25/09/1997	2184004-0 SSP/MT
111	1408	MARILI DE QUELUZ ROMAO SILVA	22/12/1973	15083152 19/08/11
112	625	MARINALVA BRITO DOS SANTOS	17/06/1971	727561 SSP/MT
113	25	MARLUCIA RODRIGUES	21/05/1988	20927800 SSP/MT
114	560	MARTA REIS FERREIRA DA SILVA	25/10/1989	21773360 SSPMT

115	1043	MAURICIO JOSE RODRIGUES	27/05/1986	18678025 SSP MT
116	1243	MAYARA FERREIRA DE ASSIS	06/09/1993	24502898 SSP
117	805	MAYCON JUNIOR OLIVEIRA	08/03/1991	22039228 SSP
118	660	NAIARA PEREIRA AGUIAR MORAES	24/10/1987	18225900 SSP MT
119	300	NELI HOFFMANN	04/11/1983	15743772 SSP MT
120	838	NETANIAS REABIA DO NASCIMENTO	20/01/1997	2249974-1 SSP
121	1306	NILTON MENDES DA SILVA JUNIOR	17/07/1994	22415009 SSP/MT
122	1303	PALOMA DE PAULA BAMBIL	09/12/1995	2592925-9 SSP/MT
123	1073	PAMELA OLIVEIRA DA SILVA	07/03/1994	25104977 SSP/MT
124	1053	PATRICIA APARECIDA SILVA SPOLADOR	12/12/1978	29901638-9 SP
125	1262	PATRICIA MENDES DOS SANTOS AZEVEDO	01/05/1991	21452814 SSP/MT
126	295	PAULO ALEXANDRE SILVA OLIVEIRA	23/05/1995	22640320 SSP
127	1423	PERLA MARGARIDA CHIEREGATTO	14/11/1980	1315155-0 SSP?MT
128	322	RAFAEL SILVA CAMILO	23/09/1997	28851420 SSP
129	229	RAFHAEL DENNER BERIGO DO NASCIMENTO	20/12/1994	24537314 SEJSP
130	994	RAIMUNDA DE OLIVEIRA COSTA	29/02/1976	941.609 SSP MT
131	995	RAQUEL LEAL DE SOUZA COSTA	08/11/1970	804653 SSP/MT
132	400	RAQUEL LOPES DA SILVA	14/02/1987	20352220 SSPMT
133	19114	RAQUEL PEREIRA DA SILVA	20/02/1988	19151349 SSP/MT
134	703	RENATA MAGALHÃES FERREIRA ANDRADE	06/02/1993	20539207 SSP MT
135	509	ROMARIO APARECIDO DA SILVA MIRANDA	08/01/1990	22147403 SSP
136	421	ROMARIO DIAS DE OLIVEIRA	18/06/1990	20682891 SSP/MT
137	128	RONALDO ALBINO AFONSO DA SILVA	15/10/1995	25623699 SEJSP
138	1242	ROSANA ALINE DOS SANTOS MARTINS	30/04/1988	20555040 MT
139	1287	ROSANA VIEIRA DA SILVA GONZALES	30/10/1978	12510602 SSP MT
140	484	ROSELANE GONCALVES DE OLIVEIRA	18/12/1984	16560132 SSP/MT
141	309	ROSENI DINIZ DA SILVA	13/10/1993	22744835 SEJSP-MT
142	401	ROSILENE A LUZ MORALES MINARI	02/09/1986	1688323-3 SSP/MT
143	466	ROSMARI LOPES SE CARVALHO	19/08/1967	43998196 SSP/PR
144	1195	SANDRA DA COSTA MADUREIRA DE ALMEIDA	24/03/1980	15223060 SSP MT
145	1100	SANDRA DA SILVA BRITO	24/05/1993	20949693 SSP
146	1315	SARA DA SILVA COSSETIN	11/07/1984	14696932 SSP/MT
147	673	SHEIELLEN OLIVEIRA BARBOSA	17/12/1994	2435838-0 MT
148	1031	SILVANA MARIA DE FREITAS	18/05/1988	22522093 SSP/MT
149	420	SIMONE FOGACA MACHADO	15/04/1982	18860079 SSP/MT
150	802	SIRLENE FERREIRA MATOS	19/07/1978	10654399 SSP/MT
151	290	SIRLENE VIEIRA DA SILVA	29/09/1977	000788973 SSP
152	493	SOLANGE ALVES DE OLIVEIRA	09/09/1982	1590167-0 SSP/MT
153	282	SOLANGE JUSTINA DA SILVA	19/03/1993	
154	395	SONIA APARECIDA NOGUEIRA DE OLIVEIRA	19/12/1967	911990 SSP
155	254	SUELYN PEREIRA DA SILVA	09/03/1989	18534406 SSP/MT
156	19179	SUSANA NICACIO DE SOUZA	29/05/1989	
157	1028	TELMA FRANCISCA DA SILVA	25/08/1980	11882247 SJMT
158	811	THAMIRIS SOUZA ROCHA	30/12/1989	21435235 SSPMT
159	446	TIAGO DE ANDRADE GONÇALVES	11/01/1990	001688258 MT
160	269	VALDIJANIA FERREIRA ALVES	18/05/1979	13931709 SSP/MT
161	210	VANESSA CAROLLYNA GONÇALVES STURM	19/01/1993	23890185 SSP/MT
162	1011	VANESSA F. MALACO	10/09/1989	19289910 SSP MT
163	1356	VANESSA GLEICIKKELLI TELKA SANTOS	05/09/1995	21236143 SSP
164	354	VANUZA MARIA PIRES	28/07/1986	17768179 SSPMT
165	1339	VERÔNICA DA SILVA SANTOS	30/08/1993	24144223 SEJSP
166	255	VERONICA PATRICIA LEMES	30/04/1978	10874429 SJMT
167	1260	VIVIANE SILVA NIFOSSI	06/08/1992	2278397-0 SSP/MT
168	986	WAGNER FURQUIM PEREIRA	21/03/1979	10327355 SJ
169	430	WÉRICA CRISLAINE SOUZA NASCIMENTO	07/12/1990	22661611 SSP
170	7	WILLIAN SOUZA MALACO	17/11/1996	24779768 SSP
171	167	YARA DE JESUS GOMES	11/05/1993	19814887 SSP;MT
172	1313	YNGRID NAHIARA DA SILVA ROCHA	27/01/1997	28028100
173	1316	ZULEIDE APARECIDA MATIAS	28/01/1977	13106384 SSP/MT
	Cargo.:	**512 -SERVIÇOS GERAIS-FARMACIA POPULAR**		**20000000002/2015**
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	1391	ANA MARIA DOS SANTOS NOGUEIRA	22/07/1970	1290776 SSPMT
2	1010	ANA PAULA PERES DA SILVA	28/10/1989	17689813 SSP
3	729	ANGELA APARECIDA SILVA	26/07/1977	18476082 SSP/MT
4	664	ERCYLENE CRISTINY DA SILVA	30/05/1977	12533360 SSP
5	962	HELENA SOARES DE LIMA	13/08/1984	1476438-5 MT
6	150	JESSICA CRISINA DE ALMEIDA	17/12/1990	22062416 SSP
7	338	JONATHAN SOARES RIDIER	06/09/1991	20818904 SSP
8	1150	JOSE AMILTON LOPES DA SILVA	19/09/1979	1334087-5
9	915	JOSE FRANCISCO DOS SANTOS	13/08/1959	0226107-3
10	1274	KATIA CAMILO DE OLIVEIRA	07/02/1981	15122018 MT
11	19159	LIGEA DA SILVA	24/10/1973	12219045 SSP/MT
12	990	LUCIANA GOMES RODRIGUES	25/10/1989	
13	425	MARCIO JOSE DA SILVA	06/04/1978	000637738 RO

14	265	MARIA AUXILIADORA DE OLIVEIRA II	18/12/1969	
15	663	MARIA DE LOURDES DA SILVA E OUTRA	15/04/1988	2949702-7 MT
16	494	NEUCIMAR BENTO DA SILVA MIRANDA	21/03/1987	17114381 SSP
17	1023	ODETE AUGUSTA DA SILVA	22/11/1978	156482208 SSP
18	1295	PAULO RICARDO LIRA DOS SANTOS	11/01/1976	2713053-3 MT
19	200	RITA DE SOUZA	25/06/1981	
20	1122	ROSEVANIA ALESSANDRA COSTA DA ROCHA	09/10/1995	22895876 UFMT
21	670	SERLI DOS SANTOS	31/01/1978	2768701-5 MT
22	558	TATIANE SIMAO DA SILVA	06/05/1993	22274227 SSPMT
23	655	MONICA DA PENHA AGUIAR	05/04/1987	1604237-9 MT
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	1138	FELIPE SANTIAGO RODRIGUES	09/11/1993	
	Cargo.:	**622 -BIOMEDICO**		**20000000002/2015**
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	992	CARLA CRISTIANE FUHR	16/10/1990	21547254 SSP
2	766	FABRICIO FELIPE CARREGAL HERNANDES	30/05/1984	1461087-6 SSPMT
3	349	HILDA NAIAIANE ALVES SANTOS	18/06/1992	23461055 SSPMT
4	19121	MAIZE OLIVEIRA FERNANDES	22/12/1963	442623
	Cargo.:	**697 -ASSISTENTE SOCIAL - LEI 3340/2010**		**20000000002/2015**
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	1149	ADOLFO LUCAS AGENOR DOS SANTOS	31/08/1988	17660465 SSPMT
2	1076	ALRIDENIS SILVA DE AZEVEDO	28/11/1981	331358 SSP/AC
3	1170	AURELINA EGUES DA SILVA	27/09/1989	1961897-2 SSPMT
4	534	CLAUDIA DE FIGUEIREDO TEIXEIRA	06/10/1980	12112240 SJ
5	1478	CLEIDE MOREIRA DE SOUZA	24/09/0191	13160699 SSP/MT
6	1285	CLEUNICE COSTA MOURA	06/05/1979	14235013 SSP/MT
7	207	DAYANA KARINA ARANTES	23/03/1987	17678269 SSPMT
8	565	DEVAIR PINHEIRO DE MESQUITA	13/10/1994	24618950 MT
9	1393	EVELYN RAIANE QUELUZ GUIMARAES SILVA	09/10/1994	6179542 21/03/12
10	537	JANAINA CAMPOS RODRIGUES	26/02/1983	15280276 SSP
11	1216	JESSYKA EVELLYN OLIVEIRA COSTA	09/12/1990	17401887 SSP MT
12	804	JOSICLEI SILVA LUZ	19/12/1991	
13	906	LEILA DE SA FONTES	30/01/1966	0952370 SJ
14	205	LIZ MENDES ORMOND	18/03/1987	4979477 PCPA
15	626	LUCIANE SANCHES WALOSZEK	01/01/1975	000650708 SSP MT
16	472	MARIA BENEDITA ALVES DE ALMEIDA	07/02/1984	MT-1745208-2 SSP
17	545	MARLI JACOBOWSKI	06/08/1962	22684930 SSP
18	629	MICHELY QUEIROZ DA SILVA	03/07/1993	2251573-9
19	1139	OSMARINA SILVA GONCALVES	05/09/1984	1932776-5 SSP/MT
20	631	RENATA MODESTO SOARES	09/05/1981	4576254 SSP/GO
21	1477	SILMARA DE OLIVEIRA SANTOS	27/10/1994	1153952 UFRO
22	902	SILVANA APARECIDA BARBOSA	19/08/1975	11392436 SJ
23	260	ZENILDA DA SILVA CARNEIROL	05/11/1975	1957168-2 SSP MT
	Cargo.:	**702 -ATENDENTE DE FARMACIA - LEI 3340/2010**		**20000000002/2015**
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	768	04492306196	10/07/1992	23672358 SSP/MT
2	1422	ADRIANA GUEDES DE ALMEIDA	16/10/1989	17584248 SSP-MT
3	1395	ADRIANO DOS SANTOS NOGUEIRA	25/04/1991	20523092 SSP-MT
4	675	ALEXSANDRA GUARINO DE SOUZA	01/05/1988	1947808-9 MT
5	923	ANA KARLA PERES DA SILVA	26/06/1993	25863002 SSP
6	1276	ANDREA PEDROZO	24/09/1987	17425140 SSPMT
7	590	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	25/01/1977	11675683 SSPMT
8	500	ARIANE PEREIRA MACIEL	30/11/1987	19851545 SSP/RO
9	19186	CELENIR SOARES ALVES	06/01/1988	18546218 SSP
10	1082	CLAUDIA FERREIRA NUNES	11/09/1983	19019971 SSP MT
11	1157	CLEISLA DANIELLY VALERIO DE CASTRO	07/06/1997	2703955 SSPMT
12	516	DAVIDY HALISON MOREIRA DA SILVA	19/10/1993	2578106-5 SEJUSP/MT
13	19134	EDIANE RIBEIRO DE PAULA	07/06/1985	16701453 SSP
14	224	ELIANE APARECIDA DA SILVA	02/12/1993	2293961-0 SSP-MT
15	1515	ELIENI LAURINDO DOS SANTOS	12/08/1982	16796195 SSPMT
16	204	FERNANDA DE SOUZA DINIZ	16/03/2011	25646249 SSPMT
17	593	JACQUELINE GOMES DE QUEIROZ	13/09/1993	488432923 SSP/SP
18	823	JAYARA PATRICIA RODRIGUES MENDES	29/09/1993	22581316 SSP MT
19	1206	JEFERSON FERREIRA DA SILVA	22/02/1997	27182371 EXPEDIDOR
20	1405	JHONATHAN RALLYSON GONÇALVES TRINDADE	01/12/1986	17990653 MT
21	1006	KARLA CRISTINA ALEVS DA SILVA	11/04/1995	2582225-0 SSP/MT
22	936	KAROLINE SUELLEN SILVA COUTO	21/10/1988	18525016 SSPMT
23	19156	LEDICEIA PEREIRA DA SILVA	05/09/1983	1464471-1 SSP/MT
24	61	LEILA PEREIRA DOS SANTOS	03/01/1979	11496479 SSPMT
25	321	LETICIA NAITIARA VARGAS DE MATOS	07/08/1993	22907289 SSPMT
26	987	LUANA CAROLAYNE FIGUEIREDO SANTOS	20/08/1996	2539566-1 SSP MT
27	1052	LUANE APARECIDA XAVIER MOREIRA	30/12/1996	
28	76	LUDIMILA MACHADO DE MOURA	23/04/1989	20110545 SSP
29	1500	MAIZA FERRAZ BERBEL VERGA	18/12/1977	12508276 SSP-MT

30	682	MARCELA DA SILVA	17/05/1995	24440787 SSPMT
31	928	MAYARA JANAINA DE SOUZA DIAS	16/05/1995	2768743-0 MT
32	1456	MIKAELA PEREIRA DE SOUZA	19/08/1995	26961881 EXPEDITOR
33	867	MIRIAN MATOS DE OLIVEIRA	14/05/1981	mg 18595023
34	772	NIKITA FABIANE ALVES	28/02/1986	17425158 MT
35	479	PAMELA PATRICIA GOMES LEAL	04/09/1996	26363712 SSP MT
36	19109	POLIANA NAIARA ORNELAS PEREIRA	15/02/1992	22550330 SSPMT
37	1556	RIVANIA SILVA ROCHA	15/01/1984	17441951 SSP MT
38	285	ROBERTS SOUZA BRITO	21/07/1994	22504630
39	650	SILVIA HELENA THOMAZ DANTAS	19/04/1978	103727274 SSP
40	808	SILVIA XAVIER DA SILVA SANTOS	01/10/1974	11898682 SSP
41	869	TANIA GLORIA BORGES DA SILVA	09/05/1993	22661786 SSP MT
42	645	TATIANE OLIVEIRA DA SILVA	24/10/1994	24932272
43	458	THIAGO ANDRÉ DA SILVA DASSOW	23/08/1993	1733542-6 SSP
44	1211	THOMAZ AUGUSTO VAZ DA ROCHA	11/09/1993	22988548 SSP
45	114	VALDENI NUNES LEAL	07/11/1991	22733108 SSPMT
46	253	VANESSA DE OLIVEIRA LIMA	21/04/1994	23531320 MT
47	898	VANUSA DA SIVA MELO	26/03/1992	22641238 SSPMT
48	704	VITORIA ALAIDE MARQUES ROSENO	30/01/1996	26435942 SSP MT
49	102	WESLEY EDUARDO DE LIMA	27/10/1994	25384724 SSP-MT
50	621	WILLIAN SOARES DOS SANTOS	16/10/1996	23210176 MT
	Cargo.:	**705 -COZINHEIRA - LEI 3340/2010**		**20000000002/2015**
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	594	B	09/01/1977	34169 FUNAI MJ
2	1296	ELENIR BATISTA DE ARAUJO	11/04/1974	08271720 MT
3	1239	NOELI PEREIRA DE SIQUEIRA	01/01/1973	08638594 SSPMT
4	927	PATRICIA CASSEMIRO FALCIER	16/12/1986	
5	19166	ROSA MARIA DE CASTRO NASCIMENTO	13/06/1976	1096152-6 SJ-MT
	Cargo.:	**706 -MEDICO REGULADOR - SAMU**		**20000000002/2015**
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	1492	LUCIANA MANSUR PINTO BORGES	15/03/1982	303140550 SSP-SP
	Cargo.:	**708 -ENFERMEIRO - SAMU**		**20000000002/2015**
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	324	ADRIANA APARECIDA RODRIGUES PAIXÃO	16/04/1975	098953 SSP/MT
2	1097	ADSLEYANE RAMOS DE FRANÇA	22/09/1989	19610475 SSP
3	83	ALAIDE SANTANA DO CARMO VITORIANO	01/05/1981	13814982 SSPMT
4	320	ALESSANDRA AUXILIADORA DA SILVA	25/02/1978	10071563 SJMT
5	393	ALINE LIMA DA SILVA	27/04/1985	15032442 SSP/MT
6	1065	ANDRESSA MORAES DE CARVALHO	05/06/1992	20981325 SSP MT
7	433	ANDRESSA TAILINE DE JESUS LOPES	14/08/1994	22172010 SSP
8	1278	ÂNGELA INARA SOUZA BATISTA	19/11/1993	18507719 30/04/08
9	905	ANNA CAROLINA DALTRO PEREIRA	12/06/1987	16994124 SSPMT
10	724	ANTONIO LINCON SANTOS MENDONÇA	26/02/1987	316036 COREN-MG
11	1161	BARBARA SPILERE MORETTO	15/12/1989	17149908 SSP
12	1305	BRUNO LUIZ MACEDO SANTOS	30/09/1992	21226385 SSP/MT
13	275	CAMILA OLIVEIRA DOS PASSOS	25/01/1990	18547834 SSP/MT
14	1204	CAMILLA YASMYNE DOMINGUES MONTANI	31/03/1989	20037090 SSP/MT
15	259	CLARICE LUIZA SILVA DE LIMA	27/02/1984	4582091 DGPC
16	1036	CLEILA QUINTILHANO@HOTMAIL.COM	21/11/1970	06865585 SSP/MT
17	873	DIRCE FERNANDES DE ARRUDA	15/11/1969	598877 SSP/MT
18	861	ELAINE CRISTINA DA SILVA	29/01/1980	984185 SSP/MT
19	732	ELAINE MARIA FERREIRA	18/04/1967	20376661 SSP/SP
20	577	FÁBIA DE OLIVEIRA GERALDO	20/04/1990	17009162 SSP
21	1058	FELIPE DIAS SERIGIOLLI	17/07/1990	1783815-0 SSP MT
22	1495	GISLAINE MIRANDA MARIN	31/08/1981	1033292 SSP MS
23	1108	INÁ KHARYN MANRIQUE	26/07/1992	20952449 SSP
24	186	INES APARECIDA SILVA	14/02/1979	3417584 SSP/GO
25	715	JOÃO MOREIRA DE LUNA	08/08/1964	312O67 SSP/MS
26	747	JOICYANE KARINE DA ROSA SOUZA	23/10/1986	16192583 SSP
27	818	JOSIANE DOS SANTOS OLIVEIRA FAGUNDES	14/11/1981	15573362 SSP
28	1558	JULIANY ESTHER MILHOMEM	29/10/1984	15016358 SSPMT
29	1189	KARINA CÁRMEN FIGUEROA LANDIM	02/02/1990	18387756 SSP/MT
30	231	KATIA SOARES DE SOUZA	22/05/1994	20607210 SSP/MT
31	1056	KELLY ALINE JACOBI	24/02/1990	108950277 SSP PR
32	1332	LAURA CRISTINE BARROS OLIVEIRA	11/02/1981	11387815 SSPMT
33	330	LUCIANA SANTANA	24/12/1978	12998249 SSP MT
34	372	LUCIED BATISTA DA ANUNCIAÇÃO	06/10/1987	17426456 SSP MT
35	728	MACSILENE APARECIDA TAVARES PIOVEZAN	02/03/1980	1201431-1 SSP-MT
36	1489	MARIA APARECIDA DE QUADROS FELIX	25/10/1979	14564483 SSP MT
37	1064	MARIA SIMONE MENDES BEZERRA	23/02/1987	18536689 SSP/MT
38	1384	MARIANA KEIKO KAWAATA	10/11/1989	
39	1160	MARIANA LÚCIA SANTOS SOARES POLESELLO	31/08/1983	15239845 SSPMT
40	1174	MARIANA MOREIRA COUTINHO FERNANDES	02/09/1984	15364909 SSSPMT
41	1171	MARINA FERNANDES DE OLIVEIRA	24/06/1993	22282122 SSSPMT

42	1352	MARY MÔNICA SILVA DO CARMO	21/08/1976	1838977
43	1217	MICHELA TATIANE DE SOUZA PAPADIUK	22/10/1988	16631803 SSP MT
44	584	NAYARA CAMPOS	02/11/1988	18039855 SSP/MT
45	1166	NÊMORA FIGUEIREDO SILVA	27/11/1993	22029508 SSP
46	140	NOABIA CRISTINA RODRIGUES MARCA	26/02/1993	SSP-MT
47	1319	PAMELA KAMILLA SCHWAN	16/11/1993	2229710-3 SSP/MT
48	1245	PRISCILA CORREA DA LUZ	29/03/1994	23127848 SSP/MT
49	63	RAYANA LILIAN SOUZA CRUZ	25/07/1991	17215862 SSP
50	2	REGIANE DE OLIVEIRA LIMA	13/07/1990	21229937 SSPMT
51	1322	TANIA CRISTINA NICLOTTE	08/01/1981	11473690 SSP MT
52	638	VALKIRIA INEZ PEREIRA	10/04/1980	1260129-2 MT
53	606	VANESA GUEVARA DIAS	20/11/1986	17114659 SSPMT
54	1283	VANESSA DE OLIVEIRA	27/04/1989	10038310 SSPMT
55	518	WESLEN SANTANA PADILHA	28/05/1991	18342892 SSP
	Cargo.:	**710 -RADIO OPERADOR - SAMU**		**20000000002/2015**
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	734	FRANCINILDO DE SOUZA DA SILVA	11/06/1986	16053192 SSPMT
2	14	FRANTHESCOLLY GOMES FERREIRA	13/06/1995	19504624 SSP/MT
3	454	IGOR ARAUJO DE LIMA	23/05/1987	2501152 SSP DF
	Cargo.:	**711 -TELEFONISTA AUX. REG. MÉDICA (TARMS)**		**20000000002/2015**
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	19177	ADRIANA DOS REIS GUIMARAES	18/12/1986	17236860 SSPMT
2	924	AFONSIELLY DE SOUZA	27/05/1993	22274219 SSP
3	293	ALINE APARECIDA DE SOUSA	10/11/1994	21720150 SSP
4	96	AMANDA SIMOES DE SOUZA	01/11/1994	23559942 MT
5	333	ANA CLAUDIA PEREIRA DOS SANTOS	15/05/1987	18524915 SSP-MT
6	932	ANA CLEIDE FERREIRA	29/05/1977	15210235 SSPMT
7	942	ANA PAULA DE ALMEIDA	23/04/1993	18684297 SSP/MT
8	449	ANELIANE DA CRUZ LEITE	18/02/1975	846379 SSP
9	1363	ANGELICA LIMA CORSINO	03/04/1994	22111050 SSPMT
10	257	ANNE KAROLYNE FERNANDES PEREIRA DA SILVA	22/11/1995	22300040 SSPMT
11	160	ANRIELLE LETICIA SANTANA DE ARAUJO	06/06/1992	23806516 SSP
12	719	CARINA FERNANDES SILVA DE OLIVEIRA	26/01/1987	18192505 SSPMT
13	950	CRISTIANE ALVES PARENTE	22/01/1996	25326619 SSP
14	705	DAIANE NUNES LINO	07/12/1991	2323314-1 MT
15	1485	DEBORA STEFFANI PEREIRA	17/11/1987	19047266 SSP MT
16	714	EDIANE BENEDITA DA SILVA	02/04/1989	18565310 SSP MT
17	1551	EDIELKY SUYANE DZULINSKI	22/09/1996	26490382 SSP
18	452	EDILIA APARECIDA DE OLIVEIRA	25/10/1986	16985931 SSP/MT
19	1284	EDNALVA ALVES	04/05/1972	1438403-5 SSP/MT
20	757	ELEN CRISTINA DE MATTOS	04/01/1994	22727302 SSP-MT
21	1431	ELIZENE APARECIDA DOMINGUES QUINOT	28/07/1984	16697910 SSPMT
22	681	FABIANA MARTINS PATRICIO MARQUES	16/01/1983	14750880 SSPMT
23	799	FLAVIA FREITAS ALVES	12/03/1994	24912824 MT
24	1232	GESLAINE RIBEIRO DE SOUZA	20/12/1987	20147430 SSP-MT
25	792	GISLAINE DE SOUZA COSTA	05/03/1988	2104608-5 MT
26	1096	JANAINA DA GAMA SILVA	16/03/1990	21598215 SSPMT
27	552	JANAINA MARA URBINA OLIVEIRA	21/06/2015	23601868 SSPMT
28	412	JANE DE CAMPOS SILVA	05/12/1991	19706642 MT
29	58	JAQUELINE HENRIQUE DIAS COSTA	29/11/1988	21984263 SSP/MT
30	1060	JOYCE ANGELINE DA SILVA	13/06/1996	22818103 SSP/MT
31	267	JULIANA APARECIDA DAS NEVES RUIZ	10/02/1998	28629469 SSP-MT
32	1044	KAREN REGINA BARRETO DE FARIAS	05/07/1994	2299948-5 SSP
33	883	KELLEN CRISTINA TEIXEIRA DA SILVA	12/06/1991	
34	925	LEONILCE CRISTINA DA SILVA	18/01/1975	616950 SSP/MT
35	899	LETICIA CRISTINA FRANÇA DE ASSIS	10/09/1992	24115843 SSPMT
36	1269	LILIANE GOMES FELIPE	26/01/1993	23508370 SSP/MT
37	683	LUCIENE APARECIDA FERREIRA	10/02/1980	19967136 SSP-MT
38	514	LUCILENE ALVES MARTINS	01/04/1983	15040410 SSP MT
39	999	LUCINEIA JESUS DA SILVA	01/02/1978	13192485 SSP/MT
40	982	LUCIVANIA SANTOS MACEDO	24/01/1992	23204834 SSP
41	735	LUDYMILLA DE SOUZA XAVIER	02/04/1994	21808651 SSPMT
42	598	LUSIANE DANIELA LOPES DA SILVA	21/01/1987	1854064-3 SSP\MT
43	1055	MAIARA BENTES PARENTE DE MOURA	26/08/1988	22281150 SSP
44	299	MARCELO AUGUSTO PFEIFER PUÇA	19/10/1994	20066341 SEJUSP/MT
45	1193	MÁRCIA CRISTINA MARTINS	01/02/1988	130536042 SSPPR
46	712	MARCIA TANIA DE SOUZA	01/06/1973	984895 SSP
47	665	MARIA APARECIDA DA SILVA	11/03/1994	35405546 AL
48	583	MARIA JOSÉ LOPES	16/08/1974	21292744 MT
49	201	MARIELLY PEREIRA CINTRA	05/10/1992	1904548-4 SSPMT
50	415	MARILUCY FRANÇA DA CUNHA	13/08/1970	667178 SSP/MT
51	1106	MARINALVA DE LEMES	01/02/1980	2597410-6 SSP-MT
52	1437	MARLUCIA DE MELLO	30/08/1971	0-805-194-1 MT
53	353	MAYARA DA SILVA MINATI	28/09/1994	2486253-3 SSP-MT

54	226	MONICA CARINE LIMA	18/07/1993	2362293-8 SSP/MT
55	750	MYRLA TEIXEIRA ROCHA	30/07/1992	22072110 SSP MT
56	157	PATRICIA CONCEIÇÃO VITAL	23/06/1989	20505426 SSP
57	1442	PATRICIA DE CASSIA PIOVEZAN DA SILVA	27/01/1986	1765852-7 SSP/MT
58	586	PRISCILLA TROMBETTA DA SILVA	23/10/1994	23055723 SSP\MT
59	1067	RAYANE KELLY DOS REIS GRILO	08/06/1992	23253703 SSPMT
60	1215	RAYSSA LIMA GALDINO	13/05/1995	26839237 SSP/MT
61	993	RENY ALVES DE JESUS AMADO	11/08/1983	1424933-2 SSP/MT
62	619	ROBERTA LUIZA DE JESUS	06/03/1986	18690971 SSPMT
63	592	RODRIGO GARCIA DE LIMA	23/08/1985	001249834 SSP
64	422	ROZIMEIRE BORGES DO NASCIMENTO	05/11/1977	1063567-0 SSP/MT
65	385	SAMARA SANTOS LEMES	10/05/1994	24702021 SSP
66	1141	SANDRA MARIA CUNHA DE ARAUJO	23/06/1979	122511-07 SSP
67	579	SARA DA CRUZ MENDONÇA	25/02/1992	3839019 SSPB
68	730	SUELLEN JULIANE BAMBIL DE SOUZA	11/08/1985	1604133-0 SSP MT
69	1270	TAINARA DE OLIVEIRA MIRANDA	05/06/1996	528509913 MT
70	803	TAMIRES AZAMBUJA	20/12/1991	21433097 SSP/MT
71	1126	TERESINHA BARAN	23/04/1967	879512 MT
72	595	VALDIRENE DE OLIVEIRA	18/10/1972	4067574469 MS
73	1120	VANESSA DE PAULA DAS ILVA	19/08/1996	26476096 SEJSP
74	179	VANIA APARECIDA DE LIMA	10/03/1992	23392509 SSP MT
75	541	VERA DE NOVAIS	21/08/1982	20069235 MT
76	642	YASMIM GONÇALVES PERON	30/09/1992	19849079 SSP
	Cargo.:	**712 -COZINHEIRA - SAMU**		**20000000002/2015**
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	1503	ANAILDES CANDIDA DA SILVA	22/09/1960	636657 SSPMT
2	679	CARMEM FATIMA DOS SANTOS	08/10/1968	529648 SSP MT
3	1273	DIENE FREITAS FARAGE	24/03/1990	
4	696	ELIZABETH KELIM MACIEL	13/08/1973	1403408-5 MT
5	616	PATRICIA SANTOS FONTOURA	13/03/1983	15183670 MT
6	495	REGIANE DE ALMEIDA MENDES	27/11/1987	1947718 SSP/MT
7	1101	ROMIERI MELRY ZUZA DOS SANTOS	05/10/1988	19633319 SSP/MT
8	600	SIMONE VIANA CAETANO	13/10/1978	13156390 SSP
9	672	THAMMY CARVALHO GARCIA	27/07/1984	1697375-5 MT
10	1235	VANI GONÞALVES	04/11/1977	12699713 SSP
11	707	VANUSA FERREIRA GOMES	29/01/1987	18565883
	Cargo.:	**773 -TECNICO DE ENFERMAGEM-SAMU**		**20000000002/2015**
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	1257	ANDERSON MOREIRA BRITTS	18/10/1980	11229756 SJ/MT
2	647	ANDREA RAYLICE DOS SANTOS	10/09/1995	6119974 SSP/GO
3	843	ANGÉLICA BRAGA MUNHAK	26/09/1986	
4	834	ANTONIA DALVA DE CASTRO MENDES	16/07/1972	000.069 CBMMT
5	19127	APARECIDA FERREIRA TEODORO	20/03/1966	50392864 SESP
6	1547	ARLETE APARECIDA BRITO DE OLIVEIRA	25/12/1972	06645356 SSP
7	605	AUREA CRISTINA DE SILVA PEREIRA	15/01/1979	11450550 SSPMT
8	1221	CAMILA APARECIDA DE LIMA	21/05/1986	17256291 SSPMT
9	1226	CREONICE APARECIDA ANTUNES DE SOUZA	04/10/1978	13053337 SSP/MT
10	148	CRISTIANE AMARAL SANTANA CAMPOS	20/11/1982	15013766 SSP/MT
11	1321	CRISTIANE BATISTA DE SOUZA	05/10/1984	
12	1374	CRISTINA MACIEL VIEIRA	07/01/1985	1620193-0 SSP/MT
13	288	EDENILSON RODRIGUES DA SILVA	07/05/1984	87012093 SSP PR
14	308	EDILAINE BENEDITA MENDES DA SILVA	05/04/1983	14722828 SSP/MT
15	1428	EDILANE CARDOSO DE ARAUJO	04/07/1983	13052993 SSP MT
16	248	ELIZANGELA CEZAR BRESSAN	02/06/1989	19043546 SSP
17	549	IVONE DOS SANTOS	13/08/1967	630423 SSP
18	1468	JOSEFA PEREIRA DE SOUZA	28/07/1964	846833 SSP MT
19	844	JOSINETE MARIA DE QUEIROZ SA	02/09/1969	
20	1267	JUCILENI APARECIDA SOARES	12/01/1986	17534810 SSP/MT
21	82	JURILDES SANCHES DE OLIVEIRA	21/11/1988	18813712 SSP/MT
22	878	KAMILA MARTINS RIBEIRO	26/06/1994	19680597 SSP MT
23	1017	LEANDRO ESTRELHOW	14/10/1984	1994469 SSP/ES
24	1085	LUCIANA VICTO DO REGO	29/03/1975	1827070 SSPB
25	859	LUCINEIDE DE SOUZA XAVIER	02/09/1980	13154958 SSPMT
26	1026	LUZDAYARA AMAJUNEPA DE OLIVEIRA	09/02/1994	2055510-5 SSP
27	262	MARA LUCIA RODRIGUES DE SOUZA	21/09/1989	16718712 SSP MT
28	553	MARCILENE LOPES DE BARROS	08/09/1991	22502513 SSP
29	90	MARIA LETICIA BIZZO RODRIGUES	03/10/1993	26231689 MT
30	115	MARIA MENDES PAIVA	16/09/1966	616704 MT
31	1325	MARIA SILVANI ROZENDO DA SILVA	21/02/1977	0900465956 SSP/BA
32	1281	MARIA SOLANGE ARAUJO DOS SANTOS	21/06/1982	4962951-4 SC
33	222	MARILZA SILVA DE OLIVEIRA	23/06/1972	08370761 SSP/MT
34	1045	MARINALVA FERREIRA	21/02/1982	14331497 SSP
35	783	MICHELE CRISTIANE PEREIRA	11/04/1983	1636111-3 SSP
36	151	MICHELI PASCHOAL RIBEIRO	16/12/1989	17855640 SSP MT

37	926	MONICA CEZARIA DE OLIVEIRA	12/01/1988	19615361
38	460	NALVA DE FATIMA OLIVEIRA	26/03/1982	1214772-5 MT
39	903	RODRIGO BATTISTI	16/08/1987	19804970 SSP
40	671	RONAYANE LITICIA DA SILVA QUINTEIRO	20/03/1990	1903843-7 SSP-MT
41	455	ROSALINA MARTINS DA SILVA	23/11/1978	13244205 MT
42	862	ROSELI DE OLIVEIRA CAVALCANTE	22/08/1984	1017192 SESDEC
43	116	ROSICLÉIA GABARDO NENEVÊ	13/02/1975	912836 SSP
44	370	ROSILENE PEREIRA GAMA	09/04/1974	1609576-6 SSP/MT
45	1427	ROZANIA ANDRADE A SANTANA	09/04/1976	11254866 SSPMT
46	779	SEBASTIAO JOBSON SOARES RODRIGUES	21/01/1977	11060751 SSPMT
47	648	SILVIA FERREIRA DOS SANTOS	26/05/1987	19522878 SSPMT
48	708	SOMAYRA BRUNELLY OLIVEIRA PEIXOTO	26/07/1993	32559640 SEDF
49	268	TAIANE ALVES DA SILVA	08/07/1993	22511334 SSP MT
50	277	TATIANE DE OLIVEIRA	30/08/1986	16393546 SSP/MT
51	510	VALDIRENE PEREIRA ALVES	06/08/1977	12014052 MT
52	272	VANESSA RAIANY SOUZA ADRIANO	05/08/1991	21983933 SSP/MT
	Cargo.:	**797 -MEDICO CLINICO GERAL LEI 4334**		**20000000002/2015**
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**
1	1340	EDUARDO TRINDADE FERNANDES	14/02/1979	1426217 SPTC ES
2	1057	ELIANE LINS DA SILVA	27/09/1962	478569 SSP/AL

3. A Prova objetiva será realizada no dia 21/06/2015 com início às 08:00h (oito) horas e término às 11:00h (onze) horas.

3.1 Os candidatos de cada cargo deverão comparecer ao local de realização da prova objetiva conforme abaixo relacionado:

Cargo	**Local**
Médico Intervencionista - SAMU	CME Antenor Soares Avenida Brasil nº. 1310 - E Jd. Europa Tangara da Serra
Enfermeiro - SAMU	
Técnico em Enfermagem- SAMU	

Cargo	**Local**
Assistente de Gestão - Farmácia Popular	CME José Nodari Rua Ismael José do Nascimento nº 1374-w Jardim Tangará I
Auxiliar de Gestão - Farmácia Popular	
Radio Operador - SAMU	

Cargo	**Local**
Telefonista - TARMS - SAMU	CME Dom Bosco Av. Ismael José do Nascimento, 2175-W Jd. Tangará II - Tangará da Serra
Motorista - SAMU	

Cargo	**Local**
Farmacêutico - Farmácia Popular	CME Silvio Paternez Rua 11 - A N. 1209 - N Jd. Sta Izabel - Tangara da Serra CME Silvio Paternez Rua 11 - A N. 1209 - N Jd. Sta Izabel - Tangara da Serra
Serviços Gerais - Farmácia Popular	
Biomédico	
Auxiliar de Cirurgião de Dentista - Atenção Básica	
Serviços Gerais - Atenção Básica	
Atendente de Farmácia - Atenção Básica	
Médico Plantonista - HMTS	
Cozinheira - HMTS	
Assistente Social	
Agentes Sociais de Esporte e Lazer – Sec. de Esporte	
Cozinheira e Limpeza - SAMU	
Médico Regulador - SAMU	

Registre e publique.

Tangará da Serra – MT, 18 de Junho de 2015.

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

Secretária Municipal de Administração

ITAMAR MARTINS BONFIM

Secretário Municipal de Saúde

ADEMIR APARECIDO ANIBALE

Secretario Municipal de Esporte

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 002/2015 - P S 003/2015 - RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E O LOCAL DA PROVA OBJETIVA

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 002/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 003/2015

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO a retificação da homologação das inscrições e o local de realização da Prova Objetiva dos candidatos inscritos no Processo Seletivo nº. 003/2015**, destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

1 Divulgar a retificação da homologação das inscrições deferidas e indeferidas:

1.1 Homologar os nomes dos candidatos com as inscrições deferidas e indeferidas, conforme relação abaixo:

573 -MOTORISTA-ZONA RURAL LEI 126/07					
	Nº	Nome	Data Nasc.	Nº Guia	Situação
1	596	ADELIAN XAVIER DE SOUZA	13/08/1985	30013626	DEFERIDO
2	1061	ADENILDE VITORINO MATOS	15/06/1958	30013981	DEFERIDO
3	1045	ALDAINO VIEIRA BARBOSA	21/09/1983	30013821	DEFERIDO
4	1044	ANDRÉ SOARES DE SOUZA	10/08/1988	30013819	DEFERIDO
5	1399	BRUNO ROGERIO FRANÇA PRADO	04/03/1995	30014261	DEFERIDO
6	1196	CLEITON ANTONIO DE CARVALHO	11/03/1981	30014067	DEFERIDO
7	1195	CLODOALDO DE SOUZA	20/09/0974	30014056	DEFERIDO
8	501	CLODOALDO SANGA	03/03/1985	30013783	DEFERIDO
9	569	ELIAS COSMO DA SILVA	19/02/1985	30013469	DEFERIDO
10	1019	IGOR RAFAEL ZOTESSO	10/07/1996	30014402	DEFERIDO
11	1192	JOEL MARTINS	01/05/1959	30014041	DEFERIDO
12	1395	JOSCELINO BARBOSA COIMBRA	17/08/1988	30014197	DEFERIDO
13	1396	MAIZA FERRAZ BERBEL VERGA	18/12/1977	30014219	DEFERIDO
14	19119	NAGEL ERICK HORN MARTINS	20/07/1992	30014425	DEFERIDO
15	1054	NILSON ANDRADE DE ABREU	08/03/1961	30013932	DEFERIDO
16	589	NIVALDO FERREIRA DA SILVA	14/01/1961	30013569	DEFERIDO
17	1033	PAULO JOSÉ DOS REIS	18/07/1981	30014416	DEFERIDO
18	1398	RAQUELDO MISSIO	11/08/1976	30014238	DEFERIDO
19	1018	ROSIMAR FAVIN	28/11/1976	30014401	DEFERIDO
20	550	TIAGO LUCAS DOS SANTOS	11/10/1986	30013355	DEFERIDO
21	1027	VALDECI FIDELIX	17/07/1975	30014410	DEFERIDO
22	584	WAGNER FURQUIM PEREIRA	21/03/1979	30013546	DEFERIDO
23	545	FRANCINILDO DE SOUZA DA SILVA	11/06/1986	30013329	DEFERIDO ISENÇÃO
24	1037	NAZIR MENDONCA DE MELO	28/07/1965	30013762	DEFERIDO ISENÇÃO
25	582	ADRIANA GORETT VIEIRA DA SILVA	14/05/1979	30013528	INDEFERIDO
26	548	ALAN GUILHERME FRANCO	02/07/1988	30013345	INDEFERIDO
27	1034	ALEXANDRE FERREIRA DA SILVA	10/09/1985	30014417	INDEFERIDO
28	1021	ANDRIELY MARTINS ENDO	18/08/1989	30014404	INDEFERIDO
29	549	CLEBER APARECIDO DE BARROS	04/11/1986	30013353	INDEFERIDO
30	19093	DANIEL ALVES DE CAMPOS	20/05/1992	30014289	INDEFERIDO
31	1383	DEVANI FERNANDES DE ALMEIDA	09/06/1971	30014087	INDEFERIDO
32	1028	DIEGO DUARTE MENDES	20/05/1992	30014411	INDEFERIDO
33	599	ELINALDO PEREIRA DA SILVA	31/10/1992	30013646	INDEFERIDO
34	1188	ELTON JUNIOR PEREIRA DE JESUS	30/09/1982	30014005	INDEFERIDO
35	1386	FABIANO FERREIRA DE SOUZA	02/12/1986	30014140	INDEFERIDO
36	10	JOÃO PAULO DE CARVALHO PEREIRA	15/06/1993	30013246	INDEFERIDO
37	19116	JOSE JAILTO ANDRADE	17/04/1988	30014422	INDEFERIDO
38	1385	MANOEL SOARES FILHO	05/01/1965	30014113	INDEFERIDO
39	1164	MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA	15/10/1990	30014372	INDEFERIDO
40	1025	MARIANA MOREIRA COUTINHO FERNANDES	02/09/1984	30014408	INDEFERIDO
41	567	MICHELLE MILIANE SALDANHA NASCIMENTO	08/09/1985	30013458	INDEFERIDO
42	1020	RAFAEL DA SILVA BORGES	21/03/1993	30014403	INDEFERIDO
43	595	SESLEY FERREIRA NUNES	26/10/1975	30013620	INDEFERIDO
44	1035	SILVANA CARLOS DO NASCIMENTO	09/04/1984	30014418	INDEFERIDO
45	1032	STEFANI ELAINE NEVESDOS SANTOS	23/07/1995	30014415	INDEFERIDO
46	19118	WELLINGTON ROSA NOVAES	29/10/1988	30014424	INDEFERIDO
656 -PROFESSOR HISTÓRIA – ZONA URBANA E RURAL					
	Nº	Nome	Data Nasc.	Nº Guia	Situação
1	1160	ADAILDA FERREIRA DA SILVA	15/01/1970	30014343	DEFERIDO
2	557	ADRIANA DA SILVA SANTIAGO	28/06/1979	30013388	DEFERIDO
3	510	FRANCISCA CORREA DA SILVA	13/08/1968	30013318	DEFERIDO
4	1163	GILMAR NOGUEIRA DA FONSECA	01/03/1990	30014371	DEFERIDO
5	575	MARCIA GOMES FREIRE	11/07/1965	30013498	DEFERIDO
6	609	RAFAEL HILGENBERG	16/11/1987	30013732	DEFERIDO
7	1191	RAFAELA FRANCISCA DA ROCHA SILVA	16/06/1993	30014014	DEFERIDO
8	503	RITA NEUSA NARCISO BUENO	03/06/1961	30013792	DEFERIDO
9	561	JOSEFA AUGUSTINHO DA SILVA	19/05/1976	30013413	INDEFERIDO
10	1165	JULIANA VALENTINI	07/07/1990	30014373	INDEFERIDO
11	1167	KATHRIN VIRGINIA ROSSETTO	29/11/1988	30014382	INDEFERIDO
12	1190	LUCIMAR ROBERTO DE SOUZA FELIX	08/04/1973	30014013	INDEFERIDO
13	610	MARCELA IRIAN ANGÉLICA MACHADO MARINHO	28/02/1990	30013740	INDEFERIDO
14	566	NATANAEL SOUZA E SILVA	02/10/1966	30013448	INDEFERIDO
658 -PROFESSOR LINGUA PORTUG. E ESTRANGEIRA – ZONA URBANA E RURAL					
	Nº	Nome	Data Nasc.	Nº Guia	Situação

1	2	ALESSANDRA PEREIRA DA SILVA	25/01/1977	30013189	DEFERIDO
2	511	ALINE FREITAS AGUIAR	26/10/1986	30013327	DEFERIDO
3	505	CARLA DE FATIMA ZORZO	18/06/1969	30013802	DEFERIDO
4	19117	CLAUDECY BONIFACIO AGAPITO	05/08/1981	30014423	DEFERIDO
5	1397	ERIKA CRISTHINA FIGUEIREDO RODRIGUES	19/05/1973	30014222	DEFERIDO
6	1043	FRANCISCO JANAINA FREIRE RODRIGUES	23/06/1985	30013816	DEFERIDO
7	1393	JULIANA GARCIA CHAVES	18/11/1991	30014188	DEFERIDO
8	1391	LILIANE CONCEICAO SOARES	27/06/1984	30014169	DEFERIDO
9	1189	LUCÉLIA SANTOS DE ALMEIDA	05/05/1992	30014011	DEFERIDO
10	556	LUCIMEIRE BATISTA CAMACHO	23/05/1985	30013387	DEFERIDO
11	555	MARILUCE SILVA GAVAZZA	25/04/1980	30013383	DEFERIDO
12	1026	PATRÍCIA ALMEIDA DA SILVA	20/06/1991	30014409	DEFERIDO
13	1046	ROGELIA GRAGEL	27/01/1969	30013831	DEFERIDO
14	1023	SANDRA BUENO DA SILVA	15/09/1979	30014406	DEFERIDO
15	580	CREUSA COSTA DE SOUSA	10/09/1969	30013520	DEFERIDO ISENÇÃO
16	507	DAIANE PEREIRA DA SILVA SOUZA	20/11/1987	30013308	DEFERIDO ISENÇÃO
17	546	ELENIER ZUZA DOS SANTOS	07/06/1980	30013333	DEFERIDO ISENÇÃO
18	577	ALMIRENE FRANCISCA BONFIM	01/07/1982	30013510	INDEFERIDO
19	564	DANIELE MICHELS DAGIOS	07/12/1993	30013444	INDEFERIDO
20	1193	DANILO OLIVEIRA BORGES	27/02/1986	30014047	INDEFERIDO
21	1048	DÉBORA APARECIDA BLANCO GONSALES	29/07/1992	30013861	INDEFERIDO
22	12	DELSIOMONE DONIZETE GARCIA	29/10/1970	30013275	INDEFERIDO
23	19120	ERICA GONÇALVES LEANDRO	08/10/1991	30014426	INDEFERIDO
24	19123	JURANDIR DA COSTA MARQUES	16/10/1950	30014429	INDEFERIDO
25	603	LUCIANE REIS FERREIRA	24/10/1974	30013674	INDEFERIDO
26	1059	LUCIANO DA SILVA BARROS	27/08/1989	30013976	INDEFERIDO
27	558	MESIAS DOS SANTOS PEREIRA	02/02/1977	30013392	INDEFERIDO
28	19124	MONIA DE OLIVEIRA NASCIMENTO	09/02/1988	30014430	INDEFERIDO
29	1051	SANDRA MARA ALVES MOTA	30/05/1974	30013892	INDEFERIDO
30	1047	SORTINEIDE FARIAS RIBEIRO NAVARRO SEGURA	21/11/1967	30013837	INDEFERIDO
31	1015	WANDA WOLSFELT ARMANDE	23/12/1985	30014398	INDEFERIDO
32	552	YLDENEIDE MACHADO SOUZA	30/05/1986	30013361	INDEFERIDO

659 -PROFESSOR MATEMÁTICA – ZONA URBANA E RURAL

	Nº	Nome	Data Nasc.	Nº Guia	Situação
1	19114	ADEMIR DE AZEVEDO CARDOSO	25/04/1969	30014420	DEFERIDO
2	1052	ANA MAYARA DE LARA FERREIRA	20/05/1994	30013918	DEFERIDO
3	1394	DAYANE GRACIELLE GALEANO LIMA	03/06/1993	30014191	DEFERIDO
4	1169	JOSE EDMILSON DOS SANTOS	23/02/1987	30014393	DEFERIDO
5	562	JULIANO GARCIA DE OLIVEIRA	05/12/1991	30013424	DEFERIDO
6	547	SIMONE CRISTINA DINALLI CONRADO	04/04/1985	30013336	DEFERIDO
7	4	VICTOR FERREIRA BARBOZA DA SILVA	28/01/1990	30013209	DEFERIDO
8	597	ALINE LEAL NASCIMENTO	10/03/1994	30013632	INDEFERIDO
9	8	CAROLINE RODRIGUES DE ARRUDA	13/08/1993	30013242	INDEFERIDO
10	5	ERENILDA OLIVEIRA DE SOUZA	26/05/1984	30013215	INDEFERIDO
11	1040	ROGÉRIO DA SILVA GUEDES	18/12/1971	30013770	INDEFERIDO
12	574	TANIA CRISTINA DA SILVA	01/07/1985	30013495	INDEFERIDO

792 -VIGIA SEMEC

	Nº	Nome	Data Nasc.	Nº Guia	Situação
1	1057	ADAILTON ALVES DE SOUZA	02/04/1966	30013972	DEFERIDO
2	588	ADEMIR PAULO SANTOS	09/02/1964	30013564	DEFERIDO
3	1170	ADRIANO DOS SANTOS AGUILAR	26/11/1986	30014394	DEFERIDO
4	579	ADRIANO JOSE DA SILVA	19/09/1986	30013515	DEFERIDO
5	586	AIRTON DIVINO ALVES DA SILVA	20/06/1956	30013553	DEFERIDO
6	19121	ALINE EMANUELA DE ARRUDA PINTO	06/03/1987	30014427	DEFERIDO
7	1161	ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO	24/08/1984	30014348	DEFERIDO
8	1058	ANTONIO FRANCISCO DE AMORIM	09/09/1961	30013975	DEFERIDO
9	1390	CICERO BORGES JUNIOR	01/01/1986	30014166	DEFERIDO
10	1194	CLAUDIA APARECIDA DA SILVA	22/05/1975	30014051	DEFERIDO
11	1171	CLEITON CRUZ DA SILVA	10/04/1988	30014395	DEFERIDO
12	1041	CONCEIÇÃO APARECIDA DELFINO DE SOUZA	25/09/1970	30013807	DEFERIDO
13	594	DIONES REIS MACHADO	22/03/1988	30013613	DEFERIDO
14	585	EDER SCHWAAB	13/07/1987	30013550	DEFERIDO
15	1198	EDUARDO PEREIRA DE ASSIS	13/06/1997	30014073	DEFERIDO
16	1036	ELISEU VALERIO DA SILVA	12/09/1990	30014419	DEFERIDO
17	1039	EMERSON MORAIS DA SILVA	16/10/1991	30013765	DEFERIDO
18	1022	ERALDO SOUZA MEDEIROS	22/11/1963	30014405	DEFERIDO
19	19092	EVERTON SANTIAGO	01/10/1982	30014283	DEFERIDO
20	551	EZIQUIEL JOSE DOS SANTOS	26/12/1988	30013358	DEFERIDO
21	605	FABIO FERREIRA DE SOUZA	21/05/1984	30013688	DEFERIDO
22	590	FAUSTINO PONHES	15/02/1981	30013581	DEFERIDO
23	573	FERNANDA FERREIRA MARTINS	11/02/1988	30013482	DEFERIDO
24	581	FERNANDO LEAL DOS SANTOS	05/08/1992	30013523	DEFERIDO
25	1199	GEOVANE RODRIGUES DOS SANTOS	04/06/1992	30014084	DEFERIDO
26	576	GERALDO RODRIGUES DO NASCIMENTO	05/06/1961	30013504	DEFERIDO

27	11	GERSON ALVES CAMPOS	30/04/1988	30013260	DEFERIDO
28	506	GUILHERME NUNES FILHO	24/02/1991	30013806	DEFERIDO
29	1159	IVO DE OLIVEIRA GUILHÕES	26/03/1993	30014341	DEFERIDO
30	654	JAIRO FERREIRA DE CARVALHO	31/03/1983	30013298	DEFERIDO
31	19125	JOAO BATISTA DA SILVA JUNIOR	22/10/1993	30014431	DEFERIDO
32	1168	JOSE BENEDITO DOS SANTOS	08/02/1969	30014391	DEFERIDO
33	598	LINOL ANTONIO MANOEL	13/06/1983	30013639	DEFERIDO
34	592	MAKSWEL QUEIROZ MARTINS DA SILVA	17/07/1986	30013593	DEFERIDO
35	1384	MARCINEIA BARBOZA DE OLIVEIRA DOMINGOS	20/10/1979	30014107	DEFERIDO
36	1014	MAYLLON DOUGLAS CAPELUPPE	17/11/1993	30014396	DEFERIDO
37	19113	NATALICIO PEREIRA DA SILVA	23/12/1965	30014308	DEFERIDO
38	9	PAULO HENRIQUE DA SILVA LINDER	06/05/1989	30013245	DEFERIDO
39	19106	REGINALDO DE LIMA ALVES	15/03/1979	30014321	DEFERIDO
40	1056	ROBERTO DE ALMEIDA SANTOS	07/10/1985	30013945	DEFERIDO
41	19094	RODRIGO AMORIM DE OLIVEIRA	03/01/1989	30014305	DEFERIDO
42	1400	RONALDO DA ROCHA SANTOS	20/04/1978	30014273	DEFERIDO
43	583	ROSANGELA DE ALMEIDA GRACIOLI	29/09/1968	30013530	DEFERIDO
44	587	ROSINILSON BARBOSA	23/06/1978	30013554	DEFERIDO
45	578	SILVIO ANTONIO DE SOUZA	25/09/1979	30013513	DEFERIDO
46	1157	TELMA FRANCISCA DA SILVA	25/08/1980	30014327	DEFERIDO
47	1050	THIAGO FAGUNDES DE SOUZA	23/11/1990	30013874	DEFERIDO
48	565	TIAGO BARBOSA MAGALHAES	16/01/1990	30013447	DEFERIDO
49	572	TIAGO BORGES DA SILVA	24/11/1990	30013481	DEFERIDO
50	560	VALDINEI LUIZ FERREIRA	06/04/1987	30013398	DEFERIDO
51	1162	VALDIRENE ALVES	05/10/1978	30014361	DEFERIDO
52	1392	WELITON BEZERRA LEMES	28/07/1990	30014170	DEFERIDO
53	1031	WERIKS RAMOS DE SOUZA	01/07/1995	30014414	DEFERIDO
54	1038	BRUNO EDUARDO LAURENTINO SABARA	20/03/1996	30013763	DEFERIDO ISENÇÃO
55	504	DJONATHAN ROCHA	17/07/1986	30013801	DEFERIDO ISENÇÃO
56	559	GENI DE JESUS PEREIRA DE OLIVEIRA	06/08/1975	30013393	DEFERIDO ISENÇÃO
57	1042	HEYDER DE ALMEIDA LIMA MATOS	25/12/1986	30013811	DEFERIDO ISENÇÃO
58	591	LUIZ DA SILVA FERREIRA	27/10/1990	30013582	DEFERIDO ISENÇÃO
59	554	MOSALVE SOBRAL DA SILVA	21/03/1987	30013367	DEFERIDO ISENÇÃO
60	6	ADENIR CAMPOS	08/10/1971	30013219	INDEFERIDO
61	1158	ADRIANA FERREIRA DA SILVA	12/10/1981	30014334	INDEFERIDO
62	563	ADRIANO APARECIDO DE OLIVEIRA	02/02/1990	30013436	INDEFERIDO
63	604	ADRIANO PASCHOAL RIBEIRO	30/08/1985	30013677	INDEFERIDO
64	602	ALDO LUCIANO DA SILVA	08/06/1978	30013663	INDEFERIDO
65	653	ALISON COSTA DOS SANTOS	20/06/1990	30013294	INDEFERIDO
66	1055	ANA PAULA SILA AMOIM	11/07/1993	30013942	INDEFERIDO
67	1024	BRENDON ROCHA BATISTA	27/05/1996	30014407	INDEFERIDO
68	1030	CLAUDECIR APARECIDO DOS SANTOS	02/05/1978	30014413	INDEFERIDO
69	1197	ELENA OLIVEIRA DA SILVA	24/08/1972	30014071	INDEFERIDO
70	553	ERCILIA ALVES DE ALMEIDA	30/09/1975	30013364	INDEFERIDO
71	1060	GILBERTO DA SILVA I	27/09/1971	30013977	INDEFERIDO
72	611	IVONE ROEDER	17/06/1978	30013750	INDEFERIDO
73	1388	JOAO ALEXANDRE DA SILVA FILHO	06/06/1980	30014143	INDEFERIDO
74	600	JOHN MULLER COUTO PRADO	02/12/1990	30013647	INDEFERIDO
75	1016	JOSE ADRIANO NETO	11/04/1968	30014399	INDEFERIDO
76	1053	KEZIA FERRAZ DE ARAUJO	09/12/1979	30013925	INDEFERIDO
77	608	RODRIGO DE FARIAS PASSOS	10/09/1992	30013721	INDEFERIDO
78	568	RONEI ALVES DA SILVA	07/06/1968	30013459	INDEFERIDO
79	601	SIRLEI NOGUEIRA LOPES	08/07/1980	30013654	INDEFERIDO
80	1389	SIVALDO ASNAL	12/08/1989	30014149	INDEFERIDO
81	1017	THIAGO DE SOUZA BRAS	25/06/1996	30014400	INDEFERIDO
82	607	VALMIR DE MOURA	07/09/1962	30013714	INDEFERIDO
83	1187	VANDER FERREIRA DOS SANTOS	02/12/1985	30013996	INDEFERIDO
84	1062	WESLEY AUGUSTO PACHECO DELUQUI	28/07/1996	30013990	INDEFERIDO
85	19115	WEVERTON DOS SANTOS SILVA	21/01/0996	30014421	INDEFERIDO

793 -NUTRICIONISTA SEMEC

	Nº	Nome	Data Nasc.	Nº Guia	Situação
1	1049	JULIANA JANDER ANDRADE	03/11/1983	30013867	DEFERIDO
2	509	JULIANA SALMAZO FERNANDES	29/08/1988	30013314	DEFERIDO
3	3	MARINA SATIE TAKI	12/09/1990	30013206	DEFERIDO ISENÇÃO
4	7	ALINE DAIANA RABSCH	15/09/1984	30013221	INDEFERIDO
5	593	ANA PAULA CARLI DE ALMEIDA	05/09/1987	30013612	INDEFERIDO
6	606	ANELISE FERREIRA MOREIRA	12/06/1992	30013708	INDEFERIDO
7	19122	ELEN JOICE LUZ SOUZA	08/04/1991	30014428	INDEFERIDO
8	1	FELIPE SANTIAGO RODRIGUES	09/11/1993	30013171	INDEFERIDO
9	571	INGRID PAMELA DE FIGUEIREDO PAELO	22/12/1993	30013471	INDEFERIDO
10	1166	JESSICA NOGUEIRA DA SILVA	15/11/1995	30014377	INDEFERIDO
11	502	MARIANA RAMOS DE ALMEIDA	26/02/1986	30013791	INDEFERIDO
12	1029	MARISA APARECIDA DE SOUZA	11/10/1981	30014412	INDEFERIDO
13	508	RUBIA MOREIRA DE CAMPOS	14/01/1989	30013312	INDEFERIDO

2 A Prova objetiva será realizada no dia 21/06/2015 com início às 08:00h (oito) horas e término às 11:00h (onze) horas.

3 Os candidatos deverão comparecer para realização da Prova Objetiva no **CME Ayrton Senna,** localizado à Avenida Tancredo de Almeida Neves, nº 844-N Jardim Tanaka.

Tangará da Serra – MT, 18 de Junho de 2015.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Iolanda Cristina do Nascimento Garcia

Secretária Municipal de Educação e Cultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 36/2015

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 36/2015

O Município de Terra Nova do Norte - MT, através de sua Pregoeira, torna publico, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N°. 36/2015, tendo como objeto: Locação de 02 dois) Caminhão Pipa, com capacidade mínima de 12.000 (doze) mil litros, para molhar as ruas da cidade de Terra Nova do Norte-MT no período da seca do mês de junho a setembro, conforme descrito e especificado no anexo – TERMO DE REFERÊNCIA, deste Edital, com realização prevista para o dia 01 de julho de 2015, às 08h00min (oito horas), horário de Mato Grosso. O edital completo estará disponível no site www.terranovadonorte.mt.gov.br e também no horário de expediente, na Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT / Departamento de Licitações, sito Cloves Felício Vetoratto, 101, Centro, Terra Nova do Norte - MT.

Terra Nova do Norte - MT, 18 de junho de 2015.

Elizangela de Oliveira Azevedo dos Santos

Pregoeira

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº. 91/2014

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº. 91/2014

TIPO DE ADITIVO: VALOR

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: **SANGALETTI SANGALETTI & CIA LTDA**

OBJETO: MANTER O EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO QUE NA PROPOSTA APRESENTADA PELA EMPRESA NO DIA DA LICITAÇÃO ERA DE 2,59 (DOIS REAIS E CINQUENTA E NOVE CENTAVOS), MAS HOUVE UM ERRO HUMANO AO DIGITAR A PROPOSTA DA EMPRESA NO QUAL SE REGISTROU O VALOR DE 0,59, PORTANDO E INDISPENSÁVEL QUE HAJA A CORREÇÃO DO VALOR.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO: 18/06/2015

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

MILTON JOSÉ TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

RH

038 EDITAL DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO ED 2014

CONCURSO PUBLICO 001/2014

038 EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o Concurso Público Realizado em 21 de Junho de 2014 e homologado através do Decreto n°. 033, de 27 de Junho de 2014; **CONVOCA**, pelo presente Edital os Candidatos Aprovados, para preenchimento de vaga existente, conforme relação abaixo:

CARGO: GUARDA DE ENDEMIAS

CLASS	NOME	LOTAÇÃO
APROVADO	JULIANA PASA WOLOSZIN HELFENSTEIN	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

O candidato convocado através deste Edital terá prazo de 30 (trinta) dias a contar desta data, 15 de JUNHO de 2015, para tomar posse no referido cargo.

O Candidato deverá apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado, apresentando documentação original e fotocópia autenticada em cartório dos seguintes documentos:

Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, pela Medicina do Trabalho; Cadastro de Pessoa Física (CPF); Cartão do PIS/PASEP; Carteira de Habilitação (para Motoristas e operadores de Máquinas); Carteira de Vacinação dos Filhos Menores de 05 anos (se for o caso); Cédula de Identidade; Certidão de Casamento ou Nascimento; Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso); Certidão de Reservista, CDI (Quando Masculino); Certidão negativa de débito fiscal junto ao Município; Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos 05 (cinco) anos, relativa a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado); Comprovante de endereço residencial; Comprovante de Escolaridade; Certidão de quitação eleitoral; Conta Corrente; CTPS (Carteira de Trabalho); Declaração de Bens do candidato no ato da posse; Declaração negativa de acumulo de cargo público; Foto 3x4 colorida (atual); Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade; Titulo de Eleitor;

A Falta de quaisquer documentos e bem como a não apresentação de conformidade com o Edital, implicará na inabilitação do candidato.

TORNA-SE EM EFEITO O EDITAL Nº 037/2015, VISTO QUE O SR. MEC UZAID BEZERRA DE SIQUEIRA FOI CONVOCADO ATRAVES DO EDITAL 026/2015

Terra Nova do Norte – MT, 15 de JUNHO de 2015.

Milton José Toniazzo

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 36/2015

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 36/2015

O Município de Terra Nova do Norte - MT, através de sua Pregoeira, torna publico, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N°. 36/2015, tendo como objeto: Locação de 02 dois) Caminhão Pipa, com capacidade mínima de 12.000 (doze) mil litros, para molhar as ruas da cidade de Terra Nova do Norte-MT no período da seca do mês de junho a setembro, conforme descrito e especificado no anexo – TERMO DE REFERÊNCIA, deste Edital, com realização prevista para o dia 01 de julho de 2015, às 08h00min (oito horas), horário de Mato Grosso. O edital completo estará disponível no site www.terranovadonorte.mt.gov.br e também no horário de expediente, na Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT / Departamento de Licitações, sito Cloves Felício Vetoratto, 101, Centro, Terra Nova do Norte - MT.

Terra Nova do Norte - MT, 18 de junho de 2015.

Elizangela de Oliveira Azevedo dos Santos

Pregoeira

EDITAL DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2015.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 209/2015 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SENDO PROCESSO 36/2015 NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 28/2015, TEVE COMO OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE CONSUMO E PRODUTOS DE LIMPEZAS DIVERSOS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, TENDO COMO VENCEDORA A EMPRESA: SANGALETTI SANGALETT E CIA E CIA LTDA.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 17 DE JUNHO DE 2015.

ELIZANGELA O. DE AZEVEDO DOS SANTOS

PREGOEIRA/OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público, em Caráter Emergencial.

Nº do Contrato: Nº 43/2015

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Helena de Fátima Souza – CPF nº 453.052.001-30.

Cargo/função: Professora Graduada **-** jornada de 20 horas/semanais, a ser desempenhado junto à Escola Municipal de Educação Básica Matilde Altenhofem, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Remuneração base: R$ 1.438,33 por mês.

Prazo: Até 31/12/2015.

Data assinatura: 01/06/2015.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul.

HELENA DE FÁTIMA SOUZA

Contratada.

PORTARIA Nº 16/2015.

Antecipa as Sessões Ordinárias do dia 25.06.2015 para o dia 22.06.2015.

O Presidente da Câmara Municipal de União do Sul – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que a antecipação da data tornou-se necessário para atender solicitação do Poder Executivo para apreciação de Projeto de Lei em regime de urgência;

Considerando em atender solicitação verbal de Vereadores que almejam viajar à Cuiabá em busca de recursos para o município.

RESOLVE:

Art. 1º -Antecipar as Sessões Ordinárias do dia 25.06.2015 para o dia 22.06.2015, às 19:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO

Em 18 de junho de 2015

ABIMAEL BARBOSA DE SÁ

Presidente

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 45/2015.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Gisele Gizone – CPF: 048.268.651-04.

Cargo/função: Prestação de Serviços no cargo de Zeladora, junto à Creche Municipal, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Remuneração base: R$ 803,00 por mês.

Prazo: Até 31/12/2015.

Data assinatura: 16/06/2015.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

GISELE GIZONE

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público, em Caráter Emergencial.

Nº do Contrato: Nº 44/2015

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Maristela de Carvalho Rezende – CPF nº 692.829.009-91.

Cargo/função: Professora Graduada **-** jornada de 20 horas/semanais, a ser desempenhado junto à Escola Municipal de Educação Básica Matilde Altenhofem, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Remuneração base: R$ 1.438,33 por mês.

Prazo: Até 31/12/2015.

Data assinatura: 01/06/2015.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul.

MARISTELA DE CARVALHO REZENDE

Contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE
R E S O L U Ç Ã O N º 0 0 2 / 2 0 1 5

R E S O L U Ç Ã O N º 0 0 2 / 2 0 1 5

"Autoriza o Poder Legislativo Municipal a contratar em caráter emergencial um profissional para atuar no serviço de limpeza, no prédio da Câmara Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade e dá outras providências".

A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu Presidente, Promulgo a seguinte Resolução.

Art. 1º - Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a contratar 01 (um) Auxiliar de Serviços Gerais, para atuar no serviço de limpeza, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, para suprimento de função essencial, necessária para o funcionamento da Câmara Municipal de Vila Bela, nos termos de que dispõe o art. 37, inciso IX da Carta Cidadã de 1988.

Parágrafo Único: A remuneração a ser paga para o Serviço Gerais contratado será de **R$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais),** acrescida de adicional de insalubridade em grau máximo nos termos do que prescreve a Lei Municipal n°1.106, de 17 de março de 2014.

Art. 2º - O prazo de vigência do Contrato Administrativo a ser firmado será de até 06 meses, a contar da data de sua assinatura.

Art. 3º - A rescisão do respectivo Contrato Administrativo antes de seu termo final deverá ser comunicada pela parte interessada, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

Art. 4º - As despesas decorrentes para contratação serão suportadas por recursos de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de junho de 2015.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, 18 DE JUNHO DE 2015.

ELIAS DA CONCEIÇÃO SILVA

PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2015

Objeto: A*quisição de materiais para implantação de telefonia móvel* **.** Abertura dia **06 de julho de 2015, às 07:30 horas**, na sede da Prefeitura à Av. Dr. Mário Corrêa, nº 205. Aquisição do Edital no site: www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br (website: PORTAL TRANSPARÊNCIA –Licitação - Editais) – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail-pmvilabela@yahoo.com.br.. Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000.Vila Bela da Ss. Trindade - MT, 18 de junho de 2015 **– NALICE M. NANTES SHIMIZU**- Presidente CPL.

DECRETO Nº 069/2015, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

"**DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT".**

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE, Prefeito Municipal de Vila Bela da Ss Trindade – MT, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando o interesse público e a necessidade da Administração.

Considerando ainda a **PORTARIA N° 002/2015**, e o item 7 do Edital do Processo Seletivo nº

001/2015 de 08/01/2015.

Considerando a urgência na convocação dos aprovados no processo seletivo nº 001/2015.

DECRETA:

Art. 1°. Ficam convocados para contratação os candidatos aos cargos elencados no anexo I deste Decreto, obedecido à ordem de classificação.

Art.2º. Os candidatos a ser contratados deverão atender os seguintes procedimentos:

I - comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, Rua Dr. Mario Correa nº 205, Centro Vila Bela da Ss. Trindade - MT, no período das 07:30 hs as 11:30 h, na data de 18 de junho de 2015 a 30 de junho de 2015, nos dias úteis, para apresentarem documentações para a contratação.

II - Para a contratação o candidato deverá apresentar documentação original e fotocópia autenticada em cartório, que comprove o que segue abaixo:

a) Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

b) Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I, da CF/88);

c) Certidão de Casamento ou Nascimento;

d) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso); e CPF

e) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

f) Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

g) Cartão do PIS/PASEP;

h) Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à contratação;

i) Título de Eleitor;

j) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio ou expedida por meio do site: http://www.tjmt.jus.br/paginas/servicos/CertidaoNe... relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

k) Certidão Negativa de Débitos para com o município de contratação;

l) Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido por médico do trabalho;

m) 02 (duas) fotos 3x4, coloridas e recentes;

n) Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

o) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

p) Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

q) Declaração contendo endereço residencial;

r) Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

s) Declaração de Bens e valores;

t) Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

u) Número de Conta Corrente.

Art. 3º. . A nomeação dos candidatos aprovados será feita exclusivamente no Regime Jurídico Administrativo Contratual, instituído pela Lei Municipal Nº 1.156/2014, de 23 de dezembro de 2014, sendo vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

Parágrafo único. A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.

Art. 4º - A critério da Administração, poderá ser prorrogado antes do término do prazo final deste ato, o prazo para apresentação da documentação dos candidatos aprovados.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE.

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE

PREFEITO

ANEXO I

DECRETO Nº 069/2015

CARGO: MOTORISTA

ORDEM	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	PT.	NP.	PT	MB
10	GERSINDO FRAZÃO RIBEIRO	00072	5,67	9,60	0,00	7,63
11	DJAMES PEREIRA DA SILVA	00219	5,33	9,80	0,00	7,57
12	LUIS ALTAIR ALVES	00120	5,33	9,80	0,00	7,57

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZOITO DIAS do mês de JUNHO DO ANO DE dois mil E QUINZE.

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

IMPREV
PORTARIA 054/2015

PORTARIA Nº. 054/2015.

"Dispõe sobre averbação do Tempo de Contribuição, em favor da Sra. Vanda Francisca Anchesky, servidora pública deste município."

O Prefeito do Município de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE:

Art.1º - Averbar os tempos de contribuições não concomitantes conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS.

Art. 2º - Fica averbado o tempo de contribuição equivalente há 2.334 dias líquido, correspondente a 06 (seis) anos, 04 (quatro) meses e 29 (vinte e nove) dias prestados nas seguintes empresas:

Período	Órgão	Dias Líquidos
01/06/1973 a 31/01/1975	**Gabriel Wietziboski**	**605**
05/10/1976 a 10/12/1976	**Afif Z Nassar e Irmão Filial**	**66**
14/12/1976 a 30/04/1977	**Cia Telefônica Oeste do Brasil Teleoeste**	**137**
01/09/1977 a 06/11/1978	**Companhia de Telecomunicações do Paraná**	**431**
13/05/1980 a 12/05/1983	**Rogerio Distefano**	**1095**

Art. 3º - Compete ao Prefeito Municipal, acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta portaria.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando – se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Vila Rica- MT, 02 de Junho de 2015.

LUCIANO MARCOS ALENCAR Prefeito Municipal

IMPREV
PORTARIA 055/2015

PORTARIA Nº 055 /2015

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de **Aposentadoria por Idade** à servidora **Sra.Vanda Francisca Anchesky.**"*

O **Diretor Executivo do IMPREV** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Rica, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e

Considerando o art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal de 1988 com redação dada Emenda Constitucional nº. 41/2003, combinado com art. 12, inciso III, alínea "b" da Lei Municipal n.º 519/2004, de 01 de Julho de 2004, que rege a previdência municipal, e Lei Municipal n.º 1.297/2015 de 13 de fevereiro de 2015,"que Reestrutura os valores monetários da tabela de vencimentos dos servidores da Educação pública municipal e dá outras providências"

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria por Idade**, à servidora Sra. **Vanda Francisca Anchesky**, brasileira, casada, portadora do RG n.º 1.974.525 - SSP/PA e do CPF n.º 419.972.471-00, residente e domiciliada neste município, servidora Efetiva, no cargo de Agente de Limpeza Escolar, Classe "A", Nível 13, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais, conforme processo administrativo do **IMPREV**, n.º **2015.02.00774P**, a partir de **01 de junho de 2015**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de **01 de junho de 2015**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Vila Rica-MT, 10 de junho de 2015. EURICO DA CUNHA BARBOSADiretor Executivo do IMPREV

Homologo:

LUCIANO MARCOS ALENCAR Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.11/2015

O Município de Várzea Grande-MT torna público aos interessados que o Pregão Eletrônico n. 11/2015 tendo como REGISTRO DE PREÇOS FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR/ INSUMOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL BEM

COMO PRONTO SOCORRO E HOSPITAL MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE,CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS foi, **ADJUDICADO e HOMOLOGADO em 18/06/2015**, sagrando-se vencedora as empresas abaixo relacionada.

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 60/2015

Este documento é parte integrante da **Ata de Registro de Preços n. 60/2015**, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde CNPJ n. **11.364.895/0001-60** e as Empresas relacionadas abaixo, cujo preço está a seguir registrado por item, em face à realização do **Pregão Eletrônico n. 11/2015**.

Validade: 12 (doze) meses.

LICITAÇOES SM LTDA – ME - CNPJ: 11.869.098/0001-34						
	QTDE	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MARCA	UNIT	TOTAL
332	50.000	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO ADULTO	UND	TYVEK PRINTSET/ PRINTSET	0,23	11.500,00
333	10.000	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO PARA RECEM NASCIDO	UND	TYVEK PRINTSET/ PRINTSET	0,25	2.500,00
Valor total R$ 14.000,00 (Catorze mil reais)						

Várzea Grande-MT., 18 de junho de 2015

CONTRATANTE:

Cassius Clay Scofoni Faleiros Azevedo

Secretário de Saúde

CONTRATADA:

LICITAÇÕES SM LTDA - ME

CNPJ/MF 11.869.098/0001-34

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 61/2015

Este documento é parte integrante da **Ata de Registro de Preços n. 61/2015**, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde CNPJ n. **11.364.895/0001-60** e as Empresas relacionadas abaixo, cujo preço está a seguir registrado por item, em face à realização do **Pregão Eletrônico n. 11/2015**.

Validade: 12 (doze) meses.

EQUIPOS COMERCIAL LTDA – ME - CNPJ/MF 11.674.540/0001-77						
QTDE		ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MARCA	UNIT	TOTAL
162	100	DESCRIÇÃO/CARACTERÍSTICAS:- SONAR PORTÁTIL COM DOPPLER, APARELHO PARA DETECTAR BATIMENTOS CARDÍACOS FETAIS NA FAIXA DE 50 A 210BPM, UTILIZADO DURANTE TODA A GESTAÇÃO E O TRABALHO DE PARTO. DEVERÁ SER COMPACTO, DIGITAL, CONSTRUÍDO EM AÇO COM PINTURA EM EPOXI OU OUTRO MATERIAL COMPATÍVEL. COM VISIBILIDADE ADEQUADA DOS BATIMENTOS CARDÍACOS E LÂMPADA DE PULSO, DOTADO DE INDICADOR DE SEGURANÇA DE SINAL, CONTAGEM MANUAL PERMITINDO QUE O CONTROLE SEJA CONFIRMADO, BOTÃO DE IMOBILIZAÇÃO DO VISOR, DEVENDO MANTER A FCF (FREQÜÊNCIA CARDÍACA FETAL), ENQUANTO ANOTADA. ÁUDIO SUPERIOR COM DOPPLER PULSÁTIL DOTADO DE SOM AVANÇADO NO AUTO FALANTE E CONTROLE DE VOLUME DIGITAL. PESO APROXIMADO DE 2,5 KG (DOIS QUILOS E MEIO), INCLUINDO A BATERIA. ACESSÓRIOS 01 (UM) TRANSDUTOR, 01 (UM) CABO DE FORÇA, 01 (UMA) CAPA. TENSÃO 110/220 VOLTS. FONTE AC/DC AUTOMÁTICO – DC – 12 VOLTS – BATERIA RECARREGÁVEL INCORPORADA.	UND	Contec. (Modelo Sonotrax)	900,00	90. 000,00
Valor total R$ 90.000,00 (Noventa mil reais).						

Várzea Grande-MT., 18 de junho de 2015

CONTRATANTE:

Cassius Clay Scofoni Faleiros Azevedo

Secretário de Saúde

CONTRATADA:

EQUIPOS COMERCIAL LTDA – ME - CNPJ/MF 11.674.540/0001-77

CNPJ/MF 11.674.540/0001-77

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 62/2015

Este documento é parte integrante da **Ata de Registro de Preços n. 62/2015**, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde CNPJ n. **11.364.895/0001-60** e as Empresas relacionadas abaixo, cujo preço está a seguir registrado por item, em face à realização do **Pregão Eletrônico n. 11/2015**.

Validade: 12 (doze) meses.

BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA- ME CNPJ: 07.344.150/0001-61						
	QTDE	ESPECIFICAÇÃO	UNID	MARCA	UNIT	TOTAL
1	5. 000	ABAIXADOR DE LÍNGUA PACOTE COM 100 (CEM) UNIDADES.	PCT	THEOTO	2,46	12. 300,00
2	5. 000	ÁGUA DEIONIZADA FRASCO 1000ML	UND	CINORD	2,30	11. 500,00
3	4. 000	ÁGUA DESTILADA ESTÉRIL 500ML	FRS	EUROFARMA	2,89	11. 560,00
4	4. 000	ÁGUA DESTILADA (PARA AUTOCLAVE), FRASCO DE 5000ML, PRAZO DE VALIDADE:75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO,EMBALAGEM DE APRESENTAÇÃO: FRASCO,UNIDADE DE FRASCO COM 5000ML,COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE,DA FABRICAÇÃO,DATA DE VALIDADE E LOTE DE FABRICAÇÃO.	GL	CINORD	5,49	21. 960,00

6	700.000	ÁGUA DESTILADA ESTÉRIL 10ML	AMP	ISOFARMA	0,1490	104.300,00
10	1.000	AGULHA DESCARTÁVEL PARA RAQUIANESTESIA, 23G X 3½ ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM AÇO INOX, SEM REBARBAS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO COM BISEL TIPO QUINKE DEVIDAMENTE SILICONIZADA E FIXADA AO CANHÃO. O CANHÃO DEVERÁ SER DO TIPO LUER-LOCK EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, OU MATERIAL COMPATÍVEL A SUA FINALIDADE, COM DIMENSÕES UNIVERSAIS DOTADO DE FENDA QUE PROPORCIONE PERFEITO ENCAIXE AO CANHÃO DO MANDRIL. EMPUNHADURA ANATÔMICA. ISENTO DE QUALQUER IRREGULARIDADE SEM QUE DIFICULTE A INSERÇÃO DO MANDRIL. O MANDRIL DEVERÁ SER CONFECCIONADO EM AÇO INOX, PLÁSTICO OU MATERIAL COMPATÍVEL A SUA FINALIDADE. APRESENTAR PONTA INTRODUTÓRIA BISELADA, CAPAZ DE FAVORECER O PERFEITO ALINHAMENTO COM O BISEL DA AGULHA. COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA PORTARIA 1748, DE 30 DE AGOSTO DE 2011 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E EMPREGO DA **NORMA REGULADORA 32** QUE "DISPÕE SOBRE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DOS TRABALHADORES DA ÁREA DA SAÚDE" EMBALAGEM UNITÁRIA EM BLISTER RÍGIDO, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE PROCEDÊNCIA E IDENTIFICAÇÃO.	UND	SOLIDOR	2,30	2.300,00
11	5.000	AGULHA DESCARTÁVEL PARA RAQUIANESTESIA, 25G X 3½ ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM AÇO INOX, SEM REBARBAS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO COM BISEL TIPO QUINKE DEVIDAMENTE SILICONIZADA E FIXADA AO CANHÃO. O CANHÃO DEVERÁ SER DO TIPO LUER-LOCK EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, OU MATERIAL COMPATÍVEL A SUA FINALIDADE, COM DIMENSÕES UNIVERSAIS DOTADO DE FENDA QUE PROPORCIONE PERFEITO ENCAIXE AO CANHÃO DO MANDRIL. EMPUNHADURA ANATÔMICA. ISENTO DE QUALQUER IRREGULARIDADE SEM QUE DIFICULTE A INSERÇÃO DO MANDRIL. O MANDRIL DEVERÁ SER CONFECCIONADO EM AÇO INOX, PLÁSTICO OU MATERIAL COMPATÍVEL A SUA FINALIDADE. APRESENTAR PONTA INTRODUTÓRIA BISELADA, CAPAZ DE FAVORECER O PERFEITO ALINHAMENTO COM O BISEL DA AGULHA. COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA PORTARIA 1748, DE 30 DE AGOSTO DE 2011 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E EMPREGO DA **NORMA REGULADORA 32** QUE "DISPÕE SOBRE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DOS TRABALHADORES DA ÁREA DA SAÚDE" EMBALAGEM UNITÁRIA EM BLISTER RÍGIDO, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE PROCEDÊNCIA E IDENTIFICAÇÃO.	UND	SOLIDOR	3,00	15.000,00
12	500	AGULHA DESCARTÁVEL PARA RAQUIANESTESIA, 25G X 1½ ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM AÇO INOX, SEM REBARBAS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO COM BISEL TIPO QUINKE DEVIDAMENTE SILICONIZADA E FIXADA AO CANHÃO. O CANHÃO DEVERÁ SER DO TIPO LUER-LOCK EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, OU MATERIAL COMPATÍVEL A SUA FINALIDADE, COM DIMENSÕES UNIVERSAIS DOTADO DE FENDA QUE PROPORCIONE PERFEITO ENCAIXE AO CANHÃO DO MANDRIL. EMPUNHADURA ANATÔMICA. ISENTO DE QUALQUER IRREGULARIDADE SEM QUE DIFICULTE A INSERÇÃO DO MANDRIL. O MANDRIL DEVERÁ SER CONFECCIONADO EM AÇO INOX, PLÁSTICO OU MATERIAL COMPATÍVEL A SUA FINALIDADE. APRESENTAR PONTA INTRODUTÓRIA BISELADA, CAPAZ DE FAVORECER O PERFEITO ALINHAMENTO COM O BISEL DA AGULHA. COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA PORTARIA 1748, DE 30 DE AGOSTO DE 2011 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E EMPREGO DA **NORMA REGULADORA 32** QUE "DISPÕE SOBRE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DOS TRABALHADORES DA ÁREA DA SAÚDE" EMBALAGEM UNITÁRIA EM BLISTER RÍGIDO, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE PROCEDÊNCIA E IDENTIFICAÇÃO.	UND	SOLIDOR	3,40	1.700,00
13	1.000	AGULHA DESCARTÁVEL PARA RAQUIANESTESIA, 27G X 3½ ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM AÇO INOX, SEM REBARBAS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO COM BISEL TIPO QUINKE DEVIDAMENTE SILICONIZADA E FIXADA AO CANHÃO. O CANHÃO DEVERÁ SER DO TIPO LUER-LOCK EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, OU MATERIAL COMPATÍVEL A SUA FINALIDADE, COM DIMENSÕES UNIVERSAIS DOTADO DE FENDA QUE PROPORCIONE PERFEITO ENCAIXE AO CANHÃO DO MANDRIL. EMPUNHADURA ANATÔMICA. ISENTO DE QUALQUER IRREGULARIDADE SEM QUE DIFICULTE A INSERÇÃO DO MANDRIL. O MANDRIL DEVERÁ SER CONFECCIONADO EM AÇO INOX, PLÁSTICO OU MATERIAL COMPATÍVEL A SUA FINALIDADE. APRESENTAR PONTA INTRODUTÓRIA BISELADA, CAPAZ DE FAVORECER O PERFEITO ALINHAMENTO COM O BISEL DA AGULHA. COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA PORTARIA 1748, DE 30 DE AGOSTO DE 2011 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E EMPREGO DA **NORMA REGULADORA 32** QUE "DISPÕE SOBRE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DOS TRABALHADORES DA ÁREA DA SAÚDE" EMBALAGEM UNITÁRIA EM BLISTER RÍGIDO, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE PROCEDÊNCIA E IDENTIFICAÇÃO.	UND	SOLIDOR	3,50	3.500,00
14	300.000	AGULHA HIPODÉRMICA ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CALIBRE 13 X 0,45 DE USO ÚNICO; CONSTITUÍDA POR TUBO DE AÇO INOX AIXI 304 (NBR 5601) DE FORMATO CILÍNDRICO, RETA, OCA, COM BISEL TRIFACETADO E AFIADO CENTRALIZADO AO LONGO DO EIXO CENTRAL LONGITUDINAL DO CANHÃO; COM CANHÃO CONSTITUÍDO EM POLIPROPILENO (PLÁSTICO) COM FORMATO E DIMENSÕES UNIVERSALMENTE ACEITOS QUE PROPORCIONE ENCAIXE PERFEITO DE CONDUTORES (SERINGAS, CATETERES, EQUIPOS, ETC.) 6% DE CONICIDADE NA PARTE INTERNA COLORAÇÃO SEGUNDO NBR 9259/86; PROTETOR DE POLIPROPILENO (PLÁSTICO) PROJEÇÃO INTERNA QUE MANTÉM AGULHA CENTRADA COM PARTE DISPONÍVEL DO CANHÃO EXTERIORIZADA AFIM DE PERMITIR ACOPLAMENTO À SERINGA SEM CONTATO MANUAL COM PERFEITA ADAPTAÇÃO AO CANHÃO, AGULHA DEVERÁ SER DEVIDAMENTE NIVELADA, POLIDA, RESISTENTE, ISENTA DE ASPEREZA E/OU ONDULAÇÕES, LUBRIFICADA COM SILICONE DE PUREZA FARMACÊUTICA GRAU MÉDICO-HOSPITALAR, TER LUMEN LIMPO, SEM MATERIAIS ESTRANHOS, REBARBAS OU RESÍDUOS DE MANUFATURA DO AÇO; FIXAÇÃO E VEDAÇÃO AO CANHÃO CONFORME NBR 9259/86; CALIBRE 13X4,5, PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS (IM/EV/SC E/OU ID), AGULHA DE DIÂMETRO 26G, COMPRIMENTO DE 4,5CM, COLORAÇÃO MARROM, EMBALAGEM INDIVIDUAL E INVÓLUCRO APROPRIADO, PAPEL GRAU CIRÚRGICO OU COMBINAÇÃO DESTE COM FILME TERMOPLÁSTICO COMPATÍVEL COM MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO, ASSEGURAR ESTERILIDADE DO PRODUTO NO TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO E USO E FAVORECER ABERTURA E TRANSFERÊNCIA DO CONTEÚDO COM TÉCNICA ASSÉPTICA; EMBALAGEM EM CAIXA COM 100 (CEM) UNIDADES.	UND	DESCARPACK	0,04	12.000,00
17	150.000	AGULHA HIPODÉRMICA ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CALIBRE 40 X 12, CONSTITUÍDA POR TUBO DE AÇO INOX AISI 304 (NBR 5601) DE FORMATO CILÍNDRICO, RETA, OCA, COM BISEL TRIFACETADO E AFIADO CENTRALIZADO AO LONGO DO EIXO CENTRAL LONGITUDINAL DO CANHÃO CONSTITUÍDO EM POLIPROPILENO (PLÁSTICO) COM FORMATO E DIMENSÕES UNIVERSALMENTE ACEITOS QUE PROPORCIONE ENCAIXE PERFEITO DE CONDUTORES (SERINGAS, CATETERES, EQUIPOS, ETC) 6% DE CONICIDADE NA PARTE INTERNA E COLORAÇÃO SEGUNDO NBR 9259/86; PROTETOR DE POLIPROPILENO (PLÁSTICO) PROJEÇÃO INTERNA QUE MANTÉM AGULHA CENTRADA COM PARTE DISPONÍVEL DO CANHÃO EXTERIORIZADA AFIM DE PERMITIR ACOPLAMENTO À SERINGA SEM CONTATO MANUAL COM PERFEITA ADAPTAÇÃO AO CANHÃO, AGULHA DEVERÁ SER DEVIDAMENTE NIVELADA, POLIDA, RESISTENTE, ISENTA DE ASPEREZAS E/OU ONDULAÇÕES, LUBRIFICADA COM SILICONE DE PUREZA FARMACÊUTICA GRAU MÉDICO-HOSPITALAR, TER LUMEN LIMPO, SEM MATERIAIS ESTRANHOS, REBARBAS OU RESÍDUOS DE MANUFATURA DO AÇO, FIXAÇÃO E VEDAÇÃO AO CANHÃO CONFORME NBR 9259/86, CALIBRE 40X12, PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS (IM/EV/SC E/OU ID), AGULHA DE DIÂMETRO 21G, COMPRIMENTO DE 8,0 CM, COLORAÇÃO VERDE, EMBALAGEM INDIVIDUAL E INVÓLUCRO APROPRIADO, PAPEL GRAU CIRÚRGICO OU COMBINAÇÃO DESTE COM FILME TERMOPLÁSTICO COMPATÍVEL COM MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO, ASSEGURAR ESTERILIDADE DO PRODUTO NO TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO E USO E FAVORECER ABERTURA E	UND	DESCARPACK	0,0399	5.985,00

		TRANSFERÊNCIA DO CONTEÚDO COM TÉCNICA ASSÉPTICA; EMBALAGEM EM CAIXA COM 100 (CEM) UNIDADES.				
25	50	ÁLCOOL-ÁCIDO SOLUÇÃO 1% 1000ML	FRS	QUEEL	17,85	892,50
26	150	ÁLCOOL-ÁCIDO SOLUÇÃO 3% 1000ML	FRS	QUEEL	17,85	2.677,50
31	100	APARELHO DE PRESSÃO ADULTO COM ESTETOSCÓPIO PARA OBESO.	UND	SOLIDOR	46,00	4.600,00
33	200	APARELHO DE PRESSÃO DE PULSO DIGITAL.	UND	INCONTERM	47,00	9.400,00
34	200	APARELHO DE PRESSÃO INFANTIL COM ESTETOSCÓPIO.	UND	SOLIDOR	47,00	9.400,00
52	50	AZUL DE METILENO 0,3% FR 1000ML	FRS	QUEEL	33,15	1.657,50
63	500	BOLSA DE COLOSTOMIA (PEÇA ÚNICA – BOLSA E PLACA) ACOMPANHADO DE CLIPE EM PLÁSTICO RESISTENTE PARA VEDAÇÃO. PLACA: RECORTÁVEL COM DIÂMETRO MÁXIMO DE 75MM, GUIA DE RECORTE IMPRESSO NO PAPEL ADERENTE, BARREIRA PROTETORA DE PELE. BOLSA: EM PLÁSTICO MACIO, TRANSPARENTE, SILENCIOSO, E À PROVA DE ODORES, DRENÁVEL, TELA PERFURADA FIXADA À FACE POSTERIOR DA BOLSA.	PEÇA	IMBRASUL	10,18	5.090,00
66	50	BOLSA TÉRMICA QUENTE/FRIO, REUTILIZÁVEL, SELADA, COM GEL NÃO TÓXICO PARA MATER A TEMPERATURA COM CAPACIDADE DE 700 ML	UND	IMBRASUL	10,18	509,00
68	20	BRAÇADEIRA C/ MANGUITO NEONATAL Nº 02 CM DE NAYLON C/ VELCRO (COMPLETO)	UND	SOLIDOR	9,74	194,80
69	20	BRAÇADEIRA C/ MANGUITO NEONATAL Nº 04 CM DE NAYLON C/ VELCRO (COMPLETO)	UND	SOLIDOR	9,74	194,80
70	20	BRAÇADEIRA C/ MANGUITO P/ADOLESCENTE DE NAYLON C/ VELCRO (COMPLETO)	UND	SOLIDOR	9,74	194,80
71	30	BRAÇADEIRA C/ MANGUITO P/OBESO DE NAYLON C/ VELCRO (COMPLETO)	UND	SOLIDOR	9,74	292,20
72	15	BRAÇADEIRA C/MANGUITO INFANTIL PRÉ-ESCOLAR DE NAYLON C/ VELCRO.	UND	SOLIDOR	9,74	146,10
119	50	CICLOERGÔMETRO PORTATIL	UND	ALTMAYER	238,00	11.900,00
130	100	COLAR CERVICAL AJUSTÁVEL INFANTIL TAMANHO M: PARA AJUDAR A ESTABILIZAÇÃO DA COLUNA CERVICAL DE VÍTIMAS COM SUSPEITA DE TRAUMA RAQUE-MEDULAR. FIXADAS COM TRAVAS DE REGULAGEM E DE BOTÃO DE SEGURANÇA, FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE INJETADO COM ESPUMA TIPO E.V.A. DEVE POSSUIR ABERTURA FRONTAL PARA VERIFICAÇÃO DO PULSO CAROTÍDEO E REALIZAÇÃO DE PRODEDIMENTO DE TRAQUEOSTOMIA E CRICOTIREOSTOMIA E ABERTURA POSTERIOR PARA ASCESSO A REGIÃO DA NUCA E DRENAGEM DE FUÍDOS. DEVE POSSUIR APOIO DE MENTO PRÉ-MOLDADO E DOBRÁVEL PARA LIBERAR O ASCESSO A BOCA DA VÍTIMA, PARA A REALIZAÇÃO DE PROCESIMENTOS DE INTUBAÇÃO. DEVE SER ARMAZENÁVEL EM FORMA PLANA PARA OTIMIZAR O ESPAÇO OCUPADO, SEM CADIOTRANSLÚCIDO PARA SER UTILZADO EM EQUIPAMENTOS DE RAIO-X, TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA E RESSONÂCIA MAGNÉTICA, SEM QUE PROMOVA A ALTERAÇÃO DA VÍTIMA.	UND	MARIMAR	14,89	1.489,00
131	100	COLAR CERVICAL AJUSTÁVEL INFANTIL TAMANHO P: PARA AJUDAR A ESTABILIZAÇÃO DA COLUNA CERVICAL DE VÍTIMAS COM SUSPEITA DE TRAUMA RAQUE-MEDULAR. FIXADAS COM TRAVAS DE REGULAGEM E DE BOTÃO DE SEGURANÇA, FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE INJETADO COM ESPUMA TIPO E.V.A. DEVE POSSUIR ABERTURA FRONTAL PARA VERIFICAÇÃO DO PULSO CAROTÍDEO E REALIZAÇÃO DE PRODEDIMENTO DE TRAQUEOSTOMIA E CRICOTIREOSTOMIA E ABERTURA POSTERIOR PARA ASCESSO A REGIÃO DA NUCA E DRENAGEM DE FUÍDOS. DEVE POSSUIR APOIO DE MENTO PRÉ-MOLDADO E DOBRÁVEL PARA LIBERAR O ASCESSO A BOCA DA VÍTIMA, PARA A REALIZAÇÃO DE PROCESIMENTOS DE INTUBAÇÃO. DEVE SER ARMAZENÁVEL EM FORMA PLANA PARA OTIMIZAR O ESPAÇO OCUPADO, SEM CADIOTRANSLÚCIDO PARA SER UTILZADO EM EQUIPAMENTOS DE RAIO-X, TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA E RESSONÂCIA MAGNÉTICA, SEM QUE PROMOVA A ALTERAÇÃO DA VÍTIMA.	UND	MARIMAR	18,70	1.870,00
132	100	COLAR CERVICAL AJUSTÁVEL INFANTIL TAMANHO PP: PARA AJUDAR A ESTABILIZAÇÃO DA COLUNA CERVICAL DE VÍTIMAS COM SUSPEITA DE TRAUMA RAQUE-MEDULAR. FIXADAS COM TRAVAS DE REGULAGEM E DE BOTÃO DE SEGURANÇA, FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE INJETADO COM ESPUMA TIPO E.V.A. DEVE POSSUIR ABERTURA FRONTAL PARA VERIFICAÇÃO DO PULSO CAROTÍDEO E REALIZAÇÃO DE PRODEDIMENTO DE TRAQUEOSTOMIA E CRICOTIREOSTOMIA E ABERTURA POSTERIOR PARA ASCESSO A REGIÃO DA NUCA E DRENAGEM DE FUÍDOS. DEVE POSSUIR APOIO DE MENTO PRÉ-MOLDADO E DOBRÁVEL PARA LIBERAR O ASCESSO A BOCA DA VÍTIMA, PARA A REALIZAÇÃO DE PROCESIMENTOS DE INTUBAÇÃO. DEVE SER ARMAZENÁVEL EM FORMA PLANA PARA OTIMIZAR O ESPAÇO OCUPADO, SEM CADIOTRANSLÚCIDO PARA SER UTILZADO EM EQUIPAMENTOS DE RAIO-X, TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA E RESSONÂCIA MAGNÉTICA, SEM QUE PROMOVA A ALTERAÇÃO DA VÍTIMA.	UND	MARIMAR	18,70	1.870,00
134	1.000	COLCHÃO HOSPITALAR ADULTO 1.88X088X020 COM CAPA IMPERMEÁVEL	UND	LUCKSPUMA	306,00	306.000,00
143	15.000	COLETOR DE URINA PARA INCONTINÊNCIA COM PRESERVATIVO- COLETOR DE URINA MASCULINO COM EXTENSÃO, CONFECCIONADO EM PVC ATÓXICO E FLEXÍVEL E PRESERVATIVO DE PURO LÁTEX. INDICADO PARA PACIENTES COM INCONTINÊNCIA URINÁRIA OU QUE APRESENTEM IMPOSSIBILIDADE DE REMOÇÃO DO LEITO. EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UND	MEDSONDA	0,779	11.685,00
149	300.000	COLETOR UNIVERSAL DESCARTÁVEL 80ML, UTILIZADO PARA COLETA DE MATERIAL PARA EXAMES, EM POLIPROPILENO OPACO, OU MATERIAL COMPATÍVEL A SUA FINALIDADE, DOTADO DE TAMPA TIPO ROSCA, COM VEDAÇÃO PERFEITA (SEM VAZAMENTOS). LIVRE DE DEFEITOS E/OU SUBSTÂNCIAS TÓXICAS. DEVERÁ VIR ACOMPANHADO DE ETIQUETA E ESPÁTULA, COM CAPACIDADE TOTAL DE 80ML, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA.	UND	CRAL	0,22	66.000,00
153	40.000	COMPRESSAS DE GAZE HIDRÓFILA NÃO ESTÉRIL MEDINDO 7,5X 7,5CM FECHADA E 15X30CM QUANDO ABERTA, DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM², COM PESO DE 1G POR UNIDADE, CONFECCIONADAS EM FIOS 100% ALGODÃO EM TECIDO TIPO TELA, COM 8 CAMADAS E 5 DOBRAS, ALVEJADAS, PURIFICADAS E ISENTAS DE IMPUREZAS, SUBSTÂNCIAS GORDUROSAS, AMIDO, CORANTES CORRETIVOS E ALVEJANTES ÓPTICOS. POSSUIR DOBRAS UNIFORMES E PARA DENTRO EM TODA A SUA EXTENSÃO PARA EVITAR O DESFIAMENTO. EMBALADAS EM PACOTES COM 500 UNIDADES COM PESO MÍNIMO DE 490 GRAMAS POR PACOTE. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13.843, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO., EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, CONTENDO NÚMERO DE LOTE DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NOME E MARCA DO FABRICANTE, DATA DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, CONFORME EXIGIDOS PELA LEI FEDERAL Nº8.078/90, ARTº 31 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DECRETO LEI 79.094/77 DO MS, ACONDICIONADA EM PACOTES PLÁSTICOS COM 500 (QUINHENTAS) UNIDADES.	PCT	CLEAN	10,00	400.000,00
184	20.000	EQUIPO COM BURETA, DE 150ML, PARA TRANSFUSÃO DE SANGUE, COM CÂMARA DUPLA. EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UND	SOLIDOR	2,90	58.000,00

190	500.000	EQUIPO PARA SORO MACROGOTAS. EQUIPO PARA INFUSÃO VENOSA DE DROGAS, QUE PERMITE O GOTEJAMENTO DE 60 GOTAS POR MINUTO E O EQUIPOTRANSPARENTE, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM PVC ATÓXICO FLEXÍVEL, CONTENDO CONECTOR (COM TAMPA PROTETORA), COM PONTA PERFURANTE BISELADA ADAPTÁVEL A FRASCO DE VIDRO OU AMPOLA PLÁSTICA, COM COPO GOTEJADOR FLEXÍVEL COM RESPIRO E FILTRO DE PARTÍCULAS, (20 GOTAS = 1ML); TUBO CONECTOR VINÍLICO DE 1,20M DE EXTENSÃO, COM PINÇA ROLETE DE ALTA PRECISÃO, INJETOR LATERAL COM BORRACHA CICATRIZANTE PARA ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS E CONECTOR TIPO LUER MACHO (UNIVERSAL) COM TAMPA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA. CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICAÇÃO E ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA E PRAZO DE VALIDADE. (EQUIPO MACRO GOTAS).	UND	PHARMATEX	0,95	475.000,00
191	100.000	EQUIPO PARA SORO MICRO GOTAS. EQUIPO PARA INFUSÃO VENOSA DE DROGAS, TRANSPARENTE, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM PVC ATÓXICO FLEXÍVEL, CONTENDO CONECTOR (COM TAMPA PROTETORA), COM PONTA PERFURANTE BISELADA ADAPTÁVEL A FRASCO DE VIDRO OU AMPOLA PLÁSTICA, COM COPO GOTEJADOR FLEXÍVEL RESPIRO E FILTRO DE PARTÍCULAS; (60 MICRO-GOTAS = 1ML); TUBO CONECTOR VINÍLICO DE 1,20M DE EXTENSÃO, COM PINÇA ROLETE DE ALTA PRECISÃO, INJETOR LATERAL COM BORRACHA CICATRIZANTE PARA ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS E CONECTOR TIPO LUER MACHO (UNIVERSAL) COM TAMPA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA. CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICAÇÃO E ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA E PRAZO DE VALIDADE. (EQUIPO MICRO GOTAS).	UND	PHARMATEX	1,12	112.000,00
197	5.000	ESPÁTULA GINECOLÓGICA (ALISON), EMBALAGEM EM PACOTE COM 100 (CEM) UNIDADES, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	PCT	CRAL	4,88	24.400,00
217	2.000	FIXADOR PARA LAMINA GINECOLÓGICA, EMBALAGEM COM 100ML (SPRAY), COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	FRS	ADLIN	5,34	10.680,00
221	1.000	FRALDA DESCARTÁVEL TAM. GRANDE INFANTIL PACOTE. Com 10 und	PCT	PORTFRAL	3,90	3.900,00
223	1.000	FRALDA DESCARTÁVEL TAM. MEDIO INFANTIL PACOTE. Com 10 und	PCT	PORTFRAL	3,90	3.900,00
226	1.000	FRALDA DESCARTÁVEL TAM.PEQUENO INFANTIL PACOTE. Com 10 und	PCT	MARDAN	3,80	3.800,00
231	50	FUCSINA FENICADA ZIEHL NEELSEN 0,3% FRASCO 1000ML	FRS	QUEEL	21,00	1.050,00
232	120	GEL CONDUTOR EM GALÃO DE 5KG, EMBALADO DE ACORDO COM AS PRAXES DO FABRICANTE, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	GL	CARBOGEL	14,50	1.740,00
243	500	HIPOCLORITO DE SÓDIO 12%, ACODICIONADO EM GALÃO COM CAPACIDADE PARA 5.000ML, EMBALADO DE ACORDO COM AS PRAXES DO FABRICANTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E VALIDADE.	GL	VICPHARMA	15,00	7.500,00
271	50.000	LÂMINA PARA BISTURI Nº 11. LÂMINA PARA BISTURI CONFECCIONADO EM AÇO CARBONO DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALADA INDIVIDUALMENTE CONFORME PRAXES DO FABRICANTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFJCAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATAM DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO.	UND	SOLIDOR	0,1499	7.495,00
272	80.000	LÂMINA PARA BISTURI Nº 15. LÂMINA PARA BISTURI CONFECCIONADO EM AÇO CARBONO DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALADA INDIVIDUALMENTE CONFORME PRAXE DO FABRICANTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFJCAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO.	UND	SOLIDOR	0,1499	11.992,00
273	50.000	LÂMINA PARA BISTURI Nº 22. LÂMINA PARA BISTURI CONFECCIONADO EM AÇO CARBONO DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALADA INDIVIDUALMENTE CONFORME PRAXES DO FABRICANTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFJCAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATAM DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO.	UND	SOLIDOR	0,1499	7.495,00
275	1.000	LÂMINA PARA MICROSCÓPIO (ESMERILHADA), TAMANHA 26X76MM. EMBALAGEM EM CAIXA COM 50 (CINQUENTA) UNIDADES, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	CX	CRAL	2,81	2.810,00
280	2.000	LUVA CIRÚRGICA Nº 6.0. LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX, FORMATO ANATÔMICO, LUBRIFICADA COM SUBSTÂNCIAS ABSORVÍVEIS PELO ORGANISMO, EMBALADAS EM ENVELOPE ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA MANTER A ESTERILIDADE DO PRODUTO, COMPOSTA DE EMBALAGEM INTERNA DE PAPEL CREPE, COM DOBRAS TRANSVERSAIS QUE PERMITAM A TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA MAIS SEGURA E ENVELOPE EXTERNO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DESCARTÁVEL E ESTERILIZADAS POR RAIOS GAMA COBALTO 60, TAMANHO Nº 6,0. EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE	PAR	LEMGRUBER	0,95	1.900,00
290	2.000	LUVA NITRÍLICA CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRÍLICA, COM PALMA ANTIDERRAPANTE, CANO LONGO, TAMANHO M, PRÓPRIA PARA MANUSEIOS DE PRODUTOS QUÍMICOS.	CX	DESCARPACK	13,60	27.200,00
291	2.000	LUVA NITRÍLICA CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRÍLICA, COM PALMA ANTIDERRAPANTE, CANO LONGO, TAMANHO P, PRÓPRIA PARA MANUSEIOS DE PRODUTOS QUÍMICOS.	CX	DESCARPACK	12,00	24.000,00
309	5.000	MICROTUBOS COM VOLUME DE ATÉ 2ML TRANSPARENTE COM TAMPA	UND	CRAL	0,030	150,00
311	1.000	ÓCULOS DE PROTEÇÃO, ANTI-EMBAÇANTE E TRANSPARENTE. O PRODUTO DEVERÁ SER EMBALADO DE ACORDO COM A PRAXE DO FABRICANTE E CONSTAR EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UND	CARBOGRAFITE	4,76	4.760,00
322	2.000	PAPEL KRAFT 60CM ROLO	RL	SAFRA	17,00	34.000,00
323	10.000	PAPEL LENÇOL EM BOBINA MEDINDO APROXIMADAMENTE 70CM DE LARGURA 50CM DE COMPRIMENTO CONFECCIONADO EM PAPEL 100% CELULOSE BRANCO NÃO RECICLÁVEL.	UND	IMPACTA	6,20	62.000,00
363	1000	TERMÔMETRO DIGITAL PARA MÁXIMA E MÍNIMA: INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO PRECISA DA TEMPERATURA EXTEENA E INTERNA, ASSIM COMO SUAS MÁXIMA E MINIMA. VISOR EM CRISTAL LIQUIDA DE FACIL VISUALIZAÇÃO, FUNÇÃO ºC/ ºF CABO DE APROXIMADAMENTE 2,30M	UND	INCOTERM	35,890	35.890,00
364	500	TERMÔMETRO DIGITAL.	UND	ACCUMED	5,60	2.800,00
373	10.000	TOUCA DESCARTÁVEL BRANCA COM ELÁSTICO GRAMATURA 30 - TOUCA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM FALSO TECIDO, HIPOALÉRGICA, BRANCA, GRAMATURA 30, MICROPERFURADA, COM ELÁSTICO NAS EXTREMIDADES, FORMATO ANATÔMICO. EMBALADA CONFORME PRESCRIÇÃO DO FABRICANTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE (PACOTE C/100).	PCT	EMBRAMAC	5,30	53.000,00

376	50.000	TUBO PARA COLETA À VÁCUO TAMPA AMARELA (GEL) 8ML, CONTÉM ATIVADOR DE COÁGULO JATEADO NA PAREDE DO TUBO, QUE ACELERA O PROCESSO DE COAGULAÇÃO, E GEL SEPARADOR PARA OBTENÇÃO DE SORO. CAIXA COM 100 UNIDADES.	UND	LABOR IMPORT	0,53	26.500,00
377	50.000	TUBO PARA COLETA À VÁCUO TAMPA VERMELHA (SECO) 5ML. TUBOS PARA COLETA DE PLÁSTICO TEM ATIVADOR DE COÁGULO JATEADO NA PAREDE DO TUBO QUE ACELERA O PROCESSO DE COAGULAÇÃO.	UND	CRAL	0,3190	15.950,00
378	10.000	TUBO PARA COLETA DE SANGUE À VÁCUO 4,5ML COM CITRATO TAMPA AZUL.	UND	CRAL	0,32	3.200,00
379	10.000	TUBO PARA COLETA DE SANGUE À VÁCUO 4,5ML COM FLUORETO + OXALATO TAMPA CINZA.	UND	CRAL	0,36	3.600,00

Valor totaR$:2.064,880,20,(dois milhões sessenta e quatro mil oitocentos e oitenta vinte centavos)

CIRURGICA GONÇALVES LTDA-ME CNPJ: 15.371.628/0001-70

	QTDE	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MARCA	UNIT	TOTAL
78	20	CAIXA DE INOX 16X10CM	UND	FAMI	81,00	1.620,00
235	100	GONODAS COM PROTEÇÃO P/RADIAÇÃO IONIZANTE TAMANHO GRANDE	UND	KONEX	367,00	36.700,00
324	200	PAPEL PARA ELETROCARDIOGRAMA PAUTADO, MEDINDO 250X12MM. EMBALAGEM EM CAIXA COM 1.000 (MIL) FOLHAS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	CX	TECNOPRINT	97,75	19.550,00
362	500	TERMÔMETRO CLÍNICO – TERMÔMETRO CLÍNICO, CONFECCIONADO EM VIDRO, CONTENDO EXTERNAMENTE ESCALA GRADUADA DE 35 A 42 ºC, COM COLUNA INTERNA DE MERCÚRIO DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO AO MANUSEIO. EMBALAGEM INDIVIDUAL APROPRIADA PARA MANTER A INTEGRIDADE DO MATERIAL, COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UND	INCOTERM	9,00	4.500,00

Valor total: 62.370,00,(sessenta e dois mil trezentos e setenta reais)

DISNORMA COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS CNPJ: 01.326.495/0001-06

	QTDE	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MARCA	UNIT	TOTAL
18	100	AGULHA PARA ACUPUNTURA 0,25 X 0,15 MM COM 1000 -AGULHA PARA ACUPUNTURA EMBALADAS DE 10 EM 10 - PACOTE COM 1000 UND. - PRODUTO ESTÉRIL - USO EXCLUSIVO POR PROFISSIONAIS HABILITADOS TECNICAMENTE - GUARDAR EM AMBIENTE SECO, AREJADO E AO ABRIGO DA LUZ SOLAR.	CX	SHUN-HE	43,18	4.318,00
19	100	AGULHA PARA ACUPUNTURA 0,25 X 0,30 MM COM 1000 -AGULHA PARA ACUPUNTURA EMBALADAS DE 10 EM 10 - PACOTE COM 1000 UND. - PRODUTO ESTÉRIL - USO EXCLUSIVO POR PROFISSIONAIS HABILITADOS TECNICAMENTE - GUARDAR EM AMBIENTE SECO, AREJADO E AO ABRIGO DA LUZ SOLAR/ EM CONFORMIDADE COM NR-32	CX	SHUN-HE	37,40	3.740,00
20	200	AGULHA PARA ACUPUNTURA 0,25 X 0,40 MM COM 1000 -AGULHA PARA ACUPUNTURA EMBALADAS DE 10 EM 10 - PACOTE COM 1000 UND. - PRODUTO ESTÉRIL - USO EXCLUSIVO POR PROFISSIONAIS HABILITADOS TECNICAMENTE EM CONFORMIDADE COM NR-32	CX	SHUN-HE	37,40	7.480,00
21	200	AGULHA PARA ACUPUNTURA 0,30 X 0,40 MM COM 1000 -AGULHA PARA ACUPUNTURA EMBALADAS DE 10 EM 10 - PACOTE COM 1000 UND. - PRODUTO ESTÉRIL - USO EXCLUSIVO POR PROFISSIONAIS HABILITADOS TECNICAMENTE - GUARDAR EM AMBIENTE SECO, AREJADO E AO ABRIGO DA LUZ SOLAR. EM CONFORMIDADE COM NR-32	CX	SHUN-HE	37,40	7.480,00
23	31.000	ÁLCOOL ETÍLICO 70% - FRASCO DE ÁLCOOL ETÍLICO 70%, CONTENDO 1000 ML, MEDICAMENTO DE NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA, DE ACORDO COM RESOLUÇÃO RDC 199, 26/10/06. EMBALAGEM CONSTANDO DADOS DE DENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA. DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, LOTE DE FABRICAÇÃO, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	FRS	VICPHARMA	4,20	130.200,00
27	20.000	ALGODÃO HIDRÓFILO COMPOSTO DE FIBRAS 100% DE ALGODÃO ALVEJADAS, ISENTO DE IMPUREZAS, SUBSTÂNCIAS GORDUROSAS E ALVEJANTES ÓPTICO. MANTAS UNIFORMES ENVOLVIDAS EM PAPEL ESPECIAL E EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM SACO PLÁSTICO COM 500 G. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 14.635, PRINCIPALMENTE NO QUESITO HIDROFILIDADE E CAPACIDADE DE ABSORÇÃO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.	RL	SOFCOTTON	7,10	142.000,00
30	1.000	ANUSCÓPIO FENESTRADO NÃO ESTÉRIL - ANUSCÓPIO FENESTRADO DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, EMBALADO EM ENVELOPE DE POLIPROPILENO BIORIENTADO;	UND	KOLPLAST	1,62	1.620,00
38	300.000	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 10CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 18 FIOS/CM², COM PESO DE 21,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO CRU, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 14.056, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.	UND	MB TEXTIL	0,37	11.000,00
40	200.000	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 20CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 18 FIOS/CM², COM PESO DE 42,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO CRU, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 14.056, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.	UND	MB TEXTIL	0,78	156.000,00
42	30.000	ATADURA GESSADA MEDINDO 10CM DE LARGURA POR 3M DE COMPRIMENTO, ENROLADA EM TUBETE DE PLÁSTICO, COM GESSO UNIFORMEMENTE IMPREGNADO SOBRE UMA TELA DE TECIDO TIPO GIRO-INGLÊS 100% ALGODÃO E LATERAL COM CORTE SINUOSO PARA EVITAR DESFIAMENTO. DEPOIS DE MOLHADA COM ÁGUA, A ATADURA GESSADA DEVE APRESENTAR TEXTURA SUAVE, CREMOSA E LIVRE DE ARENOSIDADE AO TATO. O TEMPO DE ENDURECIMENTO DEVE SER DE NO MÁXIMO 7 MINUTOS. EMBALADA INDIVIDUALMENTE E ACONDICIONADA EM CAIXAS COM 20 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 14.852, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.	UND	NEVE	1,10	33.000,00
43	30.000	ATADURA GESSADA MEDINDO 15CM DE LARGURA POR 3M DE COMPRIMENTO, ENROLADA EM TUBETE DE PLÁSTICO, COM GESSO UNIFORMEMENTE IMPREGNADO SOBRE UMA TELA DE TECIDO TIPO GIRO-INGLÊS 100% ALGODÃO E LATERAL COM CORTE SINUOSO PARA EVITAR DESFIAMENTO. DEPOIS DE MOLHADA COM ÁGUA, A ATADURA GESSADA DEVE APRESENTAR TEXTURA SUAVE, CREMOSA E LIVRE DE ARENOSIDADE AO TATO. O TEMPO DE ENDURECIMENTO DEVE SER DE NO MÁXIMO 7 MINUTOS. EMBALADA INDIVIDUALMENTE E ACONDICIONADA EM CAIXAS COM 20 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 14.852, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.	UND	NEVE	1,52	45.600,00

49	2.500	AVENTAL DESCARTÁVEL MANGA LONGA, MATERIAL I, LÍQUIDOS EM GERAL, ALTO PODER DE COBERTURA, ATÓXICO, NÃO PROPAGA FOGO, CORES: AZUL OU BRANCO, ALTA RESISTÊNCIA AO RASGO, ATÉ 3 USOS, 50% POLIPROPILENO / 50% POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE EMBALAGEM EM PACOTE DE 10 (DEZ) UNIDADES COM GRAMATURA 40G/M2 . EMBALAGEM COM INFORMAÇÕES DE PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO E VALIDADE.	PCT	ANADONA	11,85	29.625,00
50	5.000	AVENTAL MANGA CURTA PARA PACIENTE E COLETA DE CCO (PACOTE C/10 UNIDADES) TAMANHO ÚNICO OU G, DE COR BRANCA.	PCT	ANADONA	9,99	49.950,00
53	50	BACIA INOX TAMANHO PEQUENA DE USO HOSPITALAR TAMANHO 32CM 3100ML	UND	FORTINOX	69,00	3.450,00
58	20	BASTÃO DE MADEIRA 1,5CM	UND	CARCI	22,70	454,00
64	15	BOLSA DE GELO PARA OMBRO E CINTA: DIFERENCIAIS – ANATOMICA E CONFORTAVEL, COM ACABAMENTOS REEFORÇADOS, PERMITE LIVRE MOVIMENTO DURANTE APLICAÇAO. FABRICADA EM NEOPRENE, QUE RETÉM A TEMPERETURA POR MAIS TEMPO. PODE SER USADA NAS COSTAS,TORAX, ABDOMEN, COTOVELO, PUNHO, MAOS, COSTAS, JOELHO, TORNOZELO E PÉ. NÃO ACOMPANHA BOLSA DE GELO FLEXIVEL, ACOMPANHA APENAS A CINTA. COMPOSIÇÃO- REVESTIMENTO (TÊXTIL) 100 POLIAMIDA. INTERNA 100 BORRACHA (NEOPRENE, SBR, NR). MEDIDAS: TAMANHO DO PRODUTO 25X137 CM; EMBALAGEM 14X30CM	UND	CARCI	17,18	257,70
79	50	CAL SODADA. PRODUTO QUÍMICO UTILIZADO EM APARELHOS DE ANESTESIA COM ALTA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO DE CO2. DESPRENDIMENTO MÍNIMO DE PO. NÍTIDA VIRAGEM DA COLORAÇÃO ATRAVÉS DE INDICADOR QUÍMICO. GRAU DE UMIDADE ENTRE 14 E 16% DE ÁGUA. DEVE SER APRESENTADO EM GRÂNULOS POROSO, DURO E ARREDONDADO. EMBALADO EM BALDE OU GALÃO PESANDO APROXIMADAMENTE 4,5 QUILOS.	GL	ATRASORB	81,40	4.070,00
80	100	CANETA EP 23 PARA ELETROCARDIOGRAMA, COMPOSIÇÃO: RESINAS TERMOPLÁSTICAS, TINTA À BASE DE CORANTES ORGÂNICOS E SOLVENTES, PONTA ESFERA E CLIP DE LIGA METÁLICA.	UND	PILOT	23,39	2.339,00
122	5.000	CLOREXIDINA 2% REFIL 800ML	UND	VICHPHARMA	9,05	45.250,00
123	5.000	CLOREXIDINA ALCOÓLICA C/1000ML 0,5%	UND	VICHPHARMA	5,70	28.500,00
125	100	COLAR CERVICAL AJUSTÁVEL ADULTO TAMANHO G: PARA AJUDAR A ESTABILIZAÇÃO DA COLUNA CERVICAL DE VÍTIMAS COM SUSPEITA DE TRAUMA RAQUE-MEDULAR. FIXADAS COM TRAVAS DE REGULAGEM E DE BOTÃO DE SEGURANÇA, FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE INJETADO COM ESPUMA TIPO E.V.A. DEVE POSSUIR ABERTURA FRONTAL PARA VERIFICAÇÃO DO PULSO CAROTÍDEO E REALIZAÇÃO DE PRODEDIMENTO DE TRAQUEOSTOMIA E CRICOTIREOSTOMIA E ABERTURA POSTERIOR PARA ASCESSO A REGIÃO DA NUCA E DRENAGEM DE FUÍDOS. DEVE POSSUIR APOIO DE MENTO PRÉ-MOLDADO E DOBRÁVEL PARA LIBERAR O ASCESSO A BOCA DA VÍTIMA, PARA A REALIZAÇÃO DE PROCESIMENTOS DE INTUBAÇÃO. DEVE SER ARMAZENÁVEL EM FORMA PLANA PARA OTIMIZAR O ESPAÇO OCUPADO, SEM CADIOTRANSLÚCIDO PARA SER UTILZADO EM EQUIPAMENTOS DE RAIO-X, TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA E RESSONÂCIA MAGNÉTICA, SEM QUE PROMOVA A ALTERAÇÃO DA VÍTIMA.	UND	MSO	8,94	894,00
126	100	COLAR CERVICAL AJUSTÁVEL ADULTO TAMANHO M: PARA AJUDAR A ESTABILIZAÇÃO DA COLUNA CERVICAL DE VÍTIMAS COM SUSPEITA DE TRAUMA RAQUE-MEDULAR. FIXADAS COM TRAVAS DE REGULAGEM E DE BOTÃO DE SEGURANÇA, FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE INJETADO COM ESPUMA TIPO E.V.A. DEVE POSSUIR ABERTURA FRONTAL PARA VERIFICAÇÃO DO PULSO CAROTÍDEO E REALIZAÇÃO DE PRODEDIMENTO DE TRAQUEOSTOMIA E CRICOTIREOSTOMIA E ABERTURA POSTERIOR PARA ASCESSO A REGIÃO DA NUCA E DRENAGEM DE FUÍDOS. DEVE POSSUIR APOIO DE MENTO PRÉ-MOLDADO E DOBRÁVEL PARA LIBERAR O ASCESSO A BOCA DA VÍTIMA, PARA A REALIZAÇÃO DE PROCESIMENTOS DE INTUBAÇÃO. DEVE SER ARMAZENÁVEL EM FORMA PLANA PARA OTIMIZAR O ESPAÇO OCUPADO, SEM CADIOTRANSLÚCIDO PARA SER UTILZADO EM EQUIPAMENTOS DE RAIO-X, TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA E RESSONÂCIA MAGNÉTICA, SEM QUE PROMOVA A ALTERAÇÃO DA VÍTIMA.	UND	MSO	8,94	894,00
127	100	COLAR CERVICAL AJUSTÁVEL ADULTO TAMANHO P: PARA AJUDAR A ESTABILIZAÇÃO DA COLUNA CERVICAL DE VÍTIMAS COM SUSPEITA DE TRAUMA RAQUE-MEDULAR. FIXADAS COM TRAVAS DE REGULAGEM E DE BOTÃO DE SEGURANÇA, FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE INJETADO COM ESPUMA TIPO E.V.A. DEVE POSSUIR ABERTURA FRONTAL PARA VERIFICAÇÃO DO PULSO CAROTÍDEO E REALIZAÇÃO DE PRODEDIMENTO DE TRAQUEOSTOMIA E CRICOTIREOSTOMIA E ABERTURA POSTERIOR PARA ASCESSO A REGIÃO DA NUCA E DRENAGEM DE FUÍDOS. DEVE POSSUIR APOIO DE MENTO PRÉ-MOLDADO E DOBRÁVEL PARA LIBERAR O ASCESSO A BOCA DA VÍTIMA, PARA A REALIZAÇÃO DE PROCESIMENTOS DE INTUBAÇÃO. DEVE SER ARMAZENÁVEL EM FORMA PLANA PARA OTIMIZAR O ESPAÇO OCUPADO, SEM CADIOTRANSLÚCIDO PARA SER UTILZADO EM EQUIPAMENTOS DE RAIO-X, TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA E RESSONÂCIA MAGNÉTICA, SEM QUE PROMOVA A ALTERAÇÃO DA VÍTIMA.	UND	MSO	8,94	894,00
128	100	COLAR CERVICAL AJUSTÁVEL ADULTO TAMANHO PP: PARA AJUDAR A ESTABILIZAÇÃO DA COLUNA CERVICAL DE VÍTIMAS COM SUSPEITA DE TRAUMA RAQUE-MEDULAR. FIXADAS COM TRAVAS DE REGULAGEM E DE BOTÃO DE SEGURANÇA, FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE INJETADO COM ESPUMA TIPO E.V.A. DEVE POSSUIR ABERTURA FRONTAL PARA VERIFICAÇÃO DO PULSO CAROTÍDEO E REALIZAÇÃO DE PRODEDIMENTO DE TRAQUEOSTOMIA E CRICOTIREOSTOMIA E ABERTURA POSTERIOR PARA ASCESSO A REGIÃO DA NUCA E DRENAGEM DE FUÍDOS. DEVE POSSUIR APOIO DE MENTO PRÉ-MOLDADO E DOBRÁVEL PARA LIBERAR O ASCESSO A BOCA DA VÍTIMA, PARA A REALIZAÇÃO DE PROCESIMENTOS DE INTUBAÇÃO. DEVE SER ARMAZENÁVEL EM FORMA PLANA PARA OTIMIZAR O ESPAÇO OCUPADO, SEM CADIOTRANSLÚCIDO PARA SER UTILZADO EM EQUIPAMENTOS DE RAIO-X, TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA E RESSONÂCIA MAGNÉTICA, SEM QUE PROMOVA A ALTERAÇÃO DA VÍTIMA.	UND	POLARFIX	9,72	972,00
133	2.000	COLCHÃO CAIXA DE OVO 1.88X080X06	UND	LUCKSPUMA	39,85	79.700,00
148	200.000	COLETOR UNIVERSAL DESCARTÁVEL 50ML ESTERIL, UTILIZADO PARA COLETA DE MATERIAL PARA EXAMES, EM POLIPROPILENO TRANSPARENTE, OU MATERIAL COMPATÍVEL A SUA FINALIDADE, DOTADO DE TAMPA TIPO ROSCA, COM VEDAÇÃO PERFEITA (SEM VAZAMENTOS). LIVRE DE DEFEITOS E/OU SUBSTANCIAS TÓXICAS. DEVERÁ VIR ACOMPANHADO DE ETIQUETA E ESPÁTULA, COM CAPACIDADE TOTAL DE 50ML, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA.	UND	J-PROLAB	0,19	38.000,00
150	5.000	COMPRESSA CIRÚRGICA 23X25CM, 100% ALGODÃO, COM 04 (QUATRO) CAMADAS, FIOS ALGODÃO INSENTO DE IMPUREZAS, ALTAMENTE ABSORVÍVEL. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, CONTENDO NÚMERO DE LOTE DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NOME E MARCA DO FABRICANTE, DATA DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, CONFORME EXIGIDOS PELA LEI FEDERAL Nº8.078/90, ARTº 31 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DECRETO LEI 79.094/77 DO MS, EM PACOTES COM 50 (CINQÜENTA) UNIDADES.	PCT	MB TEXTIL	28,69	143.450,00
156	50	CONEXÃO EM Y AR COMPRIMIDO.	UND	PROTEC	37,00	1.850,00
157	50	CONEXÃO EM Y OXIGENIO.	UND	PROTEC	35,00	1.750,00

181	300.000	ELETRODO DE BORRACHA FLEXÍVEL ADULTO/INFANTIL, COM APROXIMADAMENTE 0,01MM DE ESPESSURA, DESCARTÁVEL COM GEL ADESIVO PARA USO EM ELETROCARDIOGRAFIA, DIÂMETRO DE 40MMX40MM (OVALADO). EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UND	SKINTACK	0,19	57.000,00
193	1.000	EQUIPO PVC PRESSÃO ARTERIAL.	UND	COMPOJET	1,95	1.950,00
194	10.000	ESCOVA CERVICAL, DESCARTÁVEL COM PONTA REVESTIDA (PR) ESTÉRIL, EMBALADA EM PACOTE COM 100 PEÇAS EM POLIETILENO	PCT	KOLPLAST	14,00	140.000,00
198	30.000	ESPECULO VAGINAL DESCARTÁVEL TAMANHO GRANDE, ESTÉRIL TRANSPARENTE. ESPECULO VAGINAL DESCARTÁVEL E PLÁSTICO, POLIETILENO, ATÓXICO, COM ABERTURA EM FORMA DE ROSCA TIPO BORBOLETA, USO ÚNICO, ESTÉRIL, TAMANHO GRANDE, EMBALADO INDIVIDUALMENTE CONFORME PRAXE DO FABRICANTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE.	UND	KOLPLAST	0,88	26.400,00
199	200.000	ESPECULO VAGINAL DESCARTÁVEL TAMANHO MÉDIO, ESTÉRIL TRANSPARENTE. ESPECULO VAGINAL DESCARTÁVEL E PLÁSTICO, POLIETILENO, ATÓXICO, COM ABERTURA EM FORMA DE ROSCA TIPO BORBOLETA, USO ÚNICO, ESTÉRIL, TAMANHO MÉDIO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE CONFORME PRAXE DO FABRICANTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE.	UND	GYNUS	0,66	132.000,00
200	100.000	ESPECULO VAGINAL DESCARTÁVEL TAMANHO PEQUENO ESTÉRIL TRANSPARENTE. ESPECULO VAGINAL DESCARTÁVEL E PLÁSTICO, POLIETILENO, ATÓXICO, COM ABERTURA EM FORMA DE ROSCA TIPO BORBOLETA, USO ÚNICO, ESTÉRIL, TAMANHO PEQUENO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE CONFORME PRAXE DO FABRICANTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE.	UND	GYNUS	0,79	79.000,00
202	50	ÉTER SULFURÍCO FRASCO DE 1000 LITROS	UND	VICPHARMA	19,65	982,50
216	101.000	FITA CREPE HOSPITALAR ROLO DE 16MM X 50M, EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	UND	MISSNER	1,69	170.690,00
218	50	FLUXOMETRO PARA AR COMPRIMIDO COM COPO UMIDIFICADO	UND	PROTEC	61,80	3.090,00
224	3.500	FRALDA DESCARTÁVEL TAM. PEQUENO ADULTO PACOTE. Com 10 und	PCT	MASTERFRAL	7,24	25.340,00
225	5.000	FRALDA DESCARTÁVEL TAM. EXTRA GRANDE ADULTO PACOTE. Com 10 und	PCT	MASTERFRAL	8,98	44.900,00
229	1.000	FRASCO DESCARTÁVEL PARA DIETA ENTERAL 300ML CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	BIOBASE	62,99	62.990,00
233	200	GLICERÍNA LÍQUIDA 1.000ML	FRS	VICPHARMA	11.40	2.280,00
234	200	GLUTARALDEÍDO 30 DIAS PRONTO USO DE AÇÃO RÁPIDA, PARA DESINFECÇÃO E ESTERILIZAÇÃO A FRIO DE MATERIAIS TERMOSSENSÍVEIS. TEMPO DE CONTATO PARA DESINFECÇÃO DE ALTO NÍVEL: 10 MINUTOS E ESTERILIZAÇÃO: 60 MINUTOS. GALÃO DE 5 LITROS. ACONPANHA TIRAS REAGENTES PARA TESTE.	GL	RIOQUIMICA	89,95	17.990,00
240	200	HASTE FLEXÍVEL C/ALGODÃO NAS PONTAS. EMBALAGEM EM CAIXA COM 75 (SETENTA E CINCO) UNIDADES, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. (COTONETE)	CX	HIGIETOPP	1,15	230,00
241	1.000	HIDROCOLÓIDECOBERTURA ESTRIL, COMPOSTA POR ESPUMA EXTERNA OU FILME DE POLIURETANO UNIDA A UM MATERIAL INTERNO, COMPOSTO POR CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA, GELATINA E PECTINA. PODE SER CORTADAS NA MEDIDA REQUISITADA, MODA-SE BEM A SUPERFICIE CORPORAL, É IMPERMEÁVEL À ÁGUA.	UND	CASEX	6,88	6.880,00
242	1.000	HIDROGEL (PLACA) É UM GEL TRANSPARENTE, HIDROATIVO, AMORFO, CONTENDO ALGINATO DE SÓDIO. O HIDROGEL CRIA UM AMBIAENTE DE HIDRATAÇÃO NA RECUPERAÇÃO DE FERIDAS QUE AJUDA A AUTÓLISE ENQUANTO O COMPONENTE DE ALGINATO AUMENTA A SUA CONSISTÊNCIA, FACILANDO A APLICAÇÕES. O GEL PODE SER USADO PARA AMOLECER E HIDRATAR AREAS NECROTICAS OU DESVITALIZADAS, FACILITANDO SUAS REMOÇÕES.	UND	CASEX	12,70	12.700,00
246	800	IODO POVIDINE TOPICO 1000 ML.	FRS	VICPHARMA	11,70	9.360,00
247	15	IODO TINTURA 1000 ML	FRS	RIOQUIMICA	19,80	297,00
254	1.000	KIT DE MÁSCARA DE VENTURI, ADULTO.KIT COMPOSTO POR MÁSCARA CONFECCIONADA EM MATERIAL SILICONIZADO, FLEXÍVEL, RESISTENTE, TRANSPARENTE, QUE PERMITA LIMPEZA POR MÉTODOS USUAIS DE DESINFECÇÃO E ESTERILIZAÇÃO, COM ELÁSTICO RESISTENTE PARA ADEQUAR AO DIÂMETRO DA CABEÇA, COM CONEXÕES ADEQUADAS, QUA SE ADAPTAM A MÁSCARA, E AO SISTEMA DE NEBULIZAÇÃO. MÁSCARA MALEÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, UNIFORME, SEM REBARBAS E COM ACABAMENTO PERFEITO PARA EVITAR LESÕES. COM EXTENSÃO UMIDIFICADOR DE OXIGÊNIO, TRANSPARENTE, COM CONEXÕES DE PADRÃO UNIVERSAL. COM TRAQUÉIA, CONECTORES COLORIDOS (DILUIDORES CODIFICADOS EM SEIS CORES PARA DIFERENTES CONCENTRAÇÕES DE 24%, 28%, 31%, 35%, 40%, 50%), PARA AJUSTE DO PERCENTUAL DE OXIGÊNIO. INCLUI ADAPTADOR ACRÍLICO PARA ENTRADA DE NEBULIZAÇÃO DE ALTA PERFORMANCE, TUBO FLEXÍVEL PARA CONEXÃO DOS DILUIDORES, E TUBO DE OXIGÊNIO COM 2,10M DE COMPRIMENTO COM CONECTOR UNIVERSAL. EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTÉRIL CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, COM REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.APRESENTAÇÃO: JOGO COMPLETO: MÁSCARA + EXTENSÃO + INTERMEDIÁRIA.	UND	GOODCOME	11,32	11.320,00
255	1.000	KIT DE MÁSCARA DE VENTURI, INFANTIL. KIT COMPOSTO POR MÁSCARA CONFECCIONADA EM MATERIAL SILICONIZADO, FLEXÍVEL, RESISTENTE, TRANSPARENTE, QUE PERMITA LIMPEZA POR MÉTODOS USUAIS DE DESINFECÇÃO E ESTERILIZAÇÃO, COM ELÁSTICO RESISTENTE PARA ADEQUAR AO DIÂMETRO DA CABEÇA, COM CONEXÕES ADEQUADAS, QUA SE ADAPTAM A MÁSCARA, E AO SISTEMA DE NEBULIZAÇÃO. MÁSCARA MALEÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, UNIFORME, SEM REBARBAS E COM ACABAMENTO PERFEITO PARA EVITAR LESÕES. COM EXTENSÃO UMIDIFICADOR DE OXIGÊNIO, TRANSPARENTE, COM CONEXÕES DE PADRÃO UNIVERSAL. COM TRAQUÉIA, CONECTORES COLORIDOS (DILUIDORES CODIFICADOS EM SEIS CORES PARA DIFERENTES CONCENTRAÇÕES DE 24%, 28%, 31%, 35%, 40%, 50%), PARA AJUSTE DO PERCENTUAL DE OXIGÊNIO. INCLUI ADAPTADOR ACRÍLICO PARA ENTRADA DE NEBULIZAÇÃO DE ALTA PERFORMANCE, TUBO FLEXÍVEL PARA CONEXÃO DOS DILUIDORES, E TUBO DE OXIGÊNIO COM 2,10M DE COMPRIMENTO COM CONECTOR UNIVERSAL. EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTÉRIL CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, COM REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE. APRESENTAÇÃO: JOGO COMPLETO: MÁSCARA + EXTENSÃO + INTERMEDIÁRIA.	UND	GOODCOME	11,30	11.300,00
256	1.000	KIT SISTEMA DE DRENAGEM DE TÓRAX Nº 14. SISTEMA COMPLETO DE DRENAGEM DE TÓRAX CONTENDO FRASCO PARA DRENAGEM, ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM PVC RÍGIDO E TRANSPARENTE, COM GRADUAÇÃO EM RELEVO A CADA 50ML; EXTENSÃO EM PVC TRANSLÚCIDO, CLAMP PARA INTERRUPÇÃO DE FLUXO E ORDENHA, TAMPA EM POLIETILENO COM SISTEMA DE ROSCA CONTENDO ENTRADA PARA EXTENSÃO RESPIRO; DRENO MEDIASTINAL, FLEXÍVEL, RADIOPACO, ATÓXICO, APIROGÊNICO, MULTI-PERFURADO, NÚMERO 18. COM CAPACIDADE 1.500ML. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E PRAZO DE VALIDADE.	UND	WATERSEAL	23,95	23.950,00

257	1.000	KIT SISTEMA DE DRENAGEM DE TÓRAX Nº 16. SISTEMA COMPLETO DE DRENAGEM DE TÓRAX CONTENDO FRASCO PARA DRENAGEM, ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM PVC RÍGIDO E TRANSPARENTE, COM GRADUAÇÃO EM RELEVO A CADA 50ML; EXTENSÃO EM PVC TRANSLÚCIDO, CLAMP PARA INTERRUPÇÃO DE FLUXO E ORDENHA, TAMPA EM POLIETILENO COM SISTEMA DE ROSCA CONTENDO ENTRADA PARA EXTENSÃO RESPIRO; DRENO MEDIASTINAL, FLEXÍVEL, RADIOPACO, ATÓXICO, APIROGÊNICO, MULTI-PERFURADO, NÚMERO 18. COM CAPACIDADE 1.500ML. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E PRAZO DE VALIDADE.	UND	WATERSEAL	23,95	23.950,00
258	500	KIT SISTEMA DE DRENAGEM DE TÓRAX Nº 18. SISTEMA COMPLETO DE DRENAGEM DE TÓRAX CONTENDO FRASCO PARA DRENAGEM, ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM PVC RÍGIDO E TRANSPARENTE, COM GRADUAÇÃO EM RELEVO A CADA 50ML; EXTENSÃO EM PVC TRANSLÚCIDO, CLAMP PARA INTERRUPÇÃO DE FLUXO E ORDENHA, TAMPA EM POLIETILENO COM SISTEMA DE ROSCA CONTENDO ENTRADA PARA EXTENSÃO RESPIRO; DRENO MEDIASTINAL, FLEXÍVEL, RADIOPACO, ATÓXICO, APIROGÊNICO, MULTI-PERFURADO, NÚMERO 18. COM CAPACIDADE 1.500ML. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E PRAZO DE VALIDADE.	UND	WATERSEAL	27,90	13.950,00
259	500	KIT SISTEMA DE DRENAGEM DE TÓRAX Nº 20. SISTEMA COMPLETO DE DRENAGEM DE TÓRAX CONTENDO FRASCO PARA DRENAGEM, ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM PVC RÍGIDO E TRANSPARENTE, COM GRADUAÇÃO EM RELEVO A CADA 50ML; EXTENSÃO EM PVC TRANSLÚCIDO, CLAMP PARA INTERRUPÇÃO DE FLUXO E ORDENHA, TAMPA EM POLIETILENO COM SISTEMA DE ROSCA CONTENDO ENTRADA PARA EXTENSÃO RESPIRO; DRENO MEDIASTINAL, FLEXÍVEL, RADIOPACO, ATÓXICO, APIROGÊNICO, MULTI-PERFURADO, NÚMERO 20. COM CAPACIDADE 1.500ML. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E PRAZO DE VALIDADE.	UND	WATERSEAL	23,79	11.895,00
260	500	KIT SISTEMA DE DRENAGEM DE TÓRAX Nº 24. SISTEMA COMPLETO DE DRENAGEM DE TÓRAX CONTENDO FRASCO PARADRENAGEM, ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM PVC RÍGIDO E TRANSPARENTE, COM GRADUAÇÃO EM RELEVO A CADA 50ML; EXTENSÃO EM PVC TRANSLÚCIDO, CLAMP PARA INTERRUPÇÃO DE FLUXO E ORDENHA, TAMPA EM POLIETILENO COM SISTEMA DE ROSCA CONTENDO ENTRADA PARA EXTENSÃO RESPIRO; DRENO MEDIASTINAL, FLEXÍVEL, RADIOPACO, ATÓXICO, APIROGÊNICO, MULTI-PERFURADO, NÚMERO 24. COM CAPACIDADE 1.500ML. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E PRAZO DE VALIDADE.	UND	WATERSEAL	23,95	11.975,00
261	500	KIT SISTEMA DE DRENAGEM DE TÓRAX Nº 26. SISTEMA COMPLETO DE DRENAGEM DE TÓRAX CONTENDO FRASCO PARA DRENAGEM, ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM PVC RÍGIDO E TRANSPARENTE, COM GRADUAÇÃO EM RELEVO A CADA 50ML; EXTENSÃO EM PVC TRANSLÚCIDO, CLAMP PARA INTERRUPÇÃO DE FLUXO E ORDENHA, TAMPA EM POLIETILENO COM SISTEMA DE ROSCA CONTENDO ENTRADA PARA EXTENSÃO RESPIRO; DRENO MEDIASTINAL, FLEXÍVEL, RADIOPACO, ATÓXICO, APIROGÊNICO, MULTI-PERFURADO, NÚMERO 26. COM CAPACIDADE 1.500ML. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E PRAZO DE VALIDADE.	UND	WATERSEAL	23,95	11.975,00
262	500	KIT SISTEMA DE DRENAGEM DE TÓRAX Nº 28. SISTEMA COMPLETO DE DRENAGEM DE TÓRAX CONTENDO FRASCO PARA DRENAGEM, ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM PVC RÍGIDO E TRANSPARENTE, COM GRADUAÇÃO EM RELEVO A CADA 50ML; EXTENSÃO EM PVC TRANSLÚCIDO, CLAMP PARA INTERRUPÇÃO DE FLUXO E ORDENHA, TAMPA EM POLIETILENO COM SISTEMA DE ROSCA CONTENDO ENTRADA PARA EXTENSÃO RESPIRO; DRENO MEDIASTINAL, FLEXÍVEL, RADIOPACO, ATÓXICO, APIROGÊNICO, MULTI-PERFURADO, NÚMERO 28. COM CAPACIDADE 1.500ML. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E PRAZO DE VALIDADE.	UND	WATERSEAL	23,95	11.975,00
263	500	KIT SISTEMA DE DRENAGEM DE TÓRAX Nº 30. SISTEMA COMPLETO DE DRENAGEM DE TÓRAX CONTENDO FRASCO PARA DRENAGEM, ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM PVC RÍGIDO E TRANSPARENTE, COM GRADUAÇÃO EM RELEVO A CADA 50ML; EXTENSÃO EM PVC TRANSLÚCIDO, CLAMP PARA INTERRUPÇÃO DE FLUXO E ORDENHA, TAMPA EM POLIETILENO COM SISTEMA DE ROSCA CONTENDO ENTRADA PARA EXTENSÃO RESPIRO; DRENO MEDIASTINAL, FLEXÍVEL, RADIOPACO, ATÓXICO, APIROGÊNICO, MULTI-PERFURADO, NÚMERO 30. COM CAPACIDADE 1.000ML. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E PRAZO DE VALIDADE.	UND	WATERSEAL	23,95	11.975,00
264	1.000	KIT SISTEMA DE DRENAGEM DE TÓRAX Nº 32. SISTEMA COMPLETO DE DRENAGEM DE TÓRAX CONTENDO FRASCO PARA DRENAGEM, ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM PVC RÍGIDO E TRANSPARENTE, COM GRADUAÇÃO EM RELEVO A CADA 50ML; EXTENSÃO EM PVC TRANSLÚCIDO, CLAMP PARA INTERRUPÇÃO DE FLUXO E ORDENHA, TAMPA EM POLIETILENO COM SISTEMA DE ROSCA CONTENDO ENTRADA PARA EXTENSÃO RESPIRO; DRENO MEDIASTINAL, FLEXÍVEL, RADIOPACO, ATÓXICO, APIROGÊNICO, MULTI-PERFURADO, NÚMERO 32. COM CAPACIDADE 1.000ML. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E PRAZO DE VALIDADE.	UND	WATERSEAL	23,95	23.950,00
265	1.000	KIT SISTEMA DE DRENAGEM DE TÓRAX Nº 34. SISTEMA COMPLETO DE DRENAGEM DE TÓRAX CONTENDO FRASCO PARA DRENAGEM, ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM PVC RÍGIDO E TRANSPARENTE, COM GRADUAÇÃO EM RELEVO A CADA 50ML; EXTENSÃO EM PVC TRANSLÚCIDO, CLAMP PARA INTERRUPÇÃO DE FLUXO E ORDENHA, TAMPA EM POLIETILENO COM SISTEMA DE ROSCA CONTENDO ENTRADA PARA EXTENSÃO RESPIRO; DRENO MEDIASTINAL, FLEXÍVEL, RADIOPACO, ATÓXICO, APIROGÊNICO, MULTI-PERFURADO, NÚMERO 34. COM CAPACIDADE 1.000ML. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E PRAZO DE VALIDADE.	UND	WATERSEAL	23,95	23.950,00
267	5.000	KIT SISTEMA DE DRENAGEM DE TÓRAX Nº 38. SISTEMA COMPLETO DE DRENAGEM DE TÓRAX CONTENDO FRASCO PARA DRENAGEM, ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM PVC RÍGIDO E TRANSPARENTE, COM GRADUAÇÃO EM RELEVO A CADA 50ML; EXTENSÃO EM PVC TRANSLÚCIDO, CLAMP PARA INTERRUPÇÃO DE FLUXO E ORDENHA, TAMPA EM POLIETILENO COM SISTEMA DE ROSCA CONTENDO ENTRADA PARA EXTENSÃO RESPIRO; DRENO MEDIASTINAL, FLEXÍVEL, RADIOPACO, ATÓXICO, APIROGÊNICO, MULTI-PERFURADO, NÚMERO 38. COM CAPACIDADE 1.000ML. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E PRAZO DE VALIDADE.	UND	WATERSEAL	23,95	119.750,00
268	1.000	KIT SISTEMA DE DRENAGEM DE TÓRAX Nº 40. SISTEMA COMPLETO DE DRENAGEM DE TÓRAX CONTENDO FRASCO PARA DRENAGEM, ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM PVC RÍGIDO E TRANSPARENTE, COM GRADUAÇÃO EM RELEVO A CADA 50ML; EXTENSÃO EM PVC TRANSLÚCIDO, CLAMP PARA INTERRUPÇÃO DE FLUXO E ORDENHA, TAMPA EM POLIETILENO COM SISTEMA DE ROSCA CONTENDO ENTRADA PARA EXTENSÃO RESPIRO; DRENO MEDIASTINAL, FLEXÍVEL, RADIOPACO, ATÓXICO, APIROGÊNICO, MULTI-PERFURADO, NÚMERO 38. COM CAPACIDADE 1.000ML. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM FACE	UND	WATERSEAL	30,85	30.850,00

		EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E PRAZO DE VALIDADE.				
269	50.000	LÂMINA PARA BISTURI EM AÇO INOX Nº 20. LÂMINA PARA BISTURI CONFECCIONADO EM AÇO INOX DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALADA INDIVIDUALMENTE CONFORME PRAXES DO FABRICANTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATAM DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO.	UND	WILTEX	0,18	9.000,00
289	2.000	LUVA NITRÍLICA CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRÍLICA, COM PALMA ANTIDERRAPANTE, CANO LONGO, TAMANHO G, PRÓPRIA PARA MANUSEIOS DE PRODUTOS QUÍMICOS.	CX	MUCAMBO	12,95	25.900,00
292	7.000	LUVAS DE LÁTEX POWDER FREE G• ANATÔMICAS• BAIXO NÍVEL DE PROTEÍNA DO LÁTEX• SEM TALCO• ANTIDERRAPANTE• APROVADAS PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO (CA)	CX	MUCAMBO	15,05	103.350,00
293	7.000	LUVAS DE LÁTEX POWDER FREE M• ANATÔMICAS• BAIXO NÍVEL DE PROTEÍNA DO LÁTEX• SEM TALCO• ANTIDERRAPANTE• APROVADAS PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO (CA)	CX	MUCAMBO	15,05	103.350,00
294	7.000	LUVAS DE LÁTEX POWDER FREE P• ANATÔMICAS• BAIXO NÍVEL DE PROTEÍNA DO LÁTEX• SEM TALCO• ANTIDERRAPANTE• APROVADAS PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO (CA)	CX	MUCAMBO	15,05	103.350,00
295	1.000	MALHA TUBULAR 10CMX15M - CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO. ELASTICIDADE NO SENTIDO TRANSVERSAL COM ENROLAMENTO UNIFORME EM TODA SUA EXTENSÃO, COMPRESSÃO UNIFORME EM TODA SUA EXTENSÃO PARA MANTER A PROTEÇÃO DO MEMBRO, ALTA RESISTÊNCIA PARA PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE TECIDUAL.	UND	MSO	5,15	5.150,00
296	1.000	MALHA TUBULAR 12CMX15M - CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO. ELASTICIDADE NO SENTIDO TRANSVERSAL COM ENROLAMENTO UNIFORME EM TODA SUA EXTENSÃO, COMPRESSÃO UNIFORME EM TODA SUA EXTENSÃO PARA MANTER A PROTEÇÃO DO MEMBRO, ALTA RESISTÊNCIA PARA PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE TECIDUAL.	UND	MSO	5,55	5.550,00
297	1.000	MALHA TUBULAR 6CMX15M - CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO. ELASTICIDADE NO SENTIDO TRANSVERSAL COM ENROLAMENTO UNIFORME EM TODA SUA EXTENSÃO, COMPRESSÃO UNIFORME EM TODA SUA EXTENSÃO PARA MANTER A PROTEÇÃO DO MEMBRO, ALTA RESISTÊNCIA PARA PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE TECIDUAL.	UND	MSO	3,95	3.950,00
298	1.000	MALHA TUBULAR 8CMX15M - CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO. ELASTICIDADE NO SENTIDO TRANSVERSAL COM ENROLAMENTO UNIFORME EM TODA SUA EXTENSÃO, COMPRESSÃO UNIFORME EM TODA SUA EXTENSÃO PARA MANTER A PROTEÇÃO DO MEMBRO, ALTA RESISTÊNCIA PARA PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE TECIDUAL.	UND	MSO	4,70	4.700,00
299	11.000	MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL. MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM 03 (TRÊS) CAMADAS, SENDO DUAS CAMADAS DE MASLINN E UMA INTERNA FILTRANTE MELT BLOWN, COM A FINALIDADE DE IMPEDIR A PASSAGEM DE FLUÍDO ORGÂNICO E BACTERICIDA. DEVE TER CLIPE NASAL EM TODA A EXTENSÃO DA BORDA, PREGAS HORIZONTAIS PARA FACILITAR A ADAPTAÇÃO E ELÁSTICOS EM AMBOS OS LADOS PARA FIXAÇÃO ATRÁS DA ORELHA. O PRODUTO DEVERÁ SER EMBALADO DE ACORDO COM A PRAXE DO FABRICANTE E CONSTAR EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. (CAIXA COM 50 UNIDADES)	CX	NEVE	4,15	45.650,00
300	50	MASCARA FACIAL DE SILICONE COM COXIM INFLAVEL TAMANHO 01	UND	DAHLHAUSEN	12,60	630,00
313	2.000	ORTOFOSFATO TRISSÓDICO DESINCRUSTANTE EM PÓ 1KG - DETERGENTE DESINCRUSTANTE ALCALINO EM PÓ PARA REMOÇÃO DE DESINCRUSTAÇÕES ORGÂNICAS E INORGÂNICAS DE MATERIAIS E INSTRUMENTOS MÉDICOS-ODONTOLÓGICOS E LABORATORIAIS.	UND	RIOQUIMICA	14,95	29.900,00
317	85.000	PAPEL CREPADO 20X20 cm/Cor verde	UND	CIPAMED	0,050	4.250,00
318	100.000	PAPEL CREPADO 30X30 cm/Cor verde	UND	CIPAMED	0,11	11.000,00
330	1.000	PROTETOR AVULSO PARA TORNEIRINHA DE 3 VIAS DESCARTAVEL.	UND	RMDESC	0,35	350,00
336	2.000	SACO DE LIXO HOSPITALAR LEITOSA CAPACIDADE DE 60 LITROS. PACOTE COM 100 UND	PCT	JUREMA	20,50	41.000,00
337	2.000	SACO DE LIXO HOSPITALAR LEITOSA CAPACIDADE DE 40 LITROS. PACOTE COM 100 UND	PCT	JUREMA	11,90	23.800,00
341	100	SERINGA DE VIDRO 10ML	UND	ARTGLASS	13,50	1.350,00
342	100	SERINGA DE VIDRO 20ML	UND	ARTGLASS	21,10	2.110,00
343	100	SERINGA DE VIDRO 5ML	UND	ARTGLASS	19,75	1.975,00
344	500.000	SERINGA DESCARTÁVEL 01ML COM AGULHA 13 X 4,5 – FEITA EM PLASTICO ATOXICO, ESTERELIZADA E EMBALADA INDIVIDUALMENTE, GRADUAÇÃO FIRME E PERFEITAMENTE LEGIVEL, GRADUADAS DE 0,01ML EM 0,01ML, NUMERADA DE 1ML EM 1ML, BISEL TRIFACETDADO, PROTETOR PLASTICO CUMPRIR A NR 32 MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO.EXIGIVEL A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA NO MOMENTO DO CREDENCIAMENTO PARA COMPROVAÇÃO DE QUE TAIS PRODUTOS ATENDEM A ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NO DESCRITIVO.	UND	SR	0,22	110.000,00
345	300.000	SERINGA DESCARTÁVEL 03ML COM AGULHA 25X7 SERINGA ESTÉRIL DESCARTÁVEL, CAPACIDADE PARA 3ML, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO, TRANSLÚCIDO, ATÓXICO, COM GRADUAÇÃO EXTERNA DE BOA VISUALIZAÇÃO, BICO SIMPLES OU LUER LOCK CENTRAL, ÊMBOLO COM FORMATO ANATÔMICO, PONTEIRA DE BORRACHA ATÓXICA, SILICONIZADA, PERFEITAMENTE AJUSTADA À SERINGA, COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA PORTARIA 1748, DE 30 DE AGOSTO DE 2011 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E EMPREGO DA **NORMA REGULADORA 32** QUE "DISPÕE SOBRE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DOS TRABALHADORES DA ÁREA DA SAÚDE" . EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DA ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UND	INJEX	0,18	54.000,00
347	500.000	SERINGA DESCARTÁVEL 10ML COM AGULHA 25X7- SERINGA ESTÉRIL DESCARTÁVEL, CAPACIDADE PARA 10ML, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO, TRANSLÚCIDO, ATÓXICO, COM GRADUAÇÃO EXTERNA DE BOA VISUALIZAÇÃO, BICO SIMPLES OU LUER LOCK CENTRAL, ÊMBOLO COM FORMATO ANATÔMICO, PONTEIRA DE BORRACHA ATÓXICA, SILICONIZADA, PERFEITAMENTE AJUSTADA À SERINGA, COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA PORTARIA 1748, DE 30 DE AGOSTO DE 2011 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E EMPREGO DA **NORMA REGULADORA 32** QUE "DISPÕE SOBRE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DOS TRABALHADORES DA ÁREA DA SAÚDE" . EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DA ESTERILIZAÇÃO, DATAM DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UND	INJEX	0,32	160.000,00
348	400.000	SERINGA DESCARTÁVEL 20ML COM AGULHA 25X7 - SERINGA ESTÉRIL DESCARTÁVEL, CAPACIDADE PARA 20 ML, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO, TRANSLÚCIDO, ATÓXICO, COM GRADUAÇÃO EXTERNA DE BOA VISUALIZAÇÃO, BICO SIMPLES OU LUER LOCK CENTRAL, ÊMBOLO COM FORMATO ANATÔMICO, PONTEIRA DE BORRACHA ATÓXICA, SILICONIZADA, PERFEITAMENTE AJUSTADA À SERINGA, COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA PORTARIA 1748, DE 30 DE AGOSTO DE 2011 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E EMPREGO DA **NORMA REGULADORA 32** QUE "DISPÕE SOBRE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DOS TRABALHADORES DA	UND	INJEX	0,43	172.000,00

		ÁREA DA SAÚDE". EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DA ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.				
351	100	SERINGA DOSADORA DE VIDRO VOL. 1-20ML	UND	ARTGLASS	30,50	3.050,00
353	300.000	SERINGA PARA INSULINA COM AGULHA FIXA 01 ML AGULHA 8 X 0,3 MM (30G); ESTÉRIL, ATÓXICA, APIROGENICA, LIVRE DE LATEX, DE USO ÚNICO; COM AGULHA FIXA RESIDUAL DE INSULINA ZERO - PERDA MÍNIMA DE MEDICAMENTO,BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA EM TODA SUA EXTENSÃO COM SILICONE GRAU MÉDICO QUE PERMITE MELHOR PENETRAÇÃO DO BISEL E DESLIZE SUAVE DA CÂNULA EM TODO PERCURSO; VOLUME NOMINAL:1,0 ML/ 1CC EQUIVALENTE A 100 UNIDADES (100 U.I.). PORTARIA 1748, DE 30 DE AGOSTO DE 2011 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E EMPREGO DA NORMA REGULADORA 32	UND	INJEX	0,21	63.000,00
356	100	SISTEMA FECHADO DE ASPIRAÇÃO PÓS-OPERATÓRIO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, COM DIÂMETRO DA AGULHA 4,8 MM. EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UND	WILTEX	19,00	1.900,00
357	100	SISTEMA FECHADO DE ASPIRAÇÃO PÓS-OPERATÓRIO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, COM DIÂMETRO DA AGULHA 6,4 MM. EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UND	WILTEX	31,50	3.150,00
358	20.000	SWAB LONGO VAGINAL TIPO COTONETE COM CABO COMPRIDO ESTERILIZADO EM INVÓLUCRO DE PAPEL CONSTITUÍDO DE MATERIAL HIDRÓFILO ABSORVENTE.	UND	BIOSOMA	0,05	1.000,00
374	500	TUBO DE SILICONE REFERÊNCIA 200 – TUBO CIRÚRGICO DE SILICONE RESISTENTE À TRAÇÃO E ESTERILIZÁVEL, ROLO COM 15M (QUINZE METROS) – REFERÊNCIA 200, EMBALADO DE ACORDO COM AS PRAXES DO FABRICANTE, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	RL	PERFITECNICA	19,15	9.575,00

Valor Total:R$3.321.572,20(três milhões trezentos e vinte e um mil quinhentos e setenta e dois reais e vinte centavos).

INJEX INDUSTRIA CIRURGICAS LTDA CNPJ: 59.309.302/0001-99						
	QTDE	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNID.**	**MARCA**	**UNIT**	**TOTAL**
277	1.500	LANCETADOR - APARELHO PARA PERFURAÇÃO DO DEDO COM GRADUAÇÃO DA PROFUNDIDADE DE PERFURAÇÃO, PONTEIRA FIXA, LANCETA DESCARTÁVEL,	UND	INJEX	6,80	10.200,00
285	100.000	LUVA DE PROCEDIMENTOS - TAMANHO G. LUVA PARA PROCEDIMENTOS CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL E POLIURETANO, NÃO ESTÉRIL, AMBIDESTRA, ANTIDERRAPANTE ISENTA DE PULVERIZAÇÃO, ALTA SENSIBILIDADE TÁTIL, FORMATO ANATÔMICO, PUNHO LONGO COM BAINHA, TEXTURA UNIFORME SEM FALHAS. EMBALADAS EM CAIXAS COM 100 (CEM) UNIDADES, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	CX	INJEX	13,60	1.360.000,00
287	52.000	LUVA DE PROCEDIMENTOS - TAMANHO P. LUVA PARA PROCEDIMENTOS CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL E POLIURETANO, NÃO ESTÉRIL, AMBIDESTRA, ANTIDERRAPANTE ISENTA DE PULVERIZAÇÃO, ALTA SENSIBILIDADE TÁTIL, FORMATO ANATÔMICO, PUNHO LONGO COM BAINHA, TEXTURA UNIFORME SEM FALHAS. EMBALADAS EM CAIXAS COM 100 (CEM) UNIDADES, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	CX	INJEX	14,50	754.000,00
288	21.000	LUVA DE PROCEDIMENTOS - TAMANHO PP. LUVA PARA PROCEDIMENTOS CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL E POLIURETANO, NÃO ESTÉRIL, AMBIDESTRA, ANTIDERRAPANTE ISENTA DE PULVERIZAÇÃO, ALTA SENSIBILIDADE TÁTIL, FORMATO ANATÔMICO, PUNHO LONGO COM BAINHA, TEXTURA UNIFORME SEM FALHAS. EMBALADAS EM CAIXAS COM 100 (CEM) UNIDADES, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	CX	INJEX	14,43	303.030,00
369	1.000.000	TIRAS TESTE PARA MEDIR GLICOSE (A CADA 500 TIRAS TESTE PARA MEDIR GLICOSE O PROPONENTE VENCEDOR DEVERÁ OFERECER 01 APARELHO GLICOSIMETRO EM REGIME DE COMODATO)	UND	INJEX	0,26	260.000,00
380	50.000	TUBO PARA COLETA DE SANGUE À VÁCUO 4ML COM EDTA TAMPA ROXA.	UND	INJEX	0,28	14.000,00

Valor Total: R$2.701.230,00, (dois milhões setecentos e um mil duzentos e trinta reais)

LP COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA-EPP CNPJ: 10.832.896/0001-29						
	QTDE	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNID.**	**MARCA**	**UNIT**	**TOTAL**
39	300.000	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 15CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 18 FIOS/CM², COM PESO DE 32,7G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO CRU, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 14.056, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.	UND	NEVE	0,49	147.000,00
51	100	AZUL DE CREZIL BRILHANTE FRASCO COM 100ML.	FRS	NEWPROV	31,00	3.100,00
60	50	BOLA SUIÇA PARA FISIOTERAPIA 55CM.	UND	LIVEUP	59,00	2.950,00
61	50	BOLA SUIÇA PARA FISIOTERAPIA 65CM.	UND	LIVEUP	74,00	3.700,00
62	50	BOLA SUIÇA PARA FISIOTERAPIA 75CM.	UND	LIVEUP	86,50	4.325,00
96	40.000	CATETER NASAL. CATETER NASAL TIPO ÓCULOS PARA OXIGÊNIO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM POLIVINIL, ATÓXICO, FLEXÍVEL E TRANSPARENTE. EMBALADO INDIVIDUALMENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	UND	MEDSONDA	0,69	27.600,00
124	5.000	CLOREXIDINA DEGERMANTE 2% 1000ML	UND	VICPHARMA	7,39	36.950,00
144	20.000	COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO COM CAPACIDADE PARA 2000ML. – BOLSA COLETORA DE URINA (SISTEMA FECHADO) ESTÉRIL, CONTENDO TUBO DE EXTENSÃO MEDINDO 1,20M DE COMPRIMENTO X 07 MM DE DIÂMETRO INTERNO, APRESENTANDO NA EXTREMIDADE DISTAL ADAPTADOR PARA SONDA EM ESCALA E NA EXTREMIDADE PROXIMAL (PRÉ-ADAPTADA A BOLSA) UMA VÁLVULA ANTI-REFLUXO. BOLSA COLETORA EM FORMATO ARREDONDADO NOS CANTOS, COM UMA FACE OPACA E OUTRA TRANSPARENTE, GRADUADA EM ESCALA DE ML, CONTENDO LOCAL PARA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE, TUBO PARA DRENAGEM DE URINA COM CLAMP PLÁSTICO, COLDRE PROTETOR. EMBALADA INDIVIDUALMEN-	UND	MEDGOLDMAN	1,90	38.000,00

		TE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONTENDO EXTERNAMENTE, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE.				
211	2	FEIJÃO INFLÁVEL GRANDE TAMANHO 100X45CM; É INFLÁVEL E POSSUI SISTEMA ANTI-BURST, QUE NÃO ESTOURA QUANDO PERFURADA, ESVAZIANDO LENTAMENTE	UND	LIVEUP	120,00	240,00
238	10	HANDY GRIP MÁSTER EXERCITADOR DE DEDOS/PUNHOS/ANTEBRAÇO: GRIP MACIO E CONFORTÁVEL PARA FORTALECIMENTO DA MÃOS, DEDOS, PUNHOS E ANTEBRAÇOS. FORTALECE O MÚSCULO DAS MÃOS E ANTEBRAÇOS LEVE E PRÁTICO; COR: PRETO; PRODUZIDO EM POLIPROPILENO INJETADO: PROPORCIONA DURABILIDADE AO PRODUTO; CABO ANATÔMICO: É ERGONOMICAMENTE PROJETADO PARA MANTER SUAS MÃOS NA POSIÇÃO APROPRIADA DURANTE O EXERCÍCIO; MOLAS RESISTENTES E COM ALTA DURABILIDADE: CONFERE SEGURANÇA AO USUÁRIO; COM AJUSTE DE PRESSÃO: POSSIBILITA ALTERAR INTENSIDADE DO MOVIMENTO	UND	ARKTUS	20,15	201,50
239	10	HANDY PLUS - EXERCITADOR MÃOS: MULTI EXERCITADOR DE MÃO SISTEMA PARA TREINAMENTO DE FLEXÃO E EXTENSÃO ELASTICA DOS DEDOS, CONJUNTAMENTO OU INDEPENDENTEMENTE GARATNTI 01	UND	CARCI	22,26	222,60
244	100	INCENTIVADORES DE ACRÍLICO INSPIRATÓRIOS A FLUXO	UND	NCS	42,48	4.248,00
245	2.000	IODO POVIDINE DEGERMANTE FRASCO 1000 ML	FRS	VICPHARMA	11,99	23.980,00
270	50.000	LÂMINA PARA BISTURI EM AÇO INOX Nº 21. LÂMINA PARA BISTURI CONFECCIONADO EM AÇO INOX DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALADA INDIVIDUALMENTE CONFORME PRAXES DO FABRICANTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO.	UND	WILTEX	0,21	10.500,00
274	100.000	LÂMINA PARA BISTURI Nº 23. LÂMINA PARA BISTURI CONFECCIONADO EM AÇO CARBONO DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALADA INDIVIDUALMENTE CONFORME PRAXES DO FABRICANTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO.	UND	WILTEX	0,14	14.000,00
276	5.000	LANCETA PARA PUNÇÃO CAPILAR EM AÇO INOX ESTÉRIL, EMBALAGEM EM CAIXA COM 100 (CEM) UNIDADES, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	CX	CRAL	2,60	13.000,00
282	100.000	LUVA CIRÚRGICA Nº 7,5. LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX, FORMATO ANATÔMICO, LUBRIFICADA COM SUBSTÂNCIAS ABSORVÍVEIS PELO ORGANISMO, EMBALADAS EM ENVELOPE ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA MANTER A ESTERILIDADE DO PRODUTO, COMPOSTA DE EMBALAGEM INTERNA DE PAPEL CREPE, COM DOBRAS TRANSVERSAIS QUE PERMITAM A TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA MAIS SEGURA E ENVELOPE EXTERNO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DESCARTÁVEL E ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA COBALTO 60, TAMANHO Nº 7,5. EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	PAR	LEMGRUBER	0,71	71.000,00
286	120.000	LUVA DE PROCEDIMENTOS - TAMANHO M. LUVA PARA PROCEDIMENTOS CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL E POLIURETANO, NÃO ESTÉRIL, AMBIDESTRA, ANTIDERRAPANTE ISENTA DE PULVERIZAÇÃO, ALTA SENSIBILIDADE TÁTIL, FORMATO ANATÔMICO, PUNHO LONGO COM BAINHA, TEXTURA UNIFORME SEM FALHAS. EMBALADAS EM CAIXAS COM 100 (CEM) UNIDADES, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	CX	EMBRAMAC	13,00	1.560.000,00
319	100.000	PAPEL CREPADO 50X50 cm/Cor verde	UND	POLARFIX	0,11	11.000,00
320	100.000	PAPEL CREPADO 60X60 cm/Cor verde	UND	POLARFIX	0,20	20.000,00
335	2.000	SACO DE LIXO HOSPITALAR LEITOSO CAPACIDADE DE 100 LITROS. PACOTE COM 100 UND	PCT	RAVA	29,74	59.480,00
346	300.000	SERINGA DESCARTÁVEL 05ML COM AGULHA - SERINGA ESTÉRIL DESCARTÁVEL, CAPACIDADE PARA 5ML, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO, TRANSLUCIDO, ATÓXICO, COM GRADUAÇÃO EXTERNA DE BOA VISUALIZAÇÃO, BICO SIMPLES OU LUER LOCK CENTRAL, ÊMBOLO COM FORMATO ANATÔMICO, PONTEIRA DE BORRACHA ATÓXICA, SILICONIZADA, PERFEITAMENTE AJUSTADA À SERINGA, COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA PORTARIA 1748, DE 30 DE AGOSTO DE 2011 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E EMPREGO DA **NORMA REGULADORA 32** QUE "DISPÕE SOBRE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DOS TRABALHADORES DA ÁREA DA SAÚDE" . EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DA ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UND	LABOR	0,25	75.000,00
372	100.000	TORNEIRA DESCARTÁVEL 3 (TRÊS) VIAS, COM ROSCA. (TREEWAY), CONSTITUÍDA DE CORPO EM UMA SÓ PEÇA DE POLIURETANO CUJO FORMATO PARA USO REALÇAM PROLONGAMENTOS OCOS, DESTINADOS AO ENCAIXE DE CONDUTOR (EQUIPOS, CATETERES, ETC.) PARA ENTRADA E SAÍDA DE SOLUÇÕES, EXTREMIDADES PROVIDAS DE CONEXÃO LUER – LOCK, ADAPTÁVEL A BOMBA INJETORAS E CATETERES, UTILIZADOS EM EXAMES ANGIOGRÁFICOS, NÚCLEO DE UMA SÓ PEÇA PROVIDO DE PERFURAÇÕES, DEVIDAMENTE SITUADAS EM RELAÇÃO AO CORPO, AFIM DE PERMITIR OU BLOQUEAR O FLUXO DE LIQUIDOS ATRAVÉS DO MOVIMENTO DA MANOPLA QUE DEVERA SER DE MOVIMENTO MACIO E MANUSEIO SUAVE, EMBALAGEM EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E OU OUTRO COMPATÍVEL COM O MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO, CONTENDO DADOS COMO: CONTEUDO, MATÉRIA – PRIMA, MARCA E FABRICANTE, PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO E DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UND	POLYMED	0,39	39.000,00

Valor Total:R$ 2.165.497,10(dois milhões cento e sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e sete reais dez centavos)

NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA CNPJ: 52.202.744/0001-92						
	QTDE	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNID.**	**MARCA**	**UNIT**	**TOTAL**
5	2.500	ÁGUA DESTILADA ESTÉRIL 1000ML	FRS	JP	3,38	8.450,00
7	100	AGUÁ OXIGENADA 10 VOLUMES 1000ML	FRS	RIOQUIMICA	2,70	270,00
28	1.000	ALMOTOLIA BICO RETO - 250ML. ALMOTOLIA PLÁSTICA, DE COR ÂMBAR/MARROM, PROTETOR ACOPLADO AO BICO RETO E TAMPA ROSCA, COM CAPACIDADE DE 250ML, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA.	UND	HITOPLAST	1,50	1.500,00
29	1.000	ALMOTOLIA BICO RETO – 250ML. ALMOTOLIA PLÁSTICA, TRANSPARENTE, PROTETOR ACOPLADO AO BICO RETO E TAMPA ROSCA, COM CAPACIDADE DE 250ML; EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA.	UND	HITOPLAST	1,50	1.500,0
35	5.000	APARELHO PARA TRICOTOMIA EM AÇO INOX, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA.	UND	MUTILINK	0,39	1.950,00
41	1.000	ATADURA DE RAYON 7,5 CM X 5 METROS - CONFECCIONADA EM FIBRAS SINTÉTICAS 100% RAYON. LIVRE DE IMPUREZAS, RASGOS, FIOS SOLTAS E MANCHAS ATÓXICA E APIROGÊNICO. INDICADO PARA CURATIVOS OU ONDE NECESSITE DE ALTA ABSORÇÃO E BAIXA ADERÊNCIA TECIDUAL.	UND	POLAR FIX	2,75	2.750,0

99	20	CATETER PARA EMBOLECTOMIA ARTERIAL N° 02, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	UND	BCI MEDICAL	104,00	2.080,00
100	20	CATETER PARA EMBOLECTOMIA ARTERIAL N° 03, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	UND	BCI MEDICAL	134,85	2.697,00
101	30	CATETER PARA EMBOLECTOMIA ARTERIAL N° 04, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	UND	BCI MEDICAL	134,85	4.045,50
102	20	CATETER PARA EMBOLECTOMIA ARTERIAL N° 05, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	UND	BCI MEDICAL	94,00	1.880,00
103	20	CATETER PARA EMBOLECTOMIA ARTERIAL N° 06, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	UND	BCI MEDICAL	94,00	1.880,00
104	20	CATETER PARA EMBOLECTOMIA ARTERIAL N° 07, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	UND	BCI MEDICAL	94,00	1.880,00
105	100	CATETER PARA EMBOLECTOMIA ARTERIAL, CONFECCIONADO EM PVC, ATÓXICO,FLEXÍVEL, ESTERIL, TAMANHO: 2 FR - 60 CM DE COMPRIMENTO, COM ALMA METÁLICA,TIPO "FOGARTY" OU SIMILAR. EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA. A APRESENTAÇÃO DO MATERIAL DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE.	UND	BCI MEDICAL	134,85	13.485,00
106	100	CATETER PARA EMBOLECTOMIA ARTERIAL, CONFECCIONADO EM PVC, ATÓXICO,FLEXÍVEL, ESTERIL, TAMANHO: 3 FR - 80 CM DE COMPRIMENTO, COM ALMA METÁLICA,TIPO "FOGARTY" OU SIMILAR. EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA. A APRESENTAÇÃO DO MATERIAL DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE.	UND	BCI MEDICAL	94,00	9.400,00
107	100	CATETER PARA EMBOLECTOMIA ARTERIAL, CONFECCIONADO EM PVC, ATÓXICO,FLEXÍVEL, ESTERIL, TAMANHO: 4 FR - 80 CM DE COMPRIMENTO, COM ALMA METÁLICA,TIPO "FOGARTY" OU SIMILAR. EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA. A APRESENTAÇÃO DO MATERIAL DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE.	UND	BCI MEDICAL	94,00	9.400,00
108	100	CATETER PARA EMBOLECTOMIA ARTERIAL, CONFECCIONADO EM PVC, ATÓXICO,FLEXÍVEL, ESTERIL, TAMANHO: 5 FR - 80 CM DE COMPRIMENTO, COM ALMA METÁLICA,TIPO "FOGARTY" OU SIMILAR. EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA. A APRESENTAÇÃO DO MATERIAL DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE.	UND	BCI MEDICAL	94,00	9.400,00
109	100	CATETER PARA EMBOLECTOMIA ARTERIAL, CONFECCIONADO EM PVC, ATÓXICO,FLEXÍVEL, ESTERIL, TAMANHO: 6 FR - 80 CM DE COMPRIMENTO, COM ALMA METÁLICA,TIPO "FOGARTY" OU SIMILAR. EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA. A APRESENTAÇÃO DO MATERIAL DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE.	UND	BCI MEDICAL	94,00	9.400,00
110	100	CATETER PARA EMBOLECTOMIA ARTERIAL, CONFECCIONADO EM PVC, ATÓXICO,FLEXÍVEL, ESTERIL, TAMANHO: 7 FR - 80 CM DE COMPRIMENTO, COM ALMA METÁLICA,TIPO "FOGARTY" OU SIMILAR. EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA. A APRESENTAÇÃO DO MATERIAL DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE.	UND	BCI MEDICAL	134,85	13.485,00
129	100	COLAR CERVICAL AJUSTÁVEL INFANTIL TAMANHO G: PARA AJUDAR A ESTABILIZAÇÃO DA COLUNA CERVICAL DE VITIMAS COM SUSPEITA DE TRAUMA RAQUE-MEDULAR. FIXADAS COM TRAVAS DE REGULAGEM E DE BOTÃO DE SEGURANÇA, FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE INJETADO COM ESPUMA TIPO E.V.A. DEVE POSSUIR ABERTURA FRONTAL PARA VERIFICAÇÃO DO PULSO CARÓTIDEO E REALIZAÇÃO DE PRODEDIMENTO DE TRAQUEOSTOMIA E CRICOTIREOSTOMIA E ABERTURA POSTERIOR PARA ASCESSO A REGIÃO DA NUCA E DRENAGEM DE FUIDOS. DEVE POSSUIR APOIO DE MENTO PRÉ-MOLDADO E DOBRÁVEL PARA LIBERAR O ASCESSO A BOCA DA VITIMA, PARA A REALIZAÇÃO DE PROCESIMENTOS DE INTUBAÇÃO. DEVE SER ARMAZENÁVEL EM FORMA PLANA PARA OTIMIZAR O ESPAÇO OCUPADO, SEM CADIOTRANSLÚCIDO PARA SER UTILZADO EM EQUIPAMENTOS DE RAIO-X, TOMOGRÁFIA COMPUTADORIZADA E RESSONÂCIA MAGNÉTICA, SEM QUE PROMOVA A ALTERAÇÃO DA VITIMA.	UND	ORTOCENTER	14,00	1.400,00
175	100	DRENO DE KHER Nº18, CONFECCIONADO EM LATEX NATURAL, DESCARTAVEL, ESTERIL, ATOXICO, FLEXIVEL, FORMATO TUBULAR, UNIFORME EM TODA A SUA EXTENSÃO, COM PAREDES FINAS E MALEAVEIS. EMABALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRRURGICO, ABERTURA EM PÉTALA. NA EMBALAGEM DEVERÁ ESTAR IMPRESSO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALODADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UND	CIR. BRASIL	10,00	1.000,00
176	100	DRENO DE KHER Nº20, CONFECCIONADO EM LATEX NATURAL, DESCARTAVEL, ESTERIL, ATOXICO, FLEXIVEL, FORMATO TUBULAR, UNIFORME EM TODA A SUA EXTENSÃO, COM PAREDES FINAS E MALEAVEIS. EMABALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRRURGICO, ABERTURA EM PÉTALA. NA EMBALAGEM DEVERÁ ESTAR IMPRESSO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALODADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UND	CIR. BRASIL	10,00	1.000,00
195	5.000	ESCOVA DEGERMANTE COM PVPI. ESCOVA DUPLA FACE, COMPOSTA DE CORPO PLÁSTICO FLEXÍVEL, CERDAS MACIAS, CAPAZ DE FAVORECER LIMPEZA DA PELE SEM CAUSAR ABRASÃO E DE ESPONJA DE POLIURETANO UNIFORMEMENTE IMPREGNADA COM PVPI. O CONJUNTO DEVERÁ SER ATÓXICO, APIROGENICO, LIVRE DE QUALQUER DEFEITO QUE PREJUDIQUE SUA UTILIZAÇÃO. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UND	RIOQUIMICA	1,30	6.500,00
266	5.000	KIT SISTEMA DE DRENAGEM DE TÓRAX Nº 36. SISTEMA COMPLETO DE DRENAGEM DE TÓRAX CONTENDO FRASCO PARA DRENAGEM, ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM PVC RÍGIDO E TRANSPARENTE, COM GRADUAÇÃO EM RELEVO A CADA 50ML; EXTENSÃO EM PVC TRANSLÚCIDO, CLAMP PARA INTERRUPÇÃO DE FLUXO E ORDENHA, TAMPA EM POLIETILENO COM SISTEMA DE ROSCA CONTENDO ENTRADA PARA EXTENSÃO RESPIRO; DRENO MEDIASTINAL, FLEXÍVEL, RADIOPACO, ATÓXICO, APIROGÊNICO, MULTI-PERFURADO, NÚMERO 36. COM CAPACIDADE 1.000ML. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E PRAZO DE VALIDADE.	UND	BIONAL	27,70	138.500,00
279	32.000	LUVA CIRÚRGICA Nº 6,5. LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX, FORMATO ANATÔMICO, LUBRIFICADA COM SUBSTÂNCIAS ABSORVÍVEIS PELO ORGANISMO, EMBALADAS EM ENVELOPE ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA MANTER A ESTERILIDADE DO PRODUTO, COMPOSTA DE EMBALAGEM INTERNA DE PAPEL CREPE, COM DOBRAS TRANSVERSAIS QUE PERMITAM A TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA MAIS SEGURA E ENVELOPE EXTERNO EM PAPEL GRAU CIRURGICO, DESCARTÁVEL E ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA COBALTO 60, TAMANHO Nº 6,5. EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE	PAR	LEMGRUBER	0,80	25.600,00

281	80.000	LUVA CIRÚRGICA Nº 7,0. LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX, FORMATO ANATÔMICO, LUBRIFICADA COM SUBSTÂNCIAS ABSORVÍVEIS PELO ORGANISMO, EMBALADAS EM ENVELOPE ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA MANTER A ESTERILIDADE DO PRODUTO, COMPOSTA DE EMBALAGEM INTERNA DE PAPEL CREPE, COM DOBRAS TRANSVERSAIS QUE PERMITAM A TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA MAIS SEGURA E ENVELOPE EXTERNO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DESCARTÁVEL E ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA COBALTO 60, TAMANHO Nº 7,0. EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	PAR	LEMGRUBER	0,80	64.000,00
283	100.000	LUVA CIRÚRGICA Nº 8,0. LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX, FORMATO ANATÔMICO, LUBRIFICADA COM SUBSTÂNCIAS ABSORVÍVEIS PELO ORGANISMO, EMBALADAS EM ENVELOPE ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA MANTER A ESTERILIDADE DO PRODUTO, COMPOSTA DE EMBALAGEM INTERNA DE PAPEL CREPE, COM DOBRAS TRANSVERSAIS QUE PERMITAM A TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA MAIS SEGURA E ENVELOPE EXTERNO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DESCARTÁVEL E ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA COBALTO 60, TAMANHO Nº 8,0. EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	PAR	LEMGRUBER	0,80	80.000,00
284	51.000	LUVA CIRÚRGICA Nº 8,5. LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX, FORMATO ANATÔMICO, LUBRIFICADA COM SUBSTÂNCIAS ABSORVÍVEIS PELO ORGANISMO, EMBALADAS EM ENVELOPE ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA MANTER A ESTERILIDADE DO PRODUTO, COMPOSTA DE EMBALAGEM INTERNA DE PAPEL CREPE, COM DOBRAS TRANSVERSAIS QUE PERMITAM A TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA MAIS SEGURA E ENVELOPE EXTERNO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DESCARTÁVEL E ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA COBALTO 60, TAMANHO Nº 8,5. EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	PAR	LEMGRUBER	0,72	36.720,00
306	5.000	MASCARA PARA TUBERCULOSE – RESPIRADOR N°95 DOBRÁVEL CONSTITUÍDO DE FILTRO DE NÃO TECIDO (TNT), COMPOSTO DE FIBRAS SINTÉTICAS SOBREPOSTAS ALEATORIAMENTE O RESPIRADOR É FABRICADO EM PEÇA ÚNICA, COM CAMADA FILTRASTE TRATADA ELETROSTATICAMENTE E PROTEGIDA EXTERNAMENTE POR CAMADA DE TNT. SUAS PARTES INCORPORADAS POR SISTEMA E SOLDAGEM ELETRÔNICA E CLIP NASAL POSSIBILITA O AJUSTE A FACE MANTENDO A VEDAÇÃO DO RESPIRADOR A FIXAÇÃO DE DUPLO ELÁSTICO EM PRESILHAS PLÁSTICAS A CORRETA COLOCAÇÃO E AJUSTE DA SELAGEM DO RESPIRADOR O RESPIRADOR N°95 CONTA COM UMA CAMADA DE SPUMBONDER DE CONFORTO PARA PROTEÇÃO DA PELE DO TRABALHADOR INDICADO PARA PROTEÇÃO DA VIAS RESPIRATÓRIAS EM AMBIENTES HOSPITALARES CONTRA A PRESENÇA DE AERODISPERSOIDES E BACILOS DA TUBERCULOSE, APLICANDO – SE AINDA CONTRA FUMO, NEVOAS E POEIRAS TÓXICAS COMO FIBRAS DE VIDRO, PÓ DE CARVÃO, CHUMBO, FERRO, SÍLICA, ALUMÍNIO E CONTRA POEIRAS TÓXICAS. EMBALAGEM CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E VALIDADE. CAIXA COM 50 UNIDADES	CX	3M	96,00	480.000,00
307	200	MICRONEBULIZADOR INFANTIL, PARA OXIGENIO, COM CORPO E COPO INQUEBRAVEL, INJETOR DE POLIPROPILENO, CONEXÕES DE EXTENSÃO ADAPTÁVEL DE ROSCA COM VÁLVULA DE ESCAPE, EXTENSÃO EM TUBO PVC, COM 1,30M DE COMPRIMENTO E MALEÁVEL ATÓXICO, MASCARA DE SILICONE MALEÁVEL. O PRODUTO DEVERÁ SER EMBALADO DE ACORDO COM A PRAXE DO FABRICANTE E CONSTAR EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UND	DARU	6,44	1.288,00
308	500	MICRONEBULIZADOR PARA OXIGÊNIO ADULTO, COM CORPO E COPO INQUEBRAVEL, INJETOR DE POLIPROPILENO, CONEXÕES DE EXTENSÃO ADAPTÁVEL DE ROSCA COM VÁLVULA DE ESCAPE, EXTENSÃO EM TUBO PVC COM 1,30M DE COMPRIMENTO E MALEÁVEL ATÓXICO, MASCARA DE SILICONE MALEÁVEL. O PRODUTO DEVERÁ SER EMBALADO DE ACORDO COM A PRAXE DO FABRICANTE E CONSTAR EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UND	DARU	6,44	3.220,00
321	80.000	PAPEL CREPADO 75X75 cm/Cor verde	UND	AMCOR	0,58	46.400,00
338	500	SALTO ORTOPÉDICO TAMANHO M – SALTO ORTOPÉDICO TAMANHO MÉDIO, CONFECCIONADO EM BORRACHA RESISTENTE. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UND	MSO	0,82	410,00
339	500	SALTO ORTOPÉDICO TAMANHO P – SALTO ORTOPÉDICO TAMANHO PEQUENO, CONFECCIONADO EM BORRACHA RESISTENTE. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UND	MSO	0,9*3	465,00
340	100	SALTO ORTOPÉDICO, TAMANHO G – SALTO ORTOPÉDICO TAMANHO GRANDE, CONFECCIONADO EM BORRACHA RESISTENTE. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UND	MSO	1,29	129,00
352	3.000	SERINGA PARA GASOMETRIA COM AGULHA DE SEGURANÇA (COM HEPARINA LITICA), KIT ESTERELIZADO A RADIAÇÃO GAMA, CONTENDO SERINGA EM POLIPROPILENO DE ALTA DENSIDADE, LIVRE DE LÁTEX, TRANSPARENTE, GRADUADA EM 3,0ML (VOLUME ASPIRAÇÃO 1,6ML DE ACORDO COM O IFRCC), SILICONIZADA, COM BICO LUER-LOK, POSSUE MEMBRANA POROSA INTERNA AUTO-VEDANTE. ACOMPANHADA DE : AGULHA 25X7 (22G) EM AÇO INOXIDÁVEL COM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO INCOLOR COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA QUE APÓS O USO DEVERÁ SER ACIONADO RECOBRINDO COMPLETAMENTE A AGULHA GARANTINDO TOTAL BIOSSEGURANÇA. TAMPA ADAPTÁVEL AO BICO DA SERINGA.	UND	BD VANCUTAINER	3,79	11.370,00
355	100	SISTEMA FECHADO DE ASPIRAÇÃO PÓS-OPERATÓRIO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, COM DIÂMETRO DA AGULHA 3,2 MM. EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UND	BIONAL	21,00	2.100,00
367	100	TESTE INDICADOR QUÍMICO MULTIPARAMÉTRICO PARA VAPOR. EMBALAGEM COM 240 TIRAS DE 1,5CMX20CM. PAPEL IMPRESSO COM TINTA COMPOSTA DE SUBSTÂNCIA QUÍMICA QUE MUDA DE COR APÓS O PROCESSO DE ESTERELIZAÇÃO A VAPOR	CX	3M	70,00	7.000,00
381	1.000	TUBO PARA COLETA DE SANGUE INFANTIL COM GEL SEPARADOR EM POLIPROPILENO PARA MICROCOLETA DE SANGUE, LINHAS DEMARCADAS COM CAPACIDADE ATÉ 60 MICROLITROS DE SANGUE COM BICO COLETOR ACOPLADO AO TUBO E TAMPA PLÁSTICA.	UND	BD VANCUTAINER	2,88	2,880,00

Valor Total: 1.005.434,50, (um milhão cinco mil quatrocentos e trinta e quatro reais cinqüenta centavos)

NORGE PHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS CNPJ: 08.139.622/0001-07						
	QTDE	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNID.**	**MARCA**	**UNIT**	**TOTAL**
81	30	CAPACETE DE ACRILICO HOOD 10 LITROS.	UND	PROTEC	408,00	12.240,00
82	30	CAPACETE DE ACRILICO HOOD 5 LITROS.	UND	PROTEC	354,49	10.634,70
89	1.000	CATETER INTRAVENOSO CENTRAL LONGA PERMANÊNCIA TAMANHO 22GA X 8IN - NEONATAL. CATETER INTRAVENOSO DE LONGA DURAÇÃO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM TEFLON, RADIOPACO, ATÓXICO, FLEXÍVEL, COM CÂMARA DE REFLUXO E DISPOSITIVO TIPO LUER E FIO GUIA (MANDRIL). O CATETER DEVE ESTAR DENTRO DE UMA AGULHA OCA, BISELADA E DEVE TER UM INVÓLUCRO PLÁSTICO DE PROTEÇÃO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL	UND	ARGON	67,00	67.000,00

		GRAU CIRÚRGICO E POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE.				
135	100	COLCHÃO HOSPITALAR BERÇO 080X038X010 COM CAPA IMPERMEÁVEL	UND	ZEDAMED	70,00	7.000,00
136	100	COLCHÃO HOSPITALAR BERÇO 1.20X080X010 COM CAPA IMPERMEÁVEL	UND	ZEDAMED	195,00	19.500,00
137	40	COLCHÃO PARA INCUBADORA COM CAPA IMPERMEÁVEL	UND	ZEDAMED	23,00	920,00
138	500	COLCHÃO PARA MACA 1.80X060X0,05 COM CAPA IMPERMEÁVEL	UND	ZEDAMED	107,99	53.995,00
151	10.000	COMPRESSA CIRÚRGICA 45X50CM, CONFECCIONADAS COM FIOS QUADRUPLO SOBREPOSTO TIPO TELA, FIXADAS ENTRE SI, DE FORMA A EVITAR DESLIZAMENTO DAS CAMADAS COM NO MINIMO	PCT	MINAS TEXTIL	61,00	610.000,00
212	2	FEIJÃO INFLÁVEL PEQUENO TAMANHO 90X45CM É INFLÁVEL E POSSUI SISTEMA ANTI-BURST, QUE NÃO ESTOURA QUANDO PERFURADA, ESVAZIANDO LENTAMENTE	UND	LIVE UP	130,00	260,00

Valor Total:R$ 781.549,70,(setecentos e oitenta e um mil, quinhentos e quarenta e nove reais e setenta centavos)

RINALDI & COGO CNPJ: 07.269.677/0001-79

	QTDE	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MARCA	UNIT	TOTAL
15	300.000	AGULHA HIPODÉRMICA ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CALIBRE 25 X 7, DE USO ÚNICO; CONSTITUÍDA POR TUBO DE AÇO INOX AIXI 304 (NBR 5601) DE FORMATO CILÍNDRICO, RETA, OCA, COM BISEL TRI FACETADO E AFIADO CENTRALIZADO AO LONGO DO EIXO CENTRAL LONGITUDINAL DO CANHÃO; COM CANHÃO CONSTITUÍDO EM POLIPROPILENO (PLÁSTICO) COM FORMATO E DIMENSÕES UNIVERSALMENTE ACEITOS QUE PROPORCIONE ENCAIXE PERFEITO DE CONDUTORES (SERINGAS, CATETERES, EQUIPOS, ETC.) 6% DE CONICIDADE NA PARTE INTERNA E COLORAÇÃO SEGUNDO NBR 9259/86; PROTETOR DE POLIPROPILENO (PLÁSTICO) PROJEÇÃO INTERNA QUE MANTÉM AGULHA CENTRADA COM PARTE DISPONÍVEL DO CANHÃO EXTERIORIZADA AFIM DE PERMITIR ACOPLAMENTO À SERINGA SEM CONTATO MANUAL COM PERFEITA ADAPTAÇÃO AO CANHÃO, AGULHA DEVERÁ SER DEVIDAMENTE NIVELADA, POLIDA, RESISTENTE, ISENTA DE ASPEREZA E/OU ONDULAÇÕES, LUBRIFICADA COM SILICONE DE PUREZA FARMACÊUTICA GRAU MÉDICO-HOSPITALAR, TER LUMEN LIMPO, SEM MATERIAIS ESTRANHOS, REBARBAS OU RESÍDUOS DE MANUFATURA DO AÇO; FIXAÇÃO E VEDAÇÃO AO CANHÃO CONFORME NBR 9259/86; CALIBRE 25X7, PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS (IM/EV/SC E/OU ID), AGULHA DE DIÂMETRO 26G, COMPRIMENTO DE 4,5CM, COLORAÇÃO MARROM, EMBALAGEM INDIVIDUAL E INVOLUCRO APROPRIADO, PAPEL GRAU CIRÚRGICO OU COMBINAÇÃO DESTE COM FILME TERMOPLÁSTICO COMPATÍVEL COM MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO, ASSEGURAR ESTERILIDADE DO PRODUTO NO TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO E USO E FAVORECER ABERTURA E TRANSFERÊNCIA DO CONTEÚDO COM TÉCNICA ASSÉPTICA; EMBALAGEM EM CAIXA COM 100 (CEM) UNIDADES.	UND	DESCARPACK	0,04	12.000,00
16	180.000	AGULHA HIPODÉRMICA ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CALIBRE 25 X 8, CONSTITUÍDA POR TUBO DE AÇO INOX AISI 304 (NBR 5601) DE FORMATO CILÍNDRICO, RETA, OCA, COM BISEL TRIFACETADO E AFIADO CENTRALIZADO AO LONGO DO EIXO CENTRAL LONGITUDINAL DO CANHÃO CONSTITUÍDO EM POLIPROPILENO (PLÁSTICO) COM FORMATO E DIMENSÕES UNIVERSALMENTE ACEITOS QUE PROPORCIONE ENCAIXE PERFEITO DE CONDUTORES (SERINGAS, CATETERES, EQUIPOS, ETC) 6% DE CONICIDADE NA PARTE INTERNA E COLORAÇÃO SEGUNDO NBR 9259/86; PROTETOR DE POLIPROPILENO (PLÁSTICO) PROJEÇÃO INTERNA QUE MANTÉM AGULHA CENTRADA COM PARTE DISPONÍVEL DO CANHÃO EXTERIORIZADA AFIM DE PERMITIR ACOPLAMENTO À SERINGA SEM CONTATO MANUAL COM PERFEITA ADAPTAÇÃO AO CANHÃO, AGULHA DEVERÁ SER DEVIDAMENTE NIVELADA, POLIDA, RESISTENTE, ISENTA DE ASPEREZAS E/OU ONDULAÇÕES, LUBRIFICADA COM SILICONE DE PUREZA FARMACÊUTICA GRAU MÉDICO-HOSPITALAR, TER LUMEN LIMPO, SEM MATERIAIS ESTRANHOS, REBARBAS OU RESÍDUOS DE MANUFATURA DO AÇO, FIXAÇÃO E VEDAÇÃO AO CANHÃO CONFORME NBR 9259/86, CALIBRE 25X8, PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS (IM/EV/SC E/OU ID), AGULHA DE DIÂMETRO 21G, COMPRIMENTO DE 8,0 CM, COLORAÇÃO VERDE, EMBALAGEM INDIVIDUAL E INVÓLUCRO APROPRIADO, PAPEL GRAU CIRÚRGICO OU COMBINAÇÃO DESTE COM FILME TERMOPLÁSTICO COMPATÍVEL COM MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO, ASSEGURAR ESTERILIDADE DO PRODUTO A TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO E USO E FAVORECER ABERTURA E TRANSFERÊNCIA DO CONTEÚDO COM TÉCNICA ASSÉPTICA; EMBALAGEM EM CAIXA COM 100 (CEM) UNIDADES.	UND	DESCARPACK	0,04	7.200,00
32	500	APARELHO DE PRESSÃO ADULTO COM ESTETOSCÓPIO.	UND	PREMIUM	45,99	22.995,00
44	30.000	ATADURA GESSADA MEDINDO 20CM DE LARGURA POR 4M DE COMPRIMENTO, ENROLADA EM TUBETE DE PLÁSTICO, COM GESSO UNIFORMEMENTE IMPREGNADO SOBRE UMA TELA DE TECIDO TIPO GIRO-INGLÊS 100% ALGODÃO E LATERAL COM CORTE SINUOSO PARA EVITAR DESFIAMENTO. DEPOIS DE MOLHADA COM ÁGUA, A ATADURA GESSADA DEVE APRESENTAR TEXTURA SUAVE, CREMOSA E LIVRE DE ARENOSIDADE AO TATO. O TEMPO DE ENDURECIMENTO DEVE SER DE NO MÁXIMO 7 MINUTOS. EMBALADA INDIVIDUALMENTE E ACONDICIONADA EM CAIXAS COM 20 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 14.852, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO. COMPOSIÇÃO AS ATADURAS ORTOPÉDICAS SÃO ELABORADAS A PARTIR DE FIBRAS 100% ALGODÃO CRU, TRANSFORMADAS EM ROLOS DE MANTAS UNIFORMES. AS ATADURAS ORTOPÉDICAS POSSUEM UMA CAMADA DE GOMA.	UND	NEVE	2,00	60.000,00
45	10.000	ATADURA ORTOPÉDICA DE ALGODÃO HIDRÓFOBO TAMANHO 10CM X 1,00M ELABORADAS A PARTIR DE FIBRAS 100% ALGODÃO CRU, EM ROLOS DE MANTAS UNIFORMES, COM CAMADA DE GOMA APLICADA EM UMA DAS FACES, ENROLADA SOBRE SI, ENVOLVIDA EM PAPEL ACETINADO, ISENTA DE AMIDO E ACONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 15.620, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.	UND	ORTOFEN	0,28	2.800,00
46	20.000	ATADURA ORTOPÉDICA DE ALGODÃO HIDRÓFOBO TAMANHO 15CM X 1,00M ELABORADAS A PARTIR DE FIBRAS 100% ALGODÃO CRU, EM ROLOS DE MANTAS UNIFORMES, COM CAMADA DE GOMA APLICADA EM UMA DAS FACES, ENROLADA SOBRE SI, ENVOLVIDA EM PAPEL ACETINADO, ISENTA DE AMIDO E ACONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 15.620, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.	UND	ORTOFEN	0,35	7.000,00
47	20.000	ATADURA ORTOPÉDICA DE ALGODÃO HIDRÓFOBO TAMANHO 20CM X 1,00M ELABORADAS A PARTIR DE FIBRAS 100% ALGODÃO CRU, EM ROLOS DE MANTAS UNIFORMES, COM CAMADA DE GOMA APLICADA EM UMA DAS FACES, ENROLADAB SOBRE SI, ENVOLVIDA EM PAPEL ACETINADO, ISENTA DE AMIDO E ACONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO INDIVIDUAL. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 15.620, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.	UND	ORTOFEN	0,50	10.000,00
73	25	CABO PARA BISTURI N°3/ de inox /suportar autoclavagem	UND	ABC	5,90	147,50
74	25	CABO PARA BISTURI N°4 de inox /suportar autoclavagem	UND	ABC	5,90	147,50

90	10.000	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO PARA INFUSÃO DE MÉDIA PERMANÊNCIA 14G. CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO EM POLIURETANO, RADIOPACO, COM AGULHA DE AÇO INOXIDÁVEL, COM BISEL DE DESENHO EM V, CÂMARA DE REFLUXO PLÁSTICO TRANSPARENTE E CÂNULA DE POLIURETANO TRANSPARENTE, CALIBRE 14G AX 1,88 “, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	UND	SOLIDOR	1,00	10.000,00
140	1.500	COLETOR DE URINA DESCARTÁVEL TIPO SACO, FABRICADO EM MATERIAL DE POLIETILENO TRANSPARENTE, ATÓXICO, RESISTENTE; GRADUADO A CADA 100 ML COM CAPACIDADE DE 2000 ML; SISTEMA DE FECHAMENTO DA "BOCA" DO COLETOR ATRAVÉS DE UM CORDÃO FIXADO NO SISTEMA; IDENTIFICADO COM DATA DA COLETA, NOME DO PACIENTE, QUARTO E NOME DO MÉDICO; NÃO ESTÉRIL; EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	PCT	MAXICOR	16,00	24.000,00
141	1.000	COLETOR DE URINA INFANTIL FEMININO COM 100 UND	PCT	MARK MED	6,00	6.000,00
142	1.000	COLETOR DE URINA INFANTIL MASCULINO COM100 UND.	PCT	MARK MED	6,00	6.000,00
145	10.000	COLETOR PARA MATERIAL PÉRFURO-CORTANTE COM CAPACIDADE PARA 07L (SETE LITROS), COM ALÇA, CONFECCIONADO EM PAPELÃO ONDULADO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA.	UND	DESCARBOX	2,60	26.000,00
146	10.000	COLETOR PARA MATERIAL PÉRFURO-CORTANTE COM CAPACIDADE PARA 13L (TREZE LITROS), COM ALÇA, CONFECCIONADO EM PAPELÃO ONDULADO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA.	UND	DESCARBOX	3,05	30.500,00
147	10.000	COLETOR PARA MATERIAL PÉRFURO-CORTANTE COM CAPACIDADE PARA 20L (VINTE LITROS), COM ALÇA, CONFECCIONADO EM PAPELÃO ONDULADO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA.	UND	DESCARBOX	4,19	41.900,00
152	10.000	COMPRESSA GAZE HIDRÓFILA TIPO QUEIJO NÃO ESTÉRIL MEDINDO 91CM DE LARGURA POR 91M DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM², CONFECCIONADA COM FIOS 100% ALGODÃO EM TECIDO TIPO TELA, COMPOSTA POR 3 DOBRAS E 8 CAMADAS, UNIFORMEMENTE ENROLADAS SOBRE SI, ALTAMENTE ABSORVENTE, ALVEJADA E ISENTA DE IMPUREZAS, SUBSTÂNCIAS GORDUROSAS, AMIDO, CORANTES CORRETIVOS E ALVEJANTES ÓPTICOS. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM SACO PLÁSTICO COM PESO MÍNIMO DE 1,8KG. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 14. 108, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO., CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, CONFORME CÓDIGO DE DEFESA AO CONSUMIDOR.	RL	ALBUS	20,90	209.000,00
163	100.000	DISPOSITIVO DE ACESSO AO SISTEMA VENOSO PERIFERICO Nº 19, CONECTOR PROXIMAL LUER LOCK FEMEA COM RAMPA ROSQUEAVEL. TUBO EM PVC FLEXIVEL COLORIDO, CANULA TRIFACETADA EM INOX SILICONIZADA COM PROTETOR. APRESENTAÇÃO COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA EM CONFORMIDADE COM NR-32	UND	LABOR IMPORT	0,22	22.000,00
164	300.000	DISPOSITIVO DE ACESSO AO SISTEMA VENOSO PERIFERICO Nº 21, CONECTOR PROXIMAL LUER LOCK FEMEA COM RAMPA ROSQUEAVEL. TUBO EM PVC FLEXIVEL COLORIDO, CANULA TRIFACETADA EM INOX SILICONIZADA COM PROTETOR. APRESENTAÇÃO COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA EM CONFORMIDADE COM NR-32	UND	LABOR IMPORT	0,22	66.000,00
165	300.000	DISPOSITIVO DE ACESSO AO SISTEMA VENOSO PERIFERICO Nº 23, CONECTOR PROXIMAL LUER LOCK FEMEA COM RAMPA ROSQUEAVEL. TUBO EM PVC FLEXIVEL COLORIDO, CANULA TRIFACETADA EM INOX SILICONIZADA COM PROTETOR. APRESENTAÇÃO COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA EM CONFORMIDADE COM NR-32	UND	LABOR IMPORT	0,22	66.000,00
166	100.000	DISPOSITIVO DE ACESSO AO SISTEMA VENOSO PERIFERICO Nº 25, CONECTOR PROXIMAL LUER LOCK FEMEA COM RAMPA ROSQUEAVEL. TUBO EM PVC FLEXIVEL COLORIDO, CANULA TRIFACETADA EM INOX SILICONIZADA COM PROTETOR. APRESENTAÇÃO COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA EM CONFORMIDADE COM NR-32	UND	LABOR IMPORT	0,22	22.000,00
167	100.000	DISPOSITIVO DE ACESSO AO SISTEMA VENOSO PERIFERICO Nº 27, CONECTOR PROXIMAL LUER LOCK FEMEA COM RAMPA ROSQUEAVEL. TUBO EM PVC FLEXIVEL COLORIDO, CANULA TRIFACETADA EM INOX SILICONIZADA COM PROTETOR. APRESENTAÇÃO COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA EM CONFORMIDADE COM NR-32	UND	LABOR IMPORT	0,22	22.000,00
220	3.500	FRALDA DESCARTÁVEL TAM. GRANDE ADULTO PACOTE. Com 10 und	PCT	DESCARPACK	8,50	29.750,00
222	5.000	FRALDA DESCARTÁVEL TAM. MEDIA ADULTO PACOTE. Com 10 und	PCT	DESCARPACK	9,00	45.000,00
314	500	OTOSCÓPIO ADULTO COM CABO EM AÇO INOXIDÁVEL PARA DUAS PILHAS MÉDIAS COMUM; CABEÇOTE PARA ESPÉCULOS COM LÂMPADA; REGULADOR DE ALTA E BAIXA LUMINOSIDADE E ENCAIXE PARA VISOR SOBRESSALENTE; VISOR ARTICULADO AO CABEÇOTE E MÓVEL; 05 (CINCO) ESPÉCULOS DE 2 MM DE DIÂMETRO EXTERNO; 15 (QUINZE) ESPÉCULOS DE 3MM DE DIÂMETRO EXTERNO; 10 (DEZ) ESPÉCULOS DE 4MM DE DIÂMETRO EXTERNO; 10 (DEZ) ESPÉCULOS DE 5MM DE DIÂMETRO EXTERNO; EMBALADOS EM ESTOJO REFORÇADO.	UND	MD	329,00	164,500
315	200	OTOSCÓPIO INFANTIL, PORTÁTIL, COM CABO EM AÇO INOXIDÁVEL PARA DUAS PILHAS MÉDIAS COMUM; CABEÇOTE PARA ESPÉCULOS COM LÂMPADA; REGULADOR DE ALTA E BAIXA LUMINOSIDADE E ENCAIXE PARA VISOR SOBRESSALENTE; VISOR ARTICULADO AO CABEÇOTE E MÓVEL; 05 (CINCO) ESPÉCULOS COM ENCAIXE DE METAL CROMADO, REUTILIZÁVEL DIFERENTES CALIBRES; ACOMPANHAR: LÂMPADA E VISOR SOBRESSALENTE; ESPÉCULOS DESCARTÁVEIS NAS SEGUINTES MEDIDAS: 15 (QUINZE) ESPÉCULOS DE 3MM DE DIÂMETRO EXTERNO; 10 (DEZ) ESPÉCULOS DE 4MM DE DIÂMETRO EXTERNO; 10 (DEZ) ESPÉCULOS DE 5MM DE DIÂMETRO EXTERNO; EMBALADOS EM ESTOJO REFORÇADO.	UND	MD	355,00	71,00

Valor Total:R$ 983.940,00,(novecentos e oitenta e três mil novecentos e quarenta reais)

TIRADENTES MEDICO HOSPITALAR LTDA (CUIABA) CNPJ: 01.536.135/0005/62						
	QTDE	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNID.**	**MARCA**	**UNIT**	**TOTAL**
84	20	CAPOTE DE CHUMBO 0,25MMPB 76X 60	UND	KONEX	302,00	6.040,00
302	50	MASCARA FACIAL DE SILICONE COM COXIM INFLAVEL TAMANHO 03	UND	MD	21,00	1.050,00

Valor Total:R$7.090,00,(sete mil,noventa reais)

Várzea Grande – MT, 18 de Junho de 2015.

CONTRATANTE:

CASSIUS CLAY SCOFONI FALEIROS

SECRETARIO DE SAUDE

CONTRATADA:

CIRURGICA GONÇALVES LTDA-ME

CNPJ n. 15.371.628/0001-70

DISNORMA COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS

CNPJ n. 01.326.495/0001-06

LP COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA- EPP

CNPJ n. 10.832.896/0001-29

NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA

CNPJ n. 52.202.744/0001-92

NORGE PHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS

CNPJ n. 08.139.622/0001-07

RINALDI & COGO LTDA-ME

CNPJ n. 07.269.677/0001-79

TIRADENTES MEDICO HOSPITALAR LTDA (CUIABA)

CNPJ n. 01.536.135/0005-62

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 63/2015

Este documento é parte integrante da **Ata de Registro de Preços n. 63/2015**, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde CNPJ n. **11.364.895/0001-60** e as Empresas relacionadas abaixo, cujo preço está a seguir registrado por item, em face à realização do **Pregão Eletrônico n. 11/2015**.

Validade: 12 (doze) meses.

K. S. ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI – ME CNPJ/MF 19.444.651/0001-07						
ITEM	**QTDE**	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNID.**	**MARCA**	**UNIT**	**TOTAL**
236	10	HALTERES (1KG) HALTER FABRICADO EM FERRO CINZENTO FUNDIDO COM REVESTIMENTO EM BORRACHA PLASTISOL PVC. RESISTENTE À ÁGUA, ÓLEOS, FUNGOS, ATAQUE QUÍMICO, ANTI-CHAMA, DIELÉTRICO E INTEMPERISMO, ALÉM DA MACIEZ PARA MANIPULAÇÃO. AS PEÇAS SÃO EMBORRACHADAS COM PVC PLASTISOL DE ALTA RESISTÊNCIA EM DIVERSAS CORES	UND	SS ESPOR-TES	15,95	159,50
237	10	HALTERES (2KG) HALTER FABRICADO EM FERRO CINZENTO FUNDIDO COM REVESTIMENTO EM BORRACHA PLASTISOL PVC. RESISTENTE À ÁGUA, ÓLEOS, FUNGOS, ATAQUE QUÍMICO, ANTI-CHAMA, DIELÉTRICO E INTEMPERISMO, ALÉM DA MACIEZ PARA MANIPULAÇÃO. AS PEÇAS SÃO EMBORRACHADAS COM PVC PLASTISOL DE ALTA RESISTÊNCIA EM DIVERSAS CORES	UND	SS SPOR-TES	31,50	315,00
Valor total R$ 474,50 (Quatrocentos e setenta e quatro reais e cinqüenta centavos).						

OBS: LOTES DESERTOS: 214, 316, 325, 326 e 327.

LOTES FRACASSADOS: 09, 09, 22, 24, 48, 59, 65, 67, 75, 76, 77, 83, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 139, 154, 155, 158, 159, 160, 161, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 196, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 213, 215, 227, 228, 230, 248, 249, 250, 251, 252, 278, 310, 312, 328, 329, 331, 334, 349, 350, 354, 359, 360, 361, 365, 366, 368, 374, 375, fls. 2792/2806

LOTES CANCELADOS:36, 37, 54, 55, 56, 57, 301, 303, 304, 305, 370 e 371.

Várzea Grande-MT., 18 de junho de 2015

CONTRATANTE:

Cassius Clay Scofoni Faleiros Azevedo

Secretário de Saúde

CONTRATADA:

K. S. ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI - ME

CNPJ/MF 19.444.651/0001-07

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
ATO NOMEAÇÃO

ATO DE NOMEAÇÃO Nº 016/2.015

Eduardo Abelaira Vizotto, Diretor Presidente do DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 1.733/1.998 e alterada pela Lei nº 1.866/1.998, resolve **NOMEIA**, com efeito, a partir de 18/06/2015, no cargo em comissão DGA, o servidor abaixo relacionado lotado no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande.

RODRIGO MARTINS RIBEIRO MANGABEIRA GERENTE DEPARTAMENTO COMERCIAL DGA - 6

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 18 de junho de 2015

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTODIRETOR PRESIDENTE DAE/VG

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.29/2015

O Fundo de Municipal de Saúde de Várzea Grande-MT torna público aos interessados que o Pregão Eletrônico n. 29/2015

aquisição de materiais de limpeza, para o atendimento das necessidades da secretaria municipal de saúde de todas as unidades de saúde, bem como para o atendimento das necessidades do pronto socorro municipal de várzea grande,conforme edital e seus anexos foi, **ADJUDICADO e HOMOLOGADO em 18/06/2015**, sagrando-se vencedora as empresas abaixo relacionada.

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 59/2015

Este documento é parte integrante da **Ata de Registro de Preços n. 59/2015**, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde CNPJ n. **11.364.895/0001-60** e as Empresas relacionadas abaixo, cujo preço está a seguir registrado por item, em face à realização do **Pregão Eletrônico n. 29/2015**.

Validade: 12 (doze) meses.

COMERCIAL LUAR EIRELI – EPP – CNPJ/MF N. 02.545.557/0001-33					
ITEM	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO**	**UNID**	**QTD**	**VLR. UNIT.**	**VLR. TOTAL**
001	Água sanitária, solução aquosa a base de hipoclorito de sódio com teor ativo entre 2,0 e 2,5% P/P, o produto poderá conter apenas hidróxido de sódio ou cálcio cloreto de sódio ou cálcio e carbonato de sódio ou cálcio como estabilizante, com ação alvejante e desinfetante de uso geral. Embalagem em galões de **02litros** autorização de funcionamento na ANVISA, contendo na embalagem identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade. **MARCA**: PLAB	Galão	4.600	3,00	13.800,00
002	Àgua sanitária, solução aquosa a base de hipoclorito de sódio com teor ativo entre 2,0 e 2,5% P/P, o produto poderá conter apenas hidróxido de sódio ou cálcio cloreto de sódio ou cálcio e carbonato de sódio ou cálcio como estabilizante, com ação alvejante e desinfetante de uso geral. Embalagem em galões de **01 litros** autorização de funcionamento na ANVISA, contendo na embalagem identificação do produto,data de fabricação e prazo de validade. **MARCA:** PLAB	Frasco	12.000	1,60	19.200,00
005	Cera liquida incolores 750ml com identificação do produto,autorização de funcionamento da ANVISA com marca do fabricante,data e prazo de validade. **MARCA:** COMBRILHO	Unidade	3.600	2,30	8.280,00
006	Cera liquida vermelha frasco 750 ml. com identificação do produto,autorização de funcionamento da ANVISA com marca do fabricante,data e prazo de validade. **MARCA:** COMBRILHO	Galão	1.000	2,30	2.300,00
010	Desinfetante liquido perfumado,para uso geral,essências diversas com identificação do produto,marca do fabricante,data de fabricação e prazo de validade.Embalagem plástica contendo 50litros. Autorização de funcionamento da ANVISA. **MARCA:** FLORA QUIMICA	Galão	600	107,00	64.200,00
011	Desodorizador, Aromatizador, Neutralizador de odores par ambiente em forma de aerosol, fragância lavanda,não contendo CFC (clorofluorcabono) Registro no ministério da saúde .embalagem contendo nome do fabricante e prazo de validade ,frasco com 400 ml. **MARCA:** ARWICK	Unidade	2.000	8,200	16.400,00
012	Detergente liquido neutro a base éter sulfato de sódio,com diversas fragrâncias,acondicionado em garrafa plástica contendo 500 ml cada unidade,Autorização de Funcionamento do fabricante na ANVISA .Embalagem contendo dados do fabricantes. **MARCA:** FONTANA	Unidade	6.800	1,30	8.840,00
014	Inseticida tradicional domestico em aérosol acondicionado em embalagem metálica contendo 400 ml cada unidade ,sem CFC Autorização e funcionamento do fabricante na ANVISA.embalagem contendo dados do fabricante. **MARCA:** PIRINSETE	Unidade	1.900	6,80	12.920,00
016	Limpador instantâneo concentrado para limpeza pesada, multi uso,que contenha em sua formulação Linear alquil Benzeno Sulfato de sódio,Tensoativo não iônico,alcalinizante,éter glicólico,álcool e perfume,Frasco com 1000ml com tampa e bico econômico.Indicado para remover gorduras,fuligem,poeira,para limpeza de cozinha,banheiro,pias e azulejos. Embalagem dados do fabricante. **MARCA:** BIO STAR	Unidade	1.600	4,56	7.296,00
017	Limpador Instantâneo multiuso com bico dosador,contendo tensoativos aniônicos e não,etanol,alcalizante, sequestrante,essência diversas a água,rotulo com dados do fabricante e registro na ANVISA.Embalagem contendo dados de fabricante-Frasco 500ml. **MARCA:** Q BOA	Frasco	1.300	2,30	2.990,00
018	Luva para limpeza,borracha de látex natural,em conformidade com a norrma Nbr-13393;tamanho pequeno;com revestimento interno macio e hipoalérgênico,com superfície externa anti-derrapante, cores diversas. Embalagem contendo dados do fabricantes. **MARCA:** DANNY	par	5.000	3,11	15.550,00
019	Luva para limpeza,borracha de látex natural,em conformidade com a norma NBR-13393;tamanho médio, com revestimento interno macio e hipoalérgênico,com superfície externa anti-derrapante,cores diversas.Embalagem contendo dados do fabricantes **MARCA:** Danny	par	8.000	3,11	24.880,00
020	Luva para limpeza,borracha de látex natural,em conformidade com a norma NBR-13393;tamanho Grande ;com revestimento interno macio e hipoalérgênico, com superfície externa anti-derrapante,cores diversas.Embalagem contendo dados do fabricantes. **MARCA:** DANNY	par	8.000	4,20	33.600,00
025	Sabão em barra comum,pacote de 01kilo ,contendo cinco barra cada uma pesando 200gr embalagem plástica apropriada,validade de 2 anos contados as partir do ato do recebimento . Autorização de funcionamento na ANVISA. **MARCA:** KRAKRA	Unidade	12.000	3,35	40.200,00
026	Sabão em pó testado dermatológicamente, composição básica de sódio, dióxido de titânio,glicemia,corante e outras substâncias químicas permitidas,com alcalinidade livre máxima de 0,5% P/P de glicerina,cor amarela,embalado em saco plástico reforçado com capacidade para 500g com validade mínima de 2 anos,laudo analítico do lote do produto,autorização de funcionamento do fabricante na ANVISA –.Embalagem contendo dados do fabricante. **MARCA:** KLIP	Unidade	18.000	2,20	39.600,00
028	Sabonete sólido em barra 90gr **MARCA:** MOTIVOS	Unidade	7.500	0,96	7.200,00
030	Saco plástico para lixo na cor preta, capacidade nominal para 40 lts,. Embalagem pacote com 100 unidades. . O produto devera ter registro no INMETRO e atende as normas da ABNT. **MARCA:** DUDEL	PCT	2.500	14,40	36.000,00
031	Vassoura com cabo de madeira medindo no mínimo 2 metros para vasculhar e limpeza de teto e ventiladores, Cerdas de 0,2mm confeccionadas em nylon tipo poli Tereftalato de Etileno (PET) Embalagem primaria contendo dados de fabricante. **MARCA:** CCT	Unidade	1.500	9,40	14.100,00
032	Vassoura com cerdas de pêlo,comprimento mínimo 30cm, para limpeza de áreas interiores,suporte fixador das cerdas confeccionadas em material plástico e cabo metálico de no mínimo 1,20m fixado ao corpo por processo rosca, encapado com material plástico e dotado de olhal para utilização de gancho-suporte . Embalagem primaria contendo dados do fabricante.	Unidade	1.000	6,59	6.590,00

	MARCA: GUIRADO				
034	Vassoura para limpeza sanitária,tipo lavatina, base de polipropileno com cerdas sintéticas em nylon,dispostas em formato arredondado,com no mínimo 15 cerdas por tufo, base com diâmetro de 7cm com cabo em polipropileno de no mínimo 28 cm de comprimento acompanhado do suporte para acondicionamento sobre o chão em polipropileno.Embalagem primaria contendo dados do fabricante. **MARCA:** CONDOR	Unidade	459	3,80	1.744,20
045	Saponáceo em pó 300 ml (Composição:Talco industrial,soda caustica, lauril ,éter ,sulfato de sódio e hipoclorito de sódio,alquilbenzeno,sulfato de sódio.declarar registro na ANVISA embalagem contendo 300 ml. **MARCA:** SANY	Unidade	3.500	2,75	9.625,00
048	Limpa alumínio neutro 750ml.(composto de tensoativo aniônico e tensoativo não iônico,conservante ,umectante,aditivo,corante e veiculo,componente ativo ácido dodecil,benzeno sulfônico **MARCA:** PLAB	Unidade	12.000	1,84	22.080,00
053	Sabão em pó testado dermatologicamente, composição básica de sódio, dióxido de titânio,glicemia,corante e outras substancia químicas permitidas,com alcalinidade livre máxima de 0,5% P/P de glicerina,cor amarela,embalado em saco plástico reforçado com capacidade para 01 KG com validade mínima de 2 anos,laudo analítico do lote do produto,autorização de funcionamento do fabricante na ANVISA –.Embalagem contendo dados do fabricante. **MARCA:** KLIP	Unidade	5.000	4,80	24.000,00
054	Esponja dupla face de limpeza,composta de poliuretano e fibras sintética abrasiva ,com dupla face,uma com fibra abrasiva,para ser utilizada em limpezas mais difíceis,e o outro lado em esponja macia ,para limpeza de superfícies mais macias,medindo aproximadamente 100x70x20 mm. Embalagem contendo dados do fabricante. **MARCA:** WISH	Unidade	12.000	0,46	5.520,00
055	Esponja tipo lã de aço Nr.01 ,composto de aço carbono:acondicionado em saco plástico contendo 8 unidades, acondicionamento ,embalagem e rotulagem de acordo com legislação vigente.Embalagem contendo dados do fabricante. **MARCA:** ASSOLAN	Unidade	4.300	0,98	4.214,00
056	Flanela para limpeza 100% algodão, cor laranja,com boa resistência e maciez,que não fiapos e nem pigmentação durante os procedimentos de limpeza medindo 58x40 cm (variação tolerável 2x3 cm) embalada em embalagem apropriada contendo dados do fabricante. **MARCA:** KOPATEX	Unidade	18.000	1,94	34.920,00
057	Pá para apanhar lixo,em plástico rígido cores diversas,cabo longo variando entre 50cm e 60cm em plástico rígido ou madeira encoberta com plástico.Embalagem contendo dados do fabricantes. **MARCA:** GUIRADO	Unidade	1.000	4,45	4.450,00
058	Palha de aço n°02 composto de aço carbono,acondicionado em saco plástico,acondicionamento,embalagem e rotulagem de acordo com a legislação vigente.Embalagem contendo dados do fabricante pacote com 10 unidades. **MARCA:** ASSOLAN	UNIDADE	5.000	1,04	5.200,00
059	Palha de aço n°0 composto de aço carbono,acondicionado em saco plástico,acondicionamento,embalagem e rotulagem de acordo com a legislação vigente.Embalagem contendo dados do fabricante pacote com 10 unidades. **MARCA:** ASSOLAN	Unidade	8.000	1,05	8.400,00
060	Palha de aço n°01 composto de aço carbono,acondicionado em saco plástico,acondicionamento,embalagem e rotulagem de acordo com a legislação vigente.Embalagem contendo dados do fabricante pacote com 10 unidades. **MARCA:** ASSOLAN	Unidade	8.000	0,95	7.600,00
61	Pano de chão para limpeza,composto de 100% algodão;medindo 90x70cm,tipo alvejado,com variação de 10% de oscilação nas medidas;sem acabamento,na cor branca embalado de acordo com a legislação vigente.Embalagem contendo dados do fabricante **MARCA:** KOPATEX	Unidade	500	5,25	2.625,00
Valor total R$ 504.324,20 (Quinhentos e quatro mil trezentos e vinte e quatro reais e vinte centavos).					

PROVEL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – EPP – CNPJ/MT N. 33.677.006/0001-57

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTD	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
004	Cera antiderrapante.Embalagem 5lts com identificação do produto,autorização de funcionamento da ANVISA com marca do fabricante,data e prazo de validade. **MARCA:** QFORT	Unidade	1.000	20,00	20.000,00
009	Desinfetante germicida tradicional,com pronto uso com três ações:desinfetada,limpa e perfuma.contendo 2000ml, com registro na ANVISA,.Embalagem contendo dados do fabricante . **MARCA:** REMMUS	frascos	15.000	3,12	46.800,00
015	Limpa vidros com álcool,lauril éter sulfato de sódio,composição básica nonil fenol etoxilado,hidróxido de amônio ação anti-estatica,com componente para remoção de manchas,produto de primeira qualidade,com registro,na ANVISA Embalagem contendo dados do fabricante. frasco de 500 ml. **MARCA:** BUFALOS	Unidade	5.000	2,87	14.350,00
022	Rodo tamanho médio,com cepa de plástico rígido seguindo as seguintes propriedade mínima: cepa medindo 40cm com espuma de poliuretano dupla:com espessura 3,5mm(+ou-0,05mm)cabo metálico inoxidável com cobertura e plástico,leve medindo 120cm com gancho na ponta: **MARCA:** KIRODO	Unidade	1.200	7,15	8.580,00
023	Rodo tamanho médio,com cepa de plástico rígido seguindo as seguintes propriedade mínima: cepa medindo 60cm com espuma de poliuretano dupla:com espessura 3,5mm(+ou-0,05mm)cabo metálico inoxidável com cobertura e plástico,leve medindo 120cm com gancho na ponta: **MARCA:** KIRODO	Unidade	1.000	8,90	8.900,00
024	Rodo tamanho padrão,com cepa de plástico rígido seguindo as seguintes propriedades mínimas:cepa medindo 28cm;com espuma dupla de poliuretano,co espessura 3,5mm(+ou- 0,05mm) cabo metálico inoxidável com cobertura em plástico,leve medindo 120cm com gancho na ponta; **MARCA:** KIRODO	Unidade	1.000	5,65	5.650,00
027	Sabonete liquido viscoso perolado cor azul, essência floral, pH de 8,9 a9,5 para higiene das mãos,autorização de funcionamento na ANVISA.embalagem contendo dados do fabricante –Frasco 1 litro. **MARCA:** QFORT	Unidade	7.500	4,69	35.175,00
033	Vassoura em nylon,base retangular em madeira,com largura mínima de 250mm,cabo de madeira com comprimento mínimo 1100mm com ponteira plástica rosqueável. Embalagem com identificação do produto e marca do fabricante. **MARCA:** PLASTIGRAN	Unidade	1.500	5,28	7.920,00
040	Escova para lavar roupa de polipropileno com alça (Base de madeira com cerdas em nylon,macia **MARCA:** PLASTIGRAN	unidade	200	2,77	554,00
042	Hipoclorito de sódio liquido 12% c/50 litros (indicado para desinfecção e ação bactericida,virucida ,fungicida,tuberculicida e espurecida. Comprovação de que o produto está registrado na ANVISA. **MARCA:** QFORT	galão	280	206,00	57.680,00
043	Removedor de cera 20 litros .Embalagens com dados do fabricante, produto e autorização de funcionamento pela ANVISA. **MARCA:** QFORT	galão	50	150,00	7.500,00
049	Sabonete liquido c/50 L (Com ação antibacteriana, anti-séptico,aromatizado ,hidratante a base de triciosan ,teor de ativos 15% teor de tricosan 0,5% indicado para uso hospitalar com ação em setores com contato rotineiro com bactérias e acondicionado em galão contendo 50 Litros,co tampa que não permita vazamento.registro junto a ANVISA. **MARCA:** QFORT	galão	210	139,50	29.295,00

065	Saco plástico para lixo comum, com capacidade para **100lts** . O produto devera ter registro no INMETRO e atende as normas da ABNT. Embalagem com identificação do produto e marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Pacote com **100 unidades** **MARCA:** PLASMEL	PACOTE	1.600	36,90	59.40,00
Valor total R$ 301.444,00 (Trezentos e um mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais).					

FRACASSADOS: 03, 07, 08, 13, 21, 29, 35, 36, 37, 38, 39, 41 44, 46, 47, 50 51, 52, 62, 63, 64, 66.

Várzea Grande/Mt 18 de junho de 2015

CONTRATANTE:

Cassius Clay Scofoni Faleiros Azevedo

Secretaria de Saúde

CONTRATADA:

Comercial Luar Eirelli – EPP

CNPJ: 02.545.557/0001-33

Provel Comércio de Alimentos Ltda – EPP

CNPJ/MF 33.677.006/0001-57

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
RESOLUÇÃO N.º 02/2015

DISPÕE ACERCA DO CONTROLE DE FREQUÊNCIA, ASSIDUIDADE E DA JORNADA DE TRABALHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições, que lhe conferem o art. 159 “G” do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e ela,

RESOLVE:

Art. 1º - O controle de frequência e assiduidade dos servidores efetivos, estáveis e comissionados no âmbito do Poder Legislativo do Município de Várzea Grande – MT, dar-se-á por meio de registro eletrônico de ponto e/ou por relatório mensal de atividades, nos termos desta Resolução e da legislação vigente.

CAPÍTULO I

DO OBJETIVO

Art. 2º- Esta resolução tem por objetivo estabelecer orientações e padronizar procedimentos quanto à utilização do ponto eletrônico e da jornada de trabalho dos servidores desta entidade, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º Para efeitos desta Resolução

I) Frequência é o controle do comparecimento diário do servidor à unidade onde tem exercício funcional.

II) Assiduidade é o controle das atividades daqueles servidores que frequentemente se acham onde devem estar para desempenharem as suas atribuições

III) Ponto é o registro de entrada e saída diária dos servidores em serviços.

§ 2º - No caso de pane do sistema eletrônico de ponto, deverá ser feito a justificativa.

§ 3º - O disposto no **Caput** não se aplica aos servidores ocupantes de cargos em comissão do setor administrativo, de chefia, de direção e de assessoramento, tendo em vista que o caráter da atividade não comporta esse tipo de controle. **(Redação dada pela Resolução n.º 03, de 2015)**

CAPÍTULO II

DO CONTROLE DE FREQUENCIA DOS SERVIDORES

Art. 3º. A frequência do servidor efetivo deverá ser apurada pelo registro de ponto, mediante acesso aos sistemas eletrônicos de registros disponíveis, por meio de digital cadastrada no departamento de recursos humanos.

Art. 4º. A assiduidade dos servidores ocupantes dos cargos de provimento em comissão de gabinetes de vereadores será controlada por meio de Relatório mensal de Atividades que será preenchido e entregue no setor de Recursos Humanos, até o quinto dia do mês subsequente, sendo de sua inteira responsabilidade as informações prestadas e postadas.

Art. 5º. O registro da frequência por meio eletrônico e a comprovação da assiduidade pelo Relatório mensal de Atividades serão convalidados pelo chefe imediato por intermédio do Relatório Mensal de Apuração de Frequência.

§ 1º - O Relatório Mensal de Apuração de Frequência será preenchido e assinado pelo chefe imediato:

I) atestando a presença do servidor nos horários registrados no sistema eletrônico ou atestando a assiduidade na execução das atividades constantes dos Relatórios Semanais de Atividades;

II) registrando e justificando os afastamentos autorizados em lei;

III) registrando e justificando as entradas tardias e saídas antecipadas autorizadas pela chefia imediata, dentro dos limites legais.

§ 2º - Caso o chefe imediato não ateste a presença do servidor nos horários registrados no sistema eletrônico ou a efetiva execução das atividades constantes dos Relatórios mensais de Atividades, oportunizado o contraditório e comprovado o fato, o servidor terá descontado dos seus vencimentos o(s) dia(s) não trabalhado(s) e a(s) falta(s) injustificada(s) registrada(s) nos assentamentos funcionais do servidor, tendo repercussão na concessão de benefícios legais.

§ 3º - O Relatório Mensal de Apuração de Frequência será entregue pelo chefe imediato ao superior hierárquico, até o quinto dia do mês subsequente e ao setor de recursos humanos até o sétimo dia do mesmo mês.

§ 4º - O descumprimento dos prazos estabelecidos no parágrafo anterior sujeita o responsável a sanções administrativas previstas no Estatuto de servidor do município.

CAPÍTULO III

DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 6º. O horário de atendimento ao público nas unidades administrativas da Câmara Municipal de Várzea Grande é das 07:00 às 13:00 horas e enquanto houver sessões plenárias, o acesso será franqueado ao público ao plenário e aos Gabinetes Parlamentares.

Parágrafo único. Para o atendimento do Protocolo, o horário de expediente da CMVG será das 07:00 horas às 13:00 horas. (Redação dada pela Resolução n.º 03, de 2015)

CAPÍTULO IV

DA JORNADA DE TRABALHO DOS SERVIDORES

Art. 7º. A jornada de trabalho dos servidores efetivos é de trinta horas semanais e será cumprida, obrigatoriamente, nos horários de funcionamento da CMVG. (Redação dada pela Resolução n.º 03, de 2015)

§ 1º - A jornada de trabalho dos servidores comissionados será de dedicação integral ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração pública. (Redação dada pela Resolução n.º 03, de 2015)

§ 2º - REVOGADO. (Redação dada pela Resolução n.º 03, de 2015)

Art. 8º. Poderá o servidor, até cinco vezes por mês, sem desconto em sua remuneração ou subsídio, entrar com atraso, nunca superior a quinze minutos, na unidade onde estiver em exercício, desde que compense o atraso no mesmo dia.

Art. 9º. O servidor perderá a totalidade de sua remuneração ou subsídio do dia, quando comparecer ou retirar-se do serviço fora de horário, ressalvados os casos de consulta ou tratamento de saúde, previstos em lei.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na desta data, revogadas disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, Paço Municipal Couto Magalhães, em Várzea Grande, Estado de Mato Grossos, 30 de abril de 2015.

CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

PEDRO PAULO TOLARES

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 49/2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que este Legislativo recebeu denúncia contra o Sr. Arilson Costa Arruda, datada de 07/06/2015,

Considerando o que preceitua o art. 71, §§ 1.º e 2.º da Lei Orgânica do Município de Várzea Grande e art. 6.º, inciso III do Decreto-Lei 201/1967,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Instaurar a Comissão Processante para apurar denúncia protocolada neste Legislativo contra o Sr. Arilson Costa Arruda, que não se desincompatibilizou da empresa Sociedade Hospital Jardim Cuiabá Ltda., conforme relata a denúncia n.º 02/2015.

Art. 2.º - Em conformidade com o art. 76, § 3.º, II, foram sorteados, na Sessão Ordinária do dia 17/06/2015, três vereadores para compor a referida Comissão, a saber:

Ver. Antonio Gonçalo Pedroso Maninho de Barros – Presidente

Ver. Waldir Bento da Costa – Relator

Ver. Miriam de Fátima N. Pinheiro – Membro

Art. 3.º - A presente portaria entra em vigor nesta data.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 18 de junho de 2015.

Vereador Calistro Lemes do Nascimento

Presidente

Vereador Pedro Paulo Tolares

1.º Secretário

PORTARIA Nº 261/2015

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº 170104/2013,

RESOLVE:

Reconhecer em favor do servidor **JOAQUIM BENTO LEITE**, Matrícula 22546, lotada na Secretaria Municipal de Viação e Obras, exercendo o cargo de Motorista, o Tempo de Serviço prestado ao Município de Várzea Grande-MT, no total de **3.118** (três mil, cento e dezoito) dias líquidos, correspondendo a **08** (oito) anos, **06** (seis) meses e **18** (dezoito) dias, para **todos os Efeitos legais**.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 12 de junho de 2015.

Olindo Pasinato Neto

Secretário Municipal de Administração

interino

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
RESOLUÇÃO N.º 04/2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando a necessidade de adequar a denominação de cargos existentes, às inovações decorrentes da ampliação das atividades e funções;

Considerando a necessidade já observada junto à Divisão de Recursos Humanos quanto ao atendimento aos servidores desta Casa nas demandas a ela apresentadas;

Considerando que no lotacionograma desta Casa de Leis demonstra que temos 6 (seis) cargos de Agente Administrativo;

Considerando que dos 6 (seis) projetos/atividades propostos no Plano Plurianual 2014-2017, 2 (dois) estão diretamente ligados às questões da qualidade de vida e valorização do servidor.

Faz saber que o Plenário aprovou e ela,

RESOLVE:

Art. 1º- Transformar 01 (um) cargo de Agente Administrativo, Nível Médio, em Técnico de Desenvolvimento Social, Nível Médio, conforme demonstrado a seguir:

Cargo	Quantidade	Nível	Remuneração
Agente Administrativo	05	Médio	800,00

Cargo	Quantidade	Nível	Remuneração
Técnico em Desenvolvimento Social	01	Médio	800,00

Art. 2.º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, Paço Municipal Couto Magalhães, em Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, 18 de junho de 2015.

CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

PEDRO PAULO TOLARES

1º Secretário

PORTARIA Nº 264/2015

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 310151/2015,

RESOLVE:

Conceder à servidora **JANETE RODRIGUES DA SILVA**, Matrícula 83025, exercendo o cargo de Terapeuta Ocupacional, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **02 (dois) anos de Licença para tratar de Assunto Particular sem Ônus**, conforme Artigo 101 da Lei Municipal nº 1.164/1991, a vigorar no período de **12/06/2015 a 12/06/2017.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 16 de junho de 2015.

Olindo Pasinato Neto

Secretário Municipal de Administração

interino

PORTARIA Nº 265/2015

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 310849/2015,

RESOLVE:

Conceder à servidora **MARIA IDAIR RODRIGUES SILVA**, Matrícula 84940, exercendo o cargo de Bioquímico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **02 (dois) anos de Licença para tratar de Assunto Particular sem Ônus**, conforme Artigo 101 da Lei Municipal nº 1.164/1991, a vigorar no período de **27/04/2015 a 27/04/2017.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 17 de junho de 2015.

Olindo Pasinato Neto

Secretário Municipal de Administração

interino

PORTARIA Nº 267/2015

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº 287786/2015,

RESOLVE:

Retificar a Portaria n° 249/2015, que averbou em favor da servidora **MARLENE FRANCISCO DA SILVA**, Matrícula 34741, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, exercendo o cargo de Professor V a VIII, o tempo de serviço prestado conforme Certidãode Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, o período total de **5.303 (cinco mil trezentos e três) dias**, correspondendo a **14 (quatorze) anos, 06 (seis) meses e 18 (dezoito) dias líquidos, para efeitos de aposentadoria e disponibilidade.**

Onde se lê: "MARLENE FRANCISCO DA SILVA"

Leia-se: MARLENE FRANCISCO SILVA

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 17 de junho de 2015.

Olindo Pasinato Neto

Secretário Municipal de Administração

interino

PORTARIA Nº 258/2015

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº 12847/2010,

RESOLVE:

Reconhecer em favor da servidora **MARLI TOMAZ DE ARRUDA**, Matrícula 5801, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, exercendo o cargo de Professor I a IV, o Tempo de Serviço prestado ao Governo do Estado de Mato Grosso conforme certidão de tempo de contribuição, no total de **646** (seiscentos e quarenta e seis) dias líquidos, correspondendo a **01** (um) ano, **09** (nove) meses e **11** (onze) dias, para **todos os Efeitos legais**.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 09 de junho de 2015.

Olindo Pasinato Neto

Secretário Municipal de Administração

interino

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 024/2015

PORTARIA Nº 024/2015

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE/DAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n. 1.733/97, alterada pela Lei n. 1.866/98, e

Considerando os termos do artigo 67 da Lei n. 8.66/93, que dispõe sobre o acompanhamento dos conatos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado;

Considerando os termos do Acórdão n. 731/2912 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de dezembro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscal do seguinte contrato:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 004/2015

PREGÃO PRESENCIAL N.º 006/2015

Objeto: Contratações de empresas especializadas no fornecimento hipoclorito de cálcio sólido granulado; tricolo s-triazina triona sólido em pastilha de 200g; policloreto de alumínio liquido; pó dispersante para remoção de bentônicas e argilas naturais e sulfato de alumínio ferroso sólido, durante todo o período de vigência do mesmo.

Fiscal: Calmiro Francisco Ferreira

RG N.º 376130 SSP/MT CPF N.º 384.174.211-49

END.º: Rua Maranguá n.º 65 Bairro: Pedregal Cidade: Cuiabá/MT

Matricula N.º 525

Suplente de Fiscal: Carlos Oberto da Silva

RG N.º 428838 SSP/MT CPF N.º 309.439.301-20

END.º: Rua 01 n.º 14 Bairro: Jardim Umuarama Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 519

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 18 de junho de 2015

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTODIRETOR PRESIDENTE DAE/VG

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Objeto	Contratação de show do Cantor Sertanejo CRISTIANO ARAUJO para o dia apresentação no dia 11 de julho de 2015 durante a realização da 24ª Expovale.
Favorecido	**BX PROMOTORA DE EVENTOS LTDA**
Prazo de Execução	11/07/2015.
Valor Global	R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

Ratifico em consonância com a justificativa.

Água Boa, em 18 de junho de 2015.

Vinicius Baldo

Presidente

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – N° 01/2015 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 03/2015 RESULTADO

DIVULGA CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

A Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso torna pública a realização de Processo Seletivo Simplificado de ordem do **Sr. MAURO ROSA DA SILVA,** Prefeito Municipal, a Comissão Organizadora do Processo Seletivo, em cumprimento aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, e demais legislações aplicáveis à espécie; resolve divulgar e estabelecer normas para abertura das inscrições e realização do Processo Seletivo Simplificado, segundo critérios e requisitos que estabelece neste edital, para preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, conforme a necessidade, futura contratação, nos cargos que adiante especifica.

Da classificação preliminar dos candidatos cabe recurso endereçado à Comissão, uma única vez, no prazo comum de dois dias, sendo este o primeiro dia útil subseqüente ao da publicação do resultado.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGO	CAMPO P.A. SERRINHA								
APOIO ADM EDUCACIONAL - MOTORISTA - ENSINO MÉDIO	**VAGAS**	**PNE**	**PROVA OBJETIVA**	**PROVA PRATICA**	**TITULOS**	**CURSOS**	**NOTAS**	**CLASSIFICAÇÃO**	**CPF**
	CR								
NÃO HOUVE ISNCRITO	CR	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0	-	-
PROFESSOR	**VAGAS**	**PNE**	**PROVA OBJETIVA**	**PROVA PRATICA**	**TITULOS**	**CURSOS**	**NOTAS**	**CLASSIFICAÇÃO**	**CPF**
SUELY SILVA DOS SANTOS	**CR**	**-**	1,5	-	-	-	1,5	1º	030.232.671-54

CARGO	CAMPO P.A. JANDIRA								
APOIO ADM EDUCACIONAL - MOTORISTA - ENSINO MÉDIO	**VAGAS**	**PNE**	**PROVA OBJETIVA**	**PROVA PRATICA**	**TITULOS**	**CURSOS**	**NOTAS**	**CLASSIFICAÇÃO**	**CPF**
	CR								
FRANCI PEREIRA DE SOUSA	CR	-	NC	NC	NC	NC	NC	DESCLASSIFICADO	007.253.101-03
PROFESSOR	**VAGAS**	**PNE**	**PROVA OBJETIVA**	**PROVA PRATICA**	**TITULOS**	**CURSOS**	**NOTAS**	**CLASSIFICAÇÃO**	**CPF**
VERALICE SANTOS DE SOUZA	**CR**	**-**	2,0	-	-	-	2,0	1º	015.399.761-30
JUSCIMARA PEREIRA FERNANDES	**CR**	**-**	0,0	-	-	-	0,0	Desclassificada	028.232.341-44
CREMILDA DE JESUS DA SILVA	**CR**	**NC**	NC	NC	NC	NC	NC	Desclassificada	028.232.341-44

CARGO	CAMPO P.A. MARTINS								
PROFESSOR	**VAGAS**	**PNE**	**PROVA OBJETIVA**	**PROVA PRATICA**	**TITULOS**	**CURSOS**	**NOTAS**	**CLASSIFICAÇÃO**	**CPF**
MARIA APARECIDA MENDES DA SILVA VIEIRA	**CR**	**-**	3,0	-	-	-	3,0	1º	014.329.101-75
ROSIELI GRÜN	**CR**	**-**	3,0	-	-	-	3,0	2º	022.967.021-04
ALEXANDRA BELMIRO GOMES DA SILVA	**CR**	**-**	NC	NC	NC	NC	NC	Desclassificada	767.958.881-34

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

NOME	CPF	NOTA OBJETIVA	E. MÉDIO	CURSOS	IDADE	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
ESTER PATRICIA ALLES	020.814.001-89	9,00	0,75	0,00	27	9,75	1
OZELI DA COSTA FERREIRA	979.964.751-72	9,00	0,00	0,00	31	9,00	2
MONICA SOUSA CARRIJO	041.700.491-52	7,00	0,75	0,10	20	7,85	3
MICHELE SOARES LANGKAMMER	967.834.001-15	6,00	0,00	0,00	35	6,00	4
MARIA APARECIDA ALVES SILVA	700.451.341-62	5,00	0,75	0,00	28	5,75	5
SANDRA MARIA DE FREITAS	443.388.724-20	4,00	0,75	0,00	50	4,75	6
VALTENIRA SILVA DE AZEVEDO	878.763.701-44	4,00	0,25	0,00	35	4,25	7
LUCIA GSCHNEITNER DE LIMA	953.139.900-04	3,00	0,75	0,00	45	3,75	8
ANGELA MARCIA GONÇALVES SILQUEIRA	941.558.441-68	3,00	0,75	0,00	39	3,75	9
KATIA MERCIA ALVES DOS SANTOS	849.637.601-00	3,00	0,75	0,00	35	3,75	10
LEIDIANA CORREA DO PRADO FILINTO	015.814.361-22	3,00	0,00	0,00	33	3,00	11
VANESSA GONÇALVES DE SOUZA	003.916.301-64	3,00	0,00	0,00	31	3,00	12
LUCILENE DA CONCEIÇÃO ALVES	007.496.251-55	2,00	0,75	0,00	31	2,75	13
BRUNO JEAN RIBEIRO DOS SANTOS	053.910.461-22	1,00	0,00	0,00	20	1,00	14
LUZIANE ALVES DA SILVA	798.524.242-20	NC	NC	NC	NC	NC	Desclassificada
PATRICIA MATOS ALMEIDA	044.375.891-30	NC	NC	NC	NC	NC	Desclassificada
JOICE KELLY ROCHA DOS SANTOS	059.224.361-39	NC	NC	NC	NC	NC	Desclassificada

CARGO: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

NOME	CPF	NOTA OBJETIVA	E. MÉDIO	CURSOS	IDADE	NOTA	CLASSIFICAÇÃO

LISANE FEIJO NUNES	522.085.591-34	7,00	0,75	0,00	44	7,75	1
RONALDO VIEIRA DE SOUZA	934.543.171-34	7,00	0,75	0,00	41	7,75	2
JACQUELINE SOARES LANGKAMMER	781.652.021-20	7,00	0,75	0,00	38	7,75	3
DEONICE ALVES DE JESUS	716.100.301-68	6,00	0,75	0,00	35	6,75	4
CRISTIANA DE SOUZA	881.270.871-49	6,00	0,75	0,00	33	6,75	5
LILIANE DE SOUSA CORANDINI	011.630.831-19	6,00	0,75	0,00	31	6,75	6
LUDMILA MARTINS CANDIDO DE OLIVEIRA	980.434.981-72	6,00	0,00	0,00	38	6,00	7
ADRIANO BRANDÃO SIQUEIRA	001.387.641-40	6,00	0,00	0,00	31	6,00	8
JOSILENE MARTINS DOS SANTOS	604.204.641-15	5,00	0,75	0,00	43	5,75	9
ROSIANE MARIA DA SILVA	979.319.341-72	5,00	0,75	0,00	30	5,75	10
LETTICIA WALKER BORGES	035.393.651-09	5,00	0,75	0,00	24	5,75	11
DANIELLI CRISTINA MARTINS DE JESUS	052.154.651-69	5,00	0,75	0,00	20	5,75	12
JULIANA ROSA DA SILVA	032.208.861-59	5,00	0,00	0,00	27	5,00	13
APARECIDA GOMES DO NASCIMENTO	823.680.231-00	4,00	0,75	0,00	46	4,75	14
CELMA SOUSA SOBRINHO	801.798.941-53	4,00	0,75	0,00	37	4,75	15

NOME	CPF	NOTA OBJETIVA	E. MÉDIO	CURSOS	IDADE	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
TAILLINNY NAIARA SILVA SOUSA	041.527.071-51	4,00	0,75	0,00	22	4,75	16
FERNANDA CARLA GONÇALVES LEAL	052.576.081-46	4,00	0,75	0,00	18	4,75	17
SANDRA PEREIRA AIRES	050.404.531-83	4,00	0,25	0,00	25	4,25	18
FRANCIELI CONCI	053.454.251-40	4,00	0,00	0,00	19	4,00	19
IVONE PEREIRA SOUTO	568.134.061-91	3,00	0,75	0,00	43	3,75	20
NAIANE MOURA DA SILVA	046.357.131-21	3,00	0,25	0,00	21	3,25	21
DAMARES NERES PEREIRA	028.440.571-01	3,00	0,00	0,00	25	3,00	22
LANA DA COSTA MARTINS AMARAL	832.511.201-82	2,00	0,75	0,00	40	2,75	23
NUBIA PEREIRA DA SILVA	032.182.741-41	2,00	0,25	0,00	29	2,25	24
EDIMAR OLIVEIRA SANTOS MANSO	830.020.301-04	2,00	0,00	0,00	48	2,00	25
VALDIVINO SILVA DOS SANTOS	594.928.211-68	NC	NC	NC	NC	NC	Desclassificado
IZAQUE ALVES DA COSTA	825.353.452-34	NC	NC	NC	NC	NC	Desclassificado
JESKIANY GOMES DE OLIVEIRA	008.275.781-05	NC	NC	NC	NC	NC	Desclassificado
AURELIA DE JESUS OLIVEIRA	186.944.618-/62	NC	NC	NC	NC	NC	Desclassificado
FABIANA MARIA DOS SANTOS	022.696.251-29	NC	NC	NC	NC	NC	Desclassificado
JOSIANE BEZERRA DA LUZ	058.625.521-46	NC	NC	NC	NC	NC	Desclassificado
ENILSO BENEDITO DE AMORIM	040.786.401-68	NC	NC	NC	NC	NC	Desclassificado
CELIONAIA SOUZA SILVA	984.654.491-04	NC	NC	NC	NC	NC	Desclassificado
ROSALINA GOMES FERREIRA DOS SANTOS	784.765.421-00	NC	NC	NC	NC	NC	Desclassificado

Água Boa, 18 de junho de 2015.

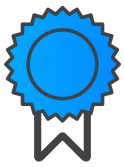
ALCEU BUSANELLO

Presidente da Comissão de Processo Seletivo Simplificado

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Thu Jun 18 22:31:18 UTC 2015
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170114572883537006
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)